



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
DOUTORADO EM ASSOCIAÇÃO PLENA EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**



FERNANDO LUÍS LOPES DANTAS

**TERRENOS DE MARINHA:
ANTECEDENTES, INVENÇÃO E ATUALIDADES.**

**SÃO CRISTOVÃO/SE
2019**

FERNANDO LUÍS LOPES DANTAS

**TERRENOS DE MARINHA:
ANTECEDENTES, INVENÇÃO E ATUALIDADES.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe.

Orientadora: Professora Doutora Gicélia Mendes da Silva

**SÃO CRISTOVÃO/SE
2019**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

D192t Dantas, Fernando Luís Lopes
Terrenos de marinha : antecedentes, invenção e atualidades /
Fernando Luís Lopes Dantas ; orientadora Gicélia Mendes da
Silva. – São Cristóvão, SE, 2019.
2 v. : il.

Tese (doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) –
Universidade Federal de Sergipe, 2019.

1. Terrenos de marinha. 2. Arqueologia - Genealogia. I. Silva,
Gicélia Mendes da, orient. II. Título.

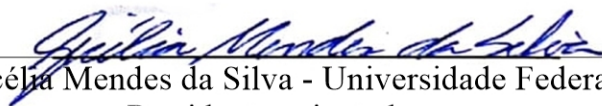
CDU 502/504:349.417

FERNANDO LUÍS LOPES DANTAS

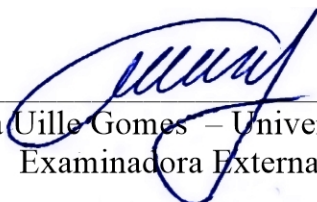
**TERRENOS DE MARINHA:
ANTECEDENTES, INVENÇÃO E ATUALIDADES.**

Tese apresentada como requisito para obtenção
do título de Doutor pelo Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento e Meio
Ambiente da Universidade Federal de Sergipe.

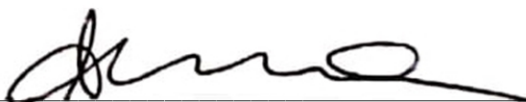
Aprovada em 28 de Novembro de 2019.



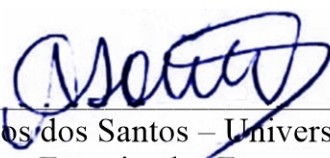
Prof.a Dra. Gicélia Mendes da Silva - Universidade Federal de Sergipe
Presidente-orientadora



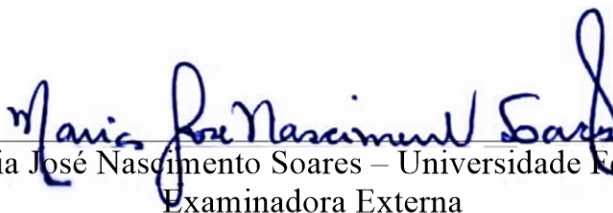
Prof.^a Dra. Maria Teresa Uille Gomes – Universidade Federal do Paraná
Examinadora Externa



Prof.^a Dra. Flavia Moreira Guimaraes Pessoa – Universidade Federal de Sergipe
Examinadora Externa



Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Examinador Externo



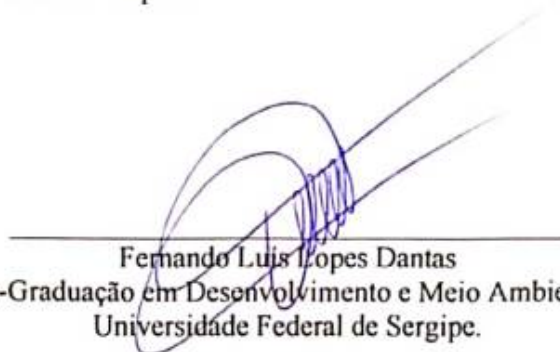
Prof.a. Dra. Maria José Nascimento Soares – Universidade Federal de Sergipe
Examinadora Externa

Este exemplar corresponde à versão da Tese de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente concluído no Programa em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

A handwritten signature in blue ink, reading "Gicélia Mendes da Silva", is positioned above a horizontal line.

Professora Doutora Gicélia Mendes da Silva
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe.

É concedido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) responsável pelo Curso de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente permissão para disponibilizar, reproduzir cópia desta Tese e emprestar ou vender tais cópias.



Fernando Luis Lopes Dantas
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe.



Professora Doutora Gicélia Mendes da Silva
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe.

*(...) o saber não é feito para compreender, ele é feito
para cortar.*

Michel Foucault

DEDICATÓRIA:

Gostaria de repetir a dedicatória que fiz em minha dissertação do Mestrado. Talvez por estar com preguiça e exausto pelos mais de 2 (dois) anos dedicados à redação desta Tese, talvez por ter gostado tanto daquela dedicatória, talvez por continuar a acreditar que não faz sentido dedicar alguma coisa a quem não vai fazer uso dela. Assim, mais uma vez:

“dedico esta Tese a todos os que a lerão. Não faria sentido fazer diferente. Só se deve dedicar um escrito para quem irá lê-lo. Então, se fizer a leitura desta Tese, é a você que eu a estou oferecendo.

Como algumas pessoas eu tenho certeza que irão lê-la, dedico-a em especial ao meu pai Otacílio, à minha Juliana e ao meu filho Vinícius. A eles, com a tese, dedico também o meu amor.”

Mas queria fazer algo um pouco diferente.

Não creio em vida após a morte. Não que eu negue que possa existir algo depois desta existência, mas é por crer que a questão está tão além do que eu possa apalpar ou mesmo racionalizar, que acredito não valer a pena pensar a respeito, embora respeite todo mundo que o faça. Eu, particularmente, prefiro “apostar todas as minhas fichas” nesta existência e estou muito feliz assim (Obrigado!). Acho, todavia, que a memória de algumas pessoas pode e deve ser reconhecida. Assim, dedico esse trabalho à memória de minha falecida mãe, Maria da Glória, a quem também gostaria que viva estivesse para que, com esta Tese, eu pudesse dedicar também o meu amor.

SUMÁRIO DOS AGRADECIMENTOS

INSTRUÇÕES GERAIS DOS AGRADECIMENTOS	II
AGRADECIMENTOS – PARTE I	IV
AGRADECIMENTOS PARTE II	XIV

INSTRUÇÕES GERAIS DOS AGRADECIMENTOS

Na minha opinião, os *Agradecimentos* foram a melhor parte de minha Dissertação do Mestrado. Acho que o fato de a gente fazer os *Agradecimentos* depois de concluído o trabalho escrito tem a ver com isso. Escrevemos com mais esmero quando é por vontade própria, sem aquela obrigação¹ de produzir, movidos apenas pelo ímpeto de homenagear os que nos ajudaram em alguma empreitada. Fazendo assim, termina que tudo fica melhor. Então, por ter feito aqueles *Agradecimentos* desse modo e por achar que eles foram a melhor parte do trabalho, queria repeti-los aqui.

Mas cogitei que poderia haver motivações ocultas para essa minha vontade de repetir na Tese aquela parte da Dissertação. Talvez esse desejo tenha sido motivado pela crença de que isso poderia “impressionar” quem inicia a leitura desta Tese, especialmente a Banca que irá me avaliar. É uma hipótese, quiçá parcialmente procedente, mas que não explica tudo.

Talvez eu quisesse repeti-los porque aqueles *Agradecimentos* poderiam me servir agora como guia, um roteiro, uma espécie de “cola” para eu me orientar, na medida em que escreveria a ideia e iria mudando apenas algumas partes nestes “novos” *Agradecimentos*. Pode ser também por isso.

No fim das contas, acho que não preciso escolher uma causa apenas, pois talvez seja por tudo isso e mais um pouco... E neste “mais um pouco”, penso que devo incluir como motivação para repetir meus *Agradecimentos* o fato de que esta Tese é, não resta dúvida, uma continuidade de minhas pesquisas realizadas no mestrado, de modo que eu tenho mesmo que renovar aqui minha gratidão em relação àquelas pessoas que me ajudaram durante aquele curso (mestrado).

Espero que essas três possíveis motivações justifiquem a repetição daqueles *Agradecimentos*, mas se você discordar, basta pular a leitura dos *Agradecimentos* – *Parte I*, indo diretamente à página 80 deste escrito. Por mim, não tem problema algum, pois foi por mim que manifestei gratidão àquelas pessoas. Sou eu que me sinto “obrigado” a dizer “obrigado” e que estou com muita vontade de renovar meu gesto de reconhecimento.

¹ Em termos de obrigação, de formalidade, se eu dissesse “muito obrigado a todos os que contribuíram de algum modo para a conclusão deste trabalho”, já teria me desobrigado da obrigação de dizer obrigado, além de ter a certeza de não esquecer nenhuma pessoa.

Justificada (para mim) a repetição, devo dizer que as duas partes seguintes destes *Agradecimentos* são longas. Por essa razão, optei na Tese por fazer, parcialmente, aquilo que deveria ter feito desde a dissertação: um sumário.

Na verdade, não é bem um sumário. Talvez seja. Melhor dizendo, é um sumário, de fato, mas não um sumário analítico, em que seria possível você já pesquisar se seu nome foi ou não citado aqui. É um sumário bem mixuruca, que fiz apenas para aliviar a culpa de não ter feito algo semelhante na Dissertação, como se aqui eu quisesse apenas pagar uma espécie de dívida moral a que me achei obrigado desde o mestrado.

Todavia, depois de começar a escrever, vi que um sumário não resolveria o problema de quem não quer ler o texto todo, pois ele somente indicaria as partes do todo, e não os nomes de pessoas que constam nestas partes. O correto mesmo seria eu fazer um índice remissivo, pois aí cada pessoa saberia exatamente *se e em* que página falei a seu respeito. Mas como não cogitei ou prometi isso nos *Agradecimentos* do mestrado, o que certamente me ocuparia muito mais tempo, não vou me dar o trabalho de fazer índice algum, pois estou cansado de tanto escrever e com muita vontade de me livrar das obrigações acadêmicas e ter minha vida “normal” de volta. O trabalho de ler, ou o risco de pular e não saber se citei seu nome, ficam por sua conta. De minha parte, fiz o que minha consciência mandou e estou livre para poder ir para minha “Quinta dos amigos”, para o “Almoço de sexta”, para o “cinema de sábado” e para sair com minha Princesa quando eu quiser. O eventual índice remissivo ficará para o pós-doutorado ou, quem sabe, para um doutorado em Filosofia ou em Direito... ou não, como diria o filho de Dona Canô.

Escrito esse “*blá, blá, blá*” inicial, quero encerrar essas *Instruções gerais dos Agradecimentos* apenas dizendo o que o sumário já diz: que estes *Agradecimentos* se subdividem em três partes, cujos nomes eu já escrevi antes e não pretendo repetir aqui, pois estou com preguiça de escrever ou de “copiar e colar”. Se você já não lembra quais são as partes, recomendo que volte duas páginas.

AGRADECIMENTOS – PARTE I

(Reprodução dos Agradecimentos constantes na dissertação do

Mestrado em Direito PRODIR/UFS)

Quero fazer uma advertência inicial aos que pretendem ler estes agradecimentos: eles têm mais de uma dezena de páginas.

Até pensei em fazer um “sumário dos agradecimentos”, de modo a facilitar a vida das pessoas a quem eu manifestei gratidão, pois assim não perderiam tempo procurando em que trecho me refiro a elas. Mas aí pensei que ninguém é obrigado a ler coisa alguma. Então, como é uma faculdade, aquele que quiser saber *se e o* que exatamente falei sobre ele(a), terá que ler tudo, ou ao menos uma boa parte, já que pode deixar de lado o restante do texto dos Agradecimentos depois de ver o que falei a seu respeito.

Feito o necessário alerta, passemos aos agradecimentos.

“Agradeço a todos os que, de algum modo, contribuíram para a conclusão deste trabalho.”

Essa é certamente a frase inicial mais clichê, quiçá piegas, que se vê nos agradecimentos de livros, teses, dissertações, TCCs, etc. Mas é assim porque tem de ser, já que representa o reconhecimento de que o conteúdo a seguir apresentado não é produto do esforço de uma só pessoa, mas o fruto de um acúmulo de contribuições. Ninguém chega até aqui sozinho e, não se iludam, muito do que se escreve não é propriamente um trabalho autoral.

Então, repito, mas agora sem aspas e sem ressalvas, que agradeço a todos os que, de algum modo, contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Começo por agradecer àqueles não relacionados aqui, mas que foram vários e de muita importância. Não se chateie se não viu seu nome estampado neste espaço, pois tenha a convicção de que lhe sou grato.

Também registro meu agradecimento aos autores das obras que consultei. Sem elas não haveria trabalho algum, ou quase nenhum. Algo estritamente pessoal é muito raro de se extrair daqui, como, aliás, de quase tudo que se escreve. E nisso concordo com Einstein (se discordasse seria muita ousadia minha), quando disse que “o segredo da criatividade é saber como esconder as fontes.” Portanto, reconheço que as “minhas” formulações, na verdade, foram resultado das

diversas ideias alheias, incorporadas e modificadas por cruzamento entre si. É bem verdade que eu tentei ser criativo e não fazer tudo dessa forma. Se consegui? Leiam e julguem-me!!

Passando agora aos nomes, agradeço inicialmente aos meus ex-colegas de trabalho, com os quais convivi e aprendi acerca do tema objeto deste trabalho, por mais de cinco anos na Superintendência do Patrimônio da União no Rio Grande do Norte (essa é a atual designação do órgão. No início era Delegacia e, depois, passou a ser chamada de Gerência Regional). Obrigado, então, Stanley, Glória, Karla, Yeda, Chicão, Adriano, Tarcísio, Marivaldo, Genivalde, Nilberto, Aldo, Joaquim, Otávio, Oswaldo, Terezinha, Ana Carla, Andreia e, em especial, Carlos José.

A você, Carlos José, agradeço, antes de tudo, pela amizade, pelo cuidado e pela compreensão em administrar as peculiaridades de minha condição de servidor e estudante. Também agradeço o exemplo de servidor público que foi, ao nunca se conformar em fazer apenas o básico e deixar o tempo passar. Sempre admirei sua capacidade de se reinventar como pessoa e como profissional, mas que em todo o tempo conservou um rígido padrão de correção ética e de honestidade. Das pessoas vivas que me inspiram grandemente, que talvez possam ser contadas nos dedos das mãos (e nestes já incluo meu filho e meu pai, portanto restam poucos lugares), você está dentre elas. Obrigado, meu eterno chefe e amigo.

Agradeço, também, aos meus atuais colegas de trabalho. Todos, sem exceção, foram importantes para mim, na medida em que “seguraram a barra” enquanto tive que dividir o tempo entre meu ofício e os estudos. Quero agradecer a Karlos Marx (colega Juiz), Antônio Carlos (Promotor de Justiça), Márcia Santana (Promotora de Justiça) e Alex Maia (Promotor de Justiça), pela ajuda que me deram no período em que cursei o Mestrado. O “bonde” não parou por causa de vocês.

Quero também agradecer a Ana Paula, a Arnon, a Ivo, a Larissa e a Estefânia. Sem cerimônia (sabem que não sou disso), não teria sequer entrado no Mestrado se não contasse com a ajuda de vocês. Além disso, quero agradecer por todo o auxílio que me deram e por toda a paciência que tiveram durante aqueles dois anos. Mas mais que isso, quero pedir desculpas se em algum momento de estresse me portei de uma forma que não deveria, se comeci o dia sem dar “bom dia”, se não disse sempre “muito obrigado”. Enfim, por qualquer coisa que tenha feito de errado eu peço que me perdoem.

A Varjão, em especial, quero dizer que tudo o que falei no parágrafo acima se aplica a você. Mas quero lhe dizer mais. Você é, comigo, mestre em Direito [e agora Doutor em

Desenvolvimento e Meio Ambiente], não só por presenciar atentamente todas as audiências que conduzo, mas porque me ajudou mais que qualquer pessoa em todas as minhas atividades durante o curso de Mestrado [e Doutorado]. Não me esquecerei jamais disso. Quero que saiba que farei o que estiver ao meu alcance para retribuir o que fez e faz por mim. E mais, espero que comece a realizar aquele projeto (você sabe qual é!!!). Muito obrigado por tudo, meu amigo.

Sei que já passei de uma folha, tamanho padrão dos agradecimentos “normais”, mas tenho muitos a quem agradecer. Quem não quiser ler até o final, que pare aqui e passe ao conteúdo, mas não saberá se seu nome foi mencionado. É o risco...

Chegando ao Campus da Universidade Federal de Sergipe (UFS), quero agradecer a Catuscha, ex-funcionária da Coordenação do PRODIR (Coordenação de Pós-Graduação em Direito). Muito obrigado pela solicitude em atender a todos, alunos e professores. Você é a prova de que ajudar aos outros faz mais bem a si do que aos ajudados, demonstrando isso por viver sempre sorrindo e com a feição de serenidade.

Agradeço também a todos os meus colegas de mestrado, com os quais muito aprendi durante nossa convivência. Registro especialmente minha gratidão a Paulo Roberto, duplamente colega e, mais que isso, amigo e irmão. Começamos e terminamos o Mestrado no mesmo dia, o que muito me deixou feliz. Para mim, a convivência com você é sempre um privilégio. Obrigado, meu amigo-irmão.

Aos meus professores, a todos, tenho que agradecer.

À professora Constança, pelo exemplo de dedicação à vida acadêmica e de inteligência.

Ao professor Ubirajara Coelho, com quem aprendi que a preocupação com o aluno começa em conhecê-lo melhor (por isso leu os currículos lattes de todos antes do curso), bem como que é uma prova de atenção e respeito preparar o material e disponibilizar todo o conteúdo de forma organizada para os alunos.

Ao professor Lucas Gonçalves, por pregar a importância da produção científica, que é um dos objetivos da pesquisa acadêmica. Também agradeço a cordialidade e presteza com que sempre me tratou enquanto Coordenador do PRODIR.

À professora Jussara Moreno agradeço, antes de tudo, por me fazer entender que “escrever é um hábito”. Essa frase foi dita por ela, enquanto coordenadora do mestrado, ainda na primeira reunião do curso. Lembra-se dela, Professora?! Eu me lembro e a guardarei comigo sempre. Também a agradeço por reafirmar a convicção de que o aprendizado deve ser levado a

sério. Saiba que participar (e não apenas assistir) de suas aulas foi de grande importância para mim, mesmo com o estresse (que “faz parte”... não estou reclamando) que as antecedia em razão de termos de fazer aqueles resumos (que também foram importantes, pois “escrever é um hábito”).

Quero agradecer também à professora Gicélia Mendes, por ter me acolhido tão bem no PRODEMA a ponto de me aceitar como orientando do Doutorado. Registro que escolhê-la não foi um ato aleatório. Depois de ser seu aluno e ver como preza pela investigação, pela interdisciplinaridade, desejei, deliberadamente, ser seu orientando. Quero registrar que nossa convivência no Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente será [tem sido] para mim uma experiência bastante enriquecedora.

Devo agradecer também ao Professor Dirley da Cunha Júnior, pelas preciosas lições que extrai de suas obras. Também quero dizer muito obrigado pela disponibilidade para compor a banca de defesa de minha dissertação do Mestrado. Espero que o conteúdo de minha pesquisa, que tem a ver em alguns aspectos com sua atuação profissional na Magistratura e na Academia, possa, ainda que em singela medida, retribuir sua generosidade em participar deste [daquele] momento de grande importância na minha vida acadêmica.

Algumas pessoas aparecem em nossa vida não por acaso. São lhe apresentadas por Deus(a)(es) (depois falo dEle(a)(s)) para algum propósito... ou para vários. A professora Flávia Pessoa é exemplo dessas “coincidências”. Diz ela ser uma “*headhunter*”. Não discordo que seja, mas ela não é “só” isso. Eu digo que ela consegue ajudar as pessoas a serem melhores, ou ao menos a se descobrirem melhores do que pensavam, mas não sabiam que eram. Há uma enorme diferença, que não requer explicação para ser compreendida, entre aquele que encontra algum minério de valor e outro que o lapida. A professora Flávia não é uma simples mineradora. Além disso, a professora Flávia tem na generosidade um traço marcante. Ela é o típico exemplo de alguém que compreende que, para ser uma pessoa melhor, melhor é ser melhor “com”, e não melhor “sem” ou “sobre”. E quem achar confuso que ache, mas a professora Flávia entendeu, pois além de tudo é inteligente como poucas pessoas.

Não posso (e não quero!) deixar de agradecer ao meu orientador, o professor Henrique Cardoso, a quem se aplica muito do que eu disse em relação à professora Flávia. Sei que ele tem uma crença não muito convencional a respeito de Deus(a)(es) (já disse que depois falo dEle(a)(s) e explico o porquê desse monte de coisas entre parênteses), mas embora ele, o professor Henrique, possa duvidar, nossa (re)apresentação foi obra divina. Eis aí mais uma dessas “coincidências”.

Creio que o professor Henrique Cardoso não vai lembrar (quicá nem concordar com o que direi), mas não foi por acaso que, lá no Ferreiro do Shopping Riomar (Aracaju), ele me foi reapresentado por Henrique Britto. Digo reapresentado, pois, pode o Professor Henrique também não lembrar, ele já me tinha sido apresentado por Aldo em um daqueles cafés do mesmo Shopping Riomar. Na oportunidade da reapresentação, eu disse ao professor Henrique que tinha interesse em cursar o mestrado e de logo ele se dispôs a me orientar, caso eu fosse aprovado na seleção.

Eu sei que estou me estendendo demais nos agradecimentos, mas penso que posso. Afinal de contas, passei dois anos me dedicando ao Mestrado [outros quase cinco ao Doutorado], de modo que não é possível que agora eu tenha que economizar umas poucas páginas. Vou fazer meus agradecimentos do jeito que eu quero. Quem não quiser ler, eu já disse, tem a opção de parar por aqui e passar diretamente ao conteúdo.

Voltando aos agradecimentos ao professor Henrique, devo registrar que com ele aumentei o gosto pelo Direito Público, em especial o Administrativo. A partir de seus ensinamentos, compreendi o quanto de ciência há efetivamente nesse ramo do Direito. A percepção da estreita ligação do Direito Administrativo com o Direito Constitucional, com a Filosofia e com a Economia, é algo que também tributo às lições do Professor Henrique.

Agora posso afirmar que conhecia um Promotor de Justiça, que era excelente no que fazia, mas hoje conheço também um professor, que é tão bom nesse ofício quanto em sua outra profissão. Obrigado, professor Henrique.

Quero também falar de meus familiares. E, como já cometi a “gafe” de me alongar, vou aqui nominar um por um.

Obrigado às minhas irmãs Lena, Roberta e Ana Paula, ao meu irmão Rafael, aos meus sobrinhos Guilherme, Murilo, Rebeca, Ranyere, Davi e Luna, aos meus cunhados Mariano, Régis e Breno. Muito obrigado, ainda, aos meus sogros Garibalde e Livinha. Todos vocês “contribuíram de algum modo” para que eu conseguisse terminar meu Mestrado. Muito obrigado de verdade.

Há parentes, contudo, de quem irei falar individualmente.

A meu pai, seu Otacílio (ou seu “Mansinho”, para os amigos mais chegados), devo quase tudo que sou e quase tudo que tenho: nada demais, mas também nada menos do que preciso para viver. Lembro como se fosse hoje das vezes que, mesmo depois de passar o dia na “praça” (é assim que se chama o local onde os taxistas ficam esperando os passageiros, ainda que não

seja efetivamente uma “praça”), ele ainda se dispunha tentar nos ensinar as tarefas do colégio. E quando não conseguia, principalmente na medida em que os assuntos começaram a ficar mais complicados, ao menos perguntava e exigia de nós a dedicação que deveríamos dar aos estudos (embora, muitas vezes, eu e minhas irmãs e irmão não déssemos).

Criar cinco filhos sozinho não é tarefa para qualquer um. Mas meu pai não é “qualquer um”. Meu pai é “o cara”, para dizer o mínimo (e para ser politicamente correto e não usar a expressão que tenho em mente, a qual começa com a letra “F”, seguida de uma vogal que não é “a”, “e”, “i” ou “u”, e termina com a sílaba “DA”). Ensinou-me valores que livros ou escola alguma podem ensinar. Ele me ensinou a pagar por tudo o que eu vá comer (viu aí, Juliana, os porquês de eu ser “tão orgulhoso” para certas coisas? Genética e um grande exemplo explicam). Ensinou-me que viver para si é bom, afinal de contas a gente deve ser feliz, mas que igualmente bom (na verdade, bem melhor) é viver também para os seus, tendo a consciência de que “não se pode ser feliz sozinho”.

Nunca vi meu pai fazer qualquer coisa melhor para ele do que para os filhos. Em coisas simples, como escolher um pedaço da carne ou dividir a Coca-Cola “família” do almoço (durante um curto período de aproximadamente dois anos tivemos esse “luxo”), jamais vi meu pai exercer o direito que ele “naturalmente” teria (afinal, era maior que nós em tamanho e tinha pago por tudo o que entrava em nossa casa), de pegar o maior pedaço ou beber mais refrigerante. Não estou aqui “chorando miséria” ou me fazendo de coitado, pois isso não convém e nem há razão para tanto, já que nada nunca nos faltou. Apenas quero dizer que meu pai, com esses exemplos, sempre colocou os filhos em primeiro lugar. Sua vida, que me perdoem os professores que mencionei aqui e os que não citei também, ensinou-me e ainda me ensina muito mais do que todos os mestres que tive, tenho e terei.

Por isso, ao meu pai eu quero dizer muito obrigado, mas muito obrigado mesmo. Amo muito você, meu Pai. Você é quem é o “meu orgulho”!!

Há uma pessoa que esteve do meu lado todos os dias durante o Mestrado. Aliás, antes mesmo de ele começar, ela já “sofria” com o meu “relacionamento sério” com a UFS. Desde quando decidi fazer a seleção e comecei a me preparar, Juliana esteve comigo. Nenhuma pessoa renunciou mais durante os dois anos do curso do que ela. Eu não renunciei às minhas atividades profissionais, pois continuei a trabalhar normalmente. Eu tive mais ocupações, e ela menos tempo comigo. E nessa aritmética injusta, sobrou para Juliana ou, melhor dizendo, quase não sobrou, pois restava menos tempo para nós. Se ela antes me dividia com um trabalho, que me levava e ainda me leva para outra cidade durante os dias úteis da semana, a partir do Mestrado

ela tinha que me dividir também nos finais de semana, que foram tomados pelas leituras e pelas atividades que eu tinha de realizar. Se me ouvir falar de Direito já não era atividade das mais aprazíveis (ela é arquiteta), o Mestrado só piorou a situação. E ela sabe que eu gosto de conversar (e muito) sobre o que leio e estudo, de maneira que a tenho como uma heroína, ou mesmo uma deusa da paciência.

Mas ela faz isso tudo por amor, um amor que é verdadeiro, pois não quer que eu pare de falar do que gosto para simplesmente agradá-la. Se quer, faz isso intimamente, pois nunca exigiu. Se diferente fizesse, aí não seria amor. Seria qualquer outra coisa (posse, egoísmo talvez), menos amor. O amor, que é o que ela sente por mim, deve ser assim: acolhedor (o que é diferente de acomodado ou conformado). Quem ama, recebe a pessoa amada como ela é. É uma compra de “porteira fechada”. Aí, se for correspondido (e no nosso caso é), o amor pelo outro produz em nós a mudança que é necessária para ajustar tudo. Perceberam a diferença? Não se exige a mudança por amar alguém. Isso é um disfarce para outro sentimento menos nobre. A mudança se produz quando, para agradar a quem se ama, para fazer uma relação se desenvolver, aquele que ama muda por vontade própria. Melhora, por assim dizer. Em suma: se evolui por amar, e não para se atender a uma exigência ou capricho.

E Juliana me ama de verdade. Em momento algum, disse: “não faça ou saia desse Mestrado”. Ela sabia o quanto aquele Curso era importante para mim, e simplesmente me acolheu com ele [e depois, com o Doutorado].

É certo que às vezes reclamava. Na verdade, muitas vezes reclamou, no que sempre teve razão. O Mestrado me exigia muito, pois eu quis aproveitá-lo o tanto quanto eu pudesse. Não queria fazê-lo, e não o fiz, “de qualquer jeito”, pois o fiz pela única e última vez na vida.

E por falar em fazer algo pela última vez, quero aqui dizer que ter você, Juliana, como mulher foi a melhor coisa que me aconteceu desde quando a conheci... e aconteceu pela última vez!!!

Então, por ter sido minha companheira durante todo o Mestrado [e Doutorado], e durante todos esses anos em que estamos juntos, quero agradecer a você e dizer que te amo muito, “de verdade verdadeira e para sempre.”

Meu filho Vinícius, eu te amo muito. Talvez não saiba o quanto, pois é muito, mas muito mesmo.

Concluindo o Mestrado, cumpri uma promessa que fiz a você. Essa promessa que fiz sem que me fosse exigido, ou que você talvez nem tivesse entendido as razões de eu tê-la feito.

Mas eu a fiz por amor a você. E não há nada nessa vida que me estimule mais do que querer cumprir algo que eu tenha te prometido. Não que para mim seja uma obrigação. Longe disso. O que me move (e como!) é o amor por você.

Você é o “meu orgulho”. Essa frase agora é minha para você (“quem herda, não rouba!”).

Quero dizer que fico feliz que você agora seja meu colega de curso (e que todos saibam que, quando ele decidiu fazer Direito, nem morava comigo), mas principalmente por ver você tomar gosto pela coisa. E ainda bem que é um gosto seu, não meu, já que nunca pedi ou fiz questão que você fizesse este ou qualquer outro curso. Meu desejo é e será sempre apenas um: que você continue a ser feliz, e para isso deve sempre fazer o que lhe agrada, e não o que satisfaça seu pai ou qualquer outra pessoa.

Por ser minha maior fonte de inspiração, desde antes de nascer e enquanto eu viver, quero dizer a você obrigado, filho. Eu te amo muito.

Não tenho mais mãe. Ela não é viva. E confesso que não tenho certeza alguma de como funcionam as coisas depois que a gente morre, desencarna, parte dessa para melhor, ou seja lá como queiram chamar a inevitável experiência de morrer. Só sei que sinto sua falta.

Já senti mais, admito (estou muito sincero hoje. Depois dos 40 [44], a gente não tem muito saco para mentiras convenientes ou politicamente corretas). Sinto menos falta hoje, pois algumas pessoas preencheram, em parte, o vazio que você foi forçada a deixar. Meu pai fez muito bem um duplo papel. Outras pessoas a vida (Deus(a)(es)??) foi aproximando de mim e de minhas irmãs, de modo que fomos cuidados por muitos(as) outros(as). Mas penso que seria muito bom ter outra pessoa na face da terra que eu amasse tanto quanto eu amo meu pai. Seria massa.

Mas como eu disse, não sei como você está. Sei como eu quero que esteja: num bom lugar e em excelente companhia.

Também queria que em alguns instantes, pelo menos, você pudesse me ver e às minhas irmãs. Mas só poderia ser naquelas horas que a gente faz coisas boas, pois se fosse todo tempo não seria muito legal. Fico até constrangido em pensar que você possa ver tudo o que a gente faz. Vamos mudar logo de assunto...

O que eu quero dizer é que gostaria de retribuir o orgulho que sinto de você. Tenho orgulho não pelo que lembro (muito pouca coisa), mas pelo que ouço falarem de você, e isso é

muito, mas muito mesmo. Todos dizem que você era uma pessoa boa e extremamente generosa, e apenas isso basta para eu ter certeza que seria tão boa mãe quanto bom é o meu pai. De todo modo, embora sem ter certeza de que possa ou não saber o que escrevo agora, quero agradecer a você, minha mãe Glória, pela vida e pelos cinco anos de convivência. Também amo muito você, minha mãe, por quem você foi e por quem eu queria que ainda fosse.

Por fim, e é o fim mesmo, quero agradecer a Deus(a)(es).

Cresci acreditando que, para acreditar em você, teria que acreditar sem duvidar. Duvidar de você seria, antes pensava, um “pecado”, um “pecado mortal” até, daqueles que mandam o sujeito direto para o “inferno”, sem direito a remissão ou purgatório. Mas então eu pensava: como não poder duvidar, se Ele me deu o “livre arbítrio”? Como evoluir sem questionar? Como ter 100% de certeza sempre? Com ter 100% de confiança?

Sempre neguei, jamais disse isso publicamente, mas em tempo algum tive absoluta certeza de sua existência, ou ao menos que você fosse como nós homens convencionamos que você “deveria” ser (que pretensão a nossa!). E penso que todo mundo (todo mundo mesmo, sem exceção), alguma vez na vida, lá no íntimo, também já desconfiou de sua existência, já teve dúvidas a seu respeito. Dizendo o que eu disse, tiro, aqui e agora, um “mundo das minhas costas”, pois pensava que poderia ir para o “inferno” se admitisse uma coisa dessas (embora eu pensasse).

Afirmo que, quase sempre (mas não sempre) acredito em você, pois penso que existe alguém, uma “lógica”, uma “força maior” que organiza tudo nesse mundo. Não faz sentido algum tudo ter sentido, se não houver alguém (ou algo ou mais de um alguém) para dar sentido a tudo. O universo, um caos em expansão, é perfeito demais para sua criação e funcionamento serem atribuídos a nada. Mas sei que posso estar errado e você não existir. Será? Talvez!

Meu discernimento é limitado para compreender você. Não sei se você é único, qual sua aparência e de onde veio (sim, pode ser um E.T., por que não?). Tenho muitas dúvidas a seu respeito, pois você me permitiu ter todas elas. Como você é generoso! Mas estou certo que há pessoas, menos generosas, que estão lendo isso e pensando: “que blasfêmia!”.

Por não ter ideia certa das suas características, é que a maior parte da minha existência eu usei algum nome para lhe designar. Referi-me a você como Deus, que às vezes foi substantivo próprio, mas em outras ocasiões foi um adjetivo (e por isso grafado com inicial minúscula). E como “simplesmente” Deus soa, por vezes, muito impessoal, também gosto de lhe chamar de outros nomes, como Jesus Cristo, que é você e, ao mesmo tempo, seu Filho,

portanto, meu Irmão, mas também meu Senhor e Salvador. Sinceramente, dá para entender tudo isso sem questionar? Nem me venha com essa! De uma coisa, no entanto, eu tenho certeza. Sendo você Deus, ainda que seja mais de um, e sendo você bom, deve me amar como eu sou (lembra o que eu disse sobre o amor? Sobre acolher como se é? É desse amor que falo!), compreendendo e perdando todas as minhas dúvidas e questionamentos.

Se meus amigos, meus familiares, meu pai, Juliana e Vinícius me amam assim, por que alguém (ou algo... ou mais de um alguém) que seria bem melhor, que dizem ser o próprio amor, iria, então, condicionar o seu amor ao fato de eu pensar de uma forma específica? Como imaginar que você ficaria chateado comigo por eu pensar como penso? Se fosse para ser diferente, então para que me daria o tal do “livre arbítrio”?

Eu só quero seu amor se for desse jeito: acolhedor e generoso. Se for de outro modo, eu não quero. Fique com ele ou pode dá-lo para outro.

Arrogância com o próprio Deus(a)(es)?!! Nada disso! Ao contrário, digo isso, pois tenho absoluta convicção de que seu Amor é muito mais acolhedor que o nosso, é muito mais generoso que o nosso, é infinitamente mais compreensivo que o nosso. Enfim, seu Amor é muito maior e melhor do que é o nosso amor, sobretudo porque sua preocupação não é de impor sua vontade a nós, mas de demonstrar o seu Amor por nós.

Então, feitas todas essas ponderações em relação ao que penso sobre Você, saiba que hoje, neste momento, tenho 100% de certeza de sua existência e de seu amor por mim. Por tudo o que Você me fez, pelas pessoas que colocou no meu caminho para me ajudar no Mestrado [no Doutorado] e em tudo mais da minha vida (nem precisou fazer “milagre”, pois tudo teve sentido... o sentido que Você ordenou antes), eu quero dizer a Você, Deus(a)(es), que eu te amo muito e que sou grato.

Ps.: pode até parecer besteira para quem não crê (até para mim, nos vários momentos em que eu também não creio), mas neste momento sinto Você me dizer: “nem pense que fico magoado com você. Eu também o amo muito e amo exatamente do jeito que você é.”

AGRADECIMENTOS – PARTE II

(Agradecimentos do Doutorado)

Coelho branco: “Diga-me, Pat, o que é aquilo na janela?”

Pat: “É um braço, patrão!”, respondeu com forte sotaque irlandês.”

Coelho branco: “Um braço, sua mula? Onde já se viu um braço desse tamanho? Ora, ocupa a janela inteira!”

Pat: “Verdade, patrão; mas, mesmo assim, não deixa de ser um braço.”

Lewis Carroll (Chales Lutwidge Dodgson),

Alice no país das maravilhas

Hoje é dia 05 de outubro de 2019. Começo a escrever estes Agradecimentos por volta das 18:23min e gostaria de escrevê-los de uma só vez, embora eu acredite que não conseguirei, pois estou em “crise”, como mais à frente vou explicar.

Não posso estimar quantas páginas estes Agradecimentos terão, mas sei que não serão breves, pois, mais ainda no Doutorado que no Mestrado, recebi a ajuda de muitas pessoas. Renovo, pois, a advertência que fiz (e já repeti), no sentido de que, se você está com pressa para ver o conteúdo, que pule logo para a página 80.

Por que faço *Agradecimentos* longos? Precisa perguntar mesmo? Eu já disse: porque fui muito ajudado. Eu não conseguiria, e nem gostaria (de), fazer sozinho esta pesquisa e, para minha felicidade, encontrei em meu caminho muitas pessoas dispostas a colaborar, de maneira que penso ser necessário e justo que eu registre a minha gratidão. Assim, se desejo agradecer àqueles que me ajudaram ao longo dos cinco longos anos do curso, nada mais natural do que fazer longos agradecimentos, que, mesmo assim, longos, não deixam de ser agradecimentos.

Repito (estou colando, eu confesso), então, minha manifestação de gratidão a todos os que me ajudaram e, por lapso de memória meu, não consigo lembrar o nome. Certamente há muitas pessoas que deveriam ser mencionadas aqui, mas por falha minha não foram expressamente incluídas nestes *Agradecimentos*. A elas, além de pedir desculpas pelo episódico e, espero, escusável esquecimento, devo também dizer muito obrigado.

Quero começar, melhor dizendo, prosseguir nestes *Agradecimentos* confessando que os estou fazendo antes de terminar de escrever a Tese. Estou, como disse, num momento de “crise”. Não digo crise de preguiça, mas de falta de “coragem”² para sentar a bun#\$@ na cadeira

² É outra coisa, mas não consigo refletir agora sobre o que acontece comigo neste momento de “crise”, nem sobre suas causas. Talvez, lá na frente, em um exame retrospectivo, eu consiga refletir melhor.

e escrever sem parar, num “tiro” só, como algumas vezes fiz e o trabalho cresceu, num dia apenas, mais de uma dezena de páginas. Posso ver mentalmente todas as partes da pesquisa que pretendo escrever, as tenho bem estruturadas no plano das ideias, vejo o fim da Tese, mas... não consigo me focar o suficiente para concluí-la. Sinto um misto de cansaço, de insatisfação com minha falta de “coragem”, mas, por outro lado, rejeito a ideia de “terminar” e depois aprimorar o texto até a data da defesa, ou, ainda, depois das contribuições da banca de defesa. A sensação que tenho é que, se fizer isso, vou estragar o texto já escrito, pois as partes feitas “sem pressa” poderiam ser ofuscadas pelas que eu viesse a fazer “de qualquer jeito”, apenas para terminar (ou interromper... ouvi de alguém, não lembro de quem, que nenhum escrito é terminado definitivamente. A gente abandona ou para de escrever, pois sempre haverá algo a ser acrescido, retificado ou aperfeiçoado).

Talvez eu seja perfeccionista demais para fazer isso (deixar o texto mais ou menos como ele está), mas como estou um tanto enjoado da atividade de pesquisa e escrita desse tema, o qual estudo academicamente há 7 (sete) anos, termino sofrendo, em alguma medida, com estresse e com a ansiedade por esse dilema: pausar agora ou escrever mais?

Não sei o que farei... Vou pensar depois dos *Agradecimentos*. Talvez num Posfácio dos *Agradecimentos* eu diga o que decidir fazer, se até terminá-los eu já tiver decidido. Vamos ver...

Por que comecei estes *Agradecimentos* fazendo a confissão em relação a esta “crise”? Porque quero começar dizendo obrigado à minha Orientadora, Professora Doutora Gicélia Mendes, pela direção, paciência e cuidado durante esses quase 5 (cinco) anos, especialmente nos momentos em que a pesquisa não caminha (ainda não acabei, por isso o verbo no presente) como a gente espera e deseja. Sua serenidade no trato e sua perspicácia no convencimento da estratégia de desenvolvimento da Tese foram (e estão sendo ainda) essenciais para que eu chegasse a esta fase e, certamente, para que eu possa concluir a pesquisa.

Lidar comigo não é fácil, como eu acima já dei a entender. Eu sou orientando, mas muito teimoso. Reconheço que é difícil me convencer a mudar posições e exatamente por isso tenho muito a agradecer à minha Orientadora, pois, mesmo eu sendo assim, ela, que não é um tipo autoritário, consegue me convencer de quase todas as mudanças de rumo em relação aos destinos desta Tese. Nesse sentido, foi a Professora Gicélia quem me ajudou a delimitar a pesquisa, foi ela quem me convenceu de que a questão do poder deveria ser aqui tratada, foi ela quem me sugeriu parte dos autores das referências bibliográficas, foi ela quem me indicou as pessoas que também poderiam me ajudar em minhas investigações, foi ela quem me deu todo o suporte nas questões institucionais em relação à escolha das disciplinas a cursar e das

atividades complementares a desenvolver, e, ainda, foi ela quem me apoiou quando o prazo ordinário (quatro anos) para a conclusão do Doutorado estava por acabar, mas ela compreendeu que eu havia de prosseguir por mais algum tempo pesquisando e escrevendo³.

Por tudo isso, quero dizer à Professora Gicélia muito obrigado.

Não sei por qual motivo invertei a lógica que usei nos *Agradecimentos* do Mestrado e comecei falando logo de minha Orientadora, mas acho que tem a ver com o fato de que ela foi (e é ainda, pois não acabei) a pessoa que mais me influenciou durante o Doutorado. Eu me refiro notadamente às questões acadêmicas, em relação às quais tenho muito que agradecer à Professora Gicélia, como acima já mencionei, mas gostaria de registrar que recebi dela significativa influência do seu “lado” humano.

Há, no que eu disse, uma manifesta impropriedade. Ninguém tem lados humano, profissional, espiritual (para quem acredita⁴), familiar, etc. Há pessoas, ou seja, seres compostos por todos esses “lados”, os quais interagem e se determinam numa espécie de rede de tensão. Somos seres complexos, e a separação que fazemos em “lados” ou “partes”, numa espécie de decomposição cartesiana, serve apenas para “facilitar” a compreensão de algumas questões mais implicadas em relação a certos aspectos do nosso modo de vida. Mas, no fim das contas, somos pessoas, apenas pessoas, de maneira que não é possível, em verdade, apartar completamente o “lado” pessoal do “lado” profissional.

Por que eu disse isso? Para dizer que nenhum(a) professor(a) será bom(ao) professor(a) se for má pessoa. Um(a) professor(a) que não seja boa pessoa nunca será lembrado(a) como bom(ao) professor(a). Em comparação com outros(as), pode ser melhor (ou “menos pior”), a depender do paradigma de comparação, mas bom(ao) mesmo, “objetivamente” bom(ao), ele(a) nunca será. Dele(a) dirão: “ele(a) sabe muito, tem boa didática, é muito(a) cuidadoso(a) na preparação da aula e na aplicação da metodologia, mas é um chato(a) e gosta de humilhar os(as) alunos(as) em dificuldade.” Essa ressalva final é fatal, pois corresponde aos traços característicos mais marcantes e que provavelmente vão ser lembrados pelos alunos.

Com isto, quero justificar que considero a Professora Gicélia boa Orientadora e Professora, pois a tenho como boa pessoa.

³ Por isso, talvez, se você achou que mais de 600 (seiscentas) páginas seja muito, eu divido com a Professora Gicélia a “culpa”. Ela não queria que o trabalho passasse de 200 (duzentas) páginas, mas permitiu que a tese crescesse. Eu sou o maior culpado, mas não cometi essa “impropriedade” de forma independente.

⁴ Minhas crenças são muito peculiares e cambiantes. Não se deixe convencer pelos Agradecimentos do Mestrado (Parte I), pois não creio mais daquele modo, ao menos não no momento que escrevo esta Parte II.

Não sei se deveria compartilhar sentimentos e experiências pessoais, mas, como a Professora Gicélia verá esse texto antes de qualquer um, se for necessário eu posso suprimir alguns trechos que sejam considerados impróprios. Mas gostaria de dizer algumas coisas para fundamentar o meu “julgamento” em relação ao caráter da minha Orientadora.

Quando a escolhi como Orientadora do Doutorado (sim, eu a escolhi, como já mencionei nos Agradecimentos do Mestrado – Parte I), procurei-a no PRODEMA e, desde o primeiro momento, vi uma pessoa que demonstrava disponibilidade para ajudar quem intencionava realmente desenvolver uma tese e, mais que isso, desenvolver-se com a tese.

Não se deve confundir o que eu disse acima com a disposição de tutelar orientandos(as), de suprir deficiências dos outros níveis de formação acadêmica, nem de fazer pelos seus(uas) orientandos(as) o que somente a cada um de nós caberia. Neste sentido, lembro-me como se fosse hoje de nossa primeira conversa em que disse que gostaria de tê-la como Orientadora. Depois de indicar brevemente meu problema e hipótese, ela me perguntou de forma bem objetiva: “qual é sua tese? O que você pretende sustentar, após concluir sua investigação?” Ao fazer essa indagação, e depois de eu tê-la respondido, ela falou o seguinte: “Se você passar na seleção, aceitarei ser sua Orientadora. Muitas pessoas querem ser doutoras, mas chegam aqui sem a ideia de uma hipótese ou tese. Querem o título apenas, mas não compreendem que o Doutorado exige que se produza uma tese.”

Eu fiquei satisfeito pela aceitação, e em certa medida envaidecido (confesso... mas qualquer uma(a) ficaria, se tivesse ouvido o que eu ouvi na ocasião), mas recebi ali minha primeira lição: além de ser doutor, teria que terminar meu curso com uma tese, ou seja, com o conteúdo que efetivamente representasse algo novo, e não apenas “mais do mesmo”, ou algo já dito, mas que pretensamente agora seria “dito de outro modo”.

Depois de ingressar no programa, a cada encontro com minha Orientadora eu absorvia as lições que ela ia “soltando”, fossem elas em relação às questões da pesquisa propriamente dita, que foram sobremaneira importantes para a (quase, no momento) conclusão desta Tese, ou aquelas “da vida” mesmo, as quais reputo mais valiosas e que vou levá-las para além da defesa.

Citarei algumas (outras) dessas lições.

Num de nossos encontros de orientação, depois de eu apresentar os resultados parciais de minha escrita, a Professora Gicélia falou: “Estou gostando, pois vejo que posso aprender com você.” O poder do que ela disse, de forma “singela” (e deliberada), foi significativo. Em

primeiro lugar, seu dizer significou aquilo que a semântica e a gramática normativa permitem extrair desse período: (1) que ela estava satisfeita com o resultado que apresentei; (2) que esse resultado representava para ela um aprendizado; (3) que eu poderia contribuir com o aprendizado dela. Mas prestando mais atenção, ela disse, também, que todos(as) têm algo a apreender, e que todos(as), se quiserem (e se esforçarem), podem ensinar. Demonstrou, ainda, que, mesmo sendo ela a Orientadora, e a despeito de ser Professora Doutora de uma Universidade Federal, que ministra aulas em diversos cursos e níveis (da graduação ao doutorado), que tem nome escrito em porta de sala no Departamento, ainda acha importante e se sente estimulada a aprender constantemente, aproveitando, para tanto, mesmo momentos improváveis, como foi o caso desse encontro para apresentação de resultados parciais de seu (eu) orientando. Com esse gesto, além de dar exemplo de mentalidade apreendedora (*mindset* de crescimento, como diria Carol S. Dweck), a Professora Gicélia fez prova de sua humildade, demonstrando que essa qualidade é essencial para quem quer apreender e, com isso, evoluir e melhorar como pessoa.

Sobre a humildade e o aprendizado, penso que essa relação tem a ver com ouvir e falar. Desde sempre, mas talvez hoje em dia isso esteja mais evidente, parece que valorizamos mais o falar do que o ouvir. Só que essa predileção contraria a lógica da aprendizagem. Dizem que a gente fixa mais determinado conteúdo quando o ensinamos aos outros, o que pode sugerir que devemos falar mais para apreender. Mas, vejamos que o falar ajuda a fixar o que aprendemos, ou seja, que ensinar consolida a aprendizagem, mas não representa propriamente a incorporação do conteúdo aprendido. Para incorporar o conteúdo que queremos “ensinar” aos outros, precisaremos aprender (e apreender) antes, ou seja, precisamos receber o que pretendemos “transmitir”⁵. Então, a regra é que temos que reconhecer que não sabemos algo, para, depois de aprendermos esse algo, podermos ensinar (e fixar o conteúdo). Reconhecer que não sabemos é, portanto, pressuposto do aprendizado⁶.

Eu sei que a gente pode aprender “apenas” refletindo. Mas mesmo a reflexão exige o aprendizado anterior, pois o ato de refletir é influenciado por tudo o que a gente já aprendeu e apreendeu em outras experiências. Nesse ponto, ousa “discordar”⁷ do que eu penso que

⁵ Eu sei o que termo é inadequado e criticado, pois, segundo Paulo Freire, o conhecimento deve ser construído num processo dialogado, e não somente transmitido, como se um tivesse e o outro não, numa espécie, como ele fala, de operação (de educação) bancária. Mas o uso, no contexto, foi necessário, para dar a ideia de que algo (que participa da construção de outro algo – mais amplo dialogado) também sai de quem ensina. As aspas e a nota terminam por afastar a impropriedade do verbo “transmitir”.

⁶ Eis o funcionamento do que por alguns é chamado de paradoxo de Sócrates.

⁷ As aspas se justificam pelo fato de que a discordância é, na verdade, um reconhecido anacronismo.

pensavam Sócrates e Platão, no que concerne à crença de que em nossa alma se encontraria gravado o conhecimento ideal (que para eles era a realidade, e não a sombra, que representaria o conhecimento sensível), de modo que a reflexão poderia nos conduzir a esse conhecimento (que não era mera imagem, reprodução, mas a essência das coisas).

Acredito que há, sim, um conjunto de modos de viver e pensar gravado em nosso DNA (é fácil, hoje [anacronicamente], “divergir” e concluir que Sócrates e Platão estavam “errados” em falar de “alma”; mas se trocarmos “alma” pelos algoritmos bioquímicos de nosso código genético, forçosamente concluiremos que a ideia deles não seria completamente absurda nem para os dias atuais), mas esse conjunto não dispensa e, a meu ver, pressupõe a experiência da vida em comum, ou seja, da cultura e (co)vivência social, para que possa se incrementar e se aperfeiçoar.

Além disso, penso que essas experiências bioquímicas começam antes mesmo da concepção, de maneira que as vivências daqueles que nos dedicam parte de sua carga genética (pai e mãe biológicos) influenciarão e, em alguma medida, determinarão como viveremos e, por conseguinte, como aprenderemos. Dizendo de outro modo, para aprender, nós precisamos das experiências dos outros, o que exige, como premissa metodológica do aprendizado, a humildade em reconhecer que não somos seres suficientes em aprendizagem.

Aquele singelo dizer da Professora me fez refletir (não sozinho) sobre essa relação entre humildade, aprendizado e construção coletiva de conhecimento.

É preciso, falemos disso agora, não confundir humildade com submissão, sujeição, conformação. Sobre essa diferenciação, a convivência com a Professora Gicélia também me deu lições.

Repito que, se indevida a referência a questões pessoais, não haverá, de minha parte, qualquer problema em suprimir trechos desses *Agradecimentos*, mas os registros aqui lançados, todos respeitosos (e sinceros), foram feitos para evidenciar os motivos pelos quais sou grato à minha Orientadora.

A Professora Gicélia é mulher, negra, nordestina e, em Sergipe, uma “forasteira”⁸. Nessa condição, graduar-se, fazer mestrado, doutorado, passar em concurso para Docente de uma Universidade Federal, ensinar em um Programa de Pós-Graduação e orientar mestrandos e doutorandos, são atos de grande ousadia, resistência e insurgência contra um sistema que,

⁸ Não sei ao certo de qual cidade, mas ela é do Estado de Bahia.

estruturalmente, é concebido para destiná-la (e outras na mesma condição), de modo silencioso, porém muito eficaz (vejamos as estatísticas do IBGE, enquanto elas ainda trazem dados sobre as questões relacionadas à desigualdade social estruturalmente construída), a outros lugares na sociedade.

Talvez, por ter ela alcançado essa condição, alguns que lerão estes *Agradecimentos* podem cogitar dizer que ela é prova de que, com esforço, qualquer um pode vencer na vida. Usariam seu exemplo como justificativa para o velho⁹ argumento da meritocracia¹⁰, ignorando

⁹ Desde *A República*, de Platão, Sócrates e outros tantos invocam o “mérito” pessoal como justificativa para o sucesso. Creio, no entanto, que o “sucesso”, em grande medida, seja determinado pelas circunstâncias alheias à nossa vontade, ou seja, que decorrem da fortuna, como diria Maquiavel. É um debate longo, que não pode ser objeto de reflexão mais detida nestes *Agradecimentos*.

¹⁰ Sobre a questão da meritocracia, fiz uma postagem no Facebook em setembro de 2016. Reproduzo aqui o texto. “*AINDA SOBRE A MERITOCRACIA, O INGRESSO NA MAGISTRATURA... E A INSISTÊNCIA NA POLARIZAÇÃO.*”

O mundo não é binário! Nem tudo é "zero" ou "um", "preto" ou "branco", "certo" ou "errado". A vida não é uma prova do “CESPE” (“concurseiros” entenderão).

Embora o que eu disse acima possa parecer óbvio, a obviedade se limita ao plano do discurso, pois a realidade em que vivemos revela que não é tão fácil (ou comum) se reconhecer que há muitos pontos intermediários entre os dois extremos de qualquer escala de medida, bem como que não há ilicitude alguma em divergir de opinião.

Não quero aqui sustentar que tudo seja relativo (embora num plano macro, cósmico, tudo seja mesmo), nem adotar uma postura de moderação exacerbada que possa me ensinar o rótulo de “metido a politicamente correto”. Penso, no entanto, que ideias, conceitos e verdades têm uma significativa carga de historicidade. O juízo que se faz acerca de determinado fato pode não mais ser adequado em outro momento, do mesmo modo que pode não se ajustar a outras circunstâncias, aparentemente equivalentes, mas em ambientes distintos. Tempo e espaço são relativos (sobre o assunto, recomendo a leitura de “Uma breve história do tempo”, de Stephen Hawking; e depois dessa leitura, bom assistir ao filme “Interstellar”, protagonizado por Matthew McConaughey e Anne Hathaway), mas aqui nos interessa dizer que eles (tempo e espaço) podem relativizar nossas avaliações sobre o mesmo fato. Não se trata, contudo, de flexibilizar premissas ou valores, mas apenas de compreender que verdades universais, se existentes, são muito raras.

Devemos também perceber que os acontecimentos decorrem, como regra, de um concurso de causas, e não de uma circunstância cartesianamente isolada. Quem dera explicações simples e objetivas fossem suficientes para esclarecer o porquê das coisas. Na realidade, precisar que fatores influenciam ou são determinantes para o sucesso ou insucesso das pessoas é tarefa tormentosa, que demanda muito mais reflexão do que estamos acostumados a fazer em tempos tão líquidos.

E sobre a indagação “o que influencia ou determina o sucesso?”, muito em voga hoje em dia em razão do prestígio de que desfrutam os “coachs” e gurus de autoajuda, nenhuma resposta convincente é obtida por meio de uma equação matemática que aponte a exata proporção entre esforço pessoal e fatores externos, ou seja, entre “virtu” e “fortuna” (para Maquiavel, em apertada síntese, “virtu” representaria as características pessoais e circunstâncias sobre as quais o indivíduo exerce domínio; enquanto “fortuna” corresponderia aos fatores exteriores, que aquele (indivíduo) não pode controlar previamente). Não me parece adequado, então, dizer que a aprovação em concurso para juiz(íza), ou mesmo o sucesso em qualquer outro empreendimento da vida, seja determinado “apenas” pelo esforço pessoal (“mérito”) ou, de outro modo, que decorra notadamente de fatores externos (“empurrões”). Penso que essa é uma questão mais afinada a outros campos do conhecimento do que ao Direito e que não comporta vereditos tão singelos e binários, do tipo “procedente” ou “improcedente”, é “assim” ou “assado”, como estamos acostumados a expedir no exercício da jurisdição.

Mas de fato que é necessária muita “ralação” para se ingressar na Magistratura de carreira, pois ninguém se torna juiz sem se esforçar muito. Pode-se até ocupar um cargo nas instâncias superiores, ser desembargador(a) ou ministro(a) do STF, sem ter estudado o suficiente para conseguir aprovação em um concurso para ser magistrado de primeiro grau. Isso é possível, pois depende mais de outros fatores do que de capacidade técnica no sentido estrito da expressão. Para ser juiz(íza), entretanto, todos tivemos que estudar muito e fazer escolhas que importaram renúncias. Talvez algum(a) de nós tenha renunciado mais do que os(as) outros(as), mas, em alguma medida, todos tivemos que abdicar de distrações e prazeres com recompensas imediatas, até que

finalmente conseguíssemos a perseguida aprovação. A medida dessas renúncias, do enfrentamento de adversidades, da quantidade de pedras superadas pelo caminho, variou de acordo com a história de cada um de nós.

Não convém aqui esmiuçar minha história, tal como geralmente fazemos no currículo da Plataforma Lattes. Embora isso pudesse ser justificado sob o argumento de encorajar outras pessoas, em condições semelhantes, a também correrem atrás para obter o mesmo intento (passar em um bom concurso), soaria presunçoso apresentar aqui os fatos que são considerados indicadores de êxito, sobretudo se eu omitisse tudo o que pudesse ser considerado como infortúnio. Também não acho necessário elencar as dificuldades pelas quais passei, sob pena de isso se apresentar como razão para que alguém eventualmente me acusasse de praticar vitimização para valorizar minha trajetória. O que importa aqui é apenas consignar que estou convencido de que o ponto onde estou em minha caminhada foi resultado de diversos fatores, sendo que, em relação a muitos deles, eu não tive qualquer domínio.

Não me sinto estimulado a dizer que sou juiz pelo simples fato de que “decidi” que o seria e corri atrás disso. Muito menos ousar afirmar que qualquer um que “decida” poderá também ser juiz, médico, engenheiro, professor, rico ou milionário. Esse pensamento, corriqueiro nos discursos sobre “empreendedorismo”, pode não ser cabível em todas as histórias pessoais. Não penso assim por achar que eu seja melhor ou pior do que qualquer outra pessoa, mas pelo fato de acreditar que as possibilidades acessíveis aos indivíduos variam no espaço e no tempo, ou seja, resultam do caráter histórico de cada realidade.

Alguém imaginou que Aylan Kurdi conseguiria sair da Síria e chegar em segurança a um outro país, mas a foto do seu corpo em uma praia da Turquia foi a sentença que demonstrou o contrário. Talvez alguém diga a Omran Daqneesh que, se ele se esforçar realmente, poderá ser qualquer coisa que queira, quiçá juiz na Síria, mas a cena em que ele, assustado no interior de uma ambulância, tenta limpar o sangue de sua cabeça, revela que as coisas não são bem assim. A realidade distingue muito duramente possibilidade de probabilidade, e em algumas circunstâncias quase equiparam esta àquela, ou seja, é tão improvável que pode ser tido como impossível.

Sim, os exemplos foram extremados, mas se prestaram a ilustrar que, ao menos em um caráter absoluto, o futuro de cada indivíduo não é fruto apenas de escolhas próprias. Nem tudo é “virtu” ou resulta exclusivamente do esforço pessoal.

E tomando um exemplo mais próximo do ordinário (embora os acima apresentados, mesmo extraordinários, sejam reais), poderia dizer que meu pai, seu Otacílio, taxista em atividade há mais 50 (cinquenta) anos em Natal/RN (será, se já não é, o “decano” da profissão em sua cidade), não foi juiz (ou outra coisa) porque não quis ou não se esforçou o suficiente. Ao atingir a maioridade, eu poderia ter dito ao meu pai: “se você quiser, meu pai, seremos juízes daqui a alguns anos. Basta que façamos vestibular para Direito (na época eu fazia Engenharia Mecânica) e nos esforcemos muito. Antes disso, contudo, o senhor faz supletivos de primeiro (ensino fundamental) e segundo (ensino médio) graus, pois com sua escolaridade ainda não dá para se matricular na universidade. Mas não se desanime, pai, pois tudo isso depende apenas do nosso esforço pessoal e, não tenho dúvidas, ‘nós podemos.’”

Meu pai “é o cara”! Para mim, ele é a pessoa mais trabalhadora e correta que conheço, além de ser muito inteligente (cognitiva e emocionalmente). Mas, com toda sinceridade, não creio que ele, se decidisse ser juiz e se dispusesse a se esforçar muito, conseguiria alcançar esse propósito, mesmo que a esse intento se dispusesse quando ainda era jovem. A alguém que, pelas circunstâncias da vida, foi forçado a deixar a escola a fim de trabalhar na roça da família, não pode ser simplesmente atribuída a pecha de ter se esforçado pouco. Algumas possibilidades estavam ao alcance do meu pai, que tenho como um vitorioso na vida e que é feliz em sua profissão, mas dizer que tudo ele poderia conquistar, dependendo apenas de uma decisão e do seu esforço pessoal, é certamente forçar a barra e ser injusto com sua biografia.

E que não se faça referência, como argumento contrário, à história do colega juiz e ex-borracheiro que estudou por 200kg de resumos, nem à do médico que vendia balas nos ônibus enquanto fazia faculdade. Essas histórias são emocionantes e revelam uma extraordinária força de vontade, foco e dedicação dos seus protagonistas, mas não refutam o que eu ponderei anteriormente. Em primeiro lugar, há de se considerar que a situação deles, embora muito mais árdua e penosa do que a da maioria daqueles que conseguiram o mesmo propósito, não era mais desfavorável que a de Aylan Kurdi, Omran Daqneesh ou de Otacílio (meu pai). Além disso, a excepcionalidade daqueles feitos, em vez de fragilizar a regra de que o êxito decorre de um concurso de fatores (pessoais e exteriores), termina é por confirmá-la, na medida em que demonstra não ser ordinário que pessoas submetidas a condições extremamente adversas obtenham os mesmos resultados que aquelas mais afortunadas (não no sentido de possuir dinheiro ou outros bens materiais, mas da “fortuna” a que se referiu Maquiavel, conforme já mencionado aqui).

A reflexão que faço, assim, é a de que é necessário temperar a noção de meritocracia. Se não convém diminuir a importância do esforço pessoal como um dos fatores responsáveis pelo sucesso ou insucesso, da mesma maneira não se deve sustentar que, apenas em razão do mérito próprio, cada um possa ser ou ter o que desejar.

ou colocando deliberadamente para “baixo do tapete” o fato de que, para chegar onde ela está, o esforço que fez (por ser mulher, negra, nordestina e “forasteira”) foi significativamente maior que o “ordinário”, ou seja, aquele exigido, por exemplo, do meu filho, que é homem, “branco” e filho de classe média, em favor do qual os arranjos sociais (desde a família e até os níveis mais complexos) estão dispostos para facilitar a ascensão, além de serem justificados em discursos que conferem o conforto da crença no merecimento de todo o crédito pelos feitos “pessoais”.

A experiência de vitória da Professora não corresponde a uma prova de que o sistema social contém alternativas para aqueles que realmente desejem vencer na vida. É importante para aqueles a quem o sistema favorece, que todos os integrantes de uma sociedade pensem assim, sob pena de serem mais recorrentes e contundentes os movimentos de resistência e pretensão de políticas emancipatórias. Mas, na verdade, a vida e a experiência da Professora Gicélia representam exatamente o contrário: que alguns são “sabotados”¹¹ desde nascimento, por circunstâncias alheias à sua vontade e domínio, sendo por essa razão lhes exigido que se esforcem muito mais para que possam ter “sucesso” na vida.

Também considero inadequado julgar o que seja êxito ou fracasso a partir de uma perspectiva universalista. O que significa “vencer na vida” é eminentemente relativo, e diria até subjetivo. Enquanto para uns seja ter muito bens, para outros pode ser dispor de muito tempo para o lazer. Há, também, aqueles (embora cada vez mais raros) cuja noção de vida boa não se relaciona necessariamente com a ideia de “ter”. Mas o que importa é compreender que a minha ótica é, dentre muitas possibilidades, apenas uma referência, não necessariamente e nem exclusivamente certa. Como disse logo no início, o mundo não é binário, tampouco uma moeda com apenas dois lados.

Oportuno também esclarecer que eu não estou aqui a afirmar que se deva atribuir ao Estado a responsabilidade por prover as condições necessárias a permitir que todos, afortunados ou não (na concepção de Maquiavel), tenham a possibilidade de realizar seus projetos de vida boa. Mas uma coisa é certa: o Estado existe e, ao menos no campo teórico e hipotético, sua finalidade primordial é promover o bem comum (leiamos o preâmbulo da nossa Constituição para lembrar). Assim, cabe a nós, como sociedade, deliberarmos em que medida deverá se verificar essa participação do Estado, também levando em conta a premissa de que não há apenas duas possibilidades: um Estado que tudo faz ou um que se abstém de qualquer ação.

E para finalizar (que texto enorme!), acredito que o mais importante é aceitar que qualquer um pode divergir do pensamento alheio, sem que tal fato converta em adversário aquele que somente tem diferentes pontos de vista. Embora eu não creia que devamos sair por aí opinando prodigamente sobre todo e qualquer assunto, cada um pode pensar o que quiser e pode também, respeitosamente, exercer seu direito de livre manifestação. Devemos, pois, deixar de lado a insistência de polarizar tudo, como um tino maniqueísta que nos conduz a afirmar que quem não concorda comigo está errado ou, pior ainda, que merece ser negativamente adjetivado por essa posição de divergência.

É como penso... agora.”

<https://www.facebook.com/search/top/?q=sobre%20a%20meritocracia&epa=FILTERS&filters=eyJycF9hdXR0b3liOiJ7XCJucyYwIj9CJl6XCJhdXR0b3JfbWVlcixlcmFyZ3NcljpcllwifSJ9>

¹¹ É possível cogitar que inexistia a denunciada “sabotagem”. Nesse caso, haveríamos de acreditar, também, que deva ser por ausência de qualidades pessoais, ou seja, por ausência de mérito, que nenhum negro(a) esteja entre os 200 (duzentos) brasileiros(as) bilionários(as) a lista Forbes 2019. E, pelo mesmo motivo, que apenas 13 (treze), dos 2.153 (dois mil, cento e cinquenta e três) bilionários existentes no mundo, sejam negros(as), dos quais apenas 3 (três) são mulheres negras. A propósito das fontes, são elas a Edição Especial da Revista Forbes, ano VII, n.º 71, bem como a reportagem que consta no portal daquela mesma revista cujo link é seguinte: <https://forbes.com.br/listas/2019/03/grupo-dos-mais-ricos-do-mundo-tem-apenas-13-bilionarios-negros/>.

Não quero dizer que ser mulher ou negra seja, necessariamente, uma condição negativa, ou seja, que por “natureza” essas sejam características negativas, sendo por isso necessário e justificado o emprego das aspas, o que fiz quando me referi à “sabotagem”. O que quis dizer foi que o sistema social é estruturado para fazer crer que oportunizar à mulher, aos negros(as) e às “minorias”¹² de um modo geral, as mesmas oportunidades que histórica e ordinariamente são ofertadas à elite dominante, corresponderia a uma concessão do próprio sistema, quase um favor. O sistema social, assim, ilude, monta uma verdadeira “armadilha retórica”¹³ e se serve daquela crença como um instrumento de conservação, cujo funcionamento se fundamenta na manutenção da sujeição e na defesa do próprio sistema pelos sujeitos que ele mantém assujeitados, na medida em que, acreditando estes que o sucesso é efetivamente oportunizado a todos os que queiram e se esforcem, precisam sustentar os mecanismos de funcionamento do *establishment*. Destarte, um sistema social estruturalmente desigual precisa de, e por isso permite, embora “a conta gotas”, exemplos de “atrevimento” como o da Professora Gicélia, pois eles alimentam a esperança e a crença no funcionamento e na justiça do sistema. E se esse não funcionou para alguém, a culpa, “à toda evidência”, será deste alguém, que “certamente” não se esforçou o suficiente.

Não disse e nem penso que seja pouco importante ou dispensável o esforço pessoal, pois creio ser óbvio que, sem ele, seja pouco provável que alguém possa obter¹⁴ sucesso em qualquer empreendimento. Mas a questão que tratei acima tem a ver com a medida do esforço: aqueles(as) a quem a estrutura da sociedade não favorece, terminam por ter que se esforçar muito mais. É essa injustiça, ou seja, o desvirtuamento do sistema “meritocrático” que a vida da Professora Gicélia denuncia, e não o contrário, razão pela qual também por essa lição eu lhe sou grato.

Devo agradecer à Professora Gicélia também pelas orientações em relação ao modo como deveria processar e incorporar as contribuições das diversas bancas dos Seminários de Tese e de Qualificação.

A relação que nós, doutorandos, mantemos com as bancas é de “amor e ódio”. Em alguma medida, acredito que ela chega ser parecida com um casamento. Ledo engano cogitar

¹² A expressão minoria é um eufemismo estrutural, retoricamente elaborado, sendo utilizado para fazer crer que, de fato, determinados agrupamentos sociais são numérica e politicamente inferiores. Ignorar que são maioria é importante para manter a sujeição.

¹³ Armadilhas retóricas, segundo Foucault (2010 [1977], p. 102), são aquelas que “procuram seduzir o leitor sem que ele esteja consciente da manipulação, e acabam por ganhá-lo para a causa dos autores contra sua vontade.”

¹⁴ Refiro-me especialmente à obtenção, em menor medida que à conservação. Herdeiros de grandes fortunas e negócios de sucesso podem se esforçar menos para mantê-los.

que, em casamentos e uniões de “sucesso”, os cônjuges (para alguns, “conjes” [sic]) se amem sempre e, em momento algum, tenham se odiado minimamente. “Amor, você falou mal de minha mãe, mas eu te amo!” Ou ainda: “você curtiu a fotografia de fulano(a), mas, nem no íntimo, eu tive ódio mortal de você e daquele(a) safado(a). Jamais!!!” E para terminar: “você disse que estaria pronto às 19h, para um evento que começaria às 20h, mas só terminou de se arrumar às 20h30min; nada obstante, não passou em minha mente nenhuma “sementinha” de ódio.” Seria possível, sem hipocrisia, fazer declarações de amor desse tipo? Claro que não! E será que, mesmo sentindo “ódio” nessas circunstâncias, significa que se deixou de amar? Claro que não também!

Dito isto, penso ter justificado por que mantive uma relação de “amor e ódio” com minhas bancas dos Seminários e de Qualificação, do mesmo modo como provavelmente (espero com sinceridade que sim) ocorrerá em relação à Banca de Defesa.

Mas será assim, pois prefiro uma banca “amor e ódio” à do tipo “paz e amor”. Explicarei.

Durante o curso, a gente vai conhecendo “quem é quem” no Programa, de maneira que podemos, com a concordância do Orientador(a), “montar” a Banca sabendo mais ou menos o que esperar dela. E, sejamos francos, como há aluno de todo tipo, há, também, uma tipologia bem diversificada de professores e potenciais membros de banca. Apenas para ilustrar, e, obviamente, sem cogitar que alguma dessas espécies que vou citar exista no PRODEMA, fora desse Programa (repito: fora do PRODEMA!), a gente sabe que há professores(as) vaidosos(as) e que vão para as bancas não para colaborar, mas apenas (ou sobretudo) para aparecer, muitas vezes criticando o trabalho e, por “tabela”, o(a) Orientador(a), querendo, assim, sentir-se superior a ambos (Orientando(a) e Orientador(a)). Há, ainda, aqueles(as) que não sabem sobre o que estão falando ao avaliarem os trabalhos, pois deram “uma lida por cima”, embora façam de conta que sabem e, ainda, que colaboram¹⁵. Há aqueles(as) que estão ali pois não gostariam de dizer não ao convite, ou, ainda, que precisam participar de tantas bancas por ano, para registrar a participação no Lattes e, com isso, terem melhor avaliação acadêmica.

Mas há outros tantos professores(as) e membros de banca que, a despeito de suas características (e defeitos, como todos nós temos), querem e colaboram efetivamente com os

¹⁵ Reconheçamos que há avaliados (não no PRODEMA, obviamente) que, nessas e em outras circunstâncias, também fazem de conta que recebem as “colaborações”.

trabalhos. As minhas bancas, sobretudo as que eu, com minha Orientadora escolhemos (a partir do Seminário II¹⁶), sempre foram compostas por esse tipo.

Pode parecer arrogância ou presunção (quem quiser achar, que fique à vontade), mas a premissa que eu e a Professora Gicélia adotamos desde o início (eis aí mais um motivo pelo qual sou grato a ela) era que a Banca deveria colaborar com o trabalho, a despeito de outras questões, como, por exemplo, o rigor e a objetividade da avaliação. Para dizer de modo mais direto, nós não escolhemos Banca para elogiar o trabalho, para dizer que está “tudo bem, embora possa melhorar”, ou seja, uma banca “paz e amor”. Preferimos a banca “amor e ódio”, que, embora (como se deu em todas as avaliações) de forma cortês e educada, nunca “aliviou” nas críticas.

Como eu disse e repeti mais de uma vez no corpo desta Tese, mas registrei especialmente em um tópico da *Introdução* denominado “*Genealogia da Arqueogenealogia a partir de Foucault*”¹⁷, esta pesquisa é bem diferente daquele (“daquilo”) projeto que apresentei à banca de avaliação para o ingresso no Programa, o que, para o bem ou para o mal, deve-se em grande medida às contribuições que me foram ofertadas pelas sucessivas bancas. A pesquisa mudou e eu também mudei, sendo que essas mudanças se sucederam, em grande parte, pela interação com várias pessoas, não havendo exagero em dizer que a maior influência para este processo de mudança foi recebida dos membros¹⁸ de minhas bancas (de “amor e ódio”). Não sei se é verdade ou não que você representa a “média” das 5 (cinco) pessoas com as quais convive mais de perto. Desconheço (não quero dizer, portanto, que existam ou não) os fundamentos científicos para tomar essa premissa como verdade. Posso apenas testemunhar que, em relação à minha Tese, os membros das minhas bancas (do tipo “amor e ódio”) foram determinantes para que eu pudesse pesquisar como pesquisei e escrever como escrevi.

Então, a todos os membros de todas as bancas, gostaria de dizer muito obrigado. Eu “amei e odiei” vocês em vários momentos do nosso “casamento”, que foi e ainda é, ao menos para mim, de muito sucesso.

¹⁶ No Seminário de Teses I, a banca era predefinida. Isso não significa que tenho menor apreço por ela. Definitivamente não foi o que eu quis dizer ou disse. Apenas, que fique claro, registrei que as “escolhas” de banca pela Orientando(a) e Orientador(a) no PRODEMA se deram a partir do Seminário de Teses II.

¹⁷ Construí esse tópico para dizer o que deixou de ser a proposta de Arqueogenealogia que elaborei *a partir de Foucault*. Por que fiz isso? Porque dizer apenas o que essa proposta se tornou faria desaparecer todo o percurso. Poderia parecer que, desde sempre, pensei daquele jeito, o que não é verdade. Os erros, muitos, estariam apagados do texto final da tese, o que não é apropriado quando se trata de uma pesquisa acadêmica, notadamente uma que trabalha com a noção de descontinuidade e utiliza elementos genealógicos.

¹⁸ Já falei, mas não custa repetir, que minha Orientada (por óbvio) compôs todas as bancas e, nesta condição, foi minha maior influência.

E foi por “amar e odiar” que eu e a Professora não abrimos mão de nenhum dos membros que nos ajudaram nos Seminários de Tese e, especialmente, no Exame de Qualificação.

Assim como fiz em relação à minha Orientadora, a quem também “amei e odiei” nesses mesmos termos, tenho que fundamentar meu “sentimento”, o que farei mencionando alguns dos motivos que deram ensejo a esse “amor e ódio.”

Em primeiro lugar, quero dizer que nunca deixei de ser avaliado por qualquer dos membros das minhas bancas. “- Claro que não, Fernando, pois, há no seu histórico a aprovação em todos os Seminários de Tese e no Exame de Qualificação”, pode alguém cogitar dizer. Mas não é disso que falo, ou seja, da formalidade de me dar uma nota ou cancelar meu avanço para a fase seguinte da pesquisa. Não refiro, dizendo de modo mais claro, à questão formal de participar de uma banca. Quero dizer, de maneira bem diversa, que sou grato às minhas bancas por efetivamente terem me avaliado, ou seja, terem feito uma análise concreta dos resultados parciais de minha pesquisa, ainda que fosse para apontar suas impropriedades, seus erros e “mancadas” mesmo (e com isso me deixar com “ódio”, algumas vezes da banca, outras de mim, por errar).

Na minha avaliação, pior (infinitamente pior) do que ser “descascado” por quem fez uma análise justa de seu trabalho e, fazendo isso, colaborou para o seu aperfeiçoamento, é ser elogiado por alguém¹⁹ que não leu (ou compreendeu) sua pesquisa e seus resultados.

Eu nunca fui “descascado” pelos membros de minhas bancas, embora tenha achado, enquanto estava com “ódio”, que tivesse sido. E nessas ocasiões, lá veio a minha Orientadora para me fazer compreender melhor a situação e receber como contribuições mesmo aquelas críticas que eu achava mais injustas e infundadas²⁰. Após cada banca, ela me estimulava a fazer uma espécie acadêmica do “jogo do contente” de Poliana.

Tenho que falar de algumas dessas críticas...

¹⁹ Este, talvez, pudesse ser considerado membro de banca tipo “paz e amor”.

²⁰ E algumas “foram” mesmo. Meu tema é muito específico. Terrenos de marinha é um instituto que só existe aqui no Brasil (embora seja invenção da Coroa Portuguesa), de modo que não há fontes universais de consulta. Mesmo aqui no Brasil, pouca gente se dedica a ele, de maneira que não é “normal” conhecê-lo bem e com profundidade. Mesmo assim, ouvi algumas “opiniões” que não eram procedentes, de maneira que, quando elas embasaram críticas da banca, eu tendia a rejeitar a contribuição (e pensava, como Jesus na cruz: “perdoa, pois não sabem o que fazem.”). Mas passei a ver essa ocorrência como mais um motivo para me dedicar às investigações, pois compreendia que o tema, que reputo importante, deveria ser mais bem pesquisado e difundido. Além disso, concluí que, se alguém não o entendeu a partir do que eu escrevi e, por isso, falou alguma “besteira”, em parte a culpa é (ou ao menos poderia ser) minha. Eu considerei, então, receber essas críticas “injustas e infundadas” como um alerta para aperfeiçoar o texto e a minha apresentação.

Em uma delas, um dos membros da banca me sugeriu, ao comentar uma postagem minha em uma rede social, que eu deveria sair menos com meus amigos e passar a me dedicar mais à tese. Quando vi o comentário, meu primeiro pensamento foi: “Que direito essa pessoa tem de me dar uma ‘chamada’ pública e sugerir esse tipo de coisa? Nem é minha orientadora!” Confesso que pensei em “desfazer a amizade” na rede social, mas pensei que isso poderia causar um mal-estar institucional. O tempo passou, o “ódio” também, e comecei a considerar o porquê de essa pessoa ter feito aquele comentário. Empatia e genealogia: duas ideias que estão, de certo modo, relacionadas com esse episódio.

Empatia: tentei me colocar no lugar daquela pessoa. Ela não era minha orientadora, mas, durante a ministração de sua disciplina, e com a devida concordância da minha real Orientadora (Gicélia), ela (a pessoa) me prestou grande colaboração em muitos temas, os quais muito têm a ver com minha pesquisa e que podem ser vistos ao longo do texto desta Tese (sei que essa pessoa consegue ver o seu “dedo” em muitos trechos da Tese, a qual, tenho certeza, ela lerá integralmente). Então, se eu a fiz mais participante de minha pesquisa, fui eu que de certo modo dei ensejo ao comentário, pois tacitamente a fiz mais que ministrante de disciplina. Genealogia: eis o porquê do comentário inicialmente “odiado”, mas posteriormente compreendido.

Além disso, percebi que a pessoa, que, com seu comentário, pretendia apenas participar de minha pesquisa, estava correta em dizer que, em lugar de sair semanalmente para minha #ConfradeQuinta, eu deveria pensar em reduzir temporariamente a frequência desses encontros (essas “confras”, ressalte-se, são o verdadeiro “Elixir Brás Cubas” responsável pela manutenção da sanidade mental dos Juízes de Direito do estado de Sergipe). O comentário, na verdade, propunha-me moderação, análise das contingências e priorização daquilo que, no período, deveria ser mais importante para mim.

Passado o “ódio” inicial, aceitei a recomendação, de maneira que a #ConfradeQuinta, até que eu deposite e defenda a Tese, permanecerá temporariamente suspensa²¹.

Essa mesma pessoa (do comentário “odiado”) me veio com outra crítica, desta feita em uma observação escrita no texto da qualificação. Recomendou ela que eu dissesse, na Introdução, o porquê de escolher os livros (não os Autores de referência) utilizados na revisão da bibliografia, devendo eu explicar as contribuições específicas de cada obra. Fiquei intrigado

²¹ Muito raramente, só para dizer que ela não morreu, reunimo-nos na #ConfradeQuinta, também chamada de #QuintadosAmigos. Espero que, em novembro, possamos voltar as reuniões regulares.

com essa recomendação, pois havia lido muitas das teses e dissertações do Programa, mas não tinha visto nada do tipo em qualquer delas. A não ser um ou outro comentário sobre um livro específico, não vi nada na forma ou abrangência propostas. Intrigado por esse “rigor” da recomendação, fui examinar tese por tese, dissertação por dissertação, dos(as) orientandos(as) daquela pessoa, o que me permitiu constatar que nenhum deles(as) fez o que me estava sendo proposto.

“Satisfeito” com a descoberta que eu havia feito, comentei o fato com minha Orientadora, de forma respeitosa e ética, obviamente, mas pretendendo com isso justificar que talvez não fosse o caso de “atender” àquela recomendação específica, pois a compreendia como exagerada. Aí me veio outra lição “singela” da Professora Gicélia: “Sabe por que essa pessoa recomendou isso a você? Porque ela acha que seu trabalho ficará melhor assim e, mais ainda, porque ela acha que você é capaz de fazer o que ela sugeriu. A gente aqui (nas bancas), Fernando, não vê sentido em fazer esse tipo de recomendação para quem nós achamos que não poderá atender.”

Mais uma vez jogando o “jogo do contente”, o “ódio” passou e, como resultado, entendi e atendi à recomendação.

Também “odiei” quando me demonstraram, já na Qualificação, que eu não havia compreendido suficientemente Foucault, a ponto de tentar, pasmem, conciliar a ideia de Arqueogenealogia com a proposta de Análise do Discurso de linha francesa (AD), e dizendo mais especificamente, de trabalhar com a analítica do poder de Foucault e, ao mesmo tem, com análise de ideologias.

Não vou antecipar essa questão, à qual dedico tópico próprio na *Introdução*, mas lembro como se fosse hoje a expressão de preocupação de outra pessoa de minha banca, quando, no decorrer da apresentação, comentei os slides em que eu apontava a pretensão de ajustar aquelas noções. De forma muito educada, mas não menos incisiva, fui confrontado com uma significativa incoerência metodológica, que certamente comprometeria qualquer conclusão a que eu chegasse, por mais relevante que aparentassem ser meus argumentos. Essa pessoa, mesmo sabendo o que isso representaria para a pesquisa (tive que ler e mudar muita coisa, como na Introdução está registrado), disse objetivamente: “você vai ter que fazer uma escolha teórico-metodológica”.

Vocês imaginam o que isso significa num Exame de Qualificação? E, mais ainda, depois de você escrever 90 (noventa) páginas sobre Foucault, ficar achando que sabe razoavelmente

sobre o que está falando, inclusive por já ter recebido elogios sobre o conteúdo escrito, mas aí vir alguém te “lançar em rosto” (com toda razão) que você ainda tem que ler e aprender muito, até que possa dizer que fez uma pesquisa a partir de Foucault? Eu não apenas imagino, mas passei por isso, e exatamente por ter tido essa experiência (“odiada” inicialmente, mas “amada” depois) é que pretendo ter novamente essa pessoa na minha banca de defesa, quando espero e desejo que ela faça sua avaliação do mesmo modo como fez anteriormente. A diferença que eu espero tem a ver comigo, e não com ela. Espero que o texto que eu (re)escrevi seja essencialmente diferente, que eu tenha compreendido mais e melhor tudo que li sobre Foucault desde a Qualificação e, principalmente, que eu tenha corrigido os equívocos que aquela pessoa me apontou.

Também fui criticado por tentar fugir do Direito. Tenho que explicar isso mais detalhadamente.

Pois bem, o PRODEMA é um programa interdisciplinar, o que significa dizer que as pesquisas devem contemplar, na medida do possível, esse enfoque. Por essa razão, se você quiser fazer uma pesquisa essencialmente (ou exclusivamente) jurídica, melhor ingressar em algum dos diversos programas de pós-graduação em Direito, embora, penso eu, que mesmo nestes uma abordagem inter ou transdisciplinar será sempre mais rica e enriquecedora que aquela desenvolvida sem fazer dialogar os diversos campos do conhecimento.

Orientado por essa premissa, e sobretudo observando a precaução metodológica da analítica do poder de Foucault, no sentido de que nenhuma análise deve ser feita exclusiva ou especialmente pelo que ele chama de “modelo do Leviatã”, ou seja, considerando predominantemente as estruturas formais e legais de poder, eu queria fazer uma pesquisa “não-jurídica”, que não fosse uma pesquisa em que eu reproduzisse o “modo de fazer” dos programas “tradicionais” de pós-graduação em Direito.

Provavelmente, eu esteja sendo injusto com tais programas e, quiçá, demonstrando que os conheço pouco ou que conheço poucos deles. É possível, eu confesso, que a premissa pela qual eu me orientei seja enviesada por essas limitações minhas. Por essa razão, como já fiz, reconheço a possível injustiça de meu comentário e peço desculpas se alguém vier a se sentir ofendido com ele. Mas o que quis dizer (penso que disse) é que eu queria fazer uma pesquisa eminentemente transdisciplinar, em que o Direito fosse parte “apenas”, e não o elemento essencial.

A pessoa que me confrontou com a tentativa de “fuga do Direito” disse que compreendia minha intenção, mas que, em termos de contribuição, eu não poderia, melhor dizendo, eu não deveria olvidar que minha formação de base (graduação e mestrado) foi no Direito e, mais que isso, que boa parte do auditório (público destinatário de minha pesquisa) seria composto de pessoas do Direito. Logo, eu não deveria deixar de considerar isso em minha pesquisa, notadamente nos momentos de análise e formulação de contribuições. Essa “singela” crítica foi, na verdade, essencial para me chamar a atenção para esse fato e, ainda, para evitar que eu efetivamente cometesse essa impropriedade. A minha pesquisa seria incompleta, se não fosse esse chamamento de atenção, que eu odiei e, em seguida, amei.

Com tudo o que eu disse sobre as críticas das diversas bancas, quis demonstrar que os motivos pelos quais as “odiei” circunstancialmente, após alguma reflexão e com o exercício de empatia e de genealogia, converteram-se em razões para “amá-las”. Percebi, então, que eu e minha Orientadora Gicélia estávamos certos em preferir bancas “amor e ódio”, as quais, ainda que com tensão e causando desconforto, contribuísem de modo relevante para o aperfeiçoamento do resultado final desta pesquisa, em lugar de escolher bancas “paz e amor”, que eventualmente pudessem se limitar, com indiferença (sentimento, este, sim, que é excludente do amor), a cancelar meus erros e, quiçá, a elogiá-los.

Como falei das bancas passadas, vou prosseguir com os Agradecimentos aos membros da banca de Defesa.

Aos membros desta banca que em breve me avaliará, desde já agradeço e, ao mesmo tempo, peço (por formalidade, pois sei que serão) que sejam uma banca “amor e ódio”, ou seja, peço que me ajudem a melhorar esta pesquisa, ainda que seja necessário causar desconforto e criticar o texto e seu autor.

À minha Orientadora, Professora Gicélia, já agradeço há pouco, mas reafirmo minha gratidão pela determinante colaboração para o desenvolvimento desta pesquisa. Muito obrigado!!!

Sigo nestes *Agradecimentos* observando uma ordem de “chegada na minha vida”.

À Professora Flávia Pessoa, renovo tudo o que disse nos agradecimentos do Mestrado, mas gostaria de dizer a ela mais do que um “simples” obrigado.

Poucas pessoas na vida me influenciam e, mais que isso, me influenciam por muito tempo. Já ouvi dizer que seria por eu ser do signo de gêmeos. Eu não creio “nessas coisas” (se intimamente acreditasse, obviamente não poderia admitir isso em uma tese de doutoramento),

mas que eu sou meio cambiante na vida, isso é um fato empiricamente aferível. Nada obstante, desde que a Professora Flávia cruzou pelo meu caminho em 2013, não me distancio dela, ao menos não mentalmente. Nós passamos, às vezes, algum tempo sem nos falarmos ou nos vermos, mas sempre a tive e a tenho como uma espécie de “mentora” (para usar uma palavra da moda). Na verdade, prefiro chamá-la de meu “anjo da guarda”, pois como regra, recorro a ela mais do que ela a mim. No fim das contas, talvez a melhor qualificação seja a mais simples: ela é minha amiga.

Até me incomodo, às vezes, por eu precisar dela mais do que ela de mim... é mentira! Na verdade, não me incomodo, pois nunca senti da parte dela qualquer necessidade de contrapartida pela ajuda que sempre me presta, sendo essa uma das razões pelas quais a considero especial, especialmente generosa e que me faz querê-la sempre por perto.

Por tudo o que você sabe que representa para mim, por toda a ajuda que me deu, que dá e que certamente ainda dará, eu digo a você, Professora, “mentora”, “anjo da guarda” e amiga Flávia, muito obrigado (mais uma vez)! Espero algum dia poder retribuir minimamente sua amizade e seu cuidado, e saiba que sempre poderá contar comigo.

Ao Professor Antônio Carlos, que participou desta pesquisa desde a banca de ingresso no Programa, eu agradeço, antes de tudo, por me recomendar, “vivamente”, a ler e trabalhar com Foucault. Hoje, eu posso dizer que Foucault é minha maior referência intelectual. Gosto de tudo o que li dele e, se não fosse pela sua recomendação, teria tentado, sem sucesso, fazer com Habermas o que somente com Foucault eu poderia fazer. Muito obrigado!!

Também agradeço o exemplo de Pesquisador e Professor que é, circunstância que pude perceber ao cursar sua disciplina no PRODEMA, chamada *Lógica e Crítica da Investigação Científica*. Não apenas pelo fato de ter sido apresentado a diversos sistemas de pensamento, desde os primórdios da civilização até o presente, mas pela forma como o curso foi cuidadosamente preparado e ministrado, essa disciplina (e o seu exemplo) foi (foram) muito importante(s) para minha formação. Foi durante esse curso que comecei a gostar de Filosofia e, com ela, a gostar mais de saber perguntar²² do que de achar que sei responder.

²² Sobre perguntar mais que responder, houve um episódio na banca de ingresso que eu gostaria de registrar. Após dizer que pretendia identificar “o” discurso “verdadeiro” sobre determinado fato (na Introdução registro o episódio), o Professor Antônio Carlos me perguntou (e não respondeu) o que eu entendia por “discurso verdadeiro”. Depois de eu responder, ele, sem refutar (a) ou concordar com minha resposta, muito menos sem apresentar sua própria resposta para aquela pergunta, soltou algo do tipo: “Recomendo, vivamente, que você trabalhe com Foucault.”

Também foi um aprendizado para mim a forma como o curso foi ministrado, num grande laboratório de metodologias ativas em que nós, tal como propôs o patrono da Educação brasileira, o insuperável Paulo Freire, construíamos coletiva e dialogicamente o conteúdo a ser aprendido e apreendido.

Mas além do conteúdo e das metodologias de ministração, um dos momentos de maior aprendizado durante a disciplina foi quando o Professor Antônio Carlos oportunizou os alunos a, publicamente, avaliarem o curso e sua atuação como docente. Além de demonstrar, na prática, que a avaliação não deve funcionar como mero ato de comparação métrica entre pessoas distintas, mas sobretudo como um diagnóstico que sirva de referência para o aperfeiçoamento do próprio avaliado (no caso, o próprio Professor que propôs sua avaliação pelos alunos), achei aquilo um inusitado ato de coragem e humildade, o qual, depois eu soube, não havia sido inaugurado com nossa Turma.

De coragem, sim, pois o Professor Antônio Carlos sabe o tipo de Professor que é.

“- De qual tipo ele é?” Eu diria, talvez, o tipo que o senso comum dos alunos qualifica como “rigoroso”, quiçá rigoroso “demais”.

E, de fato, ele foi “rigoroso”, mas antes de ser com os alunos, ele foi e é rigoroso (aqui sem aspas) mais ainda consigo. Desde o primeiro encontro do curso, todas as aulas foram exemplar e cuidadosamente planejadas e ministradas, tanto em relação aos temas escolhidos e delimitados, como dos materiais de apoio (fornecidos tempestivamente aos alunos), dos métodos de avaliação, etc. Foi rigoroso, ainda, com seu horário de chegada, com sua assiduidade e, ainda, com a dedicação na condução das aulas. Foi rigoroso com seu esforço de avaliar efetivamente as atividades de aprendizado, tanto no exame das apresentações, nos roteiros de aulas por nós elaborados e, por fim, nos artigos que escrevemos. Assim, com razão, e por ter sido primeiramente rigoroso consigo, haveria de ser também, em semelhante medida, com todos nós alunos.

Pois bem, mesmo sabendo que havia sido rigoroso com os alunos, e ciente do risco de haver discordância quanto ao fato de ele, por ter sido primeiramente rigoroso consigo, poder ser também conosco (alunos), submeteu-se a uma sessão de, poderia dizer, “julgamentos” públicos.

Como regra geral, talvez (em parte) devido ao fato de o resultado da disciplina ainda não haver sido divulgado (o que, em tese, autorizava a cogitação de que o Professor poderia se

“vingar” de eventual avaliação que exagerasse no apontamento de aspectos negativos²³), a maioria das avaliações foi “singela” e “positiva”. Cheguei a ver e ouvir algumas pessoas dizerem que adoraram o contato com “a” Filosofia, mesmo tendo afirmado o contrário, pouco antes, durante o intervalo.

Mas houve aqueles que, como eu e mais alguns outros, pontuaram algumas questões que poderiam ser aperfeiçoadas na ministração do curso. Não convém aqui repetir o que eu disse ou o que outros disseram na ocasião, embora as questões tenham sido postas publicamente, como permitiu e, mais que isso, instou o Professor Antônio Carlos que fosse feito. O que me faz registrar agora esse fato foi, como eu disse, o exemplo de coragem ao propor um ato de avaliação que, potencialmente, poderia expô-lo publicamente. Apesar desse risco, o Professor Antônio Carlos lançou mão desse modelo de avaliação, o que exige coragem, reconheçamos.

Mas além de coragem, o ato em questão foi também de humildade, o que pude atestar pelo comportamento receptivo, mesmo quando pontuei alguns aspectos que eu considerava poderiam ser aperfeiçoados (obviamente, como recomenda a boa retórica, que eu falei depois de apresentar os aspectos positivos). Não houve nenhuma atitude de refutação, de rejeição ou de desconsideração com o que era dito, nem por mim nem pelos demais, de maneira que acreditei que fazia sentido ser sincero em minha avaliação, pois o momento era, realmente, desenvolvido com o propósito de tornar o curso e seu ministrante melhores. É para isso que serve uma avaliação, o que bem sabe (e pratica) o Professor Antônio Carlos.

Desde aquele encontro de avaliação, mesmo sabendo o tipo de Juiz que eu sou (qual o tipo? “O que o senso comum qualifica” como rigoroso e, quiçá, rigoroso demais e, talvez, até chato), oportunizo quem trabalha comigo a me avaliar, num momento em que ouço (às vezes eu falo, confesso) tudo o que falam a respeito do que posso melhorar. Mesmo com risco de “odiar” alguns julgamentos “negativos”, essas experiências me ajudaram, quero crer, a melhorar como Juiz e como pessoa, bem como a melhorar o nosso ambiente de trabalho. Com essas avaliações eu compreendi que, pior que errar, é eu permanecer apegado a meus erros, o que muitas vezes a gente faz por não conseguir enxergar que está errando. O olhar dos outros é que nos ajuda, em muitos casos, a perceber esses equívocos, de maneira que ouvir sincera e

²³ O que não foi o caso, do que sou testemunha. Apesar de tudo o que eu disse, tirei “A”. Acho que mereci, pois com a mesmo senso de justiça que avaliei o Professor Antônio Carlos, fui, tenho certeza, por ele avaliado e, também por isso (pela justiça na avaliação, e não pela nota em si), sou-lhe grato.

efetivamente (não por formalidade) como os outros nos percebem é essencial para o processo de desenvolvimento pessoal, ainda que aquilo que for dito possa causar algum desconforto.

Por todas essas lições, acadêmicas e de vida, e pelas colaborações que ainda me serão apresentadas por escrito (“página por página” - e obrigado especialmente por isso) e na banca, quero dizer muito obrigado ao Professor Antônio Carlos.

Agradeço, ainda, à minha Coordenadora, Professora Maria José. Não tive a oportunidade de ser aluno da Professora Maria José, mas recebi dela muitas lições pelas quais devo lhe agradecer.

Foi a Professora Maria José quem me fez ter contato com Norbert Elias, o que já seria motivo suficiente para registrar minha gratidão. Foi por causa dela que li os dois volumes de *O processo civilizador*, para ver se os usaria como referências em minha Tese (falo sobre essa recomendação na Introdução). Foi ela quem me fez ler *A condição Humana* e apresentar esse livro em um dos nossos encontros do PRODEMA, os quais ela formatou ao estilo dos programas chamados de *Café Filosófico*, que são produzidos pelo Instituto CPFL.

Sobre esses encontros, aliás, gostaria de dizer que esse tipo de iniciativa renova a crença de que a gente não precisa fazer as coisas sempre do mesmo jeito. Por que razão o conhecimento acadêmico deve ser difundido especialmente por meio de escritos, quando, na realidade, a maioria do conteúdo “consumido” na internet é elaborado em vídeo? Se é assim, por que não voltar a fazer os tais encontros idealizados pela Professora Maria José e transmiti-los em *lives* e, após, deixá-los disponíveis em um canal no YouTube ou IG TV? Por que o PRODEMA não desenvolve e mantém canais nessas redes, e, em lugar de exigir a publicação de artigos, não faculta aos “prodemáticos” a elaboração de conteúdo em outros formatos?

Eu sei que o conteúdo em “formato acadêmico” é importante, mas boa parte das pesquisas desenvolvidas no PRODEMA têm alguma aplicação prática, de maneira que muitos resultados poderiam ser difundidos em formato de vídeo e outros meios, fazendo com que o conhecimento produzido pudesse ser conhecido e, assim, utilizado pela comunidade externa, que no fim das contas é a principal destinatária das pesquisas desenvolvidas na UFS. É a sociedade quem paga nossos estudos e nossas pesquisas, de modo que deve ser prestigiada com o recebimento dos “dividendos” em decorrência do seu investimento em nós.

O PRODEMA, assim como as demais unidades da UFS e das universidades públicas de um modo geral, precisa mostrar sua importância e, para tanto, precisa se mostrar à comunidade externa, o que muitas vezes se torna custoso e de pouca efetividade em razão da excessiva

valorização de conteúdo tipo “Lattes”, que fala mais para a própria academia. Esse falar para o próprio “ouvido” prejudica o reconhecimento da importância das universidades, o que é nocivo especialmente nos momentos em que são promovidos ataques sistemáticos às instituições públicas de ensino e pesquisa.

Poderíamos, assim, diversificar as exigências de produção acadêmica, estabelecendo alternativas à comprovação da aceitação de um artigo com Qualis CAPES B2. E não há insuperáveis dificuldades para tanto, pois praticamente todo conhecimento produzido pelo PRODEMA pode ser, em tese, convertido em outros meios, diversos do escrito. Com isso, possivelmente se facilitaria fazer chegar os resultados de nossas pesquisas àqueles que deles poderiam fazer uso e, como consequência, reconheceriam a importância de se ampliar as oportunidades de ingresso em instituições públicas de ensino e pesquisa.

Só para exemplificar o que acima indiquei, imaginemos, por exemplo, as inúmeras pesquisas que são realizadas no PRODEMA em relação à cadeia produtiva da mangaba. Sem questionar a incapacidade de leitura e interpretação dos potenciais utilizadores das tecnologias que são desenvolvidas ou aperfeiçoadas por nossas pesquisas, acredito haver um mínimo de consenso de que é possível e provável que algumas aplicações pudessem ser mais facilmente difundidas e mais bem compreendidas se, em lugar da disponibilização em portal de uma revista acadêmica, fossem feitos vídeos tutoriais das possíveis aplicações, os quais poderiam ser transmitidos por meio de compartilhamento em redes sociais ou grupos de mensagens instantâneas.

Aquela iniciativa da Professora Maria José, o nosso “Café Filosófico” do PRODEMA, se conjugada a um modo de produção de conteúdo em vídeo e/ou áudio, certamente seria uma atividade promissora no que se refere à projeção da importância da nossa Universidade Federal de Sergipe e do nosso Programa de Pós-Graduação.

“Ah, mas precisaríamos de investimento para aquisição de equipamentos, além de pessoas dispostas a produzir o conteúdo”. Com certeza. Em relação aos equipamentos, uma alternativa viável seria elaborar projeto (que é simples de fazer) e submetê-lo a algum Juízo que administre um fundo de “penas alternativas”, de maneira que seja destinado recurso para a aquisição daqueles equipamentos. E em relação ao pessoal, se em lugar de escrever artigos, os quais, em muitos casos, servem apenas para cumprir uma formalidade necessária à conclusão de disciplinas e à defesa da tese, fosse facultada a elaboração de conteúdos em vídeo e áudio, possivelmente muitos mestrandos e doutorandos iriam preferir essa forma de produção acadêmica, na medida em que veriam o fruto de suas pesquisas ser difundido e aplicado, em

lugar de, em alguns casos, “apenas” estar à disposição para consulta na internet ou impresso em uma estante no PRODEMA.

Como eu disse antes, temos que pensar e fazer diferente, como propôs e fez a Professora Maria José com o nosso “Café Filosófico”, pelo que lhe sou muito grato.

À Professora Maria José também muito me ajudou na resolução de algumas questões relacionadas ao meu histórico de disciplinas e atividades complementares. Tive alguns percalços que, de mim e dela, exigiram paciência e disposição, mas, em todo o tempo, a Professora Maria José se mostrou solícita, de maneira que gostaria de registrar minha gratidão a ela também por isso.

Por tudo isso, e por se dispor a colaborar comigo também na minha Banca de Defesa, gostaria de dizer muito obrigado, Professora Maria José.

A Professora Maria Emília colabora com minha pesquisa desde o Seminário de Teses III. Sou-lhe grato, portanto, pelo que já me ajudou e, ainda, pelo tanto que sei que contribuirá por ocasião da Banca de Defesa, seja por escrito, seja por meio da arguição oral.

Em relação ao quanto já fui ajudado por ela, gostaria de registrar duas²⁴ colaborações essenciais para o desenvolvimento de minha pesquisa, as quais elevam ainda mais minha gratidão à Professora Maria Emília. A primeira delas teve a ver com a necessidade de eu ajustar uma questão teórica e metodológica que comprometia gravemente minha pesquisa. A propósito, foi ela quem me alertou quanto à impossibilidade de eu utilizar a analítica do poder de Foucault e, ao mesmo tempo, promover análise de questões relacionadas à ideologia. Não é possível (ou no mínimo coerente do ponto de vista teórico-metodológico) promover a antes pretendida compatibilização, o que somente percebi e compreendi com sua colaboração.

A outra contribuição, que, na verdade, tem a ver com essa de que já falei, foi a confrontação com a realidade que a sua participação no Exame de Qualificação me proporcionou. Para minha sorte, essa confrontação, absolutamente necessária ao desenvolvimento desta Tese, ocorreu a tempo de me permitir fazer (penso que fiz) os ajustes imprescindíveis na abordagem que eu intentava utilizar para desenvolver a análise histórica propriamente dita (os Capítulos 2 e 3 desta Tese). De que confrontação eu falo? Isso precisa de um parágrafo inteiro... talvez mais de um.

²⁴ Houve muitas outras, mas vou me limitar a essas, para que estes Agradecimentos não fiquem longos... mais longos, na verdade.

Quando escrevi as “90 páginas sobre Foucault”, achei que tinha feito um bom texto. Na verdade, não apenas eu, mas outras pessoas chegaram a dizer que ele estava bom (algumas disseram até mais que isso). Mas o fato é que eu (e aquelas pessoas) estava enganado, muito enganado. Não é que o texto estivesse mal escrito ou que contivesse graves impropriedades (a mais grave era aquela antes mencionada), mas ele estava, digamos, raso demais para fundamentar a abordagem a ser utilizada em uma tese de doutoramento.

Talvez eu esteja sendo rigoroso demais com aquele texto, o que, por vezes, eu quis crer que fosse o caso. E, realmente, quando comparado a outras tantas pesquisas que analisei enquanto o elaborava, ele não parecia ruim, raso, muito menos “raso demais”. Mas um fato eu percebi, pela arguição da Professora, bem como pelos seus comentários ao texto escrito: eu não havia estudado Foucault o suficiente, ao menos não para me valer de uma abordagem que se pudesse qualificar como sua (de Foucault) ou como desenvolvida a partir de sua obra. Em função dessa confrontação, conforme explicarei mais pormenorizadamente em tópico próprio da *Introdução*, em vez de iniciar minhas análises a partir daquela proposta enviesada de abordagem, voltei a estudar Foucault, mas o fiz de modo e em intensidade bem diversa do que antes fizera e achara “suficiente”. Com isso, penso que melhorei minha compreensão sobre o “projeto geral” de Foucault, mas se realmente o fiz, devo isso, em grande medida, à Professora Maria Emília, que de forma muito eficaz, porém muito gentil, generosa e em tempo oportuno, mostrou-me minha deficiência e de minha pesquisa quanto a este aspecto.

Assim, agradeço pela ajuda que me deu e, ainda, pela que me dará a Professora Maria Emília.

Quero agradecer também, e de modo antecipado, à Professora Maria Tereza Uille Gomes, que gentilmente aceitou o convite, intermediado pela Professora Flávia, para participar de minha Banca de Defesa.

Já tive contato pessoal com todos os demais membros da Banca, mas ainda não tive a oportunidade de conhecer pessoalmente²⁵ a Professora Maria Tereza Uille Gomes. E para tentar tornar mais pessoal o que escrevo, pesquisei a seu respeito na Internet, tendo verificado que toda sua formação em nível de pós-graduação foi interdisciplinar, assim como são suas áreas de pesquisa e de atuação profissional atuais. O que vi, então, autoriza-me considerar que suas contribuições serão de grande valia para aperfeiçoar minha pesquisa, que também foi desenvolvida sob a premissa de promover um diálogo entre campos do conhecimento diversos.

²⁵ Ao menos não até o momento em que escrevo estes agradecimentos.

Pela generosidade em participar deste importante momento de minha vida acadêmica, bem como pela contribuição que certamente me ofertará, muito obrigado, Professora Maria Tereza Uille Gomes.

Para continuar pelo Campus da UFS, na verdade pelos Campus das diversas universidades (UFPI, UFPE e UFPB²⁶) que frequentei em razão do Doutorado, gostaria de agradecer a todos(as) os Professores(as) pela colaboração para o meu aprendizado. Com cada um(a) aprendi muito, de modo que registro aqui minha gratidão.

Agradeço, ainda, a todos(as) os(as) técnicos(as) e servidores(as) da Secretaria do PRODEMA, por toda a atenção que sempre me dedicaram.

Também devo agradecer a todos(as) os meus(inhas) colegas de Curso. Não nominarei cada um(a), mas estejam certos(as) de que aprendi com muitos(as). E para não ser impessoal neste momento, sintam-se todos(as) representados(as) pelos estimados Roberto Lacerda e Márcio Rosseline, excelentes colegas, pesquisadores e grandes exemplos de vida. Muito obrigado!

Não sei se faz sentido, mas gostaria de agradecer a uma pessoa que não pode saber que lhe sou grato, uma vez que já não está mais entre nós. Ainda que viva estivesse, reconheço, seria pouco provável que meu “muito obrigado” chegasse a até ela, mas isso não faz a menor diferença para mim, pois quero registrar minha gratidão mesmo assim.

Como já escrevi demais, um parágrafo ou uma página a menos não me escusará de críticas, de modo que melhor eu satisfazer à minha estranha vontade de dizer muito obrigado a uma pessoa já falecida.

Como sou agnóstico²⁷ (para simplificar digo que sou isso, mas minha crença não se conforma bem ao conceito), e não creio que pessoas não vivas possam ver ou ler o que escrevo, minha “gratidão” é, na verdade, um reconhecimento. A pessoa a quem me refiro é o meu principal autor de referência: Foucault.

Que pessoa incrível ele deve ter sido, apesar de tudo o que viveu, mas também e exatamente por causa de tudo o que viveu. Sinto uma “inveja” enorme do Professor Roberto Machado (este vivíssimo, a quem também sou grato), que teve a oportunidade de frequentar

²⁶ Especialmente à UFPB, onde mais disciplinas cursei e escrevi artigos em parcerias com colegas, aos quais registro minha sincera gratidão. Muito obrigado!

²⁷ Sugiro que vejam minha dedicatória. Há algo que explica um pouco algumas crenças. Na verdade, que explicava quando escrevi a dedicatória. É possível, no entanto, que não explique na atualidade ou, ainda, quando você estiver lendo esta nota.

boa parte dos cursos que Foucault ministrou no *Collège de France*. Mas mais que isso, que foi inquilino e o “amigo brasileiro de Foucault”, convivendo com ele em momentos que não foram registrados nos *Ditos e Escritos*, nem em outros ditos ou escritos.

Então, para não “passar em branco”, registro minha gratidão a Foucault, por tudo o que ele deixou dito ou escrito. Obrigado, Foucault!

Repito, mas sem nominar (o que fiz nos Agradecimentos do Mestrado), minha gratidão aos(às) meus(inhas) ex-colegas, com os quais convivi, trabalhei e aprendi, por mais de cinco anos na Superintendência do Patrimônio da União no Rio Grande do Norte. Peço licença apenas para registrar, mais uma vez (pois uma apenas é pouco), minha gratidão ao “meu eterno chefe” e amigo Carlos José, bem como à sua esposa e minha amiga Dália. Muito Obrigado a vocês por tudo, meus amigos.

Agradeço, também, aos meus(inhas) atuais colegas de profissão, os quais me ajudaram dividindo comigo a jurisdição durante os quase cinco anos de curso. Não vou conseguir nominar todos, pois exerci minha função em diversas unidades jurisdicionais, mas gostaria de registrar minha especial gratidão ao colega Amintas, que ano passado “carregou o piano nas costas”, tendo me substituído por seis ou sete meses e respondido, sozinho, pelas duas Varas de nossa Comarca. Não é qualquer um que se disporia a isso, nem que faria com tanto zelo como ele fez.

Por tudo isso quero dizer a você, Amintas, muito obrigado mesmo, e saiba que, para o que precisar e caso esteja ao meu alcance, pode contar comigo, meu colega e amigo.

Quero agradecer especialmente à minha equipe de trabalho. Obrigado Clauber, Paula, Larissa, Taíse, Gilmar, Carol (TRE), Alessandra, Ariane, Juliana, Adriana, Alison, Mateus, Ariel, Alexia, Renes, Yailia, Raimundo, Maria Antônia, D. Lucia, Alex Alves, Euvaldo, Jefferson, José Patrício. Obrigado, ainda, a todos os outros que, nesses últimos cinco anos, trabalharam comigo em Laranjeiras, Areia Branca e nas outras unidades pelas quais passei. Muito obrigado a todos vocês, a quem devo repetir tudo o que constei nos Agradecimentos - Parte I, pois tudo o que disse ali continua a ser verdade. Cito-me, então:

Sem cerimônia (sabem que não sou disso), não teria sequer entrado no Mestrado [Doutorado] se não contasse com a ajuda de vocês. Além disso, quero agradecer por todo o auxílio que me deram e por toda a paciência que tiveram durante aqueles dois anos. Mas mais que isso, quero, acima de tudo, pedir desculpas se em algum momento de estresse me portei de uma forma que não deveria, se comeci o dia sem dar “bom dia”, se não disse sempre “muito obrigado”. Enfim, por qualquer coisa que tenha feito de errado eu peço que me perdoem.

Usarei do mesmo expediente para demonstrar minha gratidão a Varjão, amigo e parceiro de jornada semanal há quase uma década:

A Varjão, em especial, quero dizer que tudo o que falei no parágrafo acima se aplica a você. Mas quero lhe dizer mais. Você é, comigo, mestre em Direito (e agora Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente), não só por presenciar atentamente todas as audiências que conduzo, mas porque me ajudou mais que qualquer pessoa em todas as minhas atividades durante o curso de Mestrado [Doutorado]. Não me esquecerei jamais disso. Quero que saiba que farei o que estiver ao meu alcance para retribuir o que fez e faz por mim. E mais, espero que comece a realizar aquele projeto (você sabe qual é!!!). Muito obrigado por tudo, meu amigo.

Quero agradecer a todos os(as) meus(inhas) amigos(as). Mas agradecer o que, exatamente? Primeiramente, o fato de serem meus(inhas) amigos(as). Isso me bastaria para registrar aqui minha gratidão, pois ser o que eu sou dependeu e depende da minha convivência com vocês. Então, se o que eu faço e como eu faço é determinado por quem eu sou, e se nisto que faço posso incluir esta Tese, então, devo a vocês todos, ao menos parcialmente, o resultado desta pesquisa. Por isso, então, eu já lhes devo dizer obrigado.

Mas gostaria de registrar minha gratidão, também, pela paciência que tiveram comigo durante todo o tempo do Doutorado e, por que não, do Mestrado. Na verdade, além de agradecer, devo a vocês desculpas pela aparente distância, pelas recusas de convites para sair, pelo comportamento que poderia ser interpretado como “antissocial”. O fato é que esse comportamento mais recluso e, talvez, “estranho”, foi “apenas” o resultado de um relacionamento sério com esta pesquisa, de maneira que, espero, voltar ao normal (o meu “normal”, que fique claro) depois da defesa da Tese. Até lá, torço para que vocês não desistam de mim.

Obrigado, então, aos meus amigos da *#ConfradeQuinta* (também chamada de *#QuintadosAmigos*), aos do *#Almoçodesexta*, bem como àqueles e àquelas que não pertencem em nenhuma dessas confrarias.

Obrigado, ainda, aos casais de amigos, dos quais, em razão do elevado número de convites realizados e (infelizmente) recusados, gostaria registrar especialmente Isnard e Sara, bem como Horácio e Martinha. A todos(as) vocês, obrigado por serem e continuarem sendo nossos (meus e de Juliana) amigos(as).

Para fazer uma transição entre amigos(as) e familiares, gostaria de registrar aqui a minha especial gratidão a pessoas que estão em ambas as “categorias”, pois são meus amigos-irmãos.

O que eu entendo por amigo-irmão? Essa é uma questão que merece um parágrafo ou, talvez, mais de um.

Há algumas pessoas que temos a obrigação de conviver e, em alguns casos, de amar. Dentre tais pessoas incluem-se pai, mãe, irmãos, irmãs e, como regra, parentes consanguíneos de graus mais próximos. Mesmo que você não queira, saiba que seu irmão pode demandar você e te obrigar judicialmente a pagar prestação alimentar, pouco importando, para o caso, se ele te batia quando seus pais não estavam vigilantes, se nunca deixava você sentar próximo à janela durante as viagens de carro ou, ainda, se mesmo você o ajudando, ele não reconhece sua ajuda da maneira ou na intensidade que você acredita que ele deveria. E exatamente para que a gente não sofra achando injusto alimentar alguém a quem, ainda que inconfessadamente, podemos não desejar prestar assistência, somos socialmente convencidos de que fazemos isso em razão do amor fraternal, o qual existiria a despeito de você e do seu irmão não converterem esse sentimento em ações recíprocas.

Eu não acredito nesta forma metafísica de amor fraternal (como, aliás, não acredito em forma metafísica alguma de amor). Mas sobre o que pode ser o amor, deixo esse tema para logo mais adiante, quando eu for agradecer à minha amada, todo dia amada, Juliana. Por enquanto, gostaria apenas de dizer que há pessoas em relação às quais não há convenções ou estruturas sociais nos impondo semelhante obrigação de sentimento, de cuidado e de afeto. Essas pessoas que, a despeito da ausência da “obrigação”, você ama fraternalmente, são as que eu considero amigos-irmãos.

Nessa “categoria” de amigo-irmão, ou seja, de pessoas que eu amo fraternalmente mesmo sem obrigação, hoje, incluo três amigos, pelos quais, não sendo para fazer algo ilícito, eu me disporia a quase tudo, ainda que com algum sacrifício pessoal.

Antes de dizer seus nomes, e para não perder a amizade de algumas pessoas que, talvez, esperassem que eu as incluísse neste brevíssimo rol, gostaria de explicar que existem várias categorias de amigos, algumas dessas bem próximas à de amigo-irmão. Assim, se você não for um desses três, isso não significa que não tenho muito apreço por você. Provavelmente, você é um “amigo de fé”, “amigo para qualquer coisa”, “amigo do car@S3*&”, “meu brother”, “amigão de verdade”, ou algo semelhante. Então, não fique com raiva de mim, pois, se ficar, posso achar que você provavelmente não é e nunca foi sequer amigo.

Feita a explicação necessária, bem como preparado o terreno para o anúncio dos nomes, quero dizer obrigado, muito obrigado, aos meus amigos-irmãos²⁸ “Berê” (Berenaldo), Paulinho (Paulo Roberto) e “Quinho” (Henrique Britto).

Berê morou comigo em Brasília, durante o curso que fizemos (eu interrompi, mas ele concluiu) na ESAP (Escola Superior de Administração Postal). Naquele período, o tempo das “vacas magras” (muito magras), como ele diz, a amizade de Berê foi essencial para que eu suportasse a distância da família (e a magreza das vacas). Berê é daqueles seres iluminados, com quem você fala e fica sereno. Com ele aprendi muito, mas também me diverti muito, pois ele é das pessoas mais bem-humoradas que eu conheço. Se você quiser rir, pergunte se ele tem raiva do pai por ter colocado esse nome tão.... “peculiar”: Berenaldo (Ps.: a mãe dele não se chama Berenice, nem o pai, Aldo, Inaldo ou algo semelhante). Depois de dizer que não tem raiva do pai, ele vai dizer que talvez as irmãs tenham e, vai explicar os porquês. Nesse momento, prepare-se para rir alto.

Pela sua amizade, Berê, que ajudou a me fazer quem eu sou hoje (para o bem ou para o mal), obrigado, meu amigo-irmão.

A primeira lembrança que tenho de Paulinho é dele bem mais magro e vestindo um terno branco. Parecia um... vou dizer não, pois pode alguém não entender a piada ou, mesmo entendendo, condenar-me por este ato tido por politicamente incorreto. Mas que ele parecia, parecia! Agora, Paulinho tomou corpo e se veste muito bem, consultando os guias de estilo masculino mais em voga. “- Está falando mal dele, Fernando?!”. Não! Estou falando bem, muito bem. Se ele tomou corpo, foi porque teve vontade e fez o necessário para ficar forte e se tornar, literalmente, um *Ironmam*. Se ele se veste bem e com estilo, foi porque estudou, trabalhou e fez por merecer (além de, generosamente, ajudar a todos(as) os(as) que o fizeram conseguir, pois ele sabe, mais que a maioria, que o “merecimento” não é exclusivamente do indivíduo). Ele merece tudo o que é, tudo o que pode ter e tudo de que pode usufruir, pois, como lhe digo sempre, ele não é um *desejador*, mas um exemplar e determinado *realizador*.

Pela sua amizade e pelo seu exemplo, Paulinho, que sempre me inspirou e continuará a me inspirar, muito obrigado, meu amigo-irmão.

Há pessoas que são boas, mas não têm cara, por isso nos surpreendem durante a convivência. Outras não são, mas parecem ser, de maneira que o tempo de convívio termina

²⁸ Para evitar questionamentos (de terceiros, pois eles não fariam drama com isso), devo dizer que usei o critério cronológico para enumerá-los, ou seja, relatei-os ordem de chegada em minha vida.

por revelá-las e provocar alguma frustração ou decepção. Algumas pessoas “não prestam”, mas você vê logo de cara, de modo que, se se relacionar com elas, assume o risco de ser vítima de uma grande sacanagem. Há, ainda, aquelas pessoas que parecem ser boas pessoas e que, para que continuemos a ter esperança na humanidade, são exatamente isso. Mas além de todas essas, há pessoas como Quinho.

Quinho não é santo, e longe de mim cogitar algo do tipo. Na verdade, não tenho, e nem quero ter, amigos santos. O que afirmo de Quinho, na verdade, é que ele é aquele tipo de amigo de quem nenhum outro jamais deu testemunho de sacanagem, ou seja, aquele típico “bom menino”. Mas não é apenas isso que o faz merecedor da qualificação de “boa pessoa plus”. Dentre outras coisas, o que eleva muito o conceito dele é o fato de que, mesmo em relação àqueles que já cometeram algum vacilo, ele nunca retribuiu se comportando com semelhante injustiça. Não estou sugerindo que ele seja besta, o que, definitivamente ele não é. Estou afirmando, e disso dou testemunho, é que ele se encontra num patamar elevado de retidão, serenidade e generosidade.

Por ser como é, por tudo o que fez por mim e que ainda fará (não pense que eu esqueci que você disse que leria e revisaria esta Tese. Quando voltar de viagem, mandarei sua via), quero dizer a você, Quinho, muito obrigado, meu amigo-irmão.

Quero agradecer a todos os meus familiares, sobretudo àqueles a quem eu amo não por obrigação (ou não apenas por obrigação), mas por decisão (já, já falarei sobre isso). Para não me estender (mais) demais, vou me limitar a nominá-los. Digo, então, muito obrigado às minhas irmãs Lena, Roberta e Ana Paula, assim como ao meu irmão Rafael. Obrigado aos meus sobrinhos Guilherme, Murilo, Rebeca, Ranyere, Davi e Luna. Obrigado aos meus cunhados Mariano, Régis e Breno. Muito obrigado aos meus sogros Garibalde e Livinha. Por tudo o que vocês representam para mim, por toda ajuda que me deram e dão em minha vida e, ainda, porque vocês “contribuíram de algum modo” para que eu (quase) concluísse esta Tese, quero lhes dizer que sou muito agradecido e que amo muito cada um(a) de vocês.

Gostaria, mais uma vez, de fazer um agradecimento especial ao meu pai, seu Otacílio, também conhecido como o bom e velho “Mansinho”. Ele não escreveu uma só linha desta Tese, mas é, no entanto, responsável por cada letra que aqui foi digitada.

Ao meu pai devo meu nascimento, de maneira que, por razões óbvias, eu e este trabalho não existiríamos se não fosse por causa dele. Mas quando digo que a Tese somente existe por sua causa, não faço alusão (apenas) à sucessão de eventos causais, de caráter biológico, que

tiveram origem em minha concepção e que resultaram no meu nascimento. Quero dizer que o que eu sou “como gente”, ou seja, que a minha constituição como sujeito, decorreu significativamente da maneira como meu pai me criou. Assim, para o bem ou para o mal, embora no caso da participação dele, certamente, mas para o bem do que para o mal, posso dizer que tudo o que sou e tudo o que faço, tem a contribuição determinante de seu Otacílio, sendo por essa razão que incluo esta Tese neste conjunto de feitos com sua coautoria.

Meu pai sempre foi e ainda é minha maior referência. Digo que é, pois ele nunca parou de me ensinar.

“- Se é assim, diga 4.789.900.282 coisas que você aprendeu com seu pai!”

Se quiser, digo até mais! Mas para não ser (mais) criticado pelo tamanho desarrazado destes Agradecimentos, vou me limitar a comentar apenas uma dessas inúmeras coisas que ele me ensinou e ainda hoje me ensina.

Poderia falar como ele me ensinou a dirigir (aos 10 anos de idade, mas isso era “naquela época”), a fazer a barba, a escolher melancia (confesso: eu dou os mesmos petelecos que ele dá na fruta, mas escolho “na sorte”, pois não sei, pelo tipo do estalo, qual a melhor melancia. Retifico, então: não aprendi a escolher melancia, mas aprendi fingir que sei), a lixar e pintar casas, a trocar resistência do chuveiro, a consertar caixa de descarga, a remendar câmara de ar do pneu da bicicleta, a trocar cabo de aço dos freios, a substituir os mecanismos de travamento das tiras das sandálias havaianas por uma “haste de metal com cabeça e de ponta aguçada” (ou seja, a consertar o chinelo com prego), etc. Para “encurtar” a história, ele me ensinou a fazer muitas coisas nesta vida, o que inclui, especialmente, diversas habilidades destinadas a viabilizar o reaproveitamento das coisas em geral, desde utensílios domésticos, roupas, bens móveis e quaisquer outros bens, duráveis ou não.

Invejosos vão dizer que meu pai gostava (e ainda gosta) de fazer gambiarras e que era pão-duro, como, aliás, alguns amigos seus injustamente achavam, chegando estes infames ao ponto de apelidar o velho Mansinho de “Nonô Correia”. Mas, na verdade, ele desde sempre cuidava de ofertar a mim, ao meu irmão e às minhas irmãs preciosas lições de consumo consciente e sustentabilidade, estimulando-nos a evitar o máximo possível substituir qualquer coisa que pudesse ser consertada.

Se você que está lendo isso e criticando mentalmente os hábitos do meu pai, é bem provável que seja um ignorante que desconhece a Agenda 2030, especialmente o objetivo 12 dos ODS e, mais especialmente ainda, a meta 12.5. Eu não posso provar o que vou dizer, mas

quem conheceu meu pai na época em que ele fazia às vezes de “MacGyver”, poderá comigo testemunhar que aquela meta do ODS 12 teve inequívoca inspiração nas práticas instituídas e disseminadas por meu pai. Pergunte isso às minhas irmãs e ao meu irmão, que garanto não me deixarão mentir (...sozinho?).

Apesar de importantes, e de eu ser extremamente grato por apreender algumas dessas coisas com meu pai, não são elas que gostaria de enfatizar aqui, pois não estou certo de que ele fosse “o melhor”²⁹ em fazê-las. A coisa que quero ressaltar como aquela que ele faz melhor do que qualquer um no mundo, aquela na qual suas lições são insuperáveis, é simplesmente essa: ser pai.

Peço que veja, se já não viu, o que disse sobre meu pai nos Agradecimentos – Parte I. Pelo que falei ali, vai concordar comigo e reconhecer que seu Otacílio é o melhor pai do mundo. Todavia, para que não reste dúvida disso, gostaria de apresentar mais uma prova disso, a qual, inclusive, é bem atual.

Preciso de mais um parágrafo para isso... acho que mais de um, até.

Recentemente, faleceu uma tia minha, que a gente chamava carinhosamente de Tia Nega. Se você é meu contato em alguma rede social, talvez já tenha visto o sítio onde ela morava com meu Tio João e minhas primas, que fica no povoado Melancias, município de Apodi/RN. Meu pai, por sua vez, mora em Nova Parnamirim, bairro do município chamado Parnamirim/RN, que compõe o que a gente chama de “grande Natal”. Apesar de pertencer a Parnamirim, Nova Parnamirim é “colado” (conurbado) com Natal, mais ou menos como é o caso do Rosa Elze, onde fica o Campus da UFS, o qual pertence a São Cristóvão, mas tem uma ligação mais próxima e intensa com Aracaju. Por isso a gente costumeiramente chama Nova Parnamirim de Natal.

Meu pai é taxista em “Natal”, como eu já disse (Agradecimentos – Parte I), mas não está com a visão tão boa, razão pela qual meu irmão Rafael foi quem o levou para Apodi, a fim de que ele pudesse ir ao velório e ao sepultamento de Tia Nega. Eles, meu pai e Rafael, passaram apenas dois dias no Apodi, mas pai não teve autonomia para se deslocar por lá, pois era Rafael quem estava dirigindo o carro, além do que, o que é óbvio, eles permaneceram quase todo o tempo nos compromissos fúnebres, onde prestaram as últimas homenagens à minha Tia Nega.

²⁹ Em consertar ferro de passar, por exemplo, ele não é o melhor, pois todos nós “lá de casa” temos um longo histórico de choques sofridos. Pior que tomar o choque era não poder jogar o ferro no chão, para não danificar o aparelho e, com isso, ensejar a necessária substituição. A gente não jogava, mas dava vontade...

Pois bem, mesmo sem carro, com filho a tiracolo, em luto pela irmã e envolvido com aqueles compromissos, meu pai voltou do Apodi com uma namorada nova.

Poderia cogitar que meu pai tem outros talentos além dos que antes mencionei, mas o que convém pontuar é que ele, motivado também por esse novo relacionamento, tem considerado a possibilidade de ir ao Apodi com mais frequência, o que, por óbvio, poderá fazer com que ele venha ficar menos tempo em “Natal”.

Na verdade, meu pai, por conta da idade (ele tem 79 anos), já pensa até em parar de trabalhar no táxi, pois, embora esteja “inteiro” e na “ativa”, a profissão já o cansa um pouco mais que a conta, além de deixá-lo (e também a nós, seus filhos) tenso, especialmente por causa da sua visão. Os planos dele são, talvez no início do próximo ano, ficar alternando semana no Apodi, semana em “Natal”.

“- E o que essa história tem a ver com ele ser o melhor pai do mundo?!”

Tem tudo a ver. Calma!

Meu pai não é “namorador”, como a narrativa que construí possa dar a entender, mas ele teria todo o direito do mundo de ser, caso quisesse. Tem o direito de arrumar namoradas novas e de se relacionar com quem ele quiser e que lhe queira bem, pois está vivo e não depende de ninguém para viver com dignidade. Mesmo tendo esse direito, pelo fato de ele ter passado a vida inteira, mas especialmente desde 1980, dedicando-se exemplar e quase que exclusivamente para os filhos, ele, erroneamente, achava que seria um gesto de desatenção conosco e com seus netos ir vez por outra para o Apodi, ou mesmo passar mais tempo lá do que em Natal.

Sobre esse infundado sentimento de “culpa”, lembro da vídeo-chamada em que ele me “confessou” a novidade. Na verdade, eu já sabia, pois Roberta havia me dito que pai estava namorando, mas ele não sabia que eu sabia. Então, ficou todo desconfiado, perguntando se eu estava “sabendo de alguma coisa”. Eu me fazia de desentendido, para ver se ele me diria sem eu perguntar. Quando, então, eu disse que já estava sabendo da novidade e, mais que isso, que eu entendia que ele tinha, mais que qualquer um, direito de namorar e ser feliz, ele disse (secando as lágrimas para voltar a escrever): “Meu filho, era só o que eu gostaria de ouvir!!”

Parece uma coisa boba de se ouvir, mas está longe de ser.

Naquela frase está contida a afirmação (não-dita, mas dita) de que ele gostaria de namorar e ir com mais frequência ao Apodi, o que implicaria não ficar presencialmente com seus filhos e netos. Mas há, ainda, a “confissão” de alguém que estaria disposto a renunciar a

essa vontade, se percebesse que, de algum modo, seus filhos e netos, egoisticamente, não aprovassem sua intenção. E nisso há uma manifesta e inequívoca demonstração de amor e devoção aos filhos e netos, que sempre foram e serão as pessoas que meu pai ama acima de tudo.

Falando agora diretamente para você, meu pai, quero dizer que é exatamente por isso, ou seja, por você nos amar incondicionalmente, que nós, eu, minhas irmãs, meu irmão, meus sobrinhos e sobrinhas, além dos genros e de sua nora querida, dizemos que também te amamos e torcemos pela sua felicidade, esteja você onde quiser estar, seja em Natal, em Apodi, aqui em Aracaju (se quiser, venha!!!), em Paris ou onde for. E, mais ainda, quero te dizer que nós apoiamos você ficar, namorar, noivar, casar, descasar com quem você quiser. E, agora falando só por mim (mas penso que meu irmão e irmãs também apoiariam), quero dizer que eu brigo de murro com quem pensar em impedir você de fazer as coisas que você tem direito e vontade. Seja feliz, meu pai, como você nos ajuda a sermos.

Por todas essas lições, pela vida que me deu e pelo amor que dá, quero dizer a você, meu pai, muito, muito, muito obrigado.

Gostaria de agradecer à minha mãe, Maria da Glória. O tempo verbal, nesse caso, é relevante. Quando eu disse que “gostaria”, foi pelo fato de ela não estar mais viva, o que, penso eu, inviabiliza que eu lhe possa demonstrar (ou mesmo sentir, talvez) efetivamente minha gratidão.

Como hoje estou “mais agnóstico” do que nos Agradecimentos do Mestrado – Parte I, não digo que ela “não está mais entre nós” (embora, intimamente, gostaria – o tempo e modo verbais também são relevante aqui – de acreditar que pode ser verdade), o que daria a entender que ela está em lugar diverso do “entre nós”. No momento, todavia, não creio mais como cria antigamente.

Mas, enfim, vou aproveitar o argumento que já usei para Foucault, a fim de converter o sentimento de gratidão em reconhecimento, de maneira que, quando eu disser que agradeço, quero que entendam que estou prestando reconhecimento. Pode ser que eu fale desse modo por mera retórica, pode ser vacilação de pensamento também, como pode ser por estar sentido falta ou saudade. Pode ser, inclusive, por eu não ter certeza de como são as coisas depois que a gente morre. Pode, sim, e não tenho receio (ou arrogância) em reconhecer minhas limitações de pensamento e minhas dúvidas. Se você não tem (ou não admite ter ou já ter tido) dúvidas, parabéns para você, fique com suas certezas e me deixe, feliz, com minhas incertezas.

Mas voltemos logo aos agradecimentos (ou ao reconhecimento) à minha mãe.

Eu tenho traços físicos dela e de meu pai.

“- Isso é óbvio!!! Para que dizer o óbvio, Fernando!” Para preparar a piada seguinte, meu amigo “crítico”!!!

Acho que herdei geneticamente o que de mais belo há em cada um deles. Se você discorda, pergunte a Juliana, e para mim é a opinião abalizada dela que importa, pois acredito mais nela do que em você (#invejaépecado). De minha mãe, herdei meu sorriso gengival (de que já não gostei, mas gosto hoje), meus cabelos (mais escassos hoje, mais ainda firmes e, em sua maioria, naturalmente pretos), a cor da pele (mais para minha mãe do que para meu pai), além de outras coisas. Mas não sei em que me pareço com o que ela foi, em termos de comportamento.

Eu creio mais, muito mais, na determinação sociocultural do que na produzida em decorrência da herança genética (embora creio ser ela muito influente), ou seja, eu valorizo mais (por achar mais adequada) a ideia de “condição humana” que a de “natureza humana” (que não quero explicar aqui... dá uma “Googada” e leia a respeito).

Mas creio, também, que a gente é muito determinado pelo que vive nos primeiros anos de vida. E quando eu me recordo de certas experiências que tive enquanto você, minha mãe (“- Agnóstico ‘sem futuro’... falando com ‘quem’, rapaz?!”), ainda estava viva, reconheço (ou desejo reconhecer) que elas continuaram a produzir efeitos e comportamentos em nós, mesmo depois de você ter nos deixado. Pensando assim, tenho por justificada minha crença (genuína) de que o que somos hoje se deve, ao menos em parte, à convivência com a senhora.

Lembro-me de um episódio em que você tirou fotos de mim e de minhas irmãs. Naquela época, não se podia desperdiçar “poses”, pois eram caros o filme e a revelação. Assim, mesmo as fotos com “cara feia” sobreviviam para contar a história, o que é bem diferente de hoje, em que, quando alguém acha que não ficou bem, pede logo para apagar e repetir o processo. Antes, a gente convivia melhor com a imagem menos preparada, mais próxima “da vida como ela é”. Mas, voltando àquele dia e àquelas fotos, na primeira, tirada enquanto a gente se divertia tomando banho naquela caixa d’água Brasilit (nossa – e dos vizinhos- “piscina”), eu, Lena e Roberta estávamos felizes da vida, emoldurados por aquele balanço de metal que marcou nossa infância (especialmente meu pé, pois tenho uma cicatriz que ele “deixou”). Na segunda, quando você nos mandou vestir as fardas, estamos todos emburrados, pois um momento de lazer foi

forçosamente interrompido para que a gente vestisse roupa de colégio em um dia de folga (ou de férias, não lembro).

“- E o que isso tem a ver com a gratidão (reconhecimento) em relação à sua mãe?”

Tem muito a ver.

Em primeiro lugar, tem a ver pela razão mais óbvia. Estou fazendo os agradecimentos de minha Tese de Doutorado, o que penso ser algo muito importante (pelo menos para mim). Se cheguei aqui, não posso crer que foi por acaso, tampouco que foi por “mérito” exclusivamente meu ou que não fui muito ajudado. E ao ver aquelas fotografias e me lembrar daquela experiência, percebo que minha mãe já nos dava, a mim e às minhas irmãs, uma preciosa lição: “divirtam-se, mas estudem e aprendam.”³⁰

Ao tirar aquelas duas fotografias no mesmo dia, tenho para mim (é como gosto de pensar que minha mãe pensou) que minha mãe gostaria de continuar dizendo, depois de ir embora, que “há tempo para tudo” (“Agnóstico fajuto; fazendo referências bíblicas....”) nesta vida: tempo para brincar, tempo para aprender. Assim, aqueles registros simbolizam para nós a importância que minha mãe dava à educação dos filhos, sendo essa a razão de eu acreditar (e creditar) que esta Tese se deve muito ao modo como ela nos criou enquanto pôde.

Há outra experiência que gostaria de citar, pois ela corrobora essa certeza da importância que você, minha mãe, dava à nossa educação.

Quando fomos estudar no Maristela (que foi vendido recentemente, mas que eu tive a felicidade de visitar antes de ele ser transformado em outra escola), lembro que você e meu pai foram conhecer a estrutura do colégio. Lembro que conheci a sala do “preliminar”³¹ e, depois, vocês me deixaram no parque ao lado da quadra, onde fiquei brincando com George³² à sombra daquele pau-brasil, que ainda existe ali (eu tirei fotos quanto revisitei; se der tempo e coragem, vou colocar algumas nestes agradecimentos). Não lembro se você e meu pai demoraram (até

³⁰ Tenho para mim que, antes de tirar a foto, minha mãe deve ter pedido para que sorrissemos ou ao menos que melhorássemos a expressão. De nada adiantou, todavia. Mesmo assim, minha mãe não abriu mão do registro, e disso extraio outra: não deixem seus filhos se tornarem déspotas. Hoje, vejo muitos filhos que parecem verdadeiros imperadores, os quais se impõe soberanamente aos súditos (pais), contra quem elevam a voz e que mantêm sujeitos às suas majestáticas vontades. Duvido muito que esses pequenos “Neros” tenham alguma fotografia de farda e com a cara emburrada, pois sabem que, ao primeiro sinal de birra ou, se necessário, ao principiarem um pequeno escândalo na casa alheia ou mesmo num restaurante, os pais-súditos se submeterão às suas vontades.

³¹ Preliminar corresponde à alfabetização, ou seja, a última série do “jardim de infância”, antes de se ingressar no ensino fundamental. Pode ser que algo já tenha mudado, mas estou com preguiça de pesquisar para dizer com certeza.

³² George foi meu colega de sala até a terceira série. Ele imitava muito bem Elvis Presley e se apresentava naqueles eventos que toda escola faz (fazia?). Quem estudou naquela época no Maristela, vai se lembrar dele.

pelo fato de eu estar brincando), nem imaginei, na época, em que vocês se ocuparam. Hoje eu compreendo, todavia, que vocês fizeram ali o que todos os pais deveriam fazer, ou seja, avaliar a instituição que irá contribuir com a educação dos filhos. O que eu queria registrar, no entanto, não é a lição abstrata, mas o fato de eu tê-la incorporado como uma providência importante, pois sempre fiz isso em relação às escolas onde Vinícius estudou. Penso que aprendi isso com meu pai e com você, por isso eu (e Vinícius também) tenho que lhe agradecer.

Além das lições que extraímos desses símbolos, creio que eu e minhas irmãs apresentamos muitos comportamentos que aprendemos durante nossa convivência com você. Eu me refiro, obviamente, aos bons comportamentos, pois os maus a gente aprendeu com as “más companhias”. Para refletir sobre isso, eu gostaria de voltar àquelas fotos, especialmente àquela em que estamos com farda de colégio.

A minha cara de bravo diz muita coisa. Diz que eu já tinha determinados traços comportamentais, ou seja, que eu já tinha uma personalidade forte ou, dirão os mais críticos, que era “genioso” e birrento. Essa constatação, que em outras circunstâncias eu iria me ocupar em refutar, neste momento depõe em favor do meu argumento, no sentido de que muito se aprende (e eu aprendi) nos primeiros anos de vida. Assim, se aquela foto indica que eu, pequeno, já era daquele jeito (“genioso”), ela indica, *a contrário sensu*, que eu já deveria ter outras características mais nobres (o que a foto sem a farda pode provar), as quais foram em mim desenvolvidas muito em razão dos cinco breves, porém importantíssimos, anos de convivência com você, minha mãe. Por conseguinte, se a birra que já existia ali subsistiu até o presente, posso concluir, então, que algumas características atuais e mais nobres (que a birra) remontam àquela época. Esse raciocínio, cuja estrutura formal não apresenta qualquer impropriedade, autoriza-me afirmar que muita coisa boa eu aprendi com minha mãe enquanto eu convivia com ela, embora eu não possa precisar exatamente que coisas seriam essas.

Então, mandando às favas o dever de coerência argumentativa com minha crença “agnóstica”, quero dizer a você, minha mãe, muito obrigado pela vida e pelo amor. Se puder, gostaria que soubesse que sinto muito sua falta e que queria te amar como eu amo meu pai.

Me deu vontade (e, se eu puder, faço de tudo para evitar ficar só na vontade) de agradecer àquelas pessoas que se chegaram a nós, a mim e às minhas irmãs, para cuidar um pouco da gente e suprir, em parte, a necessidade que tínhamos (e temos) de uma figura materna. Foram muitas, de maneira que corro o sério risco de ser injusto e esquecer pessoas que deveriam ser aqui lembradas. Vou citar, mas não vou me alongar em justificar o porquê de nominá-las, limitando-me a adotar essa providência em relação a apenas uma.

A mais importante dessas pessoas, aquela a quem eu mais tenho motivos para agradecer por ter cuidado de mim e, com mais carinho e amor, também do meu filho Vinícius, foi minha primeira sogra Milca.

Dona Milca faleceu em julho deste ano (2019). Pode não ser original dizer isso, mas o mundo era bem melhor enquanto ela estava viva. Falo especialmente do meu mundo, do mundo do meu filho e de todos os que tiveram a oportunidade de conhecê-la e de com ela conviver mais de perto, pois dificilmente a gente encontra pessoas tão boas como ela era. Mas, além do nosso mundo, falo do mundo todo, pois Dona Milca era aquele tipo iluminado de pessoa, que entrava nos cantos sorrindo e falando com todo mundo, fazendo melhor a vida de quem tinha a “sorte” de cruzar com ela.

Dona Milca foi exemplo de filha, de mulher, de mãe, de sogra, de sogra-mãe, de amiga e de cristã. Se todos os cristãos vivessem como ela viveu, esse mundo seria muito, mas muito melhor, e talvez eu não tivesse emprego³³.

Por tudo o que fez por mim e pelo meu filho, por todo o amor que nos dedicou até o último dia de vida, quero dizer a você, Dona Milca, muito obrigado.

A outras pessoas, que episodicamente também cuidaram dos “filhos de Glória”, gostaria de citar e demonstrar minha gratidão. Muito obrigado à minha prima Eliene (Lena – outra, que não é a irmã), à minha avó paterna Raimunda (que já partiu), às minhas tias Geralda, Nega, Benedita, Didi e Neném. Obrigado, ainda, às minhas vizinhas de Candelária (bairro de Natal/RN onde morei de 1978 a 1994) Nazaré (mãe de Cláudio, Caio e Emanuela), Darci (mãe de Gustavo e Flavinha), Lúcia (mãe de Marcelo, Adriana e Jacira), Marluce (mãe de Marlúcio, Mário, Sandra e Sabrina), Rita (mãe de Jean Claude e Carol), Vilma (mãe de “Preto” [David Duarte], Regilma, Regina e Régia), Ducarmo (mãe de Sueli, Vladmir e Vanessa)

Já que fui bater em Candelária, quero voltar aos meus amigos e agradecer àqueles que, de igual modo, poderiam ser incluídos no rol de amigos-irmãos, já que cresceram comigo e com os quais muito aprendi. Obrigado a Jean Claude (não o Van Damme, mas o “de Araújo Câmara”), Paulinho, “Perce” (Pedro Luciano), Graco, Adriano, Hertz, Hermes, Marcelo, Alexander (pai cantora e super talento do *The Voice Kids Brasil*, Iara Abreu - @iaraabreuoficial), Mário, Marlúcio e “Preto” [David Duarte]. Embora eu tenha cogitado, não vou colocar aqui os apelidos de vocês, pois, talvez, isso fosse constrangedor, sobretudo se vocês quisessem se vingar de mim e divulgar alguns dos diversos apelidos que tive durante a infância

³³ Juiz de Direito para quê?? Precisaria não.

e adolescência. Esse tipo de coisa não cai bem, pois poderia comprometer a área de respeito e autoridade que temos sobre nossos filhos. Deixemos para lá os apelidos e fiquemos “apenas” nos agradecimentos.

Então, a vocês, meus amigos, que são amigos da infância até o presente, quero agradecer a convivência, que certamente me fez quem eu sou (para o bem e para o mal, repito). Saibam que, mesmo longe, estamos e estaremos sempre juntos. Muito obrigado!

Vou aproveitar a deixa do “retorno aos amigos” e registrar minha gratidão àqueles(as) que já se dispuseram a ler e criticar esta Tese. Agradeço, então, à minha Juliana, a Vinícius, a Paulo Paraíso, a Cilinha, a Letícia, a Larissa, a Clauber, a Paula, a Paulinho, a Roberto Alcântara e a Henrique Britto. Não sei se continuarão meus amigos depois que lhes mandar o arquivo, pois, admito, talvez não seja coisa de amigo pedir para alguém ler mais de 600 páginas. A situação piora se o amigo (talvez futuro ex-amigo) só for informado desse “detalhe” quando estiver recebendo, previamente, os Agradecimentos onde seu nome foi expressamente citado. Pensará, talvez, que caiu numa verdadeira cilada: “- O cara não avisou que a tese era desse tamanho, mas coloca logo meu nome nos Agradecimentos. Não posso nem dar uma desculpa e deixar de ler. Sacanagem isso.” Não pensem isso de mim, meus amigos(as) revisores(as), pois não armaria uma arapuca dessas para vocês.

Brincadeiras à parte, quero dizer a todos(as) muito obrigado pela disponibilidade que, antes de ver o tamanho da tese, já demonstraram para lê-la e revisá-la. Deixo claro que, se mudarem de ideia ou não puderem (ou não quiserem) ler, não tem problema algum. Prometo, mesmo assim, não tirar seu nome daqui.

Vou voltar à família e agradecer ao meu filho Vinícius. Repito o que eu disse nos Agradecimentos do Mestrado – Parte I: eu te amo muito. É muito amor, muito mesmo, que eu não sei quanto.

Lembra que te falei de uma promessa? Pois é, cumpri e ampliei. Quando eu disse (e repito agora) que nada nesta vida me estimula mais do que querer cumprir uma promessa que eu tenha feito a você, não estava brincando. Vou te prometer outra coisa agora: vou ser cada dia melhor como pai e voltar a ficar mais com você.

Esta Tese, que parece não ter fim (o manto de Penélope, como você disse uma vez), tomou nosso tempo. Na verdade, além do nosso tempo, tomou o meu juízo, pois quando não estou escrevendo essa “maldita”, estou pensando nela. Deixando esta Tese de lado e voltando às promessas, quero que a gente tenha nosso tempo e convivência de volta e, ainda, que a gente

possa debater outros assuntos, além de minha Tese (que a gente tenta deixar de lado, mas termina falando dela).

Mas isso aqui são *Agradecimentos*, de modo que eu tenho que te agradecer por algo, e não “apenas” dizer que te amo ou prometer outras coisas. Vamos aos agradecimentos, então.

Te agradeço por ser meu filho, por ser como é e, sendo assim como é, por me fazer muito feliz como pai.

Agradeço a você, Vinícius, também pela ajuda com a Tese (volto a falar dela com você, está vendo?! Mas isso vai mudar!!!), pois com ninguém mais do que fiz com você, meu filho, eu discuti os temas sobre os quais pesquiso e escrevo.

Não fique com raiva, Professora Gicélia, mas (talvez para sorte da senhora, que se livrou de tanto debate, de tanta falação, de tanta chateação até) era com Vinícius que eu, dia e noite, debatia ideias e ficava fazendo comentários sobre minha pesquisa e conclusões. E o melhor de fazer isso tudo com Vinícius é que minhas conversas nunca foram monólogos, o que se converte (assim entendo) numa verdadeira prova de amor (por parte dele, a “vítima”) e de disposição para contribuir, sobretudo se considerarmos a singeleza (#sqn) do tema: uma Arqueogenealogia, a partir de Foucault, que analisa historicamente os terrenos de marinha e propõe uma problematização da ideia de função social, bem como da função social estabelecida para aquela categoria de bens.

Se estou “me exibindo” falando da complexidade de minha Tese e do meu tema? Claro que não! Talvez... Vá lá... Pode ser que sim, mas não foi com essa intenção (ao menos conscientemente) que construí o parágrafo anterior. Na verdade, eu estou querendo (aí, sim, consciente, deliberada e deslavadamente) me exhibir por conta do meu filho. Se o assunto é árido, difícil de compreender e, mais ainda, de gostar, isso não fez diferença para Vinícius, pois ele entende e debate sobre ele, embora não tenha precisado, como eu precisei, trabalhar com “isso” (o tema) cinco e pesquisá-lo academicamente por sete anos. Meu filho, não é por nada não, é a pessoa mais inteligente, cognitivamente falando, que eu conheço (Se você está lendo estes agradecimentos e é – ou pensa que é - mais inteligente que ele, parabéns para você!!! Espero um dia, no futuro, ter o prazer de te conhecer). Às vezes é tanto, que chega a dar raiva, quando, por exemplo, vou contar para ele alguma novidade que acabei de estudar, então ele anuncia já saber daquilo, quando não reelabora a “novidade” que “descobri” há pouco.

Ele é tudo isso e, para mim, é tudo isso e muito mais, a ponto de eu ter até vontade de agradecer a Deus(a)(s) por tê-lo como filho. Mas fico, todavia, nos agradecimentos a você mesmo, meu filho, por ser quem é e, especialmente, por ser quem é para mim.

Pelo muito que contribuiu para que esta Tese fosse (quase, mas a gente chegará lá) concluída, por todo tempo que renunciou de convivência e, enfim, por tudo o que faz e sente por mim, muito obrigado, meu filho e “meu orgulho”.

Estes agradecimentos já passaram de 50 (cinquenta) páginas (sem as fotos, que depois vou procurar e colocar ao longo do texto). Deste tamanho, não faz mais diferença alguma falar mais ou falar menos. Quem chegou até aqui sem pular algumas páginas ou parágrafos é um(a) herói(ína), de maneira que não tenho que me preocupar em economizar palavras. Mas, apesar disso, e agora sem mentira, estou chegando ao final, pois só vou registrar gratidão a mais uma pessoa, quem seja, aquela que me ajudou e me ajuda mais que qualquer outra nesta vida, que eu amo e que me ama “de verdade verdadeira e para sempre”: Juliana.

Antes dessa pessoa, porém, vou falar de Deus(a)(s).

E nem me acuse de mentir, ao dizer que somente tinha mais uma pessoa para agradecer, pois Deus(a)(s), se ele(a)(s) existir(em) realmente, não é(são) pessoa(s). Além disso, se você achou que eu iria me demorar em agradecer a Deus(a)(s), fazendo aqui algo semelhante ao que fiz nos Agradecimentos do Mestrado – Parte I, pode ficar despreocupado. Como eu disse, hoje creio em algumas coisas, mas creio de uma forma bem diferente daquela como eu cria quando fiz a Parte I (2015). Não quero ser hipócrita aqui e escrever o que não sinto (no momento) ou tenho vontade, apenas para cumprir uma formalidade ou, pior ainda, para não parecer, aos olhos dos julgadores de plantão, um blasfemador. Se achar isso de mim, o problema é seu, e não meu. Achou ruim o que eu disse agora? O problema é igualmente seu, e não meu³⁴.

Por via das dúvidas, digo apenas isso: obrigado, Deus(a)(s)... se você existir³⁵.

Finalmente, obrigado à minha Juliana.

Princesa, eu te amo e me sinto amado por você. Teu amor me bastaria para motivar minha gratidão, razão pela qual penso que poderia dizer agora um singelo “obrigado, meu amor.”

³⁴ Solange Almeida (ex-vocalista da banda Aviões do Forró) propôs uma postura comportamental que reputo eficaz para resolver o incômodo decorrente da crença alheia, embora a aludida “filósofa contemporânea” a tenha recomendado originariamente para problemas de outra ordem. Deixo aqui o link do vídeo para reflexão: https://www.youtube.com/watch?v=md83F_3WZh0.

³⁵ E se existir, a gente se entende, eu sei disso.

Mas não posso deixar de agradecer também por outras coisas, pois sou uma pessoa prudente, a quem ainda resta algum juízo, de maneira que não ousaria desobedecer à sua determinação, no sentido de que escrevesse para você mais páginas do que escrevi em relação a qualquer outra pessoa. Doido seria eu, caso não fizesse o que mandou, mas mais doido seria se não quisesse escrever muito para você. Escrevo para você, pois eu te amo; e te amo, pois decidi te amar, assim como decido todos os dias continuar te amando.

“- Coisa (estranha) de Juiz: decidir que ama.”

Pode ser estranho, mas é como penso. “P.R.I.”

“O amor, ah, o amor”. O que é o amor, na verdade?

A resposta não é simples, até pelo fato de que não há (pelo que eu creio³⁶) uma espécie universal de amor. Sobre o que algum sentimento deve ter para ser considerado amor, falei um pouco sobre esse tema já nos Agradecimentos – Parte I. Se ele lhe interessar, volte algumas páginas e leia o que já escrevi ali.

Mas voltando à minha crença (atual) sobre o amor, especificamente aquela espécie de amor que faz com que as pessoas se relacionem³⁷, para mim ele é uma decisão, mas não uma decisão simples e de efeitos instantâneos ou estacionários. Na verdade, seria uma decisão de trato sucessivo, uma conduta que deve ser cotidianamente reafirmada e traduzida em prática.

Sendo uma decisão, não pode ser irrefletida, nem infundada, razão pela qual quem ama tem consciência do que sente, além de um bom e presente (atual) motivo para amar e para continuar amando. Se não tem motivo, ou não sabe qual seja, talvez a pessoa que diga amar alguém esteja apenas acomodada, presa a determinadas circunstâncias ou mesmo confusa em relação ao sentimento que nutre por aquele alguém. O que quero dizer, por conseguinte, é que o amor faz sentido, não sendo um sentimento que se apresenta como uma força incontrolável e arrebatadora, que de modo irresistível tomaria nossa existência. O que poderia produzir esse efeito de arrastamento, que poderia nos carregar ou nos atingir sem que consintamos, seria um tsunami, um carro desgovernado, um vírus da gripe aviária ou mesmo amigos-sequestradores em sexta-feira de carnaval. A paixão, talvez, possa fazer também, assim como algumas espécies de doença mental. Mas o amor, do tipo que me refiro aqui, pressupõe a condição de entrega e permanência consentida e consciente.

³⁶ Se quer me criticar ou discordar, por que não vai escrever *Agradecimentos* de 60 páginas? Aí você poderá colocar neles, e depois ficar lendo só aquilo que confirmar suas crenças. Me deixe, então, com as minhas.

³⁷ Poderia citar outras “espécies de amor” socialmente estruturados, como, por exemplo, o amor pelos animais, pela natureza, por entidades metafísicas ou espirituais. Não é sobre essas de que falo.

E sobre o amor não ser instantâneo, ou seja, sobre consubstanciar um sentimento (um gesto, até) correspondente à ideia de “relação de trato sucessivo”, penso que essa condição retira o fundamento das crenças (que não tenho) em “amor à primeira vista” e “amor eterno”.

“- Explique melhor, senão pode se complicar...”

Explicarei, sem problemas, e darei como exemplo o meu amor por Juliana.

Eu percebi Juliana desde quando nos encontramos “pela primeira vez”. Há muitas pessoas que nós encontramos dia após dia, mas cuja existência sequer chegamos a perceber. Com Juliana foi diferente, pois a vi e a percebi desde o primeiro contato. Além e após perceber, gostei... gostei ao ponto de pensar nela a partir de então, bem como de firmar em minha mente aquele evento³⁸. Ali e então começou “tudo”, ou seja, o conjunto de “tudo” o que vivemos até o presente. Mas o amor veio depois... e para sempre (mas para sempre, porque decidimos isso diariamente).

Penso, então, que a gente pode perceber à primeira vista, pode se encantar à primeira vista, pode se decepcionar à primeira vista, como pode ter outros tantos sentimentos à primeira vista; mas o amor, não. Além de ser decisão, como eu disse, ele é uma prática.

“-Sim, mas ele tem um começo... ou não!?”

Tem, claro, mas só se pode falar de amor após o sentimento se converter em prática, ou seja, de ter constância e permanência, pois ele é incompatível com a ideia de rompante. É como o discurso (“que romântico, Fernando?”), que exige regularidade. (Ps.: Se quiser entender sobre discurso, tem um tópico específico nesta Tese. Recomendo que o leia).

“- Que confusão! Amor como decisão, como prática, como discurso.”

Não há confusão, mas também não há simplicidade. Seria muito bom e muito fácil se o amor se instaurasse como num estalo: “*Pow...* Pronto! Tudo resolvido pelo resto da vida! Não fizemos coisa alguma, não cultivamos, mas já nos amamos até que a morte nos separe. Temos o amor e vamos viver e morrer inescapavelmente com ele.” Repito: seria muito “bom” e muito fácil que fosse assim, mas o fato é que não é (e, ao menos para mim, penso que seria muito sem graça se fosse desse modo).

Como eu disse, decide-se amar, da mesma forma que se deve decidir continuar amando, o que exige um comprometimento cotidiano, um agir presente, mas continuado também, que é

³⁸ Ela também lembra do momento até hoje, embora não saiba que fim levou o presente que lhe dei.

muito mais que dizer que ama ou simplesmente querer amar. Amar alguém é um grande privilégio, mas dá muito trabalho e exige cuidado e esforço, estando a experiência de amar mais para andar de bicicleta do que para deitar sossegado numa rede.

“- Você acha, então, que o amor pode acabar? Eu discordo! Se acabou é pelo fato de nunca ter sido amor.”

Respeito, quem pensa assim, mas devo dizer que julgo esse pensamento uma verdadeira balela. E não me condene por falar desse modo, pois o respeito à pessoa não imuniza o pensamento: é uma balela, e uma balela manifestamente contraditória e sem sentido. De tão contraditória que é, chega a parecer com aqueles julgamentos da inquisição: “vamos te jogar num caldeirão de óleo fervendo; se você escapar vivo depois de cozinhar 2h, então você é inocente.”

Balela, sim, pois pensar dessa maneira projeta para o futuro o saber (e, por conseguinte, o sentir) sobre o amor. A partir dessa (i)lógica, só se poderia saber se é amor ou não quando a pessoa morresse e, ainda, se continuasse amando até o dia da sua morte. Então, o amado, que continua vivo, teria a certeza de que o sentimento era amor, pois não acabou. Mas ocorre que, quem amava e morreu primeiro, nunca chegou a ter absoluta certeza sobre o que era o sentimento que nutria, pois só sua morte foi capaz de rechaçar a possibilidade de acabar o amor, que, nesse caso (de acabar em vida), não seria amor, pois “se acabou, não era amor”. Isso, sim, é confusão! Isso, sim, é algo sem sentido!

Mas além de balela, esse pensamento contém uma maliciosa chantagem de desfaçatez sem tamanho. Ao se dizer que, “se acabou é porque nunca foi amor”, diz-se, ainda que sem dizer, que “se você deixar de me amar em algum momento no futuro, significa, então, que nunca me amou de verdade.”

Esse dizer (não-dito) diz ao menos duas coisas sobre quem pensa o “amor” dessa forma: (1) que quem exige esse “amor” é inseguro, pois chantageia a pessoa (vítima) que “deveria” amar, na medida em que lhe impõe um dever de continuar “amando”, sob pena de ter agido enganosamente durante algum tempo (pois “se acabou, nunca foi amor”); e (2) que quem exige esse “amor” é egoísta, pois não faz diferença que ela tenha vivido lindas e genuínas experiências de amor (sem aspas) com outra pessoa; se esta deixar de amar ou decidir amar outra pessoa, então é porque nunca amou de verdade.

“- Você quer dizer, então, que as pessoas não podem se amar e viver juntas pelo resto das vidas?”

Podem, claro. Podem se amar “pelo resto das vidas”, desde que decidam e pratiquem isso dia após dia “pelo resto das vidas”. Mas, de outro modo, se não conseguirem ou se decidirem que não querem mais fazer isso um com ou outro “pelo resto das vidas”, não significa que nunca se amaram. Se amaram, sim, enquanto quiseram, decidiram e praticaram, e não porque se mantiveram reféns de uma “ameaça invisível” (“se deixar de me amar, é porque nunca amou”).

Além do mais, não podemos desconsiderar o fato de que não é apenas o amor que pode ser invocado como justificativa para permanecer vivendo juntos “pelo resto das vidas”. Há outros sentimentos que fazem com que pessoas vivam assim e, além disso, há outras circunstâncias que, mesmo não havendo (ou não havendo mais) amor, conduzem pessoas a viver juntas.

Mas não quero me alongar falando sobre esses outros sentimentos, tampouco sobre essas outras circunstâncias. Meu propósito foi apenas de refletir sobre alguns aspectos do que penso ser o amor, a fim de que eu pudesse, agora, repetir: Juliana, minha Princesa, eu te amo. Amo muito, “de verdade verdadeira e para sempre” (porque decido e pratico isso todos os dias).

Obrigado por me deixar te amar e obrigado, mais ainda, por me amar e por fazer com que eu me sinta amado.

Obrigado, Princesa, também por querer continuar me amando. Esse querer é manifesto; eu o sinto dia a dia. Se meu jeito é demasiado peculiar, quicá estranho (viu como eu penso sobre o amor? Pois é...), imagine quando se convive bem de perto. Agora amplifique e catalise a “estranheza” desse cenário imaginado, acrescentando as circunstâncias de a pessoa ingressar no Mestrado e, em seguida, emendar um Doutorado. Imaginou?! Pois Juliana, minha Princesa e meu amor, a despeito desse cenário, a despeito do que eu sou e a despeito de como eu vivo, mas também por causa disso tudo, faz com que eu me sinta amado, muito amado, todos os dias.

Agradeço a você, Princesa, também pela paciência. Amar alguém que é como eu sou já não é fácil, mas nessas condições, é uma demonstração hercúlea de amor e paciência. Querem ver outra prova?

Então, façam o seguinte exercício.

Imaginem que você é arquiteto(a), que projetou e executou com todo cuidado e esmero um espaço em sua casa, colocando uma mesa com balanços em sua varanda. Um cantinho bem legal, sua cara: “cara de arquiteto(a)”. Um belo dia, você chega em casa e percebe que sua mesa foi “enfeitada” com um monte de livros, os quais foram dispostos em pilhas assimétricas e que

não podem sair da forma como estão “organizados”. Durante vários meses, aquela é a imagem com a qual você se depara logo que abre a porta de casa, tendo ela significado especial quando ocorre às sextas-feiras, pois quer dizer que (mais uma vez) não foi cumprida a promessa de que as pilhas iriam sumir da mesa, bem como que aquela cena vai prosseguir durante toda a semana que virá, já que o trabalho, para o qual os livros servem e que seria concluído até sexta (“sem falta”), mais uma vez teve sua conclusão prorrogada.

Imaginem essa cena se repetindo semana após semana e, numa sexta “maldita”, além da visão das pilhas “malditas”, uma voz “maldita” te diz: “pedi prorrogação por mais seis meses.”

Imaginaram?! Imaginaram mesmo?”

Mas imaginem, agora, que os seis meses foram se passando e, quando você pensou que finalmente iria se livrar daquela dantesca cena, aquela mesma voz diz: “pedi outra prorrogação: mais seis meses”.

Agora faça um exercício de empatia. Coloque-se no lugar da pessoa que ouviu aquela voz. Se você, depois disso tudo, não praticou o delito capitulado no art. 121, do Código Penal, então você ama muito o dono daquela voz, o qual lhe deve ser grato “pelo resto de suas vidas”.

Eis uma das inúmeras provas inequívocas do amor e da paciência de Juliana.

Eis, também alguns dos porquês de eu decidir diariamente amá-la e de lhe ser eternamente grato.

Mas tenho que falar da reclamação dela. Na verdade, das reclamações recorrentes dela.

Ela reclama, sim (e muito), com já registrei desde os Agradecimentos do Mestrado - Parte I. Mas devo admitir, embora talvez não devesse fazê-lo publicamente (pois ela pode achar que é uma autorização prévia ou, pior que isso, um estímulo para reclamar ainda mais), que a reclamação sistemática dela é, em parte, determinante de minhas mudanças. Primeiramente, pois, quase sempre (eu disse “quase”, Princesa, tá bom?!) Juliana ela tem razão quando reclama de alguma coisa que eu tenha feito. Eu sei que ela poderia trabalhar meu erro de outra forma que não a reclamação. “Qual forma, Fernando?!” Não sei, mas deve haver uma outra forma. Mas, como regra (como regra, Princesa, e não sempre, tá bom?!), devo reconhecer que estou errado quando ela vem de lá pra cá reclamando. Assim, a reclamação dela, diante da experiência pretérita, é um dado empírico de que estou errado em algo, ou seja, funciona como uma espécie de alerta para um possível erro meu.

Além disso, a reclamação dela me serve também como estímulo para a mudança. Eu amo Juliana e a considero uma verdadeira Princesa, mas ela reclama mais do que uma Princesa deveria. Como eu não gosto da reclamação, nem mesmo da reclamação de uma Princesa, tento errar menos e, assim, evitar a reclamação que pode decorrer do meu erro. E mesmo quando a prevenção não funciona, então me esforço para corrigir o mais rápido possível o erro, evitando, com isso, a deflagração ou a continuidade do desgostoso processo de reclamação.

Em suma, até pelas reclamações de Juliana, devo dizer muito obrigado, pois se melhorei durante nossa convivência, foi também pelo alerta e pelo estímulo de suas reclamações. Obrigado, Princesa, por reclamar de mim e me ajudar a melhorar como pessoa.

E no que melhorei com a colaboração (colaboração que inclui a reclamação) de Juliana? Em muita coisa. Vou citar apenas algumas mudanças (para melhor) em que vejo o toque dela, embora eu pudesse mencionar outras 4.789.900.283.

Com Juliana, melhorei em controlar o *Hulk*. Não sei se seria possível matá-lo, mas, se sim, talvez não fosse recomendável fazer isso, pois acho que ele não é, de todo, destruição. Quero crer que ele é responsável por coisas boas também, como uma espécie de bateria que me alimenta de ímpeto para propósitos bons. Assim, meu receio é que sua morte terminasse por comprometer essas qualidades associadas à sua existência, de modo que eu me esvaziasse também de coisas boas, que eu e Juliana gostamos em mim. O que sobraria depois da morte do *Hulk*, por ser insuficiente ou por ser muito diferente, talvez não justificasse que ela decidisse, dia após dia, continuar me amando.

Além disso, conviver com o *Hulk* e aprender a (auto)controlá-lo com maior eficácia, termina fortalecendo meu sistema imunológico mental, fazendo com que eu me aflija menos com as reclamações que relatei. Assim, se a convivência diária com um ser interior verde e impetuoso me auxilia a conservar a serenidade diante das reclamações, então o deixemos vivo, bem vivo, embora cada vez mais controlado.

E por me ajudar com esse (auto)controle, eu tenho que dizer muito obrigado, Princesa.

Também tenho que agradecer a Juliana por me fazer melhorar em resolver problemas, o que ela fez me convencendo da importância de dois pontos muito simples que, de tão simples que são, às vezes nem nos atentamos para sua relevância. O primeiro ponto: não evite pensar nos seus problemas, pois eles não vão sumir simplesmente por você ignorá-los; na verdade, se

você fingir que eles não existem, é possível que eles aumentem muito de tamanho³⁹. Então, sem ficar paranoico com tudo, não evite pensar nas coisas que te incomodam. Resolva! Mas para resolver, pense primeiro!

O segundo ponto, que para mim foi o mais importante: você não precisa resolver tudo sozinho. Nem todo mundo é como Wolverine, que se cura sozinho de “tiro, porrada e bomba” e tem “vida de videogame”. Na verdade, não é questão de poder e ter capacidade, mas de compreender que, ainda que a gente possa encontrar uma solução sozinho para muita coisa, é muito mais fácil pedir ajuda e fazer isso com alguém. Eu sei que é, pois Juliana não apenas me convenceu de que isso é verdade, mas também me ajudou na resolução de muita coisa durante todos esses anos em que estamos juntos. Se ela não ajudou mais, foi porque eu não pedi ou não deixei, mas estou certo de que ela se disporia a tudo o que eu pedisse. Como ela bem diz:

“- Boca de forno!

– Forno!”

Eu nunca brinquei verdadeiramente disso, mas vivo com Juliana verdadeiramente essa “brincadeira”.

Então, meu amor, minha Princesa, minha Juliana, depois de fazer exatamente o que você mandou, ou seja, de escrever para você mais do que para qualquer pessoa, mas de fazer isso não por obediência, mas por vontade própria e por reconhecer que você foi minha principal ajudadora durante a realização da pesquisa que resultou nesta Tese, quero te agradecer muito, mas muito mesmo. Se as normas do PRODEMA deixassem, colocaria seu nome na capa como coautora deste trabalho, pois, como tudo o que faço de bom desde que a conheci, devo em grande medida a você.

Assim, minha Princesa, muito obrigado por tudo o que faz e é para mim, bem como por tudo o que fará e sempre será.

E para concluir, finalmente, estes Agradecimentos, quero reafirmar minha decisão de te amar “de verdade verdadeira e para sempre”.

³⁹ Você tem dúvidas disso? Então, faça um empréstimo na CREFISA, com taxa de juros anuais na base de 1.021% (um mil e vinte e um por cento) (Ps.: não se trata de uma taxa fictícia, mas de uma recorrentemente praticada, conforme ação que julguei há poucos dias) e deixe de pagar suas prestações. Para concluir, deixe também de pensar nesse problema durante alguns meses ou anos. Aí verá de que tamanho ele ficou.

RESUMO

Os terrenos de marinha, desde quando inventados pelo Decreto de 21 de janeiro de 1809, (somente assim designados pelo Aviso de 7 de julho de 1829), estão envolvidos em tensões e são objeto de questionamentos, constatação revelada pela existência de projetos legislativos visando à modificação do regime jurídico ou mesmo à extinção dessa categoria de bens. A União, em defesa do instituto, sustenta que a existência e manutenção do seu regime jurídico seriam medidas imperiosas, pois supostamente conformadas à tríade de valores correspondentes ao que se convencionou chamar de “tripé da sustentabilidade”, firmado em aspectos ambientais, sociais e econômicos. Ao ensejo de contribuir para esse debate, o objetivo geral desta pesquisa foi elaborar uma história dos terrenos de marinha, informada por um caráter genealógico em que as análises estão centradas nas condições de possibilidade da invenção e manutenção dos terrenos de marinha, bem como na problematização de sua função social (“socioambiental”). Para esse empreendimento, propôs-se uma abordagem que se denominou Arqueogenealogia “a partir” de Foucault, elaborada mediante a conjugação de elementos da Arqueologia e da Genealogia “de” Foucault. A tese se estrutura em três capítulos de desenvolvimento, além da Introdução e da Conclusão (“Considerações presentes”). O primeiro capítulo compreende a elaboração da proposta de abordagem (Arqueogenealogia a partir de Foucault) e a apresentação da pesquisa quanto aos seus aspectos metodológico, procedimental e teórico. O segundo é destinado à descrição e à análise das práticas (discursivas e não discursivas) que ensejaram a invenção dos terrenos de marinha, ou seja, suas condições sócio-históricas de possibilidade. No terceiro, produziu-se “a” (uma) descrição e a análise da “trajetória” histórica do instituto, desde sua invenção em 1809 até o presente. Neste capítulo também foi problematizada a função social dos terrenos de marinha, optando-se por um recorte temático, que considerou as práticas em lugar da orientação linear do tempo cronológico. Finalmente, nas “Considerações presentes”, foi elaborada uma apertada síntese do trabalho, das quais as conclusões que o esforço de síntese impõe seriam as seguintes: a) que a história é uma invenção produzida numa teia de relações de poder; b) que a propriedade, como fato e como direito, é uma categoria histórica, sendo, portanto, inventada; c) que a noção de função social idealiza o elemento “social” deste conceito, embora se oculte essa condição com a intenção de sujeitar a sociedade à vontade da elite que tem a potência para influenciar determinadamente a produção das regras jurídicas; c) que o regime de propriedade pública no Brasil foi produzido pelo dispositivo colonial imposto pela Coroa portuguesa, que, na base da força e, sobretudo, de elementos discursivos de dominação, excluiu do domínio do território os nativos que aqui já viviam desde antes de 1500; d) que, desde sua origem, a disciplina normativa foi elaborada com o escopo de agenciar a propriedade imobiliária em função de interesses econômicos, viabilizando sua apropriação a partir de critérios censitários (cabedal) e excluindo ou dificultando o acesso à terra por parte de quem não dispunha de recursos financeiros; e) que os terrenos de marinha, observando essa mesma lógica de agenciamento, foram inventados e funcionam até o presente como instrumento de apropriação de espaços privilegiados em favor de quem mais pode pagar por eles, o que conduziu à ratificação, como conclusão principal desta tese, do lamento cantado por Caetano, no sentido de que a “força da grana (...) ergue e destrói coisas belas”.

PALAVRAS-CHAVE: terrenos de marinha; função social; arqueogenealogia.

ABSTRACT

The naval coastal lands, since when invented by the Law Decree of January 21, 1809 (only so designated by the Notice of July 7, 1829), are involved in tensions and they have been subject to questioning, a finding revealed by the existence of legislative projects aimed at changing the legal regime or even the extinction of this category of goods. The Union, defending the institute, believes that its existence and the maintenance of its legal system would be imperative measures, because supposedly conformed to the triad of values corresponding what has been called the “sustainability tripod”, signed in environmental, social and economic aspects. In order to contribute to this debate, the general objective of this research was to elaborate a history to the naval coastal lands, informed by a genealogical character which the analyses are centered on the possibility invention conditions and the naval coastal lands keeping, and the problematization of their social function (“Socioenvironmental”). To this work, it was proposed an approach called Archeogenealogy “from” Foucault, elaborated by composite elements from the Foucault’s Archeology and Genealogy. The dissertation is structured in three development chapters, beyond the Introduction and Conclusion (“Presents Considerations”). The first chapter comprises the elaboration of the proposed approach (Archeogenealogy from Foucault) and the presentation of the research related to methodological, procedural and theoretical aspects. The second one is related to the description and the practices analyses (discursive and non-discursive) that help the invention of the naval coastal lands, in other words their socio-historical conditions of possibility. The third produced “to” (the) description and analyses of the institute historical “journey”, from its invention in 1809 to the present. This chapter also problematized the naval coastal lands social function, choosing for a thematic cut, which considered the practices rather than the chronological time linear orientation. Finally, in the “Present Considerations”, a synthesis of the work was created, which the conclusions that the synthesis effort imposes would be: a) the history is an invention produced through the several power relations; b) the property, as fact and as right, is a historical category and, therefore, invented; c) the notion of social function idealizes the “social” element of this concept, although hidden this condition with the intention subjecting the society to the elite instead who has the power to decisively influence the legal rules production; d) the public ownership in Brazil was produced by the colonial device required by the Portuguese Crown, with force and domination discursive elements, removed from the territory the natives who had lived here before the year 1500; e) since its inception, the normative discipline was created with the purpose to manage the real estate property according to economic interests, enabling its appropriation based on census (leather) and excluding or making difficult the access to the land for people who had no financial resources; f) naval coastal lands, according this same logic of agency, were invented and exist nowadays as an instrument to privileged spaces appropriation in favor who can pay more for them, which take to confirmation, as the main conclusion to this dissertation, of the lament that was sung by Caetano, when “the power of money (...) raises and destroys beautiful things”.

KEYWORDS: naval coastal lands; social function; archeogenealogy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGENS

Imagem 01: Slide 7/32: Apresentação audiência pública no Senado Federal (9 de setembro de 2015)	6
Imagem 02: Slide 4/56: Apresentação Secretário do Patrimônio da União durante o XIX Encontro de Gestão do Patrimônio da União (30/01 a 03/02/2017)	7
Imagem 03: Slide 2/39: Apresentação SPU/DEDES durante o XX Encontro de Gestão do Patrimônio da União (abril de 2018)	8
Imagem 04: <i>O desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro em 1500</i> (1900), também citada como <i>Descoberta do Brasil</i> , de Oscar Pereira da Silva	184
Imagem 05: <i>Chegada da Família Real ao Rio de Janeiro</i>	316
Imagem 06: <i>Vista do Saco da Gamboa</i> (1840)	329
Imagem 07: Chapadão da Praia de Pipa, Tibau do Sul/RN	332
Imagem 08: Vista de prédio na rua José Luís da Conceição, bairro Jardins, Aracaju/SE.....	332
Imagem 09: Slide 7/13: Apresentação do Departamento de Destinação Patrimonial, Coordenação-Geral de Apoio ao Desenvolvimento Local (6 de agosto de 2014).....	344
Imagem 10: Slide 4/25 de Apresentação da SPU na Câmara dos Deputados - (06.08.2015).....	357
Imagem 11: Slide 7/32: Apresentação audiência pública no Senado Federal (9 de setembro de 2015)	392
Imagem 12: Gráfico do histórico do desmatamento e média exponencial	395
Imagem 13: Biomas brasileiros. Espécies da fauna ameaçadas de extinção.....	397
Imagem 14: Reprodução parcial da página 69 do Balanço de Gestão SPU 2003 -2010: Tabela de comparativo de demarcações da LPM.....	398
Imagem 15: Limites da orla marítima.....	404
Imagem 16: Modelo da Turquia para definição das faixas de zoneamento costeiro	405

Imagem 17: Parte do slide 7/32: Apresentação audiência pública no Senado Federal (9 de setembro de 2015)	407
Imagem 18: Slide 22/35: Apresentação da SPU na audiência pública na Câmara dos Deputados – PEC 039/11 (06.08.2015)	410
Imagens 19: Slides 03 e 08/35: Apresentação da SPU na Câmara dos Deputados - PEC n.º 39 A (21 de junho de 2016)	410
Imagem 20: Parte do slide 7/32: Apresentação audiência pública no Senado Federal (9 de setembro de 2015)	415
Imagem 21: Arrecadação de Receitas Patrimoniais: acumulado janeiro a dezembro de 2018	416
Imagem 22: Slide 8/91: Apresentação do Secretário do Patrimônio no encontro de Superintendentes 2018. Brasília/DF (abril de 2018).....	419
Imagem 23: Parte do Slide 7/32: Apresentação audiência pública no Senado Federal (9 de setembro de 2015)	422
Imagem 24: Reprodução parcial da página 25 do Balanço de Gestão 2003-2010	423
Imagem 25: Slide 11/35: Apresentação audiência pública na Câmara dos Deputados (6 de agosto 2015)	423
Imagem 26: Slide 12/35: Apresentação audiência pública na Câmara dos Deputados (6 de agosto 2015)	424
Imagem 27 – Praia de Boa Viagem (Recife – PE): 1947 a 2004	426
Imagem 28 – Treze de Julho (Aracaju – SE): 1970 e hoje	426
Imagem 29 – Copacabana (Rio de Janeiro – RJ): 1893 até hoje	427

QUADROS

Quadro 01: Densidade populacional em Portugal (por comarca).....	209
Quadro 02: Histórico de desmatamento desde o início do monitoramento do Atlas de remanescentes florestais de Mata Atlântica.....	396
Quadro 03 – Arrecadação de Receitas Patrimoniais: 2015 a 2018	418

SUMÁRIO

VOLUME 1

I. INTRODUÇÃO	1
1. Apresentação e delimitação do tema	2
2. Problema	8
3. Hipótese	9
4. Objetivos geral e específicos	9
5. Justificativas	10
5.1. Justificativas pessoais (motivação do estudo)	10
5.2. Justificativas gerais	13
6. Contribuição científica	14
7. Pertinência temática com o PRODEMA	17
8. Aporte metodológico e teórico	18
8.1. O introito ao referencial metodológico e teórico	19
8.1.1. As categorias conceituais, os autores e as obras de referência	21
8.1.2. A classificação da pesquisa e a abordagem metodológica	24
8.1.3. Os procedimentos metodológicos	24
a) A atitude investigativa	25
b) A rede conceitual	26
c) A relação com os documentos	28
d) A delimitação do corpus de análise	31
e) A atenção às múltiplas periodizações	31
f) A análise dos discursos, a analítica do poder e a problematização do presente: uma análise histórica.....	35
9. A estrutura da tese	40
II. ARQUEOGENEALOGIA, PROPRIEDADE E FUNÇÃO SOCIAL	42
1. A genealogia da Arqueogenealogia a partir de Foucault	42
2. Uma história com Foucault	66
2.1. Foucault e seus momentos	69
2.2. Foucault e o(um)(s) método(s).....	73
2.3. Uma proposta metodológica a partir de Foucault: como se fez	78
2.4. A emergência da Arqueologia: como Foucault	

revolucionou a História	82
2.5. A Arqueologia de Foucault	92
2.6. A emergência da Genealogia	104
2.7. A ordem do discurso: a abordagem genealógica e uma Arqueogenealogia	106
2.8. O poder como multiplicidade e como estratégia de produção de subjetividades: uma analítica do poder	114
3. A propriedade como direito e sua função social (socioambiental): o discurso e alguns problemas	122
3.1. Uma brevíssima história de uma propriedade	122
3.2. O direito de propriedade nas constituições brasileiras	130
3.3. A propriedade e o direito de propriedade como conceitos históricos não universais	133
3.4. Durkheim: o Direito como fato externo da solidariedade, e uma ideia de função social	138
3.5. Durkheim: a divisão do trabalho social, sua função e o direito de propriedade	139
3.6. Duguit: direito de propriedade e função social	153
3.7. Alguns (outros) problemas	157
3.7.1. A função social como ideia em A República de Platão *	*
3.7.2. A pretensão de objetividade: a fé na ciência	159
3.7.3. A amplitude conceitual do princípio constitucional da função social da propriedade	170
3.7.4. A função “socioambiental” como discurso de cooptação: uma possibilidade.....	176
3.8. Uma síntese	178

VOLUME 2

III. AS CONDIÇÕES DA INVENÇÃO	181
1. Pindorama: o mito do “nome americano do Brasil” e a colonização do saber**	**
2. O dispositivo colonial português	182

* Tópico suprimido por orientação da Banca de Defesa.

** Tópico suprimido por orientação da Banca de Defesa.

3. A história, a produção de verdades e de subjetividades	194
4. Os “senhores do litoral” (ou “da costa”)	202
5. Os novos “senhores” do litoral	220
5.1. A feitorização do litoral: soberania e formação inicial do saber	221
5.2. A colonização do litoral e a partir dele: colonização das terras e da população.	238
5.2.1. Colonização: sentido, derivação e dispositivo	239
5.2.2. As sesmarias: a lei e o agenciamento produtivo	251
5.2.3. A estrutura fundiária na América portuguesa (ou “Brasil colonial”): as sesmarias, as leis e o funcionamento do poder	275
IV. OS TERRENOS DE MARINHA E SUA FUNÇÃO SOCIAL (“SOCIOAMBIENTAL”)	316
1. O contexto da ruptura: o antes e o depois da chegada da Família Real em 1808	320
2. Terrenos de marinhas: a elaboração inicial do conceito	330
2.1. Os problemas e a ruptura	334
3. A controvérsia da “origem” dos terrenos de marinha: por que fazer correções de narrativas?	342
4. Cronologia e genealogia: (re)acendendo o <i>como</i> e os <i>porquês</i>	358
4.1. A invenção	359
4.2. A definição dos elementos conceituais	359
4.3. O nome próprio	372
4.4. A disputa pela prerrogativa de agenciar e a consolidação da condição dominial	375
5. Função “socioambiental”: para que funcionam os terrenos de marinha?	389
5.1. Os resultados ambientais.....	393
5.2. Os resultados econômicos	408
5.3. Os resultados sociais	421
6. O que fazer?	435
V. CONCLUSÕES... OU CONSIDERAÇÕES PRESENTES.....	442
VI. REFERÊNCIAS.....	459
ANEXOS	486

I. INTRODUÇÃO

A presente tese tem como objeto a produção *da*, melhor dizendo, de *uma* análise histórica dos terrenos de marinha, investigando o que foram, o que são, por que, por quem e para quem esse instituto jurídico, que é exclusivamente brasileiro, foi inventado pela Coroa portuguesa em 1809¹.

A escrita dessa história, no que se refere à sua abordagem metodológica, foi realizada sob a influência de uma *Arqueogenealogia a partir de Foucault*, o que significa dizer, primeiramente, que os registros convertidos em texto foram elaborados sob o pressuposto de que a história é uma invenção, produzida como obra deliberada de quem se propõe o empreendimento de escrevê-la (FOUCAULT, 2014, p. 10), e não simplesmente como resultado de uma revelação obtida mediante esforço objetivo de reconstituir “fatos históricos”. Quer dizer, ainda, que os acontecimentos² serão aqui apresentados levando em conta sobretudo os momentos de ruptura nos quais foram produzidos (FOUCAULT, 2014, p. 10). Significa, ademais, considerar que as discontinuidades decorrentes dessas rupturas não se sucederam de forma espontânea, tal como se provenientes de uma lógica evolutiva de progresso, mas que foram feitas acontecer, em um dado momento e sob certas condições de possibilidade, a partir de relações de poder, que instituíram novas formas de saber, de fazer e de fazer saber. E, por fim, que essa história é apenas uma, mas que poderia ser outra (ou outras), seja pelo fato de que qualquer um poderia escrevê-la de outro modo, seja pelo fato de que a invenção e a existência atual dos terrenos de marinha não podem ser consideradas como fatos óbvios ou inevitáveis.

Este trabalho é inaugurado com o presente Capítulo de *Introdução*, cuja elaboração observou os elementos estruturais prescritos pelo *Manual de Elaboração para apresentação do projeto de qualificação e tese do PRODEMA*, inclusive no tocante à ordem de apresentação. Foram incluídos, entretanto, como subtópicos os campos recomendados por Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (2011)³, bem como os indicados pelas contribuições da

¹ Como se verá mais adiante, os terrenos de marinha foram inventados em 1809, pelo Decreto de 21 de janeiro daquele mesmo ano, quando Dom João, sob o argumento de pretender incrementar a quantidade de trapiches e armazéns na cidade do Rio de Janeiro, mandou aforar ou arrendar as “marinhas” das praias da Gamboa e do Sacco do Alferes. Trata-se do início da utilização privativa desses espaços, que posteriormente, especificamente pelo Aviso de 7 de julho de 1829, passaram a ser designados de terrenos de marinha. Ele é brasileiro, porque aqui foi inventado, mas foi obra da Coroa portuguesa.

² Para Foucault, os acontecimentos são aquilo que advém das discontinuidades da história, das irrupções (FOUCAULT, 2014 [1969], pp. 7/30; _____, 2015 [1971], p. 73; _____, 2015 [1978], p. 332), não por acidente ou como resultado voluntário do acaso ou da outrora venerada evolução cronológica, mas como algo que se produz, que é produzido (FOUCAULT, 2014 [1969], p. 52; _____, 2013 [1970], p. 51), que é feito acontecer.

³ *Metodologia do Trabalho Científico* (2011), especialmente no capítulo 4, a partir da página 103.

Orientadora desta pesquisa, a Professora Doutora Gicélia Mendes, dos integrantes das bancas dos diversos Seminários de Tese e, especialmente, do Exame de Qualificação. Como resultado disso, esta ***Introdução*** se encontra estruturada da seguinte forma:

APRESENTAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO TEMA

PROBLEMA

HIPÓTESE

OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

JUSTIFICATIVAS

Justificativas pessoais

Justificativas gerais

CONTRIBUIÇÃO CIENTÍFICA

PERTINÊNCIA TEMÁTICA COM O PRODEMA

APORTE TEÓRICO E METODOLÓGICO

O introito do referencial teórico

As categorias conceituais, os autores e as obras de referência

(Alguns) Aspectos metodológicos

ESTRUTURA DA TESE

1. Apresentação e delimitação do tema.

Os terrenos de marinha têm sua definição estabelecida pelo art. 2.º do Decreto-lei n.º 9.760/1946, cuja redação é a seguinte:

Art. 2.º São terrenos de marinha, em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar-médio de 1831:

- a) os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés;
- b) os que contornam as ilhas situadas em zona onde se faça sentir a influência das marés.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo a influência das marés é caracterizada pela oscilação periódica de 5 (cinco) centímetros pelo menos, do nível das águas, que ocorra em qualquer época do ano.

Embora esse conceito remonte apenas ao ano de 1946, os terrenos de marinha, em termos de cronologia, foram inventados alguns poucos anos antes de o Brasil ser declarado um Estado independente, mais precisamente no ano de 1809, por força do Decreto de 21 de janeiro

daquele ano, expedido por Dom João, sediado no Rio de Janeiro em decorrência da transferência forçada da Corte Portuguesa para o Brasil no ano anterior.

A despeito de terem mais de dois séculos de história, ao longo de todos esses anos, a existência e a disciplina legal desse instituto⁴ nunca foram incontroversas e estáveis. A construção do conceito hoje vigente, bem como do seu regime⁵ de utilização, representam uma trajetória essencialmente desviante, marcada por descontinuidades determinadas pelos jogos de forças e interesses a ele relacionados. Sempre houve tensão no que se refere à disciplina dos terrenos de marinha (SANTOS, 1985, pp. XV/22), tanto que não de agora são frequentes os debates legislativos (SANTOS, 1985, pp. 30/36; RESENDE, 1937, pp. 9-10; PESSOA, 1904, p. 29) e questões judiciais (SANTOS, 1985, p. 24) em torno desse tema.

As controvérsias em relação aos terrenos de marinha subsistem até o presente, sendo que as mais relevantes dizem respeito aos reflexos que a demarcação desses bens produz em desfavor daqueles que os ocupam com crença de serem detentores do domínio. Sobre essa questão, não obstante a bisseccular existência, os terrenos de marinha ainda não foram devidamente identificados na maior parte do litoral brasileiro⁶, ante a ineficiência da União em concluir tal intento. Somado a isso, há o fato de que, durante boa parte do século XIX, o ente nacional⁷ (hoje, União) adotou a recorrente prática de atribuir a estados e municípios a

⁴ Sobre a possibilidade de qualificar os terrenos de marinha como instituto, ou seja, um “regime instituído” (ver verbete Priberam, Dicionário online da língua portuguesa), nesse sentido é a posição de Clóvis Beviláqua ([1908] 2001, p. 375) e Santos (1985, p. 35), esta que afirma: “A terra de marinha não era mais, tão somente, um uso, ou um entendimento aplicado pelo poder régio à colônia. Tornara-se já uma figura jurídica, um instituto, como o chama Clóvis [Beviláqua], alçando maioridade, e expressão autônoma, para figurar nos projetos do Código Civil que, então, ocupavam o interesse e o denodo dos estudiosos.”

⁵ A legislação que rege a matéria é deveras extensa. A principal norma legal é, no entanto, o Decreto-lei n.º 9.760/1946, denominada por alguns de “Lei do Patrimônio” (SANTOS, 1982, p. 50). Outras leis importantes, das quais merece registro a Lei n.º 9.636/1998 (Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências), encontram-se relacionadas no site da Secretaria do Patrimônio da União, especificamente no link: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/patrimonio-da-uniao/legislacao/leis-1>.

⁶ De acordo com o Plano Nacional de Caracterização (PNC), apenas 23,3% (vinte e três inteiros e três décimos) dos terrenos de marinha se encontravam demarcados em dezembro de 2017 (última referência identificável no site da SPU acerca do assunto). Esse percentual corresponde a 4.625,984km (quatro mil, seiscentos e vinte e cinco inteiros e novecentos e oitenta e quatro milésimos de quilômetros). Restam a demarcar, assim, 15.261,281km (quinze mil, duzentos e sessenta um inteiros e duzentos e oitenta e um milésimos de quilômetros), da faixa litorânea, cuja dimensão total, considerando as reentrâncias, equivale a 19.887,265km (dezenove mil, oitocentos e oitenta e sete inteiros e duzentos e sessenta e cinco milésimos de quilômetros). A ausência de dados mais recentes se deve ao fato de que, no que concerne à disponibilização de informações no site da SPU (www.patrimoniode todos.gov.br), a gestão instaurada a partir da sucessão presidencial imprópria (também passível de ser designado de outro modo) de 2016 era extremamente deficiente, sobretudo se comparada àquela que se encontrava em atividade até a aludida “sucessão”. O referido PNC, por exemplo, é uma reedição do que havia sido elaborado anteriormente, mas sem a alusão correta quanto às datas de elaboração original (2015) e de reedição (2017). A situação da transparência e informação piorou, e muito, em relação à gestão iniciada em 2019.

⁷ O ente nacional de então seria o Império brasileiro, que hoje tem na União o seu correspondente.

administração dessas áreas, do que resultou a concessão de direitos reais ou mesmo a alienação, em favor de particulares, de espaços posteriormente identificados como terrenos de marinha. Como consequência, significativa parcela das áreas que são demarcadas como terrenos de marinha já é ocupada por detentores de títulos transcritos, passados originariamente, na maioria dos casos, por estados e municípios e, por isso mesmo, com toda a aparência de validade e eficácia, dando a entender que os seus beneficiários são, de fato e de direito, os donos dessas áreas. Com a demarcação dos terrenos de marinha, contudo, passam esses antigos “proprietários”⁸ à condição de meros ocupantes, sujeitando-se, além de à “perda” do domínio sobre o imóvel, à submissão a várias obrigações e encargos de caráter pecuniário, dos quais têm maior relevância os pagamentos das taxas de ocupação, dos foros e do laudêmio.

Em razão dessas e de outras polêmicas, tramitam no Congresso Nacional diversos projetos⁹ que visam à alteração da Constituição e da legislação ordinária que rege esse instituto. Há proposições pretendendo a modificação do conceito de terrenos de marinha, notadamente para o fim de substituir o marco temporal levado em conta para sua demarcação (que hoje se refere à média das preamares do ano de 1831), que reduzem ou extinguem os encargos pecuniários exigidos pelos ocupantes ou foreiros, outras que intentam a mudança quanto à titularidade do seu domínio, havendo, ainda, iniciativas legislativas que pretendem a extinção dessa categoria de bens.

Nos debates realizados no âmbito dessas propostas legislativas, bem como nos dissídios judiciais ou administrativos em que se questionou a existência ou o regime jurídico estabelecido para os terrenos de marinha, os argumentos apresentados pela União em defesa do instituto sempre tiveram como principal fundamento o seu potencial arrecadatório (MADRUGA, 1937, p. 209), tanto que a disciplina normativa do tema foi desenvolvida no seu início principalmente nas leis nacionais orçamentárias (SANTOS, 1985, pp. 18/50/61).

Além do fundamento econômico (eminentemente fiscal), também o político sempre informou a disciplina legal desse instituto, o que é revelado, dentre outras coisas, pela recorrente

⁸ Juridicamente, o que se reconhece é que os detentores de títulos de “domínio” sobre terrenos de marinha nunca foram os seus reais proprietários, pois esses documentos não são oponíveis à União. Sobre o tema, diz o seguinte a Súmula 496 do Superior Tribunal de Justiça: “Os registros de propriedade particular de imóveis situados em terrenos de marinha não são oponíveis à União”.

⁹ No âmbito do Senado Federal, encontram-se em tramitação 3 (três) propostas de emenda constitucional (SF PEC n.º 56/2009, SF PEC n.º 71/2013 e SF PEC n.º 50/2015) e 4 (quatro) projetos de lei (SF PLS n.º 256/2011 SF PLS n.º 342/2015, SF PLS n.º 424/2015 e SF PLS n.º 714/2015). Na Câmara dos Deputados, tramitam também 3 (três) propostas de emendas à Constituição (PEC n.º 603/1998, PEC n.º 16/2015 e PEC n.º 27/2015), além de 9 (nove) projetos de lei (PL n.º 1828/1991, PLP n.º 116/2007, PL n.º 6752/2010 PL n.º 3891/2012, PL n.º 5016/2013, PL n.º 951/2015, PL n.º 2203/2015, PL n.º 5891/2016 e PL n.º 9851/2018).

invocação de questões relativas à segurança e à infraestrutura para o fim de justificar a necessidade de manutenção da propriedade pública e, em especial da União (ente federal)¹⁰, sobre os terrenos de marinha. Não à toa, então, foi estabelecido originalmente o regime de enfiteuse¹¹ como instrumento primordial de destinação dessa categoria de bens, exatamente por resguardar os direitos do senhorio sobre a propriedade, ainda que conferida a um particular (foreiro) a sua utilização (domínio útil, no caso).

Ocorre que a União, ao longo dos anos, mas em especial nas últimas 3 (três) décadas, tem acrescentado outros fundamentos à defesa do instituto, passando a invocar como argumentos a necessidade de incrementar a proteção dos ecossistemas costeiros, bem como a possibilidade de destinação dessa categoria de bens para a implementação de projetos de socialização dos espaços públicos litorâneos, especialmente de regularização fundiária. Nesse sentido, em audiência pública realizada no dia 9 de setembro de 2015, a então Secretária do Patrimônio da União, declarou o seguinte:

Hoje se estabelece uma política patrimonial focada com o cumprimento de medidas sociais e ambientais, do desenvolvimento local e de diminuir desigualdades regionais tudo isto em harmonia com a questão arrecadadora.¹²

¹⁰ Neste sentido, referencie-se o teor do Aviso de 16 de setembro de 1916, expedido pelo Ministério da Fazenda, em razão da deliberação do Projeto n.º 68, de iniciativa da Câmara dos Deputados, por meio do qual se propunha a autorização da venda dos terrenos de marinha. Em trecho do aludido Aviso, afirma-se o seguinte: “Os terrenos de marinha têm uma função muito importante na defesa da costa, construção de portos e outras obras, não convido, pois, que o patrimônio nacional deles se prive definitivamente.” (SANTOS, 1985, pp. 36-37).

¹¹ O regime de enfiteuse, ou aforamento, é instituto que tem origem no Direito Romano clássico (PEREIRA, 1922, p. 293), mas que teve seus contornos delineados sobretudo na idade média (SANTOS, 1985, p. 62). Em apertada síntese, funciona por meio da concessão, a um não proprietário (foreiro), de direitos reais sobre a propriedade imobiliária. Embora a questão sobre a efetiva transferência de domínio (útil) seja controvertida (PEREIRA, 1922, p. 299; SANTOS, 1985, pp. 80/86), diz-se comumente que o senhorio (proprietário que constitui a enfiteuse) permanece com o domínio direto sobre o bem, ao passo em que o domínio útil seria transferido ao enfiteuta/foreiro (SANTOS, 1985, p. 79). Esse instituto, de objetivos mercantilistas e cuja função primordial seria a facilitação de processos de povoamento (SANTOS, 1985, p. 63), teve referência expressa no art. 49 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que, sem determinar propriamente a sua extinção, estabeleceu esse intento como programa a ser disciplinado pela legislação ordinária. Ao ensejo desse comando constitucional, o Código Civil de 2002, em seus art. 2.038, proibiu expressamente a constituição de novas enfiteuses, mas ressalvou, no §2.º do mesmo artigo, que os aforamentos dos terrenos de marinha continuavam regulados por lei especial. Tal disposição se conformava ao comando superior estabelecido no art. 49, 3.º, dos ADCT, que prescreveu a continuidade da aplicação do regime de enfiteuse, ao menos para os terrenos de marinha situados na faixa de segurança, a partir da orla marítima. O resumo desse (já resumido) relato é que a enfiteuse é instituto em processo de extinção, com a ressalva de sua subsistência obrigatória apenas para os terrenos de marinha situados na faixa de segurança ao longo da orla marítima.

¹² O link alusivo à matéria de onde foi extraído o texto acima transcrito é (ou era) o seguinte: <https://gestao.patrimoniode todos.gov.br/pastanoticia.2009-07-02.8239097967/secretaria-defende-manutencao-dos-terrenos-de-marinha>. Contudo, após a “sucessão” presidencial imprópria ocorrida em 2016, o site da SPU foi completamente alterado, infelizmente para pior, ressalte-se! As buscas por documentos são custosas, nada intuitivas, tendo sido excluídas diversas notícias e atos realizados pelas gestões anteriores àquela aludida “sucessão”.

O projeto de compatibilização dos aspectos ambiental e social com a função arrecadatória dos terrenos de marinha foi registrado em um dos slides exibidos por ocasião daquela audiência pública. Nele, conforme se verá a seguir, foram apontadas ações que dariam lastro ao argumento apresentado pela aludida Secretária.

Imagem 01 - Slide 7/32: Apresentação audiência pública no Senado Federal (9 de setembro de 2015).



Fonte: Portal da SPU na Internet¹³.

Essa tríade de valores, ambiental, social e econômico (“arrecadatório”), corresponde ao que se convencionou chamar de tripé da sustentabilidade¹⁴, sendo inclusive contemplada na missão institucional estabelecida pela e para a SPU, a qual tem o seguinte teor:

Conhecer, zelar e garantir que cada imóvel da União cumpra sua função socioambiental, em harmonia com a função arrecadadora, em apoio aos programas estratégicos para a Nação.

Após a sucessão presidencial “imprópria”¹⁵⁻¹⁶ ocorrida em 31 de agosto de 2016, as manifestações institucionais da SPU mantiveram formalmente esses argumentos defensivos, conforme se pode extrair da apresentação realizada pelo Secretário do Patrimônio da União

¹³ O arquivo da apresentação disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/apresentacoes/apresentacoes-2015>.

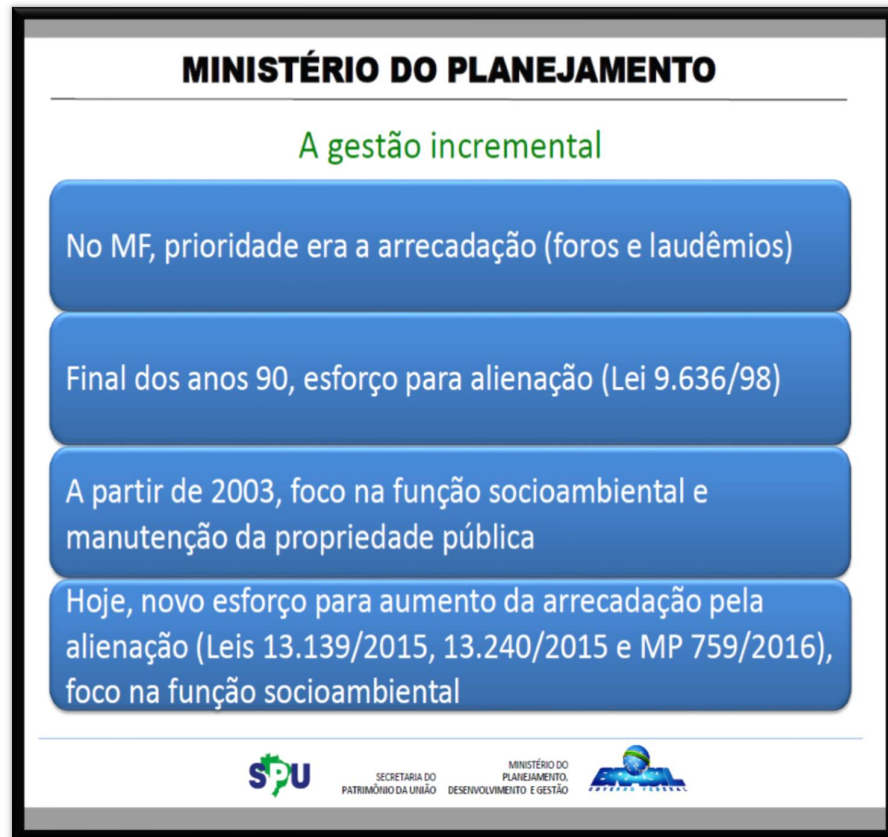
¹⁴ Ao tema sustentabilidade este trabalho dedicará atenção quando problematizada a função social (“socioambiental”) dos terrenos de marinha, especificamente nos tópicos 3.2 e 3.4.3 do Capítulo Primeiro.

¹⁵ As aspas foram empregadas para ressaltar que se trata de eufemismo. Em lugar de imprópria, caberiam bem os adjetivos inconstitucional e ilegítima.

¹⁶ Há juízo de valor na expressão utilizada, mas não se pode excluir a possibilidade dessa atitude em trabalhos acadêmicos, sobretudo teses de doutoramento, em que deve ser a tônica a originalidade, ou seja, o caráter autoral do trabalho.

durante o XIX Encontro de Gestão do Patrimônio da União, de acordo com o slide a seguir reproduzido:

Imagem 02 - Slide 4/56: Apresentação Secretário do Patrimônio da União durante o XIX Encontro de Gestão do Patrimônio da União (30/01 a 03/02/2017).

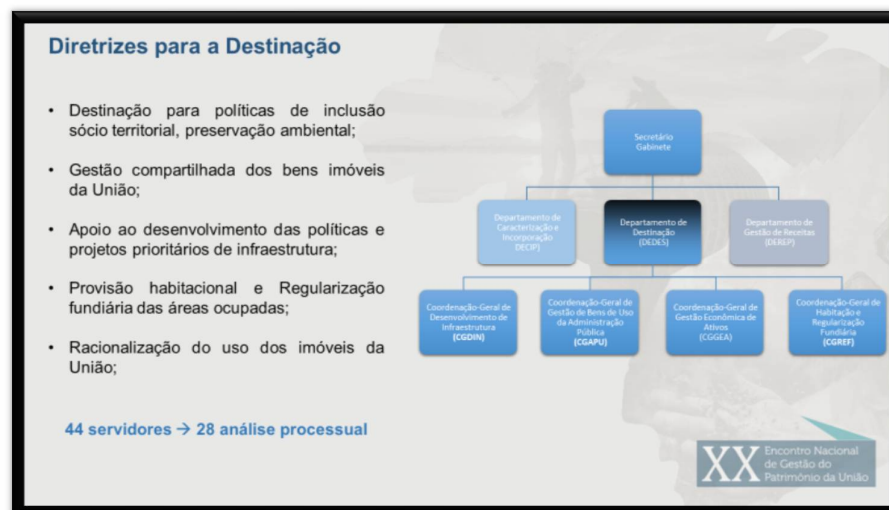


Fonte: Portal da SPU na Internet.¹⁷

Mais recentemente, em abril de 2018, por ocasião do XX Encontro de Gestão do Patrimônio da União, foi estabelecida como primeira diretriz de atuação da SPU a “Destinação [de imóveis] para políticas de inclusão sócio territorial (*sic*), preservação ambiental;”, nos termos do slide que integrou a apresentação da alçada do Departamento de Destinação Patrimonial da SPU, que a seguir se encontra reproduzido:

¹⁷ O arquivo da apresentação disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/eventos/2017/xix-encontro-de-gestao-do-patrimonio-da-uniao/apresentacoes>.

Imagem 03 - Slide 2/39: Apresentação SPU/DEDES durante o XX Encontro de Gestão do Patrimônio da União (abril de 2018).



Fonte: Portal da SPU na Internet.

Esse panorama revela que, segundo a SPU, a continuidade do regime jurídico dos terrenos de marinha seria imperiosa, pois a função socioambiental desse instituto estaria em conformidade com aqueles três pilares da noção de sustentabilidade.

2. Problema.

A despeito desse anunciado projeto de contemplação dos aspectos ambiental, social e econômico, o que se constata¹⁸ é que a disciplina jurídica e a própria existência dos terrenos de marinha são questões bastante controversas, tanto que, embora seja longo o rol de bens da União estabelecido pelo art. 20 da Constituição de 1988¹⁹, somente em relação àquela categoria de bens existem proposições legislativas visando à extinção/transferência do domínio da União.

¹⁸ O principal indicador dessa constatação é a quantidade de proposições legislativa sobre o tema, conforme já mencionado neste trabalho. Uma singela consulta temática ao site de buscas Google também cancelará esse argumento.

¹⁹ Os bens de propriedade da União são elencados no art. 20 da Constituição de 1988. Em consulta aos sites da Câmara e Senado, ao menos até a data desta consulta (07/05/2018), não há registro de proposições que visam à exclusão do domínio da União em relação a qualquer outra categoria de bens imóveis, que não aos terrenos de marinha. Em relação às terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, que pertencem à União por força do disposto no art. 20, XI, não há em tramitação propostas de emenda constitucional visando a excluir o domínio daquele ente Federal, embora o atual titular do Poder Executivo Federal tenha alardeado que não promoverá, em manifesta desobediência ao texto constitucional, a demarcação daquelas áreas.

Ao ensejo dessa e das demais controvérsias antes aduzidas, o problema objeto da investigação desenvolvida nesta tese consiste na elaboração de uma análise histórica dos terrenos de marinha, informada pela abordagem já antes indicada (Arqueogenealogia a partir de Foucault), bem como da problematização da função social (“socioambiental”) desse instituto.

Como questões norteadoras desta pesquisa, foram elaboradas as seguintes:

Por que foram inventados os terrenos de marinha? A quem interessou essa invenção e a quem interessa a subsistência desse instituto? Se de fato ele atende aos elementos que integram o tripé da sustentabilidade (ambiental, social e econômico), por que é tão contestado? Sua manutenção é imprescindível no presente? E num esforço de síntese dessas, poder-se-ia apontar a seguinte questão: quais os mecanismos, técnicas e relações de poder que funcionaram para inventar os terrenos de marinha e, no presente, que funcionam por meio deles?

3. Hipótese.

Como resposta provisória a essas indagações foi desenvolvida a hipótese de que a função social (“socioambiental”) dos terrenos de marinha, devidamente estabelecida em lei, ou seja, instrumentalizada pelo discurso jurídico, o qual é implicado pelos discursos político e econômico, sempre foi e continua sendo agenciar a destinação desses espaços e viabilizar sua apropriação por “quem mais possa oferecer”²⁰ por eles.

4. Objetivos geral e específicos.

O objetivo geral desta pesquisa, então, é promover uma análise histórica dos terrenos de marinha, determinando as condições de possibilidade e as relações de poder que fizeram acontecer sua existência e configuração jurídica, desde a sua invenção e até o estabelecimento de sua atual função social (“socioambiental”), problematizando a sua existência presente e futura.

²⁰ A expressão entre aspas reproduz trecho do Decreto de 21 de janeiro de 1809, expedido pelo soberano de Portugal, após a chegada da Família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro. Por esse ato foi autorizada a concessão, em aforamento ou arrendamento, das “praias da Gamboa e Sacco do Alferes”. A partir de então, inaugurou-se uma nova vocação para aqueles espaços, antes reservados ao uso comum do povo e ao serviço da Coroa.

Como objetivos específicos foram estabelecidos os seguintes: a) apresentar os pressupostos da Arqueogenealogia a partir de Foucault e problematizar a noção de função social (“socioambiental”), como aporte metodológico e teórico da análise a ser empreendida; b) apresentar as condições históricas da invenção dos terrenos de marinha; c) analisar genealogicamente a invenção e as transformações dos terrenos de marinha, problematizando sua função social (“socioambiental”) presente.

5. Justificativas.

5.1. Justificativas pessoais (motivação do estudo²¹).

“A história é subjetiva, pois não se pode negar que a escolha de um assunto para um livro de história seja livre.” (VEYNE, 1982-a, p. 37). Na esteira dessa afirmação, afere-se que o primeiro ensejo para o desenvolvimento de qualquer trabalho é, em regra, de caráter pessoal. Pesquisa-se por se ter interesse pelo objeto da investigação. Ainda que esse interesse tenha sido sugerido ou imposto por outrem, mesmo assim há de se considerar que a adesão ou aceitação importa a incorporação pessoal do interesse pelo objeto da pesquisa. Por essa razão, impõe-se apresentar primeiramente as justificativas de caráter pessoal para realização desta pesquisa, pois o “subjetivo não significa arbitrário” (VEYNE, 1982-a, p. 49).

Entre 1998 e 2003, o autor desta pesquisa foi servidor efetivo da Secretaria do Patrimônio da União, na condição de Técnico de Finanças e Controle. Em parte desse período, exerceu, também, o cargo de assessoramento de Assistente Técnico da Gerência Regional do Rio Grande do Norte, sendo responsável pela análise e orientação, no âmbito daquela unidade, dos aspectos relacionados à aplicação da legislação patrimonial em vigor.

O ingresso naquele órgão se deu durante a vigência da Medida Provisória n.º 1.647/1998²², posteriormente convertida na Lei n.º 9.636/1998, que promoveu significativa alteração da legislação patrimonial, modificando especialmente o Decreto-lei n.º 9.760/1946. As novas diretrizes então estabelecidas priorizavam sobretudo o incremento de receitas patrimoniais, tanto que o objeto da aludida norma era a “*regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União*”. E nesse conjunto de

²¹ Item 2.2.1, do *Manual de Elaboração para apresentação do projeto de qualificação e tese* do PRODEMA.

²² A referida Medida Provisória reeditou e revogou a de número 1.567-13, de 26 de fevereiro de 1998, que teve sua primeira edição em 14 de março de 1997.

destinações possíveis aos bens da União, a preferencial estabelecida pela aludida lei era a alienação, conforme se afere da leitura do §1.º, do art. 23, cuja redação é a seguinte:

§1.º A alienação ocorrerá quando não houver interesse público, econômico ou social em manter o imóvel no domínio da União, nem inconveniência quanto à preservação ambiental e à defesa nacional, no desaparecimento do vínculo de propriedade.

Tudo se fazia sob o argumento de que, em atendimento ao princípio constitucional da eficiência, pretendia-se implantar um estilo de administração gerencial.²³

Nada obstante essa diretriz de atuação, durante o período em questão (1998-2003), iniciativas isoladas foram desenvolvidas no âmbito de algumas “Delegacias”²⁴, no que se refere ao controle de ocupações irregulares, sobretudo em áreas de uso comum do povo (praias, manguezais, superfície de águas, etc.). A preocupação com a questão ambiental era difusa, no entanto, como reflexo da questão dominial primordial: a União era proprietária de tais bens e deveria resguardá-los da indevida apropriação por particulares.

Havia, também, ações em parceria com órgãos ambientais, tanto em nível de estados, como nacionalmente. Nesse sentido, o Projeto Orla, desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos, e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Secretaria do Patrimônio da União, foi fruto dessas experiências colaborativas, tendo como escopo *“contribuir, em escala nacional, para a aplicação de diretrizes gerais de disciplinamento de uso e ocupação de um espaço que constitui a sustentação natural e econômica da zona costeira, a Orla Marítima.”*²⁵

²³ Como se verá mais adiante no Capítulo 3, era nítido o alinhamento com as premissas estabelecidas pelo Consenso de Washington, incorporadas no âmbito nacional pelas Lei n.ºs 8.031/1990 e 9.491/1997, que, respectivamente, cria e altera o Programa Nacional de Desestatização. Nesse sentido, oportuna a transcrição de parte da mensagem de encaminhamento da Medida Provisória (EM n.º 600, de 12 de dezembro de 1996), que deu origem à Lei 9.636/1998. Dizia o seguinte a aludida mensagem: “3. *Com este propósito, o Governo vem, de forma corajosa e segura, derrubando barreiras, quebrando tabus, com a adoção de medidas nem sempre populares, mas, sem sombra de dúvida, necessárias à retomada do desenvolvimento do nosso País.* 4. *Neste contexto, o patrimônio imobiliário da União se apresenta como um extraordinário recurso destinado a apoiar a consolidação do Plano Econômico Nacional, consistindo este projeto de Medida Provisória um forte instrumento para viabilizar a utilização deste recurso.* 5. *A elaboração do presente projeto foi norteadada pelos princípios de racionalização e descentralização, sendo que, neste caso, ressalvadas as atividades típicas de Estado, e resguardados os ditames do interesse público e as conveniências da segurança nacional, buscou-se desobrigar a Administração de tarefas operacionais, recorrendo-se, prioritariamente, à execução indireta, por intermédio dos Estados, Municípios e da iniciativa privada.*”

²⁴ Essa era a designação das unidades regionais da SPU em 1998. Posteriormente passaram a ser designadas de gerências regionais e, atualmente, recebem a denominação de superintendências regionais.

²⁵ O autor da presente pesquisa teve a oportunidade de atuar como colaborador, representando a Secretaria do Patrimônio da União na elaboração dos fundamentos teóricos e metodológicos do Projeto Orla. A publicação desses fundamentos, que é o trabalho inaugural do Projeto Orla, pode ser consultada por meio do link www.mma.gov.br/estruturas/orla/arquivos/11_04122008111238.pdf.

A despeito dessas iniciativas, a “ordem do dia”, durante aqueles anos, era privilegiar a destinação de que resultasse o incremento de receitas patrimoniais: alienação de próprios nacionais não entregues à Administração; alienação dos bens da extinta Rede Ferroviária Federal; demarcação, cadastramento e inscrição da ocupação de terrenos de marinha; promoção da inscrição, “em massa”, de devedores na Dívida Ativa da União; etc.

Ao se desligar da SPU em razão da assunção de outro cargo, o que ficou na memória do autor desta pesquisa foram práticas que muito se afinavam à motivação de criação do instituto em 1809: os aspectos econômico e político.

Entre os anos de 2013 e 2015, este autor realizou seu curso de Mestrado em Direito junto a esta Universidade Federal de Sergipe (UFS), elaborando dissertação com o título “*O processo de demarcação dos terrenos de marinha: uma releitura em conformidade com a Constituição de 1988*”, defendida e aprovada em março de 2015. Embora, naquele trabalho, o objeto tenha sido o processo de demarcação dos terrenos de marinha, a leitura de referências bibliográficas e documentais permitiu aferir uma mudança de panorama na política de destinação, especialmente com o advento da Lei n.º 11.481/2007, que, dentre outras providências, “*prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União*”. A partir de então, também as políticas de destinação de imóveis da União para empreendimentos de caráter social seriam instrumentalizadas legalmente.

Mas, nada obstante isso, o aspecto econômico sempre foi o fundamento mais invocado na sistemática e contundente defesa dos terrenos de marinha por parte da SPU, especialmente nas oportunidades em que foram realizadas audiências públicas pelo Congresso Nacional, a fim de obter subsídios para deliberações ali em curso, conforme, inclusive, já foi exposto na presente ***Introdução***.

Ao cotejar a memória decorrente de sua experiência como servidor da SPU, com os argumentos deste Órgão em relação à sustentada afetação dos terrenos de marinha a finalidades relacionadas à proteção dos ecossistemas costeiros e a políticas sociais, cotejo esse ensejado pelas leituras realizadas para o trabalho de mestrado concluído em 2015, este autor se viu estimulado a investigar a alegada imprescindibilidade de manutenção do regime jurídico dos terrenos de marinha, agora como instrumento cuja função “socioambiental” estaria supostamente afinada com os três pilares da sustentabilidade. E essa motivação se deveu ao fato de, ao menos na lembrança deste autor (enquanto servidor), não havia razoável conformação entre os argumentos agora proclamados pela SPU e o prestígio de outrora conferido ao aspecto

econômico, o qual foi antes vivenciado nas práticas de destinação baseadas nos “princípios da racionalização e descentralização”.

Essa suposta (hipotética) incoerência, então baseada na experiência empírica, foi suficiente para motivar este Autor a empreender esta investigação, ou seja, para analisar e escrever uma história dos terrenos de marinha, a qual problematiza o presente e o futuro deste instituto.

5.2. Justificativas gerais

Para além do ponto de vista pessoal, a pesquisa também possuía idôneas e suficientes justificativas. O instituto em questão tem seu regime jurídico estabelecido por diversos diplomas, mas é admissível apontar alguns como sendo estruturantes das políticas de destinação dos bens da União, com especial relevância para os terrenos de marinha. A propósito, merecem registro o Decreto-lei n.º 9.760/1946²⁶, a Lei n.º 9.636/1998²⁷, a Lei n.º 11.481/2007²⁸, a Lei n.º 13.240/2015²⁹, a Lei n.º 13.465/2017³⁰ e a Lei n.º 13.813/2019.

Embora existam trabalhos acadêmicos tendo como objeto de pesquisa os terrenos de marinha³¹, nenhum deles foi produzido depois da promulgação das duas últimas leis acima

²⁶ “Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.”

²⁷ “Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.”

²⁸ “Dá nova redação a dispositivos das Leis nos 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências.”

²⁹ “Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei nos 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei no 13.139, de 26 de junho de 2015.”

³⁰ “Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nos 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória no 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis nos 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar no 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei no 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências.”

³¹ A propósito, cite-se: LIMA, 2002; FREITAS, 2004; GAZOLA, 2004; OLIVEIRA, 2008; BORGES, 2012; RESCHKE, 2010; NUNES, 2014.

mencionadas, as quais representaram um marco de ruptura na política de destinação dessa categoria de bens, pois a disciplina nelas contidas passou a autorizar, “pela primeira vez na história desse país”, que o domínio pleno dos terrenos de marinha seja consolidado em poder de particulares.

Além disso, embora posteriormente aprovadas pelo Congresso Nacional, a Lei n.º 13.240/2015 e a Lei n.º 13.465/2017 são decorrentes de conversão de medidas provisórias³², espécies normativas em que o debate no âmbito do parlamento é mais limitado, dada a forma peculiar do processo legislativo estabelecido pela Constituição de 1988. Assim, a realização de pesquisas acadêmicas tendo como objeto as ideias e políticas estabelecidas em tais diplomas legais, presta-se a ampliar, democratizar e publicizar o necessário debate em torno das questões ali disciplinadas, especialmente em razão de elas representarem manifesta inflexão nas premissas de destinação dos terrenos de marinha, cujo domínio, agora, pode ser 100% (cem por cento) privado.

6. Contribuição científica

Em seu clássico “*Como se faz uma tese*”, Umberto Eco aponta quatro requisitos para que se possa considerar que uma tese seja dotada de cientificidade. Para ele, um estudo será científico se: 1) “(...) *Debruça-se sobre um objeto reconhecível e definido de tal maneira que seja reconhecível igualmente pelos outros*”; 2) diz “*do objeto algo que ainda não foi dito ou*” revê³³ (“rever”) “*sob uma ótica diferente do que já se disse*”; 3) “*o estudo*” é (“deve ser”) “*útil aos demais*”; e 4) “*o estudo*” fornece (“deve fornecer”) “*elementos para verificação e a contestação das hipóteses apresentadas e, portanto, para uma continuidade pública.*”

Sobre o primeiro requisito, o **objeto**, a presente pesquisa, conforme já exaustivamente demonstrado em tópico específico desta **Introdução**, destina-se a analisar e escrever **uma** história dos terrenos de marinha, bem como a problematizar a função socioambiental desse instituto. Foi estabelecido o intento de pesquisar as condições sócio-históricas de invenção dessa categoria de bens, adotando-se os recortes temporais e temáticos de análise em cada

³² A Lei n.º 13.240/2015 decorreu da conversão da Medida Provisória n.º 691, de 31 de agosto de 2015, e a Lei n.º 13.465/2017, da Medida Provisória n.º 759, de 22 de dezembro de 2016.

³³ A palavra do texto original foi substituída apenas para ajustar a conjugação adequada para a composição do período.

capítulo e se apontando os respectivos instrumentos metodológicos de pesquisa, tudo mediante a devida e necessária justificação.

No que se refere ao segundo requisito mencionado por Eco, que corresponde ao que comumente se denomina *ineditismo*, impõe-se dizer que, realizadas diversas pesquisas em sites de buscas e bases de pesquisas de publicações acadêmicas³⁴, nenhum dos trabalhos localizados foi desenvolvido com o subsídio no aporte teórico proposto para a presente investigação, ou seja, a abordagem arqueogenealógica a partir de Foucault. Nos trabalhos identificados, o registro da trajetória normativa dos terrenos de marinha foi, como regra, realizado de maneira descritiva, em alguns casos sob a denominação de “evolução histórica”³⁵. Esta tese, no entanto, propôs a problematização dos eventos de ruptura, analisando genealogicamente as relações de força que deram causa às descontinuidades de determinadas regras legais ou políticas de destinação.

Ademais, nos trabalhos acadêmicos existentes, a história, como regra, foi tratada apenas de maneira tangencial ou preliminar, servindo como subsídio ou aspecto introdutório para abordagem de outras questões³⁶. Esta pesquisa, entretanto, teve a história como elemento nuclear, embora, é oportuno advertir, tenha-se conferido a essa análise histórica um caráter interdisciplinar.

É importante pontuar, todavia, que existem livros históricos sobre o assunto. Nesse sentido, são reconhecidas como obras de referência *Do domínio da União e dos estados, segundo a Constituição Federal* (1897), de Rodrigo Octávio, *Terrenos de marinha*³⁷ (1904), de Epitácio Pessoa, *Terrenos de marinha* (1923), de José Tavares Bastos, *Terrenos de Marinha* (1927), de Manuel Madruga, *Terrenos de marinha – Manual prático* (1937), de Jair Resende, *Terras de marinha* (1985), de Rosita de Sousa Santos, *A propósito dos terrenos de marinha* (1968), de Jacintho Guglielmi. Há, ainda, coletâneas de atos normativos igualmente de reconhecida relevância, tais como a *Coleção de Leis, Provisões, Decisões Circulares, Portarias, Ordens Ofícios e Avisos sobre Terrenos de Marinha* (1865), de Pedro Moreira da Costa Lima, e *Legislação Patrimonial da União* (2002), de Luiz Carlos Cazetta.

³⁴ Google, Google Acadêmico e SciELO, utilizando os argumentos: “terrenos de marinha” e “terras de marinha”.

³⁵ Neste sentido: VALENÇA, 2010.

³⁶ Neste sentido, registre a própria Dissertação de Mestrado elaborada pelo autor da presente tese. Naquele trabalho, a breve narrativa da trajetória histórica se limitou a introduzir o tema que seria o objeto da investigação, que no caso foi o processo de demarcação dos terrenos de marinha. O aspecto histórico, destarte, foi abordado de modo eminentemente descritivo, sem se cuidar ali de qualquer análise crítica ou discursiva.

³⁷ Trata-se da reprodução das razões finais oferecidas em defesa dos direitos da União na Ação de Reivindicação movida pelos Estados da Bahia e Espírito Santo contra a União Federal, conhecida como Ação Originária n.º 8, cujo acórdão foi proferido pelo Supremo Tribunal Federal em 31 de janeiro de 1905.

Essas publicações, no entanto, são anteriores à maioria dos diplomas legais que hoje integram o regime jurídico dos terrenos de marinha, de modo que, no presente, tornaram-se necessariamente incompletas pelo decurso dos anos. Por essa razão, é importante se elaborar uma obra de história que contemple a análise também da legislação atualmente em vigor, especialmente, ao que nos interessa, considerando a função social (“socioambiental”) dos terrenos de marinha.

Outra questão relevante é o fato de que os autores(as) de quase todas³⁸ elas eram pessoas então vinculadas administrativamente à União e que, naquela condição, tinham o dever institucional de representação dos interesses daquele ente (embora com liberdade intelectual, é verdade). O presente trabalho, todavia, foi feito a partir de uma visão não mais informada pela institucionalidade, já amenizada pelos mais de 15 (quinze) anos de distanciamento formal da função antes exercida na SPU.

Além do mais, em todas as obras citadas nos parágrafos antecedentes, a história dos terrenos de marinha é apenas objeto parcial, já que nelas também são tratados aspectos relativos aos regimes de utilização, obrigações pecuniárias, etc. No presente trabalho, diferentemente disso, a história é o fim, não um meio.

Em relação ao terceiro requisito, a *utilidade*, a presente pesquisa contém, em primeiro lugar, uma análise da trajetória histórica dos terrenos de marinha, que tem valia como fonte de pesquisa para a compreensão da invenção, desenvolvimento e funcionamento desse instituto.

Mas mais que isso, a elaboração de cada um dos capítulos de desenvolvimento (Capítulos 2 e 3) se deu com o escopo de ensejar reflexões sobre o funcionamento do regime jurídico dos terrenos de marinha, de modo a pontuar as consequências práticas desse funcionamento, ou seja, como se realiza concretamente sua “função social”³⁹, com especial relevância para os aspectos político, econômico, social e os efeitos sobre a natureza⁴⁰.

³⁸ As exceções são “Terrenos de Marinha” (1923), de autoria do Juiz Federal José Tavares Bastos, e “*A propósito dos terrenos de marinha*” (1968) de Jacintho Guglielmi, o qual exercia a função delegada de Escrevente de Cartório.

³⁹ A noção atual de função social não existia quando foram inventados os terrenos de marinha. A primeira Constituição a mencionar a “função social da propriedade” foi a de 1967, sendo a expressão mantida pela “Constituição” de 1969. Somente com a Constituição de 1988, no entanto, é que princípio da função social foi estabelecido para alcançar inclusive a propriedade pública e, ainda, estando vinculado ao aspecto ambiental.

⁴⁰ A noção de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável, conforme tratado em tópico alusivo à função social (“socioambiental”) (3.4.3 do Capítulo Primeiro), remontam apenas há segunda metade do século XX. A interação de ser humano com a natureza, contudo, sempre foi objeto de reflexões religiosas, filosóficas e científicas.

No que concerne ao quarto requisito, a **verificabilidade**, durante toda a pesquisa se cuidou de apontar, ao lado das argumentações e conclusões, todas as fontes nela referenciadas, além do aporte teórico que se prestou a instrumentalizar a elaboração de cada argumento. Assim, plenamente viabilizada a verificação da (im)propriedade dos argumentos elaborados, bem como sua eventual contestação.

7. Pertinência temática com o PRODEMA

“A geração de conhecimento em base interdisciplinar, voltado para o desenvolvimento sustentável” é o principal objetivo do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio ambiente (PRODEMA), conforme anunciado na apresentação constante no site institucional. Para tanto, duas linhas de pesquisa e formação foram estabelecidas: *Planejamento e Gestão de Zonas Semiáridas e Ecossistemas Limítrofes* e *Ordenamento Territorial e Gestão de Conflitos nos Ambientes Costeiros*.

Sobre essa última, o PRODEMA define como objetivos os seguintes:

Ordenamento Territorial e Gestão de Conflitos nos Ambientes Costeiros

Desenvolve pesquisas para a conservação e recuperação de sistemas ambientais de zonas costeiras, com vistas a gerar conhecimento em bases interdisciplinares. Planeja e operacionaliza sistemas de gestão ambiental. Considera processos de ocupação, conflitos socioeconômicos de comunidades e políticas públicas e governamentais direcionadas ao desenvolvimento sustentável (turismo, agronegócio, energia, irrigação, dentre outros). Estuda a dinâmica de ambientes costeiros e de conflitos oriundos das contradições entre dinâmicas socioambientais específicas.

A pesquisa, cuja tese é agora submetida à apreciação pela banca de defesa, possui manifesta pertinência com os objetivos institucionais do PRODEMA, em especial aos da linha *Ordenamento Territorial e Gestão de Conflitos nos Ambientes Costeiros*. Em primeiro lugar, seu objeto se conforma à proposta de produção de conhecimentos interdisciplinares, contemplando e pondo em diálogo, do ponto de vista teórico e metodológico, História, Direito, Sociologia, Ciências Ambientais, Filosofia e Ciências da Linguagem.

Além disso, conforme exposto na apresentação do tema, os terrenos de marinha se constituem em categoria bastante controvertida e que se relaciona diretamente com conflitos relativos à ocupação da zona costeira, em especial com a orla marítima.

Por fim, também em afinidade com os objetivos institucionais do PRODEMA, é pretensão do Autor que a presente pesquisa, se aprovada pela respectiva banca, seja também publicada como livro, além de ser disponibilizada de forma ampla à comunidade, por meio de publicação no banco de teses e dissertações da UFS.

8. Aporte metodológico e teórico.

O *Manual de Elaboração para apresentação do projeto de qualificação e tese do PRODEMA*, instrumento que contém orientações para elaboração de teses no âmbito do aludido Programa, estabelece⁴¹ como obrigatórias seções destinadas à apresentação da “fundamentação teórica” e da “Metodologia”. Essa exigência se conforma ao requisito da verificabilidade aludido por Eco (2012, p. 23), pois viabiliza que a avaliação da pesquisa seja feita não somente em relação aos resultados, mas também no que se refere aos aspectos teóricos e metodológicos que lhes dão suporte.

Obviamente que tais prescrições autorizam uma interpretação contingente e teleológica, de modo que se compreenda aquele requisito como exigência da apresentação de todo o aporte teórico e metodológico utilizado para se chegar aos resultados e conclusões, ainda que não se elabore, formalmente, seções ou capítulos destinados àquelas finalidades.

No caso da presente tese, optou-se pela elaboração de um capítulo (**Capítulo Primeiro**) para o desenvolvimento mais aprofundado desses aspectos, ao qual foi dada a designação de “*Arqueogenealogia, propriedade e função social*”. Nele estão contempladas, de forma pormenorizada, as questões alusivas àquilo que o Manual do PRODEMA designou especificamente de “fundamentação teórica” e de “Metodologia”.

Nada obstante, e a despeito de o referido *Manual* não ter apontado como obrigatório tratar dessas questões na *Introdução* da tese, o que se deu, certamente, com o fim de evitar a desnecessária e enfadonha repetição de conteúdo que constará em outros trechos do trabalho, é oportuno apresentar aos leitores os aspectos teóricos e metodológicos que deram lastro ao seu desenvolvimento, havendo ao menos duas razões para que assim se proceda. A primeira delas se relaciona ao fato de que a leitura de qualquer escrito é facilitada pela antecipação de determinados elementos. Ao se saber de antemão as influências teóricas em que o autor se

⁴¹ É o que se afere do item 2.2, bem como dos subitens 2.2.2 e 2.2.3, do aludido *Manual*.

baseou, bem como os instrumentos metodológicos por ele utilizados, a compreensão dos resultados e conclusões é sobremaneira facilitada, pois desde o princípio será possível constatar a (des)conformidade entre o que foi previamente anunciado e o que ao final se encontra efetivamente convertido em texto.

Além disso, a antecipação, na **Introdução**, dos elementos teóricos e metodológicos tem serventia também para subsidiar o potencial leitor quanto à decisão de prosseguir com o exame do trabalho. Ainda que determinados elementos mais evidentes (como título, subtítulo, tema, etc.) despertem o eventual interesse pelo trabalho, a constatação, desde a Introdução, de que este foi conduzido sob a influência de determinados pensadores ou com a utilização de métodos específicos, poderá confirmar o propósito de promover o exame de toda a pesquisa. É possível, no entanto, que o contrário também venha a ocorrer, ou seja, que depois de antever o que será desenvolvido no corpo do trabalho, o leitor se desinteresse pelo texto. Em todo o caso, será certamente mais adequado expor previamente os aspectos mais relevantes da tese, de modo que se possa decidir abalizadamente quanto ao empreendimento de examiná-la por completo.

Feitas essas ponderações, e à guisa de introdução àquilo que será desenvolvido de forma mais detida e aprofundada no **Capítulo Primeiro**, bem como que permearão todo o desenvolvimento da tese, a seguir serão apresentados os subtópicos que tratam preambularmente dos aspectos metodológicos e teóricos.

8.1. O introito ao referencial metodológico e teórico.

Conforme se extrai do próprio título da tese, pretende-se aqui escrever a história, ou melhor, uma história dos terrenos de marinha, promovendo-se, ao final da tese, a problematização de sua função social, especialmente do argumento de que a subsistência desse instituto é medida imprescindível para conformar a utilização desses espaços litorâneos às dimensões social, econômica e ambiental da sustentabilidade.

A investigação foi empreendida sob a influência do pensamento de Foucault, notadamente de “sua” Arqueogenealogia, expressão comum entre pesquisadores e comentadores do aludido filósofo e que é usada para representar a ideia de associação da Arqueologia à Genealogia foucaultiana⁴² (FISCHER, 2012, p. 13; CAISCAIS *apud* VEIGA

⁴² Mas é oportuno consignar que, mesmo para aqueles que não fazem uso daquela expressão, é reconhecida a propriedade de se promover a conjugação da Arqueologia com a Genealogia de Foucault (DREYFUS, RABINOW, 1995, p. 117; FONSECA, 2012, p. 43).

NETO, 1996, p. 194). Destarte, será para o fim de representar essa associação que a expressão Arqueogenealogia será empregada nesta pesquisa. Quanto à noção de Arqueologia⁴³, esta será aqui aludida como o instrumento utilizado para investigar a história dos terrenos de marinha, mas a partir da análise das condições de possibilidade e das práticas que singularizam esse instituto. A Genealogia, por sua vez, representará a ideia de associação da história com o funcionamento do poder (FOUCAULT [1975] 2014, p. 32), ou seja, o “*como do poder*” (FOUCAULT [1976] 2015, p. 278).

A ideia de conjugação da Arqueologia com a genealogia foi cogitada pelo próprio Foucault, embora em outros termos, ao fazer referência ao que ele designou de “projeto geral”. Ele propunha que essas abordagens fossem combinadas na problematização do “projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência” (FOUCAULT [1976] 2015, p. 270)

É preciso, então, fixar os contornos teóricos e metodológicos do que representará empreender uma investigação orientada por *uma* arqueogenealogia *a partir* de Foucault.

Firmado na deferência expressamente outorgada pelo próprio Foucault, no sentido de que sua “caixa de ferramentas” fosse utilizada de forma livre (FOUCAULT, 2006 [1975], p. 52; _____, 2010 [1976], p. 3), e a despeito de eventual insurgência de comentadores, estudiosos ou censores de outra categoria, que se achem herdeiros do espólio epistemológico ou detentores do monopólio hermenêutico da obra do referido filósofo, uma pesquisa realizada sob essa orientação significa adotar a noção de descontinuidade como fundamental à história, pois para Foucault (2014, p. 6) tal noção representaria o momento de ruptura, o ponto de mutação que opera como “fundação e renovação de fundamentos”. São das irrupções da história, ou seja, das descontinuidades, que advém os acontecimentos (FOUCAULT, [1969] 2014, pp. 7/30; _____, [1971] 2015, p. 73; _____, [1978] 2015, p. 332), sendo também relevante ressaltar que estes (os acontecimentos) não se confundem com “fatos”, tal como se eventos decorrentes de uma relação de causa e efeito necessária ou de uma lógica de continuidade progressiva, a qual toma por empréstimo a “grande e velha metáfora biológica da vida e da evolução” (FOUCAULT, [1972] 2013, p. 309). Para o filósofo francês, é necessário ressaltar, os acontecimentos são produzidos (FOUCAULT, [1969] 2014, p. 52; _____, [1970] 2013, p. 51), feitos acontecer, ou, como ele dizia, “acontecimentalizados” (FOUCAULT [1978] 2015, p. 332), sendo resultantes de relações de forças.

⁴³ Rememore-se que aqui se faz apenas um introito teórico e metodológico, sendo que o desenvolvimento de aporte desenvolvido no *Capítulo Primeiro*.

Pode-se afirmar, assim, que a análise apresentada nesta tese, além de propriamente elaborar uma genealogia, ou seja, de escrever uma história dos terrenos de marinha, promoveu também o exame das relações de poder que fizeram e ainda fazem funcionar esse instituto.

Para além da investigação histórica e dessa analítica das relações de poder, esta pesquisa promoveu também a problematização da função socioambiental dos terrenos de marinha. Problematizar, segundo Foucault, é colocar em questão as práticas que fazem “(...) *alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma da reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política etc.)*” (FOUCAULT, [1984] 2006, p. 242). Sob essa premissa, o trabalho pôs em questão a alegada conformação da função social (“socioambiental”) dos terrenos de marinha, com aquilo que se convencionou chamar de tripé da sustentabilidade.

8.1.1. As categorias conceituais, os autores e as obras de referência

Para o desenvolvimento desta pesquisa, algumas categorias conceituais receberam maior destaque, sendo em função delas selecionados os autores e obras de referência.

No que concerne aos aspectos metodológicos, as mais importantes categorias de interesse foram, por óbvio, a **Arqueologia** e a **Genealogia**. Para o trato dessas abordagens, optou-se pelo exame direto da obra de Foucault, sem ignorar, no entanto, os subsídios fornecidos pela vasta produção de seus comentadores.

Do próprio Foucault, em relação à **Arqueologia**, foram utilizados como fontes da pesquisa *A arqueologia do saber* (1969), *As palavras e as coisas* (1966), *O nascimento da clínica* (1963) e *História da Loucura* (1961). Em relação à **Genealogia**, compreendendo nesta “categoria” mais ampla **também** a analítica do poder e a biopolítica, as fontes de referência foram *A ordem do discurso* (1970), *A verdade e as formas jurídicas* (1973), *Vigiar e punir* (1975) e *História da Sexualidade I – a vontade de saber* (2017 [1976]), *Ditos e Escritos IV* (2015), *Microfísica do Poder* (2015), bem como a alguns dos cursos ministrados no *Collège de France*, especialmente *Em defesa da sociedade* (1976), *Segurança, território e população* (1978) e *Nascimento da Biopolítica* (1979).

Em relação aos comentadores e estudiosos de Foucault, o que emprestou os recursos mais relevantes para esta pesquisa foi Paul Veyne. As contribuições deste, por si só, já seriam suficientes para a elaboração de qualquer análise histórica. Mas além disso, o exame (e crítica, em alguns temas) da obra de Foucault teve grande utilidade para o fim de viabilizar a

compreensão de determinados aspectos, especialmente as noções de discurso e de dispositivo. De Veyne serviram de referência os livros *Como se escreve a História* (1970), *Foucault revoluciona a História* (1982) e *Foucault: seu pensamento, sua pessoa* (2008).

De Gilles Deleuze, o livro *Foucault* (1988) foi adotado como referência em razão de conter uma visão geral da obra do “*Novo Arquivista*”⁴⁴, considerando sobretudo o fato de se tratar de uma coletânea de textos escritos depois da morte deste último. Dos temas ali tratados, as noções de sujeito, de lei e da gestão de ilegalismos foram significativamente aproveitadas neste trabalho.

De Roberto Machado, amigo próximo e inquilino de Foucault, que teve a invejável oportunidade de frequentar boa parte dos cursos ministrados no *Collège de France*, foram utilizados como referências os livros *Foucault, a ciência e o saber* (1982), *Foucault, a Filosofia e a Literatura* (2000) *Impressões de Michel Foucault* (2017). O primeiro livro, tem como objeto principal o Arqueologia de Foucault, sendo importante instrumento de compreensão dessa abordagem como método de análise histórica. O segundo, relaciona o pensamento de Foucault com a obra de Nietzsche, tendo instado o autor da presente pesquisa à leitura também de alguns textos do filósofo alemão, a fim de melhor compreender algumas reflexões do francês. O último, que contém uma narrativa apaixonada e apaixonante da longa convivência de Machado com Foucault, mostrou-se essencial para melhor “conhecer” este último como pessoa e pensador, apresentando aspectos peculiares da forma como vivia (o que é importante para a compreensão de sua obra) e, ainda, de como realizava suas pesquisas e construía seus escritos.

De Edgardo Castro foi lido integralmente o livro *Introdução a Foucault* (2013), utilizado para compreensão geral da obra do filósofo francês, sendo, ainda, consultados diversos verbetes de o *Vocabulário de Foucault* (2004). As contribuições do aludido autor foram essenciais para auxiliar a compreensão da “rede conceitual”⁴⁵ foucaultiana, bem como dos elementos e do funcionamento da abordagem que abrange a Arqueologia e a Genealogia.

Para subsidiar a compreensão de determinados conceitos de Foucault, fez-se uso, por meio de exame de determinados verbetes, também do livro *Foucault: conceitos essenciais* (2002), de Judith Revel.

⁴⁴ É assim que Deleuze, no início de sua obra, refere-se a seu contemporâneo e amigo Foucault.

⁴⁵ Essa expressão é usada por Fischer (2012, p. 14), denotando a ideia de que determinadas expressões, quando inseridas no quadro teórico de Foucault, têm significados que não se conformam aos do senso comum ou, ainda, quando no contexto de outras correntes de pensamento. Veyne (2014, p. 23) alerta, no entanto, para o fato de que, mesmo no interior da trajetória intelectual de Foucault, seu “vocabulário técnico foi por muito tempo flutuante”, experimentando certa precisão apenas com o passar dos anos.

Michel Foucault e o Direito (2002), de Márcio Alves da Fonseca, foi utilizada como obra de referência para exame do pensamento de Foucault, no que se refere às questões relacionadas ao Direito.

Sobre a abordagem arqueológica como instrumento metodológico, fez-se uso do livro *Trabalhar com Foucault: Arqueologia de uma paixão* (2012), de Rosa Maria Bueno Fischer, e da tese de doutorado de Alfredo José da Veiga-Neto, cujo título foi *A ordem das disciplinas* (1996), que foram também úteis para o esclarecimento do pensamento de Foucault no que se refere à compreensão de conceitos.

No que concerne ao **direito de propriedade**, foi dedicado tópico especial para aludir ao caráter histórico desse instituto, onde se justificou a opção de não se elaborar uma digressão histórica dissociada das condições de possibilidade especificamente relacionadas com o espaço geográfico que hoje chamamos de Brasil, seja antes ou depois de sua invenção em 1500. Tratou-se, então, de apresentar como o tema era (ou não era) tratado dentre os povos que habitavam o Brasil em 1500, demonstrando-se a ruptura decorrente da chegada pelos portugueses, bem como, em seguimento, como a questão passou a ser regulada do ponto de vista político-jurídico pelos conquistadores europeus.

Alguns aspectos específicos, notadamente os relacionados aos fundamentos de justificação ou rejeição da ideia de propriedade privada, bem como para a noção de condicionamento ao exercício desse direito, ensejaram a revisão de recortes da obra de Aristóteles (1999 [1252a]), Thomas Hobbes (2002 [1651]), John Locke (2002 [1690]), Jean-Jacques Rousseau (2010-B [1755]; 2013 [1762]), Karl Marx (2013 [1867]), Fustel de Coulanges (2006 [1864]), Émile Durkheim (2016 [1893]; 2015 [1924]) e Léon Duguit (2009 [1890-1900]). Estes dois últimos, aliás, foram o referencial mais elementar quanto à temática da função social, em razão de que a eles se atribui a concepção daquela noção, inclusive sua aplicação no que se refere ao direito em geral e, em especial, ao de propriedade.

A noção de (“meio”) **ambiente e sustentabilidade** foi explorada tendo como referência a obra de Enrique Leff, sendo essa opção em razão da ênfase conferida aos aspectos *trans* e *interdisciplinar* do tema em referência.

Em relação ao objeto desta pesquisa, os **terrenos de marinha**, há de se registrar ser ele bastante específico, o que torna escassa a bibliografia sobre essa temática. Em razão disso, a pesquisa foi realizada privilegiando o contato direto com as fontes normativas primárias, ou seja, os diplomas que disciplinavam em Portugal o instituto das marinhas, bem como, após o

descobrimento, também no Brasil. O mesmo foi feito em relação ao instituto dos terrenos de marinha propriamente ditos, após a expressa referência a essa categoria de bens feita pelo Aviso de 7 de julho de 1829.

Importante consignar que o rol de temas acima apresentado não é exaustivo, de modo que outros assuntos (acessórios e instrumentais) foram tratados nesta pesquisa, devendo o mesmo ser dito em relação ao elenco de autores.

8.1.2. A classificação da pesquisa e a abordagem metodológica

Quanto aos aspectos metodológicos, pode-se afirmar que a presente pesquisa se classifica como sendo qualitativa, uma vez que se destina à elaboração de uma análise histórica e à problematização de um instituto, qual seja, a função socioambiental dos terrenos de marinha, sem ter como escopo a demonstração quantitativa das considerações que ao final serão apresentadas.

A abordagem metodológica predominantemente utilizada será a Arqueogenealogia a partir de Foucault, tudo conforme justificação constante neste capítulo de *Introdução*, bem como *Capítulo Primeiro* do presente trabalho.

8.1.3. Os procedimentos metodológicos

Como usar essa noção de Arqueogenealogia para a investigação histórica dos terrenos de marinha? Como, valendo-se dessa analítica do poder (ou do poder-saber), problematizar a atual função social (“socioambiental”) dessa categoria de bens imóveis da União? Este subtópico se destina a tratar dessas questões e descrever como o aporte teórico e metodológico foi utilizado nas atividades de análise realizadas nos Capítulos *Segundo* e *Terceiro*.

Far-se-á, aqui, uma descrição de procedimentos e das etapas da pesquisa, mas não se olvidará de apontar o aspecto comportamental de pesquisar *com* Foucault, o que nos faz pedir vênica para falar em primeira pessoa⁴⁶.

⁴⁶ Caso considerado impróprio ou incompatível com o discurso acadêmico, desde já manifesto minhas escusas e, sendo assim orientado pela Banca, comprometo-me a ajustar a redação final da tese a essa prescrição.

a) A atitude investigativa

A opção por pesquisar *com* Foucault, por utilizar uma Arqueogenealogia a partir dele, representa, *a contrário sensu*, não pesquisar a partir do aporte teórico e metodológico de outros autores. Significa, portanto, um manifesto de adesão ao que possa ser considerado como o conteúdo elementar do seu programa teórico, bem como o reconhecimento de que seu pensamento, ao menos para o objeto desta tese, é o instrumental mais adequado para a investigação proposta. Esse ato de escolha (e de não escolha), de adesão e de reconhecimento, reveste-se também, ainda que de forma mediata e inconfessada (por alguns, não por mim, que já admiti isso expressamente), da intenção de imitar determinado modo de proceder. A decisão de pesquisar com uma *Arqueogenealogia a partir de Foucault* é, portanto, o gesto primeiro de tentar parecer com este filósofo.

No que pretendi imitá-lo? Em primeiro lugar, em sua atitude investigativa. O professor Roberto Machado, o “amigo brasileiro de Foucault”, bem registrou que seu “amigo francês”, ao iniciar uma investigação, motivava-se pelo intento de “provar que aquilo do qual todo mundo fala não existe”. A resposta de Foucault apontava, assim, para uma postura de desconfiança em relação àquilo que é dado, mesmo, e talvez sobretudo, quando esse algo dado é tomado como naturalizado. Também evidenciava um desapego à ilusão das certezas e, ainda, um desejo, senão de subvertê-las, como disse Machado, ao menos de desfazê-las.

Esse intento, todavia, Foucault não realizava levianamente, ou seja, não desconfiava ou questionava apenas para “ser do contra”. Destarte, seja quanto às motivações e, sobretudo, quanto ao modo, ele desenvolveu um respeitável programa teórico e metodológico de investigação.

Como deixei claro ao apresentar as “justificativas pessoais” para realizar esta pesquisa, vontade semelhante foi a que me motivou a investigar a fala institucional da SPU, no sentido de que o regime jurídico dos terrenos de marinha incrementaria a proteção ambiental dos ecossistemas costeiros, que funcionaria como instrumento para realização de políticas sociais, bem como que essa categoria de bens seria relevante do ponto de vista da arrecadação de receitas patrimoniais. Nesta Tese, ponho em questão essa fala, problematizo a função social dos terrenos de marinha, para, tal como Foucault, “provar que aquilo do qual todo mundo [da SPU] fala não existe”. E para não intentar fazê-lo de qualquer jeito, valho-me do programa de Foucault, com os ajustes que o *designer* das ferramentas autorizou que fossem feitos.

b) A rede conceitual

Foucault desenvolveu uma extensa rede conceitual (CASTRO, 2004; (FISCHER, 2012; VEYNE, 2014), tanto que há no mercado editorial algumas obras destinadas a tratar especificamente dessa temática, cabendo aqui referenciar o *Vocabulário de Foucault*, de Edgardo Castro, e *Foucault: conceitos essenciais*, de Judith Revel, para me limitar aos livros que conheço, li, utilizei e referenciei.

Essa gama de conceitos foi elaborada por Foucault para o fim de instrumentalizar suas pesquisas, por considerar inadequados ou insuficientes aqueles que já se encontravam à sua disposição quando se pôs a investigar novos⁴⁷ “objetos”. Pode-se dizer, por conseguinte, que a “caixa de ferramentas” de Foucault não se restringe às abordagens, especialmente sua Arqueologia e sua Genealogia, ou às prescrições gerais e princípios de caráter metodológico. Ela compreende, também, diversos conceitos, que foram criados mediante operações de neologismo ou, ainda, por meio de derivações a partir de noções anteriores⁴⁸.

Para se aclarar o argumento antes apresentado, tomemos como exemplo o conceito de “acontecimentalização”, inventado para denotar a ideia de algo (acontecimento) produzido, feito acontecer mediante esforço deliberado, e não como resultado de uma racionalidade pretensamente objetiva. Cite-se, ainda, o conceito de “dispositivo”, desenvolvido ao ensejo das análises genealógicas, mas cuja noção, no programa de Foucault⁴⁹, não coincide ou está contida em quaisquer das definições estabelecidas pela lexicografia normativa.⁵⁰ Essa criativa e criadora atitude de Foucault remete, como propriamente mencionaram os comentadores citados

⁴⁷ Sobre a criação conceitual ensejada pela necessidade de investigar novos objetos, Foucault (2007 [1966], p. 346) afirmou o seguinte: “O que mudou, na curva do século, e sofreu uma alteração irreparável foi o próprio saber como modo de ser prévio e indiviso entre o sujeito que conhece e o objeto do conhecimento; se se começa a estudar o custo da produção, e não mais se utiliza a situação ideal e primitiva da permuta para analisar a formação do valor, é porque, ao nível arqueológico, a produção como figura fundamental no espaço do saber substituiu-se à troca, fazendo aparecer, por um lado, novos objetos cognoscíveis (como o capital) e prescrevendo, por outro, novos conceitos e novos métodos (como a análise das formas de produção).” Esse é também o pensamento de Deleuze e Guattari (1997 [1991], pp. 26-27), que associam a criação de um conceito à problematização: “Todo conceito remete a um problema, a problemas sem os quais não teria sentido, e que só podem ser isolados ou compreendidos na medida de sua solução: (...)”

⁴⁸ A ideia aqui sustentada é a mesma explicada por Deleuze e Guattari (1997 [1991], pp. 29-30): “Num conceito, há, no mais das vezes, pedaços ou componentes vindos de outros conceitos, que respondiam a outros problemas e supunham outros planos. Não pode ser diferente, já que cada conceito opera um novo corte, assume novos contornos, deve ser reativado ou recortado.”

⁴⁹ Rememore-se, Foucault (2015 [1975], p. 364) define dispositivo como sendo: “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.”

⁵⁰ Para o verbete “dispositivo, o dicionário Priberam da Língua portuguesa apresenta as seguintes definições: “Dispositivo. *Adjetivo* 1. Que encerra disposição, ordem, prescrição. *Substantivo masculino* 2. Mecanismo destinado à obtenção de certo fim.” Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/dispositivo>. Acesso em: 9 jun 2019.

acima, à ideia de funcionamento em rede, de “encruzilhada” (DELEUZE, GUATTARI, 1997 [1991], p. 30), exatamente porque a correta apreensão do significado dos conceitos exige a compreensão do contexto de enunciação e, ainda, das interrelações que se estabelecem com outros conceitos.

Uma pesquisa que se pretenda orientada pela Arqueogenealogia a partir de Foucault requer a adesão (à) e o emprego dessa rede conceitual, o que consubstancia uma prescrição de caráter teórico, não se tratando, portanto, de mera opção semântica ou estilística, já que essa exigência de conformidade atende a um imperativo metodológico e, no nível mais elementar, também procedimental.

Nesse mister, não se pode, por exemplo, dizer que se promove uma analítica do poder, a partir de Foucault, mas centrar a investigação em uma atividade eminentemente hermenêutica de textos de lei, por melhores ou mais eruditos que sejam os resultados dela. No mesmo sentido, não se pode considerar como investigação genealógica uma que cuide de acontecimentos de ruptura, como, ilustrativamente, as mudanças no regime dominial (da propriedade), mas para o fim de lhes conferir o caráter de evento decorrente de uma lógica evolutiva. Há, destarte, que se conservar um mínimo de coerência conceitual com o programa de Foucault, sob pena de se dizer que se pesquisa com ele quando, na realidade, invoca-se apenas a sua autoridade para chancelar um modo diverso de investigar.

É bem verdade que não se exige que essa adesão alcance todos os conceitos de Foucault, o que se poderia considerar óbvio, dada a impossibilidade material de se realizar feito antológico dessa envergadura. Mas a ressalva a essa pretensão de completude tem mais a ver com a própria natureza da adesão, que, como disse acima, é teórica e, por isso mesmo, relaciona-se (com) e em parte é determinada pelo objeto da investigação.

Além disso, o próprio Foucault, que foi o “autor” dos conceitos e, digamos, o “designer” da “caixa de ferramentas”, deixou muito claro⁵¹ que não impunha a observância a uma fórmula rígida de utilização de suas abordagens. Se reputava mesmo um livro como “evento minúsculo, pequeno objeto manejável”, certamente dispensava aos seus conceitos semelhante

⁵¹ Cite-se, a propósito: “Todos os meus livros, seja História da loucura seja outro, podem ser pequenas caixas de ferramentas. Se as pessoas querem mesmo abri-las, servirem-se de tal frase, de tal ideia, de tal análise como de uma chave de fenda, ou de uma chave-inglesa, para produzir um curto-circuito, desqualificar, quebrar os sistemas de poder, inclusive, eventualmente, os próprios sistemas de que meus livros resultaram... pois bem, tanto melhor.” (FOUCAULT, 2006 [1975], p. 52). E ainda: “(...) considero-os inteiramente livres para fazer, como o que eu digo, o que quiserem. São pistas de pesquisas, ideias, esquemas, pontilhados, instrumentos: façam com isso o que quiserem. No limite, isso me interessa, e isso não me diz respeito. Isso não me diz respeito, na medida em que não tenho que estabelecer leis para a utilização que vocês lhes dão. E isso me interessa na medida em que, de uma maneira ou de outra, isso se relaciona, isso está ligado ao que faço.” (FOUCAULT, 2010 [1976], pp. 3-4).

consideração. Se abordagens arqueológica e genealógica não podem ser tomadas como uma “receita de bolo”, os conceitos de Foucault, analogamente, não devem ser considerados como peças de um quebra-cabeças, em que o desfalque de uma poderia comprometer a integridade da representação.

Nada obstante, se não há uma lei a prescrever o modo de utilização, recordemos que “um trabalho deve dizer e mostrar como é feito” (FOUCAULT, 2010 [1983], p. 367), sendo essa a razão pela qual nesta pesquisa fiz questão de apresentar os conceitos de Foucault de que me vali neste empreendimento.

Todos os conceitos que mencionei foram formativos, na medida em que se prestaram, mesmo que de modo inconsciente, à constituição da ideia geral de *Arqueogenealogia a partir de Foucault*. Outros tantos, de caráter mais operativo, funcionaram para o fim de orientar a construção da estrutura da pesquisa e a elaboração do texto que dela resultou. Por essa razão, é difícil apresentar um rol dos conceitos “mais importantes”, embora fosse essa minha intenção ao iniciar este tópico, quando eu achava que não seria custoso apontar aqui algo como os “cinco melhores”. Como eu cuidei de mencionar muitos, e quando os mencionei achei que eram importantes, creio, agora, ser impróprio dizer que, dos que citei, alguns sejam mais importantes que outros, como se eu quisesse agora fazer melhor o que já fiz, na medida em que já escolhi, dentre todos os que Foucault desenvolveu e que eu li (muitos eu não li, obviamente), aqueles que mencionei expressamente neste texto. A tarefa não é fácil e, mais que isso, ela não faz justiça com as escolhas que já empreendi, pois todos os conceitos que comentei são importantes e conduziram as análises que se seguirão.

Então, senão para apontar os conceitos “mais importantes” utilizados nesta pesquisa, que se preste este tópico a ratificar a adesão à rede conceitual de Foucault, embora não a ela toda e não sem ressalvas ou, em alguns casos, ajustes.

c) A relação com os documentos

Ao tratar da história serial⁵² (conceito que será especificamente tratado no Capítulo Primeiro), Foucault afirma que a investigação deve se iniciar com o exame dos documentos, quiçá a partir disso⁵³, somente após o que se poderá definir o objeto de trabalho.

⁵² Refiro-me ao escrito *Retornar à História* (1972), que integra o volume II da edição brasileira dos *Ditos e escritos* (vide: FOUCAULT, 2013 [1972], pp. 296-310).

⁵³ Machado (2017, p. 65) narra que certa vez Foucault, embora passasse dias inteiros na “*Bibliothèque Nationale* lendo livros que ninguém mais lia”, disse-lhe: “Na *Nationale* eu não leio; eu procuro.” É como se estivesse ali

Essa “definição do objeto” não se confunde com a (escolha) do tema, este mais amplo e cuja determinação precede aquele exame, situando-se no próprio âmbito da decisão de investigar. Mas significa, de outro modo, que somente a manipulação dos documentos é que deverá dizer, ou pelo menos ultimar essa providência (o dizer), quais os fatos possuem dignidade suficiente para serem feitos acontecimentos. É como se o contato com os documentos “desse sentido” ao ato de pesquisa, confirmando a viabilidade da investigação (não das hipóteses, o que são coisas distintas), recomendando sua dimensão e métodos, bem como apontando possíveis escopos.

Essa lição me conduziu, então, a uma atitude de desprendimento quanto ao meu projeto original, seja com relação às hipóteses, aos recortes cronológicos e temáticos, às abordagens metodológicas, bem como aos possíveis itinerários procedimentais que projetei, ideal ou formalmente, ao decidir realizar esta investigação. Não se tratou de reconhecer que toda a concepção inicial devesse ser abandonada, muito menos de sugerir que eu devesse ou pudesse ter começado a investigar sem o mínimo balizamento teórico e metodológico, mas de compreender, a partir de Foucault, que modificar o que se pesquisa é resultado necessário do próprio ato de pesquisar e do contato com os documentos. E por essa razão afirmo que o objeto da pesquisa é outro, embora sobre o mesmo tema.

Instruído por Foucault acerca desse caráter (re)constitutivo da relação com os documentos, e advertido quanto ao fato de que estes são monumentalizados como obra de quem pesquisa e escreve a história, imitei Foucault (no que este já imitava Nietzsche⁵⁴) para o fim de presumir a suspeição dos documentos apresentados como evidências de que os terrenos de marinha serviriam para aquela função que a SPU reverberava.

Como consequência dessa premissa analítica, em relação ao tema específico “terrenos de marinha”, optei por prestigiar o exame direto das leis, resoluções, decisões, etc., em detrimento do resultado de outras atividades descritivas ou hermenêuticas sobre o objeto de minha tese. Em outras palavras, tentei evitar manifestar simples adesão a conclusões ou argumentos apresentados em pesquisas precedentes sobre os terrenos de marinha, notadamente

catando temas e objetos sobre os quais pudesse se interessar por pesquisar, motivado pelo confessado interesse de subverter evidências. Foucault deveria ser “um chato”, um “estraga prazeres”, tipo daqueles que, quando criança, dizia às outras crianças que papai Noel não existia, e que, depois de crescido, estarecia a todos dizendo que o homem estava próximo de seu final.

⁵⁴ É possível conjecturar que, neste gesto de desconfiar, de duvidar, ambos tenham “imitado” Descartes em sua *primeira meditação*. Divergem aqueles deste, no entanto, quanto à possibilidade de superação da dúvida. Os primeiros, mas sobretudo Nietzsche, são críticos da crença quase metafísica no método científico como revelador da verdade, bem como da pretensão de operação ascética desse (ou de outros) método (s).

aquelas já consagradas e tomadas como evidências dos atos daquela fala institucional da SPU⁵⁵. Desse modo, esforcei-me por realizar meu próprio levantamento de fontes, pesquisando junto a bases de documentos digitalizados, a fim de procurar por leis, atos estatais, decisões administrativas, etc., e tudo o mais que pudesse se relacionar com tema. Para tanto, combinando ou alternando conectivos, utilizei como palavras-chaves alguns argumentos de pesquisa que têm relação com o objeto da investigação, tais como “marinha(s)”, “marinhas de sal”, “terra(s) de marinha”, “terrenos de marinha”, “aforamento”, “foro”, “laudêmio”, etc.

Dizer que busquei evitar me orientar por pesquisas anteriores não significa que eu lhes tenha negado o devido valor, tampouco que as tenha considerado inidôneas como fontes históricas. Ocorre que, tendo eu manifestado adesão a esse aspecto do pensamento de Foucault (uma relação de desconfiança com os documentos), não haveria outra postura a assumir, senão duvidar das pesquisas anteriores, além de considerá-las como produção, ou seja, como resultado de um esforço interpretativo, e não como reprodução “isenta” de algo.

E não se deve, ademais, olvidar que a Arqueogenealogia (neste aspecto, mais especificamente a Arqueologia) rejeita a ideia de que os documentos se prestem ao fim de fazer prova de qualquer verdade oculta, o que vale para qualquer tipo de documento, mas mais ainda para aqueles produzidos a partir de uma atividade eminentemente exegética.

Fora tudo isso, é importante pontuar que o presente texto consubstancia uma tese de Doutorado, de modo que me é imposto cumprir determinados requisitos na realização da pesquisa e elaboração do texto, especialmente, para o caso, o ineditismo e a contribuição científica, exigência que restaria desatendida se eu aqui me limitasse a comentar o que outros antes disseram, ainda que fosse para emitir juízo de valor sobre as conclusões pretéritas, ou que eu procedesse de forma exemplar do ponto de vista da retórica, da gramática e da estética.

Ademais, embora a própria semântica da expressão “busquei evitar” já permita extrair seu significado relativo, há de se deixar claro que essa pretensão de evitar pesquisas anteriores não corresponde à irrestrita rejeição por consultar ou referenciar fontes bibliográficas, ou mesmo dissertações e teses sobre o tema. Consultei e referenciei várias, especialmente para assuntos diversos dos terrenos de marinhas, mas que com eles se relacionavam e por isso interessavam à pesquisa. E neste caso, refiro-me especialmente às práticas sociais, que se

⁵⁵ Tome-se a expressão “fala da SPU” como a manifestada também por outros órgãos e entidades vinculadas à União, que é o ente federativo ao qual a Constituição de 1988 confere a propriedade dos terrenos de marinha. Quero dizer com isso que a “fala da SPU” pode ser tomada como o gênero a compreender, por exemplo a da Advocacia Geral da União (AGU), quando este órgão, em nome da União, manifesta-se sobre questões relativas ao tema.

situam, digamos assim, no entorno da categoria de bens que é o objeto central da tese, mas que com ela interage. Nada obstante, quando me vali de fontes dessa natureza, adotei um procedimento de aferição de pertinência, que consistia basicamente na adoção das seguintes providências: 1) em primeiro lugar, buscava pelas fontes documentais em que a bibliográfica se baseou, de modo que, se fosse possível, em lugar de citar a fonte bibliográfica que interpretou o documento, eu mesmo realizava a atividade de interpretação; 2) obtendo ou não acesso à fonte documental utilizada pela bibliográfica, confrontava esta última com outras fontes bibliográficas, a fim de testar sua verossimilhança, seja no que se refere aos “dados objetivos” (contingentes populacionais, por exemplo), seja no que se refere aos juízos subjetivos (exemplificativamente, a ideia de que a “Leis das sesmarias” de 1375 foi mal executada, embora bem intencionada); 3) finalmente, e o que é mais importante, jamais deixei de considerar o caráter de monumento de todo e qualquer documento.

Com a *Arqueogenealogia a partir de Foucault* me impus, enfim, uma atitude crítica e de desconfiança em relação aos documentos, especialmente àqueles já consagrados e sobre os quais parecia não fazer mais sentido realizar qualquer questionamento.

d) A delimitação do *corpus* de análise

A proposta desta pesquisa é produzir uma história dos terrenos de marinha, orientada por uma *Arqueogenealogia a partir de Foucault*. Inevitavelmente, portanto, trabalho aqui com os instrumentos normativos (legais em sentido amplo) que se referem àquela categoria de bens, sendo afirmado, conforme já apontado na Introdução deste trabalho e se justificará no Capítulo Terceiro, o Decreto de 21 de janeiro de 1809 como aquele que inaugura essa história, e a Lei n.º 13.813, de 9 de abril de 2019, como o marco que encerra o recorte temporal de nossa análise. Obviamente, essa última lei não corresponde ao termo final da história dos terrenos de marinha, mas, digamos assim, um “termo presente”, já que, por enquanto ainda não extinto, esse instituto verá ainda o seu regime jurídico ser sucessivas vezes modificado.

Nada obstante, antes de serem terrenos de marinha, os espaços a eles correspondentes já existiam e, como se verá mais adiante, situavam-se no trecho do litoral que, tanto aqui no Brasil, como já em Portugal, chamavam-se “marinhas” (ou “marinha de sal”), estas que receberam a primeira menção em instrumentos normativos (em sentido amplo) referentes ao Brasil (“Vera Cruz”, ainda) nos forais passados em favor dos donatários das Capitânias, como, por exemplo, o referente à Carta de Doação datada de 10 de março de 1534, por meio da qual

foi dada a Duarte Coelho a Capitania de Pernambuco. Destarte, como esta tese se orienta pela *Arqueogenealogia a partir de Foucault*, o que enseja, por conseguinte, a investigação das condições de possibilidade da invenção dos terrenos de marinha, também os instrumentos que se referem às marinhas (ou marinhas de sal), iniciando-se pelas ditas Cartas de Doação, foram objeto de análise.

Não convém aqui elencar todas as leis e demais atos normativos que compõe o *corpus* de análise relativos aos terrenos de marinha e às marinhas (ou marinhas de sal), uma vez que tais instrumentos se encontram relacionados cronologicamente nas **Referências** deste trabalho, que foram estruturadas de modo temático e conforme a tipologia das fontes. Assim, repeti-los no presente tópico não teria utilidade alguma, além de ser enfadonho, tanto para quem lê, como para quem escreve. Remeto os leitores, portanto, às **Referências** desta tese.

Uma ressalva aqui se faz necessária. Esta tese trata de uma história dos terrenos de marinha, mas que é orientada pela *Arqueogenealogia a partir de Foucault*. Significa dizer, então, que ele não se limita a uma singela alusão a textos de leis sobre o tema, tampouco se ocupará em demasia em simplesmente examiná-los hermeneuticamente. As leis serão o elemento de referência, mas é no entorno delas que a análise se centrará, ou seja, nas condições que deram ensejo à edição das leis, bem como àquilo que de realidade elas produziram. Não a intenção dos legisladores ou das leis, tampouco à exegese destas, mas as práticas que as ensejaram ou que decorreram de sua efetiva execução. Sendo assim, tive que me valer de diversas fontes históricas, e diversas outras leis (em sentido amplo), as quais também se encontram devidamente mencionadas nas Referências desta tese.

Apontados e justificados os elementos do *corpus*, que encerra o recorte temático da pesquisa, cuidemos do seu recorte temporal.

e) A atenção às múltiplas periodizações

Periodizar significa dividir ou expor em períodos⁵⁶. Para a historiografia, equivale a estabelecer os recortes temporais que irão delimitar cronologicamente a análise de um acontecimento ou de um conjunto de acontecimentos.

⁵⁶ <https://dicionario.priberam.org/periodizar>.

Embora seja ato que resulte da ação deliberada do historiador ou, de um modo geral, de quem escreve a história, há determinadas precauções que devem orientar a definição das periodizações, conforme adverte o próprio Foucault (2013 [1967], p. 65):

Cada periodização recorta na história um certo nível de acontecimentos e, opostamente, cada estrato de acontecimentos exige sua própria periodização. Trata-se de um conjunto de problemas delicados, já que, de acordo com o nível escolhido, será preciso delimitar periodizações diferentes, e, conforme a periodização que se dê, atingir-se-ão níveis diferentes. Acede-se, assim, à metodologia complexa da descontinuidade.

A periodização a ser estabelecida deve, então, relacionar-se de modo determinado com a ideia de duração do acontecimento (ou conjunto) e, mais que isso, com o problema que se quer examinar e o nível da análise que se pretende empreender. Desse modo, os recortes deverão permitir que se reconheça alguma regularidade apta a autorizar que se renuem determinados acontecimentos no âmbito de um mesmo período, assegurando, também, a inteligibilidade das mudanças que justificam considerar terminado um e iniciado outro período.

Firmadas essas premissas acerca do que sejam e de como devem ser definidas as periodizações, duas advertências são ainda necessárias, pois se prestarão a evitar equívocos quanto aos recortes temporais adotados nesta pesquisa. A primeira se refere ao fato de que o estabelecimento de periodizações não representa o reconhecimento da existência de qualquer lógica ou ordem evolutiva como atributo do tempo cronológico, de modo que os marcos indicativos de rupturas e mudanças de períodos, notadamente em relação a alguns eventos específicos, não sugerem a ideia de progresso. Em outras palavras, dizer que os períodos se sucedem no tempo não equivale a admitir que, a partir dos eventos de ruptura, advenham experiências de evolução ou aperfeiçoamento. É o caso, por exemplo, da chegada de Cabral, em 1500, ao que hoje conhecemos como Brasil. Esse evento, que representou certamente uma ruptura e, por conseguinte, a instauração de uma nova periodização, tem controvertida sua classificação como determinante de uma marcha à frente. Para os portugueses, ou melhor, para alguns portugueses (uma pequena minoria, na verdade), certamente que sim; já para os tupinambás, “antigos senhores do litoral” e que foram tornados adversários dos colonizadores lusitanos, deixo que quem esteja lendo responda por si.

Além disso, as periodizações aqui estabelecidas não têm a pretensão de se afirmar totalitárias, de modo que reconheço, desde logo, o contrário disso, o que faço com apoio nas prescrições arqueológicas de Foucault. Assim, deve-se ter em conta que, no âmbito de um

mesmo período, nem “todo mundo pensaria da mesma forma”, bem como que nem tudo que se sucede no seu interior remete à noção de coerência e regularidade. Tratamos aqui de acontecimentos que, rememore-se, não resultam do acaso, mas são produzidos, feitos acontecer por meio de relações de poder, nem todas na mesma direção ou que advêm de espaços institucionais concordantes. Dessa maneira, o estabelecimento da periodização, ao mesmo tempo que afirma a existência de determinadas características dominantes, ou seja, aquelas que se impõem pelo discurso vigente, pressupõe, por outro lado, a ocorrência de outras (não dominantes naquele período) que àquele (discurso dominante) resistem, ainda que em estado de latência ou em diminuta medida⁵⁷.

Explicado o sentido de periodização que adotei para este trabalho, importa dizer que neste não será utilizado o modelo que na atualidade ainda tem a preferência daqueles(as) que se dedicam à pesquisa e à escrita da História do Brasil, o qual observa sobretudo o aspecto político para o fim de estabelecer uma divisão em três grandes períodos: Colônia, Império e República.

Como principal razão para a não adoção desses marcos temporais aponto o fato, certamente óbvio, de que o objetivo deste trabalho não é (re)escrever uma História do Brasil, nem mesmo fragmentos dela. Sendo diverso o nível de análise, então, também diverso deve ser o recorte temporal, de maneira que a periodização por mim empregada atentou para a singularidade dos acontecimentos que serão examinados, sem forçar qualquer (des)ajuste às divisões de períodos estabelecidas para uma História “geral” do Brasil.

Além disso, tais divisões são demasiado amplas, de maneira que não servem ou pouco contribuem para identificação e compreensão das práticas relacionadas à invenção dos terrenos de marinha, bem como das sucessivas modificações no regime jurídico e na função social (“socioambiental”) dessa categoria de bens.

Note-se que o que propus não foi excluir períodos de tempo cronológico da História “geral” do Brasil, tanto que os capítulos analíticos tiveram início, como se verá, tratando de acontecimentos anteriores à chegada dos portugueses em 1500, o que fiz com o propósito de descrever como o dispositivo colonial português funcionou de modo diversificado no espaço e foi reatualizado no tempo, a fim de realizar plenamente sua função de dominação.

Outrossim, é importante esclarecer e justificar que as periodizações estabelecidas foram dispostas no texto da tese em uma ordem que não coincide, necessariamente, com a sucessão

⁵⁷ Lembremos também que “onde há poder há resistência” (FOUCAULT, 2017 [1976], p. 104).

do tempo cronológico. Isso ocorreu de forma pontual, mas em mais de uma situação, devendo-se sobretudo à necessidade de analisar acontecimentos havidos em determinado período, mas que possuíam relação com outros de épocas pretéritas. Explico melhor essas ocorrências, citando, por exemplo, a análise do regime de sesmarias aplicado no Brasil, a partir da “expedição colonizadora” capitaneada por Martim Afonso de Souza, no ano de 1530. Ao ensejo desta análise, “voltei” ao ano de 1375, a fim de investigar a invenção desse instituto (sesmarias) e suas modificações, sendo que somente após o desenvolvimento da descrição “avancei” novamente àquele ano do século XVI.

Em arremate, devo dizer que procedi de modo a preservar a singularidade dos acontecimentos analisados no âmbito de cada período, sem tentar forçar (ou rejeitar gratuitamente) a correspondência com modelos de periodização consagrados, nem transmitir, tampouco, uma falsa ideia de unidade ou continuidade. Foram os acontecimentos, em suma, que me indicaram os marcos cronológicos das periodizações estabelecidas.

f) A análise dos discursos, a analítica do poder e a problematização do presente: uma análise histórica.

No tópico *Genealogia da Arqueogenealogia a partir de Foucault*, que inaugurará o **Capítulo Primeiro**, registrei ter aberto mão de utilizar a AD como abordagem metodológica nesta pesquisa, mas isso não equivale a dizer que abandonei o propósito de promover a análise de discursos. A bem da verdade, nem poderia fazê-lo porque, ao adotar a *Arqueogenealogia a partir de Foucault* como instrumento teórico e metodológico, tive, necessariamente, que promover análises discursivas.

A propósito, o princípio da exterioridade, enunciado por Foucault em *A ordem do discurso* (1969), dispõe que a análise deve se principiar no discurso e, a partir dele, “(...) de sua aparição, de sua regularidade” é que se passará ao exame das condições externas de possibilidade (FOUCAULT, 2013 [1970], p. 50). Há nessa regra uma nítida prescrição de sucessão operativa: primeiro se analisa o discurso e seu funcionamento, como se se invocasse inicialmente os aspectos arqueológicos do programa investigativo de Foucault, para, em seguida, perquirir suas condições externas de possibilidade, ou seja, aquilo que ensejou a irrupção do discurso, o que corresponderia a uma análise de caráter genealógico.

Na presente pesquisa, observando essa orientação, principiei minhas análises a partir dos discursos, dos “discursos reais”⁵⁸, ou seja, das práticas, dos modos de fazer e dizer, daquilo que se materializou como “coisa”⁵⁹. Investiguei, destarte, a linguagem, a história e o Direito, atento a esses saberes não como totalidades ou sistemas abstratos, mas ao seu funcionamento enquanto práticas que se realizam em uma instância material e, notadamente, periférica. Em seguida, dirigi-me ao entorno dessas práticas, ou seja, ao exterior dos discursos, para o fim de investigar sob que condições eles foram instituídos, como essas instituições determinaram a desconstituição de práticas anteriores e, ainda, como se estabeleceram as correlações entre distintas práticas discursivas.

Para aclarar essa sistemática analítica, consideremos, para fins de ilustração, a linguagem como campo do saber e, num âmbito mais elementar (periférico, microfísico), a prática de nomear, de conferir nomes às coisas. Após analisar⁶⁰ como essa prática (de nomear) funcionava perante os nativos do Brasil antes de Cabral, investiguei como irrompeu o novo modo de nomear empregado pelos conquistadores lusitanos, ou seja, a substituição de uma positividade por outra. Também analisei como a prática de nomear realizada pelos portugueses, embora situada no âmbito da linguagem, relacionava-se com outros discursos, especialmente, no caso em referência, o religioso⁶¹, o político⁶² e o jurídico⁶³.

Cite-se, ainda exemplificativamente, a análise do sistema de sesmarias estabelecido pela Lei de 1375, durante o reinado de Dom Fernando. Partindo do discurso jurídico, mais especificamente daquela lei, analisei o seu funcionamento e as consequências materiais dela decorrentes, identificando, ainda, as correlações com os discursos político e econômico.

A análise histórica dos terrenos de marinha, foi sempre orientada por essa sistemática, ou seja, partindo das práticas discursivas às suas condições de possibilidade, tanto de

⁵⁸ Segui, nesse mister, a prescrição de Foucault quanto à necessidade de observar o real, as coisas, e não as intenções, as meras ideias, conforme se extrai do trecho de *O belo perigo* que a seguir transcrevo: “Mas me interrogo é sobre o modo de aparição e de funcionamento do discurso real, sobre as coisas que foram efetivamente ditas. Trata-se de uma análise das coisas que são ditas, na medida em que são coisas.” (FOUCAULT, 2016 [1968], p. 43).

⁵⁹ A ideia aqui se conforma à segunda instrução metodológica de Foucault (2015 [1976], p. 283), no sentido de orientar a análise não para o plano da intenção, do abstrato, mas para a instância material.

⁶⁰ A análise em questão é objeto do tópico 1 (“Pindorama: mito do ‘nome Americano do Brasil’ e a colonização do saber”) do Capítulo Segundo.

⁶¹ A conquista do Brasil (Vera Cruz) pelos portugueses obteve chancela papal.

⁶² As nações europeias, especialmente a França e a Inglaterra, eram reticentes ao direito de Portugal sobre os territórios de Vera Cruz, notadamente em relação aos territórios em que não se havia efetiva ocupação.

⁶³ Era o Tratado de Tordesilhas, firmado entre Castela (atual Espanha) e Portugal, com a necessária interveniência e anuência pontifícia, o fundamento do direito da Coroa lusitana em relação às terras correspondentes ao Brasil de hoje.

instituição, como de modificação. Segui com essa sistemática até o presente, quando, pretensamente (ou pretensiosamente) como faria o Foucault “diagnosticador”⁶⁴, elaborei uma (a minha) análise da função socioambiental dos terrenos de marinha. A partir dessa análise, desse (meu) “diagnóstico do presente”, “incorporei” aquela “vontade de subverter” (MACHADO, 2017, p. 66), que era de Foucault, mas é também minha, para o fim de colocar em questão a fala institucional quanto à suposta imprescindibilidade de manutenção do regime jurídico dos terrenos de marinha.

Ao empreender essa análise histórica e essa problematização, orientei-me sempre por questões, que seriam aquelas “perguntas condutoras” que, conforme descrito em tópico próprio do Capítulo Primeiro, mencionei como elementos de uma proposta metodológica⁶⁵ a partir de Foucault. Para ser efetivamente a partir de Foucault e, mais específica e redundantemente, para se poder falar de uma Arqueogenealogia a partir de Foucault, as perguntas condutoras tiveram que interrogar acerca dos discursos que informavam os documentos componentes do *corpus* de análise, bem como das relações de poder-saber que neles se implicavam e, ainda, como, a partir dessas relações, seriam produzidas subjetividades.

No âmbito dessas categorias de perguntas, foram elaboradas outras mais específicas, algumas, ou melhor, a maioria delas ensejadas pelo próprio contato com as fontes da pesquisa. Estas questões específicas se constituíram na linha condutora desta investigação, e as reflexões por elas motivadas correspondem, então, à estrutura básica desta Tese. Mas como elas não se encontram enunciadas expressamente ao longo do texto escrito, importa aqui apresentá-las, de modo a orientar o leitor acerca do conteúdo apresentado nos dois capítulos de análise (Capítulos Segundo e Terceiro).

As primeiras questões são aquelas que se relacionam mais de perto com o problema desta Tese e que já foram apresentadas nesta Introdução. São elas:

Por que foram inventados os terrenos de marinha? A quem interessou essa invenção e a quem interessa a subsistência desse instituto? Se de fato ele atende aos elementos que integram o tripé da sustentabilidade (ambiental, social e econômico), por que é tão contestado? Sua manutenção é imprescindível no presente?

⁶⁴ Faço referência à resposta de Foucault (2016 [1968], p. 48) a Claude Bonnefoy nas conversas que resultaram na publicação de *O belo perigo*, quando perguntado acerca do que seria, se historiador, sociólogo ou filósofo.

⁶⁵ Remeto o leitor ao tópico 2.3 (“Uma proposta metodológica a partir de Foucault: como se fez”) do Capítulo Segundo, quando desenvolvi a “ideia de estrutura metodológica básica do que pode ser considerado um método *a partir de* Foucault: 1) Conhecimento dos conceitos essenciais 2) Definição de princípios; 3) Identificação dos aspectos e operações gerais (correlacionar, descrever, etc.); e 4) Problematização a partir de perguntas condutoras.”

Mas para chegar na invenção dos terrenos de marinha, e em conformidade com o traço genealógico desta pesquisa, tive de analisar primeiramente as condições dessa invenção, dedicando o Capítulo Segundo a essa análise. Nesse mister, considerando que os terrenos de marinha foram uma invenção portuguesa⁶⁶, questionei-me e refleti sobre o que teria legitimado os portugueses a inventar essa categoria de bens. Quem eram os antigos “senhores” do Brasil e do seu litoral? Como Portugal se tornou “dono” e, por conseguinte, autorizado a estabelecer o regime de utilização das terras que hoje correspondem ao Brasil? Que discursos legitimaram o domínio português a partir de 1500? Como a linguagem e a História foram usadas como instrumentos de dominação? Como, depois de 1500 e até a invenção dos terrenos de marinha (1809), eram legalmente disciplinados os espaços a eles correspondentes?

Em seguida, iniciando o Capítulo Terceiro, investiguei o contexto imediato de criação dessa categoria de bens, atento inicialmente a como se deu a ruptura, ou seja, a passagem da inexistência à invenção dos terrenos de marinha. O momento seguinte foi dedicado à análise da formação do conceito correspondente à categoria de bem imóvel que hoje designamos de “terreno de marinha”. Orientado pela premissa de que os conceitos “não são criados do nada” (DELEUZE, 1997 [1991], p. 30), que eles se assentam em um *a priori* sempre histórico (FOUCAULT, 2007 [1966], pp. 218-219), questionei-me sobre o que eram esses espaços antes de 1809, passando, em seguida, a examinar como se deu, de 1809 até o presente, a construção do conceito e sua reatualização até atualidade.

Em seguida, problematizei a função social (“socioambiental”) dos terrenos de marinha. Para que servem os terrenos de marinha? A quem servem? A invenção e a manutenção dessa categoria de bens representam, de fato, um incremento à proteção dos terrenos os ecossistemas costeiros? Os terrenos de marinha são efetivamente destinados à realização de políticas de socialização dos espaços litorâneos? A ideia de que os terrenos de marinha são uma importante fonte de receita é, de fato, verdadeira? O “potencial arrecadatário” se realiza (ou é realizável) e justifica a manutenção do instituto em questão?

Essas foram algumas, as mais gerais, questões que nortearam a análise acerca da função social (“socioambiental”) dos terrenos de marinha.

⁶⁶ Rememore-se, pois já mencionado na Introdução, que os terrenos de marinha foram inventados em 1809, quando o Brasil ainda não existia como Estado independente, mas apenas como colônia integrante dos domínios da Coroa lusitana que, na época, encontrava-se forçadamente instalada aqui, em razão da invasão de tropas francesas ao território de Portugal.

Para a análise específica da função social (“socioambiental”) dos terrenos de marinha, optei por um recorte temático, que considerava aspectos determinados relacionados ao instituto, tais como o nome, elementos conceituais, consolidação do caráter dominial, etc., em lugar de promover uma análise geral e cronológica do instituto a partir de cada alteração legislativa.

Essa sistemática merece uma explicação mais detida, para que se compreenda como foi feita a análise e por que ela se deu dessa forma.

Como é sabido, aqui nos propomos a escrever uma história dos terrenos de marinha, mas uma história que se pretende genealógica. Por essa razão, ela não poderia se limitar a descrever o que cada lei estabeleceu ou modificou em relação a esse instituto. Para ser genealógica, deve dizer como ele funciona (atentar para as práticas discursivas), além de analisar por que cada aspecto foi instituído ou modificado. Esse tipo de análise demanda um recorte temático, e não meramente cronológico, pois com isso se viabiliza a identificação das regularidades e modificações, permitindo também associá-las com ou seu exterior (práticas não discursivas).

Do contrário, caso pretendêssemos observar rigorosamente o tempo cronológico para fazer uma análise geral (não temática) do instituto, haveríamos de saltar de lei em lei e observar o que cada uma delas dispôs de diferente em relação a todos os aspectos dos terrenos de marinha. Além de ficar, a cada lei, indo e voltando aos mais variados temas, o que certamente seria confuso e pouco explicativo, os “porquês” das modificações ficariam apagados nesse vai e vem, além de restar inviável apreender as regularidades no funcionamento desse instituto. Dizendo de outra maneira, seria custoso ou inviável descrever e analisar os porquês das mudanças e das permanências.

Desse modo, no *Capítulo Terceiro*, optamos por realizar uma análise temática, conforme pontos que constam no sumário desta tese.

Sobre esse recorte temático, há ainda duas observações a serem feitas. A primeira diz respeito ao fato de que, no âmbito de cada tema, observamos, sempre que foi logicamente possível, uma linha cronológica que se iniciava, geralmente, no ano da invenção do instituto (1809) e seguia até a atualidade. Além disso, não desconsideramos a possibilidade de haver interdependência entre os temas, de maneira que a compartimentalização proposta foi flexibilizada sempre que se observou a necessidade de analisar conjuntamente alguns aspectos do instituto.

9. A estrutura da tese

No que se refere à estrutura, esta investigação é constituída, além desta **Introdução** e das **Conclusões**, chamadas no texto de “**Considerações presentes**”, de 3 (três) capítulos de desenvolvimento.

Nesta **Introdução** foi feita a apresentação do tema, dos objetivos, das hipóteses, das justificativas e contribuições científicas, bem como a demonstração da pertinência temática com as pesquisas desenvolvidas no âmbito do PRODEMA. Fez-se aqui, ainda, uma breve introdução do aporte teórico e metodológico utilizado para o desenvolvimento da pesquisa, bem como indicada a estrutura da tese, que é exatamente do que trata este tópico.

Esta parte da **Introdução** é de extrema relevância, sobretudo pela dimensão da tese, de modo que sua leitura ajuda a compreender o porquê da divisão em três capítulos, o critério de sequenciamento entre eles e, ainda, a lógica de ordenação e encadeamento dos temas desenvolvidos no âmbito de cada um deles, especialmente os de desenvolvimento.

A opção pelos três capítulos de desenvolvimento foi motivada pela necessidade de estabelecer e deixar evidentes os recortes adotados para a pesquisa.

O **Capítulo Primeiro**, de nome “**Arqueogenealogia, propriedade e função social**”, destinou-se, conforme exigência do *Manual de Elaboração para apresentação do projeto de qualificação e tese do PRODEMA*, à elaboração e à apresentação do aporte teórico e metodológico utilizado para o desenvolvimento desta pesquisa. Ele é temático, portanto, pois tem nessa condição o critério para este recorte.

Em relação à ordem dos temas na estrutura interna deste capítulo (abordagem, propriedade e função), ela se justificou pela necessidade de dispor, preambular e sequencialmente, das questões relacionadas à abordagem e à fundamentação teórica, destinadas a orientar a elaboração dos capítulos de análise que lhe seguiram.

Os dois capítulos de desenvolvimento, de outro modo, observaram um critério temporal (não necessariamente cronológico) de divisão.

O **Capítulo Segundo**, chamado “**As condições da invenção**”, é destinado à descrição e à análise das práticas (discursivas e não discursivas) que ensejaram a invenção dos terrenos de marinhas, ou seja, suas condições sócio-históricas de possibilidade.

No *Capítulo Terceiro*, denominado “*Os terrenos de marinha e sua função social (‘socioambiental’)*”, produziu-se “a” (uma) descrição e a análise da “trajetória” histórica do instituto, desde sua invenção em 1809 até o presente. Neste capítulo também foi problematizada a função social dos terrenos de marinha, optando-se por um recorte temático, que considerou as práticas em lugar da orientação linear do tempo cronológico.

Finalmente, nas “*Considerações presentes*” foi elaborada uma apertada síntese das principais formulações desenvolvidas nesta tese.

II. ARQUEOGENEALOGIA, PROPRIEDADE E FUNÇÃO SOCIAL

Conforme anunciado na Introdução, o objeto desta tese consiste na escrita de *uma* história dos terrenos de marinha, bem como na problematização da função social (“socioambiental”) desse instituto. Neste **Capítulo Primeiro**, trataremos da definição dos contornos da abordagem a ser utilizada neste empreendimento, qual seja, uma *Arqueogenealogia a partir de Foucault*, além de fazer uma análise e problematização do conceito de propriedade e de função social.

1. A genealogia da *Arqueogenealogia a partir de Foucault*

Antes de qualquer coisa, importa dizer que este tópico não consta como obrigatório, de acordo *Manual de Elaboração para Apresentação de Projeto de Qualificação e Tese* do PRODEMA, que não exige que se diga o que a pesquisa não é ou o que ela não é mais. Nada obstante, entendemos ser ele necessário para evitar a falsa impressão de que o resultado agora escrito e considerado “tese” corresponde à totalidade da investigação realizada ao longo do Curso de Doutorado. Dizer da pesquisa em si apenas o que exige o aludido Manual é pouco, pois ali se requer apenas a indicação das providências realizadas para se chegar ao resultado que se encontra finalmente escrito, e não aquelas “descartadas” ao longo do caminho. Seguindo estritamente o Manual, o resultado escrito não daria conta do custoso percurso realizado até o presente, restando subtraído o caráter diacrônico e dialético da elaboração desta tese, o que poderia conduzir o leitor à equivocada conclusão de que se chegou “de primeira” ao conteúdo agora apresentado como texto, como se tivéssemos seguido por 5 (cinco) anos (sem contar o tempo do projeto) por uma “linha reta” que, definitivamente, não existe. Não se pode deixar que essa falsa impressão, que essa ilusão de linearidade, seja tomada como verdade.

Destarte, embora fosse mais “fácil” simplesmente cumprir o Manual, e a despeito da exaustão e da pressão dos prazos, temos que dizer mais, pois, do contrário, a história desta pesquisa se perderia com o tempo, não passando muito além do momento em que ela foi reduzida à sua “versão final”, já que a lembrança de como antes se pensava e do que antes foi escrito, somente por pouco tempo permaneceria na memória do seu autor, de sua Orientadora, quiçá de alguns membros das bancas de Seminários de Tese ou do Exame de Qualificação. Para evitar essa impropriedade e para não sujeitar ao mero esquecimento a jornada desta pesquisa

(que é também a história do seu autor, da “sua” Orientadora, das “suas” Bancas), é oportuno utilizar esse momento, não por mera nostalgia (mas, talvez, também por ela), para fazer diferente daquilo que seria o mais ‘fácil’. Assim, em vez de simplesmente cumprir o roteiro estabelecido no aludido Manual, a esta Tese será acrescentado este tópico, o qual se destinará a apresentar uma parte da história desta pesquisa, mais especificamente *uma genealogia da Arqueogenealogia a partir de Foucault*⁶⁷.

Será, portanto, uma história das mudanças, dos desvios, dos deslocamentos e mesmo dos erros, não apenas do trabalho em si, do texto, mas também do Autor, já que ninguém começa e termina uma pesquisa acadêmica do mesmo modo, sem modificar seu objeto de estudo e, o que é mais importante, sem se modificar e ser modificado pelo próprio empreendimento de pesquisar e escrever.

Essa afirmação, de que o objeto da pesquisa e o seu Autor mudaram, embora pareça óbvia à primeira vista, quiçá um truísmo, é feita aqui em um sentido diverso do que o representado pela doutrina do fluxo perpétuo de Heráclito, a quem Platão atribui o enunciado de que ninguém poderia pisar duas vezes o mesmo rio. A partir da ideia do filósofo de Éfeso, em que se sugere que “todas as coisas fluem”⁶⁸, as mudanças, do alguém e do rio, verificar-se-iam de modo autônomo, ou seja, não relacionadas entre si, como se decorrentes de uma ordem gravada na “natureza” das coisas ou das pessoas. Diferentemente disso, a afirmação que encerrou o parágrafo anterior reconhece que o pesquisador tem alterado, necessariamente, o seu modo de ver (os) e, principalmente, de ser parte nos acontecimentos verificados no curso e após a realização de um trabalho, mas que isso tudo é produzido, também (quiçá, principalmente), “de fora para dentro” e não tem nada de natural ou inevitável.

⁶⁷ Neste contexto e para este propósito, adotemos o seguinte sentido de genealogia: “A genealogia não pretende recuar no tempo para restabelecer uma grande continuidade para além da dispersão do esquecimento; sua tarefa não é a de mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente, animando-o ainda em segredo, depois de ter imposto a todos os obstáculos do percurso uma forma delineada desde o início. Nada que se assemelhasse à evolução de uma espécie, ao destino de um povo. Seguir o filão complexo da proveniência é, ao contrário, manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios – ou ao contrário as inversões completas – os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente. (FOUCAULT, 2015 [1971], pp. 62-63).

⁶⁸ Sobre a autoria dessa expressão, Russel afirma (2015 [1946], pp. 72-73): “Em geral, acredita-se que sua crença na mudança universal tenha sido enunciada na expressão ‘todas as coisas fluem’; isso, porém, é provavelmente apócrifo, a exemplo do ‘pai, não posso mentir’ de Washington e do ‘Erguei-vos, guardas, para cima deles!’ de Wellington.” E Russel prossegue esclarecendo que as ideias de Heráclito, como se sucedeu, em geral, também com os demais filósofos pré-socráticos, são conhecidas sobretudo em razão das citações feitas a elas, sendo estas, na maioria das vezes, realizadas para fins de refutação (como fez Platão, aliás, em relação ao próprio Heráclito, conforme mencionado por Russel). Feita essa necessária ressalva quanto à possibilidade de não ser de Heráclito essa noção, é preciso dizer que Aristóteles (2010 [384a.c. – 322a.c.], p. 359) também a atribui a Heráclito “a opinião (...) de que todas as coisas estão em movimento.”

Mas além disso, o que se quer ressaltar, em especial, é que essas mudanças decorrem de uma relação de determinação, que no final das contas é recíproca, com as circunstâncias próprias do empreendimento investigativo. Muda o investigador (“sujeito”) e, também por isso, muda sua pesquisa (“objeto”), mas tudo muda de modo relacional (com) e, em alguma medida, determinado por condições que também vêm “de fora para dentro”.

Pode-se dizer, destarte, que a investigação não exerce uma função essencialmente heurística, de descoberta da verdade ou da realidade, mas, de outra maneira, que funciona como produtora do saber e de sujeitos. Dito de outro modo, a pesquisa acadêmica tem caráter eminentemente (“des” e, ao mesmo tempo, “re”) constitutivo em relação ao conhecimento e, mediatemente, aos próprios sujeitos investigadores. A ciência [assim como outros campos do saber também são] é, pois, uma instância gerativa de verdades (FOUCAULT, [1977] 2015, p. 52) e (“des” e, ao mesmo tempo, “re”) constitutiva de subjetividades, considere-se isso bom ou não.

Tudo o que foi dito neste tópico se verificou no longo itinerário percorrido até o presente momento. Aqui e agora, os dizeres que constam no texto desta tese, o qual é submetido ao exame pela Banca de Defesa, são resultantes das mudanças a que o Autor da pesquisa foi submetido como sujeito. E por conta disso, o que agora se enuncia como “objeto” presente (ou “final”, como queiram) do trabalho não se identifica, em substancial medida, com o projeto idealizado quando firmada a intenção de se empreender esta pesquisa.

É oportuno, então, ou melhor, é imperioso conhecer esse itinerário, aproveitando-se este momento para apresentar não todos, mas alguns dos deslocamentos ensejados por tudo o que viveu o Autor durante o período de investigação, notadamente as leituras realizadas para a revisão bibliográfica e, principalmente, os encontros com a orientadora e com as bancas de avaliação (de Ingresso, dos Seminários de Tese e Qualificação). E nessa história da pesquisa até o presente, pontuar-se-á como o Autor chegou ao seu entendimento do que seja uma *Arqueogenealogia a partir de Foucault*.

Como a “história é subjetiva”⁶⁹, e este “percurso teórico e metodológico” é, também, o percurso do Autor da pesquisa, conforme consignado acima, peço vênica, mais uma vez, para falar em primeira pessoa.

⁶⁹ Sobre o que se significa dizer que a “História é subjetiva”, afirmação essa que foi feita por Veyne, já falamos neste texto. Quem leu tudo até aqui, viu e sabe que aqui se dialoga com outra parte da pesquisa.

Já disse e repito que a pesquisa que se apresenta neste texto é bem diferente “daquilo” que se projetava por ocasião da seleção a que me submeti para fins de ingresso no programa de Doutorado. Com o título “*A (dis)função socioambiental dos terrenos de marinha: a desconstrução do discurso de justificação dos terrenos de marinha como instrumentos de proteção dos ecossistemas costeiros*”, planejava, inicialmente, investigar em que medida a função socioambiental proclamada pela SPU para os terrenos de marinha, sobretudo no enunciado da missão institucional daquele órgão, correspondia ao que deveria ser, segundo eu entendia, uma adequada função socioambiental para essa categoria de bens. Pretendia, para tanto, utilizar como referencial teórico as ideias de Habermas, no que concerne às condições de validade do discurso, a fim de, constatando o eventual desatendimento daquelas condições, afirmar como falso (não “verdadeiro”) o “discurso da SPU”⁷⁰ veiculado para a promoção da defesa⁷¹ de subsistência do instituto dos terrenos de marinha. Em resumo, a ideia era demonstrar que esse “discurso da SPU” não seria “verdadeiro”, de maneira que, após tal “desconstrução”, poderia rejeitar a tese oficial que sustenta a necessidade de os terrenos de marinha continuarem a ser regulados como no presente são.

Os procedimentos idealizados para elaboração da pesquisa teriam início com a construção das premissas, levando em conta aquele referencial teórico (condições de validade do discurso, etc.), a partir das quais se iria aferir a validade do “discurso da SPU”. Em outros termos, pretendia fixar as regras de validade (uma espécie de “teste da verdade”), que seriam aplicadas para examinar os textos legais e documentos oficiais que disciplinam os terrenos de marinha. Nesse mister, iria eu escolher e analisar fontes relacionadas à função social (“socioambiental”) da propriedade, à sustentabilidade e, por fim, aos próprios terrenos de marinha, a fim de se chegar ao “verdadeiro” entendimento de qual deveria ser a função socioambiental dessa categoria de bens. Identificado o “dever ser”, iria submeter o “ser”, ou seja, aqueles mencionados textos legais e documentos oficiais, ao tal “teste da verdade”. Para esse exame, o método a ser empregado seria o hermenêutico, pois este se destina a “interpretar

⁷⁰ E esse “discurso”, rememore-se o que foi dito na Introdução, firma-se no argumento de que as leis de regência dos terrenos de marinha representariam um incremento à proteção dos ecossistemas costeiros, além de viabilizarem um potencial arrecadatório relevante para a União e de permitirem a implementação de políticas sociais, como projetos de regularização fundiária.

⁷¹ E a propósito dessa defesa, é oportuno aqui rememorar (o que já foi dito na **Introdução** deste trabalho) a existência de vários projetos de lei que pretendem a extinção ou modificação substancial do regime jurídico dos terrenos de marinha. Nos debates havidos por conta dessas iniciativas legislativas, a SPU sustenta a defesa do instituto baseada nos mais diversos argumentos, sendo o mais relevante e com pertinência para o objeto deste trabalho a afirmação de que a manutenção do instituto se conformaria ao princípio do desenvolvimento sustentável, este firmado nos três aspectos que correspondem ao que se convencionou chamar de tripé da sustentabilidade: aspectos ambiental, social e econômico.

corretamente” textos e a “revelar e garantir verdades” (SCHMIDT, 2013, p. 11/22) e fazer chegar ao que está por trás daquilo que ostensivamente se descreve (FOUCAULT, 2016 [1968], p. 72).

O momento “seguinte” à identificação da “correta” função social (“socioambiental”) dos terrenos de marinha e ao exame dos tais textos e documentos, corresponderia à construção de fundamentos contrários aos sustentados pela SPU, procedendo-se aquilo que Leach (2015, p. 307) denomina de *análise retórica*, ou seja, a produção de argumentação em relação (de contrariedade, no caso) a outra argumentação.

Para demonstrar empiricamente a correção do argumento construído, também pretendia realizar entrevistas semiestruturadas e uma pesquisa de campo, procedimentos que se prestariam a cancelar as conclusões argumentativas a que eventualmente houvesse chegado, após o exame hermenêutico e retórico dos textos e documentos antes citados.

Superados esses estágios da pesquisa, e acaso atestado que aquilo qualificado no projeto original como “discurso da SPU” não corresponderia a uma prática, ou seja, sendo finalmente “desconstruído o ‘discurso’ oficial da SPU”, agora “revelado” como falso (não verdadeiro), a minha ideia seria apresentar uma nova proposta de regulação do instituto, a qual eu pretendia que fosse “realmente” eficaz para conformar as regras de utilização dos terrenos de marinha à ideia de sustentabilidade, já que concebida a partir da “correta” compreensão de qual seria a função socioambiental dessa categoria de bens.

A despeito de obter a aprovação na seleção, determinadas questões foram pontuadas na ocasião por um dos membros da banca, tendo dado ensejo a reflexões quanto a diversos conceitos que antes eu acreditava compreender, ou ao menos ter uma mínima noção abalizada. Na oportunidade, também foi pontuada a necessidade da adoção de outros autores para construção do referencial teórico. A propósito dos questionamentos então formulados, o mais relevante deles foi a indagação a mim dirigida, então candidato a ingresso no Doutorado, acerca do que eu compreendia como um “discurso verdadeiro”. Como resposta à questão, disse que um discurso verdadeiro seria aquele em que fossem observadas as condições de validade, isso pelo fato de que eu acreditava ser essa a ideia de Habermas quanto à verdade (e não à validade) do discurso. Em réplica, foi proposto que, no caso de ingresso no programa, a pesquisa deveria investigar a relação entre poder, conhecimento e verdade, sugerindo-se “vivamente” o exame da obra de Michel Foucault: “*é necessário que leia Foucault*”, disseram (com razão).

Também foi chamada a atenção para o fato de a pesquisa proposta ser centrada na análise das questões jurídicas⁷² dos terrenos de marinha. Nesse sentido, argumentou-se que, embora o PRODEMA seja um programa interdisciplinar, que contempla, por óbvio, a possibilidade de investigação dos aspectos jurídicos relacionados com o objeto de determinada pesquisa, seria necessário que o intercâmbio entre os diversos campos do conhecimento fosse a tônica do estudo, e não apenas um elemento acidental destinado a justificar o rótulo de “interdisciplinar” para um trabalho que, no final das contas, apresentava-se (e poderia ser, sem os deslocamentos narrados neste tópico) como eminentemente jurídico.

Por ocasião do Seminário de Teses I, atividade que foi desenvolvida de modo coletivo, ou seja, quando vários trabalhos, em determinado turno, foram submetidos a avaliação por uma mesma banca, o resumo expandido por mim apresentado já continha um subtítulo diferente do original: “*A (dis)função socioambiental dos terrenos de marinha: a análise do discurso de justificação desse instituto como instrumento de proteção dos ecossistemas costeiros.*” Essa alteração sugeria a intenção de desenvolver a investigação a partir dos pressupostos teóricos da análise do discurso, o que foi evidenciado durante a apresentação daquele trabalho, quando foram indicados como temas a serem objeto de revisão bibliográfica a análise do discurso e as relações de poder. Mas nada além disso, pois subsistia a pretensão de que a análise empreendida propiciasse a revelação do “discurso verdadeiro”, o qual seria enunciado em substituição ao supostamente “falso” defendido pela SPU.

Os Seminários de Tese II e III, por terem uma sistemática de realização diferente, na qual a banca se compõe apenas para a avaliação de um trabalho, foram de grande importância para o aperfeiçoamento desta pesquisa. As contribuições dos membros das bancas, tanto as manifestações apresentadas por escrito, como as que o foram de modo oral, reorientaram a forma, o alcance e parte significativa do conteúdo deste trabalho.

A proposta de pesquisa apresentada no Seminário de Tese II ainda conservava vários aspectos daquela original (para ingresso no programa), bem como do Seminário de Tese I. Sua estrutura representava a lógica de “desconstruir e indicar os termos da reconstrução”. Nesse sentido, propus um encadeamento de vários momentos da pesquisa, o qual observava o seguinte esquema: a) levantamento de dados para análise; b) identificação do “discurso oficial da SPU” acerca de qual seria a função socioambiental dos terrenos de marinha; c) identificação da

⁷² Exatamente o oposto do que Foucault (2010 [1976], pp. 25/30) sugere em sua segunda instrução (ou precaução) metodológica: “É preciso estudar o poder fora do modelo do Leviatã, fora do campo delimitado pela soberania jurídica e pela instituição do Estado; trata-se de analisado a partir das técnicas e táticas de dominação.”

“efetiva vocação dos terrenos de marinha”, ou seja, a função socioambiental que, pela minha análise, seria “revelada” a partir da “correta” interpretação dos documentos que compunham o *corpus* de análise; d) e, finalmente, apresentação de uma proposta de revisão do instituto em análise, de modo a conformar sua efetiva destinação à função (vocação) “correta” identificada por mim.

Quanto à dimensão, propus um rol de 10 (dez) objetivos específicos, o que demandaria, conforme alerta consignado pelos integrantes da banca, a elaboração de ao menos 10 (dez) capítulos de desenvolvimento, isso se, no decorrer da pesquisa, não se vislumbrasse a necessidade de se investigar mais algum aspecto tido por relevante.

O título proposto também já havia sido modificado para “*A (dis)função socioambiental dos terrenos de marinha*”, suprimindo-se o subtítulo “*a análise do discurso de justificação desse instituto como instrumento de proteção dos ecossistemas costeiros*.” O fundamento para a supressão foi o fato de que esse subtítulo não seria essencial, já que se referiria a aspectos metodológicos da pesquisa.

A propósito da metodologia, embora o trabalho fizesse referência à análise do discurso como “método” para a investigação proposta, apenas de maneira tímida e superficial esse campo teórico foi mencionado no corpo do trabalho, sendo, ainda, ladeado por instrumentos analíticos não compatíveis ou de difícil compatibilização no desenvolvimento de uma mesma pesquisa. E no que se refere ao marco teórico, subsistia, ainda, a intenção de se investigar o discurso “verdadeiro” em relação à função socioambiental dos terrenos de marinha.

A primeira das contribuições formuladas pela banca foi no sentido de que se repensasse o título do trabalho. A sugestão de construção de uma palavra (disfunção) a partir do acréscimo de um sufixo (dis) a uma outra palavra (função), terminava por antecipar uma possível conclusão, além de soar como espécie de julgamento sumário, ou seja, afirmar-se precocemente que algo não funcionava como supostamente deveria.

Além de outros aspectos formais, foi também sugerida reconfiguração da dimensão do trabalho. Embora com a ressalva de que não se estava ali a afirmar a ausência de capacidade cognitiva do autor da pesquisa, de forma bastante objetiva e honesta foi perguntado: “*Não estamos duvidando que você possa, mas haverá tempo para fazer tudo isso?*”

Também ao ensejo dessa preocupação com o tempo para conclusão da pesquisa, recomendou-se a reflexão acerca da necessidade de, após a elaboração da análise, mas no mesmo trabalho, fazer-se também uma proposição de alteração (normativa) no instituto dos

terrenos de marinha. Neste sentido, fez-se a seguinte indagação: *“você não acredita que a análise da função socioambiental dos terrenos de marinha, fazendo-se uma abordagem como a proposta (análise com o uso das formulações teóricas de Foucault), não já seria o suficiente a justificar uma pesquisa e a elaboração de uma tese de doutorado? Há necessidade de contribuição além dessa? Acha pouco?”*

No que se refere aos procedimentos para a realização da pesquisa, foram feitas ressalvas à pretensão de realização de entrevistas com a sociedade (em geral e o público interno da rede PRODEMA), questionando-se especificamente o modelo de formulário proposto, sua dimensão e, sobretudo, a ausência de critérios para escolha da amostra do público a ser entrevistado.

Quanto à pesquisa de campo proposta, foram questionados os critérios para escolha das áreas de estudo, ressaltando-se que não havia precisão na definição do caráter dessa pesquisa: *“seria regional ou nacional?”*

Mais adiante, no Seminário de Tese III esta pesquisa foi submetida à penúltima avaliação antes da Defesa. Naquele momento do trabalho, eu já havia abandonado a ideia de realizar entrevistas com a sociedade, mas subsistia no intento de entrevistar representantes da SPU, a fim de obter subsídios para a identificação do “discurso oficial da SPU”, no que concerne à função socioambiental dos terrenos de marinha. De igual modo, ainda pretendia realizar uma pesquisa de campo, procedimento que se prestaria a cancelar empiricamente as conclusões a que eu chegasse “após” o momento analítico propriamente dito da pesquisa.

Em termos de estrutura formal, o trabalho apresentava os seguintes momentos: a) construção da fundamentação teórica em relação ao “método” análise do discurso; b) identificação do discurso oficial da União quanto à função socioambiental dos terrenos de marinha; c) “reconstrução” da trajetória histórica do direito de propriedade (da ausência de propriedade privada à noção de função social da propriedade); d) identificação da vocação dos terrenos de marinha, a partir do itinerário histórico-normativo; e) conhecimento das transformações da orla marítima dos municípios de Aracaju (SE) e Natal (RN), estabelecendo-se como termo inicial desse procedimento a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (Estocolmo, 1972); f) “desvelamento” da real função dos terrenos de marinha.

Os membros da banca iniciaram a avaliação fazendo ressalvas à realização de entrevistas, instrumento que presumidamente se prestaria a auxiliar a identificação do “discurso da União” em relação à função socioambiental dos terrenos de marinha. O fundamento para essa ressalva pode ser resumido da forma seguinte: o que for dito por um(ns) representante(s)

da União não pode ser tomado, isolada e suficientemente, para o conhecimento e análise do que se possa e deva considerar ser o “discurso oficial”. *“Discurso não é fala. (...) Segundo Foucault, o discurso é acontecimento, é prática, é regularidade de enunciados, e não o que alguém diz isoladamente”*, disseram (também com razão).

Ainda no que se refere aos aspectos metodológicos do trabalho, após ser consignado por um dos membros da banca que a análise do discurso não é um método, mas uma (das) ciência da linguagem, foi feita referência à impropriedade de se pretender utilizar autores cujas linhas de pensamento não dialogam. Por essa razão, o desenvolvimento da pesquisa demandava, antes de tudo, a escolha e justificação do marco teórico a ser adotado: *“Foucault dá conta desse aspecto e daquele outro (...) Precisa de mais? Como você vai compatibilizar esses pensadores? (...)”*, disseram (mais uma vez com razão).

Também se fez referência à impossibilidade, pelo tempo que seria necessário para tanto, de se promover a análise de todo o material que eu propunha adotar como *corpus*⁷³ e, sobretudo, referencial teórico, de análise: *“são propostas muitas ‘pernas’ para esta pesquisa, o que demandará, se não houver um redimensionamento, muito trabalho. Para desenvolver tudo, sua tese não terá um tamanho que se possa considerar razoável”*, alertaram.

Ainda, questionou-se a pertinência e a necessidade de se realizar pesquisa de campo, procedimento incomum em trabalhos que se valem da Arqueogenealogia ou da análise do discurso como aportes teóricos metodológicos.

Finalmente, quanto à estrutura de capítulos proposta para o trabalho, foi questionada a intenção de se promover a análise em momento distinto (sexto capítulo então proposto) daqueles em que se iria apresentar conteúdo descritivo (do segundo capítulo ao quinto então propostos).

Chegou-se, então, ao Exame de Qualificação, tendo-se elaborado apenas o Capítulo Primeiro, no qual se promoveu a apresentação do aporte teórico e metodológico com o qual se pretendia realizar *A Arqueogenealogia da função socioambiental dos terrenos de marinha*.

As reflexões motivadas pelas contribuições das bancas dos Seminários, os produtivos encontros com a Orientadora deste trabalho, bem como as leituras realizadas ao longo de quase

⁷³ Especificamente quanto à indicação do *corpus* de análise, o trabalho apresentado no Seminário de Tese III tinha a seguinte redação: “Para tanto, no primeiro tópico deste capítulo (identificação do discurso oficial), serão examinados os documentos oficiais dos órgãos que detêm competência para representar aquele ente federativo, quais sejam, a Secretaria do Patrimônio da União e a Advocacia Geral da União. Também se considerará a função socioambiental declarada pelo representante da SPU, por ocasião da entrevista que se pretende realizar”.

cinco anos, deslocaram o autor deste trabalho a um novo lugar e a uma nova posição e, com isso, ressignificaram o objeto da pesquisa. A bem da verdade, a pesquisa, então, já era bem diferente daquela projetada originariamente.

Como resultado daquela mudança, a ideia de perseguir a identificação do “discurso verdadeiro” em relação à função socioambiental dos terrenos de marinha, foi definitivamente deixada de lado. O que motivou o abandono desse escopo foi a compreensão de que a busca pelo “discurso verdadeiro”, pretensamente definitivo e qualificado pelo artigo definido “o” no singular, seria uma tarefa improdutiva, pois inegavelmente quimérica. Sobretudo no campo das humanidades, a verdade, conforme exame exaustivo realizado nesta pesquisa, tem preponderante carga de historicidade, relacionando-se, de forma determinante (no caso, determinada), com as relações de poder que a sustentam e com o suporte institucional conferido a quem veicula um enunciado. Dizendo de outro modo, a verdade é inventada. Por isso, a simples afirmação que eu fizesse nesta pesquisa, no sentido de que a função socioambiental dos terrenos de marinha seria diversa daquela verbalizada ou materializada no “discurso oficial”, não teria o condão de converter em verdade (uma nova verdade, no caso) essa conclusão, muito menos produziria o efeito de subtrair o título de “verdadeiro” do “discurso” veiculado pela SPU. No fim das contas, a verdade estaria onde as relações de poder dominantes dissessem que ela estaria, pois, rememoremos, “a verdade não existe fora do poder ou sem poder” (FOUCAULT, 2015 [1977], p. 51).

Como efeito dessa historicidade, e da compreensão da historicidade do discurso, adveio também o convencimento quanto à necessidade de eu modificar meu lugar como sujeito nesta pesquisa. Fez-se premente e, mais importante, fez sentido para mim intercambiar o sujeito “jugador”, que também aqui pretendia ser sujeito fundante de enunciados dispositivos (aqueles que eu proporia para substituir os julgados “falsos”), pelo sujeito investigador, “apenas” pesquisador, que não tem o dever, tampouco a legitimidade para formular individual e originalmente prescrições. Se eu antes acreditava ter a obrigação de enunciar, ao final do trabalho, o “discurso verdadeiro” em relação à função socioambiental dos terrenos de marinha, compreendi que deveria limitar o trabalho à investigação dos elementos que interessam ao “debate”, ou seja, analisar os discursos e as relações que atravessam o tema. Dizendo de outro modo, seria suficiente descrever analiticamente as relações de poder que condicionam a configuração presente da função socioambiental dos terrenos de marinha, pesquisando quando, como, por quem e para quem estas relações foram constituídas. Em suma, quando do Exame de

Qualificação, tinha por certo que o trabalho deveria se circunscrever à análise dos discursos, ou seja, das práticas relacionadas à função socioambiental dos terrenos de marinha.

É preciso dizer que essa nova delimitação do objeto da pesquisa, sem intentar, além disso, propor alterações ao “discurso oficial da SPU”, ou seja, sem sugerir mudanças ao regime jurídico que disciplina a destinação e utilização dos terrenos de marinha, não decorria da impossibilidade prática se formular proposições nesse sentido. É fato que haveria o problema de fazer com que esse empreendimento coubesse em apenas 4 (quatro) ou 5 (cinco) anos, mas nada obstaria que eu, ao concluir a análise, apresentasse sugestões destinadas a aperfeiçoar o aludido instituto, inclusive, se fosse o caso, elaborando uma minuta de projeto de alteração legislativa. Não havia, dizendo de outro modo, nenhum mecanismo de interdição funcionando e estabelecendo uma palavra (ou atividade, no caso) como sendo proibida (FOUCAULT, [1970] 2013, pp. 8 e 18).

Mas havia outras razões determinantes daquela reconfiguração, sendo elas idôneas e suficientes para ensejar a exclusão do que antes seria o momento “final” e “propositivo” do trabalho. A primeira delas dizia respeito à compreensão de que *a* análise resultante deste trabalho é apenas *uma* análise, que não poderia ter a pretensão de completude ou definitividade. É certo que eu pretendia, sim, que ela fosse feita de forma adequada, ou seja, observando os pressupostos teóricos que cuidaria de apontar como fundamento deste trabalho. Por essa razão, seria a mim permitido qualificar essa análise com pretensamente (quijá, pretensiosamente) “a mais correta”, em meu juízo, a orientar *uma* concepção de função socioambiental dos terrenos de marinha. Mas o fato é que, sem pretender universalizar e “absolutizar” o relativo, esse argumento só se justificaria, só teria sentido, a partir de uma determinada posição (no caso, a minha), a qual poderia ou não vir a ter o suporte institucional (da universidade, por exemplo) para, no futuro, funcionando como prática, converter-se em um discurso aceito como “verdadeiro”. Mas isoladamente, sem se vincular a um “sistema de dispersão”, tratar-se-ia apenas de uma ideia, de uma tese, de um conjunto de enunciados que, “bom” ou “não”, “verdadeiro” ou “falso”, não seria, ainda, um conjunto de enunciados⁷⁴; e não seria, portanto, um discurso.

⁷⁴ Como visto anteriormente, os enunciados pressupõem uma regularidade, devendo sua análise levar em conta os “fenômenos de referência”, como bem adverte Foucault (2014 [1969], p. 141): “Todo enunciado compreende um campo de elementos antecedentes em relação aos quais se situa, mas que tem o poder de reorganizar e de redistribuir segundo relações novas. Ele constitui seu passado, define, naquilo que o precede, sua própria filiação, redesenha o que o torna possível ou necessário, exclui o que não pode ser compatível com ele. (FOUCAULT, 2014 [1969], p. 152)

Outra questão relevante se refere ao fato de que, em se tratando de um instituto que se submete a um regime jurídico, seria prematuro e pretensioso sugerir, desde logo, eventuais alterações a essa disciplina normativa, antes mesmo de se instaurar um debate mais amplo em torno da questão e, notadamente, de expor a críticas os resultados da pesquisa. Eu, como Autor da pesquisa, e a Universidade, como instituição que eventualmente chancelaria minha tese, não somos instâncias únicas ou máximas autorizadas a sancionar uma mudança legislativa e institucional do porte da que se pretendia até então.

Além de não ser adequado fazer esse “mais”, de elaborar na tese um conteúdo propositivo, entender como necessária uma contribuição científica “maior” ou “melhor” que “simplesmente” uma análise arqueogenealógica da função socioambiental dos terrenos de marinha, equivaleria a menosprezar o valor interventivo dessa abordagem teórica. A análise pretendida não se constituiria, é sabido, num instrumento de revelação da verdade, mas ela teria, sim, o condão de viabilizar o conhecimento dos discursos relacionados ao objeto da pesquisa, bem como seus mecanismos de funcionamento. Isso não produziria, por si só, ao menos como efeito imediato, a transformação dos próprios discursos, dos modos de fazer e dizer, muito menos das relações de poder que lhes dão suporte. Contudo, a análise proposta certamente teria o condão de contribuir para a problematização do objeto da investigação, para pôr em questão a configuração presente do instituto analisado. E é inequívoco, dispensando qualquer argumentação adicional, que não se pode (por nem se querer) mudar coisa alguma sem que, antes, tenha-se ciência da necessidade de mudança, muito menos sem a elaboração de um conhecimento que justifique teoricamente a mudança. Neste ponto, concordo com a ideia de Lenin⁷⁵ (1988 [1902], p. 18) e, mais que isso, com o comentário de Paulo Freire⁷⁶ (2013 [1968], p. 168) sobre essa ideia, no sentido de que não há movimento de mudança sem teoria⁷⁷ da mudança.

⁷⁵ Em sua obra *Que fazer?*, Lenin (1988 [1902], p. 18) afirma a importância da teoria para qualquer movimento que pretenda realizar movimentos de mudança: “Se a união é verdadeiramente necessária, escrevia Marx aos dirigentes do partido, façam acordos para realizar os objetivos práticos do movimento, mas não cheguem, ao ponto de fazer comércio dos princípios, nem façam “concessões” teóricas. Tal era o pensamento de Marx, e eis que há entre nós pessoas que, em seu nome, procuram diminuir a importância da teoria! Sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário. Não seria demasiado insistir sobre essa ideia em uma época, onde o entusiasmo pelas formas mais limitadas da ação prática aparece acompanhado pela propaganda em voga do oportunismo.”

⁷⁶ Paulo Freire (2013 [1968], p. 168), após citar diretamente Lenin, faz o seguinte comentário sobre a ideia em referência: “A tão conhecida afirmação de Lenin, ‘Sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário’ significa precisamente que não há revolução com verbalismo, nem tampouco com *ativismo*, mas com *práxis*, portanto, com *reflexão* e *ação* incidindo sobre as estruturas a serem transformadas.”

⁷⁷ Poderia, em vez de citar Lenin e, especialmente, Paulo Freire, citar Foucault, que, afinal, é o principal referencial teórico desta pesquisa. Sobre a necessidade de que os discursos engendrem a formação de teorias, Foucault (2010 [1969], p. 76) disse o seguinte: “Discursos, como a economia, a medicina, a gramática, a ciência dos seres vivos,

Além disso, havia um imperativo de coerência metodológica. Se eu continuasse com a intenção de, após a análise, construir um momento propositivo neste trabalho, haveria, então, a necessidade de desenvolver e justificar duas propostas teóricas de abordagem: uma para a fase de análise, com a utilização da Arqueogenealogia, e outra para a etapa de proposição, possivelmente recorrendo-se à análise retórica e à argumentação. Haveria, assim, incremento ao risco de desarmonia metodológica, sem olvidar da possibilidade de se comprometer, pelo tempo e trabalho demandados, a qualidade e, quiçá, a própria conclusão tempestiva da pesquisa.

A partir dessa reconfiguração do objeto da pesquisa, como consequência da historicidade relatada, a necessidade do exame da obra de Foucault, conforme sugerido “vivamente”, constituiu-se uma consequência “natural”, naturalizada para ser mais exato. Além (e em decorrência) dessas recomendações, a leitura de Foucault deu conta de que as questões relacionadas à Arqueologia e à Genealogia, notadamente no que concerne à forma como o poder funciona e produz subjetividades e verdades, constituíram o problema a que o referido pensador dedicou praticamente toda sua produção acadêmica. Para usar as palavras dele próprio (FOUCAULT, [1977] 2015, p. 222):

“(...) toda essa ligação do saber e do poder, mas tomando como ponto central os mecanismos de poder, é isso, no fundo, que constitui o essencial do que eu quis fazer (...) uma história dos mecanismos de poder e da maneira como eles se engrenaram.”

Assim, entre o Seminário de Tese III e a Qualificação, enquanto elaborava o texto para submissão à banca do aludido Exame, cheguei à conclusão de que não havia como não ler Foucault, ainda que fosse para rejeitar total ou parcialmente suas formulações.

Ao lado (e além) das formulações teóricas de Foucault, o novo objetivo estabelecido para a pesquisa, após o Seminário III, também conduziu à crença de ser a Análise de Discurso de linha francesa (AD) o instrumento de abordagem metodológica ideal para a ser utilizado neste empreendimento. Como o escopo do trabalho passou a ser a identificação dos discursos e a compreensão do funcionamento destes no que concerne à função socioambiental dos terrenos de marinha, indiciava-se, na minha opinião (de então), uma relação de coincidência com a finalidade da AD, que, segundo Eni Orlandi (1995, p. 114), tem como objetivo “compreender

dão lugar a certas organizações de conceitos, a certos reagrupamentos de objetos, a certos tipos de enunciação, que formam, segundo seu grau de coerência, de rigor e de estabilidade, temas ou teorias: (...)”. A opção por citar Paulo Freire se deu com o intento de incrementar os índices de citação deste pensador brasileiro, que já é o mais referenciado no mundo, cujo legado é reconhecido nacional e internacionalmente, embora seja contestado na atualidade por alguns néscios.

como um texto funciona, como ele produz sentidos, sendo ele concebido enquanto objeto linguístico-histórico.”

A propriedade da abordagem proposta para o fim a que se destina a presente pesquisa parecia ser também indicada por Maria do Rosário Gregolin (1995, p. 19), que afirmava que “empreender a análise do discurso significa tentar entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história e a sociedade que o produziu.” E, ainda, que “analisar o discurso é, por isso, determinar as condições de produção do texto” (GREGOLIN, 1995, p. 38).

A conclusão quanto à possibilidade de combinação das formulações teóricas de Foucault com a abordagem proposta pela AD era também escorada em outra manifestação de Gregolin (2013, 4’50’’-5’51’’), que atribuía a Foucault, nos anos de 1960, e junto a outros pensadores, a proposição de uma politização da produção do conhecimento, sendo a AD, neste momento histórico, concebida como um instrumento de “leitura dos sentidos.”

Outros, ainda, pareciam atestar a possibilidade dessa conciliação, podendo-se aqui referenciar o que disse Maingueneau (2015, p. 18), que sustentou ter sido Foucault, em *A Arqueologia do Saber* (1969), o responsável por trazer “a noção de discurso para o centro da reflexão”. Também Maingueneau, desta feita em coautoria com Charaudeau (2014, p. 240-241), atribui a Foucault o feito de introduzir na AD a noção de formação discursiva, a qual teria, posteriormente, sido reformulada por Pêcheux e que, segundo Orlandi (2012, p. 41), é elementar para a Análise de Discurso.

As contribuições de Foucault para a AD eram, ainda, pontuadas pelo próprio Pêcheux (2014, p. 279), qualificado recorrentemente por Orlandi (2012, p. 38; 2014-A, p. 7; 2014-B, p. 13) como fundador da AD. Quanto àquelas contribuições, Pêcheux ([1983]1997, p. 314) afirmou que o conceito de formação discursiva foi tomado de empréstimo a Foucault, tendo dito⁷⁸, ao discorrer sobre existência da relação da AD com a língua, o seguinte:

Ela (AD) compartilha, finalmente, com a *perspectiva arqueológica foucaultiana*, a tarefa de levar em conta as condições históricas de existências de discursos na sua heterogeneidade, mas ela visa reintroduzir explicitamente nesse campo, a problemática da língua.

⁷⁸ O trecho acima transcrito consta no escrito de Pêcheux em que ele registra que as pesquisas em Análise de Discurso se encontravam então (1984) expressamente inscritas perante o CNRS corresponde ao *Le centre National de la Recherche Scientifique* (Centro Nacional de Pesquisa Científica), que “é um organismo francês, público, de pesquisa científica e tecnológica, vinculado ao Ministério de Ensino Superior e da Pesquisa.” (ORLANDI, 2014-b, p. 227).

Além desses argumentos, que apontavam, a meu juízo, a possibilidade de combinar Foucault e a AD para a abordagem proposta nesta pesquisa, a pertinência da escolha teórico-metodológica parecia ser ratificada também pela inadequação, ou ao menos pela insuficiência, de outros instrumentos de análise, notadamente aqueles que, conforme relatado anteriormente, eu pretendia inicialmente utilizar neste trabalho. Sobre essa inadequação ou insuficiência, importa, então, fazer algumas ponderações.

A hermenêutica, como campo do conhecimento destinado a viabilizar a “correta” interpretação de textos, será invocada ao longo desta pesquisa. Isso pelo fato de que esta, assim como qualquer outro trabalho acadêmico, requer a leitura e a interpretação de textos, já que não se pode chegar a *um* sentido destes sem interpretá-los (ORLANDI, 2012, p. 19). Mas considerando que os discursos se materializam como práticas, e levando em conta que estas, além dos enunciados (escritos ou ditos), compreendem elementos diversos do texto (escrito ou falado) que, por isso, não podem ser apreendidos pela hermenêutica, esta forma de abordagem (método hermenêutico) não seria suficiente para instrumentalizar a presente pesquisa, já que não daria conta de investigar todas as práticas relacionadas à produção de discursos, especialmente as não verbais, como o silêncio⁷⁹ (FOUCAULT, 2013 [1973], p. 135; _____, 2001 [1975], p. 213; 2010 [1983], p. 274), o “não dito” (FOUCAULT, 2015 [1977], p. 364) ou, ainda, as imagens, estas como instrumentos de retomada da memória no tempo (FOUCAULT, 2007 [1966], p. 461; COURTINE, 2011, pp. 150 e 161; GREGOLIN, 2011, p. 89).

O mesmo pode ser dito em relação à análise retórica, que, sendo “uma arte interpretativa” (LEACH, 2015, p. 308), tem como seu objeto central a construção de um argumento eficaz, pressupondo a desconstrução de um argumento contrário. A problematização dos discursos é, destarte, objeto estranho à retórica.

Além disso, tanto a hermenêutica como a retórica se situam na superfície linguística. O objetivo dessa pesquisa, no entanto, é analisar o discursivo em funcionamento, ou seja, como o discurso se textualiza, a prática que se faz texto, e disso aqueles instrumentos não dariam conta.

Que não se cogite, a despeito disso, dizer que a proposta metodológica deste trabalho, em qualquer de seus momentos de desenvolvimento, tenha pretendido uma unicidade de recursos instrumentais, ou seja, que esta pesquisa fosse caracterizada por uma aspiração de “pureza” metodológica. É inequívoco que em qualquer trabalho sempre se fará a interpretação

⁷⁹ Orlandi (2012, p. 81) também reconhece que o silêncio é, muitas vezes, constitutivo de sentidos.

de textos escritos, bem como se produzirá atos de retórica⁸⁰ e argumentação. No entanto, o reconhecimento dessa combinação de instrumentos, desde que episódica e não essencial, não é suficiente para autorizar se dizer que eles correspondam ao “método” de determinada investigação. Firmada essa premissa, no caso da presente pesquisa, que tem como projeto atual analisar a função socioambiental dos terrenos de marinha, ou seja, investigar as condições de produção do discurso que institucionaliza a vocação dessa categoria de bens, a Arqueogenealogia a partir de Foucault e os pressupostos teóricos da AD se mostravam instrumentos mais aptos a viabilizar a realização desse propósito, sendo a minha intenção, até o Exame de Qualificação, utilizá-los de forma combinada.

Também em consequência da historicidade antes relatada, compreendi, enquanto elaborava o texto a ser submetido ao Exame de Qualificação, que a pesquisa não deveria se centrar essencialmente na análise de instrumentos normativos, especialmente leis e atos da mesma espécie. Já tinha, então, assimilado a mencionada e repetida “segunda instrução metodológica” formulada por Foucault, de modo que compreendia que o dispositivo de análise contém, e não que está contido nas leis; e, ainda, que há outras relações de dominação, diversas do “modelo do Leviatã”, cujo exame seria o “caminho de acesso à análise do poder” (FOUCAULT, 2010 [1976], p. 39).

Ainda em relação aos aspectos metodológicos, convém registrar que, como consequência do abandono da busca pelo “discurso verdadeiro” em relação à função socioambiental dos terrenos de marinha, já desde o Exame de Qualificação restava claro que não haveria razão de se realizar entrevistas. Conforme bem pontuado pelos(as) avaliadores(as) das bancas dos Seminários de Teses II e III, os dados obtidos a partir dessas entrevistas não poderiam ser considerados como representações do “discurso oficial da SPU” em relação àquela função. Isso porque “discurso é prática”⁸¹ (FOUCAULT, 2014 [1969], pp. 56/206) e “regularidade”⁸² (FOUCAULT, 2014 [1969], pp. 75/88/177), e não algo que abstrata e

⁸⁰ Mesmo em uma pesquisa que tenha como cerne a descrição e análise, a fórmula de produção de trabalhos acadêmicos sempre exigirá a prática de atos de retórica, ao menos para fins de justificação metodológica, como a que trata o presente tópico desta tese. Aqui são apresentados os argumentos pretensamente capazes de fundamentar a abordagem que norteará a elaboração do restante do trabalho.

⁸¹ As aspas não querem denotar a citação direta de Foucault, mas a expressão mencionada por umas das Professoras integrantes da Banca do Exame de Qualificação, embora Foucault tenha dito isso também literalmente: “O discurso, pelo menos tal como é analisado pela arqueologia, isto é, no nível de sua positividade, não é uma consciência que vem alojar seu projeto na forma externa da linguagem; não é uma língua, com um sujeito para falá-la. É uma **prática** que tem suas formas próprias de **encadeamento e de sucessão**.” (Grifos Autor desta pesquisa) (FOUCAULT, 2014 [1969], p. 206).

⁸² Idem à nota anterior: “Na verdade, colocamos a questão no nível do próprio discurso, que não é mais tradução exterior, mas lugar de emergência dos conceitos; não associamos as constantes do discurso às estruturas ideais do

isoladamente possa se imaginar ou dizer que ele seja. E neste sentido, não se pode olvidar da impossibilidade de reduzir os discursos ao nível de linguagem e equipará-los aos atos de fala (FOUCAULT, 2010 [1969], p. 60)⁸³.

Quanto à pesquisa de campo que pretendia fazer, também entendi que a realização dessa atividade se tornara incabível, tendo em vista que ela havia sido idealizada originariamente para o fim de comprovar as conclusões a que eu chegasse a partir da análise de discurso. Em decorrência do abandono mencionado no parágrafo anterior, ou seja, como eu não mais intentava apontar esse ou aquele discurso como “verdadeiro”, não haveria razão para realizar um procedimento destinado a atestar a veracidade de qualquer conclusão.

Além do mais, como nem a Arqueogenealogia a partir de Foucault, nem a AD eram abordagens metodológicas com aptidão ou pretensão de revelar qualquer “verdade”, aparente ou oculta, dos (ou nos) enunciados analisados, seria inconcebível se estabelecer um mecanismo de verificação destinado a “fazer prova” da propriedade da análise empreendida, já que o resultado desta não seria a descoberta, afirmação ou negação da “verdade” de qualquer discurso.

Em relação ao título (provisório) do trabalho proposto até o Exame de Qualificação, qual seja, “Arqueogenealogia da função socioambiental dos terrenos de marinha”, justifiquei essa escolha por três motivos elementares. Em primeiro lugar, chamei a atenção para ausência do artigo definido “A” antes da palavra “Arqueogenealogia”. Essa omissão foi intencional e queria significar a compreensão de se tratar de *uma*, apenas uma dentre tantas análises possíveis e, discursivamente, passíveis de receber a qualificação de “verdadeiras”. Queria anunciar, ainda, com fundamento em qual abordagem metodológica (Arqueogenealogia)⁸⁴ eu intencionava problematizar a função socioambiental dos terrenos de marinha. Ademais, ao deixar de lado o título provisório apresentado no Seminário de Tese III, “A (dis)função socioambiental dos terrenos de marinha”, pretendia ressaltar o efetivo intercâmbio do sujeito julgador pelo “mero” pesquisador, analista, como mencionado anteriormente neste mesmo tópico.

Após a apresentação do texto parcial da pesquisa para o Exame de Qualificação, sucederam-se os membros da banca em suas contribuições e críticas.

conceito, mas descrevemos a rede conceitual a partir das **regularidades** intrínsecas do discurso;” (Grifos Autor desta pesquisa) (FOUCAULT, 2014 [1969], p. 75).

⁸³ A advertência de Foucault é compartilhada e reverberada por Orlandi (2012, p. 20), que no mesmo sentido adverte que “não se deve confundir discurso com fala”.

⁸⁴ Rememorando e resumindo, investigar as condições históricas de estabelecimento dessa função, analisando quais e como se engendram e funcionam os discursos relacionados como o tema.

No que se refere às questões metodológicas e procedimentais, além de impropriedades relacionadas à escrita do texto, as principais questões suscitadas pela Banca foram as seguintes: 1) Embora se tratasse de Exame de Qualificação, não havia, no texto parcial apresentado, nenhum resultado de análise; 2) Além dessa questão, mas com ela relacionado, foi pontuado que não havia clareza acerca de como a abordagem indicada (Arqueogenealogia a partir de Foucault e, na ocasião daquele Exame, também a AD) seria utilizada para a elaboração da tese, notadamente em razão da estrutura e do conteúdo da proposta de Introdução, a qual era omissa quanto a estes aspectos; 3) Embora Foucault tivesse sido apresentado como principal referência teórica, alguns conceitos de sua abordagem foram explicados exclusiva ou predominantemente a partir dos comentadores de Foucault, com desprestígio e, em alguns casos, com a própria exclusão do filósofo francês; 4) As notas de rodapé haviam sido pouco utilizadas como instrumento de esclarecimento e corroboração de conceitos e argumentos.

Quanto aos aspectos teóricos, a principal questão levantada pela Banca foi a impossibilidade de realizar uma pesquisa histórica considerando a Arqueogenealogia a partir de Foucault e, cumulativamente, empregar a AD. Além dessa grave incoerência teórica, foi sugerido que se analisasse a possibilidade de se utilizar também o sociólogo alemão Norbert Elias como referencial teórico.

A despeito dessas questões, o trabalho obteve a aprovação no Exame de Qualificação, após o que prossegui com as atividades pesquisa e de (re)redação da Tese, do que resultou o texto que agora é submetida à apreciação da Banca de Defesa.

As primeiras modificações que fiz na Tese disseram respeito às correções na escrita propriamente dita, seja para o fim de ajustar a redação do texto aos termos da gramática normativa, seja, ainda, para revisar a propriedade de escolha de determinadas expressões, não somente para o fim de aprimorar a inteligibilidade e coerência textual, mas também para evitar o uso de noções conceituais que pudessem representar ambiguidade ou contradição teórica. Nesse sentido, cito, a título de ilustração, a supressão de expressões como “consciência” e “inconsciência”, quando, no contexto, pudessem contrariar o pensamento de Foucault⁸⁵, que é o principal referencial teórico desta tese.

Cuidei, outrossim, de ajustar a ***Introdução*** da tese de modo que ela atendesse às prescrições estabelecidas pelo *Manual de Elaboração para apresentação do projeto de*

⁸⁵ Sobre essa questão, em reforço ao que já se disse até o presente, rememore-se que a Arqueologia, notadamente a operação de análise enunciativa, não leva em conta “nem um sujeito individual, nem alguma coisa semelhante a uma consciência coletiva, nem uma subjetividade transcendental;” (FOUCAULT, 2014 [1969], p. 149)

qualificação e tese do PRODEMA, bem como as sugestões da Banca do Exame de Qualificação, notadamente aquelas que foram feitas nos comentários ao texto escrito. Tratei de observar, conforme recomendado, o “modelo clássico” não apenas na *Introdução*, mas também na própria estrutura da tese, reservando o *Capítulo Primeiro* para a revisão teórica e a apresentação dos aspectos metodológicos e procedimentais.

No que se refere à escassez de notas de rodapé, compreendi (a) e concordei com a sugestão de incrementar esse recurso, de maneira que me dediquei a utilizá-las como instrumentos de explicação e reforço à argumentação apresentada no corpo do texto. Como resultado desse esforço, há nesta tese um total de 963 (novecentas e sessenta e três) notas de rodapé, convindo dizer que não foram empregadas para referenciar citações⁸⁶, sendo todas elas do tipo explicativa.

Quanto à constatação e crítica (procedente e construtiva) da Banca, no sentido de haver uso demasiado de comentadores e autores diversos daquele que seria a principal referência teórica, no caso Foucault, de igual modo concordei com elas e tratei de corrigir essa impropriedade. Mas sobre ela, há mais a dizer.

A propósito, é bem verdade que, por não se tratar de uma tese sobre Foucault, o uso de outros autores seria absolutamente admissível e até recomendável, na medida em que é difícil conceber a elaboração de uma (boa?!) tese de Doutorado que se valha da obra de apenas um filósofo, por mais extensa e melhor que seja, especialmente em se tratando de um programa interdisciplinar, como no caso é o PRODEMA. Em todo caso, a impropriedade apontada pela Banca consistia notadamente em explicar noções e conceitos atribuídos a Foucault, mas fazê-lo referenciando especial ou exclusivamente autores diversos deste. Mas, como eu disse acima, promovi a correção desse lapso e, mais que isso, ponderei sobre o que poderia ter dado causa a essa ocorrência. A conclusão a que cheguei é que não tinha lido o suficiente a (e sobre a) obra de Foucault e, como consequência disso, também não havia compreendido suficientemente sua filosofia. Percebi, também, que não bastaria simplesmente intensificar as atividades de revisão bibliográfica sobre Foucault, impondo-se, de outro modo, adotar uma estratégia de pesquisa e revisão diferente da que havia usado até o Exame de Qualificação.

Em primeiro lugar, compreendi que, por mais contraditório de possa parecer, a leitura de comentadores seria essencial para compreender Foucault e suas abordagens arqueológica e

⁸⁶ Também em conformidade com o disposto no *Manual de Elaboração para apresentação do projeto de qualificação e tese do PRODEMA*, a redação da tese adotou o sistema “autor-data” (AUTOR, ANO, PÁGINA) para referenciar as citações feitas no corpo do texto.

genealógica, de modo que, após ter facilitada essa compreensão, mais habilitado eu estaria para examinar diretamente a obra de Foucault e dela extrair os recursos teóricos e metodológicos necessários a orientar a pesquisa e elaborar a escrita desta tese.

Percebi, ademais, que deveria substituir a comentadora de que mais havia me valido até o Exame de Qualificação, quem seja, Maria do Rosário Gregolin, de modo que passei à leitura de outros autores e comentadores, especialmente alguns que chegaram a manter contato pessoal e/ou profissional com o próprio Foucault. Prestigiei, assim, a revisão dos livros de Paul Veyne, Roberto Machado, Dreyfus e Rabinow, Deleuze, mas li ativamente, ainda, os de Edgardo Castro, Veiga-Neto, Márcio A. da Fonseca. Dei-me conta, também, que deveria ler ainda mais pesquisadores que, como eu então fazia (e ainda farei até o depósito do texto definitivo), já haviam realizado pesquisas sob a orientação do programa teórico de Foucault. Em suma, intensifiquei as leituras de quem pesquisou e escreveu *sobre* Foucault, mas não negligenciei quem pesquisou e escreveu *com* Foucault. Somente depois disso voltei às obras do próprio Foucault, relendo as que tinha lido e lendo outras tantas, as quais foram, a partir de então, mais bem compreendidas, a ponto de passarem elas, efetivamente, à condição de fonte principal de explicação do “instrumental conceitual” de Foucault.

Para bem além disso, a ampliação da leitura e a melhor compreensão da obra de Foucault me fizeram compreender a constatação de uma das professoras que integrou a Banca do Exame de Qualificação, no sentido de que havia uma grande incoerência teórica e metodológica na pesquisa, ao pretender conciliar as análises arqueológica e genealógica de Foucault com a abordagem da AD. Como eu disse há pouco, é certo que a noção de formação discursiva, elaborada por Foucault, integra e é tomada como elementar para a AD, assim como o fato de Foucault colocar o discurso como cerne da sua Arqueologia permite a aproximação (das) e o diálogo entre essas abordagens. Mas isso não significa que se possa simplesmente justapor ou aglutinar elementos desses distintos projetos analíticos, sobretudo em relação a alguns aspectos teóricos e metodológicos que, mais do que diferirem, excluem-se e se repelem.

A propósito dessa grave e (agora) manifesta incoerência, que somente foi percebida por mim ao ensejo da advertência feita durante o Exame de Qualificação, e que foi mais bem compreendida quando intensificados e aprofundados os estudos da obra de Foucault, a única solução possível seria optar por uma das abordagens propostas, uma vez que não haveria como conciliá-las para o fim de elaborar qualquer análise, notadamente pelo fato de que, enquanto a Arqueogenealogia (a partir de Foucault) centra a análise dos discursos (Arqueologia) e das configurações múltiplas das relações de poder, prestigiando-as naquilo que elas têm de material

e mais periférico (uma “microfísica”), a AD se interessa, ao menos em última instância, pela ideologia como forma geral de representação, na medida em que investiga as formações discursivas para, após isso, identificar quais formações ideológicas interpelariam os discursos e, por conseguinte, também os sujeitos em suas diversas posições. Vê-se, então, que o escopo primordial da AD orienta a investigação em um sentido oposto ao que Foucault, reiterada e expressamente, instruíra que se fizesse.

Neste sentido, é oportuno citar a quinta e última instrução metodológica de sua analítica do poder (FOUCAULT, 2014 [1969], p. 31):

Quinta instrução metodológica: é bem possível que as grandes máquinas de poder sejam acompanhadas de produções ideológicas. Houve sem dúvida, por exemplo, uma ideologia da educação, uma ideologia do poder monárquico, uma ideologia da democracia parlamentar, etc. Mas, na base, no ponto em que terminam as redes de poder, o que se forma, não acho que sejam ideologias. É muito menos e, acho eu, muito mais. São instrumentos efetivos de formação e de acumulação do saber, são métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de investigação e de pesquisa, aparelhos de verificação. Isto quer dizer que o poder, quando se exerce em seus mecanismos finos, não pode fazê-lo sem a formação, a organização e sem pôr em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saberes que não são acompanhamentos ou edifícios ideológicos.

Mais um desvio deveria ser empreendido na pesquisa e, em razão dele, um novo “abandono” teórico. Minha opção foi, então, por pesquisar *com* Foucault, tanto que, como será visto neste **Capítulo Primeiro**, apresentei os pressupostos teóricos e metodológicos da Arqueogenealogia *a partir* dele (Foucault),

E quanto à sugestão de utilizar também Norbert Elias, optei por não me valer deste último como mais um referencial. Ao ensejo da sugestão, li quase que integralmente os dois volumes de *O processo civilizador*⁸⁷, tendo percebido que seria possível compatibilizar alguns elementos dos dois programas teóricos. Aliás, foi o que fez Veiga-Neto⁸⁸ em sua tese de

⁸⁷ Já havia lido *A condição humana*, também de Norbert Elias, para apresentação em um encontro que a coordenação do PRODEMA realizava num formato semelhante ao “*Café Filosófico*”, que é promovido pelo Instituto CPFL. Esse Instituto possui um canal do YouTube (<https://www.youtube.com/user/videoscpflcultura>), a partir do qual é possível assistir gratuitamente às palestras realizadas no âmbito do “*Café Filosófico*”. Penso que a ideia de manter um canal seria muito importante para PRODEMA, especialmente por se tratar de um programa de pós-graduação interdisciplinares.

⁸⁸ Veiga-Neto (1996, p. 137) “confessa” e justifica sua infidelidade a Foucault nos seguintes termos: “O que resulta de tudo isso é que tenha de me ocupar com os pedaços do pensamento de Foucault. Divido esta Terceira Parte em quatro capítulos, ao longo dos quais procuro justificar o uso que faço do filósofo, discutir o que denomino os três domínios e a questão do método em Foucault e, por fim, esclarecendo em que consiste a minha infidelidade ao filósofo, trago em auxílio de meu trabalho o pensamento de Norbert Elias.”

Doutorado⁸⁹ e, para ser absolutamente transparente quanto a este aspecto, onde encontrei, didaticamente expostos, aspectos em relação aos quais os pensamentos de Foucault e Elias poderiam ser aproximados e postos em diálogo. Mas, no caso da presente tese, havia quatro problemas primordiais que recomendavam não promover tal ampliação do rol de pensadores como referência. A primeira delas diz respeito ao fato de que a Arqueogenealogia, *a partir* de Foucault, já seria suficiente para orientar a investigação a que me propus inicialmente, pois ela disponibiliza as “ferramentas”, como chamaram Deleuze e Foucault, ou seja, o instrumental teórico e metodológico necessário ao empreendimento em mira.

Além disso, introduzir outro pensador naquela fase da pesquisa (após o Exame Qualificação) poderia, ou quase que certamente produziria como consequência, das duas, uma: 1) a insuficiente utilização do conteúdo apreendido como resultado da revisão bibliográfica da obra de Elias, ensejando um uso superficial e meramente formal de trechos desta, tudo isso para “não errar”, “errar menos” ou “errar aceitavelmente”; ou 2) usar sem essa moderação e, em função disso, incorrer no mesmo erro verificado em relação a Foucault, no que concerne à não ou má compreensão verificada anteriormente.

A terceira razão foi de ordem prática e teve a ver com o tempo para elaboração do texto. Nesse sentido, não se deve perder de vista que uma tese de Doutorado é elaborada perante um Programa, o qual é regido por regras que estabelecem um limite de tempo para a conclusão da pesquisa, que, é sabido, não compreende somente a redação do texto final da tese propriamente dita. Assim, se é certo que alguns autores são referência quase que obrigatória para a pesquisa de determinados temas (tipo: “se vai falar sobre verdade e poder, você precisa ler Foucault”), não seria este o caso de minha pesquisa em relação a Elias. Lê-lo e tomá-lo como referência, em combinação com Foucault, poderia enriquecer o trabalho, como, aliás, sucedeu-se com a tese de Veiga-Neto. Eu, no entanto, não li suficiente Elias para querer com ele “ser infiel” a Foucault.

Por fim, e o que no caso foi a razão mais determinante, não criei com Elias sentimento de afeição semelhante ao que ocorreu com Foucault. Não há, ao menos na aparência, nada de “científico” nesta afirmação, de modo que talvez eu seja censurado por invocar esse tipo de argumentação. Corro o risco sem hesitação, mas explicarei melhor o que disse ou quis dizer, a fim de deixar claro o sentido do meu “argumento”.

⁸⁹ O título da tese foi “A ordem das disciplinas”, defendida e aprovada no ano de 1996 perante o Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Pois bem, como eu registrei antes, ao me inscrever para a seleção do Doutorado, não tinha a intenção de usar Foucault como referência teórica. Na verdade, nunca havia lido nada de Foucault e, sendo mais transparente ainda, quando vasculhava as estantes das livrarias, jamais *Vigiar e punir* ou *A hermenêutica do sujeito* (são esses os livros de Foucault que mais comumente são vistos em livrarias) despertaram meu interesse, pelo menos até o filme *Tropa de Elite I*⁹⁰. Mesmo depois deste filme, também não me convenci a comprar nenhum dos livros do filósofo francês, muito embora, provocado a tanto pelo filme, cheguei algumas vezes a folhear *Vigiar e punir*. Foi, então, somente a partir da recomendação, quase uma prescrição, de “ter que ler Foucault” e, mais ainda, com os primeiros contatos que tive com sua obra, que compreendi que a tese demandava a leitura e utilização de Foucault.

Tudo isso eu disse para o fim de justificar que aquela “afeição” pela obra de Foucault, aparentemente sem validade científica, teve uma razão de ser, ou seja, foi “acontecimentalizada”; e, ainda, que essa razão não se situa no plano da espiritualidade ou de semelhante ordem de fundamentação metafísica. Ela se relaciona, diferentemente, com a constatação de que a maturação das ideias desenvolvidas durante o todo o curso de Doutorado se deveu, em grande medida, a tudo o que li, compreendi e extraí da obra de Foucault. Enquanto refletia sobre as hipóteses investigadas, percebi que a “caixa de ferramentas” de Foucault, mais do que a obra de qualquer outro pensador que li durante o Curso, era a mais adequada para “quarar”⁹¹ as questões relacionadas ao objeto da pesquisa e converter em conclusões aquelas hipóteses.

⁹⁰ No filme em questão, algumas personagens, dentre elas o policial Matias, participam de um seminário no curso de Direito e, na ocasião, realizam um debate sobre o livro *Vigiar e punir*. A mensagem passada sobre a obra foi, a meu ver, distorcida e ambígua, pois vincula o pensamento do Foucault a pessoas que, na trama do filme, teriam uma visão enviesada e ingênua da realidade. Mas é um filme e a liberdade artística autorizava tal interpretação. Se o próprio Foucault não era censor dos utilizadores de sua obra, quem seria eu, então, para pretender sê-lo.

⁹¹ As aspas foram aqui empregadas pois se trata da invocação dessa expressão, coloquial até, que foi usada por um dos membros da Banca do Exame de Qualificação, relacionando à necessidade de que o texto da tese (e antes dele, as próprias ideias) seja submetido a um processo de maturação, mediante o esquecimento consciente, mas com ponderações em nível inconsciente. É exatamente como fazem as lavadeiras, que, ao ensaboarem as roupas, deixam-nas expostas à ação do sol por algum tempo. Se enxaguadas prematuramente, as roupas estarão limpas, mas não terão a alvura que poderiam alcançar se observado o tempo adequado para o devido clareamento. Recomendação semelhante faz Stephen King (2015 [2000], pp. 189-181) em seu livro *Sobre a escrita* (2000): “Cabe a você decidir por quanto tempo o livro vai ficar descansando – como uma massa de pão entre uma sova e outra -, mas acho que o prazo mínimo é de seis semanas. Durante esse tempo, seu manuscrito deve ficar escondido na segurança de uma gaveta da escrivaninha, envelhecendo e (espera-se) maturando.”

O que agora defendo como tese é o que é por conta de Foucault. Isso é “afeição”⁹² e “sentimento”, o que não desenvolvi por nenhum outro autor⁹³ lido durante minha pesquisa. Foucault serviu e foi suficiente, de modo que continuarei a (re)lê-lo após a versão “final” desta tese.

Esse foi o caminho tortuoso percorrido para a (re)construção das “ferramentas da caixa”, o percurso que corresponde ao “avesso da tapeçaria”⁹⁴, para o qual inventei o nome de *genealogia da Arqueogenealogia a partir de Foucault*. Posso agora, então, fazer aquele “mais fácil”, cumprir o Manual e mostrar finalmente a tapeçaria, ou seja, a nossa proposta de uma *Arqueogenealogia a partir de Foucault*.

⁹² Registro e ressaltar que não desgostei dos livros de Norbert Elias que li. Ao contrário, gostei, porém não criei, talvez pelo pouco contato e por estar ocupado e envolvido demais com a obra de Foucault, a “afeição” de que falei. Esse “gostei” foi insuficiente para me motivar a pesquisar com Elias. Até o cito, mas isso não significa que ele seja “a” referência, tampouco que o seu programa teórico tenha servido de lastro para elaboração desta tese.

⁹³ Minto... Na reta final, quando estava mexendo no texto para ajustar a problematização da função social, li *A República*, de Platão. Talvez esse livro seja o “AllSpark” do pensamento ocidental.

⁹⁴ Faço referência a uma expressão usada por Foucault (“avesso da tapeçaria”), nas conversas que teve com Claude Bonnefoy, que resultaram no livro publicado sob o nome de *O belo perigo* (2016 [1968]), para designar a sua (de Foucault) relação com a escrita. A expressão, que já é, por si, reveladora, representa a ideia de que o resultado que se apresenta belo na sua superfície aparente, tem por baixo algo entrançado e até confuso, que não ostenta beleza e não serve como ornamento.

2. Uma história com Foucault⁹⁵

“Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado (...)”

Lema do “Partido”

George Orwell, em 1984 (1949)

Por que uma história? Por que com Foucault?

As respostas a tais questionamentos correspondem a este trecho do *Capítulo Primeiro* que, nos termos do *Manual de Elaboração para apresentação do projeto de qualificação e tese do PRODEMA*, destina-se à apresentação dos fundamentos teóricos e metodológicos da presente pesquisa.

Antes de qualquer outra coisa, é preciso consignar que a intenção de escrever *uma*, e não “a” história dos terrenos de marinha, reconhece desde logo, conforme já dito, que tudo o que se encontra escrito neste trabalho poderia ser dito de outro modo. Longe de essa afirmação corresponder a um truísmo, firmada na óbvia pressuposição de que ninguém escreveria sobre esse tema exatamente da mesma maneira, a deliberação por empregar o artigo indefinido “*uma*” significa que, não apenas a forma, o estilo ou as expressões escolhidas, mas o conteúdo material da história aqui escrita é inevitavelmente distinto daquele contido em outras narrativas elaboradas sobre os terrenos de marinha. Se o sujeito é diferente, diferente é a perspectiva e, por conseguinte, é diferente o conteúdo. Trata-se de “olhar o passado de um ponto de vista particular” (BURKE, 2011, p. 15).

“Subjetivamente”, pretende-se aqui “imitar” Foucault em alguns aspectos, mais especificamente numa característica que Machado (2017, p. 100) diz informar a atitude investigativa do filósofo francês, que se refere ao fato de a presente pesquisa não se servir

⁹⁵ A elaboração desse tópico ocorreu antes do contato com o livro de Jean-Jacques Cortine *Decifrar o corpo: pensar com Foucault* (2013 [2011]), de modo que a escolha da designação proposta (“*Uma história com Foucault*”) não se constituiu uma paráfrase (ou imitação mesmo) ao subtítulo daquele livro. Mas bem que poderia ser, pois a ideia é semelhante: trabalhar *com* Foucault, fazendo escolhas, dentre as “ferramentas” de sua “caixa”, que se mostrem adequadas para viabilizar empreendimento aqui proposto (escrever uma história dos terrenos de marinha). Oportuno, pela pertinência temática, a transcrição de trecho da introdução do livro em referência: “pensar com Foucault é primeiramente reencontrar em seu ensinamento uma incitação que jamais me parece ter sido nele desmentida: aquela liberdade de pensar, que deve se aplicar àquilo que pode ser feito hoje a massa considerável dos escritos que ele nos legou. Quanto a mim [e a mim também], vejo ali um convite a fazer escolhas, aproveitar as ocasiões de experimentar, a descobrir dentre as que são sugeridas, as vias que permitirão avançar. Parece-me que não se pode ler Foucault sem fazer em seus confrontos aquilo que ele mesmo fez com uma constância impressionante: apostas intelectuais.”

apenas da “história feita por outros”⁹⁶, mas, de modo diverso, de ser empreendimento levado a efeito pela ação deliberada de *um* pesquisador, em *um* determinado lugar e *num* dado momento. Esta será, portanto, uma história orientada por escolhas subjetivas (VEYNE, 1982-a [1978], p. 37), seja no que se refere ao tema, aos documentos a serem consultados e considerados e, ainda, quanto às expressões a serem lançadas no texto escrito como resultado da pesquisa.

Mas cabe a ressalva de que ser “subjetivo não significa arbitrário” (VEYNE, 1982-a, [1978], p. 49). Compreendendo e aceitando que “É preciso explicar tudo!”⁹⁷ (ASSIS, 2014, p. 320), aqui se cuidou de observar regras técnicas (“de documentação, de pesquisa e de verificação”), além de uma ética própria da investigação, sendo que disso tudo se teve a atenção de dar conhecimento a quem se propuser ler este trabalho (FOUCAULT, 2010 [1983], pp. 366-367).

Para além da questão acerca dos limites do que há de subjetivo na escrita desta história, quis-se escrever *uma* história também por se reconhecer que “o que é poderia ser diferente” (VEYNE, [1978]1982-b, p. 239), que a presente configuração jurídica e fática do instituto em análise poderia ser outra, já que não há uma obviedade causal entre os sucessivos eventos históricos, tampouco estes se verificaram em conformidade com uma lógica de progresso. “A história não é lógica” (VEYNE, [1978] 1982-a, p. 27), “não possui articulação natural” (VEYNE, [1978] 1982-a, p. 28), nem admite como fundamentação de suas análises a invocação de metáforas biológicas evolutivas (VEYNE, [1978] 1982-a, p. 36).

Quis-se, ademais, produzir *uma* história para problematizar a fala institucional da SPU, conforme relatado na *Introdução* deste trabalho, no tocante à imprescindibilidade de manutenção do regime jurídico dos terrenos de marinha.

Assim, recorreu-se à história como instrumento de obtenção da verdade acerca dessa questão, pois, como afirma Veyne ([1978]1982-a, p. 23), ao que pretende escrever história “interessa só a verdade”. Não uma verdade total, absoluta, pretensamente objetiva e que se possa considerar imutável e transcendental, mas uma verdade produzida historicamente (MACHADO, 2017, p. 20; 2007, p. 328), e que não pode, simplesmente por ser histórica, ser considerada relativa (VEYNE, [1978] 1982-a, p. 42). É uma verdade que irrompe em meio às

⁹⁶ A citação foi extraída na obra *Impressões de Michel Foucault*, especificamente um trecho em que Machado menciona uma divergência de Foucault em relação aos pensadores da Escola de Frankfurt. Segundo Machado (2017, p. 100), enquanto estes, em suas pesquisas históricas, valiam-se da história feita por outros, Foucault fazia “suas próprias análises históricas”.

⁹⁷ O trecho acima transcrito se refere à explicação cautelosa de Brás Cubas, o defunto autor, que se antecipa a eventuais críticos de seu estilo de narração. Após se justificar, Brás Cubas expressa seu incômodo pela necessidade de explicar tudo em relação à forma como postumamente escreve sua história.

tramas da história, ou seja, uma “mistura muito humana e pouco ‘científica’ de causa materiais, de fins e acasos” (VEYNE [1978]1982-a, p. 42), que é feita acontecer de modo relacional com as condições de possibilidade (MACHADO, 2007, p. 861) e que tem com as relações de força um vínculo fundamental (de fundamento) (FOUCAULT, 2010 [1976], p. 45). É, portanto, uma história que acontece, que foi “acontecimentalizada”, que foi inventada.

Passando, agora, à segunda questão, por que uma histórica *com Foucault*? A resposta poderia se resumir à afirmação de que, em relação a tudo o que foi dito neste tópico sobre a escrita da história (ou de *uma* história), Foucault falou antes de todos os autores até aqui referenciados, ou mesmo que, numa avaliação subjetiva, falou melhor que estes. Esta avaliação, ressalte-se, antes de ser exclusiva ou originariamente do autor desta pesquisa, foi feita por outros, reconhecidamente notáveis, que afirmaram que Foucault revolucionou a História (VEYNE, [1978] 1982-b, p. 245); que ele foi um dos maiores historiadores novos (LE GOFF, 1990, p. 109); que a ele se deve tributar uma “virada em direção à ‘história cultural da sociedade’”⁹⁸ (BURKE, 1991, p. 69).

Mas outros fundamentos podem ser acrescentados à avaliação pessoal do autor desta pesquisa, bem como ao testemunho desses historiadores. Nesse sentido, poder-se-ia lastrear a opção por Foucault na alusão ao fato de que ele, embora sem ser academicamente um historiador, escreveu histórias de vários temas, tais como a loucura, a experiência médica (clínica), as ciências humanas, a psiquiatria, as prisões, a sexualidade, etc. Assim, sua conhecida e reconhecida produção intelectual poderia ser invocada como instrumento de validação de sua forma de investigar e escrever história, de modo que esta pudesse ser tomada por empréstimo para realização da presente pesquisa.

Essa “permissão de uso” é bem representada pela ideia de que Foucault, tal como um designer, um artífice ou um torneiro mecânico, produziu uma vasta “caixa de ferramentas”, que foi posta à disposição de quem quisesse fazer uso delas, e preferencialmente para novos empreendimentos, distintos daqueles para os quais já foram úteis ao próprio inventor (FOUCAULT, 2006 [1975], p. 52; _____, 2010 [1976], p. 3; MACHADO, 2017, pp. 102/107).⁹⁹

⁹⁸ Entenda-se história cultural da sociedade como a que tem por primeiro objeto a identificação “do modo como em diferentes lugares e momento uma determinada realidade é construída, pensada e dada a ler.” (CHARTIER, 2002, p. 17).

⁹⁹ Segundo Machado (2017, p. 107), Foucault gostava mais de utilizadores do que de comentadores e nunca se ocupou em prescrever uma forma ortodoxa de utilização de suas metodologias. Para que não se cogite suspeitar dessa afirmação de Machado, recomenda-se a leitura do prefácio de *História da Loucura* (que é um novo prefácio,

Além da amplitude, da validade e da disponibilidade da abordagem metodológica de Foucault, foi também motivador dessa escolha a vocação que tal abordagem apresenta para “por em questão justamente aquilo que era tido como certeza inquestionável” (MACHADO, 2017, p. 66). É exatamente essa postura interrogativa, quase uma “vontade de subverter” (MACHADO, 2017, p. 66), que se faz necessária diante da fala institucional da União, a qual afirma a imprescindibilidade de manutenção do regime jurídico dos terrenos de marinha.

Mas mais do que essa vocação, o que verdadeiramente determinou a decisão de se construir uma história *com* Foucault foi o fato de ele prestigiar a análise histórica a partir das práticas, ou seja, não do que se anuncia que se pretende dizer ou fazer, ou pelo menos não apenas disso, mas do que efetivamente se diz e se faz. Para Foucault, “só existem práticas” (VEYNE, 1982-B, p. 265), “trata-se sempre de práticas” (FISCHER, 2012, p. 15), de maneira que é necessário “interpretar o que as pessoas fazem ou dizem, (...) compreender o que supõem seus gestos, suas palavras, suas instituições, (...)” (VEYNE, 2014, p. 26). E para esse empreendimento, “é preciso um trabalho histórico que Foucault chama de arqueologia ou genealogia (...)” (VEYNE, 2014, p. 24).

Justificada a decisão de escrever *uma história* e, mais que isso, *uma história com Foucault*, é preciso conhecer, a partir da própria produção intelectual deste filósofo (e historiador), os instrumentos (ou “ferramentas”) de sua abordagem metodológica que serão empregados nesta pesquisa.

2.1. Foucault e seus momentos

Antes de mais nada, é preciso anotar uma observação que se destina a evitar ou desfazer equívocos em relação à constituição da obra de Foucault. Embora a questão relativa à produção dos saberes, das positivities, tenha sido fulcral na Arqueologia de Foucault, é inevitável associá-la também às outras “fases” do seu pensamento, especialmente à abordagem genealógica, na medida em que esta se firma na relação de determinação recíproca entre o poder e o saber (FOUCAULT, [1975] 2015, p.170). Como exemplo, cite-se a alusão à “cientificização” da justiça penal e da prática judiciária, sobretudo no que concerne à concepção e execução de técnicas punitivas (FOUCAULT, [1975] 2015, p. 27). De modo semelhante, não

mas “pelo menos é curto”), do trecho de *A Ordem do Discurso* que se refere aos procedimentos internos de controle e delimitação do discurso, bem como da parte final da entrevista concedida a Roger-Pol Droit (1975), denominada “Gerir Ilegalismos”.

se pode olvidar que, embora o tema “poder” assuma a centralidade das investigações do referido filósofo no momento que comumente seus comentadores designam de Genealogia do poder¹⁰⁰, em *As palavras e as coisas* (1966), obra situada no “momento” que se convencionou chamar de arqueológico, essa questão foi também abordada, pois ali se cuidou do “balizamento dos mecanismos de poder interior dos discursos” (FOUCAULT, [1977] 2015, 221). Outrossim, não se pode deixar de enxergar em *História da loucura* (1961), que seria cronologicamente situado no início do “momento” arqueológico, o interesse pela investigação da forma como as subjetividades são constituídas, pois naquele livro se dedica especial atenção à relação de poder entre o médico psiquiatra e o indivíduo louco, a partir da qual este é, com fundamento em um discurso cientificamente estabelecido (uma positividade), definido como o “outro”, ou seja, como “doente mental” (FOUCAULT, [1963], 2017, p. 183).

O que acima foi dito se presta a justificar ressalvas à recorrente “divisão” da obra de Foucault, procedimento que muito mais se presta a viabilizar o seu estudo compartimentalizado, do que propriamente a demarcar uma fragmentação ou, pior ainda, um rastro evolutivo em que fases se sucederiam numa lógica de progresso. “Talvez nem devêssemos insistir em ‘três fases’ de Foucault” (FISCHER, 2012, p. 48), mas já que esse procedimento foi adotado para fins “didáticos”, que se tenha atenção para o fato de que ele não denota a ideia de que, no interior dessas “fases”, o pensamento de Foucault possa ser considerado uniforme, maciço ou mesmo estabilizado, ou seja, em que se trate de um “objeto” (saber, poder ou subjetividade) com a exclusão dos demais. Diferente disso, essa “divisão” quer apenas indicar a predominância de certos temas (GREGOLIN, 2006, p. 59), sem cogitar sugerir que Foucault tenha pensado de maneira cartesiana e homogênea enquanto perduraram quaisquer dessas “fases”.

Feita a necessária ressalva, comumente os comentadores “dividem” a obra de Foucault em três “momentos” (MACHADO, 2017, p. 41) - ou “fases” (MACHADO, 2007, p. 3033; FERNANDES, 2012, p. 18; DREYFUS, RABINOW, 1995, p. 116), “domínios” (VEIGANETO, 1996, p. 156), “eixos” (CASTRO, 2016 [2004], p. 117), “tempos” (FISCHER, 2012, p. 42.), “épocas” (GREGOLIN, 2006, p. 54), “ênfases metodológicas” (FONSECA, 2012, p. 42): a *Arqueologia*, a *Genealogia* e a *Ética de si* (FONSECA, 2012, p. 42).

¹⁰⁰ No mesmo sentido, em *A Arqueologia do Saber*, principal obra deste momento arqueológico, a existência dos discursos é relacionada à questão do poder: “Assim concebido, o discurso deixa de ser o que é para a atitude exegética: tesouro inesgotável de onde se podem tirar sempre novas riquezas, e a cada vez imprevisíveis; providência que sempre falou antecipadamente e que faz com que se ouça, quando se sabe escutar, oráculos retrospectivos; ele aparece como um bem - finito, limitado, desejável, útil - que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas “aplicações práticas”), a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política.” (FOUCAULT, 2014 [1969], pp. 147-148)

Nesse sentido, no primeiro momento, o da Arqueologia, Foucault se interessou por analisar como, na cultura ocidental, os saberes intentam se estabelecer como ciências e, ainda, como ocorreu a objetivização dos sujeitos (FONSECA, 2012, p. 42; GREGOLIN, 2006, p. 55). Investigando a história da loucura, da medicina e dos saberes em geral, com especial relevância para as humanidades, Foucault problematizou o estatuto dessas positividades, sendo os escritos de maior expressão desse período *História da Loucura* (1961), *O nascimento da clínica* (1963), *As palavras e as coisas* (1966) e *A arqueologia do saber* (1969).

No momento da Genealogia (ou Genealogia do poder), localizada cronologicamente sobretudo nos cursos e livros dos anos 1970 (FONSECA, 2012, p. 43), a atenção de Foucault se voltou à tematização dos mecanismos de funcionamento do poder, especialmente para a relação de determinação recíproca entre o poder e o saber. Segundo Gregolin (2006, p. 60), *A ordem do discurso* (1970), livro que corresponde à aula inaugural de Foucault ministrada no *Collège de France*, significou o “momento de passagem entre a *arqueologia do saber* e a *genealogia do poder*”. A partir de então, o poder se constituiu no problema vetor das pesquisas do filósofo francês, que passou a investigar o poder enquanto estratégia, ou seja, o poder em funcionamento por meio de dispositivos a partir dos quais são elaborados discursos e se constituem as relações de forças. De acordo com Gregolin (2006, p. 55), *Vigiar e punir* (1975) é o livro que marca esse momento do projeto de Foucault.

No terceiro momento, o da *Ética* (de si) ou das *práticas de si* (FONSECA, 2012, p. 44), Foucault se dedicou a examinar a formação das subjetividades a partir de técnicas de si (GREGOLIN, 2006, p. 55). Em outros termos, Foucault analisou como os dispositivos de poder irão constituir as subjetividades de um modo tal que cada sujeito, mesmo sem estar submetido ao funcionamento atual e ostensivo de um instrumento de controle heterônomo, exerça sobre si (e sobre os outros) o cuidado para se manter “normal”, ou seja, em harmonia com os paradigmas de conformidade estabelecidos pelo discurso dominante. Os três volumes de *História da sexualidade* foram escritos nesse terceiro momento da obra de Foucault (GREGOLIN, 2006, p. 55).

Diversos outros escritos e ditos (entrevistas, etc.) foram produzidos por Foucault, todos eles tratando, em última instância, da temática da constituição de subjetividades pelo funcionamento dos mecanismos de poder, a partir da relação poder-saber. A publicação desses trabalhos, todavia, não observou sempre essa “ordem” lógica e cronológica da “divisão” que se atribui à obra de Foucault, a exemplo da coletânea *Microfísica do poder* (1979), que foi organizada (pelo Professor Roberto Machado) e publicada depois de iniciado o momento da

Genealogia da ética, mas que reúne artigos e entrevistas que mais se “conformariam” à *Genealogia do poder*. É importante, então, fixar a premissa de que essa “divisão” em fases, momentos, períodos ou aspectos, não deve ser tomada como elementar à obra de Foucault, especialmente por não ter sido estabelecida pelo próprio filósofo¹⁰¹, mas, sim, pelos seus leitores e comentadores.

É oportuno, ademais, dizer que não se quis com essa afirmação, e a partir dessa breve narrativa, sustentar que a obra de Foucault seja marcada pela continuidade ou pelo apego à sistematização, noções, aliás, que não obtiveram dele o prestígio comumente conferido por muitos intelectuais contemporâneos seus, fato que terminou por lhe render diversas críticas e questionamentos. De igual modo, não se pretende sugerir que o pensamento de Foucault tenha permanecido imune a derivações (e a erros mesmo!) ao longo de sua produção intelectual, nem que suas formulações e conceitos não tenham experimentado qualquer tipo de ressignificação¹⁰²⁻¹⁰³. Acerca dessa questão, Machado (2017, p. 52) afirma que “Foucault foi um filósofo livre”¹⁰⁴, o qual tinha a “necessidade de não absolutizar seu pensamento”. “Mudar faz parte da natureza de seu pensamento” (MACHADO, 2017, p. 45), afirmou “o amigo brasileiro de Foucault”. E o próprio Foucault (2014 [1969], p. 30), sobre a impermanência do pensamento afirmou: “A obra não pode ser considerada como unidade imediata, nem como unidade certa, nem como unidade homogênea”. Nada obstante isso, é correto dizer que esses deslocamentos não representaram um abandono das reflexões anteriores, tal como se tivesse havido uma completa sucessão do modo de pensar; mas, de outro modo, que corresponderam a uma mudança da centralidade temática de suas investigações, como mesmo afirmou Foucault na parte introdutória de *História da Sexualidade 2 – o uso dos prazeres*, que ele denominou de “modificações”¹⁰⁵. Verificaram-se, assim, “torsões, movimentos em torno de um mesmo eixo” (CASTRO, 2017, p. 75), de maneira que se pode afirmar que o que vem depois soma, subtrai, corrige ou modifica, mas não necessariamente rejeita, substitui ou sucede (no sentido de se

¹⁰¹ Na parte introdutória de *História da Sexualidade 2*, Foucault alude a “modificações”, e não a “divisões”, o que são coisas bem distintas.

¹⁰² Aliás, neste trabalho se fará referência, por exemplo, à noção de “arquivo”, cujo sentido foi deveras modificado e ampliado, especialmente a partir de *A arqueologia do saber*.

¹⁰³ Na nota de rodapé n.º 45, já se fez alusão ao alerta de Veyne (2014, p. 23) quanto à “flutuação” do “vocabulário técnico” de Foucault.

¹⁰⁴ Machado, mais que um estudioso e comentador, foi o “amigo brasileiro de Foucault”. Teve o privilégio (que inveja!!) de frequentar quase todos os cursos ministrados no *Collège de France*, hospedando-se como inquilino num apartamento (ou cômodo) anexo à residência do filósofo francês. Sobre essa característica cambiante, Machado (2017, p. 43) afirma que Foucault seria a ilustração perfeita de que “cobra que não perde a pele, morre”.

¹⁰⁵ No livro em questão, Foucault (2018 [1984], pp. 10-11) alude a três “deslocamentos teóricos”. No primeiro, teria se ocupado em se interrogar “sobre as formas de práticas discurso que articulavam o saber”; no segundo deslocamento teórico, analisou “o que frequentemente se descreve como manifestações do ‘poder’”; enquanto no terceiro, analisou o que seria designado como “o sujeito”.

colocar no lugar). É essa relação de complementaridade, de ajuste de curso, que autoriza, destarte, que sejam postas em diálogo as três “ênfases metodológicas” da obra de Foucault, de modo que delas se possa extrair o aporte teórico e metodológico necessário para a elaboração de uma história (*com* Foucault) dos terrenos de marinha.

2.2. Foucault e o(um)(s) método(s).

Nesse itinerário, comumente se atribui a Foucault a paternidade de um método *arqueológico* (MACHADO, 2007, p. 66; VEIGA-NETO, 1996, p. 147; GREGOLIN, 2006, p. 55; FERNANDES, 2012, p. 35), o qual se refere à análise dos processos e condições de produção do saber, especialmente os informados pelo discurso científico (FOUCAULT, [1977] 2015, p. 222). Faz-se, ainda, alusão à *Genealogia*, para designar a abordagem cuja “questão metodológica dizia respeito sobretudo ao poder e sua relação com o saber” (MACHADO, 2007, p. 168). Mencionam alguns, ademais, um método *arqueogenealógico* (NAVARRO, 2011, p. 270), *arquigenealógico* (RAMOS, p. 2015 204) ou, ainda, uma *arqueogenealogia* (FISCHER, 2012, p. 13; CAISCAIS *apud* VEIGA NETO, 1996, p. 194), que conjugaria o projeto arqueológico de Foucault à abordagem genealógica, esta cujo objeto predominante seria a análise dos mecanismos de funcionamento do poder. Até o próprio Foucault ([1976] 2015, p. 270) (por lapso? Por “deslocamento”? Por provocação? Não se sabe!) chega a se referir à sua Arqueologia como método.

Para analisar, então, a propriedade de se referir ou não a um (ou mais de um) método “foucaultiano”, seja arqueológico, genealógico ou *arqueogenealógico* (ou *arqueogenealógico*), importa primeiro estabelecer o que se deve compreender por método.

Acerca dessa questão, Marconi e Lakatos (2003, p. 107) conceituam método como sendo:

(...) o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Não é de hoje que se credita ao método, especialmente o método científico, essa aptidão quase onipotente de conduzir o indivíduo (não “um”, mas aquele especialmente qualificado para esse fim: “o” cientista) no itinerário de busca pela a verdade das coisas. Essa crença se

robusteceu notadamente no século XVI¹⁰⁶, tomado como marco inicial da Revolução Científica, quando a produção do saber principia seu processo de secularização e emancipação em relação às fórmulas teológicas e escolásticas, estas que propunham promover a explicação dos fenômenos da natureza de maneira compatível com a doutrina religiosa da Igreja Católica¹⁰⁷, a partir da realização de operações silogísticas, tal como as concebidas pela lógica aristotélica.

Insurgindo-se contra essa forma milenar de (re)produção e justificação do conhecimento, Bacon (2007 [1605], p. 60) sustentou que a ciência não deveria se confundir com as questões da fé, afirmando ser “sobremodo salutar outorgar-se, com sóbrio espírito, à fé o que à fé pertence” (BACON, 1999 [1620], p. 26). Por esse motivo, condenava o indevido sincretismo entre a filosofia e a teologia, razão pela qual era crítico do pensamento de Platão (BACON, 2007 [1605], p. 60).

Bacon (1999 [1620], pp. 30-31), contudo, sustentou que o exame experimental se constituiria em requisito essencial para demonstração da propriedade do conhecimento científico, refutando o fundamento de que a notória sabedoria de quem afirmava ou escrevia, ou seja, o argumento de autoridade advindo sobretudo de atos de reflexão, pudesse sustentar a legitimidade de determinado conhecimento. Ao ensejo dessa premissa, Bacon (1999 [1620], p. 09) formulou o método que considerava suficiente e, mais que isso, que seria a “única esperança” de conduzir à verdadeira compreensão dos fenômenos da natureza: a indução, que autorizava a formulação de assertivas gerais, mas somente a partir da realização de experimentos particulares.

Descartes (2015 [1637], p. 45) também criticou as fórmulas de (re)produção do conhecimento utilizadas pelos filósofos e pensadores de então (século XVII), afirmando que:

“(...) poderia encontrar muito mais verdade nos raciocínios que cada um faz sobre os assuntos que lhe importam, e cujo resultado se julgou mal, irá puni-lo em seguida, do que naqueles feitos pelo homem de letras em seu gabinete, sobre especulações que não produzem qualquer efeito e não tem outra consequência, a não ser, talvez, que lhe proporcionarão tanto mais vaidade quanto mais afastadas estiverem do senso comum, pelo tanto de espírito e de artifício que precisou empregar para torná-las verossímeis.”

¹⁰⁶ Esse marco temporal faz alusão ao método científico. Que fique claro ter por certa a existência, antes daquele momento histórico, de outros regramentos para elaboração de discursos de “verdade”.

¹⁰⁷ Refiro-me, como se sucederá durante todo este trabalho, à Igreja Católica como a Católica Apostólica Romana, ou seja, à Igreja do sistema papal, já que a catolicidade e apostolicidade são adjetivos invocados por outras instituições religiosas, notadamente algumas protestantes históricas.

Desse breve trecho do seu *Discurso do Método*, é possível aferir que Descartes apregoa a razão como instrumento mais eficaz para a obtenção do conhecimento e para promover a distinção entre o verdadeiro e o falso, rejeitando a fundamentação metafísica (“especulações”, “espírito e artifício”) como justificadora do saber. Em substituição a essa fórmula, Descartes (2015 [1637], p. 38) apresentou um método que, segundo sustentou, possibilitou-lhe alcançar o patamar mais elevado de conhecimento e de progresso em busca da verdade. Esse método totalizante seria suficiente para revelar o “conhecimento de todas as coisas” (Descartes, 2015 [1637], p. 58), desde que o indivíduo realizasse a investigação com estrita observância (de) “a verdadeira ordem” estabelecida nos preceitos enunciados pelo aludido método (DESCARTES, 2015 [1637], p. 57).

As formulações de Bacon e Descartes, conforme essa singela e apertadíssima referência, correspondem à essência do pensamento inaugurado pela Revolução Científica, que erigia a ciência como campo do saber destinado a revelar a verdade, não mais a partir de uma mera reflexão especulativa, mas da utilização de um método: o científico. Este permitiria submeter o conhecimento à aferição, a qual se desenvolveria por meio de procedimentos aptos a validar as conclusões sustentadas por aqueles a quem incumbia manuseá-los: os cientistas. Inaugura-se, assim, a era a partir da qual o discurso científico se apropriou do poder de dizer a verdade, com exclusão, ou ao menos submissão, das demais formas de saber.

Embora a publicação da obra *O progresso da ciência*, a mais antiga dentre as que foram há pouco citadas, remonte ao ano de 1605, é possível afirmar que o pensamento que conferiu ao discurso científico o poder de dizer a verdade ainda subsiste como dominante. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 107), “não há ciência sem o emprego de métodos científicos”, sendo conveniente rememorar¹⁰⁸ que, pelo que se extrai do próprio conceito de método por elas formulado, a ciência, desenvolvida por “cientistas” e a partir do método (singular) que lhe é próprio, teria aptidão para produzir “conhecimentos válidos e verdadeiros”.

Não é difícil, então, compreender o desejo de se receber de Foucault um método, ou seja, uma fórmula sistemática e racional de conduzir as atividades de busca pelos “conhecimentos válidos e verdadeiros”. Essa aspiração decorre, como visto, da operação de retomada de uma memória discursiva, a qual condiciona há mais de 400 (quatrocentos) anos a forma tida como correta de dizer a verdade e produzir conhecimento. É “normal”, normalizado

¹⁰⁸ O conceito de método formulado por Marconi e Lakatos já foi transcrito neste trabalho.

e normatizado, querer que Foucault seja assim, que seja igual, que seja conforme o nosso referente, que não seja “o outro”.

Nada obstante, é custoso pensar que Foucault subscrevesse a afirmação de que sua abordagem arqueológica se conformasse a esse conceito de método, ao menos na concepção de instrumento passível de ser universalizado para investigações históricas. Nesse sentido, Machado (2007, pp. 114-115) afirma que “*com Michel Foucault é a própria ideia de um método histórico imutável, sistemático, universalmente aplicável que é desprestigiada.*” Sobre o assunto, em entrevista concedida em 1977, ao ser confrontado acerca da existência entre os pensadores japoneses do mito de “um Foucault homem de método”, o próprio Foucault (2015 [1977], p. 223) respondeu:

- (...) Por exemplo, depois de a publicação de *A arqueologia do saber* muito se falou do método de Foucault. Mas, justamente o senhor nunca fixou um método...
- Não. *A arqueologia do saber* não é um livro de método. Não tenho um método que aplicaria, do mesmo modo, a domínios diferentes.

Na mesma oportunidade disse não “privilegiar de modo algum o problema do método”, admitindo que realiza suas pesquisas a partir de instrumentos “encontrados ou forjados” no exato momento do empreendimento. E prosseguiu afirmando:

(...) eu sou, se quiserem, um empirista cego, quer dizer, estou na pior das situações. Eu tateio, fabrico, como posso, instrumentos que são destinados a fazer aparecer os objetos.

Em arremate, consignou (FOUCAULT, [1977] 2015, p. 224):

Quanto a mim, eu me conduzo de maneira totalmente insensata e pretenciosa, sob aparente modéstia, mas é pretensão, presunção, delírio ou presunção, quase no sentido hegeliano, querer falar de um objeto desconhecido com um método não definido. Então, visto a carapuça, sou assim...

Do que o próprio Foucault afirmou, é possível extrair a conclusão de que ele não compartilhava da crença de Bacon, Descartes, Marconi e Lakatos na quase sacralidade do

método científico¹⁰⁹⁻¹¹⁰, ou mesmo de qualquer outro, como instrumento de condução à “verdade”¹¹¹. Essa ressalva de Foucault à ideia de ter elaborado um (ou mais de um) método passível de ser universalizado¹¹² se afina com sua postura crítica ao academicismo exacerbado (FOUCAULT, [1972] 2015, p. 49) e à sacralização do discurso científico (FOUCAULT, [1977] 2015, p. 52), bem como com a sua compreensão de verdade¹¹³ como algo que se produz historicamente.

Tal postura de Foucault, entretanto, não representava um anarquismo ou abolicionismo metodológico. Diversamente, ela evidencia a noção de movimento e de historicidade do programa analítico de Foucault, que, com o passar do tempo, desloca-se e sofre ajustes, conforme revelam os dizeres a seguir transcritos (FOUCAULT, 2015 [1977], p. 224):

“Procuro corrigir meus instrumentos através dos objetos que penso descobrir e, neste momento, o instrumento faz aparecer que o objeto definido por mim não era exatamente aquele. É assim que eu hesito e titubeio, de livro em livro.”

Por tudo o que foi dito pelo próprio Foucault, e em respeito a esse pensamento, (quiçá, uma vontade), a alusão ao(s) método(s) “de Foucault” (arqueológico, genealógico ou arqueogenealógico) será feita com a ressalva de não conformação à noção estabelecida por

¹⁰⁹ A alusão a Bacon e Descarte se fez necessária não para desmerecer suas contribuições para o progresso da ciência, determinantes que foram para a secularização da produção do conhecimento. Diferente disso, o motivo da referência foi ressaltar e ressalvar o aspecto temporal relacionado a reprodução de algumas ideias daqueles filósofos, a despeito de quase 400 (quatrocentos) anos separarem o Manual de Marconi e Lakatos das publicações de Bacon e Descarte mencionadas neste trabalho. À luz do pensamento de Foucault, e da sua atitude de negação à transcendência de qualquer proposta metodológica, é custoso crer que o autor de *A Arqueologia do saber* concordasse que ali se encontra explicitado um “método” tal como Bacon e Descartes definiram há quatro séculos e, sobretudo, como Markoni e Lakatos ainda hoje o definem.

¹¹⁰ Ainda a propósito do tema, especificamente em relação à dissonância da noção de método em Foucault e Descartes, oportuna a leitura da nota de rodapé n.º 45 constante na p. 156 de *A ordem das disciplinas* (1996), tese de Doutorado de Veiga Neto. A mesma questão foi retomada no Capítulo 7 da aludida tese, sendo pormenorizada aquilo que Veiga Neto considerou, em sua tese, por “método(s) em Foucault”.

¹¹¹ “- Na medida em que não afirma nenhuma verdade universal, o senhor é um cético? – Certamente que sim!” (FOUCAULT *apud* VEYNE, 2014, p. 72).

¹¹² “O gênero de trabalho que evoquei é, antes de tudo, uma experiência – uma experiência para pensar a história do que somos. Uma experiência bem mais que o sistema. Nenhuma receita, muito menos um método geral. Mas regras: de documentação, de pesquisa, de verificação. Uma ética também, pois creio que nesse domínio, entre técnica e ética, não há muitas diferenças. Talvez por que os processos sejam menos codificados.” (FOUCAULT, 2010 [1983], p. 366).

¹¹³ A compreensão de Foucault acerca da verdade é complexa, sendo um tema recorrentemente investigado em sua obra. Sobre o assunto, mais adiante este trabalho apresentará uma definição, mas para que não fique em suspenso o assunto, convém apontar uma (das várias) definição do Foucault ([1977] 2015, p. 227) acerca da verdade, que seria “o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros.”

Bacon ou Descartes (ou, ainda, por Markoni e Lakatos). Preferir-se-á¹¹⁴, então, simplesmente mencionar a *Arqueologia*, a *Genealogia* ou a Arqueogenealogia¹¹⁵, esta para o fim de designar, grosso modo, a combinação de formulações teóricas que compreendem elementos de todos os momentos do programa analítico de Foucault (*Arqueologia* e as *Genealogias*).

É oportuno, destarte, apresentar por agora as premissas teóricas e éticas que orientaram a elaboração da presente pesquisa, pois, para que seja honesta e positivamente útil, “um trabalho deve dizer e mostrar como é feito” (FOUCAULT, 2010 [1983], p. 367). Digamos e mostremos, então.

2.3. Uma proposta metodológica a partir de Foucault: como se fez.

Incumbe inicialmente dizer que não há um livro de Foucault de onde se possa extrair um esboço metodológico sistematizado para empreender análises históricas, ao menos não nos mesmos moldes do que foi apresentado por Descartes em seu *Discurso sobre o Método*, ou como fez Bacon em *Novo Organum*. É certo, admita-se, que em *A Arqueologia do saber* são apresentadas diversas formulações teóricas e metodológicas essenciais para análises do tipo arqueológica¹¹⁶, mas há muitas outras, igualmente essenciais, que se encontram difusamente distribuídas na extensa produção intelectual de Foucault. Cabe aqui rememorar, conforme registro feito neste Capítulo, que no segundo momento da obra de Foucault, a atenção foi deslocada dos saberes para o problema do poder, não com o fim de apartar esses temas, mas para privilegiar a análise da relação poder-saber. Desse modo, se tomado aquele livro (*Arqueologia*) como referencial para identificação do “método” de Foucault, terminar-se-ia por praticar uma injustificada redução do seu pensamento, o que comprometeria a análise a ser realizada, que seria qualquer outra coisa, menos uma análise arqueogenealógica.

Essa constatação exigiu atenção especial nas leituras realizadas pelo autor desta pesquisa, de modo que se pudesse identificar os elementos que o próprio Foucault considerava como integrantes de sua proposta de abordagem, de um (não “o”) método. O ponto de partida

¹¹⁴ Mas é importante que se diga ser apenas uma cautela respeitosa, pois, reconheça-se (reconheça, Foucault!) que, aquilo que Foucault evitava chamar de “método”, conforma-se normativamente a esse conceito. “É claro que há teoria(s) e método(s) em Foucault” (VEIGA NETO, 1996, p. 187), tratando-se de um método de “análise histórica que esteja liberado do tema antropológico (...)” (FOUCAULT, 2012 [1969], p. 19).

¹¹⁵ Sobre a noção de Arqueogenealogia, remetemos o leitor ao tópico próprio 2.7 do Capítulo Primeiro).

¹¹⁶ Remetemos o leitor ao tópico *Arqueologia de Foucault* (2.3 do Capítulo Primeiro), onde a noção em referência é tratada.

adotado para se promover a identificação desses elementos foi a definição apresentada por Foucault (2014 [1969], p. 34) para análise no campo discursivo, que, segundo ele, consiste em:

(...) compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semissilenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar. A questão pertinente a uma tal análise poderia ser assim formulada: que singular existência é esta que vem à tona no que diz e em nenhuma outra parte?

Sem pretender decompor e examinar cada um desses elementos, tal como possivelmente fizesse Descartes, a leitura dessa definição autoriza concluir que Foucault indicou que análise discursiva pressupõe a realização de determinadas operações (correlacionar enunciados, determinar condições de produção, etc.), considerou imprescindível o conhecimento de alguns conceitos essenciais (enunciado, exclusão, silêncio, etc.), e, em arremate, afirmou que essa atividade deve ser desenvolvida a partir de uma (ou mais) questão(ões) que se apresenta(m) em decorrência de um problema emergente, sendo ela (a questão), então, responsável por orientar o trabalho de investigação. Essa instrução panorâmica, extraída da definição apresentada por Foucault, revela a ideia de estrutura metodológica básica do que pode ser considerado um método *a partir de Foucault*: 1) Conhecimento dos conceitos essenciais 2) Definição de princípios; 3) Identificação dos aspectos e operações gerais (correlacionar, descrever, etc.); e 4) Problematização a partir de perguntas condutoras.

Estabelecidos os parâmetros para fixação dos elementos metodológicos, deve-se agora ter em conta a partir de onde, de que livros, cursos e/ou entrevistas serão eles concretamente extraídos. Neste ponto, conforme já dito no tópico **2.1** e em outras partes deste trabalho, é preciso rememorar que a obra de Foucault é comumente tratada como sendo constituída de três momentos. Em razão disso, os conceitos, os princípios, as operações e as perguntas condutoras desta pesquisa, as quais constituíram a proposta de método *a partir de Foucault*, foram obtidos não apenas de um livro, escrito ou dito, conforme explicitação e justificação já constantes na **Introdução**.

Uma ressalva, contudo, deve ser feita em relação à sistematização metodológica construída neste **Capítulo Primeiro**. No decorrer da trajetória intelectual de Foucault, algumas das ideias e conceitos apresentados em suas obras foram posteriormente reformulados, ditos de maneira diversa, com outro sentido. Isso decorreu da historicidade que experimentou o próprio

Foucault, tanto que ele mesmo reconheceu expressamente ter promovido desvios e correções em sua “caixa de ferramentas” (FOUCAULT, 2015 [1977], p. 224):

Procuro corrigir meus instrumentos através dos objetos que penso descobrir e, neste momento, o instrumento corrigido faz aparecer que o objeto definido por mim não era exatamente aquele. É assim que eu hesito ou titubeio, de livro em livro.

Para aclarar o que aqui se disse e afastar o risco de confusão conceitual, tome-se ilustrativamente a ideia de “arquivo”, cujo significado em *As palavras e as coisas*, por exemplo, é bem diverso do assumido em (e a partir de) *A Arqueologia do saber*. Em razão disso, quando neste trabalho se fizer referência a algum conceito constante em determinado livro (ou dito), far-se-á também alusão à eventual derivação de sentido que for identificada a partir de outra(s) obra(s).

Outra advertência também é oportuna. Nem todos os conceitos e elementos teóricos que mais adiante forem apresentados, serão utilizados a todo momento no desenvolvimento da pesquisa. Em outras palavras, esta sistematização não representa um itinerário rígido a ser observado tal como uma “receita de bolo” (para ser mais singelo na explicação). Ela consistirá na apresentação, com a sistematicidade que se fizer possível¹¹⁷, das formulações teóricas de Foucault, que serão invocadas de forma pontual e não cronológica ao se desenvolver a atividade de investigação e análise histórica propriamente dita.

Por fim, com a licença neste trecho para falar em primeira pessoa, é preciso reconhecer que nesta sistematização há, sim, uma certa dose de subjetividade¹¹⁸, pois o que se apresenta como método *a partir de Foucault* decorre da minha leitura de sua obra. Mas aqui invoco o testemunho de Machado (2017, p. 102) quanto ao fato de Foucault ser desprendido da pretensão de prescrever a integridade e integralidade como requisito à utilização de suas ideias, sendo oportuno aludir que Courtine (2013, p. 7) também atesta essa disponibilidade da obra de Foucault, conforme se pode aferir no texto a seguir transcrito:

Pensar com Foucault é primeiramente reencontrar em seu ensinamento uma incitação que jamais me parece ter sido nele desmentida: aquela liberdade de pensar, que deve se aplicar àquilo que pode ser feito hoje a massa considerável dos escritos que ele nos legou. Quanto a mim, vejo ali um convite a fazer escolhas, aproveitar as ocasiões de

¹¹⁷ Atente-se para o fato de que aqui se cuida das formulações teóricas de alguém que não produzia de forma sistemática, tanto que Veiga Neto (1996, p. 170) qualifica o programa do filósofo francês de “um tanto ‘anárquico’”.

¹¹⁸ Importa atentar para a distinção firmada, no introito deste Capítulo entre subjetividade e arbítrio, bem como da necessidade de atuar de forma ética na justificação do modo como o trabalho deve ser desenvolvido (“dizer e mostrar como foi feito”).

experimental, a descobrir, dentre as que são sugeridas, as vias que permitirão avançar. Parece-me que não se pode ler Foucault sem fazer em seus confrontos aquilo que ele mesmo fez com uma constância impressionante: apostas intelectuais.

Para afastar eventual acusação de impropriedade na utilização das “ferramentas” de Foucault, melhor é se referir ao próprio dono da “caixa” toda (FOUCAULT, 2006 [1975], p. 52):

Todos os meus livros, seja *História da loucura* seja outro, podem ser pequenas caixas de ferramentas. Se as pessoas querem mesmo abri-las, servirem-se de tal frase, de tal ideia, de tal análise como de uma chave de fenda, ou de uma chave-inglesa, para produzir um curto-circuito, desqualificar, quebrar os sistemas de poder, inclusive, eventualmente, os próprios sistemas de que meus livros resultaram... pois bem, tanto melhor.

E, ainda (FOUCAULT, 2010 [1976], pp. 3-4):

(...) considero-os inteiramente livres para fazer, como o que eu digo, o que quiserem. São pistas de pesquisas, ideias, esquemas, pontilhados, instrumentos: façam com isso o que quiserem. No limite, isso me interessa, e isso não me diz respeito. Isso não me diz respeito, na medida em que não tenho que estabelecer leis para a utilização que vocês lhes dão. E isso me interessa na medida em que, de uma maneira ou de outra, isso se relaciona, isso está ligado ao que faço.

Registro, contudo, que os atos de escolha realizados nesta pesquisa, “subjetivos”, pois a partir de um “ponto de vista particular”, observaram, tanto quanto foi entendido por consentâneo com o pensamento de Foucault¹¹⁹, as fórmulas pretéritas empregadas por outros pesquisadores e que já receberam a desejada chancela da academia. Nesse sentido, em alguns trabalhos consultados para elaboração desta parte da pesquisa, constatei que, quando se invocava o(um)(s) método(s) “foucaultiano(s)” para justificar uma abordagem, esse(s) método(s) era estruturado observando-se a mesma lógica aqui empregada¹²⁰, sobretudo aquilo que Machado (2017, p. 107) designa de “instrumental conceitual”.

O que cuidei de aqui fazer neste tópico, destarte, além de propriamente justificar o método e apontar de onde o extraí, conforme prescrevia o próprio Foucault (2010 [1983], p.

¹¹⁹ Eis aí mais uma afirmação subjetiva, pois essa compreensão de “conformidade com o pensamento de Foucault” também decorre de minha leitura, a qual não conta, por razões óbvias, com a chancela do filósofo francês, pois não tive a satisfação de conhecê-lo, tampouco ele a mim.

¹²⁰ 1) Conhecimentos dos conceitos essenciais; 2) Princípios norteadores; 3) Identificação dos aspectos e operações gerais (correlacionar, descrever, etc.); e 4) Problematização a partir de perguntas condutoras

367), foi ressaltar que se trata de um método *a partir de Foucault*, não de um método “**de Foucault**”, o que são coisas bem distintas.

Retomando a forma de escrita prescrita para o presente trabalho, impõe-se agora apresentar os elementos que integram a presente proposta metodológica: esse método *a partir de Foucault*.

2.4. A emergência da Arqueologia: como Foucault revolucionou a História

A noção de emergência no pensamento Foucault está relacionada à de acontecimento (FOUCAULT, 2007 [1966], p. 476; _____, 2011 [1963], p. 30; _____, 2012 [1969], 209); _____, 2015 [1971], p. 67), ou seja, aquilo que irrompe¹²¹ em decorrência de relações de forças, como ideia oposta à de um evento resultante de uma causalidade objetiva ou natural. Essa definição justifica a escolha do título conferido ao presente tópico, na medida em que representa adequadamente o fato de a metodologia de análise histórica proposta por Foucault não ter sido bem recebida, à época, pela escola histórica francesa, uma vez que os historiadores contemporâneos do filósofo estavam “demasiadamente ocupados em escrever a história à sua própria maneira” (VEYNE, 2014, p. 48), ou seja, de forma tradicional, em vez de estarem disponíveis a uma outra maneira, sobretudo uma proposta por um não historiador.

Episteme

A História (tradicional) não é qualquer coisa que se pretenda qualificar como História, mas apenas “aquilo de que falam os historiadores e o que eles fazem em sua prática” (FOUCAULT, [1972] 2013, p. 298). Se não é feita por qualquer um, também não pode ser feita de qualquer modo: é preciso impor a rarefação dos sujeitos que falam (FOUCAULT, [1970] 2013, p. 35). Há, portanto, regras que condicionam como a história (tradicional) deve ser feita; trata-se de um modo de fazer disciplinado e validado, ou seja, uma *episteme*¹²², a qual por séculos assegurou que, sempre que se fizesse necessário, fossem reconstituídos fidedignamente,

¹²¹ A remissão à ideia de tensão fica bem evidenciada quando Foucault (2012 [1969], 209) relaciona a emergência de uma positividade ao desaparecimento de outra, bem como quando trata a emergência como “lugar de afrontamento” (FOUCAULT, 2015 [1971], p. 68).

¹²² Foucault ([1969] 2014, p. 230) define *episteme* da seguinte forma: “Por *episteme* entende-se, na verdade, o conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados;”

documentalmente, os fatos do passado. Não todos os fatos, é verdade, mas aqueles achados dignos de serem registrados como históricos, daí a razão de se submeterem a uma adequada seleção pelos historiadores (tradicionais), e jamais por filósofos¹²³.

Os fatos históricos, “achados”, “descobertos”, deporiam em favor dessa episteme, na medida em que revelariam uma história não contaminada por subjetividades, transparente, contínua, livre de turbulências, de interrupções, e que atestaria haver uma marca de racionalidade evolutiva no tempo cronológico.¹²⁴ É a história (tradicional), desenvolvida a partir dessa episteme, que assegura “o lugar de repouso, da certeza, da reconciliação – do sono tranquilo.” (FOUCAULT, 2014 [1979], p. 19).

Por essa razão, não somente o lugar dos historiadores (tradicionais), mas o da própria história (tradicional), deveria ser salvaguardada de subversões à ordem de seu discurso. Pensar diferente ou mesmo permitir que, de forma impune, outro pensasse e fizesse diferente, a partir de uma nova episteme, poderia converter em mito aquele que ainda é (queria que não fosse, mas ainda é, ao menos em parte) o dogma sacralizado, antes pela religião e depois pela ciência: a crença em verdades absolutas, transcendentais, eternas mesmo, que são fiduciariamente curateladas pela História (tradicional) e por outros saberes (como o Direito, por exemplo).

Pode-se cogitar a objeção de que essa história (tradicional) não mais seja praticada, que uma “nova História” agora tem lugar aceito e definitivo em substituição àquela tradicional, que todos os historiadores se orientam, no presente, a partir de uma *nova episteme*. Quisera se pudesse generalizar essa suposição, esse desejo até, mas infelizmente não é o caso. E para

¹²³ Em *A história em migalhas* (1994 [1987]), Dosse, de forma contundente e, a meu ver, amarga, critica o fato de que, nos três volumes da obra *História - novos problemas, novas abordagens e novos objetos*, de Nicole Fresco, apenas (cinco) dos 12 (doze) autores citados serem historiadores. Da forma como foi feita a crítica (e lamento), imputa-se ao autor daquela obra (Nicole Fresco) a impropriedade de elaborar uma obra de História reunindo, predominantemente, escritos de não historiadores, bem como de citar como historiadores pessoas que não o são de ofício e formação. Não se pode aqui, por não se ter lido a referida obra (a de Nicole Fresco), fazer-se um juízo peremptório quanto ao desacerto da crítica e do lamento de Dosse. Mas é fato que, afora a circunstância de não serem historiadores os autores e os citados, nenhuma outra circunstância (impropriedades das análises citadas, conclusões falseadas, etc.) foi apontada como fundamento para a desaprovação das referências feitas. Talvez, em lugar de atacar quem escreveu, ou mesmo quem foi citado na obra, devessem receber críticas os historiados que nada fizeram para merecer o convite para escrever, ou aqueles que não fizeram jus ao reconhecimento da citação. Mas se trata apenas de um “talvez”, e um talvez meu, um não historiador que se atreveu a escrever sobre uma história.

¹²⁴ Uma história tipo aquela que foi achada sem graça por Riobaldo. Explico! Em *Grande sertão: veredas* (1956), de João Guimarães Rosa, consta o seguinte relato de Riobaldo, seu protagonista: “A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento, uns com os outros acho que nem se misturam. Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo coisas de rasa importância. Tem horas antigas que ficaram muito mais perto da gente do que outras, de recente data.” Comentando o trecho antes transcrito, Santos (2016, p. 9) conclui que o Riobaldo parece não ver graça nesse tipo de cronologia: reta “(...) sem nuances, sem marcas, sem interrupções, sem oscilações.” Assim como Santos, Foucault, que é avesso à concepção de história linear, também daria razão a Riobaldo: esse tipo de história é sem graça mesmo.

indicar a propriedade do lamento, oportuno invocar mais uma definição apresentada por Marconi e Lakatos (2003, pp. 106-107), desta feita em relação ao método histórico:

Partindo do princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes **têm origem no passado**, é importante pesquisar suas raízes, para compreender sua natureza e função. Assim, o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois **as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo**, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve **remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações**.

(...)

Portanto, **colocando-se** os fenômenos, como, por exemplo, as instituições, no ambiente social em que **nasceram**, entre as suas condições "concomitantes", torna-se mais fácil a sua análise e compreensão, no que diz respeito à **gênese** e ao desenvolvimento, assim como às sucessivas alterações, permitindo a comparação de sociedades diferentes: o método histórico **preenche os vazios** dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da **continuidade** e do **entrelaçamento** dos fenômenos.

Revela-se aí a subsistência, ao menos parcial, da episteme que informou a elaboração da estrutura metodológica da História tradicional: o insistente “percorrer de volta, indefinidamente, as linhas dos antecessores, a reconstituir tradições, a seguir curvas evolutivas, (...)” (FOUCAULT, [1979] 2014, p. 14-15). Por essa definição, os acontecimentos presentes teriam uma “origem” (Darwin?) ou “gênese” (Deus?) no passado, não como produção ou invenção, mas em decorrência de uma relação de causa e efeito, de “entrelaçamento”, atestada por uma lógica de “continuidade”.

Nova História

Mas nem toda História é tradicional. Aliás, já de algum tempo que há História feita de outro modo, a partir de uma nova episteme. Uma “*nouvelle histoire*”, fomentada da França, sobretudo a partir da criação da “Revista *Annales*” em 1929, por Lucien Febvre e Marc Bloch, e que volta sua atenção para além dos “grandes homens e países”, a fim de “captar a heterogeneidade das ações humanas” (GREGOLIN, 2006, pp. 160-161).

Segundo Burke (1991, p. 7), a Revista *Annales* foi idealizada para promover “uma nova espécie de história”, que se orientava pelas seguintes diretrizes:

Em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros

objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a linguística, a antropologia social, e tantas outras.

Pelo que se afere das premissas que conduziram a produção dos integrantes da “*Escola dos Annales*”, assim designados comumente aqueles que se associaram à referida revista (BURQUE, 1992, p. 7), essa “nova História” tinha por escopo muito mais do que passar a compreender apenas em seu objeto aquilo que antes era ignorado ou ocultado pela História tradicional, ou seja, o material “não nobre”, “plebeu” (FOUCAULT, 2015 [1975], p. 213). Postulava-se, também, uma mudança epistemológica, em que a (nova) História passasse a se orientar por pesquisas interdisciplinares e fosse destinada a problematizar as questões que interessassem a outros campos do saber. Seria uma “história da sensibilidade” (BURKE, 1991, p. 26).

Segundo Burke (1991, p. 8), a obra da Escola dos *Annales* não foi uniforme. Submeteu-se, por óbvio, à historicidade decorrente do passar dos anos e das distintas características de seus integrantes. É possível, em razão disso, estabelecer uma divisão em três momentos distintos. No primeiro deles, caracterizado como “pequeno, radical e subversivo”, os integrantes do referido movimento se insurgiram em face da História tradicional, sobretudo em relação aos métodos e temas eleitos para “descrição” como fatos históricos. No segundo momento, cronologicamente datado como ocorrido após a Segunda Guerra Mundial, os antes “rebeldes” conquistaram o *establishment* histórico francês, notadamente em razão das posições institucionais que Febvre e seus “discípulos e amigos” passaram a ocupar (BURKE, 1991, p. 30). Por fim, a partir do final da década de 1960, a terceira geração da Escola dos *Annales* foi marcada pela ampliação dos campos históricos (BARROS, 2010, p. 21), pela intensificação do diálogo com outras ciências e pela diversificação das fontes para as análises históricas (MATOS, 2010, p. 128). Burke (1991, p. 8) afirma que, nesta fase, a atenção de alguns integrantes dos *Annales* se volta “da história socioeconômica para a sociocultural, enquanto outros estão redescobrimo a história política e mesmo a narrativa.” Ainda, segundo Burke (1991, p. 92), é nesta fase do movimento dos *Annales* que se populariza a expressão “Nova História”, sobretudo em razão da edição da obra de Jacques Le Goff e outros “*La nouvelle histoire*” (1978).

É a essa “**nova História**” que Foucault ([1969]2014, p. 12) se refere e com a qual se relacionou de modo relevante. Dela recebeu significativas contribuições para o seu desenvolvimento intelectual (BURKE, 1991, p. 83; VEYNE, 2014, pp 45-46), como, por

exemplo, a noção de história serial¹²⁵ (FOUCAULT, 2014 [1969], p. 9), tendo o inverso também ocorrido, chegando Foucault a exercer considerável influência sobre os historiadores “novos”, notadamente aqueles da terceira geração dos *Annales* (BURKE, 1991, p. 69).

A ligação de Foucault com a “nova História” fez, inclusive, com que Le Goff (1990, p. 104) o qualificasse como “um dos maiores historiadores novos”, para lamento de alguns historiadores, especialmente de Dosse. Se Foucault seria ou não historiador¹²⁶ ou, ainda, se ele poderia ser vinculado a esse movimento denominado de “Nova História”, isso é questão que comporta debate¹²⁷. Mas o que é certo, no entanto, é que Foucault efetivamente postulou uma mutação epistemológica da História.

Descontinuidade

Essa mudança deveria compreender, antes de tudo, “um novo tipo de racionalidade”, que abandona a lógica da continuidade progressiva, ou seja, a “grande e velha metáfora biológica da vida e da evolução” (FOUCAULT, 2013 [1972], p. 309), e passa a se orientar pela noção de *descontinuidade*. Para Foucault (2014 [1969], p. 06), a História não se desenrola de forma contínua e linear, mas seria caracterizada, de outro modo, por fenômenos de ruptura e outras formas de perturbação à continuidade, as quais representam marcas da renovação de fundamentos.

Para Foucault (2014 [1969], pp. 10-11), a noção de descontinuidade deixa de representar um obstáculo, para se tornar um conceito operativo considerado essencial para a análise

¹²⁵ Eis a definição de Burke (1997, p. 91) em relação à expressão “História serial”: “Um termo empregado por Chaunu em 1960, tendo sido rapidamente apropriado por Braudel e outros, para se referirem às tendências de longa duração, pelo estudo das continuidades e descontinuidades, no interior de séries relativamente homogêneas de dados (preços de cereais, data das safras de vinho, nascimentos anuais, comungantes de Páscoa, etc.) (Conf. Chaunu, 1970, 1973; Burguière, 1986, 631-3).”

¹²⁶ Foucault negava ser um historiador, do mesmo modo que não se dizia filósofo (VEYNE, 2014, p. 69), embora Veyne assim o tenha qualificado expressamente (VEYNE, 2014, p. 78). Sobre essa questão, o próprio Foucault, em 1968, manifestou-se do seguinte modo: “Muitas vezes me perguntaram o que era, para mim, escrever aquilo que escrevia, de onde eu falava, o que aquilo queria dizer, por que aquilo e não outra coisa, se eu era filósofo, ou se eu era historiador, ou sociólogo, etc. Se tivessem me dado uma liberdade de resposta tão grande quanto a que você me oferece hoje, eu acho que teria respondido com toda brutalidade: não sou nem um nem outro, sou médico, digamos que sou um diagnosticador.” (FOUCAULT, 2016 [1968], p. 48). O título, no entanto, não era o que importava para Foucault, tampouco para nós aqui nesta pesquisa. O relevante é a contribuição inequívoca e significativa de Foucault para uma nova forma de analisar e escrever história.

¹²⁷ Dosse (2007, pp. 313-318) (em especial, mas não somente ele) sustentava a impropriedade de se qualificar Foucault como historiador, desenvolvendo contundente crítica ao referido filósofo (historiador, “médico” ou “diagnosticador”), bem como àqueles que, como historiadores, consideraram Foucault como historiador e/ou com eles trabalham no campo da História. Pelo conteúdo da nota anterior, é razoável especular que a crítica de Dosse parece ter se dirigido especialmente a Paul Veyne, historiador muito próximo a Foucault e que muito contribuiu no desenvolvimento das investigações históricas deste último, conforme registro de gratidão expressamente formulado no segundo volume da *História de Sexualidade*.

histórica, prestando-se a desempenhar um triplo papel. Inicialmente, é uma operação deliberada do historiador, por meio da qual este determina o nível de aprofundamento, o método e a periodização da análise a ser empreendida. Seria, também, o resultado da descrição, na medida em que o historiador deve buscar determinar os limites de cada processo. Por fim, a descontinuidade seria um conceito que se relaciona a uma atitude epistemológica, ou seja, a um modo de fazer, marcando o limiar da transformação de uma positividade por outra (FOCAULT, 2012 [1969], 2011, p. 209).

A ideia de descontinuidade fragilizou um dos cânones da história tradicional, que invoca a pretensa aptidão para reconstituir os fatos do passado. Na medida em que o caminho de volta não se encontra regularmente pavimentado, mas, ao contrário, achando-se entrecortado por inflexões e rupturas, torna-se custoso ou mesmo inviável se chegar à origem das coisas, ou seja, ao momento (ou monumento) de criação, ao menos a partir de uma lógica de causalidade sucessiva.

Documentos e monumentos

Foucault propôs, ainda, a resignificação do sentido que a História tradicional atribui aos ***documentos*** e aos ***monumentos***.

Le Goff (1990, p. 536) se refere aos monumentos e aos documentos como materiais da memória coletiva. Tradicionalmente, os monumentos corresponderiam aos sinais do passado, concebidos de forma intencional para “fazer recordar”. Como regra, seriam constituídos de testemunhos em forma diversa da escrita, sendo esta admitida somente em parcela mínima. Os documentos, por sua vez, teriam preferencialmente a forma escrita. Referir-se-iam aos fatos históricos e teriam o condão de, por si só, constituir-se como prova destes, mesmo que produzidos por ação de um indivíduo: o historiador. Seu caráter objetivo e não intencional se firmaria em razão da presunção de que o historiador obraria de forma isenta ao selecionar, confeccionar e/ou produzir documentos, como se afere do trecho da afirmação de Fustel de Coulanges, citado por Le Goff¹²⁸ (1990, p. 536):

¹²⁸ A citação em questão foi extraída da obra “*Histoire Des Institutions Politiques de L'Ancienne France: La Monarchie Franque*”, que não recebeu tradução para o português. Registre-se, ademais, que não foi localizada pelo autor desta pesquisa nenhuma versão na internet, seja em formato “.doc”, “.html” ou “.pdf”. Desse modo, foi imprescindível o recurso à “citação da citação”, o criticado (por alguns) “*apud*”, restando confiar na fidedignidade da transcrição feita por Le Goff. Tomou-se, aqui, o livro de Le Goff como um documento, entendendo-se este conceito na acepção que era conferida pelos historiadores tradicionais.

Leis, cartas, fórmulas, crônicas e histórias, é preciso ter lido todas estas categorias de documentos sem omitir uma única... Encontraremos no curso destes estudos várias opiniões modernas que não se apoiam em documentos; deveremos estar em condições de afirmar que não são conformes a nenhum texto, e por esta razão não nos cremos com o direito de aderir a elas. A leitura dos documentos não serviria, pois, para nada se fosse feita com ideias preconcebidas... A sua única habilidade (do historiador) consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e em não lhes acrescentar nada do que eles não contêm. O melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos.

Foucault questiona, no entanto, essa crença quase metafísica e teológica na objetividade da História tradicional, assim como na isenção dos historiadores (tradicionais ou não) que aspiram integrar ou que se afirmam integrantes dessa “família dos ascetas”¹²⁹. Refere-se a isso como demagogia hipócrita, pois não concebe como possa o historiador se aniquilar na tarefa de produzir uma descrição pretensamente impessoal e exata dos fatos passados (FOUCAULT, 2015 [1971], p. 78).

Para Foucault (2014 [1969], p. 8), a História, como produto do trabalho do historiador, não mais recorre aos documentos para deles extrair exegética e heurísticamente a verdade. Em vez disso, a História, por meio dos historiadores, é quem cuida de elaborar os documentos e organizar e distribuir os fatos históricos. A lógica da História (nova) é a da constituição dos documentos, no sentido de serem eles produzidos, e não a da reconstituição da verdade histórica por meio dos documentos.

Além de considerá-los como construídos de forma intencional e não objetiva, a (nova) História também considera os documentos como os lugares de onde se buscará definir “unidades, conjuntos, séries, relações” entre que constituirão o objeto das investigações históricas: “De agora em diante, o problema é constituir séries (...)” (FOUCAULT, 2014 [1969], p. 9).

História geral (Serial)

Em *A Arqueologia do saber*, Foucault (2014 [1969], p. 12) se refere a uma História geral, a qual teria por finalidade:

determinar que forma de relação pode ser legitimamente descrita entre essas diferentes séries; que sistema vertical podem formar; qual é, de umas às outras, o jogo das correlações e das dominâncias; de que efeito podem ser as defasagens, as

¹²⁹ A ideia é inequivocamente nietzschiana, abordada especialmente em *Genealogia da Moral* (1887). Ver, a propósito, o aforisma n.º 26 do aludido livro (NIETZSCHE, 2009 [1887], pp. 134-137).

temporalidades diferentes, as diversas permanências; em que conjuntos distintos certos elementos podem figurar simultaneamente; em resumo, não somente que séries, mas que "séries de séries" - ou, em outros termos, que "quadros" - é possível constituir.

Em outra obra posterior, a essa mesma concepção de História Foucault (2013 [1972], p. 304) se refere como História serial. Sobre essa expressão, Burke (1991, p. 91) sustenta que foi primeiramente introduzida por Pierre Chaunu em 1960, sendo logo em seguida adotada por Ferdinand Braudel e outros integrantes da Escola dos *Annales*.

A História serial se propõe examinar “tendências de longa duração, pelo estudo das continuidades e descontinuidades, no interior de séries relativamente homogêneas de dados”. Barros (2011, p. 164) explica que a História Serial se refere “a um tipo de fontes e a um ‘modo de tratamento’ das fontes”, mas pode também representar uma “serialização de eventos ou dados (e não apenas com a serialização de fontes)”. Neste último caso, seu escopo seria investigar eventos que se verificam de forma sucessiva (séries) ou em um determinado período (ciclo).

Foucault (2013 [1972], p. 304) afirma que a História serial não teria seu foco em objetos previamente definidos. Segundo ele, o exame dos documentos é que deveria determinar qual o objeto a ser investigado e, num momento posterior, viabilizar o estabelecimento de eventuais relações entre os dados ou eventos mencionados nesses documentos. Para justificar suas conclusões, Foucault (2013 [1972], p. 305) faz alusão à obra *Séville et l'Atlantique* (1960), de Pierre Chaunu, sobre a cidade de Sevilha. Aquele (Foucault) indica que o estudo serial sobre Sevilha, tomado para fins de ilustração, principiou-se pela análise dos registros relativos ao século XVI e constantes no arquivo do porto daquela cidade. Após, e em função desse exame, é que se pôde definir as relações concernentes à entrada e saída anual de navios, origem das embarcações, etc. Assim, Foucault assinalou que a própria descrição dessas relações consubstanciaria o objeto da pesquisa histórica. Com esse argumento, Foucault quis demonstrar que a História, representada por essas relações seriais, não estaria previamente estabelecida nos documentos examinados. Foi somente por meio do processo de constituição (e não de reconstituição) dessas relações que se fez a História, ou melhor, que a História foi feita, que ela foi produzida.

Não se quer com isso dizer que a História não guarde relação com os documentos que deram ensejo à análise, tal como uma espécie abiogênese, alquimia histórica ou coisa equivalente. Diferentemente disso, o que Foucault (2013 [1972], pp. 305-307) sustenta é que a História, em muitos casos, somente pode emergir a partir de uma conduta ativa do historiador,

“manipulando e tratando” os documentos, para o fim de definir as relações internas e externas do *corpus* de análise. A História, consubstanciada nessas relações, não seria simplesmente revelada pelos métodos da História tradicional. Em outros termos, a História dessas relações não seria simplesmente achada heurísticamente, não teria sua origem identificada pelo regresso cronológico. De modo diverso, ela teria que ser produzida, ela teria que acontecer: ela haveria de ser um acontecimento decorrente de uma ação deliberada, ou seja, de uma “acontecimentalização”.

Acontecimento e “acontecimentalização”

São essenciais para o projeto analítico de Foucault a noção de ***acontecimento*** e a ideia de “***acontecimentalização***”. Para reforçar a propriedade dessa afirmação, e aplicando aqui uma técnica da história serial (facilitada pelas ferramentas atuais de informática, convém dizer que Foucault se referiu ao termo “acontecimento(s)” 95 (noventa e cinco) vezes somente em *A Arqueologia do saber*. Embora o próprio Foucault tenha admitido que fez uso dessa expressão, por vezes, de forma “grosseira” (FOUCAULT, 2014 [1969], p. 49), essa recorrência é indicativa de sua relevância para o projeto analítico do referido filósofo. Em sua obra, o termo “acontecimento” se encontra relacionado com a noção de descontinuidade, de enunciado, e principalmente com o conceito de discurso. Por isso é importante compreendê-lo, mas não sem antes fixar algumas premissas.

Em primeiro lugar, a despeito da essencialidade da noção em questão, é preciso consignar que nem tudo pode ser simplesmente reduzido ao plano dos acontecimentos (FOUCAULT, 2015 [1977], p. 40). Há atos (pensar, por exemplo), há coisas, há fatos e há, também, acontecimentos. Esses conceitos estão relacionados, mas não se confundem (FOUCAULT, 2014 [1969], p. 9).

Mesmo em relação ao que se pode considerar acontecimento, deve-se ter em conta que existe um escalonamento tipológico que distingue internamente a categoria dos acontecimentos (FOUCAULT, 2015 [1977], p. 40). Exemplo dessa distinção tipológica é a qualificação de alguns acontecimentos como “acontecimentos discursivos”, estabelecendo assim, *contrario sensu*, a ideia de que há acontecimentos de outra natureza, ou seja, “acontecimentos não discursivos” (REVEL, 2005, p. 13). Os acontecimentos são aquilo que advém das descontinuidades da história, das irrupções (FOUCAULT, 2014 [1969], pp. 7/30; _____, 2015 [1971], p. 73; _____, 2015 [1978], p. 332), não por acidente ou como resultado involuntário do

acaso ou da outrora venerada evolução cronológica, mas como algo que se produz, que é produzido (FOUCAULT, 2014 [1969], p. 52; _____, 2013 [1970], p. 51), que é feito acontecer.

A noção de acontecimento se opõe à de mera criação (FOUCAULT, 2013 [1970], p. 51), o que significa dizer que o acontecimento não decorre de um ponto de origem que suficientemente o justifica. Em outros termos, o acontecimento não se relaciona com a noção de sucessão causal, mas exatamente com o oposto dela, ou seja, com a ideia de perturbação da continuidade. Por esse distanciamento da ideia de continuidade é que se deve considerar todo acontecimento como único (FOUCAULT, [1969] 2014, p. 34): ele existe como uma singularidade (FOUCAULT, 2014 [1969], p. 34; _____, 2013 [1970], p. 51; _____, 2015 [1971], p. 55; _____, 2015 [1978], p. 332). Isso significa dizer que o acontecimento é feito acontecer como obra de uma ação produtora.

Ainda que os acontecimentos se repitam, essa nova ocorrência (acontecer novamente) não equivalerá a uma mera decorrência, a uma sucessão causal, significando, de outro modo, que ele foi novamente produzido. A repetição em série representará a subsistência da potência e da ação produtora do acontecimento, ou seja, indicará que a força que produziu o acontecimento ainda opera com dominância. De outro modo, se a repetição do acontecimento se dá em ciclos, isso significará que, entre um acontecimento (único) e sua repetição, um outro acontecimento não semelhante foi produzido, foi feito acontecer. Este outro acontecimento, num primeiro momento, impôs-se ao acontecimento original, substituindo-o, mas em seguida sucumbiu à repetição daquele primeiro acontecimento, que foi feito acontecer novamente.

O que se vê, portanto, é que aos acontecimentos a História não reservou um lugar tranquilo, mas diversamente disso, lugares de tensão, de entrecruzamento, de descontinuidades; reservou-lhes aquilo que Foucault (2014 [1969], p. 179) designou de as “tramas da História”.

Fixadas essas premissas, oportuno se referir ao que Foucault (2015 [1971], p. 73) considerava como sendo acontecimento:

A história "efetiva" faz ressurgir o acontecimento no que ele pode ter de único e agudo. É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada.

O acontecimento para Foucault, portanto, é algo que foi feito acontecer e que, em razão disso, deliberadamente fez outro algo “desacontecer”. Esse “desacontecimento”, no entanto,

foi resistido, já que o algo “desacontecido” pretendia continuar existindo. Exatamente por isso que Foucault se refere a uma “relação de forças” (o plural é elementar), estando subtendido que estas (forças) estão em oposição, pois ele afirma que o acontecimento se verifica no momento em que a relação se inverte.

Para representar adequadamente essa ideia de tensão, Foucault fez uso da expressão “acontecimentalizar”, assim como algumas de suas possíveis derivações, como “acontecimentalização”, por exemplo. Sobre o que seria acontecimentalização Foucault (2015 [1978], p. 332) disse:

(...) a “acontecimentalização” consiste em reencontrar as conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, os jogos de forças, as estratégias etc., que, em um dado momento, formaram o que, em seguida, funcionará como evidência, universalidade, necessidade.

O acontecimento, portanto, não considerado algo apenas surgido ou encontrado, mas “acontecimentalizado”, exige sempre uma conduta ativa, não ocasional e dirigida a uma finalidade: um fazer acontecer, um “acontecimentalizar.”

Foucault afirmou que a noção de acontecimento como relação de forças não era do gosto dos historiadores, os quais sustentavam a racionalidade da análise histórica na ideia de unidade (2015 [1978], p. 334), ou seja, uma racionalidade que pressupunha a cronologia como sendo informada por uma lógica evolutiva. Para questionar essa abordagem da História, para se insurgir contra o argumento de que o presente seria inevitável e óbvio em razão daquela lógica determinante, para sustentar que a conhecimento e a verdade se constituem em acontecimentos, ou seja, que são produzidos ou mesmo inventados, Foucault desenvolveu a sua Arqueologia.

2.5. A Arqueologia de Foucault.

A presente pesquisa foi ensejada, em boa medida, pelas controvérsias relativas aos terrenos de marinha, especialmente o debate em torno da necessidade da extinção ou reformulação do regime jurídico dessa categoria de bens. Essa contenda se centra em três questões fundamentais: 1) Por que os terrenos de marinha são regulados como no presente? 2) Essa configuração atual decorre lógica e necessariamente de uma “origem” histórica que possa ser reconstituída, ou seja, encontrada quando (re)feito o caminho de volta no tempo? 3) Sem

cogitar se melhor ou pior, haveria como os terrenos de marinha terem, no passado ou daqui em diante, outra função social (“socioambiental”), ou seja, poderiam ser regulados de outro modo, e não como foram ou são? À reflexão sobre essas questões o *Capítulo Terceiro* da pesquisa se dedicará integralmente. Neste momento, convém dizer apenas que o debate acima cogitado, ou seja, a proposta de problematização do presente, no caso específico, o presente da função socioambiental dos terrenos de marinha, corresponde ao projeto investigativo que deu ensejo às formulações da *Arqueologia* e da *Genealogia* de Foucault.

Para justificar essa conclusão, oportuno invocar a fala do próprio Foucault (2003, 4’02’’-4’34’’):

Eu não pergunto ‘o que conhecer’. Meu problema não é saber se os discursos científicos são verdadeiros ou não, se eles têm relação com uma objetividade ou não, se é preciso considerá-los como coerentes ou somente cômodos, se eles são a expressão de uma realidade terrível. Isso não é uma questão minha.

(...)

Eu diria que é preciso fazer uma história das problematizações, quer dizer, a história da maneira pela qual as coisas produzem problemas.

Em retomada ao que foi tratado no tópico precedente, é possível afirmar que função socioambiental dos terrenos de marinha está relacionada à ideia de acontecimento (de múltiplos, no caso), segundo o pensamento de Foucault.

Sem julgá-la certa ou errada, adequada ou inadequada, coerente ou não com a noção de sustentabilidade, pode-se dizer, com fundamento nos documentos¹³⁰ referenciados na *Introdução* desta pesquisa, que existem proposições sustentando a necessidade de que essa função seja outra. Nesse mister, a atual função socioambiental dos terrenos de marinha foi estabelecida, constituída a partir de relações de forças, mas a subsistência dessa função é objeto de resistência, o que se evidencia pela existência de diversos projetos legislativos que pretendem a sua modificação/extinção, bem como de ações judiciais que contestam determinados aspectos do seu regime jurídico. Há, assim, uma vontade de se instaurar uma nova positividade, em substituição à existente no presente, a fim de que se possa estabelecer um novo regime normativo para os terrenos de marinha, ou mesmo que sejam eles extintos. Em outros termos, a função social (“socioambiental”) presente aconteceu, continua acontecendo, mas há quem queira que outra seja “acontecimentalizada” em seu lugar. E é para esse tipo de pesquisa,

¹³⁰ Refiro-me aqui especialmente aos projetos de leis que pretendem a modificação do regime jurídico ou mesmo a extinção dos terrenos de marinha.

em que se concebe a História como acontecimento e em que se problematiza o presente, que a Arqueologia se destina (FOUCAULT, 2014 [1969], pp. 169-170).

O que seria, então, a Arqueologia na concepção de Foucault?

Arqueologia

Segundo Foucault (2014 [1969], p. 204), a Arqueologia se propõe definir as regras de formação de um conjunto de enunciados, considerando-os não como fatos relacionados ao acaso, mas como uma sucessão de acontecimentos (“acontecimentalizados”) que constituem um discurso. Nesse sentido, Foucault sustenta que a constituição do discurso decorre de uma escolha teórica, o que significa dizer que, dado o caráter de acontecimento, o discurso, em distintas condições, poderia ser outro. Foucault ([1969] 2014, p. 208) também afirma que, não só a possibilidade de ser de outro modo, ou seja, de ser diferente, mas a própria diferença em si mesma, são objetos da descrição arqueológica, que em vez de tentar superar as diferenças, dispõe-se analisá-las e dizer em que exatamente elas consistem e como se operou o processo de diferenciação.

Sintetizando as suas particularidades e estabelecendo as características distintivas da descrição arqueológica em relação a outras abordagens, Foucault (2014 [1969], pp. 169-171) formulou o que ele qualificou de quatro princípios. Em primeiro lugar, a Arqueologia não se ocupa em definir pensamentos, representações ou quaisquer outros elementos que se manifestem nos discursos. Tampouco trata o discurso como documento ou como signos de outra espécie que ensejem interpretação ou decifração. Em vez disso, ela investiga os discursos enquanto práticas discursivas que se desenvolvem com observância de determinadas regras.

A Arqueologia, ademais, não tem por objeto a mera transição entre discursos. É certo que ela confere especial relevância aos momentos de irrupção, quando novas positivities e discursos emergem. Mas a atenção às descontinuidades se destina a possibilitar que se analise o discurso em sua especificidade, a fim de evidenciar “o jogo de regras” que se prestam a estabelecer e regular aquelas práticas, ou seja, o funcionamento dos discursos.

Como terceiro princípio, Foucault enuncia que a Arqueologia não se submete à soberania da obra, rejeitando, assim, a ideia de sujeito fundante, argumento que defendeu desde *As palavras e as coisas*. Ele explicava que a Arqueologia define tipos e regras a partir de práticas discursivas que atravessam obras individuais, o que se dá para o fim de identificar regularidades num conjunto disperso de enunciados.

Por fim, Foucault reafirmava a principal característica distintiva da descrição arqueológica em relação à análise histórica tradicional: a rejeição do anseio de retorno à origem. Nesse mister, a Arqueologia não se propõe a reconstituir esse caminho de volta, de modo a identificar o que foi em seu estado original, antes de a dispersão no tempo e no espaço promover qualquer tipo de alteração de sentido.

A essência teleológica da proposta arqueológica foi sintetizada por Foucault na conclusão de *A Arqueologia do saber*. Melhor não tirar ou por coisa alguma, limitando-nos a transcrever o que disse o próprio filósofo (FOUCAULT, [1969] 2014, p. 244):

Ora, obstinei-me em avançar. Não que esteja certo da vitória nem conte com as minhas armas. Mas porque achei que, no momento, era o essencial: libertar a história do pensamento de sua sujeição transcendental. O problema para mim não era, absolutamente, estruturalizá-la, aplicando ao devir do saber ou a gênese das ciências categorias que tinham sido testadas no domínio da língua. Tratava-se de analisar tal história em uma descontinuidade que nenhuma teleologia reduziria antecipadamente: demarcá-la em uma dispersão que nenhum horizonte prévio poderia tornar a fechar; deixar que ela se desenrolasse em um anonimato a que nenhuma constituição transcendental imporia a forma do sujeito; abri-la a uma temporalidade que não prometeria o retorno de nenhuma aurora. Tratava-se de despojá-la de qualquer narcisismo transcendental; era preciso libertá-la da esfera da origem perdida e reencontrada em que estava presa: era preciso mostrar que a história do pensamento não podia ter o papel revelador do momento transcendental que a mecânica racional já não tem desde Kant, nem as idealidades matemáticas desde Husserl, nem as significações do mundo percebido desde Merleau-Ponty – a despeito dos esforços que foram feitos para aí descobri-lo.

Mas tão importante quanto compreender os aspectos e operações gerais relacionadas ao emprego da Arqueologia de Foucault como “método”, é conhecer os conceitos essenciais a ela concernentes. A fim de subsidiar esse empreendimento, oportuno aludir uma definição do próprio filósofo francês, para dela, então, extrair as noções elementares a uma adequada utilização da Arqueologia nesta pesquisa. Ao ensejo dessa questão, Foucault (2015 [1975], pp. 251-252), durante entrevista com estudantes da *Founders Room do Pomone Collège*, ocorrida em maio de 1975, ao ser questionado especificamente a respeito do que seria a Arqueologia, respondeu nos seguintes termos:

(Estudante) – Eu entendo. O senhor poderia nos dizer agora se a arqueologia é um novo método ou simplesmente uma metáfora?

(Foucault) – Bem...

(Estudante) – Será um elemento central de sua concepção da História?

(Foucault) – Utilizo a palavra “*arqueologia*” por duas ou três razões principais. A primeira é que é uma palavra com a qual se pode jogar. *Arche*, em grego, significa “*começo*”. Em francês, temos também a palavra “*arquivo*”, que designa a **maneira** como os **elementos discursivos** foram registrados e podem ser extraídos. O termo “*arqueologia*” remete, então, ao **tipo de pesquisa** que se dedica a **extrair os**

acontecimentos como se eles estivessem registrados em um arquivo. Uma outra razão pela qual utilizo a palavra concerne a um objetivo que fixei para mim. Procuro reconstituir um campo histórico em sua totalidade, em todas as suas dimensões políticas, econômicas, sexuais. Meu problema é **encontrar a matéria que convém analisar**, o que **constitui o próprio fato do discurso**. Assim, meu projeto não é o de fazer um trabalho de historiador, mas descobrir **por que e como se estabelecem relações entre os procedimentos discursivos**. Quero concentrar meu estudo **no que nos acontece hoje, no que somos, no que é nossa sociedade**. Penso que há, em nossa sociedade e naquilo que somos, uma dimensão história profunda, e, no interior desse espaço histórico, **os acontecimentos discursivos** que se produziram há séculos ou há anos são muito importantes. Somos **inextricavelmente ligados aos acontecimentos discursivos**. Em um certo sentido, não somos nada além do que aquilo que foi dito, há séculos, meses, semanas.

A partir dessa definição elaborada por Foucault, é possível se ter a indicação dos diversos conceitos que se apresentam como essenciais à abordagem arqueológica. Seriam eles: *enunciados; formações discursivas; discursos; Acontecimentos discursivos; condições de produção; práticas discursivas; arquivo*.

Embora haja outros tantos cuja compreensão também se impõe e que serão devidamente abordados neste trabalho, os que acima estão elencados se prestam a orientar a continuidade deste tópico de apresentação da Arqueogenealogia a partir de Foucault. Prosseguir-se-á por eles.

Enunciados

Aos ***enunciados*** Foucault dedicou boa parte de sua *A Arqueologia do saber*, afirmando que eles são a “unidade elementar do discurso” (FOUCAULT, 2012 [1969], p. 97). O primeiro elemento característico a ser atribuído aos enunciados é de índole distintiva, ou seja, o enunciado não é, em si mesmo, uma proposição, uma frase ou um ato de linguagem (FOUCAULT, 2014 [1969], p. 1), pois ele (o enunciado) não corresponde a nenhuma unidade lógica, gramatical ou linguística. (FOUCAULT, 2014 [1969], pp. 129/132/138). O que se presta, segundo Foucault, para fazer acontecer um enunciado é o seu funcionamento. Explicando essa forma de funcionalização do enunciado, Gregolin (2006, p. 89) vai dizer que o que fará de quaisquer dessas unidades (uma proposição, uma frase ou um ato de linguagem) um enunciado é “o fato de ele [o enunciado] ser produzido por um sujeito em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que ele seja enunciado.”

A descrição de um enunciado não se opera por meio do isolamento dessas unidades (lógicas, gramaticais ou linguísticas), mas do funcionamento delas enquanto relacionadas com um campo de objetos diversos (FOUCAULT, 2014 [1969], p. 129). Por isso Foucault (2014 [1969], p. 132) afirmou que

Descrever um enunciado não significa isolar e caracterizar um segmento horizontal, mas definir as condições nas quais se realizou a função que deu a uma série de signos (não sendo esta forçosamente gramatical nem logicamente estruturada) uma existência, e uma existência específica.

Os enunciados, portanto, são uma “função de existência” que dará condição de possibilidade para que aquelas unidades, ou seja, as proposições, as frases e os atos de linguagem, existam e façam ou não sentido como unidades elementares do discurso (FOUCAULT, 2014 [1969], p. 105).

Para enfatizar relevância do funcionamento do enunciado é que Foucault somente se ocupou em defini-lo depois de tratar da noção de função enunciativa, afirmando o seguinte:

(...) um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem.

Ao dizer que o enunciado é “aberto à repetição”, ou seja, que é dotado de uma “materialidade repetível”, Foucault não equipara a repetição de um enunciado à de uma frase ou de qualquer outro conjunto de signos. A identidade dos enunciados tem a ver com a obediência a um regime de instituições materiais e, ainda, com o seguinte (FOUCAULT, 2010 [1960], p. 126):

A identidade de um enunciado está submetida a um segundo conjunto de condições e de limites: os que lhe são impostos pelo conjunto dos outros enunciados no meio dos quais figura; pelo domínio no qual podemos utilizá-lo ou aplicá-lo; pelo papel ou função que deve desempenhar.

E neste ponto é que a noção de enunciado se relaciona com outro conceito elementar para a Arqueologia de Foucault: as formações discursivas.

Formações discursivas

Foucault [1969] 2014, pp. 142-143) afirma que o enunciado está para a ***formação discursiva***, como a frase está para o texto e uma proposição está para um conjunto dedutivo. Essas comparações significam que o enunciado pertence (a), que integra uma formação discursiva (como a frase em relação ao texto), mas também que é condicionado e regido por esta, tal como se dá com a proposição em relação ao campo dedutivo. A formação discursiva, desse modo, corresponde à lei de regência dos enunciados e é ela que define a regularidade destes. Mais claramente Foucault (2014 [1969], p. 47) explicou:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (...)

Foucault (2014 [1969], p. 47) sustentava que os elementos integrantes desses sistemas de dispersão (formações discursivas) estão condicionados por algo que ele denominou de “regras de formação”, que seriam “condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva”. Não há, destarte, a necessidade de invocação de noções como “ciência, teoria ou ideologia” para relacionar os enunciados a um discurso. Diferente disso, é o pertencimento às formações discursivas, ou seja, a conformidade com as tais regras de formação, que permite identificar os “laços” de familiaridade e insistência (regularidade na dispersão) dos enunciados como unidades elementares de determinado discurso.

Positividade e a priori histórico

Segundo Foucault (2012 [1969], p. 251), as positividades correspondem ao “conjunto das condições segundo as quais se exerce uma prática, segundo as quais essa prática dá lugar a enunciados parcial ou totalmente novos.” A observância dessas condições, todavia, não é suficiente a assegurar que os enunciados produzidos a partir de determinada prática discursiva sejam verdadeiros ou falsos. A forma de positividade permite, no entanto, reconhecer que os

enunciados se colocam em um “mesmo nível”, que falam sobre a “mesma coisa” e que podem eventualmente, desenvolver “identidades formais, continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos (FOUCAULT, 2012 [1969], pp. 154-155).

As positivities emergem e existem em determinadas condições, estando submetidas aos efeitos da historicidade. Assim como surgiram, podem se transformar ou mesmo desaparecer, a depender da subsistência ou modificações das condições sócio-históricas. “Assim, a positividade desempenha um papel do que se poderia chamar de *a priori histórico*” (FOUCAULT, 2012 [1969], p. 155).

Foucault (2007 [1966], p. 219) define *a priori* histórico como sendo

aquilo que, numa dada época, recorta na experiência um campo de saber possível, define o modo de ser dos objetos que aí aparecem, arma o olhar cotidiano de poderes teóricos e define as condições em que se pode sustentar sobre as coisas um discurso reconhecido como verdadeiro.

Essas condições dão ensejo à emergência dos enunciados e estabelecem a “lei de coexistência com outros”. Elas não atestam, contudo, a legitimidade dos juízos, daí o porquê de o *a priori* histórico ser condição de realidade, e não de validade (FOUCAULT, 2012 [1969], p. 155). A historicidade¹³¹ é, portanto, elementar à concepção de *a priori* segundo Foucault, que por isso o define “como o conjunto de regras que caracterizam uma prática discursiva” (FOUCAULT, 2012 [1969], p. 156)

Práticas (discursivas e não discursivas)

A noção de prática é elementar para o pensamento de Foucault¹³² (Castro, 2016 [2004], p. 336; FISCHER, 2012, p. 15), mas sua compreensão impõe que se apresentem, desde logo, algumas distinções.

¹³¹ Castro (2016 [2004], p. 21) ressalta que essa ênfase à historicidade do *a priori* se deu com o propósito de firmar a distinção em relação ao *a priori* kantiano, que não é histórico. Kant (2009 [1781], p. 13) define *a priori* como sendo os conhecimentos que independem das impressões do sentido e da experiência. Os conhecimentos *a priori* estão em oposição aos conhecimentos *a posteriori*, estes, por sua vez, que são dotados de caráter contingencial, já que provêm e dependem da experiência (KANT, 2009 [1781], p. 13-14). Os conhecimentos *a priori* seriam, portanto, juízos puros, necessários e universais (KANT, 2009 [1781], p. 15), dados a conhecer ao homem por meio da *razão pura*, a qual é objeto de uma “ciência especial” que Kant designou de “crítica da razão pura” (KANT, 2009 [1781], p. 24).

¹³² “(...) o domínio de análise de Foucault são as práticas.” (Castro, 2016 [2004], p. 336). “trata-se sempre de práticas por dentro de relações de poder e saber, que se implicam mútua e insistentemente;” (FISCHER, 2012, p. 15).

Foucault (2014 [1969], p. 143) advertia que não se poderia confundir prática discursiva com a operação que um indivíduo realiza ao formular uma ideia, ao elaborar um pensamento ou ter um desejo. Tampouco essa expressão poderia ser tomada como correspondente a uma atividade decorrente de um sistema de inferência, ou seja, com uma operação lógica de dedução. Também não seria equivalente à “competência” de um sujeito falante que constrói uma frase. Em outros termos, uma prática discursiva não é, isoladamente, um ato de linguagem, uma proposição ou uma frase.

A recorrente qualificação do termo prática pelo adjetivo “discursiva”, remete à conclusão de haver um outro conjunto de práticas, as que Foucault denominou de “práticas não discursivas”. Aliás, acerca dessas, diferentemente do que se verifica em relação às práticas discursivas, Foucault não elaborou um conceito¹³³ bem delimitado e que se possa apresentar por meio da transcrição de um trecho de sua obra.

Castro (2016 [2004], p. 337), quando se refere ao advento do aparecimento do dispositivo¹³⁴ como elemento de análise, identifica as práticas não discursivas com as relações de poder. Essa conceituação de Castro se encontra conformada àquela que se pode extrair difusamente da obra de Foucault, na medida em que este afirmou que os elementos não discursivos seriam heterônomos à episteme (FOUCAULT, 2015 [1977], p. 367), mas, não obstante isso, estariam de algum modo relacionados ao funcionamento interno dos discursos (FOUCAULT, 2012 [1969], p. 80).

Sobre a existência e o funcionamento dessa relação entre o discursivo e o não discursivo, bem como da aptidão da Arqueologia promover a análises dessa relação, Foucault (2012 [1969], p. 192) afirmou:

A análise arqueológica individualiza e descreve formações discursivas, isto é, deve compará-las, opô-las umas às outras na simultaneidade em que se apresentam, distingui-las das que não têm o mesmo calendário, relacioná-las no que podem ter de específico com as práticas não discursivas que as envolvem e lhes servem de elemento geral.

¹³³ Sobre a dificuldade conceitual, Castro (2016 [2004], p. 337) chega a mencionar que mesmo a noção de prática (discursiva ou não) é carente de um detalhamento conceitual.

¹³⁴ A noção de dispositivo será trabalhada mais adiante, quando se tratar da abordagem genealógica. Por enquanto, importa antecipar apenas o fato de que o disposto compreende a noção de episteme (“um dispositivo especificamente discursivo”), além dos elementos não discursivos (FOUCAULT, 2015 [1977], p. 367).

Compreendido o que sejam as práticas não discursivas, importa agora trazer a definição que o próprio Foucault apresentou para práticas discursivas. Nesse sentido, disse o filósofo francês o seguinte (FOUCAULT, 2014 [1969], p. 144):

é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.

As práticas discursivas correspondem, portanto, ao regramento da produção de enunciados no interior de um discurso. Elas se relacionam com a produção sistematizada do saber, daí Foucault afirmar que elas dão lugar a figuras epistemológicas (FOUCAULT, 2012 [1969], p. 231).

É preciso, ainda, compreender a aproximação entre as noções de prática discursiva e episteme. A propósito dessa questão, Gregolin (2006, p. 85) entende que “o conceito de práticas discursivas vem substituir a ideia de episteme”, afirmando que, com essa substituição, Foucault estaria “historicizando uma visão que era, em *As palavras e as coisas*, muito próxima da proposta estruturalista”, bem como acentuando, com a ideia de “prática”, o caráter de luta de classes. Essa aproximação conceitual é também reconhecida por Fonseca¹³⁵ (2015, momento 35’12’’). E de fato, pondo-se lado a lado¹³⁶ as definições que constam em *A arqueologia do saber* referentes a prática discursiva e episteme, não é possível fixar distinção substancial entre esses conceitos, sendo que ambos remetem à ideia de uma sistematicidade epocal.

À guisa de conclusão deste tópico, oportuno, ainda, apresentar a definição que Castro (2016 [2004], p. 338) apresenta para a noção de práticas em geral (discursivas e não discursivas), segundo afirma ser o pensamento de Foucault:

Em resumo, podemos dizer que Foucault entende por práticas a racionalidade ou a regularidade que organiza o que os homens fazem (“sistemas de ação na medida em

¹³⁵ Fonseca (2015, momento 35’12’’), na verdade, sustenta que Foucault, ao longo de seus escritos, referiu-se de diferentes maneiras ao que designou de “quadros formais de singularização dos objetos.” Neste sentido, registra como expressões utilizadas por Foucault como equivalentes a esses “quadros”: “discursos, práticas discursivas, episteme, dispositivo, *a priori* histórico.”

¹³⁶ Para episteme, Foucault ([1969] 2014, p. 230) apresenta a seguinte definição: “Por episteme entende-se, na verdade, o conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados; (...).” O *a priori* histórico, na mesma obra, é definido nos seguintes termos: “quero designar um *a priori* que não seria condição de validade para juízos, mas condição de realidade para enunciados. Não se trata de reencontrar o que poderia tornar legítima uma assertiva, mas isolar as condições de emergência dos enunciados, a lei de sua coexistência com outros, a forma específica de seu modo de ser, os princípios segundo os quais subsistem, se transformam e desaparecem.” (FOUCAULT, 2014 [1969], p. 155).

que estão habilitados pelo pensamento”) (DE4, 580, 40), que tem um caráter sistemático (saber, poder, ética) e geral (recorrente) e, por isso, constituem uma “experiência” ou um “pensamento”.

Compreendido o que sejam práticas (discursivas ou não), bem como apresentadas as noções de acontecimento e de formações discursivas, oportuno agora definir o que Foucault designa como discurso.

Discurso

O tardar em definir discurso neste trabalho acompanhou a mesma lógica conferida por Foucault em *A arqueologia do saber*. Foi somente depois de desenvolver a noção de formação discursiva que ele entendeu ser oportuno apresentar o que qualificou como uma definição “em sentido pleno” de discurso. Para prestigiar o itinerário e a solenidade de construção dessa definição, impõe-se a sua transcrição integral, sob pena de, não a apresentando, correr-se o risco de parafraseá-la de modo desonesto ou insuficiente. A propósito, disse Foucault (2012 [1969], p. 143):

Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico - fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo.

A definição apresentada por Foucault já contém em si uma justificativa para o fato de ele somente tê-la formulado após desenvolver adequadamente as noções de enunciado e de formação discursiva, pois é em função delas que se pode compreender o que seja discurso. Essa definição remete, inicialmente, às ideias de sistematização, de racionalidade e de regularidade (“conjunto”, “unidade”), especialmente ao apontar como condição elementar o apoio em relação a uma mesma formação discursiva. Significa, então, que esse conjunto de enunciados, para ser considerado um discurso, requer, de modo imprescindível, o atesto de conformidade às mesmas regras de formação.

Essa unidade, entretanto, não é dotada de estabilidade cronológica, muito menos pode ser considerada intertemporal ou universal. O discurso é, de outro modo, local, singular, histórico, tendo seus limites (de cronologia, de objeto, de temas) e regras internas de funcionamento estabelecidas como produto (algo feito acontecer) de determinadas condições de existência.

Em resumo, pode-se dizer que discurso é prática, é acontecimento (MACHADO, 2007, p. 153; FONSECA, 2012, p. 43), é o que as pessoas fazem ou dizem (VEYNE, 2014, p. 26) e que constituem sistematicamente os objetos de que falam (FOUCAULT, 2012 [1969], p. 60).

Arquivo

Também relacionado a essa ideia de sistematicidade, há de se fazer referência ao conceito de **arquivo** em Foucault. Para Gregolin (2006, p. 91), arquivo é o conceito mais amplo de análise apresentado em *A Arqueologia do saber*, no que tem ela duplamente razão. **Primeiramente**, pelo fato de que somente nesse livro (*Arqueologia*) a noção de arquivo foi desenvolvida, sendo oportuno registrar que esse termo (arquivo) não foi utilizado uma vez sequer em *O nascimento da clínica*, aparecendo apenas 3 (três) vezes em *As palavras e as coisas*, mas ali com um significado bem diverso¹³⁷ do que lhe foi conferido em *A arqueologia do saber*. Ademais, de fato que a noção de arquivo, neste último livro, relaciona-se de modo continente com os conceitos anteriormente tratados.

Iniciando a exposição da noção em referência para a abordagem arqueológica, Foucault (2014 [1969], pp. 157-158) explicou que o arquivo não corresponde à somatória dos textos dos enunciados passados, nem o local de registro da memória das instituições. Em seguida, afirmou que o arquivo é “a lei do que pode ser dito”, o sistema que vai reger como os enunciados singulares deverão ser formulados: “É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados.”

Pela referência à ideia de “formação e transformação”, deduz-se que o arquivo está também submetido a uma historicidade, tanto que Foucault (2014 [1969], p. 158) qualificou o arquivo como o “sistema de funcionamento” dos enunciados, ou seja, a definição do modo como na atualidade estão estes formulados. Em reforço a esta relação com a atualidade, o

¹³⁷ Segundo Castro (2016 [2004], p. 43), “em Foucault, o termo ‘arquivo’ não faz referência, como na linguagem corrente, nem ao conjunto de documentos que uma cultura guarda como memória e testemunho de seu passado, nem à instituição encarregada de conservá-los.”

próprio Foucault (2013 [1969], p. 151), em entrevista destinada a explicar o seu livro *A arqueologia do saber*, definiu arquivo nos seguintes termos:

Por arquivo entendo o conjunto de discursos efetivamente enunciados; e esse conjunto é considerado não somente como o conjunto de acontecimentos que teriam ocorrido uma vez por todas que permaneceriam em suspenso, nos limbos ou no purgatório da história, mas também um conjunto de que continua a funcionar, a se transformar através da história, possibilitando o surgimento de outros discursos.

A compreensão do seja arquivo é importante na medida em que nele estão contidas “descrição das formações discursivas, a análise das positivities, a demarcação do campo enunciativo” (FOUCAULT, 2014 [1969], p. 158). É por isso que o próprio filósofo afirma que “a arqueologia descreve os discursos como práticas especificadas no elemento do arquivo” (FOUCAULT, 2014 [1969], p. 161).

Essas práticas, no entanto, observam uma ordem¹³⁸, que não pode ser jamais compreendida como uma indicação de estabilidade do arquivo. É exatamente o oposto disso. A ordem nos arquivos, a ordem dos discursos, pressupõe a tensão e a relação¹³⁹ com elementos não discursivos, notadamente as condições políticas e econômicas. Por isso Foucault combinou seu projeto arqueológico à noção de *Genealogia* (FONSECA, 2012, p. 43), pressupondo que sempre, necessariamente, os discursos são constituídos a partir de uma “trama histórica”, e nunca originados solene e pacificamente como obra de um sujeito constituinte (FOUCAULT, 2015 [1977], p. 43).

2.6. A emergência da Genealogia.

Essa tensão entre o discursivo e o não discursivo, ou mesmo a relação entre discursivos distintos (ou seja, o interdiscurso), tornou insuficiente a noção de episteme como elemento de descrição e análise, pois ela se limita a explicar o funcionamento dos discursos no âmbito de

¹³⁸ Castro (2016 [2004], p. 337-338) afirma que as práticas, no pensamento de Foucault, apresentariam três características elementares: 1) *homogeneidade*, que se relaciona à ideia de racionalidade e regularidade na produção de enunciados; 2) a *sistematicidade*, que tem a ver com fato de o eixo do saber e relacionar com o poder e com a ética; e, finalmente, 3) a *generalidade*, que confere às práticas um caráter recorrente, relacionado com determinada configuração histórica.

¹³⁹ Essa relação da produção do conhecimento (elemento discursivo) com as condições socio-históricas (elementos não discursivos) já era anunciada desde a “fase” arqueológica, especialmente em *História da Loucura* (1963), que Machado (2007, pp. 1410-1411) qualifica como “o livro arqueológico de Foucault mais próximo das pesquisas que realizará com o nome de ‘genealogia do poder’”.

uma mesma formação discursiva. Para complementar, então, seus instrumentos de análise e viabilizar a investigação do modo como os discursos irrompem como acontecimentos, Foucault acresceu à sua “caixa” uma nova ferramenta, desenvolvendo, assim, uma outra noção: o *dispositivo*.

Dispositivo

Foucault (2015 [1977], p. 367) explicou que a noção de dispositivo não coincide com a de episteme. Segundo ele, esta é mais restrita, já que corresponderia a um dispositivo especificamente discursivo. O dispositivo propriamente dito, de outro modo, seria muito mais abrangente, compreendendo, além da própria noção de episteme, os elementos não discursivos (FOUCAULT, 2015 [1977], p. 367).

Ele define, então, dispositivo¹⁴⁰ como (FOUCAULT, 2015 [1977], p. 364):

¹⁴⁰ O bom exemplo de dispositivo e que bem evidencia a noção de funcionamento em rede se extrai dos filmes *Tropa de Elite 1 e 2*, de José Padilha. Alerto aos leitores que esta nota contém *spoilers* dos filmes em questão. Feita a necessária advertência, no início filme *Tropa de Elite 2* (2010), o Tenente Coronel Nascimento, personagem protagonizado pelo ator Wagner Moura, é convocado para intermediar negociações com detentos rebelados em um estabelecimento prisional. O desfecho do episódio não se deu exatamente como desejado por Nascimento, pois a rebelião termina com a morte de um dos presos custodiados. Seus superiores, então, cogitam a possibilidade de punição, mas a pressão da opinião pública (de parte dela, para ser mais preciso) fez com que o destino de Nascimento pusesse em questão a lei da gravidade: Nascimento cai, mas cai para cima. Ele perde o comando do BOPE, o Batalhão de Operações Especiais, mas é alçado ao patamar de Subsecretário de Inteligência do estado do Rio de Janeiro. Sua atuação contra o crime é reatualizada. Em vez de andar de “Caveirão”, Nascimento sobrevoa de helicóptero as comunidades da Cidade Maravilhosa. No lugar do “saco” (do *Tropa 1*), ele agora obtém informações a partir da interceptação e do monitoramento de dados telefônicos e telemáticos (popularmente conhecidos como “grampos”). Os novos instrumentos de combate têm uma razão de ser: “O inimigo agora é outro”: eis o subtítulo do filme, já que Nascimento agora se ocupa em combater os “milicianos”, policiais corruptos que estabeleceram um estado paralelo nas comunidades cariocas, mas que, eventualmente, recebem homenagens da Assembleia do Rio de Janeiro e têm parentes empregados nos gabinetes de determinados parlamentares ou são vizinhos do Presidente da República. Ocorre que, ao final do filme, Nascimento compreende algo que aquele mesmo subtítulo queria deixar em suspenso, de modo que somente o desenrolar da trama pudesse revelar: “o sistema é foda!” O problema não são os elementos isolados. Não é o “playboy maconheiro”, o “militante social alienado”, traficante “Baiano”, etc. Também não é o policial corrupto “X”, o político “Y” ou “Z”. “Na verdade”, todos esses elementos são apenas os lugares (singulares) onde se identifica a regularidade num sistema de dispersão. Interessante notar que Nascimento, durante boa parte da trama, mostra-se (ou é mostrado como) um idealista, mas, ao mesmo tempo, um idealista demasiadamente ingênuo, pois naturalizou muitos discursos institucionalizados. Num trecho do filme (*Tropa 2*), com narrativa em primeira pessoa, Nascimento afirma acreditar piamente na possibilidade de eliminar os milicianos e acabar com esse tipo de organização criminosa: “é questão de tempo”, ele afirma ao sobrevoar as “comunidades” do Rio de Janeiro. E aqui conjugou essa afirmação da sequência (*Tropa 2*) com o que Nascimento, enquanto Capitão, disse no primeiro filme: “Basta usar estratégia”... e de estratégia ele entendia. Rememore-se que, Em *Tropa de Elite 1*, durante instrução noturna para os alunos do Curso de Operações Especiais do BOPE/RJ, o então Capitão Nascimento ministrou primorosa e poliglota aula sobre o assunto: “(...) O conceito de estratégia, em grego: *estratégia*; em latim: *estrategie*; em francês: *stratégie*. Em inglês: *strategy*; em alemão: *strategie*; em italiano: *strategia*; em espanhol: *estrategia* (...).” Voltando a *Tropa 2*, somente ao final do filme, após e em decorrência de diversas experiências negativas, Nascimento parece compreender, decepcionado, como funciona essa rede, esse “sistema foda”. Ele percebe, então, de nada adiantar eliminar o miliciano “C” ou “D”, pois outro indivíduo tomará a posição daquele sujeito. Tudo isso se disse para

(...) um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

Dispositivo, destarte, foi a noção que viabilizou a combinação da arqueologia com a genealogia, na medida em que está sempre inscrito num jogo de poder e, também, por estabelecer uma relação de determinação recíproca com as configurações de saber que dele advêm (FOUCAULT, 2015 [1977], p. 367).

2.7. A ordem do discurso: a abordagem genealógica e uma Arqueogenealogia.

Meu problema é encontrar a matéria que convém analisar, o que constitui o próprio fato do discurso. Assim, meu projeto não é o de fazer um trabalho de historiador, mas descobrir por que e como se estabelecem relações entre os procedimentos discursivos. (FOUCAULT, [1975] 2015, pp. 251-252)

Foram as investigações arqueológicas do próprio Foucault, portanto, que o conduziram à conclusão de que o saber, sempre agenciado pelo poder, constituir-se-ia em instrumento de produção de verdades, o qual se submeteria permanentemente a mecanismos de controle. Como marco desse deslocamento teórico, o “segundo deslocamento”¹⁴¹ mencionado na parte introdutória de *História da Sexualidade 2*, tem-se a conferência inaugural por ele ministrada no *Collège de France*, posteriormente veiculada como escrito denominado *A ordem do discurso* (1970). Na ocasião daquela conferência, foi anunciada por Foucault a seguinte hipótese, como a destinada a fixar o “teatro provisório” do seu projeto analítico:

(...) em toda sociedade a produção de discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número e procedimentos que tem por função conjurar poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

concluir que o subtítulo do filme foi concebido deliberadamente para “enganar”, para surpreender o telespectador, pois o “inimigo nunca foi outro”. “Na verdade”, nunca houve dois tipos de inimigos, um no *Tropa 1* e “outro” no *Tropa 2*: tudo era o “sistema”, ou seja, o dispositivo do crime organizado, que funciona como uma trama de relações de poder que se articulam a partir de uma “micromecânica” (“microfísica”) e que tomou conta das comunidades, não somente da Cidade Maravilhosa, mas também do estado do Rio de Janeiro e, ainda, do Brasil. O “sistema foda” referenciado por Nascimento integrava todos aqueles elementos e os fazia funcionar em rede, ainda que cada posição de sujeito, como “lugar determinado e vazio” (FOUCAULT, 2014 [1969], p. 2015), seja episodicamente ocupada por indivíduos que ignoravam a condição de sujeição, tal como se sucedeu com o próprio Nascimento. É mais ou menos como a sucessão de Temer por Bolsonaro.

¹⁴¹ A partir desse “segundo deslocamento teórico”, Foucault passou a se interrogar sobre as “relações múltiplas, as estratégias abertas e as técnicas racionais que articulam o exercício dos poderes” (FOUCAULT, 2018 [1984], p. 10).

Orientado pelo intento de investigar essa hipótese, Foucault logo ali afirmou haver três grandes grupos de mecanismos de controle da produção dos discursos.

Procedimentos externos de controle dos discursos

O primeiro desses mecanismos corresponderia aos ***procedimentos externos***, pois funcionariam do exterior como sistemas de exclusão (FOUCAULT, 2013 [1970], p. 20). Seria a partir desses procedimentos externos que se poderia considerar ou não determinado enunciado como correspondente a um discurso ou positividade. A ***interdição*** é o primeiro desses procedimentos externos, o qual, relacionando o discurso à vontade de poder, estabelece que não se pode falar tudo o que se quer em qualquer circunstância (FOUCAULT, 2013 [1970], pp. 9-10).

O segundo procedimento externo é o da ***separação e da rejeição (segregação)***. Por esse procedimento, pretende-se excluir, pôr para fora, qualquer que seja considerado desconforme com o referente. E mais, deve-se considerar sem valor, desprovido de racionalidade, tudo o que for enunciado por quem esteja separado: a rejeição é imperiosa (FOUCAULT, 2013 [1970], pp. 10-11).

O terceiro e mais relevante procedimento externo de controle do discurso é a ***oposição do verdadeiro e do falso*** ou, simplesmente, a “***vontade de verdade***” (FOUCAULT, 2013 [1970], p. 16).

Verdade e vontade de verdade

Verdade para Foucault, todavia, não corresponde à ideia sacralizada que impera no discurso religioso, notadamente o cristão, onde essa noção é anunciada como mecanismo de emancipação: “conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”¹⁴². Foucault (2015 [1976], p. 279), ao contrário, entende verdade não como um instrumento de libertação, mas como algo que reproduz efeitos de poder e, assim, impõe-se como lei e mantém todos a ela submissos. Para ele (FOUCAULT, 2015 [1977], p. 53), verdade não é algo objetivo, que possa ser heurísticamente encontrado, tal como sugerido nos conceitos de método científico apresentados

¹⁴² O texto transcrito corresponde ao versículo 32, do capítulo 8, do evangelho de João, que é o quarto livro do Novo Testamento.

por Bacon, Descarte, Markoni e Lakatos, ou nos dogmas consagrados pela tradição religiosa cristã. “Produz-se verdade” a cada instante, havendo uma relação indissociável entre essas produções, o poder e seus mecanismos (FOUCAULT, 2015 [1977], p. 224).

Verdade, segundo Foucault (2015 [1977], p. 227), é “o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros. Não há absolutamente instância suprema.” Isso significa dizer que verdade é o que se obtém pelo exame de conformidade com um regime de verdade (de veridicção), ou seja, com um “conjunto de regras que permitem, a propósito de um discurso dado, fixar quais os enunciados nele poderão ser caracterizados como verdadeiros ou falsos” (FOUCAULT, 2010 [1979], p. 63).

Foucault (2015 [1977], pp. 44-45) entendia que a partilha entre verdadeiro e falso não seria efetivamente um problema, ou seja, que fosse impróprio dizer que algo seja verdadeiro ou falso. O que ele considerava relevante, no entanto, era a compreensão de que os discursos não seriam em si mesmos verdadeiros ou falsos, mas se constituiriam como acontecimentos (“acontecimentalizados”, e não decorrentes do acaso) historicamente determinados, sem olvidar, ademais, do que seria mais importante segundo ele (FOUCAULT, 2015 [1977], pp. 51-52):

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder (não é – não obstante um mito, de que seria necessário esclarecer a história e as funções – a recompensa dos espíritos livres, o filho das longas solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

Essa vinculação da verdade ao poder não afasta a importância da ritualística para a produção dos discursos, que, tanto quanto possível, devem ser precisos e coerentes, a fim de facilitar a sua justificação e/ou imposição, o que mais reforça o argumento de indissociabilidade da relação poder-saber. Mas inequivocamente o que Foucault anunciou foi existência de uma relação de pressuposição, de condicionamento: o poder determina quais sejam os discursos de verdade.

A vontade de verdade, como procedimento de controle que é, constitui-se numa “prodigiosa maquinaria” que funciona permanentemente com duas finalidades elementares. A primeira é a de revelar uma verdade que aparente “riqueza, fecundidade, força doce e insidiosa universal”, mascarando, destarte, que as verdades são produzidas pelo funcionamento, não tão “doce”, de mecanismos de poder. Além disso, a vontade de verdade opera de modo a excluir todos os que almejem contorná-la e interrogá-la (FOUCAULT, 2013 [1970], pp. 19-20).

Procedimentos internos de controle dos discursos

Foucault também considerava que os próprios discursos realizariam um controle sobre eles mesmos, por isso afirmou existirem ***procedimentos internos*** de controle, que funcionariam estabelecendo princípios de ordenação dos discursos (FOUCAULT, 2013 [1970], p. 20).

O primeiro desses procedimentos internos seria o ***comentário***. Os textos fundamentais, segundo Foucault (2013 [1970], p. 22), estão sujeitos a (1) repetições, (2) glosas e a (3) comentários. Para facilitar o entendimento de cada uma dessas operações, poderíamos fazer a correspondência delas, respectivamente, com a ideia de (1) reprodução (transcrição integral, citação), (2) supressão parcial (transcrição parcial) e a (3) paráfrase (explicação de um dito ou escrito). Nos dizeres de Foucault (2013 [1970], p. 23), o comentário seria “o desnível entre o texto primeiro e o texto segundo”. Dizendo de outro modo, comentário corresponde à operação que se faz neste momento no presente trabalho, ou seja, é o que vem depois do “ou seja”, é o “dito de outro modo”. Comentário é, portanto, o que se apresenta como explicação do texto fundamental; é o resultado da operação de paráfrase do texto comentado. O comentário, desse modo, permite construir (não reconstruir o velho) novos discursos, seja por meio da atualização dos anteriormente anunciados, seja facultando que se diga originalmente aquilo que já havia sido dito, ou, de outro modo, repetindo aquilo que nunca foi anunciado, tal como se revelasse o que estava oculto no texto fundamental (FOUCAULT, 2013 [1970], pp. 21-25).

O segundo procedimento de controle é o do ***autor*** (***função do autor*** ou, ainda, ***função-autor***). Foucault (2013 [1970], p. 25) adverte, neste sentido, que por autor não se deve entender o “indivíduo falante que pronunciou ou escreveu o texto”, mas, sim, como “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de coerência.”

As ***disciplinas*** são o terceiro procedimento (ou princípio) de controle (ou limitação) interno dos discursos (FOUCAULT, 2013 [1970], p. 28). O filósofo explicou que uma

disciplina não é a soma do que possa ser dito de verdadeiro em relação a uma coisa. Diferente disso, a disciplina cuida das condições de produção de novos enunciados, ou seja, ela estabelece um referente como condição de pertencimento. Nesse sentido, Foucault define disciplina como

(...) um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnica e de instrumentos: tudo isto constitui uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele, sem que seu sentido ou sua validade estejam ligados a quem sucedeu ser seu inventor.

A noção de pertencimento é importante na concepção de disciplina de Foucault (2013 [1970], pp. 30-34), tanto que ele afirma que, para pertencer a uma disciplina, há condições a serem atendidas. A primeira delas seria a adoção de um mesmo plano de objetos, ou seja, a observância a instrumentos conceituais e técnicas admitidas no âmbito de cada disciplina. A segunda condição seria a situação das proposições em um determinado campo teórico, o que significa dizer que cada disciplina estabelece uma espécie de limite do razoável que, se ultrapassado, teria o condão de converter qualquer discurso em “quimera”, “divagação” ou mesmo em “monstruosidade”. Foucault explicou que o exame de verdade de uma proposição somente seria realizado se cumpridas essas condições de pertencimento. De outro modo, permaneceria no exterior da disciplina, pouco importando se verdadeira ou não a proposição.

Rarefação dos sujeitos que falam

Além dos já mencionados, há um terceiro grupo de procedimentos internos de controle dos discursos, que diz respeito à *rarefação dos sujeitos que falam*. O funcionamento desse procedimento se dá mediante o estabelecimento de regras para o ingresso de sujeitos na região de onde é permitido pronunciar discursos (FOUCAULT, 2013 [1970], p. 35). Essas regras definem quem pode falar, quem não pode, como se pode e, ainda, em que condições o que se fala é dotado de eficácia (FOUCAULT, 2013 [1970], p. 37).

As *sociedades de discurso* se constituem no primeiro desses mecanismos de rarefação e o seu funcionamento se baseia na limitação dos que podem ser sujeitos de discurso. Nesse sentido, são estabelecidas regras de ingresso e permanência no âmbito das sociedades, que por isso são consideradas “espaços fechados”, ou seja, não abertos a qualquer um¹⁴³.

¹⁴³ Exemplo típico de funcionamento deste procedimento interno de controle seria a crítica formulada por Dosse em *A história em migalhas* (1994 [1987]), em face da obra *História - novos problemas, novas abordagens e novos objetos*, de Nicole Fresco. Para evitar repetições enfadonhas, remetemos o leitor à nota de rodapé n.º 138.

Já as **doutrinas** funcionam de modo inverso, pois tendem à difusão. Elas impõem, no entanto, como condição de pertencimento o compartilhamento da crença nas mesmas verdades e a aceitação do exame de conformidade dos enunciados com os discursos de validades (FOUCAULT, 2013 [1970], pp. 39-40). Em outros termos, deve-se acreditar (no) e se submeter ao mesmo referente.

O último mecanismo de rarefação mencionado por Foucault corresponde às **apropriações sociais dos discursos**. Gregolin (2006, p. 105) explica que o funcionamento desse mecanismo resulta numa espécie de agenciamento, a partir do qual as instituições iriam gerenciar as apropriações dos discursos, ou seja, a distribuição de pertencimento dos discursos às mais diversas positivities.

Princípios de análise

Após se dedicar demoradamente àqueles três grupos de mecanismos de controle, Foucault, também em *A ordem do discurso*, cuidou de apontar algumas exigências metodológicas de seu projeto analítico orientado ao problema do poder, enunciando o que ele designou de ***princípios de análise***.

Pelo ***princípio da inversão***, Foucault (2013 [1970], p. 49) propôs que se invertesse a lógica tradicional de análise, esta que enxergava na origem e na continuidade pontos positivos. Segundo sustentou, há que se tomar esses elementos como negativos, como instrumentos de rarefação dos discursos, rejeitando-se, assim, uma atividade de caráter meramente interpretativo (hermenêutico).

Quanto ao ***princípio da descontinuidade***, Foucault (2013 [1970], p. 50) afirmou que os discursos devem ser tomados como “práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas que também se ignoram e se excluem”.

Em conformidade com o ***princípio da especificidade***, o discurso não corresponderia a um jogo de significados previamente estabelecidos. Os discursos, como acontecimentos, correspondem a uma singularidade que, somente na prática, ou seja, quando realizados concretamente, encontram o princípio da regularidade (FOUCAULT, 2013 [1970], p. 50).

O quarto princípio é o da ***exterioridade***. De acordo com essa regra, a análise não deve se iniciar no discurso e passar para o núcleo interior e escondido, tentando encontrar algum pensamento que o justifique. O sentido (via) é inverso: partindo-se o discurso para o exterior

dele, como disse o próprio filósofo francês: é a “partir do discurso, de sua aparição, de sua regularidade” que se passará à análise das condições externas de possibilidade (FOUCAULT, 2013 [1970], p. 50).

Desta ordem de análise estabelecida, que parte dos discursos para o seu exterior, compreende-se a razão de Foucault ter inaugurado seu projeto investigativo pela abordagem arqueológica. É ela, a Arqueologia, que terá por escopo analisar os saberes no seu âmbito interno, suas regularidades e suas regras de funcionamento. Analisar por que e como as práticas se formam e se modificam, essa tarefa ficará a cargo da “dimensão genealógica” (FOUCAULT, 2014 [1984], p. 17). A *Genealogia* se destina, então, a investigar a história, com atenção aos momentos de transformação e ruptura, mas sem invocar uma lógica evolutiva de progressão cronológica e, também, sem intentar diluir as diferenças e marcas, tal como se investida de um desejo de enxergar a linearidade como efeito necessário do tempo.

Nesse sentido (FOUCAULT, 2015 [1971], pp. 62-63:

A genealogia não pretende recuar no tempo para restabelecer uma grande continuidade para além da dispersão do esquecimento; sua tarefa não é a de mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente, animando-o ainda em segredo, depois de ter imposto a todos os obstáculos do percurso uma forma delineada desde o início. Nada que se assemelhasse à evolução de uma espécie, ao destino de um povo. Seguir o filão complexo da proveniência é, ao contrário, manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios – ou ao contrário as inversões completas – os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente.

Segundo Foucault, destarte, o conhecer (“conhecemos”) e o ser (“somos”) são atitudes implicadas reciprocamente. E, ainda, verdade e subjetividade são noções que não comportam uma determinação transcendental (“a verdade” ou “o ser”), mas dependem, ao contrário, de relações que lhes escapam o interior (“raiz”), que são determinadas, ou ao menos muito informadas, por condições de possibilidade que não têm qualquer compromisso com a noção de ordem (por isso ele se refere a “acidente”).

Mas resta claro que, embora a Genealogia tenha por objeto primordial a análise dessas marcas, ela não exclui ou sugere que se negligencie a questão dos saberes. Diferentemente disso, ele reconhece que é o discursivo quem enseja e introduz a análise do que é exterior ao discursivo, ou seja, do não discursivo. O elementar, no entanto, é compreender que os saberes são instaurados não por uma atitude de revelação, de descobrimento, mas a partir de relações

de determinação e que são exteriores ao próprio saber. A Genealogia é marcada, destarte, pela centralidade do interesse na questão do poder¹⁴⁴, mas pressupõe aquela implicação (poder-saber), tanto que Foucault afirmou: “não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder” (FOUCAULT, 2015 [1975], p. 170).

Em razão disso, embora reconheça que antes não tinha esse entendimento, Foucault (2012 [1977], p. 219)¹⁴⁵ afirmou que o seu problema sempre teria sido o poder e sua relação com a verdade¹⁴⁶⁻¹⁴⁷. Adotando como premissa essa relação inafastável, ou seja, a relação

¹⁴⁴ Mas que se faça justiça a Foucault em afirmar que a questão do poder, notadamente sua relação com a verdade e a produção do conhecimento (científico ou não) era anunciada desde a “fase” arqueológica, como se extrai do seguinte trecho da *A Arqueologia do saber*: “Assim concebido, o discurso deixa de ser o que é para a atitude exegética: tesouro inesgotável de onde se podem tirar sempre novas riquezas, e a cada vez imprevisíveis; providência que sempre falou antecipadamente e que faz com que se ouça, quando se sabe escutar, oráculos retrospectivos; ele aparece como um bem - finito, limitado, desejável, útil - que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas ‘aplicações práticas’), a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política.” (FOUCAULT, 2014 [1969], pp. 147-148).

¹⁴⁵ Além dessa expressa “confissão” feita no texto *Poder e Saber* (1977), que consta nos *Ditos e Escritos IV – Estratégia, poder-saber*, na parte introdutória de *História da Sexualidade 2 – o uso dos prazeres*, Foucault (2018 [1984], p. 11-13) reconhece que as “modificações”, os “deslocamentos teóricos” em seu pensamento se deram muito em função de ter ele levado em conta contribuições de outros pensadores contemporâneos seus. Ele se refere expressamente a Dreyfus e P. Rabinow, cujas reflexões e questões permitiram, segundo Foucault, “um trabalho de reformulação teórica e metodológica” de seu projeto primitivo. Essa reformulação tem a ver sobretudo com o “segundo deslocamento teórico”, a partir do qual Foucault se ocupa em desenvolver sua analítica do poder, exatamente por reconhecer a insuficiência da Arqueologia. Essa insuficiência correspondia, na verdade, à primeira tese formulada por Dreyfus e P. Rabinow, que consideravam insustentável a teoria das práticas discursivas elaborada primitivamente por Foucault (a abordagem arqueológica), por ela ser autorreferente e “negligenciar a ideia de que as práticas discursivas são influenciadas pelas práticas sociais nas quais estão, juntamente com o investigador, inseridas. A isto chamamos de ilusão do discurso autônomo” (DREYFUS, RABINOW, 1995 [1983], p. X). Dreyfus e P. Rabinow, consignaram, no entanto, que Foucault, a partir dos anos 1970, teria logrado êxito em “desenvolver um novo método”, que combina a análise arqueológica e “uma dimensão interpretativa que desenvolve a visão hermenêutica de que o investigador está sempre situado e deve compreender o significado de suas práticas culturais a partir do seu próprio interior.” Esse “novo método”, mencionado por Dreyfus e P. Rabinow, corresponde às abordagens de Foucault desenvolvidas a partir do “segundo deslocamento teórico” aludido em *História da Sexualidade 2 – o uso dos prazeres*, ou seja, às genealogias do poder e da ética de si (ou das subjetividades).

¹⁴⁶ “Se eu quisesse fazer pose e assumir uma coerência um pouco fictícia, eu diria que este sempre foi o meu problema: efeitos de poder e produção de ‘verdade’. Sempre me senti pouco à vontade diante desta noção de ideologia tão utilizada nestes últimos anos. Ela foi utilizada para explicar erros, ilusões, representações-anteparo, em suma, tudo que impede a formação de discursos verdadeiros. Ela também foi utilizada para mostrar a relação entre o que se passa na cabeça das pessoas e seu lugar nas relações de produção. A grosso modo, a economia do não verdadeiro. Meu problema é a política do verdadeiro. Mas eu custei a perceber.” (FOUCAULT, 2015 [1978], p. 354).

¹⁴⁷ É bem verdade que, mais adiante, na “fase” da “ética de si”, ele irá afirmar: “Meu problema sempre foi, como dizia no início, o das relações entre sujeito e verdade: como o sujeito entra em um certo jogo de verdade. (...) Assim, fui levado a colocar o problema saber/poder, que é para mim não o problema fundamental, mas um instrumento que permite analisar, da maneira que me parece mais exata, o problema das relações entre sujeito e Jogos de verdade.” (FOUCAULT, 2004 [1984] *Ditos e escritos V, a ética e o cuidado de si*, p. 275). Tratou-se, aí, do “terceiro deslocamento teórico”, realizado “a fim de analisar o problema do ‘sujeito’” (FOUCAULT, 2018 [1984], pp. 10-11). Diante dessas conclusões “divergentes” (atente-se para o fato de que foram apresentadas em momentos distintos, o que justifica o emprego das aspas, de modo a ressaltar que não se tratam de incoerências, mas de “modificações”, como o próprio Foucault designou), resta lembrar que Foucault, até sua morte, nunca parou de pensar. Aquela afirmação anterior em relação ao poder (“o meu problema sempre foi o poder”) era,

poder-saber, a Arqueologia e a Genealogia seriam abordagens que se complementariam, consoante assinalou o próprio Foucault (2015 [1975], p. 270):

A genealogia seria, portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico. A reativação dos saberes locais – menores, diria talvez Deleuze – contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos intrínsecos de poder, eis o projeto destas genealogias desordenadas e fragmentárias. Enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade. Isto para situar o projeto geral.

O “projeto geral” de Foucault pressupõe esse acoplamento da Arqueologia com a Genealogia. E se o próprio Foucault entendia não haver saber sem poder, e vice-versa, cabe aqui arriscar um jogo de palavras para sustentar, em paralelo, que não deve haver Arqueologia sem Genealogia. A noção de *Arqueogenealogia* emerge, então, da compreensão de que “saber” e “poder” se condicionam reciprocamente, que o discursivo e o não discursivo são aspectos relacionados (e não meramente relacionáveis), não separados ou separáveis. Assim, é possível extrair da “caixa de ferramentas” de Foucault essa ideia de *Arqueogenealogia*.

2.8. O poder como multiplicidade e como estratégia de produção de subjetividades: uma analítica do poder.

Foucault, entretanto, nunca fez menção (à) ou uso da expressão Arqueogenealogia, embora, como demonstrado, a ideia seja compatível com seu programa analítico, notadamente com os escritos produzidos a partir do ingresso no *Collège de France*. Ele se referiu, na verdade, às suas investigações genealógicas como uma “analítica do poder”, que seria “uma definição do domínio específico formado pelas relações de poder e a determinação dos instrumentos que permitem analisá-lo” (FOUCAULT, 2017 [1976], p. 90).

Antes de se prosseguir no exame desses instrumentos, os quais se prestarão a subsidiar as análises que logo mais serão realizadas a partir do *Capítulo Segundo* deste trabalho, importa

portanto, uma passagem, e não um destino. E lembremo-nos, ainda, de atender ao pleito do próprio Foucault: “não me peçam para permanecer o mesmo”.

tecer algumas considerações acerca dos aspectos relacionados ao poder e que devem ser objeto de análise.

Convém esclarecer, desde logo, que Foucault não desenvolveu (tampouco pretendeu) uma teoria geral para o fim de dizer o que seria o poder. Não era objeto central de suas investigações a elaboração de uma definição totalizadora do poder, apenas admitindo que sua analítica, na medida em que se ocupava do exame do funcionamento das relações de poder, poderia consubstanciar o início de uma teoria (FOUCAULT, 2017 [1976], p. 90; _____, 2015 [1977], p. 369; _____, 2008 [1978], p. 4).

As ressalvas de Foucault à elaboração de uma teoria geral se relacionam com a sua compreensão acerca do que se poderia considerar como sendo poder. Para o filósofo francês, o poder não é coisa, tampouco apenas uma coisa, ou seja, não é substância que tenham matéria definida e geral, muito menos algo que possa ser objeto da apropriação ou que adote uma configuração estandardizada de manifestação. Seria “um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações” (FOUCAULT, 2015 [1977], p. 370), ou seja, um conjunto de mecanismos e procedimentos que teria como função a própria subsistência do poder (FOUCAULT, 2008 [1978], p. 4).

Em razão dessa multiplicidade de formas e de estratégias de funcionamento, Foucault compreendia que o poder não é, ou ao menos não é somente, aquilo que reprime, que se limita a estabelecer uma instância negativa de conduta, uma regra proibitiva que censura ou interdita. A repressão é uma possibilidade de configuração que a noção de poder admitiria, mas, para além disso, o poder é o conjunto de mecanismos que produz subjetividades¹⁴⁸ e funciona de modo a obter a sujeição dos corpos e o controle das populações (FOUCAULT, 2017 [1976], p. 151). Em última instância, destarte, o poder seria uma multiplicidade de técnicas e táticas que pretende o agenciamento da vida, seja no domínio individual (corpos), seja no âmbito coletivo (populações). Mais do que apenas proibir, portanto, o poder visa a estabelecer modos de viver e de fazer.

E justamente em razão dessa abertura conceitual¹⁴⁹ é que Foucault entendia não ser produtor se ocupar primordialmente com a definição do que seria o poder, muito menos com

¹⁴⁸ Um trecho da conferência proferida no dia 14 de janeiro de 1976, no *Collège de France*, à qual se fará referência logo adiante, bem exprime a ideia movimento, de que o poder se exerce (e não que é apropriado), bem como que é essencialmente instância positiva: “o poder **transita** pelo indivíduo que ele **constitui**.” (Grifos nossos) (FOUCAULT, 2010 [1976], p. 26).

¹⁴⁹ Em uma entrevista do ano de 1977, ao ser interrogado sobre a razão de sustentar que suas investigações estariam mais para uma analítica do que para uma teoria, Foucault inicia sua resposta com o seguinte decreto: “O poder não

a identificação de algum elemento essencial de constituição, ou seja, algo como uma “substância” ou “natureza”. De outro modo, propôs que a problematização do poder deveria prestigiar a identificação de suas estratégias de funcionamento e a elaboração de instrumentos de análise.

Orientado por esse pensamento, no segundo encontro do curso relativo ao ano de 1976¹⁵⁰⁻¹⁵¹ ministrado no *Collège de France*, Foucault afirmou expressamente que, desde 1970, suas investigações se debruçaram sobre esse “como do poder” (FOUCAULT 2015 [1976], p. 278). Naquela ocasião, tratou da “linha metodológica” que subsidiou suas pesquisas em relação aos dispositivos do “poder psiquiátrico, da sexualidade infantil, dos sistemas políticos, etc.”, explicando, inicialmente, que suas análises foram desenvolvidas levando em conta o que ele chamou de “dois limites”: o Direito, como instrumento de delimitação formal do poder, e os efeitos da verdade, que seriam, ao mesmo tempo, produzidos pelo poder, além de se prestarem como seus transmissores e reprodutores. Ele sustentou haver uma relação entre o poder, o Direito e a verdade, cujo funcionamento se daria de forma necessariamente interdependente, conforme assinalou (FOUCAULT, 2010 [1976], p. 22):

Quero dizer o seguinte: em uma sociedade como a nossa – mas, a final de contas em qualquer sociedade – múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam e constituem o corpo social; elas não podem dissociar-se, nem se estabelecer, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento do discurso verdadeiro. Não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade.

Nessa “economia dos discursos de verdade”, em especial no período¹⁵² que Foucault delimitou como situado entre a Idade Média e os séculos XVII e XVIII, ao Direito teria cabido delimitar formalmente o poder, funcionando alternadamente como instrumento de justificação

existe” (FOUCAULT, 2015 [1977], p. 369). Obviamente as explicações que se seguem esclarecem que, na verdade, essa aparente negação da existência se refere à impossibilidade de que, num determinado lugar ou originado de um determinado ponto, possa-se delimitar o poder. A questão, assim, residiria na pretensão de determinação, que, segundo ele, não poderia dar conta da multiplicidade de fenômenos por meio dos quais as relações de poder se manifestam.

¹⁵⁰ O curso em referência recebeu a designação de *Em defesa da sociedade (Il faut Défense la Société)*, sendo correspondentes aos anos de 1975-1976.

¹⁵¹ Aquela mesma aula, ministrada no dia 14 de janeiro de 1976, resultou no escrito também publicado sob o título de *Soberania e disciplina*, que consta com esse título na coletânea *Microfísica do poder* (2015 [1979]), organizada no Brasil pelo Professor Roberto Machado.

¹⁵² Devemos nos atentar para o fato de que Foucault, quando faz alusão a aspectos cronológicos, refere-se ao Ocidente, e em especialmente ao para o caso da França. Disso se deduz ser inviável pretender universalizar a ocorrência de determinados fenômenos.

do poder real ou, de outro modo, como mecanismo de limitação desse mesmo poder. Em ambas as circunstâncias, o sistema jurídico, compreendido por Foucault não somente como a lei, mas como todo “conjunto de aparelhos, instituições e regulamentos que aplicam o Direito”, trataria das questões relacionadas à legitimidade do poder, ou seja, aos limites de seu exercício pelo Estado (“rei”), tendo como finalidade fazer aparecer duas coisas: “por um lado, os direitos legítimos de soberania e, por outro, a obrigação legal de obediência”.

Foucault (2010 [1976], pp. 24/31-32) afirmou, no entanto, que nos séculos XVII e XVIII foi inventada uma “nova mecânica de poder”, a qual estaria fundamentada de modo distinto daquela relacionada à noção de soberania, sendo exercida entre os “súditos em suas relações recíprocas”, viabilizando a constituição de subjetividades pela própria sociedade em suas relações privadas (não estatais). Segundo ele, por obra da sociedade burguesa, foram inventados mecanismos de dominação não justificados ou sustentados direta e ostensivamente pelos aparelhos do Estado, que estariam articulados por meio de relações de poder muito mais difusas e periféricas e que funcionariam sobretudo no nível dos corpos, com o fim especial de obter destes melhores proveitos de tempo e trabalho. Esta nova mecânica, denominada por Foucault (2014 [1975], p. 167) de poder disciplinar, foi por ele definida nos seguintes termos:

O poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo.

Orientada por esse escopo de maximizar a eficiência das forças de produção sujeitadas e, ao mesmo tempo, afirmar a força de sujeição daquilo (ou daqueles) que sujeita(m) (FOUCAULT, 2010 [1976], p. 31), com a invenção do poder disciplinar seria também estabelecida uma “nova economia do poder”, na medida em que se substitui o predomínio da repressão episódica pela vigilância constante. Para esse propósito, a principal estratégia de funcionamento seria a criação de aparelhos produtores de saber e conhecimento, elaborando-se discursos e, por meio destes, estabelecendo-se padrões de normalidade, ou seja, normas de caráter não jurídico que serviriam como paradigma de comportamento. A coerção disciplinar decorreria, então, do exame de conformidade com estes padrões de normalidade, na medida em que viabilizaria uma permanente comparação dos indivíduos, que seriam classificados e hierarquizados a partir de uma “medida valorizadora” (FOUCAULT, 2014 [1975], p. 179).

Apesar de heterogêneos e distintos no plano conceitual, essas configurações de poder, o Direito (de soberania) e as relações de dominação, não se contradiriam ou se excluiriam. De modo bem diverso disso, no que se refere ao plano da prática, implicar-se-iam mutuamente. Foucault (2010 [1976], p. 24) explicou, no entanto, que a teoria do Direito foi elaborada para o fim de ocultar as estratégias e técnicas de dominação, “mascarando-as”¹⁵³ e as “dissolvendo”, de modo que delas não se tivesse conta, na hipótese de limitar a análise do poder ao domínio da soberania.

Sobre essa implicação prática entre o Direito e poder disciplinar, Foucault alude à ocorrência justaposições, expressão que não revelaria, em tese, uma relação de dominância entre uma e outra manifestação de poder. Mas faz referência também a sobreposições e, ainda, descreve o funcionamento de fenômenos que ele designou de “usurpações da mecânica disciplinar”¹⁵⁴ e “ascensão de um poder ligado ao saber científico” (FOUCAULT, 2010 [1976], pp. 34-35), em decorrência dos quais o Direito seria invadido pelas disciplinas, produzindo-se, como consequência, uma colonização das leis pelos processos de normalização. O resultado disso seria o que ele chamou de “sociedade de normalização”, em que esta (sociedade), não dependendo exclusivamente dos aparelhos estatais, mas também por meio deles, faria funcionar mecanismos de poder e instrumentos de constituição de subjetividades, procedendo de modo “microfísico”, dissimulado e difuso em todo o corpo social.

O poder, em suma, não seria substância¹⁵⁵, algo que simplesmente é ou que está; seria, sim, algo que se exerce e que funciona, notadamente em rede, ou seja, de modo relacional. Não é algo que proíbe e reprime ou, melhor dizendo, não *apenas* que proíbe e reprime, mas é, também e sobretudo, algo que produz e se destina a constituir subjetividades (modos de pensar,

¹⁵³ A ideia é bem semelhante à atualmente defendida pelo sociólogo brasileiro, natural de Natal/RN, Jessé de Souza, sobretudo nas obras *A elite do atraso* e *A tolice da inteligência brasileira*. Em apertadíssima síntese, Souza realiza contundente (mas abalizada) crítica à interpretação dominante na historiografia brasileira, no sentido de que a corrupção estatal, firmada nas ideias de patrimonialismo e populismo, seria o maior de todos os males do Brasil. Para Souza, a narrativa, que ele tributa ao trabalho intelectual de Gilberto Freyre, Paulo Prado e, especialmente, de Sérgio Buarque de Holanda e Raimundo Faoro, consubstanciaria a consagração do “espírito de vira-latas” do Brasileiro, ao propor a naturalização de uma inferioridade cultural, antropológica e quase racial que, na verdade, prestar-se-ia para ocultar os interesses e, também, a corrupção da entidade “mercado”, que, segundo Souza, foi idealizada, entronizada e, o que é mais importante, tornada invisível pela narrativa patrimonialista proposta por Holanda e propagada notadamente por Faoro.

¹⁵⁴ A ideia é, na atualidade, mais debatida sob a denominação de “apropriação” ou “captura do poder político”. Sobre o tema, “recomendo, vivamente”, a leitura de *Quando as corporações regem o mundo* (1996), de David C. Korten (Capítulo 10: Obtendo o controle da Democracia); *Quem Manda no mundo* (2017), de Noam Chomsky (Capítulo 4: A mão invisível do poder); *A era do capital improdutivo* (2017), de Ladislau Dowbor (Capítulo 8: A captura do poder político); e, finalmente, *Como as democracias morrem* (2018), de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (Capítulo 4: *Subvertendo a democracia*, especialmente o tópico referente à “captura dos árbitros”).

¹⁵⁵ Daí, especulo, a razão de Foucault ter afirmado que “o poder não existe” (FOUCAULT, 2015 [1977], p. 369), conforme mencionado na nota de rodapé n.º 164.

ser e fazer). Não se situa apenas no âmbito da soberania e do Direito, que Foucault denominou de “modelo do Leviatã”, mas compreende todo o feixe polimorfo de estratégias e táticas: “soberania e disciplina, direito da soberania e mecanismos disciplinares são duas partes intrinsecamente constitutivas dos mecanismos gerais de poder em nossa sociedade.”

Se o poder é tudo isso, segundo a analítica do poder de Foucault, que se propõe investigar esse “como do poder”, o que se deveria analisar: as estruturas formais de soberania ou relações de dominação? Na verdade, Foucault não sugere a exclusão de “objetos” de análise. Ele reconhece expressamente que se pode descrever analiticamente o que ele denominou de “grandes aparelhos de poder” (FOUCAULT, 2010 [1976], p. 39). Nada obstante, ele propõe prestigiar a análise das relações de poder em sua multiplicidade, sem pressupor a existência de uma “soberania de fonte dos poderes”. Assim, não se deveria buscar identificar o Direito (de soberania) que poderia ser apontado como fundamento pretensamente legitimador e ensejador da sujeição, mas se examinar, histórica e empiricamente, “as relações de sujeição efetivas que fabricam sujeitos”, ou seja, identificar os operadores materiais de dominação que produzem modos de saber e fazer (FOUCAULT, 2010 [1976], pp. 38-39).

Investigar essas relações seria, segundo Foucault (2010 [1976], p. 286) “o caminho de acesso à análise do poder”, o que impunha, todavia, a observância de cinco premissas por ele denominadas de “instruções de método”.¹⁵⁶

Instruções metodológicas

Pela ***primeira*** dessas ***instruções metodológicas***, Foucault (2015 [1976], p. 282) advertiu que não se deve promover a análise das formas regulamentares e legítimas de poder no seu centro, mecanismos gerais e seus efeitos constantes. Ele disse que a análise deve ser feita exatamente da forma inversa, ou seja, compreendendo como ele funciona em suas extremidades, nas suas “últimas ramificações”, e como a partir daí se articulam em instituições locais e regionais.

A ***segunda*** instrução metodológica contém a prescrição de não se promover a análise do poder no plano da intenção ou da decisão, questionando “quem tem poder e o que pretende”. Para Foucault (2015 [1976], p. 283), o que importa saber é como foi produzida materialmente

¹⁵⁶ As traduções examinadas sugerem que Foucault utilizava como sinônimas as expressões “instruções” ou “precauções”. A tradução constante em *Microfísica do Poder* (2015 [1979]) alude apenas à expressão “precauções metodológicas”.

a sujeição daqueles submetidos ao poder, ou seja, “captar a instância material de sujeição enquanto constituição dos sujeitos.”

Pela *terceira* instrução, Foucault (2015 [1976], p. 284) admoestou o analista a “não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciça e homogêneo de um indivíduo sobre outros, de um grupo sobre outros, de uma classe sobre as outras.” O poder, para o filósofo francês, não pode ser comparado à riqueza, que alguns têm e outros não, mas como algo que circula e não pode ser apropriado: deve ser exercido, e exercido em rede.

De acordo com a *quarta* instrução metodológica, não se poderia fazer uma espécie de dedução de poder (FOUCAULT, 2015 [1976], p. 285), mas, de outro modo, que o sentido da análise há de ser ascendente:

(...) partir dos mecanismos infinitesimais que têm uma história, um caminho, técnicas e táticas e depois examinar como estes mecanismos de poder foram e ainda são investidos, colonizados, utilizados, subjugados, transformados, deslocados, desdobrados, etc., por mecanismos cada vez mais gerais e por formas de dominação global.

Finalmente, na *quinta* instrução metodológica, Foucault (2015 [1976], p. 288) admitiu ser possível que as grandes máquinas de poder tenham sido acompanhadas de produções ideológicas. Nada obstante, ele afirmou que “na base”, ou seja, no nível mais periférico, o que funcionaria seria “muito menos” e “muito mais” que ideologia. No nível dos corpos, dos indivíduos, os instrumentos mais eficazes de produção de subjetividade seriam aqueles relacionados à formação e ao acúmulo do saber, não interpelados ideologicamente, que funcionariam por meio das coerções disciplinares, já há pouco mencionadas.

Foucault (2010 [1976], p. 30) sintetizou essas instruções metodológicas nos seguintes termos:

(...) em vez de orientar a pesquisa sobre o poder para o âmbito do edifício jurídico da soberania, para o âmbito dos aparelhos de Estado para o âmbito das ideologias que o acompanham, creio que se deve orientar a análise para o âmbito da dominação (e não da soberania), para o âmbito dos operadores materiais, para o âmbito das formas de sujeição, para o âmbito das conexões e utilizações dos sistemas locais dessa sujeição e para o âmbito, enfim, dos dispositivos de saber. (...) É preciso estudar o poder fora do modelo do Leviatã, fora do campo delimitado pela soberania jurídica e pela instituição do Estado; trata-se de analisá-lo a partir das técnicas e táticas de dominação.

A analítica do poder implica, então, a questão do saber, aquela mesma que ocupou primordialmente o “momento” da trajetória de Foucault que se convencionou chamar de Arqueológica. Como projeto metodológico destinado a investigar o “como do poder”, interessa a essa analítica o poder funcionando em suas relações com o saber, tal como se se tratasse não apenas de um “como do poder”, mas de um “como do poder-saber”, ou seja, uma Arqueogenealogia não de Foucault, mas *a partir* de Foucault.

Definida a abordagem, qual seja, essa *Arqueogenealogia a partir de Foucault*, importa, ainda como exigência preliminar, desenvolver os contornos dos conceitos de propriedade e função social que serão considerados nesta pesquisa.

3. A propriedade como direito e sua função social (socioambiental): o discurso e alguns problemas.

A propriedade sempre demandou e recebeu reflexões por parte de profetas, filósofos, juristas e sociólogos, desde a antiguidade até os dias atuais¹⁵⁷, de modo que as discussões a respeito dessa temática ensejaram a produção de bibliografia que é deveras substancial quanto ao número e significativamente abrangente quanto às abordagens, o que recomenda uma precisa delimitação do objeto de estudo, sob pena de se comprometerem os resultados da pesquisa pelo vício da superficialidade, ou de se inviabilizar seu resultado pelo excesso de fontes de consulta.

Firmada essa premissa, importa afirmar que o exame que a seguir será feito se cingirá àquilo que se convencionou chamar de trajetória histórica do instituto da propriedade no mundo ocidental, mas que, a bem da verdade, é muito menos que isso, sendo uma diminuta, porém dominante, parcela disso.

Convém dizer, também, que a análise a ser empreendida será limitada aos (alguns) aspectos relacionados ao fundamento e ao regime jurídico, especificamente o caso do Direito brasileiro, conferindo-se especial atenção aos elementos condicionantes ao exercício da propriedade como direito, em especial a imobiliária.

Far-se-á, destarte, um retrato panorâmico acerca do que as doutrinas histórica e jurídica dizem ser o direito de propriedade e seus condicionamentos, a fim de que, ao final, possa ser problematizada a ideia de função social, tudo com o escopo de orientar a análise acerca da função social (“socioambiental”) dos terrenos de marinha.

3.1. Uma brevíssima¹⁵⁸ história de uma propriedade.

¹⁵⁷ Acrescentaria, na atualidade, alguns ministros das mais diversas religiões, notadamente os que adotam e se servem da “doutrina da prosperidade”, ou de fragmentos dela, assim como alguns especialistas em *coaching* de finanças.

¹⁵⁸ Apesar de “brevíssima” e, por isso mesmo, impregnada de reduções, esta “brevíssima história” se conforma aos regimes de veridicção que regem, no presente, a produção de escritos científicos sobre o tema. Neste sentido, o exame de textos acadêmicos relacionados à propriedade irá demonstrar ser a práxis promover a escolha de fragmentos de histórias diversas, a fim de ajustá-lo em uma narrativa supostamente linear. Diria até ser possível enxergar em alguns escritos a prática que La Boétie (2009 [1576], p. 31) reprovou em Ulisses, de “adequar o discurso mais à circunstância que a verdade.” Em outros termos, o que muito se observa são narrativas construídas para se adequarem aos propósitos de determinada pesquisa, em lugar de se preocuparem em corresponder minimamente a alguma realidade objetiva que pudesse por elas ser representada. Foi o que fiz neste tópico “*Uma brevíssima história de uma propriedade*”. Se não justifica e escusa, ao menos adverte o leitor de que se trata disso que acabei de descrever. É uma confissão que faço. Confesso, também, que relutei em escrever, mas terminei tendo

Consignadas as advertências necessárias quanto à delimitação do objeto deste tópico da pesquisa, impõe-se afirmar que a propriedade será aqui tratada como “o direito que a pessoa física ou jurídica tem, dentro dos limites normativos, de usar, gozar e dispor de um bem, corpóreo ou incorpóreo, bem como de reivindicar de quem injustamente o detenha” (DINIZ, 2004, p. 865). Atento ao objeto desta pesquisa, desnecessário dispensar maiores delongas para justificar a adesão a esse conceito de propriedade, bastando assinalar que ele se encontra em conformidade com a atual disciplina normativa desse instituto no Brasil, nos termos do que dispõe o *caput* do art. 1.228¹⁵⁹ do Código Civil. A propriedade consubstancia, destarte, um vínculo jurídico entre o proprietário e a coisa, mas que repercute também em relação aos que não são proprietários, na medida em que assegura àquele o direito de reivindicar seu bem dos que eventualmente o detenham de forma indevida.

Ao lado dessa prerrogativa conferida ao proprietário, é também a este imposta a obrigação de exercer seu direito “em consonância com suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas”¹⁶⁰. Essa ideia de limites normativos “materializaria” o preceito estabelecido no art. 5.º, inciso XXIII, da Constituição de 1988, que ordena que o exercício do direito de propriedade deve atender à sua função social.

Esse conceito de propriedade, institucionalizado como um direito individual e, notadamente, também como um direito condicionado a uma função social (“socioambiental”),

que fazer, pois parece que um trabalho que trate de propriedade fica incompleto quando não se faz algo do tipo. É como se houvesse uma regra cogente e invisível, uma voz que fala precedentemente, que nos impele a dedicar muito tempo para juntar fragmentos de histórias, em certos casos de estórias, e dizer o que foi ou que poderia ter sido a propriedade em outro lugar e em outro tempo. O pior de tudo é que essas “brevíssimas histórias”, terminam por apagar toda a tensão que existiu e que mereceria, a meu ver, o devido registro. Mas as rupturas desaparecem, pois é mais atraente uma narrativa linear e ligeira, que flua de tal modo a ponto de sugerir o funcionamento de uma lógica evolutiva. E quando se tratam de pesquisas sobre a propriedade no Brasil, infelizmente o que direi é a regra em relação a essas narrativas: ignora-se quase que completamente o exame dos arranjos sociais dos nativos que aqui viviam antes de 1500, corroborando o discurso colonial (e colonizado produzido depois e em função daquele) que aponta para a pouca ou nenhuma importância do modo como pensavam e viviam os habitantes do “Brasil” antes da conquista portuguesa. Se “perdi” tempo cumprindo a obrigação de escrever *uma* brevíssima história sobre *uma* propriedade, minha culpa pela “perda” de tempo foi mitigada pelo fato de eu ter registrado a experiência dos nativos e, ainda, por ter escrito essa nota, para o fim de manifestar a rejeição a essa falsa ideia de unidade e linearidade na história “da” propriedade e, ademais, da vocação que tem a produção acadêmica à reprodução dos modos de fazer.

¹⁵⁹ “Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.”

¹⁶⁰ O trecho transcrito corresponde ao §1.º do art. 1.228 do Código Civil, situado logo em seguida à apresentação do conceito legal de propriedade.

foi produzido em um longo itinerário de tensões, o qual interessa apenas referenciar em brevíssima síntese.

Recorrendo-se a Fustel de Coulanges (2009 [1864], p. 73) para iniciar o fazimento (e não o refazimento) da representação desse itinerário, convém registrar que, segundo ele, haveria uma relação manifesta e indissociável entre a religião doméstica, a família e o direito de propriedade. Referindo-se a costumes que remontavam ao período anterior à antiguidade clássica¹⁶¹, o historiador francês apontou que a afetação de determinados espaços físicos ao exercício do culto religioso doméstico e ao sepultamento dos mortos terminou por converter aqueles lugares ao uso exclusivo por determinada família, à qual seria outorgado, por uma ordem sagrada superior e em caráter perpétuo, o direito de propriedade como dádiva divina. A propriedade privada teria surgido, assim, com fundamento em preceitos de caráter religioso, que autorizariam aquela instituição (família) a se apropriar de certa porção de terra. Essa noção de propriedade como espaço sagrado terminou por conferir um grau de proteção que autorizou muitos a sustentarem que a propriedade se constituiria um direito de caráter absoluto.

Para Locke (2002 [1690], p. 29-42), a religião também teria estreita relação com o direito de propriedade. Sustentava o filósofo inglês que Deus teria concedido o mundo e tudo o que este contém a todos os homens coletivamente. No entanto, ao expedir o comando para que o homem exercesse o domínio sobre esse acervo de bens, o próprio Deus também teria autorizado a apropriação individual de parte do que havia sido conferido a todos, estabelecendo como medida para essa apropriação a possibilidade de transformação da terra pelo trabalho de cada um. Sobre essa questão, oportuno se recorrer ao que disse o próprio Locke (2002 [1690], p. 30):

Embora a Terra e todas os seus frutos sejam propriedade comum a todos os homens, cada homem tem uma propriedade particular em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. O trabalho de seu corpo e a obra das suas mãos, pode-se afirmar, são propriedade dele. Seja o que for que ele retire da natureza no estado em que lhe forneceu e no qual o deixou, mistura-se e superpõe-se ao próprio trabalho, acrescentando-lhe algo que pertence ao homem e, por isso mesmo, tornando-o propriedade dele. Retirando-o do estado comum em que a natureza o colocou, agregou-lhe com seu trabalho um valor que o exclui do direito comum de outros homens. Uma vez que esse trabalho é de propriedade exclusiva do trabalhador, nenhum outro homem tem direito ao que foi agregado, pelo menos quando houver bastante e também de boa qualidade em comum para os demais.

¹⁶¹ Há, contudo, uma ressalva a se fazer em relação ao fato de Coulanges considerar as tais sociedades antigas como “italianas”, daí se justificando o emprego das aspas, que, além de apontarem a ressalva, indicam que se trata de expressão usado pelo autor citado. Na verdade, aquelas sociedades somente poderiam ser assim consideradas “italianas” em razão de se situarem na península Itálica, e não por estarem reunidas sob a forma de um Estado italiano. Rememoremos que, com a desagregação do Império Romano, resultou a sua divisão em várias cidades-estados independentes. A Itália, como Estado unitário, somente (re)nasceu no ano de 1861.

Como resulta claro, para Locke, a concessão divina da propriedade cingiu-se aos bens no estado de natureza, que assim pertenceriam a todos coletivamente. O trabalho do homem, em um momento seguinte (ao estado de natureza), é que seria o fundamento legítimo para apropriação da terra e constituição da propriedade privada, sobre a qual o seu detentor exerceria domínio com caráter exclusivo e absoluto.

Essa concepção de Locke contrariava o pensamento de Hobbes no que concerne à configuração do direito de propriedade, para quem este deveria ser conferido e regulado a partir de leis civis expedidas pelo soberano de determinado Estado, e não como decorrência de uma ordem transcendental, tampouco como fundamento no trabalho de cada indivíduo. Eis o que afirmou Hobbes (2002 [1651], p. 148):

Em sétimo lugar, pertence à soberania todo o poder de prescrever as regras através das quais todo o homem pode saber quais os bens de que pode gozar, e quais as ações que pode praticar, sem ser molestado por nenhum de seus concidadãos¹⁶²: é isto que os homens chamam *propriedade*. Porque antes da constituição do poder soberano (conforme já foi mostrado) todos os homens tinham direito a todas as coisas, o que necessariamente provocava a guerra. Portanto, esta propriedade, dado que é necessária à paz e dependente do poder soberano, é um ato desse poder, tendo em vista a paz pública. Essas regras de propriedade (ou *meum e tuum*), tal como o bom e o mau, ou o legítimo e o ilegítimo nas ações dos súditos, são as leis civis.

Rousseau (2013 [1762], p. 31), tal como Hobbes, sustentava que a constituição do Estado, fundado a partir de um contrato social, seria pressuposto para garantia adequada ao exercício do direito de propriedade, condição inviável de ser obtida antes de serem os homens retirados do que chamou de estado de natureza. No entanto, Rousseau divergia de Hobbes quanto a um aspecto essencial. Enquanto para Hobbes o soberano seria a figura central desse pacto, Rousseau colocava nessa condição o próprio pacto e, ainda, o Estado civil dele decorrente, sendo este último o fundamento para o exercício de qualquer direito.

Com o advento dos movimentos constitucionais do século XVIII, catalisados pelas revoluções Americana (1776) e Francesa (1789), e fortemente influenciados por ideais

¹⁶² A viés absolutista de Hobbes bem se manifesta nesse trecho de sua obra, uma vez que ele reconhece que o “homem” (todos os gêneros também!!) teria sua propriedade protegida de eventuais moléstias praticadas por seus concidadãos, mas não das que porventura fossem promovidas pelo Estado, o que se deduz do silêncio (silêncio que, no caso, fala) em relação a essa instituição.

Iluministas, a propriedade foi elevada à condição de direito “inviolável e sagrado”¹⁶³. Com a ideia de limitação dos poderes do Estado, que passa a se submeter (e não apenas de submeter os súditos) a um ordenamento jurídico-constitucional, aquele ente (o Estado) se coloca na condição de garantidor primeiro da propriedade privada, eleita, ao lado da liberdade, da segurança e da resistência à opressão, como valores mais elementares da sociedade.

Se, por um lado, a concepção de Estado constitucional passou a conferir a necessária proteção do direito de propriedade, notadamente em face do próprio Estado, por outro, aqueles mesmos ideais Iluministas de liberdade terminaram por reforçar o caráter individual da propriedade, de modo que Dallari (2010, p. 103) chega a mencionar a existência de um “culto da propriedade individual”.

As incoerências¹⁶⁴ do modelo liberal clássico de Estado, que proclamava o prestígio de valores como liberdade, igualdade e *fraternidade*, mas se matinha afastado das questões sociais, terminaram por revelar a impossibilidade de um modelo de Estado gendarme alcançar os fins para os quais, segundo Rousseau, (2013 [1762], p. 31), essa forma especial de agrupamento teria sido supostamente instituída: estabelecer o primado da justiça.

A propósito dessa mesma questão, Engels (2012 [1884], p. 166) afirmou que o Estado de então outorgava proteção aos indivíduos levando em conta critérios censitários, constituindo-se, na verdade, em “um organismo para proteção dos que possuem contra os que não possuem.” Numa crítica contundente à propriedade privada, Engels e Marx (2014 [1848], p. 126) sustentaram que “os comunistas podem resumir sua teoria numa expressão: supressão da propriedade privada”, apresentando como justificativa para essa premissa o fato de que, na prática, a maior parte da população já se encontrava excluída do uso e gozo de qualquer propriedade, conforme se pode extrair do trecho do Manifesto do Partido Comunista (MARX, ENGELS, 2014 [1848], p. 129) que segue transcrito:

Horrorizai-vos porque nós queremos abolir a propriedade privada. Mas em vossa sociedade a propriedade privada foi suprimida para nove décimos de seus membros; ela existe precisamente por não existir para nove décimos. Portanto, censurai-nos

¹⁶³ O direito de propriedade é assim qualificado pelo Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, cujo art. 17 tem a seguinte redação: “Como a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém dela pode ser privado, a não ser quando a necessidade pública legalmente comprovada o exigir e sob condição de justa e prévia indenização.”

¹⁶⁴ Sobre as incoerências do lema da Revolução Francesa Tobias Barreto (1926, p. 102-103), o mais ilustre sergipano, em 1879 escreveu o seguinte: “Liberdade, igualdade e fraternidade, três palavras que se espantam de se acharem unidas, porque significam três coisas reciprocamente estranhas e contraditórias, principalmente as duas primeiras. (...) Mas antes de tudo – que a liberdade e a igualdade são contraditórias e se repelem mutuamente, não milita dúvida. (...) A liberdade entregue a si mesma, à própria ação, produz naturalmente a desigualdade (...)”.

porque nós queremos suprimir uma propriedade que tem como pressuposto a falta de propriedade para a grande maioria da sociedade.

Para fundamentar essa conclusão, afirmavam que a propriedade teria perdido, já há muito, o seu caráter comunitário, de modo que a transformação da propriedade, de pessoal para comum, restituiria seu aspecto original (MARX, ENGELS, 2014 [1848], p. 126).

O *Manifesto* foi escrito em 1848, mas já em 1844 Marx (2010 [1844], p. 83) fazia referência a uma “qualidade social” da propriedade.

O pensamento de Marx e Engels, contudo, enfrentou (e mais agora enfrenta) resistências no mundo ocidental, sobretudo pela dominante e veemente rejeição à ideia de supressão da propriedade privada, a qual foi por eles eleita como ponto central da teoria do comunismo.

A análise da “qualidade” ou “papel social” da propriedade terminou sendo objeto de construção teórica em termos bem diversos dos propostos por Marx e Engels. A propósito, tratou-se do pensamento funcionalista, cuja origem e sistematização se atribui às figuras de Émile Durkheim e Léon Duguit.

Durkheim, considerado um dos fundadores da Sociologia acadêmica¹⁶⁵, tem sua obra *As Regras do Método Sociológico* apontada como “responsável pela institucionalização da Sociologia como ciência autônoma” (SOLON *in* DURKHEIM, 2015, p. 7). Para ele, tal como as ciências “duras”, também a Sociologia deveria estar fundamentada em um estatuto metodológico que conferisse caráter de racionalidade científica. O objeto da Sociologia seria, destarte, o fato social, definido como (DURKHEIM, 2012 [1895], p. 40):

toda maneira de fazer, fixa ou não, capaz de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, que é geral na extensão de uma dada sociedade com existência própria, independente de suas manifestações individuais.

A partir dessa definição, Durkheim assinalou a necessidade de estudo dos fatos sociais como “coisas”, ou seja, como objetos passíveis de delimitação e objetiva racionalização, tal como se dá nas ciências da natureza (física, química, biologia, por exemplo). Essa premissa visaria exatamente a assegurar, segundo ele, a possibilidade de investigação racional dos fenômenos sociais a partir de um método que se pudesse considerar dotado de cientificidade.

¹⁶⁵ A qualificação é atribuída por Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 35), que em nota se refere ao livro *As regras de método sociológico* como o marco inaugural do que chama sociologia acadêmica.

Em sua obra *Da Divisão do Trabalho Social*, Durkheim (2016 [1893], p. 69) sustenta a existência de um princípio da solidariedade social, a partir do qual a existência da própria sociedade estaria condicionada à divisão do trabalho social. Em outros termos, haveria uma divisão do que ele chamou de corpo social, estando cada estrutura desse corpo dotada de uma função elementar e essencial, cujo desempenho adequado terminaria por contribuir para a “integração geral da sociedade.” E nesse sentido, também o Direito se prestaria a esse fim, exercendo uma função social.

Aproximando o tema ao direito à propriedade privada, que interessa mais de perto ao objeto do presente estudo, é necessário dizer que esse direito sempre foi disciplinado por regras de caráter igualmente privado, sobretudo após o Constitucionalismo moderno, a partir do qual se impôs, por meio de uma Constituição escrita, sérias restrições para que o Estado interviesse no acervo patrimonial dos cidadãos. Nada obstante, Durkheim (2016 [1893], p. 73) questionava a dicotomia histórica do Direito entre público e privado, afirmando que essa delimitação não mais se justificaria. Sobre essa questão, afirmou:

Todo direito é privado, no sentido de que sempre e por toda parte são indivíduos que estão envolvidos e que agem; mas sobretudo todo direito é público, no sentido de que ele é uma função social e de que todos os indivíduos são, ainda que a títulos diversos, funcionários da sociedade.

Nesse mister, Durkheim (2015 [1901-1911], p. 161) refutava o argumento de que o direito de propriedade se constituísse em um direito de caráter absoluto, consistindo, na verdade, apenas na prerrogativa que teria o proprietário de retirar a coisa do uso comum (DURKHEIN, 2015 [1901-1911], p. 163). Ele afirmava, ainda, que a constituição da propriedade privada decorreria de uma concessão coletiva, estando seu exercício condicionado ao cumprimento de um papel social (DURKEIN, 2015 [1901-1911], pp. 182/185).

Sobre a função social do direito e, em especial, do direito de propriedade, Leon Duguit (2009 [1912], p. 44), contemporâneo de docência de Durkheim na Universidade de Bordeaux, propunha o seguinte:

A propriedade deve ser compreendida como um fato contingência, resultante de sua evolução social; e o direito do proprietário, como justo e concomitantemente limitado pela missão social que se lhe incumbe em virtude da situação particular em que se encontra.

Tal como Durkheim, Duguit (2009 [1912], p. 26) sustentava a solidariedade como elemento essencial para a existência e subsistência da sociedade, propondo, em decorrência disso, uma transformação na concepção do direito de propriedade consagrado pelo Estado Liberal clássico. Nesse sentido, em vez de aceitá-lo como um direito de caráter individual e absoluto, concebia-o como uma função: propriedade-função. Em decorrência disso, o exercício do direito de propriedade estaria condicionado ao cumprimento de uma função social.

Imperioso pontuar que a concepção de propriedade formulada por Duguit terminava por impor a esse direito uma limitação intrínseca. A função social, por conseguinte, condicionava interna e permanentemente o exercício do direito de propriedade, em nada se confundindo, segundo sustentava, com eventuais restrições externas. Essa distinção é de extrema relevância em razão de que todas as formulações anteriores reconheciam, em menor ou maior medida, a possibilidade de limitações ao direito de propriedade, como, por exemplo, em decorrência de regras de vizinhança ou, eventualmente, de necessidades imperiosas do próprio Estado.

As formulações de Duguit, propondo um novo caráter (não absoluto) ao direito de propriedade, influenciaram significativamente a construção histórica e normativa desse instituto inclusive aqui no Brasil, tanto que, mesmo sem subtrair deste o status de direito subjetivo, impôs-se ao seu exercício condicionantes¹⁶⁶ que se conformariam, em tese, aos interesses da sociedade. Nesse sentido, desde a sua primeira disciplina constitucional e até se chegar à atual configuração, a propriedade teria experimentado um processo de funcionalização, passando de uma dimensão eminentemente individual, para uma concepção de direito condicionado à observância de interesses da coletividade (ROCHA, 2014, p. 696; MOTA, 2009, p. 149). O conhecimento desse percurso de transformações é importante para este estudo, uma vez que a disciplina constitucional se projeta sobre todo o ordenamento, de modo que convém examinar como o tema da propriedade foi tratado nas constituições brasileiras.

¹⁶⁶ A questão relacionada à função social ser intrínseca, ou seja, de ela integrar o próprio direito de propriedade é controvertida. Sobre ela, trataremos no tópico (3.4 do Capítulo Primeiro) destinado à análise da função social como princípio constitucional.

3.2. O direito de propriedade nas constituições brasileiras

Estado brasileiro¹⁶⁷ foi fundado oficialmente quando declarada a independência em relação a Portugal, uma vez que, até então, o Brasil apenas integrava os domínios ultramarinos portugueses, inicialmente como Colônia e, após 16 de dezembro de 1815, como componente do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Por essa razão, até 7 de setembro de 1822, o ordenamento jurídico que aqui se aplicava era o que fosse disposto pelo centro de poder metropolitano, especialmente no que concerne ao direito de propriedade, cuja disciplina normativa sempre esteve sob a alçada do titular da Coroa portuguesa.

Em consequência do que acima foi asseverado, deduz-se que nossa história constitucional se principiou com a Carta outorgada de 1824, que acerca do direito de propriedade assinalou o seguinte:

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte.

(...)

XXII – É garantido o Direito de Propriedade em toda a sua plenitude. (...)

Como se vê, o direito de propriedade teve sua constitucionalização inicial influenciada pelos mesmos ideais iluministas que orientaram os movimentos revolucionários do século XVIII na Europa, pois a primeira disciplina constitucional outorgou, ao menos formalmente, o mesmo *status* de proteção que foi conferido ao direito de propriedade dos cidadãos franceses por força da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, o que se deduz pelo fato de nossa Carta ter reproduzido quase literalmente o disposto no art. 2.º daquele diploma estrangeiro.

A propósito da extensão dessa proteção, a simples ausência de qualquer condicionante constitucional ao exercício do direito de propriedade já seria suficiente para conduzir à conclusão de que ele deveria ser considerado, como afirmou Pontes de Miranda (1955, p. 16), um direito subjetivo de caráter absoluto. No entanto, o texto constitucional cuidou de enfatizar essa condição, ao afirmar que a propriedade seria garantida “em toda a sua plenitude.”

¹⁶⁷ A essa afirmação voltaremos recorrentemente durante este trabalho, tendo especialmente relevância do quando tratarmos da impropriedade de considerar como “brasileiras” as sesmarias concedidas pela Coroa portuguesa em sua colônia americana. Sobre essa questão, ver tópico 5.3.3 do Capítulo Segundo.

A Constituição de 1891, de cunho fortemente liberal, ao menos no seu aspecto formal, manteve a disciplina da propriedade estabelecida pela Carta de 1824, ou seja, tratou-a como direito subjetivo e de caráter individual.

Com o advento da Constituição de 1934, dita de viés progressista, o exercício do direito de propriedade passou a ter um condicionante expresso no próprio texto constitucional. Embora, tal como as anteriores, tenha conferido ao direito de propriedade a necessária garantia, a Constituição de 1934 estabeleceu que este não poderia “ser exercido contra o interesse social ou coletivo”, remetendo à lei a disciplina relativa aos condicionantes que deveriam informar o regime jurídico da propriedade. Essa disposição constitucional representou um temperamento ao caráter individual da propriedade, na medida em que submeteu um direito, até então eminentemente privado, no sentido de estar liberado de contingenciamentos estatais, à observância de preceitos de índole coletiva.

A referida inovação, contudo, não teve vida longa. Já em 1937, com a outorga de uma nova Carta Constitucional, que instituiu o Estado de exceção conhecido como “Estado Novo”, foi suprimida alusão no texto constitucional a qualquer condicionante ao exercício do direito de propriedade. E diante da ausência de autorização, na Constituição, para que a lei eventualmente fixasse alguma restrição ao direito de propriedade, deve-se compreender o silêncio constitucional como uma conduta (omissiva) de restauração do caráter absoluto desse direito, restando defeso que norma de menor quilate viesse estabelecer qualquer condicionante ao aludido direito.

Com o final do Estado Novo e a promulgação da Constituição de 1946, o exercício do direito de propriedade volta a ser condicionado ao “bem-estar social”. Além disso, o texto constitucional previu expressamente que a propriedade privada, mediante processo de desapropriação, poderia ser destinada para fins de reforma agrária.

Embora as fórmulas utilizadas pelas Constituições de 1934 e de 1946, para condicionar o exercício de propriedade, já pudessem ser consideradas como aceitação do pensamento de Durkheim e Duguit, a denominação de “função social da propriedade” somente foi introduzida na Constituição de 1967, especificamente em seu art. 157, inciso III, no título destinado ao estabelecimento das diretrizes da ordem econômica e social.

Disposição idêntica foi mantida na Emenda Constitucional n.º 1, de 1969, mas desta feita no seu art. 160, III, que de igual modo consubstanciava o Título destinado à Ordem

Econômica e Social. Em ambos os casos, no entanto, nenhuma disposição constitucional tratou de indicar qual seria o conteúdo dessa função social.

A atual Constituição, promulgada em 5 de outubro de 1988, utilizou por 7 (sete) vezes a expressão “função social”, erigindo-a à condição de princípio constitucional de elevado prestígio. A essa conclusão se chega a partir da análise da disposição topográfica relativa à primeira menção dessa expressão no texto constitucional, que figura no mesmo título destinado às garantias e direitos individuais, logo após a referência ao direito de propriedade. O texto constitucional faz, ainda, alusão à função social da propriedade ao disciplinar a Ordem Econômica e Financeira, ao se referir à função social das entidades estatais, bem como ao tratar da propriedade imobiliária urbana e rural.

Para o tema objeto desta pesquisa, entretanto, a mais relevante inovação do atual texto constitucional é a constante no seu art. 186, inciso II, que estabeleceu como requisito para o cumprimento da função social da propriedade rural a “utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente.” Essa disposição, embora formalmente constante em dispositivo referente à propriedade rural, estender-se-ia, a partir de uma interpretação teleológica, às demais formas de propriedade.

A razão dessa vinculação da função social da propriedade à proteção ambiental estaria justificada pela necessidade de adoção de medidas em face da crise ambiental moderna. A propósito do tema, Leff (2006, p. 133) assinala que a sustentabilidade se apresentaria como “critério normativo para reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e para um desenvolvimento durável”. Assim, o discurso de sustentabilidade, a partir de uma perspectiva integradora, reforçaria a necessidade de que a propriedade, como elemento essencial do processo de desenvolvimento, tenha seu exercício informado intrinsecamente pelo aspecto ambiental.

Disso resultaria a imperiosa releitura de conceitos, notadamente o de função social, para o fim de aglutinar a este a necessária noção de proteção ao ambiente. Como consequência, embora se tenha por certo que a denominação do princípio da “função social” foi consagrada pela Constituição, a ideia que dele decorre admitiria uma revisão ampliativa de sentido, para o fim de se reconhecer que ela representaria, na verdade, uma função socioambiental da propriedade.

Mas não seria somente a propriedade privada que estaria vinculada à prescrição constitucional de cumprimento de uma função social. Também a utilização dos imóveis

públicos há de ser afinada com esse preceito constitucional. Como fundamento para esta afirmação, referencie-se, em primeiro lugar, a inexistência de qualquer ressalva no texto constitucional, no sentido de que as determinações para cumprimento de função social sejam dirigidas exclusivamente para a propriedade privada.

Mas não somente por essa interpretação a *contrario sensu*. A propósito, a ordem econômica estabelecida na Constituição de 1988 é fundada na livre iniciativa, bem como nos princípios da propriedade privada e da função social da propriedade (art. 170), tendo estabelecido, ainda, que a exploração direta de atividade econômica pelo Estado somente deve ocorrer nas hipóteses expressamente admitidas no texto constitucional, desde que seja essa atividade “necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo” (art. 173). Em sendo assim, já que a própria Constituição de 1988 outorgou aos entes da federação extenso rol de bens imóveis, e que dentre estes há alguns classificados como patrimoniais, a interpretação sistemática dessas disposições conduz à conclusão de que, àqueles bens, nos quais se incluem os terrenos de marinha, cuja propriedade foi conferida à União pelo art. 20 da Lei Maior, deve ser dada destinação que atenda a algum interesse público relevante.

Assim, os entes públicos estariam também submetidos ao compromisso constitucional de zelar para que os seus respectivos acervos patrimoniais tenham uma destinação afinada com a ideia de uma função social, ou melhor, “socioambiental” da propriedade.

O panorama geral da propriedade como direito, ou melhor, de *uma* propriedade como *um* direito, está contemplado nesta apertadíssima síntese.

Mas há alguns problemas que comprometem a pretensão de linearidade e generalidade desta narrativa. Passemos a examinar alguns deles.

3.3. A propriedade e o direito de propriedade como conceitos históricos não universais.

A despeito de esta pesquisa ter apresentado essa narrativa histórica, a qual, pretensamente, corresponde a um sucinto e parcial percurso da propriedade como direito no mundo ocidental, é preciso reafirmar a premissa de que tal providência não importa adesão à crença de existir uma lógica de progresso e aperfeiçoamento, ao ponto de se poder falar em “evolução” da propriedade (como fato e como direito).

Acerca da crença nessa ideia de evolução, esta pesquisa não tem a pretensão de se deter em ressaltá-la, seja por escapar ao objeto proposto inicialmente, seja em razão de que não se olvida que a propriedade, como categoria conceitual e, mais modernamente, como instituto jurídico, tenha inequivocamente uma marca histórica que, em determinados aspectos, pode ser associada à ideia de aperfeiçoamento. Mas é preciso, no entanto, firmar algumas premissas quanto ao que se considerará aqui como caráter histórico desse instituto.

A primeira delas se refere ao fato de que a propriedade, especialmente a individual privada (e a imobiliária, sobretudo), não é uma categoria conceitual transcendental ou natural, ou seja, algo que existiu desde sempre e em qualquer lugar do mundo e que estaria relacionada com a própria “natureza” (condição) humana. Prova em favor dessa afirmação nos deu o escriba da carta do “achamento”, Pero Vaz de Caminha (2003 [1500], p. 106), quando testemunhou que os nativos viviam em “casas” sem repartição de cômodos, nas quais se recolhiam 30 (trinta) ou 40 (quarenta) indivíduos. É certo, assim, que houve (e ainda há) sociedades que desconhecem a noção de propriedade¹⁶⁸, seja a individual ou mesmo a de caráter coletivo.

Além disso, entendemos não ser apropriado associar, como faziam Durkheim e Duguit, o caráter histórico da propriedade ao conceito de “evolução”, que se popularizou no meio acadêmico e científico após o reconhecimento da pertinência e importância das proposições de Darwin elaboradas em sua obra-prima *A origem das espécies* (1859)¹⁶⁹.

Sobre essa questão, o verbete “evolução”¹⁷⁰ pode ser tomado como significando “movimento”, “desenvolvimento ou transformação gradual e progressiva (operada nas ideias, etc.)” e, ainda, “crescimento; desenvolvimento; aperfeiçoamento; exercício.” Esses possíveis significados, no entanto, não são compatíveis com o caráter histórico da propriedade como categoria conceitual, pois cogitam a existência de uma lógica progressiva a reger esse instituto, o que significaria considerar que a mera sucessão do tempo cronológico conduziria inevitavelmente ao aperfeiçoamento, o que definitivamente não é um argumento sustentável.

Para demonstrar a procedência do que afirmamos, tomemos como exemplo o fenômeno da escravização, adotada em larguíssima escala pelo dispositivo colonial português aplicado no

¹⁶⁸ Que fique claro que a noção de propriedade não coincide com a de território. São coisas distintas, como se assentará neste tópico.

¹⁶⁹ O conceito de evolução remete a noções de aperfeiçoamento e de marcha à frente, essas já associadas à produção do conhecimento científico ao menos desde o advento da Revolução Científica, especialmente a partir da obra de Francis Bacon, cuja filosofia foi influenciada fortemente pela ideia de progresso.

¹⁷⁰ Verbo “evolução”, *In.*: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/evolu%C3%A7%C3%A3o> [consultado em 13-12-2018].

Brasil. Uma singela análise dessa detestável prática revelará “facilmente”¹⁷¹ que a trajetória cronológica não autoriza falar em incremento ou melhoria ao longo do tempo. De instituto em declínio na Europa cristã durante a idade média (CARVALHO, 1877, p. 57), justificado, quando muito, no apresamento em razão de guerras ou conquistas “justas”, no século XV a famigerada práxis de escravizar pessoas foi revigorada, “sofisticada” e muito ampliada¹⁷²⁻¹⁷³, tudo ao ensejo de satisfazer à necessidade de mão de obra para trabalhos braçais, incrementada em muito pelo advento da expansão marítima, sobretudo a empreendida por Portugal¹⁷⁴, inventor¹⁷⁵ do tráfico sistemático de escravizados negros para a Europa (OLIVEIRA MARTINS, 1920 [1880], pp. 51-52) e outras localidades. Essa transformação, que subsistiu por mais de quatro séculos¹⁷⁶, não pode ser associada à noção de aperfeiçoamento, mas, de modo bem diverso, serve como fundamento para a conclusão de ser manifestamente impróprio se falar em “evolução histórica” ao se tratar de propriedade (sobretudo propriedade como direito tutelado por ordem jurídica). Tal crença representa, ao contrário, a negação da própria historicidade do instituto, na medida em que desconsidera a possibilidade de as condições

¹⁷¹ As aspas ressaltam o entendimento de pessoas como Gilberto Freyre, que afirmou que a escravização implementada no Brasil foi “inevitável”.

¹⁷² Holanda (2016 [1936], p. 80), referindo-se às cartas de Clenardo, afirma que, na primeira metade do século XVI, a quinta parte da população de Lisboa era composta de escravizados negros. Esse número não exclui os mouros cativos. Nicolau Clenardo foi um humanista flamengo que residiu em Portugal de 1533 a 1538, onde atuou, a convite do Rei Dom João III, como mestre do seu irmão, o infante Dom Henrique. Suas cartas sobre Portugal foram escritas no período de 1533 a 1546, sendo considerados registros testemunhais relevantes acerca do Portugal do século XVI (DEWULF, 2003, pp. 581-582).

¹⁷³ Convém registrar que, em Portugal, a proibição formal de escravidão de mouros somente foi expedida em 1641, sendo que o próprio alvará real que proibiu essa espécie de escravidão deu conta de haver uma grande quantidade de escravos mouros “em todas as cidades, vilas e lugares de Portugal”. Como desde 1621 se havia proibido a escravidão de mouros em Lisboa e arredores, mas vinte anos depois ainda se via a prática em “todas as cidades”, é lícito supor que, mesmo depois de 1641, muitos mouros tenham permanecido ainda escravizados, sobretudo nos lugares mais distantes de Lisboa, onde a exigência de mão de obra para os trabalhos braçais era maior. Não à toa a expressão “mourejar” fosse tomada por sinônimo de trabalho (FREYRE, 2003 [1933], p. 289; FARIA, 1853, p. 1072). A propósito, os portugueses da idade média e moderna, de fato, tinham “peculiar desprezo pelo trabalho” (BELLINI, 1997, p. 10), o que se deve muito a adoção sistemática da escravidão dos mouros e dos negros africanos.

¹⁷⁴ O problema de Portugal foi agravado pela escassez de força de trabalho provocada por uma “sucessão de fomes e pestes” desde o século XIV, mas que afligiram os lusitanos de forma cíclica especialmente no século XVI (BELLINI, 1997, p. 10).

¹⁷⁵ O título, nada nobre, de “inventores do tráfico negroiro” é contestado por muitos historiadores portugueses, sob o argumento de que os mouros já haviam inaugurado essa prática (CARVALHO, 1877, p. 43). Mas não há como negar, sem negar também os fatos, que foram os portugueses que, se não inventaram, muito ampliaram essa prática e, discursivamente, justificaram-na em questões religiosas e de antropologia evolutiva de caráter racial. Apenas para ilustrar o que aqui se afirma, eis um “singelo” trecho em que o próprio Carvalho (1877, p. 43) fundamenta a distinção racial: “A incontestável inferioridade moral da raça negra deve igualmente ter concorrido para o desenvolvimento da escravidão na Europa primeiro, e depois na América.” As vítimas, pelo que sustenta Carvalho, deram causa ao que lhe sucedeu. Parece piada (de péssimo gosto), mas não é.

¹⁷⁶ Tributa-se ao Papa Gregório XVI (1831-1846) a condenação definitiva da escravidão do negro africano e do tráfico negroiro (CARVALHO, 1877, p. 12).

históricas terem determinado a feição da propriedade num dado momento, seja para o fim de lhe aprimorar, seja para lhe deteriorar¹⁷⁷.

O caráter histórico da propriedade, ademais, também se opõe à ideia de universalidade, de maneira que, ainda que eventualmente estabelecida a partir de um mesmo fundamento, a distribuição geográfica, que importará o contato com outras culturas, determinará a distinção de suas características no decorrer do tempo. Nesse sentido, Paolo Grossi (2006 [1985], pp. 10-14) sugere a ideia¹⁷⁸ de “pluralização proprietária”, para aludir a existência não apenas de uma propriedade como conceito universal, mas de propriedades, cujas feições dependeriam da relação com cada sociedade e da ação humana em cada momento histórico.

Alguns exemplos se prestam a evidenciar esse caráter de singularidade do conceito de propriedade. Nesse sentido, considere-se a outorga de propriedade aos reinos de Portugal e Castela (atual Espanha) pelo Tratado de Tordesilhas, o qual promoveu alterações na bula papal *Inter Coetera*. Embora “legitimadas” a partir de um fundamento comum, os regimes dominiais instaurados em 1494 experimentaram significativa variação quanto à configuração, sendo prova disso a fragmentação política verificada na América Espanhola, e a subsistência da “unidade”¹⁷⁹ na região outrora correspondente à América Portuguesa, a que chamamos (na atualidade) de “Brasil colônia”.

¹⁷⁷ Pode-se, ainda, referenciar uma questão bem presente que toca o atual regime constitucional da propriedade. Dentre as medidas indicadas no plano de governo do então candidato à Presidência pelo Partido Social Liberal – PSL (“Social Liberal”?! Oi?! Como? Explique melhor!), hoje Presidente, Jair Bolsonaro, incluía-se “retirar da Constituição qualquer relativização da propriedade privada, como exemplo nas restrições da EC/81.” Na teoria, a medida é apresentada como necessária à proteção da propriedade em face das investidas (“invasões”) supostamente injustas por parte de movimentos sociais, ações que o mesmo programa chamava de “terrorismo”. Na prática, caso efetivamente implementada, isso retiraria da propriedade a proteção constante no texto constitucional, cuja modificação, pela própria natureza do procedimento de reforma, é bem mais custosa. Se transferida para a legislação ordinária a regulamentação do direito de propriedade, este se sujeitará muito mais aos interesses das classes que têm o poder de influenciar na produção legislativa. Não há, destarte, como se considerar essa mudança uma evolução. É uma marcha à ré longa, muito longa. O aludido plano, denominado de “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, pode ser consultado no link http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf.

¹⁷⁸ Essa ideia, na verdade, não é original, pois Engels (2012 [1884], p. 110) faz alusão a uma sucessão de propriedade, quando comentou as reformas políticas de Sólon, no ano 594 a.C.. A propósito: “Sólon iniciou a série das chamadas revoluções políticas e o fez com um ataque à propriedade. Até hoje, todas as revoluções têm sido contra um tipo de propriedade e em favor de outro; um tipo de propriedade não pode ser protegido sem que se lese outro. Na grande Revolução Francesa, a propriedade feudal foi sacrificada para que se salvasse a propriedade burguesa; da revolução de Sólon, a propriedade dos credores sofreu em proveito da dos devedores: as dívidas foram simplesmente declaradas nulas.”

¹⁷⁹ A alusão à unidade se refere à manutenção da soberania da Coroa portuguesa em relação ao colonial, não tendo a ver, porque inexistente então, com algum sentimento de nacionalidade ou outra espécie de vínculo moral firmado entre as Capitanias ou Províncias, muito menos entre as populações que aqui habitavam.

Cite-se, ainda, a própria distinção existente em relação a Portugal, onde em 1500 já existia a noção de propriedade privada, e os territórios dos nativos que habitavam o “Brasil” (o que viria ser, na verdade), em que essa ideia inexistia.

É possível dizer, então, que não só a ação humana no tempo, mas também os arranjos estabelecidos em atenção ao espaço geográfico, informam a historicidade a que se submete a propriedade como instituição.

Colocado nesses termos, o caráter histórico da propriedade nos conduz a reconhecer que esse instituto recebe influência da ação humana no tempo¹⁸⁰ (e no espaço), numa perspectiva diacrônica que, em alguma medida, promove sua transformação, seja para acrescer, subtrair ou alterar características. Isso, no entanto, não autoriza desconsiderar os elementos culturais de cada sociedade, nem a falar em sucessão linear, marcha à frente ou em necessário aperfeiçoamento.

Tampouco poderíamos considerar haver uma referência objetiva que, numa escala global, autorizasse categorizar os arranjos adotados pelas diversas sociedades a partir de um paradigma civilizatório (que certamente seria o europeu), de modo a possibilitar o estabelecimento de uma gradação em inferiores e superiores. Cremos, de outro modo, serem mais relevantes os elementos sincrônicos do que os diacrônicos, ou seja, as condições de possibilidade resultantes do jogo de forças, que, num dado momento e em certo lugar (numa sociedade, por assim dizer), irão determinar a configuração da propriedade, que seria, portanto, uma propriedade específica daquela sociedade.

Não se nega, destarte, que exista uma “teoria geral” “acumulada” historicamente acerca da noção de propriedade e de seus elementos característicos, mas se quer ressaltar que será a realidade de cada sociedade que irá efetivamente definir o regime normativo e de funcionamento desse instituto, convindo advertir, no entanto, que essa “maneira de fazer” específica de uma sociedade será determinada em um ambiente de tensão e a partir de relações de força. Nesse sentido, é importante invocar a lição de Foucault (2013 [1973], p. 32) quanto à necessidade de não ignorar a condição de acontecimento da propriedade, ou seja, de instituto elaborado historicamente: “mesmo quando utiliza um certo número de elementos que podem

¹⁸⁰ Que fique claro, bem firmado, que não é ação do próprio tempo, mas do ser humano no tempo. O tempo, em si, nada fez ou faz com a propriedade e com o Direito, sendo impróprio invocar a analogia biológica, em que o tempo acionaria uma marca gravada na “ordem natural das coisas”, uma exigência da razão (pura, no caso) ao estilo do *a priori* kantiano. O tempo deixa nossos cabelos brancos, por haver uma “marca” (código genético) biológica que determina esse fenômeno (incômodo, resalte-se!), mas ele, por si só, nada faz com a propriedade, caso nós nada façamos.

passar por universais, esse conhecimento será apenas da ordem do resultado, do acontecimento, do efeito.” Dizendo de outra maneira, o conceito de propriedade jamais pode ser tomado como pressuposto; ele será sempre posto, quiçá disposto, porque produzido e resultante de um jogo de forças nada tranquilo e que irá definir para que fins a propriedade se destinará, ou seja, sua função social.

3.4 Durkheim: o Direito como fato externo da solidariedade, e uma ideia de função social.

A intenção de problematizar o conceito de função social e, também, o princípio (positivado) da função social associado àquela ideia, não deve ser compreendida como uma manifestação de simpatia ou adesão a uma concepção individualista da propriedade, pois ao interesse pela crítica não corresponde uma necessária rejeição da noção criticada.

Na análise aqui empreendida, o propósito é suscitar o debate de algumas questões relacionadas à elaboração do conceito a partir do pensamento de Émile Durkheim, notadamente quanto aos fundamentos invocados e ao método por ele proposto para a determinação do conteúdo material (relacionada à prática) daquela função.

Em termos semelhantes, pretende-se analisar as formulações de Léon Duguit quanto à aplicação do conceito de função social no âmbito jurídico, especialmente em relação ao direito de propriedade.

Essa problematização será orientada para o fim de ressaltar e ressalvar o modo idealizado como o elemento “social” foi introduzido no conceito em questão, analisando-se como essa idealidade impregnou a teoria jurídica relacionada ao direito de propriedade e se projetou na maneira como a função social foi convertida de conceito em princípio jurídico da ordem constitucional brasileira, funcionando como instrumento de governamentalidade da população, especialmente quando relacionada às questões ambientais.

Não se pretende aqui, por óbvio, realizar uma discussão exauriente sobre essa questão, o que certamente extrapolaria em muito o objeto desta pesquisa, sendo razoável dizer que comportaria ser ela própria investigada em uma tese de doutoramento. Nada obstante, não se poderia simplesmente fazer uso desse conceito e ignorar a existência dessas ressalvas, sob pena de o silêncio ou a alusão sem reservas serem considerados adesão à crença de que a função

social (ou “socioambiental”), como conceito e como princípio jurídico, estaria necessariamente associada à ideia de comprometimento com a realização do bem-estar coletivo e preservação ambiental, bem como que seria dotada de qualidades redistributivas e de aptidão para coagir cidadãos e órgãos estatais (normativos ou de execução) a concretizar os ideais de justiça social enunciados no texto da Constituição.

3.5. Durkheim: a divisão do trabalho social, sua função e o direito de propriedade.

Firmadas essas premissas, importa, antes de tudo, redizer aqui o reconhecimento das formulações de Durkheim para o estudo dos fenômenos sociais, sendo inequívoco que ele contribuiu determinantemente para a sistematização do campo do conhecimento que se convencionou chamar de Sociologia. Pelo esforço e militância para que fosse conferida a autonomia acadêmica e reconhecida a condição de ciência àquele campo do conhecimento, mas especialmente por elaborar um método para explicação dos fenômenos sociais, não sem razão se atribuiu a Durkheim a condição de um dos fundadores da Sociologia acadêmica (SANTOS, 2010, p. 35) ou moderna (GUIMARÃES, 2016, p. 19).

Para fundamentar sua postulação de ver a Sociologia reconhecida como ciência social, Durkheim afirmava que o estudo dos fenômenos sociais deveria ser realizado por meio de uma rigorosa disciplina metodológica, que seria dotada de racionalidade, completude e de aptidão explicativa, a qual dispensaria a consideração, ou mais que isso, que importaria a rejeição de qualquer conhecimento *a priori*¹⁸¹ e não cancelado em um juízo de realidade, ou seja, que não fosse necessariamente obtido pela aplicação do método que ele denominou de sociológico. A expressão e os limites dessa pretensão estão bem representados no trecho de *As regras do método sociológico* (DURKHEIM, 2012 [1895], pp. 130-131) que a seguir se transcreverá:

Em resumo, em relação à maior parte das tentativas já feitas para explicar racionalmente os fatos sociais, pudemos contestar ou que elas faziam desaparecer qualquer ideia de disciplina social, ou que elas só conseguiam mantê-la com o auxílio de subterfúgios enganosos. As regras que acabamos de expor permitiriam, pelo contrário, fazer uma sociologia que teria no espírito da disciplina a condição essencial de toda a vida em comum, sustentando-se sempre na razão e na verdade.

¹⁸¹ Ao tratar das regras principais para a “realização prática da verdade”, Durkheim (2012 [1895], p. 54) formulou como primeiro corolário: “é preciso eliminar sistematicamente todas as noções prévias.”

As ressalvas de Durkheim às noções prévias não pouparam sequer a “filosofia positiva”, fonte da qual ele admitiu¹⁸²⁻¹⁸³ extrair contribuições. Neste sentido, também Auguste Comte foi destinatário de críticas, sendo questionado quanto à idealidade dos seus objetos de análise, circunstância que, segundo Durkheim, comprometeria a proposta metodológica daquele que é considerado criador do Positivismo (GUIMARÃES, 2016, p.13). Por essa razão, a análise baseada no positivismo de Comte não poderia ser considerada como dotada de caráter sociológico, conforme assinalou Durkheim (2012 [1985], pp. 44-45):

E, de fato, até hoje, a sociologia tem tratado mais ou menos exclusivamente não de coisas, mas de conceitos. Comte, é verdade, proclamou que os fenômenos sociais são fatos naturais, submissos a leis naturais. Daí, implicitamente reconheceu seu caráter de coisas, pois na natureza só existem coisas. Mas quando, saindo dessas generalidades filosóficas, tenta aplicar seu princípio e de fazer sair dele a ciência que continha, o que ele toma por objeto de estudo são ideias. (...) Em suma, Comte tomou para o desenvolvimento histórico a noção que dele possuía e que não difere muito daquela que se faz o conhecimento vulgar. (...) Ora, procedendo desta forma, não apenas se permanece na ideologia, mas se dá à sociologia um conceito que não tem nada de propriamente sociológico.

Críticas semelhantes Durkheim dirigiu a Spencer¹⁸⁴, Locke¹⁸⁵, Condillac¹⁸⁶, além de apontar a limitação explicativa e mesmo a ausência de objetividade de outras disciplinas, como a Filosofia, a Moral e a Economia Política¹⁸⁷, o que decorreria do fato de estas abordagens adotarem o ideal como objeto de análise. Nesse sentido, Durkheim criticava não apenas o objeto da análise em si, mas também o seu procedimento e sua orientação quanto ao sentido, ou seja, a circunstância de as investigações por elas empreendidas dispensarem o exame empírico

¹⁸² Nem poderia se deixar de admitir, pois as formulações de Comte constantes no *Curso de Filosofia Positiva* (1830-1842) e no *Discurso sobre o espírito positivo* (1848), estão em grande medida projetadas na obra de Durkheim, embora se reconheça o esforço deste em suprimir as “generalidades filosóficas” que poderiam comprometer a postulação de reconhecimento da Sociologia como ciência.

¹⁸³ Acerca do reconhecimento de Durkheim (2012 [1985], p.149) às contribuições de Comte, ele foi manifestado apenas no final de *As regras do método sociológico* (1895), mas não sem ressalvas: “Em segundo lugar, nosso método é objetivo. Ele é totalmente dominado por essa ideia de que os fatos sociais são coisas devem ser tratados como tais. Sem dúvida, este princípio se encontra, sob uma forma um pouco diferente, na base das doutrinas de Comte e de Spencer. Mas esses grandes pensadores deram a fórmula teórica, uma vez que não a colocaram em prática.”

¹⁸⁴ “Spencer afasta esse conceito, mas para substituí-lo por outro que é formado da mesma maneira. Ele faz das sociedades, e não da humanidade, o objeto da ciência; infelizmente, ele dá desde o início uma noção de sociedade que faz esvanecer a coisa de que fala para pôr em seu lugar a noção prévia de que se tem dela.” (DURKHEIM, 2012 [1895], p. 46).

¹⁸⁵ “Nem Locke, nem Condillac consideraram os fenômenos físicos objetivamente. Eles não estudam a sensação, mas certa ideia da sensação.” (DURKHEIM, 2012 [1895], p. 53).

¹⁸⁶ Idem.

¹⁸⁷ “Por consequência, o objeto da economia política, assim compreendida, é feita não de realidade que possam ser apontadas com o dedo, mas de simples possibilidades, de concepções do espírito; a saber, os fatos que o economista *concebe* como relativos ao fim considerado, e tais como ele *concebe*. Tanto em economia política como na moral, a parte da investigação científica é muito restrita; (...)” (DURKHEIM, 2012 [1895], pp. 49-50)

(observação e comparação), sendo desenvolvidas notadamente a partir de um conhecimento dado, uma “origem” a partir da qual se prosseguiria até as conclusões, numa espécie de sucessão de deduções pretensamente racionais.

A aspiração de cientificidade em favor da Sociologia era orientada pelo intento de evitar que a análise dos fenômenos sociais fosse também enviesada por tais “impropriedades”, o que conduziu Durkheim (2012 [1895], pp. 41/149) a anunciar, como primeira e mais fundamental regra de observação, a necessidade de considerar (todos) os fatos sociais como coisas, que nesta condição seriam estudados pelo seu método sociológico, proclamado como objetivo e não menos que “totalmente dominado” por aquela ideia veiculada na primeira e fundamental regra.

Para Durkheim (2012 [1895], p. 33), o objeto da Sociologia, ou ciência social, seriam os fatos sociais, que ele definiu da seguinte maneira:

Consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos se impõem a ele. Por consequência, eles não poderiam se confundir com os fenômenos orgânicos, já que consistem em representações e em ações; nem com fenômenos físicos, os quais não possuem existência nem na consciência individual, nem por meio dela. Esses fatos constituem, portanto, uma espécie nova à qual se deve dar e reservar a qualificação de sociais.

Como se afere, a coerção seria “característica de todo fato social” (DURKHEIM, 2012 [1895], p. 129), de modo que seria próprio considerar a existência de um sistema de coerções, cujo funcionamento é mais bem compreendido quando se associa essa definição de fato social à de *consciência coletiva* ou *comum*, que ele designou como “o conjunto das crenças e sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade [que] forma um sistema determinado que tem vida própria; (...)” (DURKHEIM, 2016 [1893], p. 83).

Durkheim ressaltava, todavia, que a *consciência coletiva* de determinada sociedade não corresponderia à simples soma das consciências individuais, mas que seria formada como resultado da interação destas, que agiriam “ativamente umas sobre as outras”, produzindo sentimentos de “energia” cuja natureza e elevada intensidade seriam suficientes para produzir no indivíduo a impressão de ter sido “dominado” por forças exteriores e que teriam tomado todo o meio no qual este se encontra porventura inserido. Seria em virtude dessa elevada potência que cada indivíduo, mesmo não reconhecendo aquelas forças como relacionadas à sua existência individual, não conseguiria resistir e seria por elas conduzido (DURKHEIM, 2012

[1893], pp. 37-18; _____, 2015 [1911], pp. 97-98). “Cada um é arrastado por todos”, sustentava Durkheim (2012 [1893], p. 38).

O funcionamento desse sistema de coerções diferiria quanto ao modo e ao momento de atuação. As regras jurídicas seriam dotadas de mecanismos intrínsecos de coerção, os quais reagiriam à tentativa de violação e atuariam contra o indivíduo na tentativa de impedir a efetiva violação à regra. Sendo esta violação consumada, a coerção assumiria um caráter repressivo, dirigindo-se à restauração da condição anterior e, havendo necessidade, à imposição de sanção ao responsável pela violação (DURKHEIM, 2012 [1895], p. 32). Já as máximas puramente morais teriam um mecanismo de coerção mais relacionado à vigilância do que à punição¹⁸⁸, funcionando de modo “indireto”, ou seja, ativando a crença de que o agir desconforme à regra poderia resultar na reprovação por parte dos demais integrantes da sociedade (DURKHEIM, 2012 [1895], p. 32).

Em quaisquer dos casos, Durkheim (2012 [1895], pp. 35/129-130) sustentava que o tempo cronológico tenderia a fazer com que a coerção deixasse de ser sentida, pois produziria nos indivíduos hábitos que dispensariam o funcionamento permanente e ostensivo dos seus mecanismos de atuação. Não se trataria, ele explicou, de substituição da coerção, mas de uma operação de derivação, já que ela funcionaria de outro modo, quiçá mais eficaz, na medida em que internalizaria e naturalizaria no indivíduo aquela ideia de *consciência coletiva*, fazendo com que ele se submetesse “de boa vontade” ao conjunto de regras e crenças coletivas, pensando e agindo em conformidade com elas não por receio de suportar qualquer sanção, mas por reconhecer a superioridade da realidade de ser social¹⁸⁹. O indivíduo, destarte, teria sua natureza (social) moldada pela pressão do meio social.

Para Durkheim, a concepção de meio social era da mais alta importância, pois a projeção de sua (do meio) força cogente (“pressão”) promoveria a (re)constituição dos seres sociais, representando, assim, fator determinante da evolução coletiva. Ele sustentava que o meio social seria integrado por dois elementos, quais sejam, as coisas (“densidade material”) e as pessoas (“densidade humana”), mas nenhum destes seria dotado de qualquer força motriz apta a impulsionar a interação entre tais densidades. Estas consubstanciariam apenas a “matéria” destinatária da ação das “forças vivas da sociedade”, cujo fator ativo seria uma entidade que denominou de “meio propriamente humano”.

¹⁸⁸ A escolha das palavras foi proposital, pois é manifesta a existências de aproximações entre formações de Durkheim quanto funcionamento do sistema de coerções, com as de Foucault referentes aos mecanismos de vigilância e disciplina.

¹⁸⁹ Mais uma inequívoca aproximação entre a noção de **ser social** de Durkheim e de **sujeito** em Foucault.

Durkheim, entretanto, não definiu especificamente o que seria esse “meio propriamente humano”, ao qual se referiu apenas uma vez¹⁹⁰ em *As regras do método sociológico*.

A despeito disso, o que para este trabalho importa é constatar que, segundo argumentava Durkheim, a força que movimentaria o meio social, que funcionaria como suposto motor da evolução coletiva, não corresponderia e nem poderia estar associada a uma conduta individual ou parcialmente coletiva (grupos de indivíduos), ou seja, não resultaria da ação de integrantes determinados ou determináveis de uma sociedade. Para ele, o que ordenaria a interação no meio social e fundamentaria a disciplina no âmbito de uma sociedade, seria uma força que se movimentaria de forma difusa naquele mesmo meio. Essa força, também chamada por ele de “energia”, seria uma realidade dotada de vontade própria, que se imporia aos indivíduos e grupos de indivíduos, mas não seria suscetível de apropriação por esses mesmos indivíduos ou grupos. Essa ascendência do meio social foi afirmada pelo próprio Durkheim (2012 [1895], p. 124) quando se referiu à interação entre os meios particulares (grupos de indivíduos) e o meio geral (sociedade), sendo oportuna a citação direta:

Todavia, a ação desses meios particulares não poderia ter a importância do meio geral; pois eles próprios submetem-se à influência deste último. É sempre a este que se deve voltar. É a pressão que ele exerce sobre os grupos parciais que faz variar a constituição destes. Tal concepção do meio social como fator determinante da evolução coletiva é da mais alta importância. Pois, se a rejeitarmos, a sociologia será incapaz de estabelecer qualquer relação de causalidade.

Por conseguinte, a organização e o funcionamento da sociedade seriam determinados e permanentemente implicados por um projeto dinâmico e evolutivo, o qual seria impulsionado pelo próprio meio social, que o conduziria a despeito e mesmo em face da vontade de ação dos indivíduos e dos grupos de indivíduos, tudo como decorrência de uma ordem cogente. O funcionamento dessa ordem seria tão objetivo quanto a que implicava “outros reinos”, de modo que seria completamente passível de apreensão racional e explicação científica, desde que admitida, conforme Durkheim postulava, a aplicação do princípio da causalidade para todos os fenômenos sociais¹⁹¹.

¹⁹⁰ Duas, se consideramos como equivalentes as expressões “meio propriamente humano” e “meio humano”.

¹⁹¹ Para conformar o estudo dos fatos sociais ao princípio da causalidade, Durkheim (2012 [1895], pp. 133/136), sustentava que método comparativo seria o único que conviria à Sociologia, devendo este ser orientado pela seguinte proposição: “A um mesmo efeito corresponde sempre uma mesma causa.” Essa consideração garantiria a cientificidade das investigações e a objetividade das conclusões, sem o que se subtrairia a capacidade explicativa da Sociologia.

Durkheim argumentava que esse pleito não se fundamentava em uma mera “necessidade racional”, ou seja, em uma pressuposição metodológica invocada como justificativa metafísica ou num conhecimento *a priori* obtido apenas por meio da reflexão, mas que corresponderia a um “postulado empírico, produto de indução legítima” (DURKHEIM, 2012 [1893], p. 147), conforme ele anunciou:

Uma vez que a lei da causalidade foi verificada nos outros reinos da natureza, que, progressivamente, ela expandiu seu império do mundo físico-químico ao mundo biológico, deste ao mundo psicológico, é possível admitir que ela também valha para o mundo sociológico.

Consideramos, pois, demonstrado, obviamente em linhas gerais, qual seria, de onde viria e como funcionaria, segundo Durkheim, o impulso organizador da sociedade, que seria supostamente objetivo e dotado de força cogente suficiente para constituir e reconstituir os elementos (coisas¹⁹² e pessoas) do meio social: uma “força viva”, uma “energia” difusa no próprio meio social. Essa é a ideia que mais importa seja aqui fixada, porque dela resulta a compressão de que, pela teoria de Durkheim, a divisão do trabalho social decorreria (princípio da causalidade) da ação desta “força viva” no tempo, a qual impulsionaria a sociedade a uma marcha à frente, promovendo a especialização (funcionalização) de seus elementos (coisas e pessoas), tudo em conformidade com aquela noção de consciência coletiva.

Neste ponto, então, convém tratar especificamente dos conceitos divisão do trabalho social e de função social.

A propósito, Durkheim afirmou que, mesmo antes de sistematizar todas as prescrições metodológicas já mencionadas nesta pesquisa, ele as havia indicado implicitamente no seu livro *Da divisão do trabalho social* (2016 [1893]), onde se encontra elaborada a teoria que justifica sua consideração sobre o conceito de *função social*, ao qual este tópico é dedicado. Essa menção autoriza deduzir que ele compreendia que suas formulações sobre o tema já estariam revestidas da necessária objetividade, porque submetidas às mesmas regras daquele método sociológico. Significa dizer, então, que, para ele, a função social seria um conceito científico, e não uma “simples” ideia. É essa conclusão que corresponde ao cerne da problematização aqui proposta.

¹⁹² É importante compreender que “coisas” para Durkheim não são objetos materiais. Para ele, recordemos, todos os fatos sociais seriam coisas, ou seja, algo que pode ser racional e objetivamente explicado e apreendido.

Sobre a divisão do trabalho, Durkheim reconhecia que pensadores da antiguidade já haviam se dedicado ao tema, citando, em nota de rodapé, trecho de *Ética a Nicômaco* (2009 [1094a.]), de Aristóteles, que corresponderia àquela noção: “Pois uma sociedade não nasce de dois médicos, mas de um médico e um agricultor, e, em geral, de diferentes, não de semelhantes.” (ARISTÓTELES *In* DURKHEIM, 2016 [1893], p. 48).

Durkheim argumentou, no entanto, que, antes, as sociedades vivenciavam essa “lei” (da divisão do trabalho) de modo quase imperceptível, somente tendo “tomado consciência” dela no final de século XVIII. Ele afirmava ter sido Adam Smith¹⁹³ o primeiro a tentar construir uma teoria a respeito da divisão do trabalho, além de atribuir a este a autoria da expressão, posteriormente emprestada pela ciência social à biologia.

As proposições de Durkheim são por ele apresentadas como inovações em relação aos pensadores anteriores, porque elas proporião a modificação e a ampliação da função da divisão do trabalho, notadamente quanto ao fundamento e ao modo de determinação dessa função. A primeira modificação dizia respeito à invocação do já aludido caráter objetivo e pretensamente científico das análises que dariam lastro àquelas proposições, as quais não seriam mais singelas “generalidades filosóficas”, já que convertidas pelo (seu) método em conceitos que, a partir de então, mereceriam a qualificação de científicos.

¹⁹³ É certo que Adam Smith aludiu literalmente à expressão “divisão do trabalho”, mas ideia a ela correspondente não foi por ele primeiramente teorizada. Sem pretender sugerir, obviamente, que Smith tenha se limitado a reproduzir noções preexistentes, mais adiante se demonstrará que em *A República*, de Platão, já se tinha pensamento filosófico afirmando as vantagens de especializar os indivíduos em funções determinadas pela natureza (individual), o que importaria o aumento da quantidade e da qualidade do trabalho, além de fortalecer os laços de unidade da cidade (sociais) (PLATÃO, 2018 [380 a.C.], pp. 68-69/144-145). Ademais, Lamounier (2005, p. 85), referenciado Ferdinand Braudel, faz uma afirmação que contradiz a autoria atribuída por Durkheim a Smith: “Segundo o historiador francês Ferdinand Braudel, Adam Smith não foi o primeiro a observar – ou a descobrir – a divisão do trabalho, antes deste pensador escocês vários outros estudiosos já haviam observado este fenômeno. Braudel afirma que o conceito de divisão do trabalho é conhecido desde a antiguidade e cita alguns autores modernos que escrevem sobre esse tema: William Petty (1623-1687), Ernest Ludwing Carl (1687-1743), Adam Ferguson (1723-1816) e Cesare Beccaria (1738-1794). Segundo Braudel, o mérito de Smith foi elevar ao status de teoria um conceito que já era conhecido e que, a partir daí, se tornou uma referência para os economistas que o sucederam. Mesmo assim, merecem ser averiguadas as condições particulares que levaram Smith a esse no patamar, partindo de uma ideia já conhecida.” E, de fato, a forma como Smith inaugura *A riqueza das nações* (2016 [1776]), apontando o aprimoramento das forças produtivas como um dos efeitos da divisão do trabalho, e tendo feito isso logo no primeiro período e parágrafo do Capítulo I, do Livro I, do Volume I, daquela obra, sem antes cuidar de elaborar qualquer definição acerca do seria a divisão do trabalho, é circunstância que pode ser considerada elemento de convicção suficiente para concluir não apenas que a ideia já era conhecida, mas também que era associada àquela expressão. Argumento semelhante ao que aqui invoco, aliás, foi utilizado por Norberto Bobbio para que afirmar que Maquiavel, embora tenha popularizado o uso da expressão “Estado”, não teria sido o responsável por cunhá-la. Nesse sentido, Bobbio (1986, p. 65) afirmou “A obra começa, como se sabe, com estas palavras: ‘Todos os Estados, todos os domínios que imperaram e imperam sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados’ [1513.ed. 1977, p. 5] (...) O próprio Maquiavel não poderia ter escrito aquela frase exatamente no início da obra se a palavra em questão já não fosse de uso corrente.”

A despeito dessa pretensão¹⁹⁴, o fato é que Durkheim, no primeiro parágrafo do primeiro capítulo de *Da divisão do trabalho social*, faz alusão aos possíveis significados da palavra “função”, apressando-se a anunciar em que sentido a tomará e como a relacionará à divisão do trabalho. Nesse mister, tendo se disposto a investigar a função da divisão do trabalho, ele justificou o porquê de manifestar preferência às palavras papel ou *função*, afirmando que estas representariam melhor o sentido de correspondência a uma necessidade (DURKHEIM, 2016 [1893], p. 57). Assim, relacionando o conceito de função ao de sociedade, instituição também chamada por ele de corpo social (DURKHEIM, 2012 [1895], pp. 112/116) e de organismo social (DURKHEIM, 2012 [1895], p. 72), teríamos que a função *social* da divisão do trabalho *social* seria atender às necessidades do corpo ou organismo *social*.

Mas, como advertiu o próprio Durkheim, sua questão não se resumia a saber o que se dizia da função da divisão do trabalho social. Ele se propôs examinar se ela existia realmente e em que consistiria. Com esse intento, Durkheim (2016 [1893], p. 58) iniciou sua análise problematizando o pensamento então corrente, no sentido de que a divisão do trabalho teria por papel aumentar a produtividade e a habilidade dos indivíduos. Ele reconhecia a aptidão para produção desse resultado, considerando pertinente a qualificação como “fonte de civilização”, por ser a divisão do trabalho condição necessária ao desenvolvimento intelectual e material das sociedades. Mas ele afirmava que a limitação da função ao aspecto econômico terminaria por subtrair o caráter moral¹⁹⁵ da divisão.

Movido por essa desconfiança, analisou duas formas de associação, a amizade e a sociedade conjugal (“casamento”), tendo concluído que, além e mais importante do que o aspecto econômico, a “verdadeira função” da divisão do trabalho seria “criar entre duas ou mais pessoas um sentimento de solidariedade” (DURKHEIM, 2016 [1893], pp. 62-67). Dizendo (com ele) de outro modo, à divisão do trabalho social Durkheim (2016 [1893], pp. 68-69)

¹⁹⁴ É interessante perceber que Durkheim, embora tenha afirmado e reafirmado a necessidade de uma “disciplina rigorosa” quanto ao método, sugerindo, como primeiro corolário, “**eliminar** sistematicamente **todas** as noções prévias” (DURKHEIM, 2012 [1895] p. 55) (grifo nosso), inaugurou seu livro *Da divisão do trabalho social* aderindo a duas importantes “noções prévias”, quais sejam, a de divisão do trabalho e a da função. As análises que ele realizou ao longo deste último livro não se prestaram a justificar a adesão (não eliminação) àquelas “noções prévias”, servindo para fundamentar a determinação da função da divisão do trabalho. Parece, destarte, que o começo *Da divisão do trabalho social* desdiz a conclusão constante em *As regras do método sociológico*, pois demonstrar que esse método não seria “independente de toda filosofia” (DURKHEIM, 2012 [1895], p. 147).

¹⁹⁵ Embora tenha registrado o intercâmbio do conceito de função entre a biologia e a ciência social, Durkheim (2012 [1895], p. 39) fez questão de ressaltar esse caráter moral da divisão do trabalho social, ainda que em alguma medida ela fosse informada pela natureza física (biológica). Isso significava que essa divisão não seria orientada pelo escopo de identificar e desenvolver nos integrantes de uma sociedade uma natureza individual, mas que pretenderia realizar naqueles uma natureza coletiva. Determinar e desenvolver esse **ser social** em cada indivíduo, orientando esse empreendimento pelas necessidades da sociedade: esta seria **uma** função da divisão do trabalho social.

atribuiu a função de “integrar o corpo social, garantir sua unidade”, sendo, por essa razão (e não por outra), condição de existência da sociedade.

Após essa análise, que o próprio Durkheim (2016 [1893], p. 70) qualificou como “breve”, embora suficiente para demonstrar a procedência de suas formulações, ele se dedicou ao problema da determinação da medida em que a divisão do trabalho contribuiria para a integração geral de uma sociedade. Reconhecendo, inicialmente, a solidariedade como um “fenômeno inteiramente moral”, concluiu ser inviável submetê-lo à “observação exata”, de modo que seu estudo deveria se dar a partir do seu símbolo, ou seja, o fato externo e visível da solidariedade (esta que seria o fato interno): o Direito.

Como fundamento para a utilização deste símbolo, Durkheim (2016 [1893], p. 70) apontou a existência de uma ligação entre essas duas “ordens de fato”, que variariam de modo proporcional, ao mesmo tempo e no mesmo sentido. A propósito, ele afirmou:

De fato, a vida social, onde quer que exista de modo duradouro, tende inevitavelmente a assumir forma definida e a se organizar, e o direito não é senão essa própria organização no que ela tem de mais estável e preciso. A vida geral da sociedade não pode se ampliar em um ponto sem que a vida jurídica se amplie ao mesmo tempo e na mesma proporção. Portanto, podemos ter certeza de encontrar refletidas no direito todas as variedades essenciais da solidariedade social.

Diferentemente do que se sucedeu em relação à proposição quanto à “verdadeira função” da divisão, Durkheim não apresentou nenhuma análise, “breve” ou alongada, que lastreasse a conclusão de existir essa necessária relação entre o desenvolvimento da sociedade e do direito, muito menos que o autorizasse a concluir se tratar de uma relação necessária e diretamente proporcional. Também nenhuma análise prévia foi apontada como justificativa para afirmar que “o direito reproduz as formas principais de solidariedade social”, tendo ele se limitado a anunciar a necessidade de classificação dos tipos de direito, para a partir daí se identificar as espécies de solidariedade social.

Não convém, todavia, descrever ou analisar essa tipologia das espécies de solidariedade social e dos tipos de direitos¹⁹⁶ que a elas corresponderiam como símbolos, pois o objeto desta tese não comporta ou enseja um exame aprofundado das formulações de Durkheim a respeito

¹⁹⁶ Durkheim (2016 [1893], p. 73) questionava a corrente divisão do Direito em público e privado, afirmando que essa demarcação não se sustentaria após um exame mais detido. Segundo ele: “Todo direito é privado, no sentido de que sempre e por toda parte são indivíduos que estão envolvidos e que agem; mas sobretudo todo direito é público, no sentido de que ele é uma função social e de que todos os indivíduos são, ainda que a títulos diversos, funcionários da sociedade.”

desse tema específico. O que nos interessa, de outro modo, é apontar a elevada consideração que Durkheim tem pelas regras de conduta (jurídicas ou de outra ordem), a confiança que ele depositava na correspondência destas às espécies de solidariedade social, bem como a aptidão que ele sustentava que elas teriam para produzir nos indivíduos pensamentos e ações em conformidade com a já mencionada noção de *consciência coletiva*.

Sobre a ideia de correspondência entre a realidade social e o Direito, ou seja, sobre o fato de Durkheim (2012 [1895], pp. 64-65) considerar as regras jurídicas como expressões dos hábitos coletivos, o trecho a seguir transcrito é elucidativo:

Fora dos atos individuais que suscitam, os hábitos coletivos se exprimem sob formas definidas, regras jurídicas, morais, ditos populares, fatos da estrutura social, etc. (...) Uma regra jurídica do direito é o que ela é, e não há duas maneiras de percebê-la. Uma vez que, por outro lado, essas práticas são apenas a vida social consolidada, é legítimo, exceto sob indicações contrárias, estudar essa última por meio daquelas¹⁹⁷.

Quando, portanto, o sociólogo se dispõe a explorar uma ordem qualquer de fatos sociais, ele precisa se esforçar por explorá-los por um ângulo onde eles se apresentem isolados de suas manifestações individuais. É em virtude desse princípio que estudamos a solidariedade social, suas formas diversas, sua evolução através do sistema das regras jurídicas que as exprimem.

A crença nessa correspondência é elementar para o pensamento de Durkheim, pois é dela que decorre não apenas a legitimidade da manifestação em si, ou seja, a convicção de que o comando enunciado pela regra jurídica materializaria a vontade geral da sociedade, mas especialmente a legitimidade da eventual reação em face dos atos individuais (de pensamento ou de ação) que não estivessem em conformidade com aquela mesma vontade. Dizendo (com Durkheim) de outro modo, “o direito exprime os usos, e, se reage contra eles, é com a força que deles obteve.” (DURKHEIM, 2016 [1893], p. 139). E, ainda, dizendo de mais uma maneira (desta feita “sem” Durkheim, mas a partir dele), o Direito extrairia do meio social o conteúdo de suas prescrições (regras jurídicas) e o seu poder de coerção.

Durkheim (2015 [1890-1900], pp. 82-84) não desconsiderava a possibilidade de as regras jurídicas não corresponderem a uma expressão da vontade geral da sociedade. Ao

¹⁹⁷ A nota é do próprio Durkheim (2012 [1895] p. 64) e tem o seguinte teor: “Seria preciso, por exemplo, ver razões para crer que, em determinado momento, o direito não exprime mais o estado verdadeiro das relações sociais, para que essa substituição não fosse legítima.” Como se vê, ela é diametralmente oposta à analítica do poder de Foucault (2010 [1976], p. 30), que expressamente adverte acerca da impossibilidade de se analisar o funcionamento das relações de dominação centrando a atenção no “modelo do Leviatã”. Não iniciar a análise nas manifestações regulamentadoras de poder, ou seja, nas “regras jurídicas”, é a primeira instrução metodológica da análise de poder de Foucault ([1976] 2015, p. 282).

formular sua definição de Estado¹⁹⁸ e tratar especificamente das manifestações deste “órgão”, ele admitiu que determinadas leis editadas pelo parlamento, ou mesmo decisões proferidas pelo governo, poderiam não se conformar à noção de *consciência coletiva* deveras mencionada. Nada obstante, a despeito de cogitar a possibilidade de o Estado se equivocar quanto aos motivos e ao conteúdo de suas deliberações, Durkheim afirmava ser essencial que estas fossem incentivadas, pois o Estado, como “órgão do pensamento social”, estaria mais qualificado a deliberar (pela) e comprometer a sociedade, na medida em que suas manifestações seriam informadas por um “grau mais elevado de consciência e reflexão”.

Essa recomendação de prestigiar a atuação do Estado, a despeito de eventuais equívocos, é compatível com um dos fundamentos da sociologia de Durkheim, a qual se firma na possibilidade de aplicação analógica de determinadas “leis” da biologia, daí a razão de ele recorrentemente argumentar por meio de metáforas biológicas e chamar a sociedade de corpo ou organismo.

Seguindo essa linha de pensamento, ao tratar da “saúde” e da “doença” do corpo social, Durkheim (2012 [1895], pp. 61-61) estabeleceu a premissa de que esses estados não estariam em oposição e, ao contrário, que se esclareceriam mutuamente, por serem variedades do mesmo gênero¹⁹⁹. Propôs, então, considerar a “doença” não como um contrário à “saúde”, ou seja, como uma perturbação da adaptação do organismo ao seu meio, pois nem sempre a “doença” determinaria uma situação de desamparo, já que poderia servir, em alguns casos, para nos obrigar à adaptação e para incrementar a imunidade, o que seria útil ao organismo, na medida em que aumentaria as chances de sobrevivência. Por essa razão, determinados fenômenos sociais, como o crime, por exemplo, seriam normais²⁰⁰, necessários, úteis e estariam ligados “às condições fundamentais de toda a vida social, (...) pois estas condições são indispensáveis para a evolução normal da moral e do direito.” (DURKHEIM, 2012 [1895], p. 86).

Compreendido o que seria o Direito, como ele supostamente evoluiria e sendo identificada a função social que exerceria no organismo social, importa aproximar essas formulações da questão central deste tópico, ou seja, do direito de propriedade e sua função social. Antes disso, porém, convém sintetizar o pensamento de Durkheim até aqui aduzido, o

¹⁹⁸ A definição de Estado em Durkheim já foi objeto de análise na nota de rodapé n.º 597.

¹⁹⁹ Essa ideia não era original. Platão (Sócrates), no livro IV de *A República*, já a havia defendido.

²⁰⁰ Durkheim (2012 [1895], pp. 82-83) explica que somente o excesso de criminalidade poderia ser considerado anormal e de natureza mórbida, já que inexiste sociedade onde não haja crime. A determinação do estado de anormalidade, entretanto, há de ser realizada em concreto, levando em conta o tipo social e estágio de evolução (DURKHEIM, 2012 [1895], pp. 74-75).

que faremos, para não incorrer no risco de parafraseá-lo de modo desonesto, por meio da transcrição de trecho *Da divisão do trabalho social* (DURKHEIM, 2016 [1893], p. 209) em que ele próprio resume algumas de suas formulações:

As proposições a seguir resume esta primeira parte de nosso trabalho. A vida social deriva de uma dupla fonte: a similitude das consciências e a divisão do trabalho social. No primeiro caso, o indivíduo é socializado porque, não tendo individualidade própria, se confunde, assim como seus semelhantes, no cerne de um mesmo tipo coletivo; no segundo, porque, mesmo tendo uma fisionomia e uma atividade pessoais que o distinguem dos outros, o indivíduo depende desses outros na exata medida em que deles se distingue e, por conseguinte, da sociedade resultante de sua união. A similitude das consciências gera regras jurídicas que, sob a ameaça de medidas repressivas, impõem a todos crenças e práticas uniformes; quanto mais acentuada ela for, mais a vida social se confundirá com a vida religiosa e mais as instituições econômicas serão próximas do comunismo.

A divisão do trabalho dá origem a regras jurídicas que determinam a natureza das relações das funções divididas, mas cuja violação não acarreta mais do que medidas reparadoras sem caráter expiatório.

Cada um desses corpos de regras jurídicas é, além disso, acompanhado de um corpo de regras puramente morais. (...) Há usos e costumes comuns a uma mesma ordem de funcionários e que nenhum deles pode infringir sem se sujeitar à repreensão da corporação. (...).

Contudo, as regras da moral e do direito profissionais são imperativas como as outras. Obrigam o indivíduo a agir em vista de finalidades que não lhe são próprias, a fazer concessões, a aceitar compromissos, a levar em consideração interesses superiores aos seus.

Sobre a propriedade como direito, Durkheim tratou especificamente deste tema no compêndio de escritos relativo aos cursos ministrados de 1890 a 1900 na Universidade de Bordeaux, França. Ali, Durkheim (2015 [1890-1900], p. 163) propôs uma definição para o direito de propriedade que ele disse levar em conta mais um critério negativo do que um conteúdo positivo. Ele afirmou o seguinte:

Então afirmamos definitivamente: o direito de propriedade é o direito que um sujeito tem de excluir do uso de determinada coisa os outros sujeitos individuais ou coletivos, com exceção apenas no próprio Estado e dos órgãos secundários do Estado, cujo direito de uso só pode ser exercido em circunstâncias especiais previstas em lei.

Há muita coisa importante a ser extraída desta definição, sendo a primeira, certamente a mais óbvia, é que ela considerava a propriedade como um direito, o que significa dizer que sua existência estaria fundamentada em uma manifestação do Estado, que, “pensando e agindo” pela sociedade, obrigaria todo o corpo social a respeitar o direito de exclusividade do(a) proprietário(a) em relação à coisa apropriada. Essa consideração é importante para Durkheim, pois ele sustentava que a propriedade privada decorreria de uma concessão da coletividade, já

que antes de existir a apropriação por parte dos indivíduos isoladamente considerados, teria havido uma coletiva (DURKHEIM, 2015 [1890-1900], p. 182), levada a efeito primeiramente com fundamento na religião²⁰¹, depois na família²⁰², até que finalmente se operasse sua individualização²⁰³.

Voltando à definição de Durkheim, dela também se extrai que, exatamente pelo fato de estar fundamentada em uma ordem (estatal), a propriedade, como direito (estatal), não possuiria caráter absoluto, sendo o atributo da exclusividade passível de limitação em favor do Estado, desde que presentes as “circunstâncias especiais previstas em lei”. Sobre essa excepcional prerrogativa de tocar em alguma medida o direito de exclusividade do proprietário, Durkheim (2015 [1890-1900], p. 162) afirmava que o Estado poderia requisitar determinada propriedade privada para o seu uso, ou mesmo promover sua desapropriação por utilidade pública. A literalidade das formulações de Durkheim, então, nos conduz à conclusão de que ele não vislumbrava a possibilidade de o ato expropriatório ocorrer para destinação do bem a outros particulares, já que citou apenas a requisição para uso do Estado ou desapropriação por utilidade pública. Se considerássemos taxativa essa enumeração, estaria excluída, em tese, a desapropriação por interesse social para fins redistributivos, tal como hoje se dá em relação à desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.

Mas obviamente não é a partir de uma imprópria e anacrônica analogia com o quadro normativo brasileiro da atualidade que deduzimos que Durkheim não cogitava essa possibilidade redistributiva. Àquela conclusão chegamos, de outro modo, pela interpretação sistemática das formulações que constam em *Lições de Sociologia* (2015 [1890-1900]). Nesse mister, é preciso, primeiramente, não olvidar que Durkheim afirmou que a propriedade só existe como tal na medida em que é respeitada, por isso a anunciou como “sagrada” (DURKHEIM, 2015 [1890-1900], p. 179) e protegida por uma regra que proíbe aos indivíduos e grupos de atentarem contra a propriedade alheia que já foi objeto de concessão coletiva (DURKHEIM, 2015 [1890-1900], p. 148). Apenas essas proposições, conjugadas às excepcionais condições em que ele admite o exercício, pelo Estado, da prerrogativa de substituir-se aos proprietários ou limitar algum(ns) dos atributos do direito de propriedade, já seriam suficientes a cancelar

²⁰¹ “Portanto, podemos ter certeza de que as crenças religiosas que encontramos na base do direito de propriedade recobrem realidades sociais que expressam metaforicamente.” (DURKHEIM, 2015 [1890-1900], pp. 181-182).

²⁰² “Todos esses fatos explicam-se facilmente se a propriedade imobiliária tem a origem que mencionamos. Ela se liga ao patrimônio da família; ela passa a constituir seu centro de gravidade, que lhe empresta suas formas externas.” (DURKHEIM, 2015 [1890-1900], p. 183).

²⁰³ “Assim, o centro de gravidade da família deslocou-se e passou a residir em uma pessoa determinada. A partir de então um indivíduo tornou-se proprietário no sentido pleno da palavra, pois as coisas passaram a depender dele em vez de depender delas.” (DURKHEIM, 2015 [1890-1900], pp. 184-185).

a tese de que as “circunstâncias especiais previstas em lei” somente poderiam atingir a propriedade privada para favorecer diretamente o Estado.

Mas além disso, é importante considerarmos que Durkheim (2015 [1890-1900], pp. 224-225) associava o direito de propriedade ao merecimento dos proprietários, pois, segundo argumentava, interessaria à própria sociedade manter a propriedade das coisas com aqueles considerados mais capazes e, porque mais capazes, mais merecedores.

Orientado por esse critério, Durkheim anunciou o que ele considerava ser um “princípio”:

Daí surge um princípio: a distribuição das coisas entre indivíduos pode ser justa à medida que for feita de forma proporcional ao mérito social de cada um. A propriedade dos particulares deve ser a contrapartida dos serviços sociais que prestaram. Tal princípio não tem nada que contrarie o sentimento de simpatia humana que está na base de toda essa parte da moral, pois esse sentimento pode variar em intensidade conforme o mérito social dos indivíduos. Sentimos mais simpatia pelos homens que servem mais à coletividade;

A primeira coisa a ser compreendida é que Durkheim admitia e considerava justa a desigualdade na distribuição da propriedade, desde que ela levasse em conta os méritos sociais dos proprietários e observasse os deveres de justiça fixados a partir de critérios distributivos e retributivos (mas não redistributivos). Sobre esses critérios, Durkheim (2015 [1890-1900], pp. 224/228-229) explicou que os distributivos estariam relacionados à maneira como as sociedades distribuem entre seus membros as leis, funções e dignidades, ao passo em que os retributivos diriam respeito aos valores de equidade na retribuição justa pelos serviços prestados à sociedade. É importante compreender, então, que a teoria de Durkheim vinculava àqueles critérios de justiça (distributivos e retributivos) os atos de concessão da coletividade em favor dos indivíduos, já que a medida da distribuição da propriedade é que deveria ser proporcional aos serviços prestados (no passado) pelos indivíduos.

Além disso, deve-se perceber que a simpatia de que fala Durkheim tem a ver “apenas” com a observância desses critérios, ou seja, com a equidade na medida da retribuição, a qual deve favorecer quem é mais capaz de, pela condição de proprietário, servir melhor à sociedade. Essa simpatia, ele explicou, exigiria que ninguém fosse obrigado a dar mais do que viesse a receber, que a remuneração pelos serviços prestados correspondesse ao valor equitativo destes, bem como que não fossem estabelecidos critérios de desigualdade diversos daqueles

relacionados ao mérito dos indivíduos em favor dos quais a coletividade distribui a propriedade (DURKHEIM, 2015 [1890-1900], pp. 228-229).

Por outro lado, Durkheim não se referiu a nenhuma obrigação ou dever que os indivíduos teriam em relação aos demais membros da sociedade, quando considerados individualmente ou em agrupamentos parciais. Na verdade, ele até falou, ao mencionar a relação de simpatia “que o homem tem pelo homem”, mas o fez exatamente para dizer que ninguém deveria ser obrigado a dar “mais do que recebe”. A simpatia seria, então, apenas simpatia, não devendo ser confundida com altruísmo e menos ainda com a cogitação de medidas de caráter redistributivo.

Sobre a possibilidade de abrandamento na exatidão dos efeitos desses critérios distributivos e retributivos de justiça, providência relacionada à ideia de redistribuição, Durkheim (2015 [1890-1900], pp. 229-230) considerava essa questão ainda afetada apenas aos deveres de caridade, colocando-a como um programa a ser desenvolvido e realizado na medida em que a sociedade continuasse a avançar em sua marcha evolutiva.

Além disso, Durkheim não chegou a cogitar a existência do dever de usar, menos ainda de um usar de tal ou qual modo, pois admitia inclusive a possibilidade de não uso da propriedade (DURKHEIM, 2015 [1890-1900], p. 162), pensamento que se conforma ao caráter predominantemente negativo da definição que formulou. E como consectário lógico da possibilidade de não usar, Durkheim não considerou a hipótese de se impor sanção ao proprietário pelo não uso da propriedade.

Em suma, a função social para Durkheim seria o critério de justiça que deveria orientar a coletividade na definição das medidas e formas de distribuição da propriedade aos indivíduos ou grupos de indivíduos, porém sem vinculação jurídica do proprietário, após o ato de concessão, à obrigação de usar a propriedade de determinada maneira, ou seja, de condicionamento ao exercício do direito de propriedade, havendo “apenas” a pressuposição de que a distribuição da propriedade em favor dos mais capazes interessaria à sociedade, na medida em que potencializaria o retorno de serviços em favor da coletividade. Também não tratou de qualquer dever dos proprietários em relação a não proprietários, tampouco considerou a possibilidade de haver sanção ou oneração do proprietário pelo não uso da propriedade, mesmo afirmando ser esta uma concessão da coletividade.

3.6. Duguit: direito de propriedade e função social.

As formulações de Léon Duguit constantes em *Fundamentos do Direito* (2009 [1859-1928]) contêm aproximações com o pensamento de Durkheim, de quem foi contemporâneo na Universidade de Bordeaux. Duguit (2009 [1859-1928], p. 107), tal como Durkheim, considerava o Direito com uma ciência social, argumentando que o estudo dos seus fenômenos deveria ser levado a efeito pelo método comum das ciências dessa espécie, qual seja, a observação.

Também qualificava os fenômenos jurídicos como “coisas” (DUGUIT, 2009 [1859-1928], p. 19), sustentando haver uma “excelsa lei” que imporia ao Direito uma marcha evolutiva. Segundo Duguit (2009 [1859-1928], p. 93), essa lei evolutiva resultaria da “evolução humana” e existiria, “antes de tudo”²⁰⁴, nas consciências individuais²⁰⁵, tendendo a se exteriorizar nos costumes coletivos. Para ele, não seria o costume que, transformando-se, daria origem às regras jurídicas, mas estas se manifestariam por meio dos costumes, de modo que ele considerava o meio social não a fonte propriamente dita do Direito, mas o ambiente onde as suas regras se formariam e se desenvolveriam, produzindo como efeito a configuração das consciências individuais.

Duguit (2009 [1859-1928], p. 31) qualificou como Direito social a concepção que derivava os direitos individuais da “norma social”, ou seja, que derivava do “direito objetivo”²⁰⁶ os “direitos subjetivos”²⁰⁷. Disso se conclui que Duguit considerava, tal como Durkheim, a existência de uma ordem social, chamada por ele de “norma social”, que se imporia a todos os integrantes da sociedade e na qual estariam fundamentados não apenas os direitos subjetivos dos indivíduos e grupos, mas também obrigações sociais que a estes vinculariam. Direitos subjetivos e obrigações sociais teriam, destarte, igual origem, o direito objetivo, e este, por sua vez, retiraria seus fundamentos dos laços de interdependência existentes “desde sempre” entre

²⁰⁴ Nesse aspecto, o pensamento de Duguit diverge do de Durkheim. Para este, o “direito exprime os usos”, e não se exprimiria *pelos* usos (DURKHEIM, 2016 [1893], p. 139). Ademais, Durkheim afirmava que “a vida coletiva não se originou da vida individual; ao contrário, foi a segunda que surgiu da primeira.” Mas o que consideramos com elemento revelador da divergência é o fato de que Durkheim, em tese (o “em tese” é para ressaltar que, embora ele recomendasse o descarte das noções prévias, ele as usou em diversas oportunidades), determinava o descarte do pensamento *a priori*.

²⁰⁵ Isso é “puro” Platão, em *A República*.

²⁰⁶ “O ‘direito objetivo’ ou ‘regra de direito’ designa os valores éticos que se exige dos indivíduos que vivem em sociedade.” (DUGUIT, 2009 [1859-1928], p. 11)

²⁰⁷ “O ‘direito subjetivo’, por sua vez, constitui um poder do indivíduo que integra uma sociedade. Esse poder capacita o indivíduo a obter o reconhecimento social na esfera do objeto pretendido, desde que o seu ato de vontade possa ser considerado deliberadamente legítimo pelo direito objetivo”. (DUGUIT, 2009 [1859-1928], p. 11)

os indivíduos de determinada sociedade. A estes laços, Duguit (2009 [1859-1928], p. 36), semelhantemente a Durkheim, designava de “solidariedade social”²⁰⁸, expressão que, embora “então” desacreditada pela ação de políticos, ainda reputava adequada.

Ele, assim como Durkheim, alimentava a crença de que essa “solidariedade” seria instrumento de manutenção da unidade nos agrupamentos sociais e, ainda, que resultaria do progresso social. Duguit não aludia (diferentemente do que fez Durkheim) a uma “proporcionalidade” na relação entre o progresso, a divisão do trabalho e a solidariedade, mas afirmava a existência da relação em si e, além disso, sustentava que essa relação seria direta, ou seja, que o incremento da primeira importaria o das demais, em sucessão. Dizendo em outros termos, seu argumento era no sentido de que o progresso de determinada sociedade aumentaria a solidariedade pela divisão do trabalho, o que equivalia a dizer que a sociedade mais desenvolvida seria aquela em que o processo de divisão do trabalho social mais fosse desenvolvido, resultando na intensificação da especialização dos trabalhadores e funções sociais de um modo geral.

Note-se, destarte, que Duguit foi mais explícito que Durkheim, quiçá foi além deste, ao enunciar expressamente que os membros de determinada sociedade, como seres sociais, estariam vinculados ao cumprimento de obrigações, o que o conduziu a dizer que os direitos subjetivos não poderiam ser compreendidos como prerrogativas. Diferentemente, aqueles direitos teriam uma dupla feição, de direito e de poder, na medida em que, por terem de cumprir obrigações para com a sociedade, haveriam de estar investidos dos poderes necessários a esse mister (DUGUIT, 2009 [1859-1928], p. 43).

Duguit também vai além de Durkheim ao elaborar de forma mais adequada a noção de vinculação do direito²⁰⁹ à sua função. A propósito, Duguit (2009 [1859-1928], p. 43) afirmava que os direitos, dado seu caráter social, teriam, “por princípio e limites, o desempenho a que estão sujeitos”, o que nos conduz à conclusão de que a função social, ou seja, o encargo vinculado ao direito subjetivo, integraria a própria estrutura do direito. Essa conclusão resta mais clara em outro trecho de sua obra que a seguir transcrevo (DUGUIT, 2009 [1859-1928], p. 43):

²⁰⁸ A teoria é bastante oportuna (e oportunista), notadamente em razão de justificar “cientificamente” o impulso que as nações europeias confeririam às ações imperialistas e neocoloniais, notadamente na segunda metade do século XIX, sempre com a capa de empreendimento de caráter “civilizatório”.

²⁰⁹ Conforme já mencionado no tópico 3.7.3, a doutrina nacional diverge em relação ao fato de a função social ser uma condição de existência ou um condicionamento ao exercício. A esta questão, essa pesquisa voltará no tópico XX, que analisa especificamente o reconhecimento da função social como princípio constitucional.

A liberdade é um direito porque o homem tem o dever de desenvolver sua atividade tão plenamente quanto possível, uma vez que a sua atividade individual é fator essencial de solidariedade por divisão do trabalho. Enfim, o homem desfruta o direito de desenvolver sua atividade com a liberdade, mas, ao mesmo tempo, só possui esse direito enquanto consagra o seu exercício à realização da solidariedade social.

O que é importante perceber para concluir que ele considerava o caráter intrínseco da função social, ou seja, que a função social seria condição de existência e de subsistência do direito, é o fato de Duguit aludir à noção de concomitância: o direito existe enquanto a função é cumprida. Não haveria, pelo pensamento de Duguit acima exposto, condição exterior ou posterior à existência do direito. Ele seria limitado de dentro, por assim dizer, “por princípio e limite” ao cumprimento da função, o que é um raciocínio compatível com o argumento da fonte comum (direito objetivo) dos direitos subjetivos e das obrigações.

Esse argumento se robustece ainda mais quando consideramos a definição de direito de propriedade, que é o que de mais perto interessa ao tema desta pesquisa, a qual ele elaborou nos seguintes termos (DUGUIT, 2009 [1859-1928], p. 44):

A propriedade deve ser compreendida como uma contingência resultante da evolução social; e o direito do proprietário, como justo e concomitantemente limitado pela missão social que lhe incumbe em virtude da situação particular em que se encontra.

Concluimos, destarte, que Duguit considerava o direito de propriedade como intrinsecamente condicionado a uma função (“missão”) social, ou seja, que o direito de propriedade existiria e subsistiria enquanto seu titular cumprisse sua obrigação para com a sociedade.

Mantendo a atenção no titular do direito (direito-função), Duguit não desenvolveu longamente a questão relacionada aos critérios de justiça (distributivos e/ou retributivos) que deveriam orientar a distribuição dos bens entre os membros da sociedade, nem aludiu especificamente à questão meritória do proprietário. Nada obstante, ele afirmou que a propriedade, como concessão coletiva que seria, não poderia ser conferida a qualquer um, devendo ser examinada se a condição econômica daquele que pretendia a propriedade seria compatível com a missão social que corresponde à sua situação especial de proprietário (DUGUIT, 2009 [1859-1928], p. 44).

Sobre o modo de determinação da função social, Duguit principia suas proposições afirmando que o Estado, ao elaborar uma lei, a impõe à sociedade, obrigando a todos os

membros desta. Mas ele afirma que a legitimidade das manifestações estatais estaria condicionada à conformidade com o Direito²¹⁰. Por essa razão, Duguit afirmava que os governantes²¹¹, ao atuarem no processo de elaboração das leis pelo Estado, deveriam se esforçar rigorosamente para a consecução da solidariedade social, especialmente em razão de que o próprio Estado estaria submetido ao dever de observar os comandos legais editados. Destarte, tal como Durkheim, também Duguit considerava a lei como instrumento de manifestação e realização da solidariedade social, de onde retiraria sua legitimidade e força de coerção (DUGUIT, 2009 [1859-1928], pp. 89-90).

E, então, chegamos finalmente ao ponto que nos interessa, onde as doutrinas de Durkheim e Duguit mais se aproximam: a crença de que as regras jurídicas teriam essa aptidão de força produtora de realidade e estariam comprometidas com a realização material da solidariedade social.

A nosso ver, essa crença é problemática e merece ressalvas.

3.7. Alguns (outros) problemas.

Em primeiro lugar, deve ser rememorado que a motivação para problematização da função social foi a necessidade de fixar os contornos dessa noção, de modo que, ao se fazer menção a ela no curso dos demais capítulos desta tese, saiba-se em que sentido ela será tomada. Por essa razão, não se pretende, por ser desnecessário, analisar criticamente²¹² um recorte demasiadamente abrangente da obra de Durkheim ou de Duguit.

²¹⁰ Rememoremos que o Direito, para Duguit, existira uma “lei excelsa da evolução do direito”, que estaria, “antes de tudo”, nas consciências individuais e tenderia a se exteriorizar. (DUGUIT, 2009 [1859-1928], p. 93)

²¹¹ Duguit (2009 [1859-1928], p. 89) considerava que as limitações jurídicas ao poder de legislar deveriam recair sobre os elementos detentores do de, e não ao Estado considerando como pessoa. A propósito, Duguit afirma que sua doutrina seria “realista” e “positiva”, de modo que o Estado se apresentaria como fato, e não como coletividade personificada. (DUGUIT, 2009 [1859-1928], p. 84)

²¹² Ao desenvolver os tópicos precedentes, já pontuamos alguns problemas dos pensamentos de Durkheim e Duguit, em relação aos quais manifestamos divergência. Nesse sentido, citemos, exemplificativamente, (1) a inexistência de qualquer preocupação redistributiva, (2) a não consideração como problema e, por conseguinte, a ausência de sanção para o caso de não ser cumprida a função social (em relação a Durkheim, nesse caso), (3) a associação de critérios de distribuição da propriedade ao aspecto “meritocrático”, (4) em decorrência dessa associação (à meritocracia), a afirmação da presunção de que os indivíduos mais aptos, inclusive do ponto de vista financeiro, deveriam ser prestigiados na distribuição da propriedade, ante a presunção de que a sociedade receberia destes uma retribuição em serviços, para citar apenas alguns. Nada obstante, não sendo esta Tese destinada exclusivamente à problematização da ideia de função social, os problemas que mais importam apontar, por terem eles relação mais direta com o objeto desta pesquisa, serão tratados a partir de agora.

Ademais, convém consignar que os questionamentos dirigidos ao método e à teoria de Durkheim não devem ser considerados como insinuação de imprestabilidade ou irrelevância, o que seria uma pretenciosa e infundada pretensão. Já dissemos, e repetimos agora, que Durkheim é reconhecido como um dos fundadores da sociologia acadêmica e moderna, qualificação que reputamos procedente e muito justa, notadamente se considerarmos os resultados de sua militância apaixonada em favor da qualificação da Sociologia como campo do conhecimento científico. Esse reconhecimento, todavia, não significa que suas formulações sejam insuscetíveis de qualquer crítica ou de cotejo com as de outros pensadores, notadamente se levarmos em conta o decurso de tempo desde quando foram elas enunciadas. Não olvidemos que os fenômenos sociais são essencialmente cambiantes, o que exige um contínuo repensar, tanto dos métodos que se destinam examiná-los, como das considerações explicativas elaboradas a partir deles.

Também há de se ressaltar que a crítica a determinadas premissas do método de Durkheim não deve ser tomada como julgamento de inutilidade do conjunto de suas proposições (o que também seria demasiado pretensioso), pois as impropriedades apontadas, longe de terem o propósito de desqualificar o método em si, as inferências decorrentes de sua aplicação ou mesmo o seu idealizador, destinam-se apenas a viabilizar a argumentação contrária à pretensão de completude, objetividade e precisão, a fim de abrir espaço para conclusões destoantes de algumas formulações decorrentes de sua aplicação.

Dizendo de outro modo, ao se apontar e justificar as impropriedades e contradições a que nos referimos ou a que iremos nos referir, fazemo-lo para ver permitido contrariar algumas conclusões de Durkheim, especificamente, no caso, para ter como lícito considerar a hipótese de que os sistemas de coerção do meio social, nas condições e intensidade propostas por ele, não funcionam com eficácia suficiente para condicionar o processo de produção de decisões estatais (leis, decisões de governo, etc.) e vinculá-las à ideia de *consciência coletiva*. E, pela mesma razão, também para ver admitida a cogitação de que as regras jurídicas não sejam, ou não sejam sempre, manifestações tendentes a realizar a solidariedade social, bem como que as relações existentes entre os integrantes de uma sociedade não tenham, ou não tenham sempre, o caráter de solidariedade, ou seja, de dependência mútua, de reciprocidade de obrigações e interesses.

Apresentadas as escusas protocolares para formulação de críticas, passemos aos (outros) problemas do pensamento de Durkheim.

3.7.1. A função social como ideia em *A República* de Platão.²¹³

3.7.2. A pretensão de objetividade: a fé na ciência.

O fato de Durkheim ter omitido²¹⁴ a inspiração nas ideias de Platão se converte em um problema (ético) de “menor” importância, diante da pretensão de pureza e completude explicativa do seu método, prescrevia, ademais, a rejeição dos conhecimentos *a priori* (históricos ou racionais). Obviamente que se compreende que Durkheim não chegou a pensar ou sugerir que todo o conhecimento relacionado aos fenômenos sociais precisaria ser reaprendido cientificamente. Diferentemente disso, o que compreendemos que ele sustentou foi a limitação da eficácia explicativa da atividade meramente dedutiva, ou seja, aquela que se realiza mediante a decomposição (a partir de) e/ou a combinação de noções antecipadas.

Nada obstante, a questão que se apresenta prontamente é que seu método, pretensamente “objetivo” e “inteiramente dominado” pela ideia de tratar os fatos sociais como coisas, vale-se de ao menos duas pressuposições não demonstradas objetivamente²¹⁵. A primeira, consiste na possibilidade de aplicação à Sociologia do princípio da causalidade, a partir do que se poderia dizer que “a um mesmo efeito corresponde sempre uma mesma causa” (DURKHEIM, 2012 [1895], p. 136). Sem entrar, ainda, no fundamento da aplicação em si, ou seja, daquilo que autorizaria a aplicação por ele postulada, é preciso não olvidar que a própria noção de causalidade consubstancia uma pressuposição, qual seja, a de que o mundo seria governado por leis²¹⁶ rígidas que determinariam uma regularidade universal de todos os fenômenos (POPPER, 2013 [1934], p. 54).

²¹³ Tópico suprimido por orientação da Banca de Defesa. Nele, demonstrávamos como as ideias de divisão do trabalho social e de função (social) foram apresentadas por Platão (desenvolvidas Sócrates), em *A República*.

²¹⁴ Preferimos a expressão “omissão” à negação, uma vez que Durkheim não admite, porém não nega, ter obtido em *A República* contribuições para o seu pensamento, especialmente no que se refere às ideias (conceitos) de ‘divisão do trabalho’ e de “função”. Pensamos, é uma suposição, apenas uma suposição, que Durkheim preferiu omitir a negar tal influência, uma vez que seria pouco provável, diante de tantas semelhanças, que sua negação fosse convincente quanto à inexistência de inspiração. Ademais, na hipótese de ele admitir que se inspirou no filósofo a quem se tributa a concepção da teoria das ideias, é possível que tal aproximação pudesse comprometer a pretensão de cientificidade de suas formulações.

²¹⁵ Compreenda-se por objetivo o conhecimento que pode ser submetido à prova e compreendidos por todos (POPPER, 2013 [1934], p. 41).

²¹⁶ Popper (2013 [1934], p. 217) fazia ressalvas à consideração da causalidade como “lei”. Neste sentido, ele afirmou que “a crença na causalidade [como lei] é metafísica.” Explicando sua compreensão acerca da causalidade, ele disse: “O ‘princípio da causalidade’ é a asseveração de que todo e qualquer evento pode ser causalmente explicado - de que *pode* ser dedutivamente previsto. De acordo com a maneira como se interpreta a palavra *pode*, na asserção acima, esta será tautológica (analítica) ou uma asserção acerca da realidade (sintética). Se ‘pode’ quiser dizer que é sempre logicamente possível elaborar uma explicação causal, a asserção será tautológica, pois para toda e qualquer predição poderemos, sempre, indicar enunciados universais e condições iniciais de que a predição

Tal atitude contraditória, que menospreza as “generalidades filosóficas”, mas se vale delas quando a pretensão de cientificidade pura encontra limites, foi bem explicada por Russel (2017 [1959], pp. 376-377):

Nas tentativas de encontrar substitutos científicos ao que eles chamam injuriosamente de “metafísica”, os filósofos científicos tropeçam muitas vezes nas suas próprias dificuldades metafísicas. Isso, de certo modo, não surpreende, porque, embora pudessem rejeitar com alguma justiça as especulações metafísicas dos filósofos, mostravam-se propensos a esquecer que a própria investigação científica se realiza com base em certas pressuposições. Pelo menos nisso Kant parece ter tido razão. Assim, para dar um exemplo, a noção geral de causalidade é pré-requisito para o trabalho científico. Não é resultado da pesquisa, mas sim uma pressuposição, ainda que apenas tácita, sem a qual a pesquisa não poderia avançar. Vista sob essa ótica, as novidades filosóficas que têm aparecido ultimamente nos escritos dos cientistas não são tão inspiradoras como pareceram a princípio.

Esse manifesto impasse não²¹⁷ foi ventilado e tampouco justificado por Durkheim, embora providência nesse sentido fosse elementar e necessária, considerando a pregação insistente da independência e autonomia da Sociologia em relação às outras ciências e, especialmente, em relação à abstrata e não-ciência Filosofia. Assim, se neste aspecto pretendia ou se viu forçado a temperar a pretensão de cientificidade e de autonomia da Sociologia, seria imperioso que Durkheim reconhecesse que a ciência explicaria fatos (sociais) a partir de outros fatos (sociais), mas que não era dispensada da exigência que alcança as demais ciências e campos do conhecimento, de se valer de decisões²¹⁸ metodológicas fundamentais.

Além da desconsideração da natureza convencional do princípio da causalidade, há, e agora trataremos disso, o problema do fundamento da sua aplicação à ciência social. Embora Durkheim tenha sustentado que essa postulação decorreria de uma “indução legítima”, tal argumento não representou, sobretudo na época, mais que uma crença de caráter metafísico, pois pressupunha (mais uma pressuposição!!!) haver uma ordem superior que determinasse a

é deduzível. (Se estes enunciados foram ou não submetidos à prova e confirmados, em outros casos, isso, naturalmente é um problema diferente). Se, entretanto, “pode” quiser dizer que o mundo é governado por leis rígidas, que ele é construído de tal forma que todo evento específico é exemplo de uma regularidade universal ou lei, a asserção será, reconhecidamente, sintética. Em tal caso, porém, ela será *não falseável*, como veremos adiante na seção 78. Consequentemente, não adoto nem rejeito o ‘princípio da causalidade’.; contento-me, simplesmente, com excluí-lo da esfera da ciência, dando por metafísico.” (POPPER, 2013 [1934], p. 54)

²¹⁷ Se foi intimamente cogitada e, mesmo assim, não foi justificada, a omissão deliberada dessa circunstância seria mais grave do que a possível negação da influência de Plantão, pois corroboraria uma seletividade (sempre subjetiva) metodológica.

²¹⁸ Que não se cogite objetar essa conclusão sob o argumento de que tomar decisões fundamentais é pressuposto de qualquer abordagem metodológica, de maneira que, sendo requisito, não seria necessário dizer e reconhecer essa circunstância. O problema é que Durkheim, de modo reiterado, pregava exatamente o contrário disso. Dizendo de outro modo, Durkheim não deixou de fazer tal registro por considerá-lo óbvio. Ele sustentou que a sociologia e, especialmente, o seu método sociológico (“objetivo”), dispensariam esse tipo de expediente abstrato. Não foi omissão, mas rejeição à ideia.

aplicação desse princípio a “outros reinos” e também à ciência social, ou seja, que haveria uma “lei”, necessariamente superior à “lei” da causalidade, ordenando a aplicação desta à Biologia, por exemplo, e, da mesma maneira, à Sociologia.

A questão que se apresenta, todavia, é exatamente em relação à ausência de demonstração do fundamento que autorizaria essa aplicação, o que deveria se dar de modo necessariamente empírico e objetivo, pois, rememoremos, para ele “um fato social só pode ser explicado por outro fato social” (DURKHEIM, 2012 [1895], p. 150). Não bastaria, para falar em “indução legítima”, dizer que “as pesquisas empreendidas com base neste postulado tendem a confirmá-lo” (DURKHEIM, 2012 [1895], p. 147), sendo imperioso, no mínimo, que tais pesquisas fossem expressamente referenciadas, sob pena de converter a simples menção às “pesquisas” em genérico e frágil argumento de autoridade.

Que fique claro que não se pretende negar (nem afirmar, mas o que não se quer aqui é, principalmente, sugerir singeleza ou certeza) a aplicação do princípio da causalidade aos fenômenos que se constituem em objeto de estudo da Sociologia. A um leitor apressado pode parecer que foi isso que sustentamos, mas não. O problema que identificamos consiste na ausência, por parte de Durkheim, da necessária demonstração da fundamentação empírica, já que seus argumentos não relevaram muito mais que sua fé²¹⁹, quiçá sua crença²²⁰ na pureza metodológica da ciência²²¹ para cuja fundação ele contribuiu²²², mas que nem de longe, neste aspecto, pode ser considerada uma conclusão científica²²³.

A bem da verdade, melhor dizendo, de *uma* ou de *algumas* verdades, a explicação causal dos fenômenos da vida em geral é reconhecida por outros pensadores, alguns admitindo, inclusive, a cogitação de existir uma “ordem na natureza” (EINSTEIN, 2017 [1941], p. 36). Há, não se nega, razoável consenso sobre a possibilidade de racionalização dos fenômenos sociais, cujo exame pode e deve ser informado por um esforço de objetividade e cientificidade. Mas as

²¹⁹ Segundo Kant (2009 [1781], p. 516) “se a crença é tão somente subjetivamente suficiente e é, ao mesmo tempo, considerada objetivamente insuficiente, é chamada fé”.

²²⁰ “A crença é um fato de nosso entendimento, suscetível de se estabelecer sobre princípios objetivos, mas que exige também causas subjetivas no espírito daquele que julga.” (KANT, 2009 [1781], p. 515)

²²¹ Semelhantes sentimentos em relação à ciência eram alimentados por Simão Bacamarte, “homem de ciência, e só de ciência” e protagonista de *O Alienista* (1883), de Machado de Assis, livro em que o maior escritor brasileiro critica o cientificismo exacerbado. O mais interessante é perceber que Machado escreveu aquele livro no mesmo ano em que Durkheim publicou *Da divisão do trabalho social*. Isso revela que, mesmo já tendo aludido ao fato de Durkheim por ser um homem de época, *La Belle Époque*, havia outros homens daquela mesma época que já asseveraram a necessidade de ressaltar a uma crença apaixonada na ciência.

²²² Ele sabia disso e se achava (com razão) fundador da ciência social. Talvez seu problema tenha sido querer ser tudo isso sozinho, como se nada ou ninguém antes dele tenha ofertado qualquer contribuição.

²²³ “Enfim, a crença suficiente tanto subjetiva quanto objetivamente é chamada ciência.” (KANT, 2009 [1781], p. 516).

discordâncias em relação ao pensamento de Durkheim se relacionam aos termos em que se viabilizaria, a partir do seu método (objetivo e científico), a apreensão e a compreensão daqueles fenômenos, convido registrar como as ideias em face das quais mais temos ressalvas são (1) a imaginada exigência de absoluta objetividade para que se pudesse falar em análise científica dos fenômenos sociais e, nesta mesma linha, (2) sua insistente rejeição (quase uma teimosia) à pluralidade de causas²²⁴ explicativas dos fatos sociais.

Argumentando com muito mais sensatez que a demonstrada por Durkheim em suas crenças, Einstein (2017 [1949], pp. 121-122), que, embora fosse cientista, dedicou-se sem constrangimento ou negação ao debate de diversas questões de caráter filosófico, desde sempre recomendou não se superestimar as propriedades da ciência e dos métodos científicos para a análise e explicação de “fenômenos humanos”, ou seja, aqueles relacionados à “organização da sociedade”. A cautela recomendada tinha como fundamento o fato de haver diferenças metodológicas fundamentais em relação ao que se convencionou distinguir em ciências da natureza e humanas (ou da cultura), como a astronomia e a economia, para usar os mesmos exemplos mencionados por Einstein. Nesse sentido, este afirmou que o esforço explicativo, em ambas as ciências, teria por finalidade a descoberta de “leis gerais de aceitabilidade geral para um grupo circunscrito de fenômenos, no intuito de tornar a interconexão desses fenômenos tão claramente conhecida quanto possível”. Nada obstante, ele reconhecia que, para o caso dos fenômenos econômicos, por exemplo, o fato de eles serem afetados por múltiplos fatores dificultava avaliar separadamente cada um destes.

Note-se que Einstein, mesmo sendo um cientista de uma das “ciências da natureza”, não rejeitava a possibilidade de racionalização dos “fenômenos humanos”, ou seja, aqueles relacionados à organização da sociedade, mas pontuava a necessidade de adoção de distinções em termos de estatutos metodológicos.

Em 1941, 9 (nove) anos antes de escrever o texto mencionado no parágrafo anterior, Einstein (2017 [1941], p. 36) já apontava a necessidade de ter cautela na crença explicativa do método científico, notadamente em relação aos fenômenos complexos, ou seja, aqueles determinados por diversos fatores. Neste sentido, sua lição foi a seguinte:

²²⁴ Durkheim (2012 [1895], p. 136) afirmou que o “pretensso axioma da pluralidade das causas é a negação do princípio da causalidade”, razão pela qual ele dizer ser preciso “exorcizar esse princípio [da pluralidade de causas] da sociologia”. Foi neste contexto que ele sustentou o seguinte: “Portanto, se quisermos empregar o método comparativo de maneira científica, ou seja, conformando-se ao princípio de causalidade tal como ele se depreende da própria ciência, deveremos tomar como base das comparações que instituímos a proposição seguinte: A um mesmo efeito corresponde sempre uma mesma causa.”

É bem verdade que, quando o número de fatores em jogo num complexo fenomenológico é grande demais, o método científico nos decepciona na maioria dos casos. Basta pensarmos nas condições do tempo, cuja previsão, mesmo para alguns dias à frente, é impossível. Ninguém duvida, contudo, de que estamos diante de uma conexão causal cujos componentes causais nos são essencialmente conhecidos. As ocorrências nessa esfera estão fora do alcance da predição exata por causa da multiplicidade de fatores em ação, e não por alguma falta de ordem na natureza.

O que Einstein sustentava, destarte, é que, a despeito de reconhecer a existência (ou da possibilidade de existência) de uma ordem causal que determinaria a ocorrência dos fenômenos (complexos ou não), a racionalização e a análise explicativa destes poderiam escapar ao alcance do método científico, ante a eventual impossibilidade de considerar a multiplicidade de componentes causais. Dizendo em outras palavras, ele não negava a existência da ordem causal, mas reconhecia haver limites à compreensão do “caráter profundamente geral das conexões” (EINSTEIN, 2017 [1941], p. 37).

Interessa pontuar, ainda, que mesmo sendo cientista, e sendo um cientista de ciências da natureza, Einstein (2017 [1941], p. 122) compreendia que o debate de determinadas questões não poderia ser interditado àqueles que não fossem cientistas, tendo por esta razão afirmado, após nos ter feito aquela admoestação quanto à necessidade de não “superestimar a ciência e os métodos científicos”, que “não devemos presumir que os especialistas sejam os únicos a ter o direito de se expressar sobre questões que afetam a organização da sociedade.”

É incontestável²²⁵ que Einstein não foi um “investigador qualquer”, mas um dos maiores (senão o maior) cientista do século XX. Sua notoriedade, todavia, não o dispensava das exigências de proceder às suas investigações com a observância das prescrições que informavam o estatuto metodológico de sua ciência, podendo-se, ao contrário, cogitar que aquela condição terminava por elevar a exigência quanto à “objetividade” de suas formulações. Nada obstante isso, ele não hesitou em apontar a impropriedade de se pretender completude explicativa ou pureza objetiva do método científico, especialmente para análise de fenômenos complexos, nos quais incluía aqueles relacionados à organização da sociedade. Isso porque ele compreendia que reconhecer as “limitadas” qualidades explicativas do método científico não desqualificava o investigador, nem subtraía esse predicativo do método, que não deixaria de ser científico pelo fato de funcionar a partir de decisões metodológicas fundamentais ou, ainda, por

²²⁵ Referimo-nos a controvérsias sérias. Pode ser que alguém questione, notadamente em tempos sombrios em que teorias sobre Terra plana e outras bizarrices recebem mais adesão fundamentalistas religiosos, ainda que não sejam confessionais. Mas, repetimos, falamos de controvérsias sérias, as quais não existem.

dialogar²²⁶ e aproveitar contribuições de outros campos do conhecimento, como a Filosofia, por exemplo.

E exatamente por ter sido Einstein quem foi, um reconhecido cientista de uma das mais “duras” “ciências da natureza, é que optamos por invocar suas formulações e seu exemplo para dizer que se pode fazer ciência de um modo diferente e menos “objetivo” do que aquele pregado por Durkheim.

Como justificativa para as crenças de Durkheim, poderia ser invocado o usual argumento no sentido de ter sido ele um “homem do seu tempo”, pois, apesar de contemporâneo de Einstein, havia entre eles considerável diferença de idade, não se podendo, ademais, desconsiderar que se dedicaram à investigação de “objetos” distintos, sendo distintos também os contextos históricos em que viveram e desenvolveram suas ideias. E neste ponto, convém registrar que a maior parte da obra de Durkheim foi produzida até o final do século XIX, que não elaborou²²⁷ escritos de maior relevância após o início da Primeira Guerra e especialmente após o falecimento do seu filho (também em 1914).

Reconhecendo, então, a plausibilidade dessa justificativa, somos forçados a admitir que a “época” explica, ao menos parcialmente, a preocupação que Durkheim teve em distinguir e distanciar sua ciência social da Filosofia. Não olvidemos que aquele período foi dominado pela exaltação (do) e confiança no conhecimento científico, de maneira que não se pode reprovar o interesse de Durkheim em se conformar à episteme ou paradigma de normalidade da época, na qual o prestígio, quiçá o monopólio do dizer verdadeiro se consolidava em favor da ciência, em detrimento de outros saberes, como a religião e a Filosofia.

²²⁶ E que se deixe consignado que não se tratava de um diálogo qualquer, no sentido de formal, acidental ou episódico. Diferentemente do que fez recorrentemente Durkheim, Einstein, em momento algum de sua obra, cogitou que houvesse distanciamento, oposição ou disputa pelo o monopólio do dizer verdadeiro (ou corroborado) entre a Filosofia e as ciências em geral, as quais se relacionam constantemente. Nesse sentido, Einstein e Infeld (2008 [1938], pp. 52-53) afirmaram: “Os resultados das pesquisas científicas forçam frequentemente uma alteração do ponto de vista filosófico sobre problemas que vão muito mais além da própria ciência. Qual o objetivo da ciência? O que é exigido de uma teoria que tenta descrever a natureza? Que questões, conquanto ultrapassem as fronteiras da física, estão intimamente a ela ligadas, porquanto a ciência forma o terreno do qual elas surgem? As generalizações filosóficas devem ser baseadas em resultados científicos. Uma vez formados e amplamente aceitos, contudo, eles com muita frequência influem sobre o ulterior desenvolvimento do pensamento científico por indicar uma das muitas linhas possíveis do procedimento. A revolta vitoriosa contra os pontos de vista aceitáveis resulta em acontecimentos inesperados e completamente diferentes, tornando-se uma fonte de novos aspectos filosóficos. Essas observações são necessariamente vagas e sem objetivo, enquanto não são ilustradas por exemplos retirados da história da física.”

²²⁷ Alguns escritos originais foram publicados após o falecimento de Durkheim, podendo ser citada a coletânea denominada *Sociologia e Filosofia*”, organizado por Célestin Bouglé em 1924.

Aquela, portanto, não foi uma época qualquer, da mesma maneira como ele também não foi qualquer “homem de época”. Tratamos, de outro modo, de *La Belle Époque* e do fundador da sociologia acadêmica.²²⁸

No mesmo ano (1895) em que publicou seu livro de método, Durkheim, se não viu, certamente soube da apresentação do cinematógrafo dos irmãos Lumière, que exibiu o filme *L'Arrivée d'un Train à La Ciotat* (A chegada do trem na estação) no Salão Grand Café, situado no *Boulevard des Capucines*. É provável que tenha sido um dos 32.250.297 (trinta e dois milhões, duzentos e cinquenta mil, duzentos e noventa e sete)²²⁹ visitantes da *Exposition Universelle* de 1889, em Paris, em razão da qual foi construída a *Tour Eiffel*. Soube ele, não há dúvida, da criação do *Automobile Club de France*, em 1896, e certamente viu algum voo das aeronaves do *Aero-Club de France*, fundado em Paris no ano de 1898. Assistiu (à) ou, no mínimo, ouviu falar da façanha do brasileiro Santos-Dumont, que conduziu seu dirigível *Número 6* no percurso de ida e volta do *Parc de Saint-Cloud à Tour Eiffel* em apenas 29min30s, sagrando-se vencedor do Prêmio *Deutsch* em 1901. Provavelmente se impressionou, e talvez até tenha se incomodado, com as obras da linha 1 do Metrô de Paris (*Métropolitain* ou *Métro de Paris*), inaugurada em 19 de julho de 1900. Naquele contexto, no qual a ciência foi considerada responsável por todo esse progresso²³⁰, que envolvia o ambiente mais geral, mas sobretudo o cotidiano (microfísico) de Durkheim, não se pode dizer que tenha sido imotivado seu interesse em rejeitar o pensamento filosófico e abstrato.

Mas o reconhecimento de que a época influenciou Durkheim (e vice-versa), circunstância que torna parcialmente procedente o argumento de ser ele um “homem do seu tempo”, não significa dizer que ela impôs ao fundador da Sociologia acadêmica pensar inevitavelmente como pensou. E para justificar essa conclusão, invoquemos algumas das formulações de um pensador contemporâneo de Durkheim e que, como ele, dedicou-se à

²²⁸ No mesmo ano (1895) em que publicou seu livro de método, Durkheim, senão viu, certamente soube da apresentação do cinematógrafo dos irmãos Lumière, que exibiu o filme *L'Arrivée d'un Train à La Ciotat* (A chegada do trem na estação) no Salão Grand Café, situado no *Boulevard des Capucines*. É provável que tenha sido um dos 32.250.297 (trinta e dois milhões, duzentos e cinquenta mil, duzentos e noventa e sete) visitantes (esse número consta no site oficial da “*Exposition Universelle de 1889, Paris*”: <https://www.bie-paris.org/site/fr/1889-paris>) da *Exposition Universelle* de 1889, Paris, em razão da qual foi construída a *Tour Eiffel*. Soube ele, não há dúvida, da criação do *Automobile Club de France*, em 1896, e certamente viu algum voo das aeronaves do *Aero-Club de France*, fundado em Paris no ano de 1898. Assistiu (à) ou, no mínimo, ouviu falar da façanha do brasileiro Santos-Dumont, que conduziu seu dirigível *Número 6* no percurso de ida e volta do *Parc de Saint-Cloud à Tour Eiffel* em apenas 29min30s, sagrando-se vencedor do Prêmio *Deutsch* em 1901. Provavelmente se impressionou com, e talvez até tenha se incomodado, as obras da linha 1 do Metrô de Paris (*Métropolitain* ou *Métro de Paris*), inaugurada em 19 de julho de 1900.

²²⁹ Esse número consta no site oficial da “*Exposition Universelle de 1889, Paris*”: <https://www.bie-paris.org/site/fr/1889-paris>.

²³⁰ Sobre o tema, oportuna a leitura do capítulo 14 de *A era de capital: 1848-1875* (1977), de Eric J. Hobsbawm.

racionalização da investigação dos fenômenos sociais, sendo, também como ele, considerado um dos fundadores da Sociologia. Referimo-nos ao Alemão Max Weber, que diferentemente do francês Durkheim, compreendia que a Sociologia, para ser ciência, não precisaria ser uma “ciência ariana”, que haveria de se “emancipar” (das), “exorcizar” ou mesmo pôr em guetos as “generalizações filosóficas”. Nesse sentido, o sociólogo alemão afirmou (WEBER, 2016 [1904], p. 233):

Não existe nenhuma análise científica totalmente “objetivada” da vida cultural, ou - o que pode significar algo mais limitado mais seguramente não é essencialmente diversa para nossos propósitos - dos “fenômenos sociais”, que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais, graças às quais estas manifestações possam ser, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, selecionadas, analisadas e organizadas na exposição, enquanto objeto de pesquisa.

Como se pôde aferir no texto acima, Weber, tal como seu compatriota “alemão” Einstein, não confundia cientificidade com pretensão de absoluta objetividade. Mas, além disso, o trecho transcrito autoriza concluir que Weber conferia ao investigador uma postura muito menos passiva que aquela que se possa ordinariamente associar a um observador e comparador que, tal como um “eunuco”, postasse-se diante do objeto investigado, no caso a realidade social, para o fim de “simplesmente” examiná-la como “coisa” e descobrir se há ou não regularidades que sugeririam a presença de leis gerais que regeriam algum aspecto do funcionamento da sociedade. Neste sentido, ele falou expressamente que o procedimento investigativo exige seleção, análise e organização, atitudes que muito excedem a mera observação desinteressada.

Weber (2016 [1904], p. 233), tal como Durkheim, compreendia que a ciência social seria uma ciência de realidade, na medida em que tinha por finalidade analisar e viabilizar a compreensão da realidade que envolve os indivíduos e que, para tanto, deveria se ocupar da análise das manifestações comportamentais exteriores dos indivíduos em sociedade, ou seja, aquilo que Durkheim denominou de fato externo (o Direito como fato externo que materializaria a solidariedade, por exemplo). Mas eles divergiram quanto à necessidade de prestigiar a história para compreensão dos fenômenos culturais atuais. Nesse mister, enquanto Durkheim criticava aqueles que superestimavam a importância da história para análise da realidade social, chegando ao ponto de prescrever a desconsideração das noções prévias como regra metodológica, Weber asseverava que a realidade cultural era desenvolvida também historicamente, e, como consequência do reconhecimento dessa circunstância, argumentou o seguinte (WEBER, 2016 [1904], p. 237):

A significação da configuração de um fenômeno cultural e a causa dessa significação não podem, contudo, deduzir-se de qualquer sistema de conceitos de leis, por mais perfeito que seja, como também não podem ser justificados nem explicados por ele, tendo em vista que pressupõe a relação dos fenômenos culturais com ideias de valor. O conceito de cultura é um conceito de valor. A realidade empírica é “cultura” para nós porque e na medida em que a relacionamos com ideias de valor.

Em suma, Weber, além de reconhecer a inexistência de uma “análise científica totalmente ‘objetiva’ da vida cultural, (...)”, igualmente admitia que “o conhecimento científico-cultural, tal como o entendemos, encontra-se preso a premissas “subjetivas”, já que a significação da realidade é necessariamente relacionada, ainda que indiretamente, à história. E isso, compreendia bem Weber, não se opunha à possibilidade de racionalização dos elementos causais, além de não promover a ocultação da “tentativa de ‘refutar’ a “concepção materialista da História” através de uma série de “engenhosos sofismas.” (WEBER, 2016 [1904], p. 233).

O cotejo das formulações de Durkheim com as de Einstein e de Weber evidencia contradições teóricas e metodológicas relevantes no pensamento do sociólogo francês, as quais autorizam concluir que seu método explicativo não era capaz de assegurar a objetividade “ariana” por ele pretendida. A bem da verdade (da verdade que sustentamos), a crença de Durkheim nesses termos, embora ele fosse um cientista pretensamente desinteressado e “totalmente dominado” por um esforço de objetividade, fundamentava-se em (algumas) pressuposições metafísicas (em relação ao princípio da causalidade²³¹, por exemplo), além de evidenciar uma intensa paixão pelo projeto de fundação de uma nova ciência, cabendo arriscar dizer, ainda, que tal crença apresentava traços religiosos.

Para que não se cogite um exagero quanto a essas comparações, oportuno transcrever trecho da comunicação feita por Durkheim ao *Congresso internacional e Filosofia de Bolonha*, em 1911²³²:

Quando as consciências individuais, em vez de permanecerem separadas, passam a nutrir uma relação próxima e a agir ativamente umas sobre as outras, um novo tipo de vida psíquica surge de sua síntese. Essa vida psíquica distingue-se daquela levada pelo indivíduo solitário primeiramente por sua peculiar intensidade. Os sentimentos que nascem e se desenvolvem no centro dos grupos têm uma energia que os sentimentos puramente individuais não alcançam. O homem que os vivencia tem a impressão de ser dominado por forças que ele não reconhece como suas, que o conduzem, das quais

²³¹ No caso, além da invocação do princípio da causalidade em si (que teria, como demonstrado, caráter “metafísico”, por se tratar de pressuposição metodológica), havia, ainda, a invocação de aplicação desse princípio à Sociologia, supostamente firmada no argumento de que uma “indução legítima” justificaria essa aplicação. Rememoremos, todavia, que aquele argumento, manifestamente de autoridade, não veio acompanhado da necessária indicação das “diversas pesquisas” que o justificariam.

²³² Essa comunicação foi publicada na Revista de metafísica e moral, de 3 de julho de 1913 (DURKHEIM, 2015 [1911], pp. 89-90).

ele não é senhor, e todo o meio em que ele está mergulhado lhe parece tomado por forças do mesmo gênero. Ele sente como se fosse transportado para um mundo diferente daquele onde se dá sua existência privada. A vida ali não é somente intensa; ela é qualitativamente diferente. Levado pela coletividade, o indivíduo se desinteressa por si mesmo, se esquece de si e se doa completamente aos fins comuns.

No trecho acima transcrito, Durkheim explica como o ideal tenderia a se fundir com o real, mas é possível associar alguns de seus aspectos à narrativa bíblica do evento de conversão de Saulo de Tarso, antes perseguidor de cristãos, no apóstolo Paulo, o que se sucedeu após o arrebatamento de sua consciência e sua conversão quase que instantânea. Em termos semelhantes, é possível associar a disposição de entrega de si e aos sentimentos em favor dos “fins comuns”, descrito no momento final de *1984*, de George Orwell, em que Winston “conquista a vitória sobre si mesmo” e passa sentir amor pelo “Grande Irmão”.

Que se tenha por certo que essas referências não foram feitas para menosprezar o conteúdo do texto bíblico, tampouco a obra de Orwell, que, para nós, é um dos livros mais fascinantes do século XX. Tais narrativas se situam nos campos próprios, ou seja, a religião e a ficção, de maneira que a crítica por nós formulada se dirige à construção teórica de Durkheim, que manifesta e idealiza (sem admitir que o faz) a existência de uma força cogente, uma “energia”, que envolveria objetiva e necessariamente as relações sociais. Não é, destarte, desarrazoado, tampouco original, qualificar como religiosa uma crença nesses termos, como, aliás, fez Habermas (2015 [1975], p. 145-146) no escrito *Conhecimento e interesse*, ao tratar do culto à objetividade exacerbada:

O elogio do objetivismo tem, sem dúvida, os seus limites; aí baseou Husserl a sua crítica, embora não empregasse os meios corretos. Logo que a ilusão objetivista se transmuta em afirmações mundividenciais, inverte-se a indigência do metodologicamente inconsciente na duvidosa virtude de uma profissão de fé cientificista.

Em outro, *Fé e saber*, Habermas (2013 [2001], p.130) qualifica como “má filosofia” a “crença cientificista” na possibilidade de uma autodescrição totalizante do ser e da vida cotidiana.

Em todo caso, sendo “religiosa” ou “má filosofia”, o que Habermas alude e critica é que a crença, nos termos propostos por Durkheim, produz uma “ilusão objetivista”, que, em lugar de liberar o conhecimento dos eventuais interesses, termina é por conferir aos detentores dos tais interesses o conforto e a inviabilidade que somente a crença em uma ciência pura, desinteressada, ariana, poderia proporcionar.

Em *A República* de Platão, por nós anteriormente referenciada, a divisão do trabalho tem, confessadamente, fundamentação metafísica, na medida em que ali se prescreve que a organização da Cidade (sociedade) e a distribuição de funções devem observar a natureza de cada um dos seus integrantes, estando esta (natureza), como conjunto de características que destinaria ao desempenho de determinada função, gravada na alma de cada indivíduo. Adam Smith, em *A Riqueza das Nações*, afirma que é entidade “mercado” quem termina por estabelecer e delimitar a divisão do trabalho social. Em ambos os casos, é possível identificar o elemento, ainda que seja uma entidade difusa, que seria responsável por determinar a divisão social do trabalho. Desse modo, para divergir de Platão bastaria negar a existência da alma ou, ainda, o fato de que essa tenha o condão de estabelecer a “natureza” de cada indivíduo, de maneira que este estaria “naturalmente” “condenado” a ser como é. Para contrariar Smith, além de construir uma fundamentação contrária em medida compatível com o quilate de sua obra, poder-se-ia propor que a divisão do trabalho social não fosse ou não devesse ser estabelecida “livremente” pelo mercado.

A ciência de Durkheim, no entanto, dificulta sobremaneira a refutação de suas considerações (e, rememoremos, a verificabilidade e possibilidade de falseamento é condição da qualificação de um conhecimento como científico). A ciência social, para Durkheim, é de pureza ariana e, por isso, dogmática, promovendo o sequestro da possibilidade de resistência, na medida em que coage todos indivíduos à sujeição por meio da ideia de existência de uma “natureza social”. Além disso, suas disposições estão conformadas a um regime de verdade que não se baseia em meras “generalizações filosóficas”, como antes dele fizeram Platão e Smith, mas numa ciência desenvolvida por meio de um método “totalmente dominado” pela objetividade e desinteresse. Não há como escapar: é a verdade, não uma.

Se tivéssemos a mesma fé de Durkheim e considerássemos procedentes suas formulações, forçosamente seríamos conduzidos a cancelar sua confiança no Direito como materialização do sentimento de solidariedade que informa as relações sociais. E, por conseguinte, haveríamos de aceitar que as regras jurídicas sobre a distribuição da propriedade, especialmente as que constam no texto constitucional, teriam sido elaboradas sob a influência de uma “consciência coletiva” e tenderiam, “realmente”, de “fato”, a realizar e fortalecer aqueles mesmos laços de solidariedades. Mas, como visto, as contradições metodológicas e teóricas da doutrina de Durkheim nos impedem de compartilhar essa crença.

É preciso, então, desconfiar das normas constitucionais sobre a matéria, ou, melhor dizendo, é preciso desconfiar delas, mas sobretudo do que dizem delas

Passemos a esse exercício de desconfiança.

3.7.3. A amplitude conceitual do princípio constitucional da função social da propriedade.

Como primeira providência de quem desconfia, começamos por “olhar em volta” e, no caso, olhar para trás e lembrar as impropriedades da teoria invocada como fundamento para a elaboração do princípio constitucional da função social da propriedade. Fazendo isso, fomos conduzidos a questionar, inicialmente, se a norma constitucional teria sido elaborada sob influência do olhar enviesado de Durkheim e Duguit, ou seja, crendo (ou querendo fazer crer) que se poderia confiar que as deliberações dos órgãos estatais promoveriam a materialização de laços de solidariedade social por meio das regras jurídicas.

A investigação dessa questão demandou, inicialmente, o exame da fórmula adotada para a constitucionalização do princípio da função social da propriedade na ordem constitucional brasileira. A propósito dela, a expressão “função social”, como já mencionado, consta por 7 (sete) vezes no texto da Constituição de 1988 (CRFB/1988), sendo 6 (seis) destas fazendo alusão ao direito de propriedade. Nesse mister, a cláusula geral constante no art. 5.º, inciso XXIII, da CRFB/1988, exatamente por ser “cláusula geral” e por sua localização topográfica (localiza-se no título que trata dos direitos e garantias fundamentais), é certamente a mais importante e, por essa razão, merece citação no corpo desta tese:

Art. 5.º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

No art. 170, III, da CRFB/1988, a função social da propriedade é novamente citada, agora sendo (re)afirmada como princípio da ordem econômica.

A menção seguinte é feita no art. 182, §2.º, da CRFB/1988, o qual estabelece que “A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.”

Mais adiante, a Lei Maior atribui à União a competência para promover a desapropriação por interesse social, para destinação à reforma agrária, do imóvel rural que não

esteja cumprindo sua função social, sendo o proprietário, nesta hipótese, indenizado mediante pagamento em títulos da dívida agrária, conforme disposto no *caput* do art. 184, da CRFB/1988.

No artigo seguinte, depois de afirmar impossibilidade de desapropriação da pequena e da média propriedade rural, assim como daquelas que, independentemente do seu tamanho, sejam consideradas produtivas, o texto constitucional prescreve que “A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social.”

E, finalmente, o art. 186, da CRFB/1988, refere-se à função social para o fim de estabelecer os requisitos que deverão orientar o exame quanto ao cumprimento daquela função.

Com exceção das normas previstas no artigo 184 e 186, que tratam, respectivamente, da previsão de uma hipótese de expropriação e da fixação de requisitos para o exame relacionado ao cumprimento da função social da propriedade, as demais se limitaram a reconhecer e afirmar aquele princípio como prescrição de dever ser. Examinando o teor destas, não é possível, contudo, elucidar peremptoriamente uma questão sobre a qual especialmente a doutrina se debruça desde a promulgação da CRFB/1988, que se refere à controvérsia sobre a função social da propriedade ser ou não elemento intrínseco do direito de propriedade. A propósito, conforme foi anteriormente registrado, o pensamento de Duguit nos orientava a compreender a função social como elemento integrante da estrutura do próprio direito de propriedade, ou seja, como condição de existência e, mais que isso, de subsistência do próprio direito. E, concordando com ele neste aspecto, entendemos que a consideração da função como elemento intrínseco teria o condão de vincular com maior intensidade o direito à sua função social (fosse ela qual fosse).

É importante consignar que essa questão tem efeitos práticos relevantes. Se considerada como elemento intrínseco do direito de propriedade, poder-se-ia cogitar a insubsistência do próprio direito como consequência da constatação do descumprimento da função social. Destarte, além da possibilidade de se considerar desnecessária a contrapartida pela desapropriação, já que não haveria mais propriedade a ser expropriada, resultaria também o impedimento para aquele que era (e deixou de ser pelo não cumprimento da função social) proprietário se valer de ações processuais exclusivas daqueles que ainda ostentam a condição de proprietário.

Nada obstante o entendimento da doutrina majoritária e, ainda, a nossa concordância quanto ao fato de a consideração da função social como elemento intrínseco lhe conferir maior eficácia normativa, essa não parece ter sido a fórmula adotada pela Constituição de 1988, uma

vez que, no *caput* do seu art. 184, previu-se a indenização em razão da desapropriação por interesse social, mesmo nos casos de descumprimento da função social do imóvel rural. Disso se deduz, por óbvio, que o direito de propriedade existiria e subsistiria, ainda que constatado o não cumprimento de sua função social, pois o texto fala em desapropriar e, mais que isso, em indenizar em decorrência da expropriação. Se diferente fosse, ou seja, se a função social integrasse intrinsecamente a propriedade, o descumprimento da função social ensejaria, necessariamente, a insubsistência do próprio direito, o que excluiria a possibilidade de se falar de desapropriação, já que o direito não mais subsistiria, muito menos em indenização ao proprietário, que teria deixado de ser titular a partir de quando deixou de cumprir uma condição intrínseca de existência.

Sobre a questão, Dantas (2017, p. 785) se manifesta no mesmo sentido:

Nessa linha, são frequentes as indicações de que o princípio teria passado a ser parte integrante do próprio direito de propriedade. Como consequência, o direito de propriedade deixaria de existir no caso de desrespeito à função social, pois lhe faltaria uma parte decisiva de sua composição (GRAU, 2003, p. 251-254; TEPEDINO, 2004, p. 310; SILVA, 2012, p. 73; MARÉS, 2003, p. 117; FACHIN, 1998, p. 45; MELO, 2015, p. 106; TORRES, 2008, p. 236; SCHREIBER, 2013, p. 245). Ainda que a consequência pareça lógica, simplesmente não tem base constitucional. A Constituição de 1988 consagrou o direito à indenização para o caso de desapropriação, cabível na hipótese de descumprimento da função social, o que significa que a Carta considera o direito à propriedade “completo”, mesmo sem o cumprimento da função social. Ou seja, ao contrário daquilo que a doutrina mais progressista entende, a Constituição Federal mostra que a função social da propriedade não é parte integrante do direito de propriedade.

A conclusão de Dantas (do outro) é por nós compartilhada: a Constituição não disse tudo o que se desejaria que ela dissesse, assim como não diz muito do que dizem que ela diz. E quando se trata de direito fundamental, como é inequivocamente a propriedade, eventuais restrições devem constar no próprio texto constitucional ou ser por ele autorizadas, de forma expressa ou a partir de uma interpretação sistemática (CANOTILHO, 2003, pp. 1275-1277). Assim, se na única hipótese em que a Constituição previu a consequência jurídica pelo descumprimento da função social, ela expressamente reconheceu que, mesmo assim, subsistia o direito de propriedade, não é possível concluir que o modelo estabelecido no texto constitucional tenha aderido ao pensamento de Duguit neste aspecto, embora se pudesse considerar desejável,

Mas há uma distinção entre o que é, realmente, e aquilo que se desejaria que fosse, sendo importante não olvidar que insistir na crença (ou ilusão) de que algo seja o que de fato não é, termina por conduzir aqueles que seriam beneficiários pela efetiva existência a uma situação de

conformação. Em vez de serem instados a perseguir a existência efetiva ou inequívoca, ou seja, em vez de se dedicarem à construção do que ainda não se encontra reconhecido ou realizado, podem se colocar (ou ser colocados) numa atitude passiva de conformação que, no mínimo, é de incerteza. A esperança da possibilidade de que algo possa se realizar independentemente de ação ou providência, ao mesmo tempo que conforta, estaciona.

Em todo o caso, ainda que se admitisse que a função social seria elemento intrínseco do direito de propriedade, ou seja, uma condição de existência, a questão que mais interessa compreender é que o texto constitucional, de maneira semelhante ao que se sucedeu em relação essa questão, também disse menos do que talvez fosse desejável em relação ao que deve ser considerado como função social da propriedade. Nesse sentido, o que de mais concreto constou no texto constitucional foram os requisitos estabelecidos no já mencionado art. 186, que para melhor orientar nossa reflexão será transcrito:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Da exegese que se faz desse artigo, não é custoso concluir que o Poder Constituinte²³³ optou por construir os requisitos ao cumprimento da função social, valendo-se notadamente de expressões com elevado grau de abstração, o que com maior evidência se vê nos incisos I, II e III, onde constam termos como, por exemplo, “racional”, “adequado”, “favorecer” e “bem-estar”. Embora seja certo que existam limites semânticos para tais expressões, o que, em tese, exclui a possibilidade de que qualquer coisa seja dita para significar “bem-estar”, por exemplo, não menos certo é que elas carregam em si um amplo espaço de polissemia, cujo preenchimento poderá se verificar não apenas no momento da construção das leis destinadas a fixar o conteúdo material dos “critérios e graus” mencionados, ou seja, as disposições legais que indicarão com

²³³ O “poder constituinte” é aqui mencionado na acepção descrita pelo ilustre Magistrado e Professor Ingo Wolfgang Sarlet (2013, p. 119), como aquele manifestado pelo povo, por meio de seus representantes, reunido em Assembleia Constituinte. É ele, pois, distinto do poder reformador e do poder constituinte dos Estados-membros, que são exercidos na forma de emendas e da elaboração das constituições estaduais, respectivamente. Por essa razão, seria desnecessário, pois redundante, qualificar-se o Poder Constituinte como “originário”. Cf: (MOREIRA, 2012, p. 30).

maior especificidade o que deva ser a função social, mas também no momento posterior de interpretação e aplicação concreta dessas mesmas disposições.

O que se vê, portanto, é que mesmo quando fez mais do que estabelecer “genericamente” que o direito de propriedade deveria se sujeitar ao cumprimento de uma função social, ainda assim o texto constitucional optou por uma fórmula que exige a complementação de suas disposições por obra do legislador infraconstitucional.

Destarte, forçoso concluir que, em relação à materialização do conteúdo da função social, o texto constitucional aderiu às prescrições de Durkheim e Duguit no que se refere à confiança nos processos de deliberação estatal, uma vez que delegou ao parlamento aquela atribuição.

É importante consignar que a constatação acima não corresponde a um juízo de valor, especialmente de lamentação em relação à opção feita pelo Constituinte, até pelo fato de que esse tipo de atitude, no presente, não teria qualquer repercussão prática. Não se olvida, é certo, que o texto da Constituição poderia ter sido mais analítico ao dispor sobre esse tema, como, aliás, ele foi em relação a outras tantas matérias, inclusive com a possibilidade de conceber espaço deliberativos que contemplassem a participação da sociedade. Mas o que se pretende aqui ressaltar é que, pelo fato de não ter dito mais do que disse, o âmbito e a eficácia normativa da função social serão definidos notadamente pelo legislador ordinário.

O objeto deste trabalho não comporta um debate mais aprofundado sobre as possíveis consequências dessa opção do Constituinte, que, analisando o lado negativo, vão desde uma omissão legislativa, podendo-se chegar ao desvirtuamento daquilo que se deveria compreender como função social da propriedade. E, é certo que nenhuma possibilidade pode ser completamente ignorada, se levarmos em conta a abertura conceitual das expressões constantes especialmente no art. 186 da CRFB/1988, bem como a suscetibilidade de influência do parlamento à toda a sorte de interesses, especialmente de grandes corporações, o que pode mesmo resultar na captura do poder legiferante. Esses são riscos inerentes ao modelo democrático vigente, o qual preferimos a qualquer outro, ressalte-se, mas que nos conduzem a não confiar “religiosamente” no parlamento e nas leis, ao menos não em termos semelhantes ao que faziam Durkheim e Duguit, que diziam acreditar “ter certeza de encontrar refletidas no direito todas as variedades essenciais da solidariedade social” (DURKHEIM, 2016 [1893], p. 70) e que “a força obrigatória da lei não deriva da vontade dos governantes, mas da conformidade com a solidariedade social (DUGUIT, 2009 [1859-1928], p. 90)

Sobre esse tema, preferimos, “lamentavelmente”, dar razão a Deluze (1992, p. 39) que, sobre a lei, tem consideração diversa das de Durkheim e Duguit:

A lei é sempre uma composição de ilegalismos, que ela diferencia ao formalizar.

(...)

A lei é uma gestão de ilegalismos, permitindo uns, tornando-os possíveis ou inventando outros como privilégio da classe dominante, tolerando outros como compensação às classes dominadas, ou mesmo, fazendo servir à classe dominante, finalmente, proibindo, isolando e tomando outros como objeto, mas também como meio de dominação. É assim que as mudanças da lei, no correr do século XVIII, têm como fundo uma nova distribuição de ilegalismos, não só porque as infrações tendem a mudar de natureza, aplicando-se cada vez mais à propriedade e não às pessoas, mas porque os poderes disciplinares recortam e formalizam de outra maneira essas infrações, definindo uma forma original chamada de ‘delinquência’, que permite uma nova diferenciação, um novo controle dos ilegalismos.

E voltando às orientações de Foucault (2006 [1975], p. 50), com as quais também concordamos, afirmamo-nos como parte desse “tomo mundo”:

Todo mundo sabe, também, que as leis são feitas por uns e impostas aos outros. Parece, porém, que se pode dar um passo a mais. O ilegalismo não é um acidente, uma imperfeição mais ou menos inevitável. É um elemento absolutamente positivo do funcionamento social, cujo papel está previsto na estratégia geral da sociedade. Todo dispositivo legislativo organizou espaços protegidos e aproveitáveis, em que a lei pode ser violada, outros, em que ela pode ser ignorada, outros, enfim, em que as informações são sancionadas.

No limite, eu diria, simplesmente, que a lei não é feita para impedir tal ou tal tipo de comportamento, mas para diferenciar as maneiras de burlar a própria lei.

Aderindo a essas formulações, a conclusão a que chegamos é de não se deve considerar que o reconhecimento do princípio social no texto constitucional tenha, por si só, representado mais que um comando para que o legislador ordinário materialize aquela prescrição de dever ser, notadamente em razão da amplitude semântica das expressões que constam como requisitos de análise a serem complementados “na forma da lei”. Além disso, o que é mais importante, é que não se pode, como sugeriam Durkheim e Duguit, confiando na existência de uma consciência coletiva difusa no meio social, promover uma automática associação de quaisquer disposições legais a vínculos de solidariedade social. E, ainda, que não se pode considerar tudo o que seja afirmado como função social como algo destinado a promover o bem-estar da coletividade. Em suma, deve-se ter em conta que nem toda disposição normativa veiculada para disciplinar a função social da propriedade produzirá, necessariamente, efeitos em favor de toda a sociedade, circunstância que não se altera, mesmo quando o elemento “ambiental” é agregado ao conceito de função social.

3.7.4. A função “socioambiental” como discurso de cooptação: uma possibilidade.

É preciso dizer, antes de tudo, que a Constituição não fez alusão à expressão função “socioambiental”, embora, como já dissemos, seja possível extrair essa ideia do seu texto, a partir de uma interpretação que leve em consideração os critérios sistemático e teleológico.

E como não há menção à expressão, por óbvio que não há definição, razão pela qual adotamos a que consta na publicação editada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), denominado *Relatório Final de Avaliação da Política* (Observatório da função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia), que é enunciada da seguinte forma (IPEA, 2015, p. 19):

O conceito de função socioambiental envolve aspectos econômicos, sociais, culturais, fundiários e ambientais. É uma característica inerente à propriedade da terra, sem a qual esta não se configuraria. Assim, o direito de propriedade, sob os princípios constitucionais brasileiros, não pode ser exercido de modo absoluto sem se observar o bem-estar da coletividade.

Acerca dos problemas ambientais, Leff (2015, p. 16) sustenta que a consciência sobre essa temática começa a ser elaborada na década de 1960, apontando o livro *Primavera silenciosa*²³⁴, de Rachel Carson, como um dos primeiros a tratar da questão. Naquela obra, Carson (2010, p. 249) principiou um debate sobre os impactos produzidos pelo uso de pesticidas, registrando que toda a vida é também envenenada pelo emprego desses agentes poluidores.

Ainda segundo Leff (2015, p. 16), as discussões oficiais acerca das questões ambientais teriam sido inauguradas pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, celebrada em Estocolmo, no ano de 1972, mas foram especialmente difundidas pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ocorrida em 1992, no Rio de Janeiro (RIO-1992).

Especificamente sobre o que seria sustentabilidade, Leff (2015, p. 15) a define como “um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção.”

²³⁴ Pontuando os efeitos da repercussão das ideias contidas em *Primavera silenciosa*, Edward Osborne Wilson (2010, p. 254) credits a Carson o alerta que resultou na resistência das populações americana e mundial ao uso de poluentes químicos, a provocação e promoção da consciência pública a respeito das questões ambientais, bem como uma parcela de responsabilidade quanto à criação da Agência de Proteção Ambiental (Americana), em 1970.

A expressão “tripé da sustentabilidade”, cujos elementos se encontram contemplados na definição de função socioambiental elaborada na publicação do IPEA, foi ela importada a partir da tradução não literal da noção de “*triple bottom line*”, apresentada, dentre outros, por John Elkington no artigo denominado “*Towards the Sustainable Corporation: Win-Win-Win Business Strategies for Sustainable Development*”, de 1994 (SARTORI, LATRÔNICO, CAMPOS, 2014, p. 2). Ela se baseia na ideia de que a sustentabilidade, concebida no ambiente corporativo, firma-se em três pilares, quais sejam, o “capital” o humano (“*people*”), o natural (“*planet*”) e o econômico (“*profit*”), os quais implicariam de maneira holística e conciliatória.

O projeto de conciliação proposto pela configuração idealizada para esse “tripé da sustentabilidade” se conforma à ideia de desenvolvimento sustentável, que, também segundo Leff (2015, pp. 26), visa à reconciliação da dialética do desenvolvimento: “o meio ambiente e o crescimento”.

Leff (2015, pp. 26-29), porém, adverte-nos acerca do caráter retórico dessa ideia, que, por meio do simpático discurso de preocupação com o equilíbrio ecológico, da igualdade social e da socialização do debate em torno da questão ambiental, terminaria por “debilitar as resistências da cultura e da natureza para subsumi-las dentro da lógica do capital”, tudo isso com o propósito de promover a espoliação dos “recursos” naturais.

O alerta de Leff é procedente e deve ser levado em conta. Embora alguns insistam em negar, existe uma crise ambiental na atualidade, cujos efeitos compreendem, dentre outros, o aquecimento global, a extinção de espécies da fauna e da flora, bem como o próprio comprometimento da capacidade de o planeta suportar o compasso do crescimento populacional, especialmente pela consequente elevação no consumo de bens (“recursos”) ambientais. E exatamente por ela existir é que se torna elemento passível de ser indevidamente apropriado para o fim de justificar a edição de normas que sejam associadas ao simpático argumento de implementação de medidas de enfrentamento a essa crise ambiental.

Não se quer sugerir, antes de tudo, que se deva adotar uma atitude paranoica em relação às normas que se destinem a disciplinar as questões relacionadas ao ambiente, crendo que todas funcionem como uma espécie de “cavalo de troia” para introduzir no ordenamento jurídico disposições que não sejam, de fato, destinadas a preservar ou incrementar os instrumentos de proteção ambiental. O que se quer ressaltar, no entanto, é que o discurso de sustentabilidade, por envolver aspectos relacionados à segurança e à própria sobrevivência, torna-se mais robusto e convincente, pois a urgência que ele encerra termina por dificultar a reflexão e eventual resistência.

Em suma, o que importa é compreender que essa força de cooptação retórica do discurso de sustentabilidade pode ser apropriada para o fim de viabilizar a elaboração de instrumentos de governamentalidade e controle das populações.

De certeza, para nós, somente aquela anunciada por Foucault (1981), quando do discurso proferido por ocasião da criação do Comitê Internacional Contra a Pirataria, em junho de 1981: “No fundo, nós somos todos governados e, a esse título, solidários.”

Ao fim e ao cabo, a solidariedade que inequivocamente existe é a que decorre da sujeição a um governo, o que é inevitável, não resta dúvida, mas não significa muito mais que isso, especialmente a garantia de que as deliberações do Estado serão, sempre, informadas pelo interesse de realização do bem-estar da coletividade, ao menos da coletividade mais geral.

3.8. Uma síntese.

À guisa de conclusão deste tópico, que finaliza o *Capítulo Primeiro* desta tese, o qual é destinado à apresentação dos elementos metodológicos e teóricos que orientarão a elaboração dos capítulos de desenvolvimento, impõe-se rememorar que o intento de problematizar a ideia de função social não deve ser considerado, ressalte-se, como propósito de manifestar adesão a uma configuração individualista do direito de propriedade. Pretendeu-se, de outro modo, manifestar ressalvas ao que se poderia considerar como uma interpretação idealizada deste princípio, o qual parte da premissa (ou do desejo) de que o seu conteúdo material seria mais amplo ou eficaz do que o que aquele que a Constituição efetivamente enunciou.

Nesse mister, ao se reconhecer a ausência de materialidade de qualidades que alguns atribuem a esse conceito e princípio constitucional, diferentemente de tecer considerações lamentosas, enfatizou-se a necessidade de se empreender um esforço de construção, o qual confira concretude e, em alguns aspectos, amplie a eficácia e o alcance normativo da ideia (não muito mais que isso: uma ideia) de solidariedade associada ao princípio da função social, a fim de que as disposições constitucionais sobre o tema possam eficazmente condicionar o exercício do direito de propriedade, tudo em conformidade com o ideal de bem-estar coletivo.

Mas, sobretudo, pretendemos demonstrar, e cremos ter sido feito, aquilo que foi consignado no início do subtópico denominado “Alguns (outros) problemas”, ou seja, que

as regras jurídicas não *são*, ou não *são* sempre, manifestações tendentes a realizar a solidariedade social, bem como que as relações existentes entre os integrantes de uma

sociedade não *têm*, ou não *têm* sempre, o caráter de solidariedade, ou seja, de dependência mútua, de reciprocidade de obrigações e interesses.

Destarte, se não há, como restou demonstrado, uma necessária correspondência entre a lei e uma ideia “objetiva” de solidariedade, é necessário desconfiar, no sentido de ter um olhar reflexivo e crítico, de proposições que invoquem simpáticos argumentos como, por exemplo, a “preservação do ambiente”, a realização de projetos de interesse social, etc. Exatamente por serem simpáticos e, por isso mesmo, mais convincentes, é que são os argumentos preferencialmente invocados quando se pretende a adoção de medidas que, mesmo anunciadas como destinadas a promover o “bem comum”, podem ocultar disposições que não se afinem efetivamente com os interesses da sociedade mais geral.

Rememoremos, nesse sentido, os três “lemas do Partido” que se encontravam gravados, “em letras elegantes”, na fachada do Ministério da Verdade, o mais notável edifício da cidade de Londres (de Oceania), onde trabalhava Winston, personagem principal de 1984, já mencionado neste trabalho:

“GUERRA É PAZ. LIBERDADE É ESCRAVIDÃO. IGNORÂNCIA É FORÇA”.

Mas, como essas são referências de uma ficção, apenas uma ficção, tomemos o exemplo da (re)designação daquele que foi, durante séculos, o principal obstáculo às navegações transoceânicas dos navegadores europeus: a passagem marítima pelo extremo sul do continente africano. Batizado, em 1488, por Bartolomeu Dias como Cabo das Tormentas, exatamente pelo fato de que sua travessia, notadamente durante o período das monções, exigiu ao longo da história, como uma espécie de pedágio macabro, a vida de milhares de marinheiros e a ruína de um sem número de embarcações, aquele marco geográfico foi rebatizado pelo Rei Dom João II, no mesmo ano de 1488, como Cabo da Boa Esperança. Eis a razão da mudança do nome, ou seja, sua função social: obter a adesão ou diminuir a resistência dos marinheiros ao empreendimento de conquista das Índias, o que poderia restar dificultado pelo natural receio que o nome original invocava.

Feito o necessário alerta quanto à impossibilidade de se associar, necessariamente, a função social (ou “socioambiental”) à ideia de solidariedade ou aos interesses da coletividade; e, nos tópicos anteriores, tendo sido desenvolvidos os aspectos teóricos e metodológicos relacionados à propriedade e à abordagem arqueogenealógica, chegamos, finalmente, ao

momento de empregar essas formulações no empreendimento de análise histórica dos terrenos de marinha.

Comecemos, pois, pelo exame das condições de possibilidade que ensejaram a invenção desse instituto.

II. AS CONDIÇÕES DA INVENÇÃO

É por isso que para compreender o Brasil contemporâneo, precisamos ir tão longe; (...)

Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*.

Os terrenos de marinha não existiam em Portugal (BEVILÁQUA, [1908] 2001, p. 274; SANTOS, 1985, p. 4). Aliás, não existiam e ainda não existem naquele país, assim como em qualquer outro lugar do mundo, além de aqui no Brasil (SANTOS, 1985, pp. IX/XIII). Eles são, portanto, originariamente cariocas, concebidos por obra de portugueses, mais precisamente de Dom João, então regente de sua mãe, a Rainha Maria I, após a transferência forçada da Família Real portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808. Pode-se dizer, então, que os terrenos de marinha, pelo critério *jus solis*, são brasileiros, porque “nascidos” nas praias da Gamboa e Sacco do Alferes, mas que, pelo critério *jus sanguinis*, são portugueses de “pai e mãe”. Pode-se dizer, também, que a data de “nascimento” dos terrenos de marinha seria 21 de janeiro de 1809, quando foi determinado por Dom João que aqueles espaços²³⁵ fossem arrendados ou aforados a quem mais pudesse pagar por eles e, em breve tempo, iniciar sua efetiva ocupação por meio da construção de trapiches e armazéns.

Esse “nascimento”, no entanto, não pode ser considerado como sendo fruto de uma ordem objetiva e racional, a qual teria determinado ao processo civilizatório a criação daquele instituto, tanto que, como já dito, ele só existe no Brasil.

Tampouco se poderia admitir que sua criação tivesse decorrido de uma “biogênese” jurídica, tal como se originado independentemente de quaisquer condicionantes anteriores. Dado seu caráter de acontecimento, a concepção daquela categoria de bens não pode ser considerada como ocorrência necessária e inevitável daquele dado momento histórico. É indevida, portanto, a invocação da metáfora biológica relativa ao “nascimento”, sendo próprio, de outro modo, falar-se de uma invenção.

Importa, assim, investigar quando, por que, por quem e para quem o instituto jurídico objeto do presente trabalho foi inventado.

A resposta a essas questões enseja, portanto, o exame da história (FOUCAULT, 2015 [1971], p. 61), não para revisitar o passado a fim de simplesmente precisar qual seja o ato

²³⁵ Conforme já mencionado anteriormente, o referido ato não designou tais espaços de terrenos de marinha. Somente por força do Aviso de 7 de julho de 1829 é que foi estabelecida essa denominação para o instituto em questão.

criador (FOUCAULT, 2015 [1971], p. 56), aquele que “deu” origem aos terrenos de marinha, muito menos para enxergar e reconstituir uma trajetória com aparência de linearidade. Diferente disso, o que aqui se pretende é determinar as condições de possibilidade da invenção dos terrenos de marinha, atentando-se sobretudo para as práticas relacionadas ao seu funcionamento.

À História, então.

1. Pindorama: o mito do “nome americano do Brasil” e a colonização do saber.²³⁶

2. O dispositivo colonial português

*As armas e os barões assinalados,
Que da ocidental praia lusitana,
Por mares nunca dantes navegados,
Passaram ainda além da Taprobana,²³⁷
E em perigos e guerras esforçados,
Mais do que prometia a força humana,
Entre gente remota edificaram
Novo reino, que tanto sublimaram.*

Luís de Camões, Canto Primeiro, I, de *Os Lusíadas*

Vários povos e nações já se lançaram ao mar, mas foram as navegações lusitanas, a partir do século XV, que ligaram os oceanos e estabeleceram as bases para uma economia mundial (CROWLEY, 2016, p. 21). Não sem razão se credita a Portugal o feito de ter construído o primeiro império global, que alcançava territórios em todos os continentes conhecidos, de fato muito “além da Taprobana”.

Pela magnitude desses acontecimentos, é sedutora a ideia de aprofundar a análise das práticas relacionadas àquelas navegações, ainda mais estimulante pela possibilidade de desconstruir a sugestão de Camões, no sentido de que os feitos de seus compatriotas se deram por uma espécie de predestinação metafísica e divina. O objeto deste trabalho impõe, todavia, a limitação da investigação ao que importa para relacionar a expansão marítima portuguesa à conquista e à colonização do Brasil, de seus povos e de suas terras. Sempre se poderá cogitar “causas” mais remotas, mas não se deve ceder à tentação de regresso além do estritamente

²³⁶ Tópico suprimido por orientação da Banca de defesa. Neste tópico, ao analisar o mito de Pindorama, justificávamos a interrelação da produção do saber com a dominação. Dizendo de outro modo, a partir de um elemento que integra uma narrativa da história do Brasil, introduzíamos o tema da Arqueogenealogia.

²³⁷ Taprobana é o antigo nome de Ceilão português, território que permaneceu sob o domínio lusitano entre 1507 e 1656. Corresponde atualmente ao Sri Lanka, e tem como capital Colombo (AGOSTINHO, 1944 [1907], p. 13).

necessário ao estabelecimento de premissas razoáveis e devidamente justificadas. Em razão disso, esta pesquisa não examinará as condições de possibilidade das navegações portuguesas²³⁸, sendo a necessidade de alusão a acontecimentos relacionados a esses eventos eventualmente suprida pela referência a documentos ou fontes secundárias, estas devidamente justificadas. O que se fará aqui, outrossim, é identificar aquilo que relaciona a dominação do Brasil ao colonialismo português, analisando as práticas que distinguem o modelo aqui adotado de outros aplicados em diferentes possessões do império ultramarino de Portugal. Na identificação desses elementos, de regularidade e distinção, a pesquisa dedicará especial atenção às questões relativas à soberania, ao direito de propriedade e ao uso de terras, assim como às relações materiais de dominação dos espaços litorâneos que atualmente correspondem aos terrenos de marinha.

Firmada essa premissa inicial, importa desde logo justificar a opção pelo conceito de “dispositivo”.

Caio Prado Júnior (2010 [1942], p. 8) qualifica como “sistema” o colonialismo empreendido por Portugal a partir do século XV, da mesma forma que o faz Gilberto Freyre (2003 [1933], p. 160). Nelson Wenerk Sodré (1963 [1944], p. 54) e Sérgio Buarque de Holanda (2016 [1936], p. 67), por sua vez, referem-se a uma “empresa colonial²³⁹”. Não convém aqui analisar a propriedade quanto ao uso de tais expressões, seja para o fim de “julgá-las” adequadas ou não, para apontar que a opção tenha sido influenciada por aplicação de um pensamento analógico a algum elemento característico do ambiente ou do momento intelectual em que viviam, muito menos para “denunciar” a presença de traços de retórica ou crítica (oculta ou aparente) no ator de nomear. Talvez, ao contrário, a alusão ao fato aqui se dê exatamente para confessar que a escolha da expressão a ser empregada no presente trabalho, distinta daquelas antes mencionadas, seja ela, sim, informada pela necessidade de promover uma conformidade conceitual com o propósito desta pesquisa, e mais especificamente com a abordagem escolhida para ser empregada no seu desenvolvimento. Destarte, ao que já foi chamado de “sistema” e

²³⁸ De acordo com a historiografia tradicional, as navegações portuguesas são regularmente desenvolvidas desde o século XIV, sendo o acontecimento mais relevante do início dessas práticas a conquista de Ceuta, em 1415, durante o reinado de Dom João I, o Bastardo (PEIXOTO, 2008 [1944], p. 28; CROWLEY, 2016, p. 21).

²³⁹ Não parece haver maior rigor por parte de tais autores quanto ao emprego da palavra “empresa”, observação que se aplica sobretudo a Sodré, que faz uso dessa expressão de maneira mais pródiga e generalizada que Holanda, quase esvaziando, assim, o valor da classificação, que fica, por isso, marcada pela ausência de racionalidade quanto à escala ou objeto. Nesse sentido, Sodré (1963 [1944]) usa a expressão para designar, por exemplo, “empresa de produção açucareira” (p. 7), “grande empresa das navegações ultramarinas” (p. 18), “empresas capitalistas” (p. 26), “empresa mercantil” (p. 60), “empresa donatária” (p. 68), “empresa oficial” (“poder público”) (p. 79), “empresa de conquista” (p. 92), “empresa privada mercantil” (p. 93), “empresa da classe senhorial” (p. 77).

“empresa”, chamaremos aqui de “dispositivo”, e de modo mais restrito, de dispositivo colonial aplicado no Brasil (ou na América Portuguesa).

Por dispositivo, invocando mais uma vez a lição de Foucault (2015 [1975], p. 364), entenda-se:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

A clareza do conceito²⁴⁰ dispensa que seja ele dissecado, mas importa ressaltar (como se o próprio Foucault já não tivesse feito...) as ideias de conjunto e heterogeneidade. Há no dispositivo, pois, elementos de afinidade, de regularidade, que remetem à mencionada noção de “conjunto”, assim como há elementos de dispersão, de singularidade, que conduzem Foucault a enfatizar que os dispositivos são “decididamente” heterogêneos. Há, ainda, a ideia de funcionamento, de entrecruzamento, de “rede”, de existência relacional. Importa, então, interrogar que elementos integram o “dispositivo colonial aplicado no Brasil”? Que discursos e saberes nele se entrecruzam e constituem essa “rede”? Como se caracterizou o seu funcionamento?

Além dos indícios já apresentados por Luiz de Camões, vejamos os que outros nos ofertam, especialmente Oscar Pereira da Silva e Pero Vaz de Caminha.

Imagem 04 – *O desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro em 1500* (1900), também citada como *Descoberta do Brasil*, de Oscar Pereira da Silva.



Fonte: Internet

²⁴⁰ E já foi ele devidamente analisado no Capítulo Primeiro desta Tese.

Mesmo sem legenda ou qualquer explicação prévia²⁴¹, não é difícil identificar na pintura qual das personagens corresponde a Pedro Álvares Cabral, o Capitão-Mor da expedição. Sua importância é de logo revelada pela sofisticação de sua roupa, cuja quantidade de tecido²⁴², cobrindo desde o dorso até abaixo dos joelhos, distingue²⁴³ o Capitão daqueles outros que a imagem sugere também irão à terra. A cor de sua roupa, o vermelho²⁴⁴⁻²⁴⁵⁻²⁴⁶, e o brasão de

²⁴¹ A explicação é dispensável não pelo fato de haver uma racionalidade imanente que autorize apontar “quem seja quem” na pintura, mas pelo fato de haver elementos culturais retratados na obra que invocam silenciosamente, como uma “voz precedente”, memórias que dão indícios de qual seja na tela a personagem que representa Cabral. Aqui, mais uma vez, importa distinguir o *a priori* histórico a que alude Foucault (2007 [1966], p. 219), e que se sustenta estar presente no caso, do *a priori* kantiano (KANT, 2009 [1781], p. 13).

²⁴² Sobre a simbologia da quantidade de tecido, é preciso ter em conta que esse produto, em 1500, era de grande valor financeiro e social, considerando notadamente o custo do fabrico e a necessidade de técnica para diferenciação de tipos e cores. E mesmo depois de 1500, subsistiu essa noção de valor associado à quantidade (ao tipo e às cores) de tecido das roupas, tanto que Freyre (2003 [1933], p. 180) dá conta da escassez desse produto aqui no Brasil.

²⁴³ Sobre a importância da indumentária como forma de distinção, Monteiro (2009, p. 5) leciona: “A roupa, tanto modernamente quanto antigamente, serve para distinguir a classe social a qual o indivíduo pertence. Carrega todo o significado do papel que o indivíduo representa dentro da sociedade.”

²⁴⁴ Na história da civilização europeia, o vermelho desde há muito é associado à nobreza e à realeza, evocando, também, a ideia do “manto de Cristo” (CRAVO, 2010, p. 9). O vermelho compõe, ainda, os trajes dos magistrados gregos e romanos, bem como dos eclesiásticos (GOMIDE, 2016, p. 48).

²⁴⁵ A importância do vermelho é ressaltada pelo próprio Caminha (2003 [1500], p. 104), ao registrar expressamente ser essa a cor do barrete entregue por Nicolau Coelho ao fazer o primeiro contato com os nativos. Semelhante registro o cronista fez em relação à cor da carapuça que foi dada como presente por Cabral a um “velho” dentre os nativos. Embora os atos de ambos (Nicolau e Cabral) fossem comumente registrados na epístola, inclusive em relação a outras carapuças, foi somente naquela ocasião que se fez referência a essa característica da peça, o que remete a noção de prestígio da cor nos atos de “diplomacia” adotados por Portugal.

²⁴⁶ Consideramos enviesada a explicação de Gilberto Freyre quanto às razões da suposta predileção de alguns brasileiros, sobretudo das mulheres de algumas regiões (Norte e Nordeste), pela cor vermelha, pelo “encarnado” (FREYRE, 2003 [1933], p. 173). Sustenta Freyre que essa preferência teria, predominantemente, origem em costumes dos povos ameríndios, notadamente associados ao “misticismo” e ao “erotismo” (FREYRE, 2003 [1933], pp. 173-175). Sobre esse tema, Freyre produz longo arrazoado, fundamentando seu argumento, sobretudo, em observações pessoais e em alguns relatos de outros estudiosos que, em semelhante trabalho empírico (de observação pessoal), teriam chegado à mesma conclusão que a sua. Essa análise, no entanto, menosprezou o potencial da influência colonial europeia, que associa, desde a carta de Caminha, o vermelho e suas derivações (púrpura, escarlata, carmesim, etc.) a determinadas posições de prestígio (nobres, eclesiásticos, etc.). As artes, como se vê na pintura aqui analisada, também reproduziram esse simbolismo, circunstância que pode ter despertado (e na “minha observação pessoal”, efetivamente despertou) o desejo (da) e a aspiração na população colonial, como uma lógica de grandeza por associação. Em sua análise, Freyre também deixou de considerar a possibilidade de que o uso do vermelho em pinturas do corpo dos nativos tenha se dado não por razões (determinantes) relacionadas ao sangue, à menstruação feminina, às carnes (daí o uso e abuso da expressão distintiva “encarnado”), mas à disponibilidade de material natural para produção do pigmento avermelhado. Se não mais no Brasil de 1933, ao menos no “Brasil antes de Cabral”, o pau-brasil, ou “pau de tinta”, era espécie vegetal abundante, sobretudo no nosso litoral. Pelos principais critérios utilizados por Freyre, a observação e o testemunho de “pares”, se porventura fosse hoje escrever sua obra prima, quiçá associasse a predileção pelo vermelho à simpatia por determinados partidos políticos ou movimentos sociais. Permito-me especular que a conclusão de Freyre se firma menos propriamente numa constatação factual, e mais, muito mais, na sua percepção, informada, obviamente, por suas convicções. Embora Freyre negue (e outros, em sua defesa, também o façam, como se ele não pudesse produzir, além das coisas boas, outras não tão boas... ou, ainda, coisas ruins mesmo!!!), sua análise social é manifestamente firmada em (algumas... não todas) premissas que propõem uma diferenciação baseada em aspectos raciais e argumentos etnocêntricos, nacionais e internacionais, assim como em crenças antropológicas evolutivas (igualmente negadas). Freyre, contudo, afirma que seu pensamento se firma

“armas”²⁴⁷ que ornamenta seu traje, também são relevantes elementos de distinção. Verdadeiramente, aquele indivíduo não é qualquer um, pois Cabral representa na ocasião o Rei de Portugal, senhor daquela “terra nova” há pouco “achada”, como antes o próprio Dom Manuel afirmou: “(...) sois nosso capitão e principalmente por nós enviado, com fundamento de muito amor, paz e amizade (...)” (CORTESÃO, 1922, p. 182).

Além das roupas e ornamentos, a representação do corpo, dos gestos e o arranjo dos indivíduos na tela, são elementos que também anunciam a proeminência da posição ocupada por Cabral. Ele se posta ereto, com pés em posição simétrica, resoluto, como se lhe fosse subtraída a subjetividade individual e, em seu lugar, apresentasse-se a mais visível personificação da institucionalidade. É retratado com destacada estatura, de modo que ninguém se aparenta com superior tamanho, nem os que com ele chegam em terra, nem os nativos que lá já estão. Além disso, segue na dianteira²⁴⁸ de todos que desembarcarão, que, mesmo sendo

especialmente nos aspectos culturais, invocados como fundamentos elementares de suas análises. Mas ele ignora (ou oculta) que suas premissas se encontram difusamente implicadas pela questão racial, uma vez que não há a possibilidade de apartar uma coisa (a questão racial) da outra (a cultura). Aliás, a negação, do próprio Freyre e de alguns defensores seus, invoca o argumento de não haver em *Casa-grande e senzala* defesa explícita da superioridade de uma raça, ou mesmo da pureza da raça como elemento garantidor de primazia de uma sociedade sobre outra, já que se sustenta em tal obra que a miscigenação funcionou no Brasil fator de correção da desigualdade social (FREYRE, 2003 [1933], p. 33), produzindo o suposto fenômeno que, a partir da obra de Freyre, popularizou-se como “democracia racial”. Aliás, esse mito (da “democracia racial”), assim como tantos aspectos da análise sociológica de Freyre, foram nitidamente inspirados em Paulo Prado (2012 [1926-1928], pp. 130-132). Mas Freyre e seus defensores não percebem (ou simplesmente não querem perceber ou admitir) é que, ao se dar ênfase à influência do cruzamento de raças como fator “positivo” de formação da sociedade brasileira, termina-se por, forçosamente, vincular a questão cultural à racial. Ainda que invocado para enaltecer o fenômeno da miscigenação, parece óbvio que esse argumento implica, necessariamente, raça e cultura, de maneira que propor uma “diferenciação fundamental entre raça e cultura” como plano para aquela obra (*Casa-grande e senzala*) representa uma negação do que se fez e disse. Mas pode ser que eu esteja errado em meu pensamento. Realmente, admitido que posso me equivocar e me comprometo a refletir sobre o assunto e, se constatar que errei, não insistirei em uma defesa intransigente de meus argumentos. Não farei o mesmo que Freyre, sendo que talvez por isso eu não consiga compreendê-lo simplesmente como um “homem de época”, já que ele passou 50 (cinquenta) anos insistindo em certos erros. Pode ser, também, que eu é quem esteja percebendo Freyre de forma equivocada, em decorrência da memória discursiva associada às suas posições políticas e aos lugares institucionais e sociais que desde o nascimento ocupou. Pode ser, assim, que minha percepção é que esteja enviesada por esse meu saber em relação a Freyre. Pode ser, sim. Pelo menos, no meu caso, eu não nego!

²⁴⁷ De fato e de direito, Cabral é fidalgo agraciado pelo próprio Dom Manuel, remontando a genealogia aristocrática do Capitão aos tempos de Dom Fernando e do Mestre de Avis, ou seja, ao final do Século XIV início do século XV (CORTESÃO, 1922, pp. 59-60). O sobrenome “Cabral” se encontra, inclusive, gravado na Sala das Armas do Palácio Nacional da Ajuda (“Sala de Sintra”) (FREIRE, 1922, pp. 480/552).

²⁴⁸ Embora o nome da tela seja o *Desembarque de Cabral em Porto Seguro em 1500*, e dessa designação não se possa concluir que o Capitão, na condição de “descobridor”, tenha sido o primeiro a ir a terra, importa afastar desde logo possível confusão neste sentido. Segundo o relato do próprio Caminha (2003 [1500], p. 90), foi Nicolau Coelho o primeiro a desembarcar e a manter contato com os nativos. É possível, embora o registro do cronista seja omissivo quanto a essa especulação, que Nicolau Coelho, já no primeiro encontro com os nativos, estivesse acompanhado por algum condenado, tal como, aí, sim, com o devido registro, deu-se na segunda ida de Nicolau Coelho à terra. Nesta ocasião, com ele foram Bartolomeu Dias e o degredado Afonso Ribeiro, este o mesmo referido por Américo Vespúcio em seu *Mundus Novos*, e que foi deixado por Cabral em Vera Cruz, quando a armada partiu para o oriente (CAMINHA, 2003 [1500], pp. 106/115). A especulação acima aduzida se baseia na prática há muito empregada pelos portugueses, de usar os degredados, “classe” integrante de todas as expedições,

muitos, certamente extasiados da travessia de mais de mês pelo Atlântico, não se arvoram em lhe passar à frente, o que conduz à conclusão de que reconhecem aquela posição de destaque. A noção de hierarquia, de ordem, de racionalidade é evidente. É a Coroa Portuguesa que chega a Vera Cruz, não um indivíduo, nem um mero agrupamento.

A presença da Coroa Portuguesa é percebida a partir de outros elementos. Há mais homens com vestes vermelhas, embora menos sofisticadas que as do Capitão-Mor, e outros em armaduras, inclusive alguns portando lanças. “Mostras de nobre e magnânima embaixada”, como Cortesão afirma que o Rei ordenou Cabral a aduzir, são percebidas na localidade retratada, onde há ao menos mais dois pontos de desembarque. Vários batéis são vistos na baía, que ao fundo reproduz as imponentes embarcações da esquadra²⁴⁹, todas em paralelo à praia, conforme instrução expressa do Rei destinada ao momento da chegada ao oriente, embora reproduzida por Silva como tendo também aqui sido observada: “ancorar em Calicute com vossas naus juntas e metidas em grande ordem, assim de bem armadas, como de vossas bandeiras e estandartes e o mais louças que poderdes” (DOM MANUEL *In* CORTESÃO, 1922, p. 181). As armas das naus não são visíveis da terra, e ainda que fossem, o nativo não saberia sua utilidade, pois era aquele, supostamente, o momento do “achamento”. Elas não são sequer identificáveis na pintura, talvez pela posição ou distância. Mas ainda que a tela as omita, é inequívoco que elas estavam lá em 1500, prontas e à disposição do Comandante da armada.

Na verdade, também em terra não se encontra, ainda, nenhuma arma aparente. Alguns soldados, os “homens de armas”, têm lanças, apenas lanças²⁵⁰, mas os que as trazem ainda estão no batel. Cabral, mesmo, não porta qualquer arma. Sereno e solene, exhibe as mãos estendidas com as palmas abertas para cima e na direção dos nativos, postura típica de acolhimento, como se anunciasse que não pretende lhes infligir mal, embora saiba ele que pode, caso entenda necessário ao cumprimento dos objetivos de sua missão. Bastaria ordenar, que os demais

para promoverem o primeiro desembarque e as averiguações iniciais (CROWLEY, 2016, p. 65). Os degredados que cumpriam essa função eram chamados de “lançados” (CALDEIRA, 2017, p. 31).

²⁴⁹ A esquadra comanda por Cabral foi a mais importante e bem armada que Portugal lançara ao mar até então. No total, 13 (treze) velas partiram do Restelo em março de 1500 (CORTESÃO, 1922, p. 51; PEREIRA, 1976, p. 85), sendo que uma delas, a comandada por Vasco de Ataíde, perdeu-se após a passagem pelo Arquipélago de Cabo Verde (CAMINHA, 2003 [1500], p. 88; CORTESÃO, 1922, p. 52; PEREIRA, 1979, p. 85). Com a frota partiram da Ribeira das Naus 1.500 tripulantes, em sua maioria “homens de armas” (CORTESÃO, 1922, p. 176; PEREIRA, 1979, p. 106).

²⁵⁰ Desde ao menos o século XIV, Portugal faz uso sistemático de armas de fogo (CASTELBRANCO, 1903, p. 90/118-119). Quanto a armas de fogo portáteis, pelos menos desde o século XV (CASTELBRANCO, 1903, p. 40). Tributa-se aos portugueses, aliás, a introdução de armas no Japão, no ano de 1543 (SOARES, 2017, pp. 3-4), embora a indústria cinematográfica americana, por meio da produção *O último samurai* (2003), estrelada por Tom Cruise, pareça querer atribuir esse “feito” ao Estados Unidos. Nada obstante, as fontes históricas desautorizam essa insinuação de Hollywood e convertem essa pretensão de apropriação em uma *missão impossível*.

soldados desembarcariam imediatamente do batel, assim como prontamente seriam acionadas as bombadas das embarcações. Era uma possibilidade, um poder latente, que embora não estivesse imediata e constantemente visível, não poderia ser ignorado.

O único soldado no solo não ostenta qualquer arma. Ele se posta à direita e imediatamente atrás de Cabral. Conduz na mão direita um estandarte: é a “bandeira da Ordem de Cristo”, aquela mesma que, conforme relatou Caminha (2003 [1500], p. 98), veio “sempre alçada, da parte do evangelho”, desde quando partiram do Restelo, e que é também ostentada em todas as velas da armada. Embora de forma anônima e inconsciente²⁵¹, o tal soldado reúne em sua aparência exterior elementos das duas instituições, a Coroa Portuguesa²⁵² e a Igreja Católica, representando a proximidade, o entrecruzamento entre elas. Possivelmente, reúne também subjetivamente elementos de ambas, de modo que o que exterioriza é o que se encontra também no seu interior. É, assim, um duplo²⁵³ soldado anônimo: do Rei e de Deus, como manifestação de um empreendimento nitidamente cruzadístico.

²⁵¹ Parece que o tal soldado anônimo “profetiza” os mais de 200 anos de atuação da Companhia de Jesus na catequese e educação no Brasil. Quanto ao emprego das aspas no “profetiza”, quer-se aqui aludir o fato de que a tela foi pintada por Oscar Pereira da Silva em 1900, quando, por óbvio, o artista já tinha ciência da atuação jesuítica no Brasil, especialmente na catequese e na educação, desde a chegada ao Brasil do primeiro Governador-Geral, Tomé de Souza, em 1549. Para justificar a afirmação de haver um simbolismo na associação do soldado à bandeira da “Ordem de Cristo”, rememore-se que a Ordem dos Jesuítas foi fundada por Ignácio de Loyola, na Capela de *Montmartre*, em Paris, no ano de 1534. Sua doutrina, notadamente no período colonial, reunia à fé católica elementos de inspiração militar. Ela foi no Brasil (e em Portugal também) a ordem católica mais influente politicamente, baseando sua ação catequética principalmente na educação. Em 1759, por determinação do Marquês de Pombal, os Jesuítas foram expulsos do Brasil e tiveram seus bens confiscados e alienados.

²⁵² É correto associar a expressão “Coroa Portuguesa” à noção de Estado, hoje de uso corrente e conceituado por Dallari (2013, p. 122) como “a ordem jurídica soberana que tem por fim o bem comum de um povo situado em determinado território”. Mas a palavra “Estado”, na concepção antes aludida, foi deliberada evitada na análise aqui empreendida, uma vez que esta cuida de fatos ocorridos antes mesmo de ter sido escrito *O Príncipe*, do florentino (a Itália não estava ainda unificada) Nicolau Maquiavel (1469-1527), a quem Bonavides (2012, p. 36) atribui a criação dessa expressão: “Aliás, a expressão ‘Estado’ foi, segundo a versão mais aceita, criada por Maquiavel, que a introduziu nas primeiras linhas de sua célebre obra intitulada *O Príncipe*.” Bobbio, por sua vez, argumenta que a palavra já seria de uso corrente quando Maquiavel a utilizou logo no início de *O Príncipe*, mas atribui a esse registro a causa de seu uso ter se consagrado. Nesse sentido, Bobbio (1986, p. 65) disserta: “É fora de discussão que a palavra ‘Estado’ se impôs através da difusão e prestígio de *O Príncipe* de Maquiavel. A obra começa, como se sabe, com estas palavras: ‘Todos os Estados, todos os domínios que imperaram e imperam sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados’ [1513.ed. 1977, p. 5]. Isso não quer dizer que a palavra tenha sido introduzida por Maquiavel. Minuciosas e amplas pesquisas sobre o uso de ‘Estado’ na linguagem do Quatrocentos e Quinhentos mostram que a passagem do significado corrente do termo *status* de ‘situação’ para ‘Estado’ no sentido moderno da palavra, já ocorrera, através do isolamento do primeiro termo da expressão clássica *status reipublicae*. O próprio Maquiavel não poderia ter escrito aquela frase exatamente no início da obra se a palavra em questão já não fosse de uso corrente.” Sobre essa questão, ao nosso sentir, assiste razão a Bobbio, pois a forma e o momento em que a expressão foi lançada em *O Príncipe* autorizam concluir que não se tratava de uma inovação terminológica, já Maquiavel, depois de empregar a expressão “Estado” em sua obra, não cuidou de fazer qualquer esclarecimento adicional quanto ao seu sentido. Disso se conclui que, se não negligenciou essa questão (no que não cremos), Maquiavel admitia a prévia ciência acerca do sentido da expressão, ou ao menos acreditava que o diálogo com textos anteriores supriria eventual déficit de conhecimento acerca dela.

²⁵³ Poder-se-ia dizer que, no caso, verificam-se dois duplos. Explico. Considerando a noção de duplo como a “interiorização do lado do fora” (DELEUZE, 1988, p. 105), o soldado, como indivíduo, seria duplo em relação a

Sendo essa a natureza do negócio, pela sua grandeza e relevância, ensinava a sua realização por obra do “Estado”²⁵⁴ (CORTESÃO²⁵⁵ *apud* FAORO, 2012, p. 699), mas sob a proteção de Deus e orientação da Igreja, pois, como advertia Camões, seus “perigos e guerras” exigiam muito mais que “a força humana”. Daí a razão de se associarem Dom Manuel²⁵⁶, Rei de Portugal, e o Papa Alexandre VI²⁵⁷, Pontífice da Igreja Católica. Da parte do Rei, Cabral teve destaque na missão e na tela. Pelo lado do Papa, ninguém menos que o Frei Henrique de Coimbra, antigo confessor de Dom João II²⁵⁸, o Perfeito, a quem o então Rei Dom Manuel sucedeu. Ao primeiro, incumbia a condução geral do empreendimento, dedicando-se às atividades que assegurariam a soberania em relação às possessões que fossem achadas ou conquistadas. Ao segundo, por sua vez, cabia atestar que se tratava de empreitada que contava

Coroa, pois exterioriza sua subjetividade (constituída a partir do saber discursivo exterior, ou seja, “o lado de dentro do lado de fora” (DELEUZE, 1988, p. 104), o de soldado, assim como seria também um duplo em relação à Igreja Católica, por manifestar no exterior a fé que internamente professava.

²⁵⁴ Sobre a ressalva à utilização da noção de “Estado”, veja-se a nota n.º 318.

²⁵⁵ A citação de Cortesão faz alusão à “descoberta” do caminho para as Índias, o que, a rigor, diz respeito à empreitada de Vasco da Gama, em 1498. A aplicação do raciocínio analógico à expedição de Cabral é absolutamente justificada, sobretudo se comparados os tamanhos das armadas que quando das respectivas partidas do Restelo. Com Gama, seguiram 4 (quatro) embarcações, enquanto com Cabral, 13 (treze).

²⁵⁶ A bem da verdade, a relação próxima entre a Coroa de Portugal e a Igreja Católica remonta à própria afirmação de Portugal como reino independente em relação a Leão e Castela (atualmente a Espanha), quando firmado o Tratado de Zamora, em 1143, sob a supervisão do Cardeal Guido de Vico, legado do Papa (MARTINS, 1882 [1879], pp 71-72). Mas a razão de aqui se enfatizar essa íntima relação é o fato de que ela, por óbvio, foi determinante para o “achamento” do Brasil e, ainda, em razão de os nomes de Dom Manuel e do Papa Alexandre VI serem associados não somente à descoberta do caminho atlântico para as Índias, mas ao estabelecimento dos domínios ultramarinos portugueses no Oriente, uma vez que este justificava e chancelava as ações imperialistas daquele.

²⁵⁷ Alexandre VI, nome adotado por Rodrigo Bórgia após sua eleição como Pontífice pelo conclave de 1492, nasceu em Valência, hoje território da Espanha. É considerado pelo Padre Ney de Souza, Professor Doutor da Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, “pessoa indigna para sentar-se na cátedra de Pedro” (2005, p.82), aludindo a descrições pelos romanos que consideram o Pontífice como “‘o homem mais carnal’ que já se viu, principalmente no meio eclesiástico.” Aquino (2011, p. 1), contudo, pontua o exagero e a injustiça das críticas que são destinadas a Alexandre VI, afirmando que “Se, de um lado, se deve reconhecer isto, doutro lado é preciso observar que não promulgou um só decreto que contrariasse à fé e aos bons costumes. O ouro de Deus passou intacto por mãos sujas; não foi contaminado – o que atesta a providencial assistência do Senhor Jesus à sua Igreja. – É de notar ainda que os historiadores têm acentuado exageradamente os pontos sombrios da conduta de Alexandre VI como também os de sua filha Lucrecia Bórgia.” Forçoso reconhecer que é o Professor Doutor Aquino, não por desconhecimento (escreveu ao menos 73 livros de formação católica), mas pela posição que ocupa na Igreja Católica, quem exagera nas justificativas à conduta de Alexandre VI, sócio de Dom Manuel nas navegações (às) e conquistas das índias. Invoquemos, em sentido bem diverso, o juízo e bom senso (sim! Aderimos integralmente à crítica.) do professor Johan Galtung (2005, p. 67) acerca da bula *Inter Coetera*, que qualificada como uma “terrível violência cultural” editada por Alexandre VI (o mesmo “justificado” por Aquino), bem como do próprio Papa, sobre o qual afirma: “Este não correu riscos nenhuns, é hoje uma figura praticamente desconhecida e, contudo, a consequência do seu palavrório foi mais guerras e mais violência dos que as algumas vezes causadas por qualquer outro chefe militar ou político. Numa palavra, ele legitimou assim toda a enormidade que é a violência, direta ou indireta, a que chamamos colonialismo.”

²⁵⁸ Foi Dom João II que obteve junto ao mesmo Papa Alexandre VI, em 1494, a alteração dos limites entre os domínios ultramarinos de Portugal e de Castela (Espanha), mediante a celebração do Tratado de Tordesilhas. Por força desse Tratado é que tinha Portugal, mesmo antes do “achamento”, direito de soberania em relação ao que hoje chamamos de Brasil.

com chancela papal e, por conseguinte, do próprio Deus, tendo como escopo primeiro estabelecer o senso de propósito a que ninguém poderia escapar ou resistir.

É possível que o Frei Henrique seja aquele eclesiástico da ordem menor que figura na tela ainda sentado no batel, o qual pode ser identificado por sua tonsura e pelas vestes. Não por acaso, é retratado próximo e arroteado de “homens de armas” (soldados) e demais tripulantes da embarcação, aqueles por quem os serviços religiosos são mais demandados, notadamente pelo exame constante de consciência e crença e, mais ainda, pelas regulares ações de conformação da personalidade ao aspecto cruzadístico da expedição. Não por menor importância o franciscano permanece ainda sentado em um lado da embarcação, enquanto outros (pelas vestes, possivelmente nobres) já se ergueram. Ao ser retratado sentado se ressalta a função estabilizadora do discurso religioso, pois se se levanta dali e se afasta do seu lugar físico (mas simbolicamente institucional), o equilíbrio da embarcação restaria comprometido. É ali, dentre os da tripulação²⁵⁹, em atividades singelas e cotidianas, que se firma a estabilidade e se (re)afirmam os desígnios da missão. A premência do elemento estabilizador da catequese e doutrinação é, à toda evidência, ascendente, dos de baixo para os de cima, do micro ao macro. Os cuidados da Igreja devem se voltar especialmente para a tripulação e para os gentis e infiéis. É, e será por muito tempo, essa ação “evangelística” que promoverá a conversão à fé católica, produzindo sujeitos e conformando populações ao empreendimento catequético iniciado naquele desembarque.

Há um outro elemento, diverso da Coroa e da Igreja, que parece ter sido olvidado na tela de Silva. Todavia, diferentemente do que esse “esquecimento” possa sugerir, esse elemento é tão evidente e está tão na superfície que sua presença, pela sua obviedade, pode ser ignorada e não percebida²⁶⁰. Para percebê-lo, basta rememorar que Cabral e sua tripulação permaneceram

²⁵⁹ Caminha (2003 [1500], p. 98) ressalta que, logo após dizer a primeira missa (que era dita, à época, em latim), o Frei Henrique “desvestiu-se de padre a uma cadeira alta, com todos nós espalhados pelo areal. E pregou uma solene e proveitosa pregação, da história do evangelho, ao final da qual tratou de nossa vinda e do achamento desta terra, referindo à luz, sob cuja obediência viemos; palavras que foram muito a propósito e que provocaram muita devoção.” Não é custoso identificar elementos retóricos e de controle social na postura do Frei Henrique. O primeiro dele se refere à simbologia de “desvestir-se de padre”, passando a se vestir, então, de modo mais semelhante aos destinatários de sua pregação. É tanto que Caminha faz uso da expressão “com todos nós”, denotando semelhança, pertencimento. Invocou, ainda, a analogia com elemento da natureza, a “luz”, para o fim de indicar que o empreendimento, o qual já produzira como fruto o “achamento” da “terra nova”, era conduzido em conformidade com a vontade de Deus, dado o seu suposto propósito evangelístico. O reforço à obediência, como submissão à vontade dessa direção divina, apresentou-se, então, como eficaz recurso de controle (social) da tripulação, conforme testemunhado por Caminha (“muito a propósito” (...) “muita devoção”). Não sem razão Cortesão (1922, p. 175) se refere a Frei Henrique como “frade-orador” dotado da “arte sublime da palavra”.

²⁶⁰ Ao apresentar sua “análise de poder” e sugerir, mais de cem vezes, que o poder não poderia ser concebido apenas a partir de uma representação jurídico-discursiva, nem ter reduzida sua atuação ao aspecto repressivo, Foucault afirma a existência de uma “multiplicidade de poderes”, mas que tem no segredo um elemento “(...)

em Vera Cruz apenas 10 dias após o “achamento”. O destino de todos eram as Índias, sendo os objetivos principais daquela expedição resumidos por Cortesão (1922, p. 180) nos seguintes termos:

Podem considerar-se objetivos principais, por um lado a aliança com os índios²⁶¹ e a sua melhor cristianização, e por outro a guerra aos mouros infiéis, para obter, pela paz comuns e a luta com os outros, o exclusivo do comércio oriental.

Esse elemento comercial, mercantil, que representa, ou melhor, que consubstancia o discurso econômico, está presente e é visível em tudo o que é retratado na tela, desde nas coisas materiais, como naus e caravelas, bem como nos elementos humanos, incluindo o representante do Rei de Portugal²⁶², os “homens de arma” e demais tripulantes²⁶³, os demais fidalgos e até mesmo os próprios franciscanos, como delegados do Papa Alexandre VI²⁶⁴. Isso pelo fato de que, embora supostamente de índole religiosa, o empreendimento não foi levado a efeito por providência divina, muito menos por financiamento papal. A armada somente desembarcou em Porto Seguro por conta do capital mercantil que viabilizou a expedição. Foram os fidalgos, os comerciantes ricos de Lisboa e o capital mercantil estrangeiro, especialmente de mercadores florentinos²⁶⁵, que se associaram²⁶⁶ à Coroa Portuguesa para patrocinar o negócio

indispensável ao seu funcionamento. (...) é somente mascarando uma parte importante de si mesmo que o poder é tolerável. Seu sucesso está na proporção daquilo que consegue ocultar dentre seus mecanismos” (FOUCAULT, 2017 [1976], pp. 94-95)

²⁶¹ É oportuno ressaltar os “Índios” fazem referência aos povos das Índias, do Oriente, das nações banhadas pelo oceano Índico. Importa, ainda, registrar que em momento algum a carta de Caminha se refere aos nativos de Vera Cruz como “índios.” O que hoje chamamos “índios” eram designados na aludida carta como “homens” e “mulheres”, ou seja, até então como semelhantes.

²⁶² O Rei Francisco I, da França, designava o Dom Manuel de de *“le roi épicier”* (“o rei merceiro”) (SOUZA, 1996, p. 318; CROWLEY, 2016, p. 207).

²⁶³ Além do ordenado adiantado em um ano, os que integravam a armada também tinham “participação nos lucros” da expedição (CORTESÃO, 1922, p. 180). Não menos importante, além daquilo que pelo comércio pudesse ser obtido, havia, ainda, a gratificação pelo “butim”, ou seja, a participação também em relação ao proveito dos saques a embarcações e locais de comércio de “infiéis” (CROWLEY, 2016, p. 186).

²⁶⁴ Oportuna a transcrição parcial da epístola remetida por Dom João II, sucedido por Dom Manuel, ao Papa Inocêncio VIII, sucedido por Alexandre VI: “Assim que essa região for explorada, veremos uma enorme acumulação de riquezas e honra para todo o povo cristão e especialmente para vós, Santíssimo Padre.”

²⁶⁵ A principal participação dos banqueiros e comerciantes era no financiamento das expedições (CORTESÃO, 1922, p. 133). Mas ao menos um deles, Bartolomeu Marchioni, rico mercador de Florença, teve autorização dos Reis Dom João II e Dom Manuel para participar diretamente do empreendimento, sendo dele a primeira nau que retornou a Lisboa, com relação à expedição comandada por Cabral (CORTESÃO, 1922, pp. 117/126/133).

²⁶⁶ Se admitida no caso a analogia (anacrônica, é verdade, mas aqui empregada apenas para fins de ilustração) com alguma figura jurídica atual, a que melhor representaria esse coletivo seria a do consórcio, cuja definição é estabelecida pelo art. 278 da Lei n.º 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), que diz o seguinte: “Art. 278. As companhias e quaisquer outras sociedades, sob o mesmo controle ou não, podem constituir consórcio para executar determinado empreendimento, observado o disposto neste Capítulo.” Dentre outras características, a legislação estabelece que o consórcio será criado por meio da formalização de contrato, mas sem a constituição e uma nova personalidade jurídica, nem presunção de responsabilidade solidária entre as empresas consorciadas. No caso das

(CORTESÃO, 1922, p. 117). Acertadamente, então, Cortesão sustentou a confusão entre os objetivos da expedição:

As duas finalidades, a religiosa e a econômica, surgem-nos, a cada passo daquelas instruções juntas e irmanadas nas figuras de Fr. Henrique e Aires Correia. A força de junção repetida as duas figuras chegam a parecer-nos fundidas numa só, encarnação solidária da grei, aportando às praias indianas com a cruz numa das mãos e a balança na outra.

Aires Correia, a quem Cortesão alude como figura que representa a finalidade econômica da expedição, não foi lembrado ou destacado por Silva em sua tela. Essa omissão, no entanto, não foi cometida por Caminha, pelo Mestre João²⁶⁷ e muito menos pelo “piloto anônimo”^{268, 269-270}. O primeiro deu conta de que Aires Correia seguia com a armada na nau capitânia, ao relatar que este se fazia presente quando do contato de Cabral com os primeiros nativos de Vera Cruz, dois mancebos “levados” à presença do Capitão por Afonso Lopes (CAMINHA, 2003 [1500], pp. 91-92). O segundo, por sua vez, aludiu a Aires Correia já no segundo parágrafo de sua epístola. O terceiro se referiu a este por 35 (trinta e cinco) vezes, sendo 22 (vinte e duas) pelo nome próprio e as outras 13 (treze) pelo cargo que este exerceu na expedição: Feitor-Mor do Rei de Portugal nas Índias, a quem incumbia estabelecer e gerir uma feitoria em Calicute (CORTESÃO, 1922, p. 54). Essa reiterada alusão a Aires Correia, nem tanto pelo indivíduo, mas sobretudo pela posição institucional²⁷¹ na expedição, indica a proeminência do propósito econômico do dispositivo colonial, circunstância que foi reconhecida também por Cortesão (1922, p. 117): “E a balança, mais do que a cruz, era naquele

navegações, ainda que a condução e a posição de proeminência fossem da Coroa Portuguesa, a existência de ajuste, de contrato, não estaria descaracterizada, pois, em relação aos fidalgos e aos mercadores, a associação se dava por meio de adesão, que possui igual natureza contratual.

²⁶⁷ Mestre João não faz qualquer alusão ao Frei Henrique, muito menos a qualquer atividade evangelística realizada durante a expedição.

²⁶⁸ Os documentos considerados “testemunhos diretos” do achamento do Brasil são três: a “carta de Caminha”, a “carta do Mestre João” e a “relação do Piloto anônimo” (CORTESÃO, 1922, pp. 41-42; PEREIRA, 1979, p. 61). Tudo o mais que se escreveu é baseado nesses relatos e, ainda, em tradições orais e comentários elaborados em época mais próxima da em que se deu o “achamento”.

²⁶⁹ A “carta de Caminha” foi remetida ao Rei de Portugal logo após o “achamento” de “Vera Cruz”. Ela, por óbvio, não tem qualquer relato do que ocorreu a partir de então. A “relação do Piloto Anônimo”, no entanto, apresenta a descrição de tudo o que se sucedeu com a expedição, desde a saída de Restelo, até o seu retorno à Lisboa.

²⁷⁰ Em relação ao período de permanência da armada em “Vera Cruz”, o “Piloto Anônimo” não faz qualquer referência ao Frei Henrique, mencionando apenas a realização de uma missa, mandada dizer pelo Capitão. O nome de quem celebrou a solenidade, no entanto, não foi registrado. No que concerne ao período em que a expedição percorreu a costa da África e permaneceu nas Índias, nenhuma alusão foi feita ao Frei Henrique, tampouco aos outros oito franciscanos que seguiram com a expedição.

²⁷¹ A importância de Aires Correia é inequívoca. Mas mais importante era o seu posto, seu lugar institucional no dispositivo colonial. Tanto é verdade que, depois de sua morte em Calicute, outros feitores exerceram essa posição nas Índias.

tempo um símbolo de paz. Ao comércio se deve em toda a história uma grande parte dos descobrimentos geográficos.”

A metáfora da cruz numa mão e da balança noutra é oportuna para denotar a ideia de entrecruzamento das finalidades, de funcionamento em “rede” (“juntas”, “irmanadas”, “fundidas”) das instituições. Mas é a conclusão de Cortesão, de ser a balança, e não cruz, o elemento primordial de pacificação, que revela qual seja a “razão de Estado”²⁷² a orientar as ações da Coroa portuguesa: fazer comércio. Mais que uma política ou doutrina econômica, como bem advertiu Foucault (2004 [1979], p. 29), o mercantilismo é a própria essência do ato de governar: o governo existe para a atividade mercantil, e somente subsiste em função dela.

Nada obstante, a metáfora de Cortesão sobre o poder pacificador da “balança” teve a ver mais (mas nem tanto “mais”) com as feitorias das regiões das índias, do que com “Vera Cruz”. A balança é o instrumento de pesar, que funciona apontando um equilíbrio físico entre coisas postas em comparação. Ela é necessária quando se objetiva atestar o equilíbrio entre relações de troca, remetendo às noções de bilateralidade e de pretensão de equidade. Essas ideias, no entanto, não eram relevantes (para) ou aplicáveis às relações que, a partir do desembarque de Cabral, estabeleceram-se entre os que já estavam em “Vera Cruz” e os que a ela chegaram. Os nativos, também retratados²⁷³ por Silva, eram “gente bestial” e de “pouco saber”, segundo as palavras de Caminha, de modo que trocavam “por qualquer coisa que alguém lhe desejasse dar”, desde “folhas de papel ou alguma carapucinha velha”. Assim, para os nativos de Vera Cruz, cuja condição peculiar dispensava o tratamento sinalagmático típico da atividade mercantil, em lugar da balança veio a cruz²⁷⁴. Com este símbolo religioso, após a partida de Cabral para as Índias, foram deixados, ou melhor, foram lançados dois degredados²⁷⁵,

²⁷² A expressão “razão de Estado” será aqui empregada na concepção que Foucault (2004 [1979], p. 28) esclarece nos seguintes termos: “O Estado é, em simultâneo, aquilo que existe, mas também aquilo que não existe de forma suficiente. E a razão do Estado é precisamente uma prática, ou melhor, uma racionalização de uma prática que se vai situar entre o Estado apresentado como dado e um Estado apresentado como a ser construído.”

²⁷³ Em postura bem distinta da de Cabral, os nativos são retratados com aspecto de desordem, seja na disposição dos indivíduos no espaço, seja na postura corporal, uma vez que estão todos curvados para frente (curiosidade?!), ou para trás (temor?!), em aparente euforia e confusão e, quanto aos homens, armados em sua maioria. Além da manifesta censura à ausência de vestimentas pelos nativos (todos “sem vergonha” quanto às suas “vergonhas”), a imagem de distinção sugere, em 1900 (rememore-se), a superioridade do europeu em relação à estatura e à cultura.

²⁷⁴ Além, é verdade, do elemento retórico de paráfrase à analogia de Cortesão, a menção à “cruz” tem também um sentido literal. Isso pelo fato de que, com os dois degredados “lançados” (e dois desertores que se lançaram), uma cruz foi fincada na praia. Essa cruz, segundo relato de Caminha (2003 [1500], p. 107), teria sido inclusive feita com o auxílio dos nativos que, com “grande prazer”, ajudaram os portugueses que cortavam a lenha e os marceneiros que construíram esse símbolo religioso.

²⁷⁵ Além deles, dois grumetes desertaram e permaneceram em Vera Cruz. Os quatro primeiros portugueses a habitar o Brasil foram 2 (dois) degredados e 2 (dois) desertores.

que deveriam aprender a língua e os costumes dos nativos, de modo a auxiliar na cristianização desta “gente boa e de bela simplicidade” e lhes imprimir “facilmente” um cunho cristão e dócil.

Aqui no Brasil, portanto, antes mesmo de se disparar o primeiro tiro, de ser principiada a extração sistemática e maciça de pau-brasil, de ser plantado sequer um pé de cana-de-açúcar, de serem lavradas as minas, de ser cultivado o café, foi por meio da apropriação da língua, da produção do saber destinado à (re)constituição do caráter dos nativos, no seu nível mais elementar, mais micro, que se principiou a conquista do Brasil e o governo das populações. Inicialmente pelo “lançamento” dos dois degredados, posteriormente em escala bem maior pelo trabalho da Companhia de Jesus, foi mais pelas palavras e pela produção de saberes que a população do Brasil, nativa ou não, foi disciplinada para o fim de ter amoldado seu caráter ao dispositivo colonial português.

A rigor, essa nova e versátil forma de dominação se iniciou antes mesmo de qualquer português pisar oficialmente em terra, quando, em 22 de abril de 1500, Dom Manuel, por meio do seu Capitão-Mor, tomou posse de sua “terra nova” e lhe deu o nome de Terra²⁷⁶ de Vera Cruz. Ali e então, literalmente da tarde para a noite (“à hora de vésperas”), “as palavras se separaram das coisas” e se verificou a ruptura daquilo que Todorov designa por ingenuidade da linguagem, ou seja, a crença na confusão entre os nomes e aquilo que por eles se designam. A representação, convencionada e mais relacionada ao poder, toma o lugar até então conferido à semelhança. Cabral e Caminha são, portanto, os predecessores de Couto de Magalhães na colonização epistemológica.

3. A história, a produção de verdades e de subjetividades

*Senhor,
Posto que o Capitão-mor desta Vossa frota e assim igualmente
os outros capitães escrevam a Vossa Alteza dando notícias do
achamento desta **Vossa terra nova**, que agora nesta navegação
se achou, não deixarei eu também de dar minha conta disso a
Vossa Alteza, (...)
Neste dia [22/04/1500], à hora de vésperas²⁷⁷, avistamos terra!
Primeiramente um grande monte, muito alto e redondo; depois,
outras serras mais baixas, da parte do sul em relação ao monte
e, mais, terra chã, com grandes arvoredos. Ao monte alto o*

²⁷⁶ Conforme aqui já mencionado, a Carta de Caminha contém contradições quanto ao nome dado às terras “descobertas”. Inicialmente, alude ao fato de o Capitão da Armada, Pedro Álvares Cabral, ter-lhe dado o nome de “Terra de Santa Cruz”. Posteriormente, ao encerrar a epístola, menciona como local a “Ilha de Vera Cruz”.

²⁷⁷ “Hora da véspera” seria o horário das orações da noite, uma das sete partes da hora canônicas. Pela localização geográfica, estima-se que o horário compreendido entre as 15h e o pôr do sol (CASTRO, 2003, pp. 71-72)

capitão deu o nome de Monte Pascoal; e à terra, Terra da Vera Cruz. (...)
(Grifos não existentes no original).

Pero Vaz de Caminha, **Carta ao Rei Dom Manuel**.

A carta de Caminha corresponde a um relato da expedição de Cabral, desde a partida do Restelo até o “achamento” (de) e permanência em “Vera Cruz”. Pela qualidade literária do texto e pela minúcia da descrição, há quem compare o cronista a Camões (CORTESÃO, 1922, p. 176) e considere sua epístola como a “certidão de nascimento” (PEIXOTO, 2008 [1944], p. 32; BUENO, 2012, p. 23) ou o “ato de batismo” (CORTESÃO, 1922, pp. 202/207; DIAS, p. 76) do Brasil.

Sem pretender objetar tais qualidades ou desmerecer a Carta de Caminha, há de se reconhecer que ela é, além dessas e de outras coisas, também lacunosa e ambígua em relação a alguns aspectos, sobretudo no que se refere à possibilidade de Cabral ter chegado à Bahia sem a intenção de fazê-lo. Ao ensejo disso, muito já se debateu na historiografia, nacional e lusitana, sobre a hipótese de o Brasil ter sido “achado” como consequência do “mero acaso”, em razão de um desvio não deliberado da rota original traçada rumo a Calicute. Se é certo que, em se tratando de história, raras são as verdades transcendentais, já que quase tudo (senão tudo) que se escreve neste campo do saber é sujeito a revisões, há elementos suficientes para refutar a ideia de que Cabral, em 22 de abril de 1500, tenha aportado²⁷⁸ na Bahia sem a intenção de fazê-lo^{279_280}.

No próprio relato contido na epístola, há diversos elementos que infirmam a tese do “mero acaso”, de modo que Faustino Fonseca²⁸¹ (1908 [1900], p. 2) propõe assertiva e, ao nosso

²⁷⁸ O desembarque somente ocorreu em 23 de abril de 1500, dia seguinte ao avistamento da terra.

²⁷⁹ Mas subsiste a controvérsia. Advogando em favor da acidentalidade da “descoberta”, Pereira (1979, p. 60) afirma: “Finalmente: não há duvidar que o Brasil foi descoberto pela armada de Pedro Álvares Cabral, a 22 de abril de 1500, acidentalmente; e esta circunstância não implica em desdouro para os audazes navegadores portugueses, que, com esse feito, acrescentaram mais um laurel à gloriosa história do seu país. o brilhante signo do Cruzeiro do sul.”

²⁸⁰ Sobre a trajetória tomada por Cabral após passar de Cabo Verde, Crowley (2016, p. 119) afirma que a esquadra se alargou para muito além do cabo da Boa Esperança, de modo que, em “21 de abril de avistaram a oeste, primeiro, uma grande montanha, muito alta e redonda, e outras terras mais baixas para o sul, e a terra plana com grandes bosques de árvores.” Na verdade, pelo teor da Carta de Caminha, no dia 21 foram vistos sinais de terra, sendo que o avistamento do monte e das terras baixas ocorreu no dia seguinte aos primeiros sinais de terra. Vê-se, pois, que Crowley não reproduziu corretamente a ordem cronológica aduzida na carta de Caminha. Se foi ou não por acaso (sustentamos que não!), é fato que o avistamento de terra, o “achamento” descrito, deu-se apenas no dia 22 de abril de 1500.

²⁸¹ O livro *A descoberta do Brasil* (1908 [1900]), cuja primeira edição foi publicada em 1900, é das mais senão a (mais) fundamentadas obras sobre o tema. A exaustiva referência a fatos e documentos revela que Portugal já tinha real conhecimento da existência do Brasil, como “Terra Nova”, pelo menos desde a década de 1470, por

ver, acertadamente, que se promovia o terminante banimento dessa expressão (“acaso”) quando se tratar das narrativas das viagens²⁸². A propósito, Caminha não faz qualquer menção a alguma ocorrência que pudesse ter ensejado um desvio não deliberado da rota original²⁸³, sendo que o único incidente registrado até o “achamento” se refere à perda da embarcação comandada por Vasco de Ataíde, ocorrida na manhã seguinte à passagem pelo arquipélago de Cabo Verde. Considerando o fato de a Carta de Caminha ter sido remetida ao Rei logo após a esquadra deixar a nova “Terra de Vera Cruz”²⁸⁴ e seguir para as Índias, promovendo-se, assim, um desfalque na mais poderosa armada até então lançada ao mar por Portugal, era de se esperar que tal incidente merecesse registro e maiores esclarecimentos no texto da aludida epístola.

É relevante, ainda, o fato de Caminha não ter vacilado ao atribuir a propriedade da terra ao Rei Dom Manuel. Tratou-a como “Vossa [do Rei D. Manuel] terra nova” desde o início da epístola, declarando isso com uma certeza não justificada nos trechos que antecedem a afirmação. É esse mais um argumento em favor da tese da intencionalidade, pois seria desconforme e antinatural se noticiar tal evento sem qualquer explicação prévia, acaso se cogitasse ter ocorrido qualquer desvio na rota originalmente planejada.

Também milita em favor da tese da intencionalidade a forma objetiva como Caminha anuncia o “achamento”, introduzindo essa relevante notícia sem qualquer demonstração de entusiasmo²⁸⁵. É bem verdade que se tratava de comunicação dirigida a um monarca, o que, por

expedições de João Vaz (FONSECA, 1908 [1900], p. 99). Ela reforça, ainda, a informação que consta no *Esmeraldo: de situ orbis* (1892 [1506]), de Duarte Pacheco Pereira, no sentido de que este último (Duarte Pacheco), já havia estado na aludida “Terra Nova” em 1498, por determinação do mesmo Rei Dom Manuel.

²⁸² A tese de Fonseca não limita a intencionalidade apenas da viagem de Cabral. Ele sustenta que a “descoberta” do que hoje se conhece por América foi decorrente de um ato deliberado de navegação “ao largo” do continente africano, no intuito de se identificar um caminho ocidental para índias, através do Atlântico, o qual seria mais curto e mais fácil do que o pelo sul do continente africano (FONSECA, 1908 [1900], p. 45). O argumento de Fonseca faz todo o sentido, uma vez que a ideia de que a terra seria redonda já era, por ocasião do descobrimento da América, “opinião comum” (TODOROV, 2010 [1982], p. 41).

²⁸³ Em relação a ausência de registro de qualquer incidente que pudesse dar ensejo ao desvio da esquadra, não somente Caminha foi omissa, mas também os outros três que narram a chegada dos portugueses ao Brasil em 1500. Eis a afirmação de Aragão (1892, p. 44) sobre essa questão: “Hoje a ciência náutica com relação a tempestades, correntes marítimas e atmosféricas do oceano Atlântico sul, naquela monção, nega-se a aceitar a possibilidade dos navios de Cabral, pela sua ação, serem arrastados para oeste; mas ainda dado este caso, atualmente difícil de explicar, Caminha tão minucioso no descrever a viagem até Porto Seguro, ou qualquer dos outros três escritores, que iam na armada, não deixariam de o mencionar.

²⁸⁴ Aqui já foi mencionada a confusão de Caminha quanto aos nomes do Brasil de então, chamando primeiramente de “Terra de Vera Cruz” e, ao encerrar a epístola, assinando como se estivesse na “Ilha de Vera Cruz.”

²⁸⁵ É possível estabelecer relação entre essa falta de entusiasmo na narrativa de Caminha e o fato de “a descoberta de terras” ter sido “considerada interessante, mas não significativa.” (CROWLEY, 2016, p. 131). Tudo isso tem a ver, na verdade, com o fato de que o comércio com as Índias ser o principal interesse do dispositivo mercantilista e colonial lusitano na época. Ainda que fosse necessário salvaguardar as possessões a oeste da África, de modo a afastar (ou tentar) a ação exploratória dos países excluídos do “testamento de Adão”, a conquista das Índias e a manutenção do monopólio do comércio com o Oriente exigiam a concentração de mão-de-obra e de recursos materiais e financeiros. A Coroa Portuguesa não titubeou e optou por dedicar seus maiores esforços para as Índias.

si só, impunha formas protocolares de tratamento e narrativa. Mas se, de fato, fosse o caso de se anunciar a chegada a algum território do qual não se tivesse ciência da existência, algum sentimento de exultação influenciaria a elaboração do escrito²⁸⁶, o que certamente Caminha saberia compatibilizar com a serenidade e reverência exigidas. Embora elogiável pela sua racional coerência e clareza (CASTRO, 2003, p. 11), o texto de Caminha demonstra naturalidade com o “achamento” em si, sem dar indícios de qualquer sentimento de surpresa ou estranhamento, seja dele próprio ou eventualmente do Capitão-Mor da expedição, a quem o cronista sempre se referiu.

A continuidade da narrativa, destarte, denota a noção de memória discursiva (COURTINE, 2013, p. 43), um “já dito” (FOUCAULT, 2012 [1969], p. 30), na medida em que a completa interpretação da descrição de Caminha sugere e, mais que isso, demanda a ciência de referências anteriores e com elas guarda conformidade. O texto do cronista parece evocar outros já conhecidos por ele e pelos destinatários da epístola²⁸⁷, como se todos (os textos) compusessem um conjunto de informações acerca desta “terra nova” ainda não explorada, mas não completamente insólita. É de se admitir, portanto, a existência de uma relação de intertextualidade²⁸⁸ entre a Carta de Caminha e aquilo que em Portugal, senão por todos, mas ao menos por alguns, já se sabia acerca da posseção então “achada”.

Sobre essa questão, que, aliás, não consubstancia o objeto central da presente pesquisa, muitas evidências foram produzidas dando conta de que a “terra nova” anunciada por Caminha não era, de fato, tão nova assim. Há historiadores e estudiosos que apontam, com fundamento em documentos reconhecidamente idôneos, que pelo menos um dos integrantes da esquadra de Cabral, especificamente Duarte Pacheco²⁸⁹, já teria vindo ao Brasil anteriormente à época do anunciado “achamento”.

²⁸⁶ Caminha não se portou com exacerbada cerimônia ao descrever, em mais de uma ocasião, os corpos das mulheres e a forma como expunham, “sem vergonha”, as “suas vergonhas” e suas feições, de modo tal que causaria inveja às mulheres “da nossa (dele) terra” (CAMINHA, 2003 [1500], pp. 90-97). Ainda assim, a narrativa não foi considerada imprópria, sendo prova disso o fato de o monarca, mesmo após a morte do cronista na tomada da feitoria portuguesa em Calicute (CROWLEY, 2016, p. 126), ter atendido ao seu pedido e libertado Jorge de Osório, genro de Caminha, do exílio no qual fora posto na Ilha de São Tomé.

²⁸⁷ Corroborar essa afirmação o que sugere o Mestre João (1500, p. 1) em sua epístola ao Rei Dom Manuel. Pela relevância, oportuna a transcrição de trecho da aludida carta: “Quanto, senhor, ao sítio desta terra mande vossa alteza trazer um mapa-múndi que tem Pêro Vaz Bisagudo e por aí poderá ver Vossa Alteza o sítio desta terra; porém aquele mapa-múndi não certifica esta terra ser habitada ou não; é mapa-múndi antigo e ali achará Vossa Alteza escrita também a Mina.”

²⁸⁸ Intertextualidade consiste na invocação ou associação de outros textos, seja para denotar elementos simbólicos, seja como condição para a “constituição do sentido do enunciado dado” (TODOROV, 2014, p. 74). É esta segunda circunstância que se alude à intertextualidade.

²⁸⁹ “Estas razões, para nós concludentes, levam-nos a estabelecer como fato assente a viagem de Duarte Pacheco à América, em 1498.” (CORTESÃO, 1922, p. 155)

Quase²⁹⁰ tudo aponta (e desde sempre apontou), portanto, para a certeza de que a Coroa portuguesa já tinha ciência da existência da “terra nova” “achada” e que navegadores lusitanos já haviam estado aqui antes de 1500, sendo o desembarque de Cabral apenas um ato de posse, realizado com o propósito de afirmar a soberania lusitana sobre essas terras e viabilizar a publicidade desse feito, sem, por outro lado, dar ensejo a cogitações de descumprimento anterior ao Tratado de Tordesilhas²⁹¹.

Mas além disso, e mais relevante ainda, é o fato de sequer se vislumbrar algum estranhamento quanto ao fato de Caminha se referir àquele evento como o “achamento”²⁹² desta vossa terra nova”, a despeito de seu próprio relato indicar que muitos homens²⁹³ e mulheres já habitavam esta terra.²⁹⁴⁻²⁹⁵⁻²⁹⁶ Essa inequívoca e numerosa população de nativos não impediu que Caminha falasse em “achamento”, em vez de optar por falar em chegada ou conquista.

²⁹⁰ O “quase” aqui é apenas para reforçar o sentido de uma verdade histórica, ou seja, sujeita sempre à revisão. Na verdade, além dos registros e comunicações que foram feitos pela Coroa Portuguesa com o propósito de desinformar e confundir outras nações, tudo (e não “quase tudo”) demonstrava já se saber da existência do que hoje chamamos de Brasil e, mais que isso, que portugueses já haviam aqui estado.

²⁹¹ Não por acaso Caminha, imediatamente antes de noticiar o “achamento”, cuida de referenciar as medições geográficas dos pilotos que permitem atestar não se tratar de terras pertencentes ao Rei de Castela (atual Espanha).

²⁹² Sem cabimento o argumento de que a expressão “achamento” corresponderia a um abrandamento em relação à palavra “descobrimento”. Na verdade, embora pouco usual no presente, a palavra “achamento” era de uso corrente no século XV, sendo que apenas em 1486 o termo “descobrimento” foi registrado por escrito pela primeira vez no idioma português (CROWLEY, 2016 p. 37). Nada obstante, tal como se dá nos dias atuais, já em 1500 ambas poderiam ser tomadas como sinônimas. Além do mais, inequivocamente a palavra achamento se relaciona à descoberta de algo novo, tanto que Vieira (1897, p. 94), no Grande Dicionário Português (ou Tesouro da Língua Portuguesa), sustenta a inadequação do uso da expressão “achamento” em relação às Índias, propondo que o correto ali seria se tratar como “conquista das Índias”, exatamente porque elas já se encontravam há muito descobertas (achadas) quando Vasco da Gama aportou em Calicute, em maio de 1498.

²⁹³ Um outro elemento que conduz à conclusão de que os Portugueses já sabiam da existência do Brasil é o fato de que Caminha não mencionou uma vez sequer as palavras “índio(s)” ou “índia(s)”, sempre se referido a homens, mulheres, moças, etc. Isso revela que os integrantes da esquadra de Cabral sabiam que aquelas terras a oeste não integravam as Índias, diferentemente do que se sucedeu com Colombo em 1492.

²⁹⁴ A propósito desta questão, pesquisas dão conta da presença de humanos no Brasil há, aproximadamente, 50.000 A.P. (ETCHEVARNE, 1999/2000, p. 117). Quanto à presença dos povos do tronco Tupi-Guarani no litoral, Fausto (2000, p. 50) afirma que “até recentemente, acreditava-se que os Tupis-Guaranis teriam chegado à costa pouco antes da conquista — só uma expansão rápida e recente poderia explicar tanta semelhança cultural e linguística em uma população dispersa em tão amplo território. As datações arqueológicas de cerâmica associada aos Tupis-Guaranis, contudo, vieram desmentir essa hipótese. Existem várias delas que remontam ao século X d.C., sendo as mais antigas do século II d.C. Na região guarani, elas se encontram nos rios Uruguai, Ivaí e Paranapanema; na área tupinambá, no baixo rio Tietê e no litoral fluminense.” É certo (e quanto a isso não há controvérsia) que o país já era habitado (e muito habitado, ressalte-se), estimando-se que a população de nativos variava de 800 mil a 5 milhões, quando Cabral aportou aqui em 1500 (SANTOS; AZEVEDO; PAGLIARO, 2005, p. 16). Essa estimativa quanto ao número de habitantes nativos do Brasil em 1500 é controversa. Os números oficialmente adotados pela FUNAI (ver nota de rodapé n.º 387) estimam em 3.000.000 (três milhões) de habitantes a população nativa do Brasil, sendo que destes 2.000.000 (dois milhões) viviam no litoral e 1.000.000 (um milhão), no interior. Marcílio (2012, p. 313) faz referência a um levantamento realizado por John Hemming, o qual apontou que o Brasil, em 1500, teria aproximadamente 2.431.000 (dois milhões, quatrocentos e trinta e um mil) índios. Caldeira (2017, p. 23) se refere a uma população estima entre 1 milhão e 8,5 milhões de habitantes nativos.

²⁹⁵ A mesma informação foi dada pelo “Piloto Anônimo” (1992 [1507], p. 261).

²⁹⁶ Os indígenas com os quais os portugueses fizeram contato eram integrantes da nação Tupiniquim, que em 1500 habitavam o sul do que hoje chamamos Bahia (ETCHEVARNE, 1999/2000, p. 129).

Destarte, a controvérsia quanto ao “achamento” subsiste ao menos em relação a essas duas questões fundamentais. A primeira, referente ao frágil argumento do “mero acaso”, que atribui o descobrimento a um não deliberado desvio da rota original para Calicute; e a segunda, no tocante à contrariedade à circunstância fática, esta mais que incontroversa, de que aqui nesta “terra nova” já havia muita gente, de modo que a ideia de “achamento”, de “descobrimento”, não encontrava a mínima correspondência com a realidade fática.

Da constatação dessas controvérsias, resulta a necessidade de ressaltar quatro aspectos referentes à história e à produção de verdades (históricas).

O primeiro é a necessidade de se reforçar o já referido o caráter subjetivo (o que é diferente de arbitrário) e temporâneo que, em alguma medida, sempre informa a História, especialmente a atividade de pesquisa. Mesmo que alguma história já tenha sido produzida sobre algum acontecimento ou conjunto de acontecimentos, essa circunstância não é óbice à realização de novas investigações. A sujeição à revisão é, portanto, elementar às pesquisas empreendidas neste campo do saber, no qual há muito pouco que possa ser tomado como fato incontroverso. Nem tudo dito, independente que quem diz ou repete, é verdade; e ainda que seja, não se trata de uma verdade peremptória ou transcendental. A verdade é histórica e, portanto, é sempre um convite à ponderação reflexiva e ao questionamento, prescindindo de certeza e definitividade.

Além disso, é importante considerar que os fatos históricos, como a chegada de Cabral, relacionam-se com outros tantos que os precedem. Essa relação, todavia, não deve ser tomada como uma sequência cronológica linear e inevitável, tampouco como obra de uma ordem regente da álea universal (conforme sugeriu Camões). Diferentemente disso, os fatos, quando históricos e porque históricos, devem ser considerados como produzidos, como feitos acontecer ou, para parafrasear Foucault (2015 [1978], p. 332), como “acontecimentalizados”, de maneira que seu recebimento e reconhecimento como autênticos depende mais da conformação ao regime de veridicidade estabelecido institucionalmente por quem tenha o poder de produzir a história, do que propriamente por uma observação factual por parte de quem não possua tal condição.

Por isso, pouco importou o fato de a Carta de Caminha não descrever um país propriamente “novo”, “achado” ou “descoberto”. Desde que produzida, como foi, de modo compatível o regime de verdade então vigente, isso bastou para tratar a chegada de Cabral ao Brasil como a história (embora estória) oficial do “achamento”, verdade essa que ainda subsiste como a mais acreditada.

O terceiro aspecto que merece destaque é o fato de que, ao descrever a produção de um acontecimento histórico, a Carta de Caminha representa ela própria o termo inicial do que se convencionou chamar de história do Brasil. Os que aqui habitavam não chegaram a desenvolver a comunicação escrita. Suas tradições “apenas” faladas tinham a condição de coisa incerta, “transitória e precária”, não merecedoras do título de História, a despeito do tempo ao qual pudesse remontar a ocupação pelos antigos habitantes, bem como do fato de possuírem outras formas de comunicação e registro. Nada obstante, tudo o que estes produziram cultural e cognitivamente foi, e ainda é na atualidade, classificado como “pré-história”, já que a História²⁹⁷, assim convencionaram os que têm o poder de convencionar, somente cuida daquilo que se apresenta pela forma escrita (FUNARI, 2015, p. 84).

A Carta de Caminha, assim, além de certificar²⁹⁸ o “nascimento do Brasil”, corporificou a instauração de uma nova ordem, em que a “palavra verdadeira” é aquela que se estabelece por meio da escrita (FOUCAULT, 2007 [1966], p. 53) e em que a verdade histórica é dita por aqueles a quem as relações de poder conferirem essa possibilidade institucional.

Por fim, o quarto aspecto a ser considerado no que se refere à verdade histórica apresentada como “achamento” de Vera Cruz, é a necessidade de superar o óbice quanto à inequívoca existência de habitantes anteriores. A manifesta incoerência fática (“há muito tempo há gente aqui, mas nós, portugueses, que ‘achamos’, somos os donos a partir de agora”) foi resolvida, então, pela (re)colocação dos habitantes primitivos na condição de seres necessitantes de tutela²⁹⁹⁻³⁰⁰. Nesse sentido, no documento inaugural da história oficial do Brasil, Caminha,

²⁹⁷ Ainda que se incumba à Etnologia, à Antropologia, à Arqueologia e a outros campos do saber estudar o passado antes de 22 de abril de 1500, é fato que esse modo de classificar e distinguir, por si só, já reduz a necessidade (ou ao menos subtrai significativamente a importância) de se conhecer o que aqui se sucedeu até a chegada dos portugueses. Estuda-se muito a História do Brasil, mas quase nada sua “pré-história”, sendo que praticamente só o conhecimento daquela (História) é difundido no ensino regular e exigido nos exames de validação de aprendizagem. Em consequência, cingem-se a círculos muito limitados os debates em torno de questões importantes como, por exemplo, a influência indígena na formação da “identidade” nacional, o reconhecimento da diversidade cultural, a necessidade e os limites da tutela indígena, etc.

²⁹⁸ É comum promover-se a analogia entre a carta de Caminha uma certidão de nascimento (do Brasil) (BUENO, 2012, p. 23). É necessário ressaltar que o que “nasce”, então, é o Brasil inventado pelos conquistadores, distinto do que já havia, ainda que não como “país”. Além disso, será próprio se fazer tal analogia se considerado que a aquisição da propriedade (que não é estabelecida na tal certidão, mas apenas atestada) como um ato complexo, iniciado com a outorga conferida a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas e a Chegada de Cabral como ato de posse e consumação da aquisição de domínio. Há, ainda, os que designam a Carta de Caminha como “certidão de batismo do Brasil” (CORTESÃO, 1922, p. 76)

²⁹⁹ A curatela principiada em 1500 subsiste até os dias atuais. Os índios, embora tenham formalmente reconhecida a “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”, permanecem sob a tutela da União, entidade federativa à qual compete legislar privativamente sobre direitos das populações indígenas.

³⁰⁰ A necessidade de tutela dos indígenas pode parecer, na atualidade, uma questão elementar, quase óbvia, pois a condição em que eles vivem no presente. E a necessidade tratar os indígenas como administrados, no que refere

em mais de uma oportunidade, equipara os homens e mulheres que aqui já se encontravam a animais, “aves ou animais campesinos”, “gente bestial e de pouco saber” que se deve “amansar”. Com a história do Brasil, a Carta de Caminha inaugura também o trabalho discursivo de (re)constituição da subjetividade dos nativos, principiado pela supressão da “história” (agora classificada como “pré-história”) e da capacidade de falar por si. Os nativos, bestializados, na prática coisificados, não poderiam ser donos da “terra nova” então “achada”. Foi, então, a partir da (re)colocação dos nativos em novo lugar que se justificou a posse e propriedade do Brasil pelos portugueses, consumando-se a aquisição de domínio que já havia sido conferida pelo Tratado de Tordesilhas.

O fato de ser necessário construir um discurso para reconstituir uma realidade prática, termina por reforçar a existência de arranjos sociais precedentes à conquista, pois são pressupostos lógico e cronológica da pretensão de “conversão”, de “civilização”, de “aprimoramento” a existência pretérita de algo ou alguém a ser “convertido”, “civilizado” e “aprimorado”, bem como a consideração de que esse algo ou alguém esteja em uma condição de inferioridade, que haveria de ser elevada com a realização do projeto de conquista e colonização.

Para assinalar uma posição de divergência a essa desconsideração dos nativos, e fazendo diferente do que geralmente se faz³⁰¹, cuidaremos de mencionar e analisar como as populações

ao século XVI, pode ser compatível com o estereótipo do “selvagem” que se reproduziu em relação aos habitantes do Brasil em 1500. Mas essa diferenciação foi inventada. Se considerarmos um camponês lusitano da mesma época, poderemos chegar à conclusão de que, individual e socialmente, tal camponês era muito mais limitado intelectual e culturalmente que um nativo tupinambá. Este, para sustentar a si e colaborar com a manutenção de sua comunidade, desenvolvia múltiplas habilidades, as quais lhe propiciavam o conhecimento da fauna e flora. Também participava de deliberações coletivas, sendo-lhe assegurada uma posição ativa nas questões de interesse geral que poderiam, de algum modo, tocar em sua esfera de interesse. À sua disposição, ademais, havia uma estrutura social que lhe assegurava, por exemplo, assistência curativa pelos xamãs, além de orientação religiosa. Não corria, ademais, o risco de ver injustamente suprimido de sua condição de igual ou, pior ainda, da própria vida, por um singela suspeição de que “heresia”, por não ter se comportado de tal ou qual modo em um “cerimônia religiosa”, nem seria submetido a pena semelhante por se relacionar com pessoas do mesmo “gênero” (as aspas querem indicar o reconhecimento do anacronismo, não a negação da noção de gênero). O camponês português do século, XVI, no entanto, era considerado um homem “civilizado”, mas, na prática, era mais limitado cognitivamente e socialmente. Seu sustento dependia enormemente de condições favoráveis da natureza, as quais eventualmente lhe castigavam com fome e privação de bens essenciais. Era diminuta, quicá inexistente, a possibilidade de receber assistência (social) por uma comunidade mais ampla do que à qual pertencia por laços de consanguinidade imediata, sendo nenhuma a possibilidade de participar de deliberações políticas. Além do tal camponês, o mesmo pode ser dito dos “vagabundos e mendigos” lisboetas da mesma época, para limitar esse singelo exercício de “especulação” a situações mais evidentes. A distinção do indígena, como justificativa para imposição de tutela, foi fundada na falsa premissa da inferioridade racial e no déficit civilizatório, baseando-se, ainda, em aspectos de caráter religioso. Os índios tinham alma e poderiam ser salvos. Com os negros, desalmados (ou, pior ainda, cuja alma seria, para alguns, dirigida para o mal e resistente à cristianização), o discurso foi mais radical.

³⁰¹ A colonialidade, conceito de que cuidaremos no tópico 5.3.3 deste Capítulo Segundo, representa, em apertadíssima síntese, a ideia de continuidade do funcionamento do discurso colonial, notadamente no que se refere

nativas consideravam a situação fática a que hoje damos o nome de relação de domínio (soberania/propriedade/posse), com especial atenção ao período imediatamente antecedente à chegada oficial dos portugueses em 1500, bem assim como o instituto foi tratado a partir do “achamento” e da conquista do Brasil. Com isso, prestigiar-se-á o modo de saber e fazer dos nativos do Brasil, cotejando-o com o regime cuja instituição se principia com a chegada dos conquistadores portugueses em 1500, de modo a deixar evidente a ruptura produzida (feita acontecer) pelos conquistadores portugueses.

4. Os “senhores do litoral”³⁰²-³⁰³ (ou “da costa”³⁰⁴)

Na atualidade, qualquer análise que se faça em relação à organização social e, o que nos interessa mais de perto, à distribuição geográfica das nações indígenas, especialmente no que se refere ao período anterior à chegada dos portugueses, será inevitavelmente lacunosa, enviesada pelos estereótipos e filiações teóricas adotadas e, por isso mesmo, sujeita a equívocos. Isso se afirma não para sugerir a desnecessidade ou irrelevância de estudos sobre o tema, mas com o escopo de reforçar a disposição que se deve ter para revisar paradigmas. As razões que sustentam a afirmação inaugural deste tópico são várias, sendo a primeira delas o fato de se tratar de investigação de caráter histórico (ou “pré-histórico”), por essência lacunosa e não

ao seu aspecto epistemológico, tem campo fértil na produção dos textos “nacionais” sobre propriedade. A regra é se principiar o exame desse instituto (propriedade) na antiguidade clássica, especialmente nos costumes e no direito romano, fazendo-se a posterior transposição para o Brasil, como se nada aqui houvesse antes de 1500 em relação a aspectos relacionados ao tema. Não me refiro à noção de direito, de direito de propriedade, tampouco da propriedade privada em si. Mas elementos como a posse, utilização e o domínio fático, estes existiam, como se demonstrará a seguir. Assim, o fazer diferente se motiva para se reconhecer, em primeiro lugar, que algo (bem distinto da ideia de Brasil) já existia, de modo que, já que tudo ou quase tudo de antes foi “bagunçado” e não tem mais “conserto” (sim, pode melhorar, mas falei “consertar”), o mínimo que se pode fazer é reconhecer essa existência pretérita. Isso já é “alguma coisa”, pois demonstra que as ideias dominantes acerca da propriedade, notadamente do direito à propriedade privada, não são universais, ou seja, não existiram desde sempre e em todo lugar.

³⁰² Conforme já mencionado, o objeto deste trabalho é a história dos terrenos de marinha e a problematização de sua função social (“socioambiental”). Em razão disso, as questões territoriais serão analisadas apenas em relação ao espaço geográfico que hoje contém aquilo que chamamos de terrenos de marinha. Desinteressam-nos, ao menos imediatamente, os aspectos relacionados às questões dominiais e territoriais do interior.

³⁰³ A expressão “senhores do litoral” foi usada por Theodoro Sampaio (1900, p. XIV) em *Notas a Hans Staden*, como comentário à obra em que o viajante alemão descreveu suas viagens e seus cativos entre os “selvagens do Brasil”. Eis o trecho em que a qualificação foi formulada: “*Desta narrativa se depreende que os Tupinikins [Tupiniquins] eram não só senhores do litoral vizinho de S. Vicente, como de grande extensão do sertão que lhe ficava em correspondência.*”

³⁰⁴ Trata-se também de designação cunhada por Sampaio (1900, p. XIV), para se referir aos Tamoios: “Os Tabayaras [Tabajaras] ou Tuppin-Inba [Tupinambás], a que aqui se refere Staden, são os Tamoyos [Tamoios] (Tamuya) senhores da costa desde o Rio de Janeiro até próximo de Ubatuba, que por muitos anos foram pelos franceses contra os portugueses.”

definitiva, onde as verdades encontradas são sempre provisórias e sujeitas à revisão. Além do mais, repita-se aqui o registro de que os nativos americanos não desenvolveram a escrita, de modo que as evidências que sustentam hipóteses de estudo são, como regra, de natureza arqueológica (iconografia, artesanato, etc.) ou antropológica (tradições orais, etc.), que são igualmente lacunosas. A tudo se acresça o principal elemento de embaraço aos estudos neste campo, que foi a destruição ou extrema degeneração dos ambientes antes ocupados pelos nativos, em decorrência da conquista pelos portugueses iniciada após o “achamento” em 1500.

Mas a despeito de todas essas dificuldades, as noções de território e de propriedade serão analisadas do ponto de vista histórico, com a ressalva de que se pretenderá aqui evitar a reprodução de uma praxe muito observada em pesquisas sobre o tema. A propósito, é comum que os trabalhos que tratam de questões relacionadas com a “história territorial” ou a “história da propriedade” no Brasil, sejam iniciados com a análise de como essas noções eram tratadas por outras sociedades, apresentando-se, em alguns casos, conforme já assinalado e ressaltado, a trajetória “evolutiva” desses institutos, muitas vezes apenas descrevendo o percurso cronológico. De outra banda, também comum é o procedimento tendente a desconsiderar completamente as práticas concernentes à relação dos nativos de 1500 com a terra, denotando a ideia de irrelevância dessa relação para a (re)configuração da propriedade a partir de 1500, como que sugerindo ter havido direta, perfeita e linear transferência (importação) do Direito europeu sobre o tema e, mais especificamente, da disciplina jurídica lusitana.

Ainda que se cogite que as práticas nativas anteriores a 1500 pouco ou quase nada tenham contribuído para a construção das noções atuais de território e propriedade, o que se deu não pela irrelevância ou imprestabilidade, mas pela supressão intencional e forçada, qualquer análise que silencie sobre essas questões deixará de apontar a ruptura operada por ocasião da chegada de Cabral, o que consubstanciará uma lacuna analítica e, pior ainda, reforçará o impróprio argumento (enunciado) no sentido de que, de fato, houve descobrimento (e não conquista) do Brasil pelos portugueses.

Assim, para não se cometer tal impropriedade, principiaremos este tópico com a análise de como os povos do tronco Tupi-Guarani³⁰⁵, “senhores do litoral” ou “da costa”, relacionavam-se com a terra, justificando-se tal eleição em razão de terem sido eles os que primeiramente

³⁰⁵ Há diferenciações de língua e cultura que justificam a distinção entre as nações do tronco Tupi-Guarani. Esta pesquisa, no entanto, não se interessa diretamente pelas questões antropológicas, excetuando-se aquelas que possa repercutir nas questões dominiais. Para evitar, então, impropriedades na distinção de povos, aqui se cuidará do tronco mais abrangente, os Tupis-Guaranis, por serem eles, por meio de diversas nações, os “senhores do litoral”.

tiveram contato com os portugueses, no litoral do que hoje é a Bahia, em 23³⁰⁶ de abril de 1500, e que com os quais mantiveram maior (não necessariamente amistosa) interação.

Neste sentido, a primeira ponderação que se deve fazer é quanto à necessidade de afastar o estereótipo do nativo como ser destituído de discernimento mínimo e de “ínfima civilização”, usualmente tratado como “selvagem (...) entregue à natureza” (RIBEIRO, 1901, p. 21), como inicialmente presumiu Caminha (2003 [1500], p. 104), ao relatar que acreditava que não tivessem casas ou moradias que os acolhessem. Esse adjetivo “selvagem” nada tem de ingênuo, sendo empregado para o fim de assemelhar o nativo a animais bravios e descontrolados, e ao mesmo tempo para distingui-lo dos “brancos” conquistadores, promovendo a subtração, se não da condição de humanidade, ao menos da aparência de semelhante. Dessa representação que se fez (e alguns ainda fazem) dos indígenas, a qual perdurou(a) por mais de quatro séculos, resultou a crença, equivocada, de que os habitantes do Brasil, antes de 1500, viviam de modo desarranjado social e geograficamente, o que definitivamente não é verdadeiro.

Não nos interessando diretamente as questões unicamente concernentes à organização social, importa dizer que, atualmente, sobretudo em razão de pesquisas realizadas a partir da segunda metade do século XX, reconhece-se que algumas populações nativas do Brasil se articulavam de modo complexo, estabelecendo interação social intensa, pelo menos desde o ano 1.000 d.C. (FAUSTO, 2000, p. 23). Relações de troca, de aliança e de violência eram mantidas entre aldeias e nações, que se interligavam por meio de caminhos que viabilizavam a comunicação local e regional entre elas (FAUSTO, 2000, pp. 39-40).

Especificamente no litoral³⁰⁷, que é o espaço de interesse desta pesquisa, o Brasil pré-cabralino era habitado pelos tupis-guaranis³⁰⁸, população³⁰⁹ pluriétnica ocupante praticamente de toda a costa (ETCHEVARNE, 1999/2000, p. 134). Neste sentido, Fausto afirma:

³⁰⁶ O avistamento da terra se deu no dia anterior, 22 de abril de 1500, mas o desembarque e o primeiro contato somente ocorreram no dia seguinte.

³⁰⁷ Também no interior, há quem desse conta de semelhante povoamento. Nesse sentido: “Uma outra ideia falsa que muitos formam do interior é que a população selvagem do Brasil compõe-se de pequenas tribos; assim é pelo que respeita as que estão logo em seguida à população cristã. Mas no interior, isto é, além da linha ocupada pelos selvagens, que estão em contato conosco, existem poderosas nacionalidades que não despertam a nossa atenção porque é ainda imenso o sertão do interior que não é de forma alguma viajado ou conhecido. Só a bacia do Xingu é maior do que a França” (COUTO DE MAGALHÃES, 1876, p. XXX).

³⁰⁸ O domínio do megabloco tupi (tupi-guarani) no litoral é atestado por muitos outros. Nesse sentido: SOUSA, 1879 [1587], p. 280; COUTO DE MAGALHÃES, 1876, p. XXXVIII; RIBEIRO, 1901, 26.

³⁰⁹ O principal elemento que permite classificar esses grupos como “uma população” é o tronco linguístico: Tupi-Guarani. Muitas línguas foram classificadas como pertencentes a esse tronco, sendo ele a base do que os conquistadores denominaram posteriormente de “língua geral”, que reunia elementos do tupi-guarani e expressões construídas pelos portugueses, especialmente por obra dos jesuítas, a fim de fazer frente à necessidade de catequese e civilização. A essa língua geral se refere a gramática do Padre José de Anchieta (1874 [1595]), sendo ela a

Quando os portugueses aqui chegaram, encontraram esses índios dispersos

ao longo da costa com ramificações profundas pelo o interior, sempre acompanhando o vale dos rios. Eles evitavam as regiões mais áridas, assim como as altas altitudes, onde o clima é mais frio, preferindo as matas pluviais tropicais ou subtropicais. Dominavam a faixa litorânea, com exceção de alguns pontos — como o estuário do Prata, a foz do rio Paraíba, o norte do Espírito Santo, o sul da Bahia e a divisa entre o Ceará e o Maranhão, onde havia intrusões de outros povos, provavelmente macro-jê.

Embora seja problemático³¹⁰ precisar cronologicamente a disposição espacial dos nativos ao longo da costa, uma vez que a literatura produzida é bastante divergente e confusa quanto aos nomes das nações ou outras formas de aglomerações adotadas, é forçoso também reconhecer ser inadequada a cogitação de que o Brasil, notadamente o seu litoral, fosse “um território imenso e quase deserto” (PRADO JÚNIOR, 2011 [1942], p. 378). Mas talvez aparentasse um deserto, se visto por aqueles que, bem-intencionados ou não, tivessem sua subjetividade condicionada a nada ou pouco ver além do próprio modo de ser e viver. Apenas para ilustrar a impertinência daquela primeira cogitação, no sentido de que o Brasil era praticamente um deserto, façamos um breve e necessário exercício de especulação.

Hipoteticamente, consideremos dois (embora tenhamos ciência de que há outros) modelos distintos de criação de gado bovino: o confinamento e o de gado solto (ou “solto”). Imaginemos um pecuarista que tem sua estância numa região de clima ameno e regular que, salvo em anos de extraordinária escassez de chuva, tem índice pluviométrico elevado e suficiente para garantir o fornecimento de água para manutenção de todo o seu rebanho confinado. Ele é praticante do primeiro modelo (confinamento) e desenvolve sua atividade para fins de corte, destinando a ela um cocho medindo 20,00m x 50,00m, que possui baias que garantem uma área individual de 20m²/cabeça, ou seja, cada animal dispõem de 20m², o que corresponde ao dobro do que se considerado o espaço mínimo para o confinamento (GOMES *et al*, 2015, p. 135). Imaginemos, além disso, que ele, diferente de nós, desconhece a existência de outros modelos de criação (gado “solto” ou qualquer outro); e, ainda, que ele descrê que se possa desenvolver a pecuária de maneira diversa daquela praticada por ele e por todos os seus

corrente e mais falada no Brasil pelo menos até 1759, por determinação do Marques de Pombal (CORRÊA, 2014, p. 31).

³¹⁰ Muitos autores e estudiosos tomam os Tupinambás como a representação mais ampla dos povos que ocupavam o litoral do Brasil, incluindo nela todos os povos tupis da região que ia do litoral cearense ao paulista. Outros, destacam desse agrupamento maior (Tupinambá) algumas nações menores, entendendo-as diversas em razão de registros históricos de beligerância entre grupos do litoral, bem como em razão de, na relação com os estrangeiros, algumas terem se associados aos portugueses e outras aos franceses. Nesta pesquisa, que não é etnológica, preferiu-se adotar a linha teórica do agrupamento, já que o propósito de referenciar os povos nativos é apontar a impropriedade de se falar em ausência de povoamento ou claros ocupacionais no litoral.

antepassados, os quais se dedicaram igualmente a essa atividade, adotando secularmente o modelo do confinamento.

Outra razão dessa descrença, além dessa forte tradição familiar, é o fato de que por mais de 400 (quatrocentos) anos, todo o conhecimento “acumulado” sobre a criação de gado, o tal *a priori* (sempre histórico), sustenta que é desperdício de terra criar gado de outro modo, que quem pensa em fazer isso é pessoa desprovida de “ínfima civilização” e, mais que isso, é semelhante a um selvagem, que, inclusive, pode lhe causar grave mal físico, caso com ele tenha contato.

É possível cogitar, então, que ele venha a considerar “desértica” uma área em que sejam criadas apenas 7 (sete) cabeças de gado, de forma “solta”, ou seja, dispersas em uma área de 70ha (setenta hectares)³¹¹, de baixo índice pluviométrico, localizada no semiárido do Nordeste e com cobertura vegetal típica de caatinga.

É possível, ainda, que venha a considerar realmente o “infortunado” criador nordestino, de fato um “selvagem”, que deveria modificar (ou “converte-se ao”) seu sistema de criação, ou, quiçá, ser integrado como mera força de trabalho ao modelo “normal” de criação.

É possível, todavia, que nenhuma dessas hipóteses (ou especulações) viesse a se confirmar, ao menos não em sua inteireza. Mas não se pode deixar de admitir que haveria por parte do pecuarista no mínimo um estranhamento inicial, que demandaria esforço para compreender que a prática distinta da sua, que a prática do “outro”, pode ter uma razão de ser, que se desenvolve de modo diverso porque diversas são as condições históricas e geográficas; e, ainda, que os objetivos da criação, os quais existem (o tal nordestino não está “entregue à natureza”), são outros.

³¹¹ O panorama especulativo acima apresentado corresponde ao que de fato se verifica no semiárido nordestino. Na verdade, é o mínimo que lá se verifica. De acordo com a classificação de imóveis rurais, elaborada pelo INCRA em conformidade com a Lei n.º 8.269/1993, considera-se pequena propriedade o imóvel rural que possua de 1 (um) a 4 (quatro) módulos fiscais. Em relação ao município de Poço Redondo, o maior em área territorial do estado de Sergipe, o módulo fiscal, que é a unidade de referência estabelecida para fins de tributação, equivale corresponde a 70ha (setenta hectares). Conjugando-se essas referências com a taxa de lotação média para criação de gado no ecossistema de caatinga, que é de 10ha para cada cabeça de gado, tem-se que, para o menor tamanho de uma pequena propriedade rural (1ha), somente poderiam ser criados soltos 7 (sete) animais. Nessa pequena propriedade, a presunção legal é que seja ela habitada e trabalhada por apenas uma família, tanto que a Constituição lhe garante a proteção da impenhorabilidade quanto a débitos decorrentes da atividade produtiva (art. 5.º, XXVI). As classificações de imóveis rurais e índices básicos de definição dos módulos rurais podem ser encontrados, respectivamente, nos links: <http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais> e http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf.

Mas a compreensão dessas condições peculiares do semiárido nordestino, assim como das práticas dos seus habitantes, demandaria coragem, tempo, paciência, trabalho e, acima de tudo, o desinteresse por conservar ou explorar egoisticamente os arranjos estabelecidos ou, ainda, a despreensão de modificá-los em favor de seus próprios interesses.

Mas se o tal pecuarista, alguns de seus contemporâneos ou, ainda, dos seus antepassados, quisesse e pudesse simplesmente “escravizar” ou “converter” o nordestino, bem como se se achasse qualificado a fazer melhor uso da terra deste, provavelmente nem chegaria a refletir sobre as práticas deste. Trataria logo de pô-lo em seu devido lugar, assumindo, então, a posição que a ordem normal (normalizada) lhe assegura como direito. E é possível, ainda, que no futuro escrevessem livros enaltecendo esses feitos: “Era preciso povoar e organizar a produção: “*o pecuarista*” realizou estes objetivos brilhantemente.”³¹²

Pode-se dizer, num exercício analógico admissível para o caso, que o mesmo esforço de compreensão seria demandado dos conquistadores portugueses, quiçá também dos cronistas e de muitos que estudaram (a) e escreveram sobre a história pré-cabralina e colonial. Mas talvez esse esforço não pudesse ser exigido dos primeiros, pois “os contemporâneos sempre ignoraram” a possibilidade de mudança do pensamento (VEYNE, 2014, p. 50). E os outros, que escreveram posteriormente, também por ignorância ou, quiçá, por concordância ou interesse, poderiam continuar a ocultar essa possibilidade, reatualizando e sofisticando a tese do “imenso deserto” por mais de 4 (quatro) séculos.

Seria (ainda?!) preciso “sair do aquário” (ou ser tirado dele) para reconhecer que os nativos não se relacionavam com a terra e entre si do mesmo modo que aqueles que os conquistaram, analisaram e sobre eles escreveram. Forçar (talvez “forçar-se a”) um deslocamento dessa posição³¹³ demasiado enviesada de análise, quiçá ajustar o próprio procedimento analítico, mudar o discurso, “as lentes”, para o fim de considerar que os arranjos testemunhados (pelos cronistas de época) ou pesquisados (pelos estudiosos posteriores), deveriam ser examinados com atenção à positividade que os informava. Dizendo de outro

³¹² A expressão foi adaptada de trecho de *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), em que Caio Prado Júnior enaltece o pioneirismo das navegações e conquistas ultramarinas empreendidas pelos portugueses. No original, o texto é o seguinte: “Era preciso povoar e organizar a produção: Portugal realizou estes objetivos brilhantemente.” (PRADO JÚNIOR, 2011 [1942], p. 21)

³¹³ Não se pretende sugerir que quem promove uma análise, qualquer que seja ela, assume uma posição neutra ou, de outro modo, que pode se colocar no lugar do sujeito do discurso analisado. Sobre a primeira questão, como acertadamente adverte Orlandi (2015, pp 58-59), é preciso reconhecer que o analista está envolvido na interpretação, de modo que há um dispositivo de análise. O que se produz, então, é um discurso analítico, e não uma verdade objetiva. E quanto ao segundo aspecto, invocando, agora, a lição de Foucault (215 [1972], p. 133), soaria falso e indigno pretender falar pelos índios pré-cabralinos, que nenhuma linha sequer escreveram.

modo, e de modo bem sintético, deve-se observar as disposições que fizeram acontecer aqueles arranjos, levando conta o modo de fazer dos nativos que aqui já habitavam, e não os nossos ou dos conquistadores e exploradores que aqui chegaram.

Atento a isso, embora reconhecendo a impossibilidade de simplesmente aplicar às populações nativas, para fins de classificação dos arranjos sociais, as categorias analíticas dicotômicas tradicionalmente utilizadas no mundo ocidental (“civilizado”) de matriz europeia³¹⁴, como metrópole/colônia, urbano/rural, campo/cidade, selva/civilização, etc., é possível estabelecer alguns elementos de comparação, a fim de aferir a (im)pertinência da tese do deserto.

Consideremos, por exemplo, a densidade demográfica das regiões ocupadas pelos Tupis-Guaranis em 1500. Segundo estimativas apresentadas por Fausto (2000, p. 49), aludindo a pesquisas empreendidas por Denevan e Pierre Clastres, na faixa litorânea dominada pelos Tupinambás, que ia das proximidades do atual Rio Tietê até o Ceará, havia pelo menos 1.000.000 (um milhão) de nativos, o que representava uma densidade demográfica de 9hab/km². Pierre Clastres, também citado por Fausto, sugere a presença de 1,5 milhões de nativos, calculando a densidade em 4hab/km², com relação à região dos Guaranis.

Se compararmos o município de Poço Redondo (SE), já utilizado nesta pesquisa como paradigma (ver nota de rodapé n.º 377), cuja densidade demográfica é, na atualidade, de 25,06hab/km², poderemos constatar que a região dos Tupinambás era menos povoada em 1500 do que o aludido município em 2010 (ano em que foi realizado o SENS0/IBGE utilizado como referência³¹⁵), mas que não havia uma diferença colossal ao ponto de se poder classificar os territórios tupinambás como “desertos”. O argumento se robustece quando a comparação é feita com o município sergipano de menor densidade demográfica na atualidade, qual seja, Gararu (SE)³¹⁶, que possui 17,41hab/km², menos que o dobro da região antes ocupada pelos Tupinambás.

Mas é essencial, no entanto, comparar as densidades demográficas da região “desértica” “descoberta” e com a do território do Estado “descobridor”. Para tanto, consideremos os dados constantes na tabela seguinte:

³¹⁴ A termo “civilizado” (de civilização) foi empregado aqui por ser o que melhor representa a ideia aqui invocada, e não para sugerir que o processo civilizatório ocidental europeu seja melhor que o do nativo americano. Eis o porquê do emprego das aspas.

³¹⁵ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/poco-redondo/panorama>.

³¹⁶ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/gararu/panorama>.

Quadro 01 - Densidade populacional em Portugal (por comarca)

COMARCA	DENSIDADE MÍNIMA		DENSIDADE MÁXIMA	
	1527	1700	1527	1700
Entre Douro Minho	29,2	69,6	34,9	83,2
Trás os Montes	11,9	17,9	14,3	21,4
Beira	17	30,3	20,4	36,3
Estremadura	12,7	25,7	15,1	30,7
Entre Tejo Odiana	6,2	13,2	7,4	15,8
Algarve	7,7	12,5	9,1	14,9
Total	12,2	24,1	14,6	28,8

Fonte: livro *História da População Portuguesa: das longas permanências à conquista da modernidade* (2008), organizado por Tereza Ferreira Rodrigues³¹⁷

Se compararmos a média da densidade demográfica do território de Portugal em 1527, com os dados mais conservadores referentes à população tupinambá existente no litoral do que era o “Brasil” em 1500, concluiremos, forçosamente, ser impróprio falar em “achamento” ou qualificar o território de aqui como “quase desértico”. A impropriedade se torna ainda mais manifesta a partir da comparação com Algarve, que ostentava a condição de Reino Unido a Portugal desde 1249 e que apresentava índices de povoamento inferiores que o dos povos Tupinambás. E mais vigoroso o argumento se torna ao nos atentarmos para o fato de que estes povos adotavam um modo de vida que se valia sobretudo do extrativismo e da reduzida agricultura de autossustentação, o que autoriza concluir que cada nativo tupinambá projetava suas atividades por um espaço de vivência que alcançava um território superior ao que, nos dias atuais, recebe influência direta e individual de habitantes de áreas urbanas.

Mais um elemento comparativo reforça a impropriedade de considerar a existência de claros ocupacionais no litoral. Os dados oficiais da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)³¹⁸,

³¹⁷ Professora e pesquisadora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

³¹⁸ Os dados podem consultados por meio do link: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>.

referenciando pesquisas de PAGLIARO *et al*³¹⁹, estimam que a população indígena no Brasil em 1500 era de aproximadamente 3.000.000 (três milhões), sendo que destes, 2.000.000 (dois milhões) habitavam o litoral e 1.000.000 (um milhão), o interior. Após apenas 70 (setenta) anos de colonização, a população de indígenas no litoral despencou para 200.000 (duzentos mil), permanecendo³²⁰ a do interior na ordem de 1.000.000 (um milhão). Se considerarmos o fato de que, ao final do primeiro século de colonização, a população brasileira, excluindo os índios “não domesticados”, era de apenas 100.000 (cem mil) habitantes (SODRÉ, 1963 [1944], p. 136), forçoso reconhecer o efeito negativo do processo “civilizatório”, ao menos no que se refere à densidade demográfica, que corresponde a essência do ato de povoar.

E, por fim, consideremos, por ser ainda mais revelador, o início do século XIX, quando decorridos mais de 300 (trezentos) anos de colonização. Em 1825, havia no Brasil aproximadamente 360.000 (trezentos e sessenta mil) indígenas, sendo que, destes, apenas 60.000 (sessenta mil) habitavam o litoral, segundo os mesmos dados da FUNAI. Por volta do ano 1800, quando já decorridos 300 (trezentos) anos da colonização, a população total do Brasil era de aproximadamente 3.300.000 (três milhões e trezentos mil)³²¹ (SODRÉ, 1963 [1944], p. 136). O que se vê, então, é que a chegada dos portugueses, em lugar de incrementar, praticamente estancou o número de habitantes do país, admitindo-se ter havido apenas, e com muita boa vontade, uma permutação de nativos por estrangeiros (europeus e africanos) e mestiços.

Mas bem que se poderia cogitar o inverso, ou seja, que possivelmente o Brasil em 1800 tivesse uma população maior do que a que efetivamente veio a possuir, caso não tivesse sido “achado” pelos portugueses em 1500, uma vez que é ínfima uma taxa de crescimento populacional de aproximadamente 10% (dez por cento) para um período (longo) de 325 (trezentos e vinte e cinco) anos. Para se ter um elemento de comparação, a população de Portugal, no período de 1500 a 1821, aumentou de 1.000.000 (um milhão) para 3.026.450 (três milhões, vinte e seis mil, quatrocentos e cinquenta) de habitantes (RODRUGUES, 2008, p.

³¹⁹ A pesquisa integral, denominada *Demografia do povos indígenas do Brasil*, pode ser obtido por meio do link <https://static.scielo.org/scielobooks/qdgt/pdf/pagliaro-8575410563.pdf>.

³²⁰ Não se cogite pensar que a chegada dos portugueses não produziu reflexo negativo para a população do interior. Na verdade, boa parte da população nativa do litoral migrou para o interior, fugindo do apresamento e da ação “civilizadora” e “catequética” portuguesa.

³²¹ Esse número é controvertido, conforme registro feito por Silva (1864, pp. 205-206), que dá conta de que os historiadores variavam as estimativas entre 3.300.000 (três milhões e trezentos mil) e 2.800.000 (dois milhões e oitocentos mil) habitantes. Caio Prado Júnior (2010 [1942], p. 34), referenciando Veloso de Oliveira, cita um recenseamento realizado entre 1798/1799, que apontava como população aproximada do Brasil 3.000.000 (três milhões) de pessoas, excluindo o que ele chamou de “índios não domesticados”. Malheiro (1867, p. 13), por sua vez, quantifica a população geral do Brasil em 3.250.000 (três milhões e duzentos e cinquenta mil).

519), representando um acréscimo superior a 200% (duzentos por cento), ou seja, mais de 20 (vinte) vezes maior que o “crescimento” populacional da sua colônia americana.

Sobre a ação dos portugueses no tocante ao povoamento do litoral, talvez a mais sincera e coerente afirmação tenha sido a de Gandavo (2008 [1570], p. 65), que por essas qualidades merece ser transcrita:

Havia muitos destes índios pela costa junto das capitanias, tudo enfim estava cheio deles quando começaram os portugueses a povoar a terra; mas porque os mesmos índios se levantaram contra eles e faziam-lhes muitas traições, os governadores e capitães da terra destruíram-nos pouco a pouco e mataram muitos deles, outros fugiram pera o sertão, e assim ficou a costa despovoada de gentio ao longo das capitanias. Junto delas ficaram alguns índios destes nas aldeias que são de paz, e amigos dos portugueses.

É certo, portanto, que não havia deserto algum no litoral do Brasil em 1500, de modo que a sugestão de Caio Prado Júnior somente se justificaria se aceitássemos que os nativos fossem selvagens ou, pior ainda, que fossem coisas e que, por essa razão, sua presença territorialmente difusa não pudesse ser considerada “humana” ou suficiente para autorizar se falar em povoamento (de “povo”, de gente “de verdade”)³²²⁻³²³. Essa tese infundada, mas discursivamente estruturada, funcionou desde 1500 para justificar a conquista e a colonização pelos portugueses, bem como para abrandar as objeções aos seus efeitos.

Infelizmente, tal tese e seus efeitos conformadores funcionaram como dominantes durante praticamente os 500 (quinhentos) anos que se sucederam desde a chegada dos portugueses em 1500, daí a pertinência da assertiva do professor, por ironia lusitano, Boaventura de Sousa Santos (2009, p. 7), ao afirmar que o colonialismo, para além de todos os mecanismos de dominação, é também uma dominação epistemológica, que tende à supressão das formas de saber próprias dos povos colonizados.

Mais uma vez, a questão não era somente de escala, de quantidade, mas de positividade, de discurso ou, como diz Veyne (2014, p. 50), das lentes através das quais os homens, em cada

³²² Como pensamos que a consideração desse saudoso Caio Prado Júnior tinha pelo indígena é mais ponderada e humana que a do autor de *Casa-grande e senzala*, cremos que não ser esse o pensamento do primeiro, de modo que reputamos sua afirmação, na verdade, não a uma desconsideração em relação ao habitante nativo do Brasil, mas a uma perspectiva de análise enviesada pelas contingências e referências, possivelmente resultantes da tendência de dicotomizar historicamente os arranjos sociais bem típica de sua época (urbano/rural, campo/cidade, selva/civilização). Desse modo, poder-se-ia sustentar haver um viés no próprio paradigma ou procedimento de análise e, somente como consequência disso, também na perspectiva do analista.

³²³ Talvez o temperamento da crítica ao Professor Caio Prado Júnior, o que não se fez em relação a Gilberto Freyre, tenha se dado pela adesão a muitas de suas ideias no campo político. É possível que tenha sido essa a razão, o que deve ser motivo da confissão, mas não de retratação.

época, percebem todas as coisas, pensam e agem. De “fora do aquário”, mudado o discurso, ajustado o procedimento analítico, a perspectiva ou os interesses do analista, imperiosas são tanto a rejeição da ideia de haver claros de ocupação ou áreas “desérticas” no litoral do Brasil, como a adesão às conclusões mencionadas no tópico anterior, no sentido de que essa região era dominada e efetivamente povoada pelos Tupis-Guaranis, os “senhores do litoral” até 1500.

Rejeitado esse mito do “deserto”, mais um da historiografia oficial do Brasil, é necessário conhecer os elementos que caracterizam a relação dos nativos com a terra, ou seja, suas práticas, seu modo de fazer e representar a ideia de domínio. E a propósito, a primeira questão que se coloca é quanto à existência da ideia de propriedade, seja ela coletiva ou individual. Haveria entre nativos de 1500 algum “instituto” semelhante àquela noção?

Essa talvez seja a indagação mais formulada e respondida quando se examina a relação dos índios (antes de Cabral) com a terra. Para nos debruçarmos sobre ela, consideremos, inicialmente, os elementos que caracterizam esse instituto na atualidade. A propriedade é hoje um direito, o que significa dizer que a sua existência se constitui a partir de um fundamento jurídico. Na prática, isso implica que a propriedade, para ser reconhecida em sua condição (para alguns, “natureza”) atual (de direito), deve ser firmada na certificação de que sua aquisição se verificou em conformidade com uma ordem estabelecida precedentemente pelo Estado. É em razão desse fundamento que se defere ao proprietário, como consequência do seu direito, a possibilidade de gozar e desfrutar da coisa, de obstar eventual turbção e de reivindicá-la, na hipótese de ter sido injustamente esbulhada, podendo, inclusive, protestar pela proteção estatal.

Dentre os povos pré-cabralinos, no entanto, não se cogitava a presença de quase todos esses elementos.

A propósito, atento inicialmente ao relato do cronista do “achamento”, já encontramos fortes indícios que apontam para uma resposta negativa à questão antes formulada. Caminha (2003 [1500], p. 106), em sua carta, registrou que as aldeias³²⁴ se constituam como estruturas de uso coletivo, sendo “casas” habitadas por 30 (trinta) ou 40 (quarenta) indivíduos³²⁵. Reconhecia-se alguns destes, no entanto, posições de distinção dentro das habitações³²⁶, sendo

³²⁴ A consanguinidade era o vínculo existente entre os indivíduos de uma mesma aldeia, alcançando, em certos casos, aldeias distintas. Estas firmavam também laços de aliança, relacionando-se para fins de expedições de guerra e defesa do território (FAUSTO, 2000, p. 53).

³²⁵ Semelhantes testemunhos foram dados por Hans Staden (1900 [1567], p. 125), Gandavo (2008 [1570], p. 66) e Salvador (1908 [1627] 54).

³²⁶ Acerca do espaço na habitação destinado ao “chefe” da aldeia, Hans Staden (1900 [1567] p. 125) apenas menciona que “O chefe tem o seu aposento no centro da cabana.” Fora isso, nada mais é indicado autorizando presumir separação ou privilégio.

essas decorrentes da diferenciação no âmbito da organização social, normalmente relacionada a algum fazer (função) específico (STADEN, 1900 [1567], pp. 52-53). Também se verificavam separações relativas ao propósito de edificações, como, por exemplo, defesa³²⁷ e cerimônias religiosas³²⁸. Nada obstante, não havia quem personificasse o “direito”³²⁹ sobre as possessões ocupadas, nem desfrutasse de privilégios hereditários³³⁰ sobre estas, em detrimento dos demais coabitantes (CUNHA, 1990, p. 96). A ideia geral³³¹ era a ausência de separação, que se tornava evidente sobretudo pelo compartilhamento do proveito do esforço individual (STADEN, 1900 [1567], p. 140). Destarte, à questão formulada se poderia responder, de modo objetivo e documentalmente fundamentado, afirmando que, até a chegada dos portugueses, inexistia³³² algo semelhante ao que hoje classificamos como propriedade privada, fosse ela individual ou coletiva³³³.

Nada obstante, essa afirmação é excessivamente panorâmica e diz muito pouco ao que interessa a essa pesquisa, que se ocupará, ao final, com a problematização da função socioambiental dos terrenos de marinha. É necessário, então, complexificar a análise e buscar ponderar, a partir das práticas, dos aspectos mais elementares, o que a terra representava para os nativos, não somente como indivíduos, mas também como população.

³²⁷ Hans Staden (1900 [1567], p. 50) cita, por exemplo, a estrutura de nome *Yvara*, uma edificação diante das habitações, construída de madeiras “grossas e cumpridas”, cercada por um “jardim”, que é usada como fortificação contra os inimigos.

³²⁸ Hans Staden menciona uma cabana destinada à guarda de “ídolos”, imagens supostamente de caráter religioso que ele mencionou serem chamadas de “Tammerka”.

³²⁹ As aspas querem ressaltar que o conceito de “direito” era estranho aos nativos. Trata-se de confessado anacronismo, utilizado aqui para transmitir a noção de possibilidade, ligada mais a aspectos de tradição e força, ou seja, mais um estado de fato visível que um “direito” (convenção) propriamente.

³³⁰ Dentre os Tupinambás, nesta mesma linha da ausência de privilégios hereditários, “O status era conquistado, e não atribuído”, inexistindo regra mecânica de sucessão dos chefes de cada aldeia ou maloca, o que se definia principalmente em decorrência de arranjos matrimoniais e virtudes pessoais, embora maiores fossem as chances dos filhos dos antigos chefes (FAUSTO, 2000, p. 54).

³³¹ O “geral” aqui é importante, para que não se cogite deduzir deste trabalho o argumento de que as centenas de povos do tronco Tupi-Guarani se arranjassem socialmente de forma monolítica. Definitivamente, não é o que sustentamos ou sugerimos.

³³² Essa questão, todavia, não é livre de controvérsia. Hans Staden, em mais de uma oportunidade, relata a existência de alguma forma de domínio em relação aos espaços de cultivo. Oportuna a transcrição, para que se evite qualquer confusão: “Cada uma tinha o seu aposento na cabana, seu próprio fogo e sua própria plantação de raízes;” (...) “Cada um homem e mulher têm sua plantação de raízes, das quais se alimentam” (STADEN, 1900 [1567], pp. 140/141). É possível, todavia, que Staden tenha compreendido equivocadamente essa separação de plantações, que se verificasse, na verdade, uma mera divisão orgânica da força de trabalho (como sugere Sodré), ou mesmo o emprego do pronome possessivo tenha se dado por impropriedade na tradução. Essas cogitações, no entanto, não dispensam a necessidade de se registrar a controvérsia.

³³³ Atente-se que a consideração quanto à ausência de propriedade coletiva não é contrária à noção de haver domínio sobre um território. A propriedade coletiva se restringe a um grupo de indivíduos, mas que não coincide com a totalidade dos integrantes de uma aldeia, conjunto de aldeias ou megabloco populacional (nação). Neste último caso, tratamos de território, e não de propriedade coletiva. Somente se poderia cogitar de propriedade coletiva se adotada a noção de “território patrimônio”, elaborada por Paulo Bonavides. Todavia, cremos ser forçada essa sofisticação da noção de território.

Pensemos, então, numa noção que não é apenas diversa, mas também mais ampla que a ideia de propriedade: o território. Nesse sentido, urge estabelecer como norte a compreensão que será adotada em relação a esse instituto. Mais uma vez invoquemos a lição de Dallari (2013, p. 93), para o fim de considerarmos território, hoje, como o “espaço ao qual se circunscreve a validade da ordem jurídica estatal”. Nas comunidades que ocupavam o litoral brasileiro em 1500, não havia elementos de organização social complexos a ponto de se poder lhes conferir o título de organização política estatal. Especificamente em relação aos povos Tupinambás, as estruturas de poder no âmbito dos aglomerados populacionais eram extremamente fragmentadas, havendo um chefe para cada aldeia e, em alguns casos, um para cada maloca (FAUSTO, 2000, p. 53).

Mas a despeito da ausência de complexidade vertical (FAUSTO, 2000, p. 53),

Várias aldeias ligadas por laços de consanguinidade e aliança, mantinham relações pacíficas entre si, participando de rituais comuns, reunindo-se para expedições guerreiras de grande porte, auxiliando-se na defesa do território. As aldeias aliadas formavam núcleos de interação mais densa, nexos políticos, no interior desses conjuntos maiores como Tupiniquim, Tupinambá, Temomino e assim por diante.

No interior das aldeias, e mesmo no âmbito desses núcleos de interação regional, se não se deve considerar como havendo leis tais como as concebemos na atualidade, existiam e eram visíveis tradições e outros aspectos culturais, como a língua, por exemplo, que se impunham como uma ordem social³³⁴ cogente aos integrantes de um mesmo aglomerado populacional. Destarte, a despeito de essa relação de dominância não se encontrar formal e sistematicamente estabelecida, é certo que ela alcançava um território determinado ou determinável³³⁵, de modo que é admissível, como fizeram Salvador (1889 [1627], p. 56), Fausto (2000, pp. 30/53) e Corrêa (2014, p. 105), dentre outros, falar em “fronteiras”³³⁶ entre as aldeias e comunidades situadas ao longo do litoral.

³³⁴ Sobre esse aspecto, Caldeira (2017, pp. 23-24) afirma: “Nenhum dos grupos conhecia a escrita – o que está longe de significar a inexistência de leis. Assim como dominavam a fala e a linguagem, todos os grupos viviam segundo regras de comportamento precisas, embora não escrita. Para eles, as leis se mostravam nos costumes, nos comportamentos prescritos e seguidos por todos.”

³³⁵ O Frei Vicente de Salvador (1889 [1627], p. 65) se impressionou com a capacidade de os nativos identificarem as “fronteiras” do seu território, conforme se extrai do seguinte relato: “Tanto que saem fora de seus limites e entram pela terra dos contrários, levam suas espias adiante, que são mancebos mui ligeiros, e há alguns de tão bom faro que a meia légua cheiram o fogo, ainda que não apareça o fumo.”

³³⁶ A rigor, fronteira corresponde, na atualidade, à designação dos limites territoriais existentes entre Estados soberanos (DALLARI, 2013, pp. 96-97). O mais apropriado, talvez, fosse falar em limites territoriais, daí o emprego das aspas para estabelecer uma ressalva à expressão. Mas a opção pelo seu uso foi motivada pela necessidade de ressaltar a exclusão de poder externo em relação aos espaços interiores às “fronteiras” das

Dissociando-se, então, a sofisticada ideia de “soberania estatal”, seria cabível chamar de territórios as áreas ocupadas comunidades pré-cabralinas, considerando-os como os espaços fisicamente determinados ou determináveis em relação aos quais elas projetavam o seu domínio, com predominância cultural e pretensão de exclusividade no uso e gozo dos recursos naturais de subsistência.

E aqui identificamos mais dois elementos característicos da relação dominial dos nativos com a terra: a aparência ostensiva e a exclusividade. A propósito deles, vejamos o que se sucedeu em relação à ocupação do litoral nordestino pelos Tupis-Guaranis. Quando estes migraram para aquela região, ela já era ocupada pelos Tapuias, os quais foram expulsos³³⁷ mediante o emprego da força e tiveram que migrar para o interior do Brasil (ETCHEVARNE, 1999/2000, pp. 124/129). A despeito da resistência empreendida, os Tapuias sabiam³³⁸ exatamente o que lhes sucedeu: pela ação violenta dos seus adversários, eram feitos “outros”, postos para fora, excluídos dos territórios que até então ocupavam. Tais acontecimentos foram ostensivos. Tudo foi visto, percebido e sentido sem qualquer ambiguidade ou pretensão de ocultamento, ainda que de forma diferida.

E quanto à motivação, por que os nativos empreendiam a conquista de novos territórios? Fausto (1992, p. 385) afirma haver registros de que alguns movimentos migratórios dos Tupinambás teriam ocorrido por motivações de caráter metafísico. Nesse sentido, haveria entre os índios daquele bloco uma crença quanto à existência de um “paraíso terreal”, o qual poderia ser alcançado ainda em vida. Ele dá conta de iniciativas protagonizadas por pajés (xamãs) que teriam levado algumas populações a abandonar seus territórios em busca do tal paraíso, onde criam poder achar “imortalidade e descanso perpétuo”.

Afora isso, sem nos atermos às teorias sobre as rotas de migração, os povos que habitavam o litoral do Brasil em 1500 chegaram movidos, ao menos inicialmente, pela necessidade de dominar novos locais para povoamento, sendo originados remotamente a partir

comunidades. As aldeias ou conjuntos de aldeias não eram “Estados soberanos”, mas, até 1500, não havia “ordem superior” à estabelecida no interior delas, tal como se verifica com os Estados (que têm fronteiras, e não limites) na atualidade.

³³⁷ Essa expulsão é atribuída a grupos Tupis conhecidos por Tupinaês (SOUSA, 1879 [1587], p. 278; ETCHEVARNE, 1999/2000, p. 124).

³³⁸ Não se quer sustentar que os índios do “Brasil de 1500” não pudessem eventualmente usar da dissimulação como artifício para conquista, notadamente para o fim de promover escaramuças. Aliás, Staden dá conta de ser procedimento típico dos Tupinambás promover o reconhecimento noturno dos locais que serão alvos de investidas, para o fim de realizarem o ataque pela madrugada. Mas o uso da simulação para a conquista era apenas o encobrimento inicial da emboscada. O intento de conquista e dominação era sempre, embora de modo diferido, revelado ao povo a ser conquistado. O que se quis, por conseguinte, foi pontuar a ruptura quanto ao modo agir: da ostensividade dos índios, para a ambiguidade dos conquistadores portugueses.

do processo de andamento de um tronco comum aos povos andinos. Teria sido a pressão decorrente do crescimento populacional, que por sua vez deu causa à escassez ou à diminuição dos recursos naturais para a subsistência, que conduziu os ancestrais dos Tupis-Guaranis ao litoral do Brasil, assim como eles próprios a se deslocarem por essa região, no sentido nortesul. Havia, portanto, uma relação direta e imediata entre as migrações e a capacidade de uma localidade propiciar os recursos necessário à subsistência de um agrupamento, conforme relato de Staden (1900 [1567], p. 124):

Gostam muito de colocar as suas cabanas onde a água e a lenha não fiquem longe. O mesmo quanto à caça e ao peixe, e quando tem devastado um lugar mudam as moradas para outra parte. Quando querem construir as suas habitações, um dos chefes dentre eles reúne uns 40 homens e mulheres, quantos pode encontrar, geralmente amigos e parentes.

Teleologicamente, então, o território era utilizado sobretudo para vivência e provisão do sustento.

É nessa constatação (ou consideração, para ser mais exato) que reside a causa de se reputar inadequada a definição conferida por Sodré à terra dos habitantes do Brasil em 1500. A propósito, Sodré (1963 [1944], pp. 4-5), ao se referir às comunidades primitivas do Brasil, faz alusão à “propriedade comum dos meios de produção”. Não se poderia dizer que estivesse incorreto, muito menos desacompanhado em sua conclusão³³⁹, se considerarmos que ele desejava apenas representar a ideia de inexistência de propriedade privada. Mas deixada de lado essa questão já examinada (e respondida negativamente, com explicações e ressalvas),

³³⁹ Nesse sentido, referencie mais uma vez o testemunho de Hans Staden (1900 [1567], p. 141): “Não há divisão de bens entre eles”.

compreendemos não ser apropriado³⁴⁰ se referir aos territórios dominados por aquelas comunidades como sendo “meios de produção”³⁴¹⁻³⁴².

Sobre essa questão, embora na teoria marxista³⁴³ a terra seja assim considerada, especificamente como objeto de trabalho (MARX, 2013 [1867], p. 256), essa classificação não pode ser universalizada³⁴⁴ e transportada indiscriminadamente para todos os modos de produção ou de vida, notadamente em se tratando de sociedades que desenvolveram uma “economia”³⁴⁵ natural³⁴⁶, ainda que contendo alguns traços de “economia” de subsistência³⁴⁷, como era o caso das comunidades nativas em (até) 1500.

³⁴⁰ A crítica quanto à utilização de (outros) conceitos por Sodré foi registrada também por Ribeiro e Parada (2018, pp. 349), para imputar àquele um excesso de rigor conceitual, conforme se extrai do trecho do escrito que a seguir transcrevo: “A partir da década de 1970, a obra de Sodré foi alvo de muitas críticas por parte de historiadores profissionais, que o acusavam de utilizar com excessiva rigidez alguns conceitos que permearam a sua obra, como classe social, imperialismo, revolução democrática.” Essa questão tem a ver (não exclusivamente) com a objeção que Sodré dirigiu a Caio Prado Júnior, ao afirmar que este, quando sustentou a tese de que a colonização do Brasil se deu por meio de um sistema de “capitalismo colonial”, teria se despreocupado em “caracterizar o sistema da colonização como modo de produção” (SODRÉ, 1963 [1944], pp. 81/102). Interessante notar, então, que o próprio Sodré, ao fazer uso do conceito de “modo de produção”, tenha se afastado do mesmo rigor com que julgou o autor de *Formação do Brasil Contemporâneo*. É de se dar razão ao provérbio proclamado pelo falecido Desembargador potiguar Nabor Maia, que afirmava recorrentemente o seguinte: “quem disse cuida, disso usa”. Não obstante isso, mais uma vez se faz oportuno referenciar Ribeiro e Parada (2018, pp. 349), que atestam a importância da obra histórica de Sodré, juízo ao qual manifestamos adesão: “Do ponto de vista historiográfico a obra de Sodré tem que ser observada com uma interpretação sobre a história nacional. Sua contribuição, contestada e revisada por muitos historiadores mais rigorosos no uso de conceitos, no entanto, não pode impedir que vejamos na *Formação histórica do Brasil* um clássico ensaio que propôs perspectivas de análise para pensarmos o país.”

³⁴¹ No *Novíssimo Dicionário de Economia*, Sandroni (1999, p. 378) apresente a seguinte definição para “meios de produção”: “Conjunto formado pelos meios de trabalho e pelo objeto de trabalho. Os meios de trabalho incluem os instrumentos de produção (ferramentas, máquinas), as instalações (edifícios, silos, armazéns), as diversas formas de energia e combustível e os meios de transporte. O objeto de trabalho é o elemento sobre o qual ocorre o trabalho humano: a terra e as matérias-primas, as jazidas minerais e outros recursos naturais. O termo foi elaborado por Marx, tornando-se de uso corrente em economia.”

³⁴² Justiça seja feita a Sodré, pois ele ressalva que “a propriedade em comum dos meios de produção carece, no caso, do sentido, que alguns lhe atribuem, de forma socialista de produção.” Isso, no entanto, não o isenta por completo, pois a impropriedade não consiste apenas em sustentar um sentido específico dessa noção (“meios de produção”), mas de cogitar o seu uso para análise das comunidades nativas. Os pressupostos teóricos (já mencionados) para se falar em “meios de produção” inexistiam naquelas comunidades.

³⁴³ Sodré foi um “intelectual Marxista”, apesar de militar de carreira que galgou o posto de General de Brigada do Exército, quando incorporado à reserva daquela instituição. Manteve estreitos laços com intelectuais comunistas e optou pelo “paradigma marxista” e pelo “modelo de história calcada nos ‘modos de produção’”, a fim de elaborar sua extensa obra sobre diversos temas históricos (RIBEIRO, PARADA, 2018, pp. 347-353).

³⁴⁴ Como bem adverte Foucault (2014 [1969], p. 54), “não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época”, pois devem ser observadas as condições históricas em que se elabora um enunciado.

³⁴⁵ O uso de aspas pretende ressaltar que a noção de economia é posterior e, por isso mesmo, exterior às práticas nativas. Praticavam por experiência e costume, não por ciência ou por uma racionalidade sistemática.

³⁴⁶ Invoquemos novamente Sandroni (1999, p. 191), que define economia natural nos seguintes termos: “Forma de organização econômica em que os bens produzidos se destinam à satisfação das necessidades dos próprios produtores, raramente havendo um excedente. Representa, portanto, uma economia de autossuficiência, ao contrário da economia de subsistência, que tem algum caráter mercantil. A economia natural foi característica dos sistemas econômicos pré-capitalistas, como as comunidades tribais, o escravismo patriarcal e o feudalismo. Só nos casos de comunidades completamente isoladas, contudo, é que a economia natural chega a ser caracterizada.”

³⁴⁷ “ECONOMIA DE SUBSISTÊNCIA. Produção agrícola de bens de consumo imediato e para o mercado local. Ao contrário do que a designação possa sugerir, ela tem algum caráter mercantil, diferenciando-se por isso da

A noção de “meios de produção” pressupõe a acumulação (ainda que primitiva), bem como a separação do trabalhador em relação à propriedade das condições de trabalho (MARX, 2013 [1867], p. 786). Nenhuma dessas práticas, contudo, verificava-se entre os povos pré-cabralinos. Os índios, em 1500, não acumulavam³⁴⁸⁻³⁴⁹, ao menos não individualmente ou com o propósito elementar de viabilizar mais acumulação. Esse “não fazer” (não acumular), na verdade, era consequência de um “modo de fazer”, ou seja, da prática de coletarem, caçarem, pescarem e cultivarem³⁵⁰ apenas para a subsistência. A medida daqueles esforços, ou seja, do trabalho realizado pelos indígenas, era determinada pela necessidade de sustento dos integrantes das aldeias, que compartilhavam equitativamente o proveito de suas atividades, a despeito de estas serem realizadas individualmente, observando-se uma divisão de tarefas organicamente estabelecida. Não havia, como consequência, “produção excedente”, sobretudo para fins de trocas³⁵¹ de caráter mercantil³⁵², de maneira que o coletado ou lavrado em determinada localidade era consumido ali mesmo.

agricultura de autossubsistência ou economia natural, cuja produção é destinada à subsistência do produtor, praticamente não existindo um excedente” (SANDRONI, 1999, p. 190).

³⁴⁸ Causava estranheza o fato de inexistirem “caixas e fechaduras” para a armazenagem do que lavravam ou coletavam (SALVADOR, 1889 [1627], p. 56).

³⁴⁹ Se quiséssemos incorrer no mesmo anacronismo de Sodré, poderíamos dizer que a produção das aldeias se voltava para o “mercado interno”, sendo consumida pelos seus “produtores diretos”, praticamente sem “excedente” que pudesse ser destinada à prática “mercantil” com outras comunidades.

³⁵⁰ Mais um engano de Caminha, ao supor que os índios nada cultivavam. Hans Staden (1900 [1567], p. 141) o contradisse atestando o contrário: “Cada um homem e mulher tem sua plantação de raízes, das quais se alimentam.” Os Tupis-Guaranis do litoral praticavam a agricultura de coivara para fins de subsistência, sendo a mandioca a cultura de base da região dominada pelos Tupinambás, e o milho, a do litoral meridional (FAUSTO, 2000, p. 49).

³⁵¹ Sobre a realização de trocas entre os povos Tupinambás, Fausto (2000, pp. 54-55) registra: “Não há evidências de que as aldeias tupinambás fizessem parte de extensas redes de troca, como ocorria na Amazônia setentrional; apesar da riqueza de informações históricas, há apenas algumas referências sobre um escambo silencioso com povos do sertão, envolvendo as famosas pedras verdes (para confecção de *tembetás*) e penas (para confecção de adornos).”

³⁵² Também essa falta de “cobiça” era motivo de estranhamento (GANDAVO, 2008 [1570], p. 137; CUNHA, 1990, p. 96).

Além disso, os nativos, até 1500, não eram “trabalhadores”^{353_354}, ao menos não nos exatos termos da teoria marxista, na medida em que não tinham sua força de trabalho apropriada por terceiros, como se mercadoria fosse. Eles eram “apenas” viventes e, o que é mais importante para firmar a distinção em relação àquela teoria, eram os próprios usufrutuários coletivos de tudo o que se “produzia” nas comunidades primitivas.

Tudo isso chancela a conclusão de ser impróprio se referir aos territórios dos habitantes do Brasil em 1500 como “meios de produção”³⁵⁵.

Mas se os termos usados por Sodré são inadequados, o mesmo não pode ser dito da ideia e algumas considerações, de modo que não se pode considerar desarrazoada a conclusão de que os nativos do litoral (e do Brasil de um modo geral) se relacionavam com a terra, assim como os elementos naturais, de maneira muito mais harmônica³⁵⁶ que os conquistadores portugueses, o que se revelou pela manutenção de um estado de aparente “deserto”, tal como o que foi “achado” em 1500. Esse estado se deveu sobretudo à prática de apenas coletar e produzir para consumir, e não para acumular.

A despeito de motivações que possam ser atribuídas a esse modo de fazer (de viver), talvez romantizado³⁵⁷ em excesso a ponto de pretender uma idealização heterônoma dos

³⁵³ Sobre a reificação da força de trabalho e, ainda, do próprio trabalhador, Marx (2013 [1867], p. 706) afirma no primeiro volume de *O Capital*: “Por outro lado, o conceito de trabalho produtivo se estreita. A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de mais-valor. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor.” Em *A situação da classe operária na Inglaterra*, Engels (2010 [1842], p. 118) foi mais assertivo ao denunciar essa reificação do trabalhador (proletário): “O proletariado é desprovido de tudo – entregue a si mesmo, não sobreviveria um único dia, porque a burguesia se arrogou o monopólio de todos os meios de subsistência, no sentido mais amplo da expressão. Aquilo de que o proletariado necessita, só pode obtê-lo dessa burguesia, cujo monopólio é protegido pela força do Estado. Eis por que o proletariado, de direito e de fato, é escravo da burguesia, que dispõe sobre ele de um poder de vida e de morte. Ela lhe oferece os meios de subsistência, mas em troca de um “equivalente” – seu trabalho; e chega ao ponto de lhe dar a aparência de agir segundo sua própria vontade, de estabelecer livremente com ela um contrato, sem constrangimentos, como se o proletariado fosse o autor de seu próprio destino.”

³⁵⁴ E mesmo em relação ao pensamento de Adam Smith (2016 [1776], p. 15), não haveria como considerar os indígenas, até 1500, como trabalhadores, pois para aquele é noção elementar à condição de trabalhador a alienação da força de trabalho.

³⁵⁵ Melhor seria, se quisesse Sodré ser fiel à teoria marxista e não “forçar” a utilização do conceito de “meio de produção”, considerar a terra habitada pelos nativos como “uma fonte originária de provisões, de meios de subsistência prontos, preexistente, independentemente de sua [do homem] interferência, como objeto universal do trabalho humano” (MARX, 2013 [1867], p. 328).

³⁵⁶ Por razões de manifesto anacronismo, seria impróprio se falar em relação “sustentável” dos índios de 1500 com a terra ou, ainda, em uma relação equilibrada tomando-se como referência a noção de “pegada ecológica”.

³⁵⁷ Refiro-me à literatura indianista do século XIX, “inaugurada” pela *A confederação dos Tamoios* (1856) e que tem em *O Guarani* (1857) sua obra de maior reconhecimento.

indígenas, por vezes sugerindo a consideração de uma relação maternal³⁵⁸ do ambiente para com estes, o fato é que os indígenas ocuparam o litoral do Brasil durante milênios³⁵⁹, mas foram “incapazes” deixar essa região destruída e despovoada, como “conseguiram” os conquistadores portugueses (e de outras nacionalidades, especialmente franceses) em menos de 100 (cem) anos de colonização, conforme registro lamentoso feito pelo Frei Vicente de Salvador (1908 [1627], pp. 15-16).

Essa relação de harmonia, no entanto, mudou em 22 de abril de 1500, quando os novos “senhores” tomaram posse do Brasil e, no dia seguinte, desembarcaram no litoral do que hoje é a Bahia.

Eis aí, então, a data que se poderia considerar como oficial da ruptura, aquela que marca o início da transição da ausência da propriedade para a propriedade como direito.

5. Os novos “senhores” do litoral.

O dispositivo de conquista lusitano era muito mais sofisticado e diversificado materialmente que o dos Tupis-Guaranis. Estavam à disposição dos portugueses tanto coisas materiais, como a pólvora e o chumbo dos canhões giratórios, como as palavras da linguagem, da história, da religião e da educação. Os portugueses souberam muito bem se conduzir alternando o uso desses recursos de dominação, sendo Cabral, nosso “descobridor”, exemplo típico da versatilidade daquele dispositivo³⁶⁰. Antes mesmo de desembarcar, tomou posse do

³⁵⁸ Eis uma nota de José Alencar feita ao seu Ubirajara: “Por igual teor, senão mais grosseiras, são as apreciações de outros escritores acerca dos costumes indígenas. As cousas mais poéticas, os traços mais generosos e cavalheirescos do caráter dos selvagens, os sentimentos mais nobres desses filhos da natureza, são deturpados por uma linguagem imprópria, quando não acontece lançarem à conta dos indígenas as extravagâncias de uma imaginação desbragada.” Interessante é perceber que esse é o único dos três romances indianistas de Alencar (Guarani, Iracema e Ubirajara) que se refere a um período “pré-cabralino”, ou seja, antes do contato com o “civilizado” europeu. E mesmo tendo criticado o que se escreveu antes sobre os indígenas, Alencar não apontou em que fontes teria se baseado para elaborar essa outra feição (idealizada) do indígena, sendo importante consignar que, diferentemente de Couto de Magalhães (que, para falar sobre os nativos, conviveu com eles), o autor da trilogia indianista mais consagrada jamais teve contato direto com os indígenas. É possível, especulo eu, que sua visão idealizada Alencar seja mais inspirada em Rousseau, na ideia do homem bom conforme a natureza (ROUSSEAU, 2013 [1762], p. 45), mas é corrompido pela má educação que recebe em sociedade em sociedade (ROUSSEAU, 2014 [1762], p. 476). Não julgo essa ideia do indígena pior ou nem melhor do que aquele o estereótipo de “selvagem” que Alencar critica, mas penso que ela é tão enviesada quanto, com o agravante de ser desprovida de fundamento empírico. É, assim, mais uma invenção.

³⁵⁹ A presença humana no litoral do Brasil remonta a 50.000 A.P. (ETCHEVARNE, 1999/2000, p. 117), conforme explicação pormenorizada feita na nota de rodapé n.º 360.

³⁶⁰ Durante o período de estadia da esquadra no litoral do que hoje é a Bahia, nenhum disparo foi efetuado, situação bem diversa da que se verificou logo em seguida em Calicute, onde, sob a mesma bandeira da Ordem de Cristo,

Brasil apenas lhe dando um nome; aperfeiçoou tal ato ficando uma cruz de madeira³⁶¹ em uma praia e prosseguiu com os atos de domínio da “terra nova” por meio da ação “diplomática” de dois degradados, os quais foram aqui lançados para aprender a língua e os costumes dos nativos.

Formalmente, as providências adotadas por Cabral foram aptas a autorizar o anúncio de que a Coroa de Portuguesa tomava posse de Vera Cruz, cujo domínio, rememore-se, já lhe tinha sido conferido pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Na prática, entretanto, “poucos” foram os nativos que viram e, muito menos ainda, os que sentiram algum efeito em razão daqueles atos “meramente” simbólicos. E é certo, além disso, que nenhum, dentre os milhões que aqui habitavam, percebeu ou cogitou que ali se tinha início a conquista que veio a ser empreendida pelos Portugueses ao longo dos mais de 3 (três) séculos posteriores. Quanto a isso, aliás, qualquer um que navegasse pela costa do Brasil em 1500, a não ser que desembarcasse exatamente na praia em que foi fincada aquela “singela” cruz, não haveria de perceber que se tratava de uma terra sob domínio de Portugal. Destarte, quanto à aparência, o litoral do Brasil, pelas “lentes” de qualquer europeu (não dos nativos), ainda permanecia em “estado de natureza” ou, como disse Caio Prado Júnior, seria considerado como um “deserto”.

Nesse contexto, portanto, embora o interesse de Portugal estivesse literalmente do outro lado do mundo, nas Índias, era necessário dar visibilidade àquela conquista. A ficção do nome, o símbolo da cruz e a história escrita iniciada por Caminha careciam de outras ações que conferissem concretude e ostensividade à incorporação de Vera Cruz aos domínios ultramarinos lusitanos.

5.1. A feitorização do litoral: soberania e formação inicial do saber.

Inicialmente, é preciso justificar a designação do título deste subtópico. Por que “feitorização do litoral”? Porque foi isso que fizeram os portugueses³⁶² nas três décadas que se

Cabral e seus comandados imprimiram o terror por meio de sua “diplomacia canhoneira”, regressando posteriormente a Lisboa com as embarcações que lhe restaram repletas de especiarias adquiridas ou tomadas de “infieis” do Oriente. Tanto o contato pacífico com os “índios” do Brasil, como os atos de beligerância com os índios do Oriente, deram-se em nome da Coroa Portuguesa, sob a chancela da Igreja Católica e com a colaboração do capital mercantil.

³⁶¹ Nem o tradicional marco de pedra da Ordem de Cristo foi deixado aqui, sendo plantada apenas uma cruz de madeira com as “armas e a divisa” da Coroa Portuguesa. Essa foi a primeira obra de “colaboração” indígena com as ações coloniais desenvolvidas pelos portugueses no Brasil.

³⁶² A bem da verdade, não apenas os portugueses “feitorizaram” o litoral do que hoje é Brasil, espaço que também foi explorado por outras nações europeias, especialmente pela França, que comercializava com os nativos, além do pau-brasil, muitos outros produtos agrícolas domesticados, como algodão e o tabaco (CALDEIRA, 2017, p. 68).

sucederam à chegada de Cabral, baseando esse o modo de fazer no saber já praticado em outros domínios.

Nesse mister, Cabral, depois do “desvio” até Vera Cruz, seguiu para Calicute e ali fundou uma feitoria, cuja direção foi incumbida por Dom Manuel a Aires Correia e que seria destinada a administrar ali o comércio de produtos com o Oriente. Não convém aqui descrever o fatídico destino daquele estabelecimento e dos seus obreiros, mas apenas registrar que a atividade mercantil³⁶³ desenvolvida por Portugal, sobretudo desde o século XV, sempre foi alicerçada no modelo de feitorias.

Em apertadíssima síntese, uma feitoria era o estabelecimento destinado a viabilizar a atividade mercantil em uma localidade, bem como a articulação entre rotas marítimas e territórios ocupados. Ela funcionava, basicamente, como entreposto comercial, mediante atuação de agentes comerciais, funcionários e militares, pressupondo, obviamente, a existência de mercadores nativos na localidade onde se encontrava instalada (PRADO JÚNIOR, 2011 [1942], p. 21; SODRÉ, 1963 [1944], p. 38).

A fundação de feitorias não exigia, destarte, um contingente elevado de pessoas, pois a atividade desenvolvida a partir delas consistia essencialmente em intermediar e garantir (ou tentar) a segurança do comércio nela praticado. Também dispensava a interiorização da atuação do Estado colonizador, já que, no que se refere à África e à Ásia, as localidades escolhidas para instalação já se constituíam, como regra, polos de comércio e se situavam sobretudo no litoral. Por essas características, o estabelecimento de feitorias foi prática largamente utilizada pela Coroa lusitana na “colonização”³⁶⁴ da costa daqueles continentes, sendo esse modelo uma solução compatível com a histórica (de então) aversão³⁶⁵ dos portugueses à atividade produtiva

³⁶³ Rememore-se que a expansão marítima foi um conjunto de acontecimentos que interessou a praticamente toda Europa, sobretudo em razão da tomada de Constantinopla pelos muçumanos em 1453. O comércio com o Oriente, em decorrência desse evento, ficou submetido ao controle de não católicos, limitando-se com isso o acesso às especiarias que abasteciam a Europa. Nem todos os Estados (ou cidades-Estados) tinham acesso direto aos fornecedores de produtos de Oriente, que por isso se encareceram, seja em razão da elevação dos custos, sejam em decorrência da avareza daqueles que controlavam as rotas comerciais pelo Mediterrâneo e por terra.

³⁶⁴ O uso das aspas quer indicar uma ressalva ao sentido que atualmente se confere à expressão “colônia” e suas derivações. Sobre essa questão, o tópico 5.3.1, denominado “Colonização: sentido, derivação e dispositivo”, dedicará atenção especial. Por enquanto, oportuno apenas antecipar que o sentido dessa expressão experimentou significativa derivação, para o fim de se dissociar da ideia de povoamento e estabelecimento de colonos. Tratou-se, como se verá mais ainda, da incorporação de elementos do que antes se considerava mera conquista, para o fim de evitar o uso dessa expressão nos escritos acerca da história do Brasil, sobretudo quando esta se encontrava conduzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que tinha o patronato e a proteção do Imperador Dom Pedro II.

³⁶⁵ A ausência de disposição para o labor, sobretudo aqueles que demandassem esforço físico, era característica conhecida em relação aos nossos patrícios.

e, ainda, com a impossibilidade³⁶⁶ de se promover a migração de população para fora de Portugal.

Mas aplicar o mesmo modelo de feitorias em Vera Cruz era algo problemático. Conforme já descrito por Caminha em sua carta, os habitantes desta terra, os anteriores “senhores do litoral”, não produziam, como regra, excedente que pudesse ser destinado à atividade mercantil. Eles próprios não costumavam realizar entre si o comércio, sendo que o pouco que cultivavam e coletavam era quase que integralmente consumido localmente. Um outro porém era o fato de que o comércio de produtos do Oriente, embora de maior risco³⁶⁷, propiciava uma taxa de retorno³⁶⁸ muito maior que a mera extração e comercialização de produtos de Vera Cruz. Nada obstante, embora a Coroa portuguesa não quisesse e nem tivesse como povoar³⁶⁹ sua “nova” possessão, não poderia deixar de adotar ações que manifestassem o domínio de seus territórios na América³⁷⁰, firmada, até então, somente no conteúdo ficcional do contestado Tratado de Tordesilhas. Assim, ante a ausência de um plano melhor que se

³⁶⁶ Portugal padecia de uma manifesta ausência de contingente populacional, decorrentes de uma “sucessão de fomes e pestes” que se verificaram sobretudo no século XIV, mas que o afligiram de forma cíclica também no século XVI (BELLINI, 1997, p. 10). O problema se agravou sobremaneira em razão da perda de contingente populacional decorrente das expansões marítimas e guerras ultramarinas (SIMONSEN, 2005 [1937], p. 164). Nas áreas rurais de Portugal e Algarve, a terra praticamente não era cultivada e, quando era, o labor era empreendido por escravos mouros ou negros africanos. Mas a bem da verdade, o problema da escassez de população não era só de Portugal, mas de toda a Europa. Sobre ele, Prado Júnior (2010 [1942], p. 20) se manifestou nos seguintes termos: “Aliás, nenhum povo da Europa estava em condições naquele momento de suportar sangrias na sua população, que no séc. XVI ainda não se refizera de todo das tremendas devastações da peste que assolou o continente nos dois séculos precedentes. Na falta de censos precisos, as melhores probabilidades indicam que em 1500 a população da Europa ocidental não ultrapassava a do milênio anterior.”

³⁶⁷ Apenas para exemplificar, das 13 embarcações que partiram da armada de Cabral, somente 6 (seis) retornaram a Portugal, e ainda com suas tripulações diminuídas.

³⁶⁸ O lucro obtido com o comércio de especiarias vindas das Índias era, em média, 7 (sete) vezes maior do que o resultante da extração e venda de pau-brasil (SIMONSEN, 2005 [1937], p. 74), sem falar na possibilidade de se abreviar e “facilitar” a obtenção do lucro por meio da prática do butim, já que legitimada e estimulada, por expressa chancela papal, a morte e a tomada de bens de “infieis”.

³⁶⁹ Povoar, no sentido de “(...) estabelecer habitantes em terra erma, fundar colônias; (...) encher, ocupar em grande número” (FARIA, 1853, p. 272), corresponde a uma política colonial não adotada por Portugal em suas possessões ultramarinas. A maior parte naturais de Portugal que se estabeleceram em colônias partiram da metrópole na condição de obreiros do dispositivo colonial, e não como trabalhadores livres interessados em estabelecer vínculo com as novas terras.

³⁷⁰ Sobre essa necessidade de garantir a posse efetiva das terras achadas por Cabral, convém lembrar que a descoberta da América por Colombo, em 1492, deu-se em nome do Reino de Castela (atual Espanha), ao qual cabiam todas as terras descobertas por descobrir a oeste da linha referenciada no Tratado de Tordesilhas (1494). Antes desse Tratado, porém, já houvera uma outra linha, a do Papa Alexandre VI (Espanhol), traçada em 1493, pela qual, se tivesse permanecido vigente, tudo o que hoje se conhece como continente Americano (Américas do Sul, Central e do Norte) caberia então ao Reino de Castela (CROWLEY, 2016, pp. 52-53). A tudo se acresça o fato de que as nações europeias excluídas do “testamento de Adão”, mas especialmente a França, não se sentiam constrangidas a respeitar a divisão do mundo que favoreceu Castela (Espanha) e Portugal, muito mesmo a aceitar a soberania deste sobre Vera Cruz. É tanto que, antes mesmo que os portugueses, os franceses firmaram alianças com nações nativas e principiaram a exploração de pau-brasil no nosso litoral (PEIXOTO, 2008 [1944] p. 79). As questões territoriais, então, eram informadas pela tensão e pela instabilidade, não havendo garantia de definitividade e muito menos de eficácia *erga omnes* (contra todos) das disposições que garantiam a Portugal o “direito” sobre Vera Cruz.

adequasse às características da nova terra e sua população, e por pretender concentrar os esforços da Coroa no empreendimento das Índias, o Rei Merceeiro delegou à iniciativa privada as ações de início da posse efetiva do Brasil.

Naquelas circunstâncias, a opção de exploração econômica que se apresentava viável era atualizar e ajustar o modelo de feitorias, cujas atividades se concentrariam na extração de pau-brasil, então abundante ao longo da costa, e cuja renda poderia ser complementada com o comércio de peles e animais silvestres e, ainda, de escravos nativos.

Esse modelo de feitorização “privada” teve início ao menos a partir da expedição de 1502 (LEITE, 1923, p. 255). Pela carta de privilégios passada em favor de Fernão (“Fernando”) de Loronha (“Noronha”), primeiro concessionário de Vera Cruz e representante de um grupo de cristãos novos composto pelos comerciantes mais ricos de Lisboa, este assumia o compromisso de enviar para a nova terra no mínimo 6 (seis) embarcações por ano, de “descobrir” anualmente pelo menos 300 (trezentas) léguas, bem como de construir uma fortaleza em cada novo território descoberto, a qual deveria receber a devida manutenção por ao menos um triênio. Os termos contratados dispensavam os arrendatários de quaisquer encargos para com a Coroa no primeiro ano, mas estabeleciam a obrigação de pagamento de 1/6 (um sexto) das rendas no segundo e 1/4 (um quarto), no terceiro. O principal produto de exploração seria o pau-brasil, também conhecido como “pau de tinturaria” (BAIÃO, 1923, p. 322) ou “pau de tinta” (SOUSA, 1879 [1587], p. 13) e o apresamento de escravos³⁷¹, além de qualquer “outra coisa de proveito”, tais como peles e animais silvestres (LEITE, 1923, p. 255; BAIÃO, 1923, p. 334). A retirada das “peças” a serem levadas para Europa era realizada pelos próprios obreiros da feitoria, com colaboração da população nativa, esta cuja retribuição se dava mediante “resgate” em forma de produtos e utensílios diversos, desde as folhas de papel, espelhos e tecidos já mencionados por Caminha, sendo os mais comuns as ferramentas de metal³⁷² (CAPISTRANO DE ABREU, 1998, p. 38).

Essa feitorização delegada a particulares não impediu, todavia, as investidas concorrenciais das nações europeias excluídas do “testamento de Adão”, o qual foi tornado público por meio do Tratado de Tordesilhas (FAORO, 2012 [1958], pp. 125-126). Seja pelo

³⁷¹ Os escravizados que poderiam ser traficados eram somente aqueles feitos cativos pelas nações aliadas dos portugueses. Como o destino dos tais cativos seria a morte em rituais, a escravidão em Lisboa terminaria por “livrá-los do sacrifício que a que estavam condenados” (BAIÃO, 1923, p. 334), ou seja, “livravam-se” de serem deglutidos em rituais antropofágicos.

³⁷² Era vedado promover o resgate de peças com a retribuição por meio de armas (CAPISTRANO DE ABREU, 1998, p. 38).

fato de essas expedições exploratórias não apresentarem a escala e a frequência necessária ao resguardo de toda a costa de Vera Cruz, seja pelo fato de não interessar aos exploradores particulares, ainda que a isso estivessem obrigados, correr o risco de enfrentamento de corsários de outras nacionalidades, o que se sucedeu foi que os concessionários de Portugal se limitaram ao mais “tranquilo” e lucrativo mister de extrair tudo que destas terras pudesse ser destinado ao comércio na Europa, ainda que com negligência ao encargo de exercer a vigilância do litoral.

Atento a essa questão, a Coroa portuguesa, já durante o reinado de Dom João III, determinou a realização de expedições que foram denominadas de “guarda-costas”, que teriam como propósito, além da instalação de novas feitorias, promover a vigilância da costa, aprisionar e a punir corsários estrangeiros, bem como lhes confiscar as cargas.

Desse “esforço” de tomada de posse do Brasil resultou que, após 30 anos da chegada dos portugueses ao Brasil, havia apenas 3 (três) feitorias instaladas, sendo uma em Pernambuco, outra em São Vicente e a terceira em Piratininga (RIBEIRO, 1901, p. 36). Esse número era manifestamente insuficiente para impedir a ação de “traficantes” de pau-brasil, sobretudo os franceses, de maneira que estes mantiveram sob controle várias regiões do litoral, especialmente no Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e, posteriormente, no Rio de Janeiro³⁷³. Era imperioso, então, adotar uma nova forma de explorar e resguardar o território do Brasil, pois o modelo de feitorias sem povoamento teria supostamente fracassado³⁷⁴ (FAORO, 2012 [1958], p. 126).

Mas antes de se anunciar e passar ao exame desse novo modo de dominação, implantado no período que a historiografia alude como o início da efetiva colonização do Brasil, importa

³⁷³ A expulsão dos franceses do litoral oeste do Brasil somente se deu no ano de 1567, por obra de então Governador-geral do Brasil Mem de Sá, responsável pela (re)tomada da região a que se convencionou chamar de França Antártica. Posteriormente, no entanto, os franceses retornaram ao litoral do Brasil, em investidas iniciadas pelo corsário Jacques Riffault, cujas explorações de pau-brasil se estendiam do que hoje é Natal (RN) até a costa do atual estado do Maranhão. Essa ocupação francesa do Maranhão ficou conhecida como Franca Equinocial e dela resultou a fundação, em 1612, do que hoje é a cidade de São Luís (MA). No ano de 1615, os franceses foram novamente expulsos por tropas luso-brasileiras comandadas pelo mameluco Jerônimo de Albuquerque, sendo o comandante da ocupação francesa, Daniel de la Touche de la Ravardière, preso e conduzido para Lisboa, onde permaneceu encarcerado por mais 3 (três) anos. Os franceses, outrossim, voltariam ao Rio de Janeiro ainda no século XVIII. Em 1711, sob o comando de Jean-François Declerc, corsários franceses tomaram aquela cidade e somente a restituíram depois do pagamento de vultoso resgate (600 mil cruzados, 100 caixas de açúcar e 200 bois) (BUENO, 2012, pp. 84-85).

³⁷⁴ Por dever de fidelidade, necessário transcrever o enunciado de Faoro (2012 [1958], p. 126) em que ele julga fracassado o modelo das feitorias, no que se refere ao resguardo do território: “A feitoria, mesmo protegida pelas armadas periódicas, fracassava.”

problematizar a conclusão de que o modelo de feitorias adotado nas primeiras décadas de conquista teria “fracassado”³⁷⁵.

“Fracasso” é expressão polissêmica, que pode significar, dentre outras coisas, insucesso, malogro, mau êxito³⁷⁶. Para se chegar à conclusão de que determinado empreendimento fracassou, há de se admitir a presença de ao menos dois pressupostos, um lógico e outro cronológico. O primeiro deles diz respeito à necessidade de existir um objetivo a ser alcançado, que pode consistir numa conduta ativa, ou seja, no intento de fazer alguma coisa³⁷⁷, como também pode se referir a uma aspiração de abstenção, de não fazer³⁷⁸.

O segundo pressuposto tem a ver com o estágio cronológico de realização desse objetivo. Consistindo este (objetivo, primeiro pressuposto) em um propósito de abstenção, o fracasso se verificará quando do efetivo ingresso na fase de execução, perpetrando-se ações aptas a consumir a ação que se pretendia evitar. De outro modo, quando o escopo a ser alcançado corresponder a uma conduta ativa, configurar-se-á o fracasso em duas hipóteses. Haverá fracasso, primeiramente, quando se verificar uma postura de conservação do estado de inércia, a despeito de se poder ou se dever praticar determinado(s) ato(s). Além disso, haverá fracasso quando, após concluída a tentativa de consecução do objetivo, este não for efetivamente alcançado.

Assim, somente quando estabelecido ou admitido um propósito (objetivo de fazer ou não fazer), e após intentada sua realização (ou manifestada o propósito de abstenção), é que se poderia cogitar a consideração de fracasso ou sucesso.

Para se poder qualificar como “fracasso” a prática de apenas feitorizar o litoral, deve-se ter claro qual seria o objetivo de Portugal em relação aos seus domínios na América. Para se

³⁷⁵ Note-se, portanto, que as rupturas institucionais justificadas no “fracasso” dos modelos de governo remontam aos primeiros anos da colonização do Brasil. Nos dias hoje, a lógica do “fracasso subsiste como argumento para imposição de sucessões institucionais, embora de forma reatualizada, obviamente.

³⁷⁶ <https://dicionario.priberam.org/fracasso>.

³⁷⁷ Tome-se, como exemplo, o objetivo da expedição comandada por Diogo Cão, que, sob a patrocínio da Coroa Lusitana, durante o reinado de Dom João, o príncipe perfeito, pretendia alcançar a estremadura do continente africano. A tentativa de Cão, no entanto, fracassou em 1486, quando o aludido navegador somente alcançou os territórios que correspondem à moderna Namíbia, a qual faz fronteira ao sul com a África do Sul (CROWLEY, 2016, p. 35).

³⁷⁸ Como exemplo de propósito de abstenção, cite-se o caso da pretensão inicial de neutralidade de Portugal em relação ao estado de beligerância entre a Inglaterra e a França no princípio do século XIX, em que esta impôs àquela o embargo continental, proibindo aos britânicos o acesso aos portos das nações europeias submetidas (ao) ou aliadas do Império Napoleônico. Pressionada por ambos os lados da desavença a assumir uma posição, embora pretendesse não fazê-lo, a Coroa portuguesa, sob a condução do regente Dom João (futuro Dom João VI), optou posteriormente por manter a aliança histórica com a Inglaterra, fato que deu ensejo à invasão de Portugal por tropas francesas e, por conseguinte, à fuga da Família Real para o Brasil, em 1808. Portugal, assim, pretendia permanecer neutro, mas fracassou nesse propósito ao, forçadamente, ter que se alinhar à Inglaterra.

conhecer tal objetivo, é preciso levar em conta o que foi demonstrado no tópico 3 deste Capítulo Segundo, no que se refere ao fato de Portugal, antes mesmo da expedição de Cabral em 1500, já saber da existência das terras que correspondem ao Brasil de hoje. Afora a expedição de Duarte Pacheco em 1498, é possível (para alguns, provável) (COSTA, 1979, pp. 94-96) que Portugal já tivesse vindo a essas terras antes mesmo da divisão do mundo estabelecida pela Bula *Inter Coetera* de 1493. Além dos registros documentais de expedições ao continente americano anteriores à de Duarte Pacheco, o principal argumento em favor dessa tese é a insurgência manifestada pela Coroa Portuguesa em face da linha estabelecida por meio da referida Bula, a qual, se tivesse permanecido vigente, favoreceria Castela (atual Espanha) com os territórios que correspondem a todo o continente Americano atual. Em atendimento ao reclamo dirigido por Dom João II ao Papa Alexandre VI, resultou o já referenciado Tratado de Tordesilhas (1494), que estabeleceu uma nova posição para a linha que dividia entre Castela (atual Espanha) e Portugal as terras a serem descobertas por meio das navegações atlânticas. Admitindo-se, então, que Portugal já tinha ciência da existência das terras (ao menos parte delas) que hoje correspondem ao Brasil, forçoso concluir ser mais previdente manter em oculto esse acontecimento, somente o anunciando após a legitimação, mediante chancela papal, de sua pretensão dominial sobre os territórios que “viessem” a ser “descobertos”.

Mas por que postergar o anúncio do “achamento” até a expedição de Cabral em 1500, se o Tratado de Tordesilhas havia sido celebrado em 1494?

A propósito dessa questão, é preciso considerar que as navegações portuguesas, especialmente em razão da tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos em 1453, e sobretudo a partir do reinado de Dom João II (1481-1495), desenvolveram-se com o escopo de descobrir um caminho marítimo para as Índias, contornando-se o continente africano pelo Sul, através do oceano Atlântico (CROWLEY, 2016, p. 32). Tal pretensão, cuja capa ostentava características religiosas, consistia, na verdade, no estabelecimento de novas rotas comerciais com o Oriente, como alternativa às que pelo Mediterrâneo e por terra se encontravam submetidas ao controle mulçumano (“maometano”). Idêntico objetivo subsistiu durante o reinado de Dom Manuel (1495-1521), que, animado pelos feitos de Vasco da Gama, concentrou esforços na empreitada mercantil do Oriente (LEITE, 1923, p. 393).

A partir dessa razão de Estado, que envolvia e se relacionava reciprocamente com os interesses das classes dominantes lusitanas, não somente da Coroa e da aristocracia, mas também (e sobretudo) dos comerciantes e dos financiadores de expedições, seria inviável direcionar atenção e recursos para a conquista de territórios cuja exploração não pudesse ser

realizada nos mesmos moldes do que se praticava na costa da África durante o século XV e, no século seguinte, também nas Índias.

Destarte, como as terras que correspondem ao Brasil de hoje não poderiam ser exploradas da maneira usualmente empregada pelo dispositivo colonial lusitano, a opção pelo ocultamento se deu ao ensejo de resguardar esses territórios da “cobiça” por partes de nações estrangeiras, fiando-se a Coroa portuguesa na tutela que era conferida aos seus interesses pelo Tratado de Tordesilhas³⁷⁹. Em outros termos, mesmo já sabendo, antes do referido Tratado, da existência das terras que correspondem ao que se tornou o Brasil, Portugal não queria colonizá-las naquele momento, uma vez que estava concentrado na empresa do Oriente; mas por outro lado, também jamais cogitou abrir mão das possessões americanas que o aludido Tratado lhe conferiu.

Mas voltando à questão, por que, se antes se pretendia esconder, anunciar o “achamento” de Vera Cruz em 1500? O que motivou essa mudança de conduta, se o intento inicial era ocultar aquele acontecimento? Uma resposta possível a essas interrogações se relaciona à própria simbologia da mudança operada por meio do Tratado de Tordesilhas. Embora esse Tratado tenha favorecido os interesses de Portugal naquela ocasião, ao mesmo tempo firmou o perigoso precedente de revisão das doações pontifícias, na medida em que modificou a posição da linha divisória estabelecida pela Bula *Inter Coetera* (1493) e revelou, com isso, que a tensão e a instabilidade eram elementos característicos das questões territoriais relacionadas aos descobrimentos empreendidos pelas nações da península Ibérica, mesmo quando anteriormente resolvidas por chancela papal.

Nesse cenário de incerteza, e diante das primeiras notícias de ter sido encontrado ouro nas possessões de Castela na América, conforme informado na *Cartas aos Reis* redigida por Colombo em 31.08.1498 (TODOROV, 2010 [1982], p. 11), e sem olvidar, ainda, o fato de que o Papa Alexandre VI era de origem espanhola, mais prudente seria Portugal tomar logo posse da “terra nova” e dar visibilidade a esse acontecimento, precavendo-se com isso de eventuais pretensões de Castela no sentido de promover a (re)revisão dos limites estabelecidos no Tratado em questão.

³⁷⁹ Por meio do aludido Tratado, lembremos, o Papa Alexandre VI, por alguns considerado o pior de toda a História, ajustou a posição da linha que dividia o mundo e duas partes e promovia a doação pontifícia, em favor das coroas de Castela (atual Espanha) e de Portugal, de todos os domínios eventualmente descobertos a partir de então. Novamente invocamos o abalizado juízo de Galtung (2005, p. 67), que qualificou como uma “terrível violência” a bula *Inter Coetera*, que estabeleceu a linha reposicionada pelo Tratado de Tordesilhas.

Assim, mesmo sem a Coroa Portuguesa estar disposta a desviar para Vera Cruz os recursos concentrados no empreendimento das Índias, a tomada de posse por Cabral e a posterior exploração pontual por meio de feitorias dispersas no litoral, ainda que estabelecidas por concessionários privados, foram providências aptas a consolidar o direito à conquista desses territórios, tornando fato consumado, ao menos em relação à Coroa de Castela, as disposições papais que outorgavam a Portugal o domínio sobre eles.

Mas mesmo quanto às questões não limitadas aos países ibéricos, também não se pode dizer que a feitorização tenha sido um “fracasso”. A despeito de resultar de expressa disposição papal, o Tratado de Tordesilhas não era reconhecido de forma inequívoca pelas demais nações europeias, notadamente a Holanda, França e Inglaterra (FURTADO, 2005 [1958], p. 14). Excluídas da partilha do mundo, tais nações não se sentiam de todo constrangidas a reconhecer a divisão que favoreceu apenas Castela (atual Espanha) e Portugal, refutando o direito destes em relação às terras que não houvessem ocupado de modo efetivo (FURTADO, 2005 [1958], p. 13). Nada obstante essa contestação, a feitorização pontual, associada às expedições exploratórias e guarda-costas³⁸⁰, à prática de atos de hostilidade e de suplício³⁸¹ em face de “invasores”, bem como às ações empreendidas apenas no campo da diplomacia (SIMONSEN, 2005 [1937], p. 75), mostraram-se suficientes para assegurar a soberania de Portugal sobre as possessões na América, tanto que, nas décadas iniciais da conquista do Brasil, nenhuma nação “estrangeira” tentou estabelecer aqui ocupações permanentes.

Mesmo em relação à França, nação concernente à qual foram mais recorrentes as controvérsias territoriais já desde os anos que se seguiriam ao “achamento”, não se poderia reputar como “fracassadas” as providências empreendidas por Portugal nas primeiras décadas da conquista do Brasil. A propósito, convém primeiramente reconhecer que as questões havidas entre Portugal e França nos anos iniciais do século XVI não foram determinadas, ao menos com exclusividade, pelo modo como os lusitanos tomaram posse de Vera Cruz e intentaram exercer

³⁸⁰ Cristóvão Jaques realizou duas expedições ao Brasil, sendo uma em 1516 e outra por determinação do Rei Dom João III em 1826 (BAIÃO, MALHEIRO DIAS, 1901, p. 59). Dessas, a última teve maior repercussão, uma vez que deu ensejo à reclamação formal e contundente do soberano francês, Francisco I, que expressamente afirmou que os mandatários de Portugal muito teriam se excedido nos atos de punição dos supostos “corsários” (para ele, Francisco I, “mercadores nossos”) normandos. Nesse sentido, Francisco I descreve as práticas que representariam típicos atos de suplício, como o enforcamento, o enterramento, além das mortes “cruéis” por “setadas e tiros de espingarda” (BAIÃO, MALHEIRO DIAS, 1901, p. 75). Simonsen (2005 [1937], p. 75) afirma que as ações de Jaques foram praticadas com “requintes de barbárie”.

³⁸¹ Segundo Foucault (2014 [1975], pp. 35-57; 2010 [1979], p. 74), o suplício teria função jurídico-política, prestando-se a afirmar a presença e a força do soberano. Por essa razão deveria ser realizado de maneira ostentosa, a fim de fazer brilhar a verdade e restaurar a soberania lesada por um instante. Não se trataria somente de punir, mas de reativar o poder real, em face e em detrimento do corpo de quem, ao cometer qualquer crime, além de possivelmente lesar alguma pessoa, também atentara contra o “soberano no próprio corpo do seu poder”.

sua soberania ao longo daquele período. O argumento mais contundente a justificar essa conclusão é de caráter lógico e cronológico, referindo-se ao fato de que, antes mesmo de Portugal ter expedido a primeira concessão para exploração de terras em Vera Cruz (1502), os franceses já haviam estabelecido alianças com nações nativas de *la terre du Brésil*, a fim de promoverem a exploração de pau-brasil (PEIXOTO, 2008 [1944] p. 79). Assim, do ponto de vista temporal, é inviável se sustentar que a França se opôs a tal ou qual modelo de exploração, já que as primeiras incursões dos seus “corsários” foram anteriores àquela concessão lusitana.

Ademais, a tese aqui sustentada mais ainda se robustece ao se considerar o fato de que a França somente tentou estabelecer ocupações permanentes no Brasil no ano de 1555 (BUENO, 2012, p. 79), quando este já se encontrava sob um regime administrativo de centralização política, denominado de Governo-geral, cujo termo inicial seria o ano de 1549³⁸². Na verdade, a insatisfação dos franceses pouco ou nada teve a ver com a maneira como Portugal tomou posse ou exerceu seu domínio, dizendo respeito, de outro modo, à pretensão de domínio em si, que se firmava no contestado Tratado de Tordesilhas. A insurgência se dirigia ao fundamento da soberania, o que se revela de modo evidente no comentário irônico e desdenhoso do Rei Francisco I, ao afirmar que desconhecia a cláusula do testamento de Adão que o excluía da partilha do mundo (TAVARES, 2014, p. 40).

Destarte, forçoso concluir não ter sido a opção de a Coroa ter ocupado (ou ter deixado de ocupar) de tal ou qual modo o Brasil que estimulou a França a promover a exploração de nosso litoral, nem que deu azo à contestação por parte de outras nações europeias, mas, sim, o fato de estas não reconhecerem a divisão estabelecida em Tordesilhas, notadamente em relação às terras não ocupadas efetivamente pelas Coroas ibéricas, beneficiadas com exclusividade pelas doações pontifícias.

Se considerarmos, então, que a realização de expedições esporádicas e a instalação de apenas 3 (três) feitorias ao longo de toda a costa foram providências suficientes para manter o Brasil sob domínio da Coroa lusitana, seria, para dizer o mínimo, controverso falar em “fracasso”. Tal afirmação somente teria algum fundamento se se considerasse que Portugal estivesse orientado, como cogitado na carta de Caminha, por propósitos civilizatórios e catequéticos em relação às terras de Vera Cruz (ou em relação a qualquer domínio ultramarino),

³⁸² O Regime do Governo-geral do Brasil, conhecido como o Regime de Tomé de Sousa (em alusão ao nome do primeiro Governador-geral), é datado de 17 de dezembro de 1548. Toma-se o ano de 1549 como início do Governo-geral em 1549, em razão do tempo de deslocamento de Portugal ao Brasil.

o que não era o caso³⁸³. Bem diferentemente disso, o elemento condutor e determinante dos investimentos empregados na armação de expedições marítimas foi, sempre, a pretensão de obtenção de lucro. Portugal teve, então, de optar entre conquistar e desenvolver espaços de comércio no Oriente, ou se dedicar às práticas extrativistas no Brasil, ante a impossibilidade material de fazer as duas coisas ao mesmo tempo. Motivada pela perspectiva de maior ganho, a Coroa lusitana prestigiou o Oriente em detrimento de seus territórios americanos, e com isso lucrou muito mais do que se tivesse dividido recursos entre os dois empreendimentos.

Assim, diversamente de malogro, o que se sucedeu foi uma opção comercial que, sob a perspectiva de aspiração de enriquecimento e manutenção do domínio, não pode ser considerada um desacerto.

Se Portugal, enquanto se dedicava à empresa das Índias, manteve incólume o “direito” sobre suas possessões americanas, poder-se-ia afirmar, em tom de queixa e crítica, que o Brasil foi “esquecido”³⁸⁴? Seria dado a algum brasileiro, de agora ou de então, lamentar pelo fato de outras nações, e não somente Portugal, terem também explorado os recursos naturais da nossa costa? Se a resposta for positiva, certamente manifesta uma inconsciente (“esquecida”), embora questionável do ponto de vista racional e ético, simpatia³⁸⁵ (pelo), predileção (pelo) ou defesa do domínio lusitano, que pode resultar da naturalização do lugar de sujeito colonizado, tendente a considerar ter havido lesão ao “direito” de conquista e de exploração por Portugal, como consequência “natural” do esforço empreendimento do promover o “achamento” do Brasil.

Quiçá, pior fosse cogitar haver alguma vantagem para aquilo que veio a se tornar o Brasil (como Estado e nação), caso a exploração daqueles recursos tivesse se dado exclusivamente pelos portugueses e se iniciasse imediatamente após o “achamento” por Cabral em 1500, e não após o período de “esquecimento” das primeiras décadas. Nada mais enganoso e, também, irracional, pois a exploração seria igualmente exploração, independentemente de quem a praticasse, de maneira que a única insatisfação admissível seria aquela porventura

³⁸³ Capistrano de Abreu (1956, p. 6) e Gilberto Freyre (2003 [1933], p. 219) fazem uso da expressão “crosta” para qualificar o senso de propósito religioso e civilizatórios emprestado às ações de conquistas portuguesas. Quanto a isso, eles foram precisos.

³⁸⁴ Refiro-me aqui à de conclusão de João Ribeiro (1901, p. 18), no sentido de que o Brasil teria sido esquecido nas primeiras décadas. Houve ocultação e opção comercial, o que é certo, como restou demonstrado, assim como embargo (conforme mais adiante se verá), mas não “esquecimento”.

³⁸⁵ Arriscaria fazer uma analogia, confessadamente anacrônica e irônica, com a síndrome de Estocolmo, em que a pessoa submetida prolongadamente à intimidação passa desenvolver sentimentos positivos em relação ao opressor/explorador.

manifestada pela própria Coroa portuguesa³⁸⁶, que “perdeu”³⁸⁷ com a exploração “indevida” de pau-brasil promovida por outras nações, em especial pela França.

Mas é possível, de outro modo, que o ato de lamentar Portugal não ter imediatamente explorado o Brasil desde 1500, e considerar que este foi “esquecido” pela metrópole, decorra da associação ao lugar de sujeito colonizador, vislumbrando com isso algum resquício de legitimidade e racionalidade no contestado (hoje, certamente absurdo) Tratado de Tordesilhas e, por conseguinte, também de injustiça, a ponto de julgar reprovável a exploração levada a efeito por nações “estrangeiras”, ou seja, diversas de Portugal.

Assim, ter-se-ia por “clandestina” e “ilegal”, por violar uma doação pontifícia, a exploração de pau-brasil realizada pelos franceses, ainda que essa atividade tenha sido desenvolvida de forma consorciada com povos nativos do Brasil, como se deu, por exemplo, com os Tupinambás do (atual) Nordeste e os Tamoios do (atual) Rio de Janeiro. Para essa lamentadores, somente os portugueses poderiam, ou melhor, deveriam ter explorado o Brasil a partir de 1500, tornando-se, então, defeso aos nativos que aqui já habitavam comercializar com franceses ou com quaisquer outras nações europeias.

Mas também essa consideração (de reprovação às ações dos franceses e seus “comparsas” Tupinambás e Tamoios) há de ser tida por enviesada, correspondendo também a uma manifestação de conformidade com o discurso feito funcionar pelo dispositivo colonial português. Primeiro, por sugerir e denunciar a naturalização da infundada suposição de que o proveito da Coroa foi, em alguma medida, também da população. Além disso, por significar a reprodução da negação de qualquer resquício de discernimento e autonomia de vontade aos povos nativos do Brasil, os quais, desde sempre, conforme descrito por Caminha, foram

³⁸⁶ A ninguém mais seria dado reclamar da concorrência “estrangeira” das primeiras décadas, pois é certo que, se a apropriação dos nossos recursos tivesse se dado exclusivamente por Portugal, nenhum aproveitamento isso traria ao Brasil de então (nem ao que veio a se tornar), muito menos aos seus naturais. Lembremos que o Estado português do século XVI (e ao menos dos quatro séculos seguintes) era patrimonialista, de modo que a sua riqueza se confundia com a do(a) soberano(a), que a usava apenas para manutenção do poder e para o custeio da própria opulência. Tal modelo estava longe, muito longe de se assemelhar ao que hoje consideramos como Estado de bem-estar, ou mesmo a um Estado mínimo, em que este funciona, em tese, revertendo parte do produto das rendas que obtém em serviços para a população. Nada disso se cogitava naquela época, de modo que somente aqueles poucos privilegiados com funcionamento do dispositivo colonial português, o que não incluía a população portuguesa em geral, muito menos a nativa do Brasil, experimentaram algum “prejuízo” com a concorrência francesa na exploração do pau-brasil.

³⁸⁷ As aspas querem indicar ressalvas à conclusão de que houve “perda”. A perda pressupõe que havia o “direito” de conquista e exploração conferido a Portugal, o que somente seria admissível em se tratando de territórios desabitados, destituídos de gente ou, ainda, de “sujeitos de direitos”. Não era o caso do Brasil, conforme já assinalado anteriormente, embora a limitação do objeto do trabalho não permita o aprofundamento do tema. Além disso, não se poderia considerar ter havido “perda” propriamente dita, pois os que não exploraram o Brasil imediatamente, não o fizeram por empreender a conquista de regiões de comércio no Oriente, de modo que, em lugar de “perder”, na verdade estavam lucrando em outro lugar.

considerados “incapazes”³⁸⁸ e, por isso, “merecedores” da curatela “civilizatória” pela Coroa portuguesa.

Representa, ademais, ignorância ou consideração de irrelevância quanto ao fato de que os franceses concediam aos nativos do Brasil um tratamento mais benéfico³⁸⁹ (ainda que não fosse justo ou equitativo) que o dispensado pelos portugueses, sobretudo pela inicial despretensão (dos franceses) quanto à exclusividade territorial (SIMONSEN, 2005 [1937], p. 75)³⁹⁰, por não terem praticado a escravidão indígena como atividade regular e destinada ao tráfico (BUENO, 2012, p. 79), assim como por não pretenderem a conversão religiosa dos nativos, mediante o aldeamento, a ministração regular da catequese e da disciplina jesuítica para o trabalho produtivo.

Destarte, se não se pode afirmar (o que não se sustenta aqui, ressalte-se) que ser parcialmente explorado pelos franceses ou por outras nações tenha sido uma vantagem para o Brasil ou para os nativos que aqui habitavam, não se pode negar ser impróprio, quiçá irracional, especular que mais justo, legítimo ou adequado seria que essa obra “civilizatória” fosse empreendida somente por Portugal e, ainda, que devesse ter sido iniciada desde quando nosso “descobridor” desembarcou em Porto Seguro.

O que se deveria lamentar, isto sim, é o ainda escasso e tímido estranhamento à desconsideração da presença da população nativa, bem como o rebaixamento da subjetividade dos indígenas que aqui se encontravam em 1500, o que evidencia a subsistência dos efeitos do

³⁸⁸ As aspas foram utilizadas para o fim de anunciar a ciência do anacronismo no emprego da expressão “incapaz”, que corresponde na atualidade àqueles que não podem praticar, por si só, os atos da vida civil, conforme disposto no 3.º do Código Civil. A prática do anacronismo se deu de modo proposital, mas a opção se justifica pelo interesse em revelar a impropriedade, ou melhor, o absurdo do discurso colonial de Portugal, ao equipar todos, absolutamente todos os nativos que Brasil à mesma condição jurídica que tem, na atualidade, um bebê lactante (absolutamente incapaz), a uma pessoa considerada pela medicina como portadora de doença mental no grau mais elevado (absolutamente incapaz). Não se questiona que havia nações indígenas nos mais diversos estágios “civilizatórios”, tampouco se refuta que nenhuma delas não chegou a desenvolver a escrita e, ainda, a fazer uso de metais. Mas esses critérios civilizatórios são nossos, dos colonizadores e colonizados do Ocidente, de modo que a intenção de os aplicar de modo universal corresponde, na verdade, a uma inequívoca pretensão hegemônica. A complexidade que caracterizava as relações sociais de diversas nações nativas do Brasil, sobretudo no que se refere àquelas do tronco Tupi-Guarani, do Xingu, além de outros, não autoriza generalizar o argumento de incapacidade. O pior de tudo, no entanto, é que o discurso funcionou, de modo que é comum, mesmo entre historiadores do quilate de Caio Prado Júnior e Raimundo Faoro, a desconsideração do indígena, ao menos em relação a algumas nações de então, como “sujeitos de direito” (eis outro anacronismo) e dotados de autonomia e autodeterminação. Se no tocante a estes o discurso colonial funcionou assim tão “bem”, avaliem em relação à população em geral.

³⁸⁹ Que fique claro que esse argumento não manifesta predileção por franceses, holandeses, ingleses, etc. Limiteme a reconhecer que houve distinções quanto ao modo e à intensidade da exploração realizada pelos diversos conquistadores europeus, o que não lhes subtrai a condição de exploradores.

³⁹⁰ “Não disputando a terra aos autóctones, procuravam agradar-lhes quanto possível, por intermédio de hábeis intérpretes, que aí deixavam, facilitando a obtenção dos produtos que ambicionavam, em troca de bugigangas e instrumentos que os indígenas tanto apreciavam. Daí a simpatia de que gozavam os “Mair”, franceses, em contraposição ao ódio que lhes inspiravam os “Perós”, portugueses, apelidos que lhes davam os indígenas.”

regime de verdade estabelecido pelo discurso colonial, que funcionou de modo a naturalizar, a fazer se considerar normal (decorrente de norma) o “direito” de conquista que supostamente favorecia Portugal, assim como a ensejar a continuidade da reprodução, até os dias atuais, de enunciados “herdados” daquele período.

Eis a perspectiva cognitiva do colonialismo eurocêntrico empreendido pelos portugueses, que se findou politicamente, ao menos em caráter oficial, mas que permanece funcionando nos campos do pensamento e da prática, como forma de colonialidade da relação poder/saber (SANTOS, 2009, p. 12; QUIJANO, 2009, p. 75; GROSGOUEL, 2009, p. 385).

Mas além das questões alusivas à soberania, as três primeiras décadas que se sucederam ao “achamento” foram essenciais também para a obtenção de informações a respeito da nova possessão. Diferentemente do que se verificava em relação à África e ao Oriente (parte da Ásia), territórios sobre os quais se tinha algum conhecimento prévio³⁹¹ (embora parcial e, em muitos aspectos, enviesado), muito pouco se sabia em relação ao Brasil de 1500. Mesmo considerando a expedição de Duarte Pacheco (1498), predecessor de Cabral, e cogitando admitir a realização de viagens anteriores a esta, o que se tinha de conhecimento sobre as terras de Vera Cruz em 1500 não era muito mais do que aquilo descrito na carta de Caminha. A partir das medições realizadas pelo Mestre João em 1500, que integrou a expedição de Cabral, confirmou-se que Vera Cruz estava situada dentro dos domínios portugueses estabelecidos em Tordesilhas. Confirmou-se, ainda, que a terra era habitada (aparentemente muito habitada, conforme registrado desde 1498 por Duarte Pacheco), embora por pessoas supostamente destituídas de qualquer discernimento e que “nada lavravam”. Soube-se que aqui, aparentemente, não havia ouro ou prata, mas que a terra era passível de ser cultivada. Isso era praticamente tudo o que se sabia, mas representava quase nada para viabilizar a efetiva exploração de um território de dimensões continentais (embora isso também não fosse sabido, tanto que Caminha registrou a possibilidade de Vera Cruz ser uma ilha).

Por essa razão, as diversas expedições que se sucederam durante as três primeiras décadas, fossem elas exploratórias e/ou guarda-costas, além de afirmar a soberania de Portugal, como analisado neste tópico, prestaram-se também ao fim de reunir informações sobre a configuração cartográfica da costa e a geografia elementar da região litorânea. Nesse sentido,

³⁹¹ No Mapa do Mundo de Henricus Martellus (ver Anexo 01), elaborado em 1489, a África já é representada como um continente contornável pelo sul do Atlântico, fato que restou comprovado pelo êxito da expedição de Bartolomeu Dias, que regressou a Lisboa em dezembro de 1488.

ao se comparar aquele que é considerado o “mais antigo mapa do Brasil”³⁹² (DUARTE LEITE, 1901, p. 229), o denominado Planisfério de Cantino³⁹³⁻³⁹⁴⁻³⁹⁵⁻³⁹⁶ (1502), à Carta *Terra Brasilis* (1519)³⁹⁷⁻³⁹⁸, à Carta Universal de Diego Ribeiro³⁹⁹⁻⁴⁰⁰ e, finalmente, à Carta Náutica de Gaspar Viegas (1534)⁴⁰¹⁻⁴⁰², constata-se um manifesto aperfeiçoamento das bases de dados geográficos e cartográficos relativas ao Brasil, seja pelo incremento do número de informações reunidas, seja pela precisão e confiabilidade destas.

³⁹² A bem da verdade, não se trata de verdadeiro “mapa do Brasil”, mas de um mapa que se poderia classificar, nos dias atuais, de “mapa-múndi” (mapa do mundo), contendo a parte de Vera Cruz (hoje, Brasil) que se conhecia até então (1502).

³⁹³ O nome se refere ao cartógrafo responsável pela elaboração do planisfério, o cartógrafo “italiano” Alberto Cantino.

³⁹⁴ Sabendo Dom Manuel, antes de Bacon, que conhecimento era poder, determinou que fosse observado o mais absoluto sigilo em relação a tudo o que dissesse respeito às navegações e descobrimentos portugueses, proibindo a divulgação de cartas náuticas e pomos (globos) que fizessem alusão a rotas e possessões ultramarinas, impondo a sujeição do infrator, em caso de descumprimento ao interdito, à pena de perdimento de bens (VARNHAGEN, 1854, p. 36; DUARTE LEITE, 1901, p. 226). A despeito de toda a cautela de Portugal, o planisfério de Cantino foi adquirido pelo Duque de Ferrara no ano de 1502, sendo o primeiro mapa que veio a se tornar público e que apresentava parte do território correspondente a Vera Cruz. A aquisição do aludido mapa foi considerada uma das “maiores proezas da espionagem italiana (sic) em Portugal”, (MALHEIRO DIAS, 1901, pp. 107/180). Uma ressalva a essa afirmação, todavia, há de ser feita. A rigor, tais atos de espionagem devem ser atribuídos a Veneza, e não à Itália propriamente. A propósito, conforme menção anterior neste trabalho, a Itália, como Estado unitário, somente (re)nasceu no ano de 1861, de maneira que a referência feita por Malheiro Dias é manifestamente anacrônica, além de promover uma indevida generalização, sobretudo se consideramos o fato de que algumas cidades-estados da atual Itália eram, naquela época, financiadoras das navegações portuguesas.

³⁹⁵ O Planisfério de Cantino foi elaborado já contemplando informações de mais de uma viagem realizada entre 1500 e 1502 ao “litoral do Brasil” (sic) (MALHEIRO DIAS, 1901, p. 176). A partir dele, é possível aferir a contiguidade das terras de Portugal e Castela divididas de acordo com o Tratado de Tordesilhas, confirmando, então, que Vera Cruz era de fato uma terra, e não uma “ilha”, como cogitado na carta de Caminha. A extensão da costa percorrida naquelas expedições não correspondia à totalidade dos territórios lusitanos conferidos pelo aludido Tratado, uma vez que, em direção ao sul, elas não teriam ultrapassado as “paragens de Cabo Frio ou mesmo do Cabo de S. Tomé” (MALHEIROS DIAS, 1901, p. 217).

³⁹⁶ Ver Anexo 02.

³⁹⁷ A Carta *Terra Brasilis*, constante no *Atlas Português de 1519* (também conhecido como *Atlas Miller*), retrata o Brasil com a informação de toda a costa relativa às possessões portuguesas na América, do extremo norte até a foz do Rio da Prata, este cuja descoberta oficial se deu em 1514 (PEREIRA, 1901, p. 351). A aludida Carta, além dos dados correspondentes a pontos geográficos específicos, contém ilustrações concernente à fauna, à flora e aos habitantes nativos.

³⁹⁸ Ver Anexo 03.

³⁹⁹ Datada de 1529, a *Carta Universal de Diego Ribeiro* foi elaborada promovendo a incorporação dos dados da expedição de circum-navegação da terra, realizada por Fernando de Magalhães entre 1519 e 1222. Como destaque deste mapa, além da localização da passagem que liga os oceanos Atlântico e Pacífico, atualmente denominada de Estreito de Magalhães, observa-se também dados descritivos das Antilhas e do norte da América.

⁴⁰⁰ Ver Anexo 04.

⁴⁰¹ Embora diga respeito a ano que excede o recorte temporal proposto para o presente tópico, que se cingiu a analisar as três décadas seguintes ao “achamento”, a carta náutica de Gaspar Viegas, confeccionada em 1534, também merece ser aqui registrada, pois ela corresponde ao resultado do conhecimento acumulado em razão das expedições realizadas no período em questão. Assim como os instrumentos anteriores, a carta de Gaspar Viegas representa toda a extensão da costa relativa aos territórios portugueses na América (“do Sul”), mais amplia o número de pontos geográficos registrados, além de indicar amarrações referentes às coordenadas geográficas, notadamente em relação ao pontos notórios do oceano Atlântico, da Europa e da África.

⁴⁰² Ver Anexo 05.

O mesmo pode ser dito quanto ao conhecimento acerca dos povos nativos do Brasil, notadamente suas línguas e seus costumes, bem como ao estabelecimento de relações de “amizade”, alianças e trocas. As ações neste sentido tiveram início, conforme já aqui relatado, pelo trabalho dos degredados lançados, aos prantos⁴⁰³, pela expedição de Cabral em 1500, especialmente daquele de quem a história não esqueceu o nome: Afonso Ribeiro⁴⁰⁴. Mas após três décadas, o incremento neste campo foi notável. Da fracassada tentativa de Cabral em se comunicar com os nativos, conforme relatou o cronista do “achamento”, ao estabelecimento de relações de aliança sobretudo pela via matrimonial⁴⁰⁵, os muitos avanços surpreenderam aquele que é considerado o responsável pelo início do povoamento do Brasil, Martim Afonso de Souza, cujo sentimento foi descrito pelo historiador Eugênio Egas (1912, p. 9) nos seguintes termos:

Martim Afonso havia de ter, por força, enormíssima surpresa quando encontrou em S. Vicente, Antônio Rodrigues, português, que soubera captar as boas graças da primeira filha do cacique Piquerobi, tendo sabido fazer aliança amorosa com a índia, e filial com o pajé. A surpresa devia mesmo de ter sido enormíssima: mas chegou a ser fulminante, quando Martim Affonso soube, pelo mesmo Antônio Rodrigues, que na borda dos campos de Piratininga existia um outro português, João Ramalho⁴⁰⁶, natural de Vizeu, que se havia feito amigo, aliado e genro do poderoso cacique Tibiriçá, por lhe haver seduzido a encantadora filha, princesa Bartira, com a qual vivia matrimonialmente, incluindo de modo decisivo nos destinos e nas resoluções do reino de Piratininga. E graças a esse encontro providencial, os índios nada fizeram de mal ao almirante português, que permaneceu em S. Vicente, por largos meses, e, afinal, por ordem do rei, se foi para a índia ilustrar o seu nome e com os seus feitos também a sua pátria.

⁴⁰³ “Os dois degredados ficaram na praia chorando sua infeliz sorte, e acompanhando com os olhos as quilhas pátrias até que elas se haviam de todo sumido no horizonte. Acaso as saudades dos que até ali eram seus carcereiros, cresciam com o medo daqueles desconhecidos a cuja mercê ficaram.” (VARNHAGEN, 1854, p. 18).

⁴⁰⁴ Afonso Ribeiro regressou a Portugal posteriormente, possivelmente na expedição de Américo Vespúcio, a quem prestou informações que subsidiaram a elaboração da obra *Novus Mundus*. As ações de “diplomacia” levadas a efeito pelos degredados foram essenciais para a obra de conquista do Brasil, sendo já usuais também no empreendimento das Índias (MALHEIROS DIAS, 1901, p. XVII). Isso revela a adoção de uma peculiar solução adotada pelo dispositivo colonial português, diante da escassez de mão de obra em Portugal, da necessidade de diminuir custos, bem como da improvável voluntariedade para as ações mais desafortunadas da empresa das navegações: ampliar a criminalização de condutas e impor a pena de degredo. Sobre a questão, o comentário de Malheiro Dias (1901, p. XVII) é esclarecedor: “Não existia na legislação criminal coeva código de severidade comparável ao Livro V das Ordenações Manuêlinas. Cerca de duzentos delitos eram nele puníveis com o degredo. Fundado motivo tinha o barão Homem de Melo ao escrever: ‘o que nos deve a justo título admirar é a que a nação inteira não fosse degredada em massa.’ Decerto, correspondiam penas de morte por graves delitos aos que as primeiras expedições de descobrimento largavam entre os bárbaros do Novo Mundo e nos adustos litorais da África, não tendo sido poucos os que remiram o crime e se regeneraram por ações heroicas abnegação patriótica.” Assim funcionando, o sistema penal lusitano lançava (literalmente) degredados nos locais em que se desenvolvia ou em que se pretendia desenvolver ações de conquistas. Era a eles, aos “abnegados”, “patriotas” e “chorões” degredados que se impunha, por exemplo, a dianteira dos desembarques, bem como a tarefa de estabelecer contato com povos estranhos.

⁴⁰⁵ Segunda Caldeira (2017, p. 67/75), “a aliança matrimonial era a linguagem política dos Tupinambá”, sendo, de um modo geral, o modelo de expansão de alianças dos povos do tronco Tupi.

⁴⁰⁶ Quando do contato de Martim Afonso de Sousa com João Ramalho, ocorrido no ano de 1532, este último já habitava, há aproximadamente 20 (vinte) anos, a região que veio a se tornar São Vicente, mantendo ali intensas e próximas relações com os indígenas da região (VARNHAGEN, 1854, p. 18). No mesmo sentido: CAPISTRANO DE ABREU, 1918, p. 83 (*Prolegômenos ao Livro II de Frei Vicente*).

As condições de agricultura também foram testadas nas primeiras três décadas, confirmando a projeção de Caminha no sentido de que, em se querendo aproveitá-la, “tudo” nela se poderia cultivar. Apesar de o limitado cultivo no entorno das feitorias não ter primordialmente o condão de produzir para o comércio, mas sobretudo para viabilizar a manutenção dos que labutavam naqueles estabelecimentos, terminava-se por promover a experimentação de culturas propícias para cada localidade, sendo o que se sucedeu, por exemplo, com o açúcar⁴⁰⁷. Embora o início da produção sistemática da cana seja atribuído ao povoamento estabelecido por Martim Afonso de Sousa em São Vicente (VARNHAGEN, 1854, p. 141; SIMONSEN, 2005 [1937], p. 120), há registros que dão conta de que açúcar de “Pernambuco e Tamaracá” chegou a Lisboa ainda no ano de 1526 (VARNHAGEN, 1877, p. 102), sendo este fato também relatado por Faoro (2012 [1958], p. 130)⁴⁰⁸. Ao implantar aqui o que a historiografia denominou de “solução açucareira”, ou seja, o estabelecimento de uma cultura em grande escala cujo proveito econômico justificasse o investimento e o esforço de ocupação efetiva do Brasil, Portugal não fez isso “do nada”, como aventura, por acaso, mas com fundamento em um saber já experimentado no período que alguns reputam como de “esquecimento” das possessões lusitanas na América.

A não ser que se admita que esta contou, como sugeriu Camões, com efetivo auxílio divino (divino mesmo, não papal) ou com muita sorte, é preciso reconhecer que Portugal não teve frustrados seus (não nossos ou de outros que porventura escreveram sobre o assunto) desígnios para suas possessões americanas, seja naquele período inicial, como também nos três séculos em o Brasil permaneceu como colônia.

Portugal não teve pressa. Há quem considere até que tardou, que “se esqueceu” do Brasil. Mas se considerarmos a dimensão do empreendimento que consistiria na conquista e colonização de um território continental como já era, na época, o de sua colônia americana, o que viria a ser feito a partir de um modelo até então não experimentado (ao menos com a mesma escala) em outros domínios ultramarinos de Portugal, não se pode dizer que perdeu tempo,

⁴⁰⁷ Não foi aleatória a opção pelo açúcar como cultura predominante nos primeiros dois séculos da colonização. Acerca disso, Faoro (2012 [1958], p. 130) afirma o seguinte: “No momento da concessão das donatárias já se sabia, com segurança, da possibilidade do cultivo da cana, certeza que autorizaria os donatários e colonos a levantar recursos e concertar financiamentos.”

⁴⁰⁸ “Com a melhoria dos preços, que se foi verificando a partir da segunda década do século XVI, incrementaram os portugueses a produção das ilhas e parece que, na terceira década, se plantou cana junto à feitoria de Pernambuco. Consta que Pedro Capico ali instalara um pequeno engenho e Varnhagen refere que, em 1526, já figuravam na Alfândega de Lisboa direitos sobre o açúcar de Pernambuco.” (SIMONSEN, 2005 [1937], p. 120).

muito menos que fracassou. Enquanto vigiava⁴⁰⁹, se não muito, mas o suficiente para manter a soberania em relação aos seus territórios americanos, Portugal lucrava com o comércio de especiarias do Oriente e, não menos importante, reunia aqui as informações da terra e da população, as quais se prestariam a subsidiar a elaboração e implementação de um sistema de dominação que, com maior êxito ainda, viria a ser empregado durante os quase 300 (trezentos) anos em que manteve o Brasil em estado (com “m” minúsculo mesmo) de colônia.

Que poderiam ser adotadas outras providências, não se questiona. Que talvez outras ações pudessem ter sido empreendidas com maior eficácia no combate à concorrência “estrangeira”, notadamente dos franceses, pode-se especular que sim. Mas, diante daquelas circunstâncias, e considerando os resultados decorrentes dos poucos esforços da Coroa (aqui me refiro ao Governo central em si), falar em “fracasso” ou “esquecimento” é realizar julgamento de rigor descabido, passível mesmo de ser qualificado como impróprio ou, ainda, como mera reprodução do discurso que justificou a conquista e a exploração empreendidas pelos portugueses.

5.2. A colonização do litoral e a partir dele: colonização das terras e da população.

Preservado o domínio sobre o Brasil, e ao ensejo de conservá-lo e lucrar com ele, fez-se necessário e oportuno principiar sua exploração. A Dom Manuel, o Rei Merceeiro, sucedeu seu filho Dom João III, o Rei Colonizador, o qual ordenou a Martim Afonso de Sousa iniciar a colonização sistemática do Brasil (OLIVEIRA MARTINS, 1920 [1880], p. 1).

Mas o que foi, então, a colonização do Brasil, e mais especificamente do seu litoral? Reflitamos inicialmente sobre essa indagação, apenas e na medida em que ela importa para as questões dominiais e de ocupação do litoral.

⁴⁰⁹ E nem se cogite dizer que vigiou mal, pois o fazendo, em grande medida, por delegação a particulares, Portugal não deixou de ter reconhecido o domínio sobre um palmo de terra sequer em relação às possessões outorgadas originariamente pelo Tratado de Tordesilhas, a despeito da insatisfação de algumas nações europeias e da resistência dos nativos. Na verdade, expandiu seus domínios para bem além das dimensões originariamente “pactuadas” naquele Tratado.

5.2.1. Colonização: sentido, derivação e dispositivo.

Para o verbete “colonização”, o Dicionário Priberam⁴¹⁰ apresenta os seguintes significados:

colonização
(colonizar + -ção)
substantivo feminino
Ato ou efeito de colonizar.
(...)
colonizar - Conjugiar
(colono + -izar)
verbo transitivo
1. Povoar de colonos.
2. Promover a colonização de.
3. Habitar como colono.”

Em conformidade com as definições acima referenciadas, a colonização, ou ato de colonizar, tem significado associado ao estabelecimento de povoamento, à fixação de habitantes em determinadas regiões. Nessa mesma linha de entendimento, Maquiavel (2012 [1513], p. 12), no início do século XVI, ao dissertar acerca das providências mais eficientes para a manutenção do poder em novos territórios conquistados, também associa o sentido da colonização à fixação de habitantes em determinado território, conforme se pode aferir do trecho de sua obra mais conhecida que a seguir será transcrito:

Outra excelente medida é enviar colonos, assentando-os em uma ou duas zonas do principado. Os colonos servirão de verdadeiros grilhões deste Estado, porquanto, se tal não for feito, será necessário manter no local um grande número de milicianos e de peões. Não são grandes os gastos com as colônias; o seu envio e a sua manutenção não acarretam nenhuma ou pouquíssima despesa. O Príncipe lesará somente aqueles dos quais tomará as terras e as casas para dá-las aos novos habitantes; e aqueles, os lesados, que representam uma ínfima parte do seus Estado, achando-se dispersos e desvalidos, jamais contra ele poderão conspirar. Todos os demais, de um lado por não haverem sido prejudicados; de outro, preocupados em não cometerem e receosos que a eles advenha a mesma espoliação a que os outros foram submetidos, permanecerão quietos e cordatos. Concluo que estes colonos não oneram o Estado, são mais fiéis ao Príncipe e melindram menos os súditos locais.

Silva e Silva (2009, p. 67) afirmam que a colonização pode se desenvolver em relação a áreas desabitadas, mas o que com mais frequência se verificou ao longo da história foi sua execução sobre territórios já anteriormente ocupados. Elas, assim como filósofo florentino,

⁴¹⁰ "Colonização", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/coloniza%C3%A7%C3%A3o> [consultado em 24-11-2018].

vinculam o ato de colonizar ao estabelecimento de povoamento, conforme se pode aferir do trecho a seguir transcrito, o qual corresponde a parte do verbete “colonização” constante no *Dicionário de Conceitos Históricos* (SILVA; SILVA, 2009, p. 67)

Colonização, mais do que um conceito, é uma categoria histórica, porque diz respeito a diferentes sociedades e momentos ao longo do tempo. A ideia de colonização ultrapassa as fronteiras do Novo Mundo: é um fenômeno de expansão humana pelo planeta, que desenvolve a ocupação e o povoamento de novas regiões. Portanto, colonizar está intimamente associado a cultivar e ocupar uma área nova, instalando nela uma cultura preexistente em outro espaço.

A definição de Silva e Silva ressalta o caráter histórico da categoria “colonização”, expressão que ao longo do tempo (milênios, no caso) foi sendo submetida ao que Foucault (2007 [1966], pp. 155) designou de derivação⁴¹¹, ou seja, um desvio no sentido original de determinada palavra, que pode funcionar para modificar o que primitivamente lhe foi conferido, seja para reduzi-lo ou mesmo para ampliá-lo.

No caso específico, o que se sucedeu com a palavra “colonização” foi o alargamento do seu significado mais primitivo, de modo que passou a compreender mesmo as ocupações dissociadas da ideia elementar de povoamento. Nesse sentido, é preciso dizer que Portugal jamais povoou qualquer domínio ultramarino seu, ao menos nunca no sentido de promover o incremento do contingente populacional, ou seja, de aumentar o contingente demográfico, quando já havia na posse alguma população nativa. Aliás, o efeito inevitável da chegada dos portugueses aos territórios conquistados⁴¹² foi, como regra, o decréscimo populacional, não sendo identificado um registro sequer de lugar do globo onde esses “colonizadores” tenham

⁴¹¹ É preciso esclarecer que a derivação exige sempre uma imediata associação por semelhança, um “rumor analógico das coisas” (FOUCAULT, 2007 [1966], p. 168). A inobservância dessa exigência, então, poderia ensejar a ilegitimidade da pretensão de derivação.

⁴¹² A expressão conquista aqui foi utilizada para denotar a ideia de que esse efeito despovoador se deu, por óbvio, quando da chegada dos portugueses a territórios já habitados anteriormente.

posto os pés e que tenha sido exceção a essa regra⁴¹³⁻⁴¹⁴. Prova maior desse argumento foi o efeito nefasto da ocupação portuguesa para o Brasil que, conforme já apontado neste trabalho, reduziu de 3.000.000 (três milhões) para apenas 360.000 (trezentos e sessenta mil) o número de habitantes indígenas, somente em relação ao período denominado de Colonial⁴¹⁵⁻⁴¹⁶.

E se pode ainda dizer que semelhante processo de derivação foi também experimentado pela palavra “colono”. Para Maquiavel, segundo o trecho de *O Príncipe* antes transcrito, colono

⁴¹³ Nesta mesma regra, junto a Portugal, pode ser posto o Reino de Castela (Espanha atual). Sobre a ação igualmente nefasta dos colonizadores ibéricos em relação à população nativa, para que não cogite poder se referir a ela como patriótica ou civilizatória, oportuno referenciar, mais uma vez, Todorov (2010 [1982], pp. 190-191): “Devemos examinar a destruição dos índios no século XVI em dois planos, quantitativo e qualitativo. Na ausência de estatísticas contemporâneas, a questão do número de índios mortos poderia ser objeto de uma simples especulação, admitindo as respostas mais contraditórias. Os autores antigos propõem números, e verdade, mas, de modo geral, quando um Bernal Diaz ou um Las Casas dizem ‘cem mil’ ou ‘um milhão’, pode-se duvidar que eles jamais tenham tido a possibilidade de contar, e se esses números, no final das contas, querem dizer alguma coisa, ela é bastante imprecisa: ‘muitos’. Além disso, não foram levados a sério os ‘milhões’ de Las Casas em sua *Brevisima Relacion de la Destruccion de las Índias*, quando tenta dar um número aproximado de índios desaparecidos. Contudo, as coisas mudaram completamente desde que historiadores atuais, através de métodos engenhosos, conseguiram estimar com bastante verossimilhança a população do continente americano às vésperas da conquista, para compará-la a que se encontra cinquenta ou cem anos mais tarde, a partir dos recenseamentos espanhóis. Nenhum argumento serio pode ser levantado contra esses números, e aqueles que, até hoje, continuam a negá-los, fazem-no simplesmente por que, se e verdade, e profundamente chocante. Efetivamente, esses números dão razão a Las Casas: não que suas estimativas sejam confiáveis, mas seus números são da mesma ordem de grandeza que os fixados atualmente. Sem entrar em detalhes, e para dar somente uma ideia global (apesar de não nos sentirmos totalmente no direito de arredondar os números em se tratando de vidas humanas), lembraremos que em 1500 a população do globo deve ser da ordem de 400 milhões, dos quais 80 habitam as Américas. Em meados do século XVI, desses 80 milhões, restam 10.”

⁴¹⁴ O mesmo se diga em relação à própria população natural de Portugal, que foi muito diminuída em razão das atividades bélicas empreendidas no contexto das navegações e conquistas, uma vez que o número de tripulantes que regressavam a Lisboa representava, em média, 10% (dez por cento) daquela que partia (SIMONSEN, 2005 [1937], p. 57).

⁴¹⁵ Sobre esses dados, remetemos à leitura do tópico “4” deste Capítulo, denominado de “Os ‘senhores do litoral’ ou ‘da costa’”.

⁴¹⁶ Ao promover a distinção entre as ações colonizadoras portuguesas e espanholas, Gilberto Freyre, mais uma vez, enaltece a política lusitana, conforme se pode aferir do trecho de sua *Casa-grande e senzala*: “A segunda: o aproveitamento da gente nativa, principalmente da mulher, não só como instrumento de trabalho, mas como elemento de formação da família. Semelhante política foi bem diversa da de extermínio ou segregação seguida por largo tempo no México e no Peru pelos espanhóis, exploradores de minas, e sempre e desbragadamente na América do Norte pelos ingleses.” (FREYRE, 2003 [1933], p. 79). Essa afirmação, além de deixar bem claro o lugar institucional ocupado pelo sujeito enunciatador de tal juízo (enviesado), revela também a desconsideração dos dados empíricos (já disponíveis na época) quanto ao extermínio e aldeamento forçado de nativos. Na verdade, o próprio Freyre contradiz a si mesmo, ao relatar a degradação dos indígenas submetidos à segregação, conforme se vê no trecho da mesma obra que a seguir transcrevo: “Com a segregação dos indígenas em grandes aldeias, parece-nos terem os jesuítas desenvolvido no seio das populações aborígenes uma das influências letais mais profundas. Era todo o ritmo de vida social que se alterava nos índios. Os povos acostumados à vida dispersa e nômade sempre se degradam quando forçados à grande concentração e à sedentariedade absoluta.” (FREYRE, 2003 [1933], p. 179). Confesso querer reconhecer a relevância da obra do aludido autor, mas não estou certo de que ela tenha prestado mais serviços do que desserviços à compreensão do “processo” de formação do Brasil contemporâneo. Isso pelo fato de que o seu primor em certos aspectos termina por reforçar a naturalização de enunciados discursivos manifestamente discriminatórios e, ainda, que conduzem a adoção de uma postura acrítica de pensamento. Seria mais fácil não se deixar convencer por certas ideias absurdas (como é o caso da acima tratada), se porventura a obra fosse ruim, se aquelas ideias não fossem ditas (escritas) por quem as disse (escreveu). Os discursos nocivos que funcionam a partir da obra de Freyre teriam menor eficácia se não fosse a excelência daquela (obra) e a autoridade deste (autor).

é aquele que é assentado em determinada porção de terra a fim habitá-la e cultivá-la. A mesma ideia é apresentada por Bosi, para quem “*Colonus*⁴¹⁷ é o que cultiva uma propriedade rural em vez do seu dono; (...) o habitante de colônia, em grego m. *āpoikos*, que vem estabelecer-se em lugar dos *incolae*⁴¹⁸.”

No caso do Brasil, transpondo-se para a colônia a prática corrente na metrópole, que consistia na rejeição da população lusitana ao trabalho braçal⁴¹⁹, o cultivo da terra sempre foi conferido, primordialmente, à mão-de-obra escravizada, primeiramente a nativa do Brasil e, logo em seguida, a do negro africano. Desde a chegada de Cabral e durante todo o período que antecede ao fim da escravidão negra⁴²⁰, “colono” era o titular da doação de determinada possessão (FAORO, 2012 [1958], p. 147) ou o obreiro da Coroa lusitana, e não propriamente aquele que trabalhava a terra⁴²¹. Por essa razão Faoro (2012 [1958], p. 143), com acerto, afirma que Portugal não trouxe para o Brasil “um povo que transmigra, mas funcionários que comandam e guerreiam, obreiros de uma empresa colonial, cuja cabeça ficou nas praias de Lisboa.”

Como efeito dessa derivação, houve, ainda, a pretensão de distinguir o empreendimento de colonização das ações de mera apropriação. Acerca dessa questão, recorramos novamente a Maquiavel (2012 [1513], p. 13), que considera o ato de colonizar como coisa diversa da ocupação militar, mas, ainda assim, como modalidade de conquista, sendo medida (a colonização) alternativa, menos custosa e mais eficaz, à utilização de força armada. Nesse sentido, ele afirma o seguinte:

Todavia, se, em lugar de colonos, o Príncipe mantiver milicianos, gastará muito mais, e toda a renda do Estado acabará consumida no sustento das guarnições, de modo que o seu ganho resultará em perdas. Além disso, afrontará com rudeza ainda maior os súditos locais, porquanto desgostará todo o povo com os deslocamentos e os acantonamentos do seu exército. Todos sofrem com esta fastidiosa situação e todos fazem-se inimigos do Príncipe, inimigos que podem embaracá-lo; afinal, insultados que foram, têm ainda as suas casas a abrigá-los. Portanto, de todo modo é inútil esta força de ocupação, tanto quanto é útil o assentamento de colônias.

⁴¹⁷ “*Colonus*” (do latim): o agricultor.

⁴¹⁸ *Incolae* (do latim): os habitantes (anteriores, no caso).

⁴¹⁹ Também neste trabalho já se fez referência a essa característica do português de então, que rejeitava o labor, sobretudo o braçal, atribuindo-o aos escravos mouros e, posteriormente, negros. Acerca dessa característica dos lusitanos de então, Holanda (2016 [1936], p. 80) afirma que, em Portugal, “todo o serviço era feito por negros e mouros cativos, que não se distinguiam de besta de carga senão na figura.”

⁴²⁰ Após a abolição da escravidão, o Brasil viu colonos lavrarem a terra, especialmente na cultura do café (SANDRONI, 1999, p. 109).

⁴²¹ Os titulares das doações feitas aqui no Brasil eram como os porcos da Granja dos Bichos (designada de Granja Solar, enquanto pertencia ao senhor Jones): “Os porcos não trabalhavam propriamente, mas dirigiam e supervisionavam o trabalho dos outros. Donos de um conhecimento maior, era natural que assumissem a liderança.” (ORWELL, 2007 [1945], p. 27).

No tocante à necessária associação da ideia de colonização à conquista e dominação, Silva e Silva (2009, p. 68) concordam com a conclusão de Maquiavel, ao prescreverem que o ato de “colonizar está sempre associado a conquistar”, tudo isso no âmbito de “um conjunto específico de relações de dependência e controle político e econômico que as metrópoles impuseram a suas colônias”, que ela designa “sistema colonial”⁴²².

Na mesma linha também é o pensamento de Bosi (1992, p. 12), que afirma: “O traço grosso da dominação é inerente às diversas formas de colonizar e, quase sempre, as sobredetermina. *Tomar conta de*, sentido básico de *colo*, importa não só em *cuidar*, mas também em *mandar*.”

A subsistência da associação colonização-conquista poderia sugerir, sem maiores reflexões, que o esforço discursivo empreendido pelos portugueses⁴²³ para dissociar uma coisa (colonização) da outra (conquista) talvez não tenha sido exitoso. Mas se cogitarmos considerar que as medidas retóricas pretendiam, finalisticamente, objetar ou esvaziar eventuais juízos negativos associados às ações colonizadoras (de conquista), a conclusão é bem distinta, sobretudo se levarmos em conta o fato de que a historiografia de ao menos 4 (quatro) séculos foi circunspecta e moderada ao criticar a Coroa portuguesa.

A propósito, os registros históricos oficiais⁴²⁴ sempre trataram a chegada de Cabral a Vera Cruz como “achamento”, e nunca qualificaram a colonização como conquista no sentido

⁴²² Que neste trabalho, conforme justificativa já apresentada, é tratado como dispositivo colonial (português aplicado no Brasil).

⁴²³ Quanto a este aspecto, os portugueses foram mais discretos que os Castelhanos (espanhóis de agora), estes que chegaram ao ponto de proibir expressamente o uso das palavras “conquista” e “conquistadores”, substituídas por “*descubrimiento*” (descobrimento ou “achamento”) e “*pobladores*” (colonos) (BOSI, 1992, p. 12). A propósito, Todorov (2010, pp. 252-254), afirma que medida determinada pela Coroa de Castela pretendia evitar a prática de novos atos de violência, não se insurgindo propriamente em face do resultado das ações de conquista, ou seja, a submissão e dominação dos ameríndios, mas, sim, contra os métodos por meio dos quais esse intento poderia se consumir. A proibição estabelecida, mais que uma simples opção semântica, supostamente intentava prevenir a reiteração daqueles métodos, os quais poderiam se dar ao ensejo do efeito retórico da expressão “conquista”. Na verdade, diversamente de proteger a população conquistada, a medida visava à conformação desta, já que o propósito de conquistar, em si, não foi reprovado pela Coroa de Castela, que censurou apenas o uso da expressão, sugerindo medidas mais ambíguas e suaves de dominação.

⁴²⁴ Entenda-se como “registros históricos oficiais” toda a produção que engloba desde os relatos de cronistas de expedições (Caminha, Camões, etc.), até as obras elaboradas por escritores vinculados ao Estado ou por ele subsidiados (João de Barros, Oliveira Martins, etc.). Mas se deve ter em mente que a história do Brasil, ao menos no que se refere ao período colonial, foi praticamente uma “história oficial”. Isso pelo fato de que a Coroa lusitana impôs à sua colônia americana uma rigorosa interdição, no que concerne à produção e à difusão de conhecimento que não fosse o que ela mesma produzisse, seja por meios próprios ou das instituições colaboradoras do dispositivo colonial, notadamente a Igreja Católica e, em especial, os membros da Companhia de Jesus. Era proibida a importação de máquinas de tipografia, assim com o funcionamento de jornais e outras publicações do gênero. Também não havia universidades ou instituições de ensino similar, limitando-se à educação formal àquela prestada

de “obtenção do alheio por meio da luta ou esforço contrário”⁴²⁵. Conferiu-se a este empreendimento, e ao próprio discurso colonial mercantil português como um todo, a índole cruzadística⁴²⁶ e civilizatória⁴²⁷, embora em termos e por motivos diversos daqueles que ensejaram as cruzadas da baixa Idade Média⁴²⁸.

Essa invocação de caráter, presente na carta de Caminha⁴²⁹ e em *Os lusíadas*, foi reverberada pela história produzida ao longo dos anos, ou melhor, dos séculos, de modo que as ações colonizadoras portuguesas foram qualificadas pelos historiadores lusitanos e brasileiros como: “descoberta e ocupação” (OLIVEIRA MARTINS, 1920 [1880], p. 1); “descoberta”, “exploração”, “povoamento” (RIBEIRO, 1901, pp. 16/36/37); “ação patriótica e civilizadora” (EGAS, 1911, p. 6). Esse sentido de colonização, derivado pelo tempo e pela retórica para o fim de afirmar a superioridade do colonizador/conquistador e legitimar sua ação, é bem representado pela definição apresentada por Carvalho (1908, pp. 5-6):

pelos jesuítas, que não era ofertada a toda a população. Diante desse cenário, falar em história do período colonial é praticamente falar em “história oficial”, o que poderia excepcionar, em limitados termos, apenas algumas crônicas de viajantes.

⁴²⁵ <https://dicionario.priberam.org/conquista>

⁴²⁶ O propósito catequético era conferido a todas as expedições realizadas no âmbito da empresa das navegações portuguesas, tanto que era a Ordem de Cristo o símbolo que estampava as velas das embarcações e os marcos possessórios deixados pelos conquistadores lusitanos na África, Ásia, América e Oceania (atuais).

⁴²⁷ Segundo Moura (1913, p. 75), Professor da Escola Colonial Portuguesa, “a ideia da colonização está ligada à ideia da expansão civilizadora, (...)”. A referida Escola foi fundada por Portugal já no século XX, mais especificamente no ano de 1906. Nas décadas de 1950/1960/1970, a referida instituição de ensino passou a se chamar Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas (perceberam a derivação retórica? Perceberam que essa derivação pretendeu conferir uma denominação mais “aceitável” à ação colonial realizada em plena segunda metade do século XX? Eu percebi! Que coisa feia, patrícios!!), deixando a alçada do Ministério do Ultramar, para o fim de se vincular à Universidade Técnica de Lisboa (PIRES, 2016, p. 14/17). Comentando a criação, em 1920, da cadeira de Ciência da Colonização, Pires afirma: “O ato colonizatório por excelência passava a ser, neste momento, a de introjeção de cosmopolitismo, que integrava ‘indígenas’, assimilados, agentes estatais, emigrantes – cada em seu estágio próprio de desenvolvimento, num processo de expansão que deveria atingir todos os recônditos do Império – à nação portuguesa, com ela e partir dela, atando a uma rede de países, que ao se implicarem uns aos outros, acabavam por criar um padrão ético universal. É na ação sobre o outro e na sua mutação em ser universal que será inaugurada a cadeira de Colonização na Escola Colonial, preconizando uma missão educacional totalizadora. É nesta base que se agregarão outras áreas do conhecimento que surgirão ou adentrarão ao currículo da Escola, assim como no estabelecimento de áreas de investigação dedicadas a ‘entender e transformar progressivamente as civilizações inferiores’, reunidas na Junta de Investigações das Colônias.” Para que não fique apenas subtendido, o juízo Pires acerca das ações coloniais e neocoloniais portuguesas é, tanto quanto o meu, o pior possível, pois no trecho acima transcrito, Pires apenas comenta, mas seu escrito reprova o propósito da referida instituição de “ensino”. “Recomendo, vivamente, a leitura” de sua tese de doutoramento defendida em 2016 perante Universidade de Lisboa. O link para consulta se encontra nas referências do presente trabalho.

⁴²⁸ A escassez de terras e o incremento populacional são apontados por Norbert Elias (1994 [1939], p. 42) como fatores determinantes das cruzadas da baixa Idade Média. Conquistavam-se novos territórios, que sem solução de continuidade eram colonizados.

⁴²⁹ A carta Caminha, na mesma linha, desde logo afirmou a necessidade de serem mandados sacerdotes a Vera Cruz, a fim continuarem os trabalhos de ensinamento da fé católica que, segundo escreveu, teriam sido iniciados pelos dois degradados aqui lançados pelo Comandante da expedição.

A colonização, pelo contrário, é própria apenas de seres inteligentes e livres: só os povos civilizados colonizam.

Neste sentido, podemos definir a colonização, com Leroy-Beaulieu (1): a ação metódica de um povo civilizado sobre outro de civilização inferior. Coloniza todo o povo que impõe a outro, bárbaro ou de civilização inferior, as suas ideias, as suas leis, a sua língua, a sua religião, os seus costumes e os seus processos.

(...)

A ação benéfica e civilizadora que os emigrantes exercerão sobre as cousas, utilizando todas as riquezas naturais de que os primeiros habitantes não souberam tirar partido, e sobre os homens, fazendo esquecer aos indígenas os seus hábitos selvagens e elevando-os até à nossa civilização: essa ação benéfica e civilizadora é que constitui a essência da colonização.

Analisando-se a produção historiográfica relativa ao Brasil, e levando em conta a questão específica aqui tratada (dissociação de sentimentos negativos às ações de conquista/colonização), forçoso concluir pela demasiada eficácia do discurso colonial (mercantil) português, o qual permaneceu dominante durante os mais de 300 (trezentos) anos de colonização, também enquanto se prolongou o Império do Brasil⁴³⁰, assim como em parte do período republicando, já que as iniciativas de revisão da história e de crítica às ações colonizadoras lusitanas remontam, discretamente, à década de 1930⁴³¹⁻⁴³².

Tudo isso foi dito em relação à colonização com o escopo de fixar algumas premissas de análise, bem como para delimitar o sentido da colonização que será considerado neste trabalho. A primeira delas se refere ao fato de que a colonização aqui foi utilizada, consoante proposto por Maquiavel, como instrumento de conquista de um novo território, mas sobretudo serviu como mecanismo de sujeição de toda uma população, composta por milhões de nativos que já habitavam o Brasil em 1500.

⁴³⁰ Rememore-se que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro teve o patronato e a proteção de Dom Pedro II, que chegou inclusive a presenciar e presidir diversos encontros realizados naquela instituição.

⁴³¹ Sempre houve crítica a determinados aspectos do projeto colonial. Nesse sentido, menciona-se as questões relativas à “demora” em se iniciar a exploração do Brasil, à utilização de escravizados índios, etc. Mas o efetivo descomprometimento em relação ação governamental, a liberdade (real) para questionar a legitimidade da ação de colonização portuguesa, ou mesmo para promover o juízo negativo quanto ao empreendimento como um todo, são posturas que remontam apenas ao século XX.

⁴³² No que concerne a esses movimentos de revisão, Gontijo (2001, pp. 2-5) destaca o papel do historiador José Honório Rodrigues (1913-1987), a quem atribuiu o estabelecimento de um “modelo de história da historiografia que se tornou referência obrigatória nos cursos de graduação; (...)”. A proposta de Rodrigues é por ele mesmo justificada e explicada da seguinte forma: “O revisionismo histórico, porém, não quer atingir fatos, mas as ideias e os valores, e, especialmente, as relações entre o presente e o passado que os exigem. Os fatos nus e crus são despidos de significação, e esta só o historiador, premido pelo presente, lhe dá. Mas o acento da significação pode ser colocado de maneira inteiramente diferente. Por isso mesmo que a história se ocupa dos vivos e serve à vida é que se impõe, em certos momentos, uma revisão que restabeleça a conexão entre o passado e o presente.” A ênfase à crítica proposta por Rodrigues foi também apontada por Freixo (2018, p. 376): “Para Rodrigues, as interpretações do processo histórico brasileiro que prevaleceram no país foram elaboradas por e para as elites: comprometidas com a conservação dos seus valores e sua visão de mundo.” A proposta revisionista de Rodrigues, semelhantemente como admitia Foucault,

Também se deve ter em conta que colonização a sistemática do Brasil se iniciou antes mesmo da chegada de Cabral ou da realização de qualquer ato material, principiando-se com a elaboração das teorias discursivas que a justificaram e, ainda, que estabeleceram o modo de pensar, de fazer e de fazer pensar e agir, ou seja, os discursos aptos a (re)constituir sujeitos em conformidade com os paradigmas estabelecidos pela metrópole. Por isso mesmo houve de ser multifacetada: de caráter político, econômico, militar, religioso e, também, epistemológico.

Ainda se deve atentar para o fato de que, embora o recorte temporal preponderante na historiografia (geral) do Brasil aponte que o período colonial se prolongou por aproximadamente 300 (trezentos) anos, findando-se, em tese, quando proclamada a independência em 7 de setembro, os mecanismos de funcionamento desses discursos não permaneceram inalterados durante todo aquele interstício, nem foram operados aqui exatamente como na costa da África ou no Oriente. Apesar de ter havido, em grande parte, a mera transposição de instituições e instrumentos já empregados pela Coroa, seja na própria metrópole ou em outras possessões, o dispositivo colonial aqui aplicado foi adaptado⁴³³ às condições distintas da sua colônia americana. Essas adaptações foram produzidas não somente no seu início, mas sobretudo durante o funcionamento, de modo que o discurso colonial se modificou⁴³⁴, ou melhor, foi modificado ao longo dos anos, em decorrência de contradições⁴³⁵ havidas na irrupção ou no decorrer do período em comento. Nenhuma transformação fundamental que pudesse ser considerada instauradora de uma nova época ou “período”, é

⁴³³ Caio Prado Júnior (2011 [1942], p. 320) ressalta que essas adaptações se deveram muito mais à “originalidade deliberada” das autoridades coloniais, do que à permissividade da regulação advinda de Lisboa. Eu questiono a falta de intencionalidade proposta pelo aludido historiador, ao passo em que invoco a ideia de gestão de ilegalismos de Foucault, na medida em que o disposto colonial foi concebido para permitir esse tipo de adequação, como uma espécie de quadro normativo em que, dentro dele, pode haver movimento, ajuste.

⁴³⁴ A modificação e a adaptação do dispositivo colonial não são características incompatíveis com a noção de discurso, uma vez que esta se associa às ideias de regularidade e singularidade, e não de definitividade. Sobre essa questão, Foucault (2014 [1969], p. 164) afirma: “O campo dos enunciados não é um conjunto de plagas inertes, escandido por momentos fecundos; é um domínio inteiramente ativo. (...) as regularidades – voltaremos a isso em seguida – não se apresentam de maneira definitiva.”

⁴³⁵ Essas contradições, que a história das ideias reuniria em no gênero mais abrangente das “contradições aparentes”, Foucault designa de “contradições derivadas”, que se verificam em razão de “oposições intrínsecas”. Essas oposições e, como consequência, as contradições, estariam localizadas em “espaços de dissensão”, mas se limitariam ao plano das assertivas ou proposições, sem prejuízo, portanto, da observância de um mesmo regime enunciativo. Em outros termos, ainda que contenham contradições dessa natureza (derivada), os enunciados ou conjuntos de enunciados pertenceriam a uma mesma formação discursiva ou a uma mesma positividade. (FOUCAULT, 2014 [1969], pp. 170-173).

verdade, mas apenas na medida necessária para fazer com que o dispositivo colonial continuasse funcionando de modo eficaz⁴³⁶ -⁴³⁷.

Firmadas essas premissas, voltemos à questão veiculada no parágrafo inicial deste tópico. A propósito dela, e à luz das reflexões aduzidas até este momento, pode-se afirmar que a colonização do Brasil foi *um negócio português*⁴³⁸, concebido por e para alguns

⁴³⁶ A ideia não é original, reconheça-se. Ela corresponde ao disse Tancredi ao seu tio Dom Fabrizio em *O Leopardo* (1956): “Se não nos envolvermos nisso, os outros implantam a república. Se quisermos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude. Fui Claro?”. (LAMPEDUSA, 2017 [1956], posição 319).

⁴³⁷ Se comparada a situação da América Portuguesa com as demais possessões coloniais do continente americano, não é impertinente associar as adaptações efetuadas nos mecanismos de dominação à longa manutenção do Brasil em estado de colônia. Não se olvida que a rigidez do embargo colonial imposto tenha sido o principal determinante deste acontecimento, mas a sagacidade de Portugal para decidir *se, quando e em que medida* promover os desvios necessários para a manutenção do funcionamento do dispositivo colonial, certamente contribuiu para a subsistência por mais de 300 (trezentos) anos. Esse argumento se torna mais consistente ao se comparar o destino das Américas castelhana (Espanhola) e portuguesa, pois enquanto esta se manteve íntegra até quando (e mesmo após, embora “deixando” de ser portuguesa) declarada a Independência do Brasil em 1822, aquela se fragmentou em diversas nações. Além disso, não é irrelevante o fato de que, mesmo independente, o Império do Brasil continuou com fortíssimos vínculos com a “antiga” metrópole, já que o Imperador era, também, herdeiro do trono de Portugal. E como se sabe, nosso primeiro Imperador Dom Pedro I posteriormente renunciou seu encargo “perpétuo” com o Brasil, transferindo-o ao seu filho (Dom) Pedro II, à época com apenas 6 (seis) anos de idade, tudo isso para o fim de assumir o reinado de Portugal, onde veio a se tornar Dom Pedro IV.

⁴³⁸ O destaque aqui foi empregado para o fim de ressaltar a relação entre esse *negócio português* e a *invenção portuguesa* que foram (na origem) os terrenos de marinha. Em ambos os casos, conforme restará descrito e analisado, a criação foi portuguesa, para portugueses e alguns parceiros estratégicos, tudo para atender interesses da atividade mercantil.

portugueses⁴³⁹ (de Portugal⁴⁴⁰) e determinados parceiros estratégicos⁴⁴¹. De caráter mercantil e exportador, desvinculado da ideia de transmigração ou incremento populacional, foi

⁴³⁹ Faoro (2012 [1958], p. 127) se refere ao Brasil como um “negócio do Rei”, não se podendo considerar equivocada essa afirmação, sobretudo se considerarmos os termos do Tratado de Tordesilhas (que concede domínio ao rei, e não à Coroa ou ao “Estado”), bem como o fato de que, nos contextos em que utilizou (mais de uma vez) essa expressão (do Rei), denotou a ideia de lugar institucional. E é certo que o território da colônia, além do que nela havia, pertenciam, de fato e de direito, ao Rei de Portugal, embora o negócio colonial propriamente dito compreendesse outros elementos não apropriados por ele ou pela Coroa lusitana. É tanto que o próprio Faoro registra que o monopólio régio, por isso, se reduzia a uma “superintendência comercial, orientadora da circulação.” E, realmente, no dispositivo colonial português, o Rei, como instituição (Coroa), titularizava a responsabilidade por estabelecer os termos em que se deveria desenvolver tal negócio, ou seja, o seu “estatuto político”, além de participar como instituição de controle (“superintendência”), alfandegária (isso é importante) e, também, de realização (o Rei era também “merceeiro”). Mas o empreendimento como um todo não era integralmente apropriado pela Coroa, pois dele muitas instituições, como a Igreja (Católica), os comerciantes ricos de Lisboa (“burguesia”), os financiadores e mercadores estrangeiros, participaram de forma decisiva, e não como acessórios ou meramente nominais. Preferimos, então, substituir a indicação de domínio (“do Rei”) pela vinculação ao lugar (Portugal) que era o centro de articulação e operação daquelas instituições, por entendermos que assim melhor se representa a ideia de conjugação difusa de instituições (“em rede”: lembremos a definição de dispositivo apresentada por Foucault).

⁴⁴⁰ A distinção não é meramente metonímica, pois a concepção do projeto de colonização se voltou sobretudo àqueles portugueses que ficaram na metrópole. Para lastrear este argumento é oportuno referir-se, por exemplo, à substituição da escravidão do indígena (“vermelha”) pela do negro africano. Desconsiderando-se, obviamente, que essa iniciativa tenha sido investida de qualquer senso humanitário ou filantrópico, a modificação quanto à origem das “peças” foi motivada por elementos discursivos elaborados em comunhão (cumplicidade?! coautoria?!) de esforços pela Igreja (Católica) e pelo Estado, objetivando conduzir para Lisboa os lucros auferidos com o tráfico negreiro (africano). Sabiam essas instituições (Igreja e Estado) que, para execução do empreendimento colonial, a mão-de-obra escravizada era imprescindível, tanto que era posto como condição para o recebimento de terras a demonstração da capacidade de explorá-la (e recordemos que Portugal mandou para o Brasil colonos funcionários ou donatários, e não colonos cultivadores, trabalhadores). Assim, é fácil deduzir que, se os colonizadores do Brasil pudessem se valer apenas da mão-de-obra escravizada indígena (como se sucedeu nos anos iniciais da empresa açucareira - na verdade décadas, pois a escravidão do índio foi proibida apenas em 1570), seria bem menor a demanda por “peças” da África, já que, em lugar comprá-las dos traficantes metropolitanos, “bastaria” promover o apresamento dos indígenas em suas aldeias ou, o que era ainda mais fácil (do ponto de vista da resistência à violência), capturá-las nos “celeiros” (reduções ou missões) jesuítas. Mesmo se considerado a possibilidade de se lucrar com o tráfico interno de escravos indígenas, tal atividade não era interessante para a metrópole, pois quem obteria a renda com tal “comércio” seriam os portugueses do Brasil (e não os de Portugal). Por tais razões, construiu-se o discurso de que o índio seria um gentio passível de conversão (diferentemente do negro africano), mas que seria inapto para o trabalho sistemático na agricultura, viabilizando-se o tráfico intercontinental de negros, com o qual lucraram a Coroa (tributando cada “peça”), os armadores de expedições sediados em Lisboa e seus financiados que operavam na Europa, além, obviamente, da Igreja (Católica), que de tudo recebeu o seu dízimo, quando não lucrou diretamente com o comércio de “peças” africanas, já que Companhia de Jesus (a mesma que no Brasil “lutava” contra a escravidão do índio) detinha privilégios na “exportação” de negros de Angola (OLIVEIRA MARTINS, 1920 [1880], pp. 24/50. É necessário aderir à afirmação de Faoro (2012 [1958], p. 41), que qualificava o Estado mercantil português como “uma gigantesca empresa de tráfico.”

⁴⁴¹ A Igreja Católica foi a principal parceira do empreendimento colonial português, incumbindo-lhe conferir a justificação discursiva (retórica, mas também material) e o senso de propósito, assim como funcionar como ingrediente de unificação dos demais elementos do dispositivo. A classe de comerciantes ricos de Lisboa, a “burguesia” precoce lusitana, associou-se à Coroa lusitana desde a Revolução de Avis (1383-1385), estabelecendo-se como “fator de poder”, instalado agora “dentro do Estado” (FAORO, 2012 [1958], p. 59). A nobreza aristocrática (por herança, “de sangue”), fragilizada no final do século XIV, terminará por absorver grande parte da burguesia comercial (FAORO, 2012 [1958], p. 58). Além disso, não se pode desconsiderar a participação dos que detinham o “poder da grana”, ou seja, os “banqueiros e armadores associados à obra do príncipe.” Sobre estes, Faoro (2012 [1958], pp. 73-74) afirma que “os banqueiros italianos (sic), flamengos e alemães formigavam na capital do reino e nas feitorias, credenciados agentes públicos. Os venezianos, transferindo suas atividades para Portugal, tornaram-se o eixo principal do financiamento às expedições ultramarinas, mais necessários ainda depois da expulsão dos judeus do reino. (...) Este o talhe, o perfil do capitalismo monárquico português, politicamente orientado.”

apresentado, todavia, com uma “crosta” de projeto catequético e civilizatório para o Brasil e sua população nativa.

Nos seus 3 (três) séculos de duração (Brasil colônia de Portugal), e em função das tensões próprias do seu funcionamento, esse empreendimento foi sendo modificado, não substancialmente e nem necessariamente para ser aperfeiçoado⁴⁴², mas apenas e na medida necessária para subsistir como dominante e, desse modo, evitar que outro (em favor de outros) pudesse ser estabelecido em seu lugar.

Combinando esse sentido de colonização com a ideia de dispositivo (conjunto de instituições, decisões, leis, etc.), somos levados a considerar que as instituições interessadas (no) e integrantes do empreendimento colonial, especialmente a Coroa, a Igreja e a precoce “burguesia”⁴⁴³ (comerciantes ricos de Lisboa, banqueiros europeus, armadores de expedições, etc.) lusitana, atuaram de forma articulada⁴⁴⁴, “em rede”, orientadas por um estatuto político e

⁴⁴² Como exemplo claro de que as mudanças ocorridas não decorreram de nenhuma lógica de progresso, mas de relações de poder que se pretendiam dominantes, cite-se o caso da produção do sal. Essa questão será mais adiante aprofundada, cabendo, por enquanto, antecipar que, embora as condições mesológicas para a produção de sal favorecessem naturalmente o Brasil, o estanco desse produto somente foi abolido por força do Alvará de 24 de abril de 1801 (PORTUGAL, 1818, p. 28), estando vedadas, desde a primeira metade do século XVII, a comercialização e mesmo a produção de sal, ainda que para consumo local. Não há que se falar em evolução, incremento, aperfeiçoamento, mas, sim, em poder: no caso, o poder de favorecer as marinhas existentes na metrópole, especialmente na região de Setúbal.

⁴⁴³ As aspas são empregadas como reconhecimento do anacronismo da expressão, cujo sentido que tem hoje não havia sido elaborado no século XVI. Mas a ideia é a mesma e o anacronismo se justifica para induzir a associação.

⁴⁴⁴ Referindo-se ao empreendimento colonial português realizado no Brasil, Holanda (2016 [1936], p. 61) afirma que ‘essa exploração dos trópicos não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono. Dir-se-ia mesmo que apesar de seus autores’. Em verdade (a verdade que eu proponho), o que se verificou foi exatamente o oposto disso. Inicialmente, há de se consignar que Holanda trata as qualidades de ser “metódico” e “racional” como se fossem sinônimas de eficiência, eficácia ou adequação, o que definitivamente não é pertinente. Qualificar como “Metódico e racional” significa, grosso modo, dizer que algo foi desenvolvido em conformidade com um procedimento lógico e previamente elaborado, o que não equivale dizer, obviamente, que se terá por garantido qualquer resultado adequado, bom, justo, etc. Método e racionalidade dizem respeito, então, à forma de se obter determinado resultado, não à justiça deste. Nesse sentido, empreendimento colonial foi dirigido de forma extremamente metódica e racional, na medida em que o que se fez aqui, durante mais de 300 anos, foi predominantemente objeto de regulação pela metrópole (Coroa, Igreja, etc.) e de estratégias de funcionamento, que para tanto elaborou (e ajustou) sofisticados elementos discursivos de dominação. Não se quer com isso julgar que foram bons ou maus, certos ou errados, pois a questão aqui não se refere à justiça operada pela aplicação do método, mas à existência dele (o que eu digo que havia, discordando, assim, de Holanda). Cogitar o contrário, aventar a predominância de um caráter espontâneo do empreendimento colonial, é afirmar (sem dizer, obviamente) a naturalização daqueles instrumentos de dominação, que funcionaram com tamanha eficácia no período colonial ao ponto de, mesmo em 1936, Holanda ainda ignorá-los (se não ignorou, tentou torná-los invisíveis?! Pergunto, mas cogitando, quiçá, querendo afirmar...). Isso, talvez, deva-se ao fato de Holanda (2016 [1936], p. 61) render homenagens à obra dos portugueses, bem como de acreditar que esta foi empreendida como consecução de uma missão de caráter civilizatório, conforme se afere de trecho escrito algumas linhas antes daquele que acima já citei. Vejamos o que disse: “Pioneiros da conquista do trópico para a civilização, tiveram os portugueses, nessa proeza, sua maior missão histórica. E sem embargo de tudo quanto se possa alegar contra sua obra, forçoso é reconhecer que foram não somente portadores efetivos como portadores naturais dessa missão.”

jurídico⁴⁴⁵, sempre sob estreita superintendência do Rei, que, conforme registrou Faoro (2012 [1958], p. 159), “estava atento ao seu negócio”.

Esse negócio, ressalte-se, continuou essencialmente mercantil, sendo Dom João III, dito “o Colonizador”, tão “merceeiro” quanto seu genitor Dom Manuel, embora a partir de distintas estratégias comerciais. Enquanto o pai se limitou a explorar suas possessões ultramarinas apenas por meio de saques ou de ações extrativistas, o filho diversificou as atividades de apropriação, iniciando, na verdade delegando, a produção sistemática de gêneros que pudessem ser aproveitados comercialmente, tudo em atenção ao mercado consumidor do velho mundo.

Nesse contexto de (re)ajuste do empreendimento colonial lusitano, determinou-se que ao Brasil caberia, então, participar periféricamente como fornecedor de produtos primários (as atuais “*commodities*”) (HOLANDA, 2016 [1936], pp. 69-70; FAORO, 2012 [1958], pp. 60-61; PRADO JÚNIOR, 1961, p. 25).

A realização desse propósito, de não somente saquear e extrair, exigiu de Portugal solução para dois problemas elementares da atividade produtiva, quais sejam, o da mão-de-obra e o do regime de destinação e utilização das terras. Para ambos, lançou mão de instrumentos já conhecidos (por) e experimentados no Reino: o sistema de sesmarias e a escravidão⁴⁴⁶.

E com isso ingressamos, mais diretamente, no trato da questão territorial e da propriedade, cujo estabelecimento se deu, como se viu, em função da estratégia comercial adotada pela metrópole.

⁴⁴⁵ Não se compreenda estatuto político e jurídico pela visão estreita de um código ou coletânea formal de normas. Considere-se, de outro modo, como um conjunto de prescrições reconhecidas (ou ao menos reconhecíveis) que é estabelecido para o fim de regular o funcionamento de algo (no caso, o empreendimento colonial).

⁴⁴⁶ Não convém se delongar na análise do tema “escravidão”, pois isso extrapolaria, em muito, o objeto estabelecido para o presente trabalho. Mas algumas questões devem ao menos ser pontuadas, espacialmente no caso dos indígenas. A primeira delas se refere ao fato de que os primeiros escravizados foram exatamente aqueles que eram “senhores do litoral” quando Cabral aqui chegou. De “donos” a escravizados (quando não a “defuntos”): essa foi a mudança experimentada pelos índios que tiveram contato “civilizatório” com o conquistador português. Em alguns casos, porém, foram submetidos inicialmente ao processo de aquisição de uma nova subjetividade, o que se deu por obra dos jesuítas, cujos trabalhos “catequéticos” tiveram início imediatamente após a chegada do primeiro Governador-geral do Brasil, Tomé de Souza, em 1548. A escravidão indígena foi predominante durante a maioria do século XVI, somente sendo ultrapassada pela do negro africano no século XVII, o que decorreu, conforme já pontuado, por razões de cunho eminentemente comercial (embora com “crosta” de religioso e humanista). Os jesuítas tiveram, portanto, o importante papel de conduzir as almas dos indígenas para a vida eterna, não propriamente indicando o caminho a ser percorrido, mas abreviando o tempo de vida terrena.

5.2.2. As sesmarias⁴⁴⁷: a lei e o agenciamento produtivo.

As Ordenações Manuelinas⁴⁴⁸⁻⁴⁴⁹ definem sesmarias nos seguintes termos:

SESMARIAS são propriamente aquelas que se dão de terras, casas, ou pardieiros, que foram ou são d'alguns senhorios, e que já em outro tempo foram lavradas e aproveitadas, e agora o não são, as quais terras, e os bens assim danificados e destruídos, podem e devem ser dados de Sesmarias polos Sesmeiros que pera este forem ordenados, os quais Sesmeiros a Nós somente pertence de os dar, e por nos Lugares onde houve terras, onde se as Sesmarias houverem de dar, forem foreiras ou tributarias a Nós, ou à Coroa de Nossos Reinos, quer se os foros e tributos arrecadem pera Nós, quer pera outrem, a que os Tenhamos dados, Acostumamos dar por Sesmeiros os Nossos Almoxarifes dos Lugares, ou Almoxarifados onde, os tais bens, ou terras estiverem.⁴⁵⁰

O estabelecimento formal⁴⁵¹ do sistema de sesmarias se deu possivelmente no ano de 1375⁴⁵², durante o reinado de Dom Fernando, embora a própria lei ferdinandina não tenha feito expressa alusão ao nome desse instituto⁴⁵³. A motivação oficial para a edição dessa Lei, bem como das sucessivas disposições normativas sobre o assunto⁴⁵⁴, foi o suposto intento de

⁴⁴⁷ A origem da expressão sesmarias é controvertida. Segundo nota elaborada por Almeida (1870, p. 822) em relação às disposições constantes no Título XLIII (“*Das Sesmarias*”) das Ordenações Filipinas (1603), “Sesmarias. Portugal - de *Donatianibus*, pag. 2 cap. 43, ns. 88 e 89 diz que esta palavra vem da palavra latina – *caesina*, os cortes ou rasgos feitos na superfície da terra pela relha do arado ou pela enxada, segundo aglos. in L. Silva *caedua* § novalis ff de *verborum significatione*. Outros dizem que vem do verbo *sesmar*, partir, dividir, demarcar terras. Viterbo no Elucidario exprime-se por esta forma: «Sesmaria. Assim chamarão as datas terras, casaes ou pardieiros, que estão em ruina, e desaproveitados, e que os seus direitos senhorios, depois de avisados não fazem aproveitar e valer. Aos Almoxarifes pertence hoje semelhante inspeção.”

⁴⁴⁸ Optou-se aqui por se aludir à definição de sesmarias que consta nas Ordenações Manuelinas, pois eram estas que se encontravam vigentes quando determinada a aplicação desse sistema no Brasil.

⁴⁴⁹ Disposições em relação às sesmarias constam, em termos semelhantes, nas Ordenações Afonsinas e Filipinas.

⁴⁵⁰ Ordenações Manuelinas. *In: Collecção da Legislação Antiga e Moderna do Reino de Portugal* – Parte I – Da Legislação Antiga – por resolução de S. Majestade de 02 de setembro de 1786. Coimbra: Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1797, p. 164.

⁴⁵¹ Rios (1984, p. 147), referindo-se a Virgínia Ráu, afirma que a “instituição antecedeu à palavra”. É certo dizer, ainda, que o sistema já era praticado mesmo antes da Lei de 1375, tanto que Gama Barros (1914, pp. 564-565) faz referência a uma carta passada por Dom Diniz em 8 de março de 1319, a qual concede autorização para o povoamento de determinado lugar denominado “moinho de Açor”, permitindo que ali de dessem “casarias e sesmarias.”

⁴⁵² Há controvérsias quanto à data em que teria sido editada a referida lei. A maioria dos que escreverem sobre o tema aponta o ano de 1375 (ANTHERO, 1907, p. 475; MOURA, 1913, p. 56; RIOS, 1984, p. 147). Mas há quem afirme que ela foi editada em 1376 (nesse sentido: Rebello da Silva, 1868, p. 126). Sobre essa questão, Gama Barros (1914, p. 699) conclui que: “ignora-se o local onde elas se celebraram, assim como a data da lei, que, todavia, não é posterior a 28 de maio de 1375 porquanto neste dia a publicaram em Santarém.”

⁴⁵³ A omissão da “Lei das sesmarias” de 1375, como posteriormente passou a ser conhecida a lei ferdinandina, foi suprida pela norma de mesmo escopo (conquanto mais severa) editada pelo Mestre de Avis, Dom João I (1385-1433), bem como pelas Ordenações do Reino que lhe sucederam (Afonsinas, Manuelinas e Filipinas).

⁴⁵⁴ O sistema de sesmarias foi instaurado normativamente em 1375, subsistindo na legislação portuguesa até enquanto vigentes as Ordenações Filipinas (1603), estas que foram a base do sistema jurídico português até 1.º de julho de 1867, quando revogadas em razão da edição do Código Civil Português. No Brasil, entretanto, aquelas Ordenações, herdadas ainda do período colonial, permaneceram em vigor (obviamente com modificações) até a vigência do Código Civil brasileiro, o qual, embora publicado em 1.º de janeiro de 1916 (Lei n.º 3071), somente produziu efeitos a partir de 1.º de janeiro de 1917.

estimular a produtividade das herdades⁴⁵⁵ tidas por incultas em Portugal, que à época experimentava grave crise de abastecimento de cereais, cuja principal causa seria o fato de os senhores de terra negligenciarem o seu amanhã, conforme expressamente declarou Dom Fernando ao justificar o édito:

E olhando esta razão, nós, Dom Fernando, pela graça de Deus, Rei de Portugal e do Algarve, e considerando como para todas as partes dos nossos reinos há desfalecimento de pão e da cevada, de que entre todas as terras e províncias do mundo devia ser muito abastada, e essas coisas são postas em tamanha carestia, que aqueles que hão de manter fazenda, ou estado, de qualquer grau de honra, não podem chegar a haver essas coisas sem muito grande desbarato do que hão. Esguardando como entre todas as razões para que este desfalecimento e carestia aconteça, a mais certa e especial é por minguia das lavras, que os homens deixam, e se partem delas entendendo em outras obras, e em outros misteres, que não são tão proveitosos para o bem comum. E as terras e herdades que deviam ser lavradas e semeadas e que são convenientes para dar pão, e os outros frutos porque se os povos hão de manter, são desemparradas e deixadas em pousios em proveito, e com grande dano dos povos.

Ao ensejo desse lastimável quadro, a Lei de Dom Fernando estabeleceu a obrigação de se promover o cultivo das terras, que poderia ser cumprida mediante providência direta dos respectivos proprietários ou mesmo por meio de terceiros, a quem aqueles outorgassem concessão por emprazamento ou aforamento. O importante, no fim das contas, era que se cumprisse o escopo formal anunciado pelo referido diploma: fazer produtivas as herdades consideradas incultas.

Além da obrigatoriedade de cultivo, a Lei das Sesmarias pormenorizou algumas medidas relacionadas à atividade agrícola, estabelecendo, neste sentido, que os proprietários deveriam possuir “tantos bois para lavar quantos forem misteres para a lavoura”, além de um cabedal mínimo de “quinhentas libras”. Para a realização do trabalho em si, o diploma em questão dispôs que a classe dos “mancebos e servidores”, assim como dos “pedintes” ociosos, deveriam ser coagidos a trabalhar nas lavouras, ficando os senhores de terras obrigados a admiti-los e remunerá-los, tudo segundo os valores oficialmente estabelecidos.

Para o caso de inobservância das disposições da Lei de Dom Fernando, foram previstas como sanções⁴⁵⁶, em face dos “mancebos e servidores”, o açoite e a coerção ao trabalho; e aos

⁴⁵⁵ Herdade: “Grande propriedade rústica geralmente composta de montado e terras de sementeira. = QUINTA” *in*: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/herdade> [consultado em 06-12-2018].

⁴⁵⁶ Em relação aos “mancebos e servidores”, assim como para os “pedintes”, e o recolhimento à prisão era aplicado imediatamente, a não ser que fosse “conhecido notoriamente” (noção semelhante à “Teoria e Prática do ‘*sabe com quem está falando?*’”, referida por Roberto DaMatta (1997 [1979], p. 193), baseado na ideia distinção entre

“pedintes”, penas sucessivas de açoite e coerção ao trabalho (cumulativamente) e, após isso, o desterro do Reino.

Em relação aos proprietários das terras, por sua vez, ficou estabelecido um processo com características distintas. A condução do procedimento, chamado pela lei ferdinandina de “correição”, ficaria a cargo de dois “homens bons”, que atuariam no âmbito de uma cidade ou vila. Nesse mister, deveriam “constranger” os proprietários a adotarem medidas para promover o efetivo aproveitamento de suas terras, embora estes pudessem apresentar “escusas” para o fato de não estarem cultivando por ocasião da correição. A lei, contudo, não cuidou de estabelecer um rol de causas que poderiam justificar a ausência da lavra, tampouco exemplificou quais possíveis medidas de coerção (diversas da taxação) poderiam ser aplicadas em face dos proprietários (tal como fez em relação aos mancebos, servidores e pedintes), muito menos fixou prazo⁴⁵⁷ para a conclusão da correição. Se ao final do procedimento correcional os tais “homens bons” verificassem, em consenso, não serem satisfatórias as medidas de aproveitamento, poderiam coagir o cultivo por meio do estabelecimento de uma taxação, devendo o montante desta, de igual maneira, ser fixado também por consenso entre “homens bons”⁴⁵⁸. Se houvesse dissenso, um terceiro “homem bom” seria designado pelo Juiz do lugar, a fim de apontar uma solução para o caso, ficando a correição aguardando haver concordância dos dois anteriores quanto a esta proposição. Somente ao final desse itinerário, e caso o proprietário não concordasse (com) e cumprisse as medidas impostas, é que poderia se sujeitar

indivíduo – ser humano – e pessoa – lugar social e suas relações interpessoais. Eis uma possível origem para o costume de “carteirar” que, embora seja um “dilema brasileiro”, pois aqui é praticado, teve origem na própria metrópole, onde foi estabelecido por lei), como medida processual destinada a permitir a aferição da origem e do modo de sustento. A custódia não era, então, uma pena em si, mas algo equivalente ao que se considera hoje como “prisão cautelar”, já que a invenção da prisão como pena se deu sobretudo a partir do século XIX (FOUCAULT, 2014 [1975], p. 80), como medida associada à ideia de uma “nova ‘economia’ do castigo” (FOUCAULT, 2014 [1975], p. 80). Pretendia tal “reforma”, em tese, “não punir menos, mas punir melhor”, na medida em que supostamente se destinaria a diminuir os custos econômicos e políticos decorrentes da aplicação e execução das penas (FOUCAULT, 2014 [1975], p. 81). Embora a tese não trate especificamente de aspectos penais, a explicação acima se fez oportuna na medida em que torna clara a estrita relação entre o sistema penal e a necessidade de produção de corpos “dóceis e úteis” à produção econômica. Que fique claro, no entanto, que não se pretende aqui defender o retorno ou a maior adequação dos suplícios, em detrimento da pena privativa de liberdade. Mas cabe ressaltar que não estou certo (a “dúvida” é retórica... estou certo do contrário!) de que a generalização da prisão como pena (causa do que hoje conhecemos como “encarceramento em massa”, fenômeno reconhecido e tratado por este nome pelo próprio Conselho Nacional de Justiça) tenha sido acertada. Qual a alternativa? Não sei! Se não saber é pecado, pelo menos eu confesso que não sei. Pensamos juntos!!

⁴⁵⁷ Posteriormente à Lei das Sesmarias de 1375, as Ordenações Manuelinas e Afonsinas fixaram em 5 (cinco) e 1 (um) ano, respectivamente, os prazos para se promover o aproveitamento inicial da herdade ou para torná-la produtiva, em caso de constatação do não aproveitamento inicial.

⁴⁵⁸ “Porém e por não haverem ocasião, ou azo, nenhuma das partes de se escusar e as herdades não ficarem por lavrar temos por bem e mandamos que estes dois homens bons que assim forem escolhidos como dito é, em caso que se as partes não possam entender, taxem e alvidrem quantia, ou tamanha parte, ou pensão os lavradores deem aos senhores das herdades e possam constranger e constranjam assim os senhores das herdades, que as deem como os lavradores que as filhem pela estimação e taxação que assim fizerem, (...)” **In:** Lei de Dom Fernando (1375).

à aplicação, apenas por ordem régia, da pena de perda da propriedade em favor do “bem comum”⁴⁵⁹.

No que se refere aos resultados decorrentes da execução da Lei de Dom Fernando, é comum a alusão ao suposto malogro do referido diploma. Nesse sentido, Rebello da Silva (1868, p. 126) afirma que a lei em exame “nunca realizou em seus resultados práticos as esperanças concebidas pelas cortes de Atouguia, e pelo rei tão zeloso em promover o melhoramento da agricultura”. Ponderando acerca das razões da suposta ineficácia daquela lei, afirmou (REBELLO DA SILVA, 1868, p. 120):

As causas dos males apontados na lei das sesmarias datavam de longe, e derivavam-se de circunstâncias complexas. O mercado interno, que dispensava antes sem falta essas remessas anuais de vinho, de azeite, de sal e de frutas, desde que principiara a consumir maior porção de produtos fazia mais arriscada a questão da alimentação publica, porque uma colheita má, ou uma exportação maior bastavam para provocar a escassez, e para elevar extraordinariamente os preços.

Rios (1984, p. 148), chegando à conclusão análoga, sustenta que o fato de a Lei das sesmarias ter sido reeditada nos reinados posteriores, com a ressalva de que a disposta por Dom João I (1385-1433) se limitou a disciplinar as questões de domínio, seria prova suficiente de sua ineficácia. Moura (1913, p. 57), semelhantemente, conclui que a Lei teria sido mal executada, embora fosse “benéfica”.

Esse juízo de “ineficácia”, de “má execução”, de ser “benéfica”, enseja, mais uma vez, um esforço de problematização, sobretudo se considerarmos o fato de que o instituto das sesmarias subsistiu na legislação luso-brasileira por praticamente 5 (cinco) séculos⁴⁶⁰, a despeito de se dizer que ele não teria produzido os efeitos para os quais a legislação teoricamente o havia instituído.

Nesse sentido, há de se questionar por que razão se tolerou a longa duração desse criticado e supostamente malogrado instituto? Por que aplicá-lo aos domínios ultramarinos, especialmente ao Brasil, que é o que nos interessa, se nem nas mais reduzidas dimensões da

⁴⁵⁹ “se os senhores das herdades isto não quiserem consentir e contra isso forem, ou embargarem por qualquer maneira, por seu poderio percam essas herdades e desde então sejam aplicadas ao bem comum, para sempre e a renda delas seja filhada e recebida para prol comum do lugar em cujo termo essas herdades houverem.” *In*: Lei de Dom Fernando (1375).

⁴⁶⁰ Se o sistema de sesmarias tivesse sido realmente ineficaz, insistir na ideia por tanto seria indício de uma espécie de “pensamento obsessivo coletivo sucessivo” ou, para dizer o mínimo, de muita teimosia, quiçá a mais longa da história lusitana.

metrópole ele teria sido “bem executado”? Se era “benéfico”, por que tantas reclamações e questionamentos? Se foi “benéfico”, foi “benéfico” para quem?

Realmente, se analisada a questão da (in)eficácia da Lei das sesmarias apenas do ponto de vista da motivação expressamente proclamada por Dom Fernando, haveremos forçosamente de concordar que não houve efetivamente, nos anos (e séculos) que se seguiram à edição da primeira norma sobre o tema (1375), qualquer incremento na produção agrícola, pelo menos ao ponto de se poder considerar satisfatório o abastecimento de cereais destinados ao povo (povo mesmo). Os relatos historiográficos, já aqui referenciados e transcritos, dão conta de que a população de Portugal, suposta destinatária dos benefícios pretendidos pela Lei das sesmarias, continuou a sofrer com a escassez⁴⁶¹ de alimentos e com a carestia, em termos semelhantes aos descritos⁴⁶² por Dom Fernando ao motivar sua lei.

Fora isso, passou a também enfrentar percalços em razão da (má?!) “execução” desta norma pelas instâncias administrativas e judiciais. Sobre essa questão, Gama Barros faz extenso relato de diversas reclamações formalizadas contra a execução das leis das sesmarias⁴⁶³, acerca das quais convém registrar que a maioria se refere aos critérios de (in)justiça das medidas, à confusão dos aspectos procedimentais de sua execução, notadamente em razão do conflito positivo de atribuições no âmbito da Administração, bem como aos conflitos de entendimento entre esta (a Administração) e a “justiça ordinária”.

Além disso tudo, mas não menos relevante, havia o fato de ser a população quem suportava o custeio de toda a estrutura burocrática criada para fazer “funcionar” o sistema de sesmarias, que compreendia funcionários específicos para a concessão (sesmeiros, almoxarifes, etc.) e fiscalização (homens bons, juízes, corregedores e ouvidores de terras, etc.), além de elevar os custos da “justiça ordinária”, pois incumbia aos juízes e ouvidores desta (“justiça ordinária”) apreciar os casos de reclamação quanto à atuação daqueles funcionários administrativos.

⁴⁶¹ Rebello da Silva (1868, p. 147) disse serem “tantos e tão graves” os problemas da agricultura durante o reinado de Dom João I, sucessor de Dom Fernando.

⁴⁶² O lamento apontado por Dom Fernando não continha, aliás, nenhuma novidade. Sucessivas crises já eram registradas ao menos desde o reinado de Sancho I (1185 a 1211) (ANTHERO, 1907, p. 460). Durante o reinado de Afonso III (1248-1279), também para fazer frente à carestia decorrente da escassez de produção agrícola, foi determinando o tabelamento de preço de todos os produtos, o que causou reação por parte dos comerciantes e ensejou a “prudente” revogação da medida pelo Monarca (ANTHERO, 1907, p. 466). Também por obra de Dom Afonso III foi editada a “Lei permanente” de 13 de julho de 1272, proibindo a exportação para fora do país do trigo, do milho, do centeio e da cevada, e até das farinhas, por mar e por terra, sob pena de apreensão e perda dos gêneros (REBELLO DA SILVA, 1868, p. 128).

⁴⁶³ Esse relato ocupa as páginas de 711 a 721 de sua *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, tomo III (1914).

E para “coroar” os percalços e gastos ensejados pela execução da lei que, em tese, foi concebida para assegurar que o povo tivesse cevada e o pão de cada dia, havia, ainda, o castigo da corrupção, conforme relatado por Gama Barros (1914, p. 717):

Provocara a censura o quadro das extorsões que os povos alegavam praticarem-se no serviço das sesmarias. Expunham eles que tanto nas terras de que tinham a jurisdição os grandes e fidalgos, como também nas realengas ou de mestrados, igrejas ou mosteiros, havia juízes e almoxarifes aos quais bastava gratificar com um par de galinhas para logo darem por suas cartas quaisquer terras que lhes pediam, e isto contra a lei que exigia primeiro a citação de ano e dia aos possuidores; que deste procedimento resultavam muitas despesas, demandas, mortes e homizios, assim para aqueles que possuíam as terras, ‘como os que as dão’;”

Os casos de “má execução” da Lei das Sesmarias (e da seguidas alterações e reedições) foram inúmeros e perduraram enquanto subsistiu o instituto⁴⁶⁴⁻⁴⁶⁵, o que autoriza afirmar que essas ditas impropriedades constituíam um cenário de recorrência, de prática continuada, e não de excepcionalidade, constatação que reacende a indagação acerca das razões da subsistência da lei que, como disse Rios (ao fundamentar o julgamento quanto à ineficácia do diploma), foi sucessivamente reeditada, a ponto de a disciplina legal acerca daquele instituto constar em todas as Ordenações do Reino de Portugal (Afonsinas, Manuelinas e Filipinas).

Sobre aquela questão, e sem maiores reflexões e, ainda, desconsiderando a segunda instrução metodológica de Foucault⁴⁶⁶, poder-se-ia concordar com Rebello da Silva (1868, 120), Moura (1913, p. 57) e Rios (1984, 148) e concluir que a Lei das sesmarias foi “ineficaz”, sobretudo por ter sido “mal executada”, embora fosse “benéfica”, já que pretendia solucionar a crise de escassez de alimentos que afligia a população. Mas o problema que compromete essa análise deferente ao édito ferdinandino é que lei ou ato estatal algum pode ser avaliado em conformidade com sua “intenção”, com aquilo que se diz para justificar sua edição (hoje, em relação às leis, com aquilo que chamamos de “exposições de motivos”), já que motivos não têm

⁴⁶⁴ Prova disso são os diversos provimentos dos soberanos de Portugal tratando de questões suscitadas. Remeto o leitor ao exame da já mencionada obra de Gama Barros *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, tomo III (1914).

⁴⁶⁵ A aplicação do sistema de sesmarias no Brasil será tratada mais detidamente no próximo tópico, quando se verá que, de igual modo, sua execução sempre foi problemática, o que pode ser aferido a partir do exame das sucessivas alterações na legislação. Sobre a sucessão de leis, importante fonte de pesquisa é Plataforma SILB (Sesmaria do Império Luso-Brasileiro), uma base de dados que concreta informações sobre as sesmarias concedidas pela Coroa portuguesa no mundo Atlântico. O projeto é mantido por uma equipe interinstitucional, estando disponível para livre consulta por meio de site próprio: <http://www.silb.cchla.ufrn.br/>.

⁴⁶⁶ Conforme já dissemos aqui “A segunda instrução metodológica contém a prescrição de não se promover a análise do poder no plano da intenção ou da decisão, questionando “quem tem poder e o que pretende”. Essa instrução se encontra no texto correspondente à Aula do dia 14 de janeiro de 1976, ministrado no *Collège de France*, cujo curso foi publicado com o nome de *Em defesa da sociedade* (2001 [1976]).

força normativa e podem não corresponder às medidas que constem efetivamente no corpo das disposições regulatórias ou, ainda, aos resultados que destas possam advir. Em outros termos: não há lei “benéfica” sem a produção de efeitos “benéficos”, ou seja, não há lei benéfica sem que esta converta em prática o benefício prometido, ainda que ela (a lei) ou quem a editou ou defendeu tenha afirmado um propósito nobre.

Em relação ao argumento acima aduzido, desnecessário invocar a chancela de quem quer que seja para afirmar que, ao longo da história, entidades políticas legiferantes ou mesmo de outra natureza, mas que culturalmente já foram admitidas como produtoras de atos normativos (Igreja, por exemplo), já conceberam e implementaram “leis” (em sentido amplo: normas, regulamentos, regras gerais, etc.) que não podem, em retrospectiva, ser consideradas “objetivamente”⁴⁶⁷ “benéficas”, mas cujos motivos e justificativas foram apresentados, à época das respectivas edições, como se fossem⁴⁶⁸. Cite-se, para exemplificar, os atos de inquisição ou cruzadísticos realizados pela Igreja Católica contra “infiéis”, bem como as medidas determinadas pela Alemanha nazista contra os judeus, negros, “comunistas” e outras “minorias”. Em ambos os casos, a edição das “normas” que viabilizaram aquelas práticas, à toda evidência (em retrospectiva, repita-se) “objetivamente” não “benéficas”, foi devidamente acompanhada da apresentação de “bons” e “justos” motivos, obviamente ditos em conformidade com os regimes de verdades então vigentes e hegemônicos, sempre visíveis e dotados de uma ostensividade maior que os eventuais efeitos adversos. Dizendo de outro modo, as leis que instituíram aquelas ações foram sempre fundamentadas em teorias e conjuntos de saberes⁴⁶⁹, ou seja, em discursos que as justificavam e, além disso, que as apresentavam retoricamente como adequadas a solucionar problemas urgentes e/ou graves, tudo em nome de um suposto interesse coletivo habitualmente designado de “bem comum”.

⁴⁶⁷ Entenda-se o “objetivamente” como significando algo suscetível de sobreviver a um exame mais geral, não limitado ao espectro territorial ou temporal ao qual se referiu concretamente.

⁴⁶⁸ Mas pela vigência do discurso acadêmico, para não se cogitar a insuficiência da constatação empírica desses fatos históricos, invoco o pensamento Hannah Arendt (2012 [1951], pp. 611-613), que, ao analisar as questões relacionadas à produção dos discursos de legitimação dos governos totalitários, aponta para conclusão semelhante à que afirmei acima.

⁴⁶⁹ Nesse sentido, Hannah Arendt (2012 [1951], p. 613) os governos totalitários invocam, como regra, a obediência rigorosa e inequívoca “às leis da Natureza ou da História”, a fim de realizados supostos ideais de justiça. E sobre a construção desse argumento, ela explica o seguinte: “A afirmação monstruosa e, no entanto, aparentemente irresponsável do governo totalitário é que, longe de ser “ilegal”, recorre à fonte de autoridade da qual as leis positivas recebem legitimidade final; que, longe de ser arbitrário, é mais obediente a essas forças sobre—humanas que qualquer governo jamais o foi; e que, longe de exercer o seu poder no interesse de um só homem, está inteiramente disposto a sacrificar os interesses vitais e imediatos de todos. À execução do que supõe ser a lei da História ou da lei da Natureza. O seu desafio às leis positivas pretende ser uma forma superior de legitimidade que, por inspirar-se nas próprias fontes, pode dispensar legalidades menores. A legalidade totalitária pretende haver encontrado um meio de estabelecer a lei da justiça na terra — algo que a legalidade da lei positiva certamente nunca pôde conseguir.”

A recorrência desses exemplos notórios conduz à conclusão de não haver uma necessária relação de coerência entre as providências determinadas pelas leis e as intenções declaradas como inspiradoras destas, tampouco entre os resultados supostamente projetados (e desejados pelos pretensos beneficiários) e aqueles que efetivamente serão realizados, o que nos adverte a não orientar qualquer julgamento de benignidade ou justiça apenas (ou sobretudo) pelas intenções que são invocadas e reiteradamente proclamadas por quem as editou, bem como a não olvidar da existência de motivações acerca das quais se silenciou.

Tais exemplos também nos admoestam a atentar para o fato de que a conclusão, no sentido de determinada lei ser ou não “benéfica”, há de se informar, sempre, por um juízo de perspectiva, de lugar, que inicialmente se refere a quem avalia, pois, admita-se ou não, são subjetivos os critérios de julgamento acerca do que é “benéfico”, mas que, além disso, referir-se-á também aos sujeitos em relação aos quais a lei produz efeitos, ou seja, a quem se trará benefício ou malefício. A propósito dessa questão, é de todo improvável, quiçá impossível (se há, desconheço exemplo), que alguma lei seja absolutamente “maléfica”, ou seja, que não faça bem a pelo menos uma pessoa. Mesmo a mais grotesca e ignominiosa lei que se possa hipoteticamente cogitar, a mais injusta e que atente gravemente contra o princípio da utilidade na concepção de Bentham⁴⁷⁰, tal como, ilustrativamente, nomear como cônsul um cavalo, irá se prestar ao menos a satisfazer o capricho daquele que a editou.

Na mesma linha desse raciocínio, mas tomando agora a própria Lei das sesmarias como exemplo, devemos considerar que todas as vezes em que, com fundamento nela, foi aplicada a sanção de perda de alguma herdade, o rei que impunha a reprimenda era, pelo mesmo ato, também favorecido por ele, na medida em que tinha o seu patrimônio⁴⁷¹ acrescido do bem objeto da expropriação. Para o rei a lei seria benéfica, embora para o sancionado, não. Nada obstante, os sacrifícios individuais experimentados pelos expropriados eram sempre justificados pelo suposto atendimento dos anseios do “bem comum”.

⁴⁷⁰ “Pelo princípio da utilidade entende-se princípio que aprova ou desaprova toda e qualquer ação, de acordo com a tendência que parece ter de aumentar ou diminuir o felicidade da parte cujo interesse está em questão; (...) Por utilidade, entende-se a propriedade em qualquer coisa, por meio da qual ela tende a produzir benefício, vantagem, prazer, bem-estar ou felicidade (tudo isso, no presente caso, trata da mesma coisa) ou (o que volta a ser a mesma coisa) prevenir o acontecimento de dano, dor, maldade ou infelicidade à parte cujo interesse é considerado.” (BENTHAM, 2000 [1781], pp. 14-15).

⁴⁷¹ Atentemo-nos para o fato de ser uma das características do patrimonialismo, vigente à época, a ausência de distinção entre o patrimônio do monarca e da Coroa.

Continuando a exemplificar a partir da aludida lei, e tomando-se agora um caso concreto, é inegável que ela foi benéfica (e muito) a Nuno Álvares Pereira⁴⁷², que recebeu da Coroa doações tão generosas⁴⁷³, no que concerne à dimensão, que o elevaram à condição de maior proprietário de terras de Portugal (FAORO, 2012 [1958], p. 56). Por outro lado, seria possível conjecturar que o juízo de Martim Vasques da Cunha⁴⁷⁴ quanto à Lei de sesmarias fosse diferente, já que também durante o mesmo reinado de Dom João I (sucessor de Dom Fernando), Cunha teve suas herdades confiscadas^{475 - 476}.

Importante notar que, para concretizar alguns desses intentos, não haveria sequer necessidade de praticar ilegalidades, já que a legislação, demasiado genérica em relação aos aspectos processuais e meritórios, conferia amplitude hermenêutica para que seus executores, em conformidade com a lei (sim! Legalmente!), promovessem alguns dos atos que os historiadores citados qualificaram como “má execução”. A fim de demonstrar a pertinência dessa afirmação, analisemos as questões relativas à correição em desfavor dos proprietários de terras⁴⁷⁷. Quanto a estes, previa-se um itinerário processual de duração incerta, cujos atos, em sua maioria, não receberam da lei precisa delimitação no tocante à forma e ao objeto. O mesmo

⁴⁷² Nuno Álvares Pereira foi condestável de Portugal no período inicial do reinado de Dom João I, tendo comandado as tropas lusitanas durante a Batalha de Aljubarrota (que, no ano de 1415, assegurou a independência de Portugal em relação às pretensões de anexação pelo Reino de Castela). É considerado herói em Portugal, tendo sido citado várias vezes por Camões em *Os Lusíadas*. Foi beatificado pelo Papa Bento XV (23/01/1918) e canonizado por Bento XVI (26/04/2009), sob a designação de São Nuno.

⁴⁷³ De tão generosas que foram as doações, resultou a impossibilidade de se promover cultivo das terras (REBELLO DA SILVA, 1868, p. 141; ANTHERO, 1907, p. 489). Em 1423, ao deixar a vida militar e se dedicar à religiosa, São Nuno, num ato de também de extrema generosidade, doou todas as suas terras... em favor dos próprios netos.

⁴⁷⁴ Para que se compreenda melhor as razões da expropriação das terras de Martim Vasques da Cunha, é necessário saber que ele chefiou a oposição ao Mestre de Avis por ocasião das Cortes de Coimbra em 1385, de onde, a despeito dessa oposição, este último saiu aclamado Rei de Portugal, sob a denominação de Dom João I (PERES, 1917, p. 33).

⁴⁷⁵ O mais irônico (ou sádico) nessa questão talvez seja o fato de que as terras confiscadas de Martim Vasques da Cunha foram dadas por Dom João I ao Legista (experto em leis) João das Regras, considerando como um dos responsáveis pela articulação que resultou na aclamação do Mestre de Avis como rei. A ironia decorre, no caso, da ausência de pudor na desconsideração do vínculo de parentesco existente entre quem perdeu e quem ganhou as terras, já que João das Regras era genro de Martim Vasques da Cunha.

⁴⁷⁶ A vingança operada por Dom João I contra seu adversário foi, contudo, mais “humana” que a pretendia pelo então Condestável Nuno Álvares Pereira, o qual, perdendo a paciência com o aludido opositor durante as Cortes de Coimbra, propôs-se “liquidar a questão sumariamente, matando Martins Vasques” (PERES, 1917, p. 33). O ímpeto homicida do Condestável, depois canonizado São Nuno, foi contido e não precisou se manifestar de modo ostensivo. O Direito, personificado por João das Regras, mostrou-se mais eficiente: conseguiu o mesmo intento, com toda a aparência de legitimidade, mas sem o desgaste de uma morte evitável e o risco de quebra de institucionalidade. Golpe (ou “movimento”) bom é assim, quando aparenta legitimidade! Eis um ensinamento sempre útil e bastante praticado na atualidade.

⁴⁷⁷ A legislação das sesmarias promovia uma acintosa distinção de tratamento entre os destinatários passíveis de punição. Quanto aos “mancebos, funcionários e pedintes”, suas disposições tornavam quase inevitável a produção imediata de efeitos, já que estes eram prontamente coagidos ao trabalho, quando não se sujeitavam, também prontamente, ao açoite e à prisão, medida que subsistia como acautelatória até que se aferisse se os custodiados trabalhavam em alguma herdade ou, ainda, de que modo se sustentavam.

pode ser dito em relação aos critérios de aplicação das penalidades de taxação e perdimento da herdade. Nesse mister, caberia ao rei, por meio de seus oficiais (sesmeiros, juízes de terras, etc.) decidir o que seria ou não uma terra produtiva ou mesmo que circunstância poderia ser aceita como escusa para não produzir momentaneamente. Num cenário em que a subjetividade era a tônica, não é preciso grande esforço cognitivo para concluir que a duração e o desfecho da correição dependeriam do sujeito⁴⁷⁸ em face de quem ela fosse instaurada.

Não se quer com isso afirmar que não se verificaram casos de manifesto descumprimento à legislação de sesmarias. Esse fato, de tão óbvio, impede sua negação, mas também torna redundante o seu reconhecimento, pois é igualmente óbvio que nenhuma lei humana⁴⁷⁹, ao menos as que resistam ao próprio ato de criação, conseguirá alcançar a totalidade dos fatos em relação aos quais, hipoteticamente, poderia ou deveria ser aplicada. Nenhuma lei deve sequer ser editada se, para ter o mínimo de eficácia, demande a completa ausência ou mesmo uma margem muito estreita de descumprimento. Se disso depender, ou se torce para que o intento pretendido pela lei se realize por “força maior”, ou se reza pela intervenção de “força divina”, já que a noção de norma jurídica pressupõe, lógica e empiricamente (basta olhar o passado e o presente para ver exemplos), o reconhecimento de que ela será eventualmente descumprida. Em outros termos, a situação de desconformidade é um pressuposto para edição de qualquer norma, que não haveria de existir se não fosse possível, quiçá provável, a ocorrência de situações desta espécie.

A análise das questões relativas ao descumprimento ordinário ou extraordinário das leis, fenômeno que Foucault (2006 [1975], p. 50) denomina de “gestão de ilegalismos”, não comporta ou enseja maior desenvolvimento nesta tese⁴⁸⁰, convindo apenas afastar a cogitação de que aqui tenha se sugerido não ter havido ilegalidades (ou seja, efetiva contrariedade à lei) no tocante à execução da legislação de sesmarias, ou mesmo que se tenha ignorado esse fato, na medida em que se criticou o argumento de que a lei teria sido “benéfica”, porém “mal executada”. Nenhuma coisa e nem outra. O que se sustentou foi que a maioria das consequências, “benéficas” ou não, decorreram do alto grau de abstração, que resultou, assim,

⁴⁷⁸ Do que são provas Martim Vasques da Cunha e Nuno Álvares Pereira.

⁴⁷⁹ Diferentemente das naturais, que são da natureza mesmo, não as naturalizadas. E mesmo quanto aquelas, há, ainda, a pretensão de totalidade seria questionável em razão da relatividade. Mas não nos aventuremos por esse caminho, no qual somente nos seria permitido especular.

⁴⁸⁰ Ao tema “gestão de ilegalismos”, voltarei a ele pontualmente nos tópicos seguintes, sobretudo quando analisada a aplicação do regime de sesmarias na colonização do Brasil, bem como a lógica de invenção e manutenção dos terrenos de marinha, notadamente a defesa da subsistência desta categoria de bens, sob o argumento de que, se bem executado, os terrenos de marinha podem servir para muita coisa.

num amplo quadro hermenêutico de integração⁴⁸¹ e execução da legislação. Quis-se, com isso, dar visibilidade aos vínculos existentes entre a lei e os efeitos, bons ou maus, que dela decorreram.

A questão poderia ser óbvia, mas talvez por estar tão na superfície tenha sido ignorada por boa parte dos que escreveram sobre o tema, tanto que muitos pontuam as boas intenções do “rei tão zeloso” Dom Fernando para com a agricultura, o que termina por atribuir, por outro lado, a ineficácia da norma, quanto ao aspecto relacionado ao incremento da produção agrícola, a circunstâncias alheias à vontade do monarca, especialmente à atuação dos seus executores. Isso, no entanto, não é uma verdade necessária, pois a própria lei “pode” ter sido elaborada com o intento de não “funcionar”, ou seja, de não realizar a finalidade para a qual se anunciou que ela se destinaria⁴⁸². E foi esse o caso da legislação de sesmarias, já que ela conferiu ampla discricionariedade aos seus executores, de modo que, se houve “má execução”, não se pode isentar de responsabilidade quem a editou, já que concorreu determinantemente para o malogro.

Isso é sabido por todos os que leram a obra-prima de Saint-Exupéry⁴⁸³ ou a entrevista concedida por Foucault (2006 [1975], p. 50) a Roger-Pol Doit, por nós já mencionada, em que o filósofo francês disse:

Todo mundo sabe, também, que as leis são feitas por uns e impostas aos outros. Parece, porém, que se pode dar um passo a mais. O ilegalismo não é um acidente, uma

⁴⁸¹ “A noção de integração pressupõe a ideia de tornar completo, chamar alguma coisa para o campo de incidência da norma, absorver uma determinada hipótese, a princípio não prevista. A integração se faz necessária toda vez que por via da interpretação não se conseguir encontrar uma solução normativa para uma dada hipótese concreta” (BASTOS, 2014, p. 44).

⁴⁸² Incrementar a produção de grãos que garantisse alimentos e sobretudo o pão para a população.

⁴⁸³ Pretendia apenas parafrasear Saint-Exupéry, mas por respeito à integridade do texto, pelo fascínio que tenho por *O Pequeno Príncipe* (2009 [1943]) e mesmo para evitar um esforço que resultaria numa redação certamente pior que a original (quicá por preguiça também), citarei diretamente aquele trecho que se refere ao encontro do jovem viajante com o chamado “Rei Orgulhoso”, que vive como único habitante de um planeta e, por essa razão, reina apenas sobre si mesmo. Na aquarela do próprio autor sobre aquele evento, o soberano é retratado em um trono “muito simples”, porém “majestoso”, vestido de “púrpura”, com elementos semelhantes àqueles como Cabral foi reproduzido por Oscar Pereira da Silva. Passemos logo à citação pois, a despeito da preguiça, terminei por escrever mais do que se logo tivesse feito a tal paráfrase: “[**Pequeno Príncipe**] - Eu desejava ver um pôr do sol... Fazei-me esse favor. Ordenai ao sol que se ponha. [**Rei**] - Se eu ordenasse a meu general voar de uma flor a outra como borboleta, ou escrever uma tragédia, ou transformar-se numa gaivota, e o general não executasse a ordem recebida, quem, ele ou eu, estaria errado? [**Pequeno Príncipe**] - Vós, respondeu com firmeza o príncipezinho. [**Rei**] - Exato. É preciso exigir de cada um o que cada um pode dar - replicou o rei. A autoridade se baseia na razão. Se ordenares a teu povo que ele se lance ao mar, todos se rebelarão. Eu tenho o direito de exigir obediência porque minhas ordens são razoáveis. [**Pequeno Príncipe**] - E meu pôr do sol? - lembrou o príncipezinho, que nunca esquecia a pergunta que tivesse feito. [**Rei**] - Teu pôr do sol, tu o terás. Eu o exigirei. Mas eu esperarei, na minha sabedoria de governante, que as condições sejam favoráveis. [**Pequeno Príncipe**] - Quando serão? - indagou o príncipezinho. - Hum! Hum! - respondeu o rei, que consultou inicialmente um enorme calendário. - Hum! Hum! Será lá por volta de... por volta de sete horas e quarenta, esta noite. E tu verás como sou bem obedecido... O príncipezinho bocejou. Sentia falta do seu pôr do sol. E, também, já estava começando a ficar aborrecido.” (SAINT-EXUPÉRY, 2009 [1943], pp. 37-38)

imperfeição mais ou menos inevitável. É um elemento absolutamente positivo do funcionamento social, cujo papel está previsto na estratégia geral da sociedade. Todo dispositivo legislativo organizou espaços protegidos e aproveitáveis, em que a lei pode ser violada, outros, em que ela pode ser ignorada, outros, enfim, em que as informações são sancionadas.

No limite, eu diria, simplesmente, que a lei não é feita para impedir tal ou tal tipo de comportamento, mas para diferenciar as maneiras de burlar a própria lei.

Esse “todo mundo sabe” não compreende “todo mundo” efetivamente. Excluem-se deste “todo” os que pretendem escusar os soberanos que editaram leis sobre o sistema de sesmarias, das impropriedades decorrentes de sua “má execução”.

Mas há razões para sustentar que os soberanos mesmos, em especial Dom Fernando, não ignorassem essa verdade evidente (para “todo mundo”), pois foi a partir do reinado deste que a Coroa de Portugal se fortaleceu, em detrimento do poder da classe senhorial e das ordens religiosas, valendo-se para tanto da atuação criativa dos legistas, chamados por Rebello da Silva (1868, p. 145) como “doutores das escolas de Itália” (ou “filhos das escolas de Piza e Bolonha”). E além de saberem que aquela lei (como toda e qualquer outra) não seria cumprida em sua inteireza, sabiam, ou ao menos deveriam⁴⁸⁴ saber, que ela não teria eficácia no louvável intento de assegurar pão ao povo.

Essas ocorrências nos levam a concluir que, mais importante do que qualificar determinada lei como “benéfica” ou “maléfica”, é questionar em favor ou desfavor de quem ela produz efeitos, bem como se algum sacrifício individual ou coletivo foi experimentado para viabilizar tais efeitos. Além disso, revela a necessidade de questionar se determinado instituto jurídico, que seja apresentado como benéfico ou que tenha, no presente, tal ou qual função social (“socioambiental”), merece a qualificação de benéfico, apesar de os efeitos efetivamente produzidos apontarem para outra conclusão e contrariarem a sua defesa (a defesa, que no caso, é mais da intenção, do potencial, do projeto ou desejo do que ele poderia produzir se fosse “bem executado”). Sem essas indagações críticas, o juízo sobre a produção de efeitos de determinada lei, ou mesmo sobre determinado instituto jurídico, diz muito pouco ou, o que é pior, diz apenas o que se quer que se pense sobre ela.

Ressalvada a questão acerca da benignidade da lei ou de um instituto, importa prosseguir com a problematização quanto à sua suposta ineficácia.

⁴⁸⁴ Talvez seja muito assertivo o uso do verbo “dever”. Se ainda hoje não se “sabe” que as principais ações de combate à seca (carros-pipa e cisternas) são ineficazes para combater a seca (combatem a sede, não a seca), é de rigor excessivo querer que, no século XIV, Dom João soubesse da ineficácia de suas medidas de combate à escassez de grãos e alimentos.

É certo que ela não resolveu, em definitivo, o problema do abastecimento de cevada e pão para o povo, não havendo controvérsia sobre essa constatação, conforme relatos historiográficos aludidos até o momento. Mas se não para isso, para outras finalidades ela funcionou muito bem⁴⁸⁵, tanto que, conforme já registrado, o sistema de sesmaria subsistiu por quase 5 (cinco séculos)⁴⁸⁶.

A que outros fins, então, a Lei das sesmarias se destinou? Para refletir sobre essas questões, voltemos a Foucault.

Na aula ministrada no dia 21 de março de 1973 no *Collège de France*, a qual integra o curso denominado *A sociedade punitiva (1972-1973)*, Foucault se refere às instituições de reclusão-sequestração (colégio interno, colônia agrícola, fábrica-convento, etc.), que exerceriam funções que ele designou de “funções de sequestração”. Ao caso interessa conhecer a segunda destas funções, que consiste, em apertada síntese, no caráter plurifuncional daquelas instituições, ou seja, de elas funcionarem para “o controle direto e indireto de toda existência”, embora fossem aparentemente monofuncionais, ou seja, ostensivamente destinadas para apenas uma função.

Para exemplificar, tome-se o caso de um colégio interno, que teria por função primordial produzir a instrução do aluno (ensinar a ler, escrever, etc.), mas que terminaria também por exercer um controle sobre todos os aspectos da vida do educando, como, por exemplo, condicionamento da sexualidade, dos hábitos alimentares, de higiene, etc. O colégio interno exerceria, assim, um “controle suplementar que, à primeira vista, não estava de modo algum implicado na função principal, visível e institucional do estabelecimento” (FOUCAULT, 2015 [1973], pp. 194-195).

É possível, destarte, invocar esse caráter plurifuncional para a legislação de sesmarias, já que esta, se não foi eficaz para combater a fome da população, serviu para outros fins, funcionando como eficaz instrumento de controle dos indivíduos e da população em geral.

Sobre as múltiplas funções da Lei das Sesmaria, aqui já mencionamos uma relacionada ao episódio envolvendo Martim Vasques da Cunha, qual seja, (1) servir como instrumento de

⁴⁸⁵ O “bem” obviamente se refere à intensidade da eficácia, sendo usado como sinônimo de “muito”, e não ao mérito da lei quanto ao potencial benefício da população em geral.

⁴⁸⁶ E neste sentido, discordamos da conclusão equivocada e, quiçá, ingênua de Rios (1984, p. 148), que concluiu que reiteração da disciplina das sesmaria nas legislações posteriores à Lei de Dom Fernando (1375), seria indicativo de ineficácia. É exatamente o contrário!!! O fato de todos os soberanos de Portugal terem disciplinado legalmente o instituto é prova de sua serventia, e não de sua ineficácia. Ela serviu, sim! Mas voltamos às questões: para que e para quem?

perseguição e de satisfação de “vinganças e cobiças” à disposição do soberano (REBELLO DA SILVA, 1868, p. 141), que poderia, com fundamento na lei e ao ensejo de executá-la, promover a expropriação das terras de adversários, destinando-as aos que lhe fossem leais e obedientes.

Enumeraremos outras, mas antes disso, registremos uma função a que ela não se destinou. A propósito, a Lei das Sesmarias não pretendeu enfrentar a questão da concentração de terras, a qual, aliás, sequer foi colocada como efetivo problema pela aludida legislação, esta que se insurgiu apenas em face da “míngua de lavra”. Destarte, em momento algum a lei se prestou a determinar qualquer providência semelhante à ideia comumente associada no presente à expressão “reforma agrária”⁴⁸⁷⁻⁴⁸⁸, que seria desapropriar a terra de quem tem e não cultiva, para concedê-la a quem não tem, a fim de torná-la produtiva. Na verdade, com fundamento na Lei de Dom Fernando, tampouco nas que a sucederam, não houve destinação de terras a quaisquer pessoas do povo (populares, classes menos favorecidas, etc.).

Mas a despeito de se ignorar a existência desse problema, o fato é que a estrutura agrária de Portugal já se caracterizava pela concentração de terras⁴⁸⁹, podendo-se afirmar que este “problema” (para nós, problema sem aspas) continuou e, mais que isso, que a Lei de Dom Fernando (2) serviu para agravá-lo, pois ao ensejo de sua execução, passou-se a exigir dos proprietários e também dos pretendentes de sesmarias a comprovação da possibilidade de se promover o efetivo aproveitamento das terras. Nesse sentido, a lei expressamente determinava

⁴⁸⁷ A Constituição de 1988 dedica o Capítulo III do Título VII (Da ordem econômica e financeira) à política agrícola e funcionária e à reforma agrária, sendo os dispositivos constitucionais ali constantes regulamentados pela Lei n.º 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. A definição de reforma agrária consta, no entanto, no art. 1.º, §1.º, da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe: “Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.”

⁴⁸⁸ Por essa razão, entendemos inadequada a utilização da expressão “reforma agrária” para se referir às modificações promovidas pela Lei das Sesmarias no sistema agrário. Embora, do ponto de vista da técnica jurídica e da semântica, o que a aludida Lei promoveu possa ser enquadrado como reforma agrária, pois terminou por modificar (reformular) o sistema agrário do Portugal, seus efeitos, como demonstrado acima, nada tiveram a ver com o sentido da expressão “reforma agrária” normatizado legislativamente (vide nota de rodapé anterior) e normalizado pelo uso corrente na atualidade. Empregar tais expressões como equivalentes, como fez Marés (2003, p. 56), é impróprio, pois gera uma ambiguidade apta a sugerir que a legislação lusitana tenha pretendido realizar os mesmos fins anunciados pela Lei n.º 4.504/1964. Não que essa ressalva signifique dizer que esta última fez o que prometeu, pois infelizmente também foi “ineficaz” quanto ao fim ostensivo (realizar uma justa distribuição de terras). Diferentemente disso, o propósito desta nota é apenas o de afirmar que a expressão “reforma agrária” retoma, hoje, um sentido que não comporta associação com os fins da Lei de das sesmarias de 1375.

⁴⁸⁹ Sobre as causas desse problema, Rebello da Silva (1868, p. 134) pondera o seguinte: “A acumulação enorme da propriedade rústica nas mãos das corporações religiosas constituía um dos maiores, senão o maior obstáculo oposto ao desenvolvimento dos progressos da agricultura, a que acresceu desde o século XIII, e principalmente desde o seu último quartel, a difusão das instituições vinculadas, conhecidas pela denominação de morgados, não menos funestas, porque imobilizavam também a terra, dotavam um só filho à custa de todos os outros, reduziam o número das famílias, e diminuía a riqueza pública e particular, paralisando a cultura pelas desproporcionadas extensões de terrenos, que entregavam à disposição de um indivíduo ocioso, muitas vezes inepto, e em todo o caso sem nenhum estímulo que lhe incitasse à inteligência e à atividade.”

que estas deveriam pertencer a quem tivesse certa quantia, “tantos bois” quantos fossem necessários para promover o cultivo da terra, além de outras equipagens (arado, etc.) úteis a esse mister. Com isso, sem fazê-lo de modo ostensivo, a Lei das Sesmarias **(3)** estabeleceu requisitos censitários (cabedal mínimo) para a aquisição e a manutenção da propriedade imobiliária.

Acerca dessa questão, o que há de ser considerado mais grave é o fato de que, além de **(4)** inviabilizar o acesso às terras por aqueles que já não as tinham em virtude de não disporem dos recursos para comprá-las, a legislação de sesmarias também terminou por **(5)** determinar a perda ou o abandono das terras pelos proprietários menos abastados, que não tinham condições de adquirir os instrumentos e os insumos necessários ao cultivo de suas fazendas, conforme passava a exigir a aludida Lei. Com isso, os que deixavam de ser pequenos proprietários foram coercitivamente integrados ao sistema produtivo mediante a alienação de sua força de trabalho. Este círculo vicioso, engendrado juridicamente a partir da Lei de Dom Fernando, foi tristemente descrito por Rebello da Silva (1868, pp. 123-124):

Os cultivadores não tinham bois e charruas, nem alfaia rural, nem meios de as comprar, porque os preços dos animais de trabalho e dos instrumentos aratórios corriam tão altos, que suas mais do que acanhadas faculdades não chegavam a eles. Os senhorios não agricultavam os domínios, nem consentiam que outros os fizessem valer pela exageração das rendas, ou dos ónus impostos ao domínio útil dos prazos, ao passo que os lavradores os não podiam arrendar, nem aforar senão com pequenos encargos por causa das despesas do grangeio. Muitos largavam o arado, que os arruinava, e davam-se a ocupações mais lucrativas, ou entravam na família de algum poderoso como criados.

Na prática, a “benéfica” Lei de Dom Fernando **(6)** reatualizou os critérios de distinção de categorias sociais (“classes”) firmada essencialmente no domínio da terra (dos “meios de produção”), separando os proprietários (de terras, no caso) dos trabalhadores (“mancebos e funcionários”) e praticamente **(7)** excluiu a possibilidade de mobilidade “ascendente” entre uma categoria (“classe”) e outra.

Essas ocorrências (a interdição do acesso do trabalhador à propriedade e a divisão de categorias [“classes”]) estariam relacionadas a uma outra finalidade da Lei das sesmarias de 1375, podendo-se dizer, na verdade, que seriam “apenas” reflexos desta. Ao afirmar que a terra não deveria pertencer a quem nela trabalhasse, mas somente a quem pudesse, com seu cabedal,

torná-la produtiva⁴⁹⁰, a Lei de Dom Fernando (8) inaugurou uma racionalidade distinta no tocante ao fundamento e aos limites do gozo da propriedade, rompendo com algumas e mitigando outras tradições relativas a esse tema⁴⁹¹.

Sobre este, somente mais de dois séculos após o édito de Dom Fernando, Locke irá sustentar que é trabalho do homem o fundamento legítimo para apropriação da terra e a constituição da propriedade privada, pois o fundamento divino da propriedade se limitava aos bens no estado de natureza, que nessa condição estariam disponíveis à fruição coletiva. Essa ideia era contrária ao que sustentava Hobbes (2002 [1651], p. 148), para quem o direito de propriedade teria como fundamento as leis civis expedidas pelo soberano. A propósito da questão do fundamento, a Lei das Sesmarias de 1375 se antecipou em quase 200 (duzentos) anos à lógica de justificação do direito de propriedade elaborada pelo autor de *O Leviatã*, bem como a toda a discussão teórica acerca desse tema, que se intensificou em razão e a partir do Renascimento. Desde o século XIV, destarte, por obra de Dom Fernando, Portugal já havia (9) estabelecido que o direito de propriedade seria conferido com **fundamento** em “leis civis” expedidas pelo soberano. E estas, além de fundamentar o direito, também (10) definiriam quais “as ações” cada proprietário poderia praticar em suas herdades.

A partir de então, a *propriedade* se converte, de fato e de *Direito*⁴⁹², em *direito de propriedade*. E, mais que isso, em um direito conformado com as finalidades estabelecidas por uma legislação.

Esse alcance da propriedade pela gestão do Estado, e mais especificamente pelo discurso jurídico, é reforçado (aparentemente de modo inconsciente) por Gama Barros (1914, pp. 720-721), quando pontuou e criticou a dissimetria de tratamento entre os destinatários da legislação de sesmarias:

Consideradas em relação ao direito de propriedade, as leis das sesmarias eram julgadas nos séculos XIV e XV na maneira que vimos. Quanto ao seu influxo no desenvolvimento da agricultura basta, para duvidar d'ele, atender às dificuldades que, segundo os documentos nos têm mostrado, se opunham à execução dessas leis, e ponderar que as classes, em cujas mãos estava a maior porção de bens rurais, eram precisamente as que pelas suas imunidades e poderio mais facilmente haviam de ficar de fora da ação legislativa.

⁴⁹⁰ Essa distinção é essencial e nada tem de singela ou meramente estilística, pois aproveitava, por exemplo, aquele que nunca havia trabalhado, mas que, por ter herdado terras e escravizados, poderia fazê-las produtivas.

⁴⁹¹ Para os que admitem a existência do feudalismo na Península Ibérica (sobre a controvérsia, ver nota n.º 562), poder-se-ia considerar que a Lei de Dom Fernando marcaria o “começo do fim” daquele regime em Portugal, dando-se o “final do fim” com revolução “burguesa” (portuguesa) de 1385, que consagrou o Mestre de Avis como soberano, o rei Dom João I (1385 – 1433).

⁴⁹² Direito do discurso jurídico, para reforçar a exclusão e oposição ao “direito” natural e/ou ao divino/religioso.

O relato, elaborado “segundo os documentos”, concluiu que as classes detentoras das maiores propriedades estariam excluídas da “ação legislativa”. Nossa conclusão, entretanto, é diametralmente oposta a essa.

Antes de tudo, é necessário esclarecer que não se pretende sugerir que a legislação de sesmarias alcançou e puniu efetivamente (tampouco que pretendia) os grandes proprietários de herdades. Sobre a condição de serem “grandes”, a mencionada legislação, conforme já registrado, não considerou essa circunstância como problema⁴⁹³. Por conseguinte, se não reprovava a existência de latifúndios, por óbvio que não continha medidas de combate a essa ocorrência. Mas o que se pretende dizer, e que talvez Gama Barros tenha ignorado, quiçá por confiar que a legislação em comento pretendesse realmente solucionar o problema da escassez de alimentos, foi o fato de ela ter sido manifestamente eficaz para o fim de (11) trazer para o âmbito da ação estatal, especialmente para o controle do soberano, determinadas questões que antes estavam excluídas dessa esfera de controle. Em outras palavras, a Lei de Sesmarias funcionou eficazmente para incluir no discurso da lei, e da lei do soberano, a possibilidade de regulação da propriedade, o que antes se considerava reservado⁴⁹⁴ a fundamentos diversos, como o direito de propriedade com caráter divino, natural ou feudal.

Para compreender essa ação inclusiva do sistema de sesmaria, importa aduzir algumas ponderações acerca das limitações à interferência do Estado nas questões relativas ao domínio das terras. Sem adentrar no debate acerca de ter havido ou não feudalismo em Portugal⁴⁹⁵, o

⁴⁹³ A limitação do tamanho das sesmarias somente foi determinada em meados do século XVIII, por meio da Provisão de 20 de outubro de 1753 (VARELA, 2005, p. 95).

⁴⁹⁴ Rememore-se que, cronologicamente, Locke somente teorizou sobre o fundamento divino da propriedade 2 (dois) séculos depois de Portugal superar essa noção. Sem fazer juízo de valor quanto ao acerto do sistema legal “agrário” (mercantil, mais que agrário, como se verá) criado em 1375, não se pode desprezar o pioneirismo da teoria e da prática lusitanas. Infelizmente, pouco se sabe sobre essa vanguarda, o que resulta em um menosprezo por parte de quem escreve sobre o tema. Essa desconsideração talvez se deva, pelo menos em parte, ao fato de que o saber e o fazer produzido em Portugal, naquela época, não foi publicado ou, quando publicado, foi pouco difundido. Rememoremos que a prensa de Gutemberg somente foi inventada em meados do século XV. Publicar era caro e trabalhoso.

⁴⁹⁵ O debate tem seu cerne na questão relativa àqueles elementos que devem ser considerados essenciais para se admitir que houve “feudalismo puro” ou não. Talvez seja esse um debate estéril, pois termina por compreender aspectos perspectivos e de adesão teórica. Sobre o tema, Merêa (1912, p. 123) afirma que reconhecem a existência do “feudalismo puro” em toda a Península Ibérica os seguintes historiadores: “Coelho da Eocha (*Hist. do Governo e legisl. De Portugal*), Silva Ferrão (*Repertório*), La Serna e Montalban (*Derecho civil y penal*), Sempere (*Hist. dei derecho español*), José Pidal («*Adiciones*» ao prólogo do *Fuero Viejo*, por Asso e Manuel), Chapado Garcia (*Hist. general dei derecho español*), Escosura y Hevia (*Juicio critico dei feudalismo en España*), Garsonnet (*Hist. des locations perpétuelles*) e Robertson (*Hist. of the reign of the emperor Charles V*)”. Ainda segundo Merêa (1912, p. 131), os que sustentou a inexistência do tal “feudalismo puro” seriam os seguintes: “Schaefer (*Gesch. von Spanien*), Lafuente (*Hist. gen. de España*), Martínez Marina (*Ensayo histórico*), Colmeiro (*Reyes cristianos — na Hist. gen. de Esp., bajo la dirección de D. Ant. Canovas*) — Castro (*Discursos críticos*), Altamira (*Hist. de España*) e entre nós [portugueses] Alexandre Herculano.”

fato é que a classe senhorial, integrada essencialmente pela nobreza aristocrática e pelas ordens religiosas, tinha o seu poder político firmado, em grande medida, pela amplitude dos privilégios decorrentes do domínio que exerciam sobre suas propriedades. Além do simbolismo já encerrado na condição de ser senhor de grandes extensões de terra, havia também a direito de decidir livremente como estas seriam utilizadas, o que compreendia a prerrogativa de aproveitá-las a seu modo, de não cultivá-las, bem como o de estabelecer os termos em que terceiros, como “vassalos”, servos ou “mancebos e funcionários”⁴⁹⁶, por exemplo, poderiam trabalhar, habitar, ter passagem ou se relacionar de algum modo com essas herdades. Quanto a esses terceiros, além da prerrogativa de deliberar acerca das questões relativas à eventual exigência de remuneração pelo uso da terra (foros, pensões, etc.), os senhores também exerciam poderes que hoje seriam considerados tipicamente estatais, o que compreendia parcela da jurisdição, ainda que houvesse possibilidade de recurso ao monarca (GAMA BARROS, 1868, p. 158). A tudo se acresça a isenção de ação imediata de determinados oficiais da Coroa, ou seja, algo como uma espécie de “prerrogativa de função”, que remetia diretamente à pessoa do próprio monarca a deliberação de questões que lhes dissessem respeito (GAMA DE BARROS, 1885, p. 159).

A Lei de sesmarias de Dom Fernando **(12)** modificou esse conjunto de privilégios, suprimindo alguns e reduzido outros. A inovação mais relevante foi, obviamente, a que inadmitiu a possibilidade de as terras serem mantidas incultas. Estabeleceu-se, também, a proibição da exclusiva destinação de herdades para a pecuária, além de a obrigação de admitir funcionários e lhes pagar remuneração com necessária observância dos valores parametrizados pela Coroa. Em suma: mais que simplesmente serem possuídas, as terras deveriam ser utilizadas em conformidade com as finalidades e demais condições prescritas na legislação estatal.

A fim de garantir o cumprimento dessas obrigações, a Lei ferdinandina determinou medidas que **(13)** conferiam à Coroa portuguesa a possibilidade de fiscalizar, por meio dos sesmeiros do rei, as atividades desenvolvidas pelos proprietários de terras, a fim de aferir se estes possuíam o cabedal mínimo exigido pela legislação (renda, bois, insumos, etc.), bem como de atestar, ou não, a produtividade de cada herdade. E em caso de se constar violações à legislação, o rei, por seus oficiais, poderia **(14)** aplicar as respectivas punições, que poderiam chegar até a supressão do direito de propriedade.

Como se vê, portanto, praticamente toda a população portuguesa, incluindo os “grandes” proprietários de terra, estavam a alcance da ação estatal.

⁴⁹⁶ Ou vassalos, servos, etc., para os que admitem a existência do feudalismo em Portugal.

Não se quer com isso sustentar que os “grandes” e “poderosos” proprietários, notadamente a nobreza e as ordens religiosas, sujeitaram-se à legislação de sesmarias tanto quanto os pequenos fazendeiros e os trabalhadores, ou que todos que descumpririam as disposições daquela lei chegaram efetivamente a ser sancionados. Longe de se sustentar tamanha ingenuidade! De outro modo, quer-se afirmar que mesmo os grandes, que pelas “imunidades e poderio mais facilmente” conseguiam se liberar do aspecto punitivo da legislação, estavam submetidos ao exame de conformidade por esta norma estabelecido. Ter os meios (para) e se livrar dos “problemas” criados pela lei não equivale a estar “*fora* da ação legislativa”; ao contrário, é estar *dentro* dela, embora com submissão a uma feição distinta de poder, mais afeta à disciplina e à vigilância (latente, mas presente) que à punição (potencial, por isso eventual), na medida em que a lei impunha um proceder, normalizando para todos o modo de ser proprietário. O sistema de sesmarias não excluiu a classe senhorial, antes a incluiu, ao contingenciar suas prerrogativas e mitigar a possibilidade de livremente usar e dispor de suas terras, exigindo um comportamento estandardizado, normativamente conformado.

A propriedade, embora reservada a quem tinha recursos para tornar produtivo o bem possuído, subsistiu e continuou a conferir ao titular a possibilidade de excluir pretensões dos “concidadãos”. Passou, no entanto, a (15) ter seu exercício condicionado, agenciado pela lei, materializando a dominância do discurso jurídico⁴⁹⁷ em detrimento das tradições senhoriais⁴⁹⁸ e do discurso religioso.

Dessa nova feição da propriedade (16) resultou a reconfiguração de toda a dinâmica dos poderes políticos⁴⁹⁹, já que o rei, mais soberano que antes nesse novo cenário, além de ditar o **fundamento do direito** de propriedade, passou a poder estabelecer **como este poderia ser exercido**.

Não se deve olvidar, como dito há pouco, que a Lei de sesmarias de 1375 não cuidou apenas de regular questões relacionadas ao aspecto dominial. Grande parte de suas disposições tratou de regramentos destinados aos não proprietários de terras, tanto àqueles que já não tinham terras, como àqueles que as perderam em decorrência das exigências estabelecidas pela

⁴⁹⁷ Não sem razão Rebello da Silva (1868, p. 145) relata a influência dos legistas, chamados por ele de “doutores das escolas de Itália” (ou “filhos das escolas de Piza e Bolonha”), especialmente a partir do reinado de Dom Fernando.

⁴⁹⁸ Também em detrimento do feudalismo, obviamente para os que admitem sua existência em Portugal. Sobre a controvérsia da existência, ver nota n.º 562.

⁴⁹⁹ Foucault (2008 [1978], p. 145) se refere a essa dinâmica como “táticas de governo que, a cada instante, permitem definir o que deve ser do âmbito do Estado e o que não deve, o que é público e o que é privado, o que é estatal e o que é não-estatal.” Ele também esclarece que a tensão e o movimento decorrentes dessas táticas é que permitem a subsistência do Estado como instituição.

legislação, especialmente a de ter cabedal e outros recursos materiais. O escopo da lei quanto a todos estes (não proprietários), que poderiam ser reunidos numa classe geral de “trabalhadores”, já que a legislação lhes reservou o encargo comum de alienar força de trabalho pessoal, era (17) integrá-los à cadeia produtiva da agricultura na condição de lavradores.

Nesse mister, a legislação não se limitou a reprovar a vida ociosa e a admoestar axiologicamente os trabalhadores a se dedicarem à atividade produtiva. Ela lhes estabeleceu um padrão normal de comportamento (trabalhar na lavoura) e praticamente só lhes conferiu a possibilidade de optar como se ajustariam a essa prescrição: “voluntariamente” ou mediante coação empregada pelos oficiais do rei. Destarte, a inatividade, ou mesmo atividade discordante do padrão estabelecido, conduziria os “desconformes” (“anormais”) à marginalidade, autorizando o Estado a adotar providências destinadas a (re)conduzi-los à “normalidade”, ou seja, à vida produtiva ou ao labor concorde.

Em todo caso, a conduta dos trabalhadores restava sempre condicionada, funcionando esse agenciamento no nível dos corpos. Num primeiro momento, por meio da coerção “psicológica”⁵⁰⁰, que afinal de contas é também empregada nesse nível (dos corpos), mas que também poderiam ser operadas ativamente, para o caso de ser atestada a ociosidade, quando poderiam ser aplicadas sanções que iam do açoite ao degredo.⁵⁰¹

Como alternativa à lavoura, restava aos trabalhadores (não proprietários) serem aproveitados nas atividades mercantis, às quais a Lei de Dom Fernando dedicou especial atenção.

Acerca da opção de Dom Fernando em prestigiar a atividade mercantil, esta se manifestou na distinção de tratamento emprestado pela lei ao envolvidos nas atividades agrícolas e comerciais. Embora introduza sua lei enaltecendo a agricultura, chegando a afirmar ser esta “arte” a melhor, mais necessária e proveitosa para os homens, foi em favor da atividade mercantil que a aludida legislação (18) estabeleceu mecanismos de proteção em face da concorrência internacional. Nesse sentido, Dom Fernando prescreveu que somente em Lisboa seria livre a importação de produtos do exterior, bem como que aquela cidade teria o monopólio

⁵⁰⁰ As aspas foram empregadas apenas para ressaltar que, na época da edição da Lei de Dom Fernando (1375), ainda não se cogitava a organização da psicologia como campo do conhecimento. Não obstante, a então ausência dessa estrutura formal (psicologia) não exclui a existência do fenômeno que, posteriormente, ela organizou epistemologicamente.

⁵⁰¹ Essa providência, sobretudo após a conquista de Ceuta (1415), revelou-se de grande serventia para o dispositivo colonial português. A propósito, para algumas expedições marítimas, as tripulações foram completadas mediante o esvaziamento das prisões.

da revenda desses produtos para as demais regiões de Portugal. Nestas, como regra⁵⁰², a aquisição de mercadorias internacionais ficava limitada ao estritamente necessário para consumo na localidade, proibindo-se a compra de bens para a revenda⁵⁰³.

Para incrementar o comércio, Dom Fernando adotou outras tantas medidas⁵⁰⁴, as quais não convém neste trabalho examinar a miúdo, já que nos interessa predominantemente analisar as questões dominiais relativas à terra. Mas importa, porque com o tema está relacionado, registrar o significado de uma Lei (1375), na verdade de toda uma legislação (sobre sesmarias), tratar conjuntamente da agricultura, da integração do trabalhador à cadeia produtiva e, ainda, do comércio. O primeiro aspecto a ser consignado, na verdade rememorado, é o fato de essas questões terem uma importância tal que o soberano optou por trazê-las para o âmbito do Estado. Recordemos, nesse sentido, que as sesmarias, como prática, antecederam à formalização operada em 1375 pela Lei de Dom Fernando (RIOS, 1984, p. 147; GAMA BARROS, 1914, pp. 564-565). Mas sobre isso já falamos suficientemente, como também já o fizemos em relação ao fato de que esse alcance pelo Estado se deu por meio da lei, que entrelaçou os discursos econômico, político e jurídico, fazendo deste último, em relação ao tema da propriedade, dominante em detrimento do senhorial e do religioso. O que nos interessa, ainda, e por fim, é exatamente ressaltar essa ideia de entrecruzamento, de interrelação, o que se fará conhecendo as relações que justificaram se tratar conjuntamente dessas questões.

Agricultura e o comércio são atividades intimamente relacionadas. A origem desta se relaciona com a produção de excedentes agrícolas (ou extrativistas), que se prestaram a instrumentalizar trocas por populações distintas. O processo civilizatório intensificou as relações de intercâmbio e ampliou a gama de itens transacionáveis, que com o tempo passou a compreender manufaturas e bens industriais. A popularização da moeda, seja a de valor intrínseco (do metal nela presente) ou a de valor monetário (instrumento de representação), bem como a criação e o funcionamento de um sistema de crédito, também alteraram esse panorama, pois viabilizaram a aquisição de bens por meio do pagamento do respectivo preço,

⁵⁰² Excetuavam-se dessa proibição os vinhos, fruta, e sal, que poderiam ser adquiridos em Algarve, território que também integrava o Reino de Dom Fernando, além de “outros portos e lugares” do reino que, por “costume antigo” fosse tradicionalmente permitido o comércio com o exterior.

⁵⁰³ Outras medidas de restrição à revenda no mercado interno foram adotadas por Dom Fernando, cabendo mencionar a que proibia que essa atividade fosse realizada por fidalgos e clérigos (ANTHERO, 1907, p. 513). A alusão a essa restrição é relevante, pois acentua o tratamento privilegiado que a classe dos comerciantes, ou seja, sua “burguesia” precoce, começou a experimentar em Portugal, sobretudo a partir do reinado de Dom Fernando.

⁵⁰⁴ Convém apontar alguns exemplos para o fim de fundamentar a afirmação. Nesse sentido, cite-se 1) a proibição de que a atividade comercial fosse realizada por fidalgos e clérigos (ANTHERO, 1907, p. 513; MOURA, 2013, p. 65); 2) gratuidade de extração de madeira nas matas reais para a construção naval, bem como a isenção tributária para o comércio de embarcações ou seus componentes (ANTHERO, 1907, p. 502).

prescindindo, assim, o intercâmbio de produtos *in natura*. Esses acontecimentos, no entanto, que aqui foram apresentados em apertadíssima síntese, verificaram-se em momentos e ritmos distintos, mesmo se limitarmos a análise ao continente Europeu⁵⁰⁵. Somando-se a isso a inexistência de uma regulamentação continental (ou mesmo nacional) sobre o valor de referência, ainda durante os séculos do XIV e ao XVI, que são os que por agora nos interessam, as trocas em gênero (*in natura*) eram predominantes no comércio internacional, sendo realizadas no âmbito das feiras ou das feitorias que alguns países mantinham junto às nações parceiras comerciais.

Nesse cenário, é próprio concluir que a produção agrícola de um país era⁵⁰⁶, em grande medida, determinada pela sua pauta de exportação, sendo essa uma regra à qual também se

⁵⁰⁵ Em relação a Portugal, Carqueja (1908, p. 62) afirma que a moeda era “raríssima” no século XI e “assaz rara ainda no século XII”.

⁵⁰⁶ Ainda é, mas sobretudo para países periféricos do comércio internacional. Os dominantes exportam produtos de tecnologia. Os que dominam entre os dominantes exportam conhecimento, notadamente sob a forma de patentes internacionais. A razão para isso é “simples”: \$\$\$\$\$. Se tomarmos como exemplo o celular Apple ou Samsung que está no bolso de quem está lendo esta nota, veremos que ele é um produto “*made in China*” ou outro país asiático, onde ficam os resíduos da produção industrial e os “problemas” relativos à relações trabalhistas, mas onde as leis são (foram tornadas) “adequadas” para viabilizar a lucratividade de atividade manufatureira, pois “é difícil ser patrão” na China também. Esse mesmo celular, no entanto, foi fabricado com tecnologia Americana ou Coreana (do Sul), respectivamente, sendo intermediados no comércio internacional regido por regras estabelecidas em “acordos” firmados entre Estados considerados “soberanos”. Nada obstante, num engendramento quase metafísico, que não ousou sequer especular como seja, os dividendos e impostos decorrentes do comércio desses produtos favorecem os países sedes das companhias que os “produzem” e que detêm as respectivas patentes. Obviamente a China (devemos considerar haver várias “Chinas” dentro da “China”) também ganha, pois a produção industrial movimenta sua economia, sendo que o Estado também aufere recursos ao tributar a produção e a renda. Mas não é difícil deduzir que a “melhor parte do bolo” fica no país sede da corporação que é dono da tecnologia (conhecimento). Agora imaginem os aplicativos que rodam no seu celular e que são vendidos pela *Apple Store* e pela *Google Store*. Eles não são produzidos na China. Talvez o sejam por um programador *freelancer* num *coworking* em Lisboa, mas que vendeu (alienou) sua produção (“trabalho”) intelectual para a *Apple* ou para a *Google*. Quem mais ganha com isso? *The uncle Sam*, é evidente! Por também saber disso, a China cresce ano após ano em inovação, sendo, hoje, líder em pedidos de patentes, publicações científicas e números de trabalhadores na área de ciência e tecnologia (CALEIRO, 2018). Em 2016, por exemplo, a China registrou mais pedidos de patentes do que a soma dos que foram formulados por Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul e Instituto Europeu de Patentes (AGÊNCIA BRASIL, 2017), enquanto que aqui no Brasil, no mesmo ano, o número de pedidos processados foi de aproximadamente 22.000 (vinte e dois mil). Sobre a tramitação desses pleitos no Brasil, é importante dizer que, para cada 100 (cem) requerimentos formulados, 68 (sessenta e oito) são abandonados ou retirados pelo requerente, sendo a demora para a concessão da patente a principal razão para esse elevado índice. Não se trata, façamos justiça, de um problema causado pelo atual chefe do Executivo. Em nosso país, a média de duração dos pedidos efetivamente processados (aqueles 32% que não foram retirados ou abandonados) é de 95,4 (noventa e cinco inteiros e quatro décimos) meses, mas para algumas áreas, como a engenharia mecânica, eleva-se para 14 (catorze) anos. Essa demora, não é difícil deduzir, termina, em muitos casos, por tornar obsoleta a tecnologia que se pretendia patentear, o que é fator de desestímulo à pesquisa e à inovação no Brasil. Nos Estados Unidos, onde os pedidos demoram em média 15 (quinze) meses para serem analisados, foram processados aproximadamente 932.000 (novecentos e trinta e dois mil) pleitos, sendo de apenas 15% (quinze por cento) o índice de retirada ou abandono (LEITE, 2017). Quanto à qualidade dos requerentes de patentes, Jorge *et al* (2018, p. 16), autores do documento denominado *Indicadores de Propriedade Intelectual 2018*, elaborado no âmbito do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), apontam quais as instituições que mais depositam pedidos ao INPI: “O ranking continua a ser majoritariamente ocupado por universidades, sendo oito das dez primeiras posições ocupadas por universidades públicas (federais e estaduais), as mesmas que têm, dia após dia, experimentado contingenciamentos

vinculava o Portugal de Dom Fernando, de Dom João I e de seus sucessores, mas com um agravante de que lá, e então, não se produziam manufaturas para fins de exportação. Os produtos de origem portuguesa destinados ao comércio exterior eram, sobretudo, itens de consumo alimentar, como frutas, sal e vinhos (ANTHERO, 1907, p. 512; MOURA, 1903, p. 65). Destarte, a contrapartida das importações terminava por empenhar a produção de gêneros agrícolas (ANTHERO, 1907, p. 514) e, por conseguinte, agravar o problema do desabastecimento do mercado interno, como de forma perspicaz diagnosticou Rebello da Silva (1868, p. 120):

As necessidades tinham crescido com o número dos habitantes e com o grau mais alto de civilização atingido e, como segundo as leis comerciais em vigor, a importação dos artefatos estrangeiros dependia da soma dos produtos agrícolas tomados em retorno pelos mercadores de fora, a saída dos gêneros tendia a ampliar-se de ano para ano, no momento mesmo em que dificultosamente se acudia já ás exigências cada vez mais intensas do consumo interno.

de recursos por parte dos Governos Federal e estaduais. Assim como em 2016, apenas uma empresa aparece entre as dez maiores depositantes residentes.” Essa postura vai de encontro às conclusões obtidas por Piketty (2014, pp. 75-76) em suas pesquisas econômicas relativas a períodos de longa duração, que afirma: “Em suma, a experiência história sugere que o principal mecanismo que permite a convergência entre países é a difusão do conhecimento, tanto no âmbito internacional quanto no doméstico. Ou seja, as economias mais pobres diminuem o atraso em relação às mais ricas na medida em que conseguem alcançar o mesmo nível de conhecimento tecnológico, de qualificação de mão de obra, de educação, e não ao se tomarem propriedade dos mais ricos. Esse processo de difusão do conhecimento não cai do céu: muitas vezes ele é acelerado pela abertura internacional e comercial (a autarquia não facilita a transferência tecnológica) e, sobretudo, depende da capacidade de países de mobilizar os financiamentos e as instituições que permitam investir vastos montantes na formação do seu povo, tudo isso sob as garantias de um contexto jurídico para os diferentes atores. Ele será, portanto, intimamente relacionado ao processo de construção de uma potência pública (um governo legítimo e eficaz). Essas são as principais lições, brevemente resumidas que podem ser extraídas da investigação histórica da evolução do crescimento mundial e da desigualdade entre os países.” A conclusão semelhante chegou Gicélia Mendes (2012, pp. 195-196), ao afirmar que o investimento em políticas sociais, as quais, por definição constitucional, incluem ações em Educação, seriam uma alternativa eficaz de combate aos problemas relacionados à desigualdade e à pobreza. Roberto Mangabeira Unger (2012 [2001], p. 212) também reconhece a implementação de políticas sociais, nas quais inclui a capacitação dos(as) cidadãos, como condição para o desenvolvimento social do Brasil, tendo afirmado, já em 2001 (portanto, não de agora), que “Os três programas sociais que mais deram certo na história moderna do Brasil são, pela ordem de importância, a escola pública, o salário mínimo e a aposentadoria rural.” Mesmo assim, ainda há quem considere um desacerto e, por conseguinte, um desperdício de dinheiro público fundar Institutos Federais de Educação e Universidade pelo interior do Brasil, sobretudo no Nordeste, para o fim de ensinar, inclusive, “computação” (sic). “Para quê? Por que não colégios agrícolas?”, questionam a partir de suas contas do *Twitter*, *Facebook*, *Instagram*, usando seus *smartphones*, enquanto escolhem uma série do *Netflix* ou da *Prime (Amazon)*. As lições da “Escolas Coloniais” lusitana e americana, repercutidas entre nós por Freyre (com “y”, ou seja, o Gilberto, bem diferente do Freire com “i” do Paulo... citei novamente), Holanda e muitos outros menos notórios, ainda funcionam muito “bem”. Somos um exemplo de colonização epistemológica eficaz, de colonialidade (explicarei o conceito mais adiante), que deixariam Bacon orgulhoso de si: “tá vendo como eu tinha razão ao afirmar que ‘conhecimento é poder?!’”. Para finalizar esta nota (grande, mas não grande demais, pois do tamanho que tinha de ser), importa dizer, ainda, que, ao tratar das patentes, referi-me aos que dominam a produção, sem ignorar o fato de que quem domina os que dominam a produção são, na verdade, as corporações financeiras, que também (notadamente) se valem do expediente destinado a apropriar a produção do conhecimento. Sobre esse tema (apropriação da produção pelas corporações financeiras), que não receberá outra nota por não ter pertinência direta com o objeto desta pesquisa, “recomendo, vivamente, a leitura” de *A era do capital improdutivo*, de Ladislau Dowbor, e *Quando as corporações regem o mundo*, de David C. Korten.

Assim, como a Lei de sesmarias não cuidou de estabelecer o que se deveria cultivar, nem adotou medidas que impedissem o escoamento de produtos agrícolas para o exterior, limitando-se a prescrever a obrigatoriedade de produção, cumpria-se a legislação, indistintamente, produzindo para o “mercado” interno ou para o externo. E nesse dilema, a opção pendia, obviamente, pela produção daquilo que melhor preço obtivesse, seja no mercado interno ou externo, o que explica a subsistência da escassez de produtos e a carestia.

Que não se enxergue neste registro um intento de reprovação (tampouco de aprovação) pela escolha de produzir o que representar o melhor retorno ao negócio agrícola, a qual consideramos a mais “natural” no contexto, sobretudo considerando a posição do sujeito que produz. Nesse sentido, rememoremos que em Portugal, no século XIV, a estrutura fundiária, mesmo antes da lei ferdinandina, já concentrava as terras nas mãos dos grandes proprietários. Destarte, por ser materialmente inconcebível utilizar um latifúndio apenas para produzir para o consumo, ou seja, para a própria subsistência, os respectivos proprietários já orientavam a produção para que o excedente se destinasse ao comércio (interno ou externo), obtendo, por conseguinte, a contrapartida (ainda que *in natura*) correspondente ao preço da venda (ou troca) daquilo que se produzisse.

Com o advento da legislação de sesmaria, este quadro terminou por ser agravado, já que nada produzir deixou de ser uma opção, diante da determinação de que toda herdade, sob pena de perdimento, fosse cultivada, bem como da exigência de se possuir um cabedal mínimo (bois, insumos, renda, etc.). Com isso, muitos proprietários contraíram empréstimos com o escopo de viabilizar o atendimento de tais prescrições. Assim, mais que produtivas, os proprietários de terras tiveram que torná-las rentáveis, a fim de fazer frente à oneração pelos juros a que estavam obrigados, bem como para justificar e compensar o “esforço”⁵⁰⁷ dedicado ao empreendimento produtivo.

Essas prescrições (de produtividade, de cabedal mínimo, etc.) também alcançavam os pequenos proprietários, mas terminavam por lhes impor uma lógica muito mais severa, já que além de produzirem para o sustento, tinham de auferir renda que lhes permitisse adimplir os compromissos financeiros assumidos juntos aos respectivos credores⁵⁰⁸. Dessa maneira, mesmo

⁵⁰⁷ As aspas querem ressaltar que o “esforço” não era propriamente do proprietário da herdade, mas daqueles que efetivamente trabalhavam a terra e a faziam produtiva, quem sejam, os “mancebos, servidores e pedintes” e, ainda, dos escravizados.

⁵⁰⁸ Rebello da Silva (1868, p. 177) informou que muitos fazendeiros se tornaram inadimplentes e, por conta disso, tiveram suas terras penhoradas e repassadas pelos credores para outros senhores.

aqueles pequenos proprietários “insistiam”, quase que por teimosia, em permanecer ocupando uma posição que a Lei das sesmarias pretendia reservar a outros (os “grandes”), terminavam por serem recolocados no “devido” lugar, quando se tornavam inadimplentes e tinham suas terras penhoradas e repassadas pelos credores a outros senhores, o que era uma prática corrente, segundo relato de Rebello da Silva (1868, p. 177).

Em suma: enquanto alguns dizem que a legislação das sesmarias “fracassou”⁵⁰⁹ quanto ao intento de evitar a carestia e a escassez de alimentos em Portugal, “eu diria antes que ela foi bem-sucedida (...)”, pois modificou substancialmente a estrutura agrária daquele país, concentrando as terras nas mãos de quem poderia torná-las produtivas e rentáveis, fazendo minguar a pequena propriedade e praticamente inviabilizando a agricultura de subsistência, que cederam lugar ao latifúndio e à monocultura voltada para o comércio.

Mas mais que isso, e principalmente, a legislação das sesmarias foi “bem-sucedida” porque estabeleceu uma nova arquitetura do poder político, que tinha na lei, a lei do Direito, e não nas tradições ou argumentos religiosos, o principal instrumento de atuação do poder soberano e de agenciamento da terra em favor da atividade mercantil.

A legislação das sesmarias, tida por alguns como “benéfica”, porém “fracassada”, é certamente um bom exemplo de instrumento de governamentalidade, de plurifuncionalidade eficaz de um sistema, que não por acaso subsistiu em Portugal por quase 500 (quinhentos) anos e foi também adotado no Brasil por quase três séculos.

5.2.3. A estrutura fundiária na América portuguesa (ou “Brasil colonial”): as sesmarias, as leis e o funcionamento do poder.

Desde a primeira expedição qualificada pela historiografia como colonizadora, a ocupação do Brasil se processou firmada no sistema de sesmarias. O Capitão que a comandou, Martim Afonso de Sousa, foi investido por Carta Régia nos poderes de dar sesmarias às pessoas “que consigo levar e as que na dita terra quiserem viver e povoar aquela parte das ditas terras que assim achar e descobrir, (...) segundo o merecerem as ditas pessoas por seus serviços e qualidades para as aproveitarem.” (DOM JOÃO III *in* FREITAS, 1901, p. 226).

⁵⁰⁹ Novamente a lógica do “fracasso”. Como se viu e se verá, esse argumento será recorrentemente utilizado para justificar rupturas institucionais ao longo da história do Brasil. A última Presidenta que o diga.

Disposição semelhante foi veiculada quando estabelecido o regime das capitanias hereditárias, conforme se vê na Carta de Doação e Foral, datado de 20 de janeiro de 1535, passado por Dom João III em favor de Martim Afonso de Souza, cuja transcrição parcial a seguir se fará:

O dito capitão governador, nem os que após ele vierem, não poderá tomar terra alguma de sesmaria na dita capitania para si nem sua mulher, nem para filho herdeiro d'ele, antes darão e poderão dar e repartir todas as ditas terras de sesmaria a quaisquer pessoas de qualquer qualidade e condição que sejam, e lhes bem parecer livremente, sem foro nem direito algum, somente dizimo a Deus, que serão obrigados a pagar à ordem de tudo o que nas ditas terras houver, segundo é declarado no foral; e pela mesma maneira as poderão dar e repartir por seus filhos fora do morgado, e assim por seus parentes; e porém aos ditos seus filhos e parentes não poderão dar mais terra da que derem ou tiverem dado a qualquer outra pessoa estranha; e todas as ditas terras que assim der de sesmaria a uns e outros, será conforme a ordenação das sesmarias, e com obrigação d'elas, as quais terras o dito capitão governador nem seus sucessores não poderão em tempo algum tomar para si, nem para sua mulher, nem filho herdeiro, como dito é, nem pô-las em outro para depois virem a eles por modo algum que seja: somente as poderão haver por título de compra verdadeira, das pessoas que lh'as quiserem vender passados oito anos depois das tais terras serem aproveitadas; e em outra maneira não.⁵¹⁰

Com o “fracasso”⁵¹¹ das capitanias hereditárias, estabeleceu-se em 1549 um novo regime político e administrativo da colônia portuguesa na América. Após Dom João III adquirir a Capitania da Bahia por compra feita ao herdeiro do antigo donatário, expediu em 17 de dezembro de 1548 o documento que se popularizou sob a designação de “Regimento de Tomé de Souza”, por ter se destinado a este na condição de primeiro Governador-Geral nomeado para o Brasil. Em mais de um trecho, o aludido Regimento faz referência às sesmarias, do que se pode concluir ter optado a Coroa Portuguesa por continuar a utilizar esse sistema como estatuto para utilização das terras e agenciamento da produção em sua colônia americana.

⁵¹⁰ A transcrição integral da carta de *Doação e foral das cem léguas de terra concedidas a Martim Affonso de Sousa* (1535) consta na *História da Capitania de São Vicente* (1950 [1772], pp. 154-166), Pedro Tacques de Almeida Paes Leme (1950[1772], pp. 154-166).

⁵¹¹ O emprego das aspas se presta a ressaltar a ideia de fracasso das capitanias hereditárias. É inegável que a grande maioria das capitanias hereditárias não prosperou, mas a Coroa portuguesa e as instituições parceiras do dispositivo colonial sabiam da possibilidade de lucrar no Brasil, de modo que foi essa expectativa que motivou a modificação do sistema de administração da colônia americana, e não razões altruístas, de caráter genuinamente catequético ou civilizador. Sobre isso Faoro (2012 [1958], pp. 163/166) afirma: “O malogro, sob este ângulo, era uma realidade. Mas só houve malogro administrativo porque, sob o aspecto econômico e financeiro, a conquista prometia muito. Os dois núcleos que prosperaram — Pernambuco e São Vicente — inspiraram a reforma do sistema. O governo geral não nasce da ruína da colônia, mas da esperança de seus lucros. (...) Fracassaram as capitanias, mas prosperava a terra; malograva-se o sistema, mas vingava o negócio. O instrumental de controle, de comando e de governo devia ser reformulado, guardados os objetivos que inspiraram o plano ineficaz, ferido na turbulência, na inaptidão de consolidar a segurança externa e interna.”

Sobre o aludido Regimento, há quem o tenha considerado uma “Carta Magna”⁵¹², a “primeira Constituição brasileira”⁵¹³, uma “pré-Constituição”⁵¹⁴ ou mesmo “um gesto fundador” de “afirmação de um Estado (Portugal/Brasil)”⁵¹⁵.

A nosso ver, a relevância do aludido Regimento é inegável, mas ele não foi norma daquela espécie e quilate, tampouco serviu para o fim de fundar ou afirmar um Estado. A comparação proposta é, em nossa compreensão, anacrônica⁵¹⁶ e descabida, que serve mais a confundir do que a explicar o que foi e o que se fez a partir e por força daquele Regimento. Essa compreensão, quase um juízo, há de ser fundamentado. É o que se fará adiante.

Pensem, inicialmente, acerca do conceito de Constituição. Como o presente trabalho não comporta o desenvolvimento aprofundando do tema, limitemo-nos a apresentar o formulado por Konrad Hesse (2009 [1959], p. 86), ao qual manifestamos adesão⁵¹⁷:

A Constituição é a *ordem jurídica fundamental da Comunidade*. Ela fixa os pontos diretores com relação aos quais deve-se produzir unidade política e assumir as tarefas do Estado. Contém os procedimentos para resolver os conflitos no seio da

⁵¹² Serafim Leite, citado por Prado (1945, p. 83) e Faoro (2012 [1958], p. 167), é quem faz a comparação em sua obra *História da Companhia de Jesus no Brasil* (1938). O trecho transcrito por Faoro diz o seguinte acerca do aludido Regimento: “(...) é um documento básico, verdadeira carta magna do Brasil, e sua primeira Constituição, tendente à unificação territorial e jurisdicional, já com os elementos aptos a uma colonização progressiva.” Se o reverendo e historiador tivesse parado em “é um documento básico”, manifestaria concordância com sua afirmação. Tudo o mais que consta na transcrição é equivocado. Mas não dá para desconstruir tudo, pois extrapola o objeto desta tese.

⁵¹³ Kahn cita, em nota de rodapé, historiadores que fazem essa referência. Transcrevo a nota: “Martins Ferreira, W. obra citada na nota 76, t. 2, p. 27 e seg. e 47. Leite, S. J. Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa, 1938. V. 2, p. 141, nota 1. Calmon, Pedro. **A primeira Constituição do Brasil**: Regimento de Dom João III a Tomé de Souza. Rio de Janeiro, 1943. p. 25 e seg.” A obra de Martins citada é *História do Direito brasileiro* (“Martins Ferreira, Waldemar. **História do Direito brasileiro**. Rio de Janeiro - São Paulo, 1951-1956. 4 tomos, t. 1”)

⁵¹⁴ Oliveira atribui aos “historiadores da velha cepa” essa consideração. Cito trecho em que a referência é feita: “Por isso, ao tratar do Regimento, historiadores de velha cepa eram acometidos de patriotismo e saudavam o Regimento de Tomé de Souza como uma espécie de pré-constituição brasileira.¹⁹” A nota de rodapé que encerra o trecho citado (“9”), referencia “HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**: a época colonial. Rio de Janeiro, Betrand Brasil, vol. 1, t. 1, 1985, p. 109.”

⁵¹⁵ Referencio Eni Puccinelli Orlandi, em artigo denominado *A fundação de um Estado: cidade de São Salvador, Brasil* (2011). Cito trecho: “Voltando ao nosso Regimento – que ordena a fundação da cidade de São Salvador – trata-se de um gesto fundador em sua espessura semântico-discursiva na formação do Brasil: fundação de uma cidade, afirmação de um Estado (Portugal/Brasil), marco forte de um nosso início juridicamente atestado, politicamente significado e que tinge de sentidos dúbios o que virá a ser o Brasil na conjunção produzida entre cidade, estado, colonização, que abrirá as portas da história a um processo de significação trabalhado pela ambiguidade, pelo equívoco, pela constituição sorrateira de sentidos que não são Um.”

⁵¹⁶ Sobre essa questão, Bueno (2016, p. 87) afirmou: “Tão metódico e minucioso é o documento, que durante bom tempo vários historiadores o chamaram de “Carta Magna” ou de “primeira Constituição do Brasil”. Embora se trate evidente anacronismo, como analistas mais modernos não se cansam de observar, a comparação faz algum sentido. Ao estabelecer novas políticas nos âmbitos jurídico, administrativo e fiscal, ao traçar uma nova política indigenista, e propor um plano de ocupação militar do território colonial, o *Regimento* traçou os novos rumos para o Brasil.”

⁵¹⁷ O conceito referido é compatível com o de Canotilho (2003, pp. 87-88), Dallari (2010, p. 352) e Bonavides (2011, pp. 84-86).

Comunidade. Regula a organização e o procedimento de produção da unidade política e de atuação. Cria as bases e determina os princípios da ordem jurídica em seu conjunto.

De fato, a partir da análise desse conceito de Constituição (com “C” maiúsculo), pode-se concluir que ele se relaciona com o “ato de constituir; (...) de estabelecer, de fixar.”, que são significados admitidos para a expressão *constituição*⁵¹⁸ (com “c” minúsculo). Esta é, portanto, polissêmica, na medida em que autoriza uma simultaneidade de sentidos para um mesmo objeto simbólico (ORLANDI, 2015, p. 36).

Mas fato é, também, haver outros elementos naquele conceito que estabelecem os contornos do que se pode considerar uma Constituição, que exclui alguns daqueles sentidos admitidos a partir de sua lexicografia, notadamente no que se refere ao “objeto” a ser “constituído”, “estabelecido”, “fixado”. Dizendo de outro modo, para ser Constituição, não basta a capacidade (para) e a realização do ato de constituir, um constituir qualquer “coisa”; exige-se uma determinada qualidade para aquilo que se irá constituir, pois o mesmo conceito prescreve que o ato de constituir deve se referir a uma comunidade, ou seja, àquilo que resulta da articulação entre sociedade e Estado⁵¹⁹⁻⁵²⁰.

Importa pensar agora no que se poderia considerar Estado, noção associada ao conceito de Constituição e entidade (instituição) que Orlandi sustenta ter sido afirmada (criada/fundada) a partir do Regimento de Tomé de Souza. Para tanto, utilizemos o conceito formulado por

⁵¹⁸ Verbetes “constituição”, *in* Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/constitui%C3%A7%C3%A3o> [consultado em 17-07-2019].

⁵¹⁹ Mais um elemento evidenciar a compatibilidade entre os conceitos de Hesse e de Canotilho, e que afirmam ser função da Constituição, como “corpo jurídico”, estruturar a articulação entre o “corpo social” (sociedade) e o “corpo político” (Estado) (CANOTILHO, 2003, p. 88).

⁵²⁰ Que não se cogite objetar essa conclusão aludindo ao fato de que os estados (com “e” minúsculo), ou seja, as unidades da federação que congregam os municípios e se apartam entre si por marcos que se convencionou de “divisas”, também têm Constituições (estaduais). Realmente têm, mas a designação destas deve ser, sempre, conjugada ao predicativo “estadual(ais)”, exatamente para denotar a ideia de limitação e submissão à Constituição (com “C” maiúsculo e sem predicativo) de um Estado. Pode-se cogitar, ainda, a ideia de desconformidade da associação da Constituição à figura do Estado, considerando os movimentos de constitucionalização dos blocos econômicos e culturais, como a Constituição da União Europeia. Não há um “Estado” Europa, mas uma Comunidade de Estados europeus. Em todo o caso, não se pode desconsiderar o fato de que, mesmo sem ser Estado, a Comunidade Europeia tem um centro de poder, do qual advém a produção daquela norma, bem como que não há nada além (acima) daquela Comunidade de Estados. Dizendo de outro modo, a Constituição da Comunidade Europeia é instância máxima de poder no âmbito daquela Comunidade, além de ter sido deliberada por ela própria, ou seja, de não ter vindo de fora dela, circunstância que é uma efetiva e insuperável distinção em relação ao tal Regimento de 1548, que, editado pelo Rei de Portugal, não poderia ser considerado como “primeira Constituição brasileira”. É importante ressaltar, no entanto, que movimentos de constitucionalismo global são recentes e, por isso mesmo, sem contornos definidos. Muito ainda há se desenvolver, de modo que não se pode emitir juízos peremptórios de semelhança ou distinção. Sobre a questão, recomendo a leitura do livro de J. J. Gomes Canotilho: “*Brançosos*” e interconstitucionalidades: itinerários dos discursos de historicidade constitucional (2012) e o capítulo VII (*O Estado contemporâneo e globalização*) do livro *Teoria do Estado contemporâneo* (2010), do professor Ivo Dantas.

Dallari (2013, p. 122), já mencionado nesta tese, que considera o “Estado como a ordem jurídica soberana que tem por fim o bem comum de um povo situado em determinado território.” A partir deste, pode-se identificar a existência de três elementos essenciais à configuração de um Estado⁵²¹: um governo soberano, um povo e um território.

Esses mesmos elementos constitutivos do conceito de Estado formulado por Dallari (por Bourdieu e outros tantos) são reconhecidos pela própria Orlandi⁵²² (2011, p. 102), ao afirmar que “Um Estado soberano é sintetizado pela máxima (*sic*) “Um governo, um povo, um território”.

Mas sob o argumento de que a expressão (Estado), histórica em sua condição, seria ambígua e comportaria sentidos diversos, como efeitos de “polissemia”, ela sustenta que o tal “Regimento de 1548” consubstanciaria o “gesto fundador” de um “Estado (Portugal/Brasil)”⁵²³, já que, como “palavra do Rei”, além de instrumento “jurídico-administrativo”, teria também caráter político⁵²⁴.

Para tentar superar o que chama de “situação singular, contraditória”, correspondente ao fato de que a criação do tal “Estado (Portugal/Brasil)” se verificaria em território diverso da entidade criadora (Portugal), Orlandi afirma que no “vão dos sentidos” se poderia pensar a “questão do Estado posta para o Brasil, neste início da colonização.” Esse “Estado”, então já criado (porque afirmado), teria sido construído por eles (os colonizadores portugueses de então), mas viria a ser brasileiro (“será nosso”) a partir da independência⁵²⁵.

⁵²¹ A articulação entre esses três elementos é também proposta no conceito elaborado por Pierre Bourdieu (2012 [1991], p. 185), que diz: “(...) o modelo da gênese do Estado que gostaria de propor-vos tem fórmula muito simples: o Estado no sentido Restrito, o estado 1 (administração, forma de governo, conjunto de instituições burocráticas, etc.), faz-se ao fazer o Estado em sentido lato, o Estado 2 (território nacional, conjunto de cidadãos unidos por relações de conhecimento, que falam a mesma língua, aquilo que incluímos na ideia de nação).B Portanto, o Estado 1 faz-se ao fazer o Estado 2. Esta é a fórmula simplificada. De forma mais rigorosa, a construção do Estado como campo relativamente autônomo, que exerce um poder de centralização da força física e da força simbólica, e constituído assim com causa de lutas, é inseparavelmente acompanhada pela construção do espaço social unificado que é de sua competência.”

⁵²² Para não correr o risco de ser ou parecer desonesto ao parafrasear Eni Orlandi, recorrerei mais frequentemente ao recurso da transcrição em nota de rodapé.

⁵²³ “Voltando ao nosso Regimento – que ordena a fundação da cidade de São Salvador – trata-se de um gesto fundador em sua espessura semântico-discursiva na formação do Brasil: fundação de uma cidade, afirmação de um Estado (Portugal/Brasil), marco forte de um nosso início juridicamente atestado, politicamente significado e que tinge de sentidos dúbios o que virá a ser o Brasil na conjunção produzida entre cidade, estado, colonização, que abrirá as portas da história a um processo de significação trabalhado pela ambiguidade, pelo equívoco, pela constituição sorrateira de sentidos que não são Um.” (ORLANDI, 2011, p. 102).

⁵²⁴ “O Regimento é um instrumento jurídico-administrativo. Mas há algo a mais: é a palavra do Rei. Portanto um instrumento político. Fundação de uma fortaleza, fundação de uma cidade. Governo de um país. Manifestação de um Estado. São muitos os sentidos aí investidos. Polissemia.” (ORLANDI, 2011, p. 103)

⁵²⁵ “Estamos em uma situação singular, contraditória: a criação em outro território (que não Portugal) de uma cidade que se sobredetermina como Estado. Mas um Estado aqui submetido ao Rei lá. Isto é a particularidade da

No decorrer do seu artigo, e após construir vários argumentos em favor de sua tese, entende Orlandi haver lastro suficiente para sedimentar o caráter instituidor do “Regimento de 1548”, conforme se percebe no trecho que a seguir se transcreverá:

Já o acontecimento discursivo tem algo estabelecido: a partir daí, pela fundação de uma cidade fortaleza, temos o Estado, um governo no (do?) Brasil. Temos um governador geral Tomé de Souza e temos os seus administrados. Temos uma cidade, São Salvador, uma capital que traz, junto à sua fundação, um Estado português/brasileiro. **Este Regimento é assim um acontecimento discursivo que institui uma cidade, um Estado**, um governador, uma administração.

Conforme antecipado, essa conclusão é anacrônica e descabida, havendo, ainda, insuperáveis impropriedades nos argumentos que supostamente dariam supedâneo à qualificação do Regimento de Tomé de Souza como “gesto fundador” de um Estado.

Começemos por invocar a advertência de Foucault (2014 [1969], p. 54), no sentido de que “não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época”, argumento que ressalta a existência de condições de possibilidade que vinculam o ato de enunciação⁵²⁶. Aludamos, ainda, à noção de intertextualidade já mencionada nesta tese⁵²⁷, cujo funcionamento Todorov (2014, p. 74) explica nos seguintes termos:

Não obstante o que diz Montaigne, não existe linguagem privada; as palavras pertencem a todos. Por conseguinte, assim que nos engajamos na atividade verbal, evocamos discursos anteriores, dado que nos servimos das mesmas palavras, da mesma gramática.

colonização. De outro ponto de vista, o de Portugal, seria o mesmo Estado, o português, aqui. Mas seria outro território. Como vemos, quando se trata de colonização, essas noções são opacas, equívocas e trazem muito a refletir. Não poderíamos, em uma posição de uma história única e linear, falar em Estado, referindo-nos ao Brasil, daquele momento nascente, já que não é soberano. Mas ainda assim, a cidade de São Salvador não é só uma cidade. E no vão dos sentidos, podemos sim pensar a questão do Estado posta para o Brasil, neste início da colonização. Eles estão construindo um Estado para eles, Estado que será o nosso. Com a Independência. O que afinal está ali significando e significado de Brasil na fundação de São Salvador?” (ORLANDI, 2011, p. 103)

⁵²⁶ Sob orientação dessa premissa, não se poderia, por exemplo, invocar na atualidade o pensamento de Aristóteles para explicar fenômenos que correspondem aos objetos de investigação dos campos de conhecimentos hoje estruturados como Física e Biologia. Se, na época da elaboração, os argumentos do filósofo de Estagira eram considerados como dotados de aptidão explicativa, o mesmo não pode ser dito em relação ao presente. Assim, por mais que pudessem ser “úteis” para fundamentar eventualmente um artigo “científico”, não se poderia considerar ética e intelectualmente apropriada a utilização de argumentos fundamentados naquele pensamento, já que se tem ciência de sua superação (ainda que não total), bem como que há outros fundamentos mais adequados. Sobre essa questão, recomendo a leitura da Parte I do livro de Nassim Nicholas Taleb, *A lógica do cisne negro* (2019 [2007]), cujo sugestivo título é: “a antibiblioteca de Umberto Eco, ou como procuramos validações”.

⁵²⁷ Ver nota de rodapé n.º 354.

A própria Eni Orlandi (2012 [1984], p. 22) sustenta essa condição relacional dos sentidos, afirmando que “(...) todo discurso nasce em outro (sua matéria-prima) e aponta para outro (seu futuro discursivo).” E em diversos de seus escritos, faz referência à intertextualidade, noção cujo funcionamento ela explica da seguinte maneira:

A intertextualidade pode ser vista sob dois aspectos: primeiro porque se pode relacionar um texto com outros nos quais ele nasce e outros para os quais ele aponta; segundo porque se pode relacioná-lo com suas paráfrases (seus fantasmas), pois sempre se pode referir um texto ao conjunto de textos possíveis naquelas condições de produção. A intertextualidade é, pois, um dos fatores que constituem a unidade do texto.

Os argumentos de Foucault, Todorov e da própria Orlandi não negam o caráter polissêmico da linguagem, notadamente da que se refere a acontecimentos históricos, lacunares por condição e, por isso mesmo, mais suscetíveis de movimentação quanto aos sentidos. Nada obstante, todos(as) eles(as) constatarem que a enunciação deve observar determinadas condições de possibilidade da produção, tendo Orlandi (2015, pp. 28-29) o cuidado de explicar que estas dizem respeito ao “contexto imediato” da enunciação e, ainda, ao “contexto sócio-histórico”.

Ante tais considerações, e “voltando ao nosso Regimento” (sic⁵²⁸), forçoso concluir que Orlandi, ao afirmar que aquele ato “institui” Estado e, ainda, que este seria um “Estado (Portugal/Brasil)”, terminou por negligenciar os elementos que ela mesma mencionou serem considerados como integrantes da “máxima” (para ela) ou conceito (para nós, Dallari, Bourdieu, etc.) de Estado, quais sejam, o governo soberano, o povo e o território. Essa conclusão quanto à alegada negligência resulta da constatação de que Orlandi não se desincumbiu adequadamente de alguns ônus que ela mesma se impôs ao propor uma inovação em relação ao estado de coisas relacionado ao conceito de Estado. Expliquemos tudo isso com cuidado.

Ao sustentar sua tese, invocando como argumento a suposta existência de polêmica⁵²⁹ acerca daqueles elementos, Orlandi estaria compromissada a demonstrar que, na atualidade (“contexto imediato” da enunciação), existe efetivamente o dilema ou controvérsia em torno deles, a tal ponto de se poder desconsiderá-los ou de considerá-los em outros termos. Não

⁵²⁸ O “sic” ressalva notadamente a ideia de “nosso”, que Orlandi faz a distinção entre “eles” (os portugueses de então) e “nós”, os brasileiros após a declaração de independência. Se se faz tal distinção, imperioso reconhecer inadequada a opção pelo pronome possessivo “nosso”, notadamente porque não reconheço aquele Regimento como gesto fundador do “Estado (Portugal/Brasil)”.

⁵²⁹ “Máxima que, em todos seus componentes, é sujeita a polêmica, contradição e equívoco. (ORLANDI, 2011, p. 102)

bastaria a Orlandi cogitar a existência da polêmica e, assim, suscitar um estado de dúvida⁵³⁰, mesmo que esse expediente favorecesse o seu argumento, como no caso favorecia. E essa demonstração, como Orlandi mesma advertiu, deveria observar as condições de possibilidade do “contexto imediato” e do “contexto sócio-histórico” da enunciação. Poderia Orlandi, por exemplo, ter invocado outros que, como ela, também sustentariam, no presente (“contexto imediato”), haver a possibilidade de o conceito de Estado não contemplar um ou alguns daqueles dos já citados elementos. Orlandi, porém, não satisfaz essa exigência ao ato de enunciar, tampouco cuidou de demonstrar especificamente quais os argumentos (“contexto sócio-histórico”) extraídos de Maquiavel, Durkheim ou Weber, os três pensadores por ela citados, dariam supedâneo à possibilidade desconsideração de um conceito que, seja isso conveniente ou não, é consagrado com razoável tranquilidade no campo disciplinar conhecido como Teoria Geral do Estado.

Além disso, Orlandi estaria logicamente compromissada, também, a elaborar ou a aderir a uma alternativa conceitual, a partir da qual pudesse, suprimindo ou modificando os elementos daquilo que ela chamou da “máxima” (governo soberano, povo e território), demonstrar a procedência da afirmação de que o Regimento de Tomé de Souza afirmou/fundou o “Estado (Portugal/Brasil)”. Ela, todavia, limitou-se a refutar a tal “máxima”, deixando de dizer que elementos seriam indicativos da configuração de um Estado.

O silêncio de Orlandi acerca dos elementos conceituais de Estado nos forçam a seguir pistas, já que não se pode analisar a (im)procedência de se qualificar o Regimento de Tomé de Souza como “gesto fundador”, sem um conceito e, por conseguinte, sem elementos (conceituais) que possa orientar esse exame. Nesse sentido, parece (quando se trata de pensamento, de convicção alheia, não se pode afirmar peremptoriamente), que ela considera o fato de o Regimento, como “palavra do Rei”, ostentar a condição de instrumento também político e expressão do que ela chama de “força e poder”. A propósito deste argumento, não se nega que, no caso, o Regimento de Tomé de Souza tenha sido um instrumento político e que foi “palavra do Rei”, mas essa circunstância, por ela considerada “algo mais”, não é suficiente para convertê-lo em “gesto fundador” ou afirmador de um Estado. Diversos Regimentos⁵³¹

⁵³⁰ Esse tipo de expediente é bastante perigoso. É ele, por exemplo, que instrumentaliza a oposição ao fenômeno do aquecimento global. Mesmo sem se elaborar provas de que não há aquecimento, ao simplesmente cogitar a dúvida, termina-se por dificultar a aceitação quanto à urgência de adoção de políticas de enfrentamento àquela questão.

⁵³¹ Há diversos que tratam que questões relativas ao dispositivo colonial português! Cito alguns apenas para ilustrar: Regimento do pau-brasil (1605); Regimento das missões (1686); Regimento das minas (1702). Qualquer busca no Google apontará mais de uma dezena de Regimentos, seja em relação à América portuguesa, ou tratando das colônias na África ou nas Índias.

foram editados pela Coroa portuguesa nos mais de 300 (trezentos) anos de colonização, sendo que todos eles “palavras de reis” e, alguns mais e outros menos, também de caráter político. Aliás, na mesma data em que foi expedido o Regimento do Governador-Geral, o mesmo Rei expediu outra “palavra, também sob a forma de Regimento, desta feita designado Regimento do Provedor-Mor. Nenhum destes outros regimentos, apenas por ter tal condição, foi ou poderia ser considerado “gesto fundador” de Estado, já que ser regimento, “palavra de Rei” e ter caráter político são características necessárias, mas não suficientes para se merecer essa qualificação.

Por isso, a despeito de não serem “inéditos” ou “autorais”, os elementos que integram o conceito de Estado, aqueles mesmos da “máxima” citada por Orlandi, quais sejam, o governo soberano, o povo e o território, são os que devem orientar a análise acerca da suposta fundação de um Estado por força do Regimento de Tomé de Souza. Convém, destarte, aferir se eles estavam presentes ou se foram realizados em decorrência daquele ato, tido por Orlandi como “gesto fundador” e de “afirmação” do tal “Estado (Portugal/Brasil)”.

Iniciando pelo governo soberano, é a própria Orlandi quem reconhece a ausência desse elemento:

Mas estejamos atentos ao fato de que o Estado aqui significa governo feito em nome do Rei de Portugal: fazer uma fortaleza e povoação grande e forte em lugar conveniente para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar Justiça e prover nas coisas que cumprirem a meu serviço e aos negócios de minha fazenda. O Estado aí não tem o sentido de Estado independente, nem mesmo individualizado pelo território: serviço de Deus e meu (o Rei) é conservar e enobrecer as capitânias e povoações das terras do Brasil. Refere, pois, às “terras” do Brasil que pertencem a Portugal. O Brasil, sem o Regimento, é apenas “terras”.

Pelo que afirma, o governo aqui instituído era feito “em nome do Rei de Portugal”, de maneira que não se poderia falar em um governo *do* Brasil, significando dizer, de outro modo, que o governo então instituído (limitado, exatamente porque instituído) correspondeu a uma extensão do governo (soberano) de Portugal. A distinção de grau e de autonomia é relevante, pois não é qualquer governo⁵³² que se pode dizer que se refira a um Estado.

⁵³² Por dever de honestidade argumentativa, a definição de Estado formulada por Durkheim prestigia a noção de governo, sendo oportuna sua transcrição: “Eis o que define o Estado. É um grupo de funcionários *sui generis*, no seio do qual são elaboradas representações e volições que comprometem a coletividade, embora não seja obra desta última.” Durkheim sugere a distinção entre Estado e coletividade, na medida em que afirma que as deliberações daquele (Estado) a esta (coletividade) comprometeriam. Mas é importante notar que ele pressupõe que esse Estado, ou seja, esse “grupo de funcionários *sui generis*”, seria responsável por “elaborar representações e volições”, e não meramente cumprir instruções, como foi o caso do Governo-Geral instituído pelo Regimento de Tomé de Souza. Aliás, o próprio Durkheim nos adverte a “não confundir o Estado com os órgãos secundários que

Poderíamos, destarte, parar por aqui e já reconhecer o comprometimento da qualificação de “gesto fundador” conferida por Orlandi. Mas há mais a considerar.

Em 1548 e 1549, Portugal projetava sua “força e poder”⁵³³ por uma parcela diminuta do litoral do território que hoje corresponde ao Brasil. A propósito, não olvidemos o fato de que o Regimento instituiu o Governo-geral com a pretensão de solucionar o “fracasso” do regime de Capitanias hereditárias, o que autoriza concluir que a tal “força e poder”, como elemento(?) componente (ou suficiente/único?) do “Estado (Portugal/Brasil)”, não era mais que um projeto ou desejo. Além disso, importa considerar o fato de que, em parte do litoral do que hoje é o Brasil⁵³⁴, os franceses mantinham relações de aliança e comércio com povos do tronco tupi, em especial os com os Tupinambás, explorando pau-brasil e outros produtos agrícolas⁵³⁵. Também o fato de que a Coroa de Castela não era de todo obediente aos termos geográficos do Tratado de Tordesilhas, na medida em que tinha o interesse de facilitar a chegada à Assunção, no Paraguai, por quem viesse da Europa, sendo o acesso mais fácil o feito por terra e a partir de São Vicente e Cananeia (BUENO, 2016, p. 52). E, ainda, que havia indígenas com seus

recebem de forma mais imediata sua ação, e que com relação a ele não passam de órgãos de execução. Pelo menos devemos distinguir o grupo ou os grupos secundários de administrações. A característica dos primeiros é que eles, sozinho, podem pensar e agir no lugar e por conta da sociedade.” Conclui-se, então, que mesmo sem considerar expressamente o “povo” como integrante do conceito de Estado, Durkheim pressupõe a existência a existência desse elemento, na medida em que afirma que seria sobre a sociedade as representações e volições elaboradas pelo Estado seriam projetadas, bem como que este (Estado) “pensaria” e agiria em nome dela (sociedade). Não se deve olvidar, ademais, que quando Durkheim formulou um conceito de Estado que o distinguia da sociedade, essa separação era já admitida, embora ainda hoje seja objeto de ressalvas (para não incorrer no mesmo erro que atribuí a Orlandi [dizer que há polêmica, mas não demonstrar], invoco o argumento de Jessé de Souza, que sustenta a tese de que a crítica ao Estado, sempre qualificado como “corrupto”, oculta que sua degeneração se dá mediante uma necessária relação com o “mercado” [sociedade]). Mas devemos considerar que o Estado, ao menos até a Revolução Francesa, era integrada pelos diversos conjuntos da população, sendo o “terceiro Estado” o conjunto da população diverso da nobreza (“primeiro Estado”) e do clero (“segundo Estado”). Eis mais uma demonstração de que Orlandi não considerou as condições de enunciação de que ela mesma tratou, especialmente o que qualificou como “contexto sócio-histórico”.

⁵³³ “Mas podemos retomar o que pensa Maquiavel (1969) ao colocar a noção de Estado na perspectiva da segurança nacional: segundo Maquiavel, o Estado Real é pensado da forma como ele de fato é, ou seja, como incapaz de estabelecer a ordem de modo perfeito, embora consiga evitar e amenizar o caos e a barbárie. O Estado é, então, para ele, pautado em força e poder que, juntos, podem produzir a ordem necessária a ele (a segurança nacional).” (ORLANDI, 2011, p. 102). Eis aí mais uma constatação de que Orlandi invoca conceitos que exigiriam uma explicação prévia. Se o Regimento de 1548 pressupõe questões relacionadas à “segurança nacional”, necessariamente já deveria haver, então, a ideia a justificar o que seria “nacional”. Que acontecimento(s) precedente(s) lastreia(m) essa ideia de nacional? Esse “nacional” se refere a Portugal ou ao Brasil? Ou ao Brasil de Portugal? Então seria um “quase nacional”? Um “nacional menor”? Em qualquer caso, pressupunha-se haver algo (nacional) antes do tal “gesto fundador”. O que, então?

⁵³⁴ Sobre isso, Capistrano de Abreu (1998 [1907], p. 42.) afirmou: “Por que os tupinambás aliaram-se constantemente aos franceses e os portugueses tiveram a seu favor os tupiniquins, não consta da História, mas o fato é incontestável e foi importante; durante anos ficou indeciso se o Brasil ficaria pertencendo aos *peró* (portugueses) ou aos *maïr* (franceses).” Caldeira (2017, p. 65), no mesmo sentido: “A aliança entre franceses e Tupi deu certo em todo o trecho do litoral que vai do Maranhão ao Rio de Janeiro.”

⁵³⁵ Os gêneros agrícolas eram os domesticados pelos nativos, e não produzidos pelos franceses. Caldeira (2017, p. 66) cita que a rainha Catarina de Médici teria adotado o hábito de fumar tabaco e que o algodão teria se popularizados entre os tecelões.

“governos” locais, que projetavam sua “força e poder” sobre a maior parte das terras férteis do que, a partir de 1822 (apenas!), viria a ser formalmente o Brasil (CALDEIRA, 2017, pp. 23-30). Essas constatações, cotejadas com o argumento da própria Orlandi, no sentido de que o “Estado Real é pensado da forma como ele de fato é”, ou seja, como algo realizado (e não apenas desejado ou projetado), inviabilizam mais ainda se falar em fundação de um Estado, pois a “força e poder” era, então, apenas uma pretensão, não havia, como classicamente se fala, monopólio da força.

Em relação ao povo, como consequência da incerteza acerca do Estado supostamente fundado (Orlandi se refere a um “Estado (Portugal/Brasil)”), resta a dúvida acerca das populações que integrariam o conjunto de cidadãos dessa instituição, bem como do vínculo que estabeleceria a unidade do espaço social. A propósito, convém indagar: seriam considerados cidadãos apenas os colonizadores europeus, estimados, segundo Marcílio (2002, p. 319), em aproximadamente três ou quatro mil na época em que Tomé de Souza chegou ao Bahia? Ou também seriam os nativos, cujas estimativas⁵³⁶, ainda de acordo com Marcílio (2002, p. 313), apontavam para uma população de 2.431.000 (dois milhões, quatrocentos e trinta e um mil) em 1500⁵³⁷? Se a resposta pender para um Estado que congregava todos as populações existentes (brancos, nativos indígenas e mesmo negros já escravizados à época), então Orlandi, mais uma vez, haveria de flexibilizar sua noção de “Estado real”, para o fim de projetar a existência de um vínculo social meramente ficcional entre aquelas populações. E que vínculo seria esse a firmar uma relação de unidade⁵³⁸ entre todas essas populações? Orlandi não explica, sendo possível especular que a ausência de explicação decorra da constatação de que esse vínculo, de fato, não existia.

⁵³⁶ Já falei acerca da controvérsia quanto ao número de nativos que havia no Brasil em 1500. Sobre a questão, ver a nota de rodapé número 387.

⁵³⁷ A população nativa decresceu após a chegada dos conquistadores europeus. Mesmo o contato amistoso representava uma ameaça para os indígenas, em razão do risco de contaminação por doenças. Mas foi sobretudo a partir do governo de Mem de Sá (1557-1572) que se organizaram as campanhas de extermínio e de escravização dos nativos (MARCÍLIO, 2002, p. 314).

⁵³⁸ A leitura atenta e desinteressada do Regimento de Tomé de Souza conduz à conclusão de que aquele instrumento não pretendia formar vínculo algum entre as populações do território que hoje corresponde ao Brasil. Na verdade, o Regimento de Tomé de Souza tratou de fazer o oposto disso, ao criar regras bem estritas em relação à circulação entre as diversas Capitanias, circunstância expressamente qualificada como “inconveniente”, nos termos disposto no capítulo 35 do aludido instrumento. É verdade que o aludido Regimento instaurou uma política que pretendia a uniformização da subjetividade dos moradores da colônia portuguesa da América, razão pela qual, além das medidas de caráter (na atualidade) tipicamente administrativas, institucionalizou a obra de conversão e catequese dos gentios, a qual foi desenvolvida notadamente pela rígida disciplina imposta pelos membros da Companhia de Jesus. Mas entre pretender uniformizar a condição dos indivíduos e promover a unidade das populações, há uma distinção abissal, que somente não é vista quando o interesse pelo “não dito” (que, no caso, não foi dito) supera a vontade de admitir que o que está dito, embora possa não me interessar, foi dito efetivamente e está em conformidade com o “já dito”.

De outro modo, se a qualidade de cidadão do tal Estado fosse conferida apenas aos colonizadores europeus (estimados, repita-se, em três ou quatro mil), então haveríamos de aceitar a ideia de que aquele “gesto fundador”, ao mesmo tempo em que constituiu um Estado, rebaixou toda a população nativa a uma condição que autorizava ignorar sua existência, mesmo sendo da ordem de 1/607, aproximadamente, a desproporção entre os contingentes populacionais de nativos e europeus. Embora se saiba que esta ideia foi fundamento do discurso colonial para justificar o suposto “achamento” (“descobrimento”) e a realização do projeto de conquista e colonização aqui implantado, na atualidade, ou seja, no “contexto imediato” de qualquer enunciação, é inadmissível pensamento que chancele essa tese, que há de ser rejeitada, pois enviesado por manifesta colonialidade.

Ainda que se alegue, ou que efetivamente não tenha sido a intenção de Orlandi, sugerir que fosse essa a condição dos nativos, em ao menos um trecho do seu escrito ela própria realiza essa desconsideração. Façamos a transcrição:

A região onde vai ser fundada São Salvador já era habitada desde 1510, dado um naufrágio de um navio francês. Os dois personagens de destaque desta fase, anterior à fundação da cidade, são Diogo Álvares Correia (Caramuru e a fundação da capela em louvor a Nossa Senhora da Graça, em 1534), que viveu na Bahia, e João Ramalho, que se instalou na região de São Vicente.

Ao dizer que a região onde foi fundada Salvador era habitada desde 1510, Orlandi disse, sem dizer, que não haveria habitantes antes daquele ano. Desconsiderou, não apenas a presença (inequívoca), mas a própria existência dos indígenas, na medida em que não os considerou “habitantes”. Desconsiderou, ainda, os indígenas como sujeitos socialmente relevantes, deixando de citar “personagens de destaque” nativos(as), como, por exemplo, Catarina

Paraguaçu⁵³⁹⁻⁵⁴⁰, indígena Tupinambá, filha do morubixaba Taparica (ou Itaparica) e habitante (ela e todo o seu povo) daquela região desde a data do seu nascimento, estimado como tendo ocorrido em 1503 (SCHUMAHER, BRAZIL, p. 172), ou seja, antes de “1510”.

Em relação ao território, Orlandi também não explica o que autorizava dizer que Portugal tivesse o domínio sobre o espaço do Estado supostamente fundado pelo Regimento de Tomé de Souza. Outra transcrição é necessária (ORLANDI, 2011, p.107):

O Estado aí não tem o sentido de Estado independente, nem mesmo individualizado pelo território: serviço de Deus e meu (o Rei) é conservar e enobrecer as capitanias e povoações das terras do Brasil. Refere, pois, às “terras” do Brasil que pertencem a Portugal. O Brasil, sem o Regimento, é apenas “terras”.

Ao afirmar que as “terras” do Brasil pertenceriam a Portugal mesmo antes da edição do Regimento em questão, e por nada ter dito sobre o fundamento da relação de pertencimento por ela admitida como certa (tão certa que autorizou esse silêncio), Orlandi invoca, necessariamente, discursos anteriores que ativariam irrefletidamente a pressuposição acerca daquele domínio. Nesse sentido, “como todos sabem” (quicá por isso Orlandi não tenha dito), as “terras” do Brasil passaram ao domínio de Portugal por força do já mencionado (e sempre merecedor de críticas) Tratado de Tordesilhas. Somente a admissão de validade e eficácia do Tratado em questão poderia autorizar a conclusão (pressuposta) de Orlandi, no sentido de que as “terras” do Brasil pertenceriam a Portugal. Mas, também nesse caso, restaria contrariado o argumento de que o “Estado Real é pensado da forma como ele de fato é”, pois, como já dito,

⁵³⁹ O nome Paraguaçu corresponde a um rio nas proximidades da Baía de Todos os Santos, próximo à fortaleza dos franceses na Bahia, bem como à região do entorno daquele curso d’água, conforme dito por Salvador (1889 [1627], p. 86) e outros tantos. Acredito que o segundo (que foi primeiro na cronologia) nome dado à mulher de Caramuru esteja associado àquele rio. Se esse nome (Paraguaçu) era efetivamente atribuído à nossa “personagem de destaque” indígena, acredito que a designação tenha decorrido do costume tupi dar às coisas e aos os(as) filhos(as) nomes associados a algo dotado de existência concreto. No que concerne ao prenome que citei, “Catarina”, este foi adotado quando do batismo de Paraguaçu na igreja de Saint-Malo, região da Normandia, ocasião em que recebeu o mesmo da então Rainha da França, Catarina de Médici, a quem se atribui a escolha desse “nome de batismo” (BEAUCHAMP, 1822, pp. 187-189). É inegável o gesto de deferência da Rainha da França à personagem histórica Paraguaçu, lembrada pelos Freis Salvador e José de Santa Rita Durão, além de Beauchamp e outros tantos que escreveram sobre a história do Brasil, mas que foi esquecida por Orlandi. Posteriormente (1565, segundo o Atlas Digital da América Lusa: http://lhs.unb.br/atlas/Capitania_do_Paragua%C3%A7u), foi instituída a Capitania do Paraguaçu, mas se trata aí, suponho, de associação ao Rio e à região, não à personagem. Mas há controvérsia acerca do “verdadeiro” nome de nascimento de Catarina Paraguaçu. Segundo o verbete “Catarina Paraguaçu” constante no *Dicionário de Mulheres do Brasil* (2000), nossa personagem: “Era filha do morubixaba Taparica, da nação Tupinambá, da Bahia, e tinha o nome indígena de Guaibimpará. Estima-se que tenha nascido no ano de 1503. Casou-se com o português Diogo Álvares Correia, denominado pelos indígenas de Caramuru (homem de fogo).” (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 172).

⁵⁴⁰ Foi, ainda, mulher de Caramuru. Mas deixei isso em nota de rodapé, para ressaltar que o importava ser “destacado” é o que ela era e fez, e não de quem foi mulher.

Portugal não havia ainda materializado sua “força e poder” sobre toda a extensão das “terras” do Brasil que lhe haviam outorgadas pela mencionada doação pontifícia.

Foi impróprio, ademais, aludir à ideia de um “Estado (Portugal/Brasil)”, mas não apresentar qualquer explicação do que seria isso. Afinal de contas, em 1548, o suposto “Estado” de aqui era Portugal ou Brasil? Foi um Estado criado como sendo Portugal e que passaria a ser Brasil? Então, criou-se outro Portugal, em 1548, no território do que viria a ser o Estado do Brasil? Ou ali já era o estado (com “E” maiúsculo, porém menor) do Brasil, sem soberania, porque pertencente ao Estado de Portugal, mas que viria ser o Estado do Brasil? O texto, que cogita e se dispõe analisar supostas ambiguidades, é ele próprio ambíguo, causando mais confusão do que compreensão.

Talvez Orlandi não tenha refletido ou percebido, mas ao afirmar que ali e então se fundou um Estado, criado por “eles”, mas que “será nosso” com a “Independência”, ela considerou suficiente para esse fim (de caráter constituinte) a suposta vontade e a potência criadora do Regimento de Tomé de Souza, o que equivale a desconsiderar tudo o que aconteceu depois daquele ato. É certo que nenhum Estado, depois de criado, permanece o mesmo. Ele muda, deriva, como bem disse Orlandi (e Foucault, antes dela); mas para mudar e para derivar, pressupõem-se a existência, e a existência do mesmo, embora não a mesma existência do mesmo (uma existência de outro modo)⁵⁴¹. Dessa maneira, a partir da tese de Orlandi, poderíamos deduzir que o Brasil, embora submetido a partir de então a movimento e derivação, foi fundado desde 1548 e por força do aludido Regimento. Assim, a criação em si, o “gesto fundador”, foi fruto de ação exclusiva dos portugueses, melhor dizendo, de um português apenas: Dom João III.

Há questões graves nesse pensamento, a começar pela desconsideração de todos os sujeitos que vieram depois da edição do “gesto fundador”. Foram colocados, na melhor das hipóteses, na posição de potenciais colaboradores no processo de mudança e derivação do Estado já fundado. O que é mais grave, entretanto, é desconsiderar os que estavam aqui antes do Regimento e, não esqueçamos, antes de Cabral. A nenhum destes, dentre os quais não havia

⁵⁴¹ “ - Você entendeu mal! Não foi isso que se quis dizer! Trata-se de um processo!” Tudo bem, é um processo, mas foi exatamente o que eu entendi e que foi dito. E, não olvidemos, que o que foi dito, foi o que se quis dizer. Voltando ao processo, para dizer que uma coisa deriva em processo, um *continuum*, exige-se falar da mesma coisa do começo ao fim, embora dessa coisa se possa falar em outros sentidos àquela coisa. A coisa permanece coisa, mas não fechada nos sentidos que na sua “origem” tinha. Ela muda e deriva, eu sei, mas não deixa de ser a coisa. É a coisa em outros termos. Pode parecer complicado, mas basta lembrar das expressões “colonização” e “colono”, a cujos processos de derivação já aludi anteriormente. Modificadas e derivadas ao longo de milênios quanto aos respectivos sentidos, esses conceitos existiam desde quanto criadas e submetidas a mudanças e derivações.

“personagens de destaque” que merecessem referência no texto de Orlandi, a análise que ela realiza não atribui qualquer parcela de contribuição para a fundação do “Estado (Portugal/Brasil)”. Apagam-se, assim, os esforços, as lutas e as resistências de todos os povos e pessoas que, antes ou depois de 1548, tenham efetivamente intentado produzir (por que não manter as que existiam, a seu modo, antes do “achamento”?) entidades dotadas soberania.

Falar de intenção é necessário. A propósito, não se pode pôr palavras no texto de Orlandi, para dizer que ali se tenha afirmado que Dom João III criou um Estado “sem querer” ou “por acidente”. Mas se pode, sim, afirmar que aquele texto não menciona que o Rei tenha expressamente determinado a fundação de um “Estado (Portugal/Brasil)”⁵⁴². Então, sem dizer expressa e inequivocamente, o Rei de Portugal institui aqui o “Estado (Portugal/Brasil)”, numa lógica que não encontra fundamento nas teorias sobre gêneses de Estado, tampouco nos precedentes da história⁵⁴³. Em conformidade com o pensamento de Orlandi, fundou-se um Estado sem sequer haver a expressão manifesta de se ter reconhecida uma vontade soberana e, o que é mais grave, em que a palavra e a ideia de “soberania” haveriam ser rejeitadas por quase 300 (trezentos) anos. A contradição é insuperável.

A tese de Orlandi também é atravessada por outra contradição, a qual resulta na subtração da dignidade dos movimentos e atos que efetivamente terminaram por dar ensejo à instituição do Estado. Isso porque o que ela considera como “gesto fundador” do “Estado (Portugal/Brasil)” exatamente o Regulamento a partir do qual se reestruturou o projeto de colonização iniciado em 1500, sendo modelo (centralizado) que perdurou até 1822⁵⁴⁴. Ou seja, o ato que pretendeu a supressão dos arranjos sociais dos povos que aqui viviam, o ato que jamais cogitou estabelecer qualquer sentimento de unidade (muito menos nacionalidade) entre os grupos populacionais que aqui habitavam, o ato que estabeleceu as estratégias de submissão da população a rigorosos procedimentos disciplinares, que pretendia suprimir dos sujeitos qualquer pretensão emancipatória, foi elevado por Orlandi à condição de “gesto fundador” de

⁵⁴² O Regimento determinou “(...) fazer uma fortaleza e povoação grande e forte, em um lugar conveniente, para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar justiça e prover nas cousas que cumprirem a meu serviço e aos negócios de minha Fazenda e a bem das partes;”

⁵⁴³ Como regra, os Estados são instituídos em contextos de tensão, sendo que a afirmação, sempre na ordem interna (pela tese de Orlandi, houve aqui o contrário: o fundamento veio de fora), precede a afirmação como Estado. Dizendo de outro modo, a fundação de Estado é precedida de contextos de revoluções ou movimentos de ruptura institucional, a partir dos(as) quais são (re)criados os Estados, sendo os “gestos fundadores” afirmadas expressamente, a fim de que possam ser conhecidos e submetidos ao eventual julgamento por parte dos demais Estados, que poderão reconhecer ou não a soberania afirmada. Foi o que aconteceu com os Estados Unidos da América e com o Brasil (mas em 1822).

⁵⁴⁴ Refiro-me ao período de duração institucional e oficial. Como prática, foi (ou ainda vai) mais longe.

um Estado, entidade que tem (ou deveria ter) na soberania um dos seus elementos essenciais! É lusofilia⁵⁴⁵ demais⁵⁴⁶!

Por tudo aduzido, e considerando a memória discursiva associada ao conceito de que tratamos, não há como reconhecer a procedência da tese da Autora Eni Orlandi, no sentido de que Regimento de 1548 poderia receber a qualificação de “gesto fundador” de um Estado.

Ainda que se pretendesse sustentar que o Regimento de Tomé de Souza foi realmente um “gesto fundador” de algo, um algo “apenas” *de* Portugal (e não propriamente outro Portugal), por que não considerar a “coisa” “afirmada/criada/fundada” não um (outro) Estado, mas uma *extensão do território* (que não é Estado), um *domínio* em ultramar (idem) ou como uma *colônia* (idem), noções já conhecidas tanto no “contexto imediato” da enunciação (quando Orlandi sustentou o argumento), quanto no “contexto sócio-histórico”? Por que não dizer que o Regimento “afirmou/criou/fundou” a *América portuguesa*⁵⁴⁷, que ele reorganizou o *sistema colonial*⁵⁴⁸, que ele definiu novos rumos para a *empresa*⁵⁴⁹ ou *empreendimento*⁵⁵⁰ colonial português na América, que ele centralizou o comando do “*negócio do Brasil*”⁵⁵¹? Não há respostas no texto!

Embora se possa considerar menos interessante aderir a ideias (“já ditas”) em lugar de inventá-las, não se pode rejeitá-las sem apresentar os fundamentos que sustentariam uma tese desconforme com o “já dito”. Até a para afirmar a existência de efeitos de polissemia há limites. É certo que a Academia prestigia o ineditismo e se interessa pelo controvertido, na medida em que é neste espaço de tensão que se produz o progresso, em contrariedade ao lema positivista de nossa bandeira. Mas não menos certo é que quem propõe a inovação é, inexoravelmente, implicado⁵⁵² na problematização que inaugura, de modo que deve envidar esforços para

⁵⁴⁵ Sobre a interpelação por discursos eivados de colonialidade, interessante notar que Orlandi (2011, p. 110), no mesmo texto aqui tratado, faz advertência a esse viés: “Em minhas análises com o discurso missionário, o da pacificação, o da inscrição da língua nos relatos de missionários e viajantes (E. Orlandi, idem) aprendi que há três formações discursivas articuladas – política, religiosa e científica – que resultam no discurso sobre o Brasil, que é o discurso da dominação do país europeu. Essa articulação é característica da colonização. Nessa relação de sentidos que se produz é a dominação da Europa sobre a América que se “diz”, significa.”

Há uma articulação numa produção de efeitos de sentidos que resulta: colonização, poder europeu.

⁵⁴⁶ Só Gilberto Freyre para concordar com isso... E o pior é que ele concorda. Basta ler o “Mundo que o Português criou”.

⁵⁴⁷ Expressão utilizada por Sebastião da Rocha Pita (1730 [1958]), Auguste de Saint-Hilaire (1941 [1833]), Gilberto Freyre (2003 [1933]), Celso Furtado (2005 [1959]), Evaldo Cabral de Mello (2010).

⁵⁴⁸ Como fez Caio Prado Júnior (2011 [1942]).

⁵⁴⁹ Como fez Nelson Werneck Sodré (1963 [1944]).

⁵⁵⁰ Como fez, ainda, Nelson Werneck Sodré (1963 [1944]).

⁵⁵¹ Como fez Evaldo Cabral de Mello (2015 [1998]).

⁵⁵² Quando escrevi esse trecho da tese, ainda não havia lido *A gaia ciência*. Depois de ler, constarei que o aforisma 23, de nome *Interpretação*, é iniciado por uma afirmação que contempla a mesma ideia: “Se explico, me implico.” (NIETZSCHE, 2012 [1882-1887], p. 27).

satisfazer às exigências da empreitada criadora. É o ônus da prova⁵⁵³ de que falamos há pouco, do qual Orlandi não se desincumbiu.

Mas por que dizer o que o Regimento de Tomé de Souza não foi ou não fez? Qual a necessidade de analisar e de se contrapor à conclusão de que aquele ato ostentaria a condição de norma de caráter constitucional ou que teria fundado um “Estado (Portugal/Brasil)”? Entendemos que o enfretamento prévio dessas questões era condição para propor que aquele Regimento foi algo diferente e que serviu para outros fins. A “afirmação dessa negação” havia de ser feita não (ou “não apenas”) para demonstrar eventuais impropriedades nas narrativas anteriores, mas para o fim de evitar que estas, por serem desconformes com argumentos a serem elaborados, pudessem sugerir a fragilidade ou o equívoco destes. Não se tratou, portanto, apenas de problematizar para “ser do contra”, tampouco de invocar a soberania das possibilidades narrativas, mas de “aplainar” o lugar em que serão construídos novos argumentos. Ao nosso ver, isso é o mínimo que se deve fazer ao propor análises históricas que destoe de narrativas já existentes, daquele “já dito”.

Dito tudo isso, o que foi e o que fez, então, Regimento de Tomé de Souza? A resposta, se nossa, poderia ser longa, talvez maior do que o trecho em que se cuidou de dizer o que ele não foi e não fez. Mas a tese não comporta aprofundamento⁵⁵⁴, pois o objeto desta tem a ver

⁵⁵³ Deliberadamente, durante toda a análise do escrito de Eni Orlandi, utilizei um modo de *dizer* que se assemelha ao modo de *fazer* (e dizer) relacionado à minha profissão (“juizador”). Fiz isso para pontuar como, muitas vezes sem refletir (embora no caso eu tenha refletido... ou achei que refleti... ao menos eu parte, sim...), naturalizamos os sentidos a partir dos discursos que nos interpelam a todo momento. No caso de Orlandi, conjecturo (ou meramente especulo) que o discurso acadêmico, que cada vez mais exige uma produção “fordista” de artigos, termina inculcar em todos a necessidade de produzir demasiadamente. Isso pode não ser enxergado como ruim, mas é inegável que “pode” comprometer a qualidade do que se escreve. Mas, além disso, tem um efeito perigoso, notadamente em decorrência dos “tempos sombrios” que se anunciam. A Academia não pode se render aos instrumentos de governamentalidade que estão postos e em pleno funcionamento, notadamente essa imposição de uma incessante produção pretensamente científica e feita, na maioria dos casos, para “consumo interno”. A Academia tem, é fato, a obrigação de produzir conhecimento, mas a ela incumbe, também, participar ativamente da produção de mudanças de comportamento, e do comportamento além do *campus*. Escrever artigos e outras coisas exige tempo e esforço, que são subtraídos de atividades de reflexão e, ainda, de engajamento em questões da vida social, que embora de inegável importância, mas não possuem “*Qualis A*”. É pouco provável que quem esteja exausto de tanto produzir e premido por prazos acadêmicos queira participar ou, menos ainda, queira participar da atividade da construção de movimentos (políticos, sociais, etc.). As “coisas” podem não ter a ver umas com as outras, mas pode ser que tenham, embora a relação “seja” (tenha sido tornada) invisível. Reflitamos! E pratiquemos!!

⁵⁵⁴ Pode parecer ironia ter escrito quase 15 (quinze) páginas para dizer o que não foi e o que não fez o Regimento de Tomé de Souza, mas limitar a explicação ao que ele foi e fez a menos de uma página. Parece, mas não é. Na verdade, pesquisando artigos que associassem o sistema de sesmarias aos regimes de instrumentos legais que disciplinaram a utilização de terras no período designado com “Brasil colonial”, deparei-me com o artigo em questão. Ao vê-lo, tive a esperança de que ele iria tratar do tema em conformidade com o meu referente (que considero crítico ao Direito, ou seja, que não considera o Direito como algo que promove a pacificação social, mas que tem outros fins... “ – Sei... E você trabalha com o que mesmo? – Sou Juiz de Direito.”). Queria algo que validasse meu pensamento (confesso), mas me deparei com um conteúdo que desdisse tudo o que eu achava que

com as questões relacionadas ao regime de utilização das terras, especialmente as localizadas no litoral do que hoje é o Brasil. Não olvidemos, esta pretende ser uma história dos terrenos de marinha. Assim, bem como para não se correr o risco de errar (também), convém invocar o próprio Rei Dom João III a dizer o que foi e o que deveria fazer o Regimento do Governador-geral:

Eu, ElRei, faço saber a vós, Tomé de Sousa, fidalgo de minha casa, que vendo eu quanto serviço de Deus e meu é conservar e enobrecer as Capitânicas e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando, para exalçamento da nossa Santa Fé e proveito de meus Reinos e Senhorios, e dos naturais deles, ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte, em um lugar conveniente, para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar justiça e prover nas cousas que cumprirem a meu serviço e aos negócios de minha Fazenda e a bem das partes; (...) E pela muita confiança que tenho em vós, que em caso de tal qualidade e de tanta importância me sabereis servir com aquela fidelidade e diligência, que se para isso requer, hei por bem de vos enviar por Governador às ditas terras do Brasil, no qual cargo e assim no fazer da dita fortaleza tereis a maneira seguinte, da qual fortaleza e terra da Bahia vós haveis de ser Capitão: (...).

Após apontar as razões pelas quais expedia o Regimento, Dom João III determina que se faça uma fortaleza e uma grande e forte povoação, a partir da qual se deveria projetar o favor e a ajuda do Rei às outras povoações das terras do Brasil, bem como que seria o centro de distribuição de justiça e provimento das questões relacionadas à fazenda real. Também designou Tomé de Souza para ser governador de todas as terras do Brasil, assim como Capitão da Capitania da Bahia. Em seguida, em seus 46 (quarenta e seis) capítulos⁵⁵⁵, estabeleceu um minucioso regramento em que instruiu o Governador-geral acerca de várias questões.

Eni Orlandi (que escolhi inicialmente como uma de minhas referências teórica, conforme registrei na genealogia de minha tese constante do Capítulo Primeiro) pensaria a respeito do tema e do funcionamento do dispositivo colonial. Meu pensamento imediato foi de decepção, de desilusão. Pensei: “Como alguém, que trabalha com Análise de Discurso, pensa assim e analisa esse documento dessa forma? Dessa forma enviesada? Dessa forma como parecida com o pensamento de Gilberto Freyre (ele novamente...)? Mas depois, talvez para ser deferente a ela, de quem li muita coisa boa, percebi que deveria escusá-la do meu julgamento de reprovação. Lembrei dos esquecimentos sobre os quais ela e Pêcheux escreveram, da “voz” que fala precedentemente de que Foucault escreveu. Então me dei conta de que ninguém, nem ela e nem eu, está livre e imune de ser afetado pelo viés da colonialidade. A “decepção” inicial se converteu em lição. Lembrei (não é ironia) da advertência bíblica constante em Mateus, 26:39 “Vigiai”. Sim, vigiai, mas para não “caia” no viés colonialidade; vigia para que não “caia” nos “esquecimentos do discurso”. Foi essa lição que extraí ao escrever essas páginas.

⁵⁵⁵ A designação é a mesma empregada no Regimento, conforme se vê no capítulo 43. Fazendo-se uma comparação com a técnica legislativa do presente, os ditos capítulos se *assemelham* a artigos, mas com textos corridos, sem divisões em parágrafos ou incisos.

Como a leitura do trecho do Regimento antes transcrito, com razão está Orlandi⁵⁵⁶ (2011, p. 105) em qualificá-lo como um instrumento jurídico, político e administrativo, pois ele determina uma nova forma de organização da *colônia*, modificando (e não extinguindo) o regime de Capitâneas. A partir de então, com a centralização de poderes na figura (posição) do Governador-geral, aquelas estruturas viram subtraídos os poderes outrora “quase majestáticos” que o sistema anterior lhes conferia, notadamente no que concerne à organização da justiça e das questões tributárias. Em suma, reorganiza-se o projeto de conquista e colonização do território do Brasil, agora sob o viés de centralização.

Ao que interessa ao tema, o Regimento de 1548 manteve, como já dito, o sistema de sesmarias adotado desde a expedição de Martim Afonso de Souza, como se vê em seu capítulo “9”, cujo teor (parcial) era o seguinte:

9 – Tanto que tiverdes assentada a terra para seguramente se poder aproveitar, dareis de sesmaria as terras que estiverem dentro no dito termo, às pessoas que vo-las pedirem, não sendo já dadas a outras pessoas que as queiram ir povoar e aproveitar, no tempo que lhes para isso há-de-ser notificado, as quais terras dareis livremente, sem foro algum; (...) com condições que resida na povoação da dita Bahia ou das terras que lhes assim forem dadas três anos, dentro do qual tempo as não poderão vender, nem enlhear, e não dareis a cada pessoa mais terra que aquela que boamente, e segundo sua possibilidade, vos parecer que poderá aproveitar;

Com o resultado negativo de grande parte das Capitâneas concedidas na década de 1530, e em razão de o comércio com o Oriente, mesmo já apresentando sinais de decadência, ainda atraía investimentos e esforços, o Rei Dom João III, por meio do Regimento de Tomé de Souza, estabeleceu que as sesmarias seriam passadas aqui no Brasil com a isenção de pagamento de

⁵⁵⁶ Ressaltando que, mesmo com essas qualidades, ele não funda Estado. Na verdade, fundar mesmo ele não funda nem mesmo cidade, pois manda fazer uma povoação grande de forte. Como precisamos de símbolos, convencionou-se dizer que Salvador foi fundada no dia do desembarque de Tomé de Souza na Bahia, sendo a data de 29 de março de 1549 estabelecida oficialmente como a de fundação, por meio da Portaria Municipal n.º 299, de 11 de março de 1952. No caso, como “efeito de polissemia”, não se pode excluir a possibilidade de a chegada de Tomé de Souza representar o “gesto fundador”, como, aliás, é o que oficialmente se considera. Mas Orlandi fala de uma qualidade distintiva de “nascença” (“[...] fundação de uma cidade. São Salvador já nasce cidade, capital. [...] Nunca foi província ou vila, pois nasce cidade e foi durante muito tempo conhecida como a maior cidade das Américas.”), para dizer que aquela povoação forte seria mais que as outras. E, de fato, viria ser. Mas não há no Regimento essa distinção formal, embora a condição distintiva se possa dele extrair, notadamente para dizer que ela foi isso, mas não foi aquilo desde o “nascimento”.

foro⁵⁵⁷⁻⁵⁵⁸, sendo esse favor concedido com a finalidade de conquistar a adesão para o projeto de exploração da colônia de Portugal na América. Determinou, ainda, que o ato de concessão de sesmarias fixasse expressamente prazo para o efetivo povoamento e aproveitamento, proibindo, também, que as terras fossem vendidas ou trespassadas antes de decorridos 3 (três) anos da data da concessão, como medida destinada a fixar a população no território da colônia e a obrigar os beneficiários a promoverem a efetiva exploração das terras.

Observando a mesma diretriz que orientou o sistema desde a Lei de 1375, o Regimento de Tomé de Souza também estabeleceu a disponibilidade de cabedal como requisito para o recebimento de sesmarias. Ele foi, como regra, mais genérico na exigência, na medida em que não especificou⁵⁵⁹, como fez sua antecessora do século XIV, a qualidade ou a quantidade dos bens e recursos que deveria ter aquele que fosse pretendente à concessão, confiando ao titular⁵⁶⁰

⁵⁵⁷ A Lei de sesmarias de 1375, editada por Dom Fernando, já contemplava a possibilidade de o proprietário da herdade, na hipótese de não poder, por si, promover o aproveitamento de suas terras, deferir a outras pessoas que as aproveitasse, mediante pagamento de foro em favor do proprietário. A possibilidade de oneração das sesmarias com a obrigação do pagamento de foros, neste caso devidos à Coroa de Portugal, era prevista nas Ordenações Manuelinas e Filipinas, as quais tiveram vigência durante o período em que o sistema sesmarial foi aplicado na América portuguesa e, em seguida, no Brasil.

⁵⁵⁸ Manteve-se, todavia, a obrigação de pagamento de dízimo à “Ordem do Nosso Senhor Jesus Cristo.”

⁵⁵⁹ No capítulo 32 do Regimento, há uma exigência geral destinada para todo “morador das ditas terras do Brasil que nelas tiver casas, terras ou águas ou navio”, que teria a obrigação de possuir “ao menos, besta, espingarda, espada, lança ou chuça (...)”. Não se verifica, todavia, uma relação direta entre essa exigência e a atividade de aproveitamento das sesmarias, tendo mais a ver com a obrigação geral de cada “súdito” colaborar com a segurança das terras “de” Sua Majestade, o Rei de Portugal.

⁵⁶⁰ No capítulo 9 do Regimento, o Rei confere a Tomé de Souza a atribuição de promover o exame de das “possibilidades” a que candidato a concessionário deveria reunir para que pudesse ser beneficiado com a concessão. Isso poderia sugerir que este exame fosse concentrado na figura do governador-geral. Ocorre que, além de governador-geral das terras do Brasil, Tomé de Souza, pelo mesmo Regimento, foi feito titular da Capitania de Bahia. Assim, há disposições ali que se referem aos encargos de governador-geral, sendo outras que aludem a atribuições do Capitão da Capitania da Bahia. Atento a isso, e promovendo-se uma sistemática do Regimento, conjugando especialmente os dispostos nos capítulos “9” e “19”, vê-se que o Rei mandou que os outros Capitães reproduzissem o mesmo procedimento estabelecido para a Capitania da Bahia. Ao Rei, no entanto, incumbia confirmar as sesmarias concedidas pelos Capitães, conforme se afere pelo teor das Cartas Régias de 20 de maio de 1564 e de 27 de março de 1570, ambas expedidas pelo Rei Dom Sebastião como confirmação de sesmarias concedidas no Brasil (*In*: Documentos para história do açúcar, 1954, pp. 171/227). Varela (2005, p. 97) argumenta que a exigência de confirmação das sesmarias foi imposta “a partir da Carta Régia de 23 de novembro de 1698”. Sobre o ato de confirmação das sesmarias, importa ressaltar não haver nas Ordenações (Afonsinas, Manuelinas e Filipinas) disposição que estabeleça formal e especificamente sua obrigatoriedade. Mas há naqueles corpos normativos disposições que exigem a confirmação das doações de determinados bens da Coroa, quando feitas por em nome do Rei, e não pelo próprio monarca. É possível conjecturar que estas prescrições foram aplicadas às sesmarias, mesmo antes da expedição da Carta Régia de 23 de novembro de 1698, uma vez que existem, como acima se apontou, vários instrumentos de confirmação de sesmarias no Brasil expedidos desde meados do século XVI. Assim, há de se ressaltar a interpretação de que a confirmação se impôs “a partir da Carta Régia de 23 de novembro de 1698”, sendo mais apropriado dizer que ela ratificou ou institucionalizou especificamente uma exigência que já existia como cláusula genérica nas Ordenações. Gama Barros, referindo-se ao instituto da insinuação, toma-o por sinônimo da “formalidade da confirmação régia”, ou seja, um atestado de legitimidade que consubstancia condição de validade para determinados atos (GAMA BARROS, 1914, pp. 194-196). Ele explica que a confirmação se constituía em requisito para o aperfeiçoamento dos atos de doações do patrimônio real, quando praticados por terceiros (GAMA BARROS, 1914, p. 576). Em alguns casos, mesmo sem ser condição de essencial, era formalidade utilizada para fins de conferir segurança jurídica a transferência de bens, ainda que não

de cada Capitania o exame do que se deveria considerar “ter possibilidades” de aproveitar as sesmarias dadas.

Exceção foi feita em relação aos senhorios de sesmarias destinadas a engenhos de açúcar, que além de obrigados a edificar uma torre ou casa forte, cujas dimensões deveriam ser suficientes para resguardar o próprio engenho e a produção dos povoadores das adjacências, haveriam de possuir “quatro berços e dez espingardas, com a pólvora necessária; e dez bestas e vinte espadas, e dez lanças ou chuças e vinte corpos d’armas d’algodão; (...)”⁵⁶¹ Apesar de não se relacionar propriamente com a produção do açúcar, já que mais afeta à obrigação de colaborar com a segurança da colônia e, por conseguinte, do patrimônio da Coroa de Portugal, a exigência terminava por institucionalizar uma categorização mesmo entre os que eram beneficiários de sesmarias, conferindo-se àqueles senhorios⁵⁶², dotados de maiores “possibilidades” e aos quais incumbia uma função extraordinária e de caráter eminentemente (para)militar, uma condição mais elevada na hierarquia da sociedade colonial.

pertencentes à Coroa (GAMA BARROS 1914, pp. 657-658). Assim, além de constar nas ordenações do Reino de Portugal como cláusula genérica para doações de bens e direitos Reais, a confirmação consubstanciava uma prática consuetudinária lusitana, da qual há registros desde ao menos 1231 (GAMA BARROS, 1914, p. 157). Sobre a questão, é interessante perceber como a projeção retrospectiva do princípio da legalidade (juridicidade) aplicado à Administração Pública termina em alguns casos por confundir análises históricas, notadamente quando estas envolvem práticas relacionadas aos(às) soberanos(as). Sem olvidar dos precedentes ingleses, dos quais tem mais relevância a Magna Carta de 1215, a ideia de submissão da figura do(a) soberano(a) a uma ordem jurídica ganhou maior adesão sobretudo a partir dos movimentos constitucionais do final do século XVIII. Antes disso (e depois também, em alguns Estados), não era admissível estabelecer fórmulas à conduta dos soberanos, sendo as leis e conjuntos normativos destinados, como regra, a todos os demais, ou seja, aos súditos. Assim, condicionados pela nossa episteme, que atualidade exige que a previsão expressa em lei para prática de atos administrativos (sobretudo quando envolvem direitos fundamentais, como é a propriedade), terminamos por associar a fundação (imposição, no caso) de determinados institutos a um instrumento de caráter normativo, sem o qual, no presente, é inconcebível regular e condicionar a validade de um ato administrativo. É a procura pelos atos criadores de que Foucault falava.

⁵⁶¹ O capítulo 33 do Regimento de Tomé de Souza estabelecia que Provedor-Mor, quando inspecionasse pessoalmente as Capitânicas, deveria se certificar se a exigência de cabedal armamentista era cumprida pelos beneficiados pelas concessões de terras. Para facilitar a que estes cumprissem a obrigação que lhes foi imposta, o próprio Rei facultou, no mesmo capítulo do aludido Regimento, que a aquisição das armas e peças de artilharia fosse feita nos armazéns reais, obviamente mediante o pagamento do respectivo preço. O Rei, assim, ajudava os senhorios de terras e, ao mesmo tempo, era ajudado por estes, na medida em que lucrava com a intermediação daqueles bens. Como dizia o então Sargento Rocha, personagem do filme *Tropa de Elite I* (promovido a Capitão no *Tropa de Elite II*): “Se você quer ajuda, tem que me ajudar a te a ajudar!! Se você quer rir, então tem que fazer rir!! Entendeu?!”

⁵⁶² Além da posição de destaque já era revelada pela concessão de sesmarias para a engenhos e fazendas com torres ou casas fortes, estes senhorios terminavam por incorporar um poder com caráter também (para)militar, na medida em que associado ao dever de possuir armas, organizar corpos de guarda e de responder pela segurança da colônia americana de Portugal. Não é desarrazoado enxergar neste duplo caráter da posição dos senhorios de engenho (produzir gêneros agrícolas e exercer a segurança da colônia) uma matriz genealógica dos potentados rurais de que tanto falam os registros historiográficos. O que se aponta, portanto, como uma “singular autarquia dos domínios rurais brasileiros” (HOLANDA, 2016 [1936], p. 131), cuja autoridade se exerceria de modo arbitrário, caprichoso e despótico, foi uma condição para cuja produção a vontade criadora e institucionalizada da Coroa portuguesa contribuiu determinantemente. Era uma singularidade brasileira, é fato, mas brasileira pelo critério *jus soli*, ou seja, por que aqui praticada. Mas “geneticamente”, não há dúvida, ela tem origem lusitana, embora os lusófilos não insistam em não reconhecer a “paternidade” de Portugal.

Esse prestígio dos senhorios de engenho era também revelado pelo tanto de disposições do Regimento de Tomé de Souza destinadas a regular aspectos relacionados à produção de cana-de-açúcar. Embora não fosse proibido o cultivo de outros gêneros agrícolas, aquele instrumento, assim como a política de destinação das sesmarias a partir dele regulada, orientou a distribuição das terras da colônia em conformidade com o projeto de exploração que parte da historiografia designou de ““solução””⁵⁶³ açucareira”⁵⁶⁴.

Essa vinculação das concessões à possibilidade material de promover o aproveitamento, aliada à orientação para a produção de determinadas culturas, notadamente por meio da concessão de privilégios⁵⁶⁵, confere razão a Faoro (2012 [1958], p. 146) ao afirmar que “a obra política e comercial da colonização tinha como ponto de apoio a distribuição das terras”. E a razão de Faoro não se perde, já que ele não qualifica esse “ponto de apoio” como o mais importante elemento de condução da produção agrícola na colônia.

Há de se ter cautela ao estabelecer gradações de relevância, notadamente pelo fato de que estas, em regra, são suscetíveis de um juízo de perspectiva. É inegável, entretanto, que a abundância de terras à disposição da Coroa portuguesa terminou por conferir maior importância a outros elementos, sobretudo os relacionados à força de trabalho⁵⁶⁶ empregada na atividade produtiva. Por esse motivo, a ação interventiva da Coroa dirigiu-se especialmente à organização e à conformação da sociedade colonial ao projeto de exploração, daí porque, além do Regimento do Governador-Geral, o Rei Dom João II expediu, na mesma data, o Regimento do Provedor-Mor. A partir destes, inaugurou-se um modelo que concentrava em funcionários diretamente vinculados à Coroa a administração das questões relacionadas à arrecadação de tributos e administração dos bens da fazenda real, bem como das relacionadas à “distribuição de justiça”, incumbências que foram subtraídas das prerrogativas antes conferidas aos titulares das Capitâneas.

⁵⁶³ As duplas aspas duplas são justificáveis. As primeiras dão conta de se tratar de citação. As segundas ressaltam o sentido manifesta e generosamente eufêmico da expressão “solução”. Solução para que? Solução para quem?

⁵⁶⁴ Mas além da vinculação da concessão ao cultivo da cana-de-açúcar, bem como da isenção de foro já anunciada no Regimento de 1548, a Coroa de Portugal conferiu privilégios aos que empreendiam a exploração dessa cultura, tendo expedido vários atos isentando de tributos a produção de açúcar. Neste sentido, cito os Alvarás de 20 de julho de 1551, de 23 de julho de 1554, de 29 de março de 1559, Alvará de 16 de março de 1560, dentre outros. A prática, na atualidade, equivaleria ao caráter extrafiscal da tributação, quando a (des)oneração tributária se realiza com o escopo de incrementar o desenvolvimento ou de inibir determinada atividade econômica.

⁵⁶⁵ Cite-se, apenas ilustrativamente (porque foram muitos), os Alvarás de 29 de março de 1559 e de 16 de março de 1560, que concediam isenção de tributos sobre açúcar.

⁵⁶⁶ Nos mais trezentos anos de duração do processo de colonização inaugurado em 1500, a terra propriamente dita sempre teve menos valor que a escravidão, ou seja, o acervo das “peças” escravizadas.

Mas além dessas questões tributárias e afetas à justiça, o projeto de colonização (re)inaugurado pelos Regimentos de 1548 (do Governador-geral e do Provedor-mor) dispôs-se a disciplinar de forma bastante estreita a conduta dos que habitavam a colônia, tudo com o escopo de promover o engajamento de todos os grupos populacionais no projeto de exploração que aqui se voltara para a produção de gêneros agrícolas para o mercado do Velho Mundo. Para esse mister, além do conjunto de órgãos administrativos propriamente ditos⁵⁶⁷, a Coroa portuguesa trouxe às terras do Brasil os primeiros membros da Companhia de Jesus. Em 1549, com Tomé de Souza, desembarcou na Bahia o padre Manuel da Nóbrega, a quem incumbia conduzir os trabalhos de evangelização e catequese voltados aos indígenas (“gentios”)⁵⁶⁸, que se somaram, ainda, às outras ordens religiosas responsáveis por orientar a vida espiritual dos colonizadores europeus.

Embora seja certo que a noção de regramento como ajuste de condutas seja pressuposta em qualquer sociedade, mais ainda quando falamos de sociedades ocidentais de matriz europeia⁵⁶⁹ do século XVI, os estritos e rígidos limites a que deveriam ser submetidos todos os indivíduos que habitavam as terras do Brasil, autorizam concluir ser quase nulo o espectro de liberdade conferido pelas estruturas idealizadas pelos e a partir dos Regimentos de 1548. A partir destes instrumentos, organizou-se o funcionamento de uma estrutura burocrática secular e religiosa que se destinava a disciplinar muito mais do que as questões relacionadas à fazenda

⁵⁶⁷ A ideia de Estado laico, que é corrente na atualidade brasileira, impõe esse tipo de qualificação (“órgãos administrativos propriamente ditos”), que, na verdade, é exemplo manifesto e confessado de anacronismo e projeção retrospectiva. Mas insistiremos no uso pois, do contrário, haveria confusão se aludíssemos aos membros da Companhia de Jesus como agentes do Estado (Coroa) de Portugal, embora fosse essa sua condição na época.

⁵⁶⁸ Os indígenas (“gentios”), após “convertidos” ao cristianismo, “passavam” à condição de vassalos da Coroa “administrados” pela Companhia de Jesus, sendo submetidos a uma rígida disciplina firmada na alternância entre atividades de catequese e de engajamento produtivo no projeto colonial. Não por acaso os jesuítas, além de serem remunerados por recursos “da” Coroa, comumente promoviam a exploração atividades econômicas, sendo proprietários de engenhos e fazendas de açúcar, onde os gentios “convertidos” faziam uma espécie de “estágio prático” da disciplina “teórica” que recebiam na catequese. O objeto desta tese limita o desenvolvimento de determinados temas, o que acarreta, em alguns casos, a redução extrema quando analisados temas adjacentes às questões centrais deste trabalho. Exemplo disso foi essa descrição sumária e manifestamente reducionista do processo de “domesticação” dos indígenas, com a “passagem” à condição de administrados. Justifico, inicialmente, o emprego das aspas quando afirmei aquela “passagem”. No caso, o sinal gráfico pretendia ressaltar que essa “passagem” não poderia ser equiparada a uma sucessão liminar ou a uma transição tranquila, sendo necessariamente violenta, tanto do ponto de vista físico como psíquico. Nesse sentido, os indígenas foram submetidos, pela força e pela coerção, a um rigoroso e vergonhoso processo de desconsideração de sua subjetividade. A alternativa à “conversão” ao cristianismo era resistir à imposição de conformidade com o projeto colonial, o que produzia como consequência necessária a prática de atos de violência por parte da Coroa portuguesa. Verificando-se a resistência à “fé cristão”, os conquistadores “cristãos” estavam autorizados a empreenderem guerras “justas”, cujos resultados eram o extermínio dos indígenas ou captura e escravização destes.

⁵⁶⁹ Embora essa condição seja muitas vezes negada ou ignorada, ao se dizer que aqui “abaixo dos trópicos” tudo era pervertido, é inegável que sociedade colonial da América portuguesa tinha matriz europeia. Para o “bem” ou para o “mal”, o que aqui aconteceu como sociedade, sem ignorar as ações de resistência e luta, foi produzido também pela intervenção pela Coroa de Portugal que, queira-se ou não, é e era uma país da Europa.

real e à justiça, podendo-se dizer que o projeto de conquista, então reinaugurado, intentava agenciar o modo como cada indivíduo deveria viver na colônia portuguesa na América.

Por essa razão, afirmamos que a associação da noção de sociedade colonial à de “corpo social” deve ser feita com ressalva, preferindo-se até que seja evitada, uma vez que a metáfora remete à ideia de natureza, de conformação a uma ordem cogente, diversa e além (acima) da elaboração humana, pensamento que é incabível para representar o modo como os arranjos sociais foram produzidos na colônia portuguesa na América.

Ao se falar em sociedade colonial, quer-se aludir, então, a uma rede de conjuntos populacionais que não se vinculavam por meio de elos de solidariedade ou relações desta espécie, mas cujos lugares institucionais foram definidos de forma estrita e bem estreita pela Coroa portuguesa. Quer-se aludir, também, a um conjunto de disposições que disciplinam a forma como aquelas populações deveriam se relacionar com os “recursos” ambientais, na medida em que a permanência e a vida no território colonial pressupunham e impunham uma conformidade com o projeto de exploração de contornos pré-definidos. Mas se quer dizer, sobretudo, uma sociedade em que a distribuição daqueles lugares institucionais e a determinação daquelas relações com o ambiente incumbiam a um centro de poder localizado em um espaço geográfico que não era somente diverso do território colonial, mas que era considerado como o lugar de deliberação superior e, portanto, legitimado a estabelecer os condicionantes da vida e das atividades a serem desenvolvidas na América portuguesa. Trata-se, portanto, do discurso colonial em funcionamento, a fim de justificar as medidas de controle e direção da vida e da produção em função dos interesses do centro de poder localizado em Lisboa.

Pode-se dizer, destarte, que as sesmarias portuguesas existentes na colônia americana funcionaram a partir da mesma lógica de agenciamento institucionalizada a partir de 1375 pela Lei de Dom Fernando.

Antes de prosseguir descrevendo e analisando como ele funcionou, é preciso dizer por que o sistema de sesmarias foi aplicado no Brasil. A primeira das razões que ensejou esse emprego, talvez a mais óbvia, mas que por estar tão na superfície, tão à vista, é por vezes ignorada⁵⁷⁰ ou confundida⁵⁷¹, é que o Brasil não existia⁵⁷² como Estado independente antes de

⁵⁷⁰ Quando não se atenta para esse fato (de que não havia Brasil até 1822), incorre-se no equívoco de projetar em análises históricas a ideia de distinção política entre Portugal e o “Brasil” enquanto colônia portuguesa.

⁵⁷¹ Como se deu com Eni Orlandi, em relação à tese de fundação do “Estado (Portugal/Brasil)”.

⁵⁷² Refiro-me aqui, obviamente, à noção de país. O espaço a ele correspondente, sim, já existia e tinha outros “senhores”, conforme já dito.

7 de setembro de 1822⁵⁷³. Embora naturalizada e tornada óbvia pela produção historiográfica dominante, a expressão e a própria ideia de um “Brasil Colônia” (ou “Brasil colonial”), como representação do período histórico do “país” compreendido entre 1500 (ou 1539, para os que consideram a existência de um período “pré-colonial”) a 1822 (com a ressalva à elevação à condição de Reino Unido em 1815), popularizou-se apenas no século XX⁵⁷⁴.

Se, por um lado, essa periodização (quicá a “divisão” de um “todo” não propriamente existente) facilita estudo da “história geral do Brasil”, por outro termina por transmitir a falsa ideia de que o “Brasil colônia” seria um “Estado”, que seria dotado de unidade, de autonomia política e produção legislativa (um “Direito brasileiro”), o que definitivamente não era o caso. É como se a historiografia (e algumas análises discursivas) sugerisse que o Brasil (país, não o espaço) existiu desde 1500 (ou desde 1548 ou de 1549), como se pretendesse apagar a fragmentação característica do “Brasil colônia”.

Na verdade, do ponto de vista político e institucional, o “Brasil” de então (1500-1822), o tal “Brasil Colônia”, era tão Portugal e tão *de* Portugal como eram os arquipélagos da Madeira e dos Açores. Significa dizer que o território do “Brasil” correspondia a uma colônia portuguesa sem autonomia política e jurídica, na qual tinham vigência ordinária as disposições normativas metropolitanas, obviamente derogadas por regramentos especificamente dirigidos aos domínios ultramarinos. Por isso se pode afirmar que o regime jurídico das “sesmarias portuguesas”, estabelecido desde 1375, não alcançava somente o território da sede Metrópole, mas, como regra, dirigia-se também às demais localidades do Reino de Portugal, incluindo suas colônias e, por conseguinte, aplicando-se ao “Brasil”. A compreensão de que se tratava de um mesmo Reino enseja, portanto, prudência ao estabelecer uma distinção entre “sesmarias portuguesas” e “sesmarias brasileiras”.

⁵⁷³ A bem da verdade, ou de uma verdade, nem mesmo esse termo oficial de afirmação do Brasil como Estado deve ser compreendido como marco da efetiva e material emancipação em relação a Portugal. Não olvidemos que o Imperador que “declarou” a “independência” era filho e herdeiro de Dom João VI, soberano do país em relação ao qual o Brasil estaria, em tese, deixando de ser politicamente dependente. Mais ainda, que aquele mesmo Imperador, Dom Pedro I, é mesmo a quem se presta sublime homenagem na popularmente conhecida como Praça do Rossio, em Lisboa, mas cujo nome oficial é Praça Dom Pedro IV. Não é difícil deduzir que não houve uma ruptura da relação de dominância entre Portugal e o Brasil. Ninguém morreu com a “independência”, nem mesmo a dependência. E o filho Pedro fez o que seu pai lhe aconselhou: “Se for para perder o Brasil, que seja para ti, meu filho.” Não é de agora que governantes querem privilegiar seus filhos, “taoquei”?!

⁵⁷⁴ Rememoremos que, até a proclamação da República em 1889, o Imperador deposto, o carioca Dom Pedro II, era filho do português Dom Pedro I (para os portugueses, Pedro IV). Obviamente, não soaria bem que os registros históricos adotassem terminologias que pudessem sugerir dissensões com a “antiga” Metrópole da qual o Brasil foi, durante mais de 300 (trezentos) anos, mera colônia, sobretudo se considerarmos o fato de que Dom Pedro II era patrono do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

A questão pode parecer singela e aparentar um rigor terminológico que beira o apego ao formalismo exacerbado, mas definitivamente não é. Para explicar a importância de se adotar a cautela sugerida, convém ser “infiel”⁵⁷⁵ a Foucault e, neste ponto da pesquisa, invocar algumas lições de dois pensadores que tratam no presente de temas relacionados à já mencionada colonização epistemológica⁵⁷⁶. Referimo-nos a Jessé Souza e Boaventura de Souza Santos.

A propósito, Souza, no capítulo inaugural de seu livro *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato* (2017)⁵⁷⁷, desenvolve a tese de que o culturalismo, de origem predominantemente estadunidense, influenciou determinada parcela da elite intelectual⁵⁷⁸ a elaborar no século XX interpretações sobre o Brasil, as quais ainda hoje subsistiriam como dominantes. Essas interpretações⁵⁷⁹ corresponderiam a reproduções atualizadas do discurso colonial que, substituindo o racismo pelo culturalismo, produziriam uma condição de inferioridade dos povos colonizados, a qual Souza compara pejorativamente a um “complexo de vira-lata”^{580_581}. Essa condição “canina” se manifestaria especialmente a partir da naturalização passiva da ideia de hierarquização dos povos e dos países, sendo a distinção deferida aos Estados em situação de domínio justificada pela superioridade dos saberes e dos modos de vida por estes produzidos.

⁵⁷⁵ Parafraseio Veiga Neto que, em sua tese de doutorado, ao invocar o pensamento de Norbert Elias em detrimento do de Foucault, qualificava essa alternância teórica como uma infidelidade ao filósofo francês. A bem da verdade, não há efetiva infidelidade, pois os fundamentos teóricos que aqui utilizo não são incompatíveis com a ideia de uma Arqueogenealogia a partir de Foucault.

⁵⁷⁶ A ideia é semelhante ao “colonialismo mental” definido por Roberto Mangabeira Unger (2018, p. 18) como “a disposição de interpretar nossa experiência e nossos futuros possíveis pelos olhos de ideias trazidas e outros países - os países de referência.”

⁵⁷⁷ A edição mais atual desse livro recebeu nova designação: “*A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro*”.

⁵⁷⁸ Souza (2017, pp. 11-35) cita Gilberto Freyre (ele novamente!!!) como “figura demiúrgica” dessa tendência, o qual, como “homem de seu tempo”, seria “prisioneiro do racismo científico”. Acerca dessa qualificação (“homem do seu tempo”), manifesto discordância a ela, conforme fundamentação aduzida na nota de rodapé número 500. Em suma (para antecipar o que consta naquela nota), afirmo não enxergar qualquer grilão que aprisionasse Freyre em suas convicções, já que outras pessoas, no mesmo “tempo”, já pensavam diferente. Além disso, ao longo do tempo, mesmo criticado e diante de várias possibilidades de reflexão e retificação do pensamento, Freyre continuou pensando do mesmo modo. Não era, portanto, prisioneiro do tempo, mas apegado a suas convicções. Além de Freyre (com Y), Souza cita e critica Sérgio Buarque de Holanda, com suas ideias do “homem cordial” e do patrimonialismo, esta última cuja elaboração e maior divulgação se tributa a Raymundo Faoro. Souza cita, ainda, Roberto DaMatta e sua ideia de “jeitinho brasileiro”.

⁵⁷⁹ Não com a mesma contundência, nem “dando nome aos bois”, Mangabeira Unger (2018, p. 21) também critica esse jeito subserviente de interpretar a formação do Brasil que, segundo sustenta, teria contribuído para tornar o país vulnerável ao colonialismo mental: “O último traço é a força de um conjunto de interpretações do Brasil que a cada hora ameaça torna-se uma profecia que se cumpre por si mesma. É o Brasil da cooptação, da entrega, da cordialidade, do sincretismo, dos meios-termos, do luso-fusco, dos panos quentes. Essa interpretação encontra guarida na tenacidade da sociedade tradicional brasileira de uma fórmula de interação entre as pessoas que chamarei de sentimentalização das trocas desiguais. É violenta e até absurda na redução da variedade de sensibilidades e atitudes vividas no Brasil.”

⁵⁸⁰ O título do capítulo é o seguinte: “O racismo de nossos intelectuais: o brasileiro como vira-lata.”

⁵⁸¹ Souza (2015, posição 4014) reproduz essa (des)qualificação em outra obra sua, qual seja, “A Tolice da inteligência brasileira.”

À Europa e, especialmente, aos Estados Unidos, reservar-se-ia, de forma irrefletida (porque tornada óbvia), uma posição de paradigma de modernidade e desenvolvimento, ao passo em que os países africanos e latino-americanos seriam postos, ou melhor, dispostos em posições periféricas e subalternas na “divisão internacional do trabalho”, tudo isso firmado numa lógica de “merecimento”.

O pensamento de Jessé de Souza é compatível com o exposto na obra organizada por Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Menezes, *Epistemologias do sul* (2009). Dentre os diversos temas tratados na aludida coletânea de artigos, a qual tem por escopo maior questionar as explicações epistemológicas dominantes, importa ressaltar algumas noções elaboradas pelo próprio Boaventura e por outros articulistas. A propósito, Santos argumenta que, acompanhando as políticas internacionais de divisão do mundo desenvolvidas no início da era moderna, inauguradas especialmente pelo já mencionado (e, merecidamente, sempre criticado) Tratado de Tordesilhas, haveria uma linha global que estabeleceria uma hierarquia entre povos e países, conferindo-se aos situados “para além do Equador” uma condição de marginalidade e inferioridade.

O fundamento dessa categorização residiria no que ele chama de “pensamento abissal”, cujas principais manifestações seriam o conhecimento (“cartografia epistemológica”) e o Direito (“cartografia jurídica”)⁵⁸², ou seja, a pretensão de hegemonia na produção do conhecimento (especialmente o científico) e o monopólio da possibilidade de afirmar o que seja legal e ilegal.

A tese⁵⁸³ de Santos é de que essa “cartografia” global, alicerçada teoricamente naquele mesmo “pensamento abissal”, verificar-se-ia ainda na atualidade, de maneira que as injustiças sociais de hoje em dia estariam intimamente relacionadas a uma injustiça cognitiva global. A subsistência desse pensamento abissal funcionaria no presente com uma roupagem distinta da operada durante o período colonial moderno, uma vez que findado oficialmente o colonialismo político, ou seja, aquele por meio do qual se subtrai a independência de determinados povos e nações. A dominação subsistiria, no entanto, a partir da noção de “colonialidade de poder e de

⁵⁸² Manifesta a aproximação com o pensamento de Foucault, especialmente com a noção de “usurpações da mecânica disciplinar” (FOUCAULT, 2010 [1976], pp. 34-35), em que o Direito é apropriado pelas relações de dominação que operam no âmbito da sociedade, produzindo, por conseguinte, a colonização do processo de produção legislativa.

⁵⁸³ É o que ele diz textualmente: “Em suma, minha tese é que a cartografia metafórica das linhas globais sobreviveu à cartografia literal das *amity lines* que separavam o Velho do Novo Mundo. A injustiça social global está, desta forma, intimamente ligada à injustiça cognitiva global.” (SANTOS, 2009, pp. 31-32).

saber”⁵⁸⁴, expressão que, segundo Santos, foi cunhada por Aníbal Quijano, em artigo que consta também em *Epistemologias do Sul* (SANTOS, 2009, p. 12; QUIJANO, 2009, p. 75; GROSGOUEL, 2009, p. 385).

Essa noção de colonialidade corresponderia, em apertadíssima síntese⁵⁸⁵, à reprodução atual da relação colonial, a despeito do anunciado fim dos regimes ostensivos de colonialismo.

Quijana (2009, pp. 103-105) explica que a noção de colonialidade se manifestaria a partir de diversos mecanismos, mas sustenta que a colonialidade do poder teria um papel central nos modelos de produção de subjetividades coletivas, na medida em que implicaria e faria funcionar os processos de classificação social baseados sobretudo em três instâncias: trabalho, “gênero”⁵⁸⁶ e “raça”⁵⁸⁷. Quijana (2009, p. 106) ressalta que as distinções justificadas com base nessas três instâncias foram objeto de construções sociais⁵⁸⁸, nada tendo a ver com a noção de “natureza” ou qualquer outra fundamentação metafísica ou apriorística. Ele argumenta, ademais, que as novas relações sociais, identitárias ou geoculturais configuradas a partir do capitalismo moderno, negaram ou ao menos negligenciaram esse caráter de produção social⁵⁸⁹ e, influenciadas por aquela mesma racionalidade distintiva, terminaram por adjudicar em favor do padrão eurocêntrico uma superioridade também dos arranjos socioculturais (QUIJANA, 2009, pp. 75/107-108).

Um dos efeitos do funcionamento da colonialidade seria a naturalização da hierarquização intersubjetiva (SANTOS, 2009, p. 48; QUIJANA, 2009, p. 106/112) e das experiências coloniais (QUIJANA, 2009, pp. 74-75), a partir do que aqueles (alguns⁵⁹⁰) aos quais se destinasse um lugar periférico e subalterno reconheceriam como óbvia a superioridade dos responsáveis pela elaboração e imposição dessa condição de inferioridade. É neste aspecto

⁵⁸⁴ Mais uma aproximação com o programa de Foucault e a ideia de haver entre poder e saber uma relação de determinação recíproca (FOUCAULT, [1975] 2015, p.170).

⁵⁸⁵ A manifesta redução do pensamento de Quijana é imperiosa, pois escapa ao objeto desta tese desenvolver a análise do conceito de colonialidade. Para aprofundamento do tema, ver: QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder e classificação social*. In.: SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA; MENESES, Maria de Paula (org.). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009, pp. 73-118.

⁵⁸⁶ As aspas reproduzem o emprego pelo autor citado, conforme consta no original.

⁵⁸⁷ Idem.

⁵⁸⁸ Neste particular, o pensamento de Quijana diverge daquele manifestado por Boaventura de Sousa Santos em *Um discurso sobre as ciências* (2010 [1987]), em que o professor lusitano propõe uma implicação entre o “científico-natural” e o “científico-social”, a partir de uma “nova ordem científica” que, mais que superar a dicotomia ciências naturais/ciências sociais, revalorizaria estudos humanísticos que considerariam os diversos planos de existência do conhecimento, do molecular ou planetário (SANTOS, 2010 [1987], pp. 61-73).

⁵⁸⁹ No pensamento de Foucault, a ideia corresponderia à noção de acontecimento(s).

⁵⁹⁰ Santos (2009, p. 41) ressalva que essa naturalização não é absoluta, reconhecendo também posições de resistência. Eis aí mais uma semelhança com o pensamento de Foucault, que sustentava haver uma necessária implicação entre as manifestações de poder e ações de resistência (FOUCAULT, 2017 [1976], p. 104).

que a noção de colonialidade, como manifestação da subsistência da colonização epistemológica, aproxima-se da ideia do “complexo de vira-lata” proposto por Jessé de Souza, especialmente, para o que nos interessa, na qualificação do conhecimento produzido em solo brasileiro.

As manifestações dessa colonialidade, desse *complexo de vira-lata*, são muito frequentes quando elaboradas análises históricas que comparam a aplicação do sistema de sesmarias na Metrópole portuguesa e na América portuguesa. Alguns chegam a afirmar a existência de uma distinção quanto à origem, referindo-se à existência de “sesmarias portuguesas” e “sesmarias brasileiras”, sugerindo, com isso, uma distinção quanto ao regime jurídico essencial. Mas desconsideram, ou ao menos não ressaltam, o fato de que todas as “sesmarias brasileiras”, sem exceção,⁵⁹¹ foram “sesmarias portuguesas”, pois concedidas em conformidade (com) e reguladas pela legislação luso-brasileira⁵⁹².

Destarte, ao se falar em “sesmarias brasileiras”, dever-se-ia considerar que esse predicativo representa mais a ideia de localização geográfica, já que elas se situavam no território que hoje corresponde ao Brasil, do que a distinção quanto ao regime jurídico, pois não existia um Estado brasileiro, não havia normas locais tratando da propriedade, ou seja, uma disciplina legal propriamente “brasileira” (“não portuguesa”), sendo toda esta advinda exclusivamente da sede da Coroa⁵⁹³.

Não se quer afirmar que a disciplina das sesmarias portuguesas na América era a mesma aplicada às sesmarias portuguesas da sede da Metrópole, tampouco se nega que tenham sido realizadas adaptações para regulação do sistema na América portuguesa (“Brasil Colônia”) ou, ainda, que essas adaptações tenham sido levadas a efeitos por autoridades do Governo-geral ou das Capitanias e províncias da colônia americana. Todavia, não se deve esquecer que essas mesmas autoridades administrativas apenas estavam situadas geograficamente no território colonial, mas eram todas, é importante enfatizar, absolutamente todas vinculadas diretamente à Coroa de Portugal. Em outros termos, ainda que diferente, a disciplina das sesmarias portuguesas “brasileiras” era de origem tão portuguesa quanto era a Lei de Dom Fernando de 1375.

⁵⁹¹ O sistema de sesmarias foi extinto por força da Resolução expedida pelo príncipe regente em 17 de julho de 1822, antes, por conseguinte, do Brasil existir como estado independente.

⁵⁹² Como já dissemos, por legislação luso-brasileira se deve entender a legislação produzida pela Coroa portuguesa e aplicável ao território que hoje corresponde ao Brasil.

⁵⁹³ Segunda Caldeira (20017, p. 109), desde a criação da primeira vila no Brasil, São Vicente, no ano de 1532, foram estabelecidos órgão de administração local, inclusive com eleição de membros das Câmaras. A regulação do regime de sesmaria, entretanto, nunca esteve na alçada de competência legislativa local.

Ademais, a realização de adaptações é circunstância elementar, seja para a elaboração ou para a aplicação de leis, de maneira que dizer que foi diferente ou aplicado de modo diferente é quase um truísmo. Qualquer instituto jurídico que perdure por séculos, como foi o caso das sesmarias, submete-se a uma necessária derivação, sendo devido a isso, à mudança que o atualiza, que se viabiliza sua subsistência. E quando algo deve ser aplicado em diferentes espaços geográficos, a adequação à nova realidade não é somente justificável, como pode ser ensejada em razão da diferença das condições locais. Isso não é, por si só, anomalia ou desvirtuamento, sendo igualmente uma circunstância elementar, quiçá desejada, na medida em que atende à máxima de equidade: conferir distinto tratamento juridicamente aos arranjos sociais que se configurem de modo distinto.

Sobre essas adaptações, quiçá a mais manifesta seja a concernente à qualidade das terras em que o sistema de sesmaria foi aplicado na América portuguesa. Enquanto na Metrópole, a Lei de Dom Fernando se destinou a condicionar a propriedade das herdades ali consideradas como incultas, na colônia americana as sesmarias foram dadas em “terras virgens”⁵⁹⁴ de um território considerado “desabitado”⁵⁹⁵, “quase deserto”⁵⁹⁶, cujo domínio havia sido conferido ao Rei de Portugal desde 1494, por força do sempre citado (e criticado) Tratado de Tordesilhas. As disposições do aludido Tratado, por consubstanciarem doações pontifícias, ou seja, do representante de Deus na Terra, resolveram a inconveniente questão relativa ao fato de haver gente (muito mais que no país “descobridor”) no território “descoberto”, simplesmente rebaixando a condição daquelas pessoas a indivíduos necessitantes de tutela⁵⁹⁷.

Outra adaptação manifesta teve a ver com o significado usual da expressão “sesmeiro”. Em Portugal, sesmeiro era o funcionário da Coroa incumbido de promover a distribuição e fiscalização das sesmarias, a fim de atestar ou não o efetivo aproveitamento das herdades. Aqui,

⁵⁹⁴ É o que sustentava Gilberto Freyre (2003 [1933], p. 298).

⁵⁹⁵ Nesse sentido, afirma Orlandi (2011, p. 104): “Na realidade, Portugal enviou apenas algumas expedições que aqui instalaram feitorias para a exploração do pau Brasil. As feitorias não se sustentavam pois, como vimos, eram atacadas frequentemente. **A região onde vai ser fundada São Salvador já era habitada desde 1510**, dado um naufrágio de um navio francês.” Pelo que se vê, ela não considera habitantes os nativos que “habitavam” aquela região antes do citado naufrágio, os mesmos que ela citou como responsáveis pelos ataques às feitorias. Ou, talvez, os tais nativos fossem passantes, por isso não habitantes...

⁵⁹⁶ O pensamento de Caio Prado Júnior (2011 [1942], p. 348) é neste sentido: “A colonização produziu seus frutos quando reuniu neste território imenso e quase deserto, em 300 anos de esforços, uma população catada em três continentes, e com ela formou, bem ou mal, um conjunto social que se caracteriza e identifica por traços próprios e inconfundíveis;” Para que não se cogite que se tratou de uso episódico, o citado autor, em *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), utiliza a expressão “deserto” 11 (onze) vezes, a “desertos”, 8 (oito) vezes e a “deserta”, 3 (três) vezes.

⁵⁹⁷ Essa condição de seres submetidos a tutela perdura até os dias atuais, tendo assento expreso na Constituição de 1988. Isso é bom ou ruim? A Constituição erra ou não? Responda quem quiser...

na América portuguesa, a aludida expressão passou a designar a figura do concessionário⁵⁹⁸, ou seja, a pessoa a quem eram dadas terras em sesmarias, com a condição de se promover o efetivo aproveitamento. Essa derivação de sentido, que poderia ser tomada como efeito de polissemia de menor importância, ostenta um valor considerável simbólico, pois representava a ideia de adesão ao pacto colonial que era conduzido pela Coroa de Portugal.

Para se compreender a relevância dessa distinção semântica, simbólica e, por que não, estrutural, é preciso considerar que em 1375, na Metrópole, quando editada a dita Lei das Sesmarias, as terras já eram de propriedade dos respectivos titulares, aos quais foi imposta a obrigação de se promover o efetivo aproveitamento. Dizendo de outro modo, a condição de proprietário foi antecedente à imposição da obrigação legal de se promover o aproveitamento da propriedade. Na América portuguesa, a aceitação dessa obrigação precedia e era condição para expedição do ato concessório, pois o candidato a beneficiário deveria manifestar seu interesse e, ainda, demonstrar ter possibilidade de aproveitar as terras que pretendia, sendo que somente após isso é que lhe seria deferida ou não a sesmaria requerida. Ao designar o colonizador/concessionário como “sesmeiro”, terminava-se por reforçar permanentemente sua condição de sujeito⁵⁹⁹ vinculado ao pacto colonial de exploração, na medida em que ostentava a mesma qualificação do funcionário que, na sede da Coroa, era incumbido de zelar pelo efetivo aproveitamento das terras.

No que concerne à exigência de cabedal, regra sempre observada desde a Lei de 1375, a disciplina das sesmarias portuguesas na América foi adaptada à realidade local. Conforme já mencionamos, exigiu-se dos senhores de engenho a propriedade de artefatos de artilharia e a construção de edificações, tudo relacionado ao aspecto de segurança da colônia. Mas se chegou a exigir também a propriedade de “peças” de escravaria, conforme constou expressamente nos itens XI e XII do Alvará de 5 de outubro de 1795, expedido pela Rainha Dona Maria I, antes da interdição dessa monarca. Essa foi, de fato, uma adaptação feita pela Coroa portuguesa em

⁵⁹⁸ Isso não significa dizer que, na América portuguesa, não houvesse (“outros”?) funcionários da Coroa incumbidos de examinar o cumprimento da obrigação de aproveitamento, os Regimentos de 1548, do Governador-geral e do Provedor-Mor, impunham especialmente a este último esse mister, que poderia fazê-lo pessoalmente ou, ainda, por meio de seus oficiais.

⁵⁹⁹ Essa medida, singela do ponto de vista linguístico, materializava um nítido intento de constituir um sujeito que se autogoverna. Para demonstrar a procedência desse argumento, importa transcrever o item IV do Alvará de 5 de outubro de 1795, que é destinado a regular a obrigação de demarcação das sesmarias: “IV – Item Ordeno que a esta utilíssima condição (com que se devem gravar os Sesmeiros, a fim de que cada um regule o seu Direito, segundo os Marcos, e Balizas da sua demarcação) (...)” Note-se que, após o Alvará Régio qualificar os destinatários de sesmeiros (figura que na Metrópole, como já dito, correspondia ao funcionário da Coroa incumbido de fiscalizar o aproveitamento das sesmarias), a Rainha Dona Maria impõe a cada um o dever de regular seu próprio Direito. Não há dúvida de que se trata de um mecanismo de constituição de subjetividade, de “governo de si”.

relação às disposições constantes na lei ferdinandina, uma vez que, para o território colonial, substituiu-se a exigência de bois e implementos agrícolas pela “propriedade” de pessoas indígenas⁶⁰⁰ e negras submetidas à condição de escravizados⁶⁰¹⁻⁶⁰².

De modo semelhante ao que se verificou na Metrópole, a aplicação do sistema de sesmarias na América portuguesa também deu ensejo à formação de latifúndios, alguns deles improdutivos. Enquanto “acima da linha” (“do Equador”⁶⁰³) a concessão de terras a Nuno Álvares Pereira⁶⁰⁴ o elevou à condição de maior proprietário de terras de Portugal (FAORO, 2012 [1958], p. 56), aqui tivemos, dentre outros, Garcia D’Ávila, fundador da Casa da Torre, que foi favorecido por Tomé de Souza desde os primeiros anos do Governo-geral do Brasil e que, segundo Capistrano de Abreu (1998 [1907], p. 133), possuía sesmarias cuja soma das testadas correspondia a 350 léguas.

Nada obstante a semelhança das ocorrências, para a colônia americana a Coroa portuguesa cuidou dessa questão em diferentes atos normativos⁶⁰⁵, ultimando-os com a

⁶⁰⁰ Mesmo sem a condição formal de escravizados, os indígenas foram integrados coercitivamente ao projeto colonial, na condição de súditos da Coroa e “administrados” pela Companhia de Jesus, as quais, conforme já mencionei, eram também “empreendedores” e senhores de engenhos e fazendas de cana-de-açúcar. A mudança de condição experimentada pelos indígenas foi descomunal, após iniciado o empreendimento catequético e civilizador iniciado oficialmente por Cabral em 1500. De “senhores do litoral” (e do interior também), a “administrados” sob estrita tutela, quando não escravizados ou, o que era pior (para mim), exterminados em “guerras justas”.

⁶⁰¹ Em seu livro *O regime das riquezas*, publicado no ano de 1883, J. P. Oliveira Martins (1883, p. 108) afirma que a condição dos escravizados (“escravos”) era comparada à dos bois e animais de arado na idade média: “A moeda normal dos povos bárbaros pastores é o gado — e os escravos que não são outra coisa. “Pecúnia-viva, disse-se d’eles na nossa Idade Média.” A Coroa portuguesa não somente admitiu, mas lucrou muito com essa prática medieval dos “povos bárbaros”. Em relação aos negros, ela monopolizou a intermediação do tráfico de escravizados e, no que concerne aos indígenas, recebeu valiosa colaboração da Igreja Católica e, especialmente, da Companhia de Jesus. Mas a atualização dessas práticas medievais bárbaras foi, segundo Gilberto Freyre, “inevitável”.

⁶⁰² Não se pode olvidar, ainda, da integração forçada dos degredados ao projeto colonial. Nesse sentido, desde o Alvará de 31 de maio de 1531, o Brasil era o destino preferencial dos degredados, fossem eles condenados pela justiça “ordinária” ou eclesiástica.

⁶⁰³ Faço referência à expressão comumente utilizada por Boaventura de Sousa Santos para aludir a divisão de mundo por linhas globais, no caso a que corresponde à linha que, na atualidade, é designada de Linha do Equador. Obviamente que se trata de um “anacronismo deliberado”, que uso para remeter (à) e ratificar a ideia de funcionamento presente de uma condição de colonialidade.

⁶⁰⁴ Nuno Álvares Pereira foi condestável de Portugal no período inicial do reinado de Dom João I, tendo comandado as tropas lusitanas durante a Batalha de Aljubarrota (que, no ano de 1415, assegurou a independência de Portugal em relação às pretensões de anexação pelo Reino de Castela). É considerado herói em Portugal, tendo sido citado várias vezes por Camões em *Os Lusíadas*. Foi beatificado pelo Papa Bento XV (23/01/1918) e canonizado por Bento XVI (26/04/2009), sob a designação de São Nuno.

⁶⁰⁵ Carta Régia de 7 de dezembro de 1697: 3 (três) léguas de comprimento por 1 (uma) de largura); Carta Régia de 20 de janeiro de 1699: 3 (três) léguas de comprimento por 1 (uma) de largura)

Provisão⁶⁰⁶ de 20 de outubro de 1753, que limitou em três léguas quadradas o tamanho máximo das sesmarias.

A análise das medidas determinadas pela Coroa portuguesa deve atentar sobretudo para o que está contido no texto dos atos normativos que trataram da questão. É conveniente enfatizar essa advertência, já que em alguns casos, quiçá induzidos por uma ilusão retrospectiva, acreditamos que aquilo que hoje é considerado um problema, teve deste sempre essa condição, como se a condição fosse “natureza”. Nesse sentido, a concentração da propriedade imobiliária rural, que na atualidade é tida como um problema (embora a questão seja controvertida ainda no presente), não foi assim considerada desde sempre. E importa aqui dizer que nos referimos à concentração de terras em si, ou seja, a reunião de grandes extensões de terra como sob a propriedade de um ou poucos titulares.

Sobre a questão da concentração, Gilberto Freyre (2003 [1933], p. 291) enalteceu, com ressalvas⁶⁰⁷, as medidas adotadas por Dom Fernando na Lei de 1375:

A lei de sesmarias de D. Fernando, promulgada em 1375, tentou enfrentar os dois problemas. O do latifúndio e o do êxodo de trabalhadores do campo para as cidades. Contra o latifúndio, pelo esbulho do proprietário que por incúria ou falta de meios deixasse inaproveitadas as terras aráveis.

A afirmação Freyre só tem pertinência (e apenas parcial) se considerarmos que a noção de latifúndio, eminentemente polissêmica, estaria necessariamente associada à de

⁶⁰⁶ Sobre a qualidade desse ato, os que escrevem sobre o tema divergem. Faoro (2012 [1958], p. 148) afirma que seria Carta Régia, mesma qualificação que é atribuída pelo Portal da Plataforma S.I.L.B - Sesmarias do Império Luso-Brasileiro (<http://www.silb.cchla.ufrn.br/downloads/tabelanova.pdf>). No portal da Biblioteca Digital de Direito Registral (Biblioteca Digital *Medicina Animae*) (<https://arisp.wordpress.com/2010/02/20/brasil-colonia-ordem-sesmarial/>), alude-se a qualificação de Decreto. Varela (2005, p. 95) diz se tratar de Provisão, estão com ela a razão. N *Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania de Pernambuco existentes no Arquivo Histórico Ultramarino* (p. 956 - <https://actd.iict.pt/eserv/actd:CUc015/CU-Pernambuco.pdf>), consta o registro da aludida provisão: “1753, outubro, 20, Lisboa - PROVISÃO (cópia) do rei [D. José I] ordenando ao governador da capitania de Pernambuco, [Luís José Correia de Sá], que se cumpra as suas decisões referentes às doações das sesmarias de Francisco Dias de Ávila, Francisco Barbosa Leão, Bernardo Pereira Gago, Domingos Afonso Sertão, Francisco de Sousa Fagundes, Antônio Guedes de Brito e Bernardo Vieira Ravasco. AHU_CU_015, Cx. 75, D. 6283.” Após horas de buscas empreendidas para dissipar essa controvérsia, localizei a reprodução do original manuscrito, o qual confirma se tratar de Provisão (http://www.liber.ufpe.br/ultramar/modules/visualizador/i/ult_frame.php?cod=6559), que estava disponível no Projeto Ultramar, desenvolvido pela Universidade Federal de Pernambuco, instituição pública de ensino Superior.

⁶⁰⁷ As ressalvas consistiram na crítica ao fato de que a aludida legislação teria deixado “a porta, senão escancarada, entreaberta, para o êxodo dos mouros e moçárabes dos campos para as cidades”. Isso teria dado facilitado à “evasão” dos mouros e moçárabes dos campos para as cidades marítimas e comerciais. Parece que Freyre, defensor da escravização praticada pelos portugueses aqui no Brasil (defensor, sim, já que a qualificou como “inevitável”), entendia que medidas mais rígidas de sujeição fossem adotadas na Metrópole em face dos mouros e moçárabes. Não custa lembrar que, em Portugal, o verbo mourejar é associado ao trabalho braçal, pois os patrícios de então não eram dados a atividades desta espécie.

improdutividade ou de baixa produtividade⁶⁰⁸. Nesse caso, então se poderia admitir que as medidas de Dom Fernando, enaltecidas por Freyre, assim como as adotadas pela Coroa portuguesa para limitar o tamanho das sesmarias concedidas no território da colônia americana, consideraram a formação de latifúndio um problema e intentaram⁶⁰⁹ enfrentar essa questão.

Nada obstante, sustentamos a tese de que o problema considerado pela Coroa de Portugal nunca teve a ver com o tamanho da propriedade em si. E, mais ainda, a de que as limitações impostas aos tamanhos das sesmarias a serem concedidas nunca intencionou viabilizar o acesso à terra por pessoas desprovidas de recursos.

Começando por desfazer este último equívoco, que termina por associar indevidamente a lógica de distribuição e agenciamento das terras estabelecidas desde a institucionalização do sistema de sesmarias em 1375, com a ideia hoje associada à expressão “reforma agrária”⁶¹⁰. Nesse sentido, é preciso não olvidar que a exigência de cabedal nunca foi dispensada pela Coroa portuguesa como condição para o recebimento de sesmarias⁶¹¹, seja acima ou abaixo da “linha” (do Equador”), o que importa dizer que o escopo do sistema sesmarial nada tinha a ver com a realização de ideais de justiça social vigentes no presente. Quem não era escravizado e não tinha cabedal, apenas se relacionava com a terra na condição de trabalhador, alienando sua força de trabalho a quem possuía além da terra, na condição de sesmeiro, os recursos (as “possibilidades”) de promover o aproveitamento. Era isso ou optar por se marginalizar na condição de posseiro⁶¹²⁻⁶¹³.

Essa compreensão reforça, também, a impropriedade de se aludir uma obrigação de cultivo da pessoa a quem eram dadas as sesmarias, embora se admita que a expressão

⁶⁰⁸ Verbete “latifúndio” do Dicionário Priberam – “substantivo masculino - Vasta propriedade territorial pouco explorada, cultivada por trabalhadores agrícolas por conta de um proprietário não residente.” (<https://dicionario.priberam.org/latif%C3%BAndio>).

⁶⁰⁹ Se era essa a intenção, no que não creio, como já demonstrei ao quando tratei da aplicação do sistema de sesmarias no território metropolitano, então esse intento fracassou, como o próprio Freyre (2003 [1933], p. 293) reconhece: “As próprias leis de D. Fernando contra o latifúndio quase não tiveram outro efeito senão subtrair as terras dos proprietários menores, incapazes de desenvolvê-las devido à penúria de capital e falta de trabalhadores, para incorporá-las ao domínio dos todo-poderosos.”

⁶¹⁰ Sobre essa imprópria associação, remeto os(as) leitores(as) às notas de rodapé números 554 e 555.

⁶¹¹ Referencie-se, mais uma vez, o Alvará de 5 de outubro de 1795, que faz expressa alusão À exigência de propriedade de “peças” de escravaria. Nesse sentido, é importante perceber que esse ato foi expedido pouco mais de 1 (um) ano antes da suspensão da aplicação do sistema de sesmarias, por força do Decreto de 1 de dezembro de 1796, o que reforça a tese de que esse sistema não fez nada parecido com a noção hoje corrente de “reforma agrária”.

⁶¹² O que havia, conforme registra Faoro (2012 [1958], p. 151), mas, repita-se, era uma condição “ilegítima” e marginal, porque à excluída do sistema institucionalizado pelos atos normativos expedidos pela Coroa portuguesa, ao menos até o ano de 1822.

⁶¹³ Havia outros modos de “ganhar a vida” na colônia americana, aqui me referi aos que se relacionavam com a terra, ou seja, aqueles integrados ao projeto de exploração agrícola colonial.

(“cultivo”) seja polissêmica e que admite como sentido possível aquelas que apenas se aplica ao desenvolvimento da terra, mas sem necessariamente lavrá-la. Mais uma vez pode aparentar um rigor exacerbado na escolha vocabular, mas compreendemos que nossa crítica é muito mais que um mero formalismo, na medida em que se presta a reacender e, com isso, expor à reprovação práticas que a historiografia muitas vezes ignora ou oculta deliberadamente.

A propósito dessa questão, é preciso (re)afirmar que nenhum sesmeiro⁶¹⁴ cultivou, no sentido de trabalhar diretamente, as terras que a Coroa de Portugal lhe concedeu na colônia americana. A obrigação imposta, desde 1375, era de torná-las produtivas, mas nunca, repita-se, nunca se exigiu que o titular da concessão se dedicasse pessoalmente no amanho da terra. Isso não é óbvio, mas ainda que fosse, precisaria de ser dito, a fim que não se ignore ou se dê pouca importância ao fato de que a formação de latifúndios (produtivos, pouco produtivos ou improdutivos) é genealogicamente implicada pela escravização de indígenas e negros. E por conseguinte, para que se desassocie a automática relação de “merecimento”⁶¹⁵ que hoje é invocada quando são tratadas questões relacionadas aos conflitos agrários.

Em resumo, pela lógica de agenciamento do sistema, que funcionava acima e abaixo da “linha” (“do Equador”), recebia sesmarias quem tinha “possibilidades” de torná-las produtivas, e não quem apenas tivesse o desejo e disposição para trabalhá-las.

Voltamos, então, à primeira tese que antes aludimos, para afirmar que os tamanhos das sesmarias não eram, por si só, considerados como problemas pela Coroa portuguesa, mas que somente assim o seriam na medida em que houvesse uma desproporção entre a extensão das terras e as “possibilidades” de o respectivo titular torná-las produtivas. A razão para a insatisfação da Coroa portuguesa era óbvia: quanto menos as sesmarias produzissem, menos ela “lucraria”, já que ela tributava não apenas a produção em si, mas também a intermediação de escravizados e “outros” bens e insumos da atividade produtiva.

Acerca da preocupação com a arrecadação, foi orientada por esse interesse que a Coroa portuguesa, por meio da Carta Régia de 27 de dezembro de 1695, instituiu a obrigação de

⁶¹⁴ Algum português livre chegou a trabalhar? Sim, mas, como regra, na condição de empregados ou posseiros! Por essa razão me referi aos sesmeiros concessionários de terras dadas pela Coroa.

⁶¹⁵ Rejeitando essa ideia de “merecimento”, Capistrano de Abreu (1998 [1907], p. 133) foi feliz e preciso ao ironizar o esforço feito por Garcia D’Ávila para se tornar o maior proprietário de sesmarias do “Brasil”: “Na margem pernambucana do rio S. Francisco possuía duzentas e sessenta léguas de testada a Casa da Torre, fundada por Garcia d’Ávila, protegido de Tomé de Sousa, a qual entre o São Francisco e Parnaíba senhoreava mais oitenta léguas. Para adquirir estas propriedades imensas, gastou apenas papel e tinta em requerimentos de sesmarias.”

pagamento de foros⁶¹⁶ a que estariam submetidos aqueles a quem fossem concedidas novas sesmarias, bem como que, desta feita pela Ordem Régia de 20 de janeiro de 1999, estendeu formalmente essa obrigação a todos os titulares de sesmaria da América Portuguesa. Varela (2005, pp. 100-101) afirma, contudo, que cobrança do foro foi pouco usual⁶¹⁷, havendo poucos registros da efetiva exigência desse encargo.

É admissível, ademais, conjecturar que a limitação do tamanho das sesmarias estivesse relacionada à preocupação da Coroa portuguesa com a formação e o fortalecimento de centros de poder com pretensões emancipatórias, argumento que se robustece quando nos atentamos para o fato de que a Coroa portuguesa, desde o Regimento de Tomé de Souza, adotou medidas destinadas a evitar a integração e a comunicação entre as Capitânicas e províncias. Embora fosse, em tese, mais fácil para a Coroa portuguesa administrar unidades de produção centralizadas, como era o caso, por exemplo, das sesmarias conferidas a Garcia D'Ávila, em vez de controlar pequenas propriedades dispersas no território de dimensões continentais da colônia, é certo, também, que a pretensa facilidade somente se realizava com a estrita obediência ao centro de poder localizado em Lisboa. Se no início da colonização a submissão dos sesmeiros às disposições da Metrópole era regra à qual quase não havia exceção, ao menos em relação àquilo que se pudesse considerar substancial ao pacto colonial, essa não foi a situação verificada no

⁶¹⁶ Sobre a cobrança de foros, Ruy Cirne Lima afirmou que ela teria instaurado no Brasil um regime “dominialista”, ou seja, diverso da propriedade privada “plena”, sobre qual, antes da instituição, pendia “apenas” uma restrição administrativa. Após a aludida instituição, argumenta Lima, o sesmeiro teria passado à condição de mero concessionário, ante a “apropriação legal” do domínio direito pela Coroa portuguesa. Em termos semelhantes, o médico e historiador sergipano Felisberto Freire argumentou que a instituição do foro converteu o sesmeiro, antes proprietário pleno (após confirmada a concessão da sesmaria), em simples foreiro. Com as escusas que se fizeram necessárias, essas conclusões são enviesadas pela já conhecida e muito aqui citada ilusão retrospectiva. Embora seja admissível argumentar, como fez Gorender (ano, pp. 384-386), que os foros mencionados pela Lei de Dom Fernando de 1375, chamados por aquele (Gorender) de “foros particulares” (porque instituídos pelo proprietários das herdades como contrapartida exigida dos foreiros [foreiros em relação àqueles proprietários, seus senhorios]), tivessem uma “natureza” (condição) jurídica diferente da exigência estabelecida pelas Carta Régia de 27 de dezembro de 1695, chamados por Gorender de “foros estatais” (pois devido à Coroa), não é possível sustentar que houvesse uma distinção de “natureza” (condição) jurídica entre estes (“foros estatais” exigidos no final do século XVII) e os foros cuja previsão de exigência constou nas Ordenações do Reino, em especial as Manuelinas e Filipinas (que tiveram vigência quanto o sistema de sesmaria foi aplicado ao território da Colônia americana de Portugal), no as disposições relacionadas às sesmarias. Assim, o que afirmo, como tese, é que não houve transfiguração do sistema de sesmarias quando se determinou a exigência dos foros por meio da Carta Régia de 27 de dezembro de 1695, como enxergaram Ruy Cirne Lima e Felisberto Freire. A medida e questão foi muito menos que uma ruptura no regime legal da “propriedade” “luso-brasileira”. Na verdade, ela teve o condão de fazer apenas o que ela disse que se deveria fazer: cobrar os foros cuja exigência, prevista nas Ordenações do Reino, foi dispensada desde o início da realização do projeto colonial, mas como medida destinada a atrair interessado em aderir ao projeto de exploração das terras do Brasil, que era conduzido pela Coroa, mas com realizado essencialmente pela “iniciativa privada”. Penso que todos cometem equívocos, é preciso reconhecer, e no caso foi a vez dos ilustres historiadores que citei, que acharem ver no “não dito” um “dito” que não foi dito.

⁶¹⁷ Conjecturo ser possível associar o “desinteresse” da Coroa pela exigência dos foros ao início do que se convencionou chamar de “ciclo do ouro”, ocorrido no final do século XVII. Tanto é que os registros de cobrança mencionados por Varela ocorreram na segunda metade do século XVIII, quando já decadente a exploração do ouro e dos diamantes.

final do século XVIII, quando já ensaiados na América portuguesa movimentos de insurreição semelhantes aos da América Espanhola. Foi orientada, também, por essa premissa, mas, obviamente impedida de admitir essa preocupação (pois isso estimularia o debate emancipatório já principiado), que a Coroa portuguesa adotou as medidas de limitação do tamanho das sesmarias.

Assim, é dado concluir que foram razões de ordem econômica e política, e não qualquer outro sentimento relacionado a ideais de justiça social, que conduziram as disposições normativas que regularam, tanto na sede da Monarquia lusitana como em sua colônia americana, a aplicação do sistema de sesmarias, cuja suspensão foi determinada de modo vacilante pelo Decreto de 10 de dezembro de 1796 e reafirmada pela Resolução de 17 de julho de 1822, esta expedida pelo então príncipe Regente e futuro Imperador Dom Pedro I, que determinou não se conceder novas sesmarias até a convocação de uma Assembleia Geral Constituinte.

Como se vê, portanto, antes de existir Brasil como Estado independente, findaram-se a expedição⁶¹⁸ de sesmarias portuguesas aqui na colônia americana.

Deve ter sido notado que se cuidou de evitar à alusão àquilo que convencionou chamar de “Brasil colônia”. Não se pretendeu negar, com essa atitude, que houvesse um “Brasil de fato”, um todo que compreenderia as partes, estas que interagiriam com centro de poder localizado em Lisboa e, ainda, com sua representação no território da América portuguesa, ou seja, a Capital colonial. Mas se quer ressaltar é que esse todo não era, “de fato”, reunido, pois as partes não interagiam comumente entre si, ao menos não de forma livre e autônoma, já que isso era desinteressante politicamente para a Coroa portuguesa, que por isso não apenas desestimulada, como impunha rígidas limitações à integração.

E, também, que esse “todo” não foi responsável pela produção legislativa que regulou na América portuguesa o sistema de sesmarias, uma vez que toda esta adveio, como se demonstrou, da própria Coroa portuguesa, pois nunca houve legislação brasileira para disciplinar o tema, assim como, repita-se, nunca houve uma sesmaria brasileira que não tenha sido portuguesa. Assim, para o “bem ou para o mal”, o sistema de sesmarias foi lusitano de “pai e mãe” ou, para parafrasear Jessé de Souza, foi lusitano “até o osso”.

E por que razão essa condição deve ser afirmada? Por que dedicar tantas páginas para atribuir a responsabilidade pelo funcionamento (bom ou mau) das sesmarias no Brasil à Coroa

⁶¹⁸ O termo final do sistema de sesmaria foi estabelecido pela Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850, também conhecida como “Lei de terras”, havendo de se considerar, por óbvio, que o processo de conversão das sesmarias em propriedade “plena” não se verificou apenas por força da edição daquela Lei.

de Portugal? Por que, durante todo esse tópico, evitar a utilização da expressão “Brasil colônia”, a qual é amplamente difundida e adotada com naturalidade por quem estuda a “história geral do Brasil”? A resposta poderia se limitar a afirmação de ser necessário revisitar os acontecimentos monumentalizados como históricos e, sendo necessário, propor correções de narrativas.

Mas não é apenas por isso, ou melhor, não é nem principalmente por isso.

Na verdade, a motivação para esse tipo de análise genealógica, que problematiza narrativas dominantes, algumas tão naturalizadas que, por vezes, o propósito de revisitá-las e de dedicar tempo a elas pode causar estranheza a alguns, é por ser inevitável e urgente se denunciar e rejeitar essas narrativas, eivadas pelo pernicioso vício da colonialidade e que intentam inculcar a ideia de que há superiores e inferiores, que aqueles, em virtude de uma distinção “natural” (naturalizada), seriam mais qualificados e, por isso, estariam legitimados a impor seu modo de viver e fazer a estes, dos quais se subtrai a capacidade de pensar e falar autonomamente.

Quando aceitamos, singelamente, a atribuição da culpa⁶¹⁹ a nós, brasileiros, pelos insucessos do projeto de exploração colonial implantado pela Coroa portuguesa desde “1500”; quando cogitamos ser justificável a ideia de que a “mitigação” (na prática, uma subtração) da condição de humanidade dos indígenas decorreu de uma suposta superioridade dos conquistadores europeus e, mais ainda, que isso foi bom para que o “Brasil” fosse alcançado pelo projeto “civilizatório” empreendido pelos portugueses; quando não nos incomodamos fortemente quando se afirma, em pleno século XX, que a escravização de indígenas e negros foi “inevitável”; então, é sinal de que naturalizamos o sentimento de incapacidade antropológica, por vezes insinuada e outras tantas afirmada até como de caráter biológico (quando não metafísico, porque “divino”), que foi produzido especialmente no período colonial, mas que ainda funciona “bem”⁶²⁰ no presente.

Funciona quando, ao se analisar o sistema das sesmarias portuguesas na América, afirma-se que o bem-intencionado “esquema de Dom Fernando”, que pretendia distribuir terras “com o fim de agricultar os campos, cobrindo-os com cereais, (...)”, teria sido aqui subvertido (sic) (FAORO, 2012 [1958], p. 148); funciona quando se diz que “a realidade americana

⁶¹⁹ Sabe aquela (i)lógica de dizer ou insinuar da mulher que foi estuprada porque usava saia ou roupa sensual?! É pior, bem pior, que isso!

⁶²⁰ O “bem”, repito, não se refere ao juízo de valor, mas à intensidade. Sim, eu sei que poderia usar outra expressão, de modo que não precisaria escrever uma nota para justificar a opção vocabular. Mas a provocação, que forçou a leitura desta nota, reforça a necessidade de reflexão quanto à presente e contínua eficácia do discurso colonial.

torce[u] (sic) o conteúdo da lei ”, criou “potentados rurais” (FAORO, 2012 [1958], p. 150) e instituiu uma “ditadura dos domínios agrários” (HOLANDA, 2016 [1938], p. 145); funciona quando se diz que (MARÉS, 2003, p. 59)

“o sistema sesmarial que nasce no mesmo berço (sic) do trabalho livre (sic) em Portugal, vem ser irmão mais próximo do escravismo brasileiro (sic). Enquanto na Europa as concessões sesmarias foram para aplacar a fome (sic), e dar terras aos lavradores (sic), no Brasil (sic) não havia fome (sic) a ser aplacada porque a população local, indígena, apesar das dificuldade que pudessem ter, fome não tinham (sic) e qualquer (sic) estrangeiro livre (sic) que chegasse poderia encontrar (sic) um pedaço de terra para prover o sustento (sic), se a Coroa deixasse e o mercantilismo aceitasse, daí que era necessário (sic) ao sistema desconsiderar os índios e escravizar a mão de obra chegada (sic) (...)”

Há fragmentos de verdades em tais afirmações, mas que se convertem em instrumentos de manutenção e reprodução da colonialidade quando não são complementadas com a necessária explicação de que os supostos “desvirtuamentos” do sistema decorreram, sobretudo, do próprio modelo de exploração que foi estruturado e feito funcionar pelo dispositivo colonial português. Dizendo de outro modo, a maior parcela da responsabilidade pelo estado de coisas colonial e pós-colonial deve ser atribuída à própria ação interventiva (que é interventiva mesmo quando deliberadamente estimula ou tolera o “desvirtuamento”: “gestão de ilegalismos”) da Coroa portuguesa e de suas parceiras no empreendimento de exploração, especialmente a Igreja Católica e os financiadores e comerciantes europeus.

A tolerância à narrativa colonizada termina por reforçar uma espécie de “merecimento às avessas”, que nos conduz à crença de que os portugueses, com suas boas intenções e boas leis, tiveram obstaculizada a realização do seu projeto civilizatório e catequético por conta da “realidade americana”, mas que, a despeito de tudo isso, fundaram o Estado⁶²¹ “Brasil”, como “sugeriu” (sugeriu, não, afirmou) Eni Orlandi. Ledo “engano”... ledo “engano” enganador.

Aqui no Brasil, a emancipação política foi formalmente conquistada (e não dada, “passada”) em 1822, mas ainda há de se construir a epistemológica, o que exige como ato primeiro a denúncia e rejeição do pensamento colonizado, que tende a nos conformar ao estado de coisas posto e a nos desencorajar a cogitar outros modos de pensar e fazer.

⁶²¹ Fundaram coisa nenhuma! Não há dúvidas de que, se pudesse, a Coroa portuguesa manteria seu “celeiro” na América por muito mais tempo, exatamente como fez com “suas” colônias africanas e algumas da Ásia, que somente na segunda metade do século XX obtiveram, mediante ações de resistência e luta, sua independência. Nenhuma condição de emancipação foi dada, ou melhor, devolvida de “graça” pela Coroa portuguesa a quaisquer de suas colônias. Nenhum território foi voluntariamente desocupado, tendo razão Crowley (2016, p. 277) ao afirmar que “os portugueses nunca abrem mão daquilo que ganham.”

Antes de encerrar o tópico, que cuida, não esqueçamos, das sesmarias portuguesas aplicadas na América, é preciso dizer que o sistema funcionou muito “bem”. Prova disso é que, nos mais de trezentos anos de duração do período colonial do “Brasil”, a Coroa portuguesa saqueou o que pôde do território colonial e manteve sua soberania sobre cada palmo de terra que lhe foi destinado pelas doações pontifícias chanceladas pelo Tratado de Tordesilhas⁶²².

E funcionou para mais que isso. Enquanto na França e Estados Unidos, por exemplo, a propriedade privada já havia assumido a condição de plenitude desde a segunda metade do século XVIII, a Coroa portuguesa tinha sob seu domínio, ao menos o iminente, a integralidade do território da colônia americana, o que é prova de “magnífico” sucesso, especialmente quando se compara a experiência da América portuguesa com a da vizinha América Espanhola.

O mais importante resultado da aplicação do sistema de sesmarias na América portuguesa, e para o qual ele funcionou exemplarmente, foi orientar o processo de ocupação do então território colonial a partir do critério do cabedal. Como somente a quem demonstrava ter “possibilidades” de aproveitar as terras eram concedidas as sesmarias, a cartografia da distribuição das terras do Brasil foi desenhada, por mais de 3 (três séculos, a partir da lógica da “força da grana”, a mesma cantada por Caetano em *Sampa* e que ainda em nossos dias ergue e destrói coisas belas.

Não é difícil deduzir, embora não seja fácil ver dito e escrito, que quando foi suspensa a distribuição de novas sesmarias em 1822, a base da distribuição das terras do Brasil já estava consolidada. Se não todas, mas certamente as melhores, mais agricultáveis e mais valorizadas para fins diversos da atividade agrícola, já haviam sido reservadas e juridicamente legitimadas a partir daquele critério (\$\$\$\$), de maneira que a possibilidade de aquisição pela posse, a qual foi institucionalizada formalmente apenas em 1850 pela Lei n.º 601. À elite do cabedal, das “possibilidades”, condição demonstrada especialmente pela propriedade de “peças” de escravaria (indígenas e negros escravizados), deu-se uma dianteira de mais de 300 (trezentos) anos para escolher e consolidar o direito sobre o território “antes” colonial.

Não se pode, por conseguinte, qualificar como “fracassada” a aplicação do sistema de sesmarias portuguesas na América. Ele foi, ao contrário, extremamente eficaz em resguardar os interesses coloniais lusitanos, da Coroa portuguesa e daquela elite que ela decisivamente ajudou a constituir.

⁶²² Na verdade, a Coroa portuguesa ampliou os domínios originais que foram conferidos pelo Tratado de Tordesilhas.

Mas havia “uma pedra no meio do caminho” da Coroa portuguesa e de sua intenção de perpetuar a exploração de sua colônia americana. Esta “pedra” respondia pelo nome de Napoleão, que forçou a fuga da Família Real para o Brasil, em 1808, ensejando a instauração da episteme em meio à qual quase tudo aqui mudou, ou melhor, foi mudado, e onde muita coisa, inclusive os terrenos de marinha (e para alguns, o Brasil sem aspas), foi inventada.

Os antecedentes desta invenção foram esses. Passemos, então, à análise das condições imediatas, da invenção propriamente dita e da “trajetória” genealógica dos terrenos de marinha até o presente.

III. OS TERRENOS DE MARINHA E SUA FUNÇÃO SOCIAL (“SOCIOAMBIENTAL”)

Após o “achamento” do Brasil, narrado pela historiografia oficial como tendo ocorrido em 22 de abril de 1500, o desembarque da Família Real portuguesa no Rio de Janeiro, em 8 de março de 1808⁶²³, com a transferência provisória da sede da Coroa lusitana para o Brasil, é o evento mais relevante da história dita do “Brasil”, sendo considerado instaurador de uma nova era (ARMITAGE, 1914, p. 6), termo inicial de uma transformação do “país”⁶²⁴ (LIMA, 1908, p. 57) e, para alguns, criador de um “país a partir do nada” (GOMES, 2014, p. 201).

Imagem 05: Chegada da Família Real ao Rio de Janeiro.



Fonte: Internet

A relevância conferida a esse evento não é descabida, pois os múltiplos acontecimentos que lhe sucederam autorizam afirmar, sem exagero, que o Brasil do qual Dom João VI partiu em 26 de abril de 1821, era completamente distinto daquele para o qual a Corte portuguesa foi

⁶²³ A chegada Família Real à costa da Bahia se deu em 18 de janeiro de 1808, com o desembarque apenas no dia 24 daquele mês, Salvador, Bahia. De lá, em 26 de fevereiro de 1808, partiram finalmente com destino ao Rio de Janeiro, onde chegaram em 7 de março do mesmo ano, mas somente desembarcaram no dia seguinte.

⁶²⁴ O evento em questão foi de significativa relevância também para Portugal, cuja subsistência como Estado “independente” se relacionou diretamente com a fuga (partida, transferência, etc) para o Brasil. O presente trabalho, no entanto, não comporta considerações sobre esse tema, pois a pesquisa aqui proposta se cinge à investigação histórica de um instituto tipicamente brasileiro: os terrenos de marinha.

obrigada⁶²⁵ a se transferir na primeira década do século XIX (GOMES, 2014, pp. 303/322; LIMA, 1908, p. 892). Embora territorialmente semelhantes⁶²⁶⁻⁶²⁷, àquele Brasil de antes sequer se podia conferir o título de país, sendo ele, ao menos do ponto de vista formal, colônia extrativista integrante dos domínios ultramarinos de Portugal tanto quanto Guiné-Bissau⁶²⁸, Cabo Verde⁶²⁹, Angola⁶³⁰, São Tomé e Príncipe⁶³¹.

O que era, então, o Brasil em 1808? Reflitamos sobre essa questão, mas não sem antes fixar algumas premissas analíticas.

A primeira delas se refere ao fato de que, quando se pretende analisar questões relativas ao Brasil até 1808, inevitavelmente há de se aderir ao exame fundado, quase que completamente, em “registros históricos oficiais”, o que compreende, na prática, relatos de cronistas de expedições (Caminha, Camões, etc.), escritos de autoridades eclesiásticas (Padres Anchieta e Antônio Vieira, Frei Vicente de Salvador, Jean de Léry, etc.), de funcionários das Coroas (Pêro de Magalhães Gândavo, etc.) ou escritores vinculados ao Estado ou por ele

⁶²⁵ A bem verdade, a Corte portuguesa tinha a opção de permanecer em Portugal. Teria, então, de optar entre enfrentar Napoleão ou, de outro modo, sucumbir ao seu ultimato, fechando os portos lusitanos ao comércio com a Inglaterra. Nenhuma das duas opções era tranquila. No primeiro caso, se Dom João VI pretendesse enfrentar as tropas francesas, as quais já se encontravam em território português, seu intento, se exitoso, representaria um empreendimento inédito, pois nenhuma nação da Europa continental obtivera, até então, qualquer triunfo militar sobre o exército de Napoleão. Por outro lado, o fechamento dos portos à Inglaterra, daria ensejo a que os Britânicos “agissem pela força”, como qualificou Lima (1908, p. 42), ocupando as fortalezas do Tejo e desembarcando tropas em território português, a fim de assegurar o único acesso ao continente que ainda restava aos ingleses. Rememore-se que, em setembro de 1807, Copenhague, capital da Dinamarca, foi bombardeada pela marinha Britânica, que se apoderou de navios e materiais bélicos, fazendo a cidade capitular no dia 7 de setembro daquele ano (GOMES, 2014, p. 31-32). E a motivação a ação britânica foi apenas a recusa dinamarquesa em tomar partido do conflito entre França e Inglaterra, ou seja, uma pretensão de neutralidade (JESPERSEN, 2003, p. 2).

⁶²⁶ O estado Acre foi anexado ao Brasil apenas em 1903, tendo sido encerrada a “Questão do Acre” por meio do Tratado de Petrópolis.

⁶²⁷ Como resposta à invasão Napoleônica e ao comportamento da Espanha, que firmara com a França o Tratado de Fontainebleau, Dom João, ainda em 1808, promoveu incursões militares e ocupou territórios no que hoje são a Guiana Francesa e o Uruguai (GOMES, 2014, p. 200). Tais ocupações, entretanto, não representaram um acréscimo ao território da então Colônia “Brasil”, pois não tiveram vida longa. Em relação à Guiana, sua a restituição à França ocorreu 7 anos mais tarde, por força do Tratado de Viena. No que se refere à ocupação do Uruguai, a independência daquele país se deu em 1828.

⁶²⁸ A ocupação portuguesa da Guiné-Bissau, antiga colônia denominada “Guiné Portuguesa”, iniciou-se com seu “descobrimento” em 1446. A proclamação de independência de Guiné-Bissau ocorreu apenas em 24 de setembro de 1973, não sem oposição do Governo Português, que desde 1963 guerreava com aquele Estado africano. Oportuno registrar, inclusive, que Portugal foi expressa e reiteradamente advertido pela ONU para se abster de usar “métodos de guerra químicos e biológicos, contrários ao Protocolo de Génova, de 1925.” (MELLO, 1974, p. 13). Sobre a questão do uso de NAPALM, por Portugal, nas guerras coloniais da década de 1970, oportuna a leitura de “*O uso de NAPALM na guerra colonial – quatro documentos*” (2008), cujos autores são os (sinceros e corajosos) portugueses António de Araújo e António Duarte Silva.

⁶²⁹ A suposta “descoberta” do arquipélago de Cabo Verde teria ocorrido em 1460. Sua independência foi proclamada em 5 de julho de 1975.

⁶³⁰ Os portugueses, sob o comando de Diogo Cão, iniciaram a ocupação de Angola em 1482. Aquele Estado africano somente se tornou independente de Portugal em 11 de novembro de 1975.

⁶³¹ Atribui-se aos navegadores portugueses João de Santarém e Pedro Escobar o descobrimento de São Tomé e Príncipe. A independência daquele Estado Africano ocorreu em 12 de julho de 1975.

subsidiados (João de Barros, Oliveira Martins, etc.). Destarte, a história do “Brasil colonial”, mesmo aquela, produzida posteriormente àquele período, porque baseadas nos tais “registros históricos oficiais”, praticamente corresponde a uma “história oficial”⁶³², já que tudo o que foi convertido em documentos relacionados aos três primeiros séculos da nossa história, foi, em quase sua totalidade, apenas os “fatos” que as instituições às quais eram vinculados os historiadores, cronistas e escritores, desejavam ou autorizavam monumentalizar.

A segunda premissa já foi aqui anunciada, quando se disse que o Brasil não era, por ocasião da chegada da Família Real, ainda um país. Por conta disso, as considerações aqui empreendidas devem levar em conta que o Brasil se encontrava dividido em 18 (dezoito) Capitanias (CARVALHO, 2008, p. 555), as quais não mantinham entre si comércio e comunicação regulares. A noção de governo central era minguada, para não dizer inexistente, embora ao governador da Capitania do Rio de Janeiro se conferisse o título de Vice-Rei. O sentimento de unidade, que hoje é considerado óbvio e naturalizado, inexistia entre as capitanias que compunham o território brasileiro em 1808⁶³³, sendo o mais relevante e percebido elemento de identificação entre elas o vínculo de subordinação em relação à Metrópole sediada em Lisboa⁶³⁴.

Destarte, ao analisar “o antes e o depois de 1808”, há de se atentar para o fato de que não se pode considerar a existência de um Brasil como Estado, muito menos como algo monolítico, em que as características que possam ser extraídas de acontecimentos relacionados

⁶³² Obviamente que aqui faço uma generalização, uma simplificação, quiçá para justificar o que o fato de esta pesquisa ser eminentemente documental, já que não se valeu de recursos antropológicos, etnológicos ou arqueológicos (do campo de saber Arqueologia). Há de se admitir que essa é uma possibilidade, mas pelo menos eu a admito desde logo. Mas além de justificar, importa explicar que optei por examinar documentos primários, ou seja, aqueles que não correspondem ao resultado uma atividade interpretativa de outros(as) pesquisadores(as). E, além disso, não desconsidere o fato de que documentos (primários ou não) são sempre produzidos, ou seja, monumentalizados. Assim, ainda que eu quisesse invocar o caráter objetivo da análise, o fato de ela se debruçar sobre documentos, que, pelo que foi afirmado acima, nunca ostentam essa qualidade (de serem objetivos), impõe que eu reconheça, desde logo, esse viés do procedimento analítico, cujo temperamento só é possível se admitida sua (do viés) existência. Por essa razão, reafirmo o que confessei desde a Introdução, que esta tese foi desenvolvida sob influência de meus interesses, alguns conscientes e admitidos expressamente, conforme se pode deduzir da hipótese, dos objetivos e, em especial, da genealogia da pesquisa traçada no Capítulo Primeiro, outros tantos, inconscientes e que, por isso, eu “não” sei quais são, mas que de igual modo reconheço a existência.

⁶³³ Carvalho (2008, p. 555) sustenta que, se Dom João tivesse optado pela permanência da família real em Portugal, provavelmente o destino seria semelhante ao da Espanha e de suas colônias. A propósito da questão, Napoleão depôs e prendeu o soberano espanhol, acontecimento que se relaciona com os movimentos de independência e fragmentação das colônias espanholas da América.

⁶³⁴ É controverso mesmo admitir como elemento de unidade a vinculação ao mesmo idioma. A língua oficial era o português, mas sobretudo até meados do século XVIII, quando editado o Alvará de agosto de 1758, era de uso comum entre os colonos o uso das denominadas “línguas gerais”, que correspondiam a “dialetos coloniais” baseados no tupi-guarani, mas que incorporavam traços regionais (GARCIA, 2007, p. 26). Como é sabido que a lei (em sentido amplo) não muda realidade do dia para a noite, as línguas gerais não foram abandonadas imediatamente. Foi sobretudo a vinda a Família Real para o Brasil, em 1808, que impulsionou a observância do idioma oficial.

a Pernambuco, por exemplo, refiram-se também ao Espírito Santo (também no litoral) ou, ainda, ao território que apenas em 1988 passou a ser denominado estado do Tocantins.

Essa multiplicidade de “brasis” em 1808 não obstará, entretanto, a análise aqui proposta, já que se cuidará de apontar os elementos característicos que possam ser considerados como gerais do Brasil, tratando-se de também ressaltar aqueles que digam respeito apenas a determinadas regiões.

Ademais, importa reconhecer que muito do que era o “Brasil” até 1808, sequer chegou a ser objeto de qualquer registro documental. Aqui já foi mencionado o fato de que os indígenas não desenvolveram a escrita, de maneira que suas histórias, ou melhor, suas “pré-histórias”, mesmo aquelas posteriores a 1500, foram ignoradas pelos “registros históricos oficiais” ou, quando muito, foram registradas de maneira heterônoma⁶³⁵, sempre lacunar e, como regra, enviesada.

E além das questões afetadas ao aspecto humano, ou seja, aos indígenas, negros e, de um modo geral, os miscigenados, havia também um Brasil geográfico, espacial, muito maior e muito além do alcance da efetiva gestão da Coroa e sobre o qual essa entidade não tinha condições ou interesse de produzir história. Lembremo-nos do que disse Frei Vicente do Salvador (1918 [1627], p. 19), sobre o hábito dos portugueses⁶³⁶ de arrancar o litoral como caranguejos, negligenciando, como consequência, o sertão (interior) do Brasil ou, quando muito, produzindo uma história dessa região como “outra”. Por essa razão, se o conhecimento sobre o litoral do Brasil já era limitado e enviesado, mais ainda o era o relativo ao interior.

Em resumo, o conhecimento do Brasil até 1808 é orientado pela “lente” (ou viés) oficial e, por ser lacunar e não alcançar a totalidade do território, das populações que aqui viviam e os

⁶³⁵ Sobre essa questão Florestan Fernandes (2008 [1960], pp. 121-122), comentando trecho do livro de Júlio Paternostro, disse o seguinte: “Acho bom recomendar aqui o comentário do livro de Paternostro, por que a História do Brasil – tal como ela é fornecida nas escolas e em certos compêndios – é uma história etnocêntrica. Já vimos como o índio é sintomática e sistematicamente excluído de nossa história étnica. Ao negro, acontece, em menor grau, a mesma coisa. Os descendentes deles, nascidos da miscigenação com os portugueses, que estão ocupando o lugar pouco agradável de ‘párias da civilização’, nunca contaram nossa história – escrita pelos ‘homens do litoral’ e para uso intestino, para não dizer doméstico.” O argumento de Florestan é procedente e fundamenta o que foi dito acima. Mas, além disso, há de se enxergar nele a manifestação da oposição entre a historiografia produzida em São Paulo, notadamente no entorno da Universidade de São Paulo (USP), ao que, antes, no “litoral”, foi produzido pelos cariocas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Esse comentário não se destina a desmerecer uma outra linha historiográfica, mas se presta a ratificar aqui aquele o caráter subjetivo e genealógico da história, qualquer que seja ela e quem quer que seja o seu autor.

⁶³⁶ Quem ficava no litoral eram apenas os portugueses, mas sobretudo os portugueses vinculados à estrutura da Coroa de Portugal. Sobre essa ressalva, recomendo a leitura do capítulo 14, denominado “Política miserável e o caranguejo”, do livro *História da riqueza do Brasil* (2017), de autoria de Jorge Caldeira.

fatos ocorridos antes da chegada de Cabral em 1500, somente com essas mitigações pode ser considerado uma história “geral” do Brasil.

A despeito dessas questões, com as ressalvas e limitações anteriormente manifestadas, o propósito de elaborar um “antes e depois” não resta comprometido e tem sua razão de ser, já que a ruptura determinada pela chegada da Família Real pode ser demonstrada não somente pelas modificações estruturais relativas ao Brasil como um todo, mas também por aquelas de caráter regional. A ideia é, portanto, evidenciar esses eventos de ruptura, os quais marcam o limiar de uma positividade, exatamente aquela em que foram inventados os terrenos de marinha.

1. O contexto da ruptura: o antes e o depois da chegada da Família Real em 1808.

Aos olhos da Coroa lusitana, o Brasil era um grande celeiro, de onde há mais de 300 (trezentos) anos ela extraía “produtos primários tropicais” (PRADO JÚNIOR, 1999 [1972], p. 38), ou seja, gêneros agrícolas, minerais e, em determinadas circunstâncias, até humanos. Sobre a questão relacionada à produção econômica, que não é o objeto central desta pesquisa, a historiografia “oficial” relata a sucessão de grandes ciclos iniciados pela extração de pau-brasil, sucedido pela produção de cana-de-açúcar, pela mineração de ouro e diamantes e, em seguida, pela cultura do café. Registram-se, ainda, outras atividades importantes relacionadas à produção como, por exemplo, a cultura do tabaco, do algodão, a pecuária de leite e corte.

A circulação de moeda, no entanto, era escassa em 1808 (GOMES, 2014, p. 120). Desde o início do século XVII, sucessivas leis estabeleceram proibições de circulação de determinadas moedas (algumas portuguesas e outras estrangeiras) no Brasil como um todo ou em regiões específicas. Outras tantas leis determinaram a refundição de moedas e a regravação do valor de estampa. O resultado dessa escassez foi que o comércio interno era realizado sobretudo por meio do escambo de produtos *in natura*, sendo muitas vezes institucionalizado o uso de algum gênero agrícola⁶³⁷ para representar o valor de troca.

Em termos de manufaturas, quase nada era aqui produzido. Admitia-se, quando muito, a produção de itens não concorrenciais com os da Metrópole, numa espécie de “política de imposição das importações”, que estabelecia o privilégio em favor de tudo o que fosse produzido na sede da Coroa, mesmo em relação aos itens destinados ao consumo na colônia. O

⁶³⁷ A título de ilustração, no estado do Maranhão, por meio da Provisão de 15 de fevereiro de 2012, foi estabelecida a circulação de açúcar, cacau cravo e tabaco como moeda (SOMBRA, 1938, p. 140).

Brasil, assim, além de fornecedor do que na atualidade chamamos de *commodities* ambientais, funcionava também como mercado consumidor da produção fabril da Metrópole ou, ainda, dos itens comerciais por ela intermediados (CAVALCANTI, 2004, p. 78).

Mas não apenas a produção era objeto de estreita regulação e rigoroso agenciamento por parte da Coroa portuguesa. Na verdade, o intento do funcionamento da estrutura estatal, consoante Caldeira (2017, p. 54) afirma, referindo-se especificamente ao Judiciário, era “controlar a vida civil”. Para exemplificar as providências adotadas neste sentido, cite-se a Lei da “Pragmática” de 1749, expedida por Dom João V, sob a justificativa de pretender resguardar seus vassallos do “pernicioso luxo” (CAVALCANTI, 2004, p. 1992). Por meio dessa Lei, determinava-se, dentre outras coisas, a adoção de uma postura de moderação no consumo e ostentação de artigos de luxo, impondo-se, ainda, a proibição de importação de produtos dessa espécie.

Com o mesmo propósito de controlar o pensar e, com isso, o modo de viver dos indivíduos e da população, a Coroa lusitana impunha à sua colônia americana uma rigorosa interdição no que concerne à produção e à difusão de conhecimento, notadamente àqueles que não fossem por ela mesma produzidos, seja por meios próprios ou das demais instituições integrantes do dispositivo colonial, especialmente a Igreja Católica e, mais especialmente ainda, a Companhia de Jesus (CAVALCANTI, 2004, p. 148). Nesse mister, era vedada a importação e o funcionamento de máquinas de tipografia, conforme prescrição expressamente veiculada pela Ordem Régia de 10 de maio de 1747, que além de proibir, sob pena de prisão, a impressão de livros ou mesmo papéis avulsos, determinou o sequestro de todas as “letras de imprensa” por ventura existentes na colônia (CAVALCANTI, 2004, p. 145).

Com o mesmo propósito de impedir a circulação de ideias^{638,639} que fossem desconformes ao projeto colonial lusitano, era também proibido o funcionamento de jornais e outras publicações do gênero (SOUZA, 1997, p. 440), sendo a circulação de escritos submetida a austero controle pela Coroa portuguesa, realizado notadamente por meio de sua parceira no empreendimento colonial, a Igreja Católica (CALDEIRA, 2017, p. 121).

Diferentemente do que fez o Império Espanhol, o português (que sempre se qualificou de reino, e não império, embora fosse) proibiu a criação de universidades na sua colônia americana (CAVALCANTI, 2004, p. 169), sendo esta iniciativa afinada com a política de isolamento e controle que se propunha “manter o Brasil, uma joia extrativista e sem vontade própria, longe dos olhos e da cobiça dos estrangeiros” (GOMES, 2014, p. 115). A educação formal se limitava àquela prestada pelos jesuítas, que não era ofertada a toda a população. Sobre o tema, aliás, Lima (1908, p. 229) afirmou que “as condições da instrução pública no Brasil colonial do começo do século XIX eram reconhecidamente deficientes: pode mesmo dizer-se que eram quase nulas (...)”. Não sem razão Caio Prado Júnior (2010 [1942], pp. 145-146) afirma que a ignorância era característica comum entre os moradores da colônia, sendo ela absoluta entre escravos e índios e a regra geral também entre os brancos que habitavam o Brasil em 1808. Com mais acerto e contundência afirmou Caldeira (2017, p. 124) que o “analfabetismo foi uma construção rigorosa”, empregada pela Coroa lusitana para obter de seus súditos estrita obediência às suas ordenanças e conformação aos seus propósitos.

Como se pode atestar, para promover o controle das populações, os agentes da Coroa recebiam preciosa colaboração dos integrantes das ordens eclesiásticas, notadamente os da Companhia de Jesus, que chegaram ao Brasil em 1549, junto com o primeiro Governador-geral

⁶³⁸ Alexander von Humboldt, ídolo de Charles Darwin (que o menciona expressamente em seu diário, ao navegar com o *Beagle* pela costa do Brasil) e que elaborou conceitos que inspiraram Rachel Carson, autora de *Primavera Silenciosa* (1962), teve expedido contra si mandado de prisão em julho de 1800, ante a notícia de que estaria realizando viagens e experimentos na região amazônica. Sobre esse episódio, Gomes (2014, p. 116) relata que “o governo português considerou sua presença prejudicial aos interesses da Coroa pelas ideias perigosas que ele poderia disseminar na colônia. Uma carta do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho para seu irmão Francisco de Sousa Coutinho, então governador [pág. 125] da Província do Grão-Pará, alertava que a viagem de Humboldt era “suspeita” porque ele poderia, “debaixo de especiosos pretextos, [...] tentar com novas ideias de falsos e capciosos princípios os ânimos dos povos”. Dom Rodrigo de Sousa Coutinho era diploma e político português, que se transferiu para o Rio de Janeiro com a Corte portuguesa em 1808 e que teve como padrinho ninguém menos que o Marquês de Pombal, ironicamente o principal déspota esclarecido de Portugal. Voltando a Humboldt, recomendo, vivamente, a leitura de *A invenção da natureza: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt* (2016), de Andrea Wulf. Especialmente no prólogo desse livro, ver-se-á a importância desse pouco lembrado pensador.

⁶³⁹ Gomes (2014, p. 123) faz menção a uma carta expedida em 1798 pelo mesmo Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, dirigida a Dom Fernando José de Portugal, então governador da Bahia. Nela, “recomendava vigilância severa sobre a circulação de livros, pois havia informações na rote de que os principais cidadãos de Salvador se achavam ‘infectados dos abomináveis princípios franceses’”.

Tomé de Souza. Aqui, mais uma vez, importa ressaltar que objeto desta pesquisa não comporta o exame a miúdo dos processos de subjetivação empregados pela Coroa portuguesa desde o “achamento” em 1500, mas convinha aqui mencionar alguns, como fizemos, apenas para evidenciar a procedência de algumas considerações que a seguir serão aduzidas.

A primeira delas se refere ao nível de funcionamento desses mecanismos de produção de subjetividades. Apesar de admitir que a elaboração dos discursos que justificavam esses mecanismos se desse nos graus mais elevados das relações de poder neles implicadas, o que lhes garantia a eficácia era o funcionamento nos níveis mais elementares, mais microfísicos, no âmbito dos corpos dos indivíduos e das populações. Para ilustrar essa afirmação, tomemos, por exemplo, a sujeição dos escravizados os em relação aos seus senhores. Por mais elaborados, estruturados e estruturantes que fossem os discursos que pretensamente justificaram a repugnante escravização de indígenas e negros(as), eram as práticas cotidianas que produziam a internalização da condição de escravizado e, por conseguinte, a sujeição idealizada naqueles discursos. Em outros termos, era o fato de experimentar ou testemunhar, dia a dia, que os atos de rebeldia eram “retribuídos” com açoites, privação de liberdade e de alimentação, por exemplo, que conduzia⁶⁴⁰ os escravizados à obediência, e não uma crença precedente de caráter religiosa ou “ideológica”.

Ademais, sem olvidar que Portugal tenha empregado mecanismos que se valiam da violência física ostensiva para produzir subjetividades, as medidas de coerção disciplinar foram mais amplamente utilizadas e se mostraram, política e economicamente, muito mais eficazes. Nesse mister, sabe-se que a Coroa lusitana⁶⁴¹, em muitos casos, deflagrou contra os nativos

⁶⁴⁰ Mais uma vez afirmo que nenhum argumento aqui aduzido desconsidera a existência de atos de resistência e luta dos escravizados, sem os quais a prática não teria se findado. Reconheço, portanto, o caráter genealógico da extinção da escravização institucionalizada legalmente, ocorrido apenas em decorrência do esforço de resistência, e resistência essa praticada sobretudo pelos escravizados que experimentavam a sujeição forçada. Ocorre, repito, que a impossibilidade de me alongar demais (mais do que já me alonguei) impõe reduções e generalizações.

⁶⁴¹ Falamos da Coroa lusitana em razão de nos referirmos ao período colonial. Mas o Brasil, como Império e como República, também promoveu o extermínio de indígenas. Sobre a política adotada pelo Império, Almeida (2013, p. 29) relata que aos indígenas categorizados como “bravos” restava escolher entre a “‘civilização’ e o ‘extermínio’, ou seja, entre uma submissão branda e uma violenta.” Sobre práticas semelhantes relativas ao período republicano, inclusive verificadas já na segunda metade do século XX, o *Relatório da Comissão Nacional da Verdade* (2014) relewa uma infinidade de atrocidades promovidas contra os indígenas, as quais compreendiam desde sequestros de crianças, além o extermínio de povos praticado por agentes do Estado ou em razão de sua dolosa omissão. Citemos alguns trechos do aludido Relatório (2014, p. 224): “A década de 1950 é marcada por uma sistemática de sequestros de crianças Xetá por fazendeiros e funcionários das colonizadoras, prática que passa a ser adotada pelo próprio SPI. Entre as décadas de 1950-1960, diversas crianças Xetá são retiradas de suas famílias à força e ‘distribuídas’ entre famílias não indígenas, renomeadas e igualmente forçadas a assumir novos hábitos.” Apesar da crueldade (para mim é cruel), recentemente tivemos notícia de que determinada ocupante elevado cargo no executivo federal praticou ato de “adoção” em semelhantes condições, apesar de justificar sua conduta em razões altruístas e de caráter religiosa, ao afirmar que a criança “adotada” (para alguns, sequestrada) seria rejeitada

guerras de extermínio⁶⁴², as quais, quanto ao nível de violência e crueldade, nada deixaram a dever a episódios como a Guerra (massacre, para alguns) de Canudos, por exemplo. Mas muito mais usual foi, porque com aparência de altruísmo, submeter os indígenas à disciplina jesuítica das reduções e missões, onde, inclusive, poderiam ser úteis aos empreendimentos econômicos daquela ordem religiosa (engenhos de açúcar, extração de madeira, etc.). Naqueles locais, onde o caráter dos nativos já se encontrava “amansado” pela severa disciplina jesuítica, tornava-se mais fácil o apresamento e a submissão, de maneira que alguns bandeirantes paulistas, em lugar de promover a caça nos territórios indígenas, preferiam obter suas “peças” em aldeamentos jesuítas, comparados por alguns a currais ou celeiros.

Além disso, a menção às práticas empreendidas pelo pelos colonizadores portugueses demonstram a procedência do argumento no sentido de que havia um entrecruzamento entre o Estado e as instituições que eram colaboradoras e beneficiárias do dispositivo colonial aplicado ao Brasil. Ao lado das leis, das instruções e organizações vinculadas diretamente à Coroa, ou seja, dos aspectos relacionados à soberania (para rememorar a terminologia de Foucault), havia também mecanismos de dominação, relações de poder postas a funcionar por instituições que não ostentavam a condição de propriamente estatais, mas que tinham por função, igualmente, realizar ações destinadas a produzir indivíduos dóceis, úteis (para) e engajados no projeto colonial.

Mas, finalmente, o que se pretendeu ao aludir a essas práticas foi apontar que instauração e funcionamento delas se relacionava inevitavelmente com discursos elaborados como justificativas do projeto colonial, com o propósito de agenciar a vida da população e, por conseguinte, a produção econômica na colônia, de modo a fazer com que o Brasil continuasse

pela família e morta pela sua tribo. O que é verdade dessa história (ou estória), não sei. Em relação às práticas de extermínio de populações, cite-se o seguinte trecho do mesmo Relatório (2014, p. 227): “Tentando impedir o extermínio completo dos Tapayuna, após cinco tentativas de “pacificação”, a Funai realizou a transferência dos sobreviventes de seu território tradicional para o Parque Indígena do Xingu (PIX), em 1971, junto ao povo Ksêdjê. No entanto, essa ação tardia não só não evitou a continuidade do genocídio como contribuiu com o seu agravamento, pois a remoção, feita sem estudos prévios, realocou os indígenas em um território ocupado por povos rivais, aumentando a sua situação de vulnerabilidade social – que caracteriza etnocídio. Após a morte de lideranças Tapayuna, muitos fugiram do parque e os que ficaram entre inimigos estavam impedidos de viver sua cultura.” Impossível não associar esse episódio com a redução praticada pelos jesuítas no período colonial, em que os índios eram postos em verdadeiros currais de onde, sistematicamente, eram apresados pelos paulistas traficantes de escravos vermelhos. O fim, em ambos os casos, foi a extinção. E em relação àqueles paulistas, importa esclarecer que eles tiveram posteriormente (especialmente na segunda metade do século XIX e primeira do XX) seu lugar na história reescrito, passando a serem chamados eufemisticamente de bandeirantes, sendo representados em vestes que mais parecem com as dos três mosqueteiros de Dumas, do que com as molambos que usava João Ramalho.

⁶⁴²⁶⁴² Foram comuns e sistematicamente deflagradas guerras de extermínio, sobretudo a partir do segundo Governo-geral. Além da necessidade de expandir o domínio sobre territórios ocupados pelos nativos, havia a de se obter força de trabalho para o empreendimento colonial, o que se fez no início da colonização do Brasil sobretudo pela captura de nativos em “guerras justas”.

a ocupar, no tal “*Mundo que o Português criou*”⁶⁴³, aquele mesmo lugar de fornecedor de “produtos primários tropicais” para a Metrópole lusitana. É, de fato, muito pertinente a expressão cunhada por Freyre (com “y”, o Gilberto), especialmente na opção pelo verbo “criar”, pois este bem traduz a ideia de intencionalidade, de produção, de invenção, de algo feito acontecer (e que “desaconteceu” outro algo), que é o oposto de “natural”. O centro desse mundo inventado pelos portugueses, ao qual o pertencimento do Brasil foi imposto a partir de 1500, era Lisboa.

Esse “mundo”, entretanto, foi mudado radicalmente no início do século XIX, mas não como resultado uma marca evolucionista, tampouco como um progresso decorrente de alguma “ordem”, como se verá em seguida.

O isolamento mantido pela política colonial portuguesa, aqui apresentado obviamente de modo sumário e com reduções⁶⁴⁴, bem como o sentido da “força centrípeta” que apontava para Lisboa, foram alterados abruptamente a partir de 8 de março de 1808, quando desembarcou no Rio de Janeiro a Corte portuguesa.

Literalmente do dia para noite, a cidade maravilhosa foi convertida em sede da Coroa lusitana. Sob escolta inglesa, chegaram ao Rio de Janeiro Dona Maria I, então rainha de Portugal, Dom João (Príncipe Regente) e sua contrariada esposa Carlota Joaquina, além de uma extensa comitiva integrada por nobres e funcionários dos mais altos escalões lusitanos. Naquele

⁶⁴³ Parafraseio aqui o livro de Freyre *O Mundo que o Português criou* (1940), no qual ele enaltece os feitos dos nossos patrícios. Freyre não cuida de analisar a questão relativa o fato de que esse “Mundo” foi criado mediante a destruição de “outros” que já existiam, além de falar coisas cujos termos que me vêm à mente para qualificar não podem ser usados em uma tese de doutoramento. Cito algumas dessas %`&*)@#: “O português foi por toda a parte, mas sobretudo aqui no Brasil, esplendidamente criador nos seus esforços de colonização” (FREYRE, 2010 [1940], p. 25); e ainda: “O tipo de sociedade colonial fundada na América pelos portugueses teve que se basear economicamente sobre o trabalho escravo. Era inevitável.” (FREYRE, 2010 [1940], p. 26); e, para finalizar o “show de horrores”: “O processo de ascensão social do mestiço operou-se no Brasil quase sempre sob a benignidade oficial, raramente sem ela; o que honra a agudeza de visão dos estadistas portugueses que orientaram a política de colonização da América.” (FREYRE, 2010 [1940], p. 38). Por todas essas, confesso, repetindo, que não entendo como Freyre tem tantos defensores. Esse livro foi escrito depois de *Casa-grande e senzala* (1933) e *Sobrados e mocambos* (1936) depois, portanto, de Freyre ter conhecimento das críticas que apontavam algumas “impropriedades” em sua obra. A despeito disso, ele continuou a justificar e suas conclusões e, em alguns casos, a intensificar os fundamentos daquilo em que realmente acreditava. Exatamente por haver como pensar diferente, recuso-me a considerá-lo um “homem de época” ou “homem de seu tempo”. Ele era um homem de convicção, isto sim, embora de convicções equivocadas, inclusive para sua época.

⁶⁴⁴ O panorama geral era esse, embora, por óbvio, houvesse no Brasil pessoas e lugares em condições distintas das aqui apresentadas de forma sintetizada, ao ensejo de apresentação do tema.

mesmo dia, a população do Rio Janeiro passou de 60.000 (sessenta mil)⁶⁴⁵ para 75.000 (setenta e cinco mil)⁶⁴⁶⁻⁶⁴⁷ habitantes.

A bem da verdade, mesmo antes da chegada ao Rio de Janeiro, medidas já haviam sido implementadas e começaram a fazer ruir a barreira colonial instaurada em 1500. Durante a passagem pela Bahia, o Príncipe Regente, por meio da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, decretou a abertura dos portos do Brasil às “nações amigas” (LIMA, 1908, p. 190), a mais importante de todas as medidas anunciadas por Dom João, após a chegada ao Brasil (GOMES, 2014, p. 100). Também em Salvador, desta feita por meio da Ordem Régia de 18 de fevereiro de 1808, determinou a instalação da Escola de Cirurgia e do Hospital Geral da Bahia (MORAES, 1872, p. 405).

Ao chegar ao Rio de Janeiro, Dom João não tardou em implementar outras medidas de transformação daquela que, a partir de então, seria a sede da Coroa portuguesa. Menos de um mês após o desembarque, o Príncipe Regente revogou o Alvará de 5 de janeiro de 1785 e, por meio do expedido em 1.º de abril de 1808, permitiu a instalação de manufaturas na colônia, viabilizando o surgimento da indústria “brasileira” e o ingresso da então colônia, agora como produtora, no comércio internacional (CAVALCANTI, 2004, p. 82; LIMA, 1908, p. 190-191;

⁶⁴⁵ Esse é número é incerto, não havendo consenso entre os historiadores. Araújo [Pizarro] (1822, p. 146) afirma que a população do Rio de Janeiro seria 50.144 (cinquenta mil, cento e quarenta e quatro) habitantes. Cavalcanti (2004, p. 25) aponta o número de 60.000 (sessenta mil) habitantes. Lima (1908) cita dois números: na página 107 do primeiro volume de sua obra, afirmava que, em 1808, 50.000 (cinquenta mil) era o número de habitantes do Rio de Janeiro. No entanto, na página seguinte (p. 108), desta feita se referindo à contagem de Luccock (comerciante inglês que permaneceu no Rio de Janeiro entre 1808 e 1818), a quem qualifica de “muito melhor informado”, menciona 60.000 (sessenta mil) habitantes, número esse que, segundo Lima, era também o apontado pelo Padre Luiz Gonzaga dos Santos (o Padre “Perereca”). Gomes (2014, pp. 137/145), também referenciando Luccock, menciona o número de 60.000 (sessenta mil) habitantes,

⁶⁴⁶ O tamanho da comitiva que chegou ao Rio de Janeiro em 1808 também é questão muito controversa. Cavalcanti (2004, pp. 96-97), baseado em anotações próprias realizadas com fundamento no registro de passageiros da esquadra que transportou a corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, diz que os “companheiros de travessia” somariam de 450 (quatrocentos e cinquenta) a 500 (quinhentas) pessoas. Lima (1908) na página 195 do primeiro volume de seu Livro, cita o número de 15.000 (quinze) mil pessoas como tamanho da comitiva. Embora ali Lima não mencione a fonte de sua afirmação, pode-se presumir que este seja fundamentada em O’Neil, que também aponta esse quantitativo e que, desde feita na página 57 do mesmo volume, é invocado por Lima como referência para concluir que, apenas na nau *Príncipe Real*, haviam embarcado desde Lisboa 1.600 (um mil e seiscentas) pessoas. Malerba (2008, pp. 47-62), em artigo denominado *Sobre o tamanho da comitiva*, elaborado ao ensejo de responder aos questionamentos formulados em razão de, no livro *A corte do exílio*, ter afirmado como 15.000 (quinze) mil o número de pessoas que desembarcou com a corte portuguesa no Rio de Janeiro em 1808, desenvolve extensa análise da questão. Referenciando diversos historiadores e estudiosos do tema, conclui não haver qualquer teratologia em afirmar que o tamanho da comitiva seria de 15.000 (quinze) mil pessoas, dizendo que o tamanho desta oscilou entre 6 (seis) e 15 (quinze) mil pessoas.

⁶⁴⁷ Segundo Lima (1908, p. 108), menos da metade desse número correspondia à população branca. Os demais seriam pardos libertos, pretos libertos, indígenas (“amigos”) e os escravos. A informação aqui registrada, longe de pretender sustentar qualquer distinção entre raça, é feita com o condão de chamar a atenção para o impacto que aquele evento produziu para a estrutura urbana da cidade do Rio de Janeiro, uma vez que aos “não brancos”, notadamente aos negros escravos, não eram deferidos direitos de cidadania, especialmente, para o que importa, em relação à habitação e propriedade urbana.

GOMES, 2014, p. 201). No dia seguinte, determinou a criação da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro (LIMA, 1908-A, p. 232-233). Em 7 de junho do mesmo ano, instituiu o tributo denominado Décima Urbana⁶⁴⁸, o qual deveria incidir sobre todos os prédios da cidade do Rio de Janeiro. Pelo Alvará de 23 de agosto de 1808, restabeleceu a Junta do Comércio (CAVALCANTI, 2004, p. 98). Por meio da Ordem Régia de 14 de junho de 1808, autorizou a circulação de moedas britânicas no Brasil (SOMBRA, 1938, p. 272) e, em 12 de outubro, criou o Banco do Brasil (LIMA, 1908-B, p. 755).

O “Brasil”, destarte, foi transformado em outro a partir da chegada da Corte portuguesa, de modo que não é impróprio lhe atribuir o caráter de acontecimento e inequívoco evento de ruptura, o que se revela não apenas pelo grau e pelo número das transformações ocorridas aqui a partir de 1808, mas especialmente pelo fato de elas não terem decorrido de uma lógica evolutiva.

Sobre essa qualificação, aliás, a transferência da Corte em si já se manifesta como evento dotado de intencionalidade, e não como decorrente do mero acaso. O vacilante Príncipe Regente Dom João VI teve de deliberar entre permanecer em Lisboa, o que implicaria o enfretamento necessário das tropas francesas comandadas por Junot, ou a adesão ao bloqueio continental determinado por Napoleão, submetendo Portugal ao risco de experimentar o mesmo destino da Dinamarca, conforme já mencionado (ver nota de rodapé n.º 625). Nada se sucedeu, é o que se quer aqui ressaltar, como decorrência necessária ou mesmo “natural” de uma ordem que imporia a consumação daqueles acontecimentos. A não ser a salvadora e repentina mudança dos ventos que empurraram as embarcações da frota luso-britânica em fuga pelo Tejo, deixando Junot “a ver navios”, tudo foi produzido, foi feito acontecer em meio a uma trama humana, demasiada humana, em que se implicaram relações de poder.

O mesmo pode ser dito de todas as transformações determinadas por Dom João VI após sua chegada ao Brasil. É inegável que a fuga da Família Real remetia a uma simbologia de fragilidade política, circunstância que não era ignorada pelos moradores da colônia, notadamente aqueles que, conforme denunciou Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, encontravam-se “infectados dos abomináveis princípios franceses”⁶⁴⁹. Neste contexto, a Corte lusitana, para

⁶⁴⁸ Até 1808, os proprietários de imóveis urbanos não pagavam ao Estado qualquer tributo. O único ônus suportado era o foro devido às respectivas câmaras municipais, as quais eram as detentoras do domínio direto das sedes dos municípios.

⁶⁴⁹ Sobre as ideias de emancipação que circulavam no Brasil, Oliveira Martins (1920 [1880], P. 93) afirmou o seguinte: “Menos feliz ao sul do que ao norte, onde puderam vingar os limites fixados pelo tratado de Utrecht, o Brasil, entretanto, apresentava no fim do XVIII século os elementos constitucionais de uma nação; e as ideias de

subsistir com tal condição, dependia do apoio político e, especialmente, dos recursos materiais⁶⁵⁰ que obtinha na sua colônia americana, de onde poderia continuar a explorar “o Mundo que o Português criou”. Para tanto, bem ao estilo do conselho dado por Tancredi ao seu tio Dom Fabrício⁶⁵¹, haveria de fazer, ainda que a contragosto⁶⁵², concessões aos moradores até então submetidos ao rigoroso embargo colonial.

Além das questões políticas e econômicas, mas de certo modo com elas relacionadas, havia também aquelas afetas à estrutura urbana da cidade do Rio de Janeiro, que, do dia para noite se viu “invasa” por um contingente populacional para o qual ela, nem de longe, estava preparada a suportar. Não apenas pela quantidade, mas sobretudo pela qualidade dos novos habitantes, a cidade deveria ter seus aspectos urbanísticos adequados ao estilo e padrão compatíveis com a condição de nova sede da Coroa lusitana, inclusive no que se refere às atividades econômicas que, a partir de então, passaram a ser desenvolvidas.

Foi por isso que, menos de um ano após o desembarque da Corte, e sob a justificativa de suprir a falta de armazéns e trapiches na cidade do Rio de Janeiro, Dom João VI, por meio do Decreto de 21 de janeiro de 1809⁶⁵³, inventou os “terrenos de marinha” (TEIXEIRA DE FREITAS, 1945 [1857], p. 43; NORONHA, 1897, p. 80; BASTOS, 1923, p. 25; LIMA, 1865, p. 14; GUGLIELMI, 1968, p. 11; SANTOS, 1985, p. 11; CAVALCANTI, 2004, p. 98).

Pela importância do ato e dos acontecimentos nele e a partir dele implicados, é oportuna sua transcrição integral:

Decreto de 21 de janeiro de 1809.

Tendo consideração a grande falta que há nesta Cidade de armazéns, trapiches em que se recolham trigos, couros e outros gêneros, e constando-me que nas praias da Gamboa e Sacco do Alferes se podem construir: Hei por bem ordenar que o Conselho da Fazenda, procedendo aos exames necessário nas ditas praias, mande demarcar os

autonomias e liberdade começavam a amadurecer como frutos naturais de uma árvore chegada ao período de fecundidade.” Embora eu discorde da metáfora biológica, pois considerado que essas ideias amadureceram em meios a tensões e relações de força (que o digam as revoltas ocorridas em diferentes regiões do Brasil, durante o século XVIII), concordo com a conclusão do historiador lusitano.

⁶⁵⁰ Sobre a dependência econômica de Portugal em relação ao Brasil, especialmente no contexto da transferência da Família real em 1809, Oliveira Martins (1920 [1880, p. 94] afirmou o seguinte: “Desde que Portugal na Europa vivia à custa de um Brasil não índio mas europeu, força era que as condições políticas se invertessem, traduzindo de facto a realidade: Portugal era a colônia, o Brasil a metrópole.”

⁶⁵¹ Faço novamente referência à obra *O Leopardo* (1956), de Lampedusa, conforme explicação que consta em termos mais detalhados na nota de rodapé n.º 436.

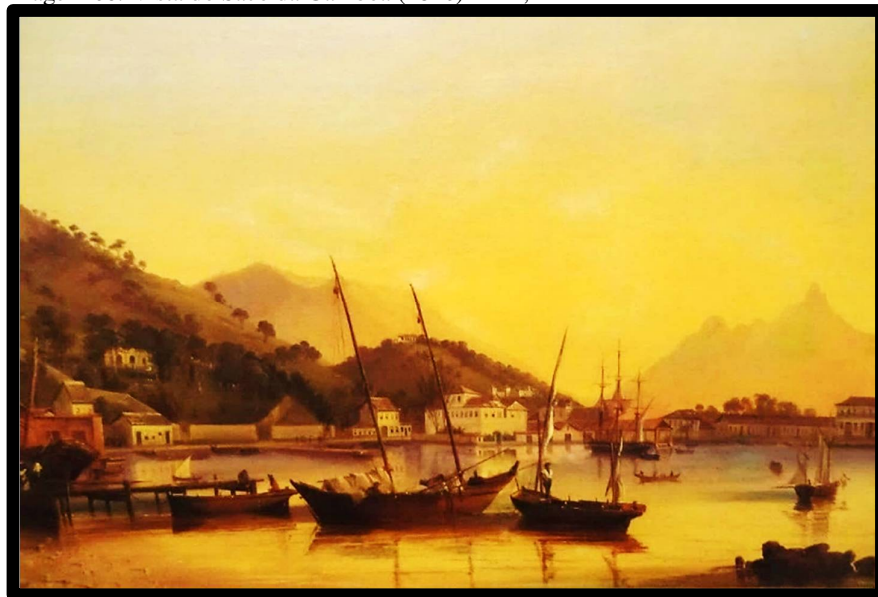
⁶⁵² O adjetivo é procedente, ficando sua essa condição mais evidência após a partida de Dom João VI de volta a Portugal, em 1821, onde se pretendia restaurar a antiga condição de colônia do Brasil.

⁶⁵³ A designação “terrenos de marinha” foi introduzida na legislação nacional pelo Aviso de 7 de julho de 1829, embora as normas anteriores a essa já tratassem, desde o aqui mencionado Decreto de 21 de janeiro de 1809, do mesmo instituto. Sobre a questão da denominação, a Consulta e Resolução de 12 de abril de 1820 fez referência aos “terrenos da marinha”; o Decreto de 13 de julho de 1820 referiu-se às “marinhas”; o Aviso de 13 de julho de 1827 utilizou a expressão “terrenos a beira-mar”.

terrenos que ali achar próprios para este fim; e que fazendo pública esta Minha Determinação, haja de os aforar ou arrendar a quem mais oferecer e possa e em breve tempo principiar a edificar, passando-se aos arrendatários seus competentes títulos, e dando-me conta de tudo que a este respeito obrar.
O mesmo Conselho o tenha assim entendido e o faça executar.
Palácio do Rio de Janeiro, em 21 de Janeiro de 1809.

Nesse contexto de irrupções, o referido Decreto inventa no Brasil um instituto sem precedentes em Portugal (BEVILÁQUA, 2001 [1908], p. 274; BASTOS, 1923, pp. 20-21; MADRUGA, 1928, p. 95; SANTOS, 1985, p. 4), tampouco em qualquer outro país (BASTOS, 1923, p. 20; SANTOS, 1985, pp. IX/XIII), que inaugura uma nova vocação para os espaços que, na atualidade, chamamos de “terrenos de marinha”^{654_655}.

Imagem 06: Vista do Saco da Gamboa (1840)^{656_657};



Fonte: Internet

⁶⁵⁴ Os espaços em questão eram designados, sobretudo em Portugal, como “marinhas de sal” (SOUSA, 1827-A, verbete “cousa”; _____, 1827-C, verbete “sal”; MAÊRA, 1924, p. 183), mas também aqui no Brasil receberam essa denominação (ANDRADES [Visconde de Porto Seguro], 1877-A, pp. 124/461; SANTOS, 1985, p. 4). Aqui, no entanto, a denominação mais usual era apenas de “marinhas”, em razão de elas não serem ordinariamente destinadas à produção de sal, devido às já mencionadas restrições decorrentes do monopólio real para o fornecimento desse produto.

⁶⁵⁵ Conforme antes já apontado, a produção de sal foi monopólio da Coroa portuguesa até 1803, sendo que, até então, a produção na colônia sempre foi dificultada como medida de proteção às salinas portuguesas (PRADO JÚNIOR, 2011 [1942], p. 230), muito embora as condições geográficas e climáticas do Brasil fossem bastantes propícias a essa finalidade (PRADO JÚNIOR, 2011 [1942], pp. 38-19). Acerca das restrições à produção de sal, Andrades [Visconde de Porto Seguro] (1877-B, p. 795) informa que elas remontam a 1690, em razão do estabelecimento de contrato de fornecimento de sal para o Brasil em favor de Jaques Granate. Por força desse contrato, ficou proibida a manufatura desse produto na colônia.

⁶⁵⁶ Esse é o local correspondente aos terrenos a serem demarcados nas “praias da Gamboa e do Sacco do Alfares” e concedidos a quem mais pudesse pagar e logo edificar armazéns e trapiches.

⁶⁵⁷ Artista: Louis Buvelot (1814–1888)

2. Terrenos de marinhas: a elaboração inicial do conceito.

Chegamos, finalmente, ao limiar do instituto que é o objeto desta pesquisa, o que se “tardou”⁶⁵⁸ em fazer pela necessidade de se apontar as condições sob as quais se deu essa invenção, em conformidade com o Decreto de 21 de janeiro de 1809.

Antes de prosseguir com análise genealógica desse instituto, importa aqui fixar algumas premissas de caráter teórico e metodológico.

Embora a proposta anunciada para este trabalho tenha sido a de não se limitar a análises hermenêuticas de textos de lei, atividades dessa natureza serão, a partir de agora, demandadas de modo mais recorrentemente, pois o instituto aqui tratado tem seu conceito⁶⁵⁹ atual composto por elementos que constam em disposições normativas e que são eminentemente convencionais e complexos, por isso demandam um esforço interpretativo.

É certo que, rejeitando a validade do *a priori* kantiano ou qualquer outra fundamentação metafísica, todo conceito em Direito termina sendo convencional, sobretudo se considerarmos que esse campo do saber recorre necessariamente à linguagem que, do mesmo modo, depende de convenções, pois são convencionadas as representações que vinculam as palavras às coisas. Mas o que se quis argumentar é que o conceito de terrenos de marinha, especialmente em relação ao que é vigente na atualidade⁶⁶⁰, é composto por elementos (as partes decompostas “cartesianamente”) dissociados de características fáticas manifestas, ou seja, por elementos que

⁶⁵⁸ Atentemo-nos para o fato de Foucault, em sua *A Arqueologia do saber* (1969), somente definiu de os “enunciados” após (página 143 para ser mais preciso) desenvolver os elementos em função dos quais haveria de elaborar aquela definição. A lógica aqui é a mesma, pois foi em função dos acontecimentos antes analisados foi que ocorreu a invenção dos terrenos “de marinha”.

⁶⁵⁹ Neste trabalho, não tomo como sinônimas as expressões “conceito” e “definição”. Embora as questões sobre os fundamentos da distinção entre uma e outra sejam controvertidas, anuncio que considerarei que a definição exige maior grau de certeza (clareza e síntese) quanto ao objeto definido (note-se que Aristóteles dedica seis livros do seus *Tópicos* ao tema definição, fazendo-o de forma associada ao raciocínio silogístico). A definição seria, portanto, necessariamente enunciável. E mais que isso. A partir do seu (da definição) enunciado, seria possível compreender a extensão do objeto definido. Em relação aos terrenos de marinha, embora o que eles sejam esteja estabelecido em lei, compreendo que o enunciado do art. 2.º do Decreto-lei n.º 9.760/1946 corresponde a um conceito, e não a uma definição, em razão da complexidade dos procedimentos que são necessários para precisar um objeto a partir daquele conceito. Dizendo de outro modo, o conceito de terrenos de marinha é impreciso e, mesmo descrito legalmente, ostentam uma complexidade que enseja falar em conceito, e não em definição.

⁶⁶⁰ Decreto-lei n.º 9.760/1946 (...)

Art. 2.º São terrenos de marinha, em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar-médio de 1831:

a) os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés;

b) os que contornam as ilhas situadas em zona onde se faça sentir a influência das marés.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo a influência das marés é caracterizada pela oscilação periódica de 5 (cinco) centímetros pelo menos, do nível das águas, que ocorra em qualquer época do ano.

não remetem a ideias retomadas quase automaticamente a partir de associações semânticas já estabelecidas, como ocorre, por exemplo, com a ideia de “casa”. Mesmo sem cogitar que a noção de “casa” esteja idealmente gravada na “mente” ou na “alma”, não há, em relação a esse termo, necessidade de elaborar maiores explicações sobre o que ele significa, pois a representação associada a essa palavra “casa”⁶⁶¹ já remete às suas características, que são culturais, históricas.

A configuração do conceito de terreno de marinha é diferente, ainda, da definição que se atribui à expressão “praia marítima”⁶⁶², a qual, embora igualmente convencional, porque consagrada na atualidade por uma regra jurídica, é mais simples e composta por elementos que não exigem uma explicação adicional para precisar o significado que ela representa, bastando o resgate do sentido semântico das palavras que compõe seu enunciado.

Para aclarar essa distinção em relação à forma de composição conceitual dos terrenos de marinha, continuemos a falar das praias marítimas, cuja definição se encontra estabelecida no art. 10, §3º, da Lei n.º 7.661/1988, que diz:

§ 3º. Entende-se por praia a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subsequente de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos, até o limite onde se inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde comece um outro ecossistema.

A partir da leitura desse dispositivo legal, é possível compreender que, para identificar o que seja uma praia, basta saber o significado das palavras que integram esse enunciado e, mediante esse exame semântico e lexicográfico, avaliar se determinado ambiente corresponde ou não a uma praia.

O que foi dito acima restará mais claro ainda ao observarmos duas imagens e após fazermos uma breve análise delas.

⁶⁶¹ Excetuando-se a “feita com muito esmero, na Rua dos Bobos, número zero”, daí a razão de Vinicius de Moraes explicar as distinções.

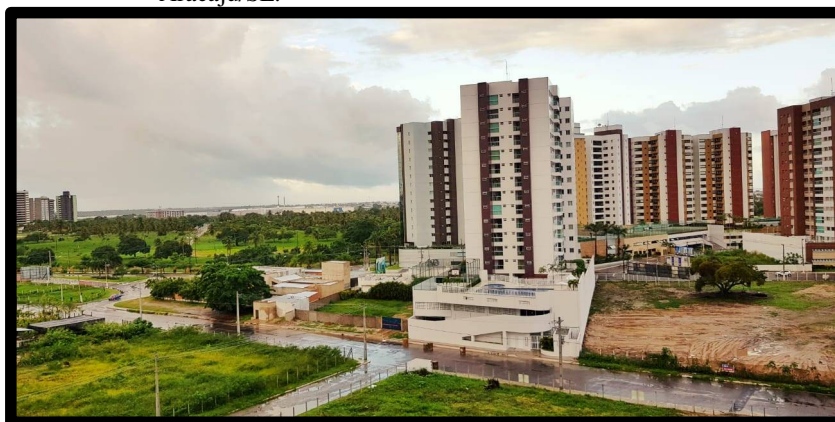
⁶⁶² Importante atentar para o fato de que me refiro especificamente às “praias marítimas”. Se falasse da noção de “praia”, em sentido lato, mais adequado seria usar a qualificação de “conceito”, e não de “definição”, conforme explicação já aduzida na nota de rodapé n.º 659.

Imagem 07 - Chapadão da Praia de Pipa, Tibau do Sul/RN



Fonte: Internet

Imagem 08 - Vista de prédio na rua José Luís da Conceição, bairro Jardins, Aracaju/SE.



Fonte: foto do arquivo pessoal do Autor.

Examinando essas imagens, é possível afirmar que a primeira delas contém um ambiente passível de ser caracterizado como praia marítima. A conformação de suas características físicas aos elementos estabelecidos legalmente revela, por meio de uma singela observação⁶⁶³, que há uma faixa de terra “coberta e descoberta” periodicamente pelo mar, o que se conclui pela diferença de tonalidade de areias que têm contato com o mar. A essa faixa imediatamente sucede uma outra com tons mais claros, a qual corresponde ao acumulado de sedimentos (“material detrítico”) que o mar, ao longo do tempo, foi depositando no continente. Em seguida, vê-se uma modificação de ecossistema, sendo mostrado, no plano superior, uma falésia com cobertura vegetal e, no inferior, outra sem qualquer vegetação. É possível dizer, apenas de olhar

⁶⁶³ Aristóteles (2010 [384a.c. – 322a.c.], p. 364) trataria essa “singela observação” como “percepção sensorial”.

a imagem e compará-la com o conceito legal, que o começo das falésias representa o final do ambiente praial.

A segunda imagem não reproduz espaços que possam ser caracterizados como praia marítima, o que se pode afirmar em razão de não serem ali identificados quaisquer dos elementos descritivos estabelecidos no art. 10 da Lei n.º 7.661/1988.

Ambas as imagens, entretanto, contém espaços que correspondem ao conceito legal de terreno de marinha, estabelecido no art. 2.º do Decreto-lei n.º 9.760/1946, pois, mediante o procedimento de demarcação também regido por lei, já foram assim identificados pela Secretaria do Patrimônio da União.

Sem pretender, ainda, analisar o conceito legal atual de terreno de marinha, importa neste momento tão-somente fixar o entendimento do que deva ser considerado como um conceito eminentemente convencional, pois essa característica enseja que a investigação histórica, ainda que não seja desenvolvida apenas pelos instrumentos hermenêuticos, deve promover exames dessa natureza, a fim de extrair o “correto” significado dos textos legais onde constam os conceitos a serem analisados.

O que foi dito acima, portanto, não importa o abandono dos instrumentos teóricos e metodológicos da Arqueogenealogia a partir de Foucault, significando, de outro modo, que eles serão conjugados a recursos hermenêuticos, destinados a apreender quais os elementos que compõem o conceito de terrenos de marinha.

Não se olvidará, contudo, de analisar genealogicamente os textos normativos e o seu entorno, o que se fará não apenas para apreender abstratamente o contexto imediato de enunciação, mas para descrever as condições socio-históricas em que foram eles editados e, sobretudo, para constatar e pontuar a eventual ocorrência daqueles fenômenos que Foucault qualificou como “usurpações da mecânica disciplinar” (FOUCAULT, 2010 [1976], pp. 34-35), em que o Direito é invadido pelas relações de dominação que operam no âmbito da sociedade e que produzem, por conseguinte, a colonização das leis.

Justificativas feitas, e considerando que a criação de novos conceitos é ensejada, segundo Deleuze, pela confrontação com novos problemas, começemos a análise por estes.

2.1. Os problemas e a ruptura.

Afirmamos que os terrenos de marinha foram inventados por meio do Decreto de 21 de janeiro de 1809, ato que marcaria o liminar de um instituto e, ao mesmo tempo, pontuaria a ruptura em relação a uma condição precedente. Qual seria essa condição, ou seja, o estado de coisas precedente? O que eram e para que serviam os espaços que, a partir então, deveriam ser demarcados e destinados a quem pudesse pagar por eles? As questões não são simples, pois esses terrenos não receberam imediatamente um “nome próprio” e, o que é mais importante, não foram associados expressamente a nenhum instituto estabelecido *a priori*.

Nossa tese é que os tais terrenos haveriam de ser destacados de um espaço que já era, na época (1809), conhecido e disciplinado na legislação luso-brasileira⁶⁶⁴, mas que dele se distinguia (por isso o termo “destacado”) em diversos elementos característicos, especialmente relacionados à possibilidade de uso privativo, à finalidades e ao critério de destinação. Referimo-nos às “marinhas” (ou “marinhas de sal”).

Deixemos em suspenso, no entanto, a demonstração dessa relação entre os “terrenos de marinha” e as “marinhas” (ou “marinhas de sal”)⁶⁶⁵ e cuidemos de analisar como, até a edição do Decreto de 21 de janeiro de 1809, eram disciplinadas normativamente e efetivamente utilizadas as “marinhas” ou (“marinhas de sal”), de modo a evidenciar a ruptura anunciada e, ainda, a demonstrar que essas rupturas se verificaram de modo relacional com as condições sócio-históricas.

Para avançar nessa análise, voltemos, então, a 10 de março de 1534, quando passada por D. João III em favor de Duarte Coelho a Carta de Doação da Capitania de Pernambuco, que, no que refere à legislação luso-brasileira, pela primeira vez fez referência ao conceito de

⁶⁶⁴ Entenda-se por legislação luso-brasileira aquela editada pela Coroa lusitana para fins de regulação de questões relativas ao Brasil, sua colônia americana.

⁶⁶⁵ Trataremos disso no tópico 3 deste Capítulo Terceiro.

“marinhas”^{666_667}. Dizia (Dom Manuel *In* GAMA, 1844, p. 46) o seguinte o art. 7.º da missiva em referência:

7.º Outrossim, me praz por fazer mercê ao dito Duarte Coelho, e a todos seus sucessores a que esta Capitania e Governança vier de juro e herdade pera sempre que eles tenham e ajam as moendas de *aguas*, marinhas de Sal, quaisquer outros engenhos de qualquer qualidade que sejam que na dita Capitania e Governança se poderem fazer, e ei por bem que pessoa alguma não possa fazer as ditas moendas, marinhas, nem engenhos se não, o dito Capitão e Governador, ou aqueles a que ele pera isso der licença, de que lhe pagarão aquele foro, ou tributo que se com eles concertar.

⁶⁶⁶ Rosita de Sousa Santos afirma, equivocadamente, que seria a “Ordem Régia, de 21 de outubro de 1710, considerado primeiro documento, chegado ao Brasil, mencionando a marinha.” Incorre em semelhante equívoco Maria Almeida de Passos Freitas (2004, p. 142), ao sustentar que “O primeiro documento brasileiro que registra o termo ‘marinha’ é a Ordem Régia, de 21.10.1710.” Na verdade, se considerarmos que a expressão no singular (marinha) tem significado distinto do seu plural (marinhas), ainda assim o argumento de Santos e Freitas é equivocado, pois a Carta Régia de 12 de novembro de 1698 alude textualmente ao “termo” “marinha” (no singular), conforme trecho que a seguir transcrevo: “(…); e que o senado da Câmara não tem foro algum, nem sitio nela, antes se queixam de não haver nenhum que seja livre para serventia do povo em ‘grande prejuízo seu’, me pareceu dizer-vos que não satisfizestes em tudo ao que vos havia ordenado neste particular, porque suposto insinuais as pessoas que mostraram títulos, não dizeis as mais que têm casas na praia e os não mostraram; (...)”. De outro modo, se levarmos em conta haver uma relação de equivalência em relação àquelas expressões (singular e plural), como fazem Octávio (1897, p. 77) e Madruga (1928, p. 67), e que elas admitem significados distintos em razão de uma relação de polissemia (como, ao nosso ver, verificou-se no caso e será demonstrado em seguida), então a Carta de Doação de Pernambuco, assim como todas as passadas aos donatários na primeira metade do século XVI, seriam os primeiros documentos a conter esse “termo”. Que não cogite dizer que a Ordem Régia de 21/10/1710 era mais “documento brasileiro” ou “chegado ao Brasil” que aquelas Cartas de Doação, pois o Brasil, como Estado independente e possuidor de legislação própria (brasileira mesmo, e não luso-brasileira), somente passou a existir quando da declaração da Independência, em 7 de setembro de 1822. E quanto à legislação lusitana (que não era destinada especificamente ao Brasil, mas, por extensão, também aqui se poderia aplicar), as referências ao “termo” “marinhas” constam em vários atos normativos que antecedem a Ordem Régia de 1710: 1) Carta Régia de 28 de julho de 1618: decide questão relativa ao transporte de sal em determinada marinha; 2) Carta Régia de 4 de novembro de 1620: expede provisão sobre a competência do Conselho da Fazenda, decidindo sobre o quarto do sal das marinhas de Santo Antônio do Tojal e Manotas; 3) Carta Régia de 15 de fevereiro de 1624: encarrega o Procurador da Coroa de decidir causa entre o Duque de Bragança e os moradores de Santo Antônio do Tojal e Manotas, sobre o quarto do sal das marinhas dos ditos lugares; 4) Alvará de 10 de maio de 1672: dispõe sobre a atividade de exploração e comercialização de sal nas cidades localizadas no estuário do Rio do Tejo; 5) Alvará de 5 de agosto de 1673: promove a cessão de nova lotação de marinhas de sal em Setúbal; 6) Acórdão da Câmara de Setúbal de 6 de fevereiro de 1675: confirma regulamento para cotação de sal das marinhas. Carta de Lei de 15 de fevereiro de 1695: proíbe aos oficiais das fábricas das marinhas de sal saírem do Reino para ensinarem o mesmo fabrico; 7) Alvará de 27 de março de 1696: proíbe que sejam admitidos estrangeiros a trabalhar nas marinhas de sal, ou aprender nas suas fábricas.

⁶⁶⁷ Em relação ao Alvará de 10 de maio de 1672, importa retificar uma impropriedade cometida por Humberto Haydt de Souza Mello (1966, p. 242), ao sustentar que aquele ato veiculação disposição relacionadas aos terrenos de marinha. Na verdade, embora o aludido Alvará mencione a expressão “marinhas”, ele não se destina a disciplinar a utilização desses espaços, tampouco alude ao conceito de “terrenos de marinha”. Aquele se limitou, na verdade, a apresentar regramento relativo às pessoas que poderiam participar das atividades desenvolvidas nas “marinhas”, com o fim de evitar atos de descaminho que estariam prejudicando a coleta de encargos em favor da Coroa. Em razão disso, proibiu a venda (por) e da compra de sal a estrangeiros, estabelecendo que a intermediação desse produto deveria ser feita por meio de corretores designados pela Coroa. Que fique claro, no entanto, que o Alvará e questão resolveu controvérsia específica verificada em localidades situadas no estuário do Rio do Tejo, em Portugal.

Da leitura dessa disposição normativa, verifica-se que a expressão “marinhas” se referia a um espaço não existente na natureza, não dado *a priori*, já que a Carta menciona que o Donatário deveria autorizar que elas fossem *feitas*. Tratava-se, portanto, de uma estrutura construída⁶⁶⁸⁻⁶⁶⁹ pela ação humana, de um engenho (obra de engenharia), que, também pelo que se extrai do texto, seria destinado à produção de sal marinho.

O significado corrente na atualidade para o termo “marinha” dificulta sua associação com um “local destinado à produção de sal”, pois a memória discursiva invocada mais automaticamente é a relacionada à Força Armada “Marinha” (de Guerra) ou à “Marinha Mercante”. Ademais, tanto em Portugal como no Brasil, hoje em dia, a produção de sal marinho ocorre em um local que é conhecido pelo nome de salina. Mas essa realidade é distinta da que se verificava no século XVI, quando a expressão “marinhas” ainda era de uso corrente e tinha o mesmo sentido empregado na(s) Carta(s) de Doação, sendo terminologia adotada recorrentemente nos documentos oficiais durante a Baixa Idade Média (MICAEL, 2011, p. 13).

A produção de sal marinho no Brasil colônia, contudo, sempre foi obstaculizada pelos entraves decorrentes do pacto colonial, que funcionavam para privilegiar os produtores instalados na Metrópole. Segundo Maia (2011, pp. 30-31/37), a partir de 13 de julho de 1632, foi imposto o monopólio da venda desse produto, reservando-se tal atividade a determinados comerciantes, tudo isso com o escopo de evitar a aquisição de sal não produzido em Portugal ou em Castela (Espanha)⁶⁷⁰. Em 1690, essa proibição foi ampliada⁶⁷¹ para o fim de tornar defeso inclusive o consumo de sal extraído de depósitos naturais⁶⁷². Esse estanco (mais um) do sal, qualificado pelo historiador lusitano Oliveira Martins⁶⁷³ como o mais vexatório de todos,

⁶⁶⁸ Morgado (1998, p. 18/24) explica: “Uma marinha é um conjunto de reservatórios feitos de terra, que se destinam a receber água do mar, através de rios, esteiros ou sapais que com ele se comunicam, onde evapora a água, retendo o sal que nela vem dissolvido. (...) As salinas, ou marinhas de sal, são reservatórios construídos à beira mar ou na zona estuarina de rios, com um tipo de estrutura que permite a evaporação constante das águas, sendo adequada para a deposição de sal.”

⁶⁶⁹ Capistrano de Abreu (1998 [1907], p. 49) qualifica as marinhas de sal mencionadas nas Cartas de Doação como “engenho”, ao lado das moendas e de “outros engenhos”.

⁶⁷⁰ Em 1632, as Coroas da Península Ibérica se encontram reunidas, sendo o soberano de ambas o Rei de Castela (Espanha), Felipe IV.

⁶⁷¹ Após o fim do período União Ibérica em 1640, a aquisição de sal produzido em Castela (“Espanha”) também se tornou defeso.

⁶⁷² Para que se estranhe o fato, Maia, citando Carvalho Júnior e outros autores, explica que o sal consumido inicialmente no Brasil não era produzido, mas apanhado de depósitos naturais. Neste este sal, a partir de 1690, poderia ser consumido no Brasil.

⁶⁷³ Ao mencionar a questão relativa ao estanco do sal, o historiador lusitano Oliveira Martins (1920 [1880], p. 101) refere-se à sua pátria como “metrópole madrastra, que nada saciava, nem os impostos, nem os monopólios, entre os quais o do sal vexava todos!”. Freyre (o Gilberto) deveria ter lido mais Oliveira Martins...

perdurou por 170 anos, findando-se apenas em 1803, de modo que, ao menos “licitamente”⁶⁷⁴, não poderia haver marinhas funcionando nas regiões à beira mar e nos estuários dos rios em que se verificava a influência das marés (os chamados salgados).

Apesar da interdição imposta pela Coroa portuguesa, subsistiu a associação do nome “marinhas” ao lugar (ambiente) onde antes da proibição havia a produção de sal, ou, ainda, onde se sabia que poderiam funcionar marinhas. Por conta disso, nos registros históricos da época colonial, e mesmo na produção historiográfica mais recente, é recorrente a constatação de as marinhas serem referidas como a região em que a terra (continente) interage com o mar (SALVADOR⁶⁷⁵, 1889 [1627], p. 249; PITA^{676,677}, 1958 [1730], pp. 54/92-93; CAPISTRANO DE ABREU⁶⁷⁸, 1998 [1907], p. 187; HOLANDA⁶⁷⁹, 2016 [1936], p. 166). Com efeito, sobretudo aqui no Brasil, onde se encontrava vedado o funcionamento de marinhas como estruturas destinadas à extração de sal, derivou-se⁶⁸⁰ o sentido da aludida expressão para o fim de consolidar uma relação de polissemia em razão da qual a palavra “marinhas”, e mais usualmente a expressão singular “marinha”, passou a comportar também o significado dissociado daquela atividade produtiva, aludindo àquele espaço de interação terra-mar.

Por conseguinte, a partir dessa derivação, pode-se falar em marinhas (ou marinha) como uma região “natural” (e não mais um engenho, algo feito), não decorrente da intervenção humana, que se localiza da faixa de terra (continente) que interage com mar. Foi assim que ela passou a comportar um outro significado, distinto daquele original, ou seja, das “marinhas de

⁶⁷⁴ Maia (2011, p0.30-31) relata que eram recorrentes os problemas de desabastecimento desse produto na colônia. Em razão disso, a despeito da proibição legal, havia contrabando de sal no âmbito interno, o que era viabilizado pela impossibilidade fática de a Coroa portuguesa promover a efetiva fiscalização de todo o território do Brasil.

⁶⁷⁵ “A 24 de Março de 1600, a 27 de julho de 1601, estava em Santos *ib.*, 97, 121. Entre 6 de Fevereiro e 1.º de Abril de 1600 não houve Câmara em São Paulo, porque os oficiais e os procuradores foram ao mar com o governador, *Actas*, 2, 76. Fica assim determinada aproximadamente a cronologia das três descidas à *marinha*.”

⁶⁷⁶ Pita (1958 [1730], p. 54) menciona a expressão marinha ao se refere ao Estado da Bahia (que ele qualifica de cidade): “DESCRIÇÃO DA CIDADE. A Cidade com prolongada forma se estende em uma grande planície, elevada ao mar, que lhe fica ao Poente, e ao Nascente a campanha. Está eminente a dilatada Povoação da *marinha*, e aos repetidos portos, de onde se lhe sobe com pouca fadiga por capacíssimas ruas.”

⁶⁷⁷ Ao se referir à cidade Cabo Frio, Pita (1958 [1730], p. 66) menciona uma marinha localizada em região de foz: “com esta restinga, que tem quatorze léguas, apartada da terra três, se vai formando dentro uma marinha, onde desemboca o caudaloso rio Goandu.”

⁶⁷⁸ “A fundação da colônia do Sacramento devia servir de ponto de partida para um povoamento que, partindo do Prata, iria ter à beira-mar. Este plano falhara; restava o plano contrário: estabelecer-se na *marinha*, estender-se pelo interior até chegar às águas platinas, em outros termos, povoar o rio de São Pedro, mais tarde chamado Rio Grande do Sul.”

⁶⁷⁹ “Se fosse na *marinha*, era preciso ter em consideração o abrigo, a profundidade e a capacidade de defesa do porto e, quando possível, que o mar não batesse da parte do sul ou do poente.”

⁶⁸⁰ Rememore-se que Foucault (2007 [1966], pp. 155) designa de derivação um desvio no sentido original de determinada palavra, que lhe modifica o que primitivamente lhe foi conferido, o que, no caso aqui tratado, funcionou para ampliá-lo.

sal” (hoje, mais comumente, ao menos no Brasil, chamadas de salinas) como estruturas destinadas à extração desse produto.

Mas é importante dizer que a proibição do uso das marinhas (ou marinha) para a produção de sal não representou sua liberação para outros fins. Sendo a via marítima a principal forma de ligação entre as Capitanias do Brasil, e a única possível entre a colônia e a Metrópole, era ordinário que a Coroa portuguesa se preocupasse em resguardar a soberania sobre esses espaços. Nesse mister, a Ordem Régia de 4 de dezembro de 1678, ao resolver questão alusiva ao corte de manguezais na cidade do Rio de Janeiro, afirmou que os aludidos espaços (ecossistemas na atualidade), por “nascerem em salgado”⁶⁸¹, onde só chega o mar e com enchente”, seriam regalia Real⁶⁸², de maneira que a população da localidade poderia promover o corte dos mangues⁶⁸³ para usar a madeira na construção de casas e para provisão de lenha, excluindo-se, por conseguinte, a pretensão de domínio dos jesuítas formulada em requerimento

⁶⁸¹ Para o verbete “salgados”, o dicionário Priberam apresente a seguinte definição: Terrenos, na vizinhança do mar, onde aparecem ligeiras eflorescências salinas. (<https://dicionario.priberam.org/salgados>). Micael (2011, p. 64) explica o sentido da expressão “salgados”, que seria sinônima de “sapais”. Ele diz o seguinte: “Os sapais são conhecidos pela designação de salgados ou de zonas entre-marés, áreas de grande diversidade biológica e onde se desenvolveram espaços de salinas.”

⁶⁸² O entendimento no sentido de que as concessões de terras pelas câmaras não compreenderiam as regiões de salgados não é absoluto, havendo ao menos um precedente que o contraria. Nesse sentido, Moraes (1886, p. 191) faz referência à concessão dos salgados do Recife, sob o regime de aforamento, em favor de Antônio de Albuquerque, que pretendia aterrar aquela localidade e construir nela o pátio para funcionar como entreposto de comércio, concentrando ali a importação e a exportação de produtos para a região. O pleito feito à Câmara de Olinda foi deferido em 1597, sendo confirmado em 1601 pelo Rei Dom Felipe, soberano durante o período conhecido por União Ibérica (1580-1640).

⁶⁸³ Há quem tenha analisado esse episódio, ocorrido em 1678, como um precedente de estímulo estatal à devastação dos manguezais. De fato, não se pode dizer que cortar mangues não seja uma “agressão” ao ambiente, na medida em que se corta (“agride”) algo com vida. “Agressão” semelhante praticavam os índios, quando cortavam (“agrediam”) uma árvore para fazer uma canoa ou uma cabana, por exemplo. Mas sem uma análise específica do caso concreto (o que esta tese não comporta), não há dúvida de que qualificar aquele episódio como “devastação” é um exagero, quicá um julgamento enviesado pela tendência demasiada humana ao anacronismo (como bem disse Veyne). Não se quer, com esse argumento, manifestar aprovação à prática de cortar mangues, nem àquela relatada acima (ocorrida em 1678), nem alguma que possa ser realizada na atualidade. Quer-se dizer, de outro modo, que qualificar de “devastação” aquele uso (em 1678, repita-se) pela população (em detrimento do interesse dos “empresários” jesuítas) e para fins de subsistência (construir casa, fazer lenha, etc.), seria equivalente a afirmar que se promove política de segurança e combate à violência criminalizando o uso de certas substâncias e aderindo ao discurso de “guerra às drogas”, direcionando ações de repressão especialmente aos sujeitos do tráfico que conhecemos popularmente como “aviõesinhos” (como regra, “pobres e pretos”). E prosseguindo as comparações que se prestam a ratificar a procedência do argumento, o embuste da “guerra às drogas” como medida de combate à violência é semelhante ao pensamento de que se preserva o “meio” ambiente urinando apenas durante o banho, como sugeriu a *top model* brasileira Gisele Bündchen, em uma campanha que se popularizou com o nome “faça xixi no banho.” Melhor dizendo, a comparação é desmedida, pois a “guerra às drogas” faz muito mais mal do que simplesmente fazer “xixi no banho” e achar que isso se colabora com a resolução da crise ambiental moderna, já que aquela guerra produz vítimas de verdade. Mas a ideia do embuste, do discurso estruturalmente elaborado para confundir, da justificação de medidas de exceção a partir de afeto *medo* (insegurança pública e ambiental), estão presentes em ambos os exemplos. Sobre a elaboração do discurso da “guerra às drogas”, recomendo o livro *O direito penal da guerra às drogas* (2019), de autoria do ilustre e sensato Magistrado (com “M” maiúsculo) Luís Carlos Valois. E em lugar da campanha “faça xixi no banho”, recomendo o documentário *Cowspiracy: o segredo da sustentabilidade* (2014), disponível na Netflix (veja lá, Gisele!).

firmado pelo Reitor do Colégio da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro, Padre Bernabé Soares.

O entendimento de que são de domínio (regalia) da Coroa os ambientes em terra que recebem influência do mar foi reafirmado na Ordem Régia de 21 de outubro de 1710, que também estabelecia que o ambiente correspondente à marinha não deveria estar abrangido nos direitos passados pelas câmaras municipais: “as sesmarias nunca deviam compreender a marinha⁶⁸⁴, que sempre deve estar desimpedida para qualquer incidente do Meu serviço, e defesa de terra”. A regalia Real sobre as marinhas (ou marinha) impunha, assim, a proibição de transferência de qualquer parcela de domínio, sendo defesa a apropriação daqueles espaços por outras “entidades” públicas (câmaras municipais) ou não (Igreja, por exemplo, como se sucedeu com a Ordem mencionada no parágrafo anterior), o que equivale dizer que as marinhas integravam o que hoje classificaríamos como patrimônio indisponível⁶⁸⁵ do Estado, na época, da Coroa portuguesa (hoje, da União).

Ao tratar de questão relativa a construções realizadas na cidade, as quais estariam avançadas de tal modo em direção ao mar a ponto de deixarem “as praias sem marinha”⁶⁸⁶, a Ordem Régia de 7 de maio de 1725 reiterou o caráter indisponível das marinhas, afirmando que elas deveriam permanecer desimpedidas para o serviço da Coroa e para o uso comum. No referido ato, o soberano português também questionou o Capitão-geral da Capitania do Rio de Janeiro sobre a conveniência de delimitar a largura das marinhas entre o mar e as construções

⁶⁸⁴ A bem da verdade, a confusão acerca dos limites das sesmarias era provocada pela redação das cartas de concessão. Nesse sentido, referencio, apenas para ilustrar, trecho da que foi passada em 8 de janeiro de 1574, na Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em favor de Antônio Mariz: “(...) Vossa Senhoria que havendo respeito ao acima lhe faça mercê de lhe dar de sesmaria meia légua de terra na praia que está defronte da Ilha de Maricá, começando de onde acabar a dada de Francisco Duarte Betancor por diante ao longo d’água salgada pela praia até se encher da dita meia légua de terra com outra tanta para o sertão pela terra dentro tudo cortando ao direito pelo rumo d’agulha de parte a parte no que receberá mercê.” (BRASIL, 1997, p. 86). A confrontação da sesmaria com a praia também é afirmada nas cartas dadas a Crispim da Cunha e Bastião Gonçalves, ambas datadas de 08/01/1574 (BRASIL, 1997, pp. 90/98).

⁶⁸⁵ Sobre o que corresponde, na atualidade, o princípio da indisponibilidade, Di Pietro (2018, p. 135) explica o seguinte: “Ligado a esse princípio de supremacia do interesse público – também chamado de princípio da finalidade pública – está o da indisponibilidade do interesse público que, segundo Celso Antônio Bandeira de Mello (2004:69), “significa que sendo interesses qualificados como próprios da coletividade – internos ao setor público – não se encontram à livre disposição de quem quer que seja, por inapropriáveis.”.

⁶⁸⁶ A forma como a expressão entre aspas foi construída sugere que as marinhas estariam contidas em nas praias, como se as praias contivessem as marinhas, mas, em razão do avanço das construções em direção ao mar, estivessem as perdendo (ficassem sem). Dessa expressão também se deduz que as praias seriam o espaço que “toca” no mar, ou seja, aquele espaço de terra que restou depois do avanço das construções e da ocupação das marinhas. Fixar essas distinções é importante, uma vez que, diferentemente do que se sucede na atualidade, em que os conceitos e definições desses institutos constam na legislação vigente, a qual cuida de apontar os elementos por meio dos quais eles poder ser caracterizados, o mesmo não se sucedia na época em que foram editados os atos em apreço.

existentes na localidade, de modo a evitar dúvidas quanto à definição das áreas em que não se poderia edificar.

Essa indagação não foi respondida expressamente, pois a Ordem Régia de 10 de dezembro de 1726, que trata das mesmas construções, não estabeleceu uma dimensão para faixa de terras que devesse corresponder às marinhas. Pelo seu teor, verifica-se que o avanço das construções, além de prejudicar a circulação de pessoas, representava também um problema para o embarque e o desembarque de provimentos para a Cidade, dando-se conta, ainda, que o próprio mar estaria sofrendo com esses avanços, em decorrência dos quais se acumulavam “areias” e se originava uma “nova praia”⁶⁸⁷, ficando diminuídos o molhe e o atracadouro por meio dos quais se tinha acesso às embarcações. Apesar dos problemas causados para a Coroa e a população em geral, o “preço considerável”⁶⁸⁸ das construções foi levado em conta pelo soberano português para o fim de preservá-las, embora tenha determinado que “ninguém se possa alargar um só palmo para o mar, nem edificar nas praias.”

A Ordem Régia de 10 de janeiro de 1732, que determinou ao Governador do Rio de Janeiro não consentir que “se aproprie pessoa alguma das praias e mar”, afirmou expressamente, no que concerne às praias, o mesmo caráter de indisponibilidade conferido aos mangues (Ordem Régia de 04/12/1678) e às marinhas (Ordens Régias de 07/05/1725 e de 10/12/1726), estabelecendo que aqueles bens deveriam ser destinados ao uso comum do povo (“comum para todos os moradores”).

Assim, pode-se afirmar que, em relação a todos os espaços que integravam a região de interação do continente com o mar, a indisponibilidade era a regra geral, sendo conveniente rememorar que, além do invocado interesse da Coroa e do uso comum do povo, essa condição, especificamente em relação às marinhas, foi imposta por razões de caráter econômico, a fim de obstar o desenvolvimento de atividade que pudesse concorrer com a produção de sal da Metrópole. O que é importante compreender, destarte, é que foram as contingências decorrentes das condições sociais e econômicas que determinaram o uso ou a abstenção do uso em relação àqueles espaços.

Após 1808, com a transferência da Família Real para o Rio de Janeiro, as condições socioeconômicas, que aqui poderiam ser chamadas de “problemas”, eram outras. Ao ser

⁶⁸⁷ É esse o primeiro registro dos espaços que atualidade correspondem aos terrenos, ou seja, aqueles “que se tiverem formado, natural ou artificialmente, para o lado do mar (...)”, conforme dispõe o art. 3.º do Decreto-lei n.º 9.760/1946.

⁶⁸⁸ De “preço considerável” ficam, mas não podem avançar “um palmo sequer”. Queria ver se fossem barracos...

expedido o Decreto de 21 de janeiro de 1809, as aflições do Príncipe Regente diziam respeito à deficiente estrutura urbana do Rio de Janeiro, que demandava novos espaços para moradia e serviços, como decorrência do abrupto incremento populacional⁶⁸⁹ e da elevação à nova condição como sede da Coroa. Havia, ainda, a necessidade de custear os gastos com a manutenção da Família Real, da Corte e dos funcionários, os quais foram em muito elevados com a transferência para Brasil. E, ainda, havia urgência de obter o apoio político indispensável para que a própria Coroa pudesse subsistir como instância política soberana, sobretudo em relação ao Brasil, onde, no século anterior, iniciativas de emancipação já haviam sido ensaiadas.

Em decorrência daquelas contingências (“problemas”) e do estabelecimento de uma nova diretriz de utilização, uma parcela das praias⁶⁹⁰ teve flexibilizada a condição de indisponível e se tornou passível de utilização privativa, mediante a demarcação e a disponibilização àqueles que mais pudessem “oferecer e (...) em breve tempo principiar a edificar (...)”.

Como se pôde brevemente demonstrar, não foram preceitos evolutivos ou, ainda, qualquer lógica de aperfeiçoamento, supostamente motivada pelo intento de zelar pelos ambientes em questão, que ensejaram a criação dos terrenos de marinha. Longe disso, as condições em que se deu essa invenção foram informadas pela tensão e pela urgência⁶⁹¹, as quais determinaram olvidar os argumentos reiteradas vezes invocados para manter mangues, marinhas e praias desembaraçadas e destinadas apenas ao serviço da Coroa e ao uso comum do povo, e romper com a pretérita diretriz de (não) destinação, viabilizando, com isso, a apropriação privada dos tais terrenos.

⁶⁸⁹ Há grandes divergências quanto ao número de pessoas que acompanharam a família real portuguesa durante a fuga para o Brasil. Segundo Malerba (2000, p. 233), teriam chegado com a corte portuguesa aproximadamente 15.000 (quinze mil) pessoas. Contudo, Cavalcanti (2007, p. 154), afirma que apenas 420 pessoas teriam acompanhado a família real na chegada em 1808.

⁶⁹⁰ As praias seriam um espaço mais abrangente, que compreendia o que na época se conhecia por “marinhas” e que, até então, deveriam permanecer livres para o serviço real (Ordens Régias de 21 de outubro de 1710 e de 7 de maio de 1725), defesa da terra (Ordem Régia de 21 de outubro de 1710) e para o uso comum (Ordem Régia de 7 de maio de 1725). Conforme já mencionado, a conclusão de que as praias seriam esse espaço mais abrangente se chega a partir da leitura da Ordem Régia de 7 de maio de 1725. Para que se evite qualquer confusão, convém transcrever trecho da aludida Ordem: “Faço saber a vós Ayres de Saldanha de Albuquerque, Governador e Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro, que o Provedor da Fazenda Real dessa Capitania Bartholomeu de Siqueira Cordovil Me representou em carta de 14 de agosto do ano passado, que, chegando desse Reino a essa Cidade, restituído à sua ocupação em o ano de 1722, achara que alguns moradores, que possuem casas da banda do mar, tratando do seu acrescentamento, as avançaram tanto a ele, que totalmente deixaram as praias sem marinha, não só em prejuízo do bem público, mas da Minha Real Fazenda;” (Grifo nosso). Esse trecho sugere, como já consignado, que as praias corresponderiam a um espaço mais amplo, no qual estariam compreendidas (contidas) as marinhas.

⁶⁹¹ Prova disso é que, num intervalo de aproximadamente 14 (catorze) anos, o Brasil experimentou três condições políticas distintas, sendo elevado de colônia extrativista (1808) à condição de Reino Unido (1815), para pouco depois ser afirmado como Estado independente (1822).

Em face dos novos problemas da Coroa, inventou-se um novo conceito: os “terrenos” (ainda sem nome próprio) a serem demarcados na Gamboa e Sacco do Alferes, cuja nova condição jurídica seria diametralmente oposta à das antigas marinhas⁶⁹². Eis aí a ruptura.

3. A controvérsia da “origem” dos terrenos de marinha: por que fazer correções de narrativas?

Como se percebeu na narrativa apresentada até aqui, sustentou-se e se assentou, a partir de uma adequada e suficiente (ao nosso ver) fundamentação, devidamente instruída com indicação de fontes documentais e bibliográficas referenciadas e verificáveis, que os terrenos de marinha, ao serem demarcados das praias da Gamboa e do Sacco do Alferes a partir de 1809, inaugurariam uma nova condição jurídica para os espaços que, antes como marinhas (ou marinha ou, ainda, marinhas de sal), eram considerados indisponíveis e insuscetíveis de utilização privativa. Assim, afirmamos a existência de uma relação de anterioridade (e não de identidade) entre um instituto (marinhas) e outro (terrenos de marinha).

A despeito de tudo o que foi apresentado, a questão relativa aos conceitos antecedentes ao de terrenos de marinha ainda é controvertida, havendo quem sustente que estes encontrariam nas lezírias portuguesas sua “origem” mais remota.

Nesse sentido, Obéde Pereira de Lima (2002, pp. 18-19) afirma o seguinte:

De acordo com a experiência e tradição jurídicas de assegurar às populações e à defesa nacional o livre acesso ao mar e às áreas litorâneas, cuidou logo o Rei de Portugal de proteger essas beiras de mar, pauis, mangues, ou o nome mais comum da Península Ibérica – LEZÍRIAS – que sempre foram consideradas bens reguengos ou realengos, isto é, destinados para as despesas dos Senhores Reis, cuja propriedade particular plena não se admitia, estabelecendo em 04 de fevereiro de 1557⁶⁹³ um regimento, ou regulamento para seu uso, e pelo Decreto de 05 de março de 1664, proibia-se a concessão de terras nas lezírias e pauis (Leivas, 1977).

Em outro trecho de sua tese, Lima (2002, p. 21) sugere novamente a vinculação dos terrenos de marinha às lezírias, sendo oportuno se promover também a transcrição desse trecho:

⁶⁹² Essa ruptura, que é coisa bem distinta de uma mera sucessão, foi uma das razões pelas quais nesta tese se adotou a expressão “destacamento”, ao aludir o fato de os terrenos de marinha terem as marinhas como antecedentes. São institutos absolutamente distintos, que se identificavam apenas quanto ao espaço, mas que divergiam em tudo o mais (indisponibilidade, vocação, condição de uso, etc.).

⁶⁹³ O ano efetivamente mencionados por Leivas (1977, p. 112) foi 1577, e não 1557.

As questões sobre a propriedade dos terrenos de marinha e seus acréscidos têm raízes já nos seus antecedentes, conforme relata Leivas (1977) que, sob a capa de que as lezírias eram apenas os aluviões de rios, e não dos salgados, procuraram alguns poderosos no Rio de Janeiro, através da chicana e ao arripio da lei, apoderar-se da propriedade plena dos mesmos, e que o assalto ao Patrimônio Régio foi chefiado, por volta de 1675, pelas ordens religiosas, que intentaram apossar-se dos mangues. Este fato gerou um tumulto a tal ponto que a Câmara representou à Coroa, em 31 de agosto de 1677, na defesa da população, pedindo que os mangues fossem restituídos ao gozo público, “porque tendo origem no salgado eram de sua natureza realengos”, no que a Carta Régia de 04 de dezembro de 1678 deu razão aos moradores, consagrando e reafirmando a propriedade pública dos mangues.

No parágrafo que se segue ao que foi acima transcrito, Lima (2002, p. 21) afirma que as áreas dos manguezais mencionados na Ordem (e não Carta, como citado) Régia de 4 de dezembro de 1678, posteriormente

(...) ficaram conhecidas⁶⁹⁴, também, como marinhas de sal ou simplesmente marinhas, porque em algumas delas se fazia a extração do sal da água do mar e se desenvolviam atividades de pesca (Santos 1985; Zimmermann, 1993).

Lima não explica, contudo, como teria se dado essa passagem de uma coisa (“lezírias”) à outra (“marinhas”), ou seja, a mudança de qualificação dos tais manguezais, que antes seriam lezírias, “mas ficaram conhecidos, também, como marinhas de sal ou simplesmente marinhas (...)”.

A despeito das afirmações de Lima, com as escusas que forem necessárias para discordar, sustentamos a tese de que a associação dos terrenos de marinhas (inventados no Brasil) às lezírias é manifestamente equivocada, conforme este tópico se dedicará a demonstrar.

Mais adequado talvez fosse falar em reforçar a demonstração, pois a narrativa já construída nesta tese seria suficiente para firmar a certeza de que é com as marinhas (ou marinha ou, ainda, marinhas de sal⁶⁹⁵) que os terrenos de marinha têm relação (que não é de identidade, ressalte-se, conforme ficará ainda mais claro).

⁶⁹⁴ Apesar de Leivas fazer alusão à expressão “lezírias” ao introduzir o tema relacionado à “origem” dos terrenos de marinha, num trecho de seu artigo que ele denominou de “A tradição”, é imperioso ressaltar que ele não chegou a afirmar expressamente que aquele instituto (as lezírias) deram origem a este (terrenos de marinha). Essa circunstância desautoriza tributar a Leivas a autoria da ideia de vincular os terrenos de marinhas às lezírias, como se remotamente estas tivessem emprestado suas características para a configuração daqueles. Independentemente de Leivas concordar com essa ideia, ou mesmo que ele a tenha inaugurado, admitindo-se que ele, antes, quisesse sugerir tal associação, foi Obéde Lima quem a enunciou expressamente. Assim, se não criada por Lima, essa tese é por ele compartilhada, defendida e difundida.

⁶⁹⁵ Interditadas para esse fim até 1803, conforme explicado anteriormente.

Mas esse equívoco não ensejaria a dedicação de tempo e esforço para sua desconstrução se não fosse o fato de que, após a tese de Obéde Pereira de Lima, essa indevida associação (lezírias/marinhas/terrenos de marinha) foi difundida e adotada como verdade, a ponto de se “naturalizar” a existência de uma espécie de linha “evolutiva” entre esses institutos, chegando essa “verdade” a ser incorporada à documentação oficial da Secretaria do Patrimônio da União, conforme se vê pelo *slide* de determinada apresentação realizada em 2014, o qual a seguir será reproduzido.

Imagem 09 - Slide 7/13: Apresentação do Departamento de Destinação Patrimonial, Coordenação-Geral de Apoio ao Desenvolvimento Local (6 de agosto de 2014)⁶⁹⁶



Fonte: Portal da SPU na Internet

O “mal menor” que seria a difusão de uma ideia desconforme com os fatos⁶⁹⁷, torna-se um “mal maior”, quiçá um grave equívoco, na medida em que termina ocultando as características dessemelhantes dos institutos em questão (lezírias, marinhas e terrenos de

⁶⁹⁶ Apresentação no GT Turismo Náutico, realizada por Reinaldo Redorat (Departamento de Destinação Patrimonial, Coordenação-Geral de Apoio ao Desenvolvimento Local), em 6 de agosto de 2014).

⁶⁹⁷ Embora a história, sempre que possível, deva guardar uma relação de conformidade com os fatos passados que ela supostamente pretende “reconstituir”, admite-se inexistir uma soberania das possibilidades narrativa, sobretudo porque os acontecimentos históricos são essencialmente lacunares e polissêmicos.

marinha), ao sugerir haver entre eles uma “linha sucessória”, quase evolutiva. O que é mais grave nisso é se ignorar, e fazer com que se ignore, o fato de que esses institutos funcionaram para finalidades essencialmente diversas, sendo as distinções entre eles muito mais amplas que uma singela mudança de nome (“posteriormente [...] ficaram conhecidas [...]”). Foram descontinuidades, rupturas ensejadas por contingências bem diversas, que não decorreram por obra do mero acaso.

Mas adiemos a problematização dessa sugestão de “evolução”, demonstrando (ratificando a demonstração, melhor dizendo), agora, a impropriedade da tese sustentada (por criação ou por adesão de Obéde Pereira Lima) em associar lezírias e marinhas (e, mediatamente, aos terrenos de marinha).

Entendo que a investigação, sobretudo em história, deve se iniciar pelo exame do conhecimento produzido sobre o objeto que se pretende analisar. Para se fazer o que recomendou Descartes na primeira de suas meditações, ou seja, duvidar do conhecimento existente sobre algo, é preciso, primeiramente, ter conhecimento da existência em si, mas, além disso, conhecer o conteúdo da coisa cuja existência é sabida. Dizendo de outra maneira, para duvidar de algo, é preciso saber que esse algo existe e, mais que isso, saber em que consiste, ou seja, qual o conteúdo desse algo.

Orientado por essa premissa, comecemos pelo exame do que foi escrito por outros que se debruçaram sobre a mesma questão aqui proposta.

Rodrigo Octávio, em sua obra *Do domínio da União e dos estados, segundo a Constituição Federal* (1897), introduz o tópico dedicado aos terrenos de marinha, promovendo a associação destes às praias e às marinhas, referenciando a Ordem Régia de 21 de outubro de 1710 como o ato a partir do qual se iniciaria a construção do conceito do instituto em análise. Eis a transcrição⁶⁹⁸ dos trechos onde tais argumentos foram apresentados:

TERRENOS DE MARINHA

Tendo nos primeiros anos do século passado, o Senado da Câmara do Rio de Janeiro, aforado terrenos nas praias do mar, o Provedor da Fazenda Real da Capitania, em 20 de maio de 1710, representou ao governo de Lisboa contra as muitas edificações que se estavam fazendo nas marinhas da cidade, que se reputavam necessárias para o serviço da Nação. O Senado da Câmara fundamentava então o seu direito de aforar esses terrenos na doação de sesmarias que lhe havia sido feita e em cuja área acreditava estarem compreendidas as praias do mar.

(...)

⁶⁹⁸ Neste trecho da tese, a opção pelas citações é para não se cogitar que as parafraseei os textos de modo desonesto.

Ficou, portanto, firmado o domínio do Estado sobre os terrenos de marinha, tal se considerando, em vista dos avisos de 18 de novembro de 1818, de 27 de abril de 1826 e 13 de julho de 1827, o espaço de terreno compreendido em 15 braças entre terra firme e o bater do mar em marés vivas.

Noronha, contudo, nada fala acerca das lezírias, não mencionando tal expressão (no singular ou plural) em momento algum do seu livro.

Em 1893, em *O patrimônio territorial da municipalidade do Rio de Janeiro e o Direito Enfitêutico*, Carlos de Carvalho (1893, p. 32) também sustentou a relação entre os terrenos de marinha e “Antiga marinha da Cidade”⁶⁹⁹, conforme trecho que segue transcrito:

c) - A antiga marinha da Cidade.

Antes de regulada, como fez a legislação moderna, essa parte do domínio do Estado, conhecida pelo nome de marinhas, prestou-se a toda a sorte de invasões, que, toleradas e depois legalizadas, converteram-se em domínio particular, pleno ou menos pleno.

Assim como Noronha, Carvalho também não faz qualquer menção à palavra lezíria(s), verificando-se silêncio semelhante também no *Manual do Procurador dos feitos da Fazenda Nacional* (1873) e no Suplemento ao Manual do Procurados dos feitos da Fazenda Nacional (1873), ambos de autoria de Augustinho Marques Perdigão Malheiros.

No livro *A Constituição do Brazil: notícia história, texto e comentário* (1897), de Aristides A. Milton, este autor não somente relaciona os terrenos de marinha às marinhas (as marinhas sal, não à Força Armada), como chega ao ponto de (impropriamente⁷⁰⁰) confundir esses institutos:

Anteriormente, em sessão de 31 de agosto de 1892, o senado havia rejeitado um projeto de lei, em que se declarava — que as expressões terras devolutas compreendiam terrenos de marinha e acrescidos, os quais eram então transferidos para o domínio dos Estados.

— No Distrito Federal, a municipalidade é simplesmente usufrutuária das marinhas, cujo senhorio direito é a União. Por consequência, o governo local só pode aforá-las, mediante ainda assim aprovação do ministro da fazenda. (Dec. n. 4.105 de 2 de fevereiro de 1868, lei n. 3.348 de 20 de outubro de 1887, dec. n. 100 A de 28 de dezembro de 1889, parecer n.31 de 1898, formulado pela comissão de justiça e legislação do senado federal.)

⁶⁹⁹ Conforme consta na nota de rodapé n.º 752, Los Rios Filho (1946, p. 210) explica que, pela expressão “marinha da cidade”, era conhecida “a zona litorânea que ia dos cais Pharoux ao dos Mineiros.”

⁷⁰⁰ A impropriedade reside no fato de que esse comentário foi feito em 1897, quando não mais se cogitava qualquer confusão entre os institutos. E, note-se, que ele faz alusão às “marinhas”, no plural, que não poderia ser tomado, em 1897, como expressão equivalente à “marinha da Cidade”, ou seja, determinada região litorânea do Rio de Janeiro.

A palavra lezíria(s) também não é mencionada no livro *Terrenos de marinha: Formulários Jacintho* (1923), de José Tavares Bastos, onde este alude (pp. 22-23), tal como os anteriormente mencionados, à existência de relação entre terrenos de marinha e as marinhas, fazendo-o nos seguintes termos:

— NO PERÍODO COLONIAL: *Na época das Ordenações Filipinas*: Nessas não havia disposição expressa a respeito. Cabia ao Soberano tão-somente o direito real das rendas, que antigamente costumavam levar das Marinhas, em que se fazia o sal no mar, ou em qualquer outra parte.

(...)

Da leitura dos §§ anteriores, entretanto, se induz que as Ordenações citadas reportavam-se ao exclusivo domínio desses terrenos como pertencendo ao dito soberano – Patrimônio Real.

Não se conhecia, como já vimos, no antigo direito português a propriedade das marinhas. Apenas o Estado reservara para si as marinhas do sal, salinas, sobre as quais o Alvará de 10 de maio de 1672 providenciara (RODRIGO OCTÁVIO, Dom. da União, ed. 1897, nota 135).

Aarão Reis, em sua obra *Direito Administrativo Brasileiro* (1923), prefaciada por Augusto Tavares de Lira⁷⁰¹, igualmente silencia sobre as lezírias, promovendo, de outro modo, a associação dos terrenos de marinha com as marinhas:

Em relação ao Brasil, data de 1678 a mais remota deliberação formal tomada e expedida — a respeito dos terrenos de marinha e acrescidos da cidade do Rio de Janeiro — pela Ordem Régia de 4 de dezembro, que, expressa e terminantemente, estipulava serem — estes mangues de minha propriedade (falava ElRey, representante nato, então, da coletividade nacional), por nascerem em salgado onde o mar só chega com a enchente.

À deliberação tal seguiram-se vários Avisos explicativos, confirmando, todos, o mesmo princípio, e são: - o de 18 de novembro de 1818, determinando serem sempre reservados, da linha d'água para dentro, 15 braças pela borda do mar; - o de 29 de abril de 1826, já do Império, esclarecendo dever de ser contada à distância de 15 braças do bater do mar nas marés-vivas, e frisando o que se chama, propriamente, marinhas; - o de 13 de julho de 1827, definindo, em termos precisos, terreno de

⁷⁰¹ Augusto Tavares de Lira, ilustre contrerrâneo potiguar, nascido em 1872 no Macaíba, onde, em 1994, coincidentemente assumi meu primeiro cargo público (Patrulheiro Rodoviário Federal, posteriormente transformado em Policial Rodoviário Federal, denominação esta que subsiste na atualidade). Tavares de Lira, como é conhecido (e como se apresentava): “Foi governador do Rio Grande do Norte,[1] ministro da Justiça e Negócios Interiores do governo Afonso Pena e ministro da Viação e Obras Públicas no governo de Venceslau Brás; Deputado e senador durante a República Velha. Integrou quando deputado a Comissão da Câmara dos Deputados que procedeu a revisão do Projeto do Código Civil. Foi também ministro e presidente do Tribunal de Contas da União, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Historiador com inúmeros textos históricos publicados, autor de uma História do Rio Grande do Norte.” (https://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_Tavares_de_Lira.)

marinhas o que se compreende em 15 braças de terreno contadas do ponto onde chega a maré nas maiores enchentes.

A relação entre marinhas e terrenos de marinha é afirmada, ainda, por (1) Teixeira de Freitas, na obra *Consolidação das leis civis* (1945 [1857], p. 44); (2) Clóvis Beviláqua⁷⁰², em *Teoria geral do Direito Civil* (2001 [1908] pp. 273-274); (3) Lafayette Rodrigues Pereira (1922, p. 305/308), em *Direito das coisas* (1922); (4) Manuel Madruga (1928, pp. 65-66), em seu clássico e extenso *Terrenos de marinha, volume I* (1928); e por (5) Themístocles Cavalcanti (1950, p. 104), que sobre o tema lecionou:

Toda a nossa legislação, como veremos, desde as nossas primeiras leis, alvarás e decretos sobre as marinhas, até os decretos-leis mais recentes, sempre teve como base para demarcação da faixa de terrenos de marinha, a linha do preamar médio, fixado este pela influência das marés, em certas e determinadas épocas.

Não há exagero ou indevida generalização na afirmação de Themístocles Cavalcanti, pois realmente é “toda a nossa legislação” que estabelece essa relação entre as marinhas e os terrenos de marinha, assim como é também “toda a nossa legislação” que rejeita qualquer vinculação dos terrenos de marinha com as lezírias.

Nesse mister, como demonstrado antes, nenhum ato normativo que tenha tratado das marinhas ou, ainda, dos terrenos de marinha, chegou a associar tais institutos às lezírias, tampouco a estas fizeram qualquer alusão. Na verdade, nas buscas realizadas para a elaboração desta tese⁷⁰³, a única referência às lezírias foi feita na Carta de Doação da Ilha de Santo Antônio⁷⁰⁴ (atual Vitória, capital do Espírito Santo), tratando-a como sinônimo de “ilha”. Além dessa, nenhuma outra em documentos oficiais.

⁷⁰² Em seu *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil comentado, volume I* (1916), Beviláqua se refere superficialmente aos terrenos de marinha, não tecendo comentários que se possa dizer que aludiriam à relação desses bens com as marinhas. Ele faz (BEVILÁQUA, 1927 [1916], p. 293), contudo, referência a autores citados nesta tese, especialmente Octávio Noronha e Eptácio Pessoa, que afirma essa relação.

⁷⁰³ A propósito dessa questão, realizadas consultas a documentos digitalizados e disponíveis no Arquivo da Torre do Tombo, no *Ius Lusitaniae* (Fontes Históricas de Direito Português) e outros repositórios de legislação portuguesa, no Arquivo Nacional Brasileiro, na Câmara dos Deputados (do Brasil), Senado Federal, Supremo Tribunal Federal (obras históricas), e outros tantos repositórios de documentos históricos, somente um resultado foi apontado para “lezíria”, a qual dizia respeito à já mencionada Carta de Doação da Ilha de Santo Antônio (Vitória/ES). Nenhum dos outros resultados apontados como respostas positivas para os termos “lezírias”, “lizíria”, “lizírias”, “lezira” ou “leziras, tinham qualquer relação com o Brasil.

⁷⁰⁴ A Carta de Doação foi passada pelo Rei Dom João III, em 8 de janeiro de 1549, confirmando escritura de doação lavrada por Vasco Fernandez Coutinho em favor de Duarte Lemos. Transcrevo pequeno trecho da aludida carta: “(...) alvará da dita doação da dita ilha ou lezíria de Santo Antônio (...)”. A íntegra do documento pode ser consultado em: <http://spiritosancto.org/documentos/08-01-1549-carta-regia-regulando-a-doacao-da-ilha-de-santo-antonio-a-duarte-de-lemos-por-vasco-fernandes-coutinho/>.

Este silêncio da legislação (luso-brasileira⁷⁰⁵ e brasileira) em relação às lezírias, cotejado às recorrentes alusões feitas às marinhas (ou “marinha” ou “marinhas de sal”), estas que se iniciam ao menos no ano de 1534⁷⁰⁶, diz muita coisa. Diz, em primeiro lugar, que a expressão lezíria, significando ilha ou *ínsua*, não é usual no português brasileiro, pois ainda que tenha constado em outros documentos além da Carta de Doação acima mencionada, a manifesta escassez é evidência de seu desuso.

Mas o que é mais importante considerar é que este silêncio também determina a impossibilidade de se estabelecer qualquer relação entre nos institutos das lezírias e das marinhas, bem como de se admitir haver, entre um e outro, uma singela sucessão de nomes⁷⁰⁷.

Se os fundamentos construídos a partir da doutrina e da legislação já desautorizam a associação proposta pela tese de Obéde Pereira de Lima, a semântica também não a sustenta. Nesse mister, de acordo com o dicionário Léxico, a palavra lezíria significa “terreno alagadiço, na margem dos rios. Margens, que os rios alagam na enchente”⁷⁰⁸. O dicionário⁷⁰⁹ Priberam contém três possíveis definições para a palavra “lezíria”⁷¹⁰. A primeira delas, semelhantemente à apresentada pelo Léxico, afirma que lezíria é “terreno alagadiço nas margens de um rio”. Diz-se, ainda, que pode ser tomada como significado de *ínsua*⁷¹¹. A última, que lezíria pode ser uma “Ilhota de nateiros”⁷¹².

Antes de analisar o conteúdo de tais verbetes, consideremos, por ser questão pressuposta, o que se deva considerar por definição e, mais ainda, por uma correta definição. Sobre o tema, Aristóteles (Tópicos, livro I, p. 351) afirma que a definição se presta a apontar a essência de uma coisa. Em seguida, prescreve que tudo aquilo que for supérfluo não deve constar em uma definição (ARISTÓTELES, Tópicos, livro I, p. 470), sob pena de ser esta considerada incorreta (ARISTÓTELES, Tópicos, livro I, p. 472). A conjugação dessas

⁷⁰⁵ Entenda-se por legislação luso-brasileira aquela editada pela Coroa lusitana para fins de regulação de questões relativas ao Brasil, sua colônia americana.

⁷⁰⁶ Conforme mencionado anteriormente, as cartas de doação passadas aos donatários das capitanias faziam expressa menção às expressões “marinhas de sal” e “marinhas”, tratando-as, então, como sinônimas.

⁷⁰⁷ A sugestão de sucessão (...) ficaram conhecidas, também, como marinhas de sal ou simplesmente marinhas, porque em algumas delas se fazia a extração do sal da água do mar e se desenvolviam atividades de pesca (Santos 1985; Zimmermann, 1993).

⁷⁰⁸ <http://www.lexico.pt/leziria/>.

⁷⁰⁹ Importante consignar que os dicionários acima são do português de Portugal, informação que se mostra relevante na medida em que, embora a língua tenha a mesma matriz semântica, há várias palavras que apresentam significados diferentes em Portugal e no Brasil.

⁷¹⁰ <http://www.priberam.pt/dlpo/lez%C3%ADria>.

⁷¹¹ *Ínsua*, também segundo o Priberam, pode ser uma “ilha formada numa foz ou por um rio” ou um “terreno marginal de rio” (<http://www.priberam.pt/dlpo/%C3%8Dnsua>).

⁷¹² Segundo Priberam, “nateiros” significa o “lodo fertilizador formado pela água das chuvas e detritos” ou “lodo depositado pelos rios quando se espriam com as grandes cheias” (<http://www.priberam.pt/dlpo/nateiros>).

premissas autoriza, então, dizer que é a exclusão de elementos (propriedades) que deve orientar o exame quanto ao que seria essencial em uma coisa. Dizendo de outro modo, para saber se algum elemento ou propriedade é essencial, deve-se excluí-lo(a); se com a exclusão a coisa se converter em outra ou se se “desnaturar”, o elemento excluído é essencial. Do contrário, será accidental, ou seja, algo que pode ou não ser integrante (aplicado) de (a) uma coisa, sem que sua falta possa comprometer a existência dessa dita coisa (ARISTÓTELES, *Tópicos*, livro I, p. 353).

Feitas essas considerações, e analisando todas as possíveis definições apresentadas para a palavra lezíria, é possível afirmar que em nenhuma delas há referência a terrenos de marinha, às marinhas, tampouco ao mar ou mesmo à água salgada. O que se constata, de outro modo, é que as lezírias correspondem a uma região natural, no sentido de não serem feitas (ao menos imediatamente) pela ação humana⁷¹³, e que têm elemento característico essencial sua relação com os rios, em especial com as margens desses corpos d’água que estão sujeitas a alagamentos.

Sobre o tema, Beirante (1998, p. 773) explica que a palavra lezírias é de origem árabe, significando “terras que o rio arrasta e se depositam nas margens”. Madaleno (2006, p. 2) também promove a associação das lezírias com os rios, afirmando que elas “são porções de sedimentos fluviais que emergem pouco acima do nível médio das águas do mar e cuja fertilidade as eleve como as preferidas tanto pelos homens como pelas aves migratórias.”

Desde há muito que se atesta a relação das lezírias com os rios e suas margens, sendo essa característica ressaltada por Alberto Carlos de Menezes (1823, p. 83/131), Desembargador da Relação do Porto, em decisão proferida no ano de 1823, como se observa nos trechos que a seguir serão transcritos:

Os bens da Coroa são (...) as terras criadas pelos rios navegáveis, como são ínsuas, lezírias, mochões, acrescidos de inundações; (...)

As lezírias são terras criadas ao longo do Tejo, ou dentro do seu álveo, separadas de outras lezírias, ou juntas a outras lezírias já antigas da Casa Real; no Rio Mondego chamam-se ínsuas essas terras baixas, alagadiças, cortadas de braços, e alcercas, ou escavações dos rios, e suas inundações; são terras, praias, cabeças de áreas criadas nos álveos, e ao longo do Tejo, chamados mochões, assim como o mouchão dos Coelhos, mouchão do Inglês, mouchão de Alfange, e outros de que falo no meu Tratado do melhoramento da Agricultura: todos estes terrenos criados de novo são bens da Coroa, como sabiamente lhes chama este Regimento;

⁷¹³ Rememore-se, conforme já explicado, que as marinhas de sal, tal como mencionadas na Cartas de Doação da primeira metade do século XVI, eram engenhos, ou seja, coisas feitas pela ação humana, e não espaços naturais.

Não se ignora, nem aqui há de se omitir, que em determinadas localidades as lezírias também possam receber a influência das marés, circunstância que é atestada pelo trecho do Relatório de Sustentabilidade de 2010, da Companhia das Lezírias S/A, a seguir transcrito:

Enquanto os terrenos da Lezíria Norte (66 km²) são ligeiros e de origem exclusivamente fluvial, os da Lezíria Sul (68 km²) são constituídos em parte por areias de origem marinha, estão sujeitos às marés e sofrem de forte salinização, apenas mitigada pela água das chuvas e das regas. No perímetro do estuário, existem extensas áreas de sapal de grande valor para a conservação da Natureza.

Contudo, a despeito dessa possibilidade, a constatação de que o alagamento das lezírias pode se verificar também sob influxo das marés, termina é por reforçar a accidentalidade dessa ocorrência, ou seja, sua alternatividade (pode ocorrer ou não), o que confirma a tese de que as lezírias existem (no caso acima, a “Lezíria do Norte”) independentemente da influência do mar. Em outros termos: a influência das marés é ocorrência eventual, casual, e não obrigatória, de modo que um espaço ser ou não qualificado como lezíria não leva em consideração o contato com a água salgada.

O oposto disso é o que se verificava com as marinhas, em relação às quais o contato com a água salgada é tão elementar e beira obviedade, que elas recebiam o predicativo “de sal”. Já foi dito em nota de rodapé, mas a circunstância impõe a repetição no corpo do texto, que a expressão “marinhas” corresponde à terminologia utilizada na documentação da Baixa Idade Média para designar o local de produção de sal (MICAEL, 2011, p. 13), o que explica as diversas referências a esses espaços nos diversos atos normativos referenciados nesta tese, em especial aqueles expedidos entre o final do século XVII e a primeira metade do século XIX. Esses registros depõem contra a indevida associação das lezírias às marinhas, pois, em relação a estas últimas (e, por conseguinte, aos terrenos de marinha), o contato com a água salgada é elemento característico essencial (ainda, e especialmente, para os terrenos de marinha situados nas margens dos rios).

Neste sentido, é conveniente invocar novamente o tirocínio de Themístocles Cavalcanti:

Os terrenos de marinha são aqueles que a lei define como tal. Compreenderão, portanto, as faixas territoriais definidas e delimitadas pela lei.

A sua noção está, entretanto, ligada à orla litorânea como à ação das marés, isto é, à penetração das águas do mar nas praias e no litoral, compreendidas aquelas terras banhadas pelas águas salgadas nas fozes dos rios.

As lezírias e as marinhas não se distinguem apenas em relação às características físicas essenciais. Impropriedades lógicas e cronológicas também inviabilizam estabelecer qualquer relação entre esses institutos, notadamente para sugerir que as lezírias “posteriormente (...) ficaram conhecidas também, como marinhas de sal ou simplesmente marinhas”. A propósito dessa questão, como já registrado neste trabalho, a expressão “marinhas” consta na legislação luso-brasileira ao menos desde 1534, sendo ela mencionada na Carta de Doação da Capitania de Pernambuco, passada por Dom João III em favor de Duarte Coelho, assim como nas demais que transmitiram aos donatários as Capitanias nas terras do Brasil. Isso significa dizer que, ainda que limitemos nossa análise apenas ao Brasil, para que se tivesse verificado aquela “mudança de nome” sugerida por Obéde Pereira de Lima, essa ocorrência haveria de anteceder, necessariamente, aquele ano (1534). Ocorre que o próprio Obéde afirma que somente “em 04 de fevereiro de 1557” teria sido estabelecido o Regimento das Lezírias (LIMA, 2002, p. 19). Forçoso, então, reconhecer uma insuperável impossibilidade lógica e cronológica, que fulmina a cogitada tese da sucessão nominal, pois o que sucede não pode anteceder o sucedido.

E convém que se esclareça, ainda, que o aludido *Regimento das Lezírias e dos Paúis* (Paús) foi instituído em 1576⁷¹⁴ ou 1577⁷¹⁵, e não em 1557.

Outrossim, considerando que as marinhas (no Brasil) receberam disciplina jurídica ao menos desde 1534, bem como que as lezírias tiveram seu Regimento estabelecido em 1576 ou 1577, forçoso concluir que esses institutos coexistiram pelo menos até 1809, quando os terrenos de marinha foram inventados. Nesse longo período, não se tem notícia de qualquer norma lusitana ou luso-brasileira relacionando as lezírias às marinhas, o que significa dizer que os

⁷¹⁴ Sobre essa data, a informação constante no Portal da Torre do Tombo afirma que o aludido regimento teria sido expedido em 24 de novembro de 1576 (<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4310504>). Em todo caso, no aludido Portal, especificamente no campo “Principal legislação aplicável” (ao tema Lezírias) não há menção a nenhuma norma anterior ao do aludido Regimento (1576/1577), notadamente ao ano de 1557, citado por Lima (2002, p. 19). No verbete “lavrador” constante no Dicionário Jurídico de Pereira e Sousa (1827, p. 169), consta a seguinte informação: “A respeito dos privilégios, obrigações &c, dos lavradores das lezírias, veja-se o Regimento de 24 de novembro de 1576, os Alvarás de 4 de fevereiro de 1577, de 3 de outubro de 1696, e a Provisão de 14 de Junho de 1582, sugerindo que algum ato em relação ao tema foi expedido em 4 de fevereiro 1577.” Já no verbete “Lezira” (Lezíria), a informação quanto à data do aludido Regimento é apontada como sendo 4 de fevereiro de 1577: “Lezira significa em geral terra baixa alagadiça. Mais particularmente se diz a terra que está situada ao longo de um rio, e que nas enchentes está sujeita a alagar-se. O Regimento do Provedor das Lezirias, e Paúes foi-lhe dado em 4 de fevereiro de 1577.”

⁷¹⁵ Na base de dados “*Ius Lusitaniae*, Fontes históricas do Direito Português”, para a pesquisa em relação ao Regimento das Lezírias, aponta-se como suposta data desse Regimento o dia 4 de fevereiro de 1577. No entanto, o mesmo Portal faz referência ao Alvará de 3 de outubro de 1696, com a informação de “Acrescentado do Regimento das Lezírias de 24 de novembro de 1576, com diversas providências sobre o mesmo assunto.” Destarte, as informações sobre a data do Regimento das Lezírias são contraditórias nos repositórios de normas portuguesas, mas nenhuma delas faz referência ao ano de 1557.

regimes jurídicos desses institutos existiram de forma paralela e apartadamente, sem o estabelecimento de qualquer ponto em comum.

Ainda sobre a cronologia, convém invocar novamente o pensamento de Deleuze e Guattari (1997 [1991], pp. 30-31), os quais explicam que os conceitos se relacionam uns com os outros em um mesmo plano, que não é espaço tranquilo de convivência, mas um ambiente de tensão chamados por eles de uma “encruzilhada de problemas”. Nesta encruzilhada, e a partir de implicações recíprocas, os conceitos teriam (re)definidos seus contornos, do que poderiam resultar inflexões e rupturas, com a substituição ou mesmo a criação de outros conceitos.

Analisando a questão em conformidade com essa orientação, é possível identificar claramente esse espaço de tensão, de coexistência e substituição entre os conceitos de marinha e de terrenos de marinha. Se atentarmos para o intervalo compreendido entre o Decreto de 21 de janeiro de 1809 e o Aviso de 7 julho de 1829, constataremos que os atos normativos expedidos neste período aludem a uma mesma categoria de espaço físico, mas que foi chamado de diferentes nomes e cujas características de para sua precisa identificação foram sucessivamente construídas. Não se tratou apenas de um “passar a se chamar”, “ficar conhecido” por outro nome; o que ocorreu foi muito mais que isso, verificando-se uma efetiva transformação conceitual, que resultou na mudança de nome⁷¹⁶ e dos demais elementos constitutivos⁷¹⁷.

De outra banda, não há qualquer evidência que indique ter ocorrido uma sucessão de nomes (ou de mais que isso) entre as lezírias e as marinhas, nem se cogita a possibilidade de derivação da noção de lezírias ter se verificado tal como uma bifurcação, em que o conceito original (lezírias) fosse conservado, mas um outro (o de marinhas) ter sido criado.

⁷¹⁶ E ainda que o nome tivesse permanecido o mesmo, haveria de se compreender se tratar de outra “coisa”. Explico melhor e, para tanto, faço referência à noção de marinha. Na primeira metade do século XVI, a palavra marinha foi usada significando o engenho destinado à produção de sal, sendo neste sentido empregada nos forais destinados aos titulares das Capitanias. Nas Ordens Régias de 21 de outubro de 1710, de 7 de maio de 1725 e de 10 de dezembro de 1726, a mesma palavra marinha correspondia ao espaço de interação entre a terra e o mar, que deveria ficar desimpedido para o serviço da Coroa e para o uso comum do povo, tratando-se, portanto, de área em que não se admitia a utilização privativa. Nos atos oficiais expedidos após o Decreto de 21 de janeiro de 1809, dos quais cito exemplificativamente os Avisos de 18 de novembro de 1818 e de 19 de abril de 1826, a expressão marinha, já derivada, corresponde a um espaço determinado (ou determinável) de 15 braças, contadas “do bater do mar nas marés vivas”, que poderia ser utilizado privativamente mediante autorização da Coroa, após ser demarcado e desde que o beneficiário da concessão pagasse àquela instituição a contrapartida pecuniária pela permissão de apropriação de um espaço antes utilizado de forma coletiva. Isso é derivação, ou seja, a mesma palavra modificar o seu sentido “original” (anterior), ampliando o leque de possíveis significados ou passando a representar coisas distintas.

⁷¹⁷ Além do nome, de “terrenos nas praias da Gamboa”, passando para “marinhas”, até chegar finalmente a “terrenos de marinhas”, muda-se sobretudo a vocação de destinação, pois estes passaram a ser utilizados privativamente mediante o respectivo pagamento, enquanto, até 21 de dezembro de 1809, eram destinados ao serviço da Coroa e ao uso comum.

Obéde Pereira de Lima, no entanto, não cuidou de apresentar nenhuma explicação a respeito dessas questões. A ideia de sucessão ou, na melhor das hipóteses, de derivação, foi simples e sumariamente anunciada, posta, diria até que disposta⁷¹⁸, já que não foram apresentados elementos suficientes a sustentar aquela tese, que contrariava tudo (ou quase tudo) o que já havia sido escrito em relação aos antecedentes das marinhas e, por extensão, dos terrenos de marinha.

E há mais um fundamento que autoriza sustentar a distinção e a ausência de relação (especialmente de sucessão) entre as lezírias e as marinhas (e, por conseguinte, entre as lezírias e os terrenos de marinha). Referimo-nos aqui às contingências ensejadoras da invenção desses conceitos, ou seja, aos problemas em relação aos quais eles foram criados como pretensa solução. Sobre essa questão, Deleuze e Guattari (1997 [1991], p. 27) sustentam que “todo conceito remete a um problema, a problemas sem os quais não teria sentido, e que só podem ser isolados ou compreendidos na medida de sua solução (...)”. A criação de conceitos, e mais especificamente, a substituição de conceitos, pressupõe a diversificação quanto aos problemas a que devem responder.

Relacionando, então, cada instituto aqui mencionado aos problemas que os ensinaram, veremos que não há identidade entre eles e, o que mais nos interessa, que as marinhas não sucederam ou foram derivadas das lezírias. Começando por estas, as lezírias⁷¹⁹, constataremos que a institucionalização⁷²⁰ do conceito se deu motivada pela necessidade de regulamentar o uso de uma área (“terreno alagadiço nas margens de um rio”⁷²¹), condicionando as atividades que nela devem ser realizadas, predominantemente relacionadas à lavoura (agricultura e criação de animais).

⁷¹⁸ O argumento de Obéde Pereira de Lima foi se deu em circunstâncias mais gravosas que o anúncio de Pindorama, “o nome Americano do Brasil”, feito por Couto de Magalhães. No caso do General, ao menos houve o cuidado de não desdizer nada que houvesse sido afirmado antes, já que ninguém havia sustentado que, antes do “achamento”, o Brasil tivesse um “nome Americano”. Couto de Magalhães inventou uma ideia (a de que o Brasil antes de Cabral existia como unidade) e lhe deu um nome. No caso de Lima foi diferente, pois a ideia (a associação dos terrenos de marinhas às marinhas, e não às lezírias) já existia, mas foi desconsiderada, sem que a necessária justificação teórica fosse apresentada.

⁷¹⁹ A Companhia das Lezírias, fundada em Portugal no ano de 1836, ainda existe. Seu site é o <https://www.cl.pt/>. Ali se poderá ter uma noção do que são e do que eram as lezírias.

⁷²⁰ O espaço físico em si já existia, tanto que o Regimento das Lezírias alude a ele. A institucionalização, ou seja, o estabelecimento de uma regulação do seu uso, isso vem depois. Na prática, e em regra, funciona assim mesmo, pois a institucionalização é o alcance de determinado conceito ou coisa pelo discurso jurídico, obviamente com os agenciamentos dos discursos político e econômico, que influenciam e determinam elaboração daquele (jurídico).

⁷²¹ “lezíria”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/lez%C3%ADria> [consultado em 30-06-2019].

As marinhas de sal (ou apenas marinhas), conforme já explicado à exaustão, correspondiam, primeiramente, aos locais (feitos, construídos, não naturais) destinados à produção de sal. No Brasil, entretanto, considerando o embaraço imposto pela Coroa portuguesa a essa atividade, cujo estanco somente foi levantado em 1803, derivou-se o sentido dessa expressão, a qual passou a aludir, também, à região litorânea da cidade do Rio de Janeiro, dissociando-se seu significado da ideia original de espaço construído (engenho) e destinado a uma atividade específica, qual seja, a produção de sal. Também sua condição de destinação foi modificada aqui no Brasil, construindo-se, notadamente ao longo do século XVIII, a ideia de serem elas indisponíveis e afetadas ao serviço da Coroa e ao uso comum, vedando-se sua apropriação individual ou destinação ao uso privativo.

Os terrenos de marinha, por sua vez, foram inventados exatamente para viabilizar a apropriação das áreas que, antes de 1809, sob a regulação estabelecida para as marinhas, deveriam ficar livres de qualquer utilização particular. A nova condição jurídica subverte a lógica da anterior, marcando uma manifesta ruptura com o que antes se encontrava estabelecido.

A conclusão que se extrai, por conseguinte, aponta para a inexistência de qualquer confusão conceitual, muito menos de sucessão ou derivação entre os conceitos de lezírias e marinhas. E disso decorre a impossibilidade de se fazer qualquer cogitação no sentido de os terrenos de marinha, que foram inventados a partir dos espaços antes correspondentes às marinhas, terem qualquer vinculação com as lezírias portuguesas, ainda que de forma mais remota.

A questão pode parecer singela e de pouca importância, mas definitivamente não é. Não é pois se trata de história, e esta, como já mencionamos, deve guardar, tanto quanto se fizer possível, relação de conformidade com os fatos a que ela (a história) se refere e pretende descrever. Não olvidemos que, em investigações históricas, se não há elementos para afirmar, o mínimo que se deve fazer é admitir a incompletude de determinada proposição e reconhecer que se trata de hipótese ou conjectura. Além disso, para se estabelecer argumentos que pretendam a revisão de um estado da arte, conduta que é absolutamente recomendável em investigações históricas, já que estas não devem se limitar a dizer o mesmo, ainda que de forma tida por mais bela do ponto de vista estético, há de se compreender que esse intento, ou seja, a intenção de propor correções de narrativas deve ser devidamente fundamentada em criteriosa pesquisa e demonstração de fontes robustas, idôneas e verificáveis, sob pena de se considerar infundada a pretensa inovação, que pode apenas encobrir o desejo de avocar o atributo do ineditismo.

Feita essa necessária ressalva, e voltando à nossa questão, a proposta de uma singela sucessão, de substituição de nomes, sem se fazer qualquer alusão às tensões que antecederam, às razões que a motivaram e ao modo como foram produzidas as mudanças (verdadeiras rupturas, no caso), termina-se por promover a ocultação de elementos que são essenciais à história: os *porquês* e o *como*.

Destarte, produzida desse modo que aqui criticamos, a narrativa termina sendo, por assim dizer, uma história “mal contada”, no sentido de que seu fundamento é insustentável, embora não se possa concluir tenha sido mal elaborada, pois tem funcionado “bem”⁷²² e, talvez, tenha sido cuidadosamente elaborada⁷²³ com esse propósito de ocultação ou inculcação de ambiguidade.

Exemplo recente de manifestação desse funcionamento pode ser visto na afirmação constante em um dos *slides* da apresentação feita pela então titular da Secretaria do Patrimônio da União, em audiência pública realizada no dia 6 de agosto de 105, na Câmara dos Deputados. Na oportunidade, invocou-se uma incabível analogia entre as marinhas (antes de 1809) e os terrenos de marinha, para o fim de lhes atribuir qualidades que nunca tiveram.

⁷²² O “bem” significa intensidade, equivalente a “muito”. Não se trata, pois, de juízo de valor que aprova, daí a razão das aspas empregadas.

⁷²³ Não acuso ninguém de “autor” de uma teoria da ambiguidade, da enganação. Os sujeitos envolvidos no funcionamento de um discurso ignoram, como regra, o condicionamento, ou seja, a condição de assujeitados. Sobre essa questão, discutindo com meu filho a função exercida pelos jesuítas durante o período colonial, manifestei o juízo de que a atuação catequética deles representava uma violência maior que a empregada militarmente (embora os jesuítas tivessem, também, traços de caráter militar) pelos paulistas de então, que apresavam indígenas para vendê-los como escravizados. Justifiquei esse argumento da seguinte maneira: os indígenas foram (e ainda são) submetidos ao extermínio (Todorov e outros atestam isso), mas, em alguns casos, foram antes docilizados para que ignorassem a possibilidade de resistência. Essa docilização, empreendida pelos jesuítas, foi a estratégia mais eficaz para viabilizar a política de escravização e extermínio. Meu filho me perguntou, então, se eu realmente acreditava que todos os jesuítas agiram assim, com violência, ao que eu respondi que sim. Primeiro, porque a coerção psíquica no nível da empregada pelos jesuítas, destinada a constituir sujeitos conforme um projeto totalitário era, por si só, prática de violência. Mas, o que é mais importante, disse que essa qualidade (de ser violenta) independia do propósito (intenção) e da consciência de violentar dos jesuítas. Os indivíduos, no caso os padres jesuítas, praticavam as ações de violência envolvidos pelo funcionamento dos discursos colonial e religioso (de tão amalgamados que eram, talvez não fosse apropriado separar em dois discursos). Eles, os padres jesuítas, eram sujeitos aos quais correspondiam posições estruturadas para realizar determinadas funções, sendo que essa condição (de sujeito) não requer, antes rejeita, a consciência da sujeição.

Imagem 010 – Slide 4/25 de Apresentação da SPU na Câmara dos Deputados - (06.08.2015).” ⁷²⁴



Fonte: portal da SPU na Internet.

Como sempre, parece uma “coisa singela”, de “menor importância”, mas é muito mais que isso. Note-se que há a expressa indicação de que a Ordem Régia de 4 de dezembro de 1678⁷²⁵ determinava que “os terrenos de marinhas fossem reservados ao uso comum do povo, pois eram regalia real.” Além do erro quanto à data da aludida Ordem, a afirmação é manifestadamente equivocada, eivada de anacronismo. O equívoco reside em se atribuir indevidamente aos terrenos de marinha a condição de bens destinados ao uso coletivo. O anacronismo, por sua vez, manifesta-se no fato de que os terrenos de marinha não existiam até então, pois somente foram inventados quando passados mais de 130 (cento e trinta) anos da data em que foi expedida a mencionada Ordem. Além disso, a ordem Régia citada na aludida apresentação cuidou de questão relativa ao corte da vegetação dos manguezais, não tendo tratado da ocupação do espaço em si, circunstância que certamente era conhecida pela Secretária do Patrimônio da União, ou por quem preparou sua apresentação.

Mas ainda que a aludida Ordem tivesse tratado das marinhas (ou marinhas de sal), estas, sim, afetadas ao serviço da Coroa e ao uso comum do povo, a Secretária do Patrimônio da União também sabia (ou deveria) que não se pode considerar as marinhas e terrenos de marinha como se fossem a mesma coisa. Se nas três primeiras décadas do século XIX a confusão era

⁷²⁴ “Apresentação da secretária do Patrimônio da União (SPU/MP), Cassandra Maroni Nunes, sobre Projeto de Emenda à Constituição (PEC) nº 39/11, que prevê a extinção do instituto jurídico dos terrenos de marinha, em audiência pública na Câmara dos Deputados - Brasília/DF (06.08.2015).”

⁷²⁵ A data mencionada no slide também está errada.

comum e até admissível, já que os conceitos, embora distintos, estavam relacionados, na atualidade não é mais, especialmente em um documento oficial do Órgão ao qual incube administrar essa categoria de bens. Hoje, e sobre isso não há controvérsia, é sabido que os terrenos de marinha, quando não caracterizados também como praia, não são bens de uso comum do povo, já que integram o patrimônio disponível da União e podem, por conseguinte, ser destinados ao uso privativo⁷²⁶. Por essa razão, ao atribuir aos terrenos de marinha uma qualidade (de uso comum do povo) que estes não possuem, o argumento utilizado pela então titular da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) se prestou mais a confundir do que a esclarecer.

As impropriedades nas diversas narrativas acerca desse instituto, embora aparentemente “sem importância”, devem receber a devida atenção, notadamente porque não se pode descartar uma elaboração estrutural (eu arriscaria dizer que há), a qual poderia se beneficiar da confusão e da ambiguidade que tais impropriedades terminam por causar. Note-se, nesta linha de pensamento, que o tema (“terrenos de marinha”) parece ser reservado a “especialistas”, no âmbito do Estado ou fora dele, circunstância que, definitivamente, não contribui para que as deliberações acerca da necessidade de manutenção, de alteração do seu regime jurídico ou mesmo de sua extinção, sejam orientadas pela correta compreensão de sua história⁷²⁷.

Por isso tudo que, além de algumas correções de narrativas relacionadas ao tema, é preciso compreender por que ele foi inventado, como foi produzida sua configuração como instituto jurídico e para que fins ele funcionou, identificando-se não nas falas ou nas ideias, mas nas práticas materializadas nos mais de 200 anos decorridos desde a invenção dos terrenos de marinha, qual sua função social.

4. Cronologia e genealogia: (re)acendendo o *como* e os *porquês*.

Já justificamos a necessidade de se promover correções na história dos terrenos de marinha, a partir das premissas analíticas firmadas anteriormente, especialmente as formuladas quando da problematização da ideia e do princípio da função social (“socioambiental”) da propriedade. É preciso, então, prosseguir identificando, reacendendo e descrevendo os aspectos

⁷²⁶ Neste momento, inclusive, estou ocupando um terreno de marinha, que não é de uso comum.

⁷²⁷ Assim como o mito de “Pindorama”, o suposto “nome Americano do Brasil”, a tese “mero acaso” e a do “achamento”, também o mito da suposta relação das marinhas com as lezírias deveria ser abandonado.

genealógicos relacionados às mudanças e à configuração atual do instituto em questão, os quais, de modo deliberado ou não, algumas narrativas terminam por obscurecer.

4.1. A invenção.

Sobre a ruptura e a invenção, já muito falada, restou claro, destarte, que o ato que marcou cronologicamente a invenção do instituto em questão foi o Decreto 21 de janeiro de 1809, o qual estabeleceu a possibilidade de uso privativo dos terrenos a serem demarcados nas praias da Gamboa e do Sacco do Alferes, inaugurando uma nova vocação para estes espaços, antes indisponíveis e afetados ao serviço da Coroa e ao uso coletivo. Aquele ato também indicou uma preferência por determinada destinação, qual seja, a instalação de armazéns e trapiches⁷²⁸, além de condicionar a utilização desses espaços à obtenção de concessão da Coroa, sob a forma de aforamento ou arrendamento. E, finalmente, definiu critérios censitários para destinação daqueles terrenos aos potenciais concessionários: quem pudesse pagar mais e tivesse recursos para brevemente construir.

Esse era o conceito e instituto, ainda sem nome próprio, a ser materializado a partir da atividade de demarcação.

4.2. A definição dos elementos conceituais.

Por meio da atividade de demarcação os terrenos (de marinha) foram destacados das praias e assumiram uma nova condição jurídica. Como o Decreto de 21 de janeiro de 1809 não indicou como se deveria proceder essa atividade, tampouco instituiu qualquer critério ou unidade por meio da qual se devesse proceder à medição dos tais terrenos, restava a ser solvida essa questão, a qual foi objeto do Aviso⁷²⁹ de 18 de novembro de 1818.

Sobre esse Aviso, por ser ele, ao mesmo tempo, esclarecedor e ambíguo, seu exame enseja maior cautela e minúcia.

⁷²⁸ O uso indicado pelo Decreto de 21 de janeiro de 1809 se afinava com a abertura dos portos do Brasil às “nações amigas”, determinada pela Carta Régia de 28 de janeiro de 1808. Na prática, as “nações amigas” se resumiam quase que exclusivamente às nações do Império Britânico, em decorrência do bloqueio continental imposto por Napoleão e dos acordos firmados entre o aludido Império e a Coroa portuguesa.

⁷²⁹ Trata-se de Aviso, e não Ordem Régia, como afirmado por alguns.

A edição deste Aviso se deu com o escopo específico de resolver controvérsias relativas às pretensões que alguns particulares manifestavam em relação à área localizada “no largo da marinha da Prainha de São Diogo”, no Rio de Janeiro, onde se encontravam em andamento as obras do cais do porto. Ao que interessa ao tema, o Aviso reafirmou a lógica do domínio da Coroa em relação ao espaço de interação da terra (continente) com o mar, ao anunciar que “tudo que toca a água do mar e acresce sobre ela é da Coroa.” Ele avançou em relação à descrição da medida que deveriam ter os “terrenos à beira-mar” a serem destinados aos particulares naquela localidade, prescrevendo o seguinte: “da linha d'água para dentro sempre são reservadas 15 braças pela borda do mar para serviço público.” O Aviso explicava, ainda, que essa destinação não conferiria a propriedade aos concessionários, a quem seriam destinados os tais “terrenos à beira-mar”, a fim de ali instalarem “estaleiros, madeiras, estâncias de lenhas e outras semelhantes aplicações”. A ressalva era peremptória quanto ao fato de que, em relação à marinha, ninguém seria proprietário, já que se tratava de domínio da Coroa.

A ambiguidade do aludido Aviso fica por conta da ausência de rigor na utilização das expressões “largo da marinha”, “marinha” e “terrenos beira-mar”, tomando-as como se fossem sinônimas e, ainda, como equivalentes os espaços a elas associados.

Consoante se verá mais adiante, apenas a partir do Aviso de 7 de julho de 1829 é que se consolidou a designação “terreno de marinha”. Por conta da ausência de definição de um “nome próprio”, os instrumentos normativos até 1829 e, em alguns casos, mesmo após esse ano, vacilavam quanto ao emprego das designações, sendo exemplo dessa recorrente confusão o Aviso de 18 de novembro de 1818. É razoável e procedente, no entanto, sustentar que esse Aviso, ao mencionar a medida de 15 braças, referia-se à parcela que deveria ser demarcada nas “praias” e que corresponderia aos terrenos posteriormente chamados “de marinha”, ainda que o próprio Aviso tenha feito confusão quanto à terminologia empregada, na medida em que sugeriu a associação dessa medida à “marinha”, sem promover, como deveria, a explicação de essa medida de largura (15 braças) corresponder a apenas uma parcela (aquela que poderia ser aforada ou arrendada).

Sobre a questão (de essa medida de 15 braças se referir à marinha toda ou a apenas uma parcela), já a tratamos no tópico 3 deste capítulo, quando demonstramos a relação entre os “terrenos de marinha” e as “marinha” (ou “marinhas” ou, ainda, “marinhas de sal”); e a ela ainda voltaremos quando analisarmos a questão relativa ao nome do instituto em exame. Por enquanto, o que importa considerar é que, a embora com ausência de rigor terminológico, o

Aviso de 18 de novembro de 1818 foi o ato que estabeleceu⁷³⁰ em 15 braças o parâmetro de delimitação da faixa dos terrenos que, mais adiante, passariam a ser designados de terrenos de marinha.

Para lastrear esse argumento, rememoremos que as marinhas (ou marinha) não possuíam um parâmetro de largura estabelecido, pois nenhuma norma deliberou sobre esse tema, apesar de a Ordem Régia de 7 de maio de 1725 ter suscitado a questão quanto à conveniência de se definir essa medida. Levemos em conta, ainda, que as marinhas (marinha), conforme disciplina antecedente ao Decreto de 21 de janeiro de 1809, ostentavam a condição de bens indisponíveis, de modo que, antes desse ano, não se poderia falar em destinação a particulares. Assim, se o objeto do Aviso de 18 de novembro consistia exatamente na resolução de questões alusivas à demarcação de “terrenos à beira-mar” para instalação de “estaleiros, madeiras, estâncias de lenhas e outras semelhantes aplicações”, constata-se haver correspondência (quanto ao gênero) dessas estruturas com aquelas que foram mencionadas no Decreto de 21 de janeiro de 1809 (“armazéns e trapiches”), além de se referirem à mesma região portuária do Rio de Janeiro.

Destarte, é inequívoco que a medida de 15 braças indicada pelo Aviso de 18 de novembro de 1818, foi estabelecida como elemento integrante do conceito de terreno de marinha, mesmo antes de essa questão ter sido peremptoriamente elucidada pelas Instruções de 14 de novembro de 1832⁷³¹, especificamente no seu art. 4.º, que esclareceu, ainda, que as braças mencionadas naquele Aviso seriam as braças craveiras⁷³², conforme se vê em sua transcrição:

⁷³⁰ Não se cogite, todavia, suscitar dúvidas acerca da existência desses terrenos desde quando estabelecidos pelo Decreto de 21 de janeiro de 1809, a despeito da inexistir, até 1818, determinação quanto à largura da faixa de terras a ele correspondente. Isso pelo fato de que, embora na atualidade possa causar estranhamento a indefinição de todos os elementos de uma categoria de bens, essa ocorrência era ordinária naquela época, tendo se sucedido, inclusive, em relação às praias e as marinhas, que existiam sem que houvesse uma eventual delimitação quanto às suas dimensões ou características. Para facilitar a compreensão desse argumento, consideramos, analogicamente, as praias marítimas. Estes espaços tinham existência incontestada mesmo antes da definição estabelecida por meio da Lei n.º 7.661/1988, que apenas indicou os elementos descritivos de um ecossistema que tinha existência anterior e independente da lei. A lei serviu para alcançar a coisa pelo discurso jurídico, mas a anterior ausência de definição legal não subtraía a existência da coisa em si. Esta, a coisa, precedeu a definição, e não o contrário. Semelhante ocorrência ocorreu em relação às sesmarias, que já existiam como prática antes mesmo de serem estabelecidas como um instituto jurídico. Por fim, e o que é mais revelador, é que antes de ser expedido o Aviso de 18 de novembro de 1818, já haviam sido concedidos aforamentos em relação aos terrenos mencionados no Decreto de 21 de janeiro de 1809, conforme mencionado.

⁷³¹ Quando baixadas as Instruções de 14 de novembro de 1832, estas não possuíam qualquer numeração de ordem, o que autoriza a afirmação de que elas não surgiram como “Instrução 348”, como alguns a mencionam. Tal designação passou a ser adotada por alguns autores a partir da edição, em 1875, pela Typographia Nacional, da “*Colecção das Decisões do Governo do Império do Brazil*”. Na página 342 da referida obra, as aludidas Instruções receberam a numeração de ordem “348”, o que explica a popularização de se fazer referência a esse normativo como “Instruções n.º 348”.

⁷³² Embora o Aviso de 18 de novembro de 1818 não tenha dito expressamente, as braças craveiras eram unidade de medida usual na época, sendo utilizadas, por exemplo, para as concessões de sesmarias no século XVI (BRASIL, 1997).

Art. 4.º Hão de considerar-se terrenos de marinha todos que, banhados pelas águas do mar, ou dos rios navegáveis, vão até a distância de 15 braças craveiras para a parte da terra, contadas estas desde os pontos a que chega o preamar médio⁷³³.

Não restam dúvidas, então, de que o Aviso de 18 de novembro de 1818, ainda que não tenha feito uso da designação “terrenos de marinha”, vinculou ao conceito a medida de 15 (quinze) braças (craveiras).

Superada essa questão, não se requer esforço para associar essa medida à atual de 33,00m (trinta e três metros).

A propósito, pelo sistema métrico atual, as tais braças craveiras mediriam 2,20m (dois metros e vinte centímetros), correspondendo a 10 (dez) palmos de 0,22m (vinte e dois centímetros) (OLIVEIRA, 1966, p. 42). A partir de uma singela operação aritmética (15 x 2,20m), chega-se das 15 braças à medida de 33,00m (trinta e três metros), em conformidade com a largura determinada pelo Aviso de 18 de novembro de 1818, a qual equivale à estabelecida na atualidade pelo art. 2.º do Decreto-lei n.º 9.760/1946.

Subsiste, contudo, a indagação relativa às razões que teriam dado ensejo à medida estabelecida pelo Aviso de 18 de novembro de 1818. Por que 15 braças (ou 33,00 metros), e não outra medida?

Acerca dessa questão, diversas teorias foram elaboradas para justificar o estabelecimento da medida de 15 braças (craveiras), havendo aquelas que se baseiam em fundamentos razoáveis e outras que não passam de especulações infundadas.

A propósito, Obéde Pereira de Lima (2002, p. 22) afirma que o

(...) instituto jurídico dos terrenos de marinha (caracterizado pela faixa de 15 braças craveiras, considerada como largura suficiente para permitir o livre deslocamento de um contingente militar).

⁷³³ Diferentemente do que afirma Obéde Pereira de Lima (2002, pp. 25/38-39), justificando a alusão em suposta referência a J. E. Abreu de Oliveira (1966), o art. 4.º das Instruções de 14 de novembro de 1832, não faz qualquer alusão ao ano de 1831 como referência temporal. No referido trabalho de Obéde, chega-se inclusive a se fazer a transcrição do aludido art. 4.º como se seu teor fosse o seguinte: “são terrenos de marinha todos os que, banhados pelas águas do mar, vão até a distância de quinze braças para a parte da terra, **contadas desde o ponto a que chega o preamar médio de 1831**”. Assinale-se que o recurso ao negrito consta no original do citado trabalho. No entanto, está incorreta a transcrição do dispositivo em referência, a qual foi inclusive reiterada na página 39 daquela mesma tese. Ressalte-se, ademais, que, salvo lapso meu (Fernando), a impropriedade na transcrição acima mencionada não pode ser atribuída a Oliveira (1966), pois no livro deste inexistente qualquer trecho onde as Instruções de 14 de novembro de 1832 tenha sido feita de forma imprópria. Por fim, ressalte-se que a conclusão quanto à impropriedade da transcrição somente foi aqui mencionada em razão de que, nas consultas a três repositórios, constatou-se que o art. 4.º das Instruções de 14 de novembro de 1832, realmente, não mencionam o ano de 1831.

Acerca da questão, Lima refuta o conteúdo da fala que atribui ao então Senador Paulo Hartung, este que, ao discursar⁷³⁴ em defesa do projeto de sua autoria⁷³⁵, haveria sustentado o anacronismo do instituto em questão, afirmando que a suposta justificativa para criação dos terrenos de marinha teria sido “impedir que as balas dos canhões embarcados nos navios atingissem as instalações de terra”. Lima faz ponderações sobre a impropriedade de se relacionar a medida de largura da faixa dos terrenos de marinha (15 braças ou 33 metros) com o alcance de canhões, pois os primeiros artefatos deste gênero, que remontariam ao início do século XIV, poderiam lançar seus projetis a uma distância equivalente a 3.000,00m (três mil metros), concluindo, portanto, não se poder estabelecer qualquer relação entre as 15 braças e o alcance do tiro de canhões.

Lima especula, ainda, que essa imprópria associação poderia estar relacionada ao conceito de mar territorial, o que ele faz nos seguintes termos:

É possível que o equívoco esteja relacionado com a expressão “mar territorial”, que compreende uma faixa sobre as águas oceânicas de doze (12) milhas marítimas (22,236km) a partir da zona frontal (ponto aonde chega a altura da maré na baixa-mar). O estabelecimento desta faixa foi inicialmente de seis (6) milhas marítimas (11,118 km) e teve, realmente, a sua origem no alcance das balas (projetis) dos canhões convencionais embarcados que, em casos de ataques realizados por navios de guerra, era de 3 km;

Sobre a mesma questão, Machiavelli (2008, p. 28), aludindo a trabalho técnico de autoria de Obéde Pereira de Lima e Roberval Felipe Pereira de Lima, escreveu o seguinte:

A razão para o estabelecimento da faixa reservada em 15 braças nunca foi plenamente justificada. Tal situação permitiu que fossem elaboradas explicações as mais diversas, algumas mesmo folclóricas, tais como atribuí-las ao alcance das balas de canhão. Obéde Pereira de Lima e Roberval Felipe Pereira de Lima, em nota de rodapé da primeira página de um trabalho no XXI Congresso Brasileiro de Cartografia (2003), fornecem aquela que, talvez, seja a razão mais plausível para este valor. Segundo estes autores, a extensão seria “... suficiente para que um contingente militar com o efetivo de uma companhia, disposta com testada de nove (9) soldados pudesse se deslocar livremente na faixa litorânea estabelecida.

⁷³⁴ Discurso proferido no Plenário do Senado Federal em 16/06/2000, na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

⁷³⁵ Projeto de Lei do Senado No SF PLS 617/1999.

Com todas vênias e escusas que se fizerem necessárias para divergir, imperioso afirmar que nenhuma dessas explicações se assenta em fundamento razoável, sendo os principais óbices para lhes conferir verossimilhança (1) a ausência de referências a documentos contemporâneos ou anteriores à época em que foi feita a estipulação daquela medida de largura (15 braças ou 33,00 metros), (2) bem como de outras fontes, necessariamente idôneas e robustas, que pudessem lastrear tais conclusões.

Sob a orientação de Descartes⁷³⁶, Nietzsche⁷³⁷ e Foucault, começamos a investigar essa questão desconfiando das explicações dadas, tanto da Lima como de outros. Mas pela necessidade de conjugar as proposições daqueles pensadores com a afirmação de Deleuze e Guattari (1997 [1991], p. 31), no sentido de que os conceitos “não são jamais criados do nada”, foi que chegamos a um vestígio importante na busca por uma justificativa razoável para a adoção da medida de 15 braças para os terrenos de marinha (marinhas): a ausência de estranhamento quanto à estipulação desta medida.

Para cogitar a eventual utilidade dessa aparente conformação, levamos em consideração um outro fato também ocorrido no Rio de Janeiro, porém quase um século adiante, que foi o projeto da Avenida Central (atual Rio Branco), a qual teria de largura os mesmos 33,00m (trinta e três metros) estabelecidos para os terrenos “de marinha”. Essa medida urbanística, nitidamente inspirada na arquitetura parisiense, causou controvérsia na época em que foi anunciada, notadamente pelo fato de o Rio de Janeiro possuir, então, apenas 6 (seis) automóveis.

Semelhante estranhamento, destarte, não se verificou em relação à medida estabelecida para demarcação das marinhas (terrenos de marinha). Nesse mister, em nenhuma das fontes consultadas para elaboração desta tese, as quais muito (muito mesmo) extrapolam as que constam nas referências ao final indicadas (que somente fazem alusão às que foram efetivamente citadas ou referenciadas), verificou-se⁷³⁸ o registro de insurgência quanto àquela

⁷³⁶ A primeira medição cartesiana recomenda por abaixo todas as “opiniões” (noções) em que antes se acreditava e “recomeçar dos primeiros fundamentos” (“começar tudo novamente”, em outras traduções) se se quiser desenvolver o conhecimento firme e permanece com base na ciência. (DESCARTES, 2014 [1641], p. 21). Cabe ressaltar, no entanto, que colocar em dúvida não equivale a dizer que se irá eliminar, como sugeriu Durkheim (2012 [1895], p. 54). Desconfiar é muito menos que descartar.

⁷³⁷ Nietzsche, citado por Deleuze e Guattari (1997 [1991], p.13), admoestava-nos a não “mais contentar-se em aceitar os conceitos que lhes são dados, (...)” (Nietzsche, *Posthumes* 1884-1885, *Oeuvres philosophiques*, XI, Gallimard, pp. 215-216, *In*.; DELEUZE, GUATTARI, 1997 [1991], p. 13-14).

⁷³⁸ Aqui nos referimos ao momento de consolidação do instituto, especialmente em relação ao período compreendido entre o Decreto de 21 de janeiro de 1809 e as Instruções de 14 de novembro de 1832.

medida (15 braças), ou mesmo sugestão de que um outro parâmetro de determinação⁷³⁹ fosse adotado. Entendemos, destarte, que a ausência de estranhamento seria reveladora e que talvez estivesse associada a alguma referência pretérita.

Deduzimos que a conformação⁷⁴⁰ à medida não veio “do nada”. Adotando essa premissa metodológica, consideramos, hipoteticamente, que a ausência de insurgência em relação às 15 braças dos terrenos de marinha (marinhas) sugeria a possibilidade de que, na época em que foi estabelecida aquela medida de largura, já houvesse com ela alguma familiaridade, possivelmente associada a outro instituto. O procedimento mais adequado⁷⁴¹ para testar aquela hipótese e, confirmando-a, encontrar uma justificativa para adoção das 15 (quinze) braças, seria buscar em normas anteriores algum uso associado àquela medida.

Sob orientação dessas premissas, constatamos que a já aqui referida Ordem Régia de 10 de dezembro de 1726 fazia referência à distância entre a Ilha das Cobras e o Mosteiro de São Bento, que seria de aproximadamente “um tiro de pedra de mão”. A partir dessa referência, compreendemos ser admissível conjecturar (que é mais abalizado que especular) que as justificativas “folclóricas” antes aludidas não seriam tão infundadas, ao menos se a alusão fosse a um “tiro de pedra de mão”, e a não um “tiro de canhão”. Isso porque a unidade “tiro de pedra de mão”^{742_743} (ou simplesmente “tiro de pedra”), quiçá mais estranha na atualidade que as tais

⁷³⁹ Não ignoro o fato de que, por força do Decreto-lei n.º 2.490/1940, os terrenos de marinha tiveram modificado seu procedimento de demarcação. Aqui, quando afirmo não ter havido estranhamento, aludo ao momento da formação do conceito, e não a todo o período de sua existência.

⁷⁴⁰ É importante deixar claro que aqui nos referimos à medida da largura em si (15 braças), e não à determinação de demarcação e de destinação dos terrenos, circunstâncias estas em relação às quais houve controvérsias, tanto que os avisos e demais atos normativos aqui mencionados trataram exatamente dessas questões. Em outras palavras, o que argumentamos é que os questionamentos diziam respeito à demarcação em si, notadamente relacionados aos particulares que se sentiam prejudicados com essa providência, mas que não houve quem dissesse, por exemplo, que em lugar de 15 braças, essa faixa de terrenos deveria ter 5 ou 20 braças.

⁷⁴¹ Preferido esse “procedimento mais adequado” à mera especulação sobre alguma “coisa” que tivesse medida compatível (que “coubesse”) com 15 as braças. Ademais, essa consideração como “procedimento mais adequado” decorre da necessidade de prevenir a busca por semelhanças, proceder que é sempre informado pela nossa episteme (atual) e que, como regra, enviesa a análise de fatos pretéritos, na medida em que produzem uma ilusão retrospectiva. Eis mais uma manifestação daquela tendência ao anacronismo de que falou Paul Veyne.

⁷⁴² A unidade “tiro de pedra de mão” ou “tiro de mão” não correspondia uma medida determinada, mas intervalo aproximado compreendido entre 20,00m e 30,00m, a qual não é tão distante, reconheça-se, da medida equivalente a 15 braças, ou seja, aos atuais 33,00m (trinta e três metros). Isso nos adverte a, antes de adjetivar pejorativa e publicamente as explicações dos outros, duvidar primeiramente das nossas. Sobre unidade de medida, ver <https://canalmetrologia.com.br/unidades-de-medida-da-biblia-parte-2/>.

⁷⁴³ O “tiro de pedra” (ou “tiro de pedra de mão”), unidade de medida em total desuso na atualidade, consta no verso 42, capítulo 22, do Livro de Lucas (BIBLIA, 2015, p. 1601): “E apartou-se deles cerca de um tiro de pedra; e pondo-se de joelhos, orava, (...)”. Consta, ainda, no Canto III da *Ilíada* (HOMERO, 2015 [928a.c.-998a.c.], p. 99): “Tal como névoa que Noto nos cumes dos montes ajunta, pouco, ao pastor, agradável, sim, grata ao ladrão mais que a noite, por não poder nada ver-se à distância de um tiro de pedra: (...)” Caminha (2003 [1500], p. 98) também faz menção a essa unidade de medida: “Embarcamos e nos dirigimos todos em direção da terra para passarmos ao longo por onde eles estavam, indo na dianteira, por ordem do Capitão, Bartolomeu Dias em seu

“braças craveiras”, era conhecida desde muito antes da época do “achamento”, constando em documentos oficiais, como se viu, pelo menos até o século XVIII. Por conseguinte, o fato de a Ordem Régia de 10 de dezembro de 1726⁷⁴⁴ aludir à medida de “um tiro de pedra”, talvez explique “melhor” o “equivoco” em relação ao alcance do “tiro de canhão” do que a suposta associação às referências originariamente adotadas para fixar os limites do mar territorial. De todo modo, ainda que explicada “melhor” essa confusão, o que convinha à nossa investigação era constatação de ainda restar inexplicado o porquê da definição das 15 braças (33,00m) como medida para as “marinhas” (terrenos “de marinha”).

O afastamento da possibilidade de relação com o alcance de tiro de qualquer espécie, conclusão a que se chegou pelo exame de normas anteriores, sinalizou a utilidade daquele “caminho mais adequado”. Em lugar de especular, melhor buscar por medidas eventualmente associadas a outros usos. Essas buscas haveriam de ser orientadas para questões que implicassem o resguardo da marinha (espaço) e a defesa da terra (continente), já que as Ordens Régias de 1710, de 1725 e de 1726 tratavam, sem exceção, de problemas relacionados a construções realizadas ao longo do litoral do Rio de Janeiro, mais especificamente nas proximidades dos “Quartéis dos Soldados e Trem de Artilharia”, bem como do “Fortim”.

À ausência de estranhamento quanto ao estabelecimento da medida de 15 (quinze) braças, bem como à suposição de que alguma referência anterior a justificasse, veio se somar a indicação de que essa questão poderia se relacionar com alguma servidão já adotada no âmbito das instituições militares, o que ficou ainda mais evidente em razão de o Decreto de 13 de julho de 1820 mencionar que a disciplina normativa dos terrenos de marinha (marinhas) tiveram a ver com a preocupação quanto às construções nos arredores das fortificações militares, conforme se afere do trecho que seguir transcrito:

Havendo sido sempre consideradas como uma dependência da Repartição da Marinha todas as praias e qualquer porto, e muito particularmente aquelas que ficam situadas nas imediações de estabelecimentos navais, e constando-me que, não obstante isso, foram concedidas e distribuídas por diversas autoridades várias porções de terrenos nas praias desta Cidade a indivíduos que as requereram com o fim de levantarem ali estaleiros, estâncias e outros estabelecimentos da mesma natureza, resultando daqui o grande embaraço em que eles mesmos agora se consideram pela falta de legitimidade de seus títulos: Sou servido determinar que todos aqueles que assim se acham na posse de tais terrenos hajam de apresentar, sem perda de tempo, na Minha Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, os títulos por que os

esquife, com um pau de uma jangada que o mar lhes levara, para o entregar a eles. E nós todos atrás dele, a uma distância de um de tiro de pedra.” A esses se acresça Pedro de Magalhães Gandavo (2008 [1570], p. 116) e quase a totalidade dos que escreveram sobre a história do “achamento” do Brasil e fizeram alusão à Carta de Caminha.

⁷⁴⁴ Trata-se da mesma Ordem Régia que afirmou a indisponibilidade das praias e proibiu que nesses espaços fossem feitas novas construções.

ocupam, a fim de que, depois de convenientemente examinados, possam estes ser substituídos por títulos competentes expedidos por esta Repartição com as cláusulas costumadas; ressaltando somente desta Minha geral disposição os terrenos que pelo Conselho da Fazenda tiverem sido aforados ou arrendados nas praias da Gamboa e Sacco do Alferes na conformidade do Decreto de 21 de janeiro de 1809, mas ficará d'ora em diante suspensa a determinação do referido Decreto, a fim de evitar para o futuro qualquer conflito ou dúvida que possa suscitar-se sobre a distribuição de tais terrenos.

Mas, o que até então seria apenas uma suposição abalizada, tornou-se quase uma certeza diante do trecho do Relatório apresentado pelo Ministro da Fazenda à dos Câmara dos Deputados, em sessão realizada em 1833, citado por Manuel Madrugá (1928, p. 120) e que tinha o seguinte teor:

O governo, em falta de legislação expressa, que fixasse os limites de tais terrenos, lançou mão da tradição que, a tal respeito, havia na repartição da marinha, por onde se fizeram até o presente concessões de tais terrenos, determinando que por eles se entendesse toda a superfície compreendida entre os pontos a que chegam as águas na alta maré das costas do mar e margens dos rios navegáveis e a linha que daqueles dista 15 braças.

Semelhante indicação constou no documento intitulado *Proposta e relatório do ano de 1866, apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 1.ª sessão da 13.ª Legislatura* (1867). Nele, o Ministro da Fazenda afirmou o seguinte:

Entretanto devo fazer-vos desde já presente uma questão, que se levanta e depende de vossa deliberação.

O espaço de 15 braças reservado à borda do mar para a servidão publica, principalmente para os usos da navegação, funda-se em uma tradição da Repartição da Marinha, que foi adotada pelas Instruções de 14 de novembro de 1832.

Destarte, a questão, agora, consistiria em localizar o registro de tal “tradição” em alguma das ordenações portuguesas anteriores à data de expedição do Aviso de 18 de novembro de 1818. Sabendo-se *o que* e “mais ou menos” *onde* procurar, promovemos uma busca regressiva em repositórios de normas lusitanas anteriores a 1818, até que chegamos, finalmente⁷⁴⁵, ao

⁷⁴⁵ Analisando retrospectivamente, parece óbvio supor que essa medida já deveria mesmo existir em norma anterior e ser usada para outros fins; que bastaria procurar direito para encontrar a referência certa. Essa é, contudo, uma conclusão enviesada, que decorre da narrativa construída neste tópico, a qual desde o início anunciava a desconfiança quanto às explicações existentes, os “conceitos dados”, e que, numa espécie de passo a passo, dispôs a construir uma justificativa alternativa às que se apresentavam nas pesquisas e livros sobre o tema. Ao se começar a investigar, porém, nem se sabe do que se desconfiar, pois, embora se diga que se deveria desconfiar de tudo, na

início do século XVIII, especificamente ao Capítulo 65 das Ordenanças Militares Portuguesas, datadas de 20 de fevereiro de 1708⁷⁴⁶, que estabelecia a medida de servidão no entorno das edificações militares. O teor dessa disposição é o seguinte:

Sou servido proibir a toda pessoa de qualquer caráter, ou qualidade que seja, lavrar ou fazer lavrar, semear ou plantar sobre as muralhas ou Corpos das Praças, nem fora delas, nem nas contra-escarpas, ou fossos; o que só é permitido na distância de quinze braças fora da estrada coberta, e nada menos; (...)

Sobre a aplicabilidade dessas Ordenanças, não se olvide que, até 7 de setembro de 1822, o Brasil ainda não havia sido afirmando formalmente como Estado independente, de maneira que não tinha legislação própria. Antes daquela data, integrava os domínios ultramarinos portugueses, inicialmente como Colônia e, após 16 de dezembro de 1815, como parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Por essa razão, as Ordenanças editadas pela Coroa tinham aplicação também aqui, tanto que o *Suplemento do Manual do Procurador dos feitos da Fazenda Nacional* (MALHEIROS, 1873, p. 35) a elas se refere expressamente, conforme trecho que a seguir transcrevo:

Dentro de 15 braças a contar das muralhas das fortificações não podem particulares edificar, sendo essa zona de servidão militar conforme o Reg. de 18 de fevereiro de 1708, Cáp. 65. (AV. n.º 374 de 18 de setembro de 1866).

prática não é bem assim, até pelo fato de não haver tempo para investigar todas as possíveis causas remotas. “Começar tudo novamente” nem sempre é uma prática possível, de modo que, por vezes e com a devida confissão e justificativa, há de se considerar noções prévias como o ponto de partida de alguma investigação. Além do mais, pode ser que alguma das explicações já dadas sejam procedentes, de modo que talvez nem valha o esforço propor uma revisão. E, ainda, devemos admitir não ser fácil resistir a respostas “fáceis”, sobretudo quando se pesquisa premido por prazos. No caso tratado, como algumas explicações não passavam de ilações destituídas de qualquer fundamento, essa condição de fragilidade terminava por conferir a aparência de verossímeis àquelas “mais razoáveis”, que se tornavam, pela comparação com as primeiras, mais convidativas e sedutoras e, por isso mesmo, mais fáceis de serem adotadas como verdade. Isso terminava por converter as “explicações mais razoáveis” em respostas piores que as absurdas, pois elas se tornaram mais convincentes e, por isso, eram mais irrefletidamente reproduzidas. Coloco em uma mesma categoria, a de “explicações razoáveis”, porém infundadas, algumas teorias de Gilberto Freyre e a teoria do contingente militar (de nove homens), de Óbete de Lima. Essas “teorias” sobrevivem, pois, a propositura de uma revisão adequada demanda tempo e muito trabalho de pesquisa, além de um compromisso ético de não sugerir impropriamente alguma inflexão, descontinuidade ou mesmo ruptura, sem o fazer de modo suficientemente fundamentado e verificável. Como são grandes as exigências para promover efetivamente uma revisão, quando se obtém algum êxito nesse intento, que será sempre temporário (está “aberta a temporada de caça a uma explicação anterior a 1708”), é necessário e permitido dizê-la (o que é) e dizer dela (como foi feita), sem que isso deva ser compreendido como um demérito daqueles em relação aos quais se manifesta a divergência. De Freyre até pode ser... Confesso que não “o engulo”.

⁷⁴⁶ Teixeira de Freitas (1945 [1857], p. 44) também parece cogitar essa relação, na medida em que, ao tratar da questão das 15 braças, faz referência às mesmas Ordenanças de 1708, que ele chama de Regimento de 1708.

Outras normas brasileiras fazem alusão às Ordenanças Militares Portuguesas de 20 de fevereiro de 1708, o que corrobora o argumento de que elas tiveram aplicação no Brasil. Cite-se, neste sentido, a exposição de motivos do Decreto n.º 24.515, de 30 de junho de 1934, que reconheceu o domínio da União sobre os terrenos localizados nos “morros, outeiros e mamelões da Babylonia, Leme, Annel, Urubu, Inhangá e suas circunvizinhanças”, fazendo-o com fundamento na regra contida no Capítulo 65 das Ordenanças de 20 de fevereiro de 1708. E, ainda, o disposto no art. 1.º do Decreto-lei nº 3.437, de 17 de julho de 1941, que proibiu a concessão de aforamento no raio de 15 braças (33,00m) em torno das fortificações militares, afirmando que:

(...) a área indispensável a jurisdição e serviços de defesa do Ministério da Guerra, de conformidade com a nossa antiga legislação, tem por base as antigas medidas de 15 braças, em torno dos limbos exteriores dos velhos e novos fortes e a de 600 braças a contar dos ditos limbos exteriores, como servidão, (...)

Pelo que se vê, além de aplicáveis ao Brasil, o parâmetro da servidão estabelecido pelas Ordenanças de 1708 terminou por influenciar outros atos normativos⁷⁴⁷. Com o Aviso de 18 de novembro de 1818, seguido da Instrução de 14 de novembro de 1832 e dos posteriormente editados em relação aos terrenos de marinha, a medida daquela servidão, instituída em 1708 como de índole militar, foi institucionalizada como instrumento de disciplina também da ocupação de regiões além do entorno das fortificações militares.

Essa ampliação de caráter, que antes era apenas militar, mas que passa a ser também urbanístico, parece não ter influenciado somente a delimitação da faixa de terra dos terrenos de marinha. Sobre essa questão, sustentamos que a projeção de influência da medida de 15 braças foi mais ampla, devendo-se, em significativa medida, ao fato de que as atividades urbanísticas no Rio de Janeiro eram desenvolvidas sobretudo por engenheiros militares. Acerca desse argumento, Cavalcanti (2004, pp. 294-297) o corrobora ao afirmar que o ensino da “arquitetura militar”⁷⁴⁸ teve início no Rio de Janeiro em 1694, por obra do engenheiro militar Gregório Gomes Henrique de Matos, que promovia e ensinava práticas destinadas a “reparar” as fortificações da cidade. Por meio da Carta Régia de 15 de janeiro de 1699, foi determinado que, na Capitania onde houvesse engenheiro militar, fosse aberta uma turma para “ensinar a

⁷⁴⁷ Essa circunstância não deve ser considerada negativa, pois ela se conforma à noção de sistema, a qual recomenda estender o mesmo parâmetro para situações semelhantes.

⁷⁴⁸ A influência dos engenheiros militares nas questões urbanísticas do Rio de Janeiro também é pontuada por Adolfo Morales de Los Rios Filho, em sua obra *O Rio de Janeiro Imperial* (1946).

fortificar”. O ensino de engenharia foi sistematizado em 1738, a partir dos esforços do sargento-mor José Fernandes Pinto Alpoim, no âmbito da “Aula do Regimento de Artilharia”, mas somente em 1774 ela passou a se chamar “Aula de Artilharia e Formação”. O ponto culminante da trajetória do ensino desse ofício se deu no último decênio do século XVIII, com a transformação na Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho da Cidade do Rio de Janeiro.

Cavalcanti explica, no entanto, que os engenheiros militares não limitaram sua atuação ao âmbito das fortificações. Ele afirma que:

Graças aos projetos desses engenheiros militares – homens disciplinados, racionalistas, preparados para enfrentar as agruras da guerra e suportar o distanciamento do requinte da Corte e da arquitetura palaciana –, grande parte da Cidade do Rio de Janeiro foi construída. Não criaram novos estilos ou correntes arquitetônicas, mas souberam porta-se como condutores de várias linguagens correntes em sua época (...) Souberam, enfim, se conduzir de acordo com o princípio fundamental que Afrânio Coutinho chamou de ‘imitação’ e que Georg Lukács preferiu conceituar como ‘mimese’.

E além de imitar, os engenheiros militares fizeram com que outros imitassem essa imitação, ou seja, reproduziram em âmbitos diversos aquilo que lhes era familiar. Essa constatação torna conveniente voltar ao que Foucault (2007 [1966], pp. 32-33b) afirmou acerca da simpatia, dos seus efeitos e, por que não, dos seus perigos:

A simpatia é uma instância do Mesmo, tão forte e tão contumaz que não se contenta em ser uma das formas do semelhante; tem o perigoso poder de assimilar, de tornar as coisas idênticas umas às outras, de misturá-las, de fazê-las desaparecer em sua individualidade — de torná-las, pois, estranhas ao que eram. A simpatia transforma. Altera, mas na direção do idêntico, de sorte que, se seu poder não fosse contrabalançado, o mundo se reduziria a um ponto, a uma massa homogênea, à morna figura do Mesmo: todas as suas partes se sustentariam e se comunicariam entre si sem ruptura nem distância, como elos de metal suspensos por simpatia à atração de um único ímã.

Poderiam ser citados como possíveis manifestações dessa reprodução, por exemplo⁷⁴⁹, o projeto arquitetônico, apresentado em 1827, que sugeriu a medida de 15 braças (33 metros)

⁷⁴⁹ Arriscaria dizer, ainda, que a medida de 15 braças tem origem comum relacionada com a dimensão sugerida para os vergéis (“*Lugar com árvores*. = *HORTO, JARDIM, POMAR*”, segundo Priberam), feita por Velloso (1805, p. 179): “Os vergéis, porém, feitos em os lugares mais baixos desde a praia até o monte, se lhes dê a extensão de 15 braças, e se interponham mangas, e klappas com as moscadeiras.” Essa suposição, todavia, é a menos defensável, ou pelo menos mais difícil de demonstrar (teria que regressar a uma causa comum... não tenho tempo para isso), daí a opção por apartá-la do corpo do texto.

como nova dimensão de profundidade do Campo de Sant'Ana (PINHEIRO, 2011, p. 150); a medida de “33 metros (15 braças)” para a “faixa de domínio ao longo das estradas⁷⁵⁰, caminho e canais”, mencionada na Lei Portuguesa de 31 de dezembro de 1853⁷⁵¹ (FERREIRA, 1884, p. 257); o Aviso do Ministro da Justiça, datado de 5 de dezembro de 1854, determinando em 15 braças distância mínima para colocações de lampiões a gás nas ruas do Rio de Janeiro (DUNLOP, 1949, p. 24); a medida de largura projetada para Avenida Central (atual Rio Branco), fixada em exatos 33,00m (trinta e três metros) (PINHEIRO, 2011, p. 150).

Mas pode ser que nenhum (ou alguns) dos exemplos mencionados tenha relação com a medida de 15 braças estabelecidas nas Ordenanças de 1708, no Aviso de 18 de novembro de 1818, na Instrução de 14 de novembro de 1832, assim como em outros normativos relacionados aos terrenos de marinha, que são o instituto objeto desta pesquisa. A eventual demonstração da inexistência dessa relação ficará, entretanto, a cargo de quem queira divergir, pois o propósito em associar essas medidas foi tornar evidente que o procedimento de demarcação dos terrenos de marinha, instituído pelo Aviso de 18 de novembro de 1818, relacionava-se com semelhantes acontecimentos de institucionalização de medidas já praticadas, tendo como propósito viabilizar a precisa demarcação dos terrenos de marinha, conforme dispunha o Decreto de 21 de janeiro de 1809.

Dizendo de outro modo, longe de querer (apenas) demonstrar que outras narrativas poderiam não ser procedentes, quis-se demonstrar que o discurso jurídico alcançou (ou é alcançado, em alguns casos... ou as duas coisas) e passou a agenciar uma prática já existente.

O Decreto de 21 de janeiro inventou os terrenos de marinha (ainda sem essa designação, como já explicado), ao conferir aos tais terrenos uma nova condição jurídica. O Aviso de 18 de novembro de 1818, por sua vez, estabeleceu suas propriedades físicas (espaciais), conjugando àquela condição jurídica os elementos técnicos, ou seja, o saber associado ao agora necessário procedimento de demarcação. A conjugação de ambos subtraiu a possibilidade, que antes assistia a qualquer pessoa, de olhar para os espaços litorâneos e dizer “isso é a marinha da

⁷⁵⁰ É possível cogitar a relação dessa faixa de “domínio” com as disposições contidas nas Ordenações Filipinas, especificamente no Título XXVI, dos Direitos Reais (do Rei), itens (equivalentes hoje a artigos ou parágrafos) “8” e “9”), cujas redações seguem: “8. E as estradas e ruas públicas, antigamente usadas, e os rios navegáveis, e os de que se fazem os navegáveis, se são caudais, que corram em todo o tempo. E posto que o uso das estradas e ruas públicas, e os rios seja igualmente comum a toda agente, e ainda a todos os animais, sempre a propriedade delas fica no Patrimônio Real (3). 9. Idem os portos de mar, onde os navios costumam ancorar, e as rendas e direitos, que de tempo antigo se costumaram pagar das mercadorias, que a eles são trazidas (4).”

⁷⁵¹ A aludida lei trata da autorização para trabalhos de mineração, mas faz referência às “prevenções prescritas” (faixa de domínio na atualidade): “Observar as prevenções prescritas pelo Governador Civil, ouvido o Engenheiro das Obras Públicas, quando os trabalhos da mina se houverem de executar dentro da zona de 33 metros (15 braças) ao lado de estradas, caminhos e canais.”

Cidade”⁷⁵². Também suprimiu a possibilidade de fazer livre uso (coletivo) de tais bens, o que, de igual modo, antes também de se fazia. Dizer o que e onde estavam as marinhas, bem como quem poderia dispor privativamente dos terrenos “nelas” demarcados, passou a ser prerrogativa da Coroa (Estado).

A nosso ver, essa é a explicação “mais razoável” para a determinação da medida dos terrenos de marinha (marinhas) em 15 braças (craveiras), que não explica apenas uma operação aritmética ou a busca por uma referência anterior para aquela medida, mas também como o Direito (1809) e a técnica (1818) se conjugaram para institucionalizar e naturalizar práticas destinadas a viabilizar a apropriação de espaços que, até então, eram considerados indisponíveis e reservados ao “serviço da Coroa e ao uso comum” do povo. Tudo isso, o que é mais importante, fez-se em favor de quem mais pudesse pagar e “em breve tempo principiar a edificar”.

Em síntese, o Aviso de 18 de novembro de 1818 estabeleceu o critério para demarcação dos terrenos mencionados no Decreto de 21 de janeiro de 1809, determinando o alcance das “marinhas” também pela técnica. A partir do Aviso em referência, “marinhas” não são qualquer coisa e nem podem ser apontadas por qualquer um, o que talvez explique o desuso em que caiu a expressão “marinha” associada à região litorânea da cidade do Rio de Janeiro. As “marinhas” passam a ser, então, uma coisa determinada, determinável para ser mais exato, e cuja identificação somente pode ser feito de um modo: a atividade de demarcação por funcionários da Coroa (Estado).

Eis um típico exemplo de relação “poder-saber”, em que a técnica (Aviso de 18 de novembro de 1818) vem se associar ao fundamento jurídico (Decreto de 21 de janeiro de 1809) para viabilizar a utilização privativa de um espaço antes afetado ao uso público ou coletivo.

4.3. O nome próprio.

Os terrenos mencionados no Decreto de 21 de janeiro de 1809 não receberam imediatamente o predicativo “de marinha”. Foram chamados sucessivas vezes pela mesma

⁷⁵² Los Rios Filho (1946, p. 210) afirma que, pela expressão “marinha da cidade”, era conhecida “a zona litorânea que ia do cais Pharoux ao dos Mineiros.”

expressão genérica “terrenos”⁷⁵³, algumas delas de forma associada àquele Decreto. O Aviso de 18 novembro de 1818 os chamou de “terrenos beira mar” e, em 1821, a Consulta e Resolução de 12 de abril daquele ano⁷⁵⁴ também conferiu um predicativo àquela espécie de bens, referindo-se a eles pela expressão “terreno da marinha”. A divergência terminológica, a qual decorre da contração do artigo definido “a” com a preposição “de”, impede que se reconheça esse ato como o que inaugurou a denominação do instituto vigente na atualidade, o que se sucede, igualmente, com o Aviso de 13 de julho de 1827⁷⁵⁵, que alude a “terrenos à beira-mar”.

De fato, em nenhum desses atos normativos constou a exata correspondência ao nome pelo qual o instituto é hoje conhecido, de modo que coube ao Aviso de 7 de julho de 1829⁷⁵⁶ o título de ser o primeiro⁷⁵⁷⁻⁷⁵⁸ a se referir expressamente à designação “terrenos de marinha”.

Além de “batizar” os terrenos de marinha, o citado Aviso terminou por estreimar as noções de terrenos de marinha e de praias marítimas, afirmando-as como conceitos

⁷⁵³ Neste sentido: Aviso de 18 de novembro de 1818; Decreto de 13 de julho de 1820; Consulta e Resolução de 13 de setembro de 1820; Provisão de 13 de setembro de 1820; Edital de 2 de dezembro de 1820.

⁷⁵⁴ A referida “Consulta e Resolução” constitui-se em típico ato composto, constituindo-se de uma exposição de razões elaboradas pelo Conselho da Fazenda, datada de 27 de março de 1821, e, ainda, de uma manifestação sucinta do então Imperador, expedida em 12 de abril do mesmo ano que, cujo texto foi: “Como parece.”

⁷⁵⁵ Reis (1923, p. 312), em obra prefaciada por Augusto Tavares de Lira e aprovada, mediante Carta, por Clóvis Beviláqua, afirma que o citado Aviso definiria “em termos precisos” o que seriam os terrenos de marinha, o que é procedente, pois este ato explica que os tais terrenos corresponderiam ao espaço compreendido entre o “bater do mar e a terra firme, que deve reputar como Marinha” e, em outro trecho, menciona que “terreno que propriamente se chama Marinha é aquele que se compreende em 15 braças entre a terra firme e o bater do mar nas águas vivas.” Nada obstante, a precisa definição foi imprecisa em relação ao nome.

⁷⁵⁶ Dá-se razão, então, ao professor Diógenes Gasparini (2009, p. 936), ao afirmar que terrenos de marinha são “cariocas”, pois o objeto do Aviso em referência foi o trato de questões relativas a determinadas construções que se localizavam na Praia Formosa e Sacco de São Diogo, no Rio de Janeiro. Na verdade, prosseguindo-se com as metáforas, poder-se-ia dizer que os terrenos de marinha não só “nasceram” no Rio de Janeiro, mas tiveram ali sua primeira infância, já que quase a totalidade dos instrumentos normativos referenciados neste trabalho se referiram a questões verificadas naquela cidade. Nesse sentido, tem especial relevância a disposição contida no art. 1.º das Instruções de 14 de novembro de 1832, que regulamentaram a aplicação da Lei de 15 de novembro de 1831. O citado dispositivo menciona que o objeto das Instruções é a demarcação “no termo desta Cidade” (Rio de Janeiro). Logo adiante, no artigo 15 das mesmas Instruções, determina-se que o disposto naquela norma fosse aplicado também às demais cidades e vilas litorâneas do Império.

⁷⁵⁷ Não se cogite afirmar que, por se tratar de “Aviso”, não se estaria diante de disposição normativa, ou seja, uma norma primária tal como hoje é admitida e que é capaz de restringir direitos e criar obrigações. Isso afirmo em razão de que o ordenamento jurídico de então não se assemelhava com o atualmente vigente, sendo o “Aviso” o instrumento normativo por meio do qual o Soberano expedia as normas de sua competência. Para ilustrar o caráter normativo dos Avisos Imperiais, foi por instrumentos desta natureza que importantes atribuições foram outorgadas aos Promotores de Justiça, conforme disposto nos Avisos de 20 de outubro de 1836 e de 16 de janeiro de 1838 (MARANHÃO, 2004, p. 83), e que foram aprovados os Estatutos do Instituto dos Advogados Brasileiros (Aviso de 7 de agosto de 1843), entidade que deu origem à atual Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

⁷⁵⁸ Essa circunstância enseja mais uma ressalva a muito do que se escreveu sobre o tema. Há diversos registros em artigos, dissertações e obras doutrinárias no sentido de que a Lei Orçamentária de 15 de novembro de 1831 teria sido a primeira disposição normativa a mencionar a designação “terrenos de marinha”. Isto, como se viu, é uma afirmação equivocada. A referida Lei, no entanto, teve significativa importância, pois, embora não tenha sido o primeiro ato normativo a mencionar a expressão “terrenos de marinha”, foi a primeira disposição legal, o que hoje chamaríamos de ato normativo primário ou em disposição legal em sentido estrito, aprovada na forma da (também primeira) Constituição de 1824.

correspondentes a espaços fisicamente distintos⁷⁵⁹. O que autoriza essa conclusão é o trecho do citado instrumento em que Sua Majestade o Imperador manda “desfazer, no prazo de oito dias, quaisquer muros ou cercados com que tenham obstruído as praias e terrenos de Marinha.”

A distinção estabelecida por este Aviso em relação aos terrenos de marinha e às praias superou aquela ideia de continência, a qual sugeria que os primeiros (e, antes destes, que as marinhas⁷⁶⁰) estivessem contidos no espaço mais amplo correspondente às praias. Efetivamente estavam, o que não se pode negar, já que o Decreto de 21 de janeiro de 1809 determinou que se demarcassem terrenos nas “praias da Gamboa e do Sacco do Alferes”. O que convém fixar, no entanto, é que o espaço resultante daquela demarcação seria destacado (apartado) não apenas “fisicamente” das praias, mas passaria (o que é extremamente importante compreender) a ostentar uma nova condição (para alguns, “natureza”) jurídica. Enquanto as praias continuaram a ser bens destinados ao uso coletivo, os terrenos de marinhas são desprendidos delas, a fim de que possam ser submetidos à apropriação privada. É essa mudança de condição jurídica, instaurada⁷⁶¹ pelo Decreto de 21 de janeiro de 1809, que o Aviso de 7 de julho de 1829 deixa claro.

Eis o nome: a representação como símbolo da ruptura.

⁷⁵⁹ A confusão entre praias e terrenos de marinha, celeuma que ainda hoje se verifica, era recorrente nos instrumentos normativos que disciplinavam as marinhas. Referencie-se, a propósito, as ordens Régias de 21 de outubro de 1710, de 7 de maio de 1725 e de 10 de dezembro de 1726, em que as marinhas são apontadas como espaços que se encontram compreendidos nas faixas de praias.

⁷⁶⁰ Pelo que se extrai do teor da Ordem Régia de 7 de maio de 1725, entendia-se que as marinhas se constituíam em uma parcela das praias, já que afirmava: “(...) alguns moradores, que possuem casa da banda do mar, tratando do seu acrescentamento, as avançaram tanto a ele, que totalmente deixaram as praias sem marinha (...)”. Afirmação semelhante foi feita na Ordem Régia de 10 de dezembro de 1826.

⁷⁶¹ Prova disso é que há registros de concessão de aforamentos em diversas “praias” (“Praia Dom Manuel”, “mangue de São Diogo”, “mangue da Cidade Nova”, “Praia do Saco do Alferes”, “Praia do Valongo”), mesmo antes de serem expedidos outros atos normativos relacionados aos terrenos de marinha, em especial o Aviso de 18 de novembro de 1818 e o Aviso de 7 de julho de 1829. Ressalte-se que os aforamentos mencionados, apontados na obra *Aforamentos: inventário sumário* (1987), editada pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, referem-se ao período compreendido entre 1809 e 1818 e tratam especificamente aos terrenos em “praias” e “mangues” (salgados) (RIO DE JANEIRO, 1987, pp. 26-29). Há outros aforamentos em relação a espaços diversos, mas não se pode afirmar, quanto a esses, que o fundamento da concessão tenha sido a autorização conferida pelo Decreto 21 de janeiro de 1809. O inventário de aforamentos constante nos anexos da Dissertação de Mestrado apresentada por Fernanda Mousse Pinto (2007, pp. 273-293), defendida perante o Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), (2007, pp. 273-293), também demonstram que diversos aforamentos foram concedidos na primeira e segunda décadas do século XIX, antes mesmo de expedido o Aviso de 18 de novembro de 1818.

4.4. A disputa pela prerrogativa de agenciar e a consolidação da condição dominial.

Como o Decreto de 21 de janeiro de 1809 não definiu a quem caberia autorizar a utilização dos terrenos (“de marinha”), diversas autoridades se entenderam habilitadas a fazê-lo, resultando o que Dom João VI qualificou de “falta de legitimidade” dos títulos expedidos. Em razão disso, Sua Majestade editou um novo Decreto, datado de 13 de julho de 1820, fixando a prerrogativa de somente a Coroa poder conceder aqueles terrenos, bem como determinando que os títulos ilegítimos fossem apresentados pelos seus beneficiários à Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínio Ultramarinos, a fim de serem examinados e eventualmente ratificados, mediante a substituição por “novos” títulos, agora expedidos sem o apontado vício de competência.

Essa sistemática de confirmação, embora apresentada sob o nobre argumento de desfazer os “embaraços” decorrentes da falta de legitimidade, impunha aos detentores dos títulos um nítido exame de conformidade, que não deixava de ser um mecanismo de vigilância e sujeição. Ao optar por não determinar uma confirmação objetiva, genérica e que independesse da apresentação individual de cada título, a Coroa se valeu desse “problema” para o fim de, “microfisicamente”, “no miúdo”, afirmar-se como instância de poder. Na prática, o apresentar os títulos equivalia a um “pedir novamente” (diga-se novamente, pois é certo que houve um pedido anterior a outra autoridade), desta feita a um Ministro de Estado de Sua Majestade. Com essa medida, mais que “ajudar” a resolver o problema dos titulares dos terrenos, a Coroa também se ajudou, na medida em que fortaleceu seu poder, estabelecendo um vínculo obrigacional entre ela, que concedia um favor, e os respectivos beneficiários.

É razoável relacionar essa medida a outras igualmente destinadas a (re)afirmar a submissão pessoal dos súditos em relação à Coroa. Talvez a mais caricata tenha sido a realização sistemática dos cortejos do “beija-mão”, prática “religiosamente” cumprida por Dom João VI (LIMA, 1908, p. 270), que possuía um manifesto caráter “microfísico” de reafirmação da dominação e da sujeição.

Outra, menos ostensiva quanto a esse intento, e cuja motivação expressa teria sido incrementar “agricultura e povoação, e segurança do direito de propriedade”, foi a exigência de que as concessões de sesmarias feitas pelos Governadores e Capitães Gerais fossem submetidas

à medição e à eventual confirmação pela mesa do Desembargo do Paço⁷⁶², conforme dispôs o Decreto de 22 de junho de 1808⁷⁶³.

O que se vê, portanto, é que a Coroa, desde que se transferiu compulsoriamente para o Brasil, esforçava-se por não perder a oportunidade de, ao resolver os problemas que lhe eram apresentados (ou os que ela criava, para em seguida “dar” solução), afirmar-se como instância soberana de poder político. Assim, ao passo em que solucionava o problema de ilegitimidade dos títulos, interessava-lhe deixar claro por favor de quem os concessionários passaram ocupar aqueles espaços.

A possibilidade de os terrenos de marinha funcionarem como dispositivo de agenciamento, além de servirem para afirmação de poder político, teve um novo e importante episódio em 1831. Embora tenham sido inventados em 1809, ainda sem a definição de suas características físicas (1818) e sem um nome próprio (1829), o fato de os terrenos de marinha serem demarcados utilizando como referência a linha de preamar média (LPM) correspondente a 1831, conduz muitos à equivocada conclusão de que este teria sido o ano de criação do instituto. Na verdade, o motivo da imprópria associação tem a ver com o fato de que foi em 1831 que uma disposição legal, pela primeira vez, e aprovada na forma da também primeira Constituição Brasileira⁷⁶⁴, dispensou tratamento jurídico àquela categoria de bens.

A Lei Orçamentária, datada de 15 de novembro de 1831, além de ratificar a implicação do instituto pelo aspecto econômico (fiscal), conforme modelo inaugurado pelo Decreto de 21 de janeiro de 1809, também evidenciou a utilidade como instrumento de composição entre as diversas esferas de poder político. Nesse sentido, aquela Lei possibilitou que os terrenos de marinha destinados a logradouros públicos fossem colocados à disposição das câmaras municipais, desde que tais órgãos dirigissem o requerimento à Coroa neste sentido. Além disso,

⁷⁶² Segundo Oliveira Lima (1908, pp. 221-222), a Mesa do Desembargo do Paço era uma “corte soberana e especial, criada na capital brasileira para se ocupar de assumptos judiciários e decidir processos civis e criminosos, expedindo graças e privilégios, concedendo revisões de causas, restituições de bens, etc.”

⁷⁶³ Essa nítida medida de centralização do poder, tinha o seguinte teor: “Sendo-me presente que se não tem continuado a conceder sesmarias nesta Corte e Província do Rio de Janeiro que até agora eram dadas pelos Vice-Reis do Estado do Brasil; e que muitas outras, já concedidas pelos Governadores e Capitães Gerais de diversas Capitânias, estão por confirmar, por causa da interrupção de comunicação com o Tribunal do Conselho Ultramarino, a quem competia fazê-lo; e desejando estabelecer regras fixas nesta importante matéria, de que muito depende o aumento da agricultura e povoação, e segurança do direito de propriedade: hei por bem ordenar, que daqui em diante continuem a dar as sesmarias nas Capitânias deste Estado do Brasil, os Governadores e Capitães Gerais delas; devendo os sesmeiros pedir a competente confirmação á Mesa do Desembargo do Paço, a quem sou servido autorizar para o fazer; e que nesta Corte e Província do Rio de Janeiro, conceda as mesmas sesmarias à referida Mesa do Desembargo do Paço, precedendo as informações e diligencias determinadas nas minhas reais ordens; ficando as cartas de concessão e de confirmação delas dependentes da minha real assinatura.”

⁷⁶⁴ A primeira Constituição brasileira foi outorgada em 25 de março de 1824.

a referida lei autorizou que os terrenos de marinha fossem aforados a particulares pelos Presidentes das Províncias, aos quais incumbiria a estipulação do valor do foro dos terrenos que concedessem, bem como a fixação e cobrança do mesmo encargo em relação aos terrenos de marinha ocupados sem concessão⁷⁶⁵.

Depois do advento da Lei de 15 de novembro de 1831, foi o Decreto n.º 4.105/1868 que primeiro promoveu uma grande consolidação da disciplina dos terrenos de marinha. No que se refere às características físicas, após reafirmar a dimensão da largura desses bens (15 braças ou 33 metros), determinou que essa medida deveria levar em conta o “tempo da execução da Lei de 15 de novembro de 1831, art. 51 §14 (Instruções de 14 de novembro de 1832 art. 4.º).” Fixou, ainda, a distinção entre terrenos de marinha, terrenos reservados⁷⁶⁶ e terrenos acrescidos⁷⁶⁷, indicando o regime aplicado a cada uma dessas categorias de bens.

Em 1891, foi promulgada a primeira Constituição da recém proclamada República, a qual dispôs no seu art. 64 que caberia à União apenas a “porção do território que fosse indispensável à defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais”, destinando aos Estados os demais bens, inclusive os próprios nacionais que não fossem necessários ao serviço federal.

Por força dessa disposição, suscitou-se controvérsia quanto à titularidade dos terrenos de marinha, a qual resultou na Ação Ordinária Originária n.º 8, movida pelos Estados da Bahia e do Espírito Santo contra a União. Naquela ação, os demandantes sustentavam que os terrenos de marinha estariam compreendidos nas terras devolutas e, em conformidade com o disposto no artigo acima citado, teriam sido transferidos ao domínio dos Estados com a promulgação da referida Constituição.

Em defesa dos interesses da União, Eptácio Pessoa, então Procurador-Geral da República, sustentou a tese de que os terrenos de marinha jamais estiveram compreendidos nas terras devolutas, de maneira que o seu domínio teria permanecido com a União (PESSOA, 1904, p. 35).

⁷⁶⁵ . Essa providência se assemelharia na atualidade ao “cadastramento de ofício”, ou seja, aquele realizado pela SPU, a despeito de requerimento do interessado/ocupante.

⁷⁶⁶ “Art. 1.º (...), §2.º São terrenos reservados para a servidão pública nas margens dos rios navegáveis e de que se fazem os navegáveis, todos os que banhados pelas águas dos ditos rios, fora do alcance das marés, vão até a distância de 7 braças craveiras (15,4 metros) para a parte de terra, contadas desde o ponto médio das enchentes ordinárias (Lei nº 1507 de 26 de Setembro de 1867, art. 39).”

⁷⁶⁷ “São terrenos acrescidos todos os que natural ou artificialmente se tiverem formado ou formarem além do ponto determinado nos §§ 1.º e 2.º para a parte do mar ou das águas dos rios (Res. de Cons. de 31 de Janeiro de 1852 e Lei nº 1114 de Setembro de 1860, art. 11, § 7.º).”

Na Ação em referência, cujo acórdão foi datado de 31 de janeiro de 1905, os Ministros da Suprema Corte rejeitaram a pretensão da Bahia e do Espírito Santo, manifestando o entendimento de que os terrenos de marinha continuavam sendo de propriedade da União, a despeito do que dispunha o aludido dispositivo constitucional.

Após o advento da Constituição de 1891, o Decreto-lei n.º 24.643/1934, que estabeleceu o Código de Águas, foi a primeira norma legal primária a conter a referência ao “estado do lugar no tempo da execução do art. 51, § 14, da Lei de 15/11/1831”, como referência temporal para atividade de demarcação dos terrenos de marinha, o que até então era disciplinado apenas em norma “regulamentar”⁷⁶⁸. O Código de Águas também foi a primeira norma republicana a conter no seu texto a definição de terrenos de marinha, que foram conceituados nos seguintes termos:

Art. 13. Constituem terrenos de marinha todos os que, banhados pelas águas do mar ou dos rios navegáveis, vão até 33 metros para a parte da terra, contados desde o ponto a que chega o preamar médio. (sic)

Este ponto refere-se ao estado do lugar no tempo da execução do art. 51, § 14, da lei de 15/11/1831.

Essa definição consistiu numa reprodução quase que literal da constante no Decreto n.º 4.105/1868, excluída apenas a referência expressa às Instruções de 14 de novembro de 1832. Mas, embora tenha feito tal exclusão, o Código de Águas não mencionou, de forma direta e inequívoca, o ano de 1831 como paradigma da demarcação dos terrenos de marinha, continuando a aludir ao “tempo de execução” da Lei de 15 de novembro de 1831.

Além de conceituar os terrenos de marinha, o art. 11 do Código de Águas tratou de definir sua natureza como bem dominial (“dominical”), com a ressalva de poderem eles se caracterizar como bens de uso comum do povo, na hipótese de lhes ser dada alguma destinação dessa natureza, ou de pertencerem ao domínio particular em decorrência de “algum título legítimo”. A afirmação dessa condição dominial, em texto de lei, ratificou o caráter inaugurado pelo Decreto de 21 de janeiro de 1809, no sentido de que estes espaços poderiam ser destinados à utilização privativa, desde que houvesse uma contrapartida pecuniária em favor do Estado (na época, a Coroa Portuguesa; hoje, a União).

⁷⁶⁸ A norma em questão é o Decreto n.º 4.105, de 22 de fevereiro de 1868.

Em 17 de setembro de 1938, por força do Decreto-lei n.º 710, foi reorganizada a Diretoria do Domínio da União, órgão ao qual incumbia a administração de todo o acervo imobiliário daquele ente federativo. Além dessa providência administrativa, uma importante inovação introduzida pelo citado Decreto-lei foi a regra contida em seu art. 5.º, que revogou as disposições do art. 37, § 2º, da Lei n.º 38, de 3 de outubro de 1834, no art. 8.º, n. 3, da Lei n.º 3.848, de 20 de outubro de 1887 e, ainda, no art. 9.º, n.º 27, da Lei n.º 60, de 20 de outubro de 1838. Em razão dessas alterações, a União passou a arrecadar ela própria os foros e laudêmios relativos a todos os terrenos de marinha no Distrito Federal⁷⁶⁹.

Dois anos mais tarde, o Decreto-lei n.º 2.490, de 16 de agosto de 1940 introduziu significativa, embora efêmera, modificação na dimensão da faixa de terras considerada como terrenos de marinha, ampliando-a de 33,00m para 38,00m. Além disso, foi este o primeiro instrumento normativo a fazer inequívoca alusão ao ano de 1831⁷⁷⁰ como referência temporal para a medição da linha que corresponde à média das preamaras. Acerca dessas questões, dizia o seguinte o art. 3.º do citado Decreto-lei:

Art. 3º. A União não reconhece e tem por insubsistentes e nulas quaisquer pretensões sobre o domínio dos terrenos de marinha, assim considerados os que, banhados pelas águas do mar e pelas dos rios e lagoas até onde alcance a influência das marés, vão até à distância de 38 metros⁷⁷¹ para a parte da terra, medidos do ponto a que chegava o preamar médio em 1831.

Posteriormente, com a edição do Decreto-lei n.º 3.438, de 14 de julho de 1941, que “esclareceu e ampliou” o Decreto-lei n.º 2.490/1940, os terrenos de marinha voltaram a ser medidos em uma profundidade de 33 metros em relação à LPM/1831. Também se reafirmou⁷⁷² a existência de terrenos de marinha no contorno das ilhas, disciplinando-se a questão relativa à “influência das marés”, ao se determinar que esta se caracterizaria com a oscilação “de cinco centímetros”⁷⁷³ do nível das águas em qualquer época do ano. Foi também o Decreto-lei n.º

⁷⁶⁹ Para que não se estranhe a referência à existência de terrenos de marinha no Distrito Federal, lembramos que a Capital Federal, posteriormente transformada no Estado da Guanabara, localizava-se no atual estado do Rio de Janeiro.

⁷⁷⁰ Conforme mencionado anteriormente neste trabalho, os instrumentos normativos anteriores (Decreto n.º 4.105/1868 e Decreto-lei n.º 24.643/1934) faziam alusão ao tempo de execução da Lei de 15 de novembro de 1831, a qual, como se sabe, somente foi regulamentada pelas Instruções de 14 de novembro de 1832.

⁷⁷¹ Nem se cogite afirmar se tratar de erro de grafia. Os três repositórios de legislação consultados (Senado, Câmara e Planalto) contêm idêntica redação. Além disso, nenhum diploma legal posterior fez qualquer referência à correção de qualquer impropriedade redacional.

⁷⁷² A afirmação original constou na Ordem de 12 de julho de 1833.

⁷⁷³ Não houve aqui impropriedade ao se mencionar a expressão “de cinco centímetros”, em vez de “pelo menos cinco centímetros”. Essa impropriedade de redação foi cometida efetivamente pelo Decreto-lei n.º 3.438/1941,

3.438/1941 que primeiro estabeleceu, em ato normativo primário, uma disciplina do processo de determinação da posição Linha de Preamar Médio de 1831.

Essa disciplina durou até quando editado o Decreto-lei n.º 4.120, de 21 de fevereiro de 1942, que modificou significativamente o conceito de terreno de marinha, bem como seu processo de demarcação. Embora tenha mantido os 33,00m (trinta e três metros) como medida da faixa de largura, estabeleceu que a contagem desta deveria se dar a partir da linha da preamar máxima, e não mais da média das preamares. E, o que é mais importante, estabeleceu como marco temporal a “preamar atual”, abandonando a antiga referência ao ano de 1831.

Outra modificação introduzida pelo Decreto-lei n.º 4.120/1942 foi quanto à sistemática de localização da linha de preamar, ficando ali determinado que esta se basearia em uma análise harmônica de longo período (observações contínuas de 370 dias) ou, na falta destas, a partir de análise de curto período (30 dias consecutivos). Também se estabeleceu que as leituras das marés utilizadas para determinação da linha de preamar atual, deveriam ser realizadas pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação ou pela Diretoria de navegação do Ministério da Marinha.

E cabe registrar que, embora essas alterações possam parecer menos importantes, na verdade se prestaram a conferir maior segurança jurídica e transparência ao processo de determinação da linha de preamar (“máxima atual”), pois passou a se exigir da então Diretoria do Domínio da União a observância de parâmetros fixados em documentos elaborados por outros órgãos públicos. Além disso, o fato de os critérios para demarcação serem veiculados em norma legal primária, e não em mero ato regulamentar, como se verifica no presente⁷⁷⁴, assegurava maior estabilidade e impunha um maior rigor metodológico. Também se afastou a aparente discricionariedade na eventual escolha dos “documentos e plantas de autenticidade irrecusável” que deveriam subsidiar a determinação da posição da LPM, viabilizando-se o eventual exame pelas pessoas em relação às quais a atividade demarcatória pudesse ensejar alguma repercussão negativa.

Um novo conceito de terreno de marinha foi introduzido no ordenamento jurídico em 5 de setembro de 1946, quando expedido pelo então Presidente Dutra o Decreto-lei n.º 9.760, diploma que promoveu uma nova consolidação da legislação patrimonial da União. O citado

sendo simplesmente reproduzida na presente obra. É certo, contudo, que também seria considerada influência de maré a oscilação superior a 5 centímetros.

⁷⁷⁴ A regulamentação da atividade de demarcação é objeto da Instrução Normativa SPU n.º 2, de 12 de março de 2001, bem como Orientação Normativa GEADE n.º 002, também de 12 de março de 2001, ambas expedidas pela Secretaria do Patrimônio da União.

Decreto-lei foi certamente, e ainda é (com alterações e revogações, por óbvio), a norma mais ampla sobre o tema, possuindo 218 (duzentos e dezoito) artigos em sua redação original. Nele constam os conceitos dos bens que integram o acervo imobiliário federal, bem como um extenso regramento destinado a disciplinar a identificação, destinação e administração dos bens dominiais e dos próprios nacionais.

Com relação aos terrenos de marinha, o art. 2.º do Decreto-lei n.º 9.760/1946 estabeleceu o conceito que ainda hoje se encontra vigente:

Art. 2.º São terrenos de marinha, em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar-médio de 1831:

- a) os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés;
- b) os que contornam as ilhas situadas em zona onde se faça sentir a influência das marés.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo a influência das marés é caracterizada pela oscilação periódica de 5 (cinco) centímetros pelo menos, do nível das águas, que ocorra em qualquer época do ano.

O Decreto-lei n.º 9.760/1946 restaurou, como se vê, o conceito de terreno de marinha que vigorava antes do Decreto-lei n.º 4.120/1942, voltando a adotar a linha correspondente à média (e não mais à máxima) das preamares do ano de 1831 como termo inicial da medição da largura de 33,00m (trinta e três metros).

No que concerne à utilização do patrimônio imobiliário da União, o Decreto-lei n.º 9.760/1946, em seu artigo 64, prescreveu o seguinte: “Os bens imóveis da União não utilizados em serviço público poderão, qualquer que seja a sua natureza, ser alugados, aforados ou cedidos.” A regra geral estabelecida quanto à destinação dos bens da União passou, então, a ser a utilização por particulares, desde que não houvesse afetação a algum serviço público.

Quanto às formas de utilização, além daquelas citadas no referido artigo, o Decreto-lei n.º 9.760, desta feita em seu artigo 127, estabeleceu que a ocupação de terrenos da União, ocorrida sem fundamento em título por ela conferido, sujeitaria o ocupante ao pagamento de taxa de ocupação.

O referido encargo, de acordo com a redação original do diploma legal em análise, corresponderia a 1,00% (um por cento) do valor do domínio pleno do terreno, que deveria ser pago anualmente, retroagindo os efeitos da cobrança ao início da efetiva ocupação. Assim,

considerando que, antes do advento da Lei n.º 9.636/1998, o prazo de prescrição dos créditos de natureza patrimonial era de 20 (vinte) anos, o ocupante cadastrado estaria sujeito ao pagamento imediato de até 20% (vinte por cento) do valor do terreno, a título de taxas de ocupação retroativas ao início da ocupação.

Esse cenário se tornou mais oneroso para os ocupantes de terrenos de marinha quando editado o Decreto-lei n.º 1.561, de 13 de fevereiro de 1977. Além de vedar, no seu art. 1.º, “a ocupação gratuita em terrenos da União, salvo quando autorizado em lei”, estabeleceu, desta feita no art. 3.º, a cobrança, em dobro, das taxas referentes às ocupações que viessem a ocorrer após sua vigência. A justificativa para essa cobrança, de acordo com sua exposição de motivos, seria o “desestímulo a novas ocupações”.

A bem da verdade, o real propósito para edição daquela norma foi o incremento das receitas patrimoniais da União, o que também foi admitido em sua exposição de motivos. O argumento de combate às ocupações irregulares por meio do aumento dos encargos consubstanciou, não há dúvida, a repetição da fórmula já adotada, “sem”⁷⁷⁵ sucesso, pelo Decreto-lei n.º 9.760/1946, que havia fixado para o foro anual o valor correspondente a 0,6% (seis décimos por cento), enquanto a taxa de ocupação seria exigida no patamar de 1,00% (um por cento) ao ano, também, supostamente, para o fim de desestimular novas ocupações irregulares.

Em 1981, por meio do Decreto-lei n.º 1.876, pela primeira vez foi prevista a possibilidade de isenção de foros e taxas de ocupação referentes a imóveis da União. Para obtenção do benefício, ficou exigido dos postulantes a comprovação da condição de carência, entendida esta como a impossibilidade de suportar tais encargos sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, por meio de requerimento anual dirigido à SPU, órgão ao qual incumbia examinar a satisfação dos requisitos legais.

Seis anos mais tarde, por meio do Decreto-lei n.º 2.398/1987, a União recorreu novamente ao aumento dos encargos pela utilização dos seus terrenos. Já no seu artigo inaugural, elevou de 2,00% (dois por cento) para 5,00% (cinco por cento) o valor das taxas de ocupação relativas a novas inscrições. A justificativa para edição desse diploma legal foi, entretanto, mais sincera que a apresentada para o Decreto-lei n.º 1.561/1977. No caso, houve

⁷⁷⁵ As aspas querem ressaltar que o insucesso se deu para o fim de combater efetivamente ocupações irregulares. Mas o dispositivo funcionou para o fim de elevar as obrigações patrimoniais de ocupantes e foreiros.

inequívoca admissão de que a disciplina estabelecida pelo Decreto-lei n.º 2.398/1987 se destinava a

(...) aperfeiçoar, dinamizar e incrementar a receita patrimonial da União, derivada das taxas de ocupação e laudêmio relativos a terrenos da União, bem assim da alienação, nos casos indicados, de imóveis da União.

Além de majorar o valor percentual das taxas de ocupação, o Decreto-lei n.º 2.398/1987 também estabeleceu condições para a constituição do aforamento, fora dos casos de preferência previstos nos arts. 105 e 215 do Decreto-lei n.º 9.760/1946, bem como no artigo 20 do Decreto-lei n.º 3.438/1941, o que se daria mediante pagamento do preço correspondente ao domínio útil do terreno ou de aquisição em leilão público. Em outros termos, se algum ocupante, sem preferência⁷⁷⁶, pretendesse constituir um aforamento, teria que promover o pagamento do valor equivalente a 83,00% (oitenta e três por cento) do valor do terreno.

Note-se que a referida disposição normativa não teve a pretensão de evitar, e nem efetivamente evitou, a ocorrência de “ocupações irregulares” de imóveis da União. Diferente disso, ela apenas impôs nova e mais onerosa condição para constituição do aforamento. Assim, com o estabelecimento de entraves à mudança do regime de ocupação para o de enfiteuse, a União terminou por auferir significativa vantagem financeira, uma vez que, subsistindo a utilização sob o regime de ocupação, aquele Ente (União) continuaria arrecadando o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do domínio pleno do terreno como contraprestação pelo uso da área, em lugar dos “apenas” 0,6% (seis décimos por cento) que perceberia, caso se promovesse a conversão da ocupação em aforamento.

E daqueles ocupantes que, mesmo diante da maior onerosidade, ainda desejassem a constituição do aforamento, a União perceberia o valor correspondente ao domínio útil do terreno, ou seja, 83,00% (oitenta e três por cento) do preço do domínio pleno.

Em 1988, verificou-se o registro mais relevante da trajetória normativa da categoria de bens em exame, que foi a expressa menção, no texto constitucional, dos terrenos de marinha como bens integrantes do patrimônio imobiliário da União. Esse evento representou uma inovação da Constituição de 1988, já que as anteriores nada mencionavam a respeito do tema.

⁷⁷⁶ A preferência ao aforamento se verifica quando a situação do ocupante corresponde a alguma das hipóteses previstas nos arts. 105 e 215, do Decreto-lei n.º 9.760/1946, ou no artigo 20, do Decreto-lei n.º 3.438/1941. Nesse casos, a constituição do aforamento pode se dar sem o pagamento correspondente ao valor do domínio útil, que equivale a 83,00% (oitenta e três por cento) do valor do domínio pleno (100%) do terreno.

Além disso, embora a ausência de reflexão possa conduzir à suposição de sua pouca importância, da constitucionalização do instituto advieram relevantes consequências. A primeira delas, quiçá a mais óbvia, é a de que devem ser tidas por não recepcionadas quaisquer disposições normativas em que se veicule a atribuição, a outros entes da Federação ou mesmo a particulares, de qualquer parcela do domínio sobre essa categoria de bens.

Além disso, deve-se apontar a impossibilidade de que norma de quilate inferior à Constituição exclua o domínio da União sobre os terrenos de marinha, no que se refere aos espaços que eram caracterizados como integrantes daquela categoria de bens imóveis, por ocasião da promulgação da Lei Maior. Isso significa dizer que, ainda que a legislação ordinária promova alterações dos elementos estruturais do conceito de terrenos de marinha, modificando a forma como eles devem ser demarcados, a União continuará a deter o domínio dos bens que “deixarem” de ser considerados como integrantes daquela categoria de bens. Neste caso, a única alteração seria o fundamento da propriedade apontado pelo texto constitucional, que deixaria de ser o inciso VII do art. 20 (“terrenos de marinha”), passando a ser o inciso I do mesmo artigo da Constituição de 1988 (“os que atualmente lhe pertencem”).

Relativamente ao regime de utilização, a única referência feita pelo texto constitucional constou no art. 49, §3.º, onde ficou determinado que “a enfiteuse continuará sendo aplicada aos terrenos de marinha e seus acrescidos, situados na faixa de segurança, a partir da orla marítima.” Esse comando, na prática, prescreveu a impossibilidade de cogitação da alienação do domínio pleno dos terrenos, até que houvesse a delimitação daquela faixa. E ainda por força daquele dispositivo constitucional, mesmo após a delimitação da faixa de segurança estabelecida pela Lei n.º 13.240/2015, continua a União impossibilitada de se desfazer do domínio direto dos terrenos de marinha situados até o limite daquela faixa.

Após a promulgação da Constituição de 1988, a mais relevante alteração legislativa realizada no regime jurídico dos terrenos de marinha foi operada pela Medida Provisória n.º 1.567, de 14 de fevereiro de 1997, que, após diversas reedições, foi sucedida pela Medida Provisória n.º 1.645, de 24 de março de 1998, esta convertida na Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1998.

De um modo geral, as disposições dessas normas eram alinhadas à ideologia do Consenso de Washington⁷⁷⁷, com especial atenção para a disciplina fiscal austera e a redução

⁷⁷⁷ Segundo Bresser Pereira (1991, p. 6), as medidas do consenso de Washington poderiam ser resumidas na promoção da estabilização da economia, baseada num regime de austeridade fiscal, na adoção de política

do tamanho do Estado. A essência das medidas foi demonstrada na mensagem da exposição de motivos apresentada pelo Ministro da Fazenda ao então Presidente da República, que justificou a necessidade da proposição nos seguintes termos:

2. O Governo Federal conseguiu estabilizar a moeda, reduzir os índices inflacionários, aumentar o poder de compra das classes mais baixas. Não obstante os resultados já alcançados, é preciso equilibrar as contas públicas, incentivar o aumento da produção e a geração de novos empregos, implementar amplas medidas de caráter social, além de outras ações necessárias à consolidação do Plano Econômico.

3. Com este propósito, o Governo vem, de forma corajosa e segura, derrubando barreiras, quebrando tabus, com a adoção de medidas nem sempre populares, mas, sem sombra de dúvida, necessárias à retomada do desenvolvimento do nosso País.

4. Neste contexto, o patrimônio imobiliário da União se apresenta como um extraordinário recurso destinado a apoiar a consolidação do Plano Econômico Nacional, consistindo este projeto de Medida Provisória um forte instrumento para viabilizar a utilização deste recurso.

5. A elaboração do presente projeto foi norteadada pelos princípios de racionalização e descentralização, sendo que, neste caso, ressalvadas as atividades típicas de Estado, e resguardados os ditames do interesse público e as conveniências da segurança nacional, buscou-se desobrigar a Administração de tarefas operacionais, recorrendo-se, prioritariamente, à execução indireta, por intermédio dos Estados, Municípios e da iniciativa privada.

A Lei n.º 9.636/1998, além de ampliar os instrumentos por meio dos quais poderia a União promover a destinação onerosa dos seus bens imóveis, também cuidou de estabelecer diversas obrigações que, se descumpridas, dariam ensejo à cobrança de encargos. Como exemplo pode ser citada a multa prevista no art. 15, §7.º, devida pelo ocupante “ilícito”⁷⁷⁸ que não exercesse a preferência na aquisição do domínio útil, na forma dos arts. 13 e 15, §2.º, ambos da Lei n.º 9.636/1998. Citem-se, na mesma linha, as multas que foram incluídas pelos arts. 32 e 33 do referido diploma, ao promover alterações nos Decretos-lei n.ºs 9.760/1946 e 2.398/1987.

No ano de 2015, foram promulgadas duas leis que alteraram alguns aspectos do regime jurídico dos terrenos de marinha. Ao objeto do presente trabalho, interessa analisar as questões

econômica em que o mercado exerça o papel fundamental em sua regulação, bem como numa forte redução do tamanho Estado.

⁷⁷⁸ A aspas aqui se justificam em razão de que, para os fins do referido dispositivo legal, considera-se ocupação “ilícita” aquela que não é fundamentada em título outorgado pela União, ainda que possua título transcrito. Imagine-se, então, o caso de um ocupante que possui uma escritura de compra e venda devidamente transcrita perante o cartório de registro imobiliário, a qual decorre de sucessivas transferências igualmente transcritas, mas cuja origem longínqua (há 50 anos, por exemplo) foi uma carta de aforamento expedida indevidamente pelo respectivo município. Embora, conforme já aduzido neste trabalho, o referido título não possa ser oposto à União para fins de lhe subtrair o domínio sobre o terreno em questão, não é razoável se considerar “ilícita” a referida ocupação, muito menos se lhe impor multa correspondente a 10% (dez) por cento ao ano. Ressalte-se que a referida situação hipotética é bastante corriqueira, quicá mais recorrente do que os casos de ocupação “ilícita” em que o responsável não detém um título registrado perante o cartório imobiliário respectivo.

que dizem respeito à sua função social, ou seja, ao propósito por meio do qual se justificaria a sua manutenção sob o domínio da União.

A primeira dessas, a Lei n.º 13.139/2015, foi apresentada ao Congresso nacional como projeto de iniciativa do Poder Executivo. Assim como alguns diplomas anteriores, por este seriam “aperfeiçoados” os mecanismos de cobranças de encargos, tal como o previsto no seu art. 5.º, que estabeleceu a possibilidade de que a multa de mora em relação a débitos patrimoniais alcançasse o patamar de 20% (vinte por cento)⁷⁷⁹.

Além disso, essa mesma lei, repetindo a fórmula de diversas normas anteriores, também prorrogou o prazo⁷⁸⁰ a partir do qual seria vedada a regularização de novas ocupações, chegando, inclusive, a estabelecer mecanismos de alienação do domínio útil para os ocupantes que comprovassem já ostentar essa condição há pelo menos 01 (um) ano, contado de 10 de junho de 2014. Assim, uma parcela dos ocupantes “de fato” (sem “regularização”) que, pelo prazo antes estabelecido na Lei n.º 11.481/2007, não conseguiriam sequer “regularizar” a respectiva ocupação, poderiam pretender a constituição do aforamento, desde que adquirissem o domínio útil, pagando, obviamente, o preço correspondente a 83,00% (oitenta e três por cento) do valor do terreno.

Mas as alterações mais esperadas dentre todas aquelas contidas no projeto de lei original, que consistiam (I) na redução da taxa de ocupação de 5% (cinco por cento) para 2% (dois por cento), bem como (II) na exclusão das benfeitorias da base de cálculo dos laudêmios, não chegaram a ter vigência. Isso porque, após a aprovação por ambas as casas do Congresso Nacional, a Presidenta da República, que foi a própria autora do projeto, vetou os dispositivos da lei que estabeleciam essas alterações, sob o argumento de que:

Os dispositivos resultariam em significativa perda de receitas decorrentes da exploração de direitos patrimoniais da União, inclusive sem a indicação das devidas medidas compensatórias. Além disso, as propostas foram apresentadas em contexto econômico que possibilitava sua implementação, cenário diverso do atual.

O contexto econômico, que em 29 de junho de 2015 inviabilizava a redução da taxa de ocupação e a exclusão das benfeitorias da base de cálculo dos laudêmios, tornou-se “favorável”,

⁷⁷⁹ Para as empresas privadas, conforme preceitua o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/1990) em seu art. 52, § 2.º, a multa de mora é limitada a 2,00% (dois por cento) ao mês.

⁷⁸⁰ A Lei n.º 9.636/1998 vedou a regularização de ocupações que tivesse ocorrido após 15 de fevereiro de 1997. Esse prazo, contudo, já havia sido prorrogado para 27 de abril de 2006 pela Lei n.º 11.481/2007. Agora (e por enquanto), veda-se a inscrição de ocupações que tenham ocorrido após 10 de junho de 2014.

na avaliação do Poder Executivo, exatos 6 (seis) meses após o veto à Lei n.º 13.139/2015. Isso pelo fato de que, em 30 de dezembro daquele mesmo ano, a mesma Presidenta sancionou, sem qualquer veto, as disposições da Lei n.º 13.240/2015⁷⁸¹, que previram idênticas reduções de encargos.

A Lei n.º 13.240/2015 resultou da conversão da Medida Provisória n.º 691/2015, que tinha dentre as disposições mais importantes a definição de faixa de segurança ao longo da orla marítima, providência da qual dependia, desde 1988, em razão do disposto no art. 49, §3.º, dos ADCTs⁷⁸², a alienação de parcela considerável dos terrenos de marinha. Superado esse “entrave”, deferiu-se à União a possibilidade de dispor do domínio pleno daqueles espaços situados além da faixa de segurança, esta que ficou definida como a “extensão de trinta metros a partir do final da praia, nos termos do § 3.º do art. 10 da Lei no 7.661, de 16 de maio de 1988”.

A autorização de alienação, veiculada pela Lei n.º 13.240/2015, ratificou o caráter dominial inaugurado pelo então Soberano Português em 1809, quando ordenou que os espaços, hoje⁷⁸³ denominados terrenos de marinha, fossem concedidos, em arrendamento ou aforamento, a “quem mais possa oferecer e em breve tempo possa principiar a edificar”, e confirmado, com ressalvas, pelo Código de Águas.

A trajetória normativa dos terrenos de marinha teve seu acontecimento mais recente na promulgação da Lei n.º 13.813, de 9 de abril de 2019, que resultou da conversão da Medida Provisória (MP) n.º 852, de 21 de setembro de 2018. O escopo deste diploma, como consignado na exposição de motivos apresentada para justificar sua edição como MP, foi o aprimoramento dos processos de gestão do acervo patrimonial da União.

Com exceção do art. 10 da referida Lei, que dispõe sobre sua vigência, e do art. 4.º, que estabeleceu hipótese de rescisão de contrato de cessão de área de uso comum do povo, caso constatado o comprometimento da integridade da área pelo órgão ambiental competente, todas as outras disposições tratam de aspectos econômicos (fiscais). Os dois artigos iniciais tornam mais restritas as hipóteses de isenção de encargos previstas no Decreto-lei n.º 1.876, de 15 de

⁷⁸¹ Importante pontuar que a Lei n.º 13.240/2015 resultou da conversão da Medida Provisória (MP) 691/2015, cujo texto original não contemplava as medidas objeto do veto à Lei n.º 13.139/2015.

⁷⁸² O referido dispositivo constitucional tem a seguinte redação: “Art. 49. (...) § 3º A enfiteuse continuará sendo aplicada aos terrenos de marinha e seus acrescidos, situados na faixa de segurança, a partir da orla marítima.” Em razão da prescrição de continuidade de aplicação do regime de enfiteuse em relação aos terrenos de marinha situados até a faixa de segurança ao longo da orla marítima, não se poderia promover a alienação do domínio pleno de nenhum terreno de marinha, até que a referida faixa fosse delimitada.

⁷⁸³ Na época, essas áreas, como já explicado neste trabalho, recebiam a denominação de marinhas, que teve origem ainda no direito lusitano herdado pelo Brasil Império.

julho de 1881, sendo as demais disposições destinadas a viabilizar ou fomentar a alienação de bens.

As expectativas com a edição dessa norma são as “melhores possíveis”, sendo todas informadas por aspectos fiscais, como se deduz de alguns dos argumentos lançados em sua exposição de motivos, os quais, pela segurança como sustentam ter sido “demonstrada” a relevância e urgência, merecem transcrição:

31. Por fim, conforme demonstrado, a proposta mostra-se relevante e urgente uma vez que instrumentaliza a Secretaria do Patrimônio da União com o amparo legislativo necessário à implementação imediata das ações de melhoria da gestão patrimonial, garantindo, a amortização de dívidas do FRGPS o junto ao Tesouro Nacional e, conseqüentemente, a redução do déficit previdenciário; a utilização dos imóveis do Fundo Contingente da RFFSA em programas governamentais tanto de interesse social quanto relacionados à infraestrutura e a promoção dos ajustes necessários ao ganho de eficiência na gestão do patrimônio da União, o que impactará na redução e racionalização dos gastos e incremento de receitas o que se insere dentre as medidas que auxiliaram o país na solução da conjuntura fiscal estabelecida.

Se esse fosse um argumento aduzido em uma conversa mais informal, certamente quem o apresentou teria ouvido do seu interlocutor: “agora vai!”. Entretanto, o formalismo exigido para elaboração do texto de uma tese de doutoramento impõe maior liturgia para o exame das razões que ensejaram a edição da MP 852/2018, posteriormente convertida na Lei n.º 13.813/2019. Em todo caso, sendo a proposta desta Tese promover uma análise genealógica, que examina os acontecimentos como práticas, e não no plano da intenção, é imperioso reconhecer que o curto período de vigência dessa lei representa um óbice à avaliação da efetividade de suas disposições.

Embora se deseje que o intento da lei se materialize, é importante compreender que a eficácia de qualquer medida estará condicionada à não reprodução de fórmulas pretéritas, especialmente as que apenas se encantam com o “potencial arrecadatório” dos terrenos de marinha, mas deixam de considerar, muitas vezes, que a realização desse potencial requer prévio investimento, tanto de tempo para planejamento e execução, como em termos de estrutura administrativa, além de representar um custo político, na medida em que resultaria na elevação da oneração da população que ocupa aqueles espaços para os mais diversos fins.

Num trabalho futuro, talvez, tenhamos tempo e elementos materiais para examinar os efeitos decorrentes dessa norma legal. Por enquanto, voltemos à história, para analisar o que de realidade concreta a existência dos terrenos de marinha produziu... ou não.

5. Função “socioambiental”: para que funcionam os terrenos de marinha?

O art. 5.º, inciso XXIII da CRFB/1988, prescreve que “a propriedade atenderá a sua função social”. Em conformidade com essa disposição, o princípio da função social pode ser compreendido como um programa normativo que vincula o direito de propriedade à noção de bem-estar coletivo. Nesses termos, ele encerra a ideia de que sua normatividade se realizaria, em alguma medida, na atualidade, mas se projetaria para além do presente, regulando aquilo que é e, também, veiculando prescrições de dever ser.

Retomando, por oportuno, algumas das formulações de Durkheim (2016 [1893], pp. 57-58) sobre o tema, a função social deve estar associada à ideia de correspondência a uma necessidade da sociedade (chamada por ele de “organismo” ou “corpo” social). Assim, manifestando predileção às expressões *papel* ou *função*, ele afirmava que estas denotavam o sentido de utilidade, de serventia para satisfação efetiva de alguma necessidade social. Por essa razão, afirmava que não se poderia falar em *finalidade*, já que esse termo remeteria à pretensão de predeterminar resultados, o que contrariava a ideia de função como correspondência concreta, e não como “mera” idealização.

Esse pensamento de Durkheim é coerente com a semântica da expressão “função” consagrada pela lexicografia⁷⁸⁴, que a associa à ideia de utilidade, de funcionalidade, ou seja, o “uso especial para que algo é concebido.” De acordo com essas possíveis definições, função é aquilo que funciona (no presente), que tem (no presente) utilidade, que corresponde (no presente) a algum uso.

Cotejando essas formulações com as disposições constitucionais que tratam do tema, concluímos, em conformidade com o que foi desenvolvido no tópico 3 do Capítulo Primeiro, que, concretamente, o conteúdo material da função social será aquele que, observando os requisitos genericamente estabelecidos na Constituição, especialmente no seu art. 186, for

⁷⁸⁴ O dicionário Priberam apresenta, dentre outras, as seguintes definições para a palavra “função”:
“(latim *functio*, -onis, cumprimento, execução, trabalho, exercício)
substantivo feminino
(...).

2. Exercício peculiar a cada um dos órgãos.

3. Exercício de atribuições.

4. Trabalho.

5. Uso especial para que algo é concebido. = FUNCIONALIDADE, UTILIDADE.”

(Acessar para verificação o link: <https://dicionario.priberam.org/fun%C3%A7%C3%A3o>)

efetivamente determinado por meio da legislação infraconstitucional. Assim, a função social da propriedade será aquela que alguma lei (plano diretor e outras leis) disser que ela é, presumindo-se, porque enunciadas por meio de lei, a observância dos preceitos constitucionais.

Mas além de ter seu conteúdo especificado pela lei (infraconstitucional), a função social da propriedade será determinada pelo que ela produz de realidade concreta, ou seja, aquilo para o que ela efetivamente funciona e tem utilidade, e não para o que dizem que ela poderia ou deveria servir.

A fim de que fique clara a distinção assinalada em nosso argumento, tomemos como exemplo uma discussão pública recente sobre algumas medidas adotadas pelo Poder Executivo Federal, visando à facilitação de acesso a armas de fogo pela população em geral. Em defesa dessas medidas, o Ministro de Estado chefe da Casa Civil, deputado licenciado Onyx Lorenzoni, fez a seguinte declaração⁷⁸⁵:

Criei quatro filhos com arma dentro de casa e meus filhos nunca foram lá porque eu ensinei para eles o que ela significa. A gente às vezes vê a criança pequena botar o dedo dentro do liquidificador, ligar e perde [sic] o dedinho. Aí vamos proibir o liquidificador? Não!”

Ao comparar os riscos de uma arma de fogo a um eletrodoméstico, o ilustre Ministro de Estado desconsiderou minimamente a ideia de função, ou seja, “uso especial para que algo é concebido”. As armas de fogo⁷⁸⁶, desde quando inventadas, funcionam como instrumento para “disparar projetis por meio de explosão”, sendo úteis para incrementar o poder de causar ferimento. O emprego de arma de fogo pode, é inegável, ser justificado em situações de defesa, mas o resultado de seu uso, ainda que justificado em tais condições, será sempre, necessariamente, a produção de ferimentos ou danos.

Já o liquidificador⁷⁸⁷ funciona, e desde sempre funcionou, para “reduzir a pedaços muito pequenos ou para misturar um ou mais alimentos, por vezes liquefazendo-os.” Não se olvida, é certo, a possibilidade de acidentes como os cogitados pela explicação do Ministro Onyx, mas não se pode comparar uma ocorrência acidental e extraordinária, com a ideia de funcionalidade,

⁷⁸⁵ A transcrição da afirmação consta na reportagem intitulada “*Onyx compara risco de arma em casa a liquidificador*”, publicada em 16 de janeiro de 2019 no portal de notícias Estadão, que pode ser acessada no <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral/onyx-compara-risco-de-arma-em-casa-a-liquidificador,70002681061>.

⁷⁸⁶ Ver o verbete “arma do fogo” do dicionário Priberam, cujas definições podem ser consultadas no link <https://dicionario.priberam.org/arma%20de%20fogo>.

⁷⁸⁷ Ver o verbete “liquidificador” do dicionário Priberam, cujas definições podem ser consultadas no link <https://dicionario.priberam.org/liquidificador>.

pois os liquidificadores não foram feitos para arrancar dedos de crianças travessas. Sua função, ou seja, “uso especial para que algo é concebido”, é fazer sucos e vitaminas, por exemplo.

Em suma, a ideia de função deve estar associada ao “uso especial para que algo é concebido”, e não a uma aspiração (desejo) ou ocorrência acidental e extraordinária. Essa conclusão se afina com a noção de correspondência entre a função e a utilidade produzida, como assinalou Durkheim.

Compreendido isso, forçosamente haveremos de reconhecer que a função social dos terrenos de marinha é (e não deve ser) aquilo que a lei diz. Além disso, essa mesma função deve corresponder ao “uso especial” para o qual eles foram “concebidos”, de maneira que pode ser determinada, como assinalava Durkheim, pela realidade produzida em decorrência desse uso.

Esse raciocínio se conforma, ademais, com o pensamento de Foucault (2014 [1969], pp. 56/206), no sentido de que o discurso deve ser analisado como prática e acontecimento, bem como que não se deve promover qualquer análise histórica levando em conta o que se diz no plano da intenção, correspondendo essa advertência ao conteúdo de sua segunda instrução metodológica (FOUCAULT, 2015 [1976], p. 283).

Firmadas essas premissas, embora não se deva considerar como função social dos terrenos de marinha aquilo que simplesmente é afirmado sobre o tema, convém conhecer a fala institucional da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), órgão ao qual incumbe a administração do acervo imobiliário daquele ente federativo.

Começemos por examinar o enunciado da missão institucional elaborada para e pela SPU, que foi definida da seguinte maneira:

Conhecer, zelar e garantir que cada imóvel da União cumpra sua função socioambiental, em harmonia com a função arrecadadora, em apoio aos programas estratégicos para a Nação.

Da leitura desse enunciado, extrai-se que a “razão de ser” da SPU é se esforçar para gerir os bens da União, de modo que cada um deles cumpra sua “função socioambiental”, em consonância com a tríade de valores do já analisado “tripé da sustentabilidade”, contemplando os aspectos ambiental, econômico (arrecadação) e social.

Se analisarmos os argumentos da SPU em defesa dos terrenos de marinha, especialmente os que constam nas apresentações feitas por ocasião de audiências públicas realizadas no Congresso Nacional ou em outros ambientes de discussão, veremos que aquele

órgão sustenta haver uma associação da função “socioambiental” daqueles bens, com a mesma tríade de valores da sustentabilidade afirmada em sua missão, sendo oportuno reproduzir novamente o slide n.º 7/32 da Apresentação na audiência pública no ocorrida em 9 de setembro de 2015, no Senado Federal.

Imagem 11 - Slide 7/32: Apresentação audiência pública no Senado Federal (9 de setembro de 2015)

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

TERRENOS DE MARINHA **Gestão da SPU em Áreas Estratégicas**

- **Cumprimento da FUNÇÃO AMBIENTAL:**
 - Entrega de áreas para o ICMBio/MMA
 - RESEX, FLONAS, APAS, Parques Ecológicos (Ilhas)
- **Cumprimento da FUNÇÃO SOCIAL:**
 - Assegurar a fixação das comunidades tradicionais em locais de uso sustentável;
 - Áreas vazias urbanas para provisão habitacional e apoio ao desenvolvimento local;
 - Regularização Fundiária em áreas de Interesse Social.
- **Cumprimento da FUNÇÃO ARRECADADORA:**
 - Ilhas utilizadas privativamente
 - Espelhos d'água
 - Grandes áreas com exploração econômica;
 - Instrumentos: Cessão, Arrendamento.

Ministério do Planejamento GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA SPU SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Fonte: Portal da SPU na internet.

A despeito dos argumentos apresentados pela SPU, a função social pressupõe uma necessária associação à ideia de produção e correspondência com a realidade, e não apenas uma aspiração, desejo ou bandeira de causa, por mais relevante e simpática que esta seja ou aparente ser. Assim, para determinar a função dos terrenos de marinha, ou seja, o “uso especial” para o qual eles foram “concebidos”, impõe-se mais que a singela aceitação e incorporação da fala institucional da SPU, daquilo que esse órgão entende (ou quer fazer crer que entende) ser a função “socioambiental” dessa categoria de bens.

Importa, então, analisar a materialidade produzida em razão da existência bissecular dos terrenos de marinha, o que chamaremos nos subtópicos seguintes de resultados *ambientais*, *econômicos* e *sociais*.

5.1. Os resultados ambientais.

Conforme consignado no tópico 3 do Capítulo Primeiro, as questões ambientais começaram a ser debatidas especialmente a partir da década de 1960, apontando-se como marcos dessas discussões o livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, e a Conferência de Estocolmo. Antes disso, embora seja certo que a ideia de destruição da natureza já havia sido cogitada e episodicamente denunciada, convindo, inclusive, referenciar a lamentação do Frei Vicente de Salvador (1918 [1627], p. 16)⁷⁸⁸ quanto à devastação praticada pelos colonizadores portugueses, não se tinha a compreensão de que um estado de crise ambiental poderia se firmar. Assim, embora um exame retrospectivo permita afirmar que essa crise, que se apresenta na atualidade como uma das questões de maior relevância para a humanidade, esteja relacionada ao processo de construção do pensamento e aos modos de vida do mundo ocidental, notadamente a partir da modernidade (LEFF, 2002, p. 191), a percepção de sua existência e, mais que isso, sua assimilação como problema real e urgente, remonta apenas à segunda metade do século XX.

Ciente desse fato, não é custoso concluir que, ao expedir o Decreto de 21 de janeiro de 1809, nem de longe o vacilante Príncipe Regente Dom João VI cogitava que os terrenos (ainda não chamados “de marinha”), a serem demarcados nas praias da Gamboa ou do Sacco do Alferes, poderiam se prestar a instrumentalizar o enfretamento da atual crise ambiental. Nesse mister, rememorando as lições de Foucault (2007 [1966], p. 346), Deleuze e Guattari (1997 [1991], pp. 26-27), no sentido de que os conceitos são elaborados em atenção aos problemas que pretendem solucionar, é preciso reconhecer que as necessidades que justificaram a criação dos terrenos (“de marinha”) nada tiveram a ver com qualquer questão ambiental, sendo elas precisamente identificadas no texto daquele mesmo Decreto: suprir a falta de armazéns e trapiches na cidade do Rio de Janeiro.

Desse modo, se a função se relaciona ao “uso especial para que algo [os terrenos de marinha] é [foram] concebido[s]”, forçosamente haveremos de concluir que o argumento de que os terrenos de marinha podem ter serventia como instrumentos destinados a incrementar a

⁷⁸⁸ “E deste mesmo modo se hão os povoadores, os quais, por mais arraigados que na terra estejam e mais ricos que sejam, tudo pretendem levar a Portugal e, si as fazendas e bens que possuem souberam falar, também lhes houveram de ensinar a dizer como os papagaios, aos quais a primeira cousa que ensinam é: papagaio real pera Portugal, porque tudo querem para lá. E isto não têm só os que de lá vieram, mas ainda os que cá nasceram, que uns e outros usam da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída.” (SALVADOR, 1918 [1627], p. 16).

proteção dos ecossistemas costeiros é, para dizer o mínimo, anacrônica e manifestamente retórica.

E que não se cogite argumentar que os terrenos de marinha poderiam auxiliar nesse propósito, mesmo não tendo sido para isso inventados, numa espécie de uso *off label*⁷⁸⁹ ou como típica manifestação de serendipidade⁷⁹⁰. Para que essa alegação pudesse ser honestamente formulada, seria necessário se apontar em que fatos ou evidências empíricas ela se fundamenta, não bastando a mera expectativa de boa gestão daqueles espaços, em conformidade com a crença anunciada na missão institucional da SPU.

Para examinar a (im)propriedade desse argumento, é oportuna a análise de dois indicadores que se relacionam com a questão ambiental nos espaços litorâneos, em especial no bioma⁷⁹¹ Mata Atlântica⁷⁹², quais seja, (1) o percentual de subsistência da cobertura vegetal nativa e (2) espécies da fauna ameaçadas de extinção, bem como alguns dados relativos à expansão das atividades de demarcação de terrenos de marinha e cadastramento de ocupações.

Em relação àquele primeiro indicador, é preciso dizer ser abundante a oferta de informações sobre o tema. Optou-se, no entanto, pela utilização dos dados extraídos do *Atlas de Remanescentes Florestais de Mata Atlântica*⁷⁹³, por serem eles adotados na maioria das

⁷⁸⁹ A expressão “*off label*” é bastante recorrente e usual nas discussões relacionadas à pesquisa médica e à medicina baseada em evidências científicas. Sobre essa expressão: “Ainda sem tradução oficial para o português, usa-se o termo *off label* para se referir ao uso diferente do aprovado em bula ou ao uso de produto não registrado no órgão regulatório de vigilância sanitária no País, que, no Brasil, é a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). (CONITEC, 20012, p. 398)

⁷⁹⁰ Como exemplo de invenções que decorreram de genuínas manifestações de serendipidade citem-se, exemplificativamente, a penicilina e o Viagra.

⁷⁹¹ O dicionário Priberam (in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/bioma> [consultado em 18-06-2018]) apresenta o seguinte significado para o verbete “bioma”: “*substantivo masculino; [Ecologia] Cada um dos grandes meios ou das grandes e estáveis comunidades de organismos do planeta, como o oceano, a floresta, a pradaria, o conjunto de águas doces, etc*”. Na definição elaborada pelo Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE) (https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm#sub_download), bioma é “*conjunto de vida (vegetal e animal) definida pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, resultando em uma diversidade biológica própria.*”

⁷⁹² A definição do bioma Mata Atlântica apresentado na Lei 11.428/2006 é a seguinte: “*Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se integrantes do Bioma Mata Atlântica as seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados, com as respectivas delimitações estabelecidas em mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, conforme regulamento: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; e Floresta Estacional Decidual, bem como os manguezais, as vegetações de restingas, campos de altitude, brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste. (Vide Decreto nº 6.660, de 2008). Parágrafo único. Somente os remanescentes de vegetação nativa no estágio primário e nos estágios secundário inicial, médio e avançado de regeneração na área de abrangência definida no caput deste artigo terão seu uso e conservação regulados por esta Lei.*”

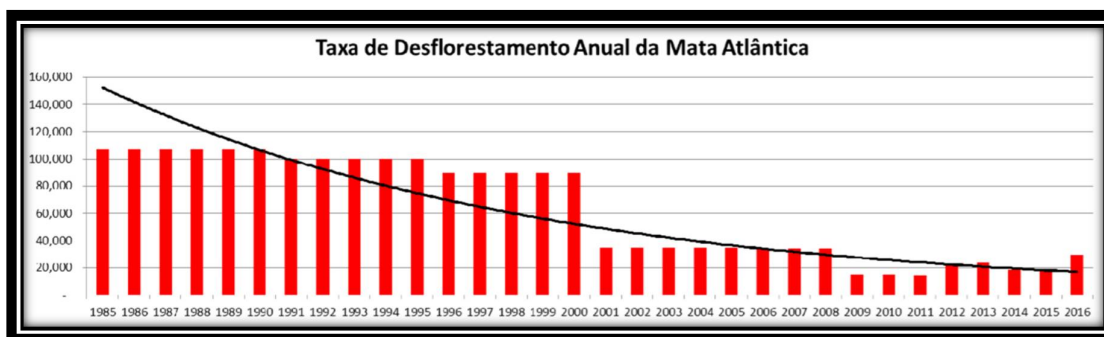
⁷⁹³ Desde o ano de 1989, a Fundação SOS Mata Atlântica, instituição não governamental que este ano completou 32 (trinta e dois) anos de existência, e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), elaboram edições, em regra, bienais dos *Atlas dos Remanescentes de Mata Atlântica*, além de outros levantamentos deles derivados.

pesquisas acadêmicas consultadas, bem como em razão de serem produzidos por um esforço conjugado de uma organização não governamental⁷⁹⁴ e um instituto oficial vinculado ao Governo Federal⁷⁹⁵. Além disso, a metodologia empregada para produção do referido Atlas observou os parâmetros conceituais estabelecidos na Lei n.º 11.428/2006, que enuncia o que deve ser compreendido como Mata Atlântica.

Com base nos levantamentos realizados para atualização do Atlas, são elaborados relatórios bienais, além de outros documentos sobre temas específicos, convindo referenciar o *Mapeamento dos Sistemas Costeiros (2018)*⁷⁹⁶, no qual se afirmou restarem “apenas 12,5% da área original do bioma em bom estado de conservação.”⁷⁹⁷

Já o *Relatório Técnico* referente ao biênio 2015-2016⁷⁹⁸, destacou os sucessivos aumentos no total de áreas desflorestadas desde o ano de 1985, quando teve início o monitoramento do Atlas, conforme demonstram o gráfico e tabela a seguir reproduzidos.

Imagem 12 - Gráfico do histórico do desmatamento e média exponencial



Fonte: Relatório Técnico referente ao biênio 2015-2016

A partir do gráfico em referência, constata-se que, pelo menos desde 1985⁷⁹⁹, os ecossistemas costeiros, em especial o bioma Mata Atlântica, não apresentam indicadores

⁷⁹⁴ Fundação SOS Mata Atlântica.

⁷⁹⁵ Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

⁷⁹⁶ O documento completo do aludido Mapeamento pode ser acessado pelo link: http://mapas.sosma.org.br/site_media/download/SOSMA_Atlas-da-Costa_Final.pdf.

⁷⁹⁷ Esse dado diverge do que é apresentado pelo próprio INPE em seu Portal de Acesso à Informação, cuja consulta pode ser feita pelo link: <http://www.inpe.br/acessoainformacao/node/462>. Pelo que consta no aludido Portal, 93% (noventa e três por cento) da área original do bioma Mata Atlântica já teria sido “devastada” (é essa a expressão veiculada no Portal).

⁷⁹⁸ A consulta ao Relatório completo pode ser feita por meio do link: http://mapas.sosma.org.br/site_media/download/atlas_2015-2016_relatorio_tecnico_2017.pdf.

⁷⁹⁹ Embora a divulgação do Atlas tenha se dado a partir de 1989, os levantamentos para sua elaboração se iniciaram em 1985.

positivos no que diz respeito à conservação ambiental, sendo constatada a situação diversa, ou seja, um incremento na devastação.

Quadro 02 - Histórico de desmatamento desde o início do monitoramento do *Atlas de remanescentes florestais de Mata Atlântica*

DESMATAMENTO OBSERVADO	TOTAL DESMATADO (HA)	INTERVALO (ANOS)	TAXA ANUAL (HA)
Período de 2015 a 2016	29075	1	29075
Período de 2014 a 2015	18433	1	18433
Período de 2013 a 2014	18267	1	18267
Período de 2012 a 2013	23948	1	23948
Período de 2011 a 2012	21977	1	21977
Período de 2010 a 2011	14090	1	14090
Período de 2008 a 2010	30366	2	15183
Período de 2005 a 2008	102938	3	34313
Período de 2000 a 2005	174828	5	34966
Período de 1995 a 2000	445952	5	89190
Período de 1990 a 1995	500317	5	100063
Período de 1985 a 1990	536480	5	107296

Fonte: Atlas de Remanescentes Florestais de Mata Atlântica, com adaptações formais.

Outro dado relevante e revelador do *Relatório 2015/2016* é a constatação do aumento de 57,7% (cinquenta e sete inteiros e sete décimos por cento) da taxa anual de desmatamento dos 17 (dezessete) estados mapeados, quando feita comparação com o período de 2014/2015.

Em relação ao segundo indicador, qual seja, o número de espécies da fauna ameaçadas de extinção no bioma Mata Atlântica, adotou-se⁸⁰⁰ como fonte de referência o *Sumário Executivo do Livro Vermelho da Fauna brasileira ameaçada de extinção*⁸⁰¹, elaborado sob a

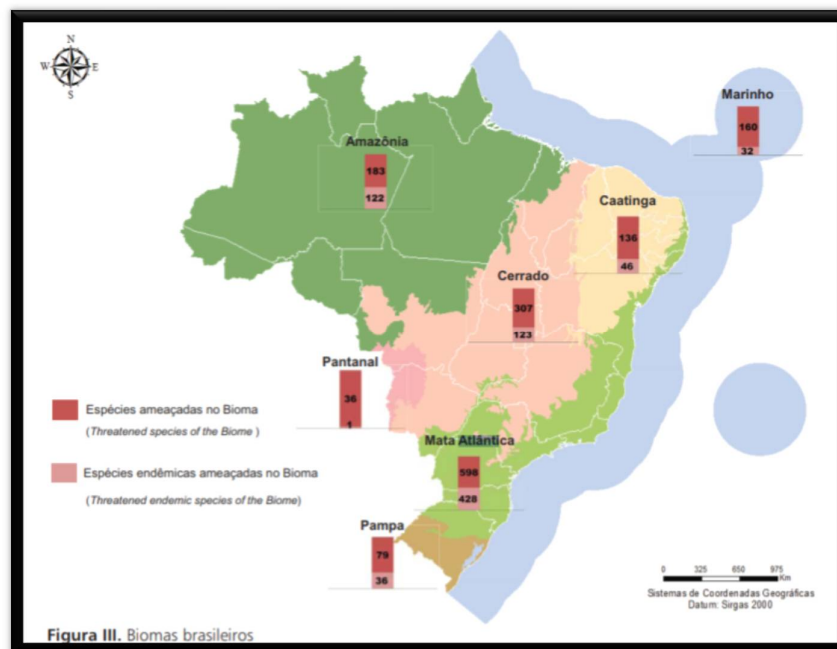
⁸⁰⁰ E como justificativa para essa adoção tem-se, de igual modo, o fato de se tratar de documento adotado como fonte oficial de informações pelos órgãos de governo.

⁸⁰¹ O link para consulta à publicação em referência é o seguinte: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/dcom_sumario_executivo_livro_vermelho_da_fauna_brasileira_ameacada_de_extincao_2016.pdf.

responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), lançado em 08/12/2016.

De acordo com essa publicação, o bioma Mata Atlântica é onde vive o maior número de espécies de fauna ameaçadas de extinção no país, num total de 598 (quinhentos e noventa e oito) espécies, sendo destas 428 (quatrocentos e vinte e oito) endêmicas⁸⁰². Esse quantitativo corresponde a 39,89% (trinta e nove inteiros e oitenta e nove centésimos por cento) de todas as espécies ameaçadas nos 7 (sete) biomas nacionais, inclusive o marinho, que somam 1.499 (um mil, quatrocentos e noventa e nove).

Imagem 13 – Biomas brasileiros. Espécies da fauna ameaçadas de extinção



Fonte: Sumário Executivo do Livro Vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção)

Embora seja intuitiva a associação do bioma Mata Atlântica com os espaços correspondentes aos terrenos de marinha, em razão da relação de ambos com o mar, a opção pela invocação desses dois parâmetros foi motivada pelo fato de a Zona Costeira⁸⁰³, onde se localiza a maior parte dos terrenos de marinha, manter uma “forte relação com a Mata Atlântica” (HIROTA, 2018, p. 6).

⁸⁰² Espécies endêmicas são aquelas exclusivas de determinada região.

⁸⁰³ Conforme definição constante na Lei n.º 7.661/1988, “considera-se Zona Costeira o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre, que será definida pelo Plano.” O plano a que alude o referido diploma legal foi instituído pelo Decreto n.º 5.300/2004, que em seus artigos 3.º e 4.º estabeleceu os limites da Zona Costeira.

Os indicadores antes tratados revelam que os problemas ambientais nos ambientes costeiros foram incrementados a partir da primeira década deste século, uma vez que há uma tendência de crescimento da taxa de desflorestamento anual no bioma mata Atlântica, bem como do número de espécies ameaçadas de extinção.

Outrossim, também é fato que as ações de demarcação de terrenos de marinha e cadastramento de ocupações foram incrementadas anualmente, conforme registrados nos Relatórios de Gestão elaborados pela própria SPU. Nesse sentido, é oportuno referenciar os dados consignados no Balanço da Gestão SPU 2003-2010, que demonstram a evolução das demarcações de terrenos de marinha no período de 1860 a 2010.

Imagem 14 – reprodução parcial da página 69 do Balanço de Gestão SPU 2003-2010: Tabela de comparativo de demarcações da LPM⁸⁰⁴

Situação	De 1860 a 2003 150 anos de Patrimônio da União				De 2004 a 2010 06 anos de Patrimônio da União			
	LPM		LMEO		LPM		LMEO	
	Km	%	KM	%	Km	%	KM	%
Demarcada	5.855,70	42%	574	3%	8.855,70 *	64%	4.574*	25%
A demarcar	8.144,30	58%	17.560	97%	5.144,30	36%	13.560	75%
TOTAL	14.000	100%	18.134	100%	14.000	100%	18.134	100%

Fonte: DECAP * Algumas linhas estão em processo de conclusão.

Fonte: Portal da SPU na internet

Esse mesmo Balanço indica que, apenas durante o período de 2003 a 2010, o número de ocupações cadastradas foi elevado em mais de 33% (trinta e três por cento), o que correspondeu a aproximadamente 132.000 (cento e trinta e duas mil) ocupações, que passaram de 390.000 (trezentos e noventa mil) a um total de 522.000 (quinhentos e vinte e duas mil).

A conclusão a que se chega, a partir da análise dos indicadores ambientais referenciados e dos dados de ações da SPU, é que tanto houve incremento dos problemas ambientais nos

⁸⁰⁴ No documento original, a referida tabela é designada da seguinte maneira: “Tabela volume de demarcações realizadas pela Secretaria em 2 períodos distintos: o primeiro cobre o período de aproximadamente 150 anos e o segundo evidencia os últimos 5 anos.”

períodos apontados, como elevação da demarcação de terrenos de marinha e cadastramento de ocupações.

É bem verdade, reconheça-se desde já, que não se pode estabelecer qualquer relação, especialmente de causa e efeito, entre os indicadores e aquelas ações. Nesse mister, embora o senso comum autorize deduzir que o incremento de ocupações possa determinar uma elevação nas atividades antrópicas nos ambientes costeiros, não se pode afirmar a existência de correlação entre essas ocorrências, já que não foram levantados ou examinados dados empíricos neste sentido.

Porém, o que se pretende demonstrar é que, se essa correlação não pode ser afirmada, o argumento contrário é que se torna ainda mais difícil de ser sustentado. Dizendo de outro modo, se não se pode dizer que o aumento das demarcações de terrenos de marinha e o cadastramento de ocupações concorreram para o incremento dos problemas ambientais na Mata Atlântica, não se pode, sobretudo, sugerir que as ações da SPU tenham servido para mitigar esses problemas.

Por conseguinte, embora o objeto deste trabalho não consista em analisar propriamente (como problema central, ao menos) a questão ambiental dos espaços litorâneos, os dados e argumentos apresentados são suficientes para, no mínimo, pôr em questão a fala institucional da SPU, que pretende sugerir que a existência (manutenção) dos terrenos de marinha tenha serventia para incrementar a proteção aos ecossistemas costeiros.

Se o argumento anterior não foi (por não pretender ser) conclusivo, a ele pode ser acrescido um outro, o qual evidencia a relação de contrariedade entre a permissividade de algumas regras do regime jurídico dos terrenos de marinha e a postura de precaução recomendada pelas normas ambientais.

Conforme já registrado neste trabalho, a Lei n.º 13.240/2015⁸⁰⁵ definiu em uma “extensão de trinta metros a partir do final da praia, nos termos do §3.º do art. 10 da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988”, a faixa de segurança, a partir da orla marítima. Com essa disposição, regulamentou-se, finalmente, o disposto no §3.º do art. 49 do ADCTs, afastando-se o impedimento para alienação do domínio pleno⁸⁰⁶ dos terrenos de marinha situados além daquela faixa.

⁸⁰⁵ A Lei n.º 13.240/2015 resultou da conversão da Medida Provisória n.º 691/2015.

⁸⁰⁶ Cabe o registro de que, “nunca antes na história desse país”, os terrenos de marinha foram repassados ao domínio privado de forma plena, pois desde o “descobrimento” em 1500, conforme longamente demonstrado, permaneceram sob o domínio da União ou das instituições que foram por esta sucedidas (no caso, o Império Brasileiro e, antes desse, a Coroa portuguesa).

Como justificativa para a proposição da medida, o então Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, afirmou o seguinte na Exposição de Motivos n.º 124/MP-2015: “a população é legalmente impossibilitada de obter o domínio pleno dos imóveis, mas sujeita ao pagamento de taxas como o foro, laudêmio e de ocupação.”

Além disso, a proposição também objetivava resolver o desequilíbrio das contas públicas, como revelado naquela mesma Exposição de Motivos que justificou sua urgência⁸⁰⁷:

A urgência se justifica pelo momento que passamos, de consolidação fiscal, no qual medidas de ganho de eficiência, que impliquem redução ou racionalização dos gastos ou aumento de arrecadação, fazem-se prioritárias.

A pressa em incrementar a arrecadação também foi revelada pelas razões do veto ao inciso II do art. 12, realizado para o fim de somente admitir o pagamento à vista, quando das alienações a serem realizadas em decorrência daquela lei. Nesse sentido, afirmou a então Presidenta:

o pagamento parcelado contraria o objetivo da proposta de buscar medidas que resultem em ganho de eficiência, impliquem redução ou racionalização dos gastos e aumento imediato de arrecadação.

Apesar de atender ao disposto no §3.º do art. 49 do ADCTs, de viabilizar a “desoneração”⁸⁰⁸ da população quanto ao pagamento de foros, taxas de ocupação e laudêmio, bem como de pretender resolver o problema de “caixa” da União, a medida proposta cotinha (e contém a Lei na qual ela resultou) vários problemas, alguns desses especialmente relacionados à segurança militar e ambiental. O primeiro deles tem a ver com o fato de a União, embora tenha passado quase 28 (vinte e oito) anos para definir o que seria a faixa de segurança ao longo da orla marítima, quando o fez, entendeu que essa delimitação se trataria de matéria da alçada exclusiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, uma vez que a proposta de edição da MP não contou com a chancela dos ministérios que cuidavam, à época, das questões relacionadas à defesa (da ordem interna e externa) e ao ambiente.

⁸⁰⁷ Como a Lei n.º 13.240/2015 resultou da conversão de uma Medida Provisória (MP n.º 691/2015), razão pela qual sua a demonstração da urgência foi um dos requisitos constitucionais para sua edição.

⁸⁰⁸ As aspas querem ressaltar que a “desoneração” dependerá da aquisição do domínio pleno ou direto. Excetuam-se da regra as pessoas consideradas carentes e que forem foreiras, as quais ficarão isentas do pagamento pela remissão do aforamento, nos termos do parágrafo único, do art. 32.º da Lei n.º 13.240/2015.

Além disso, nenhum fundamento foi apontado para justificar a determinação em 30,00m (trinta metros) para medida de largura da faixa de segurança. Por que essa largura, e não 29,00m (vinte e nove metros) ou 31,00m (trinta e um metros), por exemplo? Sobre essa questão, EM nº 124 /MP-2015 limitou-se a afirmar que “- a definição, para os fins desta Medida Provisória, da faixa de segurança restrita à extensão de trinta metros a partir do final da praia;”, o que revela o caráter arbitrário daquela medida, pois nenhuma justificativa técnica ou de outra ordem foi apresentada para sua adoção.

A apressada e incauta definição da faixa de segurança também desconsiderou todos os parâmetros normativos e técnicos relacionados ao tema. Nesse mister, já referenciamos e demonstramos que a largura dos terrenos de marinha (33,00m) foi definida a partir do aproveitamento da medida estabelecida nas Ordenanças Militares Portuguesas de 20 de fevereiro de 1708, para servidão no entorno de edificações militares. Essa mesma referência foi utilizada no Brasil para outros fins, conforme indicado na exposição de motivos do Decreto nº 24.515/1934, bem como no art. 1.º do Decreto-lei nº 3.437/1941.

Desse modo, se não houvesse qualquer outra indicação técnica ou política em sentido diverso, o senso comum e bom senso orientariam o legislador pátrio, como, aliás, sucedeu-se outras vezes, a aproveitar aquela medida de largura, até pelo fato de ser intuitivo pensar que, se 33,00m (trinta e três metros) era uma medida de segurança (por isso foi estabelecida como servidão) em 1708, não seria razoável sustentar que uma menor que essa fosse admitida na atualidade.

Nada obstante, o então Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, valendo-se de um critério não indicado na exposição de motivos apresentado à então Presidenta da República, entendeu por bem inovar em relação àquelas referências, reduzindo-as em 3,00m.

Não se cogite argumentar que faixa de segurança é coisa distinta da faixa de terrenos de marinha, bem como daquelas servidões. Isso é um fato incontroverso e óbvio, que por essa razão não deve ser discutido e nem precisa ser explicado. Mas o que se quis apontar como problema foi a desconsideração de todas aquelas referências, as quais se relacionam, inequivocamente, com a questão da segurança, sem que ao menos se dissesse por que motivo fazer uma redução de 3,00m numa referência bisseccular, que, inclusive, já possui delimitação em base cartográfica sobre parte⁸⁰⁹ considerável do litoral brasileiro.

⁸⁰⁹ A faixa dos terrenos de marinha, conforme se deduz do seu conceito, tem seu início na LPM/1831, cuja posição não coincide, necessariamente, com o término da faixa de praia. Mas, em boa parte do litoral, existe essa

O que se deduz é que não houve qualquer reflexão acerca dessa questão, que certamente seria melhor conduzida se tivesse havido o necessário diálogo com o Ministério da Defesa e com os comandantes das Forças Armadas, que, no fim das contas, eram mais qualificados analisar as questões relacionadas à segurança nacional do que o Ministro do Planejamento.

Além disso, a mal planejada faixa de segurança definida pela Lei 13.240/2015, também desconsiderou as referências estabelecidas pelo Plano Nacional do Gerenciamento Costeiro, especialmente pelo Decreto n.º 5.300/2004, que, ao regulamentar a Lei n.º 7.661/1987, fixou os seguintes limites para orla marítima:

II - terrestre: cinquenta metros em áreas urbanizadas ou duzentos metros em áreas não urbanizadas, demarcados na direção do continente a partir da linha de preamar ou do limite final de ecossistemas, tais como as caracterizadas por feições de praias, dunas, áreas de escarpas, falésias, costões rochosos, restingas, manguezais, marismas, lagunas, estuários, canais ou braços de mar, quando existentes, onde estão situados os terrenos de marinha e seus acrescidos.

Não se pretende sugerir que a delimitação da orla marítima terrestre tenha constituído uma faixa de terras não sujeitas à construção ou onde fosse vedada qualquer espécie de utilização, mas é fato que aquela providência intencionava estabelecer restrições à ocupação de tal espaço, tanto que todo Capítulo III do Decreto n.º 5.300/2004 foi dedicado à definição de “regras de uso e ocupação da zona costeira”.

E, em conformidade com o disposto no art. 15 do citado regulamento, a premissa pela qual o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro se orientou foi o estabelecimento de uma restrição de caráter geral, determinando que os projetos de ampliação ou implementação de empreendimentos deveriam ser analisados caso a caso, a fim de ser examinada se sua execução preservaria as características ambientais e a qualidade paisagística da orla. A Lei n.º 13.240/2015, no entanto, dispôs no sentido diametralmente oposto: estabeleceu o limite geral menos restritivo, remetendo para o exame concreto a eventual restrição.

coincidência, de maneira que o trabalho de determinação da faixa de segurança seria sobremaneira facilitado se, em lugar de 30,00m (trinta metros), sua medida de largura fosse estabelecida em 33,00m (trinta e três metros). Ressalte-se, contudo, que não sustentamos a adequação dessa medida de 33,00m (trinta e três metros) para a faixa de segurança, pois, como se verá mais adiante, ela é inferior às dimensões sugeridas em diversos trabalhos técnicos. Apenas quisemos pontuar que, se era para não observar os fundamentos técnicos, o lógico seria utilizar uma referência já usual e que permitiria ao menos reduzir os custos com a demarcação de uma nova faixa no litoral. Mas o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, parece não ter planejado bem as coisas, de modo que terá que promover a gestão do problema que criou e, com isso, dispende muito mais recursos orçamentários. “Parabéns”!

A definição de faixa de segurança pela Lei n.º 13.240/2015, além de perder a oportunidade de ratificar, em norma primária, a lógica de precaução inaugurada pelo regulamento do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, também deixou de observar todos os subsídios teóricos elaborados no âmbito do Projeto Orla^{810_811_812}, de cuja condução o próprio o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da SPU, participava há quase quinze anos. Nesse sentido, foram solenemente ignoradas as premissas constantes na publicação denominada *Projeto Orla: fundamentos para gestão integrada*⁸¹³ (2002), que estabelecia semelhantes parâmetros para delimitação da orla marítima, conforme trecho e figura que a seguir serão reproduzidas (ORLA, 2002, p. 26):

- Na zona marinha, a isóbata de 10 metros (assinalada em todas cartas náuticas), profundidade na qual a ação das ondas passa a sofrer influência da variabilidade topográfica do fundo marinho, promovendo o transporte de sedimentos. Essa referência poderá ser alterada desde que, no caso da redução da cota, haja um estudo comprovando a localização do limite de fechamento do perfil em profundidades inferiores;
- Na área terrestre, 50 (cinquenta) metros em áreas urbanizadas ou 200 (duzentos) metros em áreas não urbanizadas, demarcados na direção do continente a partir da linha de preamar ou do limite final de ecossistemas, tais como as caracterizadas por feições de praias, dunas, áreas de escarpas, falésias, costões rochosos, restingas, manguezais, marismas, lagunas, estuários, canais ou braços de mar, quando existentes, onde estão situados os terrenos de marinha e seus acrescidos.

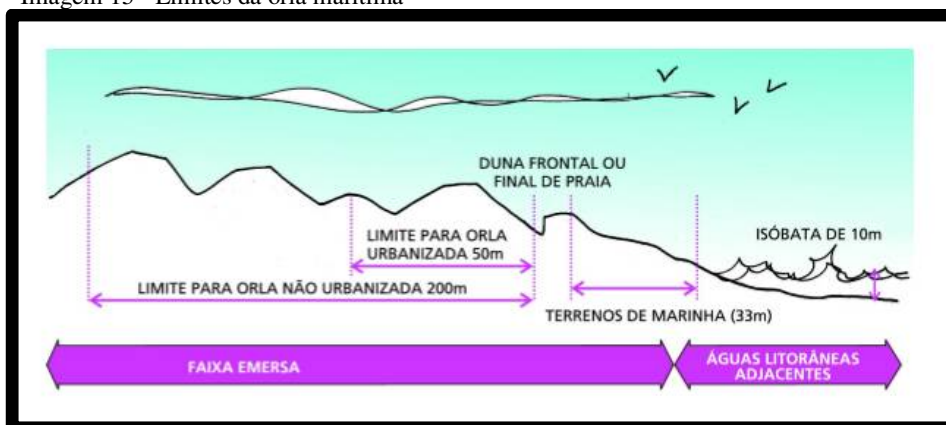
⁸¹⁰ O Projeto Orla foi uma iniciativa conduzida originariamente pela própria Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, orçamento e gestão, em colaboração com a Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos, do Ministério do Meio Ambiente, desenvolvida com o escopo de “contribuir, em escala nacional, para a aplicação de diretrizes gerais de disciplinamento de uso e ocupação de um espaço que constitui a sustentação natural e econômica da zona costeira, a Orla Marítima.”

⁸¹¹ Atualmente, conforme constam nos dizeres exibidos no portal do Ministério do Meio Ambiente: “O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla) é uma ação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito da sua Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MP). Anteriormente, essa ação era desenvolvida em conjunto com o MMA. Atualmente essa discussão cabe ao Grupo de Trabalho –ORLA, discutido no âmbito do GI-GERCO.”

⁸¹² O link do que *foi* Projeto Orla no âmbito do Ministério do Meio Ambiente é o seguinte: <https://www.mma.gov.br/informma/item/941-projeto-orla.html>.

⁸¹³ Atuando como colaborador e um dos representantes da Secretaria do Patrimônio da União, participei da elaboração dos fundamentos teóricos e metodológicos do Projeto Orla. A publicação correspondente a esse trabalho inaugural do Projeto Orla pode ser consultada por meio do link www.mma.gov.br/estruturas/orla/arquivos/11_04122008111238.pdf.

Imagem 15 - Limites da orla marítima⁸¹⁴



Fonte: Projeto Orla: fundamentos para gestão integrada

Além daquele, outros tantos trabalhos e publicações foram elaboradas sobre o tema, todos visando a fornecer subsídios que viabilizassem uma gestão mais adequada da orla marítima, considerando sua condição peculiar de espaço dinâmico quanto à caracterização geomorfológica, sua serventia como suporte aos “ecossistemas relevantes sob o aspecto ambiental, tais como os manguezais, as matas de restinga e os recifes de coral (...)”, bem como por se constituir “região/espço de adensamento populacional e de difusão de fluxos povoadores” (MORAES, ZAMBONIE, 2004, p. 06).

Nada disso foi levado em conta ao se propor a medida da faixa de segurança prevista na MP n.º 691/2015, que resultou na Lei n.º 13.240/2015, embora toda a discussão fomentada pelo Projeto Orla tivesse a intenção de se prestar, também, a fornecer subsídios à definição da faixa de segurança a partir da orla marítima, como ficou expressamente consignado no texto que inaugurou outra de suas publicações, denominada de *Projeto orla: subsídios para um projeto de gestão* (2004)⁸¹⁵ (MORAES, ZAMBONIE, 2004, p. 06):

Assim, foram propostos limites para a orla, na área marinha, na isóbata dos 10 metros e, na área terrestre, 50 metros em áreas urbanizadas e 200 metros em áreas não urbanizadas, contados na direção do continente, a partir do limite de contato terra/mar, em qualquer de suas feições: costão, praia, restinga, duna, manguezal etc.

Segundo tal proposta, o limite terrestre teria a finalidade de identificar uma possível linha de segurança da costa, abrangendo as áreas de grande dinamismo geomorfológico, de singular manifestação de processos erosivos ou de sedimentação (com tendências

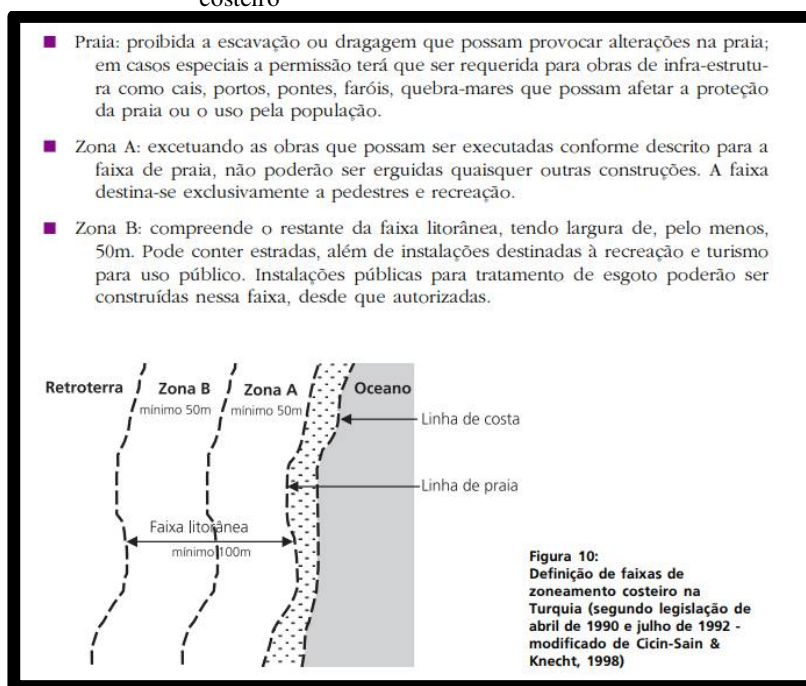
⁸¹⁴ Essa mesma imagem consta no slide 11/39 da apresentação do Projeto Orla - SPU, realizada em 6 de junho de 2013. O link para consulta à apresentação é o seguinte: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/eventos/encontros/encontros-estaduais/documentos-do-encontro-regional-rj-es/conflitos-patrimoniais-na-zona-costeira>.

⁸¹⁵ A publicação correspondente a esse trabalho inaugural do Projeto Orla pode ser consultada por meio do link https://www.mma.gov.br/estruturas/orla/arquivos/11_04122008111238.pdf.

de transgressão ou regressão marinhas), cobrindo espaços de equilíbrio instável em termos de processos morfogênicos e hidrodinâmicos.

É preciso dizer, ainda, que a medida mínima de 50,00m (cinquenta metros) foi proposta pelo Projeto Orla já com o fim de mitigar a resistência oposta pelos setores da economia que se favorecem da especulação imobiliária, uma vez que, embora aquela medida representasse um avanço em relação ao panorama de então, a realidade da orla marítima do Brasil justificava o estabelecimento de uma faixa mínima de proteção da costa com “largura de 100m, nos moldes adotados pela Turquia, ampliada em função de taxas de erosão históricas observadas em determinados pontos.” (MUEHE, 2004, p. 27).

Imagem 16 - Modelo da Turquia para definição da faixas de zoneamento costeiro⁸¹⁶



Fonte: *Projeto orla: subsídios para um projeto de gestão* (2004).

O contrário do que se poderia alegar, sobretudo quando a ideologia (especialmente a negada ser ideologia) se orienta pela consideração das normas ambientais como “obstáculos ao desenvolvimento” sustentável, não houve por parte das proposições do Projeto Orla qualquer

⁸¹⁶ A publicação onde consta essa imagem pode ser consultada por meio do link: https://www.mma.gov.br/estruturas/orla/arquivos/11_04122008110506.pdf

exagero ou fundamentalismo, embora os elementos técnicos justificassem, quiçá ensejassem, uma delimitação mais conservadora.

Desconsiderando tudo isso, a faixa de segurança foi estabelecida pela Lei n.º 13.240/2015 em uma medida que fomenta a ocupação de um espaço que, pela sua peculiar condição, deveria ter sua gestão orientada pela precaução.

O pior, no entanto, é constatar que o atropelo promovido por essa lei não foi uma ocorrência excepcional, consistindo, a bem de uma verdade, na reprodução de uma prática inaugurada com o Decreto de 21 de janeiro de 1809, que inventou os terrenos de marinha, mas que é reatualizada deste então, como bem representa a fala⁸¹⁷ do então Delegado Fiscal do estado de São Paulo, Dr. Manuel Madruga, autor de uma das mais prestigiadas obras sobre os terrenos de marinha, ao responder uma indagação sobre o fato de os aforamentos concedidos na cidade de Santos (SP) resultarem “em prejuízo do embelezamento das suas praias de banho”:

— “Não me interessa esse detalhe”, observou o Sr. Delegado Fiscal. “Não me compete, nem ninguém possui, em face da lei, poderes para tanto, fazer entrar a marcha processual das petições de aforamento desses terrenos, sob quaisquer alegações, sejam elas quais forem. Tudo tem o seu caminho regular. Acresce que as municipalidades não podem dispor dos terrenos de marinha, como bens próprios, porque não lhes são cedidos em aforamentos nem doados, mas reservados para servidão pública em casos especiais quando assim o julgam necessários e fazem a devida prova dos respectivos planos de melhoramentos. O ponto culminante é esse. Fora disso,” declarou, convictamente o Dr. Madruga, “só há a considerar os respeitabilíssimos interesses do Tesouro Nacional.

— Mas a sua opinião pessoal sobre esse assumpto...

— A minha opinião pessoal não vale, senão com um critério particular. Asseverolhes, no entanto, que, nesse caráter, discordo inteiramente da opinião do Sr. prefeito de Santos. Aparte a imperiosa necessidade de perfeita e rendosa arrecadação dos dinheiros públicos, com o máximo de proveito para a União, penso que o estado atual das praias santistas é o mais lamentável possível... Os terrenos de marinha situados na praia do José Menino, até a Ponta da Praia, sem exceção de um só trecho, a não ser das áreas ajardinadas pela Comissão de Saneamento do Estado, apresentam um feíssimo aspecto, revestidos de mato e capim. Torna-se difícil transitar por ali, onde abundam até cobras, conforme me asseveraram os moradores da praia. Não é possível imaginar nada mais desolador e desconfortável. O aforamento daqueles terrenos a particulares, com a condição de edificarem a curto prazo, casas elegantes para moradia, que deverão ser de duas fachadas, uma com frente para as atuais avenidas e a outra para o mar, de modo a tornar agradável a sua perspectiva, só trará benefícios para o público. Não vejo em que essas edificações futuras possam prejudicar a beleza natural daquelas praias. (...) É até de estranhar-se que a municipalidade de Santos não tenha considerado que esses aforamentos, além da avultada renda que darão à União, em breve prazo produzirão para os cofres municipais avultadas parcelas em impostos prediais.

⁸¹⁷ O trecho que a seguir transcrito foi publicado no Editorial do Comércio de Santos, de 1 de março de 1921, mas consta na obra *Terrenos de marinha – volume I* (1928), de autoria do próprio Manuel Madruga.

É lamentável⁸¹⁸ constatar que o desacerto da medida adotada pelo Dr. Manuel Madruga, por considerar um irrelevante “detalhe” a questão urbanística suscitada na época, tenha concorrido para o gravoso processo de erosão costeira que atinge o litoral de Santos⁸¹⁹, especialmente as praias da Ponta e do José Menino.

Mas foi para isso, ou seja, para viabilizar a ocupação dos espaços adjacentes às praias, também conhecidos como logradouros à beira-mar, que o regime jurídico dos terrenos de marinha funcionou desde sempre, servindo como uma espécie de “ladeira abaixo” a fazer deslanchar a utilização, nem sempre ordenada, dos ambientes costeiros.

Por essa razão, é no mínimo ambíguo (para não dizer enganoso) que a SPU, numa apresentação oficial, afirme que os terrenos de marinha cumprem a “FUNÇÃO AMBIENTAL” porque ela fez a “Entrega de áreas ao ICMbio/MMA”. Ambíguo, sim, pois essa fala institucional da SPU deveria admitir que a proteção decorre da consideração da área como sendo de especial interesse ambiental (preservação permanente) e, por conseguinte, da respectiva entrega ao ICMbio/MMA, e não em razão de sua caracterização como terreno de marinha.

Sem aquela consideração (interesse ambiental), ou algum impedimento de outra ordem (a localização no entorno de estabelecimentos militares, por exemplo), os terrenos de marinha ostentam o caráter de bens patrimoniais e, como tais, destinam-se ordinariamente à ocupação.

Imagem 17 - Parte do slide 7/32: Apresentação audiência pública no Senado Federal (9 de setembro de 2015)



Fonte: Portal da SPU na Internet.

⁸¹⁸ O talvez o que seja mais irônico é que a motivação do Dr. Manuel Madruga, como se verá no próximo tópico, era incrementar as receitas da União com foros e laudêmios. Se ele soubesse o levadíssimo custo das recorrentes obras de contenção à erosão costeira, possivelmente não teria sido tão preocupado em perseguir a “avultada renda” em favor da União. Não deveria ter considerado um “detalhe” o fato de que, a despeito dos mais de 400 anos de ocupação do litoral de São Paulo, ninguém, até então, havia ocupado aquela faixa da orla marítima. Melhor teria sido deixar o “feíssimo aspecto, coberto de mato e capim”. Mas, no caso, não foi por falta de questionamento.

⁸¹⁹ Nesse sentido: *Variações da linha de costa nas baías de Santos e São Vicente* (FARINNACCIO, Alessandro; GOYA, Samara Cazzoli y; TESSLER, Moysés Gonzalez, 2009).

Em suma, no fim das contas, quem sempre tenta “frear” (quando não é “atropelada”, como se sucedeu com o Decreto n.º 5.300/1987, “vítima” da Lei n.º 13.240/2015), moderar e ordenar o processo de ocupação da orla é a legislação ambiental, muitas vezes rotulada de entrave.

É preciso que isso seja admitido pela fala institucional da SPU, mas, se não for, é preciso que seja percebido por que incumbe deliberar sobre o tema.

E para concluir este tópico, a partir da inequívoca semelhança entre as motivações e consequências do Decreto de 21 de janeiro de 1809⁸²⁰, dos aforamentos da cidade de Santos (SP) em 1921 e da Lei n.º 13.240/2005⁸²¹, constata-se a atemporalidade do lamento cantado por Caetano na poesia “*Sampa*”, no sentido de que “a força da grana (...) ergue e destrói coisas belas.” Trata-se de um trecho menos lembrado e repetido que “alguma coisa acontece no meu coração”, talvez por ser um lamento, mas que não deixa de ser por isso menos verdadeiro.

5.2. Os resultados econômicos.

De início, importa estabelecer a premissa de que o objeto desta Tese não comporta o exame quanto à (in)justiça da exigência dos encargos decorrentes da utilização dos terrenos de marinha, especialmente os foros, taxas de ocupação ou laudêmio. Conforme se deduz da denominação dada ao presente tópico, interessa-nos apenas analisar os resultados econômicos produzidos pelo instituto, a fim de pôr em questão a fala institucional da SPU, no sentido de que a manutenção dos terrenos de marinha seria relevante em razão do seu potencial arrecadatório.

A propósito do tema, ao analisarmos as sucessivas normas que regularam os terrenos de marinha ao longo de mais de dois séculos, constataremos que sua existência é completamente atravessada pelo discurso econômico. Quando inventados no início do século XIX, o Decreto

⁸²⁰ Para suprir a deficiência de armazéns, o aludido Decreto autorizou a demarcação de terrenos nas praias de Gamboa e do Sacco do Alferes, modificando a anterior condição das marinhas como bens destinados ao serviço da Coroa e ao uso comum do povo, conforme foi demonstrado no tópico 1 deste Capítulo Terceiro (*O contexto da ruptura: o antes e o depois da chegada da Família Real em 1808*),

⁸²¹ Que, com pressa em definir a faixa de (in)segurança a partir da orla marítima e viabilizar a alienação de imóveis da União, desconsiderou e pôs a perder parte do trabalho desenvolvido no âmbito do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e do Projeto Orla.

de 21 de janeiro de 1809 determinou que eles fossem aforados ou arrendados às pessoas que mais pudessem oferecer por eles; e, em 1831, a primeira norma primária a disciplinar o instituto foi exatamente uma lei de caráter orçamentário. Aproximadamente dois séculos depois, a Lei n.º 13.240/2015 delimitou a faixa de segurança ao longo da orla, viabilizando, finalmente, a venda do domínio pleno dos terrenos de marinha situados além daquela faixa; e, pouco depois, a Lei n.º 13.813/2019 tratou quase que exclusivamente de questões relacionadas à alienação e cobranças de encargos.

Em suma, do início do século XIX até o presente, os terrenos de marinha foram considerados como bens dominiais, sendo seu caráter patrimonial recorrentemente afirmado em seu regime jurídico, que estabelece, como regra, a exigência de pagamento de encargos como contrapartida pelo uso privativo de um bem público.

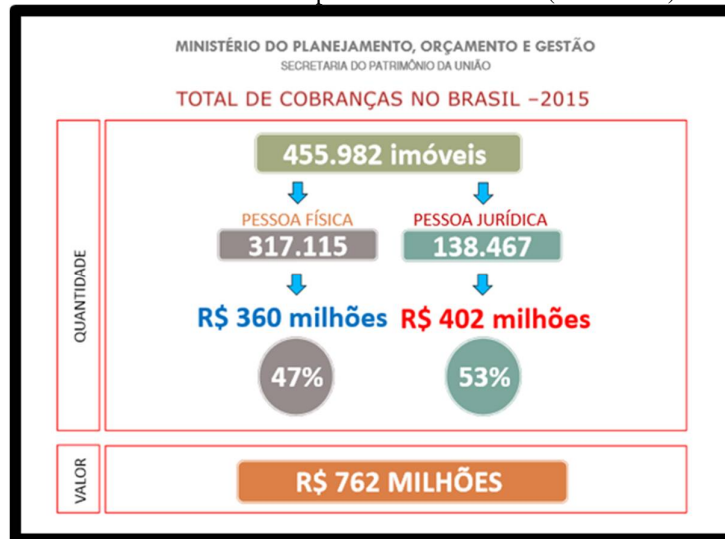
Sobre o assunto, o mesmo Dr. Manuel Madrugá, citado há pouco no tópico que tratou dos “resultados” ambientais, desde a década de 1920, reverberava a importância dos terrenos de marinha como instrumento de geração de receitas para União:

- (...) Os terrenos de marinha constituem propriedades da Nação, e se destinam a produzir o máximo de rendas para o Tesouro. Para isso são oferecidos em aforamentos aos que maiores vantagens oferecerem aos cofres públicos. Por mim, farei o que estiver ao meu alcance.” acentuou vivamente o Dr. Manoel Madrugá.

A minha missão, neste departamento federal, é, sobretudo, zelar pela boa arrecadação dos dinheiros públicos. Tudo farei para a satisfatória objetivação deste indeclinável empenho.

Na atualidade, a importância dos terrenos de marinha, como potencial fonte de arrecadação, também é afirmada pela SPU, notadamente por ocasião das audiências públicas em que se discutem, no âmbito do Congresso Nacional, proposições legislativas que pretendem a extinção do instituto ou a alteração do seu regime jurídico. Nesse sentido, é oportuno apresentar algumas manifestações que representam essa recorrente fala da SPU:

Imagem 18 - Slide 22/35: Apresentação da SPU na audiência pública na Câmara dos Deputados – PEC 039/11 (06.08.2015).⁸²²



Fonte: Portal da SPU na Internet

Imagens 19 - Slides 03 e 08/35: Apresentação da SPU na Câmara dos Deputados - PEC n.º 39 A (21 de junho de 2016)⁸²³

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Terrenos de Marinha e acrescidos – O que são?

- São bens imóveis da União
- Identificados a partir da medida das marés altas e baixas do ano de 1831
- A partir da linha média das marés, são bens da União todo aquele que estiver a até 33 metros em direção ao continente
- Também os aterros, denominados acrescidos de marinha, e as margens de rios e lagoas que sofrem influência das marés
- Valor patrimonial cadastrado: R\$ 156,7 bilhões (BCU/2015)

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Consequências

- Perda de Receitas da União
 - Estimativa em torno de R\$ 500 milhões/ano
- Perda patrimonial para a União
 - aprox. R\$ 156,7 bilhões serão transferidos aos Municípios
 - Caso os Municípios não continuem demarcando o restante dos imóveis da União consolidam-se no domínio do particular (transferência patrimonial para particulares superior a 1 trilhão de reais – Beneficiários com renda acima de 5 salários mínimos)
- Procedimentos legais
 - Não serão efetuadas novas demarcações em áreas urbanas?
 - Periodicamente haverá revisão do patrimônio da União (alteração dos limites urbanos a cada 10 anos) por efeito de lei municipal – Problemas de constitucionalidade
 - Municípios cobrarão “taxas” de ocupação, foros e laudêmios.

Fonte: Portal da SPU na Internet

⁸²² O link para consulta à apresentação integral é o seguinte: <http://www.planejamento.gov.br/apresentacoes/apresentacoes-2015/terrenos-de-marinha.pdf/view>.

⁸²³ O link para consulta à apresentação integral é o seguinte: <http://www.planejamento.gov.br/apresentacoes/2016/terrenos-de-marinha-spu-apresentacao-comissao.pdf/view>.

Mais recentemente, em matéria⁸²⁴ publicada no portal da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP), o atual Secretário de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, do Ministério da Economia (SPU/ME), Fernando Bispo, anunciou a implementação de um plano para alienação de bens imóveis da União. Segundo a matéria “A meta é vender ao menos 3.775 ativos localizados em todo o país até o fim de 2022 e arrecadar em torno de R\$ 36 bilhões com essas vendas. O dinheiro será usado para abater parte da dívida pública.” A mesma matéria dá conta de que a “União tem 750 mil imóveis (muitos desses inalienáveis), que valem R\$ 1,3 trilhão. Bispo brinca que o Estado pode ser classificado como a “maior imobiliária do mundo”, devido ao alto número de estoque.”

Diante desses argumentos, planos e projeções, qualquer indivíduo é conduzido à conclusão de que a arrecadação proveniente desse instituto deve ser bastante elevada, bem como que ele serve como relevante fonte de receitas para União, crença que se torna ainda mais verossímil quando é reforçada por alguma experiência pessoal relacionada ao pagamento de encargos arrecadados pela SPU.

Ocorre que, também quanto a isso, as expectativas projetadas nos Powerpoint jamais foram convertidas em realidade durante os mais de 200 anos de existência dos terrenos de marinha.

Para ratificar esse argumento, oportuno citar mais uma vez a obra do Dr. Manuel Madruga (1928, pp. L-LII), notadamente o trecho que compendia excertos de Relatórios de Delegados Fiscais, em que estes prestam contas ao Ministro de Estado da Fazenda sobre a situação da administração e arrecadação dos terrenos de marinha. A citação não é curta, mas oportuna e importante:

“O Pará é o Estado da União que possui maior superfície de terrenos de marinha e, no entanto, os terrenos do interior, com raras exceções, estão ainda por aforar, resultando daí um não pequeno prejuízo para as rendas da União”.

Relatório de 1916, da Delegacia Fiscal do Pará.

“Os terrenos de marinha e da União, que constituem verdadeiras fontes de riquezas naturais neste Estado, estão sendo usufruídos por intrusos, que se acham em sua posse mansa e pacífica, com a maior indiferença ou menosprezo à lei.”

Relatório de 1922, da Delegacia Fiscal do Maranhão.

“Para se aquilatar do incalculável prejuízo da Fazenda, basta referir que foram feitos aforamentos de áreas de muitos milhões de metros quadrados com avaliações tão baixas que produzem foros ridículos, parecendo que todos os que funcionaram nas diligências de medição e avaliação se combinaram contra a Fazenda Pública”.

⁸²⁴ O link para consulta é o seguinte: <https://www.abecip.org.br/imprensa/noticias/-maior-imobiliaria-do-mundo-governo-vai-tentar-vender-quase-4-mil-imoveis>.

Relatório de 1917, da Delegacia Fiscal do Rio Grande do Norte.

(...)

“Nesta Delegacia, mais do que em toda a parte, este serviço se acha numa desorganização inconcebível, porque, além das faltas apontadas, acresce que até nos assentamentos de terrenos aforados reina balbúrdia e confusão”.

Relatório de 1916, da Delegacia Fiscal de Pernambuco.

“Este serviço não tinha absolutamente nenhuma organização na Delegacia, onde só existia o canhoto do livro que serviu à Municipalidade de Antonina, para as concessões no tempo em que estiveram eles a seu cargo.”

Relatório de 1917, da Delegacia Fiscal no Estado do Espírito Santo.

“Este serviço está completamente abandonado, assim por falta de dados, como pela falta de uma comissão de técnicos que, exclusivamente, se encarregasse de procurar no Arquivo desta repartição processos que firmassem os direitos da União, cujo prejuízo é incalculável.”

Relatório de 1916, da Delegacia Fiscal de S. Paulo.

“Santa Catharina, pelo seu vastíssimo litoral, é um dos Estados do Sul que maior número de terrenos de marinha e seus acrescidos possui; no entanto a sua renda vem decrescendo notadamente nos lugares onde eles são mais encontrados, o que faz supor que a renda da União neste capítulo vem sendo grandemente desfalcada.”

Relatório de 1922, da Delegacia Fiscal de Santa Catharina.

Constatação semelhante foi reconhecida na fala do então Ministro de Estado da Fazenda, ao apresentar ao Presidente da República o Relatório referente ao exercício de 1920 (FAZENDA, 1922, p. 411):

Nas rendas patrimoniais a renda de 1920 foi menor que a de 1919 em 36,60%.

Essa diminuição não se justifica e denota, em regra — grande descuido na arrecadação do que os bens patrimoniais produzem, principalmente os terrenos de marinha.

É de esperar que a reorganização da Diretoria do Patrimônio e a nova regulamentação sobre terrenos de marinha conduzam a melhor arrecadação dessa renda.

As expectativas de melhoria na arrecadação não se confirmaram no ano seguinte, o que se conclui das afirmações contidas no Relatório do exercício de 1921 (FAZENDA, 1922, p. 306):

Impressiona desagradavelmente a todos os patriotas saber que o vasto e o opulento patrimônio nacional rende exígua importância. No orçamento vigente essa renda está calculada no total de 470:000f0^.

Nesse cômputo não estão incluídos os foros devidos por terrenos aforados, outros que não os de marinha. Tão exígua, tão incerta é essa verba que o legislador nem sequer cogita disso. No entanto, segundo as pesquisas desta comissão, numerosos são os terrenos nacionais aforados; muitos deles já estão perdidos, transferidos a outrem sem licença, sem pagar laudêmios e como se fossem bens alodiais, não figurando nas novas escrituras a condição que devia gravá-los perpetuamente.

Apesar do lastimável quadro por ele descrito, e a despeito de reconhecer que “as despesas da administração do patrimônio nacional excedem de muito à renda arrecadada”, o então Ministro da Fazenda reafirmou a crença de que as medidas propostas ao Presidente da República seriam eficazes para fazer com que a arrecadação fosse “desde logo elevada”.

Ao assim proceder, o então Ministro da Fazenda não fez pior (que) e nem diferente de seus antecessores (e sucessores, como se verá), pois reproduziu o procedimento que, como regra, sempre foi adotado para propositura de modificações no regime jurídico dos terrenos de marinha, especialmente em momentos de sucessão presidencial. A prática da SPU, nesse mister, indica que os diagnósticos e prognósticos observam os seguintes elementos de regularidade: (1) a constatação e reconhecimento de alguma impropriedade no funcionamento, notadamente relacionada à organização administrativa ou a determinados dispositivos do regime jurídico; (2) a reafirmação do potencial arrecadatório do instituto; (3) a propositura de correções legislativas e/ou administrativas; (4) a alimentação da crença de que, com a implementação das mudanças sugeridas, o instituto passará a funcionar “corretamente”; e, em alguns casos (5) a apresentação de projeções do incremento da arrecadação, algumas vezes superestimadas quanto ao ritmo e/ou ao montante.

Para que fique clara a lógica de funcionamento aduzida no parágrafo anterior, vejamos mais um trecho do Relatório do exercício de 1921, aproveitando para relacionar nossos argumentos com o que foi dito pelo Ministro em sua fala (FAZENDA, 1922, pp. 308/315):

Ponhamos mãos à obra, que a renda será desde logo elevada (4), subindo suavemente cada ano, sem determinar reclamações fundadas. Esqueceremos os tempos de hoje⁸²⁵, em que as despesas da administração do patrimônio nacional excedem de muito à renda arrecadada (1).

Por isso proponho as seguintes providências (3):

(...)

Postas em prática essas providências e desde que não falem ao seu executor os meios e apoio do Governo (4), no exercício de 1924, os próprios nacionais⁸²⁶ darão ao País uma renda de mais de 10.000:0001, numa progressão anual crescente (2).

⁸²⁵ Apenas para satisfazer eventual curiosidade, no Relatório referente ao exercício de 1922, as lamentações e justificativas das Delegacias Fiscais dos Estados foram renovadas em termos semelhantes às apresentadas quanto ao exercício 1920 (FAZENDA, 1923, pp. 232-260. E especificamente na Delegacia de São Paulo, a qual era chefiada pelo antes mencionado Dr. Manuel Madruga, apresentou déficit de arrecadação de foros (FAZENDA, 1923, p. 276).

⁸²⁶ Na atualidade, os bens públicos são classificados quanto à sua destinação bens dominiais (ou dominicais), de uso comum do povo ou de uso especial. Esta última categoria, de uso especial, é também denominada de próprios

Sistemática semelhante foi observada para expedição do [1] Decreto-Lei n.º 1.561/1977 (Exposição de Motivos n.º 163/1977)⁸²⁷; [2] do Decreto-lei n.º 2.398/1987 (Exposição de motivos n.º 1.039/1987⁸²⁸); [3] da Medida Provisória n.º 1.567/1997 (Exposição de Motivos n.º 600/1996⁸²⁹), convertida na Lei n.º 9.636/1998; [4] da Medida Provisória n.º 691/2015 (Exposição de Motivos n.º 124/MP-2015⁸³⁰), convertida na Lei n.º 13.240/2015; e, finalmente,

nacionais, em relação à União. No caso acima citado, a expressão não foi utilizada apenas para representar apenas os bens de uso especial, ou seja, os que são empregados em algum serviço público, mas para o fim de aludir ao conjunto de bens de propriedade da nação. Não se pode dizer que tenha sido um emprego equivocado, pois o uso nesse sentido foi comum especialmente durante a vigência da Constituição de 1891, que, no parágrafo único do seu artigo 64, dispôs o seguinte: “Os próprios nacionais, que não forem necessários para o serviço da União, passarão ao domínio dos Estados, em cujo território estiverem situados.”. Se a Constituição afirmou que havia próprios nacionais não necessários ao serviço da União, admitiu, por óbvio, a existência de próprios nacionais não utilizados no serviço público. Esse exemplo nos adverte dos riscos de se promover análises enviesadas por anacronismos.

⁸²⁷ “3. A expansão crescente dos centros urbanos, naturalmente atraídos para a orla marítima, deu causa a que grande parte da extensa faixa de marinha e seus acrescidos viesse a ser ocupada sem forma regular e sem qualquer contraprestação pela utilização. (...) 7. Por outro lado, vêm-se revelando inócuas as medidas de caráter proibitivo tendentes a evitar invasões de terrenos federais, posto que a frequência com que ocorrem e a extensão do litoral tornam difícil, senão mesmo impossível, o controle permanente, malgrado o zelo e os esforços das Capitanias dos Portos. (...) 10. Constituem pontos essenciais do projeto: a) enunciação do princípio da onerosidade do uso de imóveis da União, com as ressalvas previstas em lei; (...) c) desestímulo a novas ocupações, em face da cobrança em dobro da taxa anualmente em vigor; (...) e) cobranças de taxas de ocupação ainda não inscrita e agravamento do seu valor nas futuras, representando substancial aumento de recursos na arrecadação das receitas patrimoniais, que poderá custear o desenvolvimento dos programas afetos ao Serviço do Patrimônio da União, destinados à identificação e ao cadastramento de considerável potencial imobiliário da União. (...)”

⁸²⁸ O Decreto-lei n.º 2.398/1987, dentre outras coisas, majorou de 2% para 5% o valor da taxa de ocupação. A justificativa apresentada pelo então Ministério da Fazenda, Maílson da Nóbrega, afirma que o Decreto-lei tinha como “finalidade aperfeiçoar, dinamizar e incrementar a receita patrimonial da União, derivada das taxas de ocupação e de laudêmos relativos a terrenos da União, bem assim da alienação, nos casos indicados, de imóveis da reunião.”

⁸²⁹ “4. Neste contexto, o patrimônio imobiliário da União se apresenta como um extraordinário recurso destinado a apoiar a consolidação do Plano Econômico Nacional, consistindo este projeto de Medida Provisória um forte instrumento para viabilizar a utilização deste recurso. (...) 6. No campo econômico, o projeto permitirá: 6.1 a elevação das receitas patrimoniais, em decorrência da agilização do processo de identificação, demarcação, regularização e cadastramento dos imóveis da União e de seus ocupantes, que se pretende obter com a medidas propostas de racionalização e descentralização; (...) 6.4 a recuperação de receitas, com o pagamento dos débitos existentes para com o patrimônio da União, por parte daqueles que se interessarem em exercer a preferência ao aforamento; 6.5 a identificação de áreas para o desenvolvimento de projetos urbanísticos, objetivando a alienação ou o aforamento de lotes vagos, bem assim de outros empreendimentos relacionados com a implantação de instalações portuárias, marinas e outros complexos náuticos; desenvolvimento de atividades pesqueiras, da piscicultura e aquicultura; da exploração de petróleo e gás natural, de recursos hídricos e minerais, e outros empreendimentos de interesse nacional, o que, além de produzir receitas, contribuirá para o aumento da produção e a geração de empregos; (...) 6.7 a diminuição do déficit de bens imóveis necessários ao uso da administração pública sem ou com menor utilização de recursos do Tesouro Nacional, por intermédio da permuta de imóveis de qualquer natureza de propriedade da União e das entidades da administração pública federal indireta, por imóveis, edificados ou não, ou por edificações a construir, o que propiciará significativa redução de despesas com locações; (...) 6.8 as receitas líquidas provenientes da alienação dos bens imóveis de domínio da União serão integralmente utilizadas na amortização da dívida pública de responsabilidade do Tesouro nacional.”

⁸³⁰ “12. Quanto à destinação das receitas resultantes da alienação de imóveis, é fato amplamente conhecido que a União constituiu, ao longo do tempo, uma ampla carteira de imóveis que impõe desafios ao seu gerenciamento. (...) 18. Como pode ser visto, as medidas propostas têm sua relevância consolidada na busca por uma melhora na eficiência da gestão da carteira de imóveis da União. 19. A urgência se justifica pelo momento que passamos, de

[5] da Medida Provisória n.º 853/2018 (Exposição de Motivos n.º 0145/2018⁸³¹), convertida na Lei n.º 13.813/2019.

No entanto, em todos os casos, semelhantemente os resultados efetivos de arrecadação jamais confirmaram as expectativas apresentadas como argumentos para expedição daquelas normas.

Antes, porém, de conhecermos a arrecadação das receitas patrimoniais decorrentes da utilização dos terrenos de marinha, é preciso pontuar algumas impropriedades na fala institucional da SPU, sustentada por ocasião da audiência pública realizada em 9 de setembro de 2015, no Senado Federal.

Imagem 20 – Parte do slide 7/32: Apresentação audiência pública no Senado Federal (9 de setembro de 2015)



Fonte: Portal da SPU na internet

Examinando com atenção esse slide, constataremos que a SPU, ao aludir o “cumprimento da função arrecadadora” dos terrenos de marinha, refere-se às “ilhas⁸³² utilizadas

consolidação fiscal, no qual medidas de ganho de eficiência, que implicam redução ou racionalização dos gastos ou aumento de arrecadação, fazem-se prioritárias”

⁸³¹ “2. Diversos são os dispositivos de ordem legal que dispõem sobre a gestão do patrimônio imobiliário da União, que ocasionalmente necessitam ser revisitados, objetivando o aprimoramento e a modernização da gestão, em virtude da identificação de possibilidades de melhoria nos processos, sempre no escopo de agregar mecanismos que contribuam para o gerenciamento dos bens de propriedade da União. (...) 30. As demais alterações propostas objetivam modernizar a gestão e promover ajustes redacionais na legislação, atualizando esses institutos de forma a contemplar melhorias identificadas e promover mudanças que permitam aprimorar o gerenciamento do patrimônio imobiliário da União, atendendo as expectativas do governo e os anseios da sociedade. 31. Por fim, conforme demonstrado, a proposta mostra-se relevante e urgente uma vez que instrumentaliza a Secretaria do Patrimônio da União com o amparo legislativo necessário à implementação imediata das ações de melhoria da gestão patrimonial, garantindo, a amortização de dívidas do FRGPS o junto ao Tesouro Nacional e, consequentemente, a redução do déficit previdenciário; a utilização dos imóveis do Fundo Contingente da RFFSA em programas governamentais tanto de interesse social quanto relacionados à infraestrutura e a promoção dos ajustes necessários ao ganho de eficiência na gestão do patrimônio da União, o que impactará na redução e racionalização dos gastos e incremento de receitas o que se insere dentre as medidas que auxiliaram o país na solução da conjuntura fiscal estabelecida.”

⁸³² É certo que, mesmo após a Emenda Constitucional n.º 46, a União ainda conserva a propriedade de determinadas ilhas. É certo, ainda, que, tanto nas ilhas de sua propriedade, como nas que não mais lhe pertencem, existem terrenos de marinha. Mas não menos certo é que, mesmo nestes casos (terrenos de marinhas existentes nas ilhas), a relação é de continência, e não de correspondência ou identidade.

privativamente” (inciso IV, do art. 20 da CRFB/1988) e aos “espelhos d’água” (inciso VI, do art. 20 da CRFB/1988). Embora seja certo que esses bens pertencem à União, eles não correspondem aos terrenos de marinha (inciso VII, do art. 20 da CRFB/1988), tendo fundamentos de propriedade firmados em distintos dispositivos da Constituição. Isso significa que o estabelecimento de um regime de utilização remunerado para aqueles espaços, em nada seria afetado pela eventual extinção dos terrenos de marinha. Dizendo de outro modo, cobrar ou não pelo uso de ilhas e espelhos d’água não tem a ver com o regime jurídico dos terrenos de marinha.

No que concerne à possibilidade de arrecadação com a cessão ou arrendamento de “grandes áreas com exploração econômica”, a primeira coisa que se deve questionar é o caráter genérico da afirmação. A propósito, a SPU não cuidou de apontar dados que demonstrassem a procedência do seu argumento. Porém, a omissão da SPU pode ser, ao menos parcialmente⁸³³, suprida pela análise do quadro geral de arrecadação de receitas patrimoniais referente ao exercício de 2018.

Imagem 21 – Arrecadação de Receitas Patrimoniais: acumulado janeiro a dezembro de 2018.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SPU							
Arrecadação de Receitas Patrimoniais - Acumulado Janeiro a Dezembro de 2018							
UF	FORO	TAXA DE OCUPAÇÃO	LAUDÊMIO	DÍVIDA ATIVA	ALIENAÇÃO	OUTRAS RECEITAS*	Total
AC	0,00	142.272,16	3.931,79	44.882,00	0,00	8.008,53	199.094,48
AL	155.566,93	6.441.766,26	765.874,71	1.474.594,00	304.335,85	1.048.542,93	10.190.680,69
AM	26.896,23	1.267.198,55	7.975,98	100.066,00	0,00	504.090,49	1.906.227,25
AP	36.114,10	47.750,13	4.818,20	84.481,00	0,00	4.573,56	177.736,99
BA	3.099.009,10	10.775.965,97	2.028.962,25	3.489.133,00	0,00	2.404.056,06	21.797.126,38
CE	5.027.492,78	4.272.657,19	1.954.810,93	1.853.513,00	2.333,44	1.366.472,09	14.477.279,44
DF	-19.596,07	4.029.536,91	-588.770,56	1.426.731,00	13.155.865,24	177.889,85	18.181.656,37
ES	7.994.507,48	15.563.265,89	5.232.763,01	6.386.263,00	69,12	4.169.637,82	39.346.506,32
GO	0,00	191.097,93	87.983,97	692.813,00	512,00	99.085,04	1.071.491,94
MA	1.993.448,32	581.819,81	823.133,04	2.182.638,00	0,00	1.001.221,22	6.582.260,38
MG	59.631,78	75.874,18	3.699,61	894.993,00	1.190.529,80	793.815,07	3.018.543,44
MS	0,00	358.320,44	-161.103,10	190.707,00	0,00	625.079,45	1.013.003,79
MT	2.102,14	304.760,23	55.181,71	163.769,00	0,00	592.496,48	1.118.309,56
PA	161.506,26	1.306.464,11	266.548,59	930.271,00	0,00	253.961,71	2.918.751,67
PB	1.115.674,44	6.418.276,75	1.463.483,57	1.985.436,00	0,00	1.632.377,26	12.615.248,02
PE	15.684.786,31	31.635.413,31	9.165.153,53	12.288.989,00	23,31	5.988.979,72	74.763.345,19
PI	625.197,44	1.221.051,35	359.472,58	541.738,00	26,37	265.200,09	3.012.685,84
PR	580.921,26	7.684.105,54	633.941,32	2.136.194,00	2.890.010,00	16.042.265,30	29.967.437,42
RJ	51.943.233,87	57.078.826,54	22.293.494,47	21.722.689,00	2.607.888,35	16.156.500,09	171.802.632,32
RN	403.915,95	2.216.024,83	349.096,68	767.336,00	0,00	418.811,54	4.155.185,00
RO	202.314,60	307.899,98	8.278,48	85.285,00	0,00	22.844,47	626.622,53
RR	0,00	56.534,14	0,00	31.977,00	0,00	871,46	89.382,60
RS	2.301.293,00	5.640.218,03	1.379.743,29	3.674.575,00	0,00	3.245.645,26	16.241.474,58
SC	4.714.276,84	41.473.443,77	6.776.016,96	7.546.593,00	188.028,84	6.268.690,51	66.967.049,91
SE	5.556.804,64	5.250.995,07	1.743.852,49	1.717.168,00	0,00	1.723.595,38	15.992.415,58
SP	51.191.608,42	33.980.331,58	32.433.397,26	16.754.619,00	24.954,57	31.382.684,09	165.767.594,91
TO	1.138,68	24.264,78	6.241,64	18.528,00	0,00	103.847,24	154.020,34
UC	0,00	0,00	0,00	0,00	91.140.280,35	19.944.852,21	111.085.132,56
Total	152.857.844,50	238.346.135,43	87.097.982,38	89.185.981,00	111.504.857,24	116.246.094,93	795.238.895,48

OUTRAS RECEITAS*: Multa de transferência; aluguel; arrendamento; cessão de uso; demais multas e juros etc.
Fonte: Sistema SIAPA/SIAFI/SARP/RFB/PGFN.

Fonte: Portal da SPU na Internet.

⁸³³ Não existem, no caótico portal da SPU na internet, dados sobre arrecadação que façam a distinção quanto à origem de todas as receitas, ou seja, considerando cada regime de utilização (cessão, arrendamento, taxa de ocupação, etc.).

A partir das informações constantes nesse quadro, constatamos que, do total de receitas patrimoniais arrecadadas em 2018 pela União, consolidadas em R\$795.238.895,48 (setecentos e noventa e cinco milhões, duzentos e trinta e oito mil, oitocentos e noventa e cinco reais e quarenta e oito centavo), apenas 14,62% (catorze inteiros e sessenta e dois centésimos por cento), ou seja, R\$116.246.094,93 (cento e dezesseis milhões, duzentos e quarenta e seis mil, noventa e quatro reais e noventa e três centavos), correspondem ao conjunto de “OUTRAS RECEITAS”, nas quais se incluem as decorrentes de cessões de uso, arrendamentos, bem como de alugueis, multas de transferência e demais multas, juros, etc.⁸³⁴

Embora não se pretenda sugerir que esse montante seja insignificante, pode-se conjecturar que seja modesta a participação das cessões e arrendamentos, já que, naquele conjunto de outras receitas, há algumas que devem ter significativa representatividade, especialmente os encargos moratórios (juros e multas por atraso de pagamento) e as multas por atraso na transferência. Em todo caso, sem uma análise dos dados específicos àquelas formas de destinação (cessão e arrendamento), inviabiliza-se a emissão de juízo quanto à sua relevância. Por tudo isso é que se reforça a necessidade de as falas da SPU serem efetivamente esclarecedoras quanto ao montante de receitas patrimoniais arrecadadas, indicando precisamente de que categoria de imóvel decorre cada receita e, o que é mais importante, qual o montante das despesas necessárias para obtenção daquelas receitas.

Voltando ao conteúdo da Imagem 20, contendo o quadro que consolida o total das receitas patrimoniais do exercício de 2018, é preciso registrar que não se tem notícia de nenhuma situação extraordinária que pudesse impactar positiva ou negativamente os números apresentados, de maneira que aquele seria, pode-se dizer assim, o resultado ordinário (no bom sentido) da arrecadação de receitas patrimoniais.

Essa afirmação é corroborada pelo Quadro 03 que se segue, onde se pode aferir não haver distinção excepcional entre os resultados apresentados anualmente, especialmente nos posteriores à vigência da Lei n.º 13.139/2015.⁸³⁵

⁸³⁴ Consta a seguinte informação na parte inferior do quadro acima reproduzido: “OUTRAS RECEITAS*: Multa de transferência; aluguel; arrendamento; cessão de uso; demais multas e juros etc.” Reproduzo aqui em razão do tamanho reduzido da reprodução feita nesta página.

⁸³⁵ E razoável associar a diminuição da arrecadação verificada a partir de 2016 com a redução dos encargos promovida pela Lei n.º 13.139/2015, notadamente no percentual da taxa de ocupação e na diminuição da base de cálculo do laudêmio, com a exclusão do valor das benfeitorias.

Quadro 03 – Arrecadação de Receitas Patrimoniais: 2015 a 2018

ANO	TOTAL ARRECADAÇÃO DE RECEITAS PATRIMONIAIS ⁸³⁶
2015	R\$913.760.133,13
2016	R\$620.082.884,54
2017	R\$652.098.315,26
2018	R\$795.238.895,48

Mas análise dos resultados econômicos não pode se limitar aos dados de arrecadação, muito menos ao campo da projeção de receitas. Esse exame deve levar em consideração a representatividade do conjunto de receitas arrecadadas pela SPU, cotejado com o universo daquelas que aufera a União, além de todos os custos (administrativos, econômicos, políticos e sociais) suportados para sua obtenção. Uma análise dessa dimensão não é compatível com o objeto desta tese, além de ultrapassar as capacidades do seu autor. Mas é certo que algumas considerações são possíveis de se fazer, especialmente no tocante aos custos administrativos relacionados diretamente ao funcionamento da SPU.

Antes de prosseguir com a análise, porém, embora seja repetitivo, enfadonho e chato, é preciso rememorar (e insistentemente denunciar) que o Portal da SPU na Internet está um caos, o que é especialmente verdade e, por isso, preocupante, em relação às questões relacionadas à transparência. Para se ter uma ideia, no dia de hoje (12/11/2019), nem a sessão “Quem é quem”⁸³⁷ está devidamente disponível ao público, sendo o acesso limitado a servidores, mediante exigência de logim e senha. O mesmo se sucede com a agenda das autoridades⁸³⁸, que, ao que se supõe, deveria estar disponível ao público em geral.

⁸³⁶ Por força do que dispõe o art. 17 da Lei n.º 13.139/2015, a SPU publica o total de receitas arrecadadas em cada unidade da Federação, discriminando as relativas a foro, taxas de ocupação, laudêmios e outros. O link para consulta de cada ano pode ser feito por meio do link: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/patrimonio-da-uniao/arrecadacao>.

⁸³⁷ O link para tentativa de acesso foi o seguinte: http://www.planejamento.gov.br/acl_users/credentials_cookie_auth/require_login?came_from=http%3A//www.planejamento.gov.br/planejamento/acesso-a-informacao/institucional/quem-e-quem/secretaria-de-patrimonio-da-uniao.

⁸³⁸ http://www.planejamento.gov.br/acl_users/credentials_cookie_auth/require_login?came_from=http%3A//www.planejamento.gov.br/planejamento/agendas-de-autoridades/spu

Feito o necessário registro, mas voltando às questões que nos interessam no momento, as informações gerenciais da SPU disponíveis no “Portal” compreendem apenas o período de 2003 a 2015. E mesmo quanto a esses períodos, os relatórios são omissos em relação ao total de despesas da SPU. Dizendo em outras palavras, a partir dos relatórios ou dados de “transparência” disponíveis no site da própria SPU, não é possível saber o total das despesas daquela Secretaria⁸³⁹.

Para obter essa informação, exigiu-se um esforço que mais se assemelha à prática de garimpagem, consultando por diversos argumentos no próprio portal da SPU, bem como no Google, do que resultou a obtenção da informação relativa às despesas realizadas no exercício de 2017, que representaram o montante de R\$642.731.462,00 (seiscentos e quarenta e dois mil, setecentos e trinta e um mil, quatrocentos e sessenta e dois reais).

Imagem 22 - Slide 8/91: Apresentação do Secretário do Patrimônio no encontro de Superintendentes 2018. Brasília/DF (abril de 2018).

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO Execução Orçamentária e Financeira 2017					
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE 2017 - SPU					
	LOA INICIAL (A)	LOA/DEZ ATUALIZADA (B)	Empenho (C)	% Execução Empenho (C/B)	Pago (E)
AÇÃO 20U4 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	37.156.650,00	47.642.263	44.088.064,13	92,54%	34.592.186,80
PO 0001 - Caracterização do Patrimônio	1.600.108,00	1.030.108,00	924.468,15	89,74%	337.863,56
PO 0002 - Incorporação de Imóveis	415.854,00	112.854,00	72.048,52	63,84%	72.048,52
PO 0003 - Destinação de Imóveis da União	2.752.737,00	931.737,00	541.613,32	58,13%	428.754,62
PO 0005 - Gestão de Receitas Patrimoniais	2.900.000,00	2.490.000,00	2.320.543,12	93,19%	2.158.936,81
PO 0006 - Gestão e Fortalecimento das Unidades da SPU	22.883.644,00	26.837.079,00	24.873.996,55	92,69%	19.955.926,02
PO 0007 - Regularização Fundiária	1.507.000,00	317.000,00	132.792,30	41,89%	110.642,89
PO 0009 - Gestão da Tecnologia da Informação	1.817.473,00	2.813.708,00	2.466.206,44	87,65%	583.762,48
PO 000A - Gestão de Imóveis Funcionais	3.279.834,00	8.013.970,00	7.953.558,52	99,25%	7.619.242,79
PO 000I - Gestão de Imóveis Desocupados	-	5.095.807,00	4.802.837,21	94,25%	3.325.009,11
AÇÃO 8690 - FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	2.226.657,00	2.893.657	2.262.799,34	78,20%	875.278,17
PO 0001 - Fiscalização e Controle	1.475.500,00	2.292.500,00	1.836.882,46	80,13%	607.279,03
PO 0002 - Avaliação de Imóveis da União	751.157,00	601.157,00	425.916,88	70,85%	267.999,14
AÇÃO 12NZ - PMG	9.000.000,00	9.000.000	8.626.822,87	95,85%	5.879.417,64
TOTAL AÇÕES 20U4, 8690, 12NZ	48.383.307,00	59.535.920	54.977.686,34	92,34%	41.346.882,61
AÇÃO 15NT - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS DO INSS	499.989.444,00	209.382.638	70.920.517,05	33,87%	70.920.517,05
AÇÃO 152W - ADEQUAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	91.360.076,00	200.000	0,00	0,00%	0,00
AÇÃO 15L0 - CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS	2.998.635,00	1.017.628	0,00	0,00%	0,00
TOTAL	642.731.462,00	270.136.186	125.898.203,39	46,61%	112.267.399,66

Fonte: SIAFI 05-01-2018

Fonte: Portal da SPU na Internet.

⁸³⁹ A impressão que se tem é que os gestores da SPU sabem que seria um excelente argumento em favor da extinção dos terrenos de marinha a comparação entre as receitas e despesas totais da SPU.

Desde logo consignamos a impossibilidade de se comparar irrefletidamente esses dados, com o montante arrecadado pela SPU no mesmo ano de 2017, qual seja, R\$652.098.315,26 (seiscentos e cinquenta e dois milhões, noventa e oito mil, trezentos e quinze reais e vinte e seis centavos). Uma comparação nesses termos incorreria em vários equívocos, sendo o primeiro deles a imprópria consideração da SPU como órgão de arrecadação, ou mesmo como uma “grande imobiliária”, conforme sugeriu o atual gestor⁸⁴⁰ do órgão, na entrevista que mencionamos há pouco neste mesmo tópico. A SPU não arrecada como fim, nem deve pretender obter lucro, o que é, no fim das contas, o objetivo de toda e qualquer imobiliária, seja ela pequena, grande ou a “maior do mundo”.

Além do mais, é certo que a SPU não tem despesas apenas em razão de administrar os terrenos de marinha e seus acrescidos, já que ela é responsável também pela gestão de outras categorias de bens, muitas delas indisponíveis para o uso privativo, o que significa que eles não podem, como regra, ter alguma destinação que possa gerar receitas patrimoniais.

Por outro lado, também é certo que nem toda a arrecadação de receitas patrimoniais decorre da atuação direta da SPU, como, por exemplo, a obtida por meio da cobrança de créditos lançados na Dívida Atividade da União (DAU). Nesses casos, a geração de receitas patrimoniais se dá pela atuação da Procuradoria da Fazenda Nacional, terminando por ensejar despesas também para esse órgão representação judicial da União, e até mesmo para o Poder Judiciário, onde são processadas as ações de cobrança de dívidas inscritas na DAU.

Não convém aqui tentar enumerar uma série de outras despesas e receitas que possivelmente teriam relação com os “resultados econômicos” dos terrenos de marinha, pois provavelmente qualquer esforço neste sentido seria lacunoso e impreciso. Em todo o caso, o que a genealogia dos terrenos de marinha demonstra é que essa longa trajetória de projeções superlativas, que esse apego a um suposto potencial arrecadatório, jamais se converteu em realidade nos mais de 200 (duzentos) anos de existência daquele instituto. E isso autoriza considerar que não são propriamente os resultados econômicos (concretos, realizados, e não os desejados ou projetados no Powerpoint) que justificaram a invenção, a manutenção ou que devam justificar a subsistência dos terrenos de marinha.

⁸⁴⁰ A propósito, ver notícia cujo link consta na nota de rodapé n.º 823.

Talvez tenha sido por esses resultados, ou pela ausência dos que foram projetados, que a SPU optou por excluir a alusão à “função arrecadadora”⁸⁴¹ de sua missão institucional. Se foi, reputamos como gesto de sinceridade e sensatez quanto àquilo que deve ser a razão de existência do órgão, que é, ressalte-se, responsável pela gestão do patrimônio da União, e não, necessariamente, pela arrecadação por meio dele.

Não creio, porém, que se possa afirmar que a atual gestão da SPU se oriente pela moderação na aspiração e projeção dos resultados econômicos, na medida em que, mesmo antes de propor modificações estruturais (como todos fizeram antes), o atual titular do órgão já anunciou a pretensão de arrecadar “em torno de 36 bilhões de reais até 2022”⁸⁴².

Diante dessas notícias, não há como não as associar a alguns trechos de *O tempo não para*, do saudoso Cazuza:

Tuas ideias não correspondem aos fatos.

(...)

Eu vejo o futuro repetir o passado.

Eu vejo um museu de grandes novidades.”

Como não convém encerrar tópico de trabalhos com citações diretas, acrescentamos mais um parágrafo apenas para dizer que, como Caetano, o que Cazuza escreveu igualmente é correto, embora também seja um lamento.

5.3. Os resultados sociais.

Apesar de a fala institucional da SPU insistir que os terrenos de marinha funcionam para incrementar a proteção dos ecossistemas costeiros e a arrecadação de receitas patrimoniais, os resultados examinados anteriormente não sustentam os argumentos e projeções neste sentido.

⁸⁴¹ A dúvida suscitada, obviamente, foi irônica. Porém, de acordo com o texto que consta no Portal da SPU na Internet, a missão da SPU seria: “MISSÃO - Conhecer, administrar e zelar para que os imóveis da União cumpram a função social e ambiental, em harmonia com os programas estratégicos da Nação.” (link para acesso: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/patrimonio-da-uniao/coordenacao>). Não há mais referência à função arrecadadora. Mas cogito que possa ser apenas mais um desacerto do aludido portal que, não de agora, está caótico, como já mencionei. A balbúrdia (sem aspas) começou depois da sucessão presidencial imprópria ocorrida em agosto de 2016. Os Relatórios de Gestão estão disponíveis apenas até o ano 2015. Não há dados de transparência ou, se há, são nada acessíveis. Seque o nome do titular da Secretaria está atualizado.

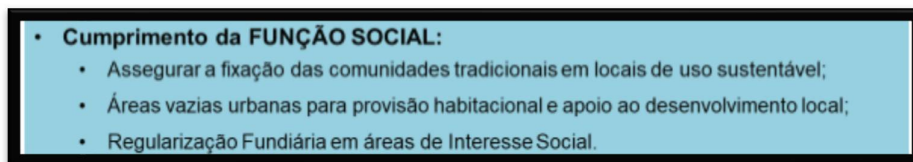
⁸⁴² Em duas matérias foi anunciado esse intento. Os links são os seguintes: <https://www.abecip.org.br/imprensa/noticias/-maior-imobiliaria-do-mundo-governo-vai-tentar-vender-quase-4-mil-imoveis> e <https://exame.abril.com.br/economia/governo-analisa-vender-imoveis-da-marinha-para-levantar-mais-de-r-100-bil/>.

Mas há é inequívoco que esse instituto apresenta relevantes resultados no tocante à finalidade para o que eles foram inventados. Dizendo de outro modo, e rememorando que função corresponde ao “uso especial para que algo é concebido”⁸⁴³, ou seja, aquilo que se apresenta como minimamente correspondente com a realidade; e, ainda, que a função social, em conformidade com nosso ordenamento constitucional, deve ter seu conteúdo concreto determinado pela lei, havemos de reconhecer que os terrenos de marinha cumprem sua função social.

E qual seria, destarte, essa função?

A resposta a essa questão impõe, de início, o afastamento de algumas impropriedades de entendimento que podem decorrer da sugestão contida no deveras mencionado “slide 7/32”.

Imagem 23 - Parte do Slide 7/32: Apresentação audiência pública no Senado Federal (9 de setembro de 2015).



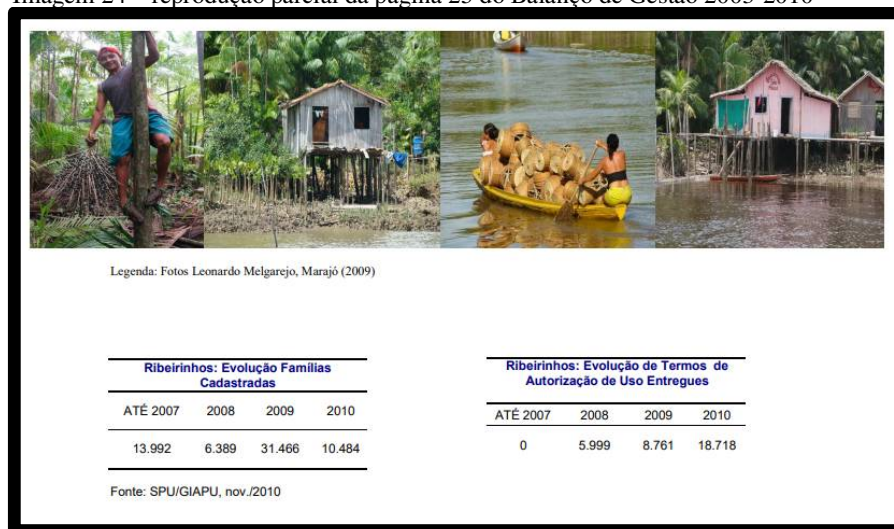
Fonte: Portal da SPU na internet.

Em relação às informações contidas na parte do slide antes reproduzida, voltamos a apontar a impropriedade relacionada ao caráter genérico do argumento, o qual não veio acompanhado de qualquer dado concreto que pudesse revelar sua procedência ou relevância. Não se fez referência, por exemplo, às quantidades e localidades dessas ações, de maneira que não se pode aferir se se trata de um fato episódico ou, do contrário, se consiste numa prática recorrente.

Para suprir a deficiência de informações constantes naquele slide da apresentação, procuramos pistas naquilo que resta do Portal da SPU na Internet, encontrando no Balanço de Gestão 2003-2010 informações sobre algumas destinações feitas em favor de comunidades ribeirinhas.

⁸⁴³ ver nota de rodapé n.º 784, bem como a fundamentação apresentada no tópico 5.1 deste Capítulo terceiro.

Imagem 24 – reprodução parcial da página 25 do Balanço de Gestão 2003-2010



Fonte: Portal da SPU na internet

Para o mesmo fim, também se promoveu o exame dos arquivos de apresentações da SPU realizadas, sobretudo, em audiências públicas no âmbito do Congresso Nacional, os quais revelaram que as destinações a que elas se referem compreende outras categorias de bens da União, especialmente várzeas de rios federais e comunidades tradicionais, sejam quilombolas ou indígenas.

Imagem 25 - Slide 11/35: Apresentação audiência pública na Câmara dos Deputados (6 de agosto 2015)⁸⁴⁴



Fonte: Portal da SPU na internet.

⁸⁴⁴ Apresentação da secretária do Patrimônio da União (SPU/MP), Cassandra Maroni Nunes, sobre Projeto de Emenda à Constituição (PEC) nº 39/11, que prevê a extinção do instituto jurídico dos terrenos de marinha, em audiência pública na Câmara dos Deputados - Brasília/DF (06.08.2015)

Imagem 26 - Slide 12/35: Apresentação audiência pública na Câmara dos Deputados (6 de agosto 2015)



Fonte: Portal da SPU na internet.

Nada obstante, o que se percebe é que a SPU, para reforçar a importância dos terrenos de marinha, não esclarece que, dentre as diversas concessões que faz, a maioria delas se refere a outras categorias de bens imóveis, o que pode ser constatado também pelo exame das planilhas de destinações relacionadas ao tema “regularização funcionária”, ainda constante (até a presente data) no Portal da SPU, cujo acesso pode ser feito por meio do link: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao/patrimonio-da-uniao/destinacao-de-imoveis/regularizacao-fundiaria>.

Acerca daquelas informações, é importante notar que somente há dados para as ações relacionadas aos “Povos e Comunidades Tradicionais”, cujas planilhas de beneficiários podem ser acessadas por meio dos links que seguem abaixo:

a) Planilha de beneficiários: Povos e Comunidades Tradicionais:

<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao/patrimonio-da-uniao/destinacao-de-imoveis/beneficiarios-regularizacao-fundiaria>.

b) Planilha com PDISPs de territórios de comunidades tradicionais:

<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao/patrimonio-da-uniao/destinacao-de-imoveis/pdisp-comunidades-tradicionais>.

É necessário e oportuno esclarecer que a afirmação de que tais destinações favoreceram àqueles povos ou comunidades, nem de longe pode ser tomada como consideração de desvalor ou de menor importância, seja das ações e muito menos dos seus destinatários. O que se quis ressaltar, e apenas isso, é que não houve, por parte da SPU, a explicação de que aquelas ações não envolveram a categoria de bens “terrenos de marinha”⁸⁴⁵, mas outros que igualmente pertencem à União e são administrados pela SPU. Dizendo de outro modo, esses resultados foram e são importantes, mas não têm relação com a existência dos terrenos de marinha ou de seus acrescidos.

Os “resultados sociais” de que falamos, aqueles especialmente relacionados aos terrenos de marinha localizados nos logradouros à beira-mar ou próximo à orla marítima, são os que podem ser aferidos a partir de um singelo exercício que, nem por isso, deixa de ser um poderoso instrumento empírico: a observação.

Se simplesmente caminhamos pelo calçadão de Copacabana (Rio de Janeiro), da praia de Boa Viagem (Recife), da praia Formosa (Aracaju), de Ponta Negra (Natal), chegaremos à mesma conclusão cantada na poesia “*Pedras que cantam*”, composta por Dominginhos e Fausto Nilo e popularizada na versão que foi tema da abertura da novela *Pedra sobre pedra* (1992). Diz aquela poesia, com razão, que “quem é rico mora na praia (...)”.

E isso é verdade, ao menos é uma verdade: os logradouros “à beira-mar” são destinados às classes de maior poder aquisitivo, pois não há em tais localidades, como regra, proprietários “pobres” de imóveis, muito menos assentados ou “comunidades tradicionais”, igualmente “pobres”.

O testemunho de Dominginhos e Fausto Nilo se torna ainda mais confiável quando analisamos as fotos a seguir reproduzidas.

⁸⁴⁵ É sabido, e não se nega, que existem terrenos de marinha nas margens de rios, caracterizando-se como tais aqueles até onde se faça sentir a influência da maré, em conformidade com o conceito esculpido no art. 2.º do Decreto-lei n.º 9.760/1946. No entanto, especialmente no caso da Amazônia Legal, onde a maioria das ações citadas foram realizadas pela SPU, às áreas em questão pertencem à União por força do que dispõem especialmente os incisos II, III e IX, do art. 20, da CRFB/1988, embora, repito, também ali existem terrenos de marinha e acrescidos (inciso VII). Em relação às várzeas, como margens de rios federais, elas pertenceriam à União (art. 20, III) ou aos estados (art. 16, I).

Imagem 27 – Praia de Boa Viagem (Recife – PE): 1947 a 2004



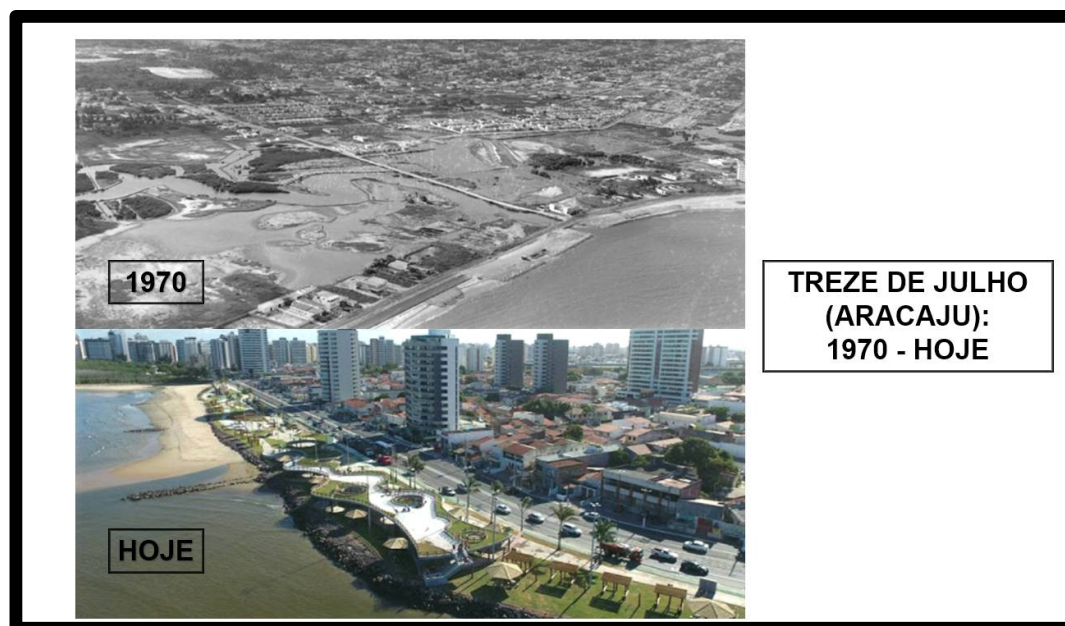
Fonte: Internet.

Imagem 28 – Copacabana (Rio de Janeiro – RJ): 1893 até hoje.



Fonte: Internet.

Imagem 29 – Treze de Julho (Aracaju – SE): 1970 e hoje.



Fonte: Internet.

Consideramos que a constatação dos ilustres compositores de *Pedras que cantam*, corroboradas pelas fotografias antes apresentadas e, ainda, pela própria memória que qualquer um deve ter dos passeios que fez nas localidades antes citadas, torna dispensável um exame dotado de maior rigor científico para sustentar a afirmação de que as áreas localizadas próximas à orla marítima não são espaços em que se verifique a predominante ocupação por pessoas de baixa renda, ou que sejam espaços onde se desenvolvam programas de “fixação de comunidades tradicionais” ou de “inclusão territorial”, tal como a SPU reverbera quando se dedica defender a subsistência dos terrenos de marinha.

Porém, como se trata de um trabalho submetido ao controle do discurso acadêmico, convém dizer que a mesma conclusão já foi afirmada no âmbito de outras pesquisas acadêmicas (ARAÚJO, 2013).

Para compreendermos os porquês dessa realidade concreta, é preciso voltarmos ao início do século XIX, a fim de reexaminar o conteúdo do Decreto de 21 de janeiro de 1809, que determinou a concessão dos primeiros arrendamentos e aforamentos nos terrenos que viriam a ser os “de marinha”, estabelecendo como destinatários das concessões os que mais pudessem “oferecer e (...) e em breve tempo principiar a edificar”.

É sabido que aquela norma teve seus efeitos suspensos pelo Decreto de 13 de julho de 1820, e, ainda, que somente por meio da Consulta e Resolução de 13 de setembro do mesmo

ano de 1820, revigorou-se a determinação de se destinarem terrenos (“de marinha”) da Coroa para a construção de armazéns e trapiches nas mesmas praias da Gamboa e Sacco do Alferes. A diferença deste último ato, contudo, foi a prescrição de gratuidade da concessão, sendo o favor justificado nas “grandes despesas e trabalhos que necessariamente deve-se empregar nesta útil construção” (LIMA, 1865, p. 18).

Nada obstante, mesmo após a dispensa da obrigação de pagamento, a Coroa portuguesa reiterou o critério censitário de preferência em relação aos favorecidos pelas concessões, o que também foi afirmado expressamente na Consulta e Resolução de 13 de setembro de 1820, ao determinar que os terrenos deveriam ser dados preferencialmente aos comerciantes e moradores “que mais probabilidade tiverem para construir tais obras, que devem efetuar em certo e determinado tempo.” (LIMA, 1865, p. 18).

Pelo que se pôde aferir, aquilo que o Decreto-lei n.º 1.561/1977 chamou de “princípio da onerosidade”, sempre foi praticado em relação à destinação dos terrenos de marinha, especialmente como critério de destinação.

Dessa constatação resulta não ser impróprio afirmar que, semelhantemente ao que se sucedeu com as capitanias hereditárias e as sesmarias (portuguesas) distribuídas na América portuguesa, também a destinação dos terrenos de marinha foi orientada a partir de critérios censitários. Por conseguinte, funcionando tal como a legislação da propriedade imobiliária em geral, cuja aplicação do critério censitário permitiu que os detentores de cabedal se antecipassem em 350 (trezentos e cinquenta) anos na escolha de terras e no reconhecimento de direitos, não é custoso concluir que o regime jurídico dos terrenos de marinha, concedendo uma dianteira de quase 170 (cento e setenta) anos aos privilegiados economicamente (“que poderiam pagar”, mas que foram, por vezes, dispensados de o fazer), reproduziu a mesma lógica de favorecimento que funciona no Brasil desde 1500, na medida em que, de 1809 até 1981, excluiu a possibilidade de acesso regular aos terrenos de marinha por parte da população menos favorecida do ponto de vista econômico.

E foi disso, dessa lógica e dessa história, que resultou como acontecimento (produzido, feito acontecer) a configuração lamentada por Dominginhos e Fausto Nilo e representada nas fotos.

Para que não se pense que essa lógica censitária foi abandonada, é lamentável reconhecer que, embora tenha sido ensaiado um discreto temperamento por meio da Lei n.ºs

11.481/2007 e 13.139/2015, ela vem sendo bastante revigorada, especialmente a partir das Leis n.^{os} 13.465/2017 e 13.813/2019.

Todas essas leis tratam de diversos temas, em sua maioria relacionados aos aspectos econômicos. Mas as questões que, neste momento, importam ser destacadas se relacionam aos critérios de isenção.

A Lei n.º 11.481/2007 estendeu a isenção, que antes alcançava apenas as pessoas carentes, também às pessoas de baixa renda, estabelecendo um critério objetivo para aferição dessa condição, qual seja, a percepção de renda igual ou inferior a 4 (quatro) salários-mínimos. Ela também possibilitou que a condição de carência ou baixa renda fosse feita apenas a cada quatro anos, em lugar da exigência anterior de, anualmente, fazer o requerimento ao órgão local da SPU. Por fim, estendeu a isenção do laudêmio⁸⁴⁶ à pessoa carente ou de baixa renda, que antes era obrigado a recolher o montante de 5% do valor total⁸⁴⁷ da transação em favor da União, na hipótese de pretender alienar seu imóvel.

As Leis n.^{os} 13.465/2007 e 13.813/2019, sob o simpático argumento de tornarem mais justos os critérios de isenção, dispuseram no sentido oposto ao apontado pela norma anterior.

A primeira daquelas leis, a n.º 13.465/2007, estabeleceu que, cumulado à condição de carência ou baixa renda, os pretendentes à isenção não podem ter a “posse ou propriedade de bens ou direitos em montante superior ao limite estabelecido pela Receita Federal do Brasil, para obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física.” Considerando que o próprio imóvel ocupado ou aforado é levado em conta para fins de aferição desse requisito legal, ele, por desconsiderar a condição subjetiva, praticamente inviabiliza que um “pobre” tenha a possibilidade de manter sua ocupação ou aforamento em um logradouro à beira-mar, ou mesmo próximo à praia, considerando que os valores de metro quadrado daquelas áreas são, como regra, mais elevados pela localização (na) ou proximidade da orla marítima.

Mas se a Lei n.º 13.465/2017, para tornar mais justos os critérios de isenção, foi restritiva com aquelas que ostentam a condição de carência e baixa renda, foi muito mais generosa com construtoras e incorporadoras que promovem a alienação de bens a pessoas carentes e de baixa

⁸⁴⁶ Em conformidade com a legislação vigente, a obrigação legal de promover o recolhimento do laudêmio é do alienante, e não do adquirente.

⁸⁴⁷ Em razão do disposto no art. 91 da Lei n.º 13.465/2017, que deu nova redação o art. 3.º do Decreto-lei n.º 2.398/1987, atualmente o cálculo do laudêmio considera apenas o valor do domínio pleno do terreno, excluindo-se, portanto, as benfeitorias.

renda, ao ampliar a isenção àquelas corporações no pagamento do laudêmio pela venda sob qualquer regime de utilização⁸⁴⁸, desde que a negociação seja realizada por meio de programas habitacionais de interesse social, conforme disposto na nova redação dada ao art. 2.º, II, do Decreto-lei n.º 1.876/1981. E, o que é pior (mas que é melhor para as corporações) é que não há limite objetivo (valor máximo do imóvel) para obtenção da isenção do laudêmio, que será merecido pelas construções e incorporadoras, qualquer que seja o valor das transferências.

Para compreender a sofisticada e, a nosso ver, injusta sistemática que privilegia as corporações em detrimento das pessoas carentes ou de baixa renda, imaginemos que determinado imóvel seja alienado pela construtora “SL”. Por lei, a obrigação de custeio do laudêmio é do alienante, e não do adquirente, de maneira que seria a “CSL” que estaria obrigada ao pagamento do laudêmio. Todavia, por força da isenção ampliada pela Lei n.º 13.465/2017, aquela construtora ficaria dispensada dessa obrigação.

Nada obstante, se a mesma pessoa que adquiriu imóvel, tendo o comprado “na planta”, ficar desempregado e, por conta dessa nova condição, tiver que vendê-lo, ela não será dispensada do pagamento do laudêmio (e nem das taxas de ocupação), pois o valor do imóvel, conforme exigência cumulativa incluída pela Lei n.º 13.465/2017 no art. 1.º, §2.º, I, alínea “b”, Decreto-lei n.º 1.876/1981, impede que se conceda ao agora desempregado (que se tornou carente ou de baixa renda) o mesmo favor concedido à corporação que antes lhe vendeu o imóvel.

Em suma: se a pessoa carente ou de baixa renda comprar o imóvel de uma construtora (que não é, por óbvio, carente ou de baixa renda), esta corporação ficará dispensada de recolher o laudêmio. Todavia, se a pessoa carente ou de baixa renda for vender um imóvel de mais de R\$300.000,00 (trezentos mil reais), terá que pagar aquele encargo, a despeito de comprovar que seu sustento ou de sua família restará prejudicado com o cumprimento dessa obrigação⁸⁴⁹.

A Lei n.º 13.813/2019, por sua vez, também incrementou o rigor em face das pessoas carentes, ao limitar a isenção mediante o estabelecimento de que esse benefício somente pode ser usufruído em relação a um único imóvel da União, que deve ser necessariamente utilizado pelo beneficiário como residência.

Não é difícil deduzir que, disfarçado no argumento de aperfeiçoamento dos critérios de isenção, introduziu-se uma restrição que praticamente inviabilizará a fruição desse benefício,

⁸⁴⁸ A anterior redação isentava as corporações apenas em caso de alienação do domínio útil, ou seja, quando já constituído o aforamento.

⁸⁴⁹ Se não pode pagar, “pede para sair, 02!!”

especialmente nas áreas em que, como decorrência dos processos de urbanização ou de atividades de especulação imobiliária, tenham elevados seus valores do metro quadrado.

Para que não se cogite exagero ou desonestidade da análise (viés ideológico ela tem, admite-se desde logo... como tem, também, quem está lendo esse trecho da tese, ainda que não admita), façamos um último exercício de projeção.

Imaginemos, então, um morador da Vila de Ponta Negra⁸⁵⁰, em Natal (RN), que reside na casa por ele construída no terreno que recebeu como herança do seu pai, um antigo pescador que, na década de 1950, ocupou “irregularmente” uma pequena área de aproximadamente 20m x30m naquela Vila. O quinhão que coube àquele morador foi de aproximadamente 100m², mesma porção que recebeu cada um(a) dos(as) seus(uas) cinco irmãos(ãs). O nosso morador imaginário aprendeu o ofício do seu pai e, hoje, é aposentado, depois de exercer esse mesmo ofício por mais de 50 (cinquenta) anos, em razão do que percebe renda de apenas 01 (um) salário-mínimo.

Pensava o nosso morador que iria terminar seus dias naquela casa, sendo esse o seu desejo, pois nunca considerou a possibilidade de se mudar da comunidade onde viveu desde o nascimento.

Mas os planos daquele morador foram mudados contra sua vontade. Apesar de “sua” casa estar “regularmente” cadastrada como ocupação perante a SPU desde o ano 2000, ele não era obrigado ao pagamento da respectiva taxa, pois o valor de sua aposentadoria atendia ao requisito estabelecido no art. 1.º do Decreto-lei n.º 1.876/1981. Ele tinha o trabalho de ir de quatro em quatro anos à SPU (pior era antes de 2007, pois a comprovação da condição de carência ou baixa renda deveria ser anual), a fim de requerer a isenção do pagamento, além de ter de voltar àquele Órgão para saber se o benefício havia sido deferido. Mas, até 2016, nunca havia dado qualquer problema, sendo os seus pedidos deferidos. Além do trabalho, nenhuma chateação para o nosso morador.

Ocorre que, quanto aos pedidos de 2017, 2018 e 2019, os requerimentos de isenção foram todos indeferidos. Disseram-lhe na SPU que foi por conta de uma “lei nova” que

⁸⁵⁰ Pode ser, também, um da Praia de Atalaia, em Aracaju (SE) ou da Praia da Costa, na Barra dos Coqueiros (SE).

“aperfeiçoou os instrumentos de arrecadação” e “tornou mais justos os critérios de isenção”⁸⁵¹.

Até lhe mostraram uns trechos da tal lei, que diziam o seguinte:

§2.º Considera-se carente ou de baixa renda, para fins da isenção disposta neste artigo, o responsável por imóvel da União que esteja devidamente inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), ou aquele responsável, cumulativamente: (Redação dada pela Lei nº 13.465, de 2017)

I – cuja renda familiar mensal seja igual ou inferior ao valor correspondente a cinco salários mínimos; e (Incluído pela Lei nº 13.465, de 2017)

II - que não detenha posse ou propriedade de bens ou direitos em montante superior ao limite estabelecido pela Receita Federal do Brasil, para obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física.

Nosso morador não entendeu nada do que estava escrito, mas soube que “seu” terreno foi avaliado em R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais) e, por conta disso, já tinha um débito acumulado em mais de R\$24.000,00 (vinte quatro mil reais). Além disso, disseram-lhe que teria que pagar todos os anos a quantia de R\$8.000 (oito mil reais), senão poderia ter cancelada a ocupação.

Nosso morador imaginário até ficou impressionado com o valor do terreno, pois não sabia que estava avaliado nesse montante. Mas como ele percebe apenas 01 (um) salário-mínimo e não pode pagar as “prestações” anuais, tampouco o débito acumulado, que inclusive será inscrito na Dívida Ativa da União, terá que vender o imóvel e se mudar.

⁸⁵¹ Sobre a necessidade de “aperfeiçoar” os critérios de isenção de encargos, a Exposição de Motivos n.º 0145/20188, que justificou a edição de Medida Provisória 852/2018, convertida na Lei 13.813/2019, exagerou nos eufemismos. Vejamos alguns trechos: “2. Diversos são os dispositivos de ordem legal que dispõem sobre a gestão do patrimônio imobiliário da União, que ocasionalmente necessitam ser revisitados, objetivando o aprimoramento e a modernização da gestão, em virtude da identificação de possibilidades de melhoria nos processos, sempre no escopo de agregar mecanismos que contribuam para o gerenciamento dos bens de propriedade da União. (...) 11. Em contrapartida pela utilização dos seus imóveis, a União recebe dos usuários taxas patrimoniais, que em alguns casos é objeto de isenção em função da renda do usuário. O critério atual para concessão da isenção da cobrança beneficia quem estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal ou cuja renda familiar mensal igual ou inferior a cinco salários mínimos. 12. A sistemática atualmente adotada não se configura na forma mais justa para enquadramento dos eventuais solicitantes, visto que ao contemplar usuários com a renda atualmente prevista na legislação abrange parcela de usuários que não se enquadra no conceito de população carente, considerando que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgada em 29/11/2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apurou que, em 2016, o rendimento médio mensal real dos 88,9 milhões de trabalhadores do país, com 14 anos ou mais de idade, foi de R\$ 2.149,00. 13. Diante do exposto, faz-se necessário revisar o processo de concessão da referida isenção, adotando critérios que tornem mais justa a concessão do benefício, de forma que sejam beneficiados àqueles que efetivamente fazem jus à isenção de pagamento das taxas patrimoniais, contribuindo para o direito constitucional de acesso à moradia por parte daqueles que não tem condições de arcar com os custos decorrentes da utilização de imóvel sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.”

Ele não vai poder nem comprar outra casa na mesma comunidade, pois, segundo lhe informaram na SPU, pelo “preço de metro quadrado na planta de valores genéricos”, todos os imóveis daquela localidade ultrapassam o limite de isenção previsto no art. 1.º, §2.º, II, do Decreto-lei n.º 1.876/1981. Nosso morador também não entendeu bem essa parte do que lhe disseram, mas ele sabe que todos(as) os(as) cinco irmãos(ãs) estão na mesma situação e terão que vender seus imóveis.

O mesmo vai acontecer com um sobrinho do nosso morador, que tinha desmembrado uma pequena porção (3,00m x 4,00m) do terreno de seu pai (irmão do nosso morador), para fazer uma sorveteria. Como a tal “lei nova” disse que a isenção só pode ser usufruída se a pessoa usar o imóvel como residência, pelo terreno daquele ponto comercial, mesmo não faturando mais que 02 (dois) salários-mínimos por mês, seu sobrinho não terá isenção quanto ao pagamento da taxa de ocupação.

Mas, para a sorte do nosso morador, uma construtora deseja adquirir sua casa, assim como a de seus(uas) irmãos(ãs). A oferta de preço não foi tudo aquilo que lhe disseram na SPU, até pelo fato de haver o débito acumulado e, ainda, pela pressa que nosso morador tem em vender o imóvel e evitar que seu nome seja inscrito na Dívida Ativa da União e que perca o cadastro da ocupação.

Com o dinheiro que sobrar da venda, nosso morador até pensou em comprar um dos apartamentos que aquela mesma construtora irá construir e vender, inclusive porque teria o “desconto” do laudêmio, já que ela (a construtora) não está obrigada a pagar essa “taxa”, pois o empreendimento é associado com o governo. Porém, como nosso morador não poderia pagar as benditas taxas de ocupação, já que estaria obrigado a isso se comprasse o apartamento, decidiu comprar uma casa em Nova Parnamirim, município que integra a região metropolitana de Natal (RN). Ela é boa, bem semelhante à que tinha e até um pouco maior. Só é longe de tudo, sobretudo dos seus familiares, vizinhos e da praia de Ponta Negra.

Esse cenário é ficcional, mas representa bem a lógica de funcionamento dos terrenos de marinha. Sempre foi assim e... complete a sentença não com o desejo ou aspiração, mas em conformidade com a genealogia dos terrenos de marinha.

De nossa parte, queremos apenas voltar a dar razão à constatação de Dominginhos, especialmente nos espaços demarcados como terrenos de marinha e onde já se realizaram as atividades de cadastramento e “regularização” de ocupações.

Pode haver um “pobre” que, por teimosia, atrevimento ou resistência, ainda esteja por lá, mas resta esperar que o dispositivo funcione como sempre funcionou, robustecido que foi pela Lei n.º 13.813/2019, para que todos sejam recolocados no devido lugar e se restaure a ordem “natural” das coisas que, finalmente, apontará o infeliz acerto da já referida canção.

E convém ressaltar que nada do que foi analisado ocorreu por acaso, mas, ao contrário, tudo foi produzido, ou seja, tudo aconteceu e, o que é mais importante, de acordo com a lei, podendo-se arriscar dizer que aconteceu sobretudo em razão dela. Essa constatação, por conseguinte, reforça o argumento de Foucault, no sentido de que a lei funciona para promover a gestão de ilegalismos, conforme já havíamos constatado ao analisar o sistema de sesmarias portuguesas (na sede da Coroa e na América portuguesa) e a transição para o regime de propriedade na legislação brasileira, após 1850.

Os terrenos de marinha, tendo seu regime jurídico recorrentemente modificado apenas para subsistir funcionando, faz parte do dispositivo de agenciamento dos espaços costeiros, que funciona, desde 1809, para destiná-los a quem “mais possa oferecer por eles”, ainda que o resultado dessa oferta não seja, como restou demonstrado, um resultado positivo em termos de arrecadação de receitas patrimoniais.

Essa é sua função social, pois para isso eles foram inventados e funcionam, muito bem, até os dias atuais. Nunca foi diferente e, se ainda, houver dúvidas, resta fazer aquele cogitado passeio pelo calçadão da Treze de Julho (Aracaju – SE), de Ponta Negra (Natal – RN), de Boa Viagem (Recife - PE), da Copacabana (Rio de Janeiro (RJ)).

E se cogitado questionar se os terrenos de marinha não funcionariam também para outras coisas, a resposta seria óbvia: claro que funcionam. Faz parte da estratégia por ele implicada apresentar, episodicamente, outros “resultados”, senão não haveria como se manter esse instituto por tanto tempo. Mas sua função social, aquele papel para o qual eles foram inventados (e que eles cumprem muito bem) é configurar a orla marítima a partir de critérios censitários, seja para fins residenciais (especialmente para esses) ou para o desenvolvimento de atividades econômicas⁸⁵².

Mas para não concluir esse tópico de resultados com a sensação de desalento, convém registrar que nenhum dos acontecimentos analisados nesta tese foram inevitáveis. Reflitamos sobre isso durante o sugerido passeio.

⁸⁵² É por isso que a construtora tem isenção, mas a soverteria do sobrinho do nosso morador, não.

6. O que fazer?

“Existem momentos na vida em que a questão de se saber se se pode pensar diferente do que se pensa, e perceber diferente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar e refletir.”

Michel Foucault

O presente tópico recebe a mesma denominação daquele que encerrou os capítulos de desenvolvimento de nossa Dissertação de Mestrado, o qual foi desenvolvido perante o Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Sergipe (UFS), com conclusão em fevereiro de 2015. Naquele trabalho, especificamente naquele tópico, dispusemos a elencar determinadas providências que, a nosso ver, poderiam contribuir para o aprimoramento do processo de demarcação dos terrenos de marinha.

Como “justificativa geral” para elaboração daquele tópico, poderia ser apontada a intenção de retribuir a União (e a sociedade, indiretamente) em razão de aquele ente custear o funcionamento da UFS, patrocinando, assim, os estudos e a pesquisa desenvolvida perante aquela instituição pública de ensino. “O que fazer”, uma espécie de “*checklist*” contendo um resumo das proposições⁸⁵³ que a União deveria adotar ao desenvolver a atividade demarcatória, pretendeu ser um “manual de instruções” do “produto” a ser “entregue” em razão da conclusão do Curso.

Para além daquela “justificativa geral”, havia outra (ou outras), que se podia qualificar como “pessoal”, a qual consistia no pensamento (ou crença), de que uma fase propositiva é essencial em qualquer trabalho de conclusão de curso. Afinal de contas, causa estranheza desenvolver uma pesquisa, ultimá-la com um escrito (longo, como foi também a dissertação do Mestrado), mas não sugerir o que se deva fazer com ela ou em função dela.

Para nossa “sorte” (deste autor e dos que leem este novo tópico “O que fazer”), a presente Tese de Doutorado foi desenvolvida sob a influência da obra de Foucault, o que inclui o Prefácio à segunda edição de *A história da loucura*. O resultado disto, do encontro com

⁸⁵³ “Proposições” são diferentes de conclusões, estas que devem, por disposição normativa da UFS, constar em resumo na parte final do trabalho, após os capítulos de desenvolvimento, ou seja, nas *Considerações finais*. As tais proposições seriam, destarte, providências práticas destinadas ao aperfeiçoamento do processo de demarcação dos terrenos de marinha.

aquele Prefácio, foi a compreensão de que o autor, apesar de autor, e exatamente por ser autor, deixa de ser proprietário do que escreve na medida em que escreve. E, mais que isso, por ser autor, e apenas autor, não pode funcionar como legislador, juiz ou curador, ocupando-se em dizer como se deverá interpretar ou como se deverá usar aquilo o que foi escrito e, por meio da escrita, “auto-expropriado” do autor.

A confrontação com aquele reticente⁸⁵⁴ e estranho Prefácio, promoveu a nossa conformação com aquilo que poderia “causar estranheza”, de maneira que este tópico “O que fazer”, apesar de assim denominado, não cuidará de apontar “providências” que poderiam ser adotadas para o aprimoramento do regime jurídico dos terrenos de marinha.

E por que não dizer “o que fazer”?

Para essa questão poderiam ser apresentadas diversas respostas, mas nos limitaremos a consignar duas razões que consideramos suficientes e idôneas para justificar a anunciada abstenção. A primeira delas tem a ver com o fato de esta pesquisa ter sido desenvolvida, como dito há pouco, sob a influência de Foucault, o qual, dentre tantos aspectos que desaprovava na postura de alguns intelectuais e acadêmicos, criticou especialmente a pretensiosa aptidão para “falar pelos outros”, notadamente outros não intelectuais ou acadêmicos, ainda que supostamente “em defesa” destes.

Apesar de intelectual militante, que considerava o interesse pela política uma consequência necessária da vida (e prática) intelectual⁸⁵⁵, Foucault compreendia não dispor da

⁸⁵⁴ Foucault não pretendia fazer um novo prefácio à segunda edição. Por insistência do editor, fê-lo, mas pelo menos foi curto, como ele disse. Curto e genial, diria eu.

⁸⁵⁵ Sobre essa obrigação, cuja expressão não é usada com exagero, pois ratificada pelo próprio Foucault, é oportuno transcrever trecho do debate entre ele e Noam Chomsky, intermediado pelo filósofo holandês Fons Elders, ocorrido na Escola Superior de Tecnologia de Eindhoven (Países-Baixos), em novembro de 1971. A citação é longa, mas necessária, pois a paráfrase possivelmente comprometeria a integridade e a propriedade do texto: “**Elders**: Bem, vamos passar agora para a segunda parte da discussão, para a política. Antes de mais nada, gostaria de perguntar ao senhor Foucault por que ele se interessa tanto pela política, porque ele me disse que, na verdade, gosta muito mais da política do que da filosofia. **Foucault**: Em todo o caso, eu nunca me preocupei com a filosofia. Mas isso não é o problema. [Ele ri.] Sua pergunta é: por que tenho tanto interesse pela política? Porém, se eu fosse dar uma resposta bem simples, eu diria o seguinte: *por que* eu não deveria me interessar? Em outras palavras, que cegueira, que surdez, que densidade ideológica teria de me prostrar para impedir que eu me interessasse por aquilo que é provavelmente o tema mais crucial de nossa existência, em outras palavras, a sociedade em que vivemos, as relações econômicas em cujo interior ela funciona e o sistema de poder que define as formas e as permissões e proibições regulares de nossa conduta. Afinal de contas, a essência de nossa vida consiste no funcionamento político da sociedade na qual os nos encontramos. Assim, não posso responder à pergunta: por que eu deveria me interessar pela política? Só poderia responder com outra pergunta: por que não? **Elders**: Você está obrigado a se interessar, não é isso. **Foucault**: Sim, pelo menos não existe nada de estranho aqui que vale a pena perguntar ou responder. O que constitui um problema é o desinteresse pela política. Portanto, em vez de dirigir a pergunta mim o senhor deveria perguntar alguém que não esteja interessado pela política, e, então, sua pergunta seria bem fundamentada e o senhor teria o direito de dizer: ‘Nossa, por que diabos você não está interessado?’ [Eles riem e o público também] (CHOMSKY; FOUCAULT, 2014 [1971], pp. 46-47).

prerrogativa de tutelar ou “pastorear” as pessoas em suas deliberações, orientando-as (ou as governando?!) e ser “agente da consciência” pelo “simples” fato de ser intelectual⁸⁵⁶ e acadêmico. Por essa razão, denunciou, ao tornar visível o que já era visível, porém normalizado, os procedimentos de controle dos discursos, como as sociedades de discurso e o poder pastoral, que funcionavam limitando o universo daqueles que teriam aptidão para participar das deliberações públicas.

Destarte, para não contrariar essa a orientação que acreditamos poder extrair da obra de Foucault, mas sobretudo para ser coerente com o que a obra de Foucault (re)constituiu de subjetividade no autor desta pesquisa, é importante não se (re)produzir aqui um elenco de medidas semelhantes àquele constante na pesquisa anterior, que tratou do processo de demarcação dos terrenos de marinha.

Como segunda razão para tanto, deve-se dizer que deliberar sobre “o que fazer”, que consubstanciaria uma propositura de ser diferente (novo), ou seja, uma mudança daquilo que os terrenos de marinha são no presente, pressupõe o conhecimento adequado deste “ser no presente”. Sem este conhecimento, nenhuma deliberação poderia ser considerada legítima, ou seja, decorrente de um procedimento legítimo, mas, se muito, uma decisão legitimada por um procedimento (ilegítimo), para invocar ao menos mais uma vez o tirocínio de Habermas.⁸⁵⁷

Rememoremos aquilo que dissemos ao justificar a realização desta Tese, no que concerne à escassez de pesquisas e obras doutrinárias sobre os terrenos de marinha; e, além disso, o registro feito especialmente no *Capítulo Terceiro*, quanto à necessidade de revisar determinados aspectos contidos em narrativas elaboradas sobre o instituto em questão. Essas circunstâncias apenas reforçam a propriedade do argumento quanto à imperiosa necessidade

⁸⁵⁶ Em um trecho de sua conversa (entrevista) com Gilles Deleuze, publicada sob o título “Os intelectuais e o poder”, Foucault deixa claro que a teoria é uma prática, a qual é distinta e vai muito além do dizer o que fazer. A transcrição não é breve, mas oportuna: “Ora, o que esses intelectuais descobriram depois da recente arremetida é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muitíssimo bem. Mas existe um sistema de poder que barra, interdita, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não está apenas nas instâncias superiores da censura, mas que se enterra muito profundamente, muito sutilmente, em toda a rede da sociedade. Eles próprios, intelectuais, agentes da “consciência” e do discurso faz, ela mesma, parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de posicionar “um pouco à frente e um pouco ao lado” para dizer a verdade muda de todos; é antes de lutar contra as formas de poder ali onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento disso: na ordem do “saber”, da “verdade”, da “consciência”, do “discurso”. É nisso que a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará a uma prática; ela é uma prática.” (FOUCAULT, 2010 [1972], pp. 37-38).

⁸⁵⁷ Conforme consignado no tópico Genealogia da Arqueogenealogia a partir de Foucault, Habermas perdeu para Foucault o lugar de referencial teórico principal para o desenvolvimento desta pesquisa. Talvez por culpa, talvez para não perder a oportunidade de, finalmente, poder falar daquilo que pretendia até o momento da banca de seleção para ingresso no PRODEMA, faço referência as questões relacionadas à legitimidade do procedimento e legitimidade pelo procedimento.

de, antes de deliberar o que poderiam vir a ser os terrenos de marinha, conhecer e fazer conhecer melhor o que foram, o que são e, ainda, o que eles não são.

E para fundamentar melhor essa segunda razão, melhor invocar a fala de Foucault (2011 [1984], p. 278) consignada em *A coragem da verdade*:

E essa prática da verdade que caracteriza a vida cínica não tem por objetivo simplesmente dizer e mostrar o que é o mundo em sua verdade. Ela tem por objetivo, por objetivo final, mostrar que o mundo só poderá alcançar sua verdade, só poderá se transfigurar e se tornar outro para alcançar o que ele é em sua verdade à custa de uma mudança, de uma a alteração completa, a mudança e a alteração completa que temos conosco. E é nesse retorno de si a si, é nesse cuidado de si que se encontra o princípio da passagem para esse mundo outro prometido pelo cinismo.

Embora no trecho antes transcrito Foucault se refira a um ser *pessoa* (sujeito, “si”), é lícito e adequado considerar que o raciocínio possa ser aplicado a um ser *coisa*, no caso em apreço, o instituto jurídico dos terrenos de marinha. Destarte, para que se possa decidir *se* e, eventualmente, *o que* se deve *alterar* nesse instituto, há de se ter bem claro, bem visível, *o que*, *por que*, *como* e, ainda, *em favor de quem* ele é o que *é no presente*.

E foi para se debruçar sobre essas questões que se empreendeu essa pesquisa, da qual resultou a elaboração do presente escrito.

Diante de tudo aduzido, como “produto” a ser entregue ao Estado (União, no caso) como retribuição por ter viabilizado esta pesquisa, entendemos que a “simples” análise genealógica dos terrenos de marinha é a contrapartida que deve ser ofertada, restando-nos desejar que seja ela achada suficiente, pois, como disse Foucault (2010 [1972], p. 106), a análise pode e deve ser utilizada como “um multiplicador das formas e domínio de intervenção da ação política;”.

Nada obstante isso, o fato de não se querer, melhor dizendo, de não se dever formular proposições, prescrições de “dever ser”, não inviabiliza que, neste momento, sejam aduzidas algumas questões que podem se prestar a contribuir para o debate que, necessariamente, deve preceder eventuais deliberações sobre o tema.

Não seria impropriedade afirmar, admitimos desde já, que a “singela” formulação de questões termina por funcionar como uma espécie de fio condutor, ocultando, nessa aparentemente desinteressada proposta de “contribuição”, um instrumento de “pastoreio” das pessoas que eventualmente se dispusessem participar desse debate e que, para tanto, orientassem-se pelas questões adiante aduzidas. E é certo, também, que essa prévia confissão não imuniza de críticas a intenção de “orientar” o debate, que poderia ser qualificada (talvez

Foucault o fizesse) de “armadilha retórica”⁸⁵⁸. Em todo caso, ela serve ao menos de alerta para essa circunstância e, ao torná-la (mais) ostensiva, estimula a adoção de um juízo crítico também em relação às questões.

Além desse alerta, as questões foram pensadas (pelo menos queremos crer que foram... ou queremos fazer crer que foram[?!?]) para propiciar respostas abertas que, mais que responder, terminam por demandar outras questões e reflexões.

Em todo caso, mesmo que como autor do escrito não estejamos autorizados a determinar como ele deve ser interpretado ou utilizado, a condição de participante do debate, como igual (não como um “especialista”) integrante da sociedade, legitima a formulação de questões, ou ao menos, para nós, justifica essa crença.

Feitas essas considerações, acompanhadas de algumas confissões, passemos, pois, às questões.

A primeira delas, certamente a mais óbvia e recorrente, é a que diz respeito à necessidade de esse instituto continuar a existir. Essa questão é bastante pertinente, sobretudo se considerarmos o fato de que a invenção do instituto remonta ao ano de 1809 e, desde então, seu regime jurídico conserva parte significativa do modelo estabelecido no início do século XIX, especialmente no que se refere aos elementos conceituais, bem como aos critérios e aos instrumentos de destinação.

Um bom ponto de partida para o debate dessa questão seja, talvez, investigar como os demais países disciplinam o aspecto dominial de suas áreas costeiras. A experiência estrangeira, cuja irrefletida transposição não se cogita sugerir, pode apresentar, notadamente se considerarmos o fato, já registrado e fundamentadamente demonstrado ao longo do texto, de que nenhum país do mundo, com exceção do Brasil, possui instituto idêntico ou essencialmente semelhante aos terrenos de marinha.

A questão da existência, melhor dizendo, da subsistência do instituto, é a que primeiro deve ser enfrentada, uma vez que ela seria logicamente prejudicial às demais, em caso de se concluir pela necessidade e interesse de se promover a extinção dos terrenos de marinha.

Não obstante, não se deve ignorar o fato de que, em caso de se optar pela sua extinção, as áreas a eles correspondentes no momento da entrada em vigor da norma extintiva, que necessariamente haveria de ser uma emenda à CRFB/1988, não seriam subtraídas

⁸⁵⁸ Armadilhas retóricas, segundo Foucault (2010 [1977], p. 102), são aquelas que “procuram seduzir o leitor sem que ele esteja consciente da manipulação, e acabam por ganhá-lo para a causa dos autores contra sua vontade.”

automaticamente do acervo imobiliário de bens da União, a não ser que aquela mesma norma dispusesse também em relação à transferência do domínio de tais áreas a outro ente federativo ou, ainda, a particulares (foreiros, ocupantes, etc.). Com efeito, se a norma extintiva fosse silente sobre a questão (da transferência dominial), o resultado prático dela decorrente seria a mudança de fundamento do título de propriedade da União, que, em lugar de se justificar no art. 20, inciso VII, da CRFB/1988, teria fundamento no inciso II, daquele mesmo artigo. Além desse efeito, e o que é mais importante, seria a possibilidade de alienação do domínio pleno dessas áreas, o que hoje por força do que dispõem o artigo 49, §3.º, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCTs), torna-se inviável, ao menos nas áreas que se situam na faixa de segurança, a partir da orla marítima.

Por conseguinte, a opção pela extinção dos terrenos de marinha conduziria, necessariamente, a outra questão: o que fazer com as áreas a eles correspondentes? Manter sob o domínio da União? Transferir para outro ente federativo? Qual deles, então: o estado ou o município? E por que não transferir aos particulares, estabelecendo critérios para essa transferência ou afirmando que as áreas poderiam ser adquiridas pelas regras ordinárias de aquisição originária?

Enfrentada e, eventualmente, superada a questão relativa à subsistência do instituto, e para hipótese de se entender que o instituto deve continuar a existir, colocam-se outras relacionadas ao modelo de utilização mais adequado ao cumprimento do comando constitucional no sentido de que toda propriedade, pública ou particular, deve cumprir uma função social (“socioambiental”). Nesse caso, a questão preliminar e, por isso mesmo, prejudicial a qualquer outra, deve ser a que se relaciona à amplitude do interesse público que justificou a manutenção do caráter de propriedade pública para os terrenos de marinha.

Historicamente, e com procedência parcial, argumenta-se que a gestão das áreas costeiras se relaciona bem de perto com as questões relacionadas à segurança, tanto que o próprio texto constitucional, conforme consta no há pouco referenciado, art. 49, §3.º dos ADCTs, faz referência à “faixa de segurança, a partir da orla marítima.”⁸⁵⁹ E, muito em função desse argumento (de outros também, não se nega, mas mais desse), advoga-se que o “interesse nacional” justificaria manter a União como proprietária dos terrenos de marinha, inclusive com o acréscimo de que aquele ente pode conferir a administração de determinados espaços aos estados ou ao município.

⁸⁵⁹ Sobre a impropriedade de considerar esta faixa de segurança apenas, ou sobretudo, a partir de um critério da segurança militar, remeto o leitor ao tópico 5.1. deste Capítulo Terceiro.

Mas, se considerarmos o fato de que a “simples” gestão confere ao administrador poderes significativamente mais limitados que os conservados pelo proprietário, haveria, realmente, a necessidade de a União ser mantida no domínio de todas as áreas que, segundo o conceito legal hoje vigente, constituem-se em terrenos de marinha?

Para responder, devemos considerar que há terrenos de marinhas que se situam muito além da orla marítima, como, por exemplo, quase todo bairro da Ribeira, em Natal (RN), parte considerável dos bairros Jardins, em Aracaju (SE), e Boa Viagem, em Recife (PE). Questiona-se, então, se toda a faixa de terrenos de marinha que compreende as áreas acima mencionadas, exemplificativamente, relaciona-se a algum interesse nacional? Se o critério que deve orientar a distribuição do acervo imobiliário entre os entes da Federação é a amplitude do interesse, seria necessário conservar todos aqueles terrenos de marinha e seus acrescidos sob o domínio (que é mais que a “simples” gestão) da União?

Esse interesse nacional, se existente, teria que natureza? Para algumas áreas, pelo menos, esse interesse seria eminentemente patrimonial (fiscal), relacionado aos problemas de déficit orçamentário da União? Mas, se a União, sob o aspecto patrimonial, é o ente que se encontra em “melhor” situação, não seria mais consentâneo com o modelo federativo prestigiar os outros entes, que estão em pior condição? E por que não, também para algumas áreas, conferir o domínio pleno aos particulares, observando-se determinados critérios, desonerando-os como “contribuintes”⁸⁶⁰?

Se compreendido que não há interesse nacional que justifique a manutenção de toda a faixa de terrenos de marinha sob o domínio da União, seria possível considerar que o comando constitucional que afeta aos municípios as questões relacionadas ao uso e ocupação do solo urbano, não seria fundamento suficiente para justificar a transferência do domínio (que é mais que gestão, repita-se até ser compreendida e bem fixada a distinção) para estes entes?

Questionando em outros e mais diretos termos, administrar os terrenos de marinha não situados na “faixa de segurança”, não seria um problema eminentemente local relacionado à ordenação do solo urbano? Se a resposta for sim, tais áreas não deveriam pertencer (que é mais que simplesmente ser administradas pelos) aos municípios?

⁸⁶⁰ Os encargos decorrentes da utilização dos terrenos de marinha não são tributos, por isso o emprego das aspas. Mas a expressão mais adequada para o caso, embora com a ressalva das aspas, era contribuintes, pois denota melhor que outra (ocupante, foreiro etc.) a ideia de fazer frente a um encargo financeiro para com o estado, ainda, de que em relação a uma receita não tributária.

E sobre o eventual questionamento em relação à capacidade dos municípios para fazer frente à responsabilidade decorrente da condição de proprietários (mais que gestores) dos terrenos de marinha, seria lícito à União suscitar essa suspeição? Logo ela, que não conseguiu, em mais de 200 (duzentos) anos, identificar toda a faixa correspondente àqueles bens, tampouco promover o cadastramento dos respectivos ocupantes? Há idôneas razões para acreditar que os municípios, que já administram o cadastro imobiliário urbano e promovem o controle do uso e da ocupação do solo, administrariam os terrenos de marinha pior do que a União (Coroa portuguesa, Império brasileiro e República) fez ao longo desses mais de dois séculos? Em que fatos se sustenta a crença (fé?!) de que a União fará (poder, sabemos que pode; mas a questão posta não é de possibilidade, mas de probabilidade) mas melhor do que fez em 200 anos ou melhor do que poderiam os municípios (estados ou mesmo os particulares) fazer?

Não temos respostas prontas para as questões antes formuladas, mas certamente poderemos afirmar que não há respostas simples, que coubessem no modelo “o que fazer”.

O regime jurídico dos terrenos de marinha é amplo e, ao mesmo tempo, repleto de especificidades. Mas o que torna mais custosa a reflexão sobre o tema é a complexidade de realidade concreta que esse regime produziu em mais de 200 anos de história.

Essa aridez do tema, se inequivocamente dificulta, não inviabiliza a compreensão, pela população em geral, ao menos daquelas questões mais gerais e que, no fim das contas, são as mais relevantes, pois dizem respeito à subsistência do instituto, à transferência de domínio a ente diverso da União ou, ainda à necessidade de alterações relacionadas à vocação de destinação. E como se trata de um tema que interessa à sociedade em geral, que compreende as corporações da indústria naval ou do transporte marítimo, bem como os pescadores da Colônia Z-34 em São Miguel do Gostoso (RN), por exemplo, o que não se pode admitir é que a dificuldade seja apresentada como obstáculo intransponível à participação da população e, por isso, invocada como justificativa para limitar o debate àqueles(as) que se apresentem (como) ou sejam tidos(as) por especialistas no assunto.

Diante de tudo neste tópico, que não conduz (e que não tinha a pretensão de conduzir) a qualquer resposta ou proposta de aperfeiçoamento para o instituto, há uma coisa que nos atrevemos a afirmar: a certeza quanto à necessidade de que qualquer alteração desse regime seja precedida de um debate sério do ponto de vista democrático, o qual, além dos já mencionados “especialistas”, deve ser desenvolvido com efetiva participação de toda a sociedade, pois o assunto a todos deve interessar.

V. CONCLUSÕES... OU CONSIDERAÇÕES PRESENTES

Finalmente? Não totalmente. Será preciso voltar a este “voltar”. Mas antes, um momento de descanso.

*Michel Foucault,
Theatrum Philosophicum (1975).*

Há várias questões que se apresentam quando uma tese de doutoramento, ou um trabalho qualquer de conclusão de curso, encaminha-se para o seu final. Sempre haverá algo a ser dito e, é fato (que pode ser triste, talvez, mas não deixa de ser um fato), que pudesse ser dito de outro modo, quicá de um modo melhor, mais completo ou mais correto. Em razão disso, em lugar de elaborar “*Considerações Finais*” ou “*Conclusões*”, talvez fosse mais apropriado apresentar “*Considerações Presentes*” ou, então, apenas “*Considerações*”, pois dessas expressões já se deduz que o conteúdo escrito não se reveste de definitividade.

Mais tormentosa que essa questão relacionada ao nome deste momento da pesquisa, é a que diz respeito à decisão do conteúdo que deve ser aqui (re)apresentado. Essa dificuldade é bem diferente da enfrentada ao longo do desenvolvimento do trabalho, que se refere à construção do conteúdo em si e compreende a pesquisa, a reflexão para elaboração do pensamento e, finalmente, a conversão do pensamento em texto.

Talvez o leitor nem perceba a distinção ou a dificuldade, pois pode utilizar o tamanho do trecho escrito como critério para avaliar o trabalho envolvido em sua produção. Mas é inequívoco que, para o autor, o ato de selecionar é especialmente complicado, na medida em que, se ele cuidou de registrar algo nos capítulos de desenvolvimento, significa que considerou relevante, de maneira que lhe custa, ao final, ser mais rigoroso com o exame daquilo que escreveu e, porque escreveu, pelo que se afeiçoou (afeiçoou-se, sim, senão, não teria escrito).

Não se quer sugerir que escrever *Conclusões*, *Considerações Finais* ou *Considerações Presentes*, exija maior dedicação de tempo, demande mais esforço (físico e cognitivo) ou cause mais ou menos sofrimento que a pesquisa (para) e a escrita dos capítulos de desenvolvimento, notadamente quando se trata de uma tese de doutoramento. Na verdade, o que se quer ressaltar é a distinção quanto à “natureza”, quanto à qualidade da dificuldade, que neste momento consiste supostamente em selecionar, em escolher para (re)escrever, mas que, no fim das contas, é um trabalho de não selecionar, de excluir a condição de algo importante, de reconhecer que

foi importante para os capítulos de desenvolvimento, mas não tanto para ser consignado nas “*Considerações Presentes*” apresentadas ao final do trabalho.

Para o enfrentamento dessa dificuldade de seleção, recorreremos, inicialmente, às disposições regulamentares do Programa, especificamente o já mencionado *Manual de Elaboração para apresentação do projeto de qualificação e tese do PRODEMA*, que prescreve o seguinte:

2.2.5 Conclusões

Destacam-se as ideias centrais das deduções lógicas baseadas e fundamentadas no texto, decorrentes das comprovações obtidas em consonância com os objetivos e as hipóteses da pesquisa. Devem ser sucinta e justificada adequadamente nas discussões dos resultados.

Com a devida vênia, não há como aplicar integralmente essas orientações à presente Tese, por serem, muitas delas, incompatíveis com a abordagem proposta para esta pesquisa. O Manual do PRODEMA alude a “deduções lógicas”, “comprovações” e “discussões de resultados”, pressupondo que todo trabalho deva conter esses elementos. Rememoremos que as pesquisas do Programa devem ter enfoque inter ou transdisciplinar, de maneira que nem todo escrito que as ultime poderá contemplar aqueles elementos, ao menos não sem forçar uma correspondência meramente formal. É hora, talvez, de pensar em uma reelaboração desses normativos, sem pressa e com muito cuidado, de modo que eles se prestem efetivamente a orientar a elaboração e apresentação das pesquisas.

Feitas essas ressalvas, e atento à abordagem que orientou esta pesquisa, cujas análises não correspondem a “deduções lógicas” ou “comprovações”, o que se pode aproveitar das disposições do Manual acima transcritas é apenas a indicação de que sejam apresentadas as “ideias centrais”, selecionadas como “principais conclusões”. Portanto, serão as ideias com tal qualificação serão registradas neste momento da Tese.

Antes de prosseguir, porém, com o elenco das “ideias centrais” que foram selecionadas para ser (re)apresentadas nestas “*Considerações presentes*”, é oportuno consignar que se trata de *uma* “seleção” e, mais que isso, da *nossa* (do autor desta pesquisa) seleção, que leva em conta, como o próprio nome escolhido para este tópico sugere, o momento *presente*. Isso significa que, como seleção (e exclusão) que é, ela deixou de fora várias outras ideias “não-centrais”, mas que têm sua importância e por isso foram registradas nos capítulos de desenvolvimento.

Significa, também, que, por ser a **nossa** seleção, pode haver divergência quanto à qualificação como “ideia central”, já que o critério entendido como pertinente para orientar o ato de escolha dependerá dos interesses e do lugar institucional de quem lê. Isso exige, por conseguinte, um certo grau de tolerância na avaliação desta seleção, ao passo em que recomenda a leitura de tudo o que foi escrito antes do presente capítulo, já que é possível que neles existam ideias que, a partir de outros critérios, sejam eventualmente consideradas “centrais” ou “mais importantes” do que as aqui (re)apresentadas.

Por fim, o fato de algumas ideias serem qualificadas, aqui e agora, como “centrais”, não estabelece para nós um compromisso de lhes preservar tal condição. Oportunamente, elas podem deixar de ser compreendidas como merecedoras dessa consideração, seja em razão de que, por continuar a pensar e, por conseguinte, a pensar diferente, poderemos mudar a avaliação quanto às ideias que deveriam ser destacadas nestas *Considerações*, ou, ainda, por passar a considerar que algumas delas passaram a ser equivocadas, ou mesmo que sempre foram, embora, antes, não tivéssemos tal discernimento.

Feitas as considerações e advertências, passemos às “ideias centrais”.

A história é uma invenção.

Com Foucault, consideramos que a história é uma invenção. Ela é uma invenção não porque seja falsa, mas porque inventada, ou seja, criada pela ação deliberada de quem se dispõem escrevê-la. É inventada, pois produzida com a finalidade de constituir monumentos, de produzir acontecimentos e pretender que eles sejam considerados verdadeiros.

A propriedade é uma categoria histórica; portanto, também uma invenção.

Tal como a história, consideramos que a propriedade, por ser categoria histórica, é também uma invenção. Ela foi inventada, pois produzida pela ação deliberada de quem pretendeu dispor de determinado(s) bem(ns) com exclusividade, promovendo, portanto, a exclusão desse(s) bem(ns) do usufruto comum ou coletivo.

A propriedade, exatamente porque inventada, não existiu desde sempre, nem em todo lugar. Mas onde existiu, não se limitou àquilo que recorrentemente se diz dela, ou seja, à ideia de propriedade no modelo europeu ocidental.

A função social (“socioambiental”): a determinação pela lei, a armadilha retórica e a possibilidade de funcionar como instrumento de governamentalidade.

A função social, porque elemento integrante do próprio direito de propriedade, é também uma invenção. Sob o argumento de que a propriedade privada, como concessão da coletividade, deveria estar condicionada aos interesses da sociedade (mais geral), desenvolveu-se a ideia de que a propriedade, como direito, pressupõe o exercício em conformidade com a noção de solidariedade social.

Constitucionalizada como princípio, mas em razão de que, talvez, a Constituição não tenha dito tudo o que se desejaria, o conteúdo material da função social termina por ensejar sua determinação por obra do legislador ordinário, embora este deva observar os requisitos estabelecidos no texto constitucional, especialmente no art. 186. Por conseguinte, considerando o jogo de forças que implica o processo legislativo, que expõe o parlamento, inevitavelmente, a influências de todo o tipo, positivas ou negativas, é necessário cogitar que as regras jurídicas que disponham sobre a função social da propriedade “não sejam, ou não sejam sempre, manifestações tendentes a realizar a ideia de solidariedade social”⁸⁶¹.

Consideramos, ainda, que nem mesmo a agregação do elemento “ambiental” à função social é suficiente para garantir que ela, necessariamente, associe-se à ideia de bem-estar coletivo. Em vista da amplitude conceitual dos requisitos constitucionais estabelecidos para a função social, o discurso informado pela noção de sustentabilidade pode comportar “armadilhas retóricas”, funcionando, nessas circunstâncias, como instrumento de governamentalidade.

A constituição da propriedade pública no Brasil: o fundamento, a lógica censitária e a dianteira em função do cabedal

A constituição da propriedade no Brasil, especialmente a pública, teve como fundamento o instrumento político, jurídico e religioso que se convencionou chamar de Tratado de Tordesilhas, o qual, funcionando como uma espécie de “testamento de Adão”, concedeu ao soberano português os direitos sobre a propriedade das terras que hoje chamamos de Brasil.

Desconsiderando o fato inequívoco de que na terra então “achada” havia um contingente populacional muito superior ao do país de onde vieram os “descobridores”, Dom Manuel, Rei de Portugal, consolidou “seu direito” em relação às “novas” possessões em 22 de abril 1500,

⁸⁶¹ O trecho entre aspas é uma autocitação de trecho que consta originariamente no subtópico 3.4.3 do Capítulo Primeiro.

valendo-se de uma sofisticada elaboração, cujo dispositivo funcionava a partir do entrelaçamento dos discursos econômico, religioso, político, jurídico e militar.

A conquista das terras da América portuguesa (“Brasil colônia”), retoricamente qualificada de colonização, principiou-se com “expropriação” dos habitantes do “Brasil antes de Cabral”, que foram rebaixados discursivamente à condição de tutelados e submetidos a um processo de subjetivação que os fazia pouco mais que coisas.

Nos domínios então integrados à Coroa lusitana, sucederam-se modelos político-jurídicos de organização e agenciamento da vida na colônia americana, os quais sempre orientaram a exploração das terras à extração e à produção de gêneros primários, estabelecendo requisitos censitários para o favorecimento com títulos de propriedade.

Informado por essa lógica, desde a primeira expedição dita colonizadora, foi instituído na América portuguesa o sistema de sesmarias, organizado, com adaptações, nos moldes do que era praticado na sede da Coroa lusitana desde a Lei de Dom Fernando de 1375.

Invocando o simpático argumento de querer fazer produtivas as terras da colônia, o sistema aplicado na América portuguesa constituiu um dispositivo de agenciamento estatal da propriedade imobiliária, estruturando-a para a produção do que hoje chamamos de *comodities* extrativistas e agrícolas, condicionando o acesso à propriedade das terras à comprovação de cabedal, notadamente “peças” de escravaria (indígenas e negros escravizados).

Apesar de suspenso em 1822, e posteriormente extinto pela Lei de Terras de 1850, o sistema de sesmarias portuguesas na América continuou a produzir efeitos, na medida em que aquele diploma legal conferiu aos antigos sesmeiros preferência quanto ao reconhecimento da propriedade. Isso autoriza afirmar que a lógica do cabedal foi atualizada e reproduzida no novo regime instituído em 1850, a despeito do fim do sistema de sesmarias, o que se evidencia na configuração atual da estrutura fundiária do Brasil, baseada historicamente na concentração de terras (ao menos das melhores, as mais agricultáveis).

Em suma, a propriedade, no Direito brasileiro, foi construída por meio da forte implicação dos discursos econômico e jurídico, funcionando como instrumento de agenciamento do acesso à terra, a partir de critérios censitários. Como decorrência, consolidou-se no Brasil uma estrutura fundiária historicamente firmada no latifúndio como elemento nuclear.

Os terrenos de marinha como dispositivo de agenciamento

Reproduzindo a lógica implicada no modelo de sesmarias, o Decreto de 21 de janeiro de 1809, expedido pelo Príncipe regente Dom João VI, observou semelhantes critérios censitários de favorecimento, afirmando que os terrenos a serem demarcados nas praias da Gamboa e Sacco do Alferes, deveriam ser destinados “àqueles que mais pudessem pagar por eles”.

Desde então, os terrenos de marinha foram regulados em conformidade com aquela lógica, tanto que apenas foi cogitada eventual isenção para ocupantes e foreiros dos terrenos de marinha na década de 1980. A dianteira de quase dois séculos estabelecida em favor “de quem mais pode pagar”, autoriza concluir que, de igual modo, os terrenos de marinha serviram de instrumento de agenciamento da propriedade imobiliária, que viabilizou a apropriação de espaços privilegiados, especialmente os endereços à beira-mar.

Essa realidade, construída ao longo de mais de 200 anos de existência dos terrenos de marinha, torna imperiosa a necessidade de dar razão a Dominginhos e Fausto Nilo, quando cantam que “quem é rico mora na praia”; e também a reconhecer o acerto do saudoso e exagerado (não quanto a isso) Cazuzza, quando dizia ver “o futuro repetir o passado”; e, por fim, a concordar com o filho da igualmente saudosa Dona Canô, o qual, em sua poesia cantada *Sampa*, lamenta que “a força da grana (..) ergue e destrói coisas belas”.

Com licença...

Cumprida a obrigação acadêmica de, nestas “***Considerações Presentes***”, apresentar o sumário das “ideias centrais” da Tese, este autor, pedindo vênias para concluir os parágrafos finais em primeira pessoa, gostaria de emitir um juízo de valor, também passível de ser qualificada de “opinião pessoal”, sobre a primeira daquelas questões que formulei no tópico “o que fazer” do capítulo anterior.

Peço licença, ainda, para dialogar comigo mesmo, valendo-me da mesma fórmula a que frequentemente recorri nos Agradecimentos – Parte II.

- Fernando, você acha que os terrenos de marinha deveriam ser extintos ou eles poderiam continuar a existir, se o seu regime jurídico fosse alterado?

- Não sei responder e considero que minha resposta teria quase nenhuma importância, pois não tenho fé que aquilo que eu penso, no momento, poderia repercutir na resposta que eventualmente seja deliberada para essa questão.

- E por que você pediu licença para emitir opinião sobre ela?

- Desejar opinar sobre a questão não significa querer respondê-la. E quis opinar exatamente para dizer que minha resposta, se eu a tivesse dado, provavelmente não seria levada em conta, pois também não tenho fé que um debate sério, do ponto de vista democrático, será realizado sobre o tema. Além do mais, ainda que seja realizado, penso que eventual deliberação será, como desde sempre ocorreu, informada pelo poder que puder mais, que inevitavelmente estará associado a um saber “suficiente”, ainda que outros saberes sejam tidos por alguns por “melhores”.

- Mas você acha que os terrenos de marinha, com o regime jurídico atual, poderiam funcionar para alguma coisa, se essa legislação fosse bem aplicada?

- Mas eles funcionam e, diga-se de passagem, funcionam muito bem, mas para aquilo que eles foram inventados: “ser usados por quem mais puder pagar por eles”.

- Não é disso que eu falo. Você não acha que eles poderiam funcionar para incrementar a proteção dos ecossistemas costeiros, para a implementação de políticas sociais e para arrecadar, sobretudo de quem pode pagar por usar uma área que, no fim das contas, é um patrimônio público?

- Eles não foram inventados para isso. Mas vou complementar essa resposta com outra pergunta: a não ser pela fé (que não tenho), por que acreditar que poderia ser diferente? Se nos mais de 200 (duzentos) anos de existência, eles funcionaram para as mesmas coisas, porque acreditar que agora eles poderiam “funcionar bem” (para outras)?

- Você acha que pode não ser assim como você diz? Cogita que sua resposta possa não ser verdadeira?

- Claro. Não vou, aqui, “dar uma” de Durkheim ou de Gilberto Freyre. Admito que posso estar errado, sim. Embora seja lamentável o que vou dizer, na verdade repetir o que Foucault disse, “a verdade não existe fora do poder ou sem poder”.

- É verdade, ou não... Não sei. Eita. Falei igual ao Caetano agora.

- Então. Penso, essa é a minha opinião, que o porvir do regime jurídico dos terrenos de marinha observará a mesma lógica de agenciamento que informou toda sua história, desde sua invenção, em 1809, até o presente, e que foi e é também a lógica adotada pela legislação brasileira para o direito de propriedade; e, antes disso, que foi também a das sesmarias portuguesas estabelecidas aqui na então colônia americana; e, mais remotamente ainda, a das sesmarias portuguesas da metrópole. Os terrenos de marinha, penso eu, continuarão a funcionar como instrumentos para apropriação e agenciamento de espaços privilegiados em favor de quem mais puder “pagar” por eles (embora muitas vezes sejam dispensados do respectivo pagamento). E seu regime jurídico cuidará de fazer com que tudo isso ocorra “dentro da lei”.

- Mas se eles forem extintos?

- Se eles forem extintos, e as áreas que deixarem de ser terrenos de marinha forem reguladas sob a mesma lógica, a estratégia de agenciamento subsistirá e funcionará do mesmo modo.

- Que triste.

- Triste para quem? Mas se for (na minha opinião, pode ser, mas pouco importa), não deixará de ser o que é apenas por ser triste. E se cantar espanta os males, espanta porque os denuncia primeiro, como fizeram Caetano, Cazuza e Dominguinhos. Prefiro a denúncia e o lamento deles às histórias mal contadas (mas bem elaboradas) de Durkheim e Gilberto Freyre.

- Já vi que você não gosta mesmo de Durkheim e de Gilberto Freyre, pois fala mal deles vez por outra. Mas, falando sério, você não pensa que as coisas podem ser diferentes?

- Vou deixar clara uma coisa: não tenho nada contra Durkheim e Gilberto Freyre, embora eu não fosse querer ser amigo deles. É fato que eu os critico e não engulo muito do que eles escreveram, mas isso é direito meu, pois, além de criticar, digo os porquês de criticar. E quanto às coisas poderem ser ou não diferentes, nunca disse que não poderiam. Se eu pensasse que não, acha que perderia tempo escrevendo sobre esse tema, tanto no mestrado como no doutorado? Mas não tenho a ilusão de que algo possa funcionar de modo diferente, sem que nenhuma mudança estrutural seja produzida por ação humana. As coisas não mudarão, a não ser que sejam mudadas. Sou agnóstico e, além disso, não tenho a mesma fé quase “religiosa” que Durkheim (novamente ele) tinha na “evolução” da sociedade”. Então, não queira que eu tenha uma esperança infundada que, se conforta por um lado, por outro, ilude, conforma e estaciona, sendo, portanto, inimiga capital da mudança pela qual se “espera”. Para que seja diferente, é preciso que aconteça diferente, e aqui voltamos àquela palavra feia inventada por Foucault: “acontecimentalização”. Nada será diferente se não acontecer diferente, ou seja, se não for feito (por alguém) acontecer diferente. Essa é minha opinião.

- Parece pessimista de sua parte... Ainda bem que isso é só uma opinião, a sua opinião; e, não sei se você sabe, mas opinião é diferente de saber, como disse Platão.

- Na verdade, quem disse isso foi Sócrates, pois Platão “apenas” escreveu. E você talvez tenha razão ao dizer que minha opinião parece (ou é) pessimista, mas ela é o que é pelo que eu disse antes dela. Nesse momento, fiz o que o Regulamento do PRODEMA permite, ou melhor, prescreve, já que manda que (re)escreva aqui as ideias centrais. No corpo do texto, escrevi e fundamentei; nestas Considerações Presentes, escrevi, há pouco, dissertando; agora, reescrevi dialogando. Se quiser saber o saber (que, na verdade, será um saber, não o saber) que sustenta essa “opinião”, então vai ter que ler os capítulos anteriores desta Tese. Quis, aqui, apenas dar minha “opinião pessoal”, não a justificar (novamente). Já a dei.”

FIM

VI. REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre. *Et al. Papel da Memória*. 4.^a ed. Campinas: Pontes Editores, 2015
- AGÊNCIA BRASIL. **China lidera os indicadores mundiais de patentes e propriedade intelectual**. Publicação eletrônica da Agência Brasil, vinculada à Empresa Brasileira de Comunicação. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-12/china-lidera-os-indicadores-mundiais-de-patentes-e-propriedade>. Acesso em: 20 dez 2018.
- ALENCAR, José. *Ubirajara*: lenda Tupi. Rio de Janeiro: B. L. Garnier – Livreiro Editor do Instituto Histórico, 1874.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os Índios na História do Brasil no Século XIX**: da invisibilidade ao protagonismo. Revista História Hoje, v. 1, p. n. 2, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/tribunal/Downloads/39-72-1-SM.pdf>. Acesso em: 23 jun 2019.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1974.
- _____. **Freud e Lacan. Marx e Freud**: introdução crítica-histórica. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ANCHIETA, José de. **Arte da gramática da língua mais falada na costa do Brasil**. Lipsia: Officina Typographica de B. G. Teubneb, 1874 [1595].
- ANDRADES, José Bonifácio de (Visconde de Porto Seguro). **História geral do Brasil**: antes de sua separação e independência de Portugal. Tomo segundo. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Casa de E. & H. Laemmert, 1877.
- ANTHERO, Adriano. **A História Econômica**: volume III. Porto: Typographia de A. J. da Silva Teixeira - Sucessora, 1907.
- AQUINO, Felipe. **História da Igreja**: o Papa Alexandre VI. Disponível em: <https://cleofas.com.br/historia-da-igreja-o-papa-alexandre-vi/>. Acesso em: 27 set 2018.
- ARAÚJO, Antônio; SILVA, Antônio Duarte. **O uso de NAPALM na guerra colonial**: quatro documentos. Relações Internacionais n. 22. Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais, jun. 2009.
- ARAUJO, Felipe Fernandes de. **Produção do espaço urbano e processos espaciais em Natal**: o conjunto Ponta Negra em foco. Cad. Metrop., São Paulo, v. 15, n. 30, p. 627-644, Dec. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962013000200627&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 nov 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2013-3012>.
- ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e. **Memorias histórica do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI**. Tomo VII. Rio de Janeiro: Typografia de Silva Porto e C, 1822.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa. **As praias e os dias**: História social das praias do Recife e de Olinda. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2007.
- ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 3.^a ed. Bauru: Edipro, 2009 [1094a].
- _____. **Órganon**. 2.^a ed. São Paulo : Edipro, 2010 [1a, 16a, 24a, 71a, 100b, 164a].
- _____. **Política**. Nova Cultural, 1999 [1252a].

_____. **Retórica**. São Paulo: Edipro, 2013 [1354^a].

ARMITAGE, J.. **História do Brasil**. 2.^a ed. São Paulo: Typographia Brasil de Rothschild & Cia, p. 1914.

ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo, Penguin Classics – Companhia das Letras, 2014.

_____. **O alienista**. São Paulo, Penguin Classics – Companhia das Letras, 2014.

BACON, Francis. **Novo Organum ou Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza**. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1999. Versão eletrônica do livro. Disponível em: http://ufpa.br/ensinofts/cts/francis_bacon_novum_organum.pdf. Acesso: 27 jun 2015.

_____. **O progresso do conhecimento**. Tradução, apresentação e notas de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 2007.

BAIÃO, Antônio. **O comércio de pau brasil**. *In.*: MALHEIRO DIAS, Carlos (org.). História da colonização portuguesa do Brasil. Porto: Litografia Nacional, 1923, pp. 317-347.

BANDEIRA DE MELLO, Affonso de Toledo. **O trabalho servil no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento de Estatística de Publicidade do Ministério da Indústria e Comércio, 1936.

BARBOSA, A. Lemos. **Pequeno vocabulário tupi-português**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.

BARRETO, Tobias. **Um discurso em manga de camisa**. *In.*: Obras Completas IV: Discursos. Aracaju: ECE/Edição do Estado de Sergipe, 1926.

BARROS, João. **Primeira década da Ásia**: Antologia portuguesa organizada por Agostinho de Campos. Paris, Lisboa, Porto e Rio de Janeiro: Livrarias Aillaud, Bertrand, Chardron e Francisco Alves, 1920 [1552].

BARROS, José Carlos D'Assunção. **A Escola dos Annales**: considerações sobre a História do Movimento. *In.*: História em reflexão, Vol. 4 n. 8 – UFGD - Dourados jul/dez 2010. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/953>. Acesso em: 22 jan 2018.

_____. **História Serial, História Quantitativa e História Demográfica**: uma breve reflexão crítica. *In.*: Revista de C. Humanas, Vol. 11, N° 1, p. 163-172, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol11/artigo5evol11-1.pdf>. Acesso em: 23 jan 2018.

BARROS, Maria Emília de Rodat de Aguiar Barreto. **Da linguística imanente à linguística do discurso**: em busca dos ‘fundadores de discursividades’ *In.*: REIS, Mariléia Silva dos; MARIANO, Márcia Regina Curado Pereira; OLIVEIRA, Derli Machado de (Org.). **Leitura & argumentação no ensino de língua portuguesa**. São Cristóvão: Editora UFS, 2015, p. 14-38. Disponível em: <http://www.livraria.ufs.br/produto/leitura-e-argumentacao-no-ensino-de-lingua-portuguesa/>. Acesso em: 15 jan 2018.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Hermenêutica e interpretação constitucional**. 4.^a ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

BEAUCHAMP, Affonso de (autor); FIGUEIREDO, Pedro José de (tradutor e anotador). **História do Brasil, desde o seu descobrimento em 1500 até 1810**: vertida do francês a acrescentada de muitas notas. Tomo I. Lisboa: Tipografia de Desidério Marques Leão, 1822.

BETHEL, Leslie. **História da América Latina**: América Latina Colonial. Volume II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. São Paulo: Editora Vozes, 2015.

BEIRANTE, Maria Ângela. **O Tejo na construção do poder real na Idade Média portuguesa, de D. Afonso I a D. João I**. p. 773-782. In: Revista da Faculdade de Letras-História, II Série, vol. XV, Porto, 1998. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4034.pdf>. Acesso em: 30 jan 2015.

BELLINI, Lígia. **Notas sobre cultura, política a sociedade do mundo português no século XVI**. In.: Tempo. Vol. IV, edição 7. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg7-7.pdf. Acesso em: 11 out 2018.

BENTHAM, Jeremy. *et al.* **O panóptico**. 2.^a ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

_____. *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*. Kitchener (Canadá): Batoche Books, 2000 [1781]. Disponível em: <https://socialsciences.mcmaster.ca/econ/ugcm/3ll3/bentham/morals.pdf>. Acesso em: 8 jun 2019.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Teoria Geral do Direito Civil**. Campinas: Red Livros, [1908] 2001.

_____. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil comentado**. Volume I. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1927.

BÍBLIA. **A Bíblia Sagrada**: contendo o Velho e o Novo Testamentos, com notas explicativas e referências cruzadas das obras-padrão da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. Salt Lake City (Utah, EUA), 2015.

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. São Paulo: Edipro, 2016.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade**: Para uma Teoria Geral da Política. São Paulo: Paz e terra, 1986.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria geral do Direito**. 3.^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2011.

_____. **Teoria Geral do Estado**. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

BORGES, Denilce Rabelo. **As institucionalidades na gestão do território**: dominialidades territoriais sobre os terrenos de marinha de Belém-PA. Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Geografia. Belém: Universidade Federal do Pará, 2012.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: Curso no *Collège de France* (1989-1992). Lisboa: Edições 70, 2012.

BRASIL. Universidade Federal de Sergipe. **Manual de Elaboração para apresentação do projeto de qualificação e tese do PRODEMA**. São Cristóvão: PRODEMA, 2015.

BUENO, Eduardo. **Brasil**: uma história: cinco séculos de uma país em construção. Rio de Janeiro: Leya, 2012.

_____. **A coroa, a cruz e a espada**: Lei, ordem e corrupção no Brasil. Rio de Janeiro: Estação brasil, 2016.

BUENO, Ricardo. **Borracha na Amazônia**: as cicatrizes de um ciclo fugaz e o início da industrialização. Porto Alegre: Quatro Projetos, 2012.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales, 1929 – 1989**: a Revolução Francesa da Historiografia. 2.^a ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

- _____. **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo, Editora UNESP, 2011.
- CALDEIRA, Jorge. **História da riqueza no Brasil:** cinco séculos de pessoas, costumes e governos. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.
- CALDERON, Philippe; EWALD, François. **Michel Foucault por ele mesmo.** Documentário em vídeo. Duração de 1h02min20seg. Ano de produção: 2003. Arquivo do próprio autor. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xkn31sjh4To>. Disponível em: Acesso em: 17 jan 2018).
- CALEIRO, João Pedro. **Os 20 países mais inovadores do mundo (incluindo a China).** Publicação eletrônica da revista Exame, datada de 11 de abril de 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/os-20-paises-mais-inovadores-do-mundo-segundo-o-gii-2018/>. Acesso em: 20 dez 2018.
- CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição.** 7.^a Edição. Coimbra: Almedina, 2003.
- CANOTILHO, J. J. Gomes. **“Brançosos” e Interconstitucionalidade:** itinerários dos discursos sobre historicidade constitucional. Coimbra: Almedina, 2012.
- CAPISTRANO DE ABREU, João *et al.* **Livro de Centenário: 1500 a 1900.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.
- _____. **Capítulos de história colonial: 1500-1800.** Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.
- _____. **Introdução.** *In.*: Diálogos das grandezas do Brasil. Versão digitalizada. Salvador: Progresso, 1956. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000025.pdf>. Acesso em: 29 nov 2018.
- CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa.** São Paulo: Gaia, 2010.
- CARVALHO, Antônio Pedro de Carvalho. **Das origens da escravidão moderna em Portugal.** Lisboa: Typographia Universal, 1877.
- CARVALHO, Carlos de. **O patrimônio territorial da municipalidade do Rio de Janeiro e o Direito Enfitêutico.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.
- CARVALHO, José Murilo de. D. João e as histórias dos Brasis. *In.*: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 28, n.º 56, p. 551-572 – 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v28n56/14.pdf>. Acesso em: 17 abr 2018.
- CARVALHO, Moacyr Ribeiro de. **Dicionário tupi (antigo) – português.** Salvador, próprio autor, 1987.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal.** 2.^a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- CASTELBRANCO, Eduardo Ernesto. **Catálogo do Museu de Artilharia.** Lisboa: Typographia da Direção Geral do Serviço de Artilharia, 1903.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Entendendo o folclore.** *In.*: SILVA, René Marc da Costa. Cultura popular e educação: salto para o futuro Cultura popular e educação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, 2008, pp.21-24.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. **Trançando fronteiras:** Florestan Fernandes e a Marginalização do Folclore. *In.*: Estudos Históricos, vol. 3, n.º 5. Rio de Janeiro, 1990, pp. 75-92. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2296/1435>. Acesso em: 18 jan 2018.

CAVALCANTI, Nireu. Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade, da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. **A reordenação urbanística da nova sede da corte**. p. 149-199. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, n.º 436, jul/set 2007. Rio de Janeiro: IHGB, 2007. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=21>. Acesso em 27 jan 2015.

CAVALCANTI, Themístocles Brandão. **Tratado de Direito Administrativo**. Vol. I: o Estado, estrutura, organização, administração, funções. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1948.

_____. **Tratado de Direito Administrativo**. Vol. V: do domínio público, do poder de polícias e suas manifestações. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1950.

CAZETTA, Luiz Carlos. **Legislação Patrimonial da União**: anotações e comentários às leis básicas. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Secretaria do Patrimônio da União, 2002.

CAZUZA. **O tempo não para**. In.: CAZUZA. **O tempo não para**. Rio de Janeiro: PolyGram; Universal Music, 1988, CD, faixa 6.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 3.ª edição. São Paulo: Contexto, 2014.

CHOMSKY, Noam. FOUCAULT, Michel. **Natureza humana**: justiça vs poder; debate entre Noam Chomsky e Michel Foucault, editado por Fons Eldres. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

_____. **Quem manda no mundo?** 4.ª ed. São Paulo: Planeta, 2017.

CINTA, Assis. **Nossa primeira história**. São Paulo: Cia Melhoramentos, 1922.

CONITEC. **Uso off label**: erro ou necessidade? Revista de Saúde Pública, vol. 46 n.º 2, São Paulo, Abril de 2012, pp. 398-199. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsp/v46n2/it_decit.pdf. Acesso em: 5 nov 2019.

CORRÊA, Ângelo Alves. **Pindorama de Mboia e Íakaré**: Continuidade e mudanças na trajetória dos povos tupi. Tese apresentada para obtenção do título de Doutor em Arqueologia. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/mencoeshonrosas/226910.pdf>. Acesso em: 13 set 2018.

CORTESÃO, Jaime. **A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil**. Paris; Lisboa: Livrarias Aillaud; Bertrand, 1922.

COSTA, Manuel Fernandes. **As navegações atlânticas no século XV**. Venda Nova: Instituto de Cultura Portuguesa (Secretaria de Estado da Cultura, Presidência do Conselho de Ministros de Portugal), 1979.

COURTINE, Jean-Jacques. **Discurso e imagens**: para uma arqueologia do imaginário. In: CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice; PIOVEZANI, Carlos (org.). Discurso, semiologia e história. pp. 143-162. São Carlos: Clara Luz, 2011.

COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. **Ensaio de Antropologia**: Região e raças selvagens do Brasil: memória onde se estuda o homem indígena debaixo do ponto de vista físico e moral, e como elemento de riqueza, e auxiliar para aclimação do branco

nos climas intertropicais. Rio de Janeiro: Typ. Pinheiro & C., 1874.

_____. **O Selvagem**: Curso da língua geral segundo Ollendorf, compreendendo o texto original de lendas tupis; Origem, costume e região selvagem: método a empregar para amansá-los por intermédio de colônias militares e do intérprete militar. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1876.

_____. **Conferência para o tricentenário de Anchieta** - Assunto: Anchieta, as raças e línguas indígenas. São Paulo: Typographia a Vapor Carlos Gerke e Cia, 1897.

_____. **Viagem ao Araguaia**. Edição definitiva. São Paulo: Typ. A. Vap. Espíndola, Siqueira e Comp., 1902.

CRAVO, Ana. **Pequena história do azul**. O azul como imagem e limite do visível: Manlio Brusatin e a perspectiva pictórica. *In.*: Philosophica, 36, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010, pp. 9-23. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/24219/1/Ana%20Cravo.pdf>. Acesso em: 28 set 2018.

CROWLEY, Roger. **Conquistadores**: como Portugal forjou o primeiro império global. São Paulo: Planeta, 2016.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Imagens de índios do Brasil**: o século XVI. Estud. av. [online]. 1990, vol.4, n.10, pp.91-110. ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141990000300005>. Acesso em: 15 out 2018.

CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice; PIOVEZANI, Carlos (org.). **Discurso, semiologia e história**. pp.267-291. São Carlos: Clara Luz, 2011.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **A Constituição na vida dos povos**: da Idade Média ao Século XXI. São Paulo. Saraiva, 2010.

_____. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DaMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6.^a ed. Rio de Janeiro: 1997.

DANTAS, Bastos, Elísio Augusto Velloso. **Da função social da propriedade à função social da posse exercida pelo proprietário**: uma proposta de releitura do princípio constitucional. Revista de informação legislativa, v. 52, n. 205, p. 23-38, jan./mar. 2015. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509941/001032607.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 jul2019.

_____. **Dogmática “opinativa”**: o exemplo da função social da propriedade. Rev. direito GV [online]. 2017, vol.13, n.3, pp.769-795. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v13n3/1808-2432-rdgv-13-03-0769.pdf>. Acesso em: 29 jul 2019.

DANTAS, Ivo. Teoria do Estado contemporâneo. 2.^a ed. São Paulo: Revista do Tribunais, 2010.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. São Paulo: Martin Claret, 2014.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Editora Brasileira, 2013.

_____. GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

_____. **O que é um dispositivo**. *In.*: O mistério de Ariana. Ed. Vega – Passagens. Lisboa, 1996. Disponível em: http://www.uc.pt/iii/ceis20/conceitos_dispositivos/programa/deleuze_dispositivo. Acesso em: 6 fev 2018.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Porto Alegre: L & M, 2015.

_____. **Meditações sobre a Filosofia primeira**. Coleção Multilíngues de Filosofia da UNICAMP, Cartesiana I. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.

DEWULF, Joroen. **Cartas do humanista Nicolau Clenardo sobre Portugal**. *In.*: Os reinos ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao professor doutor Humberto Carlos Baquero Moreno, coordenador por Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral, Maria Fernanda Ferreira Santos; Humberto Baquero Moreno (hom.), Vol. 1, 2003, ISBN 972-26-2134-3, págs. 581-589. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/19733/2/jdewulfcartasdohumanista000082533.pdf>. Acesso em: 28 nov 2018.

DIAS, Carlos Malheiro. **A semana de Vera Cruz**. *In.*: DIAS, Carlos Malheiro; VASCONCELOS, Ernesto de; GAMEIRO, Roque (Orgs). **História da colonização portuguesa do Brasil**: o descobrimento (primeira parte). A epopeia dos litorais. Volume II. Porto: Litografia Nacional, 1923, pp. 73-169.

DIAS, Carlos Malheiro; VASCONCELOS, Ernesto de; GAMEIRO, Roque (Orgs). **História da colonização portuguesa do Brasil**: o descobrimento (primeira parte). A epopeia dos litorais. Volume II. Porto: Litografia Nacional, 1923.

_____. **História da colonização portuguesa do Brasil**: a colonização (segunda parte). A idade média brasileira (1521-1580). Volume III. Porto: Litografia Nacional, 1924.

DIAS, Luís Fernando de Carvalho. **Luxo e pragmáticas no pensamento económico do século XVIII**. *In.* Boletim de Ciências Económicas, Suplemento ao Boletim da Faculdade Direito da Universidade de Coimbra. Vol. IV, n.º 23, maio a dezembro de 1955, pp. 103-146. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/27008>. Acesso em: 22 abr 2018.

DOMINGUINHOS; NILO, Fausto. **Pedras que cantam**. *In.*: FAGNER, Raimundo. Pedras que cantam. São Paulo: BMG, 1991, CD, faixa 9.

DOSSE, François. **História em migalhas**: dos Annales à nova História. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

_____. **História do estruturalismo**. Bauru: EDUSC, 2007.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**: por que oito famílias têm mais riqueza do que metade da população do mundo? 2.ª ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DUGUIT, Leon. **Fundamentos do Direito**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

DUNLOP, C. J. **Apontamentos para a História da iluminação da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1949.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Edipro, 2012.

_____. **Da Divisão do trabalho social**. São Paulo: Edipro, 2016.

_____. **Ética e sociologia da moral**. São Paulo: Martin Claret, 2016.

_____. **Lições de Sociologia**: física dos costumes e do Direito. São Paulo: Edipro, 2015.

_____. **O Socialismo**. São Paulo: Edipro, 2016.

_____. **Sociologia e Filosofia**. São Paulo: Edipro, 2015.

_____. **Educação e Sociologia**. 5.ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

- ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- EINSTEIN, Albert. **Como vejo o mundo**. Ed. especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- _____. **Meus últimos escritos**. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2017.
- _____. **Ciência e Religião**. In.: Meus últimos escritos. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2017 [Parte I – 1939; Parte II - 1941], pp. 31-38.
- _____. **Por que o socialismo?** In.: Meus últimos escritos. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2017 [1949], pp. 31-38.
- _____.; INFELD. **A evolução da Física**. Rio de Janeiro. Zahar, 2008.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**, volume I. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.
- _____. **O processo civilizador**, volume II. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 4.^a ed. São Paulo: Centauro, 2012.
- ESPANHA; PORTUGAL. **Tratado de Tordesilhas**. Disponível em: http://purl.pt/162/1/brasil/obras/tratado_tordesilhas/index.html. Acesso em: 15 ago. 2014.
- ETCHEVARNE, Carlos. **A ocupação humana do nordeste brasileiro antes da colonização portuguesa**. In: REVISTA USP, São Paulo, n.44, p. 112-141, dezembro/fevereiro 1999-2000.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 5.^a ed. São Paulo: Globo, 2012.
- FARIA, Eduardo. **Novo dicionário da língua portuguesa (o mais exato e mais completo de todos os dicionários publicados até hoje), seguido de um dicionário de sinônimos**. 2.^a ed. Volume IV. Lisboa: Typographia Universal, 1853.
- FARINNACCIO, Alessandro; GOYA, Samara Cazzoli y; TESSLER, Moysés Gonzalez. **Variações da linha de costa nas baías de Santos e São Vicente**. *Quaternary and Environmental Geosciences*, [S.l.], jun. 2009. ISSN 2176-6142. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/abequa/article/view/14389/10593>. Acesso em: 09 nov 2019. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/abequa.v1i1.14389>.
- FERNANDES, Claudemir Alves. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.
- FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. 3.^a ed. São Paulo: Globo, 2006.
- _____. **Mudanças sociais no Brasil**. 4.^a ed. São Paulo: Global, 2008 [1960].
- FERREIRA, Francisco Ignácio. **Repertório Jurídico Mineiro (Legislação das Minas)**: consolidação alfabética e cronológica de todas as disposições sobre minas, compreendendo a legislação antiga e moderna de Portugal e do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1884.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil**. In.: Letras. Santa Maria. n.º 27 (jul./dez. 2003), pp. 39-46. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/169689>. Acesso em: 02 fev 2018.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Trabalhar com Foucault: Arqueologia de uma paixão**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

- FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.
- FONSENCA, Faustino da. **A descoberta do Brasil**. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho (editor), 1908 [1900].
- FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e o Direito**. 2.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- _____. **Usos da História em Max Weber e Michel Foucault**: entre a compreensão e a atitude. *In*: Debate 1 “Cátedra Michel Foucault e a Filosofia do Presente”. YouTube, Canal **Agemt PUC-SP**, publicado em 15 maio 2015. Período 24’40’’-58’55’’. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MbJmL1An2js>. Acesso em 29 jan 2018.
- FORBES. **Edição Especial**. São Paulo: Ano VII, n.º 71, 2019.
- FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- _____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 9.^a edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. **O belo perigo**: conversa com Claude Bonnefoy. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- _____. **A arqueologia do saber**. 8.^a edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- _____. **Ditos e Escritos II**: Arqueologia das Ciências e Histórias dos Sistemas de Pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- _____. **Ditos e Escritos IV**: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
- _____. **Ditos e Escritos V**: Ética, sexualidade e política. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- _____. **Ditos e Escritos VI**: Repensar a Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- _____. **Ditos e Escritos X**: Filosofia, Diagnóstico do Presente e Verdade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- _____. **Em defesa da sociedade**: Curso no *Collège de France* (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- _____. **Aulas sobre a vontade de saber**: Curso no *Collège de France* (1970-1971). São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- _____. **A sociedade punitiva**: Curso no *Collège de France* (1972-1973). São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- _____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2013.
- _____. **Viagar e punir**. 42.^a ed. Petrópolis: Vozes, 2014 [1975].
- _____. **Entrevistas**. Rio de Janeiro: Graal, 2006 [1975].
- _____. **Gerir ilegalismos**. *In*.: Entrevistas. Rio de Janeiro: Graal, 2006 [1975], pp. 41-52.
- _____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra, 2017.
- _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2015.
- _____. **Os anormais**. Curso no *Collège de France* (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. **Nietzsche, Freud e Marx; Teatrum Philosophicum**. São Paulo: Princípio, 1997.

_____. **Nascimento da Biopolítica.** Curso no *Collège de France* (1978-1979). Lisboa: Edições 70, 2010.

_____. **Do governo dos vivos:** Curso no *Collège de France* (1979-1980). São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **Subjetividade e verdade:** Curso no *Collège de France* (1980-1981). São Paulo: Martins Fontes, 2016.

_____. **A hermenêutica do sujeito:** Curso no *Collège de France* (1981-1982). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **A ordem do discurso:** aula inaugural no *Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 23.^a edição: Edições Loyola, 2013.

_____. **História da sexualidade 2:** o uso dos prazeres. 5.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

_____.; CHOMSKY, Noam. **Natureza humana:** justiça vs poder. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **Face aos governos, os direitos humanos.** Libération, n.º 967, 30 junho – 1.º julho, 1984, p. 22. (Republicado em *Dits et Écrits, tome IV, texte n.º 355*). Tradução do Professor Murilo Duarte Costa Corrêa (A Navalha de Dalí). Disponível em: <http://murilocorrea.blogspot.com/2013/04/foucault-face-aos-governos-os-direitos.html>. Acesso em: 26 out 2019.

_____. **Entrevista concedida em 7 de dezembro de 1966.** In: CALDERON, Philippe; EWALD, François. Michel Foucault por ele mesmo. Documentário em vídeo. Duração de 1h02min20seg. Ano de produção: 2003. Arquivo do próprio autor. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xkn31sjh4To>. Disponível em: Acesso em: 17 jan 2018).

FUNARI, Pedro. Paulo. **Os historiadores e a cultura material.** In.: PINSKY, Carla Bossanezi (Org.). Fontes Históricas. 3.^a ed. São Paulo: Contexto, 2015, pp. 81-110.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 32.^a. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade:** direito ao futuro. 2.^a edição. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

FREIRE, Anselmo Braamcap. **Brasões da Sala de Sintra.** 2.^a ed. Livro Primeiro. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921.

FREIRE, Felisberto Firmo de Oliveira. **História de Sergipe:** 1575-1855. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1891

_____. **História da Cidade do Rio de Janeiro:** 1564-1700. Volume II. Rio de Janeiro: Typographia Revista dos Tribunais, 1914.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz & Terra, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 48.^a ed. São Paulo: Global, 2003.

_____. **Sobrados e mocambos.** 15.^a ed. São Paulo: Global, 2004.

_____. **O Mundo que o Português criou.** São Paulo: Realizações, 2010.

- FREITAS, Mariana Almeida Passos de. **Zona Costeira e Meio Ambiente**: aspectos jurídicos. Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Direito. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2004.
- FREIXO, André de lemos. **José Honório Rodrigues (1913 – 1987)**. In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique estrada. Os historiadores: clássicos da História do Brasil, volume 4: dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC, 2018, pp. 359-393.
- FRANCO, José Luiz de Andrade; *et al.* **História Ambiental**: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. **A cidade antiga**. São Paulo: Martin Claret, 2009 [1864].
- GADET, Francaise. HAK, Tony (org). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3.^a ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- GALLINA, Simone Freitas da Silva. **O ensino de filosofia e a criação de conceitos**. Cadernos do CEDES (UNICAMP), Campinas, v. 24, p. 359-371, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v24n64/22836.pdf>. Acesso em: 23 jun 2019.
- GALTUNG, Johan. **Três formas de violência, três formas de paz**. A paz, a guerra e a formação social indo-europeia. In.: Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 71 | 2005. Disponível em: <http://rccs.revues.org/1018>. Acesso em: 27 set 2018.
- GAMA BARROS, Henrique da. **História da Administração Pública em Portugal**: séculos XII ao XV. Tomo I. Lisboa: Typographia Castro Irmão, 1885.
- _____. **História da Administração Pública em Portugal**: séculos XII ao XV. Tomo III. Lisboa: Typographia Castro Irmão, 1914.
- GAMA, José Bernardo Fernandes. **Memórias Históricas da Província de Pernambuco, precedidas de um ensaio Topográfico-Histórico**. Recife: Typographia de M. F. de Faria, 1844.
- GANDAVO, Pero de Magalhães de. **História da província de Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil**. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1858 [1576].
- GARCIA, Elisa Frühauf. **O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional**. Tempo [online]. 2007, vol.12, n.23, pp.23-38. ISSN 1413-7704. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042007000200003>.
- GARCIA. Fernando Cacciatore de. **Como escrever a história do Brasil**: miséria e grandeza. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 14.^a ed. São Paulo: Saraiva: 2009.
- GAZOLA, Patrícia Marques. **A classificação dos terrenos de marinha para viabilização de sua função social no Estado Democrático de Direito brasileiro**. Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Direito. Vitória: Faculdades de Vitória – FDV, 2004.
- GOMES, Laurentino. **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. 3.^a ed. São Paulo: Globo Livros, 2014
- GOMIDE, Glória Itabirano. **Cor e construção Cultural**. Rumores, USP. v.10, p.43, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-677X.rum.2016.111850>. Acesso em: 28 set 2018.

GONTIJO, Rebeca. **A história da historiografia no Brasil, 1940-1970: apontamentos sobre sua escrita.** *In.*: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300912250_ARQUIVO_ANPUH2011Te_xtoRebecaGontijo.pdf. Acesso em: 28 nov 2018.

GOENDER, Jacob. **O escravismo colonial.** São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **Análise do discurso: conceitos e aplicações.** *In.*: Alfa, Revista de Linguística Aplicada, UNESP, São Paulo, 39: 13-21, 1995. Disponível em: <http://piwik.seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3967/3642>. Acesso em: 8 jan 2018.

_____. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos.** São Carlos: editora Clara Luz, 2006.

_____. **Análise do Discurso e Semiologia: enfrentando discursividades contemporâneas.** *In.*: CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice; PIOVEZANI, Carlos (org.). Discurso, semiologia e história. pp. 81-105. São Carlos: Clara Luz, 2011.

_____. **Introdução aos estudos do discurso e a obra de Michel.** YouTube, Canal Admazônia, duração 12'19', publicado em 14 dez 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EUwmCxB1Tp4>. Acesso em: 15 jan 2018.

_____. **Análise do Discurso com Michel Foucault (Ep. 01): Quem somos nós hoje?** YouTube, Canal GEADA Araraquara, duração 25'40'', publicado em 13 maio 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uIBfuOpNdT4>. Acesso em 30 jan 2018.

GROSGOUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de Economia Política e os estudos Pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global.** *In.*: SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA; MENESES, Maria de Paula (org.). **Epistemologias do sul.** Coimbra: Edições Almedina, 2009, pp. 383-418.

GROSSI, Paolo. **História da propriedade e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

_____. **A ordem jurídica medieval.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

GUGLIELMI, Jacintho. **A propósito dos terrenos de marinha: aforamento, ocupação; doutrina, legislação, jurisprudência, formulários.** São Paulo: Palácio do Livro, 1968.

GUIMARÃES, Sandra. **Apresentação.** *In.*: DURKHEIM, Émile. O Socialismo. São Paulo: Edipro, 2016.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Pau. **A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso.** *In.*: BARONAS, R. L. Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2007, p. 13 – 32. Disponível em: http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao03/traducao_hph.php. Acesso em: 27 jan 2018.

HARTUNG, Paulo. **Terrenos de Marinha:** senador Paulo Hartung. Brasília: Senado Federal, 2001.

HESSE, Konrad. **Conceito e peculiaridade da Constituição.** p. 73-100. *In.*: Temas Fundamentais do Direito Constitucional/Konrad Hesse: textos selecionados e traduzidos por Carlos dos Santos Almeida, Gilmar Ferreira Mendes e Inocência Mártires Coelho. São Paulo: Saraiva, 2009.

HIROTA, Márcia. **Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica: Mapeamento dos Sistemas Costeiros**. São Paulo; São José dos Campos: Fundação SOS Mata Atlântica; Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2018.

HOBBS, Thomas. **Do Cidadão**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Nova Cultural, 1999.

HOBBS, Eric. J. **A era do capital: 1848-1875**. 27.^a ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e terra, 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira – Tomo I: A época colonial: do descobrimento à expansão territorial**. 8.^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HOMEROS. **Ilíada**. 25.^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

JESPERSEN, Knud J.V. **Factsheet Denmark** [Ficha informativa da Dinamarca]. Copenhagen: Ministry of Foreign Affairs of Denmark [Ministério dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca], 2003 (novembro). Disponível em: <file:///D:/Users/Fernando/Downloads/History-2003-en.pdf>. Acesso em: 23 abr 2018.

JORGE, Marina Filgueiras *et al.* **Indicadores de Propriedade Industrial 2018**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, 2018. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/sobre/estatisticas/arquivos/pagina-inicial/indicadores-de-propriedade-industrial-2018-versao-portal.pdf>. Acesso em 21 dez 2018.

KAHN, Siegmund Ulrich. **As capitânias hereditárias, o governo geral, o Estado do Brasil – Administração e Direito quinhentistas**. In.: R. Ci. pol., Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, pp. 53-114, abr/jun 1972. Disponível em <file:///C:/Users/tribunal/Downloads/59197-125331-1-PB.pdf>. Acesso em: 16 jul 2019.

e direito quinhentistas

KANT, Immanuel. **A metafísica dos costumes**. 2.^a ed. São Paulo: Edipro, 2008.

_____. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

KING, Stephen. **Sobre a escrita**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015

KORTEN, David C. **Quando as corporações regem o mundo: consequências da globalização da economia**. São Paulo: Futura, 1996.

LA BOÉTIE, Étienne. **Discurso da servidão voluntária**. 2.^a ed. São Paulo: Martin Claret, 2009.

LAMOUNIER, Júlio Flavio Bacha. **A divisão do trabalho em Adam Smith e o processo de especialização do conhecimento no século XVIII**. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/13368/1/JulioBacha.pdf>. Acesso em: 06 ago 2019.

LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. **O Leopardo**. (E-book Kindle). São Paulo: Companhia das Letras, 2017 [1956].

LEFF, Enrique. **Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber ambiental**. In: PHILIPPI Jr., Arlindo. Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais. pp. 19-51. Ministério da Ciência e Tecnologia: São Paulo, 2000.

_____. **Epistemologia Ambiental**. 5.^a edição. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

_____. **Ecologia, capital e cultura:** a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

_____. **Saber ambiental** - sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 11.^a ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

LEFF, Enrique. **A aposta pela vida:** imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do sul. Petrópolis: Editora Vozes, 2016

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, Duarte. **O mais antigo mapa do Brasil.** In.: MALHEIRO DIAS, Carlos (org.). História da colonização portuguesa do Brasil. Porto: Litografia Nacional, 1923, pp. 317-347.

LEITE, Luísa. **Demora leva inventor brasileiro a desistir de patentes.** Publicação eletrônica da Folha de São Paulo (Folha Digital), datada de 31 de dezembro de 2017. Disponível <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/12/1947187-demora-leva-inventor-brasileiro-a-desistir-de-patentes.shtml>. Acesso em: 20 dez 2018.

LEITE, Serafim. *monumenta brasiliae III:* (1558-1563), volume XII. Roma (Itália): *Monumenta Historica Societatis S. I.*, 1958.

LEIVAS, Luís Cláudio Pereira. **Terrenos de marinha e terrenos da Marinha:** do patrimônio nacional às origens do patrimônio naval. In: Revista Marítima Brasileira/Serviço de Documentação Geral da Marinha, ISSN 0034 – 9860, vol. nos 10/12 (out./dez/97.), pp. 111-119, Rio de Janeiro, 1977. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/008567/per008567_1977_00201.pdf. Acesso em: 17 jul 2019.

LEME, Pedro Tacques de Almeida Paes. **História da Capitania de São Vicente.** São Paulo, Cayeiras e Rio de Janeiro: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1950 [1772].

LENIN, Vladimir Ilitch. **Que fazer?** São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1961 [1578].

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LEWIN, Cathy; SOMEKH, Bridget (Organizadores). **Teoria e Métodos de Pesquisa Social.** São Paulo: Editora Vozes, 2015.

LIMA, Pedro Moreira da Costa. **Coleção de Leis, Provisões, Decisões Circulares, Portarias, Ordens Ofícios e Avisos sobre Terrenos de Marinha.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865.

LIMA, Obede Pereira de. **Localização geodésica da linha da preamar-média de 1831 – LPM/1831, com vistas à demarcação dos terrenos de marinha e seus acrescidos.** Tese para obtenção do título de Doutor em Engenharia, apresentada perante o Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

LIMA, Oliveira. **Dom João VI no Brasil.** Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, de Rodrigues & C., 1908.

_____. **Dom João VI no Brasil.** Segundo Volume. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, de Rodrigues & C., 1908.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena História territorial do Brasil:** sesmarias e terras devolutas. Goiânia: Editora UFG, 2002.

- LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo**. São Paulo: Martin Claret, 2002 [1690].
- _____. **Ensaio sobre o entendimento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- MACHADO, M.H.P.T. **Os Tupis e a Turânia**: hipóteses sobre a origem do homem e da civilização nas Américas na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 3-16, 2002. Disponível em: <file:///D:/Users/Fernando/Downloads/109434-Texto%20do%20artigo-196332-1-10-20160113.pdf>. Acesso em: 18 set 2018.
- MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- _____. **Impressões de Michel Foucault**. São Paulo: N-1 Edições, 2017.
- _____. **Foucault, a filosofia e a literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- MADALENO, Isabel Maria. **Companhia das Lezírias**: o passado e o presente. *In: Hispania Nova, Revista da Historia Contemporânea*, n.º 6, ano 2006. Disponível em: <http://hispanianova.rediris.es/6/articulos/6a001.pdf>. Acesso em 30 de jan de 2015.
- MADRUGA, Manoel. **Terrenos de marinha**. Rio de Janeiro: Globo, 1928. v. 2.
- MAÊRA, Paulo. **A solução tradicional da colonização do Brasil**. *In*: DIAS, Carlos Malheiro; VASCONCELOS, Ernesto de; GAMEIRO, Roque (Orgs). *História da colonização portuguesa do Brasil: a colonização (segunda parte), a idade média brasileira (1521-1580)*. Volume III. Porto: Litografia Nacional, 1924, pp. 167-193.
- MAIA, Manuel Thiago de Araújo. **Circuito espacial da produção de sal**: o uso do território do município de Macau/RN pelas indústrias salineiras. Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre Geografia Humana. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MALERBA, Jurandir. **A Corte no exílio**: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. **Sobre o tamanho da comitiva**. *Acervo (Revista do Arquivo Nacional)*, Rio de Janeiro, v. 21, nº 1, p. 47-62, jan/jun 2008.
- MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **A escravidão no Brasil**: ensaio histórico, jurídico e social. Parte 1.^a. Direito sobre os escravos e libertos. Rio de Janeiro: Thyphographia Nacional, 1866.
- _____. **A escravidão no Brasil**: ensaio histórico, jurídico e social. Parte 2.^a. Índios. Rio de Janeiro: Thyphographia Nacional, 1867.
- _____. **A escravidão no Brasil**: ensaio histórico, jurídico e social. Parte 3.^a. Direito sobre os escravos e libertos. Rio de Janeiro: Thyphographia Nacional, 1867.
- _____. **Suplemento ao Manual do Procurador dos feitos da Fazenda Nacional**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Lameert Editores, 1873.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Trad. Antônio Caruccio-Corporale. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2013.
- MARANHÃO. Ministério Público. **Ministério Público do Estado do Maranhão**: fontes para sua história. Volume 2 - Correspondência ativa dos promotores públicos do Império. Tomo 1 - 1831 – 1841. São Luís: Procuradoria Geral de Justiça, 2004.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A população do Brasil colonial**. *In.*: BETHEL, Leslie. História da América Latina: América Latina Colonial. Volume II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. pp. 311-338.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7.^a ed. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. **Fundamentos da metodologia Científica**. 5.^a ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: Fabris Editor, 2003.

MARQUES, Xavier. **Pindorama**: romance brasileiro da época do descobrimento. Nova edição. Lisboa: Livraria Clássica Editora e Teixeira & C., 1908 [1900].

MARX, Karl. **O capital**: livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. **O capital**: livro II. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

_____.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2014.

_____. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MATOS, Júlia Silveira. **Tendências e Debates**: da Escola dos Annales à História nova. *In.*: *Historiæ*, Rio Grande, 1 (1): 113-130, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/1762/tendencias%20e%20debates.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 jan 2018.

MELLO, Arnon de. **Portugal e as colônias da África**. Discurso pronunciado na Sessão do Senado Federal em Brasília, no dia 29 de abril de 1974. Brasília: Senado Federal, 1974. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/222404/000024733.pdf>. Acesso em: 25 abr 2018.

MELLO, Evaldo Cabral. **O negócio do Brasil**: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste – 1641-1669. Rio de Janeiro: Capivara Editora, 2015.

MELLO, Humberto Haydt de Souza. **Terrenos de marinha**. Revista de Informação Legislativa, v. 3, n. 12, p. 239-248, out./dez. Brasília: Senado Federal, 1966.

MENDES, Gicélia. **Territórios do Petróleo em Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

MILARÉ, edis. **Direito do Ambiente**: doutrina, jurisprudência, glossário. 3.^a edição revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

MONTEIRO, Gilson. A metalinguagem das roupas. Revista Estética, CEDE (Coletivo Estudos de Estética), ECA (Escola de Comunicação e Artes), USP (Universidade de São Paulo), Número 02, v. 1, pp. 5-9, 2009. Disponível em: http://citrus.uspnet.usp.br/estetica/2011/index.php?option=com_content&view=article&id=17:2009-2-art5&catid=36:revista02&Itemid=37. Acesso em: 27 set 2018.

MORAES, Alexandre José de Mello. **História da Transladação da Corte portuguesa para o Brasil em 1807 – 1808**. Rio de Janeiro: Livraria da Casa Imperial de E. Dupont Editor, 1872.

MORAES, Mello. **Crônica geral do Brasil**: sistematizada e com Introdução. Tomo I, de 1500 – 1700. Rio de Janeiro: L. Garnier — Livreiro-Editor, 1886.

MORE, Thomas. **Utopia**. São Paulo: Rideel, 2005 [1516].

MORGADO, Florbela. **Nos caminhos do sal**. Lisboa: Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e do Vale do Tejo, 1998.

MILTON, Aristides A. **Constituição do Brasil: notícia história, texto e comentário**. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897.

MOREIRA, Eduardo Ribeiro. **Teoria da Reforma Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2012.

MOTA, Maurício. **Fundamentos teóricos da função social da propriedade**: a propriedade em Tomás de Aquino. pp. 124-162. *In*: MOREIRA, Eduardo Ribeiro; PUGLIESI, Márcio (Coordenadores). 20 anos da Constituição Brasileira. São Paulo: Saraiva, 2009.

MOURA, Carneiro de. **A história administrativa, colonial e política de Portugal**. Lisboa: Typographia do Anuário Comercial, 1913.

MUEHE, Dieter (org). **Erosão e progradação no litoral brasileiro**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos, 2006. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/publicacoes/gestao-territorial/category/80-gestao-costeira-g-erosao-e-progradacao>. Acesso em: 3 fev 2015.

_____. **Definição de limites e tipologias da orla sob os aspectos morfodinâmico e evolutivo**. *In*.: Subsídios para um projeto de gestão. Brasília: MMA e MPO (Projeto Orla), 2004, pp. 11-30 Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/orla/arquivos/11_04122008110506.pdf. Acesso em: 8 nov 2019.

MURPHY, Lian; NAGEL, Thomas. **O mito da propriedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

NAVARRO, Pedro. **Práticas discursivas de subjetivação**: dispositivos de análise. *In*: CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice; PIOVEZANI, Carlos (org.). Discurso, semiologia e história. pp.267-291. São Carlos: Clara Luz, 2011.

NEVES, Walter Alves; BERNARDO, Danilo Vicensotto; OKUMURA, Mercedes; ALMEIDA, Tatiana Ferreira de; STRAUSS, André Menezes. **Origem e dispersão dos Tupiguarani**: o que diz a morfologia craniana? Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 95-122, jan.-abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v6n1/a07v6n1.pdf>. Acesso em: 18 set 2018.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. *Posthumes*: 1884-1885, *Oeuvres philosophiques*, XI. Paris: Gallimard. *In*.: DELEUZE, GUATTARI, 1997 [1991], p. 13-14).

NOVAIS, Fernando A; SOUZA, Laura de Mello e. **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. Volume 1. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

NUNES, André Luís Pereira. **A Secretaria do Patrimônio da União e a regulamentação da faixa de segurança na costa brasileira**. Monografia apresentada parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2014.

OLIVEIRA, J. E. Abreu de. **Aforamento e cessão dos terrenos de marinha**. Ed. Imprensa Universitária do Ceará, Fortaleza, 1966.

OLIVEIRA, Pedro Rocha. **O sentido moderno da administração colonial**: o caso do Regimento das Missões. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 61, p. 203-221, ago. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rieb/n61/0020-3874-rieb-61-0203.pdf>. Acesso em: 16 jul 2019.

OLIVEIRA, Tácio Rodrigues Batista de. **Para que servem os terrenos de marinha?** Uma análise geoespacial sobre a função socioambiental de terras públicas da União no litoral norte

de Maceió, Alagoas. Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

OLIVEIRA MARTINS, J. P.. **História de Portugal**. Tomo I. 3.^a ed. aumentada. Lisboa: Viúva Bertrand, 1882 [1879].

_____. **História de Portugal**. Tomo II. 3.^a ed. aumentada. Lisboa: Viúva Bertrand, 1882 [1879].

_____. **O Brasil e as colônias portuguesas**. 5.^a ed. Lisboa: Parreira Antônio Maria Pereira (Livraria editora), 1920 [1880].

_____. **O regime das riquezas**: elementos de crematística. Lisboa: Livraria Antônio de Maria Pereira, 1884 [1883].

O'NEIL, Thomas. **A vinda da Família Real portuguesa para o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: José Olympio: Secretaria Municipal e Culturas, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**. 2.^a ed. Campinas: Pontes, 1987.

_____. **Texto e discurso**. In: Organon 23, Revista do Instituto de Letras da UFRS, vol. 9, n.º 23, Porto Alegre, 1995, pp. 111-118. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29365/18055>. Acesso em: 8 jan 2018.

ORLANDI, Eni. **A análise de discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil**. In.: Cad. Est. Ling., Campinas, (42): 21-40, Jan./Jun. 2002. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637139/4861>. Acesso em: 27 jan 2018.

_____. **Análise de Discurso**. In.: ORLANDI, Eni; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (orgs.). Discurso e textualidade. Campinas: Pontes, 2006, pp. 13-31.

_____; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (orgs.). **Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6.^a ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

_____. **Terra à vista – Discurso do confronto**: Velho e Novo Mundo. 2.^a ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2008.

_____. **A fundação de um Estado**: cidade de São Salvador, Brasil. Cadernos De Estudos Linguísticos, vol. 53, n.º 2, 2011, pp.101-112.

_____. **Análise de Discurso**: Princípios e procedimentos. 12.^a ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

_____. **Discurso e texto**: formulação e circulação de sentidos. 4.^a ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

_____. **Discurso e leitura**. 9.^a ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma construção das ideias no Brasil. 2.^a ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **Nota à edição brasileira**. Uma questão de coragem: a coragem da questão. In: **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5.^a ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014-A, pp. 7-8.

_____. **Ler Michel Pêcheux hoje. In: Análise do discurso:** textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. 4.^a edição. Campinas: Pontes Editores, 2014-B, pp. 11-20.

ORWELL, George. **A revolução dos bichos:** um conto de fadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1945].

_____. **1984.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1949].

PAGLIARO, H., AZEVEDO, MM., and SANTOS, RV. (Orgs). **Demografia dos povos indígenas no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 192 p. ISBN: 85-7541-056-3. Available from SciELO Books .

PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique estrada. **Os historiadores:** clássicos da História do Brasil, volume 4: dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC, 2018.

PAUGAM, Serge (Organizador). **Pesquisa sociológica.** Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso:** três épocas. **In:** GAEDT, Francaise. HAK, Tony (org). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3.^a ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, pp. 311-319.

_____. **Análise do discurso:** textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. 4.^a edição. Campinas: Pontes Editores, 2014.

_____. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 5.^a ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

_____. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. 7.^a ed. Capinas: Pontes Editores, 2015.

PEIXOTO, Afrânio. **História do Brasil.** Versão digitalizada da 2.^a ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Espírito Moderno; Cia. Editora Nacional, (2008) 1944.

PEREIRA, Lafayette Rodrigues. **Direitos das cousas.** Rio de Janeiro: Typographya Batista de Souza, 1922.

PEREIRA, Moacir Soares. **Capitães, naus e caravelas da armada de Cabral. In.:** Separata da Revista da Universidade de Coimbra, Vol. XXVII. Coimbra: Imprensa d Coimbra, 1979, pp. 31-134.

PESSOA, Epitácio. **Terrenos de marinha.** Ação de Reivindicação movida pelos Estados da Bahia e Espírito Santo contra a União Federal. Razões finais oferecidas em defesa dos direitos da União. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.

PLATÃO. **A República.** 4.^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

PIKETTY, Tomas. **O capital no século XXI.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINHEIRO, EP. **Europa, França e Bahia:** difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador) [online]. 2.^a ed. Salvador: EDUFBA, 2011, 368p. ISBN 978-85-232-1191-2. Available from SciELO Books.

PINSKY, Carla Bossanezi (Org.). **Fontes Históricas.** 3.^a ed. São Paulo: Contexto, 2015, pp. 81-110.

PINTO, Fernanda Mousse. **A invenção da Cidade Nova do Rio de Janeiro:** agentes, personagens e planos. Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em:

http://www.if.ufrj.br/~coelho/CidadeNova_tese_FernandaMoussePinto_2007.pdf. Acesso em: 27 jan 2015.

PIRES, Calos Manoel Pimenta. **A educação dos neocolonizadores: a escola colonial e a investigação do ultramar no império português (séculos XIX e XX)**. Tese apresentada para obtenção do título de Doutor em Educação, com especialidade em História da Educação. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/25076>. Acesso em: 20 dez 2018.

PITA, Sebastião da Rocha. **História da América portuguesa: desde o ano de mil e quinhentos do seu descobrimento até o de mil setecentos e vinte e quatro**. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro Editor, 1958 [1730].

PLATZMANN, Julio. **O dicionário anônimo da língua geral do Brasil, publicado de novo com o seu reverso**. Leipzig: B. G. Teubner, 1896.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. 2.^a ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. São Paulo: Editora Vozes, 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 6.^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

_____. **História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro**. 3.^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1999 [1972].

PRADO, J. F. de Almeida. **A Bahia e as Capitanias do centro do Brasil (1530-1626): História da formação da sociedade brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

PRADO, Ivo. **A capitania de Sergipe e suas Ouvidorias: memórias sobre questões e limites (Congresso de Belo Horizonte)**. Rio de Janeiro: Papelaria Brasil, 1919.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira**. 10.^o ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1926-1928].

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In.: SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA; MENESES, Maria de Paula (org.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009, pp. 73-118.

RAMOS, Igor Guedes. **Genealogia de uma operação historiográfica: Edward Palmer Thompson, Michel Foucault e os historiadores brasileiros da década de 1980** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. ISBN 978-85-7983-701-2. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em 12 mai 2019.

RANGEL, Alfredo Américo de Sousa. **Melhoramentos da Cidade projetados pelo Prefeito do Distrito Federal, Dr. Francisco Pereira Passos**. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1903.

REBELLO DA SILVA, Luís Augusto. **História de Portugal nos séculos XVII e XVIII**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1871.

_____. **Memória sobre a população e agricultura de Portugal, desde a fundação da monarquia até 1865: parte I, (de 1097-1640)**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.

REIS, Aarão. **Direito Administrativo Brasileiro: com prefácio do Exm. Sr. Ministro do Tribunal de Contas da União, Dr. Augusto Tavares de Lyra, e carta de aprovação do eminente jurisconsulto brasileiro, Dr. Clóvis Beviláqua**. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas Villas-Boas, & C, 1923.

RESCHKE, Alexandra. **O estatuto da cidade e o papel do patrimônio da União na democratização do acesso à terra e na democratização do estado**. Monografia apresentada parcial para a obtenção do título de Especialista Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Brasília: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

RESENDE, Jair. **Terrenos de marinha**: manual prático. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas I. Amorim Ltda, 1937.

REVEL, Judith. **Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Clara Luz, 2005.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; PARADA, Maurício. **Nelson Werneck Sodré (1911-1999)**. In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique estrada. **Os historiadores**: clássicos da História do Brasil, volume 4: dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC, 2018.

RIBEIRO, Carlos Eduardo. **Descaminhos arqueológicos da descontinuidade e da recorrência em Foucault**. In.: Griot: Revista de Filosofia, Amargosa, Bahia – Brasil, v.15, n.1, junho/2017, pp. 251-276.

RIBEIRO, João. **História do Brasil**: Curso Superior. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho (de Jacinto Ribeiro Santos), 1901.

RIOS, José Arthur. **Origens portuguesas da propriedade agrária no Brasil**. In. Revista de Direito Comparado Luso-brasileiro (Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro), ano, II, n.º 4, janeiro/1984, pp. 145-159. Disponível em: [http://www.idclb.com.br/revistas/04/revista4%20\(15\).pdf](http://www.idclb.com.br/revistas/04/revista4%20(15).pdf). Acesso em: 4 dez 2018. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks: 2000.

RIOS FILHO, Adolfo Morales de Los. **O Rio de Janeiro Imperial**.

ROCHA, Sílvio Luís Ferreira da Rocha. **Função social da propriedade pública**. São Paulo: Malheiros, 2005.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. **Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil**. In: Ciência e Cultura, v. 57, n. 2, pp. 35-38, ano 2005 Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/artigo%3Arodrigues-2005/rodrigues_2005.pdf. Acesso em: 27 mai 2019.

RODRIGUES, José Manuel Mateo; SILVA, Edson Vicente da. **Planejamento e gestão ambiental**: Subsídios da Geoecologia das paisagens e da Teoria Geossistêmica. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

_____; _____. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**: problemática, tendências e desafios. 3.^a edição. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil**: 1.^a parte – Historiografia Colonial. 2.^a ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

_____. **Teoria da História do Brasil**. 4.^a ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

RODRIGUES, Sérgio. **Tupi ou grego? ‘Pindorama’ tem parentesco com ‘panorama’?** Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/sobre-palavras/tupi-ou-grego-pindorama-tem-parentesco-com-panorama/> . Acesso em: 13 set 2018.

RODRIGUES, Tereza Ferreira (Coordenadora). **História da população portuguesa**: Das longas permanências à conquista da modernidade. Porto: CEPES e Edições Afrontamento Lda, 2008.

ROSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre as ciências e as artes**. São Paulo: Martin Claret, 2010-A.

_____. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Martin Claret, 2010-B.

_____. **Do contrato social**. São Paulo: Martin Claret, 2013 [1762].

_____. **Emílio, ou, Da educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2014 [1762].

ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes. **As pragmáticas portuguesas de fins do século XVII: política fabril e manufatureira reativa**. *In.*: Sæculum (nº 22 - jan./jun. 2010 - Dossiê História e História da Educação). Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/11493/6605>. Acesso em: 22 de abr 2018.

RUGE, Sophus. **História da época dos descobrimentos**. Paris, Lisboa e Rio de Janeiro Livrarias Aillaud, Bertrand e Francisco Alves, 1963 [1881].

RUSSEL, Bertrand. **História do pensamento ocidental: as aventuras dos pré-socráticos ao Wittgenstein**. 21.^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

_____. **História da Filosofia Ocidental - Livro 1: a filosofia antiga**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Gramond, 2009.

_____. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro, Gramond, 2008.

SANIT-EXUPÉRY, Antoine de. **O Pequeno Príncipe: com aquarelas do autor**. 48.^a ed. Rio de Janeiro: Agir, 2009 [1943].

SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Viagens pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941 [1833].

SALVADOR, Frei Vicente de. **História do Brasil: 1500 -1627**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Typographia de G. Leuzinger e Filhos, 1889 [1627].

SAMPAIO, Theodoro. **Notas a Hans Staden**. *In.*: Hans Staden: suas viagens e seu cativeiro entre os selvagens do Brasil. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1900 [1567].

_____. **O tupi na Geographia nacional**. Memória lida no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo: Casa Eclética – Rua Direita 6, 1901.

_____. **De evolução histórica do vocabulário geográfico do Brasil**. *In.*: revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Vol. VIII. São Paulo: Typographia Diário Oficial, 1903. pp. 15-158.

SANTOS, Antônio Carlos dos Santos (organizador). **Filosofia & Natureza: debates, embates e conexões**. 2.^a edição. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

_____; BECKER, Evaldo (organizadores). **Entre o homem e a natureza: abordagens teórico-metodológicas**. Porto Alegre: redes Editora, 2012.

_____. **História, pensamento e ação**. São Cristóvão: Editora UFS, 2006.

_____. **Tempo, História e Sociedade: Homenagens À Maria das Graças de Souza**. São Paulo: Humanitas, 2016.

SANTOS, Antonio Clementino dos; SALCEDO, Ignácio Hernan. **Fertilidade nas áreas de várzea e topo em função do uso do solo e posição do relevo**. *In.*: Revista de Biologia e Ciências

- da Terra. ISSN 1519-5228, volume 10, número 2, 2.º semestre 2010. Disponível em: http://eduep.uepb.edu.br/rbct/sumarios/pdf/Artigo_09_V10_N2.pdf. Acesso em: 15 jan 2015.
- SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA; MENESES, Maria de Paula (org.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.
- _____. **Um discurso sobre as ciências**. 7.ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, Rosita de Sousa. **Terras de Marinha**. Rio de Janeiro: Forense, 1985.
- SANTOS FILHO, Agripino Alexandre dos. **Crise ambiental moderna: um diagnóstico interdisciplinar**. Porto Alegre, Redes Editora, 2015.
- SARGENTINI, Vanice; CURCINO, Luzmara; PIOVEZANI, Carlos. **Discurso, Semiologia e História**. São Paulo: Clara Luz, 2011.
- SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 11.ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.
- SARTORI, Simoni; LATRÔNICO, Fernanda; CAMPOS, Lucila M.S. **Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura**. *In.*: Ambiente & Sociedade, v. XVII, n. 1, pp. 1-22, jan.-mar 2014, São Paulo. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n1/v17n1a02.pdf>. Acesso em: 18 jun 2018.
- SAVI, David Canabarro. **Erosão e acreção costeira na Enseada dos Anjos, Arraial do Cabo, RJ**. *Rev. Bras. Geof.* [online]. 2007, vol. 25, suppl.1, pp. 91-99. ISSN 0102-261X.
- SCHMIDT, Lawrence K. **Hermenêutica**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- SCHUMAHER, Maria Aparecida; BRAZIL, Erico Teixeira. **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SEKI, Lucy. **Línguas indígenas do Brasil no limiar do século XXI**. *In.*: Impulso, volume 12, n. 27 (edição sobre os 500 anos do Brasil), pp. 233-256, ano 2000. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/artigo%3Aseki-2000/seki_2000.pdf. Acesso em: 27 mai 2019.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24.ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.
- SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. *Educ. rev.* [online]. 2008, n.º 31, pp.169-189. ISSN 0104-4060. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602008000100011>. Acesso em: 22 abr 2018.
- SILVA, Gleidson; AMORIM, Simone Silveira. Apontamentos sobre a educação no Brasil Colonial (1549-1759). *In.*: Interações (Campo Grande)[online]. 2017, vol.18, n.4, pp.185-196. ISSN 1518-7012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v18i4.1469>. Acesso em: 22 de abr 2018.
- SILVA, J. M. Pereira da. **História da fundação do Império Brasileiro**. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Pariz-Garnier, Irmãos Livreiros, 1864.
- _____. **História da fundação do Império Brasileiro**. Tomo Segundo. Rio de Janeiro: Pariz-Garnier, Irmãos Livreiros, 1864.

SILVA, Kalina Vanrdelei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2.^a ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Solange Teles da. **Planejamento Urbano na Zona Costeira**. In: Anais do XV Congresso Nacional do CONPEDI/UEA – Manaus. Ano 2006. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/XIVCongresso/151.pdf>. Acesso em 2 fev 2015.

SIMONSEN, Roberto. C. **História Econômica do Brasil: 1500-1820** - Curso professado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. 4.^a ed. Brasília: Senado Federal, 2005.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: volume I. 3.^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

_____. **A riqueza das nações**: volume II. 4.^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

SMITH, Roberto. **Propriedade da terra e transição**: estudos da formação da propriedade no Brasil. 2.^a ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

SOARES, Leandro Valêncio. **A introdução das armas de fogo no Japão pelos portugueses e as consequências na organização militar nipônica**. Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em História Militar. Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/2750/A%20introdu%C3%A7%C3%A3o%20das%20armas%20de%20fogo%20no%20Jap%C3%A3o%20pelo%20portugueses%20e%20as%20consequ%C3%Aancias%20na%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20militar%20nip%C3%B4nica.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 set 2018.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A formação histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

SOMBRA, S. **História monetária do Brasil Colonial**. Repertório cronológico com introdução, notas e carta monetária. Edição revista e aumentada. Rio de Janeiro: Laemmert, 1938.

SOUZA, Jessé de. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

_____. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya, 2015.

SOUZA, Teotônio R. **De Ceuta ao Japão**: A rede imperial portuguesa. In.: Santa Barbara Portuguese Studies, Vol. III: 1996, pp. 298-322. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/jspui/bitstream/10437/7403/1/De-Ceuta-ao-Japao.pdf>. Acesso em 01 out 2018.

SOUTO, L. R. Vieira. **Melhoramento da cidade do Rio de Janeiro**: crítica dos trabalhos da respectiva comissão. Coleção de artigos publicados no “Jornal do Comércio” de 23 de fevereiro a 15 de abril de 1875. Rio de Janeiro: Lino C. Teixeira & C, 1875.

SOUSA (A), Joaquim José Caetano Pereira e. **Esboço de um dicionário jurídico, teórico e prático, remissivo às leis compiladas e extravagantes**. Tomo primeiro, de “A” a “E”. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1827.

_____. (B). **Esboço de um dicionário jurídico, teórico e prático, remissivo às leis compiladas e extravagantes**. Tomo segundo, de “F” a “Q”. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1827.

_____. (C). **Esboço de um dicionário jurídico, teórico e prático, remissivo às leis compiladas e extravagantes**. Tomo terceiro, de “R” a “Z”. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1827.

SOUZA, Padre Ney. **A doação pontifícia das Índias**. Revista de Cultura Teológica - v. 13 - n. 52 - jul/set, 2005, pp. 9-93.

SOUZA, Rosemeri Melo (organizadora). **Território, planejamento e sustentabilidade: conceitos e práticas**. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

_____.; SILVA, Maria do Socorro Ferreira da (organizadoras). **Conservação ambiental e planejamento territorial: desafio da gestão e da participação social**. Porto Alegre: Redes Editora, 2013.

STADEN, Hans. **Hans Staden**: suas viagens e cativo entre os selvagens do Brasil. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1900 [1567].

TALEB, Nassim Nicholas. **A lógica do cisne negro**: impacto do altamente improvável. 18.^a ed. Rio de Janeiro: BestBusiness, 2019.

TEIXEIRA DE FREITAS, Augusto. **Consolidação das leis civis**. 5.^a ed. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1945 [1857].

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**. 4.^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **Simbolismo e Interpretação**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

THOMPSON E. P.. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

UNGER, Roberto Mangabeira. **A economia do conhecimento**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

_____. **Depois do colonialismo mental**: repensar e reorganizar o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

VALENÇA, Daniel Oliveira. **Terrenos de marinha**: terras públicas com função social? Um estudo sobre a orla marítima de Natal. Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

VALOIS, Luís Carlos. **O direito penal da guerras às drogas**. 3.^a ed. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.

VARELLA, Laura Beck. **Das esmarias à Propriedade Moderna**: Um estudo de História do Direito brasileiro. Rio de Janeiro: Renovar, 2015.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Gramond, 2010.

_____. **A desgovernança mundial da sustentabilidade**. São Paulo: Editora 34, 2013.

VEIGA-NETO, Alfredo. **A ordem das disciplinas**. Tese de Doutorado aprovada perante o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Faculdade de Educação UFRGS/RS, 1996.

_____. **Foucault e Educação**. 3.^a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

VELOSO, Caetano. **Sampa. In.:** VELOSO, Caetano. **Muito**: dentro da estrela azulada. Rio de Janeiro: CBD Phonogram, 1978, disco vinil, lado "B", faixa 2.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. 4.^a ed. Brasília: Editora UNB, 1982-a.

_____. **Foucault revoluciona a história**. 4.^a ed. Brasília: Editora UNB, 1982-b.

_____. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

VILLALTA, Luiz Carlos. **O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura.** *In.*: NOVAIS, Fernando A; SOUZA, Laura de Mello e. História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa. Volume 1. São Paulo: Companhia das letras, 1997. pp. 331-386.

WEBER, Marx. **Metodologias das Ciências Sociais.** 5.^a ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora Unicamp, 2016.

_____. **A “objetividade” do conhecimento na Ciência Social.** *In.*: Metodologias das Ciências Sociais. 5.^a ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora Unicamp, 2016 [1904], pp. 209-274

WHITEHEAD, Alfred North. **Process and reality: an essay in cosmology.** *Gifford lectures delivered in the University of Edinburgh, during the session 1927-1928.* Nova Iorque: The Free Press (Division of Macmillan Publishing Co., Inc.), 1978. Disponível em: <https://ia801705.us.archive.org/27/items/AlfredNorthWhiteheadProcessAndReality/Alfred%20North%20Whitehead%20-%20Process%20and%20Reality.pdf>. Acesso em: 20 ago 2019.

WILSON, Eduard O. **Diversidade da vida.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Posfácio.** *In.*: CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa.** São Paulo: Gaia, 2010, pp. 250-256.

WULF, Adrea. **A invenção da natureza: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt.** 2.^a ed. São Paulo: Planeta, 2016.

ZAMBONI, Ademilson; MORAES, Antônio Carlos Robert. **Construindo o conceito de orla marítima.** *In.*: Subsídios para um projeto de gestão. Brasília: MMA e MPO (Projeto Orla), 2004, pp. 05-09. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/orla/arquivos/11_04122008110506.pdf. Acesso em: 8 nov 2019.

NORMAS (LEGAIS, REGULAMENTARES E DECISÕES) - BRASIL

BEHRENSDORF Jr. Francisco. **Voto proferido no Processo 252.635-57, julgado pelo Conselho de Terras da União em 9 de outubro de 1959.** p. 477-487. Ano 1960. *In.*: Revista de Direito Administrativo, Vol. 59, janeiro - março 1960. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/20533/19269>. Acesso em 3 fev 2015.

BRASIL. **Coleção das Decisões do Governo do Império do Brazil.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

_____. **Decreto de 21 de janeiro de 1809.** Autoriza a concessão de aforamento ou arrendamento nas praias da Gamboa e Sacco do Alferes, a fim de que sejam construídos armazéns e trapiches. p. 14. *In.*: LIMA, Pedro Moreira da Costa. Coleção de Leis, Provisões, Decisões Circulares, Portarias, Ordens Ofícios e Avisos sobre Terrenos de Marinha. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865.

_____. **Aviso de 18 de novembro de 1818.** Estabelece a largura das marinhas, reservando uma faixa de 15 braças, pela borda do mar, para serviço publico. p. 14-16. *In.*: LIMA, Pedro Moreira da Costa. Coleção de Leis, Provisões, Decisões Circulares, Portarias, Ordens Ofícios e Avisos sobre Terrenos de Marinha. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865.

_____. **Decreto de 13 de julho de 1820.** Estabelece que a competência para expedição de qualquer autorização para utilização das marinhas seria da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e domínios ultramarinos. p. 16. *In.*: LIMA, Pedro Moreira da Costa. Coleção de

Leis, Provisões, Decisões Circulares, Portarias, Ordens Ofícios e Avisos sobre Terrenos de Marinha. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865.

_____. **Decreto de 13 de julho de 1820.** Estabelece que a competência para expedição de qualquer autorização para utilização das marinhas seria da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e domínios ultramarinos. p. 16. *In*: LIMA, Pedro Moreira da Costa. Coleção de Leis, Provisões, Decisões Circulares, Portarias, Ordens Ofícios e Avisos sobre Terrenos de Marinha. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865.

_____. **Consulta e Resolução de 12 de abril de 1821.** Defere requerimento de utilização de área, utilizando a expressão “terreno da marinha”. p. 20-21. *In*: LIMA, Pedro Moreira da Costa. Coleção de Leis, Provisões, Decisões Circulares, Portarias, Ordens Ofícios e Avisos sobre Terrenos de Marinha. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865.

_____. **Constituição Política do império do Brazil, outorgada em 25 de março de 1824.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. **Aviso de 13 de julho de 1827.** Determina o embargo de construções e designa engenheiro para promover a medição dos terrenos que deveriam ser considerados como “Marinha”. p. 25-26. *In*: LIMA, Pedro Moreira da Costa. Coleção de Leis, Provisões, Decisões Circulares, Portarias, Ordens Ofícios e Avisos sobre Terrenos de Marinha. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865.

_____. **Aviso de 7 de julho de 1829.** Determina que entre as casas os “terrenos de marinha” (primeiro registro de utilização literal dessa expressão) deve mediar a distância de uma rua pública. p. 26. *In*: LIMA, Pedro Moreira da Costa. Coleção de Leis, Provisões, Decisões Circulares, Portarias, Ordens Ofícios e Avisos sobre Terrenos de Marinha. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865.

_____. **Lei de 15 de novembro de 1831.** Orça a receita e fixa a despesa para o ano financeiro de 1832 - 1833. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37687-15-novembro-1831-564851-publicacaooriginal-88758-pl.html. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. **Instruções de 14 de novembro de 1832.** Regulamenta a execução do art. 51, §14.º da Lei de 15 de novembro de 1831. p. 28-31. *In*: LIMA, Pedro Moreira da Costa. Coleção de Leis, Provisões, Decisões Circulares, Portarias, Ordens Ofícios e Avisos sobre Terrenos de Marinha. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865.

_____. **Circular de 12 de dezembro de 1832.** Determina a pronta execução do Regulamento (Instruções) de 14 de novembro do mesmo ano, para para a medição, demarcação e arbitramento de foro dos terrenos de marinhas. p. 26. *In*: LIMA, Pedro Moreira da Costa. Coleção de Leis, Provisões, Decisões Circulares, Portarias, Ordens Ofícios e Avisos sobre Terrenos de Marinha. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865.

_____. **Ordem de 12 de julho de 1833.** Esclarece questionamento do Presidente da Província de Sergipe quanto à medição das 15 braças para identificação dos terrenos de marinha. p. 32. *In*: LIMA, Pedro Moreira da Costa. Coleção de Leis, Provisões, Decisões Circulares, Portarias, Ordens Ofícios e Avisos sobre Terrenos de Marinha. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865.

_____. **Ordem de 21 de outubro de 1833.** Esclarece questionamento do Presidente da Província do Rio Grande do Sul quanto à medição das 15 braças para identificação dos terrenos de marinha. p. 33-34. *In*: LIMA, Pedro Moreira da Costa. Coleção de Leis, Provisões, Decisões

Circulares, Portarias, Ordens Ofícios e Avisos sobre Terrenos de Marinha. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865.

_____. **Lei n.º 38, de 3 de outubro de 1834.** Orça a receita e fixa a despesa para o ano de 1835-1836. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-38-3-outubro-1834-563173-publicacaooriginal-87307-pl.html>. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. **Lei n.º 60, de 20 de outubro de 1838.** Fixa a despesa e orça a receita para o ano financeiro de 1839 a 1840. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-60-20-outubro-1838-561938-publicacaooriginal-85706-pl.html>. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. **Aviso de 7 de agosto de 1843.** Aprova os estatutos do Instituto dos Advogados Brasileiros. Disponível em: http://www.oab.org.br/historiaoab/links_internos/ant_aviso7ago.htm. Acesso em: 15 ago. 2014.

_____. **Lei n.º 1.157, de 26 de junho de 1862.** Substitui em todo o Império o atual sistema de pesos e medidas pelo sistema métrico francês. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=75161&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. **Lei n.º 1.507, de 26 de setembro de 1867.** Estabelece novas normas para o aforamento dos terrenos de marinha e de outras providências. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=74360>. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. **Decreto n.º 4.105, de 22 de fevereiro de 1868.** Regula a concessão dos terrenos de marinha, dos reservados nas margens dos rios e dos acrescidos natural ou artificialmente. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4105-22-fevereiro-1868-553319-publicacaooriginal-71152-pe.html>. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. **Lei n.º 3.348, de 20 de outubro de 1887.** Orça a receita geral do Império para o exercício de 1888 e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-3348-20-outubro-1887-542992-publicacaooriginal-52680-pl.html>. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 24 de fevereiro de 1891.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. **Decreto n.º 24.515, de 30 de junho de 1934.** Reconhece, como de pleno domínio da União, os terrenos compreendidos pelos morros, outeiros e mamelões da Babylonia, Leme, Annel, Urubu, Inhangá e suas circunvizinhanças, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24515-30-junho-1934-509189-republicacao-78430-pe.html>. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. **Decreto-lei n.º 24.643, de 10 de julho de 1934.** Decreta o Código de Águas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D24643.htm. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, decretada em 10 de novembro de 1937.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. **Decreto-lei n.º 710, de 17 de setembro de 1938.** Reorganiza a Diretoria do Domínio da União. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-710-17-setembro-1938-358386-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. **Decreto-lei n.º 2.490, de 16 de agosto de 1940.** Esclarece e amplia o decreto-lei n. 2.490, de 16 de agosto de 1940. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=84147>. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. **Decreto-lei n.º 3.438, de 14 de julho de 1941.** Esclarece e amplia o decreto-lei n. 2.490, de 16 de agosto de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De13438.htm. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. **Decreto-lei n.º 4.120, de 21 de fevereiro de 1942.** Altera a legislação sobre terrenos de marinha. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=29655>. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. **Decreto-lei n.º 9.760, de 05 de setembro de 1946.** Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9760.htm. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. **Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 20 jun 2019.

_____. **Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973.** Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5869.htm. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. **Decreto-lei n.º 2.398, de 21 de dezembro de 1987.** Dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del2398.htm. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. **Lei n.º 7.661, de 16 de maio de 1988.** Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7661.htm. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. **Lei n.º 8.617, de 4 de janeiro de 1993.** Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8617.htm. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. **Lei n.º 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.** Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm. Acesso em: 20 jun 2019.

_____. **Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1998.** Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9636.htm. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. **Lei. n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999.** Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19784.htm. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. **Lei n.º 9.868, de 10 de novembro de 1999.** Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19868.htm. Acessado em: 13 jan 2005.

_____. **Lei. n.º 9.984, de 17 de julho de 2000.** Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19984.htm. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. **Decreto n.º 3.725, de 10 de janeiro de 2001.** Regulamenta a Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3725.htm. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. **Lei. n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. **Exposição de motivos da Medida Provisória n.º 335, de 23 de dezembro de 2006.** Dá nova redação aos dispositivos legais que menciona. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Exm/EMI-306-MP-MS-MCIDADES.htm . Acesso em: 23 jul. 2014.

_____. **Texto original da Medida Provisória n.º 335, de 23 de dezembro de 2006.** Dá nova redação aos dispositivos legais que menciona. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Mpv/335.htm . Acesso em: 23 jul. 2014.

_____. **Lei n.º 11.481, de 31 de maio de 2007.** Dá nova redação aos dispositivos legais que menciona. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11481.htm . Acesso em: 23 jul. 2014.

_____. **Lei n.º 13.139, de 26 de junho de 2015.** Altera os Decretos-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e o Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981; dispõe sobre o parcelamento e a remissão de dívidas patrimoniais com a União; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13139.htm#art1%C2%A77. Acesso em: 5 nov 2019.

_____. **Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015.** Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei nº s 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13240.htm#art22. Acesso em: 5 nov 2019.

_____. **Lei n.º 13.813, de 9 de abril de 2019.** Dispõe sobre a transferência de imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social para a União, sobre a administração, a alienação e a gestão dos imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) e sobre a gestão dos imóveis da União; extingue o Fundo Contingente da Extinta RFFSA (FC); altera o Decreto-Lei

nº 1.876, de 15 de julho de 1981, e as Leis nºs 9.497, de 11 de setembro de 1997, 9.636, de 15 de maio de 1998, 11.481, de 31 de maio de 2007, 11.483, de 31 de maio de 2007, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, e 10.233, de 5 de junho de 2001; e revoga dispositivos das Leis nºs 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 9.649, de 27 de maio de 1998, 11.481, de 31 de maio de 2007, e 11.483, de 31 de maio de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13813.htm. Acesso em: 5 nov 2019.

_____. Ministério da Fazenda. **Relatório do Ministério dos Negócios de Estado da Fazenda referente ao exercício de 1920**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

_____. Ministério da Fazenda. **Relatório do Ministério dos Negócios de Estado da Fazenda referente ao exercício de 1921**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

_____. Secretaria do Patrimônio da União. **Instrução Normativa n.º 01, de 30 de março de 1981**. Revisa, atualiza e consolida as Ordens e Instruções de Serviço, as Circulares, Ofícios-Circulares e demais atos anteriores à data de sua expedição, de forma a permitir a uniformização de procedimentos. Disponível em: <http://patrimoniode todos.gov.br/pasta-de-arquivos/IN%2001-81.pdf/view>. Acesso em: 14 jan 2015.

_____. Secretaria do Patrimônio da União. **Instrução Normativa n.º 2, de 12 de março de 2001**. Disponível em: <http://patrimoniode todos.gov.br/pastaarquivo.2009-07-09.3759851862/IN%2002-2001%20Demarcacao%20LPM%20e%20LMEO.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. Secretaria do Patrimônio da União. **Orientação Normativa GEADE n.º 002, de 12 de março de 2001**. Disciplina a demarcação dos terrenos marginais e seus acrescidos. Brasília: SPU, 2001. Disponível em: http://patrimoniode todos.gov.br/pastaarquivo.2009-07-09.3759851862/ON_GEADE_02_terrenos_marinha.pdf. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. Secretaria do Patrimônio da União. **Orientação Normativa GEADE n.º 003, de 4 de junho de 2001**. Disciplina a demarcação de terrenos marginais e seus acrescidos. Brasília: SPU, 2001. Disponível em: http://patrimoniode todos.gov.br/pastaarquivo.2009-07-09.3759851862/ON_GEADE_03_terrenos_marginais-1.pdf. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. Secretaria do Patrimônio da União. **Instrução normativa n.º 002, de 12 de março de 2001**. Disciplina a demarcação dos terrenos de marinha, dos terrenos marginais e das terras interiores. Brasília: SPU, 2001. Disponível em: <http://patrimoniode todos.gov.br/pastaarquivo.2009-07-09.3759851862/IN%2002-2001%20Demarcacao%20LPM%20e%20LMEO.pdf>. Acesso em: 22 jan 2015.

NORMAS (LEGAIS, REGULAMENTARES E DECISÕES) - PORTUGAL

PORTUGAL. **Ordenações Manuêlinas**. *In*: Collecção da Legislação Antiga e Moderna do Reino de Portugal, Parte I, Da Legislação Antiga, por resolução de S. Majestade de 02 de setembro de 1786. Coimbra: Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1797.

_____. **Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal recompiladas por mandado D'el-Rey D. Philippe I** (Adicionada com diversas notas filosóficas, históricas e exegéticas por Cândido Mendes de Almeida). Livro Um. Décima quarta edição, segundo a primeira de 163 e a nona de Coiimbra de 1824. Rio de janeiro: Typographia do Instituto Philomáthico, 1870.

_____. **Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal recompiladas por mandado D'el-Rey D. Philippe I** (Adicionada com diversas notas filosóficas, históricas e

exegéticas por Cândido Mendes de Almeida). Livro Quatro. Décima quarta edição, segundo a primeira de 163 e a nona de Coimbra de 1824. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomático, 1870.

PORTUGAL. **Carta de doação de 10 de março de 1534.** Doa, em favor de Duarte Coelho, a Capitania de Pernambuco. p. 42 a 53. In: GAMA, José Bernardo Fernandes. Memórias Históricas da Província de Pernambuco, precedidas de um ensaio Topográfico-Histórico. Recife: Typographia de M. F. de Faria, 1844.

_____. **Regimento das Lezírias e dos Pauis, de 4 de fevereiro de 1577.** p. 289-309. In: SOUSA, Jozé Roberto Monteiro de Campos Coelho e. Sistema ou Coleção dos Regimentos Reais. Tomo II. Lisboa: Officina de Francisco Borges e Soisa, 1872.

_____. **Carta Régia de 28 de julho de 1618.** Decide questão relativa ao transporte de sal em determinada marinha. 1616, p. 329-330. In: *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*: 1613-1619. Disponível em: http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=95&id_obra=63&pagina=1141. Acesso em: 26 jan 2015.

_____. **Carta Régia de 4 de novembro de 1620.** Expede provisão sobre a competência do Conselho da Fazenda, decidindo sobre o quarto do sal das marinhas de Santo Antônio do Tojal e Manotas. 1620, p. 33. In: *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*: 1620-1627. Disponível em: http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=96&id_obra=63&pagina=167. Acesso em: 26 jan 2015.

_____. **Carta Régia de 15 de fevereiro de 1624.** Encarrega o Procurador da Coroa de decidir causa entre o Duque de Bragança e os moradores de Santo Antônio do Tojal e Manotas, sobre o quarto do sal das marinhas dos ditos lugares. 1624, p. 113. In: *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*: 1620-1627. Disponível em: http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=96&id_obra=63&pagina=613. Acesso em: 26 jan 2015.

_____. **Alvará de 10 de maio de 1672.** Dispõe sobre a atividade de exploração e comercialização de sal nas cidades localizadas no estuário do Rio do Tejo. 1672, p. 204. In: *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*: 1657-1674. Disponível em: http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=101&id_obra=63&pagina=681. Acesso em: 26 jan 2015.

_____. **Alvará de 5 de agosto de 1673.** Promove a cessão de nova lotação de marinhas de sal em Setúbal. 1673, p. 229. In: *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*: 1657-1674. Disponível em: http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=101&id_obra=63&pagina=742. Acesso em: 26 jan 2015.

_____. **Acórdão da Câmara de Setúbal de 6 de fevereiro de 1675.** Confirma regulamento para cotação de sal das marinhas. 1675, p. 1. In: *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*: 1657-1674. Disponível em: http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=102&id_obra=63&pagina=32. Acesso em: 26 jan 2015.

_____. **Ordem Régia de 4 de dezembro de 1678.** Autoriza o corte de mangues nas cidades de de Bernabé Soares e São Bento. p. 9. In: LIMA, Pedro Moreira da Costa. Coleção de Leis, Provisões, Decisões Circulares, Portarias, Ordens Ofícios e Avisos sobre Terrenos de Marinha. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865.

_____. **Carta de Lei de 15 de fevereiro de 1695.** Proíbe aos oficiais das fábricas das marinhas de sal saírem do Reino para ensinar em o mesmo fabrico. 1695, p. 364. In: *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa: 1683-1700*. Disponível em: http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=103&id_obra=63&pagina=910. Acesso em: 26 jan 2015.

_____. **Alvará de 27 de março de 1696.** Proíbe que sejam admitidos estrangeiros a trabalhar nas marinhas de sal, ou aprender nas suas fábricas. 1696, p. 383. In: *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa: 1683-1700*. Disponível em: http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=103&id_obra=63&pagina=910. Acesso em: 26 jan 2015.

_____. **Carta Régia de 7 de dezembro de 1697.** Carta de Sua Majestade escrita ao Governador e Capitão-geral Dom João de Alencastro sobre as sesmarias. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536_1949_00084.pdf. Acesso em: 26 jul 2019.

_____. **Carta Régia de 20 de janeiro de 1699.** Carta de Sua Majestade escrita ao Governador e Capitão-geral Dom João de Alencastro sobre as terras que se tem dado de sesmaria e se não povoam, nem tem povoado e as proíbem a outros que as não povoem. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536_1949_00084.pdf. Acesso em: 26 jul 2019.

_____. **Ordenanças Militares de 20 de fevereiro de 1708, Capítulo 65.** p. 375. In: Sistema ou Coleção dos Regimentos Reais. Tomo Quinto. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1789.

_____. **Ordem Régia de 21 de outubro de 1710.** Manda notificar ocupantes das marinhas da Cidade do Rio de Janeiro e afirma que tais espaços nunca deveriam estar compreendidos nas sesmarias. p. 9-10. In: LIMA, Pedro Moreira da Costa. Coleção de Leis, Provisões, Decisões Circulares, Portarias, Ordens Ofícios e Avisos sobre Terrenos de Marinha. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865.

_____. **Ordem Régia de 5 de maio de 1725.** Afirma que as marinhas devem permanecer desimpedidas para o serviço da cora e para o uso comum do povo. p. 10-11. In: LIMA, Pedro Moreira da Costa. Coleção de Leis, Provisões, Decisões Circulares, Portarias, Ordens Ofícios e Avisos sobre Terrenos de Marinha. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865.

_____. **Ordem Régia de 10 de dezembro de 1726.** Reafirmar que as marinhas devem permanecer desimpedidas para o serviço da cora e para o uso comum do povo e determina que as construções não avancem direção ao mar. p. 11-13. In: LIMA, Pedro Moreira da Costa. Coleção de Leis, Provisões, Decisões Circulares, Portarias, Ordens Ofícios e Avisos sobre Terrenos de Marinha. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865.

_____. **Ordem Régia de 10 de janeiro de 1732.** Proíbe a apreciação da praia e do mar, afirmando que esses bens são de uso comum do povo. p. 13-14. In: LIMA, Pedro Moreira da Costa. Coleção de Leis, Provisões, Decisões Circulares, Portarias, Ordens Ofícios e Avisos sobre Terrenos de Marinha. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865.

_____. **Provisão de 20 de outubro de 1753.** PROVISÃO (cópia) do rei [D. José I] ordenando ao governador da capitania de Pernambuco, [Luís José Correia de Sá], que se cumpra as suas decisões referentes às doações das sesmarias de Francisco Dias de Ávila, Francisco Barbosa Leão, Bernardo Pereira Gago, Domingos Afonso Sertão, Francisco de Sousa Fagundes, Antônio Guedes de Brito e Bernardo Vieira Ravasco. Disponível em: <https://actd.iict.pt/eserv/actd:CUc015/CU-Pernambuco.pdf> e http://www.liber.ufpe.br/ultramar/modules/visualizador/i/ult_frame.php?cod=6559 Acesso em: 26 jul 2019.

_____. **Alvará de 5 de outubro de 1795.** Dispõe sobre o regime de sesmarias aplicado no Brasil. Disponível em: <https://arisp.files.wordpress.com/2010/02/alvara-de-5-de-outubro-de-1795-dig.pdf>. Acesso em: 35 jul 2019.

_____. **Alvará de 21 de abril de 1801.** Em benefício dos vassallos do Brasil, e da franqueza do comércio, abolindo os contratos da pescaria das baleias e do Estanco do Sal. *In.*: Sinopse legislação principal do Senhor Dom João VI, pela ordem dos ramos da Economia do Estado. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818.

_____. **Lei n.º 54, de 15 de novembro de 2005.** Estabelece a titularidade dos recursos hídricos. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1377&tabela=leis. Acesso em: 30 de jan 2015.

PUBLICAÇÕES – SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

_____. **Projeto Orla: fundamentos para gestão integrada.** Brasília: MMA/SQA (Projeto Orla), MP/SPU, 2002. Disponível em: http://patrimoniode todos.gov.br/pasta-de-arquivos/081021_PUB_ProjOrla_fundamentos.pdf/view. Acesso em 14 jan 2015.

_____. **Subsídios para um projeto de gestão.** Brasília: MMA e MPO (Projeto Orla), 2004. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/orla/arquivos/11_04122008110506.pdf. Acesso em: 8 nov 2019.

_____. Secretaria do Patrimônio da União; SAULE JÚNIOR, Nelson e Outros (org). **Manual de regularização fundiária em terras da União.** São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006. Disponível em: http://patrimoniode todos.gov.br/pasta-de-arquivos/081021_PUB_Manual_regularizacao.pdf/view. Acesso em 14 jan 2015.

_____. Secretaria do Patrimônio da União. **Plano Nacional de Caracterização do Patrimônio da União.** 1.^a ed. Brasília: Secretaria do Patrimônio da União, 2014-A. Disponível em: <http://patrimoniode todos.gov.br/pasta-de-arquivos/Integra%20PNC.pdf/view>. Acesso em: 14 jan 2015.

_____. Secretaria do Patrimônio da União. **Plano Nacional de Caracterização do Patrimônio da União.** 2.^a ed. Brasília: Secretaria do Patrimônio da União, 2014-B. Disponível em: http://patrimoniode todos.gov.br/pasta-de-arquivos/PNC_2_edicao_02_12_14.pdf/view. Acesso em: 14 jan 2015.

PUBLICAÇÕES OFICIAIS – BRASILEIRAS

_____. Marinha do Brasil. **Marés e correntes de marés;** correntes oceânicas. p. 227-274. *In.*: Navegação costeira, estimada e em águas restritas. Brasília: Marinha do Brasil. Disponível em <https://www.mar.mil.br/dhn/bhmn/download/cap10.pdf>. Acesso em 22 jan 2015.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Aprendizados do projeto de manejo dos recursos naturais da várzea – ProVárzea.** Brasília: MMA, 2005. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/168/_publicacao/168_publicacao30012009112639.pdf. Acessado em: 15 jan 2015.

_____. Agência Nacional de Águas. **Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos.** Ano: 2013. Disponível em: http://arquivos.ana.gov.br/institucional/spr/conjuntura/ANA_Conjuntura_Recursos_Hidricos_

Brasil/ANA_Conjuntura_Recursos_Hidricos_Brasil_2013_Final.pdf. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. Embrapa. **Arroz e Feijão: Sistemas de Produção**. N.º 4. ISSN 1679-8869, Versão eletrônica, Dez/2004. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Feijao/FeijaoVarzeaTropical/solos.htm>. Acesso em: 15 jan 2015.

_____. Fundação Nacional do Índio. **Quem são**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>. Acesso em: 15 jan 2015.

_____. IBGE. **Atlas geográfico das zonas costeiras e oceânicas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. Biblioteca Nacional. **Documentos históricos, volume 111**: tombos das cartas de sesmarias do Rio de Janeiro dadas por Cristóvão de Barros (1573-74) e Salvador Correia de Sá (1578-79). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 1997.

_____. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**: textos temáticos/Comissão Nacional da Verdade. Volume 2. Brasília: CNV, 2014. 416 p. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 23 jun 2019.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. **Aforamentos**: inventário sumário. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1987).

_____. Ministério da Fazenda. **Proposta de Relatório do ano de 1866**, apresentado pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda à Assembleia Geral Legislativa na 1.^a sessão da 13.^a Legislatura. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1897.

PUBLICAÇÕES OFICIAIS – PORTUGAL

_____. Agência Portuguesa de Ambiente (APA). **Guia de apoio sobre titularidade dos recursos hídricos**. Disponível em: http://www.apambiente.pt/_zdata/Divulgacao/Publicacoes/Guias%20e%20Manuais/GUIA%20RH_julho2013_PublicaoB.pdf. Acesso em: 30 jan 2015.

_____. **Relatório de Sustentabilidade 2010**. Samora Correia: Companhia das Lezírias S/A, 2010. Disponível em: http://cl.pt/Relatorio_Sustentabilidade_2010.pdf. Acesso em: 30 de jan 2015.

_____. Instituto do Açúcar e do Alcool. **Documentos para história do açúcar**. Volume I. Legislação (1534-1596).

BASES DE DADOS

Plataforma SILB (Sesmaria do Império Luso-Brasileiro)

<http://www.silb.cchla.ufrn.br/>

ANEXOS

ANEXO 01

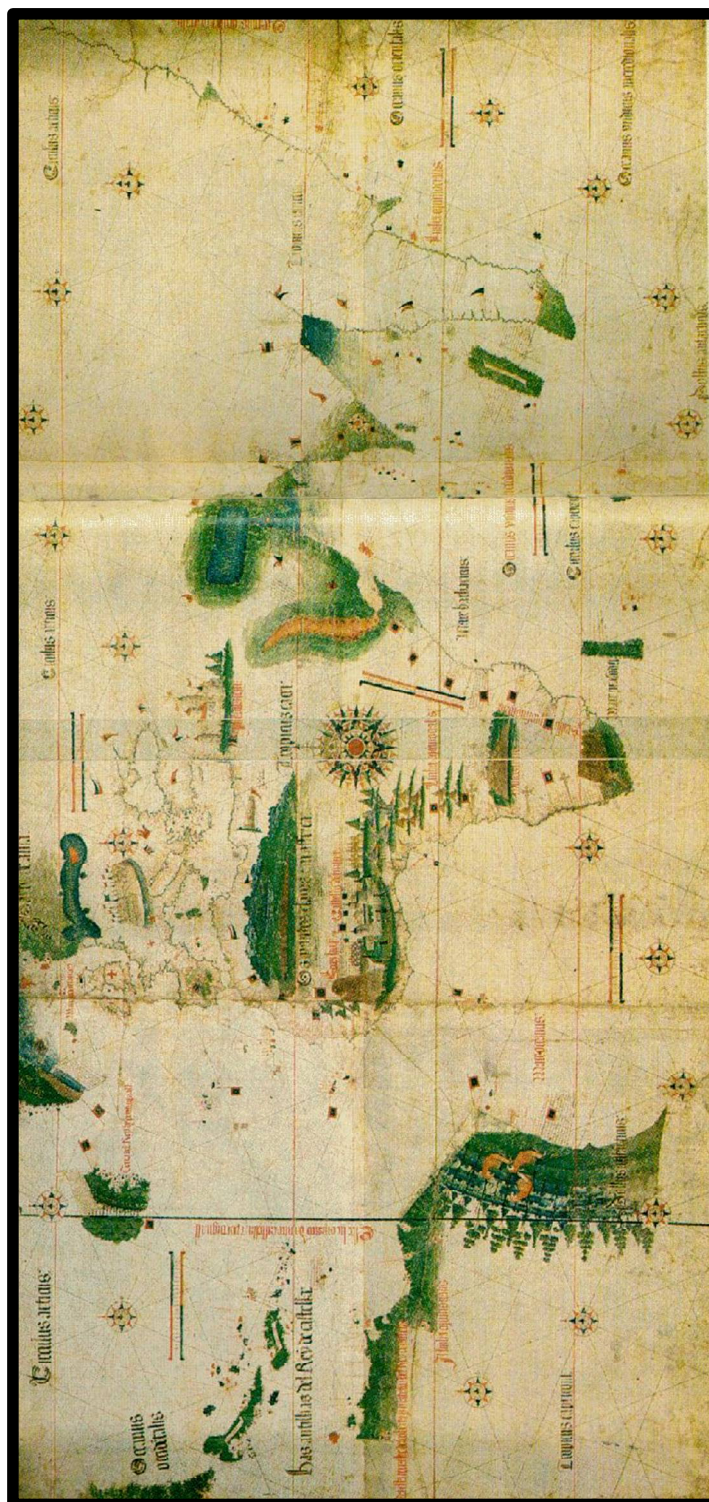
Mapa do Mundo de Henricus Martellus



Fonte: Internet

ANEXO 02

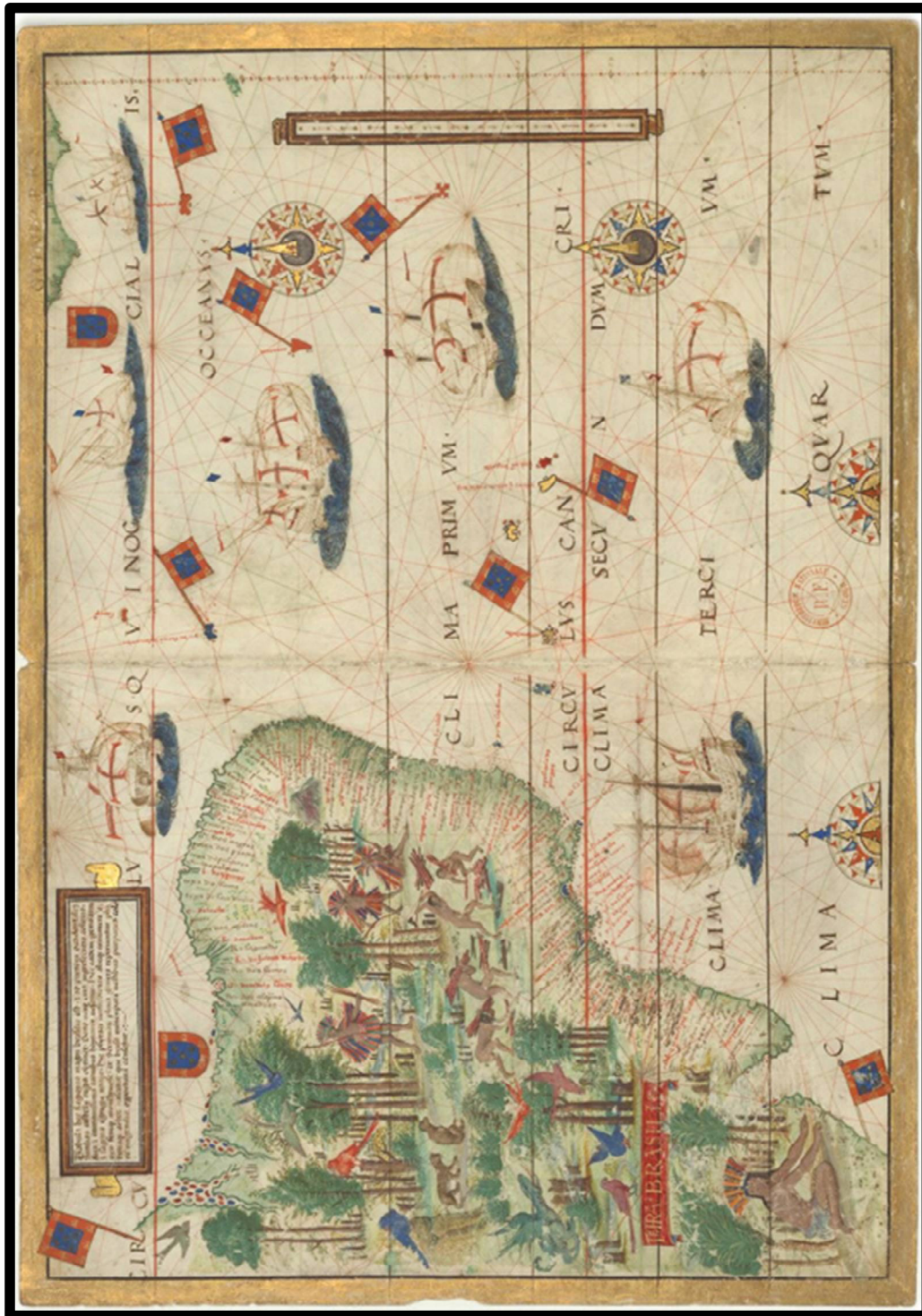
Planisfério de Cantino (1502)



Fonte: Internet

ANEXO 03

Carta Terra Brasilis (1519)



Fonte: Internet

ANEXO 04

Carta Universal de Diogo Ribeiro (1529)



Fonte: Internet

ANEXO 05

Carta Náutica de Gaspar Viegas (1534)



Fonte: Internet